



Corregedoria-Regional da Justiça Federal da 5ª Região
Relatório da Correição Ordinária na Seção Judiciária do Ceará



(Portarias n^os 76/2018-TRF5-CR e 113/2018-TRF5-CR, do Desembargador Federal Paulo Machado Cordeiro, Corregedor-Regional da Justiça Federal da 5ª Região)

Períodos da Correição Ordinária:

09 a 13 de abril de 2018, 23 a 26 de abril de 2018 e 21 a 24 de maio de 2018
(processos físicos)
30 de abril a 11 de maio de 2018 (processos virtuais)

Recife/PE

2018

SUMÁRIO

1. ABERTURA DOS TRABALHOS.....	28
2. METODOLOGIA ADOTADA NA CORREIÇÃO.....	29
3. OBJETIVOS GERAIS DA CORREIÇÃO.....	31
4. IDENTIFICAÇÃO DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ.....	31
5. SECRETARIA ADMINISTRATIVA - SECAD.....	33
5.1. Corpo de servidores e estagiários.....	33
5.2. Organização e divisão do trabalho.....	42
5.3. Espaço físico, serviços e manutenção.....	56
6. ANÁLISE INDIVIDUALIZADA DAS VARAS FEDERAIS E DAS TURMAS RECURSAIS.....	57
6.1. 1ª VARA FEDERAL - FORTALEZA/CE.....	58
6.1.1. Competência, localização, estrutura física e horário de expediente.....	58
6.1.2. Corpo funcional – juiz federal e servidores.....	58
6.1.2.1. Juiz federal titular.....	58
6.1.2.2. Servidores.....	58
6.1.2.3. Estagiários.....	59
6.1.3. Organização da 1ª Vara Federal.....	59
6.1.3.1. Secretaria.....	60
6.1.3.2. Organização do gabinete do juiz federal.....	60
6.1.4. Participação do magistrado em reuniões com a equipe da 1ª Vara Federal.....	61
6.1.5. Planejamento das atividades da 1ª Vara Federal e avaliação periódica de resultado.....	61
6.1.6. Atendimento aos membros do Ministério Público Federal, Defensoria Pública da União, procuradores federais, advogados e partes na secretaria e no gabinete do juiz federal da 1ª Vara Federal.....	62
6.1.7. Organização e controle dos processos.....	62
6.1.8. Número de processos, relação servidor/processo, audiências de conciliação e de instrução e inspeções judiciais.....	63
6.1.9. Cumprimento de metas e resoluções do CNJ.....	64
6.1.10. Processos selecionados para correição.....	65
6.1.10.1. Principais constatações da análise individual de processos.....	65
6.1.10.1.1. Processos Físicos.....	65
6.1.10.1.2 Processos Judiciais Eletrônicos (PJe).....	68
6.1.11. Correição anterior e autoinspeção.....	81

6.1.12. Considerações finais	81
6.2. 2ª VARA FEDERAL - FORTALEZA/CE.....	81
6.2.1. Competência, localização, estrutura física e horário de expediente	81
6.2.2. Corpo funcional – juiz federal e servidores.....	82
6.2.2.1. Juiz federal titular	82
6.2.2.2. Servidores.....	82
6.2.2.3. Estagiários	84
6.2.3. Organização da 2ª Vara Federal.....	84
6.2.3.1. Secretaria	84
6.2.3.2. Organização do gabinete do juiz federal	85
6.2.4. Participação do magistrado em reuniões com a equipe da 2ª Vara Federal.....	85
6.2.5. Planejamento das atividades da 2ª Vara Federal e avaliação periódica de resultados	85
6.2.6. Atendimento aos membros do Ministério Público Federal, Defensoria Pública da União, procuradores federais, advogados e partes na secretaria e no gabinete do juiz federal da 2ª Vara Federal	86
6.2.7. Número de processos, relação servidor/processo, audiências de conciliação e de instrução e inspeções judiciais.....	87
6.2.8. Cumprimento de metas e resoluções do CNJ	88
6.2.9. Processos selecionados para correição.....	90
6.2.9.1. Principais constatações da análise individual de processos	90
6.2.9.1.1. Processos Físicos.....	90
6.2.9.1.2. Processos Judiciais Eletrônicos (PJe)	96
6.2.10. Correição anterior e autoinspeção	109
6.2.11. Considerações finais	109
6.3. 3ª VARA FEDERAL - FORTALEZA/CE.....	110
6.3.1. Competência, localização, estrutura física e horário de expediente	110
6.3.2. Corpo funcional – juiz federal e servidores.....	110
6.3.2.1. Juiz federal titular	110
6.3.2.2. Servidores.....	110
6.3.2.3. Estagiários	113
6.3.3. Organização da 3ª Vara Federal.....	113
6.3.3.1. Secretaria	113
6.3.3.2. Gabinete do juiz federal	117
6.3.4. Participação do juiz federal em reuniões com a equipe da 3ª Vara Federal	118
6.3.5. Planejamento das atividades da 3ª Vara Federal e avaliação periódica de resultados	118

6.3.6. Atendimento aos membros do Ministério Público Federal, Defensoria Pública da União, procuradores federais, advogados e partes na secretaria e no gabinete do juiz federal da 3ª Vara Federal	119
6.3.7. Número de processos, relação servidor/processo, audiências de conciliação e de instrução e inspeções judiciais.....	120
6.3.8. Cumprimento de metas e resoluções do CNJ	120
6.3.9. Processos selecionados para correição	122
6.3.9.1. Principais constatações da análise individual de processos	122
6.3.9.1.1. Processos Físicos.....	122
6.3.9.1.2. Processos Judiciais Eletrônicos (PJe)	125
6.3.10. Correição anterior e autoinspeção	134
6.3.11. Considerações finais	135
6.4. 4ª VARA FEDERAL - FORTALEZA/CE.....	135
6.4.1. Competência, localização, estrutura física e horário de expediente	135
6.4.2. Corpo funcional - juiz federal e servidores	135
6.4.2.1. Juiz federal titular	135
6.4.2.2. Servidores.....	136
6.4.2.3. Estagiários	138
6.4.3. Organização da 4ª Vara Federal.....	138
6.4.3.1. Secretaria	139
6.4.3.2. Gabinete do juiz federal	139
6.4.4. Participação do juiz federal em reuniões com a equipe da 4ª Vara Federal	140
6.4.5. Planejamento das atividades da 4ª Vara Federal e avaliação periódica de resultados	140
6.4.6. Atendimento aos membros do Ministério Público Federal, Defensoria Pública da União, procuradores federais, advogados e partes na secretaria e no gabinete do juiz federal da 4ª Vara Federal	141
6.4.7. Número de processos, relação servidor/processo, audiências de conciliação e de instrução e inspeções judiciais.....	141
6.4.8. Cumprimento de metas e resoluções do CNJ	141
6.4.9. Processos selecionados para correição	143
6.4.9.1. Principais constatações da análise individual de processos	143
6.4.9.1.1. Processos Físicos.....	143
6.4.9.1.2. Processos Judiciais Eletrônicos (PJe)	144
6.4.10. Correição anterior e autoinspeção	152
6.4.11. Considerações finais	153
6.5. 5ª VARA FEDERAL - FORTALEZA/CE.....	153

6.5.1. Competência, localização, estrutura física e horário de expediente	153
6.5.2. Corpo funcional - juiz federal e servidores	154
6.5.2.1. Juiz federal titular	154
6.5.2.2. Servidores.....	154
6.5.2.3. Estagiários	157
6.5.3. Organização da 5ª Vara Federal.....	157
6.5.3.1. Secretaria	157
6.5.3.2. Organização do gabinete.....	162
6.5.4. Participação direta do juiz federal em reuniões com a equipe da 5ª Vara Federal.....	163
6.5.5. Planejamento das atividades da 5ª Vara Federal e avaliação periódica de resultados	163
6.5.6. Atendimento aos membros do Ministério Público Federal, Defensoria Pública da União, procuradores federais, advogados e partes na secretaria e no gabinete do juiz federal da 5ª Vara Federal	164
6.5.7. Número de processos, relação servidor/processo, audiências de conciliação e de instrução e inspeções judiciais.....	164
6.5.8. Cumprimento de metas e resoluções do CNJ	166
6.5.9. Processos selecionados para correição	167
6.5.9.1. Principais constatações da análise individual de processos	167
6.5.9.1.1. Processos Físicos.....	167
6.5.9.1.2. Processos Judiciais Eletrônicos (PJe)	169
6.5.10. Correição anterior e autoinspeção	182
6.5.11. Considerações finais	183
6.6. 6ª VARA FEDERAL - FORTALEZA/CE.....	184
6.6.1. Competência, localização, estrutura física e horário de expediente	184
6.6.2. Corpo funcional - juiz federal e servidores	184
6.6.2.1. Juiz federal titular	184
6.6.2.2. Servidores.....	185
6.6.2.3. Estagiários	187
6.6.3. Organização da 6ª Vara Federal.....	187
6.6.3.1. Secretaria	187
6.6.3.2. Gabinete do juiz federal	188
6.6.4. Participação do juiz federal titular em reuniões com a equipe da 6ª Vara Federal	189
6.6.5. Planejamento das atividades da 6ª Vara Federal e avaliação periódica de resultados	189

6.6.6. Atendimento aos membros do Ministério Público Federal, Defensoria Pública da União, procuradores federais, advogados e partes na secretaria e no gabinete do juiz federal da 6ª Vara Federal	190
6.6.7. Número de processos, relação servidor/processo, audiências de conciliação e de instrução e inspeções judiciais.....	190
6.6.8. Cumprimento de metas e resoluções do CNJ	191
6.6.9. Processos selecionados para correição	192
6.6.9.1. Principais constatações da análise individual de processos	192
6.6.9.1.1. Processos Físicos.....	192
6.6.9.1.2. Processos Judiciais Eletrônicos (PJe)	195
6.6.10. Correição anterior e autoinspeção	205
6.6.11. Considerações finais	205
6.7. 7ª VARA FEDERAL – FORTALEZA/ CE	206
6.7.1. Competência, localização, estrutura física e horário de expediente	206
6.7.2. Corpo funcional - juíza federal e servidores	206
6.7.2.1. Juíza federal titular	206
6.7.2.2. Servidores.....	206
6.7.2.3. Estagiários	208
6.7.3. Organização da 7ª Vara Federal.....	208
6.7.3.1. Secretaria	208
6.7.3.2. Gabinete da juíza federal	210
6.7.4. Participação do juíza federal em reuniões com a equipe da 7ª Vara Federal	211
6.7.5. Planejamento das atividades da 7ª Vara Federal e avaliação periódica de resultados	211
6.7.6. Atendimento aos membros do Ministério Público Federal, Defensoria Pública da União, procuradores federais, advogados e partes na secretaria e no gabinete da juíza federal da 7ª Vara Federal	212
6.7.7. Número de processos, relação servidor/processo, audiências de conciliação e de instrução e inspeções judiciais.....	212
6.7.8. Cumprimento de metas e resoluções do CNJ	213
6.7.9. Processos selecionados para correição	215
6.7.9.1. Principais constatações da análise individual de processos	215
6.7.9.1.1. Processos Físicos.....	215
6.7.9.1.2. Processos Judiciais Eletrônicos (PJe)	218
6.7.10. Correição anterior e autoinspeção	230
6.7.11. Considerações finais	232
6.8. 8ª VARA FEDERAL – FORTALEZA/ CE	233

6.8.1. Competência, localização, estrutura física e horário de expediente	233
6.8.2. Corpo funcional - juiz federal e servidores	233
6.8.2.1. Juiz federal titular	233
6.8.2.2. Servidores.....	233
6.8.2.3. Estagiários	234
6.8.3. Organização da 8ª Vara Federal.....	235
6.8.3.1. Secretaria	235
6.8.3.2. Gabinete do juiz federal	235
6.8.4. Participação do juiz federal em reuniões com a equipe da 8ª Vara Federal	235
6.8.5. Planejamento das atividades da 8ª Vara Federal e avaliação periódica de resultados	236
6.8.6. Atendimento aos membros do Ministério Público Federal, Defensoria Pública da União, procuradores federais, advogados e partes na secretaria e no gabinete do juiz federal da 8ª Vara Federal	238
6.8.7. Número de processos, relação servidor/processo, audiências de conciliação e de instrução e inspeções judiciais.....	238
6.8.8. Cumprimento de metas e resoluções do CNJ	239
6.8.9. Processos selecionados para correição.....	241
6.8.9.1. Principais constatações da análise individual de processos	241
6.8.9.1.1. Processos Físicos.....	241
6.8.9.1.2. Processos Judiciais Eletrônicos (PJe)	242
6.8.10. Correição anterior e autoinspeção	252
6.8.11. Considerações finais	252
6.9. 9ª VARA FEDERAL - FORTALEZA/CE.....	252
6.9.1. Competência, localização, estrutura física e horário de expediente	252
6.9.2. Corpo funcional – juízes federais e servidores	253
6.9.2.1. Juízes federais.....	253
6.9.2.2. Servidores.....	254
6.9.2.3. Estagiários	255
6.9.3. Organização da 9ª Vara Federal.....	255
6.9.3.1. Secretaria	255
6.9.3.2. Gabinetes do juízes federais	257
6.9.4. Participação dos juízes federais em reuniões com a equipe da 9ª Vara Federal	257
6.9.5. Planejamento das atividades da 9ª Vara Federal e avaliação periódica de resultados	257

6.9.6. Atendimento aos membros do Ministério Público Federal, Defensoria Pública da União, procuradores federais, advogados e partes na secretaria e nos gabinetes dos juízes federais da 9ª Vara Federal.....	257
6.9.7. Número de processos, relação servidor/processo, audiências de conciliação e de instrução e inspeções judiciais.....	258
6.9.8. Cumprimento de metas e resoluções do CNJ	258
6.9.9. Processos selecionados para correição	259
6.9.9.1 Principais constatações da análise individual de processos	260
6.9.9.1.1. Processos Físicos.....	260
6.9.9.1.2. Processos Judiciais Eletrônicos (PJe)	2606
6.9.10. Correição anterior e autoinspeção	290
6.9.11. Considerações finais	290
6.10. 10ª VARA FEDERAL – FORTALEZA/ CE	291
6.10.1. Competência, localização, estrutura física e horário de expediente	291
6.10.2. Corpo funcional – juiz federal e servidores.....	292
6.10.2.1. Juiz federal titular	292
6.10.2.2. Servidores.....	292
6.10.2.3. Estagiários	294
6.10.3. Organização da 10ª Vara Federal.....	294
6.10.3.1. Secretaria	294
6.10.3.2. Gabinete do juiz federal	296
6.10.4. Participação do juiz federal em reuniões com a equipe da 10ª Vara Federal	296
6.10.5. Planejamento das atividades da 10ª Vara Federal e avaliação periódica de resultados	296
6.10.6. Atendimento aos membros do Ministério Público Federal, Defensoria Pública da União, procuradores federais, advogados e partes na secretaria da e no gabinete do juiz federal da 10ª Vara Federal.....	297
6.10.7. Número de processos, relação servidor/processo, audiências de conciliação e de instrução e inspeções judiciais.....	298
6.10.8. Cumprimento de metas e resoluções do CNJ	298
6.10.9. Processos selecionados para correição	299
6.10.9.1 Principais constatações da análise individual de processos	300
6.10.9.1.1. Processos Físicos.....	300
6.10.9.1.2. Processos Judiciais Eletrônicos (PJe)	3001
6.10.10. Correição anterior e autoinspeção	308
6.10.11. Considerações finais	308
6.11. 11ª VARA FEDERAL – FORTALEZA/ CE	308

6.11.1. Competência, localização, estrutura física e horário de expediente	308
6.11.2. Corpo funcional - juízes federais e servidores	309
6.11.2.1. Juízes federais	309
6.11.2.2. Servidores.....	309
6.11.2.3. Estagiários	312
6.11.3. Organização da 11ª Vara Federal.....	312
6.11.3.1. Secretaria	312
6.11.3.2. Gabinetes dos juízes federaos.....	313
6.11.4. Participação dos juízes federais em reuniões com a equipe da 11ª Vara Federal	315
6.11.5. Planejamento das atividades da 11ª Vara Federal e avaliação periódica de resultados	315
6.11.6. Atendimento aos membros do Ministério Público Federal, Defensoria Pública da União, procuradores federais, advogados e partes na secretaria da 11ª Vara Federal e nos gabinetes dos juízes federais	316
6.11.7. Número de processos, relação servidor/processo, audiências de conciliação e de instrução e inspeções judiciais.....	317
6.11.8. Cumprimento de metas e resoluções do CNJ	317
6.11.9. Processos selecionados para correição	319
6.11.9.1. Principais constatações da análise individual de processos	319
6.11.9.1.1. Processos Físicos.....	319
6.11.9.1.2. Processos Judiciais Eletrônicos (PJe)	319
6.11.10. Correição anterior e autoinspeção	321
6.11.11. Considerações finais	321
6.12. 12ª VARA FEDERAL - FORTALEZA/ CE	321
6.12.1. Competência, localização, estrutura física e horário de expediente	321
6.12.2. Corpo funcional - juízes federais e servidores	322
6.12.2.1. Juiz federal titular	323
6.12.2.2. Servidores.....	323
6.12.2.3. Estagiários	325
6.12.3. Organização da 12ª Vara Federal.....	325
6.12.3.1. Secretaria	325
6.12.3.2. Gabinete do juiz federal	326
6.12.4. Participação do juiz federal em reuniões com a equipe da 12ª Vara Federal	326
6.12.5. Planejamento das atividades da 12ª Vara Federal e avaliação periódica de resultados	326

6.12.6. Atendimento aos membros do Ministério Público Federal, Defensoria Pública da União, procuradores federais, advogados e partes na secretaria e no gabinete do juiz federal da 12ª Vara Federal	327
6.12.7. Número de processos, relação servidor/processo, audiências de conciliação e de instrução e inspeções judiciais.....	327
6.12.8. Cumprimento de metas e resoluções do CNJ	328
6.12.9. Processos selecionados para correição	329
6.12.9.1. Principais constatações da análise individual de processos	329
6.12.9.1.1. Processos Físicos.....	329
6.12.9.1.2. Processos Judiciais Eletrônicos (PJe)	332
6.12.10. Correição anterior e autoinspeção	340
6.12.11. Considerações finais	341
6.13. 13ª VARA FEDERAL - FORTALEZA/CE.....	341
6.13.1. Competência, localização, estrutura física e horário de expediente	341
6.13.2. Corpo funcional - juiz federal e servidores	341
6.13.2.1. Juiz federal titular	342
6.13.2.2. Servidores.....	342
6.13.2.3. Estagiários	343
6.13.3. Organização da 13ª Vara Federal.....	343
6.13.3.1. Secretaria	343
6.13.3.2. Gabinete do juiz federal	344
6.13.4. Participação do juiz federal em reuniões com a equipe da 13ª Vara Federal	344
6.13.5. Planejamento das atividades da 13ª Vara Federal e avaliação periódica de resultados	344
6.13.6. Atendimento aos membros do Ministério Público Federal, Defensoria Pública da União, procuradores federais, advogados e partes na secretaria e no gabinete do juiz federal da 13ª Vara Federal	344
6.13.7. Número de processos, relação servidor/processo, audiências de conciliação e de instrução e inspeções judiciais.....	345
6.13.8. Cumprimento de metas e resoluções do CNJ	345
6.13.9. Processos selecionados para correição	346
6.13.9.1. Principais constatações da análise individual de processos	347
6.13.9.1.1. Processos Eletrônicos dos Sistema Creta	347
6.13.10. Correição anterior e autoinspeção	356
6.13.11. Considerações finais	356
6.14. 14ª VARA FEDERAL - FORTALEZA/CE.....	357
6.14.1. Competência, localização, estrutura física e horário de expediente	357

6.14.2. Corpo funcional - juízes e servidores	357
6.14.2.1. Juízes federais	358
6.14.2.2. Servidores.....	3589
6.14.2.3. Estagiários	361
6.14.3. Organização da 14ª Vara Federal.....	361
6.14.3.1. Secretaria	361
6.14.3.2. Gabinetes dos juízes federais.....	363
6.14.4. Participação dos juízes federais em reuniões com a equipe da 14ª Vara Federal	366
6.14.5. Planejamento das atividades da 14ª Vara Federal e avaliação periódica de resultados	366
6.14.6. Atendimento aos membros do Ministério Público Federal, Defensoria Pública da União, procuradores federais, advogados e partes na secretaria e nos gabinetes dos juízes federais da 14ª Vara Federal.....	367
6.14.7. Número de processos, relação servidor/processo, audiências de conciliação e de instrução e inspeções judiciais.....	367
6.14.8. Cumprimento de metas e resoluções do CNJ	367
6.14.9. Processos selecionados para correição	369
6.14.9.1 Principais constatações da análise individual de processos	369
6.14.9.1.1. Processos Eletrônicos do Sistema Creta.....	369
6.14.10. Correição anterior e autoinspeção	374
6.14.11. Considerações finais	374
6.15. 15ª VARA FEDERAL – LIMOEIRO DO NORTE/CE.....	34175
6.15.1. Competência, localização, estrutura física e horário de expediente	34175
6.15.2. Corpo funcional – juízes federais e servidores	34175
6.15.2.1. Juízes federais	34275
6.15.2.2. Servidores.....	34276
6.15.2.3. Estagiários	34377
6.15.3. Organização da 15ª Vara Federal.....	34377
6.15.3.1. Secretaria	34377
6.15.3.2. Gabinetes dos juízes federais.....	34479
6.15.4. Participação dos juízes federais em reuniões com a equipe da 15ª Vara Federal	34480
6.15.5. Planejamento das atividades da 15ª Vara Federal e avaliação periódica de resultados ...	34480
6.15.6. Atendimento aos membros do Ministério Público Federal, Defensoria Pública da União, procuradores federais, advogados e partes na secretaria e nos gabinetes dos juízes federais da 15ª Vara Federal.....	34481
6.15.7. Número de processos, relação servidor/processo, audiências de conciliação e de instrução e inspeções judiciais.....	34581

6.15.8. Cumprimento de metas e resoluções do CNJ	34582
6.15.9. Processos selecionados para correição	34683
6.15.9.1. Principais constatações da análise individual de processos	34783
6.15.9.1.1. Processos Físicos.....	34783
6.15.9.1.2. Processos Judiciais Eletrônicos (PJe)	386
6.15.10. Correição anterior e autoinspeção	394
6.15.11. Considerações finais	35694
6.16. 16ª VARA FEDERAL – JUAZEIRO DO NORTE/CE	34195
6.16.1. Competência, localização, estrutura física e horário de expediente	34195
6.16.2. Corpo funcional - juízes federais e servidores	34195
6.16.2.1. Juízes federais	34296
6.16.2.2. Servidores.....	34298
6.16.2.3. Estagiários	400
6.16.3. Organização da 16ª Vara Federal.....	400
6.16.3.1. Secretaria	400
6.16.3.2. Gabinetes dos juízes federais.....	401
6.16.4. Participação dos juízes federais em reuniões com a equipe da 16ª Vara Federal	401
6.16.5. Planejamento das atividades da 16ª Vara Federal e avaliação periódica de resultados	401
6.16.6. Atendimento aos membros do Ministério Público Federal, Defensoria Pública da União, procuradores federais, advogados e partes na secretaria e nos gabinetes dos juízes federais da 16ª Vara Federal.....	402
6.16.7. Número de processos, relação servidor/processo, audiências de conciliação e de instrução e inspeções judiciais.....	402
6.16.8. Cumprimento de metas e resoluções do CNJ	402
6.16.9. Processos selecionados para correição	404
6.16.9.1. Principais constatações da análise individual de processos	404
6.16.9.1.1. Processos Físicos.....	404
6.16.9.1.2. Processos Judiciais Eletrônicos (PJe)	410
6.16.10. Correição anterior e autoinspeção	427
6.16.11. Considerações finais	427
6.17. 17ª VARA FEDERAL – JUAZEIRO DO NORTE/CE	427
6.17.1. Competência, localização, estrutura física e horário de expediente	427
6.17.2. Corpo funcional - juiz federal e servidores	428
6.17.2.1. Juiz federal titular	428
6.17.2.2. Servidores.....	429

6.17.2.3. Estagiários	430
6.17.3. Organização da 17ª Vara Federal.....	430
6.17.3.1. Secretaria	430
6.17.3.2. Gabinete do juiz federal	431
6.17.4. Participação do juiz federal em reuniões com a equipe da 17ª Vara Federal	431
6.17.5. Planejamento das atividades da 17ª Vara Federal e avaliação periódica de resultados	431
6.17.6. Atendimento aos membros do Ministério Público Federal, Defensoria Pública da União, procuradores federais, advogados e partes na secretaria e no gabinete do juiz federal da 17ª Vara Federal	433
6.17.7. Número de processos, relação servidor/processo, audiências de conciliação e de instrução e inspeções judiciais.....	434
6.17.8. Cumprimento de metas e resoluções do CNJ	434
6.17.9. Processos selecionados para correição	436
6.17.9.1. Principais constatações da análise individual de processos	436
6.17.9.1.1. Processos Eletrônicos do Sistema Creta	436
6.17.10. Correição anterior e autoinspeção	441
6.17.11. Considerações finais	441
6.18. 18ª VARA FEDERAL - SOBRAL/CE	441
6.18.1. Competência, localização, estrutura física e horário de expediente	442
6.18.2. Corpo funcional - juiz federal e servidores	442
6.18.2.1. Juiz federal titular	442
6.18.2.2. Servidores.....	442
6.18.2.3. Estagiários	444
6.18.3. Organização da 18ª Vara Federal.....	444
6.18.3.1. Secretaria	444
6.18.3.2. Gabinete do juiz federal	444
6.18.4. Participação do juiz federal em reuniões com a equipe da 18ª Vara Federal	444
6.18.5. Planejamento das atividades da 18ª Vara Federal e avaliação periódica de resultados	445
6.18.6. Atendimento aos membros do Ministério Público Federal, Defensoria Pública da União, procuradores federais, advogados e partes na secretaria e no gabinete do juiz federal da 18ª Vara Federal	445
6.18.7. Número de processos, relação servidor/processo, audiências de conciliação e de instrução e inspeções judiciais.....	445
6.18.8. Cumprimento de metas e resoluções do CNJ	446
6.18.9. Processos selecionados para correição	447
6.18.9.1. Principais constatações da análise individual de processos	448

6.18.9.1.1. Processos Físicos.....	448
6.18.9.1.2. Processos Judiciais Eletrônicos (PJe)	453
6.18.10. Correição anterior e autoinspeção	465
6.18.11. Considerações finais	466
6.19. 19ª VARA FEDERAL - SOBRAL/CE	466
6.19.1. Competência, localização, estrutura física e horário de expediente	466
6.19.2. Corpo funcional - juiz federal e servidores	466
6.19.2.1. Juiz federal titular	467
6.19.2.2. Servidores.....	468
6.19.2.3. Estagiários	471
6.19.3. Organização da 19ª Vara Federal.....	471
6.19.3.1. Secretaria	471
6.19.3.2. Gabinete do juiz federal	473
6.19.4. Participação do juiz federal em reuniões com a equipe da 19ª Vara Federal	473
6.19.5. Planejamento das atividades da 19ª Vara Federal e avaliação periódica de resultados	473
6.19.6. Atendimento aos membros do Ministério Público Federal, Defensoria Pública da União, procuradores federais, advogados e partes na secretaria e no gabinete do juiz federal da 19ª Vara Federal	474
6.19.7. Número de processos, relação servidor/processo, audiências de conciliação e de instrução e inspeções judiciais.....	474
6.19.8. Cumprimento de metas e resoluções do CNJ	475
6.19.9. Processos selecionados para correição	476
6.19.9.1. Principais constatações da análise individual de processos	476
6.19.9.1.1. Processos Eletrônicos do Sistema Creta.....	476
6.19.10. Correição anterior e autoinspeção	484
6.19.11. Considerações finais	486
6.20. 20ª VARA FEDERAL - FORTALEZA/CE.....	486
6.20.1. Competência, localização, estrutura física e horário de expediente	486
6.20.2. Corpo funcional - juízes federais e servidores	486
6.20.2.1. Juízes federais	487
6.20.2.2. Servidores.....	487
6.20.2.3. Estagiários	488
6.20.3. Organização da 20ª Vara Federal.....	488
6.20.3.1. Secretaria	488
6.20.3.2. Gabinetes dos juízes federais.....	489

6.20.4. Participação dos juízes federais em reuniões com a equipe da 20ª Vara Federal	489
6.20.5. Planejamento das atividades da 20ª Vara Federal e avaliação periódica de resultados	489
6.20.6. Atendimento aos membros do Ministério Público Federal, Defensoria Pública da União, procuradores federais, advogados e partes na secretaria e nos gabinetes dos juízes federais da 20ª Vara Federal.....	490
6.20.7. Número de processos, relação servidor/processo, audiências de conciliação e de instrução e inspeções judiciais.....	490
6.20.8. Cumprimento de metas e resoluções do CNJ	490
6.20.9. Processos selecionados para correição	492
6.20.9.1. Principais constatações da análise individual de processos	492
6.20.9.1.1. Processos Físicos.....	492
6.20.9.1.2. Processos Judiciais Eletrônicos (PJe)	498
6.20.10. Correição anterior e autoinspeção	524
6.20.11. Considerações finais	524
6.21. 21ª VARA FEDERAL - FORTALEZA/CE.....	526
6.21.1. Competência, localização, estrutura física e horário de expediente	526
6.21.2. Corpo funcional – juízes federais e servidores	526
6.21.2.1. Juízes federais	526
6.21.2.2. Servidores.....	527
6.21.2.3. Estagiários	529
6.21.3. Organização da 21ª Vara Federal.....	529
6.21.3.1. Secretaria	529
6.21.3.2. Gabinetes dos juízes federais.....	530
6.21.4. Participação dos juízes federais em reuniões com a equipe da 21ª Vara Federal	530
6.21.5. Planejamento das atividades da 21ª Vara Federal e avaliação periódica de resultados	530
6.21.6. Atendimento aos membros do Ministério Público Federal, Defensoria Pública da União, procuradores federais, advogados e partes na secretaria e nos gabinetes dos juízes federais da 21ª Vara Federal.....	530
6.21.7. Número de processos, relação servidor/processo, audiências de conciliação e de instrução e inspeções judiciais.....	531
6.21.8. Cumprimento de metas e resoluções do CNJ	531
6.21.9. Processos selecionados para correição	533
6.21.9.1. Principais constatações da análise individual de processos	533
6.21.9.1.1. Processos Eletrônicos do Sistema Creta.....	533
6.21.10. Correição anterior e autoinspeção	544
6.21.11. Considerações finais	544

6.22. 22ª VARA FEDERAL - CRATEÚS/CE	544
6.22.1. Competência, localização, estrutura física e horário de expediente	544
6.22.2. Corpo funcional - juiz federal e servidores	545
6.22.2.1. Juiz federal titular	545
6.22.2.2. Servidores.....	545
6.22.2.3. Estagiários	547
6.22.3. Organização da 22ª Vara Federal.....	548
6.22.3.1. Secretaria	548
6.22.3.2. Gabinete do juiz federal	549
6.22.4. Participação do juiz federal em reuniões com a equipe da 22ª Vara Federal	549
6.22.5. Planejamento das atividades da 22ª Vara Federal e avaliação periódica de resultados	550
6.22.6. Atendimento aos membros do Ministério Público Federal, Defensoria Pública da União, procuradores federais, advogados e partes na secretaria e no gabinete do juiz federal da 22ª Vara Federal	551
6.22.7. Número de processos, relação servidor/processo, audiências de conciliação e de instrução e inspeções judiciais.....	551
6.22.8. Cumprimento de metas e resoluções do CNJ	553
6.22.9. Processos selecionados para correição	555
6.22.9.1. Principais constatações da análise individual de processos	555
6.22.9.1.1. Processos Eletrônicos do Sistema Creta.....	555
6.22.9.1.2. Processos Físicos.....	560
6.22.9.1.3. Processos Judiciais Eletrônicos (PJe)	562
6.22.10. Correição anterior e autoinspeção	567
6.22.11. Considerações finais	568
6.23. 23ª VARA FEDERAL - QUIXADÁ/CE.....	569
6.23.1. Competência, localização, estrutura física e horário de expediente	569
6.23.2. Corpo funcional – juízes federais e servidores	569
6.23.2.1. Juízes federais	569
6.23.2.2. Servidores.....	570
6.23.2.3. Estagiários	572
6.23.3. Organização da 23ª Vara Federal.....	572
6.23.3.1. Secretaria	572
6.23.3.2. Gabinetes dos juízes federais.....	574
6.23.4. Participação dos juízes federais em reuniões com a equipe da 23ª Vara Federal	574
6.23.5. Planejamento das atividades da 23ª Vara Federal e avaliação periódica de resultados	574

6.23.6. Atendimento aos membros do Ministério Público Federal, Defensoria Pública da União, procuradores federais, advogados e partes na secretaria e nos gabinetes dos juízes federais da 23ª Vara Federal.....	575
6.23.7. Número de processos, relação servidor/processo, audiências de conciliação e de instrução e inspeções judiciais.....	576
6.23.8. Cumprimento de metas e resoluções do CNJ	578
6.23.9. Processos selecionados para correição	582
6.23.9.1. Principais constatações da análise individual de processos	582
6.23.9.1.1. Processos Eletrônicos do Sistema Creta.....	582
6.23.9.1.2. Processos Físicos.....	589
6.23.9.1.3. Processos Judiciais Eletrônicos (PJe)	595
6.23.10. Correição anterior e autoinspeção	605
6.23.11. Considerações finais	606
6.24. 24ª VARA FEDERAL - TAUÁ/CE	607
6.24.1. Competência, localização, estrutura física e horário de expediente	607
6.24.2. Corpo funcional - juiz federal e servidores	607
6.24.2.1. Juiz federal titular	607
6.24.2.2. Servidores.....	608
6.24.2.3. Estagiários	610
6.24.3. Organização da 24ª Vara Federal.....	610
6.24.3.1. Secretaria	610
6.24.3.2. Gabinete do juiz federal	617
6.24.4. Participação do juiz federal em reuniões com a equipe da 24ª Vara Federal	618
6.24.5. Planejamento das atividades da 24ª Vara Federal e avaliação periódica de resultados	618
6.24.6. Atendimento aos membros do Ministério Público Federal, Defensoria Pública da União, procuradores federais, advogados e partes na secretaria e no gabinete do juiz federal da 24ª Vara Federal	619
6.24.7. Número de processos, relação servidor/processo, audiências de conciliação e de instrução e inspeções judiciais.....	620
6.24.8. Cumprimento de metas e resoluções do CNJ	622
6.24.9. Processos selecionados para correição	626
6.24.9.1. Principais constatações da análise individual de processos	627
6.24.9.1.1. Processos Eletrônicos dos Sistema Creta	627
6.24.9.1.2. Processos Físicos.....	631
6.24.9.1.3. Processos Judiciais Eletrônicos (PJe)	633
6.24.10. Correição anterior e autoinspeção	635

6.24.11. Considerações finais	636
6.25. 25ª VARA FEDERAL - IGUATU/CE.....	636
6.25.1. Competência, localização, estrutura física e horário de expediente	636
6.25.2. Corpo funcional – juízes federais e servidores	636
6.25.2.1. Juízes federais	637
6.25.2.2. Servidores.....	638
6.25.2.3. Estagiários	639
6.25.3. Organização da 25ª Vara Federal.....	640
6.25.3.1. Secretaria	640
6.25.3.2. Gabinetes dos juízes federais.....	644
6.25.4. Participação dos juízes federais em reuniões com a equipe da 25ª Vara Federal	644
6.25.5. Planejamento das atividades da 25ª Vara Federal e avaliação periódica de resultados	645
6.25.6. Atendimento aos membros do Ministério Público Federal, Defensoria Pública da União, procuradores federais, advogados e partes na secretaria e nos gabinetes dos juízes federais da 25ª Vara Federal.....	646
6.25.7. Número de processos, relação servidor/processo, audiências de conciliação e de instrução e inspeções judiciais.....	646
6.25.8. Cumprimento de metas e resoluções do CNJ	647
6.25.9. Processos selecionados para correição	649
6.25.9.1. Principais constatações da análise individual de processos	650
6.25.9.1.1. Processos Eletrônicos do Sistema Creta.....	650
6.25.9.1.2. Processos Físicos.....	658
6.25.9.1.3. Processos Judiciais Eletrônicos (PJe)	662
6.25.10. Correição anterior e autoinspeção	670
6.25.11. Considerações finais	670
6.26. 26ª VARA FEDERAL - FORTALEZA/CE.....	671
6.26.1. Competência, localização, estrutura física e horário de expediente	671
6.26.2. Corpo funcional - juiz federal e servidores	671
6.26.2.1. Juiz federal titular	671
6.26.2.2. Servidores.....	672
6.26.2.3. Estagiários	673
6.26.3. Organização da 26ª Vara Federal.....	673
6.26.3.1. Secretaria	674
6.26.3.2. Gabinete do juiz federal	675
6.26.4. Participação do juiz federal em reuniões com a equipe da 26ª Vara Federal	675

6.26.5. Planejamento das atividades da 26ª Vara Federal e avaliação periódica de resultados	676
6.26.6. Atendimento aos membros do Ministério Público Federal, Defensoria Pública da União, procuradores federais, advogados e partes na secretaria e no gabinete do juiz federal da 26ª Vara Federal	677
6.26.7. Número de processos, relação servidor/processo, audiências de conciliação e de instrução e inspeções judiciais.....	677
6.26.8. Cumprimento de metas e resoluções do CNJ	678
6.26.9. Processos selecionados para correição	679
6.26.9.1. Principais constatações da análise individual de processos	679
6.26.9.1.1. Processos Eletrônicos do Sistema Creta.....	679
6.26.10. Correição anterior e autoinspeção	684
6.26.11. Considerações finais	684
6.27. 27ª VARA FEDERAL - ITAPIPOCA/CE.....	685
6.27.1. Competência, localização, estrutura física e horário de expediente	685
6.27.2. Corpo funcional – juízes federais e servidores	685
6.27.2.1. Juízes federais	685
6.27.2.2. Servidores.....	686
6.27.2.3. Estagiários	689
6.27.3. Organização da 27ª Vara Federal.....	689
6.27.3.1. Secretaria	689
6.27.3.2. Gabinetes dos juízes federais.....	692
6.27.4. Participação dos juízes federais em reuniões com a equipe da 27ª Vara Federal	693
6.27.5. Planejamento das atividades da 27ª Vara Federal e avaliação periódica de resultados	694
6.27.6. Atendimento aos membros do Ministério Público Federal, Defensoria Pública da União, procuradores federais, advogados e partes na secretaria e nos gabinetes dos juízes federais da 27ª Vara Federal.....	695
6.27.7. Número de processos, relação servidor/processo, audiências de conciliação e de instrução e inspeções judiciais.....	696
6.27.8. Cumprimento de metas e resoluções do CNJ	696
6.27.9. Processos selecionados para correição	698
6.27.9.1. Principais constatações da análise individual de processos	699
6.27.9.1.1. Processos Eletrônicos do Sistema Creta.....	699
6.27.9.1.2. Processos Físicos.....	710
6.27.9.1.3. Processos Judiciais Eletrônicos (PJe)	715
6.27.10. Correição anterior e autoinspeção	726
6.27.11. Considerações finais	727

6.28. 28ª VARA FEDERAL - FORTALEZA/CE.....	341727
6.28.1. Competência, localização, estrutura física e horário de expediente	727
6.28.2. Corpo funcional – juízes federais e servidores	727
6.28.2.1. Juízes federais	728
6.28.2.2. Servidores.....	730
6.28.2.3. Estagiários	732
6.28.3. Organização da 28ª Vara Federal.....	732
6.28.3.1. Secretaria	732
6.28.3.2. Gabinetes dos juízes federais.....	733
6.28.4. Participação dos juízes federais em reuniões com a equipe da 28ª Vara Federal	734
6.28.5. Planejamento das atividades da 28ª Vara Federal e avaliação periódica de resultados	734
6.28.6. Atendimento aos membros do Ministério Público Federal, Defensoria Pública da União, procuradores federais, advogados e partes na secretaria e nos gabinetes dos juízes federais da 28ª Vara Federal.....	735
6.28.7. Número de processos, relação servidor/processo, audiências de conciliação e de instrução e inspeções judiciais.....	735
6.28.8. Cumprimento de metas e resoluções do CNJ	736
6.28.9. Processos selecionados para correição	738
6.28.9.1. Principais constatações da análise individual de processos	738
6.28.9.1.1. Processos Eletrônicos do Sistema Creta.....	738
6.28.10. Correição anterior e autoinspeção	746
6.28.11. Considerações finais	746
6.29. 29ª VARA FEDERAL - LIMOEIRO DO NORTE/CE.....	746
6.29.1. Competência, localização, estrutura física e horário de expediente	746
6.29.2. Corpo funcional – juíza federal e servidores.....	747
6.29.2.1. Juíza federal titular	747
6.29.2.2. Servidores.....	748
6.29.2.3. Estagiários	750
6.29.3. Organização da 29ª Vara Federal.....	750
6.29.3.1. Secretaria	750
6.29.3.2. Gabinete da juíza federal	751
6.29.4. Participação da juíza federal em reuniões com a equipe da 29ª Vara Federal	751
6.29.5. Planejamento das atividades da 29ª Vara Federal e avaliação periódica de resultados	752

6.29.6. Atendimento aos membros do Ministério Público Federal, Defensoria Pública da União, procuradores federais, advogados e partes na secretaria e no gabinete da juíza federal da 29ª Vara Federal	753
6.29.7. Número de processos, relação servidor/processo, audiências de conciliação e de instrução e inspeções judiciais.....	753
6.29.8. Cumprimento de metas e resoluções do CNJ	754
6.29.9. Processos selecionados para correição	755
6.29.9.1. Principais constatações da análise individual de processos	756
6.29.9.1.1. Processos Eletrônicos do Sistema Creta.....	756
6.29.10. Correição anterior e autoinspeção	767
6.29.11. Considerações finais	767
6.30. 30ª VARA FEDERAL – JUAZEIRO DO NORTE/CE	768
6.30.1. Competência, localização, estrutura física e horário de expediente	768
6.30.2. Corpo funcional - juíza federal e servidores	768
6.30.2.1. Juíza federal titular	769
6.30.2.2. Servidores.....	770
6.30.2.3. Estagiários	771
6.30.3. Organização da 30ª Vara Federal.....	771
6.30.3.1. Secretaria	772
6.30.3.2. Gabinete da juíza federal	773
6.30.4. Participação da juíza federal em reuniões com a equipe da 30ª Vara Federal	773
6.30.5. Planejamento das atividades da 30ª Vara Federal e avaliação periódica de resultados	774
6.30.6. Atendimento aos membros do Ministério Público Federal, Defensoria Pública da União, procuradores federais, advogados e partes na secretaria e no gabinete da juíza federal da 30ª Vara Federal	774
6.30.7. Número de processos, relação servidor/processo, audiências de conciliação e de instrução e inspeções judiciais.....	775
6.30.8. Cumprimento de metas e resoluções do CNJ	776
6.30.9. Processos selecionados para correição	777
6.30.9.1. Principais constatações da análise individual de processos	778
6.30.9.1.1. Processos Eletrônicos do Sistema Creta.....	778
6.30.10. Correição anterior e autoinspeção	783
6.30.11. Considerações finais	783
6.31. 31ª VARA FEDERAL - SOBRAL/CE	784
6.31.1. Competência, localização, estrutura física e horário de expediente	784
6.31.2. Corpo funcional - juíza federal e servidores	784

6.31.2.1. Juíza Federal titular.....	784
6.31.2.2. Servidores.....	786
6.31.2.3. Estagiários	789
6.31.3. Organização da 31ª Vara Federal.....	789
6.31.3.1. Secretaria	789
6.31.3.2. Gabinete da juíza federal	793
6.31.4. Participação da juíza federal em reuniões com a equipe da 31ª Vara Federal	793
6.31.5. Planejamento das atividades da 31ª Vara Federal e avaliação periódica de resultados	793
6.31.6. Atendimento aos membros do Ministério Público Federal, Defensoria Pública da União, procuradores federais, advogados e partes na secretaria e no gabinete da juíza federal da 31ª Vara Federal	795
6.31.7. Número de processos, relação servidor/processo, audiências de conciliação e de instrução e inspeções judiciais.....	796
6.31.8. Cumprimento de metas e resoluções do CNJ	797
6.31.9. Processos selecionados para correição	799
6.31.9.1. Principais constatações da análise individual de processos	799
6.31.9.1.1. Processos Eletrônicos do Sistema Creta	799
6.31.10. Correição anterior e autoinspeção	807
6.31.11. Considerações finais	808
6.32. 32ª VARA FEDERAL - FORTALEZA/CE.....	808
6.32.1. Competência, localização, estrutura física e horário de expediente	808
6.32.2. Corpo funcional – juízes federais e servidores	809
6.32.2.1. Juízes federais	809
6.32.2.2. Servidores.....	810
6.32.2.3. Estagiários	811
6.32.3. Organização da 32ª Vara Federal.....	812
6.32.3.1. Secretaria	812
6.32.3.2. Gabinetes dos juízes federais.....	813
6.32.4. Participação dos juízes federais em reuniões com a equipe da 32ª Vara Federal	813
6.32.5. Planejamento das atividades da 32ª Vara Federal e avaliação periódica de resultados	813
6.32.6. Atendimento aos membros do Ministério Público Federal, Defensoria Pública da União, procuradores federais, advogados e partes na secretaria e nos gabinetes dos juízes federais da 32ª Vara Federal.....	816
6.32.7. Número de processos, relação servidor/processo, audiências de conciliação e de instrução e inspeções judiciais.....	816
6.32.8. Cumprimento de metas e resoluções do CNJ	817

6.32.9. Processos selecionados para correição	818
6.32.9.1. Principais constatações da análise individual de processos	819
6.32.9.1.1. Processos Físicos.....	819
6.32.9.1.2. Processos Judiciais Eletrônicos (PJe)	820
6.32.10. Correição anterior e autoinspeção	822
6.32.11. Considerações finais	822
6.33. 33ª VARA FEDERAL - FORTALEZA/CE.....	823
6.33.1. Competência, localização, estrutura física e horário de expediente	823
6.33.2. Corpo funcional - juiz federal e servidores	823
6.33.2.1. Juiz federal titular	823
6.33.2.2. Servidores.....	823
6.33.2.3. Estagiários	825
6.33.3. Organização da 33ª Vara Federal.....	825
6.33.3.1. Secretaria	825
6.33.3.2. Gabinete do juiz federal	826
6.33.4. Participação do juiz federal em reuniões com a equipe da 33ª Vara Federal	827
6.33.5. Planejamento das atividades da 33ª Vara Federal e avaliação periódica de resultados	827
6.33.6. Atendimento aos membros do Ministério Público Federal, Defensoria Pública da União, procuradores federais, advogados e partes na secretaria e no gabinete do juiz federal da 33ª Vara Federal	828
6.33.7. Número de processos, relação servidor/processo, audiências de conciliação e de instrução e inspeções judiciais.....	828
6.33.8. Cumprimento de metas e resoluções do CNJ	829
6.33.9. Processos selecionados para correição	830
6.33.9.1. Principais constatações da análise individual de processos	830
6.33.9.1.1. Processos Físicos.....	830
6.33.9.1.2. Processos Judiciais Eletrônicos (PJe)	837
6.33.10. Correição anterior e autoinspeção	858
6.33.11. Considerações finais	859
6.34. 34ª VARA FEDERAL - MARACANAÚ/CE.....	860
6.34.1. Competência, localização, estrutura física e horário de expediente	860
6.34.2. Corpo funcional - juiz federal e servidores	860
6.34.2.1. Juiz federal titular	861
6.34.2.2. Servidores.....	861
6.34.2.3. Estagiários	863

6.34.3. Organização da 34ª Vara Federal.....	863
6.34.3.1. Secretaria	864
6.34.3.2. Gabinete do juiz federal	865
6.34.4. Participação do juiz federal em reuniões com a equipe da 34ª Vara Federal	866
6.34.5. Planejamento das atividades da 34ª Vara Federal e avaliação periódica de resultados	866
6.34.6. Atendimento aos membros do Ministério Público Federal, Defensoria Pública da União, procuradores federais, advogados e partes na secretaria e no gabinete do juiz federal da 34ª Vara Federal	868
6.34.7. Número de processos, relação servidor/processo, audiências de conciliação e de instrução e inspeções judiciais.....	868
6.34.8. Cumprimento de metas e resoluções do CNJ	869
6.34.9. Processos selecionados para correição	870
6.34.9.1. Principais constatações da análise individual de processos	870
6.34.9.1.1. Processos Físicos.....	870
6.34.9.1.2. Processos Judiciais Eletrônicos (PJe)	874
6.34.10. Correição anterior e autoinspeção	881
6.34.11. Considerações finais	881
6.35. 35ª VARA FEDERAL - MARACANAÚ/CE.....	882
6.35.1. Competência, localização, estrutura física e horário de expediente	882
6.35.2. Corpo funcional – juíza federal e servidores.....	882
6.35.2.1. Juíza federal titular	882
6.35.2.2. Servidores.....	883
6.35.2.3. Estagiários	885
6.35.3. Organização da 35ª Vara Federal.....	885
6.35.3.1. Secretaria	885
6.35.3.2. Gabinete da juíza federal	890
6.35.4. Participação da juíza federal em reuniões com a equipe da 35ª Vara Federal	891
6.35.5. Planejamento das atividades da 35ª Vara Federal e avaliação periódica de resultados	891
6.35.6. Atendimento aos membros do Ministério Público Federal, Defensoria Pública da União, procuradores federais, advogados e partes na secretaria e no gabinete da juíza federal da 35ª Vara Federal	893
6.35.7. Número de processos, relação servidor/processo, audiências de conciliação e de instrução e inspeções judiciais.....	893
6.35.8. Cumprimento de metas e resoluções do CNJ	894
6.35.9. Processos selecionados para correição	895
6.35.9.1. Principais constatações da análise individual de processos	896

6.35.9.1.1. Processos Eletrônicos do Sistema Creta	896
6.35.10. Correição anterior e autoinspeção	901
6.35.11. Considerações finais	901
6.36. TURMAS RECURSAIS DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ.....	901
6.36.1. Competência, composição, localização, estrutura física e horário de expediente	902
6.36.2. 1ª TURMA RECURSAL - SJCE.....	903
6.36.2.1. Corpo Funcional - juízes federais e servidores	903
6.36.2.2. Juiz Federal Titular da 1ª Relatoria.....	903
6.36.2.3. Juiz Federal Titular da 2ª Relatoria.....	904
6.36.2.4. Juiz Federal Titular da 3ª Relatoria.....	905
6.36.2.5. Servidores	905
6.36.2.6. Estagiários	907
6.36.2.7. Organização da 1ª Turma Recursal	907
6.36.2.7.1. Secretaria	908
6.36.2.8. Participação dos juízes federais em reuniões com a equipe da 1ª Turma Recursal.....	909
6.36.2.9. Planejamento das atividades da 1ª Turma Recursal e avaliação periódica de resultados.	910
6.36.2.10. Atendimento aos membros do Ministério Público Federal, Defensoria Pública da União, procuradores federais, advogados e partes na secretaria e nos gabinetes dos juízes federais da 1ª Turma Recursal	910
6.36.2.11. Número de processos e relação servidor/processo	910
6.36.2.12. Cumprimento de metas e resoluções do CNJ	912
6.36.2.12.1. Cumprimento de metas e resoluções do CNJ na 1ª Relatoria.....	912
6.36.2.12.2. Cumprimento de metas e resoluções do CNJ na 2ª Relatoria	913
6.36.2.12.3. Cumprimento de metas e resoluções do CNJ na 3ª Relatoria.....	915
6.36.2.13. Processos selecionados para correição	916
6.36.2.13.1. Principais constatações da análise individual de processos	916
6.36.2.13.1.1. Processos Eletrônicos do Sistema Creta.....	916
6.36.2.14. Correição anterior e autoinspeção	924
6.36.2.15. Considerações finais	925
6.36.3. 2ª TURMA RECURSAL - SJCE	925
6.36.3.1. Corpo Funcional - juízes federais e servidores	925
6.36.3.2. Juiz Federal Titular da 1ª Relatoria.....	926
6.36.3.3. Juiz Federal Titular da 2ª Relatoria.....	926
6.36.3.4. Juiz Federal Titular da 3ª Relatoria.....	927
6.36.3.5. Servidores	927

6.36.3.6. Estagiários	929
6.36.3.7. Organização da 2ª Turma Recursal	929
6.36.3.7.1. Secretaria	929
6.36.3.8. Participação dos juízes federais em reuniões com a equipe da 2ª Turma Recursal.....	931
6.36.3.9. Planejamento das atividades da 2ª Turma Recursal e avaliação periódica de resultados.	931
6.36.3.10. Atendimento aos membros do Ministério Público Federal, Defensoria Pública da União, procuradores federais, advogados e partes na secretaria e nos gabinetes dos juízes federais da 2ª Turma Recursal	931
6.36.3.11. Número de processos e relação servidor/processo	932
6.36.3.12. Cumprimento de metas e resoluções do CNJ	933
6.36.3.12.1. Cumprimento de metas e resoluções do CNJ na 1ª Relatoria.....	933
6.36.3.12.2. Cumprimento de metas e resoluções do CNJ na 2ª Relatoria	934
6.36.3.12.3. Cumprimento de metas e resoluções do CNJ na 3ª Relatoria.....	936
6.36.3.13. Processos selecionados para correição	937
6.36.3.13.1. Principais constatações da análise individual de processos	937
6.36.3.13.1.1. Processos Eletrônicos do Sistema Creta	937
6.36.3.14. Correição anterior e autoinspeção	945
6.36.3.15. Considerações finais	945
6.36.4. 3ª TURMA RECURSAL – SJCE	945
6.36.4.1. Corpo Funcional - juízes federais e servidores	946
6.36.4.2. Juiz Federal Titular da 1ª Relatoria.....	946
6.36.4.3. Juiz Federal Titular da 2ª Relatoria.....	946
6.36.4.4. Juiz Federal Titular da 3ª Relatoria.....	947
6.36.4.5. Servidores	947
6.36.4.6. Estagiários	949
6.36.4.7. Organização da 3ª Turma Recursal	949
6.36.4.7.1. Secretaria	949
6.36.4.8. Participação dos juízes federais em reuniões com a equipe da 3ª Turma Recursal.....	950
6.36.4.9. Planejamento das atividades da 3ª Turma Recursal e avaliação periódica de resultados.	951
6.36.4.10. Atendimento aos membros do Ministério Público Federal, Defensoria Pública da União, procuradores federais, advogados e partes na secretaria e nos gabinetes dos juízes federais da 3ª Turma Recursal	952
6.36.4.11. Número de processos e relação servidor/processo	952
6.36.4.12. Cumprimento de metas e resoluções do CNJ	953
6.36.4.12.1. Cumprimento de metas e resoluções do CNJ na 1ª Relatoria.....	953

6.36.4.12.2. Cumprimento de metas e resoluções do CNJ na 2ª Relatoria	955
6.36.4.12.3. Cumprimento de metas e resoluções do CNJ na 3ª Relatoria.....	956
6.36.4.13. Processos selecionados para correição	957
6.36.4.13.1. Principais constatações da análise individual de processos	957
6.36.4.13.1.1. Processos Eletrônicos do Sistema Creta.....	957
6.36.4.14. Correição anterior e autoinspeção	964
6.36.4.15. Considerações finais	965
7. INSPEÇÃO ORDINÁRIA REALIZADA PELO CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL NO TRF-5ª REGIÃO.....	965
8. CONCLUSÃO.....	965
APÊNDICE A	967

1. ABERTURA DOS TRABALHOS

A correição ordinária na Seção Judiciária do Ceará, instituída pelas Portarias nºs 76/2018-TRF5-CR, de 08 de março de 2018, e 113/2018-TRF5-CR, de 11 de abril de 2018, cumpre o que determinam os arts. 27 e 28 do Regimento Interno da Corregedoria-Regional do Tribunal Regional Federal da 5ª Região - TRF5, atualizado pela Emenda Regimental 05, de 29 de março de 2006, e atende ao disposto no art. 4º, I, da Resolução 49, de 02 de março de 2009, do Conselho da Justiça Federal (redação dada pela Res. 71, de 2009) e na Resolução nº 496, de 13 de fevereiro de 2006, também do CJF.

Os trabalhos de correição se iniciaram com a publicação das portarias acima referidas, tendo sido fixada a realização das atividades correicionais para os seguintes períodos: 09 a 13 de abril de 2018 (processos físicos das Varas Federais de Fortaleza e da Subseção Judiciária de Maracanaú); 23 a 26 de abril de 2018 (processos físicos das Subseções Judiciárias de Juazeiro do Norte, Iguatu, Quixadá e Limoeiro do Norte); 21 a 24 de maio de 2018 (processos físicos das Subseções Judiciárias de Tauá, Crateús, Sobral e Itapipoca); e 30 de abril a 11 de maio de 2018 (processos virtuais em trâmite nos sistemas Creta e PJe).

O diretor do foro, os juízes federais titulares e substitutos das varas federais e da turma recursal da Seção Judiciária do Ceará, bem como os diretores de secretaria judiciária, de turma recursal e da secretaria administrativa, foram devidamente cientificados da correição ordinária, por meio de comunicações encaminhadas por esta Corregedoria-Regional.

Para dar conhecimento do início dos trabalhos da correição, foram também cientificados, por meio de ofício, o Presidente da Seccional da Ordem dos Advogados do Brasil, o Procurador-Chefe da Procuradoria da República, o Procurador-Chefe da Advocacia Geral da União e o Defensor Público-Chefe da Defensoria Pública da União, todos com atuação no Estado do Ceará.

A equipe da correição, coordenada pelo Corregedor-Regional, foi integrada pelos servidores, no trabalho de assessoria, Ana Patrícia Lopes Farinha, Anastácia Barros de Figueiredo, Andrea Cristina de Sousa, Antônio César Melo dos Santos, Carolina Lucena de Medeiros, Cynara Vilela Guerra, Fabiana Figueira Sanches Flores, Janine Luz Altmeier, José Rodrigo Rodrigues Vieira dos Santos, Lena Auto Faeirstein Marinho, Mirella Inojosa da Costa Lima Leite, Nadja Barros Santiago, Tereza Cristiana Rabelo Pessoa de Mello e Vanessa Pereira de Figueiredo e Melo, indicados por meio das Portarias 77/2018-TRF5-CR, 114/2018-CR e 138/2018-TRF5-CR.

2. METODOLOGIA ADOTADA NA CORREIÇÃO

Consoante estabelece o art. 3º da Resolução nº 496, de 13 de fevereiro de 2006, do CJF, a correição é atividade administrativa e, quando a realiza, o corregedor é órgão administrativo do respectivo Tribunal, não estando investido em atribuições jurisdicionais.

Os trabalhos de correição realizados na Seção Judiciária do Ceará tiveram como base quatro pilares, quais sejam: a) gestão processual (rotinas, divisão de trabalho, organização das tarefas etc); b) desempenho quantitativo (cumprimento de metas do Conselho Nacional de Justiça – CNJ, volume de processos distribuídos e julgados, realização de conciliações etc) e qualitativo (presteza no atendimento de partes, advogados, Ministério Público e Defensoria Pública, qualificação dos servidores etc); c) cumprimento da legislação e resoluções do CNJ, CJF, TRF5; e d) verificação das instalações físicas e de equipamentos disponíveis nas unidades correicionadas.

A correição tem o foco voltado para a gestão do processo e da unidade jurisdicional e para os respectivos meios necessários ao bom andamento processual, com celeridade e eficiência.

Essa forma de atuar atende a uma moderna visão do que seja o trabalho de uma corregedoria, centrando sua atuação no desenvolvimento de uma eficiente prestação jurisdicional, mediante o incremento da gestão do processo e na identificação de boas práticas que mereçam ser disseminadas e recomendadas para as outras unidades jurisdicionais, bem como na constatação de problemas, visando a mais rápida solução, para que a unidade correicionada possa prestar um serviço de melhor qualidade ao jurisdicionado.

Para a escolha da metodologia aplicada, também foi considerada a participação da unidade correicionada nos trabalhos da correição, mediante o preenchimento prévio de formulários de gestão, os quais foram devidamente analisados *in loco* pelo órgão correicional, possibilitando o autoconhecimento da unidade que forneceu os dados e uma maior integração entre a corregedoria-regional e a seção judiciária, como forma de gerar frutos de unidade institucional.

Para avaliação dos trabalhos nas Varas federais, além do formulário de gestão, as equipes de trabalho, sob a coordenação do corregedor-regional, avaliaram os processos previamente selecionados para a correição, anotando no sistema específico (Sistema de Inspeção da Corregedoria - SIC) informações e observações acerca do andamento de cada um dos processos, as quais integram o presente relatório no tópico relativo à unidade jurisdicional respectiva.

Para a formação da amostra do acervo total de processos das Varas federais, foram selecionados feitos conclusos, ações civis públicas, ações civis públicas de improbidade administrativa, ações de desapropriação por interesse social, mandados de segurança coletivo, ações populares, ações penais com réus presos, execuções fiscais de grandes devedores, bem como processos referentes a todas as classes e feitos mais antigos.

A correição concentrou-se, no período de 09 a 13 de abril de 2018, nas unidades da capital (Fortaleza/CE) e na Subseção Judiciária de Maracanaú, tendo, nos intervalos de 23 a 26 de abril de 2018 e de 21 a 24 de maio de 2018, sido correicionadas Varas federais situadas nos municípios de Juazeiro do Norte, Iguatu, Quixadá, Limoeiro do Norte, Tauá, Crateús, Sobral e Itapipoca.

O corregedor-regional visitou, individualmente, as Varas federais correicionadas, passando pelos vários setores na respectiva unidade, conversando com os magistrados e diretores de secretaria, oportunidade em que mantiveram diálogo a respeito dos aspectos que permeiam a gestão do serviço e a atividade jurisdicional em si, observando, particularmente, o que foi informado nos formulários de gestão, bem como realizou visita a setores da secretaria administrativa.

No período de 30 de abril a 11 de maio de 2018, a correição foi integrada com o exame dos processos virtuais, por meio dos sistemas Creta e PJe, realizado remotamente na sede do TRF5.

A correição virtual adotou a seguinte dinâmica: a) cadastramento da correição no sistema; b) seleção dos processos; c) análise das ocorrências; e d) expedição de relatórios com as observações anotadas.

Um terceiro momento da atividade correicional é a reunião de todos os dados coletados para elaboração e apresentação ao TRF5 do presente relatório, que deve servir de importante fonte de subsídios para definição do planejamento administrativo voltado ao primeiro grau de jurisdição.

A análise dos dados coletados pela corregedoria-regional é fundamental para identificar se a demanda pelos serviços judiciários está ou não aumentando, bem como permitirá avaliar se o número de processos em tramitação ou em estoque está evoluindo ou involuindo, o que é de substancial importância para a definição da estratégia a ser adotada para o Judiciário em geral e para a unidade jurisdicional em específico.

3. OBJETIVOS GERAIS DA CORREIÇÃO

Os objetivos da correição guardam consonância com as orientações traçadas na Resolução nº 496, de 13 de fevereiro de 2006, do CJF.

Nesse sentido, a correição objetiva a busca da eficiência e aprimoramento dos juízos e serviços administrativos, judiciários e cartorários que lhes são afetos, bem assim a troca de experiências. E, ainda, a correição deve procurar o esclarecimento de situações de fato, a prevenção de irregularidades, o aprimoramento da prestação jurisdicional e a celeridade nos serviços cartorários. É também papel da atividade correicional promover maior integração entre a Corregedoria e a Seção Judiciária, como forma de gerar frutos de unidade institucional.

Por fim, a correição tem por objetivo precípuo contribuir com a melhoria dos serviços prestados pela Justiça Federal aos seus jurisdicionados.

4. IDENTIFICAÇÃO DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ

A Seção Judiciária do Ceará é uma das seis seções que compõem a jurisdição do TRF5, tendo como Diretor do Foro o Juiz Federal José Eduardo de Melo Vilar Filho e tem a sua sede localizada na Rua Pedro I, Praça Murilo Borges, nº 1, Centro, Fortaleza/CE, onde estão instaladas a parte administrativa, as Turmas Recursais dos JEF's e as 1ª, 2ª, 3ª, 4ª, 5ª, 6ª, 7ª, 8ª, 10ª, 13ª, 14ª, 26ª e 28ª Varas Federais. No prédio situado na Rua João Carvalho, nº 485, Aldeota, estão instaladas as 9ª, 11ª, 12ª, 20ª, 32ª e 33ª Varas Federais, estando a 21ª Vara Federal localizada no prédio da UNIFOR, na Avenida Washington Soares, nº 1321, Bloco Z (Escritório de Prática Jurídica), Edson Queiroz, Fortaleza/CE.

Na Subseção Judiciária de Liomeiro do Norte/CE, as 15ª e 29ª Varas Federais localizam-se na Rua Cândido José de Sousa, nº 541, Socorro, Limoeiro do Norte/CE.

Na Subseção Judiciária de Juazeiro do Norte/CE, estão instaladas as 16ª, 17ª e 30ª Varas Federais. O edifício da referida Subseccional situa-se na Rua Jonas de Sousa, s/n, Lagoa Seca, Juazeiro do Norte/CE.

Na Subseção Judiciária de Sobral/CE, encontram-se as 18ª, 19ª e 31ª Varas Federais, cuja sede localiza-se na Avenida Dr. Guarani, 608, Derby Clube, Sobral/CE.

Na Subseção Judiciária de Crateús/CE, a 22ª Vara Federal funciona na Rua Sargento Hermínio, s/n, BR 226 km 0, Venâncios, Crateús/CE.

Na Subseção Judiciária de Quixadá/CE, a 23ª Vara Federal situa-se na Rua José Jucá, 75, Centro, Quixadá/CE.

Na Subseção Judiciária de Tauá/CE, a 24ª Vara Federal localiza-se na Avenida Coronel Vicente Alexandrino de Sousa, nº 10, Tauazinho, Tauá/CE.

Na Subseção Judiciária de Iguatu/CE, a 25ª Vara Federal está sediada na Rua 25 de março, s/n, Paraná, Iguatu/CE.

Na Subseção Judiciária de Itapipoca/CE, a 27ª Vara Federal localiza-se na Rua Tenente José Vicente, s/n, Boa Vista, Itapipoca/CE.

Fazem parte da Subseção Judiciária de Maracanaú as 34ª e 35ª Varas Federais, com sede na Avenida 1, nº 17, Jereissati I, Maracanaú/CE.

Os magistrados Federais da SJCE são: Luís Praxedes Vieira da Silva (juiz federal titular da 1ª Vara), Jorge Luis Girão Barreto (juiz federal titular da 2ª Vara), George Marmelstein Lima (juiz federal titular da 3ª Vara), José Vidal Silva Neto (juiz federal titular da 4ª Vara), João Luís Nogueira Matias (juiz federal titular da 5ª Vara), Leonardo Resende Martins (juiz federal titular da 6ª Vara), Karla de Almeida Miranda Maia (juíza federal titular da 7ª Vara), Ricardo Cunha Porto (juiz federal titular da 8ª Vara), Germana de Oliveira Moraes (juíza federal titular da 9ª Vara), Dartanhan Vercingetórix de Araújo e Rocha (juiz federal substituto da 9ª Vara), Alcides Saldanha Lima (juiz federal titular da 10ª Vara), Danilo Fontenele Sampaio Cunha (juiz federal titular da 11ª Vara), Heloisa Silva de Melo (juíza federal substituta da 11ª Vara, designada para prestar auxílio na 12ª Vara, sem prejuízo da jurisdição originária, por ocasião da correição), Marcos Mairton da Silva (juiz federal titular da 12ª Vara, afastado para atuar em auxílio à Corregedoria-Geral do CJF), José Helvesley Alves (juiz federal titular da 13ª Vara), Niliane Meira Lima (juíza federal titular da 14ª Vara e VICE-DIRETORA DO FORO), André Luiz Cavalcanti Silveira (juiz federal substituto da 14ª Vara), Bernardo Lima Vasconcelos Carneiro (juiz federal titular da 15ª Vara), André Vieira de Lima (juiz federal substituto da 15ª Vara), Rafael Chalegre do Rêgo Barros (juiz federal titular da 16ª Vara, designado para responder pela 36ª Vara, com prejuízo da jurisdição originária, por ocasião da correição), Fabricio de Lima Borges (juiz federal substituto da 16ª Vara), Lucas Mariano Cunha Aragão de Albuquerque (juiz federal titular da 17ª Vara e DIRETOR DA SUBSEÇÃO DE JUAZEIRO DO NORTE), Sérgio de Norões Milfont Júnior (juiz federal titular da 18ª Vara), Thiago Mesquita Teles de Carvalho (juiz federal titular da 19ª Vara e DIRETOR DA SUBSEÇÃO DE SOBRAL), Augustino Lima Chaves (juiz federal titular da 20ª Vara), Danielle Macêdo Peixoto de Carvalho (juíza federal substituta da 20ª Vara), Agapito Machado (juiz federal titular da 21ª Vara), Marcus Vinicius Parente Rebouças (juiz federal substituto da 21ª Vara), Daniel Guerra Alves (juiz federal titular da 22ª Vara e DIRETOR DA SUBSEÇÃO DE CRATEÚS), Ricardo José Brito Bastos Aguiar de Arruda (juiz federal titular da 23ª Vara e DIRETOR DA SUBSEÇÃO DE QUIXADÁ), José Flávio Fonseca de Oliveira (juiz federal substituto da 23ª Vara, por ocasião da correição, estando, atualmente, como juiz federal substituto da 12ª Vara), João Batista Martins Prata Braga (juiz federal titular da 24ª Vara e DIRETOR DA SUBSEÇÃO DE TAUÁ), Ciro Benigno Porto (juiz federal titular da 25ª Vara e DIRETOR DA SUBSEÇÃO DE IGUATU), Gabriela Lima Fontenelle Câmara (juíza federal substituta da 25ª Vara, por ocasião da correição, estando, atualmente, como juíza federal substituta da 23ª Vara), Sérgio Fiuza Tahim de Sousa Brasil (juiz federal titular da 26ª Vara), Marcelo Sampaio Pimentel Rocha (juiz federal titular da 27ª Vara e DIRETOR DA SUBSEÇÃO DE ITAPIPOCA), Felipe Graziano da Silva Turini (juiz federal substituto da 27ª Vara), José Maximiliano Machado Cavalcanti (juiz federal titular da 28ª Vara), Gustavo Henrique

Teixeira de Oliveira (juiz federal substituto da 28ª Vara), Elise Avesque Frota (juíza federal titular da 29ª Vara e DIRETORA DA SUBSEÇÃO DE LIMOEIRO DO NORTE), Debora Aguiar da Silva Santos (juíza federal titular da 30ª Vara), Iaci Rolim de Sousa (juíza federal titular da 31ª Vara), Francisco Luís Rios Alves (juiz federal titular da 32ª Vara), Danilo Dias Vasconcelos de Almeida (juiz federal substituto da 32ª Vara), Glêdison Marques Fernandes (juiz federal titular da 33ª Vara), Ricardo Ribeiro Campos (juiz federal titular da 34ª Vara) e Cíntia Menezes Brunetta (juíza federal titular da 35ª Vara).

São 03 as turmas recursais dos JEFs na Seção Judiciária do Ceará.

A primeira turma recusal da SJCE é composta por: José Eduardo de Melo Vilar Filho (1ª Relatoria e DIRETOR DO FORO DA SJCE), Bruno Leonardo Câmara Carrá (2ª relatoria - por ocasião da correição afastado para atuar em auxílio à Corregedoria-Geral do CJF), Dartanhan Vercingetórix de Araújo e Rocha (em auxílio à 2ª relatoria, por ocasião da correição), Leopoldo Fontenele Teixeira (3ª relatoria) e Marcus Vinicius Parente Rebouças (suplente).

A segunda turma Recursal/CE é integrada por: Gustavo Melo Barbosa (1ª relatoria), Paula Emília Moura Aragão de Sousa Brasil (2ª relatoria), Gisele Chaves Sampaio Alcântara (3ª relatoria) e João Luís Nogueira Matias (suplente).

Compõem a terceira turma recusal/CE: Nagibe de Melo Jorge Neto (1ª relatoria), Júlio Rodrigues Coelho Neto (2ª relatoria), André Dias Fernandes (3ª relatoria) e Dartanhan Vercingetórix de Araújo e Rocha (suplência).

5. SECRETARIA ADMINISTRATIVA - SECAD

Os dados da área administrativa são resultado da coleta realizada por meio do formulário de gestão, encaminhado por esta corregedoria-regional e respondido pela Seção Judiciária do Ceará, por sua diretora administrativa, e complementado pela visita realizada quando da correição presencial.

O diretor do foro da Seção Judiciária do Ceará é o Juiz Federal José Eduardo de Melo Vilar Filho, que desempenhará a função no período de 07/12/2017 a 31/03/2019 (Ato TRF5 nº 553/2017).

A diretora da secretaria administrativa (SECAD) é a servidora Raquel Rolim Pereira Galvão de Melo, que ocupa a função há mais de 03 anos (desde 06/04/2015 - Ato TRF5 nº 151/2015).

5.1. Corpo de servidores e estagiários

A SECAD conta com 125 servidores efetivos, distribuídos nos seguintes cargos:

CARGO	QUANTIDADE
Analista Judiciário -	17

Área Judiciária	
Analista Judiciário - Área Administrativa	11
Analista Judiciário - Biblioteconomia	01
Analista Judiciário - Área Judiciária - Oficial de Justiça	01
Analista Judiciário - Apoio Esp. Informática	01
TOTAL	31

CARGO	QUANTIDADE
Técnico Judiciário - Área Administrativa	59
Técnico Judiciário - Área de Segurança e Transporte	35
TOTAL	94

Convém ressaltar que existem 12 cargos efetivos vagos na SECAD. Por outro lado, há um servidor, ocupante de cargo efetivo na SECAD, que está cedido a outro órgão:

SERVIDOR	ÓRGÃO
IAPONÃ FERNANDES CORTEZ	TRF - 5ª Região

A seu turno, segue, abaixo, tabela com a relação dos servidores requisitados na SECAD, que possuem vínculo com o serviço público, com indicação dos respectivos cargos em comissão/funções de confiança, graus de instrução e órgãos de origem:

Nome	Cargo/função que ocupa	Grau de Instrução	Órgão de Origem
ADRIANA HELENA MONTEIRO MOREIRA	Assistente Técnico do Setor Técnico de Apoio à Gestão de Audiências/NJ - FC-03	Superior Direito	Tribunal de Justiça do Estado do Piauí
ADRIANO ALVES GARCIA JUNIOR	Supervisor da Seção de Suporte de Manutenção e Atendimento ao Usuário/NTI - FC-05	Superior Administração	Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento do Estado do Ceará
ANA EMILIA CARVALHO VENTURA BARROS	Assistente Técnico III/NFP - FC-03	Superior Ciências Contábeis	INFRAERO
Ana Ruth Fernandes Mendes	Supervisora da Seção de Central de Mandados/NJ - FC-05	Superior Pedagogia	Prefeitura Municipal de Pacatuba-CE
Andrea Couto Palacio de Queiroz	Supervisora Assistente do Setor de Análise Processual e Conferência/GDS - FC-04	Superior Jornalismo	Secretaria de Educação do Município de Fortaleza-CE
Antonio Oziel Carneiro de Oliveira	Supervisor Assistente do Setor de Transporte/GDF - FC-04	Superior Direito	Prefeitura Municipal de Jicoca de Jericoacoara-CE
Carlos Celso Serra Azul Machado Bezerra	Supervisor Assistente do Setor Médico/NGP - FC-04	Superior Medicina	Prefeitura Municipal de Iguatu-CE
Elias Jose de Souza	Supervisor da Seção de Licitações/NFP - FC-5	Mestrado Gestão Pública	Tribunal Regional Eleitoral-PE
Emanuela Silva Ribeiro	Supervisora da Seção de Comunicação Social/GDF - FC-05	Mestrado Administração	INFRAERO
Francisco Eugenio Gurjao	Supervisor da Seção de	Superior	INFRAERO

Santos	Projetos e Apoio a Obras e Reformas/NA - FC-05	Engenharia Civil	
Francisco Raimundo Trindade Lobato	Assistente Técnico III do Setor Técnico de Apoio às Subseções/NA - FC-03	Especialização Engenharia Mecânica do Trabalho	INFRAERO
Guilherme Otavio Tavares de Lacerda	Diretor do Núcleo de Tecnologia da Informação - FC-06	Superior Administração	Secretaria de Segurança Pública do Estado do Ceará
Gustavo Rodrigues Barreira	Supervisor da Seção de Treinamento e Desenvolvimento - NGP - FC-05	Especialização Administração Pública	Tribunal Regional Federal da 2ª Região
Herminia Lucia Santos de Oliveira	Assistente de Compras/NFP - FC-03	Pós - Graduação Direito Judiciário	Superior Tribunal de Justiça
Isabela Damasceno Torres	Secretária da Diretoria da Secretaria Administrativa - FC-03	Ensino Superior Psicologia	INFRAERO
Ivan Mendes Costa	Supervisor da Seção de Apoio à Secretaria Administrativa/GDS - FC-05	Ensino Superior Direito	Supremo Tribunal Federal
Jairo Ladislau da Silva Pimentel	Supervisor da Seção de Sistemas/NTI - FC-05	Ensino Superior Gestão de Tecnologia da Informação	Tribunal Regional Federal da 2ª Região
Jose Carlito Maximo Bastos	Supervisor Assistente do Setor de Serviços Gerais - FC-04	Ensino Superior Direito	Assembleia Legislativa do Estado do Ceará
Jose Ronald Maia Barreto	Assistente Técnico III/NJ - FC-03	Ensino Médio	Prefeitura Municipal de Quixeré-CE

Judas Tadeu Pequeno Maia	Supervisor da Seção de Patrimônio/NFP - FC-05	Superior Direito	Secretaria de Administração do Estado Ceará
Luiz Damazio Pereira de Aquino	Supervisor Assistente do Setor de Triagem e Apuração de Dados/NJ - FC-04	Mestrado Administração Contabilidade	Universidade Federal do Ceará
Marcos Maia Gurgel	Supervisor Assistente da Seção de Saúde/NGP - FC-04	Superior Odontologia	Prefeitura Municipal de Limoeiro do Norte-CE
Nilberto Nunes Malagueta	Assistente Técnico III do Setor Técnico de Malote/NA - FC-03	Ensino Médio	Secretaria de Desenvolvimento Rural do Estado do Ceará
Sidney Fernandes da Silva	Supervisor da Seção de Orçamento e Finanças/NFP - FC-5	Superior Direito	Seção Judiciária do Rio de Janeiro
Suellem Quaresma Camilo Tomaz	Assistente Técnico III da Seção de Comunicação Social/GDF - FC-03	Superior Comunicação Social	INFRAERO
Virginia Maria de Holanda Farias	Diretora de Núcleo de Administração	Superior Administração e Gestão de Recursos Humanos	Prefeitura Municipal de Pacatuba-CE

A SECAD conta, ainda, com 17 (dezessete) servidores removidos de outros órgão do Judiciário, conforme tabela abaixo:

Qtde.	Servidor	Cargo	Lotação	Órgão de origem
1.	Aila Castro da Rocha	Técnico Judiciário - Área Administrativa	Setor de Inativos e Pensionistas/NGP	CJF
2.	Ana Cristina Thiers Lamartine Melo	Técnico Judiciário - Área Administrativa	Seção de Atendimento e Distribuição dos JEF/NJ	Seção Judiciária do Paraná
3.	Anselmo Oliveira da Silva	Técnico Judiciário -	Seção de Arquivo e	TRF da 3ª Região

		Área Administrativa	Depósito Judicial/NJ	
4.	Antônia Morgana Pontes Guaragni	Analista Judiciária - Área Judiciária	Seção de Distribuição/NJ	Seção Judiciária de Minas Gerais
5.	Antônio Expedito Lima Gonçalves	Técnico Judiciário - Área Administrativa	Seção de Arquivo e Depósito Judicial/NJ	TRF da 5ª Região
6.	Damião Alex Lima	Técnico Judiciário - Área Administrativa Especialidade Segurança e Transporte	Seção de Segurança e Transporte/GDF	Seção Judiciária do Piauí
7.	David Pereira Cruz	Analista Judiciário - Apoio Especializado Serviço Social	Núcleo de Gestão de Pessoas	Seção Judiciária de São Paulo
8.	Francisca Francely Cordeiro de Brito	Técnico Judiciário - Área Administrativa	Setor Técnico de Apoio à Gestão de Audiência/NJ	TRF da 1ª Região
9.	Joana Darc Oliveira Mota	Técnico Judiciário - Área Administrativa	Setor Técnico de Benefícios/NGP	Seção Judiciária de São Paulo
10.	Jossie Holanda de Oliveira	Técnico Judiciário - Área Administrativa	Setor de Almoxarifado/NUFIP	TRF da 5ª Região
11.	Marcos Venício Costa	Técnico Judiciário - Área Administrativa	Setor de Almoxarifado/NUFIP	TRF da 5ª Região
12.	Maria Cirene da Silva Guimarães	Técnico Judiciário - Área Administrativa	Seção de Administração Predial/NA	TRF da 5ª Região
13.	Maria de Fátima de Lima Xavier	Técnico Judiciário - Área Administrativa	Setor de Direitos e Deveres/NGP	TRF da 5ª Região
14.	Paula Cristiane Saldanha Viana de Mesquita	Técnico Judiciário - Área Administrativa	Seção de Licitações/NFP	Seção Judiciária do Rio de Janeiro
15.	Pedro Rodrigues Salgueiro	Técnico Judiciário - Área Administrativa	Seção de Distribuição/NJ	TRF da 5ª Região
16.	Vera Lúcia Carneiro	Técnico Judiciário - Área Administrativa	Setor de Registro e Autuação de Processo Administrativo/GDS	TRF da 5ª Região
17.	Waldemar Barroso de Souza Cordeiro	Analista Judiciário - Área Administrativa	Gabinete do Diretor de Secretaria Administrativa/GDS	Seção Judiciária de Goiás

Além desses, há 06 (seis) servidores de outros órgãos com lotação provisória na SJCE, a saber:

Qtde.	Servidor	Cargo	Lotação	Órgão de origem
1.	Francisco Heládio Gonçalves Andrade	Analista Judiciário - Área Judiciária	Seção de Segurança e Transporte/GDF	STJ
2.	Isauro Ribeiro Filho	Técnico Judiciário - Área Administrativa - Especialidade Segurança e Transporte	Seção de Segurança e Transporte/GDF	TRF da 5ª Região
3.	João Eudes Ramos Félix	Técnico Judiciário - Área Administrativa - Especialidade Segurança e Transporte	Seção de Segurança e Transporte/GDF	TRF da 5ª Região
4.	Lilian de Oliveira	Técnico Judiciário - Área Administrativa	Seção de Distribuição/NJ	STJ
5.	Prescilla Rocha de Sousa	Técnico Judiciário - Área Administrativa	Seção de Saúde/NGP	STJ
6.	Sandra Maria Farias Araújo	Técnico Judiciário - Área Administrativa	Setor de Protocolo e Certidões	Tribunal de Justiça do Distrito Federal

Inexistem servidores sem vínculo com o serviço público em atuação na Secretaria Administrativa da SJCE.

Há 02 (duas) funções de confiança vagas de Assistente Técnico III (FC03) no Núcleo de Tecnologia da Informação.

O quadro de servidores afastados, exceto em razão de férias, apresenta-se da seguinte forma:

SERVIDOR	MOTIVO	PERÍODO
Alexandre Magno Sá Luna	Licença médica para tratamento da própria saúde	07/04 a 06/05/2018
Aurélio Sampaio Lourenço	Licença médica para tratamento da própria saúde	19/02 a 19/4/2018

Edson José Pereira Amador	Processo de aposentadoria por invalidez em andamento. Servidor permanece afastado - PA Fluxus 1837/2017	Desde 15/11/2017
Francisco da Costa Vasconcelos	Licença médica para tratamento da própria saúde	21/02 a 11/04/2018
Francisco Dias Maia Neto	Licença médica para tratamento da própria saúde	26/03 a 24/04/2018
Gabriel Antonio de Abreu Vieira	Licença médica para tratamento da própria saúde	08/01 a 07/05/2018
Jossî Holanda de Oliveira	Licença médica para tratamento da própria saúde	14/02 a 14/04/2018
Maria Teresa Lima Dalge	Licença médica para tratamento da própria saúde	02/02/2018 a 02/05/2018
Sonia Maria de Oliveira Schramm	Processo de aposentadoria por invalidez	Desde 17/08/2015

Nessa linha, o total de servidores em exercício na SECAD, considerando-se os servidores efetivos, requisitados, sem vínculo e em auxílio, descontando-se os cedidos, está representado na tabela seguinte:

EFETIVOS	125
REQUISITADOS	26
SEM VÍNCULO	00
EM AUXÍLIO (REMOVEDOS EXERCÍCIO PROVISÓRIO) E	23

CEDIDOS	01
TOTAL	173

Na SECAD, em regra, as chefias imediatas, após o término da avaliação de desempenho dos servidores, dão um *feedback* para os avaliados.

A SECAD não possui um número preestabelecido de estagiários. O quantitativo é fixado pelo Diretor do Foro, tendo em consideração a legislação de regência e demais normativos sobre a matéria, bem como as necessidades da Administração e a disponibilidade orçamentária do órgão.

O número efetivo de estagiários na SECAD, considerando o curso e o setor no qual o estágio está se desenvolvendo, obedece ao disposto na tabela abaixo:

QTDE.	Estagiário	Curso	Setor
1.	Thales Vieira Alcântara	Direito	Central de Mandados
2.	Gabriel Peixoto Barroso	Ciências Contábeis	Contadoria
3.	Fábio Victor Rocha Baima	Ciências Contábeis	Contadoria
4.	José Jonas Nunes da Silva	Ciências Contábeis	Contadoria
5.	Laura Rochelle Pinheiro de Araújo	Ciências Contábeis	Contadoria
6.	Lucas Souza dos Santos	Ciências Contábeis	Distribuição/Protocolo
7.	Windson Macial Oliveira Olímpio	Direito	Distribuição/Protocolo
8.	João Jeová Beserra Damascena Júnior	Ciências Contábeis	Folha de Pagamento
9.	Gutemberg Sales Pinheiro	Direito	Legislação
10.	Jackeline Carvalho Auzier	Ciências Contábeis	Seção de Orçamento e Finanças
11.	Ygor Frota de Oliveira	Ciências Contábeis	Seção de Orçamento e Finanças
12.	Bruna Kivia Barbosa Silva	Ciências Contábeis	Seção de Orçamento e Finanças

13.	Cleiton Santos de Oliveira	Ciências Contábeis	Seção de Orçamento e Finanças
14.	Victor Hugo Campos Martins	Ciências Contábeis	Seção de Contratos
15.	Renan Jardim Mourão	Direito	Seção de Licitações

Percebe-se, portanto, que os estagiários atuam em setores da SECAD compatíveis com os respectivos cursos.

5.2. Organização e divisão do trabalho

O horário de funcionamento das atividades na Secretaria Administrativa da Seção Judiciária do Ceará é das 9h às 18h.

A SECAD possui um organograma que aponta suas seções e setores.

A parte administrativa da Seção Judiciária do Ceará é dividida nos setores/seções indicados(as) na tabela seguinte, na qual também consta o número de servidores neles lotados:

SECRETARIA ADMINISTRATIVA - JFCE			Nº DE SERVIDORES
1.	GABINETE DO JUIZ FEDERAL DIRETOR DO FORO		
1.1	CHEFE DE GABINETE ADMINISTRATIVO		01
1.2	SEÇÃO DE CONTROLE INTERNO		01
	1.2.1	SETOR DE ANÁLISE DE LICITAÇÕES, CONTRATOS E CONVÊNIOS	01
	1.2.2	SETOR DE CONTABILIDADE	01
	1.2.3	SETOR DE ANÁLISE DE PESSOAL	01
1.3	SEÇÃO DE ACESSORIA JURÍDICA		02
1.4	SEÇÃO DE GESTÃO ESTRATÉGICA E GERENCIAMENTO DE DEMANDAS ADMINISTRATIVAS		01
	1.4.1	SETOR TÉCNICO DE DESENVOLVIMENTO ORGANIZACIONAL	01
1.5	SEÇÃO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL		02
1.6	SEÇÃO DE SEGURANÇA E TRANSPORTES		35
	1.6.1	SETOR DE SEGURANÇA	02
	1.6.2	SETOR DE TRANSPORTE	01

2.	GABINETE DO DIRETOR DE SECRETARIA ADMINISTRATIVA		03
2.1	SEÇÃO DE APOIO À SECRETARIA ADMINISTRATIVA		01
	2.1.1	SETOR DE ANÁLISE PROCESSUAL E CONFERÊNCIA	01
	2.1.2	SETOR DE REGISTRO E AUTUAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO	01
2.2	SEÇÃO DE BIBLIOTECA		03

3.	GABINETE DO DIRETOR DO NÚCLEO FINANCEIRO DE PATRIMONIAL	05
3.1	SEÇÃO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS	02
	3.1.1 SETOR DE EXECUÇÃO FINANCEIRA	01
	3.1.2 SETOR DE RECOLHIMENTO DE TRIBUTOS	01
3.2	SEÇÃO DE LICITAÇÕES	04
	3.2.1 SETOR DE PESQUISA E CERTAME	01
3.3	SEÇÃO DE CONTRATOS	01
	3.3.1 SETOR TÉCNICO DE ANÁLISE E CONFERÊNCIA DE DOCUMENTOS	01
3.4	SEÇÃO DE PATRIMÔNIO	02
	3.4.1 SETOR DE ALMOXARIFADO	01

4.	GABINETE DO DIRETOR DO NÚCLEO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	1
4.1	SEÇÃO DE SISTEMAS	1
	4.1.1 SETOR DE ANÁLISE E DESENVOLVIMENTO	1
	4.1.2 SETOR TÉCNICO DE ADMINISTRAÇÃO WEB	1
	4.1.3 SETOR TÉCNICO DE TESTES E QUALIDADE	1
	4.1.4 SETOR TÉCNICO DE INTEGRAÇÃO DE SISTEMAS	0
4.2	SEÇÃO DE INFRAESTRUTURA	1
	4.2.1 SETOR DE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO	1
	4.2.2 SETOR TÉCNICO DE REDES	1
	4.2.3 SETOR TÉCNICO DE BANCO DE DADOS	1
	4.2.4 SETOR TÉCNICO DE ADMINISTRAÇÃO DE SERVIDORES	0
4.3	SEÇÃO DE SUPORTE, MANUTENÇÃO E ATENDIMENTO AO USUÁRIO	1
	4.3.1 SETOR TÉCNICO DE MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS	1
	4.3.2 SETOR TÉCNICO DE SUPORTE A SISTEMAS E ATENDIMENTO AO USUÁRIO	1

5.	GABINETE DO DIRETOR DO NÚCLEO JUDICIÁRIO	1
5.1	SEÇÃO DE CENTRAL DE MANDADOS	5
5.2	SEÇÃO DE CONTADORIA	2
	5.2.1 SETOR DE CÁLCULOS	1
	5.2.2 SETOR DE ANÁLISES E CONFERÊNCIAS	1
	5.2.3 SETOR DE TRIAGEM E APURAÇÃO DE DADOS	1
5.3	SEÇÃO DE ARQUIVO E DEPÓSITO JUDICIAL	6
5.4	SEÇÃO DE DISTRIBUIÇÃO	5
	5.4.1 SETOR DE CADASTRAMENTO E AUTUAÇÃO DE EPROCESSOS	1
	5.4.2 SETOR DE PROTOCOLO E CERTIDÃO	1
5.5	CENTRO JUDICIAL DE SOLUÇÃO CONSENSUAL DE CONFLITOS E CIDADANIA (CENTRAL DE CONCILIAÇÃO)	0
	5.5.1 SETOR TÉCNICO DE APOIO À GESTÃO DE AUDIÊNCIAS (CENTRAL DE VIDEOCONFERÊNCIA)	2
5.6	SEÇÃO DE ATENDIMENTO E DISTRIBUIÇÃO DOS JEF'S	6

6.	GABINETE DO DIRETOR DO NÚCLEO DE ADMINISTRAÇÃO	1
6.1	SETOR TÉCNICO DE MALOTE	2
6.2	SETOR TÉCNICO DE APOIO AO MALOTE DAS VARAS ESPECIALIZADAS	3
6.3	SEÇÃO DE ADMINISTRAÇÃO PREDIAL	2
6.3.1	SETOR TÉCNICO DE ADMINISTRAÇÃO PREDIAL	2
6.3.2	SETOR TÉCNICO DE APOIO ÀS SUBSEÇÕES	1
6.3.3	SETOR DE MANUTENÇÃO PREDIAL	1
6.3.4	SETOR DE SERVIÇOS GERAIS	0
6.4	SEÇÃO DE PROJETOS E APOIO A OBRAS E REFORMAS	0
6.4.1	SETOR DE FISCALIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO	1

7.	GABINETE DO DIRETOR DO NÚCLEO DE GESTÃO DE PESSOAS	3
7.1	SEÇÃO DE LEGISLAÇÃO DE PESSOAL	1
7.1.1	SETOR DE DIREITOS E DEVEROS	2
7.1.2	SETOR DE INATIVOS E PENSIONISTAS	1
7.2	SEÇÃO DE CADASTRO, PROVIMENTO E VACÂNCIA	4
7.3	SEÇÃO DE FOLHA DE PAGAMENTO	2
7.3.1	SETOR DE SUPORTE À FOLHA DE PAGAMENTO	1
7.3.2	SETOR DE BENEFÍCIOS	1
7.3.3	SETOR DE PROCESSAMENTO	1
7.3.4	SETOR DE ANÁLISE E CONFERÊNCIA	1
7.5	SEÇÃO DE SAÚDE	5
7.5.1	SETOR MÉDICO	1
7.6	SEÇÃO DE TREINAMENTO E DESENVOLVIMENTO	4
7.6.1	SETOR TÉCNICO DE APOIO À ESMAFE	1

- NÚCLEO DE ADMINISTRAÇÃO

Compete ao Núcleo de Administração o desempenho das atividades relacionadas à manutenção predial (hidro-lógico-elétrica, ares-condicionados, elevadores etc.), obras e reformas, limpeza e conservação, telefonia, malote, copeiragem, máquinas copadoras, dedetização, água mineral, carpintaria, carregadores e demais serviços similares.

- NÚCLEO JUDICIÁRIO

Compete ao Núcleo Judiciário o desempenho das atividades inerentes ao suporte direto às Varas federais quanto à prestação da jurisdição (arquivo, atermção de processos de JEF, central de mandados, conciliação, contadoria, distribuição, emissão de certidões e protocolo).

- CONTADORIA

O horário de funcionamento da Contadoria do Foro é das 9h às 18h.

A Contadoria do Foro conta com 6 servidores, sendo uma formada em Matemática, uma em Direito, e os quatro restantes são bacharéis em Ciências Contábeis.

O setor apresentava um acervo de 894 processos em análise. Atualmente, o tempo médio de permanência dos processos na Contadoria é de 45 dias e a relação do número de processos/servidor é de 178. Os servidores participaram de curso de aperfeiçoamento compatível com os serviços desenvolvidos pelo setor em 2017, qual seja: Sistema Financeiro da Habitação.

- SEGURANÇA

A segurança no âmbito da Seção Judiciária é realizada por meio de contratação de empresa privada, não há uso de policiais militares estaduais ou guardas municipais.

Nos últimos 2 anos, foram ofertados aos agentes de segurança cursos de atualização.

- VEÍCULOS

A Seção Judiciária conta com 42 veículos, com as seguintes especificações:

Qtde.	MODELO	ANO	PLACA	KM	Manutenção 2016	Manutenção 2017
1.	DUCATO	2011	HAR 4147	31465	-	R\$ 6.475,72
2.	RANGER	2011	HGA 3365	48546	R\$ 2.105,58	R\$ 483,03
3.	SIENA	2004	HWW 8620	85431	-	R\$ 4.680,62
4.	SIENA	2004	HWW 9920	63363	-	R\$ 4.669,50
5.	SANTANA	2003	HXI 5797	40858	-	-
6.	PÁLIO WEEKEND	2006	HXK 4752	68674	R\$ 121,92	R\$ 6.909,70
7.	PÁLIO WEEKEND	2006	HXK 4762	46915	-	-
8.	PÁLIO WEEKEND	2006	HXK 4782	41524	-	-
9.	PÁLIO WEEKEND	2006	HXN 9192	32133	R\$ 222,08	R\$ 631,96
10.	MAREA	2006	HXP 8692	42740	R\$ 2.300,13	R\$ 2.405,73
11.	PARATI	2005	HXV 9021	61562	-	R\$ 4.997,62
12.	F 250	2005	HYA 7141	140751	R\$ 609,34	R\$ 1.669,40
13.	VECTRA	2003	HYB 5759	54378	-	-

14.	POLO	2007	HYC 0554	82704	-	R\$ 4.510,67
15.	POLO	2007	HYF 3924	74128	-	R\$ 3.066,76
16.	PÁLIO WEEKEND	2007	HYU 5882	43298	-	R\$ 653,63
17.	DUCATO	2008	HYY 3382	82021	R\$ 1.213,22	R\$ 4.512,42
18.	SANTANA	2004	JFP 6175	29861	-	-
19.	MAREA	2006	JJE 2567	36672	R\$ 706,85	R\$ 1.193,50
20.	MAREA	2006	JKH 6941	47414	-	R\$ 1.008,83
21.	MAREA	2006	JKH 7511	43655	R\$ 5.186,92	R\$ 1.957,13
22.	MAREA	2006	JKH 7531	35196	R\$ 939,72	R\$ 2.951,74
23.	PARATI	2006	KHT 1532	71162	-	R\$ 1.902,55
24.	SANTANA	2003	KIT 7418	91717	-	-
25.	CIVIC	2008	KIW 5506	91444	R\$ 949,54	R\$ 1.760,26
26.	CIVIC	2008	KIW 5546	60863	R\$ 591,91	-
27.	CIVIC	2008	KIW 5736	94573	R\$ 591,91	R\$ 1.877,33
28.	CIVIC	2008	KIW 5796	85095	R\$ 1.098,15	R\$ 4.338,11
29.	CIVIC	2004	KLK 1991	123461	R\$ 361,45	R\$ 3.307,10
30.	CIVIC	2004	KLK 2051	91669	R\$ 1.002,92	R\$ 669,16
31.	CIVIC	2004	KLK 2111	129938	R\$ 2.670,02	R\$ 1.788,33
32.	CIVIC	2004	KLX 4362	119690	R\$ 478,64	R\$ 648,28
33.	CIVIC	2004	KLX 4562	170683	-	-
34.	CIVIC	2004	KLX 4582	107355	R\$ 2.106,00	R\$ 1.488,61
35.	CIVIC	2004	KLX 4622	103021	R\$ 667,77	R\$ 3.519,18
36.	207	2010	NUV 7860	13549	R\$ 168,52	-
37.	207	2010	NUV 8160	12686	R\$ 300,56	R\$ 681,52
38.	SIENA	2014	OKE 5246	39969	R\$ 133,08	R\$ 1.044,92
39.	SONIC	2012	ORW 6999	30759	R\$ 1.334,89	R\$ 1.664,83
40.	DUCATO	2011	PEE 4524	35462	R\$ 5.700,71	R\$ 3.913,28
41.	C4 PALLAS	2012	PFV 3524	33011	R\$ 627,68	R\$ 674,09
42.	C4 PALLAS	2012	PFV 3704	36084	R\$ 898,08	R\$ 3.036,44

É realizado um controle de todos os itinerários realizados com os veículos, por meio de relatório físico (tabela) preenchido pelo agente de segurança que dirigiu o carro. Cada trecho de ida e volta e horário de saída e retorno do carro é registrado e controlado pela Supervisão da Seção de Segurança e Transporte, a fim de verificar se houve algum excesso ou utilização indevida do veículo. Cada veículo possui uma cota de combustível previamente estabelecida. Há um sistema de gerenciamento de combustível, no qual são lançados os abastecimentos de cada veículo (quantidade de litros e valor), a quilometragem e o condutor. Deste modo, quando a cota é excedida, automaticamente o sistema bloqueia o abastecimento.

- BIBLIOTECA

A biblioteca da Seção Judiciária do Ceará conta com uma bibliotecária, servidora efetiva. Sempre que solicitada, a Seção de Biblioteca faz a aquisição de itens bibliográficos a pedido dos setores e Varas da JFCE. Quando a aquisição está a cargo da Biblioteca, é observada a aquisição feita pela Biblioteca do TRF-5 e demais Seções Judiciárias da 5ª Região. Também são colhidas sugestões de servidores, bem como de magistrados para indicação de acervo a ser adquirido. O público interno (servidores e magistrados) costuma usar a biblioteca para realizar pesquisas à legislação federal, consultas sobre atos publicados nos Diários Oficiais e nos Diários Eletrônicos (Cadernos Judicial e Administrativo da SJCE) e exames em livros de doutrina e atos diversos. O público externo geralmente consulta a biblioteca por telefone, a fim de tomar conhecimento sobre a publicação no diário oficial de determinado ato processual e sobre o andamento dos processos judiciais. Além disso, há consultas à legislação federal, ao acervo dos Diários Oficiais da União, aos livros de doutrina e de jurisprudência.

Atualmente, os empréstimos são feitos através de anotação manual, ressaltando-se que está sendo implantado o Sistema Pergamum, por meio do qual serão registrados os empréstimos.

Os serviços oferecidos pela biblioteca são:

- Viabilizar e administrar o acesso à informação para a comunidade;
- Prover, Catalogar, Classificar e Cadastrar os itens informacionais;
- Promover condições técnicas de pesquisa ao Acervo;
- Alimentar os Bancos de Dados relacionados ao Poder Judiciário (atos administrativos editados pelos Tribunais Superiores, CJF, CNF, TRF5);
- Gerar a edição eletrônica dos Diários da Justiça Federal da Seção Judiciária do Ceará, Cadernos Judicial e Administrativo, alimentação de banco de dados referente à circulação dos dados veiculados nestes diários (Boletins, Editais, Portarias, Extratos referente à Concessão de Diários, Matérias enviados pela Seção de Licitação, matérias de caráter administrativo enviados pelas Subseção Judiciárias desta Seccional.
- Publicar as devoluções de atos administrativos enviadas pelo Sistema SEI, no Diário Eletrônico Administrativo ou Judicial da SJCE;

- RECEPÇÃO

O controle de entrada e saída de servidores e visitantes na seção judiciária é feito por portas detectoras de metal, por onde passam todos que adentram as instalações. Há também detectores manuais, os quais são utilizados em casos de audiências e perícias, quando há uma maior concentração de público, para conferir maior agilidade.

Está em fase de implantação o controle de acesso por meio de registro em sistema eletrônico no prédio sede da JFCE localizado no Centro. Por meio desse sistema, o usuário realiza um cadastro, apresentando à atendente documento oficial com foto. Na ocasião, colhe-se também a imagem fotográfica do interessado.

- ESTACIONAMENTO

A sede da Seção Judiciária do Ceará conta com estacionamento próprio apenas para servidores e magistrados. No prédio da JFCE, localizado no bairro do Centro, há 212 (duzentos e doze) vagas. No prédio localizado no bairro da Aldeota, são 67 (sessenta e sete) vagas. Os carros oficiais, juízes, diretores de secretaria, diretores de núcleo e diretor administrativo dispõem de vagas fixas. Há também vagas reservadas para idosos, portadores de necessidades especiais, oficiais de justiça plantonistas, OAB, MP e AGU. As demais vagas são utilizadas pelos servidores em sistema de rodízio mensal.

- ARQUIVO

A Seção Judiciária desenvolve atividades de descarte de processos antigos, tendo havido o descarte de 104.175 (cento e quatro mil, cento e setenta e cinco) processos na Seccional desde setembro/2011.

- SETOR DE LICITAÇÃO

Quando da correição, foi noticiada a realização de 20 (vinte) procedimentos de licitação em curso, conforme tabela abaixo:

FLUXUS				
Nº	PROCESO	OBJETO	FASE	Situação
1	730/2017	Pintura predial	Fase de IRP	Regular
2	1744/2016	Aquisição de coldres, cintos de guarnição e outros	Elaborar Edital	Regular
3	1737/2017	Aquisição de medicamentos e produtos farmacêuticos	Aguardando Parecer Jurídico	Regular
4	1334/201	Material de consumo de	Aguardando recebimento da Ata	Regular

	7	informática		
5	1747/2016	Coletes	Aguardando Homologação da Diretoria do Foro	Regular
6	2634/2016	CFTV	Aguardando Retorno da unidade demandante em virtude de impugnação ao Edital	Regular
7	1361/2017	Aquisição de pneus	Recurso	Regular
SEI				
8	824-79.2017.4.05.7600	R.P. - Contratação de empresa de transporte de carga fracionada	Aguardando Autorização da Direção do Foro	Regular
9	229-80.2017.4.05.7600	Gerenciamento de frota	Aguardando Autorização da Direção do Foro	Regular
10	854-17.2017.4.05.7600	Café expresso	Elaborar minuta de Edital	Suspensão
11	224-24.2018.4.05.7600	R.P. - Pontos de Função - Softwares	Análise de Minuta de Edital	Regular
12	974-26.2018.4.05.7600	Materiais de Consumo de Informática	Pesquisa de preço/Elaborar Minuta	Regular
13	1024-52.2018.4.05.7600	Material Gráfico	Pesquisa de preço/Elaborar Minuta	Regular
14	2151-59.2017.4.05.7600	Monitoramento de Mídia	Pesquisa de preço/Elaborar Minuta	Regular
15	290-04.2018.4.05.7600	Serviços de Telefonia	Aguardando Parecer Jurídico	Regular
16	902-39.2018.4.05.7600	Aquisição de Portas	Pesquisa de preço/Elaborar Minuta	Regular

17	498- 85.2018.4. 05.7600	Seguro de Vida dos estagiários	Pesquisa de preço/Elaborar Minuta	Regular
18	827- 34.2017.4. 05.7600	Serviços de Transporte	Aguardando manifestação do setor demandante	Regular
19	151- 52.2018.4. 05.7600	Água Subseções	Aguardando recebimento da Ata	Regular
20	692- 85.2018.4. 05.7600	Pontos de Função - Informática	Aguardando Parecer Jurídico	Regular

Foi observado, ainda, que os servidores que atuam no setor de licitação realizaram, nos últimos 2 anos, os seguintes curso de aperfeiçoamento na área de licitações:

2017	2018
Curso "A contratação de serviços contínuos: Aspectos importantes da formação e análise de preços, repactuação e desoneração da folha de pagamento"	Curso "A contratação nos termos da nova IN N° 05/17: O Termo de Referência, A Planilha de Custos, A Gestão de Riscos e a Gestão Contratual"
Curso "A Conta Vinculada: Objetivo, Criação, Gestão e Cálculo. A Nova IN 05/17 com seus impactos nas planilhas de custos"	
Curso "Planejamento e Contratação de Serviços de TI"	13º Congresso Brasileiro de Pregoeiros

- CENTRAL DE MANDADOS

A área de atuação da Central de Mandados é dividida em 8 (oito) Zonas Geográficas com aproximadamente 7 (sete) oficiais de justiça em cada. Há ainda um Núcleo Especial responsável pelo cumprimento das diligências destinadas aos órgãos e entidades públicos, também composto por aproximadamente 7 (sete) oficiais de justiça. O Regulamento da Central de Mandados estabelece os prazos para cumprimento das diligências e devolução dos expedientes, sendo tais prazos controlados via consulta aos sistemas de acompanhamento processual e mediante cobranças por escrito. Esse controle é realizado pelos magistrados e diretores de secretaria, assim como pelo Juiz Federal

Coordenador da Central de Mandados, pela direção do Núcleo Judiciário e pela supervisão da Central de Mandados.

- TREINAMENTO

A seleção dos cursos a serem ministrados na Seção Judiciária do Ceará é realizada a partir de demandas propostas pelos servidores e magistrados, com o aval da Diretoria do Foro e da Secretaria Administrativa, que também propõem a oferta de cursos. Cumpre acrescentar que, por ocasião da vigência do Novo Código de Processo Civil, foram ministrados vários cursos teóricos e práticos sobre o tema, a fim de aperfeiçoar a readequação da movimentação dos processos de acordo com as mudanças implementadas.

Por sua vez, a Seção de Treinamento e Desenvolvimento realizou/disponibilizou, nos últimos dois anos, os seguintes cursos/palestras/congressos:

2016	
Congresso Italo-Brasileiro de Direito Contemporâneo	Curso Análise e Regularizações no SIAFI
Treinamento PJE para Subseções	Formação de Brigada Voluntária de Combate ao Aedes Aegypt
Curso "Análise Técnica de Faturas de Alta Tensão	1ª Edição do Ciclo de Palestras sobre Ética, Política e Improbidade
Curso de Formação de Oradores e Palestrantes	2ª Edição do Ciclo de Palestras sobre Ética, Política e Improbidade
Curso à Distância "Coaching Aplicado à Liderança"	3ª Edição do Ciclo de Palestras sobre Ética, Política e Improbidade
Curso à Distância "Gestão do Tempo	Auditoria, Teoria e Prática no Setor Público
Palestra "Previdência Complementar do Poder Judiciário"	4ª Edição do Ciclo de Palestras sobre Ética, Política e Improbidade
V Curso Brasileiro Interdisciplinar em Direitos Humanos	Curso On-Line de Reciclagem para Manutenção da GAS - Turma 1

Treinamento de Cloud Computing	Seminário "Direito com Arte"
5ª Edição do Ciclo de Palestras sobre Ética, Política e Improbidade	Curso de Formação de Brigada de Incêndio - Turma 1
Curso On-Line de Reciclagem para Manutenção da GAS - Turma 2	Curso de Formação de Brigada de Incêndio - Turma 2
Seminário "Jurisdição, Discricionariedade e Razões Sistemáticas"	XIII Congresso - 50 Anos do Código Tributário Nacional
2017	
Treinamento PJE - Módulo Penal	Curso "A Conta Vinculada: Objetivo, Criação, Gestão e Cálculo. A Nova IN 05/17 com seus impactos nas planilhas de custos"
Curso em EAD "Prática Forense em Direito Previdenciário no RGPS"	Curso de Inteligência para Agentes de Segurança da Justiça Federal
Seminário "Um Ano de Vigência do Novo CPC"	Palestra sobre Sistema SEI
Curso "Folha de Pagamento do Funcionalismo Público	Treinamento sobre Sistema SEI - Turma 1
II Ciclo de Palestras sobre Ética, Política e Improbidade	Treinamento sobre Sistema SEI - Turma 2
Curso "Medição, Fiscalização e Controle de Obras de Engenharia"	Treinamento sobre Sistema SEI - Turma 3
Curso de Capacitação e Treinamento para o Combate a Corrupção e a Lavagem de Dinheiro	Treinamento sobre Sistema SEI - Turma 4
Exposição sobre os Critérios de Avaliação na Perícia Social do INSS	I Congresso Cearense de Direito Eleitoral
Capacitação resultante de parceria entre o CJF e o Exército Brasileiro	VI Curso Brasileiro Interdisciplinar em Direitos Humanos: Direitos Humanos e Meio Ambiente
XIII Congresso Brasileiro dos Assessores de	Curso em EAD "O Novo Código de Processo

Comunicação da Justiça - Conbrascom 2017	Civil"
Curso em EAD "O Novo Código de Processo Civil"	Curso "Direito, Transnacionalidade e Conflitos Transfronteiriços"
Curso "A contratação de serviços contínuos: Aspectos importantes da formação e análise de preços, repactuação e desoneração da folha de pagamento"	Curso de SIAFI - Execução Orçamentária e Financeira
Curso sobre Previdência dos Servidores Públicos	Curso "Planejamento e Contratação de Serviços de TI"
Palestra "Atualizando a Compreensão da Síndrome de Down"	VI Simpósio de Direito Previdenciário
Curso "Políticas de Segurança da Informação - Governança de TI"	Curso "O Sistema Recursal dos Juizados Especiais Federais"
Treinamento sobre Novo Sistema de Patrimônio	Seminário Internacional sobre Direitos Humanos e Direitos da Natureza
Curso On-Line "Atualização da Segurança Judiciária 2017 - Turma 1"	Seminário "Perspectivas da Justiça Federal - Uma Visão Internacional"
Seminário "O Novo Processo Penal: Garantismo e Eficácia da Persecução"	Curso Gestão Cartórraria No PJE
Curso "Decisão Judicial e Argumentação Jurídica: Aspectos Práticos"	Curso "Lei Anticorrupção"
Curso On-Line "Atualização da Segurança Judiciária 2017 - Turma 2"	Curso "Armamento e Tiro Aplicado a Segurança de Dignatários" - Turma 1
Curso "Esocial Consolidado - Aspectos Práticos do Leiaut Versão 2.4"	Curso "Armamento e Tiro Aplicado a Segurança de Dignatários" - Turma 2
Curso "Gestão de Riscos e Auditoria Baseada na Avaliação de Riscos no Setor Público"	Curso Controle Judicial dos Concursos Públicos
Curso "Armamento e Tiro Aplicado a Segurança de Dignatários"	Curso On-Line "O Novo Código de Processo Civil"
Curso "Armamento e Tiro Aplicado a Segurança de Dignatários"	

Foram realizadas avaliações acerca do desempenho do professor/instrutor nos cursos ministrados, havendo 3 servidores do quadro que ministraram cursos de treinamento no período, quais sejam:

Servidor	Curso	Ano
Jairo Ladislau da Silva Pimentel	Treinamento PJe para Subseções	2016
Ítalo Martins Vieira	Gestão Cartorária no PJe	2017
José Penia	Linguagem Jurídica	2018

- TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

O Setor de Tecnologia da Informação é composto pelos colaboradores abaixo indicados, com a respectiva formação acadêmica:

Servidor	Formação
Adriano Alves Garcia Junior	Formação superior em Administração de Empresa
Andrea Mendes Barros	Formação superior em Estatística; Técnica em Telecomunicações e Pós Graduada em Recursos Humanos e Psicologia Organizacional
Gervásio Kayser Pinheiro da Silva	Formação superior na área de TI
Gilvan Gomes da Silva	Técnico em Telecomunicações - IFCE; Graduação em Matemática e Física e Pós-Graduação em Gestão de Pessoas
Glauce Siebra Moreira	Formação superior em Administração de Empresa
Guilherme Otávio Tavares de Lacerda	Curso de Segurança da Informação Contratação de Tecnologia da Informação Otimização de Banco de Dados Oracle Administration SQL Server Administração de Banco de Dados Oracle Sistema Operacional LINUX

Hedwio Carvalho e Silva	Certificação Técnica em LINUX; Graduação em Ciências da Computação; Pós-Graduação em Administração de Redes Linux; Mestrado em Computação Aplicada
Jairo Ladislau da Silva Pimentel	Formação Superior na área de TI
Luís José Machado de Sousa	Certificação Técnica COBIT 5; Graduação em Ciências da Computação; Pós-Graduação em Administração de Redes Linux
Luís Eduardo Barbosa	Curso Técnico em Química; cursando Direito.
Marcos Aurélio Andrade Cavalcante	Técnico em Telecomunicações
Walfrido Viana Furtado	Formação superior em Pedagogia e Direito e Pós graduado em Educação Especial e Processo e Direito Penal

Os equipamentos do setor de tecnologia da informação da seção judiciária estão adequados ao eficaz funcionamento dos sistemas de processo virtual (CRETA e PJe), sendo utilizados servidores Blade de última geração, em redundância utilizados para suportar uma infraestrutura virtual de mais de 100 servidores, bem como unidades de armazenamento (storages) suficientes para atender a JFCE.

- CONTROLE DE FREQUÊNCIA

A Seção Judiciária não possui uma norma obrigatória para o controle de frequência mensal dos servidores, sendo facultativa a opção das Varas, turmas recursais e demais unidades da Secretaria Administrativa quanto ao uso de instrumento de controle da frequência, seja por ponto eletrônico ou por folha de ponto manual que são assinadas pelos servidores e arquivadas nas respectivas unidades de lotação.

A comunicação de frequência mensal dos servidores lotados em todas as unidades da Seção Judiciária (capital e interior) são enviadas pelo sistema SEI para a Seção de Cadastro-NGP no início de cada mês, referente à frequência do mês anterior.

- SERVIÇO MÉDICO, ODONTOLÓGICO E PSICOLÓGICO

A Seção Judiciária do Ceará conta com um médico (ocupante da FC-4, Supervisor Assistente do Setor Médico) e um odontólogo (FC-4, Supervisor Assistente), ambos requisitados, respectivamente, das Prefeituras Municipais de Iguatu-CE e Limoeiro do Norte-CE, respectivamente.

5.3. Espaço físico, serviços e manutenção

O prédio da Seção Judiciária do Ceará apresenta, no geral, boas condições de funcionamento e adequação aos serviços judiciários.

Com relação à questão de acesso ao edifício-sede, observa-se que a edificação dispõe de três frentes: nos lados sul, leste e oeste, os quais correspondem, respectivamente, aos logradouros Praça Murilo Borges, Rua Assunção e Rua Floriano Peixoto. Atinente ao primeiro, dispõe-se de apenas uma rampa de acesso, quando, na verdade, segundo a Secad, deveriam existir duas. Relativamente ao segundo, existe uma rampa de acesso para veículos que dá para o estacionamento do subsolo do prédio. A partir daí, existe outra destinada a cadeirantes, a qual possibilita o acesso ao elevador privativo. Finalmente, pela Rua Floriano Peixoto, o acesso à entrada ao prédio é rampado, porém, um pouco íngreme, havendo necessidade, de acordo a Secad, de se verificar se está em conformidade com as normas que disciplinam o assunto.

Além do acesso por rampa, há no prédio outros itens de acessibilidade, a exemplo de 13 (treze) banheiros específicos para pessoas com deficiência, distribuídos da seguinte forma: quatro por gênero, localizados, com igual quantidade, no térreo e 5º andar; e nove do tipo unissex, situados nos seguintes pavimentos: 1º, 3º, 4º, 7º, 8º, 10º, 12º, 13º e 15º.

O estacionamento para veículos automotores oficiais, de magistrados e de servidores, pertencente à União e sob domínio da JFCE, localizado no Centro de Fortaleza, bem ao lado do edifício-sede, dispõe de duzentas e doze vagas, das quais sete são destinadas a pessoas com deficiência, correspondendo, pois, a 3% do total supracitado, em conformidade com as normas técnicas atinentes ao assunto. Além dessas, há, também, cinco vagas para idosos.

Existe, ainda, identificação em Braille, em alto relevo, em conjunto de botoeira de chamada de elevador por andar, próprio para deficientes visuais. Além disso, em virtude de ter havido necessidade de acesso aos andares do prédio por pessoas com estatura inferior a 60 cm, foi disponibilizada botoeira apropriada que as permite alcançar o dispositivo de chamada de elevadores sociais.

Por outro lado, há necessidade de se dotar o prédio com piso tátil em áreas internas e externas que possibilitem o acesso de deficientes visuais com mais facilidade.

Há restaurante nas dependências da seção judiciária, sendo realizada periodicamente pesquisa de satisfação dos usuários. A última pesquisa foi realizada com um público de 20 (vinte) pessoas, conforme determinado contratualmente. A nota média atribuída ao restaurante, dentro de uma escala de 1 a 5, foi de 4,10.

A sala destinada à Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), seccional do Estado do Ceará, tem atendido aos fins a que se destina, consoante informações de membros da advocacia, conforme indicado no formulário de gestão. Há ainda uma agência da CEF e um posto de atendimento do Bradesco. Além disso, dispõe-se de sete caixas eletrônicas: três da CEF, dois do Bradesco e dois do Banco do Brasil.

A sede da seção judiciária possui auditório, que passou por recente avaliação técnica da área de engenharia, identificando-se que o forro do auditório possui problemas estruturais que inviabilizaram seu uso de forma segura. Deste modo, foi determinada a interdição do ambiente. Cumpre destacar que está em andamento licitação destinada à correção do problema, por meio da substituição do gesso do forro e demais reparos necessários.

Quanto aos bens móveis que guarnecem o ambiente, tem-se que estão em bom estado de conservação e em condições de uso adequado para a finalidade a que se destinam. Deste modo, as poltronas, a mesa principal, o púlpito e outros aparatos móveis estão em bom estado. Com relação à parte de som, tem atendido de forma razoável.

Por sua vez, convém destacar que a manutenção preventiva dos elevadores é feita regularmente, tendo a última sido realizada em março/2018, dentro do prazo estabelecido pela empresa responsável.

Registre-se, com relação aos sistemas de condicionamento ambiental das edificações sob domínio da SJCE, que existe um plano de manutenção, no caso, o PMOC – Plano de Manutenção, Operação e Controle, o qual segue as normas da ANVISA e demais normativos técnicos que disciplinam o assunto. A contratada para a área em comento segue o plano em menção, realizando manutenções preditivas, preventivas e corretivas mensalmente. Além dessas, há as trimestrais, as semestrais e as anuais. Cada uma dessas com nível de complexidade mais elevado.

Com relação à higiene e limpeza do prédio, observa-se que, nos termos do formulário apresentado, o número de empregados destinados à limpeza das instalações não é suficiente para manter uma boa higiene dos espaços internos e externos. A última dedetização do prédio foi realizada no mês de março de 2018, envolvendo combate a pragas de mosquitos, baratas, cupim, escorpião, ratos etc., bem como afugentamento de pombos. Os banheiros destinados ao público em geral e aos magistrados e servidores, no edifício-sede, encontram-se em boas condições de uso.

De modo geral, o edifício-sede está em boas condições de funcionamento e conservação.

6. ANÁLISE INDIVIDUALIZADA DAS VARAS FEDERAIS E DAS TURMAS RECURSAIS

As informações seguintes referem-se à análise específica das unidades, com a apresentação dos dados referentes às Varas Federais e às Turmas Recursais da Seção Judiciária do Ceará.

6.1. 1ª VARA FEDERAL - FORTALEZA/CE

6.1.1. Competência, localização, estrutura física e horário de expediente

A 1ª Vara Federal do Ceará possui competência cível, sendo privativa de naturalização, e funciona no 14º andar do prédio-sede da SJCE, localizado na Rua Pedro I, Praça General Murilo Borges, nº 01, Centro, Fortaleza/CE.

A Vara apresentou instalações adequadas para todos: juízes federais, servidores, estagiários, terceirizados, membros do Ministério Público Federal, procuradores federais, defensores públicos federais, advogados e jurisdicionados.

O horário de funcionamento é das 9h às 18h.

6.1.2. Corpo funcional - juiz federal e servidores

A 1ª Vara Federal conta com o seguinte quadro de pessoal: a) 1 magistrado, o juiz federal Luís Praxedes Vieira da Silva; b) 13 servidores efetivos - 7 técnicos judiciários - área administrativa; 6 analistas judiciários - área judiciária; c) 3 servidores requisitados (com vínculo com o serviço público).

6.1.2.1. Juiz federal titular

O juiz federal titular da Vara, Luís Praxedes Vieira da Silva, exerce a magistratura federal desde 28/02/1997. Na 1ª Vara Federal, o referido juiz federal atua desde 07/08/2001.

Nos últimos 24 meses, o magistrado afastou-se de suas funções pelos motivos e períodos abaixo indicados:

1. 07/01/2016 a 14/01/2016; 16/06/2016 a 15/07/2016; 16/01/2017 a 29/01/2017; 27/06/2017 a 15/07/2017 e 15/01/2018 a 13/02/2018 (gozo de férias);
2. 12/09/2016 a 10/10/2016 (afastamento em razão de convocação para compor o TRF da 5ª Região).

Total de 4 meses e 8 dias de afastamento.

O magistrado reside na região metropolitana onde se localiza a Vara.

6.1.2.2. Servidores

Em relação às funções de confiança (FCs), aos cargos em comissão (CJs) e à formação acadêmica dos servidores ocupantes de cargos efetivos na 1ª Vara Federal, tem-se a seguinte tabela:

Nome	Cargo efetivo	FC ou CJ	Grau de Instrução	Área de formação
Adriana Leal	Analista Jud	CJ - Diretora de Secretaria	Superior com especialização	Direito e Administração de Empresas
Ana Caroline Martins Saraiva	Técnico Jud	FC04	Superior	Direito
Andrea Araújo Rocha	Técnico Jud	FC04	Superior com especialização	Direito
Carlos Roberto Lima Venâncio	Técnico Jud	FC04	Superior	Direito
Eliane Maria Pereira de Araújo	Analista Jud	FC05	Superior com especialização	Direito
Gianpaolo Teixeira Priante	Analista Jud	FC04	Superior com especialização	Direito
Helena Vidal de Paula Lima	Analista Jud	FC04	Superior	Direito
Maria do Socorro Feitosa Almeida	Técnico Jud	FC02	Superior	Licenciatura em Religião
Marisa Lima Sombra	Técnico Jud	FC03	Superior	Psicologia
Monica Pinto Montenegro	Analista Jud	FC05	Superior com especialização	Direito
Raquel Leal Maia	Analista Jud	FC04	Superior	Direito
Rosisleda Márcia Moreira Dantas	Técnico Jud	FC04	Superior	Direito
Vivianne Barreto Loureiro Souza	Técnico Jud	FC04	Superior	Serviço Social

No tocante à formação acadêmica dos servidores efetivos da 1ª Vara Federal, verifica-se que há uma preocupação com a qualificação, uma vez que todos os técnicos judiciários detêm nível superior de ensino, embora um dos requisitos para investidura no referido cargo seja apenas o nível médio de ensino.

Há um cargo efetivo vago decorrente de aposentadoria de servidor desde 08/01/2018. Não há servidores cedidos pela unidade. A Vara conta com 1 servidor requisitado da Seção Judiciária de Alagoas, 1 servidor requisitado da Seção Judiciária do Pará e 1 servidora requisitada da Seção Judiciária de Roraima. Não há nenhuma função de confiança ou cargo em comissão vago, nem servidores em auxílio, cedidos por outras Varas ou setores.

6.1.2.3. Estagiários

Há a previsão de 2 vagas de estagiários para a 1ª Vara Federal, estando ambas ocupadas.

6.1.3. Organização da 1ª Vara Federal

A secretaria da 1ª Vara Federal é composta de 9 servidores. O gabinete do juiz federal conta com 6 servidores.

6.1.3.1. Secretaria

A secretaria da 1ª Vara Federal do Ceará está organizada nos seguintes setores:

- Setor de Procedimentos Ordinário, Ritos Especiais e Execução – responsável por elaborar atos ordinatórios, minutar despachos e decisões interlocutórias (exceto liminares e de maior complexidade), receber os processos assinados pelo Juiz, fazer a triagem para cumprimento (publicação, expedientes, expedição de requisitórios, remessas aos órgãos públicos) e elaborar boletins de publicação dos processos físicos;
- Setor de RPV's e PRC's – responsável pela expedição dos requisitórios, enviando-os para conferência da Diretora de Secretaria e assinatura do Juiz; exara Ato Ordinatório dando vista às partes e encaminha-os ao TRF da 5ª Região para processamento e pagamento; controla o pagamento a cada 60 dias (prazo da lei) e encaminha para sentença de extinção; expede alvarás de pagamento nos casos de liberação de conta judicial (exceto conta originada de RPV/PRC);
- Setor de Expedientes e Atendimento – responsável por cumprir os despachos, decisões e sentenças do Juiz no que se refere à expedição de mandados, ofícios e cartas precatórias; juntada de mandados, respostas de ofícios e cartas precatórias devolvidas; acompanhar o cumprimento das cartas precatórias, telefonando, passando email para os juízos deprecados, confeccionar solicitação de pagamento de peritos através do sistema AJG; elaborar o rodízio dos servidores que atendem ao balcão; receber todos os processos, com ou sem petição, aproveitando para fazer a triagem dos processos aos respectivos setores; fazer a remessa dos processos aos órgãos públicos; fazer o controle dos prazos processuais; acompanhar a devolução de processos retirados em carga por advogados, procuradores e peritos através do Relatório de Processos Remetidos (Tebas), elaborando Edital de Cobrança e confeccionando os mandados de intimação, busca e apreensão dos processos não devolvidos; fazer a remessa dos processos ao TRF e ao MPF;

6.1.3.2. Organização do gabinete do juiz federal

O gabinete é composto por 6 assessores, sendo 3 deles vinculados a processos do juiz federal titular e 3 vinculados a processos do juiz federal substituto. A divisão das atribuições segue a seguinte formatação:

- Juiz federal titular:
A organização dos processos no Gabinete do Juiz Titular é realizada pela Oficiala de Gabinete do Juiz Titular, Rosane Lima Valentim. Quando os processos chegam da Secretaria da Vara, são distribuídos pela Oficiala de Gabinete para as demais assessoras por área jurídica: natureza tributária - Ana Caroline Martins Saraiva; Previdenciária – Gianpaolo Priante; Administrativo e Processos que envolvem a CEF – Rosane Lima Valentim; Ações Civis Públicas e de Improbidade: Gianpaolo e Ana Caroline; Liminares

e tutelas: Rosane Lima Valentim e as demais decisões ou outros dois servidores.

Audiências: Gianpaolo Priante.

- Juiz federal substituto:

As atividades são desenvolvidas por três servidoras; Mônica Pinto Montenegro, Raquel Leal Maia e Helena Vidal de Paula Lima, todas graduadas e pós-graduadas em Direito. A divisão das atividades compreende a seguinte forma: a servidora Helena Vidal de Paula Lima é responsável pela confecção de todas as minutas de sentença de extinção e de expedientes, bem como pelo registro de sentenças e decisões; as servidoras Mônica Pinto Montenegro e Raquel Leal Maia são responsáveis pela confecção de minutas de sentenças de mérito e de decisões liminares, de antecipação de tutela e decisões interlocutórias.

Audiências: Raquel Leal Maia

Obs.: Não há juiz substituto desde o final de 2010 e, por essa razão, as duas assessorias ficam vinculadas ao Juiz titular, procurando trabalhar de forma conjunta.

O gabinete possui 4 estagiários, todos supervisionados pela oficiala de gabinete e pelo magistrado da unidade judiciária.

6.1.4. Participação do magistrado em reuniões com a equipe da 1ª Vara Federal

O magistrado realiza reuniões periódicas com todos os servidores da Vara. Também se reúne com as servidoras das duas assessorias para traçar metas e fazer levantamento das pendências.

6.1.5. Planejamento das atividades da 1ª Vara Federal e avaliação periódica de resultados

O planejamento é feito semestralmente com os servidores da Vara, trocando ideias, traçando novas metas e fazendo o feedback das metas anteriores. Também há reuniões quase que mensais com outros Diretores de Vara Cível, com a finalidade de trocar ideias, fazer *benchmarking*, com o propósito de adoção de boas práticas. Quando surgem novidades, tais como sistemas novos, dúvidas quanto a procedimentos, as Varas buscam reunir-se para discussão de problemas pelo menos uma vez por semana. Busca-se, por esse meio, dentro do possível, uma padronização dos procedimentos adotados entre as Varas de acordo com sua especialidade. Outro veículo muito utilizado pelos Diretores de Vara é o email institucional (dirsec@jfce.jus.br) e o whatsapp, visando à disseminação de dúvidas e soluções conjuntas.

A avaliação periódica é trimestral, por ocasião dos levantamentos estatísticos, mesmo não sendo mais necessário o envio dos dados à Corregedoria.

6.1.6. Atendimento aos membros do Ministério Público Federal, Defensoria Pública da União, procuradores federais, advogados e partes na secretaria e no gabinete do juiz federal da 1ª Vara Federal

Em relação à secretaria, os membros do Ministério Público Federal e da Defensoria Pública da União só transitam na Vara para comparecerem às audiências, mas possuem livre acesso a todas as instalações da Secretaria. Os advogados e partes são atendidos no balcão da Secretaria por servidores que se revezam, sempre com um estagiário. A Diretora de Secretaria também os atende sempre que solicitam. Informações por telefone também são prestadas por todos os servidores da Vara.

Quanto ao atendimento no gabinete do juiz, os membros do Ministério Público, Defensoria Pública, advogados e partes são atendidos, prontamente, pelas servidoras, com atenção e presteza, sempre no intuito de solucionar o problema apresentado e de prestar o melhor atendimento possível ao jurisdicionado.

6.1.7. Organização e controle dos processos

Na assessoria do juiz titular a principal meta é sentenciar os processos em no máximo dois meses após a conclusão para julgamento. São tratadas como prioridade as Ações Cíveis Públicas e de Improbidade, bem como os Mandados de Segurança. A Oficial de Gabinete é a responsável pelo acompanhamento do cumprimento das Metas fixadas pelo CNJ. O controle é mensal.

Em relação à assessoria do juiz substituto, os processos conclusos para sentença e para decisão interlocutória são dispostos em escaninhos por data de conclusão e por classes. Aludidos escaninhos possuem numeração específica para identificação da localização do processo na estante, que são registrados no sistema de movimentação processual. Os processos de classes prioritárias são dispostos em escaninhos próprios. Os processos conclusos para decisões de urgência são distribuídos entre as duas servidoras, bem como são, de pronto, minutados. Os processos são minutados obedecendo a ordem de data da conclusão, sendo priorizados os processos que demandam decisões de urgência, bem como as classes prioritárias, como ações civis públicas, mandados de segurança, cautelares. O controle é feito através de conferência física, bem como mediante relatórios disponíveis no sistema TEBAS.

Quanto ao controle do acervo, utilizam-se os relatórios que o Sistema Tebas e PJE oferecem para controlar o acervo. Processos em carga, embora em número bem mais reduzido, demandam ainda muita atenção, uma vez que os advogados e Procuradores têm por hábito permanecerem com processos por prazo bem superior ao determinado. Editais de cobrança são lançados dando prazo de 3 dias para os advogados devolverem os processos. Para os remanescentes, são expedidos pelo Juiz mandados de busca e apreensão.

6.1.8. Número de processos, relação servidor/processo, audiências de conciliação e de instrução e inspeções judiciais

Quando do preenchimento do formulário de gestão, a 1ª Vara Federal contava com 1.897 processos em tramitação ajustada, sendo 591 processos físicos e 1.306 processos eletrônicos.

Considerando o número de processos em tramitação e o número de servidores (16), a média de processos por servidor é de 118,56.

Na 1ª Vara Federal, havia 164 processos sobrestados/suspensos, pelos seguintes motivos:

PROCESSOS FÍSICOS SUSPENSOS/SOBRESTADOS	
Aguardando trânsito julgado de AGTR	40
Por convenção das partes	8
Aguardando decisão de outros feitos	6
Aguardando julgamento dos Embargos à Execução	46
Total	100
PROCESSOS ELETRÔNICOS SUSPENSOS/SOBRESTADOS	
A pedido da(s) parte(s)	6
Aguardando trânsito julgado de AGTR	8
Aguardando trânsito julgado de RE – Recurso Repetitivo	13
Aguardando julgamento dos Embargos à Execução	12
Aguardando julgamento de outros feitos	25
Total	64

Não houve processos extraviados nos últimos 24 meses.

No período correicionado, foram realizadas 219 audiências pelo juiz federal titular, e 3 inspeções judiciais (14 a 18 de março de 2016; 27 a 31 de março de 2017; 28 de fevereiro a 2 de março de 2018).

6.1.9. Cumprimento de metas e resoluções do CNJ

Meta 1 (Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente).

A Meta 1 foi cumprida pela unidade judiciária em relação aos processos físicos, não tendo sido integralmente cumprida em relação aos eletrônicos:

- Processos físicos distribuídos: 21;
- Processos físicos julgados: 31;
- Processos eletrônicos distribuídos: 614;
- Processos eletrônicos julgados: 473.

Meta 2 (Identificar e julgar, até 31/12/2017, pelo menos 100% dos processos distribuídos até 31/12/2012, 85% dos processos distribuídos em 2013 nos 1º e 2º graus, e 100% dos processos distribuídos até 31/12/2014 nos Juizados Especiais e Turmas Recursais Federais).

A Meta 2 não foi cumprida, tendo a Vara informado que serão tomadas as medidas necessárias, possíveis, para o seu cumprimento até o final do ano corrente.

Meta 3 (Aumentar os casos solucionados por conciliação, fomentando o alcance do percentual mínimo de 2% na proporção dos processos conciliados em relação aos distribuídos).

A Vara informou no formulário de gestão que ainda não dispõe de dados suficientes para concluir se atingiu a meta em foco, tendo ressaltado que as audiências de conciliação foram concentradas na Central de Conciliação e a mesma não possui estatística especificada por Vara.

Meta 4 (Identificar e julgar, até 31/12/2017, 70% das ações de improbidade administrativa distribuídas até 31/12/2014).

A Meta 4 foi atingida. A unidade informou que, das 67 Ações Cíveis Públicas de Improbidade Administrativa distribuídas até 31/12/14, só possui 3, estando uma delas suspensa.

Meta 5 (Baixar quantidade maior de processos de execução não fiscal do que o total de casos novos de execução não fiscal no ano corrente).

A Meta 5 foi atingida, pois foram distribuídas 180 execuções não fiscais e arquivadas 226.

Meta 6 (Identificar e julgar, até 31/12/2017, entre 70% e 85% das ações coletivas distribuídas até 31/12/2013, no 1º e 2º graus).

A Meta 6 foi alcançada, já que não há ações coletivas distribuídas até 31/12/2013 pendentes de julgamento.

Metas Específicas para a Justiça Federal

Baixar quantidade maior de processos criminais do que os casos novos criminais no ano corrente; Julgar quantidade maior de processos criminais do que os casos novos criminais no ano corrente.

Não se aplica.

Identificar e julgar, até 31/12 do ano corrente, 70% das ações penais vinculadas aos crimes relacionados à improbidade administrativa, ao tráfico de pessoas, à exploração sexual e ao trabalho escravo, distribuídas até 31/12/2014).

Não se aplica.

Acerca do cumprimento do Provimento CNJ nº 29/2013

O Cadastro Nacional de Condenados por Ato de Improbidade Administrativa e por Ato que implique Inelegibilidade (CNCIAI) vem sendo devidamente atualizado pela Vara.

Acerca do cumprimento das exigências previstas na Resolução CNJ nº 66/2009, com a redação introduzida pela Resolução CNJ nº 87/2009, e sobre a necessidade de inserção, no sistema informatizado, do Relatório de Controle de Prisões

Não se aplica.

6.1.10. Processos selecionados para correição

Foram correicionados 34 processos físicos (quando da correição tinham 554 processos físicos em tramitação ajustada).

Quanto aos feitos do Sistema PJe, foram correicionados 100 processos (quando da correição tinham 1.345 processos eletrônicos em tramitação ajustada).

6.1.10.1. Principais constatações da análise individual de processos

6.1.10.1.1. Processos Físicos

Da análise individual dos processos, podem ser destacadas as seguintes ocorrências:

DEMORA NA COBRANÇA DE DEVOLUÇÃO DAS CARTAS PRECATÓRIAS EXPEDIDAS E NÃO DEVOLVIDAS:		
TIPO DE AÇÃO	Nº DO PROCESSO	OBSERVAÇÃO

Civil Pública	00025309120134058100	Da carta precatória de fl. 282, expedida em abr/17 (v. despacho de fl. 283 - fev/18).
DEMORA NA CONCLUSÃO:		
TIPO DE AÇÃO	Nº DO PROCESSO	OBSERVAÇÃO
Civil Pública	00161301920124058100	Juntada em 28/06/2017, conclusão em 04/09/2017.
Civil Pública	00124737420094058100	Cota em 01/06/2015, conclusão em 26/02/2016; e certidão em 11/09/17 e conclusão em 19/12/17.
Civil Pública	00067016220114058100	Certidão em 30/03/2017, conclusão em 19/05/2017.
Improbidade Administrativa	00045716020154058100	De fl. 333.
DEMORA NA EXPEDIÇÃO DE CERTIDÃO:		
TIPO DE AÇÃO	Nº DO PROCESSO	OBSERVAÇÃO
Improbidade Administrativa	00100486420154058100	De 20/09/2017 a 26/01/2018.
Civil Pública	00022739520154058100	Despacho de 06/10/15, expedição em 02/12/15.
DEMORA NA JUNTADA DE EXPEDIENTE:		
TIPO DE AÇÃO	Nº DO PROCESSO	OBSERVAÇÃO
Civil Pública	00056559620154058100	Petição de 09/10/17, juntada em 01/03/18.
Civil Pública	00022739520154058100	Petição de 12/08/15, juntada em 05/10/15 e petição de 23/06/15, juntada em 05/10/15.
Civil Pública	00161301920124058100	Petição de 07/12/2017, juntada em 22/02/2018.
DEMORA NA PROLAÇÃO DE DECISÃO/ SENTENÇA:		
TIPO DE AÇÃO	Nº DO PROCESSO	OBSERVAÇÃO
Civil Pública	00092069420094058100	Do despacho de fl. 1026 (mais de 60 dias).
Desapropriação	00105255820134058100	Concluso em 25/01/2018 sem prolação de sentença.
Improbidade Administrativa	00155090820144058100	De 15.05.2017 a 02.08.2017.
DEMORA NA PROLAÇÃO DE DESPACHO:		

TIPO DE AÇÃO	Nº DO PROCESSO	OBSERVAÇÃO
Improbidade Administrativa	00100486420154058100	Set/2017 a fev/2018.
Civil Pública	00022739520154058100	Conclusos em 14/06/17, despacho em 28/09/17.
Improbidade Administrativa	00045716020154058100	Fl. 783.
Improbidade Administrativa	00034256220074058100	De 20.11.2017 a 13.03.2018.
Civil Pública	00056559620154058100	Conclusão em 12/05/17, despacho em 11/09/17.
Civil Pública	00124737420094058100	Conclusos em 07/04/16, despacho em 19/07/16.
Civil Pública	00014066820164058100	De 19/01/2018 a 02/04/2018.
FEITO EM ORDEM:		
TIPO DE AÇÃO	Nº DO PROCESSO	OBSERVAÇÃO
Desapropriação	00059867820154058100	
Ordinária	00630020920054058110	
Embargos à Execução	00051460520144058100	
Civil Pública	00001939120114058103	
Improbidade Administrativa	00035323320124058100	
Improbidade Administrativa	00013950520174058100	
Execução de Sentença	00000200681000027593	
Embargos à Execução	00000200881000135325	
Embargos à Execução	00107577020134058100	
Embargos à Execução	00052509420144058100	
Civil Pública	00113654420084058100	
Ordinária	00000200981000145232	
Improbidade Administrativa	00063655820114058100	
Monitória	00158010720124058100	
Execução de Sentença	00025184820114058100	
Civil Pública	00160947420124058100	
Civil Pública	00068765620114058100	

Civil Pública	00026706220124058100	
Ordinária	00198109020044058100	
Execução de Sentença	00092986720144058100	
OUTROS:		
TIPO DE AÇÃO	Nº DO PROCESSO	OBSERVAÇÃO
Embargos à Execução	00122187720134058100	Demora no cumprimento do despacho de fl. 618.
Civil Pública	00028308220154058100	Ausência de conclusão relativa a despacho de 05/09/2016.
Civil Pública	00028308220154058100	Falta de ordem cronológica - data da juntada de petição é de julho/2017 enquanto o protocolo da petição data de agosto/2017.
Civil Pública	00067016220114058100	Demora na abertura de vista (decurso de prazo certificado em 23/08/17, carga dos autos em 13/12/2017).
Outras Observações:		
<p>Processo : 00000200681000027593 Classe: Execução de Sentença - Concluso para sentença em 07/03/18.</p> <p>Processo: 00025184820114058100 Classe: Execução de Sentença - (cumprimento de sentença).</p> <p>Processo : 00056559620154058100 Classe: Civil Pública - trâmite inicial na Justiça Estadual.</p> <p>Processo : 00068765620114058100 Classe: Civil Pública - eta 02.</p> <p>Processo: 00092986720144058100 Classe: Execução de Sentença - (cumprimento de sentença).</p> <p>Processo : 00099522020134058100 Classe: Execução de Sentença - concluso para sentença de extinção em 09/03/18.</p> <p>Processo : 00122187720134058100 Classe: Embargos à Execução - Meta 2.</p> <p>Processo : 00630020920054058110 Classe: Ordinária - Meta 2.</p>		

6.1.10.1.2. Processos Judiciais Eletrônicos (PJe)

Quanto aos processos eletrônicos, merecem registro as seguintes situações:

Número do Processo	Classe Judicial	Assunto	Último Evento	Polo Ativo	Polo Passivo	Correicionado
Ausência/demora na conclusão						

0800004-81.2014.4.05.8101	EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL	Multas e demais Sanções	Juntada de Certidão de Intimação	UNIÃO FEDERAL - 26.004.558/0001-22	JOSE TAVORA PINHEIRO -	SIM
0800299-19.2017.4.05.8100	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Violação aos Princípios Administrativos	Expedição de expediente	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL -	UNIÃO FEDERAL e outro -	SIM
0800330-39.2017.4.05.8100	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Dano ao Erário e outros	Juntada de Certidão de Intimação	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL -	SAMYR PINTO CAMPOS -	SIM
0800714-36.2016.4.05.8100	PROCEDIMENTO COMUM	Alienação Fiduciária	Conclusos para despacho	francisca Cristina de paula Oliveira -	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF - 00.360.305/0001-04	SIM
0800714-70.2015.4.05.8100	EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL	Execução Contratual	Expedição de expediente	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF - 00.360.305/0001-04	M. V. L. COMERCIO SERVICOS E LOCACAO DE MAQUINAS LTDA - ME e outros - 07.121.477/0001-74	SIM
0801050-40.2016.4.05.8100	PROCEDIMENTO COMUM	Alienação Fiduciária	Baixa Definitiva	JOSE SEBASTIAO DA COSTA e outro - 010.126.604-05	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF - 00.360.305/0001-04	SIM
0801217-57.2016.4.05.8100	MONITÓRIA	Contratos Bancários	Juntada de Cota	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF - 00.360.305/0001-04	DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO e outro - 00.375.114/0001-16	SIM
0801440-78.2014.4.05.8100	EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL		Juntada de Certidão	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - 00.360.305/0001-04	FRANCISCO TAVARES BARBOSA - 005.080.473-15	SIM
0801469-26.2017.4.05.8100	AÇÃO CIVIL PÚBLICA	Responsabilidade Civil do Servidor Público / Indenização ao Erário	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	UNIÃO FEDERAL - 26.004.558/0001-22	ANTONIO CARLOS REBOUCAS MAIA -	SIM
0801708-35.2014.4.05.8100	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA	Medicamento / Tratamento / Cirurgia de Eficácia não comprovada	Juntada de Certidão de Intimação	DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO e outro - 00.375.114/0001-16	UNIÃO FEDERAL e outros - 26.004.558/0001-22	SIM
0801948-53.2016.4.05.8100	MONITÓRIA	Contratos Bancários	Proferido despacho de mero expediente	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF - 00.360.305/0001-04	DIEGO DA SILVA OLIVEIRA - ME e outro - 16.849.896/0001-18	SIM
0802726-57.2015.4.05.8100	PROCEDIMENTO COMUM	Abono da Lei 8.178/91	Conclusos para despacho	FRANCISCO GOMES DA SILVA - 018.021.353-91	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS - 29.979.036/0001-40	SIM
0802734-05.2013.4.05.8100	EXECUÇÃO CONTRA A FAZENDA PÚBLICA	Energia Elétrica	Juntada de Certidão de Intimação	AGENCIA NACIONAL DE ENERGIA ELETRICA - ANEEL e outro - 02.270.669/0001-29	MUNICIPIO DE APUIARES - 07.438.468/0001-01	SIM
0803302-21.2013.4.05.8100	EXECUÇÃO HIPOTECÁRIA DO SISTEMA FINANCEIRO DA HABITAÇÃO	Cédula Hipotecária	Juntada de Petição	EMPRESA GESTORA DE ATIVOS - EMGEA - 04.527.335/0001-13	FRANCISCO HELDER LOUREIRO PAZ - 234.606.013-53	SIM
0803334-21.2016.4.05.8100	PROCEDIMENTO COMUM	Diárias e Outras Indenizações e outros	Juntada de Certidão de Intimação	FRANCISCO ONIVALDO DE OLIVEIRA -	DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS CONTRA AS SECAS - DNOCS - 00.043.711/0001-43	SIM
0803511-19.2015.4.05.8100	PROCEDIMENTO	Concessão	Remetidos os Autos (em grau de recurso)	MARIA GORETE FELIPE DA SILVA -	UNIÃO FEDERAL e outro -	SIM

	COMUM		para TRF5	969.865.573-53	26.994.558/0001-23	
0803584-88.2015.4.05.8100	OUTROS PROCEDIMENTOS DE JURISDIÇÃO VOLUNTÁRIA	Abono de Permanência	Juntada de Petição	DREYKE BARBOSA DE AGUIAR - 065.637.203-34	UNIÃO FEDERAL - 26.994.558/0001-23	SIM
0803880-47.2014.4.05.8100	PROCEDIMENTO COMUM	Anulação de Débito Fiscal	Juntada de Petição	COMPANHIA DE AGUA E ESGOTO DO CEARA CAGECE - 07.040.108/0001-57	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF e outro - 00.360.305/0001-04	SIM
0804149-18.2016.4.05.8100	EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL	Contratos Bancários	Juntada de Certidão de Intimação	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF - 00.360.305/0001-04	ANDRE LUIZ AZEVEDO LIMA - ME e outro - 04.140.750/0001-10	SIM
0804378-46.2014.4.05.8100	EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL	Execução Contratual	Juntada de Certidão de Intimação	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF - 00.360.305/0001-04	MARIA DE LOURDES MOREIRA LUIZ - 236.006.673-00	SIM
0804420-27.2016.4.05.8100	PROCEDIMENTO COMUM	Abono de Permanência em Serviço (Art. 87)	Juntada de Petição	ARTEMISIA CLAUDIA RIBEIRO - 228.316.903-82	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS e outro - 29.979.036/0001-40	SIM
0804808-95.2014.4.05.8100	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA	Medicamento / Tratamento / Cirurgia de Eficácia não comprovada		MARIA LUZINETE BRAGA RODRIGUES e outro - 000.436.363-90	UNIÃO FEDERAL e outros - 26.994.558/0001-23	SIM
0805014-12.2014.4.05.8100	MANDADO DE SEGURANÇA	Auxílio-Alimentação e outros	Baixa Definitiva	MWN COMERCIAL DE ALIMENTOS LTDA - 04.601.165/0001-70	DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL - DRF - EM FORTALEZA/CE	SIM
0805642-98.2014.4.05.8100	MONITÓRIA	Execução Contratual	Baixa Definitiva	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF - 00.360.305/0001-04	ALEXANDER PERAZO NUNES DE CARVALHO - 564.345.291-04	SIM
0805967-05.2016.4.05.8100	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Dano ao Erário e outros	Conclusos para despacho	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.188/0001-03	DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO e outros -	SIM
0806450-06.2014.4.05.8100	MONITÓRIA	Execução Contratual	Conclusos para julgamento	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF - 00.360.305/0001-04	RENY JOSE CARABALLO OSUNA - 059.858.127-82	SIM
0806880-84.2016.4.05.8100	MONITÓRIA	Contratos Bancários	Juntada de Petição	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF -	JOSE ANGEL SOLERA MONTOYA	SIM
0812666-12.2016.4.05.8100	PROCEDIMENTO COMUM	Abono da Lei 8.178/91	Juntada de Contrarrazões	FRANCISCO CELESTINO DE MELO - 000.093.773-87	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS - 29.979.036/0001-40	SIM
0813043-80.2016.4.05.8100	PROCEDIMENTO COMUM	Revisão Geral Anual (Mora do Executivo - inciso X, art. 37, CF 1988)	Juntada de Petição	TEREZINHA GONCALVES LANDIM DE ALBUQUERQUE e outros - 090.229.963-87	UNIÃO FEDERAL - 26.994.558/0001-23	SIM
0815000-19.2016.4.05.8100	PROCEDIMENTO COMUM	Abuso de Poder	Remetidos os Autos (em grau de recurso) para TRF5	NORDESTE EMERGENCIAS E SOLUCOES MEDICAS LTDA - 07.958.702/0001-21	UNIÃO FEDERAL e outro - 26.994.558/0001-23	SIM
0816618-96.2016.4.05.8100	CUMPRIMENTO PROVISÓRIO DE SENTENÇA	Levantamento de Valor	Processo Suspenso/Sobrestado	ESTADO DO CEARA - 07.054.480/0001-70	UNIÃO FEDERAL e outro -	SIM
Lapso entre conclusão e prolação da sentença						
0801469-26.2017.4.05.8100	AÇÃO CIVIL PÚBLICA	Responsabilidade Civil do Servidor Público / Indenização ao Erário	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	UNIÃO FEDERAL - 26.994.558/0001-23	ANTONIO CARLOS REBOUCAS MAIA -	SIM
0803511-19.2015.4.05.8100	PROCEDIMENTO COMUM	Concessão	Remetidos os Autos (em grau de recurso) para TRF5	MARIA GORETE FELIPE DA SILVA -	UNIÃO FEDERAL e outro -	SIM
0804404-10.2015.4.05.8100	PROCEDIMENTO COMUM	Abono da Lei 8.178/91	Remetidos os Autos (em grau de recurso) para TRF5	JOSE FERREIRA DOS SANTOS - 000.944.393-20	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS - 29.979.036/0001-40	SIM

0804646-95.2017.4.05.8100	MANDADO DE SEGURANÇA COLETIVO	Contribuição INCRA	Remetidos os Autos (em grau de recurso) para TRF5	ASSOCIACAO NACIONAL DE DEFESA DOS CONTRIBUINTES	FAZENDA NACIONAL e outro -	SIM
---------------------------	-------------------------------------	--------------------	---	--	-------------------------------	-----

				TRIBUTARIOS - ANDCT -		
0808469-48.2015.4.05.8100	PROCEDIMENTO COMUM	Energia Elétrica	Juntada de Certidão	COMPANHIA ENERGETICA DO CEARA - 07.047.251/0001-70	UNIÃO FEDERAL e outros -	SIM
0814300-43.2016.4.05.8100	PROCEDIMENTO COMUM	Exame de Saúde e/ou Aptidão Física e outros	Juntada de Apelação	ANDRE SATIRO COSTA - 630.078.273-53	Centro Brasileiro de Pesquisa em Avaliação e Seleção e de Promoção de Eventos - Cebrasp e outro -	SIM
0816333-06.2016.4.05.8100	EMBARGOS À EXECUÇÃO	Efeito Suspensivo / Impugnação / Embargos à Execução	Baixa Definitiva	DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO e outro - 00.375.114/0001-16	Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT - 34.028.316/0001-03	SIM
Lapso entre conclusão e prolação despacho/decisão						
0800299-19.2017.4.05.8100	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Violação aos Princípios Administrativos	Expedição de expediente	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL -	UNIÃO FEDERAL e outro -	SIM
0801317-12.2016.4.05.8100	PROCEDIMENTO COMUM	Estabelecimentos de Ensino e outros	Conclusos para decisão	EVANGER DE LIMA SANTANA - 309.599.503-20	UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARA - UFC e outros - 07.272.636/0001-31	SIM
0802411-92.2016.4.05.8100	EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL	Cédula de Crédito Bancário	Conclusos para decisão	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF - 00.360.305/0001-04	PROPELLER SERVICOS MARITIMOS LTDA - ME e outros -	SIM
0803334-21.2016.4.05.8100	PROCEDIMENTO COMUM	Diárias e Outras Indenizações e outros	Juntada de Certidão de Intimação	FRANCISCO ONIVALDO DE OLIVEIRA -	DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS CONTRA AS SECAS - DNOCS - 00.043.711/0001-43	SIM
0803584-88.2015.4.05.8100	OUTROS PROCEDIMENTOS DE JURISDIÇÃO VOLUNTÁRIA	Abono de Permanência	Juntada de Petição	DREYKE BARBOSA DE AGUIAR - 865.627.282-24	UNIÃO FEDERAL - 26.994.558/0001-23	SIM
0803607-68.2014.4.05.8100	PROCEDIMENTO COMUM	Acidente de Trânsito e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	RONALD FEITOSA PINHEIRO -	FAZENDA NACIONAL -	SIM
0804808-95.2014.4.05.8100	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA	Medicamento / Tratamento / Cirurgia de Eficácia não comprovada		MARIA LUZINETE BRAGA RODRIGUES e outro - 000.436.363-90	UNIÃO FEDERAL e outros -	SIM
0806139-15.2014.4.05.8100	EXECUÇÃO HIPOTECÁRIA DO SISTEMA FINANCEIRO DA HABITAÇÃO	Cédula Hipotecária	Juntada de Certidão de Intimação	EMPRESA GESTORA DE ATIVOS - EMGEA - 04.527.335/0001-13	FRANCISCO WERNER CAVALCANTE e outro - 113.220.041-53	SIM
0806536-06.2016.4.05.8100	TUTELA ANTECIPADA ANTECEDENTE	Obrigação de Fazer / Não Fazer	Processo Suspenso/Sobrestado	José Rodrigo Miranda de Sousa - 025.450.213-00	Centro Brasileiro de Pesquisa em Avaliação e Seleção e de Promoção de Eventos - CEBRASPE e outros -	SIM
0807086-98.2016.4.05.8100	EMBARGOS DE TERCEIRO	Construção / Penhora / Avaliação / Indisponibilidade de Bens	Conclusos para decisão	ANTONIA KEILA FEITOSA NOGUEIRA - 755.042.513-20	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF e outro - 00.360.305/0001-04	SIM
0808469-48.2015.4.05.8100	PROCEDIMENTO COMUM	Energia Elétrica	Juntada de Certidão	COMPANHIA ENERGETICA DO CEARA - 07.047.251/0001-70	UNIÃO FEDERAL e outros -	SIM
0808512-82.2015.4.05.8100	NUNCIACÃO DE OBRA NOVA	Reintegração de Posse e outros	Juntada de Impugnação aos Embargos	AGENCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT. e outros - 04.898.488/0001-77	CIA DE GAS DO CEARA CEGAS - 73.759.185/0001-96	SIM
0809034-75.2016.4.05.8100	EMBARGOS À EXECUÇÃO	Efeito Suspensivo / Impugnação / Embargos à Execução	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MARIA JOSE LIMA DO NASCIMENTO e outro - 142.040.703-10	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF - 00.360.305/0001-04	SIM

0812474-79.2016.4.05.8100	MANDADO DE SEGURANÇA	Seguro-desemprego	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	LILIANE ALBUQUERQUE CARNEIRO - 854.931.983-04	SUPERINTENDENTE REGIONAL DO TRABALHO E EMPREGO NO CEARÁ e outro -	SIM
	PROCEDIMENTO	Revogação/Anulação		MARCONI NUNES	INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS	

0815481-79.2016.4.05.8100	COMUM	de multa ambiental	Juntada de Certidão	SANTANA - 457.633.643-68	NATURAIS RENOVAVEIS - IBAMA - 03.659.166/0001-02	SIM
0815520-76.2016.4.05.8100	PROCEDIMENTO COMUM	Metrológica e outros	Juntada de Contrarráções	M S TRANSPORTES E TURISMO LTDA - ME - 73.336.448/0001-54	INSTITUTO DE PESOS E MEDIDAS DE FORTALEZA - IPEM e outro -	SIM
0816333-06.2016.4.05.8100	EMBARGOS À EXECUÇÃO	Efeito Suspensivo / Impugnação / Embargos à Execução	Baixa Definitiva	DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO e outro - 00.375.114/0001-16	Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT - 34.028.316/0001-03	SIM
Lapso sem movimentação processo na Secretaria						
0800779-02.2014.4.05.8100	PROCEDIMENTO COMUM	Protesto Indevido de Título	Conclusos para julgamento	QUIMIFORT COMERCIO DE PRODUTOS QUIMICOS E LABORAT LTDA - EPP - 41.654.740/0001-29	CAIXA ECONOMICA FEDERAL e outro - 00.360.305/0001-04	SIM
0801440-78.2014.4.05.8100	EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL		Juntada de Certidão	CAIXA ECONOMICA FEDERAL -	FRANCISCO TAVARES BARBOSA - 005.080.473-15	SIM
0801442-43.2017.4.05.8100 - (Segredo)	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Dano ao Erário e outros	Conclusos para despacho	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF e outro - 00.360.305/0001-04	ANA CLAUDIA PEREIRA CRISOSTOMO MARIANO - 019.551.043-79	SIM
0804378-46.2014.4.05.8100	EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL	Execução Contratual	Juntada de Certidão de Intimação	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF -	MARIA DE LOURDES MOREIRA LUIZ - 236.006.673-00	SIM
0804420-27.2016.4.05.8100	PROCEDIMENTO COMUM	Abono de Permanência em Serviço (Art. 87)	Juntada de Petição	ARTEMISIA CLAUDIA RIBEIRO - 228.316.903-82	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS e outro - 29.979.036/0001-40	SIM
0805967-05.2016.4.05.8100	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Dano ao Erário e outros	Conclusos para despacho	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL -	DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO e outros -	SIM
0806324-53.2014.4.05.8100	PROCEDIMENTO COMUM	Revogação/Anulação de multa ambiental	Conclusos para despacho	MACIEL CONSTRUCOES E TERRAPLANAGENS LTDA - 41.548.652/0001-42	INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVAVEIS - IBAMA - 03.659.166/0001-02	SIM
0806880-84.2016.4.05.8100	MONITÓRIA	Contratos Bancários	Juntada de Petição	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF -	JOSE ANGEL SOLERA MONTOYA	SIM
0807468-28.2015.4.05.8100	EMBARGOS À EXECUÇÃO	Efeito Suspensivo / Impugnação / Embargos à Execução	Juntada de Petição	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS - 29.979.036/0001-40	SOCIEDADE BENEFICIENTE DO PESSOAL DA REDE V CEARENSE - 07.248.164/0001-81	SIM
Lapso temporal para cumprimento despacho/decisão						
0800714-36.2016.4.05.8100	PROCEDIMENTO COMUM	Alienação Fiduciária	Conclusos para despacho	francisca Cristina de paula Oliveira -	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF - 00.360.305/0001-04	SIM
0801503-35.2016.4.05.8100	BUSCA E APREENSÃO EM ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA	Alienação Fiduciária	Juntada de Petição	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF -	PEDRO BARROSO NUNES NETO -	SIM
0801754-53.2016.4.05.8100	MONITÓRIA	Contratos Bancários	Juntada de Certidão de Intimação	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF -	LUIZ ALBERTO FACO -	SIM
0804059-10.2016.4.05.8100	EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL	Anuidades OAB	Conclusos para despacho	ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL SECCAO DO CEARA - OAB CE - 07.375.512/0001-81	HILDENESE GUMARAES ELEUTERIO - 263.147.893-20	SIM

0804149-18.2016.4.05.8100	EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL	Contratos Bancários	Juntada de Certidão de Intimação	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF -	ANDRE LUIZ AZEVEDO LIMA - ME e outro - 04.140.750/0001-10	SIM
0804574-79.2015.4.05.8100	EMBARGOS À	Efeito Suspensivo / Impugnação /	Expedição de	DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS CONTRA AS	LUIZ CORIOLANO CAMELO -	SIM

	EXECUÇÃO	Embargos à Execução	expediente	SECAS - DNOCS -	492.130.083-68	
0812763-12.2016.4.05.8100	EMBARGOS À EXECUÇÃO	Efeito Suspensivo / Impugnação / Embargos à Execução	Juntada de Parecer/Informação	S ANDRADE CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA - EPP - 14.444.505/0001-50	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF - 00.360.305/0001-04	SIM
Outros:						
0800004-81.2014.4.05.8101	EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL	Multas e demais Sanções	Juntada de Certidão de Intimação	UNIÃO FEDERAL - 26.994.558/0001-23	JOSE TAVORA PINHEIRO -	SIM
0801503-35.2016.4.05.8100	BUSCA E APREENSÃO EM ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA	Alienação Fiduciária	Juntada de Petição	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF - 00.360.305/0001-04	PEDRO BARROSO NUNES NETO - 010.536.672-02	SIM
0801708-35.2014.4.05.8100	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA	Medicamento / Tratamento / Cirurgia de Eficácia não comprovada	Juntada de Certidão de Intimação	DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO e outro - 00.375.114/0001-16	UNIÃO FEDERAL e outros - 26.994.558/0001-23	SIM
0802375-21.2014.4.05.8100	PROCEDIMENTO COMUM	Descontos Indevidos	Juntada de Cota	ANTONIO CAMPELO DA SILVA -	UNIÃO FEDERAL - 26.994.558/0001-23	SIM
0804059-10.2016.4.05.8100	EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL	Anuidades OAB	Conclusos para despacho	ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL SECCAO DO CEARA - OAB CE - 07.375.512/0001-81	HILDENISE GUIMARAES ELEUTERIO - 263.147.893-20	SIM
0804182-76.2014.4.05.8100	PROCEDIMENTO COMUM	1/3 de férias e outros	Proferido despacho de mero expediente	RH MULTI SERVICOS ADMINISTRATIVOS LTDA - 10.902.284/0001-65	INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZACAO E REFORMA AGRARIA - INCRA e outros - 00.375.972/0001-60	SIM
0804574-79.2015.4.05.8100	EMBARGOS À EXECUÇÃO	Efeito Suspensivo / Impugnação / Embargos à Execução	Expedição de expediente	DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS CONTRA AS SECAS - DNOCS - 00.043.711/0001-43	LUIZ CORIOLANO CAMELO - 492.130.083-68	SIM
0804808-95.2014.4.05.8100	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA	Medicamento / Tratamento / Cirurgia de Eficácia não comprovada		MARIA LUZINETE BRAGA RODRIGUES e outro - 000.436.363-90	UNIÃO FEDERAL e outros - 26.994.558/0001-23	SIM
0806069-95.2014.4.05.8100	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA	Execução Contratual	Baixa Definitiva	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF -	JOSE VIEIRA COSTA FILHO -	SIM
0806187-66.2017.4.05.8100	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Dano ao Erário e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARA - UFC e outro - 07.272.636/0001-31	FRANCISCO PAULO BRANDAO ARAGAO - 036.510.372-15	SIM
0806450-06.2014.4.05.8100	MONITÓRIA	Execução Contratual	Conclusos para julgamento	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF -	RENY JOSE CARABALLO OSUNA - 059.858.127-82	SIM
0812474-79.2016.4.05.8100	MANDADO DE SEGURANÇA	Seguro-desemprego	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	LILIANE ALBUQUERQUE CARNEIRO - 854.931.983-04	SUPERINTENDENTE REGIONAL DO TRABALHO E EMPREGO NO CEARÁ e outro -	SIM
0815000-19.2016.4.05.8100	PROCEDIMENTO COMUM	Abuso de Poder	Remetidos os Autos (em grau de recurso) para TRF5	NORDESTE EMERGENCIAS E SOLUCOES MEDICAS LTDA - 07.958.702/0001-21	UNIÃO FEDERAL e outro - 26.994.558/0001-23	SIM
0815520-76.2016.4.05.8100	PROCEDIMENTO COMUM	Metrológica e outros	Juntada de Contrarrazões	M S TRANSPORTES E TURISMO LTDA - ME - 73.336.448/0001-54	INSTITUTO DE PESOS E MEDIDAS DE FORTALEZA - IPME e outro -	SIM
Paralisação irregular do processo						
0803282-25.2016.4.05.8100	EMBARGOS À EXECUÇÃO	Efeito Suspensivo / Impugnação / Embargos à Execução e outros	Juntada de Certidão de Intimação	ANGELA MARIA RODRIGUES DE LAVOR - 616.145.213-87	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF - 00.360.305/0001-04	SIM

0806621-26.2015.4.05.8100	EXECUÇÃO HIPOTECÁRIA DO SISTEMA FINANCEIRO DA HABITAÇÃO	Cédula Hipotecária	Juntada de Parecer/Informação	EMPRESA GESTORA DE ATIVOS - EMGEA - 04.527.335/0001-13	PAULO EDUARDO MELO DA ESCOSSIA - 203.492.623-49	SIM
Processo em ordem						
0800118-23.2014.4.05.8100	USUCAPÃO	Usucapião Especial (Constitucional)	Inspeção da Corregedoria da Justiça Federal	DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO e outro -	MARIA APARECIDA DA - 722.207.758-87	SIM
0800168-49.2014.4.05.8100	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA	Descontos Indevidos e outros	Processo Suspenso/Sobrestado	HENRIQUE MACHADO DA PONTE NETO e outros - 027.041.883-00	DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS CONTRA AS SECAS - DNOCS - 00.043.711/0001-43	SIM
0800268-67.2015.4.05.8100	REINTEGRAÇÃO / MANUTENÇÃO DE POSSE	Reintegração de Posse	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF -	JOAO BATISTA DA SILVA -	SIM
0800306-74.2018.4.05.8100	AÇÃO CIVIL PÚBLICA	Registro Profissional	Expedição de documento	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL -	CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA - 33.583.550/0001-30	SIM
0800521-26.2013.4.05.8100	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA	Isenção	Juntada de Certidão	BANCO CENTRAL DO BRASIL e outro -	FRANCISCO NELSON PEREIRA GONDIM - 000.923.473-04	SIM
0800561-08.2013.4.05.8100	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA	Correção Monetária	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	JOSYLENE DE MOURA FONTENELE	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF - 00.360.305/0001-04	SIM
0800681-46.2016.4.05.8100	MANDADO DE SEGURANÇA	Incidência sobre Aposentadoria	Baixa Definitiva	LUCIA MARIA TEIXEIRA VERAS -	Delegado da Receita Federal do Brasil em Fortaleza e outro -	SIM
0800918-51.2014.4.05.8100	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA CONTRA A FAZENDA	Restabelecimento	Juntada de Petição	ELERISA ELLERY BARROSO - 028.072.307-50	UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARA - UFC - 07.272.636/0001-31	SIM
0801561-38.2016.4.05.8100	EMBARGOS À EXECUÇÃO	Correção Monetária	Juntada de Certidão de Intimação	FAZENDA NACIONAL -	JERIVALDO PEIXOTO PAIXAO e outros - 036.657.805-78	SIM
0801810-57.2014.4.05.8100	PROCEDIMENTO COMUM	Gratificação Incorporada / Quintos e Décimos / VPNI	Juntada de Certidão de Intimação	ALEXANDRE RIBEIRO DO NASCIMENTO - 154.660.943-15	DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS CONTRA AS SECAS - DNOCS - 00.043.711/0001-43	SIM
0802105-26.2016.4.05.8100	EMBARGOS À EXECUÇÃO	Exceção de Pré-executividade	Remetidos os Autos (em grau de recurso) para TRF5	ELMAR LINS GUEIROS PESSOA e outros - 337.800.807-53	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF - 00.360.305/0001-04	SIM
0802231-76.2016.4.05.8100	PROCEDIMENTO COMUM	FUNDEF/Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério	Juntada de Apelação	ASS DOS PROFESSORES DE ESTABELECIMENTOS OFICIAIS CEARA -	UNIÃO FEDERAL e outros - 26.994.558/0001-23	SIM
0802388-78.2018.4.05.8100	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Dano ao Erário e outros	Juntada de Certidão	UNIÃO FEDERAL e outro -	FUNDAÇÃO VERA VILA REAL e outro -	SIM
0803618-58.2018.4.05.8100	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Violação aos Princípios Administrativos	Juntada de Certidão	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL -	MARIA DE NAZARE ALVES DE ARAUJO - ME e outro - 10.514.994/0001-18	SIM
0803734-35.2016.4.05.8100	EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL	Contratos Bancários		CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF -	FRANCISCO DE OLIVEIRA SOUZA e outro - 168.590.223-53	SIM
0804338-64.2014.4.05.8100	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA	Execução Contratual	Proferido despacho de mero expediente	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF -	VALDELANA BANDEIRA SILVA BRAGA e outros - 425.817.373-87	SIM
0804534-63.2016.4.05.8100	PROCEDIMENTO COMUM	Práticas Abusivas	Conclusos para julgamento	WESKLEI DOURADO TEOFILO -	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF - 00.360.305/0001-04	SIM

0804904-13.2014.4.05.8100	MONITÓRIA	Execução Contratual	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF -	VANIA MARIA DA SILVA BARROS -	SIM
0805010-04.2016.4.05.8100	PROCEDIMENTO COMUM	Nulidade de Ato Administrativo	Juntada de Certidão de Intimação	SINDICATO DAS EMPRESAS PRESTADORAS DE SERVICOS DE RECUPERACAO DE CREDITO E COBRANCA DO ESTADO DO CEARA - 21.782.988/0001-68	UNIÃO FEDERAL - 26.994.558/0001-23	SIM
0805752-92.2017.4.05.8100	AÇÃO CIVIL PÚBLICA	Fornecimento de Medicamentos	Juntada de Certidão de Intimação	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL -	MUNICIPIO DE FORTALEZA e outros	SIM
					DEPARTAMENTO	

0805819-28.2015.4.05.8100	PROCEDIMENTO COMUM	Anulação de Débito Fiscal	Juntada de Cota	LIBRA LIGAS DO BRASIL S/A - 10.500.221/0001-82	NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL - DNPM - 00.381.056/0001-33	SIM
0806500-61.2016.4.05.8100	PROCEDIMENTO COMUM	Reforma	Baixa Definitiva	JOAO PAULO PEREIRA DE AQUINO	UNIÃO FEDERAL - 26.004.558/0001-22	SIM
0806563-86.2016.4.05.8100	BUSCA E APREENSÃO EM ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA	Alienação Fiduciária	Juntada de Petição	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF - 00.360.305/0001-04	EMMANNUEL DEMETRIO VIEIRA FEITOSA MODESTO	SIM
0806715-37.2016.4.05.8100	MANDADO DE SEGURANÇA	Anulação	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CARLOS EUGENIO MAGALHAES BASTOS - 825.676.033-87	CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL 3 REGIAO - CRESS/CE e outro - 09.529.439/0001-80	SIM
0806871-88.2017.4.05.8100	AÇÃO CIVIL PÚBLICA	Abuso de Poder	Proferido despacho de mero expediente	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	AUTARQUIA MUNICIPAL DE TRANSITO E TRANSPORTE e outro - 05.073.426/0001-99	SIM
0808569-03.2015.4.05.8100	PROCEDIMENTO COMUM	Taxa de Saúde Suplementar	Expedição de expediente	UNIMED DE SOBRAL - COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO LTDA - 07.649.106/0001-60	AGENCIA NACIONAL DE SAUDE SUPLEMENTAR - ANS - 03.589.068/0001-46	SIM
0808667-17.2017.4.05.8100	AÇÃO CIVIL PÚBLICA	Financiamento do SUS	Expedição de expediente	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL -	UNIÃO FEDERAL - 26.004.558/0001-22	SIM
0809061-58.2016.4.05.8100	PROCEDIMENTO COMUM	RMI cuja salário-de-benefício supera menor valor teto	Proferido despacho de mero expediente	RAIMUNDO SILVERIO DE AGUIAR - 036.848.303-72	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS - 29.979.036/0001-40	SIM
0811719-55.2016.4.05.8100	MANDADO DE SEGURANÇA	Devolução de contribuições previdenciárias pagas além do teto	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MONICA MARIA CARVALHO DE LIMA QUEIROZ - 315.922.363-91	FAZENDA NACIONAL e outro - 00.304.460/0016-52	SIM
0813605-55.2017.4.05.8100	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Dano ao Erário e outros	Conclusos para decisão	FAZENDA NACIONAL e outro -	VERONA GARDEN LTDA e outros -	SIM
0814471-97.2016.4.05.8100	EMBARGOS DE TERCEIRO	Construção / Penhora / Avaliação / Indisponibilidade de Bens	Conclusos para despacho	MARIA DA CONCEICAO CONSTANTINO DO NASCIMENTO e outro - 464.086.813-87	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF e outro - 00.360.305/0001-04	SIM
0814916-18.2016.4.05.8100	PROCEDIMENTO COMUM	Aposentadoria Especial (Art. 57/8)	Conclusos para julgamento	JOSE EDNALDO LUCAS - 222.184.673-72	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS - 29.979.036/0001-40	SIM
0815130-72.2017.4.05.8100	AÇÃO CIVIL PÚBLICA	Aposentadoria/Retorno ao Trabalho	Conclusos para despacho	SINDICATO DOS TRABALHADORES DAS UNIVERSIDADES FEDERAIS NO ESTADO DO CEARA - 05.676.242/0001-13	UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA - UNILAB - 12.397.930/0001-00	SIM
0816334-88.2016.4.05.8100	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA	Termo de Adesão da LC 110/2001	Conclusos para decisão	SINDICATO TRAB FEDERAIS E M SAUDE PREV SOC EST DO CEARA - 07.613.862/0001-39	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF - 00.360.305/0001-04	SIM
0816503-41.2017.4.05.8100	AÇÃO CIVIL PÚBLICA	Fornecimento de Medicamentos	Juntada de Certidão de Intimação	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL -	ESTADO DO CEARA e outro -	SIM
0816574-43.2017.4.05.8100	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Enriquecimento ilícito	Conclusos para decisão	UNIÃO FEDERAL - 26.004.558/0001-22	KARLA BARREIRA BARBOSA e outros -	SIM
Tempo de permanência processo na Contadoria Juízo						
0801754-53.2016.4.05.8100	MONITÓRIA	Contratos Bancários	Juntada de Certidão de Intimação	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF -	LUIZ ALBERTO FACO -	SIM

0801894-24.2015.4.05.8100	EMBARGOS À EXECUÇÃO	Correção Monetária	Conclusos para julgamento	DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS CONTRA AS SECAS - DNOCS - 00.043.711/0001-43	IZAURA NERES DE OLIVEIRA E LOPES e outros -	SIM
	EMBARGOS À	Efeito Suspensivo / Impugnação /	Juntada de Certidão	ANGELA MARIA RODRIGUES DE	CAIXA ECONOMICA	

		e outros		616.145.213-87	00.360.305/0001-04	
0809034-75.2016.4.05.8100	EMBARGOS À EXECUÇÃO	Efeito Suspensivo / Impugnação / Embargos à Execução	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MARIA JOSE LIMA DO NASCIMENTO e outro - 142.040.703-10	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF - 00.360.305/0001-04	SIM
0816333-06.2016.4.05.8100	EMBARGOS À EXECUÇÃO	Efeito Suspensivo / Impugnação / Embargos à Execução	Baixa Definitiva	DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO e outro - 00.375.114/0001-16	Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT - 34.028.316/0001-03	SIM

6.1.11. Correição anterior e autoinspeção

As recomendações constantes da correição anterior foram analisadas pelos servidores da unidade judiciária para evitar novas ocorrências.

A última autoinspeção ocorreu de 26/02/2018 a 02/03/2018. O Juiz determinou mais agilidade nas certidões de decurso de prazo, a fim de envidar esforços na busca de processos findos que devam ser arquivados com a devida baixa. Quanto aos processos em carga por prazo superior ao legal, foi determinada a expedição de boletins de cobrança pelo menos a cada 2 meses, com expedição de mandados de busca e apreensão para os advogados que não atendem à intimação, via edital. Uma das metas fixadas foi digitalizar pelo menos 2 processos de conhecimento por semana para migração no PJE. Em relação à expedição de RPV/PRC's, a meta é elaborar o requisitório dentro do mês do despacho.

6.1.12. Considerações finais

A 1ª Vara Federal conta com estrutura física e equipamentos adequados a seu funcionamento.

A partir da análise processual, foram observados alguns pontos que merecem maior atenção por parte da unidade, quais sejam:

1. Demora/ausência na conclusão;
2. Demora na prolação de despacho/decisão/sentença;
3. Demora no cumprimento de despacho/decisão; e
4. Feitos sem movimentação processual.

Por fim, pelos demais dados apontados neste relatório e pelas constatações realizadas *in loco* durante a correição, pode-se afirmar que a 1ª Vara Federal funciona de modo eficiente.

6.2. 2ª VARA FEDERAL - FORTALEZA/CE

6.2.1. Competência, localização, estrutura física e horário de expediente

A 2ª Vara Federal do Ceará, dentro de sua jurisdição, possui competência cível e funciona no 14º pavimento da sede da Seção Judiciária do Ceará, localizada na Rua Pedro I, Praça Gen. Murilo Borges, nº 01, Centro, Fortaleza/CE.

A Vara apresentou instalações adequadas para todos: juízes federais, servidores, estagiários, terceirizados, membros do Ministério Público Federal, procuradores federais, defensores públicos federais, advogados e jurisdicionados.

O horário de funcionamento é das 9h às 18h.

6.2.2. Corpo funcional - juiz federal e servidores

A 2ª Vara Federal conta com o seguinte quadro de pessoal: a) 1 magistrado, o juiz federal Jorge Luis Girão Barreto (Titular); b) 16 servidores efetivos, 12 técnicos judiciários - área administrativa e 04 analistas judiciários - área judiciária; c) 1 servidor requisitado (com vínculo com o serviço público). Há 1 cargo efetivo vago.

6.2.2.1. Juiz federal titular

O magistrado titular da Vara, Jorge Luis Girão Barreto, atua na magistratura desde 27/02/1997, na jurisdição da Vara desde 01/06/1999, tendo se afastado da jurisdição, nos últimos 24 meses, pelos seguintes motivos:

Férias:

Ano 2016: Férias foram indenizadas.

Ano 2017: 09/01 a 28.01/2017 (Obs: A Portaria nº 360/CR, de 19 de dezembro de 2016 adiou, *sine die*, o usufruto do 1º período de férias do Juiz titular) e 03.07 a 22.07/2017.

Convocações:

Exercer, com prejuízo da Jurisdição, funções de auxílio no Gabinete da Vice-Presidência do Tribunal Regional Federal da 5ª Região, no período de 22/09/2015 a 29/03/2017 (Ato nº 00434/2015, da Presidência do TRF 5ª Região).

O magistrado reside na região metropolitana em que inserida a unidade judiciária em que atua.

Não há juiz federal substituto na vara.

6.2.2.2. Servidores

Em relação às funções de confiança (FCs), aos cargos em comissão (CJs) e à formação acadêmica dos servidores ocupantes de cargos efetivos na 2ª Vara Federal, tem-se a seguinte tabela:

Nome	Cargo efetivo	Ocupa FC ou	Grau	de	Área	de
------	---------------	-------------	------	----	------	----

		CJ? Qual?	Instrução*	formação
Ana Célia de Carvalho	Analista Judiciário	FC4-Supervisor Assistente de Ações Sumaríssimas e feitos não contenciosos	Pós-Graduação	Direito
Elliott Sanderbergh Lopes Dutra	Técnico Judiciário	FC2 - Auxiliar Especializado	Ensino médio completo	Não há
Fernanda Carvalho Correia Gurgel	Técnico Judiciário	FC5- Supervisor de Seção de Procedimentos Cíveis	Superior Completo	Direito
Giana Maria Monteiro Mota Studart	Não	FC3-Assistente Técnico III	Superior Completo	Direito
Kátia Maria Leal	Técnico Judiciário	FC4- Supervisor Assistente do Setor Publicações e Cálculo	Superior completo	Direito
Lister de Melo Saraiva Leão	Técnico Judiciário	FC-4 Supervisor Assistente do Juiz Federal Substituto	Ensino Superior Incompleto	Direito
Manuela Porto Cavalcanti	Analista Judiciário	FC4-Supervisor Assistente do Setor de Rito Especial e Mandado de Segurança	Superior Completo	Direito e Administração
Marcella Frota Salles Braga	Técnico Judiciário	FC5-Oficial de Gabinete do Juiz Substituto	Superior Completo	Direito
Orismar Braga Barbosa	Técnico Judiciário	FC4-Supervisor Assistente de Ações de Rito Ordinário	Ensino Superior Incompleto	Pedagogia
Raquel Alice Zilli Cavalcante	Analista Judiciário	FC4-Supervisor Assistente do Juiz Titular	Superior Completo	Direito
Ruy de Abreu Magalhães	Analista Judiciário	FC4-Supervisor Assistente do Juiz Substituto	Superior Completo	Direito e Bacharel em Química
Sayonara Linard Lopes	Técnico Judiciário	FC5-Supervisor de Seção de Apoio Administrativo	Pós-graduação	Direito
Inácia Vany Bonfim Pita	Técnico Judiciário	FC3 -Secretário do Diretor de Secretaria	Ensino médio completo	Não há

Kimberly Ribeiro Risso	Técnico Judiciário	FC4 -Supervisor Assistente do Juiz Federal Titular	Superior Completo	Direito
Ilton Aparecido Paiva	Técnico Judiciário	Não	Superior Completo	Direito
Rodrigo Diógenes Campêlo	Técnico Judiciário	Oficial de Gabinete - Juiz Titular FC 5	Superior Completo	Direito

Há ainda 1 servidora requisitada (com vínculo com o serviço público), qual seja: Giana Maria Monteiro Mota Studart – Prefeitura Municipal de Tururu/CE.

Não há função gratificada vaga. Há 1 servidora ocupante de cargo efetivo cedida para outro Órgão (Luciana Maria Carvalho de Arruda, no Tribunal Regional Federal da 2ª Região).

6.2.2.3. Estagiários

Há 2 vagas preenchidas de estagiários na 2ª Vara Federal.

6.2.3. Organização da 2ª Vara Federal

A secretaria da 2ª Vara Federal é composta de 12 servidores e o gabinete do juiz federal conta com 5 servidores.

6.2.3.1. Secretaria

Atualmente, a sistemática de trabalho da Secretaria da 2ª Vara dá-se mediante a divisão de processos físicos e eletrônicos a cada servidor responsável, por dígito, da seguinte forma:

SERVIDORES	PROCESSOS FÍSICOS E ELETRÔNICOS (Dígitos)
Kátia Maria Leal	0
Manuela Porto Cavalcanti	2
Orismar Braga Barbosa	3
Kimberly Ribeiro Risso	4
Ana Célia de Carvalho	5
Fernanda Carvalho Correia Gurgel	1 e 6
Sayonara Linard Lopes	7
Ilton Aparecido Paiva	8
Inácia Vany Bonfim Pita	9

O serventuário Elliott Sanderbergh Lopes Dutra trabalha com os processos físicos com dígito 1. A serventuária Fernanda Carvalho Correia Gurgel é responsável pelos processos eletrônicos com dígito 1. Os processos eletrônicos com dígito 1 atualmente ocorre rodízio entre os servidores da Secretaria da 2ª Vara.

A sistemática para organização dos processos na Secretaria da Vara ocorre mediante a divisão de tarefas, com a distribuição dos processos por dígitos aos servidores responsáveis. Com relação aos processos com prioridade, há determinação do Magistrado aos servidores para acompanhamento diário e sistemático através dos Sistemas Informatizados, efetuando-se a imediata conclusão dos processos com prioridade.

6.2.3.2. Organização do gabinete do juiz federal

A sistemática de trabalho no Gabinete da Secretaria da 2ª Vara dá-se mediante a divisão de processos físicos e eletrônicos a cada servidor responsável, por dígito, da seguinte forma:

SERVIDORES	PROCESSOS FÍSICOS E ELETRÔNICOS (Dígitos)
Marcella Frota Salles Braga	0 e 1
Raquel Alice Zilli Cavalcante	2 e 3
Líster de Melo Saraiva Leão	4 e 5
Ruy de Abreu Magalhães	6 e 7
Rodrigo Campêlo Diógenes	8 e 9

Os critérios de ordenação dos processos são: 1) data de conclusão para decisão e para sentença; 2) objeto; e 3) prioridades legais e metas do CNJ: a) tutelas e liminares de urgência, b) critério de idade e c) modelos já aprovados. O controle é feito por relatórios dos Sistemas TEBAS e PJE, sempre sob a orientação do Juiz. O monitoramento é também mensal para um comparativo entre os processos que ingressam com aqueles que saem ou são julgados.

6.2.4. Participação do magistrado em reuniões com a equipe da 2ª Vara Federal

O Juiz reúne-se periodicamente com a Assessoria para traçar metas, acompanhar regularmente as atividades dos assessores e estabelecer diretrizes de trabalho para a Secretaria. Outrossim, o Magistrado despacha com regularidade na Secretaria e mantém diálogo permanente com todos os serventuários, orientando-os e esclarecendo dúvidas acerca do trabalho realizado.

6.2.5. Planejamento das atividades da 2ª Vara Federal e avaliação periódica de resultados

As atividades são realizadas mediante distribuição dos processos por dígitos. Essas atividades são ininterruptas e pontualmente ocorre redistribuição de tarefas na Secretaria em face da saída ou ingresso de novos servidores na Secretaria. O Juiz também determinou e já existe a disponibilização de dois grupos de whatsapp - 2ª Vara - Gabinete JF e 2ª Vara Secretaria -, através dos quais os serventuários podem fazer perguntas, esclarecer dúvidas e

pedir orientação relacionadas à consecução de suas atividades. É mais um canal direto de comunicação dos serventuários com o Magistrado. Há também controle de cargas e devolução dos feitos. Para os autos com vista e aqueles com prazo excedido na forma da lei são realizadas cobranças de forma sistemática, com a emissão de relatórios extraídos dos sistemas informatizados. Para os processos com prazo excedido (15 dias), são expedidos mandados de busca e apreensão, é expedido Edital, feita cobrança através de telefone, envio de fax aos entes públicos e advogados, bem como é feita intimação diretamente no Balcão de atendimento, com a emissão de guias de remessa e o registro do prazo de devolução dos feitos.

Há um controle individual e do conjunto dos servidores que consiste na permanente busca da eficiência e celeridade. A meta estipulada abrange todos os setores, no sentido de serem observados os prazos processuais, mantidos em dia o processamento dos feitos, a publicação e remessas externas à Fazenda Nacional, à Advocacia Geral da União, ao Ministério Público Federal e à Defensoria Pública da União.

Os resultados das atividades da Secretaria da 2ª Vara, inobstante o quadro insuficiente de servidores, são promissores, destacando-se a presteza e eficiência, a divisão racional do trabalho, padronização dos procedimentos, a localização física dos processos, empenho e dedicação de todos os servidores. De forma geral, não há demora injustificada no cumprimento das precatórias recebidas. Todavia, no tocante às cartas precatórias expedidas pela 2ª Vara Federal, o prazo para o respectivo cumprimento não tem sido superior a trinta dias. Havendo demora ou ausência de cumprimento da precatória, o Juízo Federal tem prolatado decisões determinando a intimação da parte interessada para demonstrar a adoção de providências práticas no juízo deprecado para o seu devido cumprimento, sem prejuízo da expedição de Ofício solicitando a devolução. A periodicidade da publicação dos boletins dos expedientes da 2ª Vara está plenamente em dia, posto que entre a data da decisão e a remessa para a publicação decorrem em média 2 (dois) dias. Todavia, entre a data da remessa do boletim para a publicação e a circulação do Diário, decorre em média mais 1(um) dia.

6.2.6. Atendimento aos membros do Ministério Público Federal, Defensoria Pública da União, procuradores federais, advogados e partes na secretaria e no gabinete do juiz federal da 2ª Vara Federal

Os membros do Ministério Público comparecem esporadicamente ao balcão de atendimento da Secretaria da 2ª Vara. As remessas de processos ocorrem semanalmente às quintas-feiras através do Setor de Transportes, constando em cada processo “Termo de Recebimento”, no qual ocorre a intimação com a identificação do respectivo número de folhas, data e nome do servidor responsável pelo recebimento.

Os membros da Defensoria Pública da União comparecem esporadicamente ao balcão de atendimento à Secretaria da 2ª Vara. As remessas de processos ocorrem às sextas-feiras através de servidores da própria entidade encarregados das cargas, constando em cada processo “Termo de Recebimento” no qual ocorre a intimação com a identificação do respectivo número

de folhas, data e nome do servidor responsável pela carga. A carga é realizada diretamente no balcão da Secretaria mediante Guia de Remessa, discriminando-se os processos, constando data e assinatura dos servidores.

O atendimento dos Advogados é feito diariamente e diretamente no balcão da Secretaria. As cargas são efetuadas pelo servidor responsável pelo atendimento através de Guia de Remessa, discriminando-se os processos, constando data, endereço e assinatura do(a/s) advogado(a/s) e do servidor.

Os membros do Ministério Público, Defensores Públicos e Advogados são atendidos regularmente pelo Magistrado do Juízo.

6.2.7. Número de processos, relação servidor/processo, audiências de conciliação e de instrução e inspeções judiciais

Na data do preenchimento do formulário de gestão, a 2ª Vara Federal contava com 3.442 processos (físicos e eletrônicos) em tramitação ajustada.

Considerando o número de processos em tramitação e o número de servidores (17), a média de processos por servidor é de 202,47.

Foram realizadas, no período correccionado, 54 audiências.

As atividades de conciliação ocorreram nos meses de maio, novembro e dezembro de 2016, e nos meses de junho, julho, setembro, outubro, novembro e dezembro de 2017. Não há dados estatísticos especificados por Vara pela Central de Conciliação.

Não houve processos extraviados nos últimos 24 meses, tendo havido, no período, a restauração de 1 processo. Também houve a realização de 2 (duas) inspeções ordinárias, nos seguintes períodos: 27 a 31 de março de 2017 e 26 de fevereiro a 02 de março de 2018.

Na 2ª Vara Federal havia 124 processos sobrestados/suspensos, pelos seguintes motivos:

FÍSICOS

Motivo	Quantidade de processos por cada motivo
Interposição de recurso de embargos à execução	15
Interposição de recursos (aguardando decisão do e. Tribunal)	13
Interposição de recursos (STJ/STF)	14
Aguardando julgamento de Ação Principal	2
Suspensão da Execução (Art. 792, <i>caput</i> , do CPC)	1
Aguardando o ajuizamento das execuções	1

Deferimento do pedido de suspensão (Art. 921, III, do CPC)	1
Concluso para despacho/decisão/sentença	3

ELETRÔNICOS

Motivo	Quantidade de processos por cada motivo
Interposição de recurso de embargos à execução	17
Interposição de recursos (aguardando decisão do e. Tribunal)	27
Aguardando julgamento de Ação Principal	5
Suspensão por parcelamento de débito	5
Suspensão da Execução (Art. 792, <i>caput</i> , do CPC)	1
Aguardando expediente destinada à exclusão da fase de suspensão	10
Deferimento do pedido de suspensão (Art. 921, III, do CPC)	9

6.2.8. Cumprimento de metas e resoluções do CNJ

Meta 1 (Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente).

Segundo consta do formulário de gestão, a Vara apresentou dados referentes ao ano de 2016.

Meta 2 (Identificar e julgar, até 31/12/2017, pelo menos 100% dos processos distribuídos até 31/12/2012, 85% dos processos distribuídos em 2013 nos 1º e 2º graus, e 100% dos processos distribuídos até 31/12/2014 nos Juizados Especiais e Turmas Recursais Federais).

A meta não foi atingida, pois ainda há 132 processos distribuídos até 31/12/12 e 426 distribuídos em 2013 pendentes de julgamento.

A unidade judiciária informou que serão tomadas as medidas necessárias para acompanhar o cumprimento da Meta 2, identificando-se os processos físicos e eletrônicos, priorizando-se sua tramitação processual.

Meta 3 (Aumentar os casos solucionados por conciliação, fomentando o alcance do percentual mínimo de 2% na proporção dos processos conciliados em relação aos distribuídos).

As audiências de Conciliação concentram-se na Central de Conciliação, não tendo a Vara dados estatísticos suficientes para aferir a proporção dos processos conciliados em relação aos distribuídos.

Meta 4 (Identificar e julgar até, 31/12/2017, 70% das ações de improbidade administrativa distribuídas até 31/12/2014).

Foram distribuídas 25 (vinte e cinco) ações de improbidade administrativa no TEBAS e 3 (três) no PJE até 31/12/2014. Já foram sentenciadas 12 ações, ou seja, 46,15% do total.

A meta 4 ainda não foi cumprida.

Meta 5 (Baixar quantidade maior de processos de execução não fiscal do que o total de casos novos de execução não fiscal no ano corrente).

A unidade não apresentou informação acerca do cumprimento de tal meta.

Meta 6 (Identificar e julgar, até 31/12/2017, entre 70% e 85% das ações coletivas distribuídas até 31/12/2013, no 1º e 2º graus).

Há 1(um) processo distribuído até 31.12.2013 e que já se encontra julgado (Processo nº 0803460-76.2013.4.05.8100).

Meta cumprida.

Metas específicas para a Justiça Federal

Baixar quantidade maior de processos criminais do que os casos novos criminais no ano corrente. Julgar quantidade maior de processos criminais do que os casos novos criminais no ano corrente.

Não se aplica.

Identificar e julgar, até 31/12/17, 70% das ações penais vinculadas aos crimes relacionados à improbidade administrativa, ao tráfico de pessoas, à exploração sexual e ao trabalho escravo, distribuídas até 31/12/2014).

Não se aplica.

Acerca do cumprimento do Provimento CNJ nº 29/2013

O Cadastro Nacional de Condenados por Ato de Improbidade Administrativa e por Ato que implique Inelegibilidade (CNCIAI) vem sendo devidamente atualizado pela Vara.

Acerca do cumprimento das exigências previstas na Resolução CNJ nº 66/2009, com a redação introduzida pela Resolução CNJ nº 87/2009, e sobre a necessidade de inserção, no sistema informatizado, do Relatório de Controle de Prisões

Não se aplica.

6.2.9. Processos selecionados para correição

Foram correicionados 52 processos físicos (quando da correição tinham 955 processos físicos em tramitação ajustada).

Quanto aos processos do Sistema PJe, foram correicionados 100 processos (quando da correição tinham 2.485 processos eletrônicos em tramitação ajustada).

6.2.9.1. Principais constatações da análise individual de processos

6.2.9.1.1. Processos Físicos

Da análise individual dos processos, podem ser destacadas as seguintes ocorrências:

AUSÊNCIA DE MUDANÇA DE CLASSE:		
TIPO DE AÇÃO	Nº DO PROCESSO	OBSERVAÇÃO
Civil Pública	00086679420104058100	Cumprimento de sentença..
Civil Pública	00037974020094058100	Cumprimento de sentença.
Civil Pública	00011255420124058100	Cumprimento de sentença.
Mandado de Segurança Coletivo	00136712020074058100	Ao invés de MS coletivo, deveria ser execução de sentença.
Mandado de Segurança	00000200781000136878	Para a fase de execução.
Improbidade Administrativa	00000200781000196334	Processo em fase de execução.
Civil Pública	00132808920124058100	Processo em fase de execução de sentença, ainda autuado como ACP.
AUSÊNCIA DE TERMO DE JUNTADA:		
TIPO DE AÇÃO	Nº DO PROCESSO	OBSERVAÇÃO
Civil Pública	00081009720094058100	Relativa à petição de 26/04/2016.
AUSÊNCIA DE TERMO DE RECEBIMENTO DO PROCESSO NA VARA:		
TIPO DE AÇÃO	Nº DO PROCESSO	OBSERVAÇÃO
Civil Pública	00081009720094058100	Após vista MPF em jun/2016.
DEMORA NA COBRANÇA DE DEVOLUÇÃO DAS CARTAS PRECATÓRIAS EXPEDIDAS E NÃO DEVOLVIDAS:		
TIPO DE AÇÃO	Nº DO PROCESSO	OBSERVAÇÃO

Civil Pública	00082628220154058100	Expedida desde jul/2017 - determinada a cobrança apenas no despacho de fev/2018.
DEMORA NA CONCLUSÃO:		
TIPO DE AÇÃO	Nº DO PROCESSO	OBSERVAÇÃO
Civil Pública	00105656920154058100	Distribuição em 27/11/15, desp. em inspeção em 15/03/2016 determinando a conclusão, que foi feita em 13/09/2016.
Civil Pública	00051409520144058100	De fl. 200 (mais de 60 dias - v. fl. 198v).
Monitória	00163796720124058100	Juntada em 29/03/2017, desp. em insp. determinando conc. em 29/03/17 e conclusão em 27/02/2018.
Ordinária	00042855820104058100	De fl. 536 (set/15 a mar/16 - fls. 533 e 535).
Civil Pública	00051028320144058100	De fl. 350.
Civil Pública	00076337920134058100	Juntada em 22/02/2018, ainda não conclusivo.
Civil Pública	00101537520144058100	Audiência em 08/02/18, inspeção em 26/02/18, ainda não conclusivo.
Civil Pública	00101537520144058100	Demora na conclusão (juntada em 09/01/2017, despacho em inspeção em 27/03/2017), conclusão em 23/11/2017.
DEMORA NA EXPEDIÇÃO DE CERTIDÃO:		
TIPO DE AÇÃO	Nº DO PROCESSO	OBSERVAÇÃO
Civil Pública	00152665420074058100	De decurso de prazo, de 24.07.2017 a 14.11.2017.
DEMORA NA JUNTADA DE EXPEDIENTE:		
TIPO DE AÇÃO	Nº DO PROCESSO	OBSERVAÇÃO
Civil Pública	00132808920124058100	Parecer de 23/08/16, juntado em 25/11/16.
Civil Pública	00051028320144058100	Da petição de fls. 269/295 (ago/14 a mar/15).
Civil Pública	00081009720094058100	Out/2016 a jan/2017.
Civil Pública	00105656920154058100	Petição de 20/02/18,

		juntada em 03/04/18.
Improbidade Administrativa	00000200781000196334	De setembro a nov/2017.
DEMORA NA PROLAÇÃO DE DECISÃO/ SENTENÇA:		
TIPO DE AÇÃO	Nº DO PROCESSO	OBSERVAÇÃO
Civil Pública	00076337920134058100	Conclusos em 07/10/2016, sentença em 23/08/2017 - mais de dez meses.
Improbidade Administrativa	00145354820134058100	desde set/17.
Embargos à Execução	00076646520144058100	Desde ago/17.
Embargos à Execução	00102758820144058100	Desde jun/17.
Improbidade Administrativa	00017141220134058100	Desde ago/17.
Civil Pública	00161293920094048100	Desde ago/17.
Ordinária	00042855820104058100	De fls. 538 (jun/16 a fev/18).
Civil Pública	00051028320144058100	De fls. 312/329 (maio/15 a set/16).
Improbidade Administrativa	00013019120164058100	Desde 02.02.2018.
Civil Pública	00040522220144058100	De 09.11.2016 a 06.12.2017.
Civil Pública	00076484820134058100	Conclusos para sentença desde 24/11/2017(último movimento).
Civil Pública	00091920820124058100	Conclusos em 19/02/14 e 24/03/2014, sentença em 06/08/2015.
Improbidade Administrativa	00119401320124058100	De abril a set/2015 e de abril/2016 a jan/2017.
DEMORA NA PROLAÇÃO DE DESPACHO:		
TIPO DE AÇÃO	Nº DO PROCESSO	OBSERVAÇÃO
Civil Pública	00015672020124058100	Ddemora excessiva: de 03.03.2017 a 08.02.2018.
Civil Pública	00110028120134058100	De 07.08.2017 a 31.01.2018.
DEMORA NA PUBLICAÇÃO:		
TIPO DE AÇÃO	Nº DO PROCESSO	OBSERVAÇÃO

Civil Pública	00105656920154058100	Desp. em 13/09/16, reiterado em 27/03/17, remetido à publicação em 07/02/18.
DEMORA PARA CERTIFICAR O DECURSO DE PRAZO:		
TIPO DE AÇÃO	Nº DO PROCESSO	OBSERVAÇÃO
Civil Pública	00168187820124058100	Prazo findo em 27/10/17, certificado em 22/02/18.
Improbidade Administrativa	00145354820134058100	De fl. 1208.
Improbidade Administrativa	00150891720124058100	Fl. 756.
FEITO EM ORDEM:		
TIPO DE AÇÃO	Nº DO PROCESSO	OBSERVAÇÃO
Mandado de Segurança Coletivo	00000200081000046664	
Civil Pública	00053488420114058100	
Execução de Sentença	00079495820144058100	
OUTROS:		
TIPO DE AÇÃO	Nº DO PROCESSO	OBSERVAÇÃO
Ordinária	00115816320124058100	Ausência de certidão de decurso de prazo e ausência de movimentação de agosto/2017 até a inspeção em fev/2018.
Desapropriação	00104476420134058100	Ausência de conclusão - sem movimentação desde a inspeção de 27/02/2018, na qual se determina que os autos fiquem conclusos para sentença.
Civil Pública	00081009720094058100	Ausência de movimentação de agosto/2016 a jan/2017 e junho/2017 a nov/2017.
Improbidade Administrativa	00027226820064058100	Ausência de movimentação entre agosto/2017 a dez/2017.
Improbidade Administrativa	00027226820064058100	Falta de ordem cronológica entre os atos processuais - fls. 7338 e 7339.
Civil Pública	00061634220154058100	Demora no cumprimento - agosto/2015 a out/2015.

Civil Pública	00061634220154058100	Ausência de movimentação - março a set/2016.
Civil Pública	00082628220154058100	Demora no cumprimento - de 25/04/2017 a 20/07/2017.
Civil Pública	00082628220154058100	Ausência de movimentação - jul a set/2017.
Improbidade Administrativa	00000200581000212823	Demora no cumprimento - agosto/2014 a março/2015 e de março a maio/2015.
Improbidade Administrativa	00119401320124058100	Ausência de movimentação entre abril a agosto de 2017.
Improbidade Administrativa	00119401320124058100	Demora no cumprimento - out/2017 a jan/2018.
Mandado de Segurança	00000200781000136878	Ausência de movimentação de junho/2015 a março/2016 e de março/2016 a set/2016 e de ago/2017 a fev/2018.
Desapropriação	00105065220134058100	Demora no cumprimento da decisão de fl. 63.
Desapropriação	00105065220134058100	Demora na expedição da carta precatória de fl. 106 e de fl. 128.
Ordinária	00042855820104058100	Sem movimentação no período de set/14 a set/15 (fls.531v/533).
Civil Pública	00113662920084058100	Ausência de alteração de classe (cumprimento de sentença).
Civil Pública	00113662920084058100	Ausência de conclusão (desde jan/18).
Mandado de Segurança Coletivo	00000200981000051020	Ausência de mudança de classe.
Ordinária	00160809520094058100	Ausência de mudança de classe para execução de sentença.
Ordinária	00008905820104058100	Ausência de mudança da classe para execução de sentença.
Improbidade Administrativa	00145354820134058100	Demora no cumprimento do despacho de fl. 1212.

Civil Pública	00168187820124058100	Demora na apresentação de laudo pericial (intimação em 21/05/15, laudo em 14/09/15).
Civil Pública	00100117120144058100	Despacho em 12/05/17, pub. em 05/06/17, remessa em 22/08/17.
Civil Pública	00132808920124058100	Juntada de manifestação do MPF em 02/10/17, ausência de conclusão, despacho em inspeção em 27/02/18.
Civil Pública	00036398220094058100	Processo sem movimentação, de 23.02.2017 a 30.10.2017.
Civil Pública	00157907520124058100	Demora no cumprimento de despacho, de 15.09.2017 a 16.01.2018.
Improbidade Administrativa	00134304120144058100	Demora no cumprimento de despacho, de 13.10.2017 a 17.01.2018.

PARALISAÇÃO IRREGULAR:

TIPO DE AÇÃO	Nº DO PROCESSO	OBSERVAÇÃO
Desapropriação	00105065220134058100	Após expedida carta de citação de fl. 66 (ago/14 a abr/16 - fl. 70).
Embargos à Execução	00150078320124058100	Desde 27.03.2017.
Civil Pública	00011255420124058100	04.03.2015.
Civil Pública	00000389229144058100	Desde 21.02.2017..

Outras Observações:

Processo: 00000200781000136878 Classe: Mandado de Segurança - recomenda-se alteração de classe por se encontrar o processo em fase de execução.

Processo : 00000200781000196334 Classe: Improbidade Administrativa - recomenda-se mudança de classe para execução.

Processo : 00008905820104058100 Classe: Ordinária - Execução iniciada em jun/14. Processo suspenso em face da interposição de embargos à execução.

Processo : 00091920820124058100 Classe: Civil Pública. MPF pediu intimação sobre cumprimento de obrigação de fazer.

Processo: 00105656920154058100 Classe: Civil Pública - tramitou inicialmente na Justiça Estadual.

Processo : 00136712020074058100 Classe: Mandado de Segurança Coletivo - trânsito em julgado em 03/06/2013. Execução de sentença requerida.

6.2.9.1.2. Processos Judiciais Eletrônicos (PJe)

Quanto aos processos eletrônicos, merecem registro as seguintes situações:

Número do Processo	Classe Judicial	Assunto	Último Evento	Polo Ativo	Polo Passivo	Correicionado
Ausência/demora na conclusão						
0800086-23.2011.4.05.8100	PROCEDIMENTO COMUM	Diárias e Outras Indenizações	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	ANTONIO GOMES MONTEIRO - 155.020.822-24	FUNDACAO NACIONAL DE SAUDE - FUNASA - 26.989.350/0001-16	SIM
0801360-46.2016.4.05.8100	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Dano ao Erário	Juntada de Certidão de Intimação	MUNICIPIO DE PINDORETAMA - 23.563.448/0001-19	FUNDACAO NACIONAL DE SAUDE - FUNASA e outro - 26.989.350/0001-16	SIM
0801941-66.2013.4.05.8100	PROCEDIMENTO COMUM	Convênio Médico com o SUS	Baixa Definitiva	DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO e outro - 00.375.114/0001-16	UNIÃO FEDERAL e outro - 26.989.350/0001-16	SIM
0803090-97.2013.4.05.8100	PROCEDIMENTO COMUM	Execução Contratual	Juntada de Petição	EMPRESA BRASILEIRA DE INFRA-ESTRUTURA AEROPORTUARIA - INFRAERO e outros -	EASY TAXI AEREO LTDA - 07.882.356/0001-45	SIM
0804070-10.2014.4.05.8100	AÇÃO CIVIL COLETIVA	Assistência à Saúde e outros	Conclusos para decisão	SINDICATO DOS POLICIAIS FEDERAIS NO ESTADO DO CEARA - 35.076.637/0001-46	UNIÃO FEDERAL - 26.994.558/0001-23	SIM
0804160-13.2017.4.05.8100	AÇÃO CIVIL PÚBLICA	Ressarcimento ao SUS		UNIÃO FEDERAL e outro -	JOSE ADRIANO LIMA e outro - 371.286.393-49	SIM
0804400-36.2016.4.05.8100	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Enriquecimento ilícito e outros	Conclusos para decisão	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS - 29.979.036/0001-40	MARIA DE FATIMA BARBOSA - 705.317.303-87	SIM
0804422-94.2016.4.05.8100	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Dano ao Erário	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	UNIÃO FEDERAL e outro -	FRANCISCO AIRTON LIMA FILHO e outros -	SIM
0804633-96.2017.4.05.8100	DESAPROPRIAÇÃO	Desapropriação	Juntada de Substabelecimento	ESTADO DO CEARA - 07.054.480/0001-70	BANCO CENTRAL DO BRASIL e outros -	SIM
0804691-02.2017.4.05.8100 - (Segredo)	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Dano ao Erário e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF - 00.360.305/0001-04	DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO e outros - 00.375.114/0001-16	SIM
0805891-78.2016.4.05.8100	AÇÃO CIVIL PÚBLICA	Abuso de Poder	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	INSTITUTO DE PESQUISA CIENTIFICA E TECNOLÓGICA, ENSINO E DE DEFESA DO CONSUMIDOR - 03.724.966/0001-60	AGENCIA NACIONAL DE SAUDE SUPLEMENTAR - ANS. - 03.589.068/0001-46	SIM
0808480-77.2015.4.05.8100	AÇÃO POPULAR	Anulação	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FELIPE BRAGA ALBUQUERQUE -	UNIÃO FEDERAL e outros -	SIM
0809450-09.2017.4.05.8100	AÇÃO CIVIL PÚBLICA	Dano Ambiental	Juntada de Cota	INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVAVEIS - IBAMA e outros - 03.659.166/0001-02	CERAMICA MARTINS LTDA - ME - 02.857.457/0001-42	SIM
0814548-09.2016.4.05.8100 - (Segredo)	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Dano ao Erário e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF -	SIMONE VAZ DE LIMA e outros -	SIM

0800112-21.2011.4.05.8100	PROCEDIMENTO COMUM	Diárias e Outras Indenizações	Juntada de Contrarrazões	JAIME COSTA RABELO -	FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE - FUNASA - 26.989.350/0001-16	SIM
Lapso entre a distribuição e despacho inicial/limi						
0803036-92.2017.4.05.8100 - (Segredo)	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Dano ao Erário e outros	Expedição de documento	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF -	ANTONIO CARLOS DA SILVA BRAGA e outros - 050.274.723-40	SIM
Lapso entre conclusão e prolação da sentença						
0800230-84.2017.4.05.8100	MANDADO DE SEGURANÇA COLETIVO	Modalidade / Limite / Dispensa / Inexigibilidade	Remetidos os Autos (em grau de recurso) para TRF5	SIND NACIONAL EMPR ARQUITETURA E ENGENHARIA CONSULTIVA - 59.940.957/0001-60	DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES - DNIT e outros - 04.892.707/0001-00	SIM
0800538-28.2014.4.05.8100	PROCEDIMENTO COMUM	Concessão	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	LEONOR SILVEIRA EMIDIO e outros -	UNIÃO FEDERAL -	SIM
0800636-13.2014.4.05.8100	PROCEDIMENTO COMUM		Juntada de Cota	BRUNO ALVES TEIXEIRA -	UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARA - UFC e outro - 07.272.636/0001-31	SIM
0800974-21.2013.4.05.8100	PROCEDIMENTO COMUM	Convênio Médico com o SUS	Juntada de Petição	MESSIAS SAMPAIO DE AZEVEDO e outro -	UNIÃO FEDERAL e outros -	SIM
0802910-47.2014.4.05.8100	PROCEDIMENTO COMUM	Isenção	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FRANCISCA MARQUES MACEDO -	FAZENDA NACIONAL -	SIM
0803575-63.2014.4.05.8100	PROCEDIMENTO COMUM	Multas e demais Sanções	Juntada de Certidão de Intimação	CESAR AUGUSTO MUNIZ FREIRE -	CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA e outro	SIM
0803619-82.2014.4.05.8100	PROCEDIMENTO COMUM	Ingresso no Curso Superior	Juntada de Apelação	PRISCILA TIMBO DE AZEVEDO -	UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARA - UFC - 07.272.636/0001-31	SIM
0803645-17.2013.4.05.8100	PROCEDIMENTO COMUM	Pagamento Atrasado / Correção Monetária e	Juntada de Certidão de Intimação	MARIA MARQUES RODRIGUES NETA -	UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARA - UFC - 07.272.636/0001-31	SIM
0803762-08.2013.4.05.8100	PROCEDIMENTO COMUM	Índice de 28,86% Lei 8.622/1993 e 8.627/1993 e outros		JOSE JESUS TRABULO DE SOUSA -	UNIÃO FEDERAL - 26.994.558/0001-23	SIM
0803997-38.2014.4.05.8100	PROCEDIMENTO SUMÁRIO	Acidente de Trânsito e outros	Juntada de Certidão de Intimação	ANTONIO RODRIGUES CAVALCANTE e outros - 518.443.973-00	DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES - DNIT - 04.892.707/0001-00	SIM
0804440-86.2014.4.05.8100	DEPÓSITO		Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF -	ALUIZIO LOPES MOREIRA -	SIM
0807345-30.2015.4.05.8100	AÇÃO POPULAR	Abono da Lei	Baixa Definitiva	Marcos José Nogueira de Souza Filho -	UNIÃO FEDERAL -	SIM
Lapso entre conclusão e prolação despacho/decisão						
0800076-71.2014.4.05.8100	PROCEDIMENTO COMUM	Abono Pecuniário (Art. 78 Lei	Conclusos para despacho	ISRAEL ALVES DA CRUZ - 018.283.473-53	UNIÃO FEDERAL -	SIM
0800105-29.2011.4.05.8100	PROCEDIMENTO COMUM	Diárias e Outras Indenizações	Juntada de Petição	FRANCISCO JOSE NASCIMENTO VIEIRA	FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE - FUNASA - 26.989.350/0001-16	SIM
0800538-28.2014.4.05.8100	PROCEDIMENTO COMUM	Concessão	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	LEONOR SILVEIRA EMIDIO e outros -	UNIÃO FEDERAL -	SIM
0803701-11.2017.4.05.8100 - (Segredo)	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Dano ao Erário e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF -	EMPREITEIRA SARA ROCHA LTDA - ME e outros - 10.284.607/0001-02	SIM

0803997-38.2014.4.05.8100	PROCEDIMENTO SUMÁRIO	Acidente de Trânsito e outros	Juntada de Certidão de Intimação	ANTONIO RODRIGUES CAVALCANTE e outros - 518.443.973-00	DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES - DNIT - 04.892.707/0001-00	SIM
0804128-13.2014.4.05.8100	MONITÓRIA	Execução Contratual	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF - 00.360.305/0001-04	J V DIODATO MERCEARIA - ME e outros - 06.286.731/0001-21	SIM

0804688-47.2017.4.05.8100 - (Segredo)	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Dano ao Erário e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF - 00.360.305/0001-04	DAVID ATHILLA ANDRADE BANDEIRA BARRETO e outros - 916.183.473-49	SIM
0804691-02.2017.4.05.8100 - (Segredo)	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Dano ao Erário e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF - 00.360.305/0001-04	DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO e outros - 00.375.114/0001-16	SIM
0805891-78.2016.4.05.8100	AÇÃO CIVIL PÚBLICA	Abuso de Poder	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	INSTITUTO DE PESQUISA CIENTIFICA E TECNOLÓGICA, ENSINO E DE DEFESA DO CONSUMIDOR - 03.724.966/0001-60	AGENCIA NACIONAL DE SAUDE SUPLEMENTAR - ANS. - 03.589.068/0001-46	SIM
0808389-84.2015.4.05.8100 - (Segredo)	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Enriquecimento ilícito	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF -	ANALIA FERREIRA MARQUES e outros -	SIM
0814548-09.2016.4.05.8100 - (Segredo)	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Dano ao Erário e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF -	SIMONE VAZ DE LIMA e outros -	SIM
0815069-51.2016.4.05.8100	AÇÃO CIVIL PÚBLICA	Obrigação de Fazer / Não Fazer	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MUNICIPIO DE FORTALEZA e outro -	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF -	SIM
Lapso sem movimentação processo na Secretaria						
0800230-84.2017.4.05.8100	MANDADO DE SEGURANÇA COLETIVO	Modalidade / Limite / Dispensa / Inexigibilidade	Remetidos os Autos (em grau de recurso) para TRF5	SIND NACIONAL EMPR ARQUITETURA E ENGENHARIA CONSULTIVA - 59.940.957/0001-60	DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES - DNIT e outros - 04.892.707/0001-00	SIM
0800396-24.2014.4.05.8100	EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL	Execução Contratual	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - 00.360.305/0001-04	M P DE CARVALHO CONSTRUCOES - ME e outro - 07.407.333/0001-89	SIM
0800931-11.2018.4.05.8100	AÇÃO CIVIL PÚBLICA	Sistemas de cotas - Lei 10.558/2002	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 02.626.108/0001-02	UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARA - UFC - 07.272.636/0001-31	SIM
0803229-15.2014.4.05.8100	PROCEDIMENTO COMUM	Interpretação / Revisão de Contrato	Juntada de Certidão de Intimação	CG CONSTRUTORA E EMPREENDIMENTOS LTDA - EPP e outro - 13.761.239/0001-26	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - 00.360.305/0001-04	SIM
0803320-08.2014.4.05.8100	BUSCA E APREENSÃO EM ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA	Alienação Fiduciária	Juntada de Certidão de decurso de prazo	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - 00.360.305/0001-04	CICERA MARIA DE LIMA - 616.099.273-20	SIM
0803339-48.2013.4.05.8100	EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL	Execução Contratual	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - 00.360.305/0001-04	SKY CLUB CONFECOS LTDA - ME e outros - 16.837.035/0001-10	SIM
0803476-30.2013.4.05.8100	EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL	Execução Contratual	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - 00.360.305/0001-04	FRANCISCO AGELSON FERREIRA DA SILVA - ME e outro - 13.864.444/0001-17	SIM
0803495-36.2013.4.05.8100	MONITÓRIA	Execução Contratual	Juntada de Certidão de Intimação	CAIXA ECONOMICA FEDERAL -	CLEISON DA SILVA PARENTE LINHARES	SIM
0803701-11.2017.4.05.8100 - (Segredo)	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Dano ao Erário e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF - 00.360.305/0001-04	EMPREITEIRA SARA ROCHA LTDA - ME e outros - 10.284.607/0001-02	SIM
0803773-03.2014.4.05.8100	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Dano ao Erário	Juntada de Petição	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - 00.360.305/0001-04	DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO e outros - 00.375.114/0001-16	SIM
0804070-10.2014.4.05.8100	AÇÃO CIVIL COLETIVA	Assistência à Saúde e outros	Conclusos para decisão	SINDICATO DOS POLICIAIS FEDERAIS NO ESTADO DO CEARA - 35.076.637/0001-46	UNIÃO FEDERAL - 26.994.558/0001-23	SIM
0806217-04.2017.4.05.8100	AÇÃO CIVIL PÚBLICA	Direitos Indígenas	Conclusos para julgamento	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 02.626.108/0001-02	FUNDAÇÃO NACIONAL DO INDIO - FUNAI e outro - 00.059.311/0001-26	SIM

0807556-95.2017.4.05.8100	AÇÃO CIVIL PÚBLICA	FUNDEF/Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério	Juntada de Certidão de Retificação de Autuação	ASS DOS PROFESSORES DE ESTABELECIMENTOS OFICIAIS CEARA -	MUNICIPIO DE REDENCAO e outro - 07.756.646/0001-42	SIM
---------------------------	--------------------	---	--	--	---	-----

0808298-23.2017.4.05.8100	AÇÃO CIVIL PÚBLICA	Abatimento proporcional do preço	Juntada de Certidão de Intimação	DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS DO CONSUMIDOR - 21.712.371/0001-76	BANCO BRADESCO SA e outros - 60.746.948/0001-12	SIM
0809596-50.2017.4.05.8100	AÇÃO CIVIL PÚBLICA	Dano Ambiental	Conclusos para decisão	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL -	RAIZEN COMBUSTÍVEIS S.A. -	SIM
0812897-05.2017.4.05.8100	MANDADO DE SEGURANÇA COLETIVO	Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (CIDE)	Juntada de Certidão de Intimação	ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE LOJISTAS DE SHOPPING - ALSHOP - 68.167.592/0001-74	DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FORTALEZA/CE e	SIM
Lapso temporal para cumprimento despacho/decisão						
0801141-04.2014.4.05.8100	EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL	Multas e demais Sanções	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	UNIÃO FEDERAL - 26.994.558/0001-23	MOVIMENTO HIP HOP ORGANIZADO DO BRASIL (MH20 DO BRASIL) -	SIM
0801360-46.2016.4.05.8100	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Dano ao Erário	Juntada de Certidão de Intimação	MUNICÍPIO DE PINDORETAMA - 23.563.448/0001-19	FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE - FUNASA e outro - 26.989.350/0001-16	SIM
0802745-97.2014.4.05.8100	EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL	Anuidades OAB	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL SECCAO DO CEARA - OAB CE - 07.375.512/0001-81	Guilherme Santos Ferreira da Silva - 596.142.934-20	SIM
0803476-30.2013.4.05.8100	EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL	Execução Contratual	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - 00.260.205/0001-04	FRANCISCO AGELSON FERREIRA DA SILVA - ME e outro - 13.864.444/0001-17	SIM
0803495-36.2013.4.05.8100	MONITÓRIA	Execução Contratual	Juntada de Certidão de Intimação	CAIXA ECONOMICA FEDERAL -	CLEISON DA SILVA PARENTE LINHARES	SIM
0803714-49.2013.4.05.8100	PROCEDIMENTO COMUM	Alienação Fiduciária	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	EUROTUR LOCAÇÃO DE VEÍCULOS E TURISMO LTDA - EPP - 13.537.484/0001-54	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - 00.260.205/0001-04	SIM
0803995-63.2017.4.05.8100 - (Segredo)	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Dano ao Erário e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF -	FRANCISCO RIVELINO CAMILO e outros - 454.414.803-00	SIM
0814548-09.2016.4.05.8100 - (Segredo)	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Dano ao Erário e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF -	SIMONE VAZ DE LIMA e outros -	SIM
Outros:						
0800076-71.2014.4.05.8100	PROCEDIMENTO COMUM	Abono Pecuniário (Art. 78 Lei)	Conclusos para despacho	ISRAEL ALVES DA CRUZ - 018.283.473-53	UNIÃO FEDERAL - 26.994.558/0001-23	SIM
0800105-29.2011.4.05.8100	PROCEDIMENTO COMUM	Diárias e Outras Indenizações	Juntada de Petição	FRANCISCO JOSE NASCIMENTO VIEIRA - 219.166.502-40	FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE - FUNASA - 26.989.350/0001-16	SIM
0800224-87.2011.4.05.8100	PROCEDIMENTO COMUM	Diárias e Outras Indenizações	Juntada de Certidão de Intimação	FRANCISCO NILTON MOREIRA - 245.824.502-00	FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE - FUNASA - 26.989.350/0001-16	SIM
0800239-85.2013.4.05.8100	PROCEDIMENTO COMUM	Plano de Classificação de Cargos	Juntada de Certidão de Intimação	MARIA EROTILDES CAVALCANTE DE OLIVEIRA NASCIMENTO - 284.607.583-20	UNIÃO FEDERAL - 26.994.558/0001-23	SIM
0800584-51.2013.4.05.8100	EXECUÇÃO CONTRA A FAZENDA PÚBLICA	Correção Monetária	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FRANCISCA ANETE DE LIMA e outro - 143.340.543-15	DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES - DNIT e outro - 04.892.707/0001-00	SIM
0802658-78.2013.4.05.8100	EXECUÇÃO CONTRA A FAZENDA PÚBLICA	Gratificações de Atividade	Juntada de Parecer/Informação	MARIA ALICE PAIVA - 058.246.053-00	UNIÃO FEDERAL - 26.994.558/0001-23	SIM

0803603-65.2013.4.05.8100	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA	Termo de Adesão da LC 110/2001	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	HELENA LUCIA DE BRITO SIEBRA E OLIVEIRA - 117.601.503-63	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF - 00.360.305/0001-04	SIM
0803704-05.2013.4.05.8100	PROCEDIMENTO COMUM	Anulação e outros	Juntada de Petição	ROBERTO CARLOS CAVALCANTE BEHRMANN - 077.975.757-20	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF e outro - 00.360.305/0001-04	SIM

0803762-08.2013.4.05.8100	PROCEDIMENTO COMUM	Índice de 28,86% Lei 8.622/1993 e 8.627/1993 e outros		JOSE JESUS TRABULO DE SOUSA - 003.085.013-49	UNIÃO FEDERAL - 26.994.558/0001-23	SIM
0803997-38.2014.4.05.8100	PROCEDIMENTO SUMÁRIO	Acidente de Trânsito e outros	Juntada de Certidão de Intimação	ANTONIO RODRIGUES CAVALCANTE e outros - 518.443.973-00	DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES - DNIT - 04.892.707/0001-00	SIM
0804682-40.2017.4.05.8100 - (Segredo)	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Dano ao Erário e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF - 00.360.305/0001-04	DAVID ATHILLA ANDRADE BANDEIRA BARRETO e outros - 916.183.473-49	SIM
0808389-84.2015.4.05.8100 - (Segredo)	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Enriquecimento ilícito	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF -	ANALIA FERREIRA MARQUES e outros -	SIM
0811024-67.2017.4.05.8100	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Dano ao Erário e outros	Juntada de Certidão de Retificação de Autuação	MUNICIPIO DE OCARA e outro - 12.150.616/0001-04	LEONCIO MENDES FARIAS FILHO e outro - 800.845.323-00	SIM
0814403-16.2017.4.05.8100	AÇÃO CIVIL PÚBLICA	Nulidade de Ato Administrativo	Expedição de expediente	ASSOCIACAO DOS PROFISSIONAIS DE NIVEL SUPERIOR E TECNICO DA ECT NO CEARA -	SUPERINTENDENCIA NACIONAL DE PREVIDENCIA COMPLEMENTAR - PREVIC - 07.290.290/0001-02	SIM
0814616-56.2016.4.05.8100 - (Segredo)	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Dano ao Erário e outros	Conclusos para decisão	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF -	KAROLYNA ALVES FONSECA e outros -	SIM
Paralisação irregular do processo						
0800112-21.2011.4.05.8100	PROCEDIMENTO COMUM	Diárias e Outras Indenizações	Juntada de Contrarrazões	JAIME COSTA RABELO - 218.645.323-24	FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE - FUNASA - 26.989.350/0001-16	SIM
0800149-43.2014.4.05.8100	PROCEDIMENTO COMUM	Acumulação de Cargos	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	UNIAO FEDERAL - RAFAEL LESSA COSTA BARBOZA -	26.994.558/0001-23	SIM
0800324-37.2014.4.05.8100	BUSCA E APREENSÃO	Busca e Apreensão	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CAIXA ECONOMICA FEDERAL -	FAUSTO CHAVES FERREIRA -	SIM
0800370-26.2014.4.05.8100	PROCEDIMENTO COMUM	FGTS/Fundo de Garantia Por Tempo de Serviço	Juntada de Certidão de decurso de prazo	LUCY MARY MANGUEIRA DE LACERDA - 117.414.653-20	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - 00.360.305/0001-04	SIM
0801500-80.2016.4.05.8100	AÇÃO CIVIL PÚBLICA	FUNDEF/Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério	Proferido despacho de mero expediente	ASS DOS PROFESSORES DE ESTABELECIMENTOS OFICIAIS CEARA -	UNIÃO FEDERAL e outro - 26.994.558/0001-23	SIM
0801960-04.2015.4.05.8100 - (Segredo)	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Dano ao Erário	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF - 00.360.305/0001-04	DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO e outros - 00.375.114/0001-16	SIM
0802166-86.2013.4.05.8100	MONITÓRIA	Execução Contratual		PH SEGURANCA LTDA - EPP - 05.141.617/0001-40	DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES - DNIT - 04.892.707/0001-00	SIM
0802788-68.2013.4.05.8100	EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL		Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CAIXA ECONOMICA FEDERAL -	MARIA ZILDA ALVES - 701.424.863-00	SIM
0802961-92.2013.4.05.8100	EMBARGOS À EXECUÇÃO	Efeito Suspensivo / Impugnação / Embargos à Execução	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FRANCISCO AIRTON SARAIVA DE ALMEIDA - 121.412.323-68	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - 00.360.305/0001-04	SIM
0803207-54.2014.4.05.8100	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Violação aos Princípios Administrativos	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - 00.360.305/0001-04	NABLA CONSTRUCAO E EMPREENDIMENTOS LTDA - EPP e outros -	SIM

0803229-15.2014.4.05.8100	PROCEDIMENTO COMUM	Interpretação / Revisão de Contrato	Juntada de Certidão de Intimação	CG CONSTRUTORA E EMPREENDIMENTOS LTDA - EPP e outro - 13.761.239/0001-26	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - 00.260.205/0001-04	SIM
0803495-36.2013.4.05.8100	MONITÓRIA	Execução Contratual	Juntada de Certidão de Intimação	CAIXA ECONOMICA FEDERAL -	CLEISON DA SILVA PARENTE LINHARES	SIM
			Inspeção da	CAIXA ECONOMICA	ELAYNE FREITAS DE	

0803564-34.2014.4.05.8100	DEPÓSITO		Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FEDERAL -	HOLANDA -	SIM
0803588-96.2013.4.05.8100	PROCEDIMENTO COMUM	Benefício Assistencial (Art. 203,V CF/88)	Juntada de Certidão	ANTONIA CLAUDIA DE SOUZA - 020.598.173-90	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS - 29.979.036/0001-40	SIM
0803995-63.2017.4.05.8100 - (Segredo)	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Dano ao Erário e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF -	FRANCISCO RIVELINO CAMILO e outros - 454.414.803-00	SIM
0804070-10.2014.4.05.8100	AÇÃO CIVIL COLETIVA	Assistência à Saúde e outros	Conclusos para decisão	SINDICATO DOS POLICIAIS FEDERAIS NO ESTADO DO CEARA - 35.076.637/0001-46	UNIÃO FEDERAL - 26.994.558/0001-23	SIM
0804311-76.2017.4.05.8100	AÇÃO CIVIL PÚBLICA	ASSISTÊNCIA SOCIAL	Juntada de Certidão de decurso de prazo	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	CENTRO DE DEF E PROM DOS DIR HUM DA ARQUI DE FORTALEZA e outros - 00.276.802/0001-29	SIM
0804400-36.2016.4.05.8100	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Enriquecimento ilícito e outros	Conclusos para decisão	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS - 29.979.036/0001-40	MARIA DE FATIMA BARBOSA - 705.317.303-87	SIM
0804709-23.2017.4.05.8100 - (Segredo)	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Dano ao Erário e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF - 00.360.305/0001-04	ALMEIDA COMERCIO DE VARIEDADES LTDA - ME e outros - 01.531.302/0001-59	SIM
0804711-90.2017.4.05.8100 - (Segredo)	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Dano ao Erário e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF - 00.360.305/0001-04	MR TERCEIRIZACOES E SERVICOS LTDA - ME e outros - 06.215.992/0001-50	SIM
0805033-47.2016.4.05.8100	AÇÃO CIVIL PÚBLICA	Abatimento proporcional do preço	Juntada de Petição	UNIÃO FEDERAL e outro -	BEACH PARK HOTEIS E TURISMO S/A -	SIM
0805714-85.2014.4.05.8100 - (Segredo)	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Dano ao Erário	Juntada de Petição	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF -	JERARD SHINTANI HAUACHE e outros -	SIM
0807550-88.2017.4.05.8100	AÇÃO CIVIL PÚBLICA	FUNDEF/Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério	Proferido despacho de mero expediente	ASS DOS PROFESSORES DE ESTABELECIMENTOS OFICIAIS CEARA -	UNIÃO FEDERAL e outro - 26.994.558/0001-23	SIM
0808480-77.2015.4.05.8100	AÇÃO POPULAR	Anulação	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FELIPE BRAGA ALBUQUERQUE -	UNIÃO FEDERAL e outros -	SIM
0809451-91.2017.4.05.8100	AÇÃO CIVIL PÚBLICA	Dano Ambiental	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVAVEIS - IBAMA e outro - 03.659.166/0001-02	CERAMICA CAMPO GRANDE LTDA - ME e outro - 35.041.557/0001-55	SIM
Processo em ordem						
0800385-53.2018.4.05.8100	AÇÃO CIVIL PÚBLICA	Abatimento proporcional do preço	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	PROGRAMA ESTADUAL DE PROTECAO E DEFESA DO CONSUMIDOR - DECON/CE - null	BEACH PARK HOTEIS E TURISMO S/A - 11.805.397/0001-05	SIM
0800647-76.2013.4.05.8100	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA	Contribuição Sindical	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CONFEDERAÇÃO DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO BRASIL e outro -	SINDICATO DOS TRABALHADORES DA JUSTICA FEDERAL NO CEARA	SIM
0800965-25.2014.4.05.8100	PROCEDIMENTO COMUM	FGTS/Fundo de Garantia Por Tempo de Serviço	Conclusos para despacho	LENIRA LAGEMANN - 428.085.100-04	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - 00.360.305/0001-04	SIM
0801281-72.2013.4.05.8100	EMBARGOS À EXECUÇÃO	Juros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	UNIÃO FEDERAL - 26.994.558/0001-23	LEO CHARLES HENRI BOSSARD e outro -	SIM

0801455-08.2018.4.05.8100	AÇÃO POPULAR	Combustíveis e derivados	Juntada de Contestação	JOSE TARCISIO PASSOS LIMA FILHO -	UNIÃO FEDERAL e outros -	SIM
0801612-20.2014.4.05.8100	PROCEDIMENTO	Prescrição por Médico não	Baixa Definitiva	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL e outros -	MUNICÍPIO DE FORTALEZA e outros -	SIM

0801645-10.2014.4.05.8100	PROCEDIMENTO COMUM	Repetição de indébito e outros	Remetidos os Autos (em grau de recurso) para TRF5	IMOBILIARIA JULIO VENTURA LTDA e outro - 07.198.435/0001-31	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	SIM
0801720-83.2013.4.05.8100	MANDADO DE SEGURANÇA	1/3 de férias	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	C B S - CENTRAL BRASILEIRA DE SERVICOS DE LIMPEZA LTDA -	FAZENDA NACIONAL e outro - 00.394.460/0216-53	SIM
0802319-85.2014.4.05.8100	EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL	Anuidades OAB	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL SECCAO DO CEARA - OAB CE e outros - 07.375.512/0001-81	GISELLE MACEDO DE OLIVEIRA - 631.288.883-53	SIM
0802339-76.2014.4.05.8100	PROCEDIMENTO COMUM	Concessão	Juntada de Certidão de Intimação	MARIA MADALENA GOMES DE BRITO -	UNIÃO FEDERAL e outros -	SIM
0802410-78.2014.4.05.8100	EMBARGOS À EXECUÇÃO	Efeito Suspensivo / Impugnação / Embargos à Execução	Juntada de Certidão de Intimação	CONDE CONSTRUCOES LTDA e outros - 14.420.449/0001-13	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF - 00.360.305/0001-04	SIM
0804221-05.2016.4.05.8100	AÇÃO CIVIL PÚBLICA	Planos de Saúde e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	SINDICATO DOS TRABALHADORES DAS UNIVERSIDADES FEDERAIS NO	UNIÃO FEDERAL e outro - 26.994.558/0001-23	SIM
0804716-15.2017.4.05.8100 - (Segredo)	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Dano ao Erário e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF - 00.360.305/0001-04	DAVID ATHILLA ANDRADE BANDEIRA BARRETO e outros - 916.183.473-49	SIM
0805325-61.2018.4.05.8100	PROCEDIMENTO COMUM	Vícios de Construção	Baixa Definitiva	MARIA ALZERINA FREIRE DE OLIVEIRA	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF -	SIM
0805412-17.2018.4.05.8100	MANDADO DE SEGURANÇA	Não Cumulatividade e	Juntada de Apelação	SUPERMERCADO NIDOBX LTDA -	FAZENDA NACIONAL e outro -	SIM
0807044-20.2014.4.05.8100	AÇÃO CIVIL PÚBLICA	Medicamento / Tratamento / Cirurgia de Eficácia não comprovada	Juntada de Contrarrazões	DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO e outro - 00.375.114/0001-16	UNIÃO FEDERAL e outros - 26.994.558/0001-23	SIM
0808199-87.2016.4.05.8100	MANDADO DE SEGURANÇA COLETIVO	Exclusão - ICMS e outros	Remetidos os Autos (em grau de recurso) para TRF5	ASSOCIACAO DAS EMPRESAS BRASILEIRAS DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO, SOFTWARE E INTERNET - REGIONAL CEARA - 23.553.399/0001-33	FAZENDA NACIONAL e outro - 00.394.460/0216-53	SIM
0814547-24.2016.4.05.8100	DESAPROPRIAÇÃO	Desapropriação e outros	Juntada de Petição	IGREJA BATISTA CENTRAL DE	Procuradoria Geral do Estado do Ceará e outros	SIM
0815806-20.2017.4.05.8100	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Violação aos Princípios Administrativos	Juntada de Cota	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCACAO, CIENCIA E TECNOLOGIA DO CEARA - IFCE. e outro - 10.744.098/0001-45	JARDEL RODRIGUES MACHADO - 514.081.303-01	SIM
0816507-78.2017.4.05.8100	AÇÃO CIVIL PÚBLICA	Violação aos Princípios Administrativos	Expedição de documento	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	CENTRO BRASILEIRO DE PESQUISA EM AVALIACAO E SELECAO E DE PROMOCAO DE EVENTOS - CEBRASPE e outro - 18.284.407/0001-53	SIM

6.2.10. Correição anterior e autoinspeção

A Vara informou que na correição anterior foram selecionados 90 processos físicos e 20 processos do Sistema PJE. Dos mencionados processos, constaram as seguintes observações: ausência de sumário na contracapa com indicação das folhas dos atos processuais mais importantes (ações criminais e/ou de improbidade); ausência de termo de recebimento do processo na Vara; ausência de termo de recebimento na instância superior; demora na cobrança de devolução das cartas precatórias expedidas e não devolvidas; demora na cobrança de devolução de autos fora de cartório; demora na conclusão; demora na juntada de expediente; demora na prolação de decisão/ sentença; demora na publicação; demora para certificar o decurso de prazo; descumprimento de determinações de inspeções e correições; demora no cumprimento de despacho/decisão/ato ordinatório; demora de retorno dos autos da Contadoria; demora para prática de ato ordinatório; RPVs sem assinatura do magistrado; termo de remessa sem data; despacho sem assinatura; demora para realização do Infojud; paralisação irregular em 81 dos processos correicionados.

Os trabalhos da Inspeção Ordinária ocorreram durante o período de 26 de fevereiro a 2 de março de 2018. Os erros e atrasos nos feitos verificados durante os trabalhos da inspeção foram anotados e repassados aos servidores para que os corrigissem. O juiz da 2ª Vara verificou que alguns processos virtuais permaneceram sem nenhuma movimentação durante alguns meses, apesar de se verificar a juntada de petições digitalizadas, em alguns casos, ou, ainda, constatar-se a existência de pedido de liminar ou de antecipação da tutela, sem que esses mesmos processos fossem conclusos para decisão pelo juiz.

Houve a recomendação para que os servidores da Secretaria da 2ª Vara examinassem de forma periódica a relação de processos, cabendo aos serventuários praticar os atos necessários à celeridade processual e observando a organização interna do serviço, inclusive fazendo uso de ferramentas tecnológicas do sistema PJE, de forma a evitar situações como acima mencionadas. Ficou a recomendação para que os servidores da secretaria da 2ª Vara examinassem de forma diária a relação de processos constante na aba VISUALIZAÇÃO DOS AGRUPADORES.

6.2.11. Considerações finais

A 2ª Vara Federal conta com estrutura física e equipamentos adequados a seu funcionamento.

A partir da análise processual, foram observados alguns pontos que devem ser aperfeiçoados/corrigidos pela unidade, quais sejam:

1. Demora na juntada de expedientes;
2. Demora na prolação de despacho/decisão/sentença;
3. Processos com demora no cumprimento de despacho/decisão;
4. Feitos sem movimentação processual;
5. Ausência/demora na conclusão;
6. Feitos sem alteração de classe para cumprimento de sentença.

Por fim, pelos demais dados apontados neste relatório e pelas constatações realizadas *in loco* durante a correição, pode-se afirmar que a 2ª Vara Federal funciona de modo razoável.

6.3. 3ª VARA FEDERAL - FORTALEZA/CE

6.3.1. Competência, localização, estrutura física e horário de expediente

A 3ª Vara Federal do Ceará, dentro de sua jurisdição, possui competência cível e funciona no 9º andar do prédio da sede da Seção Judiciária do Ceará, localizado na Rua Pedro I, Praça Gen. Murilo Borges, nº 01, Centro, Fortaleza/CE.

A Vara apresentou instalações adequadas para todos: juízes federais, servidores, estagiários, terceirizados, membros do Ministério Público Federal, procuradores federais, defensores públicos federais, advogados e jurisdicionados.

O horário de funcionamento é das 9h às 18h.

6.3.2. Corpo funcional - juiz federal e servidores

A 3ª Vara Federal conta com o seguinte quadro de pessoal: 1 juiz federal, George Marmelstein Lima (juiz federal titular), e 16 servidores efetivos, sendo 4 analistas judiciários - área judiciária e 12 técnicos judiciários.

A unidade não conta servidores requisitados.

Não há cargos efetivos vagos.

6.3.2.1. Juiz federal titular

O juiz federal titular da 3ª Vara Federal, George Marmelstein Lima, exerce a magistratura federal desde 25/04/2001, atuando na 3ª Vara Federal desde 24/04/2014.

Nos últimos 24 meses, o juiz federal esteve afastado nos seguintes períodos: 25 a 30/04/2016, 15/06 a 14/07/2016, 26/09 a 25/10/2016, 19/06 a 18/07/2017, 18/09 a 17/10/2017 (em razão de férias); 24 a 26/08/2016 (participação em Seminário/Congresso); 21 a 26/11/2017 (participação em Curso de Especialização).

O juiz federal reside na região metropolitana onde se localiza a 3ª Vara Federal.

6.3.2.2. Servidores

Em relação às funções de confiança (FCs), aos cargos em comissão (CJs) e à formação acadêmica dos servidores ocupantes de cargos efetivos na 3ª Vara Federal, tem-se a seguinte tabela:

Nome	Cargo efetivo	Ocupa FC ou CJ? Qual?	Grau de Instrução*	Área de formação
AUGUSTO CÉSAR DE MELO BANHOS (Mat. 924)	ANALISTA JUDICIÁRIO	Supervisor Assistente do Setor de Ações Sumaríssimas e Feitos Não Contenciosos/FC-04	Superior Completo. Pós-graduado em Direito Tributário, Trabalhista e Previdenciário	DIREITO
ANA ROBERTA MENDES DE MAICY (Mat. 1074)	TÉCNICO JUDICIÁRIO	Supervisor Assistente do Setor de publicação/FC-04	Superior Completo. Pós-graduado em Direito Tributário, Trabalhista e Previdenciário	PSICOLOGIA
ANILMA LEITE BEZERRA (Mat. 1407)	TÉCNICO JUDICIÁRIO	Supervisor Assistente do Setor de Rito Ordinário/FC-04	Superior Completo. Pós-graduação em Administração Escolar e Direito Constitucional	HISTÓRIA E GEOGRAFIA
BENEDITO ARAUJO UCHOA (Mat. 1080)	TÉCNICO JUDICIÁRIO	Supervisor da Seção de Procedimentos Cíveis/FC-05	Superior Completo. Pós-graduado em Direito Tributário, Trabalhista e Previdenciário	DIREITO
CARLOS SÉRGIO LOPES TEIXEIRA (Mat. 430)	TÉCNICO JUDICIÁRIO	Auxiliar Especializado/FC-02	Superior Completo	ADMINISTRAÇÃO E DIREITO
FRANCISCA MARIA DE FARIAS PIMENTEL (Mat. 1405)	TÉCNICO JUDICIÁRIO	Secretária do Diretor de Secretaria/FC-02	Superior Completo. Pós-graduação em Administração Judiciária	PEDAGOGIA

GILSON HOLANDA SILVA (Mat. 507)	TÉCNICO JUDICIÁRIO	Supervisor da Seção de Apoio Administrativo/FC- 05	Superior Completo. Pós- graduado em Direito Tributário, Trabalhista e Previdenciário	DIREITO
JACQUELINE GUIMARÃES PAMPONET SANTOS (Mat. 757)	ANALISTA JUDICIÁRIO	Supervisor Assistente do Juiz Substituto	Superior Completo	DIREITO
JOSÉ ARNALDO DE MELO ARAÚJO (Mat. 510)	TÉCNICO JUDICIÁRIO	Oficial de Gabinete do Juiz Substituto/FC-05	Superior Completo. Pós- graduado em Direito Tributário, Trabalhista e Previdenciário	DIREITO
MARIA DE LOURDES ARAGÃO LOPES PORTO (Mat. 600)	TÉCNICO JUDICIÁRIO	Supervisor Assistente do Setor de Rito Especial e Mandado de Segurança/FC-04	Superior Completo. Pós- graduada em Direito Tributário, Trabalhista e Previdenciário	DIREITO
MORGANA MARIA UCHOA BRITTO (Mat. 1053)	TÉCNICO JUDICIÁRIO	Supervisor Assistente do Juiz Substituto/FC-04	Superior Completo	DIREITO
RAFAEL PEREIRA DE GOIS (Mat. 868)	TÉCNICO JUDICIÁRIO	Oficial de Gabinete do Juiz Titular/FC- 05	Superior Completo. Pós- graduação em Direito Tributário	DIREITO
RENATA MAGALHÃES CARVALHO	ANALISTA JUDICIÁRIO	Supervisor Assistente do Juiz Substituto/FC-04	Superior Completo	DIREITO

(Mat. 667)				
ROBSON ALVES DINIZ (Mat. 1276)	TÉCNICO JUDICIÁRIO	Assistente Técnico III/FC-03	Superior Completo. Pós- graduado em Filosofia	FILOSOFIA
TULIO FELIPE PEREIRA DE GÓIS (Mat. 733)	TÉCNICO JUDICIÁRIO	Supervisor Assistente do Juiz Titular/FC-04	Superior Completo. Pós- graduação em Direito Tributário	DIREITO
VICTOR CÉSAR FALCÃO VIANA (Mat. 1109)	ANALISTA JUDICIÁRIO	Diretor de Secretaria/CJ-03	Superior Completo. Pós- graduação em Direito Constitucional e Direito Processual Civil	DIREITO

Como se pode depreender, no tocante à formação acadêmica dos servidores efetivos da 3ª Vara Federal, verifica-se que há uma preocupação com a qualificação, uma vez que os 12 servidores efetivos ocupantes dos cargos de técnico judiciário, em que um dos requisitos para investidura é ter nível médio, possuem nível superior, 10 deles com pós-graduação.

Não há servidores em auxílio na Vara. Inexistem também servidores da unidade judiciária cedidos ou afastados.

6.3.2.3. Estagiários

Há previsão de 2 vagas de estagiários para a 3ª Vara Federal, que atualmente estão preenchidas.

6.3.3. Organização da 3ª Vara Federal

Os servidores (efetivos e requisitados) estão distribuídos da seguinte forma: 9 atuam na Secretaria da 3ª Vara Federal e 7 no gabinete do juiz federal.

6.3.3.1. Secretaria

A partir de maio de 2014, com a chegada do juiz federal titular, a organização da secretaria sofreu alterações. Atualmente, a secretaria é dividida em 4 setores, conforme descrito, com as seguintes atribuições:

a) Setor de Atendimento e Suspensão Processual – é responsável pela execução das seguintes tarefas:

- Recebimento e encaminhamento de todas as petições e processos físicos em trâmite advindos do Protocolo (autos com petição protocolada ou com cota ou ciência), encaminhados à 3ª Vara, além daqueles vindos de instâncias superiores;
- Tratamento de todos os objetos encaminhados à 3ª Vara Federal (cartas devolvidas, avisos de recebimentos, precatórias, mandados, ofícios, petições avulsas, etc.), organizando o mutirão de juntada de objetos, que envolve todos os servidores da 3ª Vara;
- Organização dos processos suspensos, sobrestados e arquivados provisoriamente, bem como pelo controle de prazos dos mesmos.
- Organização da Escala entre servidores para fins de atendimento ao público junto ao Balcão de Atendimento da 3ª Vara.

Atualmente, o Setor encontra-se sob a responsabilidade do servidor Robson Alves Diniz, que atua coordenando os esforços dos estagiários universitários, apenas no que diz respeito aos processos físicos, pois os eletrônicos (PJe) encontram-se sob a responsabilidade do Diretor de Secretaria, no que diz respeito ao controle da suspensão dos feitos em tramitação. Vale ressaltar que, no momento em que esse servidor se encontra no gozo de suas férias regulares ou de alguma licença específica, é substituído por outro advindo do Setor de Cumprimento, que possui um maior quantitativo de servidores.

Cumprir destacar duas atividades desenvolvidas pelo Setor de Atendimento, e que são de fundamental importância no cotidiano da 3ª Vara. A primeira delas é a condução de uma atividade global (mutirão) que, envolvendo todos os servidores e estagiários universitários da 3ª Vara e sendo realizada periodicamente, promove a juntada e a análise inicial de todas as petições protocoladas e outros objetos que foram endereçados à unidade jurisdicional. Tal modelo de trabalho foi fruto de um planejamento estratégico desenvolvido pelo Magistrado Titular e por sua equipe de trabalho com o objetivo de equacionar a quantidade excessiva de objetos destinados à 3ª Vara (petições avulsas, petições com autos devolvidos pelas partes, ofícios, cartas precatórias devolvidas, mandados etc.) versus o número de recursos humanos disponíveis. Além disso, os servidores lotados no Setor de Conclusão procedem a análise de pedidos formulados nos autos e de situações que, na triagem inicial, foram consideradas de maior complexidade. A segunda atividade desenvolvida pelo Setor é a organização e o controle dos prazos de processos suspensos ou arquivados provisoriamente.

b) Setor de Conclusão – o Setor é responsável pelas seguintes atividades:

- Análise processual e confecção de minutas de despachos, decisões e sentenças de baixa e média complexidade, sejam processos físicos ou eletrônicos (PJe);

- Confecção de atos ordinatórios, sempre em atenção ao estabelecido em Portarias e Atos exarados pelos Juízes Federais;
- Organização e controle do trâmite das Cartas Precatórias e das Cartas de Ordem;
- Elaboração das certidões narrativas solicitadas junto ao atendimento da 3ª Vara;

O Setor é supervisionado pelo servidor Augusto César de Melo Banhos, sendo este assistido pela servidora Maria de Lourdes Aragão Lopes Porto. Trata-se, portanto, de Setor que contribui diretamente para o impulso processual, elaborando minutas de atos decisórios a serem analisadas pelo Magistrado da Vara Federal. Além disso, o Setor procura promover um contato direto com a Assessoria a fim de que, em se firmando um entendimento sobre determinado assunto, o modelo de despacho ou de decisão que é ali produzido é imediatamente participado ao Setor de Conclusão, a fim de que seja replicado em feitos em que se observem situações semelhantes.

O trabalho desenvolvido por este Setor ultrapassa a simples elaboração de minutas: partem dos servidores deste Setor inúmeras iniciativas que visam dar maior celeridade às atividades realizadas no Juízo. A colaboração, por exemplo, na elaboração de um fluxograma do procedimento cível, de fácil compreensão a todos que atuam na Secretaria, bem como a criação de um roteiro para a triagem de feitos, após a juntada de objetos, foi de crucial importância para a compreensão de todos do processamento ideal das ações, além de promover a diminuição drástica de erros na análise dos objetos e, conseqüentemente, do retrabalho observado.

Ressalte-se, ainda, que, visando otimizar o trabalho, o Setor de Conclusão terminou por absorver o tratamento das Cartas Precatórias em curso na Secretaria, sendo responsável não só pela elaboração de minutas de atos decisórios nelas inseridos, mas principalmente das diligências solicitadas pelas mesmas. A solução, até a presente data, tem se mostrado satisfatória.

c) Setor de Cumprimento – a ele são atribuídas as seguintes atividades:

- Confecção de todos os expedientes indicados nos despachos, decisões e sentenças (mandados, ofícios, cartas precatórias, alvarás, etc) proferidos nos executivos fiscais e nas ações conexas (físicas ou eletrônicas – PJe);
- Publicação de atos decisórios junto ao Diário da Justiça Federal e a certificação de decurso de prazo;
- Realização das remessas dos feitos às partes (PFN, AGU, DPU, Procuradoria Federal, etc);
- Atuação em todos os sistemas informatizados relacionados à restrição patrimonial: BACENJUD, RENAJUD etc.

O Setor é supervisionado pela servidora Ana Roberta Mendes de Maicy, sendo esta assistida por outras 3 (três) servidoras: Anilma Leite Bezerra, Francisca Maria Farias Pimentel e Morgana Maria Uchoa Britto.

Uma vez sendo a Vara organizada em Setores, buscou-se na estruturação da Vara um layout de modo que os processos relacionados com cada Setor estivessem o mais próximo possível dos servidores que atuam sobre os mesmos.

A Direção de Secretaria incentiva constantemente a necessidade dos Setores manterem métodos de registro das atividades desempenhadas cotidianamente, bem como controles de prioridades de processos sob sua responsabilidade, por qualquer meio disponível: agendas, calendários informatizados, planilhas etc.

Além disso, é reforçada diariamente a necessidade de se primar pela constante localização dos processos, a fim de garantir a integridade do acervo processual e a organização dos escaninhos da Secretaria.

Os servidores também são incentivados a utilizar os relatórios e modelos de despachos e expedientes já cadastrados e disponíveis junto aos Sistemas TEBAS e PJe, de modo que os mesmos possam aferir a produtividade da Vara e realizar comparativos com o desempenho das demais Varas Cíveis, sendo estimulada uma competitividade saudável por melhores indicadores de qualidade.

Mesmo com essa organização, a 3ª Vara tem adotado medidas a fim de eleger suas prioridades e lhes dar tratamento célere. Eis as medidas adotadas:

- Processos com bloqueios de BACENJUD são considerados prioritários, de modo que tais processos são identificados com etiquetas e tarjas vermelhas;
- Pedidos de desbloqueio de contas bancárias, formulados pelos jurisdicionados, têm tratamento urgente na Secretaria, de modo que os referidos pedidos têm um regime diferenciado de tratamento: por meio de uma guia de solicitação, as petições dos processos físicos são protocoladas e podem ser imediatamente encaminhadas à Vara, para serem juntadas pelo servidor que se encontra prestando atendimento e endereçadas aos Gabinetes, para análise e julgamento;
- Todos os pedidos formulados pelas partes que gozam de prioridade legalmente prevista são processados com a máxima urgência e seus processos, uma vez identificada tal qualificadora, têm tratamento de urgência pelo Gabinete e Setores da Secretaria.
- Os processos extintos por sentença também recebem uma tarja vermelha para que as publicações e intimações necessárias sejam agilizadas.

Além disso, cada Setor tem um método de organização próprio, indicado a forma abaixo:

SETOR DE CONCLUSÃO - os processos são organizados e situados nos escaninhos de acordo com o próximo ato processual a ser realizado. Procura-se estabelecer uma ordem cronológica de organização dos processos no Setor, de modo que os feitos com maior lapso temporal sem movimentação tenham prioridade. Além disso, os processos que foram objeto de solicitação feitas por jurisdicionados no Balcão de Atendimento têm tratamento prioritário, num esforço para valorizar a vindadas partes ao Juízo e para contribuir com uma melhor impressão dos serviços cartorários.

SETOR DE CUMPRIMENTO - os processos são organizados e situados nos escaninhos de acordo com o próximo expediente a ser realizado. Procura-se estabelecer uma ordem cronológica de organização dos processos no Setor, de modo que os feitos com maior lapso temporal sem movimentação tenham prioridade. Além disso, dá-se prioridade aos processos cujas determinações judiciais indicam a necessidade de urgência e aos processos que foram objeto de solicitação feitas por jurisdicionados no Balcão de Atendimento ou à Direção de Secretaria.

6.3.3.2. Gabinete do juiz federal

A Assessoria se organizou a fim de que cada um de seus integrantes atuasse dentro de uma divisão de trabalho por matéria, conforme abaixo especificado:

GRUPO 1:

- Membros: RAFAEL (Responsável), SÉRGIO e TÚLIO. Competências: Rafael é encarregado dos processos cadastrados como “titular”; Túlio, dos “substitutos”. Sérgio cuidará dos pares dos titulares e substitutos.
- Matérias: Tributário - Licitações e contratos (que não sejam firmados com a CEF) - Ambiental (ACP's, nulidade de multa, etc) - Ações indenizatórias contra União e autarquias (danos morais, materiais, estéticos e sociais) - Ações movidas por/contra Conselhos profissionais - Outros: Exibição de documento, Medidas Provisionais, Cautelares Inominadas, Prestação de Contas e Ações de Estrangeiros)
- Ações de nulidades de atos administrativos que envolvam as matérias acima.

GRUPO 2:

- Membros: RENATA (Responsável) e JACQUELINE. Competências: Renata é encarregada dos processos cadastrados como “titular”; Jacqueline, dos “substitutos”.
- Matérias: FIES - Ações que envolvam Ensino Superior - Ações de saúde (medicamentos, cirurgias e outros) - CEF e Contratos bancários, execuções de título extrajudicial e afins (monitórias, execuções, embargos, embargos de terceiros, alvará judicial, busca e apreensão, consignação em pagamento, reintegração de posse, indenizatórias contra a CEF e outros) - Ações de intervenção na propriedade (desapropriação, servidão, reintegração de posse não movida pela CEF) - Ações de nulidades de atos administrativos que envolvam as matérias acima.

GRUPO 3:

- Membros: BENEDITO (Responsável) e ARNALDO. Competências: Benedito é encarregado dos processos cadastrados como “titular”; Arnaldo, dos “substitutos”.
- Matérias:- Concurso Público - Previdenciário - Remoção/transferência de servidor e militar - Gratificação de servidor - P. A. de Revisão de Servidor - ações em que se pleiteia a nulidade de atos administrativos que envolvam as matérias acima”.

Todos os servidores, de ambos os Gabinetes, atuam em todos os processos, analisando os pedidos formulados ao Juízo e auxiliando o Magistrado em todos os tipos de pendências. A única ressalva a ser feita diz respeito ao remanescente de processos físicos ainda existente, os quais serão analisados por todos os servidores a fim de sentenciá-los o mais breve possível, haja vista que, até a presente data, apenas a servidora Jacqueline atuava nesses feitos, enquanto os demais trabalhavam nos processos eletrônicos (PJe).

Em relação à organização dos processos conclusos para julgamento nos Gabinetes, esta é feita levando-se em conta a data do ajuizamento da ação a ser julgada, a fim de se observar a Meta do CNJ quanto ao julgamento dos processos mais antigos. Ressalvem-se, apenas, aqueles feitos que são conclusos para extinção por desistência, pagamento, prescrição ou motivo

semelhante, os quais são colocados em escaninho próprio para análise mais célere. Há. Ainda, a separação dos demais feitos em razão do provimento jurisdicional necessário, ou seja, decisão ou despacho, pois, nesses casos, sua análise também ocorre mais rapidamente.

No que tange à prioridade de análise, salvo algum pedido liminar ou antecipatório, só existe em relação aos feitos nos quais exista algum pedido de desbloqueio de verba penhorada por meio do Sistema BacenJud, os quais são separados para que sua análise ocorra no menor tempo possível.

6.3.4. Participação do juiz federal em reuniões com a equipe da 3ª Vara Federal

Regularmente, o Juiz Federal empreende esforços no sentido de manter um franco diálogo com os servidores, expondo oportunamente as metas propostas e as formas para sua concretização, além de sanarem dúvidas sobre determinadas questões observadas nos processos. Existe uma determinação expressa do Juiz Federal de que, tanto as minutas de despachos, decisões e sentenças elaborados pela Secretaria, como os expedientes confeccionados de qualquer Setor, não serão encaminhados aos Gabinetes, pois os mesmos serão devidamente analisados e eventualmente assinados na própria Secretaria. Tal iniciativa fomentou o convívio diário com os servidores, sem que haja assim a necessidade de reuniões formais periódicas – estas acontecem naturalmente, de maneira informal. Entretanto, quando há a necessidade destas ocorrerem, por algum motivo específico, há sempre a participação do magistrado.

6.3.5. Planejamento das atividades da 3ª Vara Federal e avaliação periódica de resultados

O planejamento das atividades envolve reuniões periódicas do Magistrado Federal e da Diretoria da Vara com cada Setor da Secretaria, a fim de que desses encontros se defina um plano de ação para cada realidade vivenciada pelos servidores. Assim, cada supervisor é o responsável direto pela forma de planejamento de seu Setor.

No Setor de Atendimento, as atividades existentes são divididas entre servidores e estagiário, sendo que é estabelecida uma cota diária a ser alcançada, e a aferição é realizada semanalmente. O principal objetivo diário do Setor é proceder ao correto recebimento dos objetos e dos processos vindos do Protocolo e da Distribuição, com a atenção a estes últimos: todos os feitos que chegam diariamente precisam ser devidamente localizados junto ao sistema TEBAS, a fim de evitar problemas junto ao atendimento das partes interessadas que procuram o Juízo e querem manusear os mesmos.

Em relação ao Setor de Cumprimento, mensalmente, são definidas as metas a serem alcançadas. As atividades são desenvolvidas segundo dois modelos de trabalho: no primeiro, são atribuídos a cada servidor determinadas tarefas, como a confecção de um expediente específico; já no segundo, todo o Setor é mobilizado, em regime de mutirão, para a confecção de um único tipo de expediente, sendo que a escolha de qual expediente será objeto da atenção do grupo é feita basicamente pela análise visual da quantidade de expedientes a serem confeccionados, dispostos nos escaninhos do Setor. Entretanto, há de se salientar que tais

atividades são realizadas em concomitância com a produção de expedientes de processos urgentes, que tem tratamento prioritário pela Supervisão do Setor.

A forma de trabalho do Setor de Conclusão assemelha-se com a do Setor de Cumprimento, com atividades do Setor sendo direcionadas para a movimentação dos processos mais antigos ou com lapso maior sem movimentação processual, de acordo com o próximo passo processual definido como prioritário no momento (suspender o processo, arquivar, receber apelação, despachar inicialmente, etc).

Ademais, são fixadas metas de produtividade em comum com a Direção de Secretaria e as Supervisões dos Setores, tendo por base a realidade de cada Setor. O acompanhamento do cumprimento destas metas é realizado tanto pela Direção de Secretaria como pelos Supervisores, por meio de relatórios gerados pelo próprio Sistema TEBAS (relatório de movimentações processuais, relatório de quantidade de expedientes produzidos por servidor, etc) e PJe. Além disso, são realizadas reuniões mensais dos servidores de cada Setor com a Direção de Secretaria. Nesses encontros, são expostas as principais necessidades de cada Setor, com a identificação visual dos processos que serão objeto de atenção do grupo durante determinado período de tempo, em regime de mutirão. São definidas datas para a realização das tarefas e ao final do lapso temporal, há uma nova reunião para avaliar os resultados alcançados, as dificuldades vivenciadas e para que sejam traçados novos objetivos.

Na Assessoria, não há metas periódicas de produtividade específicas, salvo aquelas traçadas pelo próprio CNJ, as quais são estritamente observadas. Contudo, a análise dos processos obedece, conforme já mencionado, a data do seu ajuizamento, tudo no sentido de priorizar os processos mais antigos. Há, ainda, a priorização dos processos nos quais o advogado ou a parte interessada que procuram o Gabinete a fim de agilizar o seu andamento. Nesses casos, tais processos são separados para que sua análise ocorra no menor tempo possível.

6.3.6. Atendimento aos membros do Ministério Público Federal, Defensoria Pública da União, procuradores federais, advogados e partes na secretaria e no gabinete do juiz federal da 3ª Vara Federal

No que diz respeito ao atendimento das partes, uma das principais medidas adotadas foi o estabelecimento de um padrão de conduta para com o jurisdicionado na unidade, pois, apesar de haver um Balcão de Atendimento, há poltronas e cadeiras para viabilizar uma espera minimamente confortável a todos, além de garantir as melhores condições de trabalho aos servidores que atuam no atendimento ao público e de análise e solução de conflitos aos Advogados e demais jurisdicionados que procuram a 3ª Vara.

O atendimento ao público é prestado por todos os servidores (excetuando os lotados na Assessoria), em regime de escala, mensalmente definida. Diariamente, um servidor pela manhã (durante o período de 4h), e dois servidores à tarde (revezando-se em períodos de 3h) realizam o atendimento aos jurisdicionados, sendo auxiliados por um estagiário universitário. Todo esse procedimento de atendimento às partes é regulamentado internamente por uma Portaria de Atendimento, periodicamente revisada, sendo que as principais regras relacionadas ao acesso,

análise, cópia e carga de processos estão afixadas no balcão. Além disso, é chancelado às partes o livre acesso à sala da Diretoria de Secretaria, cujo acesso é diretamente vinculada ao Balcão de Atendimento.

6.3.7. Número de processos, relação servidor/processo, audiências de conciliação e de instrução e inspeções judiciais

No momento do preenchimento do formulário de gestão, a 3ª Vara Federal contava com 2.237 processos em tramitação ajustada, sendo: 710 físicos e 1.527 eletrônicos.

Considerando o número de processos em tramitação (2.237) e o número de servidores (16), a média de processos por servidor é de 139,81.

Na 3ª Vara Federal havia 164 processos sobrestados/suspensos, pelos seguintes motivos:

- 83 (oitenta e três) processos físicos sobrestados com base em previsão normativa (art. 1.036, CPC/2015);
- 5 (cinco) processos eletrônicos sobrestados com base em previsão normativa (art. 1.036, CPC/2015);
- 9 (nove) processos eletrônicos suspensos em razão de parcelamento da dívida (execução de título extrajudicial);
- 67 (sessenta e sete) processos eletrônicos suspensos no aguardo de decisão em outro processo.

Foram realizadas 149 audiências, bem como 3 inspeções judiciais.

Nos últimos 24 meses, foram adiadas/canceladas 16 audiências, em razão de solicitação das partes, falecimento do autor em ações de medicamentos, não localização da testemunha e, em casos excepcionalíssimos, ausência justificada do juiz. Salvo as audiências canceladas em virtude de conciliação entre as partes ou no caso de não localização do depoente, todas as audiências adiadas foram redesignadas e realizadas.

Também foram realizadas 11 audiências de conciliação.

6.3.8. Cumprimento de metas e resoluções do CNJ

Meta 1 (Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente).

Cumprida. No ano de 2017, foram distribuídos/redistribuídos à 3ª Vara 1.333 processos, enquanto foram julgados 1390 processos.

Meta 2 (Identificar e julgar, até 31/12/2017, pelo menos 100% dos processos distribuídos até 31/12/2012, 85% dos processos distribuídos em 2013 nos 1º e 2º graus, e 100% dos processos distribuídos até 31/12/2014 nos Juizados Especiais e Turmas Recursais Federais).

Não cumprida. Processos físicos ainda não julgados: 26, ajuizados até 2012, e 7 ajuizados até 2013. Processos eletrônicos ainda não julgados: 3, ajuizados até 2012, e 10 ajuizados até 2013).

Meta 3 (Aumentar os casos solucionados por conciliação, fomentando o alcance do percentual mínimo de 2% na proporção dos processos conciliados em relação aos distribuídos).

A unidade não dispõe de dados para aferir se a referida Meta foi cumprida, uma vez que todas as audiências de conciliação são realizadas perante o Centro Judiciário de Solução e Pacificação dos Conflitos – CEJUSC.

Meta 4 (Identificar e julgar, até 31/12/2017, 70% das ações de improbidade administrativa distribuídas até 31/12/2014).

Meta cumprida, pois não há processos eletrônicos nessa condição e restam apenas 5 ações civis públicas de improbidade administrativa físicas não julgadas das 37 distribuídas até 31/12/2014.

Meta 5 (Baixar quantidade maior de processos de execução não fiscal do que o total de casos novos de execução não fiscal no ano corrente).

Meta não cumprida, pois foram ajuizadas 187 execuções não fiscais em 2017, tendo sido arquivadas apenas 107 execuções.

Meta 6 (Identificar e julgar, até 31/12/2017, entre 70% e 85% das ações coletivas distribuídas até 31/12/2013, no 1º e 2º graus).

Meta atingida.

Metas Específicas para a Justiça Federal

Baixar quantidade maior de processos criminais do que os casos novos criminais no ano corrente; Julgar quantidade maior de processos criminais do que os casos novos criminais no ano corrente.

Não se aplica ao tipo de Vara.

Identificar e julgar, até 31/12 do ano corrente, 70% das ações penais vinculadas aos crimes relacionados à improbidade administrativa, ao tráfico de pessoas, à exploração sexual e ao trabalho escravo, distribuídas até 31/12/2014).

Não se aplica ao tipo de Vara.

Acerca do cumprimento do Provimento CNJ nº 29/2013

A unidade jurisdicional vem atualizando o Cadastro Nacional de Condenados por Ato de Improbidade Administrativa e por Ato que implique Inelegibilidade (CNCIAI), quando ocorre o trânsito em julgado da ação civil pública.

Acerca do cumprimento das exigências previstas na Resolução CNJ nº 66/2009, com a redação introduzida pela Resolução CNJ nº 87/2009, e sobre a necessidade de inserção, no sistema informatizado, do Relatório de Controle de Prisões

Não se aplica ao tipo de Vara.

6.3.9. Processos selecionados para correição

Foram correicionados 38 processos físicos (quando da correição tinham 643 processos físicos em tramitação ajustada).

Quanto aos processos do Sistema PJe, foram correicionados 100 processos (quando da correição tinham 1.576 processos eletrônicos em tramitação ajustada.)

6.3.9.1. Principais constatações da análise individual de processos

6.3.9.1.1. Processos Físicos

Da análise individual dos processos, destacam-se as seguintes ocorrências:

DEMORA NA CONCLUSÃO:		
TIPO DE AÇÃO	Nº DO PROCESSO	OBSERVAÇÃO
Improbidade Administrativa	00105959020054058100	Para despacho: de 17.03.2017 a 01.02.2018.
Civil Pública	00062936620144058100	Recebimento em 10/10/17, conclusão em 02/02/18.
Civil Pública	00014339520094058100	Juntada em 14/12/15, conclusão em 12/04/16; certidão de publicação em 25/10/16 e conclusão em 03/02/17.
Civil Pública	00044896820114058100	De fl. 145.
DEMORA NA PROLAÇÃO DE DECISÃO/ SENTENÇA:		
TIPO DE AÇÃO	Nº DO PROCESSO	OBSERVAÇÃO
Improbidade Administrativa	00007779420164058100	De 15.09.2016 a 09.08.2017.
Improbidade Administrativa	00004108020104058100	Jun/2017 a fev/2018.
Improbidade	00074117720144058100	Abril/2017 a janeiro/2018.

Administrativa		
Improbidade Administrativa	00040736120154058100	Setembro/2017 a jan/2018.
Improbidade Administrativa	00034312520144058100	Da sentença de fls. 610/613 (maio/17 a mar/18).
Improbidade Administrativa	00062314120054058100	De 28.08.2017 a 31.01.2018.
FEITO EM ORDEM:		
TIPO DE AÇÃO	Nº DO PROCESSO	OBSERVAÇÃO
Improbidade Administrativa	00030127820094058100	
Improbidade Administrativa	00096595020134058100	
Improbidade Administrativa	00051634120144058100	
Improbidade Administrativa	00017441820114058100	
Civil Pública	00058253920134058100	
Ordinária	00136711520104058100	
Improbidade Administrativa	00050886520154058100	
Improbidade Administrativa	00176678420114058100	
Improbidade Administrativa	00148492820124058100	
Ordinária	00140206220034058100	
Civil Pública	00092417419974058100	
IRREGULARIDADE NA CONSULTA DOS PROCESSOS QUE TRAMITAM NA INSTÂNCIA SUPERIOR:		
TIPO DE AÇÃO	Nº DO PROCESSO	OBSERVAÇÃO
Improbidade Administrativa	00076216520134058100	
OUTROS:		
TIPO DE AÇÃO	Nº DO PROCESSO	OBSERVAÇÃO
Improbidade Administrativa	00022292820054058100	Processo sem movimentação, desde 30.06.2017.
Improbidade	00022282820144058100	Processo sem movimentação, desde

Administrativa		09.01.2018.
Civil Pública	00014339520094058100	Demora no cumprimento de despacho (desp. em 12/04/16, remessa p/distribuição em 10/08/16) e recebimento em 23/09/16, vista em 09/11/16.
Civil Pública	00054626220074058100	Demora na entrega do laudo (intimação em 25/10/16, determinada a cobrança em 07/04/17, laudo entregue em 23/02/2018).
Civil Pública	00054626220074058100	Despacho de 29/01/16, mandado expedido em 04/10/16 (demora na expedição) edesp. de 07/04/17, exp. em 11/07/17.
Civil Pública	00062936620144058100	Demora na carga dos autos (recebido em 28/07/17 e carga em 02/10/17).
Improbidade Administrativa	00020429620144058102	Demora na secretaria (certidão de publicação em 18/12/17, vista à AGU em 12/03/18).
Improbidade Administrativa	00020429620144058102	Ausência de termo de conclusão (certidão de decurso de prazo em 31/01/17, decisão em 03/04/17).
Improbidade Administrativa	00086652220134058100	Demora na expedição de ofício (desp. em 30/03/16, exp. em 26/01/17).
Mandado de Segurança	00009235320074058100	Demora na intimação de fl. 313.
Improbidade Administrativa	00001599120124058100	Demora no cumprimento do despacho de fl. 376 e do despacho de fl. 380.
Improbidade Administrativa	00049942020154058100	Demora no cumprimento do despacho de fl. 94 (mais de 05 meses - v. fl. 105).
Execução de Sentença	00070964519974058100	Ausência de termo de conclusão para sentença (desde dez/16).
Execução de Título Extrajudicial	00005658820074058100	Ausência de termo de conclusão para sentença.

Ordinária	00000200381000251807	Ausência de conclusão para sentença (desde jul/17 - fl. 447v).
Improbidade Administrativa	00013328220144058100	Ausência de termo conclusão da decisão de fl. 62 e do despacho de fl. 99.
Improbidade Administrativa	00062314120054058100	Ausência de termo de conclusão para sentença.
PARALISAÇÃO IRREGULAR:		
TIPO DE AÇÃO	Nº DO PROCESSO	OBSERVAÇÃO
Embargos à Execução	00083757520114058100	Processo paralisado desde jul/13.
Restauração de Autos	00137918720124058100	Desde fev/14.
Execução de Título Extrajudicial	00022032020114058100	Desde maio/12.
Outras Observações:		
Processo: 00009235320074058100 Classe: Mandado de Segurança - Sentença anulada.		
Processo : 00137918720124058100 Classe: Restauração de Autos - referente à Ação Ordinária 006716-41.2005.4.05.8100		

6.3.9.1.2. Processos Judiciais Eletrônicos (PJe)

Quanto aos processos eletrônicos, devem ser registradas as seguintes situações:

Número do Processo	Classe Judicial	Assunto	Último Evento	Polo Ativo	Polo Passivo	Correicionado
Ausência/demora na conclusão						
0004421-21.2011.4.05.8100	AÇÃO CIVIL PÚBLICA	Indenização por Dano Ambiental	Conclusos para julgamento	INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVAVEIS - IBAMA e outro - 03.659.166/0001-02	ESTADO DO CEARA e outros - 07.954.480/0001-79	SIM
0005825-39.2013.4.05.8100	AÇÃO CIVIL PÚBLICA	Demarcação	Inspecção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL -	FUNDACAO NACIONAL DO INDIO - FUNAI e outro	SIM
0005867-54.2014.4.05.8100	AÇÃO CIVIL PÚBLICA	Dano Ambiental	Juntada de Certidão de decurso de prazo	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL -	LUIZ ANTONIO GODOI - 735.827.008-24	SIM
0010507-37.2013.4.05.8100	DESAPROPRIAÇÃO IMÓVEL RURAL POR INTERESSE SOCIAL	Desapropriação por Utilidade Pública / DL 3.365/1941	Juntada de Certidão de Retificação de Autuação	ESTADO DO CEARA e outro - 07.954.480/0001-79	MARIA DE NAZARE PEREIRA BRAGA - 401.073.053-20	SIM
0800006-73.2013.4.05.8105	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA CONTRA A FAZENDA	Abono de Permanência	Juntada de Cota	BARTOLOMEU LOPES DE ALMEIDA - 114.884.093-15	FUNDACAO NACIONAL DE SAUDE - FUNASA - 26.989.350/0001-16	SIM
0800007-39.2014.4.05.8100	REINTEGRAÇÃO / MANUTENÇÃO DE POSSE	Reintegração de Posse e outros	Inspecção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	TRANSNORDESTINA LOGISTICA S.A -	FRANCISCA NÚBIA CARVALHO RODRIGUES e outros -	SIM

0800149-77.2013.4.05.8100	PROCEDIMENTO COMUM	Abatimento proporcional do preço	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FORTALEZA ACESSORIOS LTDA - EPP - 03.718.551/0001-83	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - 00.260.205/0001-04	SIM
0800335-32.2015.4.05.8100	PROCEDIMENTO COMUM	Isenção	Juntada de Certidão de Intimação	WELLINGTON ASSUNCAO MATOS -	FAZENDA NACIONAL - 00.204.460/0016-53	SIM
0800645-43.2012.4.05.8100	PROCEDIMENTO COMUM	Execução Contratual	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	EMPRESA BRASILEIRA DE INFRA-ESTRUTURA AEROPORTUARIA - INFRAERO e outros -	TAF LINHAS AEREAS S A - 07.046.998/0001-04	SIM
0800709-48.2015.4.05.8100	REINTEGRAÇÃO / MANUTENÇÃO DE POSSE	Esbulho / Turbação / Ameaça	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF -	DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO e outro -	SIM
0801173-09.2014.4.05.8100	REINTEGRAÇÃO / MANUTENÇÃO DE POSSE	Esbulho / Turbação / Ameaça	Juntada de Certidão de Intimação	CAIXA ECONOMICA FEDERAL -	SANDRA MARIA DA SILVA DE SOUSA -	SIM
0801313-43.2014.4.05.8100	PROCEDIMENTO COMUM	Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	RAIMUNDA MELO LIMA - 110.427.613-53	SABEMI SEGURADORA SA e outros -	SIM
0801583-33.2015.4.05.8100 - (Segredo)	PROCEDIMENTO COMUM	Enriquecimento sem Causa	Expedição de documento	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF -	CLEYRE CARLOS DA COSTA e outros -	SIM
0801608-17.2013.4.05.8100	PROCEDIMENTO COMUM	Multas e demais Sanções	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	SANEBRAS PROJETOS CONSTRUÇOES E CONSULTORIA	UNIÃO FEDERAL e outro - 26.994.558/0001-23	SIM
0801703-76.2015.4.05.8100	PROCEDIMENTO COMUM	Gratificações de Atividade	Remetidos os Autos (em grau de recurso) para TRF5	AMADEU ALVES DE LIMA - 017.341.213-00	UNIÃO FEDERAL - 26.004.558/0001-23	SIM
0801723-38.2013.4.05.8100	PROCEDIMENTO	Extensão de Vantagem aos	Juntada de	ALDENIR FELIZARDO DO	DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS	SIM

	COMUM	Inativos	Contrarrazões	NASCIMENTO - 424.290.213-15	CONTRA AS SECAS - DNOCS -	
0801993-91.2015.4.05.8100	BUSCA E APREENSÃO	Busca e Apreensão	Baixa Definitiva	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF -	FRANCISCO WILAME DE CARVALHO -	SIM
0802085-06.2014.4.05.8100	EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL	Execução Contratual	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CAIXA ECONOMICA FEDERAL -	LUCIOLA MARIA FREITAS MACIEL -	SIM
0802793-22.2015.4.05.8100	PROCEDIMENTO COMUM	Multas e demais Sanções	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	ELENILDA FERNANDES VERAS JARDIM e outro - 555.944.173-20	UNIÃO FEDERAL - 26.994.558/0001-23	SIM
0803049-96.2014.4.05.8100	PROCEDIMENTO COMUM	Reforma e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MANOEL MARQUES FILHO -	FAZENDA NACIONAL e outros - 00.394.460/0216-53	SIM
0803358-54.2013.4.05.8100	PROCEDIMENTO COMUM	Pensão por Morte (Art. 74/9)	Processo Suspenso/Sobrestado	DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO e outro - 00.375.114/0001-16	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS e outros - 29.979.036/0001-40	SIM
0804118-66.2014.4.05.8100	EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL	Anuidades OAB	Juntada de Certidão	ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL SECCAO DO CEARA - OAB CE - 07.375.512/0001-81	MARIA CLAUDIA GOMES CHAVES - 977.313.663-91	SIM
0804270-17.2014.4.05.8100	OUTRAS MEDIDAS PROVISIONAIS	Caução / Contracautela	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CONSELHO REGIONAL DE EDUCACAO FISICA - REGIAO 05 - CREF 05 - 03.567.753/0001-71	ANTONIO JOVELINO BEZERRA - ME - 08.486.463/0001-17	SIM
0804529-12.2014.4.05.8100	PROCEDIMENTO COMUM	Suspensão	Conclusos para julgamento	MARCOS EDSON DE OLIVEIRA RIBEIRO -	UNIÃO FEDERAL - 26.994.558/0001-23	SIM
0804605-36.2014.4.05.8100	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA	Execução Contratual	Juntada de Certidão de Intimação	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF -	LARISSA CARNEIRO REBOUCAS e outro -	SIM
0805524-25.2014.4.05.8100	PROCEDIMENTO COMUM	Medicamento / Tratamento / Cirurgia de Eficácia não comprovada	Juntada de Cota	DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO e outro - 00.375.114/0001-16	ESTADO DO CEARA e outro - 07.954.480/0001-79	SIM
0805764-14.2014.4.05.8100	PROCEDIMENTO COMUM	Anulação	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	RNR CONSULTORIA DE ENGENHARIA LTDA - 00.581.406/0001-05	DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES - DNIT - 04.892.707/0001-00	SIM
0806493-40.2014.4.05.8100	PROCEDIMENTO COMUM	Acidente de Trânsito	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	COMPANHIA DE AGUA E ESGOTO DO CEARA CAGECE - 07.040.108/0001-57	DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES - DNIT - 04.892.707/0001-00	SIM
0806531-52.2014.4.05.8100	PROCEDIMENTO COMUM	Exercício Profissional e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	ASSOCIACAO PROF DOS TECNICOS AGRIC DO ESTADO DO CEARA - 06.740.815/0001-93	UNIÃO FEDERAL - 26.994.558/0001-23	SIM
0806668-34.2014.4.05.8100	PROCEDIMENTO COMUM	Abono da Lei 8.178/91	Juntada de Certidão de Intimação	JOSEOLI LOUREIRO MOREIRA DE OLIVEIRA - 002.872.103-91	ESTADO DO CEARA e outro - 07.954.480/0001-79	SIM
0806737-95.2016.4.05.8100	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Dano ao Erário e outros	Juntada de Cota	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL -	DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO e outros -	SIM
0806823-32.2017.4.05.8100	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Dano ao Erário e outros	Juntada de Petição	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	SOARES & SILVA COMERCIO E SERVICOS DE CONSTRUÇOES LTDA - ME e outros -	SIM
0811193-88.2016.4.05.8100	AÇÃO CIVIL PÚBLICA	Área de Preservação Permanente	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVAVEIS - IBAMA e outros - 03.659.166/0001-02	MUNICIPIO DE SAO GONCALO DO AMARANTE e outro - 07.533.656/0001-19	SIM
0811314-19.2016.4.05.8100	AÇÃO CIVIL PÚBLICA	Área de Preservação Permanente	Juntada de Certidão	UNIÃO FEDERAL e outros -	DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO e outros -	SIM

0811315-04.2016.4.05.8100	AÇÃO CIVIL PÚBLICA	Indenização por Dano Ambiental	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	UNIÃO FEDERAL e outros -	DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO e outros -	SIM
0815683-56.2016.4.05.8100	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Dano ao Erário	Juntada de Memoriais	UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARA - UFC e outro -	PEDRO MARTINS DE ALMEIDA e outros - 209.178.643-87	SIM
Demora para certificação do decurso de prazo						
0804646-03.2014.4.05.8100	INTERPELAÇÃO	Agência e Distribuição	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	ABIMAELO DE SOUSA PINTO - 642.292.042-00	CONSELHO REGIONAL DE CORRETORES DE IMOVEIS 15 REGIAO - 09.420.282/0001-50	SIM
Lapso entre a distribuição e despacho inicial/limi						
0801583-33.2015.4.05.8100 - (Segredo)	PROCEDIMENTO COMUM	Enriquecimento sem Causa	Expedição de documento	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF -	CLEYRE CARLOS DA COSTA e outros -	SIM
Lapso entre conclusão e prolação da sentença						
0005342-09.2013.4.05.8100	AÇÃO CIVIL PÚBLICA	Indenização por Dano Ambiental e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MINISTERIO PUBLICO DA UNIAO	MF-EMPREENHIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA e outros - 07.564.933/0001-50	SIM
0005825-39.2013.4.05.8100	AÇÃO CIVIL PÚBLICA	Demarcação	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL -	FUNDAÇÃO NACIONAL DO INDIO - FUNAI e outro	SIM
0010507-37.2013.4.05.8100	DESAPROPRIAÇÃO IMÓVEL RURAL POR INTERESSE SOCIAL	Desapropriação por Utilidade Pública / DL 3.365/1941	Juntada de Certidão de Retificação de Autuação	ESTADO DO CEARA e outro - 07.054.480/0001-70	MARIA DE NAZARE PEREIRA BRAGA - 401.072.052-20	SIM
0800006-73.2013.4.05.8105	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA CONTRA A FAZENDA	Abono de Permanência	Juntada de Cota	BARTOLOMEU LOPES DE ALMEIDA - 114.884.093-15	FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE - FUNASA - 26.989.350/0001-16	SIM
0800410-71.2015.4.05.8100	PROCEDIMENTO COMUM	Contratos Bancários e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CARLINEIDE LOPES DE SOUZA - 046.802.093-48	IREP SOCIEDADE DE ENSINO SUPERIOR, MEDIO E FUNDAMENTAL LTDA. e outro - 02.608.755/0001-07	SIM
0800508-27.2013.4.05.8100	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA	Multas e demais Sanções	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	J P COMERCIO VAREJISTA DE COMBUSTIVEIS LTDA - 08.286.434/0001-01	AGENCIA NACIONAL DO PETROLEO, GAS NATURAL E BIOCUMBUSTIVEIS -	SIM
0800524-44.2014.4.05.8100	PROCEDIMENTO COMUM	Apreensão	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	EMPRESA BRASILEIRA DE INFRA-ESTRUTURA AEROPORTUARIA - INFRAERO e outro - 00.352.294/0001-10	Service Rent a Car e outros -	SIM
0800645-43.2012.4.05.8100	PROCEDIMENTO COMUM	Execução Contratual	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	EMPRESA BRASILEIRA DE INFRA-ESTRUTURA AEROPORTUARIA - INFRAERO e outros -	TAF LINHAS AEREAS S A - 07.046.998/0001-04	SIM
0801030-20.2014.4.05.8100	PROCEDIMENTO COMUM	Revogação/Anulação de multa ambiental	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	ALEXSANDRA SILVA DE OLIVEIRA - 422.512.813-04	INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVAVEIS - IBAMA - 03.659.166/0001-02	SIM
0801173-09.2014.4.05.8100	REINTEGRAÇÃO / MANUTENÇÃO DE POSSE	Esbulho / Turbação / Ameaça	Juntada de Certidão de Intimação	CAIXA ECONOMICA FEDERAL -	SANDRA MARIA DA SILVA DE SOUSA -	SIM
0801213-25.2013.4.05.8100	PROCEDIMENTO COMUM	Demissão ou Exoneração	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	JUSCELINO OLIVEIRA DE BRITO	UNIÃO FEDERAL - 26.004.558/0001-22	SIM
0801313-43.2014.4.05.8100	PROCEDIMENTO COMUM	Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	RAIMUNDA MELO LIMA - 110.427.613-53	SABEMI SEGURADORA SA e outros -	SIM
0801424-61.2013.4.05.8100	PROCEDIMENTO COMUM	Expedição de Certidão Positiva de Débito com Efeito de Negativa e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	ANIGER - CALCADOS, SUPRIMENTOS E EMPREENHIMENTOS LTDA. - 94.316.999/0001-26	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	SIM

0801548-10.2014.4.05.8100	PROCEDIMENTO COMUM	Benefitorias	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	TRANSNORDESTINA LOGISTICA S.A - 02.281.836/0001-37	VALCENTER COMERCIO DE PRODUTOS SIDERURGICOS E HIDRAULICOS LTDA e outro - 41.392.309/0001-51	SIM
0801703-76.2015.4.05.8100	PROCEDIMENTO COMUM	Gratificações de Atividade	Remetidos os Autos (em grau de recurso) para TRF5	AMADEU ALVES DE LIMA - 017.341.213-00	UNIÃO FEDERAL - 26.994.558/0001-23	SIM
0802064-30.2014.4.05.8100	PROCEDIMENTO COMUM	Declaração de Trânsito Aduaneiro	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	SACOPLAST DO BRASIL LTDA - ME -	UNIÃO FEDERAL e outro - 26.994.558/0001-23	SIM
0802085-06.2014.4.05.8100	EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL	Execução Contratual	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CAIXA ECONOMICA FEDERAL -	LUCIOLA MARIA FREITAS MACIEL -	SIM
0802110-53.2013.4.05.8100	PROCEDIMENTO COMUM	Depósito e outros	Juntada de Certidão de decurso de prazo	EDILEUDA PRACIANO VIDAL e outro - 143.197.993-72	CAIXA ECONOMICA FEDERAL -	SIM
0802914-50.2015.4.05.8100	PROCEDIMENTO COMUM	Direito de Imagem e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FRANCISCO SARAIVA SILVA e outros - 967.080.693-34	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF -	SIM
0802982-29.2017.4.05.8100	AÇÃO CIVIL PÚBLICA	Dano Ambiental	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL -	CESAR ALMIR TEIXEIRA CARVALHO e outro -	SIM
0803358-54.2013.4.05.8100	PROCEDIMENTO COMUM	Pensão por Morte (Art. 74/9)	Processo Suspenso/Sobrestado	DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO e outro - 00.375.114/0001-16	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS e outros - 29.979.036/0001-40	SIM
0804173-17.2014.4.05.8100	PROCEDIMENTO COMUM	Pensão por Morte (Art. 74/9)	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	DIONEA RIBEIRO BARROS DA SILVA -	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS - 29.979.036/0001-40	SIM
0804270-17.2014.4.05.8100	OUTRAS MEDIDAS PROVISIONAIS	Caução / Contracautela	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CONSELHO REGIONAL DE EDUCACAO FISICA - REGIAO 05 - CREF 05 - 03.567.753/0001-71	ANTONIO JOVELINO BEZERRA - ME - 08.486.463/0001-17	SIM
0804529-12.2014.4.05.8100	PROCEDIMENTO COMUM	Suspensão	Conclusos para julgamento	MARCOS EDSON DE OLIVEIRA RIBEIRO -	UNIÃO FEDERAL - 26.994.558/0001-23	SIM
0804646-03.2014.4.05.8100	INTERPELAÇÃO	Agência e Distribuição	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	ABIMAEI DE SOUSA PINTO - 642.202.042-00	CONSELHO REGIONAL DE CORRETORES DE IMOVEIS 15 REGIAO - 09.420.282/0001-50	SIM
0805139-77.2014.4.05.8100	PROCEDIMENTO COMUM	Isenção	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MARCIA MONTEIRO RIBEIRO VALENTE -	FAZENDA NACIONAL - 00.204.460/0216-52	SIM
0805524-25.2014.4.05.8100	PROCEDIMENTO COMUM	Medicamento / Tratamento / Cirurgia de Eficácia não comprovada	Juntada de Cota	DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO e outro - 00.375.114/0001-16	ESTADO DO CEARA e outro - 07.954.480/0001-79	SIM
0805683-65.2014.4.05.8100	PROCEDIMENTO COMUM	Prova de Títulos	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	HERBERTH REGIS DE ARAUJO -	JOSE RUBENS REBELATTO e outro -	SIM
0805764-14.2014.4.05.8100	PROCEDIMENTO COMUM	Anulação	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	RNR CONSULTORIA DE ENGENHARIA LTDA - 00.581.406/0001-05	DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES - DNIT - 04.892.707/0001-00	SIM
0805850-82.2014.4.05.8100	PROCEDIMENTO COMUM	Irredutibilidade de Vencimentos	Baixa Definitiva	SILVIA PAULA PEREIRA - 561.217.503-59	DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS CONTRA AS SECAS - DNOCS - 00.043.711/0001-43	SIM
0806112-32.2014.4.05.8100	PROCEDIMENTO COMUM	Anulação	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MUNDIAL INDUSTRIA E COMERCIO DE	UNIÃO FEDERAL - 26.994.558/0001-23	SIM
0806493-40.2014.4.05.8100	PROCEDIMENTO COMUM	Acidente de Trânsito	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	COMPANHIA DE AGUA E ESGOTO DO CEARA CAGECE - 07.040.108/0001-57	DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES - DNIT - 04.892.707/0001-00	SIM
0806696-02.2014.4.05.8100	PROCEDIMENTO COMUM	1/3 de férias	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CONECTA SERVICOS LTDA - EPP -	FAZENDA NACIONAL - 00.204.460/0216-52	SIM

0806906-53.2014.4.05.8100	PROCEDIMENTO COMUM	Lançamento	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	LAURO CHAVES NETO - 232.131.163-00	FAZENDA NACIONAL - 00.204.460/0016-52	SIM
0808174-74.2016.4.05.8100	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Violação aos Princípios Administrativos	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS e outros - 29.979.036/0001-40	SIM
0811316-86.2016.4.05.8100	AÇÃO CIVIL PÚBLICA	Área de Preservação Permanente	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	UNIÃO FEDERAL e outros - 26.004.558/0001-22	MUNICÍPIO DE SAO GONCALO DO AMARANTE e outro - 07.533.656/0001-19	SIM
Lapso entre conclusão e prolação despacho/decisão						
0004421-21.2011.4.05.8100	AÇÃO CIVIL PÚBLICA	Indenização por Dano Ambiental	Conclusos para julgamento	INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVAVEIS - IBAMA e outro -	ESTADO DO CEARA e outros - 07.954.480/0001-79	SIM
0015482-39.2012.4.05.8100	AÇÃO CIVIL PÚBLICA	Ensino Superior	Juntada de Certidão de Retificação de Autuação	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTIFICO E TECNOLÓGICO - CNPq e	SIM
0800007-39.2014.4.05.8100	REINTEGRAÇÃO / MANUTENÇÃO DE POSSE	Reintegração de Posse e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	TRANSNORDESTINA LOGISTICA S.A -	FRANCISCA NÚBIA CARVALHO RODRIGUES e outros -	SIM
0800894-91.2012.4.05.8100	PROCEDIMENTO COMUM	Gratificações da Lei 8.112/1990	Juntada de Certidão de Intimação	PATRICE MEDEIROS DE SIQUEIRA e outros	UNIÃO FEDERAL - 26.004.558/0001-22	SIM
0801583-33.2015.4.05.8100 - (Segredo)	PROCEDIMENTO COMUM	Enriquecimento sem Causa	Expedição de documento	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF -	CLEYRE CARLOS DA COSTA e outros -	SIM
0801723-38.2013.4.05.8100	PROCEDIMENTO COMUM	Extensão de Vantagem aos Inativos	Juntada de Contrarrazões	ALDENIR FELIZARDO DO NASCIMENTO - 424.290.213-15	DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS CONTRA AS SECAS - DNOCS - 00.043.711/0001-43	SIM
0802289-50.2014.4.05.8100	PROCEDIMENTO COMUM	Abono de Permanência em Serviço (Art. 87)	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	ROSANGELA DE FREITAS VASCONCELOS -	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS - 29.979.036/0001-40	SIM
0804270-17.2014.4.05.8100	OUTRAS MEDIDAS PROVISIONAIS	Caução / Contracautela	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CONSELHO REGIONAL DE EDUCACAO FISICA - REGIAO 05 - CREF 05 - 03.567.753/0001-71	ANTONIO JOVELINO BEZERRA - ME - 08.486.463/0001-17	SIM
0804361-10.2014.4.05.8100	PROCEDIMENTO COMUM	Prova de Títulos	Conclusos para despacho	DEMETRIO DENYS DE HOLANDA e outro - 994.222.633-87	EMPRESA BRASILEIRA DE SERVICOS HOSPITALARES - EBSERH e outros - 15.126.437/0001-43	SIM
0805139-77.2014.4.05.8100	PROCEDIMENTO COMUM	Isenção	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MARCIA MONTEIRO RIBEIRO VALENTE -	FAZENDA NACIONAL - 00.204.460/0016-52	SIM
0805512-11.2014.4.05.8100	BUSCA E APREENSÃO EM ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA	Alienação Fiduciária	Processo Suspenso/Sobrestado	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF - 00.260.205/0001-04	FRANCISCO GILAILSON FERREIRA DIOGENES - 017.632.212-00	SIM
0805683-65.2014.4.05.8100	PROCEDIMENTO COMUM	Prova de Títulos	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	HERBERTH REGIS DE ARAUJO -	JOSE RUBENS REBELATTO e outro -	SIM
0805764-14.2014.4.05.8100	PROCEDIMENTO COMUM	Anulação	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	RNR CONSULTORIA DE ENGENHARIA LTDA - 00.581.406/0001-05	DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES - DNIT - 04.892.707/0001-00	SIM
0806668-34.2014.4.05.8100	PROCEDIMENTO COMUM	Abono da Lei 8.178/91	Juntada de Certidão de Intimação	JOSEOLI LOUREIRO MOREIRA DE OLIVEIRA - 002.872.103-91	ESTADO DO CEARA e outro - 07.954.480/0001-79	SIM
0806906-53.2014.4.05.8100	PROCEDIMENTO COMUM	Lançamento	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	LAURO CHAVES NETO - 232.131.163-00	FAZENDA NACIONAL - 00.204.460/0016-52	SIM

0810385-49.2017.4.05.8100	AÇÃO CIVIL PÚBLICA	Antecipação de Tutela / Tutela Específica e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL SECCAO DO CEARA - OAB CE - 07.375.512/0001-81	FAZENDA NACIONAL e outro - 00.394.460/0216-53	SIM
0811193-88.2016.4.05.8100	AÇÃO CIVIL PÚBLICA	Área de Preservação Permanente	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVAVEIS - IBAMA e outros - 03.659.166/0001-02	MUNICIPIO DE SAO GONCALO DO AMARANTE e outro - 07.533.656/0001-19	SIM
Lapso sem movimentação processo na Secretaria						
0801583-33.2015.4.05.8100 - (Segredo)	PROCEDIMENTO COMUM	Enriquecimento sem Causa	Expedição de documento	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF -	CLEYRE CARLOS DA COSTA e outros -	SIM
0811315-04.2016.4.05.8100	AÇÃO CIVIL PÚBLICA	Indenização por Dano Ambiental	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	UNIÃO FEDERAL e outros -	DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO e outros -	SIM
Lapso temporal para cumprimento despacho/decisão						
0804361-10.2014.4.05.8100	PROCEDIMENTO COMUM	Prova de Títulos	Conclusos para despacho	DEMETRIO DENYS DE HOLANDA e outro - 994.222.633-87	EMPRESA BRASILEIRA DE SERVICOS HOSPITALARES - EBSERH e outros -	SIM
0806823-32.2017.4.05.8100	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Dano ao Erário e outros	Juntada de Petição	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	SOARES & SILVA COMERCIO E SERVICOS DE CONSTRUCOES LTDA - ME e outros -	SIM
0808105-08.2017.4.05.8100 - (Segredo)	AÇÃO CIVIL PÚBLICA	Consórcio	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	UNIÃO FEDERAL e outros -	ANA C DE AQUINO - ME e outro -	SIM
0811315-04.2016.4.05.8100	AÇÃO CIVIL PÚBLICA	Indenização por Dano Ambiental	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	UNIÃO FEDERAL e outros -	DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO e outros -	SIM
0811316-86.2016.4.05.8100	AÇÃO CIVIL PÚBLICA	Área de Preservação Permanente	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	UNIÃO FEDERAL e outros -	MUNICIPIO DE SAO GONCALO DO AMARANTE e outro - 07.533.656/0001-19	SIM
Outros:						
0800894-91.2012.4.05.8100	PROCEDIMENTO COMUM	Gratificações da Lei 8.112/1990	Juntada de Certidão de Intimação	PATRICE MEDEIROS DE SIQUEIRA e outros	UNIÃO FEDERAL -	SIM
0801111-27.2018.4.05.8100	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Violação aos Princípios Administrativos	Conclusos para despacho	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL -	FRANKLIN VERISSIMO OLIVEIRA -	SIM
0801528-19.2014.4.05.8100	PROCEDIMENTO COMUM	Aposentadoria por Invalidez	Juntada de Petição	LAURENIA MARIA BRAGA DE ALBUQUERQUE - 312.975.527-68	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS - 29.979.036/0001-40	SIM
Paralisação irregular do processo						
0800149-77.2013.4.05.8100	PROCEDIMENTO COMUM	Abatimento proporcional do preço	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FORTALEZA ACESSORIOS LTDA - EPP - 03.718.551/0001-83	CAIXA ECONOMICA FEDERAL -	SIM
0800150-96.2012.4.05.8100	PROCEDIMENTO COMUM	Execução Contratual e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	ASSOCIACAO DE FRANQUIAS POSTAIS DO ESTADO DO CEARA. - 73.202.806/0001-36	Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT - 34.028.316/0001-03	SIM
0800560-57.2012.4.05.8100	PROCEDIMENTO COMUM	Acessão e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	RICARDO BARBOSA NUNES e outro -	CAIXA ECONOMICA FEDERAL -	SIM
0801213-25.2013.4.05.8100	PROCEDIMENTO COMUM	Demissão ou Exoneração	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	JUSCELINO OLIVEIRA DE BRITO	UNIÃO FEDERAL -	SIM
0801548-10.2014.4.05.8100	PROCEDIMENTO COMUM	Benfeitorias	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	TRANSNORDESTINA LOGISTICA S.A - 02.281.836/0001-37	VALCENTER COMERCIO DE PRODUTOS SIDERURGICOS E HIDRAULICOS LTDA e outro - 41.392.309/0001-51	SIM

0801608-17.2013.4.05.8100	PROCEDIMENTO COMUM	Multas e demais Sanções	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	SANEBRAS PROJETOS CONSTRUCOES E CONSULTORIA	UNIÃO FEDERAL e outro - 26.994.558/0001-23	SIM
0801723-38.2013.4.05.8100	PROCEDIMENTO COMUM	Extensão de Vantagem aos Inativos	Juntada de Contrarrazões	ALDENIR FELIZARDO DO NASCIMENTO - 424.290.213-15	DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS CONTRA AS SECAS - DNOCS - 00.043.711/0001-43	SIM
0802096-69.2013.4.05.8100	MONITÓRIA	Execução Contratual	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CAIXA ECONOMICA FEDERAL -	MARCOS MYRON LIMA DA SILVA e outro -	SIM
0802231-81.2013.4.05.8100	PROCEDIMENTO COMUM	Demarcação	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	UNIVERSAL CONSTRUCOES LTDA - 11.475.536/0001-80	FUNDAÇÃO NACIONAL DO INDIO - FUNAI -	SIM
0802339-42.2015.4.05.8100	MANDADO DE SEGURANÇA	Edital	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	LIMPAXI - LIMPEZA, CONSERVAÇÃO E SERVIÇOS LTDA ME -	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF e outro - 00.360.305/0001-04	SIM
0802366-54.2017.4.05.8100	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Violação aos Princípios Administrativos	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO - FNDE e outro - 00.378.257/0001-81	FRANCISCO LUCIANO SOUZA DA SILVA - 378.120.923-72	SIM
0802793-22.2015.4.05.8100	PROCEDIMENTO COMUM	Multas e demais Sanções	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	ELENILDA FERNANDES VERAS JARDIM e outro - 555.944.173-20	UNIÃO FEDERAL -	SIM
0803049-96.2014.4.05.8100	PROCEDIMENTO COMUM	Reforma e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MANOEL MARQUES FILHO -	FAZENDA NACIONAL e outros - 00.394.460/0216-53	SIM
0803084-56.2014.4.05.8100	PROCEDIMENTO COMUM	Concessão	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MARIA NUBIA FERREIRA e outro -	UNIÃO FEDERAL - 26.994.558/0001-23	SIM
0803470-86.2014.4.05.8100	EMBARGOS À EXECUÇÃO	Efeito Suspensivo / Impugnação / Embargos à Execução	Baixa Definitiva	UNIÃO FEDERAL - 26.994.558/0001-23	FELICIDADE SOUZA DE OLIVEIRA - 007.744.933-01	SIM
0803761-23.2013.4.05.8100	USUCAPIÃO	Usucapião Extraordinária	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	ESPÓLIO DE HERBERT LÚCIO MELO FERNANDES NASCIMENTO e outro -	LUCIRENE MELO NASCIMENTO e outros -	SIM
0804605-36.2014.4.05.8100	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA	Execução Contratual	Juntada de Certidão de Intimação	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF -	LARISSA CARNEIRO REBOUCAS e outro -	SIM
0805560-67.2014.4.05.8100	OUTROS PROCEDIMENTOS DE JURISDIÇÃO VOLUNTÁRIA	Anulação de Débito Fiscal	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FERTEC-INDUSTRIA E COMERCIO DE FERTILIZANTES LTDA - 10.802.469/0001-06	UNIÃO FEDERAL - 26.994.558/0001-23	SIM
0805771-06.2014.4.05.8100	PROCEDIMENTO COMUM	Promoção / Ascensão	Remetidos os Autos (em grau de recurso) para TRF5	ANGELA MARTHA CAMPOS ARRIAGA - 040.247.002-04	UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARA - UFC e outro - 07.272.636/0001-31	SIM
0807074-55.2014.4.05.8100	PROCEDIMENTO COMUM	FUNDEF/Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MUNICIPIO DE NOVO ORIENTE - 07.982.010/0001-19	UNIÃO FEDERAL - 26.994.558/0001-23	SIM
0807306-67.2014.4.05.8100	PROCEDIMENTO COMUM	Art. 144 da Lei 8.213/91 e/ou diferenças	Juntada de Apelação	ANTONIO RODRIGUES DA SILVA - 003.858.913-34	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS - 29.979.036/0001-40	SIM
0807335-49.2016.4.05.8100	AÇÃO CIVIL PÚBLICA	Mineração	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVAVEIS - IBAMA e outro - 03.659.166/0001-02	INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVAVEIS - IBAMA e outro - 03.659.166/0001-02	SIM

0809556-68.2017.4.05.8100	MANDADO DE SEGURANÇA COLETIVO	Contribuição sobre a folha de salários	Baixa Definitiva	SINDICATO DAS EMPRESAS PRESTADORAS DE SERVICOS DE RECUPERACAO DE CREDITO E COBRANCA DO ESTADO DO CEARA - 21.782.988/0001-68	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	SIM
0811199-95.2016.4.05.8100	AÇÃO CIVIL PÚBLICA	Área de Preservação Permanente	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVAVEIS - IBAMA e outros - 03.659.166/0001-02	MUNICIPIO DE SAO GONCALO DO AMARANTE e outro - 07.533.656/0001-19	SIM
0813302-75.2016.4.05.8100	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Dano ao Erário	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS - 29.979.036/0001-40	DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO e outros - 00.375.114/0001-16	SIM
0815191-64.2016.4.05.8100	AÇÃO CIVIL PÚBLICA	Terreno de Marinha e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	COMPANHIA DE AGUA E ESGOTO DO CEARA CAGECE e outros -	SIM
Processo em ordem						
0002042-96.2014.4.05.8102	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Violação aos Princípios Administrativos		UNIÃO FEDERAL - 26.004.558/0001-22	LUCIANO TEIXEIRA LIRA - 208.296.803-06	SIM
0005738-49.2014.4.05.8100	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Dano ao Erário e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL -	MARINEZ DELFINO DA SILVA e outro -	SIM
0005974-98.2014.4.05.8100	AÇÃO CIVIL PÚBLICA	Dano Ambiental	Juntada de Certidão de decurso de prazo	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL e outro - 03.636.198/0001-92	MUNICIPIO DE EUSEBIO e outro - 22.562.067/0001-20	SIM

0011379-28.2008.4.05.8100	AÇÃO CIVIL PÚBLICA	Dano Ambiental	Inspecção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MINISTERIO DA FAZENDA e outros - 00.394.460/0223-82	BLUE WIND COMERCIO E SERVICOS DE CONSTRUCOES EIRELI -	SIM
0800395-10.2012.4.05.8100	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA CONTRA A FAZENDA	Aposentadoria Especial (Art. 57/8)	Conclusos para decisão	JOSE SERGIO DE ALMEIDA - 051.162.748-37	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS - 29.979.036/0001-40	SIM
0801757-76.2014.4.05.8100	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA	Revisão do Saldo Devedor	Juntada de Certidão de Intimação	LINZ CAMPOS DE SOUZA -	CAIXA ECONOMICA FEDERAL e outros -	SIM
0802220-76.2018.4.05.8100	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Dano ao Erário	Juntada de Certidão de decurso de prazo	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL -	J. H. LOCADORA DE VEICULOS LTDA - ME e outros - 07.795.359/0001-41	SIM
0802493-94.2014.4.05.8100	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA CONTRA A FAZENDA	Aposentadoria por Tempo de Contribuição (Art. 55/6) e outros	Juntada de Cota	DOMINGOS ARAUJO NETO - 041.036.103-87	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS - 29.979.036/0001-40	SIM
0802859-70.2013.4.05.8100	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA CONTRA A FAZENDA	Exame de Saúde e/ou Aptidão Física	Juntada de Certidão de Intimação	WENDEL OLIVEIRA VITOR - 004.516.803-24	UNIÃO FEDERAL - 26.994.558/0001-23	SIM
0803149-12.2018.4.05.8100	AÇÃO CIVIL PÚBLICA	Sistemas de cotas - Lei 10.558/2002	Juntada de Certidão de Intimação	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 02.626.108/0001-02	UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARA - UFC e outro - 07.272.636/0001-31	SIM
0805200-93.2018.4.05.8100	CARTA PRECATÓRIA CÍVEL	Diligências	Baixa Definitiva	JUIZO FEDERAL DA 14ª VARA DE BRASÍLIA - SJ/DF e outro -	EMPRESA BRASILEIRA DE INFRA ESTRUTURA AEROPORTUARIA - null	SIM
0805231-16.2018.4.05.8100	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA	Causas Supervenientes à Sentença	Juntada de Petição	SINDICATO DOS TRAB NO SERV PUBLICO FEDERAL DO EST DO CEARASINTSEF - 23.727.688/0001-01	FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE - FUNASA - 26.989.350/0001-16	SIM
0805513-54.2018.4.05.8100	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA	Honorários Advocatícios	Juntada de Cota	PAULO ROBERTO UCHOA DO AMARAL	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0223-82	SIM
0809036-11.2017.4.05.8100	AÇÃO CIVIL PÚBLICA	Vestibular	Inspecção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 02.626.108/0001-02	UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARA - UFC e outro - 07.272.636/0001-31	SIM
0812930-92.2017.4.05.8100	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Dano ao Erário e outros	Inspecção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 02.626.108/0001-02	PEDRO JOSE PHILOMENO GOMES FIGUEIREDO - 010.209.863-87	SIM

6.3.10. Correição anterior e autoinspeção

As determinações constantes da correição anterior foram cumpridas, conforme informação da unidade, constante do formulário de gestão.

Após a última autoinspeção, estabeleceu-se como meta a ser perseguida pela equipe de servidores que 100% dos processos que foram inspecionados tivessem as recomendações devidamente cumpridas no prazo máximo de 6 (seis) meses. Entretanto, considerando a dinâmica da Vara, bem como o incremento do número de processos distribuídos, as determinações estabelecidas ainda não foram integralmente cumpridas. Ressalte-se que a equipe de servidores da 3ª Vara está entre as menores, quando comparada com as demais Varas Cíveis, contando com apenas 16 (dezesseis) servidores.

6.3.11. Considerações finais

A 3ª Vara Federal conta com estrutura física e equipamentos adequados a seu funcionamento.

A partir da análise processual, foram observados alguns pontos que devem ser aperfeiçoados/corrigidos pela unidade, quais sejam:

1. Demora na prolação de despacho/decisão/sentença;
2. Alguns processos com demora no cumprimento de despacho/decisão;
3. Feitos sem movimentação processual;
4. Ausência/demora na conclusão;

Por fim, pelos demais dados apontados neste relatório e pelas constatações realizadas *in loco* durante a correição, pode-se afirmar que a 3ª Vara Federal funciona de modo adequado.

6.4. 4ª VARA FEDERAL - FORTALEZA/CE

6.4.1. Competência, localização, estrutura física e horário de expediente

A 4ª Vara Federal do Ceará possui competência cível e funciona no 9º andar do prédio onde se localiza a sede da Seção Judiciária do Ceará, na Rua Pedro I, Praça Gen. Murilo Borges, nº 01, Centro, Fortaleza/CE.

A Vara apresentou instalações adequadas para todos: juízes federais, servidores, estagiários, terceirizados, membros do Ministério Público Federal, procuradores federais, defensores públicos federais, advogados e jurisdicionados.

O horário de funcionamento da Vara é das 9h às 18h, de segunda-feira a sexta-feira.

6.4.2. Corpo funcional - juiz federal e servidores

A 4ª Vara Federal conta com o seguinte quadro de pessoal: a) 1 magistrado, José Vidal Silva Neto; b) 19 servidores efetivos, sendo 8 analistas judiciários - área judiciária, 10 técnicos judiciários - área administrativa e 1 agente de segurança.

Além dos servidores efetivos, a unidade conta com uma servidora requisitada (com vínculo com o serviço público), oriunda da Seção Judiciária do Maranhão.

Não há servidores sem vínculo com o serviço público nem em auxílio.

Não há cargos efetivos vagos.

6.4.2.1. Juiz federal titular

O juiz federal titular da 4ª Vara Federal, José Vidal Silva Neto, exerce a magistratura há mais de 19 anos (ingresso em 26/02/1999), atuando na referida Vara desde 19/08/2005.

O magistrado atua no Tribunal Regional Eleitoral, como juiz suplente, desde 19/06/2017.

Nos últimos 24 meses, o juiz federal titular esteve afastado pelos motivos seguintes: 16/06/2016 a 15/07/2016, 21/11/2016 a 20/12/2016, 03/07/2017 a 16/07/2017 e 04/12/2017 a 19/12/2017 (férias); 15/08/2016 a 22/08/2016 (motivo de falecimento de pessoa da família); 03/05/2017 a 01/06/2017 (convocação para atuar no TRF da 5ª Região).

O magistrado federal reside na região metropolitana onde se localiza a 4ª Vara Federal.

6.4.2.2. Servidores

Em relação às funções de confiança (FCs), aos cargos em comissão (CJs) e à formação acadêmica dos servidores ocupantes de cargos efetivos na 4ª Vara Federal, pode ser observada a seguinte tabela:

Nome	Cargo efetivo	Ocupa FC ou CJ? Qual?	Grau de Instrução*	Área de formação
SERGIO MOTA TEIXEIRA	ANALISTA JUDICIÁRIO	CJ 3 - DIRETOR DE SECRETARIA	SUPERIOR COMPLETO E PÓS-GRADUADO EM DIREITO TRIBUTÁRIO - ESPECIALIZAÇÃO	DIREITO
ROBERTA GOMES FROTA	ANALISTA JUDICIÁRIO	FC 5 - OFICIALA DE GABINETE DO JUIZ TITULAR	SUPERIOR COMPLETO E PÓS-GRADUADA EM DIREITO PROCESSUAL - ESPECIALIZAÇÃO	DIREITO
NELITA SAMANTHA FONTENELE	ANALISTA JUDICIÁRIO	FC 4 - SUPERVISORA ASSISTENTE DO JUIZ TITULAR	SUPERIOR COMPLETO	DIREITO
GEORGE MAGALHÃES RODRIGUES	TÉCNICO JUDICIÁRIO	FC 4 - SUPERVISOR ASSISTENTE DO JUIZ TITULAR	SUPERIOR COMPLETO E PÓS-GRADUADO EM PROCESSO CIVIL - ESPECIALIZAÇÃO	DIREITO
FERNANDO ALEXANDRE DE ARAÚJO	TÉCNICO JUDICIÁRIO	FC 5 - OFICIAL DE GABINETE DO JUIZ SUBSTITUTO	SUPERIOR COMPLETO E PÓS-GRADUADO EM DIREITO PROCESSUAL.	DIREITO
FERNANDA CAMINHA DE MORAIS	ANALISTA JUDICIÁRIO	FC 4 - SUPERVISORA ASSISTENTE DO	SUPERIOR COMPLETO e PÓS-GRADUAÇÃO EM	DIREITO

		JUIZ SUBSTITUTO	DIREITO PROCESSUAL CIVIL	
JOSEFA VALDENE MATIAS LOPES	ANALISTA JUDICIÁRIO	FC 4 - SUPERVISORA ASSISTENTE DO JUIZ SUBSTITUTO	SUPERIOR COMPLETO E PÓS- GRADUADA EM PROCESSO CIVIL	DIREITO
IZABEL CRISTINA ESMERALDO MELO	ANALISTA JUDICIÁRIO	FC 5 - SUPERVISORA DA SEÇÃO DE APOIO ADMINISTRATIVO	CURSO SUPERIOR EM DIREITO - PÓS- GRADUADA EM PSICODRAMA TERAPEUTICO ORGANIZACIONAL	DIREITO
ANA RAQUEL MONTENEGRO ASSUNÇÃO	TÉCNICO JUDICIÁRIO	FC 5 - SUPERVISORA DA SEÇÃO DE PROCEDIMENTOS CÍVEIS	SUPERIOR COMPLETO COM MESTRADO EM LINGUÍSTICA	DIREITO E LETRAS
CAMILA VITORINO DANTAS MAZZA	ANALISTA JUDICIÁRIO	FC - 4 SUPERVISOR ASSISTENTE DO SETOR DE RITO ORDINÁRIO	SUPERIOR COMPLETO	DIREITO
GILBERTO LUIZ BEZERRA EDSON	TÉCNICO JUDICIÁRIO	FC 4 - SUPERVISOR ASSISTENTE DO SETOR DE PUBLICAÇÃO	SUPERIOR COMPLETO	DIREITO
ANNA CRISTINA PEREIRA	TÉCNICO JUDICIÁRIO	FC 3 - SECRETÁRIO DO GABINETE DO DIRETOR DE SECRETARIA	SUPERIOR COMPLETO	CIÊNCIAS CONTÁBEIS
KATIANA DO NASCIMENTO SILVA LOPES	TÉCNICO JUDICIÁRIO	Sem FC	SUPERIOR COMPLETO E PÓS- GRADUAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA	HISTÓRIA
MARDEN BANDEIRA DE OLIVEIRA	TÉCNICO JUDICIÁRIO	FC 4 - SUPERVISOR ASSISTENTE DO SETOR DE AÇÕES SUMARÍSSIMAS E FEITOS NÃO CONTENCIOSOS	SUPERIOR COMPLETO E PÓS- GRADUADO EM PROCESSO CIVIL	DIREITO
MARIA DE FÁTIMA LIMA GOMES	ANALISTA JUDICIÁRIO	FC 4 - SUPERVISORA ASSISTENTE DO SETOR DE RITO ESPECIAL E MANDADO DE SEGURANÇA	SUPERIOR COMPLETO E PÓS- GRADUAÇÃO CONCLUÍDA	DIREITO E ENGENHARIA QUÍMICA
ANTONIA ELISA GOMES DE SOUSA	TÉCNICO JUDICIÁRIO	FC 2 - AUXILIAR ESPECIALIZADO DO GABINETE DO DIRETOR	SUPERIOR COMPLETO	DIREITO E SERVIÇO SOCIAL

		SECRETARIA		
LUCIA DE SOUSA LUZ	TÉCNICO JUDICIÁRIO	FC 3 - ASSISTENTE TÉCNICO III DO GABINETE DO DIRETOR DE SECRETARIA	SUPERIOR COMPLETO	ENGENHARIA AGRÔNOMA
FRANCISCO ASSIS DE ARAÚJO	TÉCNICO JUDICIÁRIO	Sem FC	ENSINO MÉDIO COMPLETO	ENSINO MÉDIO COMPLETO
RUBIMAR JOSÉ DE CARVALHO	TÉCNICO JUDICIÁRIO	Sem FC	ENSINO SUPERIOR COMPLETO COM ESPECIALIZAÇÃO	LETRAS E GRADUANDO EM DIREITO
			TOTAL	19 SERVIDORES DA SECRETARIA E GABINETES
ANTONIO OELDO DE OLIVEIRA RIBEIRO	AGENTE DE SEGURANÇ A	Gratificação de Atividade de Segurança - GAS	SUPERIOR COMPLETO	PEDAGOGIA

Não há função comissionada vaga.

Por sua vez, como se pode depreender, no tocante à formação acadêmica dos servidores efetivos da 4ª Vara Federal, verifica-se que há uma preocupação com a qualificação, uma vez que apenas dois dos analistas judiciários não possuem especialização, embora um dos requisitos para investidura seja o nível superior de ensino, e, dos servidores efetivos ocupantes dos cargos de técnico judiciário, em que um dos requisitos para investidura é ter nível médio, apenas um não possui nível superior.

Registre-se ainda que a Vara tem 1 servidora requisitada, Antonia Elisa Gomes de Sousa, oriunda da Seção Judiciária do Maranhão, atualmente removida para a Seção Judiciária do Ceará.

Não há servidores sem vínculo com o serviço público, cedidos ou em auxílio na Vara.

6.4.2.3. Estagiários

O número previsto de estagiários na 4ª Vara Federal é de 3, estando 2 vagas preenchidas.

6.4.3. Organização da 4ª Vara Federal

Os servidores estão distribuídos da seguinte forma: 13 atuam na Secretaria da 4ª Vara Federal e 6 no gabinete do juiz federal.

6.4.3.1. Secretaria

A Secretaria é dividida em processos físicos e eletrônicos, estando o trabalho estruturado da seguinte forma:

Nos processos físicos:

- Um servidor responsável pelo recebimento e remessas de processos, recebimento de petições e mandados, juntada de petições e autuações. Servidor: Francisco de Assis de Araújo.
- Quatro servidores responsáveis pelos expedientes da Vara de processos físicos: intimação, publicação, decurso do prazo, certificação de expedição de mandados e boletins, editais, mandados e todos os demais expedientes da Vara (Lúcia Luz, Fátima Gomes, Antonia Elisa e Rubimar de Carvalho).
- Dois servidores responsáveis pela elaboração de minutas de despachos e minutas de despachos gerais de maior complexidade, tais como despachos que determinam expedição de Alvarás e expedições de RPVs, bem como despachos em Desapropriação, Ação Civil Pública, Ação Civil Pública de Improbidade, Mandado de Segurança etc. (Márcen Bandeira de Melo e Izabel Cristina Esmeraldo Melo).

Nos processos eletrônicos:

- Quatro servidores responsáveis pela elaboração de minutas de despachos e minutas de despachos gerais de maior complexidade do PJE de todos os feitos eletrônicos, tais como despachos que determinam expedição de Alvarás e expedições de RPVs, bem como despachos em Desapropriação, Ação Civil Pública, Ação Civil Pública de Improbidade, Mandado de Segurança etc. (Márcen Bandeira de Melo, Camila Vitorino, Sergio Mota e Gilberto Bezerra Édson).
- Dois servidores responsáveis pelos expedientes da Vara de processos eletrônicos: intimação, publicação, decurso do prazo, certificação de expedição de mandados e boletins, editais, certidões, mandados e todos os demais expedientes da Vara em feitos eletrônicos, incluindo a movimentação interna dos feitos para Conclusão, Arquivo e remessa ao TRF.

A 4ª Vara trabalha desde o início do processo eletrônico de forma descentralizada, de forma que os servidores exercem suas atividades no PJe e quando necessário nos processos físicos, e vice-versa.

6.4.3.2. Gabinete do juiz federal

O trabalho nos dois gabinetes é realizado por 2 oficiais de gabinete (Roberta Gomes e Fernando Araújo) e 4 assessores (Nelita Samantha, George Magalhães, Fernanda Caminha e Josefa Valdene). Tendo em vista que a Vara não possui Juiz Substituto, a divisão de trabalho é feita pelo Juiz Titular por matéria processual, mas não de forma exclusiva. Dependendo da

demanda de processos no gabinete ou em razão de férias dos servidores, ocorre naturalmente uma redivisão das tarefas, de forma que não haja atraso na apreciação dos feitos.

A estratégia de trabalho dos servidores do gabinete é estabelecida pelo próprio Juiz da Vara, de forma a não deixar processos pendentes de apreciação de tutela, liminar ou despachos urgentes. Dentre as orientações estabelecidas pelo Juiz da Vara, existe uma priorização dos feitos urgentes, inclusive ações civis públicas, de improbidade, ação popular, cautelar, ações coletivas e mandados de segurança. Ademais, os servidores do gabinete priorizam também o julgamento dos feitos mais antigos e de conclusões mais antigas no gabinete, de forma que o processo não permaneça concluso por mais de 30 dias. Outra estratégia estabelecida pelo Juiz é atender as Metas estabelecidas pelo CNJ.

6.4.4. Participação do juiz federal em reuniões com a equipe da 4ª Vara Federal

O Juiz participa diretamente de reuniões com a equipe para acompanhar o andamento das metas estabelecidas para os semestres, assim como, eventualmente, para participar de reuniões rotineiras para acompanhar os trabalhos da Vara. Todas as metas e estratégias de planejamento são compartilhadas com o Juiz de forma que o mesmo acompanhe passo a passo o andamento da Vara.

6.4.5. Planejamento das atividades da 4ª Vara Federal e avaliação periódica de resultados

O planejamento das atividades, nos processos físicos, restou elaborado de forma que um servidor é responsável pelo recebimento e remessas de processos, recebimento de petições e mandados, juntada de petições, mandados e autuações, quatro servidores ficam responsáveis pelos expedientes da Vara de processos físicos: intimação, publicação, decurso do prazo, certificação de expedição de mandados e boletins, editais, mandados e todos os demais expedientes da Vara. Dois servidores são responsáveis pela elaboração de minutas de despachos e minutas de despachos gerais de maior complexidade, tais como despachos que determinam expedição de Alvarás e expedições de RPVs, bem como despachos em Desapropriação, Ação Civil Pública, Ação Civil Pública de Improbidade, Mandado de Segurança etc.

Em relação aos processos eletrônicos, quatro servidores são responsáveis pela elaboração de minutas de despachos e minutas de despachos gerais de maior complexidade do PJE, tais como despachos que determinam expedição de Alvarás e expedições de RPVs, bem como despachos em Desapropriação, Ação Civil Pública, Ação Civil Pública de Improbidade, Mandado de Segurança etc. Dois servidores ficam responsáveis pelos expedientes da Vara de processos eletrônicos: intimação, publicação, decurso do prazo, certificação de expedição de mandados e boletins, editais, certidões, mandados e todos os demais expedientes da Vara em feitos eletrônicos, incluindo a movimentação interna dos feitos para Conclusão, Arquivo e remessa ao TRF.

Há fixação de metas periódicas de produtividade. No início de cada semestre, o Diretor de Secretaria realiza reuniões para estabelecer as metas para o semestre. Uma das metas que a Vara informou estar cumprindo desde o ano passado é a de diminuir o número de processos físicos, de forma que a tramitação seja cada vez mais célere e efetiva. Outra meta é expedição de

todas as RPVs e Precatórios à medida que os feitos chegam a essa fase, sem deixar processo acumular com requisitório de pagamento não expedido, intimado e encaminhado para pagamento. Outra meta estabelecida é aumentar a quantidade de processos remetidos ao arquivo e ao TRF da 5ª Região, de forma que a cada mês possa diminuir o número de processos em tramitação. O número de processos enviados ao arquivo e ao TRF deve ser sempre maior que o número de processos distribuídos no mês. Nos processos eletrônicos tem-se como meta manter a celeridade processual, de forma que não haja atrasos superiores a 60 dias em qualquer fase processual. No caso de ação de conhecimento, a meta é manter o prazo máximo até 15 a 30 dias de movimentação, com exceção dos processos com tutela ou liminar, cujo andamento e cumprimento é imediato, logo após o decurso do prazo.

6.4.6. Atendimento aos membros do Ministério Público Federal, Defensoria Pública da União, procuradores federais, advogados e partes na secretaria e no gabinete do juiz federal da 4ª Vara Federal

Todos são atendidos regularmente pelos servidores da Secretaria, do Gabinete e pelo Diretor de Secretaria. Na Secretaria, há um sistema de rodízio diário entre os servidores responsáveis pelo atendimento. Uma escala é afixada mensalmente com os dias de cada servidor responsável pelo atendimento inicial das partes e procuradores. Nada obstante, as partes, os advogados, membros do MPF, das Procuradorias e da DPU podem se dirigir diretamente ao Diretor de Secretaria e quando necessário aos gabinetes para obter mais informações processuais, se for o caso..

No Gabinete do Juiz, os membros do Ministério Público Federal, Defensoria Pública da União, procuradores federais, advogados e partes são atendidos regularmente pelo Diretor de Secretaria, assim como também pelos servidores do Gabinete ou pelo próprio Juiz, quando necessário.

6.4.7. Número de processos, relação servidor/processo, audiências de conciliação e de instrução e inspeções judiciais

No momento do preenchimento do formulário de gestão, a relação entre o número de processos (1.878) com o número de servidores em atividade na Vara (20) revelava o montante de 93,9 processos por servidor.

No período correicionado, não houve a realização de audiências na Vara, tendo havido inspeções ordinárias em março/2016, março/2017 e fevereiro/2018.

6.4.8. Cumprimento de metas e resoluções do CNJ

Meta 1 (Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente).

Meta alcançada. Foram distribuídos, em 2017, 602 processos, e julgados 649, segundo informado pela Vara.

Meta 2 (Identificar e julgar, até 31/12/2017, pelo menos 100% dos processos distribuídos até 31/12/2012, 85% dos processos distribuídos em 2013 nos 1º e 2º graus, e 100% dos processos distribuídos até 31/12/2014 nos Juizados Especiais e Turmas Recursais Federais).

Meta ainda não alcançada. A Vara informou que está adotando todas as providências no sentido de cumprir efetivamente a Meta 2 com o julgamento dos feitos até o dia 31/12/2018, havendo o acompanhamento quinzenal para que a meta seja efetivamente atingida.

Meta 3 (Aumentar os casos solucionados por conciliação, fomentando o alcance do percentual mínimo de 2% na proporção dos processos conciliados em relação aos distribuídos).

A Vara não dispõe de dados sobre o cumprimento da meta em questão, uma vez que as audiências de conciliação estão concentradas no Centro de Conciliação de Fortaleza/CE.

Meta 4 (Identificar e julgar, até 31/12/2017, 70% das ações de improbidade administrativa distribuídas até 31/12/2014).

Meta atingida. Segundo informado no formulário de gestão, a Vara possui 7 improbidades distribuídas até 31/12/2014 e apenas uma está em fase de perícia, as demais já foram sentenciadas.

Meta 5 (Baixar quantidade maior de processos de execução não fiscal do que o total de casos novos de execução não fiscal no ano corrente).

Meta atingida. No ano de 2017, foram distribuídas 191 execuções e foram baixados/arquivadas 292 execuções, conforme relatório do PJe e Tebas.

Meta 6 (Identificar e julgar, até 31/12/2017, entre 70% e 85% das ações coletivas distribuídas até 31/12/2013, no 1º e 2º graus).

Meta atingida.

Metas Específicas para a Justiça Federal

Baixar quantidade maior de processos criminais do que os casos novos criminais no ano corrente; Julgar quantidade maior de processos criminais do que os casos novos criminais no ano corrente.

Não se aplica, pois se trata de Vara Cível.

Identificar e julgar, até 31/12 do ano corrente, 70% das ações penais vinculadas aos crimes relacionados à improbidade administrativa, ao tráfico de pessoas, à exploração sexual e ao trabalho escravo, distribuídas até 31/12/2014)

Não se aplica, pois se trata de Vara Cível.

Acerca do cumprimento do Provimento CNJ nº 29/2013

A unidade jurisdicional vem atualizando o Cadastro Nacional de Condenados por Ato de Improbidade Administrativa e por Ato que implique Inelegibilidade (CNCIAI).

Acerca do cumprimento das exigências previstas na Resolução CNJ nº 66/2009, com a redação introduzida pela Resolução CNJ nº 87/2009, e sobre a necessidade de inserção, no sistema informatizado, do Relatório de Controle de Prisões

Não se aplica, pois se trata de Vara Cível.

6.4.9. Processos selecionados para correição

Foram correicionados 09 processos físicos (quando da correição tinham 313 processos físicos em tramitação ajustada).

Quanto aos processos do Sistema PJe, foram correicionados 70 processos (quando da correição tinham 1.103 processos eletrônicos em tramitação ajustada).

6.4.9.1. Principais constatações da análise individual de processos

6.4.9.1.1. Processos Físicos

Da análise individual dos processos, podem ser destacadas as seguintes ocorrências:

DEMORA NA CONCLUSÃO:		
TIPO DE AÇÃO	Nº DO PROCESSO	OBSERVAÇÃO
Improbidade Administrativa	00143760820134058100	Doc. recebido em 07/07/17, conclusão em 02/10/17 e juntada em 06/12/17, conc. em 26/02/18.
DEMORA NA PROLAÇÃO DE DECISÃO/ SENTENÇA:		
TIPO DE AÇÃO	Nº DO PROCESSO	OBSERVAÇÃO
Civil Pública	00034561920064058100	De 07.12.2017 a 27.02.2018.
DEMORA PARA CERTIFICAR O DECURSO DE PRAZO:		
TIPO DE AÇÃO	Nº DO PROCESSO	OBSERVAÇÃO
Civil Pública	00061582020154058100	Intimação, com prazo de 15 dias, ocorrida em 11/04/17, certificado decurso do prazo em 09/08/17.

FEITO EM ORDEM:		
TIPO DE AÇÃO	Nº DO PROCESSO	OBSERVAÇÃO
Civil Pública	00026147320054058100	
Execução de Sentença	00004612320124058100	
Usucapião	00048691820164058100	
Desapropriação	00104849120134058100	
Civil Pública	00116258220124058100	
OUTROS:		
TIPO DE AÇÃO	Nº DO PROCESSO	OBSERVAÇÃO
Civil Pública	00068112720124058100	Demora no cumprimento despacho fl. 181 - 05/03/2013 a 04/06/2013.
PARALISAÇÃO IRREGULAR:		
TIPO DE AÇÃO	Nº DO PROCESSO	OBSERVAÇÃO
Improbidade Administrativa	00143760820134058100	Certidão de decurso de prazo de 19/01/16, vista/remessa em 19/01/17.
Outras Observações:		
Processo : 00004612320124058100 Classe: Execução de Sentença - Execução contra a Fazenda Pública.		
Processo : 00068112720124058100 Classe: Civil Pública - -Meta 2.		

6.4.9.1.2. Processos Judiciais Eletrônicos (PJe)

Quanto aos processos eletrônicos, merecem registro as seguintes situações:

Número do Processo	Classe Judicial	Assunto	Último Evento	Polo Ativo	Polo Passivo	Correicionado
Ausência/demora na conclusão						
0800258-28.2012.4.05.8100	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA	Execução Contratual	Expedição de documento	EMPRESA BRASILEIRA DE INFRA-ESTRUTURA AEROPORTUARIA - INFRAERO - 00.352.294/0001-10	JUANAN ALENCAR VIEIRA DE SOUSA e outros - 003.645.719-18	SIM
0801343-73.2017.4.05.8100	EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL	Contratos Bancários	Juntada de Certidão	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF -	ANTONIA COELHO SAMPAIO e outro -	SIM
0802015-23.2013.4.05.8100	MONITÓRIA	Execução Contratual	Juntada de Certidão	CAIXA ECONOMICA FEDERAL -	PATRICIA ANDRADE BRITO - ME e outro -	SIM
0802086-88.2014.4.05.8100	EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL	Alienação Fiduciária	Juntada de Certidão	CAIXA ECONOMICA FEDERAL -	PAULO AFONSO FRANCA -	SIM
0802171-74.2014.4.05.8100	REINTEGRAÇÃO / MANUTENÇÃO DE POSSE	Esubulho / Turbação / Ameaça	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CAIXA ECONOMICA FEDERAL -	SIMONE MARIA CARNEIRO e outros -	SIM

0802517-59.2013.4.05.8100	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA CONTRA A FAZENDA		Processo Suspenso/Sobrestado	JOSE ADAILTON NASCIMENTO CHAGAS e outro -	FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE - FUNASA - 26.989.350/0001-16	SIM
0802630-42.2015.4.05.8100	EMBARGOS À EXECUÇÃO	Correção Monetária	Conclusos para despacho	DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS CONTRA AS SECAS - DNOCS - 00.043.711/0001-43	NINA ROSA MENSITIERI PEDREIRA DE CERQUEIRA e outros -	SIM
0803573-30.2013.4.05.8100	EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL	Execução Contratual	Juntada de Certidão	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - 00.360.305/0001-04	CEARAMED DISTRIBUIDORA DE IMPLANTES ESPECIALIZADOS LTDA e outros - 03.349.368/0001-58	SIM
0803619-19.2013.4.05.8100	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA	Habilitação / Registro Cadastral / Julgamento / Homologação	Proferido despacho de mero expediente	DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS CONTRA AS SECAS - DNOCS - 00.043.711/0001-43	GPO - GESTÃO DE PROJETOS E OBRAS LTDA - 11.366.252/0001-55	SIM
0803666-51.2017.4.05.8100	PROCEDIMENTO COMUM	Contratos Bancários	Juntada de Certidão de Intimação	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF -	CARLOS ROBERTO CAVALCANTE DIAS	SIM
0803721-36.2016.4.05.8100	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA	Contratos Bancários	Juntada de Certidão de Intimação	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF -	ELIENE SOARES DE SOUSA -	SIM
0803786-65.2015.4.05.8100	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA	Execução Contratual	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF - 00.360.305/0001-04	FRANCISCO CLAILTON VIEIRA SERPA e outro - 017.714.173-58	SIM
0804314-02.2015.4.05.8100	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA	Busca e Apreensão	Baixa Definitiva	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF -	MARIA AURINETE RODRIGUES FARIAS	SIM
0804515-23.2017.4.05.8100	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA	Contratos Bancários	Baixa Definitiva	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF -	ANDRE LUIZ COSTA DOS SANTOS -	SIM
0808131-06.2017.4.05.8100	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA CONTRA A FAZENDA	Aposentadoria Especial (Art. 57/8) e outros	Juntada de Certidão de Intimação	MARCOS MARTINS BRASIL - 074.238.373-34	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS - 29.979.036/0001-40	SIM
0808549-75.2016.4.05.8100	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Dano ao Erário e outros	Juntada de Certidão de Intimação	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL -	REGIVALDO FREIRES DA SILVA -	SIM
	EXECUÇÃO DE			CAIXA ECONOMICA	RICARDO WAGNER	

0808748-63.2017.4.05.8100	TÍTULO EXTRAJUDICIAL	Contratos Bancários	Juntada de Petição	FEDERAL - CEF -	LEITE MOREIRA -	SIM
0810236-53.2017.4.05.8100 - (Segredo)	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Dano ao Erário e outros	Remetidos os Autos (em grau de recurso)	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF e	FABIANO FREITAS DE CARVALHO e	SIM
0813286-24.2016.4.05.8100	PROCEDIMENTO COMUM	Reforma	Remetidos os Autos (em grau de recurso) para TRF5	DAVI SANTOS DA SILVA e outro -	UNIÃO FEDERAL -	SIM
0816361-71.2016.4.05.8100	MONITÓRIA	Contratos Bancários	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF -	REGINA MARTA DE ANDRADE BRAGA e outros - 091.089.983-53	SIM
0816378-10.2016.4.05.8100	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA	Agência e Distribuição	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF - 00.360.305/0001-04	MADEMOVEIS INDUSTRIA E COMERCIO LTDA - ME e outros - 07.220.706/0001-08	SIM
Demora para certificação do decurso de prazo						
0807828-60.2015.4.05.8100	PROCEDIMENTO COMUM	Abono de Permanência em Serviço (Art. 87)	Remetidos os Autos (em grau de recurso) para TRF5	ISOLDA CARVALHEDO BARBOSA - 549.097.833-34	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS - 29.979.036/0001-40	SIM
Lapso entre conclusão e prolação despacho/decisão						
0804008-62.2017.4.05.8100	PROCEDIMENTO COMUM	Nulidade de Ato Administrativo	Juntada de Certidão de Intimação	CASA E BAR NORDESTE COMERCIO DE UTILIDADES DO LAR LTDA. - ME - 06.865.579/0001-31	ITACA EIRELI - ME e outros -	SIM
Lapso sem movimentação processo na Secretaria						
0803762-66.2017.4.05.8100	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA CONTRA A FAZENDA	Concessão	Processo Suspenso/Sobrestado	SOFIA MARTHA GREILICH DE FARIAS - 235.031.574-68	UNIÃO FEDERAL -	SIM
Lapso temporal para cumprimento despacho/decisão						
0802015-23.2013.4.05.8100	MONITÓRIA	Execução Contratual	Juntada de Certidão	CAIXA ECONOMICA FEDERAL -	PATRICIA ANDRADE BRITO - ME e outro -	SIM
0802086-88.2014.4.05.8100	EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL	Alienação Fiduciária	Juntada de Certidão	CAIXA ECONOMICA FEDERAL -	PAULO AFONSO FRANCA -	SIM
0803619-19.2013.4.05.8100	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA	Habilitação / Registro Cadastral / Julgamento / Homologação	Proferido despacho de mero expediente	DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS CONTRA AS SECAS - DNOCS - 00.043.711/0001-43	GPO - GESTAO DE PROJETOS E OBRAS LTDA - 11.366.252/0001-55	SIM
0807205-93.2015.4.05.8100	EMBARGOS À EXECUÇÃO	Juros	Juntada de Petição	ROMULO CESAR CAVALCANTE DE FRANCA e outro - 501.575.233-49	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF -	SIM
0808748-63.2017.4.05.8100	EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL	Contratos Bancários	Juntada de Petição	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF -	RICARDO WAGNER LEITE MOREIRA -	SIM
Outros:						
0802171-74.2014.4.05.8100	REINTEGRAÇÃO / MANUTENÇÃO DE POSSE	Esbulho / Turbação / Ameaça	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CAIXA ECONOMICA FEDERAL -	SIMONE MARIA CARNEIRO e outros -	SIM
0803619-19.2013.4.05.8100	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA	Habilitação / Registro Cadastral / Julgamento / Homologação	Proferido despacho de mero expediente	DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS CONTRA AS SECAS - DNOCS - 00.043.711/0001-43	GPO - GESTAO DE PROJETOS E OBRAS LTDA - 11.366.252/0001-55	SIM
0807828-60.2015.4.05.8100	PROCEDIMENTO COMUM	Abono de Permanência em Serviço (Art. 87)	Remetidos os Autos (em grau de recurso) para TRF5	ISOLDA CARVALHEDO BARBOSA - 549.097.833-34	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS - 29.979.036/0001-40	SIM
0811449-31.2016.4.05.8100	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Dano ao Erário e outros	Conclusos para julgamento	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL -	EMANUEL ROBSON DE OLIVEIRA SIMOES - 752.431.563-53	SIM
Paralisação irregular do processo						

0802086-88.2014.4.05.8100	EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL	Alienação Fiduciária	Juntada de Certidão	CAIXA ECONOMICA FEDERAL -	PAULO AFONSO FRANCA -	SIM
Processo em ordem						
CUMPRIMENTO				CAIXA ECONOMICA	SO FARINHA COMERCIAL LTDA e	

0800133-89.2014.4.05.8100	DE SENTENÇA	Acessão	Juntada de Petição	FEDERAL -	outro -	SIM
0800528-42.2018.4.05.8100	DESAPROPRIAÇÃO	Desapropriação e outros	Juntada de Petição	ESTADO DO CEARA - 07.954.480/0001-79	LM DESENVOLVIMENTO IMOBILIÁRIO LTDA e outros -	SIM
0800535-05.2016.4.05.8100	CAUTELAR INOMINADA	Liminar e outros	Juntada de Certidão de Intimação	CERAMICA ASSUNCAO LTDA e outros - 35.093.301/0001-91	DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUCAO MINERAL - DNPM - 00.381.056/0001-33	SIM
0800536-24.2015.4.05.8100	EMBARGOS À EXECUÇÃO	Alienação Fiduciária	Baixa Definitiva	FAZENDA NACIONAL -	MARCOS ANTONIO FROTA e outros -	SIM
0800579-87.2017.4.05.8100	PROCEDIMENTO COMUM	Concessão	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	JOSE TELMO MARQUES PINTO - 256.840.943-68	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS - 29.979.036/0001-40	SIM
0801275-31.2014.4.05.8100	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA CONTRA A FAZENDA PÚBLICA	Enquadramento e outros	Remetidos os Autos (em grau de recurso) para TRF5	DIEGO GADELHA DE ALMEIDA - 000.274.293-42	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARA - IFCE. - 10.744.098/0001-45	SIM
0801326-03.2018.4.05.8100	AÇÃO CIVIL PÚBLICA	Revogação/Concessão de Licença Ambiental	Conclusos para julgamento	INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVAVEIS - IBAMA - 03.659.166/0001-02	SUPERINTENDENCIA ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE - SEMACE e outro - 11.822.269/0001-70	SIM
0801326-37.2017.4.05.8100	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA CONTRA A FAZENDA	Capacidade Tributária	Juntada de Certidão de Intimação	BENEDICTO CAMPOS LIMA e outro - 001.413.213-34	UNIÃO FEDERAL e outro - 26.994.558/0001-23	SIM
0801889-70.2013.4.05.8100	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA	1/3 de férias e outros	Juntada de Certidão de decurso de prazo	FAZENDA NACIONAL -	MUNICIPIO DE CAPISTRANO -	SIM
0801894-87.2016.4.05.8100	EMBARGOS À EXECUÇÃO	Correção Monetária	Juntada de Petição	FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAUDE - FUNASA - 26.989.350/0001-16	SINDICATO DOS TRABALHADORES NO SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL e outro -	SIM
0801895-72.2016.4.05.8100	PROCEDIMENTO COMUM	Adidos, Agregados e Adjuntos	Baixa Definitiva	LUCIANO DE ALMEIDA SOUSA -	UNIÃO FEDERAL - 26.994.558/0001-23	SIM
0803414-87.2013.4.05.8100	MANDADO DE SEGURANÇA	Liberação de mercadorias	Juntada de Certidão	FUNDAÇÃO EDSON QUEIROZ e outro -	FAZENDA NACIONAL e outro -	SIM
0803444-54.2015.4.05.8100	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Violação aos Princípios Administrativos	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MUNICIPIO DE ARACOIABA e outro -	MARIA CLEIDE DA SILVA RIBEIRO LEITE -	SIM
0804044-70.2018.4.05.8100	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA	Aplicação de coeficiente de cálculo diverso do fixado na Lei n.º 8.213/91	Baixa Definitiva	AURICELIO FEIJO DE OLIVEIRA e outro - 211.736.723-20	DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS CONTRA AS SECAS - DNOCS - 00.043.711/0001-43	SIM
0804099-21.2018.4.05.8100	PROCEDIMENTO COMUM	Multas e demais Sanções	Remetidos os Autos (em grau de recurso) para TRF5	UNIMED FORTALEZA SOCIEDADE COOPERATIVA	AGENCIA NACIONAL DE SAUDE SUPLEMENTAR - ANS. - 03.589.068/0001-46	SIM
0804363-72.2017.4.05.8100	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA	Extensão de Vantagem aos Inativos	Proferido despacho de mero expediente	ASSOCIACAO DOS SERVIDORES DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS CONTRA AS SECAS - ASSECAS - 05.461.553/0001-65	DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS CONTRA AS SECAS - DNOCS - 00.043.711/0001-43	SIM

0804591-52.2014.4.05.8100	MANDADO DE SEGURANÇA COLETIVO	Gratificação Incorporada / Quintos e Décimos / VPNI	Baixa Definitiva	SINDICATO DOS TRABALHADORES NO SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL NO ESTADO DO PIAUI - 34.982.280/0001-00	DIRETOR GERAL DO DNOCS e outro -	SIM
0805089-80.2016.4.05.8100	DESAPROPRIAÇÃO	Desapropriação	Juntada de Petição	DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES -	SAMYLLÉ DE MOURA TEIXEIRA PINTO -	SIM

				DNIT e outro -	037.436.103-70	
0805126-10.2016.4.05.8100	PROCEDIMENTO COMUM	Abono de Permanência e outros	Juntada de Certidão	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS - 29.979.036/0001-40	JOAO BOSCO FILOMENO DA SILVA e outro - 040.841.953-91	SIM
0805234-68.2018.4.05.8100	HABILITAÇÃO	Substituição da Parte	Juntada de Impugnação ao Cumprimento de	MARIA MARGARIDA FALCAO GUEDES e outro - 834.497.524-72	DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS CONTRA AS SECAS - DNOCS - 00.043.711/0001-43	SIM
0805296-11.2018.4.05.8100	EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL	Anuidades OAB	Expedição de expediente	ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL SECCAO DO CEARA - OAB CE - 07.375.512/0001-81	FRANCISCO JOSIFRAN MAGALHAES ALVES - 863.607.363-49	SIM
0805440-19.2017.4.05.8100	EMBARGOS À EXECUÇÃO	Efeito Suspensivo / Impugnação / Embargos à Execução	Juntada de Certidão de Intimação	ALCIMAR TAVARES NOBRE -	EMPRESA GESTORA DE ATIVOS - EMGEA	SIM
0805458-06.2018.4.05.8100	MANDADO DE SEGURANÇA	Anulação	Conclusos para julgamento	WAGNER MARTINS DOS SANTOS MONTEIRO - 018.075.022-44	Presidente da COMISSÃO ORGANIZADORA DO CONCURSO PÚBLICO -TRT 7ª Região e outro -	SIM
0805528-23.2018.4.05.8100	HABEAS DATA	Proteção da Intimidade e Sigilo de Dados	Juntada de Certidão de Intimação	POSTO SANTA IZABEL LTDA - 06.016.431/0001-80	DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM	SIM
0806014-47.2014.4.05.8100	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA CONTRA A FAZENDA	Gratificação Incorporada / Quintos e Décimos / VPNI	Baixa Definitiva	JOSE MARIO DE SOUSA - 098.449.963-68	DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS CONTRA AS SECAS - DNOCS - 00.043.711/0001-43	SIM
0806078-52.2017.4.05.8100	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Dano ao Erário e outros	Expedição de documento	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL -e	JOAO PONTES MOTA outro -	SIM
0806410-19.2017.4.05.8100	EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL	Cédula de Crédito Bancário	Juntada de Certidão de decurso de prazo	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF -	WAGNER FARIAS AQUINO e outros -	SIM
0806805-11.2017.4.05.8100	BUSCA E APREENSÃO EM ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA	Alienação Fiduciária	Juntada de Certidão	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF - 00.360.305/0001-04	MAURO DE PAULA BARBOSA - 303.308.143-30	SIM
0806820-14.2016.4.05.8100	PROCEDIMENTO COMUM	1/3 de férias	Juntada de Certidão de Intimação	CIA DE GESTAO DOS RECURSOS HIDRICOS EST DO CEARA COGERH - 74.075.938/0001-07	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	SIM
0806976-65.2017.4.05.8100	MANDADO DE SEGURANÇA	Devolução de contribuições previdenciárias pagas além do teto	Baixa Definitiva	ANTONIO ADAIL MACHADO CASTRO 313.534.883-53	DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM	SIM
0807347-63.2016.4.05.8100	EMBARGOS À EXECUÇÃO	Efeito Suspensivo / Impugnação / Embargos à Execução	Juntada de Petição	MARIA DO SOCORRO SOUZA SANTOS e outros - 463.696.003-34	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF - 00.360.305/0001-04	SIM
0808422-74.2015.4.05.8100	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA CONTRA A FAZENDA	Contribuição sobre a folha de salários	Juntada de Petição	FAMAS FORTALEZA AUTO MAQUINAS LTDA e outros - 06.926.588/0001-95	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	SIM
0808642-04.2017.4.05.8100	AÇÃO CIVIL PÚBLICA	Dano Ambiental	Juntada de Certidão de Intimação	INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVAVEIS - IBAMA e outros -	WASHINGTON MOREIRA DE SOUZA - ME - 00.997.877/0001-07	SIM
0809174-12.2016.4.05.8100	PROCEDIMENTO COMUM	Abono Pecuniário (Art. 78 Lei 8.112/1990)	Remetidos os Autos (em grau de recurso) para TRF5	JOSE FACANHA GADELHA - 091.181.103-63	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCACAO, CIENCIA E TECNOLOGIA DO CEARA - IFCE. - 10.744.098/0001-45	SIM

0812315-05.2017.4.05.8100	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Dano ao Erário e outros	Juntada de Certidão	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL -	OSCIP TERCON BRASIL e outros -	SIM
0812746-73.2016.4.05.8100	DESAPROPRIAÇÃO	Desapropriação e outros	Juntada de Certidão de Intimação	ESTADO DO CEARA -	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF e outros -	SIM

0814516-67.2017.4.05.8100	AÇÃO CIVIL PÚBLICA	Tarifas	Remetidos os Autos (em grau de recurso) para TRF5	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL e outro - 03.636.198/0001-92	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF - 00.360.305/0001-04	SIM
0814961-22.2016.4.05.8100	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Dano ao Erário e outros	Conclusos para decisão	FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO - FNDE - 00.378.257/0001-81	FERNANDO ANTONIO VIEIRA ASSEF - 134.171.693-72	SIM
0815101-22.2017.4.05.8100 - (Segredo)	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Dano ao Erário	Conclusos para julgamento	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF e outro - 00.360.305/0001-04	GLEICEANE DA SILVA CARVALHO - 626.583.073-34	SIM
0815435-90.2016.4.05.8100	PROCEDIMENTO COMUM	RMI cuja salário-de-benefício supera menor valor teto	Conclusos para julgamento	AMADEU ARAGAO FILHO - 012.194.997-49	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS - 29.979.036/0001-40	SIM
0816411-97.2016.4.05.8100	MONITÓRIA	Agência e Distribuição	Juntada de Certidão de decurso de prazo	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF -	DAVID AGUIAR ARAUJO e outros -	SIM
0816604-15.2016.4.05.8100	EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL	Agência e Distribuição	Juntada de Certidão de Intimação	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF -	JOSE MAURICIO CAVALCANTE DE LIMA e outro -	SIM
Tempo de permanência processo na Contadoria Juízo						
0801697-35.2016.4.05.8100	EMBARGOS À EXECUÇÃO	Correção Monetária	Expedição de documento	FAZENDA NACIONAL -	ADDY FELIX DE CARVALHO e outros -	SIM
0811897-04.2016.4.05.8100	EMBARGOS À EXECUÇÃO	Efeito Suspensivo / Impugnação / Embargos à Execução e outros	Conclusos para julgamento	Silvio Ernesto Veras Frota e outro - 202.456.663-72	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF - 00.360.305/0001-04	SIM

6.4.10. Correição anterior e autoinspeção

Com relação às determinações da correição anterior, a Vara frisou que todas as recomendações da Corregedoria são regularmente cumpridas, entando trabalhando no sentido de dar maior celeridade à tramitação processual, evitando demora na juntada de petição e/ou mandado de processo físico com a colaboração dos servidores e dos estagiários, bem como adotando diligências no sentido de que o processo físico e eletrônico tenha uma tramitação regular, célere e efetiva. As recomendações da Corregedoria são incluídas como metas a serem perseguidas durante o ano.

Após a última autoinspeção, foram fixadas as seguintes metas pela unidade:

- 1 - Expedir as requisições de pagamento e não deixar o setor acumular requisitórios de RPV ou Precatório a ser expedido. O Despacho e expedição do requisitório de pagamento é prioridade da Vara.
- 2 - Separar os processos suspensos (em sobrestamento) de forma que possa ser identificados quantos processos estão suspensos por ato do juiz de primeiro grau e quantos estão aguardando julgamento de recurso, inclusive recurso repetitivo do STJ ou de grande repercussão do STF.
- 3 - Dar celeridade à movimentação processual, promovendo a juntada da petição com rapidez e diligência, elaborando na sequência a minuta de despacho com rapidez e eficiência, observando as recomendações do Relatório da Correição anterior.

- 4 - Acompanhar o decurso de prazo dos boletins de forma a certificar o decurso no dia seguinte ao término do prazo e fazer a conclusão.
- 5 - Todos os processos baixados do TRF são imediatamente despachados pelo Juiz de forma a não ter atraso no início da fase de execução, inclusive com a consulta da baixa eletrônica constante do site do TRF da 5ª Região. O acórdão é imediatamente recebido e juntado aos autos para o despacho inicial da execução do julgado.
- 6 - Observar atentamente se o processo não está no momento de mudar de classe, em face do trânsito em julgado (Ex. De Ação Ordinária para Cumprimento de Sentença, por exemplo). Observar na juntada de petição e mandados a assinatura do servidor.
- 7 - Imprimir do Tebas o termo de recebimento dos autos que estão fora da Vara, ou certificar o recebimento.
- 8 - Continuar efetuando a consulta de todos os processos suspensos aguardando julgamento de instância superior. Referida consulta foi feita recentemente por ocasião da Inspeção Ordinária (fev/2018).
- 9 - Os servidores dos gabinetes são orientados a não acumular processos para julgamento. Diariamente, o Juiz acompanha os processos conclusos para julgamento e estabelece as metas semanais e mensais.
10. As metas estabelecidas pelo CNJ são prioridades da Vara. Constantemente, durante o ano, os servidores da Secretaria e do Gabinete acompanham a relação de processos das Metas estabelecidas pelo CNJ.

6.4.11. Considerações finais

A 4ª Vara Federal conta com estrutura física e equipamentos adequados a seu funcionamento.

Durante os trabalhos da correição, verificou-se que na unidade existiam processos com ausência ou demora na realização de conclusão, bem como alguns feitos com demora no cumprimento de despacho, inconsistências que merecem ser corrigidas pela unidade.

Por fim, pelos demais dados apontados neste relatório e pelas constatações realizadas *in loco* ao longo das atividades correicionais, pode-se afirmar que a 4ª Vara Federal funciona de modo eficiente.

6.5. 5ª VARA FEDERAL - FORTALEZA/CE

6.5.1. Competência, localização, estrutura física e horário de expediente

A 5ª Vara Federal do Ceará possui competência cível e funciona no 10º andar do prédio onde se localiza a sede da Seção Judiciária do Ceará, na Rua Pedro I, Praça Gen. Murilo Borges, nº 01, Centro, Fortaleza/CE.

A Vara apresentou instalações adequadas para todos: juízes federais, servidores, estagiários, terceirizados, membros do Ministério Público Federal, procuradores federais, defensores públicos federais, advogados e jurisdicionados.

O seu horário de funcionamento é das 9h às 18h.

6.5.2. Corpo funcional - juiz federal e servidores

A 5ª Vara Federal conta com o seguinte quadro de pessoal: a) 1 magistrado, João Luis Nogueira Matias (juiz federal titular); b) 12 servidores efetivos, sendo 6 analistas judiciários - área judiciária e 6 técnicos judiciários - área administrativa.

Além dos servidores efetivos, trabalham na 5ª Vara Federal 5 servidores requisitados (com vínculo com o serviço público).

6.5.2.1. Juiz federal titular

O Juiz Federal Titular da Vara, João Luis Nogueira Matias, exerce a magistratura federal desde 25/11/1995, atuando na 5ª Vara Federal do Ceará a partir de 14/01/2004.

O juiz federal titular atua como membro suplente na 2ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Estado do Ceará desde 06.05.2015 (Ato 256/2016-GP), sem prejuízo da jurisdição originária.

Nos últimos 24 meses, o magistrado esteve afastado por 84 dias, em razão de:

1. Férias: 18 a 27.07.2016; 13.10. a 22.10.2016; 09.01 a 18.01.2017; 02.03. a 05.03.2017; 03.04. a 12.04.2017; 02.10. a 17.10.2017; 08.01. a 17.1.2018;
2. Afastamento para participar de Seminário/Congresso: 03.06. a 03.06.2016; 06.06. a 07.06.2016; 29.08. a 31.08.2016; 08.12. a 09.12.2016; 05.06. a 07.06.2017;
3. Afastamento para participar de curso de especialização: 28.09. a 30.09.2016.

Não há juiz federal substituto na 5ª Vara Federal.

O juiz federal reside em Fortaleza/CE, cidade onde funciona 5ª Vara Federal do Ceará.

6.5.2.2. Servidores

Em relação às funções de confiança (FCs), aos cargos em comissão (CJs) e à formação acadêmica dos servidores ocupantes de cargos efetivos na 5ª Vara Federal, pode ser observada a seguinte tabela:

Nome	Cargo efetivo	Ocupa FC ou CJ? Qual?	Grau de Instrução*	Área de formação
EMERSON PEREIRA DE OLIVEIRA	Técnico Judiciário	Supervisor-Assistente do Juiz Federal Titular - FC4	Superior Incompleto	Direito
FLÁVIO OLIVEIRA VAZ	Técnico Judiciário	Supervisor-Assistente do Setor de Publicação - FC4	Superior Incompleto	Administração de Empresas
FRANCISCA CRISTIANE CONDE SARAIVA	Analista Judiciário	Diretora de Secretaria - CJ3	Superior Pós-Graduação	Direito Especialização em Direito Tributário MBA em Administração Judiciária
FRANCISCO WILSON BARROS	Técnico Judiciário	Supervisor da Seção de Apoio Administrativo FC5	Superior	Engenharia Civil
HÉVILA DE SAMPAIO MELO LANDIM	Analista Judiciário	Supervisora-Assistente do Juiz Federal Titular - FC4	Superior Pós-Graduação	Direito Especialização em Processo Civil
JOÃO CARLOS PIMENTEL DE PIMENTEL	Analista Judiciário	Supervisor-Assistente do Juiz Federal Substituto - FC4	Superior Pós-Graduação	Direito Especialização em Direito do Estado e Processo
CARLA ABREU SARAIVA	Analista Judiciário	-	Superior	Direito Especialização em Direito

			Pós-Graduação	Público
MARIA JOSÉ FALCÃO	Técnico Judiciário	Oficial de Gabinete do Juiz Federal Substituto - FC5	Superior Pós-Graduação	Direito e Administração de Empresas Especialização em D. Penal Especialização em Processo Penal Especialização em Gestão Pública
RACHEL ALENCAR DE ANDRADE GONDIM	Técnico Judiciário	Oficial de Gabinete do Juiz Titular FC5	Superior Pós-Graduação	Direito Especialização em Administração Pública
ROMMEL CARVALHO BEZERRA	Analista Judiciário	Supervisor-Assistente do Juiz Federal Substituto - FC4	Superior Pós-Graduação	Direito Especialização em Direito Público
SUYANNE CAMINHA SABOIA BARBOSA	Analista Judiciário	Supervisora-Assistente do Setor de Sumaríssimas e Feitos não Contenciosos - FC4	Superior Superior Incompleto Pós-Graduação	Geologia Direito Especialização em Educação Ambiental
ELMANO SIQUEIRA DE ARAÚJO CHAVES	Técnico Judiciário	-Assistente Técnico III - FC3	Superior	Direito

Por sua vez, como se pode depreender, no tocante à formação acadêmica dos servidores efetivos da 5ª Vara Federal, verifica-se que há uma preocupação com a qualificação, uma vez todos os analistas judiciários possuem pós-graduação, embora um dos requisitos para investidura

seja o nível superior de ensino, e apenas 2 técnicos judiciários não detêm graduação de nível superior, no entanto, estão com a graduação em andamento, embora um dos requisitos para investidura seja o nível médio de ensino.

Registre-se ainda que não há funções de confiança vagas, assim como servidores cedidos, em auxílio ou afastados.

6.5.2.3. Estagiários

O número previsto de estagiários na 5ª Vara Federal é de 02. Atualmente, todas as vagas estão preenchidas.

6.5.3. Organização da 5ª Vara Federal

6.5.3.1. Secretaria

A Secretaria da 5ª Vara Federal do Ceará está dividida em 7 setores, conforme descrito abaixo:

1. SETOR DAS AÇÕES ORDINÁRIAS

Servidor: MARCOS SILVEIRA DO AMARAL.

Atividades desenvolvidas tanto nos processos físicos quanto nos eletrônicos da mesma classe:

- Análise e minuta de despacho/decisões dos processos de Ação Ordinária (com exceção das liminares e pedidos de tutela);
- Todos os expedientes: cartas precatórias, ofícios, mandados;
- Expedição de Alvarás;
- Remessa de processos ao TRF5;
- Designação e acompanhamento de perícias pertinentes ao seu setor e expedição de ofício para o pagamento dos honorários periciais;
- Análise e certificação dos prazos, excetuando os prazos da publicação;
- Atualização dos processos no sistema Tebas;
- Análise de processos com conclusão para sentença e sua respectiva conclusão;
- Análise de processos sobrestados do seu setor;
- Atendimento ao público;
- Análise e baixa de processos do setor;
- Triagem e juntada de petições do seu setor.

2. SETOR DAS AÇÕES DE EXECUÇÃO DE SENTENÇA VINCULADAS ÀS AÇÕES ORDINÁRIAS

Conta com 3 servidores.

Servidor/Supervisor: FRANCISCO WILSON BARROS – processos físicos e eletrônicos:

- Análise e minutas de despacho e decisões interlocutórias (com exceção das liminares e pedidos de tutela);
- Expedição de expedientes: mandados, ofícios, cartas precatórias;
- Verificação e certificação de prazos, excetuando os da publicação;
- Análise e baixa dos processos do seu setor ;
- Análise de processos com conclusão para sentença e sua respectiva conclusão;
- Análise de processos sobrestados do seu setor;
- Análise de processos do seu setor a remeter às instâncias superiores;
- Responsável pelos processos do PJE referentes à execução de julgados vinculados às ações ordinárias;
- Atendimento ao público;
- Juntada de petições e triagem;
- Remessa de processos ao TRF5.

Servidora: SANDRA MARIA DE OLIVEIRA RIBEIRO GOMES.

Processos Físicos:

- Análise e minutas de despachos e decisões interlocutórias do seu setor (com exceção das liminares e pedidos de tutela);
- Emissão de expedientes: mandados, ofícios, cartas precatórias;
- Análise dos processos do seu setor sobrestados;
- Atendimento ao público;
- Juntada de petições e triagem.

Servidora: ANDRÉA BARBOSA BELÉM PONTES:

- Expedição de Requisições de Pagamento do Setor de Execução ligado às Ações Ordinárias e remessas à Divisão de Precatórios do TRF5;
- Expedição de expedientes: mandados e ofícios referentes às requisições de pagamento;
- Elaboração de minutas de despachos referentes à incidentes/impugnações/inconsistências referentes às requisições de pagamento;
- Verificação no Relatório de processos com requisições expedidas para fins de controle das requisições expedidas;
- Análise das requisições de pagamento já depositadas;
- Atendimento ao público;
- Minutas de despachos referentes à pendências pertinentes às requisições de pagamento;
- Juntada de petições e triagem.

3. SETOR DAS AÇÕES DE DESAPROPRIAÇÃO

Servidor: FRANCISCO WILSON BARROS (Responsável pelos processos físicos e eletrônicos pertinentes às classes do seu setor).

- Análise e elaboração de despacho/decisões interlocutórias (com exceção das liminares e pedidos de tutela) dos processos de desapropriação para reforma agrária, desapropriação, usucapião e alvará;
- Expedição de Requisições de Pagamento referentes às ações do setor;
- Remessas/cargas aos órgãos;
- Expedição de Alvarás;
- Expedientes: cartas precatórias, ofícios, mandados e suas respectivas juntadas aos autos;
- Análise de processos a serem remetidos ao arquivo referentes aos processos do setor;
- Análise de processos a serem remetidos ao TRF da 5ª Região;
- Análise dos processos vindos do TRF da 5ª Região;
- Designação e acompanhamento de perícias realizadas no seu setor;
- Juntada de petições e triagem.

4. SETOR DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA, AÇÃO CIVIL PÚBLICA, MANDADO DE SEGURANÇA, MANDADO DE SEGURANÇA COLETIVO, CONSIGNAÇÃO EM PAGAMENTO E AÇÃO POPULAR.

Servidor/responsável/Supervisor: JOÃO BATISTA DE ARAÚJO CERQUEIRA (Responsável pelos processos físicos e eletrônicos pertinentes às classes do seu setor):

- Análise e elaboração de minutas de despacho/decisões interlocutórias (com exceção das liminares e pedidos de tutela) dos processos de improbidade administrativa, ação civil pública, mandado de segurança, mandado de segurança coletivo, consignação em pagamento, ação popular;
- Expedição de Requisições de Pagamento referentes às classes do seu setor;
- Remessas/cargas aos órgãos;
- Expedição de Alvarás;
- Elaboração de expedientes: cartas precatórias, ofícios, mandados;
- Responsável pelo SISTEMA INFOJUD referentes às suas classes e auxílio às demais classes;
- Análise e remessa de processos ao TRF5;
- Análise de processos sobrestados;
- Análise de processos a serem remetidos ao Setor de Arquivo;
- Juntada de petições e triagem;
- Pesquisa nos sistemas INFOJUD e RENAJUD pertinente às classes de seu setor e auxílio às demais classes.

5. SETOR DE AÇÕES DIVERSAS

Servidora/Supervisora: SUYANNE CAMINHA SABOIA BARBOSA (Responsável pelos processos físicos e algumas classe dos eletrônicos pertinentes às classes do seu setor):

- Análise e elaboração de minutas de despacho/decisões interlocutórias (com exceção das liminares e pedidos de tutela) dos processos de execução de título extrajudicial, execução hipotecária do SFH, execução por quantia certa contra devedor solvente, monitória, reintegração de posse, ação de busca e apreensão em alienação fiduciária, ação de depósito, ação de nunciação de obra nova, carta precatória, carta rogatória, interdito proibitório, outras medidas provisionais, medidas cautelares e as ações declaratórias;
- Expedição de Requisições de Pagamento pertinentes aos processos do seu setor;
- Remessas aos órgãos;
- Expedição de Alvarás;
- Elaboração de expedientes: cartas precatórias, ofícios, mandados;
- Pesquisa e cadastramento nos Sistemas RENAJUD e INFOJUD pertinente às classes de seu setor e auxílio às demais classes;
- Análise de processos a serem remetidos ao Arquivo;
- Análise de processos a serem remetidos ao TRF5;
- Análise dos processos vindos do TRF5 e dos órgãos;
- Expedientes referentes aos leilões de processos do seu setor;
- Juntada de petições e triagem;
- Remessa de processos ao Arquivo e ao TRF5.

Servidor: ELMANO SIQUEIRA DE ARAÚJO CHAVES (Responsável pelos processos eletrônicos pertinentes às classes do seu setor):

- Análise e elaboração de minutas de despacho/decisões interlocutórias (com exceção das liminares e pedidos de tutela) dos processos de execução de título extrajudicial, execução hipotecária do SFH, execução por quantia certa contra devedor solvente, monitória, reintegração de posse, ação de busca e apreensão em alienação fiduciária, ação de depósito, ação de nunciação de obra nova, carta precatória, carta rogatória, interdito proibitório, outras medidas provisionais, medidas cautelares e as ações declaratórias;
- Expedição de Alvarás;
- Elaboração de expedientes: cartas precatórias, ofícios, mandados;
- Análise de processos a serem arquivados;
- Análise de processos a serem remetidos ao TRF5;
- Análise dos processos vindos do TRF5;
- Baixa e arquivamento dos feitos.

Servidora: CARLA ABREU SARAIVA (Responsável pelos processos eletrônicos pertinentes às classes do seu setor):

- Análise e elaboração de minutas de despacho/decisões interlocutórias (com exceção das liminares e pedidos de tutela) dos processos de execução de título extrajudicial, execução hipotecária do SFH, execução por quantia certa contra devedor solvente, monitória, reintegração de posse, ação de busca e apreensão em alienação fiduciária, ação de depósito, ação de nunciação de obra nova, carta precatória, carta rogatória, interdito proibitório, outras medidas provisionais, medidas cautelares e as ações declaratórias;
- Elaboração de expedientes: cartas precatórias, ofícios, mandados;

- Análise de processos a serem baixados;
- Análise de processos a serem remetidos ao TRF5;
- Análise dos processos vindos do TRF5;
- Baixa e arquivamento dos feitos.

6. SETOR DE EXECUÇÃO PERTINENTE ÀS EXECUÇÕES VINCULADAS À AÇÃO CIVIL PÚBLICA DE Nº 0004400-46.1991.4.05.8100.

Inicialmente, existiam 476 processos vinculados à referida Ação Civil Pública.
Servidor FLÁVIO DE OLIVEIRA VAZ:

- Análise e elaboração de minutas de despachos e decisões interlocutórias (com exceção das liminares e pedidos de tutela) dos processos de Execução de Sentença vinculados à Ação Civil Pública de nº 0004400-46.1991.4.05.8100;
- Expedição de Requisições de Pagamento referentes aos processos do seu setor;
- Remessas aos órgãos;
- Expedição de Alvarás;
- Expedientes: cartas precatórias, ofícios, mandados;
- Análise de processos sobrestados;
- Análise dos prazos vencidos, com exceção dos da publicação;
- Análise de processos a serem remetidos ao TRF5;
- Análise dos processos vindos do TRF5 e dos órgãos;
- Responsável pela elaboração da escalas de atendimento ao público e de recebimento de processos e petições;
- Juntada de petições e triagem;
- Remessa de processos ao Arquivo e ao TRF5.

7. SETOR DE PUBLICAÇÕES

Servidor: JOSÉ EUDSON MOTA FELIX

- Expedição de Boletim com a respectiva certificação de prazos;
- Expedição de editais de cobrança de autos com carga advogado;
- Controle e expedição de mandados de intimação de cobrança de autos com carga com prazos vencidos;
- Análise dos processos com certificação de prazos referentes aos boletins expedidos e triagem para a próxima fase: encaminhamento à Contadoria, cargas aos órgãos, etc.
- Análise de processos com certificação de prazos referentes aos boletins expedidos e elaboração de minutas de despachos de mero expediente mais comuns;
- Expedição de editais de citação e intimação;
- Expedição de certidões narrativas;
- Controle de pedidos de desarquivamento. Expedição de ofícios para desarquivamento de processos;
- Controle e traslado das peças processuais referentes aos agravos de instrumento;
- Recebimento de processos vindos das instâncias Superiores;

- Baixa eletrônica do site do TRF da 5ª Região das decisões proferidas em instância superior e juntada nos respectivos autos processuais;
- Recebimento de processos/petições vindos da Distribuição/Contadoria e processos vindos dos órgãos;
- Juntada de petições e triagem;
- Recebimento de petições e processos com carga;
- Recebimento de processos vindos da Contadoria e Distribuição;
- Remessa de processos ao Arquivo e ao TRF5 após análise do supervisor do Setor.

Em cada setor, os processos são divididos em escaninhos por tarefas, tais como analisar processo para despacho/decisão, expedir RPV/Precatórios, Aguardando pagamento de RPV, Aguardando Pagamento de Precatórios, Prazos, Fazer conclusão para sentença (análise/triagem dos processos para sentença a ser realizada pelo supervisor), Remessa para o TRF, Vindos do TRF – processos digitalizados, Vindos do TRF processos baixados, Aguardando Perícia, Prazos, Processos Sobrestados, etc.

A análise das prioridades é realizada pelo supervisor do setor, que verifica se o processo tem pedido de tutela/liminar, se consta nas Metas do CNJ, partes idosas, para despacho/decisão com prioridade. Os demais são postos em escaninhos pela ordem cronológica em que chegam ao setor. As ações de Mandado de Segurança, Improbidade Administrativa, Ação Civil Pública e Ação Popular tem tratamento prioritário, tramitando de maneira mais célere.

No setor de Publicação os processos são publicados por ordem de chegada no setor, com exceção dos que têm prioridade na publicação, como despachos urgentes, decisões de indeferimento de tutela/liminar e as sentenças dos Mandados de Segurança, Ações Cíveis Públicas e Improbidades. Em caso de deferimento de tutelas antecipadas e liminares ou outra decisão de caráter urgente, inclusive em relação aos processos do PJE, as intimações são realizadas mediante mandado de intimação enviado à Central de Mandados para cumprimento em regime de plantão.

6.5.3.2. Organização do gabinete

Não há Juiz Federal Substituto designado para a 5ª Vara Federal, estando todos os servidores lotados no gabinete vinculado ao juiz titular, num só espaço físico. A divisão dos processos por titular e substituto, entretanto, permanece, sendo divididos os processos de acordo com a função comissionada de cada um.

Os processos físicos e eletrônicos são divididos inicialmente entre conclusos para despacho, decisões de liminares e tutelas, decisões diversas, conclusos para sentença e conclusos para sentença de extinção, em diversas escaninhos (físicos) e subcaixas (eletrônicos) pertinentes ao Juiz Titular e Juiz Substituto.

Os processos conclusos para decisão (apreciação de pedido de liminar/tutela) são apreciados com prioridade. Os processos referentes às liminares e tutelas referentes ao Juiz Titular são analisados pela Oficiala de Gabinete do Juiz Titular (Rachel Alencar de Andrade Gondim; os pertinentes ao Juiz Substituto são examinados pelo Supervisor Assistente do Juiz Substituto (João Carlos Pimentel de Pimentel).

Os processos conclusos para sentença são divididos por matéria e classe (Tributário, Previdenciário, Administrativo, Civil e Processo Civil, Sistema Financeiro de Habitação, Mandado de Segurança, Embargos à Execução e outros) entre os assessores dos Gabinetes do Juiz Titular (Oficiala de Gabinete Juiz Titular: Rachel Alencar de Andrade Gondim, Supervisora Assistente do Juiz Titular: Hévila de Sampaio Melo Landim; Supervisor Assistente do Juiz Titular: Emerson Pereira de Oliveira) e do Juiz Substituto (Oficial de Gabinete do Juiz Substituto: Maria José Falcão; Supervisor Assistente do Juiz Substituto: João Carlos Pimentel de Pimentel; Supervisor Assistente do Juiz Substituto: Romel Carvalho Bezerra). Em caso de férias de algum servidor, os processos são redistribuídos entre os que se encontram no gabinete.

As Ações de Improbidade Administrativa, Ações Cíveis Públicas e Desapropriações são analisadas, despachadas e sentenciadas pelo Magistrado, quer estejam conclusas para decisão ou sentença.

Por fim, cabe informar que as audiências são assessoradas pela Supervisora Assistente do Juiz Titular: Hévila de Sampaio Melo Landim. Caso a servidora esteja de férias/licença, as audiências são assessoradas pelos servidores Maria José Falcão e Emerson Pereira de Oliveira.

6.5.4. Participação direta do juiz federal em reuniões com a equipe da 5ª Vara Federal

O juiz federal titular reúne-se trimestralmente e/ou semestralmente com todos os servidores da Secretaria a fim de obter informações acerca do andamento de cada setor, esclarecer dúvidas e entendimentos, verificar o andamento das Metas do CNJ e estabelecer novas metas de trabalho.

Também são realizadas reuniões periódicas com os servidores do gabinete para obter informações acerca do andamento dos processos conclusos, verificação dos prazos de conclusão e estabelecer prazos para a análise e elaboração de minutas despachos/decisões/sentenças dos processos que se encontram no gabinete.

Além disso, o juiz assina, diariamente, as minutas dos despachos/decisões de processos na Secretaria da Vara, esclarecendo dúvidas eventuais dos servidores, e realiza reuniões para o estudo das inovações implementadas pelo novo Código de Processo Civil de 2015, para esclarecer dúvidas e fixar o entendimento do juiz.

6.5.5. Planejamento das atividades da 5ª Vara Federal e avaliação periódica de resultados

O planejamento das atividades é realizado por meio de reuniões de planejamento trimestrais e/ou semestrais com os servidores, a fim de obter as informações referentes aos problemas de cada setor e apresentar as soluções cabíveis, dar feedback em relação ao andamento

dos processos, estabelecer metas de trabalho, bem como o remanejamento de servidores de outro setor para o auxílio nos expedientes junto ao que apresenta deficiência no andamento dos feitos. Também são realizadas reuniões periódicas da Diretora com os Diretores de Secretaria de outras Varas a fim de trocar experiências e boas práticas acerca do andamento dos feitos, bem como para discutir novos procedimentos ou dúvidas quando da implantação de novos sistemas, visando uma padronização dos procedimentos a serem adotados pelas Varas da SJCE. Ocorre também a troca de idéias mediante o email institucional dos diretores e o aplicativo do WhatsApp. Em relação a este último, foram criados grupos específicos entre a Diretora administrativa e todos os diretores, de grupo de estudo do novo CPC, das Varas Cíveis e dos servidores da 5ª Vara Federal.

Há ainda reuniões de um grupo de alguns diretores de secretaria, objetivando o estudo das inovações trazidas pelo novo CPC para fins de padronização de despachos e procedimentos.

Por fim, quando há necessidade, é realizada reunião com os servidores para o solucionamento de pendências que surgem diariamente, bem como para repassar informações e novas orientações oriundas da Corregedoria, instâncias superiores, Diretoria do Foro etc.

A avaliação dos resultados é realizada trimestralmente e semestralmente quando das reuniões realizadas com os servidores.

6.5.6. Atendimento aos membros do Ministério Público Federal, Defensoria Pública da União, procuradores federais, advogados e partes na secretaria e no gabinete do juiz federal da 5ª Vara Federal

Na secretaria, todos os membros do Ministério Público e da Defensoria Pública normalmente comparecem à 5ª Vara Federal para a participação nas audiências. Quando precisam resolver algum problema/assunto ou analisar um processo específico, dirigem-se à diretora de secretaria ou diretamente ao Juiz da 5ª Vara. Os advogados e partes são atendidos no balcão da Secretaria pelos servidores responsáveis pelo atendimento designados em sistema de rodízio e, quando solicitam, são atendidos pela diretora de secretaria em sua sala ou diretamente pelo juiz.

No gabinete, os membros do Ministério Público e da Defensoria Pública normalmente comparecem somente para a atuação em audiências. Quando solicitam, são encaminhados diretamente ao gabinete do Juiz da 5ª Vara. Normalmente, as partes e advogados que se dirigem ao Gabinete são atendidos pelos servidores ali lotados que esclarecem eventuais dúvidas em relação aos processos que se encontram conclusos, em especial aos feitos de responsabilidade de cada servidor/assessor. Caso queiram falar com o Juiz sobre determinado processo, os autos em questão são separados e repassados ao Juiz, que recebe as partes e advogados em seu gabinete.

Em algumas ocasiões, os advogados solicitam que seja designado um dia específico para o atendimento pelo magistrado.

6.5.7. Número de processos, relação servidor/processo, audiências de conciliação e de instrução e inspeções judiciais

Quando do preenchimento do formulário de gestão, a 5ª Vara Federal contava com 2.916 processos em tramitação ajustada (1.007 processos físicos e 1.909 processos eletrônicos).

A média de processos por servidor da Vara (17) é de 171,52.

Verificou-se a existência de 167 processos sobrestados/suspensos, distribuídos da seguinte forma:

PROCESSOS FÍSICOS SUSPENSOS/SOBRESTADOS	
Aguardando trânsito julgado de AGTR	29
Aguardando decisão de Tribunal Superior	30
Aguardando julgamento de Ação Rescisória	2
Aguardando decisão repercussão geral	3
Parcelamento de débito/convenção das partes	1
Aguardando decisão na ação principal	2
Aguardando julgamento final dos Embargos à Execução/Interposição de Embargos à Execução	58
Total	125
PROCESSOS ELETRÔNICOS SUSPENSOS/SOBRESTADOS	
Aguardando decisão de Tribunal Superior	3
Aguardando julgamento de Embargos à Execução	6
Aguardando julgamento de ações conexas	3
Aguardando decisão de agravo	6
Determinação no Recurso Especial 1.381.683-PE - FGTS - correção monetária pela TR	24
Total	42

Saliente-se que foi extraviado um processo nos últimos 24 meses e foram restaurados 2 autos no mesmo período.

Foram realizadas 184 audiências, 03 inspeções ordinárias e 2 correções nos últimos 24 meses.

6.5.8. Cumprimento de metas e resoluções do CNJ

Meta 1 (Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente).

Conforme informado pela Vara, a Meta 1 não foi alcançada, tendo havido a distribuição de 670 processos e o julgamento de 511.

Meta 2 (Identificar e julgar, até 31/12/2017, pelo menos 100% dos processos distribuídos até 31/12/2012, 85% dos processos distribuídos em 2013 nos 1º e 2º graus, e 100% dos processos distribuídos até 31/12/2014 nos Juizados Especiais e Turmas Recursais Federais).

Segundo informado pela Vara, a meta está prestes a ser cumprida, tendo havido o julgamento de 85% dos processos distribuídos em 2013, faltando apenas um processo para concluir 100% dos processos distribuídos até 31/12/2012.

Meta 3 (Aumentar os casos solucionados por conciliação, fomentando o alcance do percentual mínimo de 2% na proporção dos processos conciliados em relação aos distribuídos).

A 5ª Vara Federal informou que não dispõe de dados para aferir o cumprimento da meta, uma vez que as audiências de conciliação são centralizadas no Cejusc.

Meta 4 (Identificar e julgar até 31/12/2017 70% das ações de improbidade administrativa distribuídas até 31/12/2014).

Meta cumprida.

Meta 5 (Baixar quantidade maior de processos de execução não fiscal do que o total de casos novos de execução não fiscal no ano corrente)

Conforme quadro abaixo, a Meta 5 não foi cumprida:

Processos	Distribuídos	Julgados
Físicos	0	13
Eletrônicos	195	98
Total	195	111

Meta 6 (Identificar e julgar, até 31/12/2017, entre 70% e 85% das ações coletivas distribuídas até 31/12/2013, no 1º e 2º graus).

A Vara informou que não há ações coletivas anteriores a 2014 para serem julgadas.

Metas Específicas para a Justiça Federal

Baixar quantidade maior de processos criminais do que os casos novos criminais no ano corrente; Julgar quantidade maior de processos criminais do que os casos novos criminais no ano corrente.

Não se aplica à unidade jurisdicional.

Identificar e julgar, até 31/12 do ano corrente, 70% das ações penais vinculadas aos crimes relacionados à improbidade administrativa, ao tráfico de pessoas, à exploração sexual e ao trabalho escravo, distribuídas até 31/12/2014)

Não se aplica à unidade jurisdicional.

Acerca do cumprimento do Provimento CNJ nº 29/2013

A unidade jurisdicional vem atualizando o Cadastro Nacional de Condenados por Ato de Improbidade Administrativa e por Ato que implique inelegibilidade (CNCIAI).

Acerca do cumprimento das exigências previstas na Resolução CNJ nº 66/2009, com a redação introduzida pela Resolução CNJ nº 87/2009, e sobre a necessidade de inserção, no sistema informatizado, do Relatório de Controle de Prisões.

Não se aplica à unidade jurisdicional.

6.5.9. Processos selecionados para correição

Foram correicionados 34 processos físicos (quando da correição, tinham 990 processos físicos em tramitação ajustada).

Quanto aos processos do Sistema PJe, foram correicionados 100 processos eletrônicos (quando da correição, tinham 1.955 processos eletrônicos em tramitação ajustada).

6.5.9.1. Principais constatações da análise individual de processos

6.5.9.1.1. Processos Físicos

Da análise individual dos processos, podem ser destacadas as seguintes ocorrências:

AUSÊNCIA DE TERMO DE JUNTADA:

TIPO DE AÇÃO	Nº DO PROCESSO	OBSERVAÇÃO
--------------	----------------	------------

Desapropriação	00142773820134058100	Expediente de fl. 582.
DEMORA NA CONCLUSÃO:		
TIPO DE AÇÃO	Nº DO PROCESSO	OBSERVAÇÃO
Desapropriação	00142773820134058100	29 março - 22junho/2017 e out/2017-fev/2018.
DEMORA NA JUNTADA DE EXPEDIENTE:		
TIPO DE AÇÃO	Nº DO PROCESSO	OBSERVAÇÃO
Desapropriação	00142773820134058100	Jul-set/2015.
DEMORA NA PUBLICAÇÃO:		
TIPO DE AÇÃO	Nº DO PROCESSO	OBSERVAÇÃO
Civil Pública	00037498120094058100	De sentença, de 19.05.2016 a 31.01.2017.
FEITO EM ORDEM:		
TIPO DE AÇÃO	Nº DO PROCESSO	OBSERVAÇÃO
Civil Pública	00123633620134058100	
Civil Pública	00022029320154058100	
Ordinária	00157887219934058100	
Desapropriação	00104675520134058100	
Execução de Sentença	00313858119934058100	
Monitória	00015816720134058100	
Embargos à Execução	00029084720134058100	
Execução de Título Extrajudicial	00000200881000094037	
Execução de Sentença	00082475520114058100	
Execução de Sentença	00176334219934058100	
Civil Pública	00076459320134058100	
Civil Pública	00105786820154058100	
Improbidade Administrativa	00025830420154058100	
Desapropriação	00061034520104058100	
Civil Pública	00017329620144058100	
Desapropriação	00161142219994058100	
Desapropriação	00059083120084058100	
Execução de Sentença	00123945719934058100	

Civil Pública	00112808220134058100	
Improbidade Administrativa	00138512620134058100	
Monitória	00069322620104058100	
Civil Pública	00031301520134058100	
Mandado de Segurança	00051008920094058100	
Execução de Sentença	00308427819934058100	
Civil Pública	00001730720144058100	
Improbidade Administrativa	00068294320154058100	
OUTROS:		
TIPO DE AÇÃO	Nº DO PROCESSO	OBSERVAÇÃO
Civil Pública	00011072820154058100	Permanência excessiva dos autos em poder da parte, de 15.04.2016 a 20.03.2017.
Execução de Sentença	00260594319934058100	Sem movimentação processual entre mar/15 a mar/16 (fls. 153/154).
Outras Observações:		
<p>Processo: 00028980320134058100 Classe: Embargos à Execução - Apenso ao proc. n. 0026059-43.1993.4.05.8100.</p> <p>Processo : 00028998520134058100 Classe: Execução de Sentença - Apenso ao proc. n. 0026059-43.1993.4.05.8100.</p> <p>Processo: 00105786820154058100 Classe: Civil Pública - prolação da sentença em audiência/coisa julgada.</p> <p>Processo: 00123945719934058100 Classe: Execução de Sentença - sucessão/herdeiros habilitados. RPV expedida.</p> <p>Processo: 00161142219994058100 Classe: Desapropriação - trânsito em julgado em 21/11/2017.</p> <p>Processo: 00260594319934058100 Classe: Execução de Sentença - Apenso aos embargos à execução n. 0002908-47.2013.4.05.8100.</p> <p>Apenso à execução de sentença n. 0002899-85.2013.4.05.8100.</p> <p>Processo : 00313858119934058100 Classe: Execução de Sentença - Execução contra a Fazenda Pública.</p>		

6.5.9.1.2. Processos Judiciais Eletrônicos (PJe)

Quanto aos processos eletrônicos, merecem registro as seguintes situações:

Número do Processo	Classe Judicial	Assunto	Último Evento	Polo Ativo	Polo Passivo	Correicionado
Ausência/demora na conclusão						
0800049-93.2011.4.05.8100	EXECUÇÃO CONTRA A FAZENDA PÚBLICA	Abono de Permanência	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	Raquel Martinz Costa - 107.874.883-72	UNIÃO FEDERAL - 26.994.558/0001-23	SIM
0800198-50.2015.4.05.8100	EMBARGOS À EXECUÇÃO	Juros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS CONTRA AS SECAS - DNOCS - 00.043.711/0001-43	LUIZ ALBERTO CAMPELO DA COSTA e outros - 001.806.883-91	SIM
0800242-74.2012.4.05.8100	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA	Liminar	Juntada de Certidão	AGENCIA NACIONAL DO PETROLEO, GAS NATURAL E BIOCOMBUSTIVEIS - ANP - 02.313.673/0001-27	MIGUEL PETROLEO COMERCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA e outro - 09.027.878/0001-95	SIM
0800462-67.2015.4.05.8100	PROCEDIMENTO COMUM	Obrigação de Fazer / Não Fazer	Juntada de Certidão de Intimação	MARIA DA GRACA JUNQUEIRA DULLIUS - 362.465.730-53	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF e outro - 00.360.305/0001-04	SIM
0800466-12.2012.4.05.8100	PROCEDIMENTO COMUM	Urbana (Art. 48/51)	Baixa Definitiva	ALBERTO CARLOS DUARTE - 004.769.004-68	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS - 29.979.036/0001-40	SIM
0800651-45.2015.4.05.8100	MONITÓRIA	Execução Contratual	Expedição de expediente	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF -	ROBERTA MICHELLI DOS SANTOS -	SIM
0800764-04.2012.4.05.8100	EXECUÇÃO CONTRA A FAZENDA PÚBLICA		Juntada de Certidão de Intimação	MAGBIS MARCIA MELO BARBOZA e outro - 090.320.373-15	ESTADO DO CEARA e outro - 07.054.480/0001-70	SIM
0801086-53.2014.4.05.8100	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA	Capitalização / Anatocismo	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	LIVRARIA E PAPELARIA PEDRO I EIRELI - 06.828.859/0001-70	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - 00.360.305/0001-04	SIM
0801120-28.2014.4.05.8100	EMBARGOS À EXECUÇÃO	Correção Monetária	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MARIA DECY VERISSIMO -	CAIXA ECONOMICA FEDERAL -	SIM
0801423-37.2017.4.05.8100	PROCEDIMENTO COMUM	Rural (Art. 48/51)	Juntada de Petição	LUCIA FERREIRA DE FREITAS BRITO - 506.065.653-53	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS - 29.979.036/0001-40	SIM
0801668-53.2014.4.05.8100	EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL	Anuidades OAB	Juntada de Certidão de Intimação	luiz carlos de queiroz junior e outros -	ANTONIO HAROLDO ARAUJO -	SIM
0802750-22.2014.4.05.8100	EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL	Anuidades OAB	Juntada de Certidão de Intimação	ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL SECCAO DO CEARA - OAB CE - 07.375.512/0001-81	BARTOLOMEU SILVA FIGUEIREDO - 016.505.303-82	SIM
0802904-35.2017.4.05.8100	MONITÓRIA	Contratos Bancários	Juntada de Certidão	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF -	ALEX CHRISTIAN DA COSTA MOURA -	SIM
0803189-67.2013.4.05.8100	EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL	Execução Contratual	Expedição de expediente	CAIXA ECONOMICA FEDERAL -	M I L DE MOURA VEICULOS ME e outros -	SIM
0803292-69.2016.4.05.8100	EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL	Contratos Bancários		CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF -	FRANCISCO AURICINO PINHEIRO	SIM
0803377-60.2013.4.05.8100	EXECUÇÃO CONTRA A FAZENDA	Irredutibilidade de Vencimentos	Juntada de Cota	JOSE ALBERTO FERREIRA e outro -	UNIÃO FEDERAL -	SIM

	PÚBLICA			051.412.813-53		
0803381-58.2017.4.05.8100	PROCEDIMENTO COMUM	Irredutibilidade de Vencimentos	Conclusos para julgamento	ASSOCIACAO DOS DOCENTES APOSENTADOS E PENSIONISTAS DE DOCENTES NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARA - 04.019.945/0001-06	UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARA - UFC - 07.272.636/0001-31	SIM
0803403-19.2017.4.05.8100	EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL	Contratos Bancários	Baixa Definitiva	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF - 00.360.305/0001-04	ANA THEREZA ARAGAO AZEVEDO ALBUQUERQUE e outros - 001.515.983-39	SIM
0803478-97.2013.4.05.8100	EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL	Execução Contratual	Juntada de Certidão	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - 00.360.305/0001-04	EVOLUTION CONSTRUCOES E ENGENHARIA LTDA - ME e outros - 11.628.308/0001-00	SIM
0803494-51.2013.4.05.8100	EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL	Execução Contratual	Juntada de Certidão de Intimação	CAIXA ECONOMICA FEDERAL -	ORLANDO MOREIRA DE MELO FILHO -	SIM
0803632-81.2014.4.05.8100	EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL	Anuidades OAB	Proferido despacho de mero expediente	ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL SECCAO DO CEARA - OAB CE - 07.375.512/0001-81	FRANCISCO NEWTON MATOS JUNIOR - 912.993.303-04	SIM
0803710-70.2017.4.05.8100	PROCEDIMENTO COMUM	Revisão Geral Anual (Mora do Executivo - inciso X, art. 37, CF 1988)	Remetidos os Autos (em grau de recurso) para TRF5	LUZIANE MARIA MOURA DE CASTELLO - 393.105.403-97	AGENCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIARIOS - ANTAQ -	SIM
0803778-59.2013.4.05.8100	EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL	Execução Contratual	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - 00.360.305/0001-04	SONIA MARIA LOUREIRO LIMA - EPP e outros - 41.299.876/0001-68	SIM
0803865-10.2016.4.05.8100	EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL	Agêncie e Distribuição	Juntada de Petição	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF - 00.360.305/0001-04	HC RACING PROMOCOES DE COMPETICOES ESPORTIVAS LTDA - ME e outros - 07.847.877/0001-61	SIM
0804019-91.2017.4.05.8100	PROCEDIMENTO COMUM	COFINS - Importação e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	ALFA MIX INDUSTRIA DE PRODUTOS ALIMENTICIOS	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	SIM
0804120-31.2017.4.05.8100	PROCEDIMENTO COMUM	Repetição de indébito e outros	Remetidos os Autos (em grau de recurso) para TRF5	B&Q ENERGIA LTDA - 12.255.352/0001-77	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	SIM
0804189-34.2015.4.05.8100	EMBARGOS À EXECUÇÃO	Efeito Suspensivo / Impugnação / Embargos à Execução	Juntada de Certidão	FAZENDA NACIONAL -	MAGDA MARTINS AMORIM e outros -	SIM
0804208-74.2014.4.05.8100	EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL	Execução Contratual	Expedição de expediente	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF - 00.360.305/0001-04	MARIA LILIAN SAMPAIO DE AGUILA - 001.973.193-00	SIM
0804279-71.2017.4.05.8100	PROCEDIMENTO COMUM	Indenização por Dano Material	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	W29 CONSTRUTORA E INCORPORADORA E PRESTADORA DE SERVICOS DE TRANSPORTE LTDA - ME - 10.536.181/0001-29	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF - 00.360.305/0001-04	SIM
0804328-49.2016.4.05.8100	PROCEDIMENTO COMUM	Fornecimento de Medicamentos	Remetidos os Autos (em grau de recurso) para TRF5	FRANCISCO DE ASSIS DE OLIVEIRA e outro - 165.830.003-34	ESTADO DO CEARA e outros - 07.954.480/0001-70	SIM
0804918-26.2016.4.05.8100	PROCEDIMENTO COMUM	Aposentadoria Especial (Art. 57/8)	Conclusos para julgamento	FRANCISCO JOSE DE ANDRADE MORAIS - 423.498.183-49	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS - 29.979.036/0001-40	SIM

0805475-81.2014.4.05.8100	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA CONTRA A FAZENDA PÚBLICA	Irredutibilidade de Vencimentos	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	ASSOCIACAO DOS DOCENTES APOSENTADOS E PENSIONISTAS DE DOCENTES NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARA - 04.019.945/0001-06	UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARA - UFC - 07.272.636/0001-31	SIM
	BUSCA E APREENSÃO EM		Expedição de	CAIXA ECONOMICA	HENRIQUE DA CRUZ	

0805681-27.2016.4.05.8100	ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA	Alienação Fiduciária	expediente	FEDERAL - CEF -	NUNES -	SIM
0805911-40.2014.4.05.8100	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA CONTRA A FAZENDA PÚBLICA	Irredutibilidade de Vencimentos	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	ASSOCIACAO DOS DOCENTES APOSENTADOS E PENSIONISTAS DE DOCENTES NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARA - 04.019.945/0001-06	UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARA - UFC - 07.272.636/0001-31	SIM
0806373-26.2016.4.05.8100	PROCEDIMENTO COMUM	Taxa de Licença de Importação	Juntada de Execução / Cumprimento de Sentença	MALIBRU AGRO INDUSTRIA, DISTRIBUICAO, IMPORTACAO E EXPORTACAO S/A	UNIÃO FEDERAL - 26.994.558/0001-23	SIM
0806434-47.2017.4.05.8100	PROCEDIMENTO COMUM	Seguro	Juntada de Certidão de Intimação	MARIA CLEOMILDA DE OLIVEIRA PEREIRA e outros - 616.542.803-72	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF e outros - 00.360.305/0001-04	SIM
0806478-03.2016.4.05.8100	PROCEDIMENTO COMUM	Interpretação / Revisão de Contrato	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CRC COMERCIO DE ALIMENTOS LIMITADA - ME - 41.453.598/0001-51	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF - 00.360.305/0001-04	SIM
0806505-49.2017.4.05.8100	PROCEDIMENTO COMUM	Seguro	Juntada de Certidão de Intimação	DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO e outros - 00.375.114/0001-16	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF e outro - 00.360.305/0001-04	SIM
0806979-88.2015.4.05.8100	PROCEDIMENTO COMUM	Empréstimo consignado	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	LINDEMBERG ANDRE DA SILVA - 003.566.053-34	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF e outros - 00.360.305/0001-04	SIM
0806994-86.2017.4.05.8100	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA	Agência e Distribuição	Juntada de Certidão	CONSELHO REGIONAL DOS REPRESENTANTES COMERCIAIS NO ESTADO DO CEARA - 07.340.847/0001-64	P TAVARES DA SILVA REPRESENTACOES -	SIM
0807032-98.2017.4.05.8100	EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL	Cédula de Crédito Bancário	Baixa Definitiva	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF - 00.360.305/0001-04	DENNYS HEBERT MAURICIO CHAVES e outros - 946.079.403-30	SIM
0807190-27.2015.4.05.8100	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA	Direito de Imagem	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FERNANDO ANTONIO MARINHO MOREIRA JUNIOR - 976.665.053-53	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF - 00.360.305/0001-04	SIM
0807315-24.2017.4.05.8100	PROCEDIMENTO COMUM	Averbação/Cômputo/Conversão de tempo de serviço especial	Juntada de Certidão de Intimação	LUIS CARLOS DA ASSUNCAO - 153.323.223-72	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS - 29.979.036/0001-40	SIM
0807350-52.2015.4.05.8100	PROCEDIMENTO COMUM	Alienação Fiduciária e outros	Juntada de Petição	JOSILENE COSTA e outros - 669.982.633-68	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF -	SIM
0807365-84.2016.4.05.8100	PROCEDIMENTO COMUM	Abuso de Poder	Remetidos os Autos (em grau de recurso) para TRF5	SINDICATO DAS EMP DE TRANNS C INTER INTERES DO CEARA - 23.469.216/0001-04	UNIÃO FEDERAL - 26.994.558/0001-23	SIM
0807918-34.2016.4.05.8100	PROCEDIMENTO COMUM	Liminar	Juntada de Petição	ANTONIO CORREIA DINIZ -	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF -	SIM
0808156-53.2016.4.05.8100	PROCEDIMENTO COMUM	Não Discriminação	Expedição de documento	AUTO VIACAO FORTALEZA LTDA -	UNIÃO FEDERAL - 26.994.558/0001-23	SIM
0809141-22.2016.4.05.8100	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA	Despesas Condominiais	Baixa Definitiva	EDIFICIO ITAPUA, EDIFICIO ITAPARICA,EDIFICIO ITAMARACA - 23.563.216/0001-60	ALBETIZA ELEUTERIO DE ARAUJO e outros - 425.998.903-06	SIM
0811548-98.2016.4.05.8100	PROCEDIMENTO COMUM	Contratos Bancários	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MARIA DOS NAVEGANTES CAVALCANTE COSTA e outro - 877.158.804-34	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF - 00.360.305/0001-04	SIM
0811976-80.2016.4.05.8100	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA	Dano ao Erário e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL e outros - 03.636.198/0001-92	JACINTA DOS REIS MORORO - 051.047.012-06	SIM
0812665-27.2016.4.05.8100	PROCEDIMENTO COMUM	Abono da Lei 8.178/91	Conclusos para julgamento	MARIA STELA SERRA LINS - 003.347.583-00	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS - 29.979.036/0001-40	SIM

0812726-48.2017.4.05.8100	DESAPROPRIAÇÃO	Desapropriação de Imóvel Urbano	Juntada de Petição	ESTADO DO CEARA - 07.954.480/0001-79	DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO e outros - 00.375.114/0001-16	SIM
0814428-63.2016.4.05.8100	PROCEDIMENTO COMUM	Moradia	Conclusos para julgamento	RAYSA VIANA DUTRA e outro -	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF -	SIM
0814625-18.2016.4.05.8100	PROCEDIMENTO COMUM	Abono de Permanência	Juntada de Certidão de Intimação	SEBASTIAO ROGERIO DE BARROS DA PONTE - 116.292.743-72	FAZENDA NACIONAL e outro - 00.304.460/0016-52	SIM
Demora para certificação do decurso de prazo						
0803381-58.2017.4.05.8100	PROCEDIMENTO COMUM	Irredutibilidade de Vencimentos	Conclusos para julgamento	ASSOCIACAO DOS DOCENTES APOSENTADOS E PENSIONISTAS DE DOCENTES NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARA - 04.019.945/0001-06	UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARA - UFC - 07.272.636/0001-31	SIM
Lapso entre a distribuição e despacho inicial/limi						
0805987-59.2017.4.05.8100	PROCEDIMENTO COMUM	Benfeitorias e outros	Juntada de Certidão	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF -	COMERCIAL XIMENES LTDA -	SIM
Lapso entre conclusão e prolação despacho/decisão						
0801083-35.2013.4.05.8100	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA	Quitação	Proferido despacho de mero expediente	DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO e outro - 00.375.114/0001-16	EMPRESA GESTORA DE ATIVOS - EMGEA - 04.527.335/0001-13	SIM
0804189-34.2015.4.05.8100	EMBARGOS À EXECUÇÃO	Efeito Suspensivo / Impugnação / Embargos à Execução	Juntada de Certidão	FAZENDA NACIONAL -	MAGDA MARTINS AMORIM e outros -	SIM
0805911-40.2014.4.05.8100	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA CONTRA A FAZENDA PÚBLICA	Irredutibilidade de Vencimentos	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	ASSOCIACAO DOS DOCENTES APOSENTADOS E PENSIONISTAS DE DOCENTES NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARA - 04.019.945/0001-06	UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARA - UFC - 07.272.636/0001-31	SIM
Lapso sem movimentação processo na Secretaria						
0800101-89.2011.4.05.8100	PROCEDIMENTO COMUM	Diárias e Outras Indenizações	Juntada de Contrarrazões	FRANCISCO CLAUDIO PEREIRA - 118.658.202-72	FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE - FUNASA - 26.989.350/0001-16	SIM
0800462-67.2015.4.05.8100	PROCEDIMENTO COMUM	Obrigação de Fazer / Não Fazer	Juntada de Certidão de Intimação	MARIA DA GRACA JUNQUEIRA DULLIUS - 362.465.730-53	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF e outro - 00.360.305/0001-04	SIM
0800764-04.2012.4.05.8100	EXECUÇÃO CONTRA A FAZENDA PÚBLICA		Juntada de Certidão de Intimação	MAGBIS MARCIA MELO BARBOZA e outro - 090.320.373-15	ESTADO DO CEARA e outro - 07.954.480/0001-79	SIM
0801086-53.2014.4.05.8100	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA	Capitalização / Anatocismo	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	LIVRARIA E PAPELARIA PEDRO I EIRELI - 06.828.859/0001-70	CAIXA ECONOMICA FEDERAL -	SIM
0801423-37.2017.4.05.8100	PROCEDIMENTO COMUM	Rural (Art. 48/51)	Juntada de Petição	LUCIA FERREIRA DE FREITAS BRITO - 506.065.653-53	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS - 29.979.036/0001-40	SIM
0803189-67.2013.4.05.8100	EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL	Execução Contratual	Expedição de expediente	CAIXA ECONOMICA FEDERAL -	M I L DE MOURA VEICULOS ME e outros -	SIM
0803632-81.2014.4.05.8100	EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL	Anuidades OAB	Proferido despacho de mero expediente	ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL SECCAO DO CEARA - OAB CE - 07.375.512/0001-81	FRANCISCO NEWTON MATOS JUNIOR - 912.993.303-04	SIM
0805273-02.2017.4.05.8100	EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL	Anuidades OAB	Baixa Definitiva	ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL SECCAO DO CEARA - OAB CE - 07.375.512/0001-81	MARIA LINDALVA SANTIAGO - 110.006.433-87	SIM

0805911-40.2014.4.05.8100	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA CONTRA A FAZENDA PÚBLICA	Irredutibilidade de Vencimentos	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	ASSOCIACAO DOS DOCENTES APOSENTADOS E PENSIONISTAS DE DOCENTES NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARA - 04.019.945/0001-06	UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARA - UFC - 07.272.636/0001-31	SIM
---------------------------	--	------------------------------------	---	---	---	-----

0806373-26.2016.4.05.8100	PROCEDIMENTO COMUM	Taxa de Licença de Importação	Juntada de Execução / Cumprimento de Sentença	MALIBRU AGRO INDUSTRIA, DISTRIBUICAO, IMPORTACAO E EXPORTACAO S/A	UNIÃO FEDERAL - 26.994.558/0001-23	SIM
0806811-18.2017.4.05.8100	PROCEDIMENTO COMUM	Pensão por Morte (Art. 74/9)	Juntada de Certidão de decurso de prazo	IVANY VAZ DE OLIVEIRA PEDROSA	UNIÃO FEDERAL - 26.994.558/0001-23	SIM
0806979-88.2015.4.05.8100	PROCEDIMENTO COMUM	Empréstimo consignado	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	LINDEMBERG ANDRE DA SILVA - 202.566.052-34	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF e outros - 00.360.305/0001-04	SIM
0807007-85.2017.4.05.8100	PROCEDIMENTO COMUM	Agência e Distribuição	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CONSELHO REGIONAL DOS REPRESENTANTES COMERCIAIS NO ESTADO DO CEARA - 07.340.847/0001-64	RG REPRESENTACAO COMERCIAL DE PRODUTOS TEXTEIS LTDA - ME - 04.866.769/0001-48	SIM
0807061-22.2015.4.05.8100	USUCAPIÃO	Usucapião Especial (Constitucional)	Juntada de Certidão	MARIA DE FATIMA NUNES FERREIRA - 215.708.602-00	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF e outro - 00.360.305/0001-04	SIM
0807315-24.2017.4.05.8100	PROCEDIMENTO COMUM	Averbação/Cômputo/Conversão de tempo de serviço especial	Juntada de Certidão de Intimação	LUIS CARLOS DA ASSUNCAO - 153.323.223-72	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS - 29.979.036/0001-40	SIM
0807350-52.2015.4.05.8100	PROCEDIMENTO COMUM	Alienação Fiduciária e outros	Juntada de Petição	JOSILENE COSTA e outros - 669.982.633-68	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF -	SIM
0807976-03.2017.4.05.8100	PROCEDIMENTO COMUM	Restabelecimento e outros	Juntada de Cota	MARIA JOSE FEITOSA ASSUNCAO	UNIÃO FEDERAL - 26.994.558/0001-23	SIM
0808306-34.2016.4.05.8100	PROCEDIMENTO COMUM	Contratos Bancários	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	ISABEL CRISTINA ALMEIDA MONTE GOMES - 631.513.323-15	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF - 00.360.305/0001-04	SIM
0811366-15.2016.4.05.8100	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Dano ao Erário e outros	Juntada de Certidão	FUNDAÇÃO NACIONAL DO SAUDE - FUNASA - 26.989.350/0001-16	JOAO BOSCO PINTO SARAIVA e outro - 041.318.752-00	SIM
0813052-42.2016.4.05.8100	PROCEDIMENTO COMUM	Dano ao Erário e outros	Remetidos os Autos (em grau de recurso) para TRF5	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS - 29.979.036/0001-40	DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO e outro - 00.375.114/0001-16	SIM
Lapso temporal para cumprimento despacho/decisão						
0800242-74.2012.4.05.8100	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA	Liminar	Juntada de Certidão	AGENCIA NACIONAL DO PETROLEO, GAS NATURAL E BIOCOMBUSTIVEIS - ANP - 02.313.673/0001-27	MIGUEL PETROLEO COMERCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA e outro - 09.027.878/0001-95	SIM
0800469-93.2014.4.05.8100	EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL	Anuidades OAB	Juntada de Certidão de decurso de prazo	ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL SECCAO DO CEARA - OAB CE - 07.375.512/0001-81	Demetrius Coelho Ribeiro - 473.230.193-20	SIM
0800651-45.2015.4.05.8100	MONITÓRIA	Execução Contratual	Expedição de expediente	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF -	ROBERTA MICHELLI DOS SANTOS -	SIM
0801668-53.2014.4.05.8100	EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL	Anuidades OAB	Juntada de Certidão de Intimação	luiz carlos de queiroz junior e outros -	ANTONIO HAROLDO ARAUJO -	SIM
0802750-22.2014.4.05.8100	EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL	Anuidades OAB	Juntada de Certidão de Intimação	ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL SECCAO DO CEARA - OAB CE - 07.375.512/0001-81	BARTOLOMEU SILVA FIGUEIREDO - 016.505.303-82	SIM
0803292-69.2016.4.05.8100	EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL	Contratos Bancários		CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF -	FRANCISCO AURICINO PINHEIRO	SIM

0803478-97.2013.4.05.8100	EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL	Execução Contratual	Juntada de Certidão	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - 00.360.305/0001-04	EVOLUTION CONSTRUCOES E ENGENHARIA LTDA - ME e outros - 11.628.308/0001-00	SIM
0803494-51.2013.4.05.8100	EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL	Execução Contratual	Juntada de Certidão de Intimação	CAIXA ECONOMICA FEDERAL -	ORLANDO MOREIRA DE MELO FILHO -	SIM
				ORDEM DOS		

0803632-81.2014.4.05.8100	EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL	Anuidades OAB	Proferido despacho de mero expediente	ADVOGADOS DO BRASIL SECCAO DO CEARA - OAB CE - 07.375.512/0001-81	FRANCISCO NEWTON MATOS JUNIOR - 912.993.303-04	SIM
0803764-75.2013.4.05.8100	EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL	Execução Contratual	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - 00.360.305/0001-04	FRANCISCO EVALDO CARVALHO DE SOUSA - 112.938.103-04	SIM
0805229-17.2016.4.05.8100	PROCEDIMENTO COMUM	Contratos Bancários	Homologada a Transação	STALO COMERCIO DISTRIBUICAO E REPRESENTACOES LTDA - ME e outro - 12.233.839/0001-59	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF - 00.360.305/0001-04	SIM
0806688-25.2014.4.05.8100	EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL	Execução Contratual	Baixa Definitiva	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF - 00.360.305/0001-04	ELISSON MOREIRA CORDEIRO e outro -	SIM
0807032-98.2017.4.05.8100	EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL	Cédula de Crédito Bancário	Baixa Definitiva	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF - 00.360.305/0001-04	DENNYS HEBERT MAURICIO CHAVES e outros - 946.079.403-30	SIM
0807538-74.2017.4.05.8100	MONITÓRIA	Contratos Bancários	Juntada de Certidão	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF - 00.360.305/0001-04	LUCILENE BARROS DA SILVA e outro -	SIM
0808657-70.2017.4.05.8100	PROCEDIMENTO COMUM	Contratos Bancários	Juntada de Certidão de Intimação	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF - 00.360.305/0001-04	CAMILA MARIA OLIVEIRA e outro -	SIM
0811548-98.2016.4.05.8100	PROCEDIMENTO COMUM	Contratos Bancários	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MARIA DOS NAVEGANTES CAVALCANTE COSTA e outro - 877.158.804-34	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF - 00.360.305/0001-04	SIM
Outros:						
0800462-67.2015.4.05.8100	PROCEDIMENTO COMUM	Obrigação de Fazer / Não Fazer	Juntada de Certidão de Intimação	MARIA DA GRACA JUNQUEIRA DULLIUS - 362.465.730-53	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF e outro - 00.360.305/0001-04	SIM
0802750-22.2014.4.05.8100	EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL	Anuidades OAB	Juntada de Certidão de Intimação	ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL SECCAO DO CEARA - OAB CE - 07.375.512/0001-81	BARTOLOMEU SILVA FIGUEIREDO - 016.505.303-82	SIM
0803865-10.2016.4.05.8100	EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL	Agêncie e Distribuição	Juntada de Petição	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF - 00.360.305/0001-04	HC RACING PROMOCOES DE COMPETICOES ESPORTIVAS LTDA - ME e outros - 07.847.877/0001-61	SIM
0804189-34.2015.4.05.8100	EMBARGOS À EXECUÇÃO	Efeito Suspensivo / Impugnação / Embargos à Execução	Juntada de Certidão	FAZENDA NACIONAL -	MAGDA MARTINS AMORIM e outros -	SIM
0805200-30.2017.4.05.8100	PROCEDIMENTO COMUM	Agregação e outros	Remetidos os Autos (em grau de recurso) para TRF5	ANTONIO IRAPUA DE CASTRO DA SILVA - 300.851.363-87	UNIÃO FEDERAL - 26.994.558/0001-23	SIM
0807007-85.2017.4.05.8100	PROCEDIMENTO COMUM	Agêncie e Distribuição	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CONSELHO REGIONAL DOS REPRESENTANTES COMERCIAIS NO ESTADO DO CEARA - 07.340.847/0001-64	RG REPRESENTACAO COMERCIAL DE PRODUTOS TEXTEIS LTDA - ME - 04.866.769/0001-48	SIM
0807365-84.2016.4.05.8100	PROCEDIMENTO COMUM	Abuso de Poder	Remetidos os Autos (em grau de recurso) para TRF5	SINDICATO DAS EMP DE TRANNS C INTER INTERES DO CEARA - 23.469.216/0001-04	UNIÃO FEDERAL - 26.994.558/0001-23	SIM
0811650-23.2016.4.05.8100	PROCEDIMENTO COMUM	Diárias e Outras Indenizações e outros	Juntada de Certidão de Intimação	JOSE CLEITON GABRIEL DA SILVA - 414.099.303-00	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS - 29.979.036/0001-40	SIM
Paralisação irregular do processo						

0800242-74.2012.4.05.8100	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA	Liminar	Juntada de Certidão	AGENCIA NACIONAL DO PETROLEO, GAS NATURAL E BIOCOMBUSTIVEIS - ANP - 02.313.673/0001-27	MIGUEL PETROLEO COMERCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA e outro - 09.027.878/0001-95	SIM
0800273-89.2015.4.05.8100	MONITÓRIA	Execução Contratual	Juntada de Certidão de Intimação	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF - 00.260.205/0001-04	RAVENNA PINHEIRO BEZERRA E SILVA e outro - 05.903.449/0001-83	SIM

0800469-93.2014.4.05.8100	EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL	Anuidades OAB	Juntada de Certidão de decurso de prazo	ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL SECCAO DO CEARA - OAB CE - 07.375.512/0001-81	Demetrius Coelho Ribeiro - 473.230.193-20	SIM
0803738-38.2017.4.05.8100	PROCEDIMENTO COMUM	Direito de Imagem e outros	Conclusos para julgamento	José Newton Lopes de Freitas -	BANCO CENTRAL DO BRASIL -	SIM
0803790-34.2017.4.05.8100	PROCEDIMENTO COMUM	Exclusão - ICMS	Conclusos para julgamento	SODINE SOCIEDADE DISTRIBUIDORA DO NORDESTE LTDA - 07.342.785/0001-20	FAZENDA NACIONAL -	SIM
0806206-09.2016.4.05.8100	PROCEDIMENTO COMUM	Declaração de Ausência	Conclusos para julgamento	MARIA CATARINA ALVES DE ARAUJO - 358.706.053-34	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS - 29.979.036/0001-40	SIM
0806688-25.2014.4.05.8100	EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL	Execução Contratual	Baixa Definitiva	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF -	ELISSON MOREIRA CORDEIRO e outro -	SIM
0806890-65.2015.4.05.8100	EMBARGOS À EXECUÇÃO	Efeito Suspensivo / Impugnação / Embargos à Execução	Proferido despacho de mero expediente	FAZENDA NACIONAL -	JOSE MEDEIROS DE SOUZA -	SIM
0807217-10.2015.4.05.8100	PROCEDIMENTO COMUM	Advertência	Baixa Definitiva	JOSE SIMOES DE ALBUQUERQUE - 041.301.623-49	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS - 29.979.036/0001-40	SIM
0807630-52.2017.4.05.8100	EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL	Anuidades OAB	Juntada de Certidão	ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL SECCAO DO CEARA - OAB CE - 07.375.512/0001-81	CAMILA LEITINHO CAMPOS - 648.029.063-15	SIM
0813840-56.2016.4.05.8100	PROCEDIMENTO COMUM	Repetição de indébito	Juntada de Apelação	MB COMERCIO DE PECAS AUTOMOTIVAS	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	SIM
0814625-18.2016.4.05.8100	PROCEDIMENTO COMUM	Abono de Permanência	Juntada de Certidão de Intimação	SEBASTIAO ROGERIO DE BARROS DA PONTE - 116.292.743-72	FAZENDA NACIONAL e outro -	SIM
Processo em ordem						
0800135-30.2012.4.05.8100	EXECUÇÃO CONTRA A FAZENDA PÚBLICA	Aposentadoria Especial (Art. 57/8) e outros	Juntada de Certidão de decurso de prazo	MARIA ROSANIA PIRES MACIEL - 041.047.813-04	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS - 29.979.036/0001-40	SIM
0800289-14.2013.4.05.8100	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA	Abono da Lei 8.178/91	Juntada de Certidão de Retificação de Autuação	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS - 29.979.036/0001-40	ANDREZA VIEIRA DA SILVA SOU -	SIM
0801009-05.2018.4.05.8100	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Dano ao Erário e outros	Juntada de Certidão	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF e outro - 00.360.305/0001-04	TAL COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - EPP e outros - 07.803.355/0001-68	SIM
0801244-06.2017.4.05.8100	PROCEDIMENTO COMUM	Multas e demais Sanções	Juntada de Certidão de Intimação	FRANCISCO DE ASSIS SOUSA e outros - 097.806.373-20	SUPERINTENDENCIA NACIONAL DE PREVIDENCIA COMPLEMENTAR - PREVIC - 07.290.290/0001-02	SIM
0802078-77.2015.4.05.8100	EMBARGOS À EXECUÇÃO	Correção Monetária	Remetidos os Autos (em grau de recurso) para TRF5	DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS CONTRA AS SECAS - DNOCS - 00.043.711/0001-43	ASSOCIACAO DOS SERVIDORES DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS CONTRA AS SECAS - ASSECAS - 05.461.553/0001-65	SIM
0802140-15.2018.4.05.8100	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Dano ao Erário	Juntada de Petição	UNIÃO FEDERAL e outro - 26.004.558/0001-22	YAPONIRA MARIA CHAVES DO NASCIMENTO e outros - 415.679.433-49	SIM
0803623-17.2017.4.05.8100	PROCEDIMENTO COMUM	Fornecimento de Medicamentos	Remetidos os Autos (em grau de recurso) para TRF5	DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO e outro - 00.375.114/0001-16	UNIÃO FEDERAL e outro - 26.004.558/0001-22	SIM

0803797-26.2017.4.05.8100	PROCEDIMENTO COMUM	Financiamento de Produto e outros	Juntada de Certidão de Intimação	SAMMY PONTES PAULA DE OLIVEIRA e outro - 007.367.393-51	PRIMORDIAL INVESTIMENTOS, PARTICIPACOES E NEGOCIOS LTDA e outro - 07.707.376/0001-80	SIM
---------------------------	-----------------------	--------------------------------------	--	--	---	-----

0804927-85.2016.4.05.8100	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA	Abono da Lei 8.178/91	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	ELIZABETH LEITAO DE CASTRO LIMA - 220.882.373-72	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS - 29.979.036/0001-40	SIM
0805016-11.2016.4.05.8100	PROCEDIMENTO COMUM	Direito de Imagem	Baixa Definitiva	MIGUEL MANDU NETO - 347.200.817-20	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF -	SIM
0805800-56.2014.4.05.8100	PROCEDIMENTO COMUM	Indenização por Dano Material e outros	Juntada de Certidão de decurso de prazo	CLEYLSON ESTEVAM RIBEIRO - 012.145.402-76	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF e outros - 00.360.305/0001-04	SIM
0806943-12.2016.4.05.8100 - (Segredo)	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Dano ao Erário e outros	Remetidos os Autos (em grau de recurso) para TRF5	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL e outro - 03.636.198/0001-92	SAMIR DE ARAUJO OLIVEIRA e outro - 622.722.172-20	SIM
0807513-61.2017.4.05.8100	PROCEDIMENTO COMUM	Perdas e Danos e outros	Juntada de Certidão de Intimação	MARINEIDE DA COSTA RIBEIRO - 651.600.612-04	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF e outro - 00.360.305/0001-04	SIM
0808125-96.2017.4.05.8100	PROCEDIMENTO COMUM	Remissão das Dívidas	Conclusos para julgamento	FRANCISCO WILSON MAXIMIANO LOPES e outro - 113.972.253-00	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS - 29.979.036/0001-40	SIM
0808511-63.2016.4.05.8100	PROCEDIMENTO COMUM	Alteração do coeficiente de cálculo do benefício		MARIA DE FATIMA NOGUEIRA PEREIRA e outros - 025.904.843-72	FUNCEF e outro - 00.436.923/0001-90	SIM
0809087-56.2016.4.05.8100	PROCEDIMENTO COMUM	Anulação de Débito Fiscal	Conclusos para julgamento	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF -	ESTADO DO CEARA - 07.054.480/0001-70	SIM
0811494-35.2016.4.05.8100	REINTEGRAÇÃO / MANUTENÇÃO DE POSSE	Esbulho / Turbação / Ameaça	Juntada de Certidão de Intimação	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF -	CLAUDIANA MARIA DA CONCEICAO -	SIM
0813167-63.2016.4.05.8100	PROCEDIMENTO COMUM	Fornecimento de Medicamentos	Remetidos os Autos (em grau de recurso) para TRF5	ZUITA VIEIRA MELO e outro - 055.752.002-00	UNIÃO FEDERAL e outro - 06.004.550/0001-22	SIM
0814480-25.2017.4.05.8100	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Dano ao Erário e outros	Juntada de Contestação	FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAUDE - FUNASA e outro - 26.989.350/0001-16	NIAGARA LOCACAO E SERVICOS DE LIMPEZA LTDA - ME e outro - 07.261.273/0001-39	SIM
Tempo de permanência processo na Contadoria Juízo						
0800198-50.2015.4.05.8100	EMBARGOS À EXECUÇÃO	Juros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS CONTRA AS SECAS - DNOCS - 00.043.711/0001-43	LUIZ ALBERTO CAMPELO DA COSTA e outros - 001.806.883-91	SIM
0806478-03.2016.4.05.8100	PROCEDIMENTO COMUM	Interpretação / Revisão de Contrato	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CRC COMERCIO DE ALIMENTOS LIMITADA - ME - 41.453.598/0001-51	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF - 00.360.305/0001-04	SIM

6.5.10. Correição anterior e autoinspeção

As determinações constantes da correição anterior estão sendo cumpridas, sendo observado que:

- A recomendação de que os servidores sejam orientados a certificar a data em que os autos foram recebidos do Tribunal e a alteração consequente para Cumprimento de Sentença e Execução vem sendo cumprida, com uma ou outra possível falha;
- Os servidores não estão realizando a fase de recebimento dos processos que estão tramitando de forma digitalizada perante os Tribunais Superiores no sistema Tebas, conforme determinação da Corregedoria;

- Quanto a conclusão e despacho em seguida à juntada de petição/expedientes deparam-se com o número excessivo de petições a serem juntadas, mas a equipe continua a empreender esforços para cumprir o recomendado;
- Processos relacionados na Meta contêm já a etiqueta correspondente afixada na capa;
- O juiz há anos tem contato diário com a equipe de trabalho, sendo destinado um local específico para a assinatura dos atos judiciais;
- O despacho, por vezes, já segue acompanhado do expediente a ser feito, mas ainda há falhas nesse sentido;
- Os processos da Meta 18 sempre tiveram prioridade máxima na Vara, tanto no andamento do feito na Secretaria quanto no gabinete, já vindo sendo cumprida, em sua íntegra, há mais de dois anos;
- A inspeção ordinária é realizada no interregno de uma semana, onde são examinados os processos de todo acervo da Vara, no caso da 5ª Vara mais de 3.000 feitos, sendo inviável despachar todos os feitos, ainda mais os que contêm vários volumes e demandam uma análise mais acurada e um despacho mais complexo e extenso (como a habilitação de muitos sucessores ou uma decisão mais complexa);
- Os advogados vêm sendo intimados no balcão da secretaria acerca dos prazos vencidos e o mandado de intimação para devolução de autos já vinha com a determinação de busca e apreensão;
- As reuniões de diretores de secretaria com a diretora administrativa já ocorrem há anos, bimestralmente. O grupo de WhatsApp de diretores já está em funcionamento desde abril de 2015.

A última inspeção ocorreu em março de 2018, sendo fixadas as seguintes metas:

- Continuar empreendendo esforços para agilizar os processos, principalmente os do Setor de Execução, que ainda se encontravam com andamento maior do que 60 (sessenta) dias. Verifica-se que, em relação a 2017 e aos processos físicos, ocorreu uma melhora no tempo decorrido para analisar e despachar os processos, mas ainda não foi cumprida de todo;
- Expedir edital de cobrança e mandado de intimação de busca e apreensão a cada 2 meses. Ainda em andamento;
- Cobrança de todas as cartas precatórias atrasadas com mais de 90 dias: em andamento;
- Agilizar a expedição das requisições de pagamento em atraso. Em andamento, mas ainda não satisfatória;
- Agilizar os processos eletrônicos, principalmente os pertinentes às classes de ações diversas (execuções de título extrajudicial, monitoria, execução hipotecárias, etc.) – ainda em andamento, pois o volume dessas ações cresceu consideravelmente nos últimos anos.

Verifica-se, ainda, que existem muitos pedidos de pesquisa no sistema INFOJUD, tendo em vista que, muitas vezes, o executado não é encontrado no endereço fornecido, que se encontra desatualizado, atrasando, ainda mais, o andamento dos feitos.

6.5.11. Considerações finais

A 5ª vara federal conta com estrutura física e equipamentos adequados a seu funcionamento.

A partir da análise processual, foram observados alguns pontos que devem ser aperfeiçoados/corrigidos pela unidade, quais sejam:

1. Demora/ausência na conclusão;
2. Demora no cumprimento de despacho/decisão; e
3. Feitos sem movimentação processual.

Por fim, pelos demais dados apontados neste relatório e pelas constatações realizadas *in loco* durante a correção, pode-se afirmar que a 5ª vara federal funciona de modo razoável.

6.6. 6ª VARA FEDERAL - FORTALEZA/CE

6.6.1. Competência, localização, estrutura física e horário de expediente

A 6ª Vara Federal possui competência cível e funciona no 10º andar do prédio-sede da SJCE, localizado na Rua Pedro I, Praça Gen. Murilo Borges, nº 01, Centro, Fortaleza/CE.

A unidade apresentou instalações adequadas para todos: juízes federais, servidores, estagiários, terceirizados, advogados, defensores públicos, procuradores federais e jurisdicionados.

O seu horário de funcionamento é das 9h às 18h.

6.6.2. Corpo funcional - juiz federal e servidores

A 6ª Vara Federal conta com o seguinte quadro de pessoal: a) 01 magistrado, Leonardo Resende Martins (juiz federal titular); b) 11 servidores efetivos, sendo - 04 analistas judiciários - área judiciária e 07 técnicos judiciários.

Não há cargo efetivo vago.

Além dos servidores efetivos, trabalham na 6ª Vara Federal 03 servidores requisitados (com vínculo com o serviço público), oriundos do Tribunal Regional Federal da 3ª Região, Tribunal Regional Federal da 5ª Região e da Seção Judiciária da Bahia, e 01 servidor sem vínculo com o serviço público.

6.6.2.1. Juiz federal titular

O juiz federal titular da Vara, Leonardo Resende Martins, exerce a magistratura federal desde 24/04/2001, atuando na 6ª Vara Federal do Ceará a contar de 04/02/2015.

Nos últimos 24 meses, o juiz federal em referência esteve afastado em razão de:

- Férias: 25/7/2016 a 1/8/2016; 5/8/2016 a 16/8/2016; 3/11/2016 a 6/11/2016; 17/5/2017 a 4/6/2017; 17/7/2017 a 26/7/2017; 28/7/2017 a 15/8/2017; 17/10/2017 a 27/10/2017; 17/11/2017 a 17/11/2017; 26/11/2017 a 7/12/2017 e 5/3/2018 a 3/4/2018;

- Afastamento para compor o TRF5: 17/4/2017 a 16/5/2017 e 12/9/2017 a 11/10/2017.

- Outros afastamentos conforme descrito abaixo:

- 01/3/2016 a 24/7/2016 - AFASTAMENTO PARA AUXILIAR A PRESIDÊNCIA DO TRF5 (ATO 113/2015-GP);
- 2/8/2016 a 4/8/2016 - AFASTAMENTO PARA AUXILIAR A PRESIDÊNCIA DO TRF5 (ATO 113/2015-GP);
- 17/8/2016 a 30/8/2016 - AFASTAMENTO PARA AUXILIAR A PRESIDÊNCIA DO TRF5 (ATO 113/2015-GP);
- 31/8/2016 a 31/8/2016 - AFASTAMENTO PARA PARTICIPAR DE SEMINÁRIO/CONGRESSO;
- 1/9/2016 a 6/9/2016 - AFASTAMENTO PARA AUXILIAR A PRESIDÊNCIA DO TRF5 (ATO 113/2015-GP);
- 7/9/2016 a 7/9/2016 - AFASTAMENTO PARA PARTICIPAR DE CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO;
- 6/9/2016 a 9/9/2016 - AFASTAMENTO PARA AUXILIAR A PRESIDÊNCIA DO TRF5 (ATO 113/2015-GP);
- 10/9/2016 a 10/9/2016 - AFASTAMENTO PARA PARTICIPAR DE SEMINÁRIO/CONGRESSO;
- 11/9/2016 a 2/11/2016 - AFASTAMENTO PARA AUXILIAR A PRESIDÊNCIA DO TRF5 (ATO 113/2015-GP);
- 7/11/2016 a 29/3/2017 - AFASTAMENTO PARA AUXILIAR A PRESIDÊNCIA DO TRF5 (ATO 113/2015-GP);
- 30/3/2017 a 3/4/2017 - AFASTAMENTO PARA AUXILIAR A PRESIDÊNCIA DO TRF5 (ATO 113/2015-GP);
- 21/6/2017 a 23/6/2017 - AFASTAMENTO SEM PREJUÍZO DA JURISDIÇÃO (PA 0005680-43.2017.4.05.7000);
- 19/2/2018 a 22/2/2018 - AFASTAMENTO SEM PREJUÍZO DA JURISDIÇÃO (PA 0001324-68.2018.4.05.7000).

O juiz federal reside em Eusébio/CE, cidade da região metropolitana onde funciona 6ª Vara Federal do Ceará.

O cargo de juiz federal substituto da Vara encontra-se vago.

6.6.2.2. Servidores

Em relação às funções de confiança (FCs), aos cargos em comissão (CJs) e à formação acadêmica dos servidores ocupantes de cargos efetivos na 6ª Vara Federal, pode ser observada a seguinte tabela:

Nome	Cargo efetivo	Ocupa FC ou CJ? Qual?	Grau de Instrução*	Área de formação
ANA FABRÍCIA BEZERRA SANTANA	ANALISTA JUDICIÁRIO/JUDICIÁRIA	FC-04	SUPERIOR COM ESPECIALIZAÇÃO	. DIREITO . ODONTOLOGIA
FÁBIO ANTONIO TEIXEIRA SABÓIA	TÉCNICO JUDICIÁRIO/ADMINISTRATIVA	FC-04	SUPERIOR	. DIREITO . AGRONOMIA
JOAQUIM MANOEL DE ALBUQUERQUE	TÉCNICO JUDICIÁRIO/ADMINISTRATIVA	FC-04	SUPERIOR	DIREITO
JOSEANE CAMELO GUEDES SAWATANI	ANALISTA JUDICIÁRIO/JUDICIÁRIA	FC-05	SUPERIOR COM ESPECIALIZAÇÃO	DIREITO
KARINE LOPES DUARTE	TÉCNICO JUDICIÁRIO/ADMINISTRATIVA	FC-05	SUPERIOR	DIREITO
MARIA DE LOURDES VIANA FEITOSA	TÉCNICO JUDICIÁRIO/ADMINISTRATIVA	FC-04	SUPERIOR COM ESPECIALIZAÇÃO	DIREITO
MARIA DO CARMO CONRADO PINHEIRO	ANALISTA JUDICIÁRIO/JUDICIÁRIA	FC-04	SUPERIOR COM ESPECIALIZAÇÃO	DIREITO
RÔMULO TAUIL VITORINO	TÉCNICO JUDICIÁRIO/ADM - ESP SEG TRANSP	GAS	SUPERIOR COM ESPECIALIZAÇÃO	CONTABILIDADE
SÉRGIO AUGUSTO SANTANA ARRUDA	TÉCNICO JUDICIÁRIO/ADMINISTRATIVA	FC-05	SUPERIOR COM ESPECIALIZAÇÃO	. DIREITO . ECONOMIA
SUSIANNE PEREIRA GRANGEIRO UCHOA	ANALISTA JUDICIÁRIO/ÁREA MEIO	FC-04	SUPERIOR COM ESPECIALIZAÇÃO.	. ENFERMAGEM . CURSANDO DIREITO
VITOR BENEVIDES ROCHA	TÉCNICO JUDICIÁRIO/ADMINISTRATIVA	FC-03	SUPERIOR COM ESPECIALIZAÇÃO	. DIREITO . ECONOMIA

Por sua vez, como se pode depreender, no tocante à formação acadêmica dos servidores efetivos da 6ª Vara Federal, verifica-se que há uma preocupação com a qualificação, uma vez que todos os analistas judiciários possuem pós-graduação, embora um dos requisitos para investidura seja o nível superior de ensino, e todos os técnicos judiciários detêm graduação de nível superior, 4 deles com pós-graduação, embora um dos requisitos para investidura seja o nível médio de ensino.

Não há servidores cedidos a outros órgãos, em auxílio (cedidos a outros setores) ou afastados (exceto férias).

Existiam 2 funções comissionadas vagas (FC-3 e FC-2) e um servidor requisitado sem vínculo com o serviço público, qual seja, Antônio Carlos Marques, ocupante do cargo de Diretor de Secretaria (CJ-3).

6.6.2.3. Estagiários

Há 2 vagas de estágio na Vara, as quais estão atualmente ocupadas.

6.6.3. Organização da 6ª Vara Federal

Dentre os servidores da 6ª Vara Federal do Ceará, 08 exercem suas atribuições na secretaria e 07 no gabinete.

6.6.3.1. Secretaria

A secretaria se encontra dividida da seguinte forma:

1) DIREÇÃO DE SECRETARIA.

As atividades compreendem ações de gestão de pessoas e processos, tais como: acompanhamento da assiduidade de todos os servidores lotados na Vara, orientação para o desempenho das atividades relacionadas aos feitos em tramitação, atendimento aos membros do ministério público, defensores públicos, advogados e demais jurisdicionados, sem olvidar das outras atividades inerentes ao cargo. Na direção, atua 1 (um) servidor.

2) SETOR DOS PROCESSOS FÍSICOS (SISTEMA TEBAS).

As atividades dos servidores englobam todos os expedientes necessários para o bom andamento dos feitos físicos, tais como: organização dos autos no setor, atualizando a fase processual no sistema tebas, análises das petições apresentadas pelas partes, minutas de despachos, expedições de requisitórios de pagamento, minutas de sentenças extintivas, análise e impulso dos processos baixados dos tribunais, consulta aos sistemas de convênio (bacenjud, renajud, infojud e outros), tudo sem olvidar de atualizar no sistema tebas. A Vara registrou que todos os servidores estão capacitados para todas as atividades inerentes ao setor, afastando, portanto, prejuízo na continuidade dos impulsos processuais motivados por ausência de algum servidor por motivo de férias ou licença. No setor, atuam 2 (dois) servidores.

3) SETOR DOS PROCESSOS ELETRÔNICOS (SISTEMA PJE).

As atividades compreendem análises dos processos recém-distribuídos, elaboração de minutas de expedientes (despachos e sentenças extintivas), expedição de mandados e ofícios, intimação e citação dos atos processuais via sistema ou via central de mandados, elaboração e remessa de requisitórios de pagamento, remessas dos autos eletrônicos para o tribunal e arquivo, expedição de cartas precatórias, escanear e anexar documentos dos processos em tramitação, análise e impulso dos processos baixados dos tribunais, consulta aos sistemas de convênio (bacenjud, renajud, infojud e outros), bem como outras atividades necessárias. No setor, atuam 2 (dois) servidores.

4) SETOR DE EXPEDIENTES DIVERSOS.

As atividades dos servidores compreendem o cumprimento dos expedientes determinados nos despachos e decisões prolatadas nos processos físicos, tais como: expedição de mandados, de ofícios, de cartas precatórias, editais, boletins para publicações dos expedientes no diário oficial, receber autos que estavam com carga externa, juntar petições e demais documentos nos autos pertinentes, encaminhar os autos para a contadoria, distribuição, arquivo, procuradorias dos órgãos públicos, inclusive para o ministério público, entre outras atividades, tudo sem olvidar de atualizar no sistema tebas. No setor, atuam 2 (dois) servidores.

5) SETOR DE ATENDIMENTO AO PÚBLICO.

As atividades dos servidores consistem em prestar informações processuais aos advogados, procuradores, jurisdicionados e partes interessadas, bem como registrar e entregar os autos com carga aos causídicos. No setor, atuam os servidores que compõem os setores anteriores, obedecendo a uma escala de revezamento.

Além das atividades acima detalhadas, de acordo com seu respectivo setor, há também as atividades do agente de segurança, que auxilia no setor de expedientes na entrega de autos mediante protocolo na contadoria, distribuição e malote. Ademais, responde pela segurança do magistrado e servidores da Vara, acompanha o juiz da Vara em seus deslocamentos no carro oficial, para onde se fizer necessário, auxilia no pregão das audiências, realizando o controle e segurança da sala de audiências.

6.6.3.2. Gabinete do juiz federal

Os 7 (sete) servidores lotados no gabinete trabalham em um mesmo salão, sem divisórias, objetivando uma melhor integração entre o magistrado e os referidos servidores. Para uma melhor fluidez dos trabalhos, as tarefas são atribuídas aos servidores respeitando a aptidão pessoal, sem prejuízo do enfrentamento de tarefas diversas sempre que ocorrer algum afastamento por motivo de férias ou licença. As atividades são assim divididas de acordo com o objeto dos processos:

- Servidora Maria do Carmo M. Conrado Pinheiro: assessoria responsável pela tutela de urgência/liminar em matéria relacionada à saúde, cautelar, consignação em pagamento, ensino superior, exibição, prestação de contas, outras medidas provisionais, outros procedimentos de jurisdição voluntária e procedimentos especiais.
- Servidora Ana Fabrícia Bezerra Santana: assessoria responsável pela ação civil pública de improbidade, ação popular, ação civil pública em geral, ação de responsabilidade civil do estado e ação de responsabilidade em geral.
- Servidora Karine Lopes Duarte: assessoria responsável pela ação referente a concurso público, processo disciplinar contra servidor público, servidores em geral.
- Servidor Vitor Benevides Rocha: assessoria responsável pela ação de contratos administrativos e de licitação.
- Servidor Sérgio Augusto Santana Arruda: assessoria responsável por embargos à execução de servidor público e ação de servidores referente à gratificação e/ou remuneração, bem como ação tributária.
- Servidora Joseane Camelo Guedes Sawatani: assessoria responsável pela ação de contratos de direito civil, execução de título extrajudicial, embargos à execução, ação monitória, embargos de terceiro, ação de cobrança.
- Servidora Flávia Murata Santos: assessoria responsável pela ação ambiental, ação de posse e propriedade, ação previdenciária e ações referentes aos conselhos profissionais.

Todos os servidores minutam despachos, decisões e sentenças nos respectivos processos, ressalvando, ainda, que todos os servidores estão capacitados para todas as atividades inerentes ao gabinete, afastando, portanto, prejuízo na continuidade dos impulsos processuais motivados por ausência de algum servidor por motivo de férias ou licença. No julgamento dos feitos, tem primazia a ordem cronológica de conclusão, excluindo-se os feitos com análise de urgência. As urgências são analisadas de imediato.

6.6.4. Participação do juiz federal titular em reuniões com a equipe da 6ª Vara Federal

As reuniões do juiz com a equipe da Vara são periódicas, tendo como objetivo a avaliação contínua dos trabalhos, informação e orientação de entendimentos e procedimentos a serem adotados, discussão de eventuais problemas e apresentação das respectivas soluções, definição de metas a serem atingidas e elaboração do planejamento para cumprimento das metas estabelecidas, programação de força-tarefa para regularizar o que esteja necessitando.

6.6.5. Planejamento das atividades da 6ª Vara Federal e avaliação periódica de resultados

O planejamento das atividades da Vara é realizado nas reuniões entre o juiz e servidores com base na análise dos relatórios extraídos periodicamente dos sistemas processuais Tebas e PJe. Assim, observado que na secretaria da Vara foram identificados processos sem movimentação por período superior a 30 dias, os servidores são alertados a promover uma força-tarefa com o intuito de impulsionar os referidos processos. Da mesma forma, observado que no gabinete foram identificados processos pendentes de sentença há mais de 60 dias ou processos pendentes de decisão há mais de 30 dias, os servidores são alertados a promover uma força-tarefa com o intuito impulsionar os referidos processos.

A avaliação dos resultados das atividades da Vara é feita mensalmente a partir da análise dos relatórios fornecidos pelos sistemas Tebas e PJe, ocasião em que é verificada se as metas periódicas de produtividade estão sendo cumpridas. Caso seja verificado o descumprimento, a equipe se reúne para reavaliar o planejamento anterior, verificar os pontos críticos e planejar novas atividades, de forma a superar as dificuldades encontradas e atingir o objetivo estabelecido.

6.6.6. Atendimento aos membros do Ministério Público Federal, Defensoria Pública da União, procuradores federais, advogados e partes na secretaria e no gabinete do juiz federal da 6ª Vara Federal

Ordinariamente, o atendimento na secretaria começa no balcão de atendimento, onde fica um servidor escalado, no horário das 9h às 18h, para atender a todos que solicitem. Contudo, sempre que desejado pelo interessado ou por ser a informação de maior complexidade, o referido interessado (advogado ou parte) é imediatamente atendido pelo diretor da secretaria. Quanto aos membros do Ministério Público ou advogados públicos, inclusive defensores públicos, ressaltando as datas de audiência, raramente comparecem pessoalmente a sede do juízo para obter atendimento, uma vez que quando necessitam de algum atendimento delegam a incumbência aos servidores credenciados pelo órgão público pertinente. Ademais, a intimação processual de interesse dos agentes públicos nos processos físicos é feita com remessa dos autos, os quais são retirados da secretaria da Vara pelos servidores credenciados dos respectivos órgãos.

O acesso ao gabinete do juiz federal da 6ª Vara se encontra sempre à disposição dos interessados, sem restrição, independentemente de agendamento prévio, tanto para atender aos agentes públicos, bem como aos advogados em geral e jurisdicionados.

6.6.7. Número de processos, relação servidor/processo, audiências de conciliação e de instrução e inspeções judiciais

Por ocasião do preenchimento do formulário de gestão, o número de processos em tramitação ajustada era de 1.332, enquanto a média de processos por quantidade de servidor da Vara (15) era de 88,88.

Verificou-se a existência de 85 processos sobrestados, pelos seguinte motivos:

26 PROCESSOS	AGUARDANDO JULGAMENTO DE EMBARGOS
23 PROCESSOS	AGUARDANDO JULGAMENTO DE AGRAVO
36 PROCESSOS	AGUARDANDO PAGAMENTO DE PRECATÓRIO

Nos últimos 24 meses, a contar da data de início da correição, foram realizadas 76 audiências. Por sua vez, foram realizadas 114 audiências de conciliação, nos últimos 24 meses, presididas por Conciliadores Judiciais.

No período correicionado, houve o cancelamento de 8 audiências, em razão da ausência das partes, a pedido das partes ou por extinção do feito. Salientou a Vara que todas as audiências foram remarçadas, com exceção de uma, pois foi proferida sentença de extinção.

Foram realizadas 3 inspeções judiciais nos últimos 24 meses.

6.6.8. Cumprimento de metas e resoluções do CNJ

Meta 1 (Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente).

Meta cumprida. Em 2017, foram distribuídos 611 processos de conhecimento para a 6ª Vara federal do Ceará, sendo prolatadas 617 sentenças.

Meta 2 (Identificar e julgar, até 31/12/2017, pelo menos 100% dos processos distribuídos até 31/12/2012, 85% dos processos distribuídos em 2013 nos 1º e 2º graus, e 100% dos processos distribuídos até 31/12/2014 nos Juizados Especiais e Turmas Recursais Federais).

Meta ainda não cumprida, tendo a unidade esclarecido que os processos pendentes de julgamento foram identificados e serão tomadas as medidas necessárias para cumprimento da meta 2 até o final do ano corrente.

Meta 3 (Aumentar os casos solucionados por conciliação, fomentando o alcance do percentual mínimo de 2% na proporção dos processos conciliados em relação aos distribuídos).

Meta 3 alcançada, uma vez que foram distribuídos, em 2017, 975 processos e ocorreram 34 audiências de conciliação, o que corresponde a 3,48% dos processos distribuídos.

Meta 4 (Identificar e julgar, até 31/12/2017, 70% das ações de improbidade administrativa distribuídas até 31/12/2014).

Meta 4 cumprida. Foram julgadas 98,8% das ações de improbidade administrativa distribuídas até 31/12/2014.

Meta 5 (Baixar quantidade maior de processos de execução não fiscal do que o total de casos novos de execução não fiscal no ano corrente).

Meta cumprida. Em 2017, foram distribuídas 182 execuções não fiscais e foram baixadas 473 execuções não fiscais.

Meta 6 (Identificar e julgar, até 31/12/2017, entre 70% e 85% das ações coletivas distribuídas até 31/12/2013, no 1º e 2º graus).

Meta cumprida. Restam somente duas ações a serem julgadas, a saber: processo nº 0009786-95.2007.4.05.8100 e processo nº 0014002-26.2012.4.05.8100.

Metas Específicas para a Justiça Federal

Baixar quantidade maior de processos criminais do que os casos novos criminais no ano corrente; Julgar quantidade maior de processos criminais do que os casos novos criminais no ano corrente.

Não se aplica.

Identificar e julgar, até 31/12 do ano corrente, 70% das ações penais vinculadas aos crimes relacionados à improbidade administrativa, ao tráfico de pessoas, à exploração sexual e ao trabalho escravo, distribuídas até 31/12/2014)

Não se aplica.

Acerca do cumprimento do Provimento CNJ nº 29/2013

A secretaria da 6ª Vara federal do Ceará atualiza o cadastro dos sistemas processuais após o trânsito em julgado das ações de improbidade administrativa.

Acerca do cumprimento das exigências previstas na Resolução CNJ nº 66/2009, com a redação introduzida pela Resolução CNJ nº 87/2009, e sobre a necessidade de inserção, no sistema informatizado, do Relatório de Controle de Prisões

Não se aplica.

6.6.9. Processos selecionados para correição

Foram correicionados 27 processos físicos (quando da correição havia 401 feitos em tramitação ajustada).

Quanto aos processos do Sistema PJe, foram correicionados 70 processos (quando da correição tinham 983 processos eletrônicos em tramitação ajustada).

6.6.9.1. Principais constatações da análise individual de processos

6.6.9.1.1. Processos Físicos

Da análise individual dos processos, podem-se destacar as seguintes ocorrências:

AUSÊNCIA DE TERMO DE RECEBIMENTO DO PROCESSO NA VARA:		
TIPO DE AÇÃO	Nº DO PROCESSO	OBSERVAÇÃO
Improbidade Administrativa	00070644920114058100	
DEMORA NA CONCLUSÃO:		
TIPO DE AÇÃO	Nº DO PROCESSO	OBSERVAÇÃO
Execução de Sentença	00113698120084058100	Petição juntada em 22/11/2017, desp. em inspeção em 26/02/2018.
Improbidade Administrativa	00145298520064058100	Julho-setembro/2017.
Civil Pública	00140022620124058100	Certidão em 29/09/2017, conclusão determinada em inspeção em 28/02/18, conclusos em 21/03/2018 (certidão de decurso de prazo sem precisar a data do fim do prazo).
Execução de Sentença	00021118120074058100	Juntada em 08/04/16, conclusão em 09/06/2016.
DEMORA NA JUNTADA DE EXPEDIENTE:		
TIPO DE AÇÃO	Nº DO PROCESSO	OBSERVAÇÃO
Execução de Sentença	00000200681000154967	16/02/2016 - 01/04/2016.
DEMORA NA PROLAÇÃO DE DESPACHO:		
TIPO DE AÇÃO	Nº DO PROCESSO	OBSERVAÇÃO
Civil Pública	00014023120164058100	Aato ordinatório: de 19.09.2016 a 28.07.2017.
DESCUMPRIMENTO DE DETERMINAÇÕES DE INSPEÇÕES E CORREIÇÕES:		
TIPO DE AÇÃO	Nº DO PROCESSO	OBSERVAÇÃO
Civil Pública	00131357220084058100	Despacho determinou conclusão após a inspeção, em 26/02/18 (último movimento).
FEITO EM ORDEM:		
TIPO DE AÇÃO	Nº DO PROCESSO	OBSERVAÇÃO
Execução de Sentença	00000200781000036781	
Execução de Sentença	00162146420054058100	

Civil Pública	00000200081000070642	
Execução de Sentença	00319769620004058100	
Execução de Sentença	00160648320054058100	
Improbidade Administrativa	00025364520064058100	
Improbidade Administrativa	00027324920054058100	
Civil Pública	00157425820084058100	
Monitória	00005276620134058100	
Improbidade Administrativa	00001616120124058100	
Execução de Sentença	00028386920094058100	
Execução de Sentença	00076143920144058100	
Execução de Sentença	00038083520104058100	
Civil Pública	00076250520134058100	
Civil Pública	00076424120134058100	
OUTROS:		
TIPO DE AÇÃO	Nº DO PROCESSO	OBSERVAÇÃO
Civil Pública	00054561120144058100	Ausência de movimentação - maio/2017 a março/2018.
Execução de Sentença	00021118120074058100	Sem movimentação de junho/2016 a 28/03/2017(inspeção).
Improbidade Administrativa	00097056820154058100	Demora no cumprimento do despacho de fl. 213 (desde out/17).
Civil Pública	00158722420034058100	Demora no cumprimento de despacho, de 04.08.2017 a 14.03.2018.
Improbidade Administrativa	00024787620054058100	Erro na numeração de folhas, a partir da 3873 (vol. 15).
Improbidade Administrativa	00035421420114058100	Ausência de certidão de decurso de prazo relativo à intimação de fl.127.
Civil Pública	00014023120164058100	Demora na expedição de carta precatória, de 04.03.2016 a 14.09.2016.
Improbidade	00035421420114058100	Ausência de cobrança de carta precatória expedida

Administrativa		em junho/2017.
Civil Pública	00097869520074058100	Demora na realização de perícia, de 29.03.2017 a 27.03.2018.
Improbidade Administrativa	00050895020154058100	Processo sem movimentação, desde 07.11.2017.
Ordinária	00152503220094058100	Sem movimentação processual entre out/17 e fev/18 (fls. 339/341).
Outras Observações:		
Processo: 00021118120074058100 Classe: Execução de Sentença - cumprimento de sentença.		
Processo: 00028386920094058100 Classe: Execução de Sentença - cumprimento de sentença.		
Processo: 00038083520104058100 Classe: Execução de Sentença - cumprimento de sentença.		
Processo : 00044584419944058100 Classe: Civil Pública - Meta 06.		
Trânsito em julgado em 21/02/2018.		
Processo : 00076250520134058100 Classe: Civil Pública - trânsito em julgado em 06/11/2017.		
Processo: 00113698120084058100 Classe: Execução de Sentença - cumprimento de sentença.		
Processo : 00131357220084058100 Classe: Civil Pública - trânsito em julgado em em 20/11/17.		
Processo: 00160648320054058100 Classe: Execução de Sentença - Cumprimento de sentença.		
Processo: 00319769620004058100 Classe: Execução de Sentença - Cumprimento de sentença.		

6.6.9.1.2. Processos Judiciais Eletrônicos (PJe)

Da análise individual dos processos, podem-se destacar as seguintes ocorrências:

Número do Processo	Classe Judicial	Assunto	Último Evento	Polo Ativo	Polo Passivo	Correicionado
Ausência/demora na conclusão						
0800550-71.2016.4.05.8100	PROCEDIMENTO COMUM	Perdas e Danos	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO e outro - 00.375.114/0001-16	DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO e outros - 00.375.114/0001-16	SIM
0800989-19.2015.4.05.8100	PROCEDIMENTO COMUM	Enriquecimento sem Causa	Juntada de Certidão de Intimação	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF - 00.375.114/0001-16	FRANCISCO ALEXANDRE PEREIRA e outro - 230.734.203-63	SIM

0801026-12.2016.4.05.8100	EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL	Execução Contratual	Expedição de expediente	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF -	JOAO BATISTA DA CRUZ - 589.668.897-00	SIM
0801534-21.2017.4.05.8100	MANDADO DE SEGURANÇA	Residência Médica	Conclusos para decisão	MATHEUS ANDRIGHETTI ROSSI	RAFAEL JORGE ALVES DE ALCANTARA e outros - 600.364.453-20	SIM
0801563-08.2016.4.05.8100	MONITÓRIA	Execução Contratual	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF - 00.375.114/0001-04	DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO e outros - 00.375.114/0001-16	SIM
0802339-08.2016.4.05.8100	MONITÓRIA	Contratos Bancários	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF - 00.375.114/0001-04	DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO e outro - 00.375.114/0001-16	SIM
0802957-55.2013.4.05.8100	PROCEDIMENTO COMUM	Multas e demais Sanções	Conclusos para julgamento	Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT - 34.028.316/0001-03	DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO e outros - 00.375.114/0001-16	SIM
0803542-05.2016.4.05.8100	MONITÓRIA	Contratos Bancários	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF - 00.375.114/0001-04	DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO e outros - 00.375.114/0001-16	SIM
0803558-90.2015.4.05.8100	EMBARGOS À EXECUÇÃO	Correção Monetária		UNIÃO FEDERAL - 36.004.558/0001-22	ELOY PADILHA DOS SANTOS -	SIM
0804251-40.2016.4.05.8100	EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL	Anuidades OAB	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL SECCAO DO CEARA - OAB CE - 07.375.512/0001-81	ALDERITO RAIMUNDO DE OLIVEIRA - 084.460.848-30	SIM
0804832-89.2015.4.05.8100	PROCEDIMENTO COMUM		Baixa Definitiva	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF - 00.375.114/0001-04	CONSTRUTORA COMAR LTDA - ME e outro - 09.247.224/0001-77	SIM
0805092-69.2015.4.05.8100	REINTEGRAÇÃO / MANUTENÇÃO DE POSSE		Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF - 00.375.114/0001-04	DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO e outro - 00.375.114/0001-16	SIM
0806002-62.2016.4.05.8100	PROCEDIMENTO COMUM	Exercício Profissional e outros	Juntada de Certidão de Intimação	MARCELO SIDRIO FERREIRA SALGADO - 481.817.579-04	CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA DECIMA PRIMEIRA REGIAO e outro - 37.115.524/0001-38	SIM
0807207-92.2017.4.05.8100	AÇÃO CIVIL PÚBLICA	Fornecimento de Medicamentos	Expedição de documento	DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO	ESTADO DO CEARA e outros -	SIM
Lapso entre conclusão e prolação da sentença						
0800550-71.2016.4.05.8100	PROCEDIMENTO COMUM	Perdas e Danos	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO e outro - 00.375.114/0001-16	DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO e outros - 00.375.114/0001-16	SIM
		Financiamento		ROBERIO CHAVES	FUNDO NACIONAL DE	

0801332-44.2017.4.05.8100	PROCEDIMENTO COMUM	Público da Educação e/ou Pesquisa	Juntada de Cota	MOREIRA MARTINS DE OLIVEIRA - 054.006.573-03	DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO - FNDE e outros - 00.378.257/0001-81	SIM
0801842-28.2015.4.05.8100	MONITÓRIA	Execução Contratual	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF - 00.360.305/0001-04	DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO e outros - 00.375.114/0001-16	SIM
0802092-90.2017.4.05.8100	EMBARGOS DE TERCEIRO	Construção / Penhora / Avaliação / Indisponibilidade de Bens	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	ESPÓLIO DE MARIA PAES DIÓGENES -	UNIÃO FEDERAL - 26.994.558/0001-23	SIM
0802897-43.2017.4.05.8100	EMBARGOS À EXECUÇÃO	Efeito Suspensivo / Impugnação / Embargos à Execução	Conclusos para despacho	BERNACHE SERVICOS E LOCACOES DE VEICULOS LTDA - ME - 07.924.274/0001-16	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF - 00.360.305/0001-04	SIM
0803542-05.2016.4.05.8100	MONITÓRIA	Contratos Bancários	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF - 00.360.305/0001-04	DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO e outros - 00.375.114/0001-16	SIM
0803558-90.2015.4.05.8100	EMBARGOS À EXECUÇÃO	Correção Monetária		UNIÃO FEDERAL - 26.994.558/0001-23	ELOY PADILHA DOS SANTOS -	SIM
0804508-65.2016.4.05.8100	MONITÓRIA	Contratos Bancários	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF - 00.360.305/0001-04	DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO e outro - 00.375.114/0001-16	SIM
0805570-77.2015.4.05.8100	MONITÓRIA	Execução Contratual	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF - 00.360.305/0001-04	DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO e outro - 00.375.114/0001-16	SIM
0806002-62.2016.4.05.8100	PROCEDIMENTO COMUM	Exercício Profissional e outros	Juntada de Certidão de Intimação	MARCELO SIDRIO FERREIRA SALGADO - 481.817.579-04	CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA DECIMA PRIMEIRA REGIAO e outro - 37.115.524/0001-38	SIM
0806358-57.2016.4.05.8100	PROCEDIMENTO COMUM	Contratos Bancários	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FRANCISCA ELANE SILVA CRUZ -	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF -	SIM
0808144-73.2015.4.05.8100	EMBARGOS À EXECUÇÃO	Correção Monetária	Remetidos os Autos (em grau de recurso) para TRF5	DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS CONTRA AS SECAS - DNOCS - 00.043.711/0001-43	SEVERINO JOSE DE SOUSA e outros - 015.599.153-15	SIM
0808580-95.2016.4.05.8100	MONITÓRIA	Contratos Bancários	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF - 00.360.305/0001-04	DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO e outros - 00.375.114/0001-16	SIM
0812856-38.2017.4.05.8100	PROCEDIMENTO COMUM	Acidente Aéreo	Baixa Definitiva	HAVA NADJA DE SOUZA NUNES -	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF -	SIM
0814358-46.2016.4.05.8100	EMBARGOS À EXECUÇÃO	Efeito Suspensivo / Impugnação / Embargos à Execução	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CARLOS MARCELO GOMES DE CARVALHO - 048.242.704-30	BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO E SOCIAL - BNDES - 33.657.248/0001-89	SIM
0815968-15.2017.4.05.8100	AÇÃO CIVIL PÚBLICA	Fornecimento de Medicamentos	Baixa Definitiva	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL -	MUNICIPIO DE FORTALEZA e outros -	SIM
Lapso entre conclusão e prolação despacho/decisão						
0800047-60.2015.4.05.8108	EMBARGOS À EXECUÇÃO	Correção Monetária	Juntada de Certidão de Intimação	UNIÃO FEDERAL - 26.994.558/0001-23	UNIAO BRASILEIRA DOS SERVIDORES POSTAIS E TELEGRAFICOS - 07.363.369/0001-08	SIM
0800989-19.2015.4.05.8100	PROCEDIMENTO COMUM	Enriquecimento sem Causa	Juntada de Certidão de Intimação	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF - 00.360.305/0001-04	FRANCISCO ALEXANDRE PEREIRA e outro - 230.734.203-63	SIM
0801534-21.2017.4.05.8100	MANDADO DE SEGURANÇA	Residência Médica	Conclusos para decisão	MATHEUS ANDRIGHETTI ROSSI	RAFAEL JORGE ALVES DE ALCANTARA e outros - 600.364.453-20	SIM

0801563-08.2016.4.05.8100	MONITÓRIA	Execução Contratual	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF - 00.360.205/0001-04	DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO e outros - 00.375.114/0001-16	SIM
					DEFENSORIA	

0802339-08.2016.4.05.8100	MONITÓRIA	Contratos Bancários	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF -	PÚBLICA DA UNIÃO e outro -	SIM
0802957-55.2013.4.05.8100	PROCEDIMENTO COMUM	Multas e demais Sanções	Conclusos para julgamento	Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT - 34.028.316/0001-03	DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO e outros - 00.375.114/0001-16	SIM
0803906-74.2016.4.05.8100	PROCEDIMENTO COMUM	Contratos Bancários	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	LEONARDO DAMASCENO ALENCAR VIANA e	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF - 00.360.205/0001-04	SIM
0804832-89.2015.4.05.8100	PROCEDIMENTO COMUM		Baixa Definitiva	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF - 00.360.205/0001-04	CONSTRUTORA COMAR LTDA - ME e outro - 09.247.224/0001-77	SIM
0805092-69.2015.4.05.8100	REINTEGRAÇÃO / MANUTENÇÃO DE POSSE		Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF - 00.360.205/0001-04	DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO e outro - 00.375.114/0001-16	SIM
0805918-27.2017.4.05.8100	AÇÃO CIVIL PÚBLICA	Fornecimento de Medicamentos	Conclusos para decisão	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL -	MUNICIPIO DE FORTALEZA e outros -	SIM
0808333-51.2015.4.05.8100	EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL	Contratos Bancários	Conclusos para decisão	BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO E SOCIAL - BNDES - 33.657.248/0001-89	JOSE ANTONIO DO CARMO NOGUEIRA e outros - 116.580.103-53	SIM
0811355-83.2016.4.05.8100	MONITÓRIA	Prestação de Serviços	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	SOUZA NETO ENGENHARIA E PLANEJAMENTO LTDA - 03.423.615/0001-19	UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARA - UFC - 07.272.636/0001-31	SIM
0811569-74.2016.4.05.8100	PROCEDIMENTO COMUM	Medicamento / Tratamento / Cirurgia de Eficácia não comprovada	Juntada de Certidão de Intimação	DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO e outros - 00.375.114/0001-16	UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARA - UFC e outros - 07.272.636/0001-31	SIM
0811701-34.2016.4.05.8100	PROCEDIMENTO COMUM	Anulação de Débito Fiscal	Juntada de Certidão de Intimação	VILLAGIO MARAPONGA INCORPORACOES SPE LTDA - 10.372.321/0001-70	FAZENDA NACIONAL e outro - 00.394.460/0216-53	SIM
0813261-11.2016.4.05.8100	PROCEDIMENTO COMUM	Contratos Bancários	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	VIVIANE MACIEL VIEIRA e outros -	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF -	SIM
0813353-86.2016.4.05.8100	EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL	Anuidades OAB	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL SECCAO DO CEARA - OAB CE - 07.375.512/0001-81	SANDRA VERONICA SIQUEIRA BILHAR - 196.085.513-15	SIM
0813531-35.2016.4.05.8100	EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL	Anuidades OAB	Juntada de Certidão	ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL SECCAO DO CEARA - OAB CE - 07.375.512/0001-81	MARTINHO CUNHA MELO FILHO - 886.037.844-34	SIM
0814393-06.2016.4.05.8100	EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL	Anuidades OAB	Juntada de Certidão	ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL SECCAO DO CEARA - OAB CE - 07.375.512/0001-81	RUBENS DA SILVA REBOUCAS - 232.090.203-10	SIM
0814490-06.2016.4.05.8100	CUMPRIMENTO PROVISÓRIO DE SENTENÇA	Causas Supervenientes à Sentença	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MARIA SOLEDADE VIDAL FEIJAO e outro	MUNICIPIO DE FORTALEZA e outros -	SIM
0814933-54.2016.4.05.8100	EMBARGOS À EXECUÇÃO	Efeito Suspensivo / Impugnação / Embargos à Execução	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MARJANE DA SILVA BASTOS e outros - 189.114.132-68	EMPRESA GESTORA DE ATIVOS - EMGEA 04.527.225/0001-12	SIM
0815252-22.2016.4.05.8100	PROCEDIMENTO COMUM	Revisão do Saldo Devedor e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MARIA MARLENE DA SILVA e outro -	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF -	SIM
0815539-82.2016.4.05.8100	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Dano ao Erário e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	AUXILIO AGENCIAMENTO DE RECURSOS HUMANOS E SERVICOS LTDA e outros - 04.782.407/0001-79	SIM

0815654-06.2016.4.05.8100	MONITÓRIA	Contratos Bancários	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF -	MARIA DO SOCORRO SIMOES NOGUEIRA -	SIM
Lapso sem movimentação processo na Secretaria						
	AÇÃO CIVIL DE	Violação aos		MUNICIPIO DE	UNIÃO FEDERAL e	

0807242-86.2016.4.05.8100	EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL	Cédula de Crédito Bancário	Juntada de Certidão de Intimação	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF - 00.360.305/0001-04	AMANCIO FERREIRA SANTIAGO - ME e outro - 00.352.611/0001-07	SIM
Lapso temporal para cumprimento despacho/decisão						
0800047-60.2015.4.05.8108	EMBARGOS À EXECUÇÃO	Correção Monetária	Juntada de Certidão de Intimação	UNIÃO FEDERAL - 26.994.558/0001-23	UNIAO BRASILEIRA DOS SERVIDORES POSTAIS E TELEGRAFICOS - 07.363.369/0001-08	SIM
0800989-19.2015.4.05.8100	PROCEDIMENTO COMUM	Enriquecimento sem Causa	Juntada de Certidão de Intimação	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF - 00.360.305/0001-04	FRANCISCO ALEXANDRE PEREIRA e outro - 230.734.203-63	SIM
0801026-12.2016.4.05.8100	EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL	Execução Contratual	Expedição de expediente	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF -	JOAO BATISTA DA CRUZ - 589.668.897-00	SIM
0803674-96.2015.4.05.8100	EMBARGOS À EXECUÇÃO	Efeito Suspensivo / Impugnação / Embargos à Execução	Proferido despacho de mero expediente	UNIÃO FEDERAL - 26.994.558/0001-23	FRANCISCO MOACIR DE OLIVEIRA e outros - 002.706.542.24	SIM
0805049-35.2015.4.05.8100	PROCEDIMENTO COMUM	Abono de Permanência em Serviço (Art. 87)	Juntada de Certidão	TEREZA GOMES DE MENESES MARIANO - 142.850.883-04	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS e outro - 29.979.036/0001-40	SIM
0808333-51.2015.4.05.8100	EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL	Contratos Bancários	Conclusos para decisão	BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO E SOCIAL - BNDES - 33.657.248/0001-89	JOSE ANTONIO DO CARMO NOGUEIRA e outros - 116.580.103-53	SIM
0808521-10.2016.4.05.8100	PROCEDIMENTO COMUM	Base de Cálculo	Juntada de Contrarrazões	SINDICATO DOS TRAB NO SERV PUBLICO FEDERAL DO EST DO CEARASINTSEF - 23.727.688/0001-01	UNIÃO FEDERAL - 26.994.558/0001-23	SIM
Outros:						
0801026-12.2016.4.05.8100	EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL	Execução Contratual	Expedição de expediente	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF -	JOAO BATISTA DA CRUZ - 589.668.897-00	SIM
0801474-82.2016.4.05.8100	EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL	Execução Contratual	Juntada de Petição	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF - 00.360.305/0001-04	LEONARDO DAMASCENO ALENCAR VIANA e outros - 897.066.503-00	SIM
0802957-55.2013.4.05.8100	PROCEDIMENTO COMUM	Multas e demais Sanções	Conclusos para julgamento	Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT - 34.028.316/0001-03	DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO e outros - 00.375.114/0001-16	SIM
0804508-65.2016.4.05.8100	MONITÓRIA	Contratos Bancários	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF - 00.360.305/0001-04	DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO e outro - 00.375.114/0001-16	SIM
0811930-91.2016.4.05.8100	AÇÃO CIVIL PÚBLICA	Abuso de Poder	Juntada de Certidão de Intimação	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 02.626.108/0001-02	UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARA - UFC e outros - 07.272.636/0001-31	SIM
0814393-06.2016.4.05.8100	EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL	Anuidades OAB	Juntada de Certidão	ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL SECCAO DO CEARA - OAB CE - 07.375.512/0001-81	RUBENS DA SILVA REBOUCAS - 232.090.203-10	SIM
Paralisação irregular do processo						
0800611-92.2017.4.05.8100	EMBARGOS DE TERCEIRO	Construção / Penhora / Avaliação / Indisponibilidade de Bens	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	EMERSON CLAY BATISTA MONTENEGRO - 472.376.943-91	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF - 00.360.305/0001-04	SIM

0800978-19.2017.4.05.8100	PROCEDIMENTO COMUM	Anulação e Correção de Provas / Questões e outros	Baixa Definitiva	LYDIA MARIA TAVARES DE CASTRO E SILVA - 839.520.713-15	INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANISIO TEIXEIRA - INEP - 01.678.363/0001-43	SIM
0802754-88.2016.4.05.8100	MONITÓRIA	Contratos Bancários	Juntada de Petição	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF - 00.360.305/0001-04	DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO e outro - 00.375.114/0001-16	SIM

0803542-05.2016.4.05.8100	MONITÓRIA	Contratos Bancários	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF - 00.360.305/0001-04	DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO e outros - 00.375.114/0001-16	SIM
0804508-65.2016.4.05.8100	MONITÓRIA	Contratos Bancários	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF - 00.360.305/0001-04	DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO e outro - 00.375.114/0001-16	SIM
0806209-61.2016.4.05.8100	PROCEDIMENTO COMUM	Contratos Bancários	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF -	SUCOS DO BRASIL S/A e outro -	SIM
0811355-83.2016.4.05.8100	MONITÓRIA	Prestação de Serviços	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	SOUZA NETO ENGENHARIA E PLANEJAMENTO LTDA - 03.423.615/0001-19	UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARA - UFC - 07.272.636/0001-31	SIM
0814358-46.2016.4.05.8100	EMBARGOS À EXECUÇÃO	Efeito Suspensivo / Impugnação / Embargos à Execução	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CARLOS MARCELO GOMES DE CARVALHO - 048.242.704-30	BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO E SOCIAL - BNDES - 33.657.248/0001-89	SIM
0815252-22.2016.4.05.8100	PROCEDIMENTO COMUM	Revisão do Saldo Devedor e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MARIA MARLENE DA SILVA e outro -	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF -	SIM
Processo em ordem						
0800097-13.2015.4.05.8100	EMBARGOS À EXECUÇÃO	Juros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	ESTADO DO CEARA - 07.054.480/0001-70	JOSE ALMIR FRANCO DA SILVA -	SIM
0800565-06.2017.4.05.8100	EMBARGOS À EXECUÇÃO	Obrigação de Fazer / Não Fazer	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	ANTONIO AMERICO DOS SANTOS RIBEIRO - 285.376.883-04	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF - 00.360.305/0001-04	SIM
0800837-63.2018.4.05.8100	AÇÃO CIVIL PÚBLICA	FUNDEF/Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério	Juntada de Cota	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL e outro - 03.636.198/0001-92	UNIÃO FEDERAL e outro - 26.994.558/0001-23	SIM
0801172-53.2016.4.05.8100	REINTEGRAÇÃO / MANUTENÇÃO DE POSSE	Reintegração de Posse		CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF -	MARIA NUZIANA LOPES DE MELO -	SIM
0801508-23.2017.4.05.8100	PROCEDIMENTO COMUM	Fornecimento de Medicamentos	Juntada de Petição	ANTONIA PEREIRA DE CASTRO e outro -	ESTADO DO CEARA e outro -	SIM
0802263-18.2015.4.05.8100	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA CONTRA A FAZENDA	CPF/Cadastro de Pessoas Físicas	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO e outro - 00.375.114/0001-16	FAZENDA NACIONAL e outro - 00.394.460/0216-53	SIM
0802290-93.2018.4.05.8100	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Dano ao Erário e outros	Juntada de Certidão de Retificação de Autuação	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO e outros - 00.375.114/0001-16	SIM
0802464-78.2013.4.05.8100	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA	Anulação e Correção de Provas / Questões	Juntada de Certidão	ALEXANDER PERAZO NUNES DE CARVALHO - 564.345.291-04	UNIÃO FEDERAL - 26.994.558/0001-23	SIM
0803135-04.2013.4.05.8100	MANDADO DE SEGURANÇA	Liberação de mercadorias	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FUNDAÇÃO EDSON QUEIROZ -	FAZENDA NACIONAL e outro -	SIM
0803816-66.2016.4.05.8100	EMBARGOS À EXECUÇÃO	Efeito Suspensivo / Impugnação / Embargos à Execução	Expedição de expediente	F14 CONSTRUCAO, LOCACAO E TRANSPORTE LTDA	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF - 00.360.305/0001-04	SIM
0810143-90.2017.4.05.8100	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Violação aos Princípios Administrativos	Juntada de Certidão de Intimação	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL -	MUNICIPIO DE FORTALEZA e outros -	SIM
0810799-47.2017.4.05.8100	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Dano ao Erário e outros	Juntada de Certidão	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF e outro - 00.360.305/0001-04	PEDRA AZUL CONSTRUCOES LTDA e outros - 05.302.747/0001-18	SIM

0813334-80.2016.4.05.8100	EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL	Anuidades OAB	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL SECCAO DO CEARA - OAB CE - 07.375.512/0001-81	ANTONIO THIAGO MENEZES FERREIRA - 016.533.613-79	SIM
0814385-29.2016.4.05.8100	CUMPRIMENTO	Juros	Expedição de	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF -	SUL AMERICA COMPANHIA	SIM

	DE SENTENÇA		expediente	00.360.305/0001-04	NACIONAL DE SEGUROS -	
0815553-66.2016.4.05.8100	PROCEDIMENTO COMUM	Indenização por Dano Material	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	IGOR PAZ LIMEIRA - 618.470.383-87	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF e outro - 00.360.305/0001-04	SIM
0815874-67.2017.4.05.8100	AÇÃO CIVIL PÚBLICA	Acidente de Trânsito	Processo Suspenso/Sobrestado	SINDICATO DOS POLICIAIS RODOVIARIOS FEDERAIS NO ESTADO DO CEARA - 41.410.325/0001-20	UNIÃO FEDERAL - 26.994.558/0001-23	SIM
0816519-92.2017.4.05.8100	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Dano ao Erário e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS - 29.979.036/0001-40	NELIS DE FREITAS BARROS - 248.285.991-34	SIM
Tempo de permanência processo na Contadoria Juízo						
0800047-60.2015.4.05.8108	EMBARGOS À EXECUÇÃO	Correção Monetária	Juntada de Certidão de Intimação	UNIÃO FEDERAL - 26.994.558/0001-23	UNIAO BRASILEIRA DOS SERVIDORES POSTAIS E TELEGRAFICOS - 07.363.369/0001-08	SIM

6.6.10. Correição anterior e autoinspeção

A secretaria da Vara vem observando todas as determinações da corregedoria. Portanto, passou-se a inscrever, na contracapa das ações de improbidade administrativa, sumário com indicação das folhas dos atos mais importantes. Foi solicitada à equipe de servidores da Vara toda a atenção no sentido de certificar as juntadas e recebimentos, assim como primar pela celeridade processual, a fim de evitar demora injustificada: (1) na conclusão dos processos para o gabinete do juiz, (2) na cobrança de processos com o prazo de vista vencido, (3) na cobrança de resposta de ofícios e cartas precatórias, (4) na cobrança de mandados distribuídos aos oficiais de justiça; (5) na lavratura de certidão nos autos, (6) na juntada de petições e outros expedientes, (7) nas publicações de expedientes, (8) na feitura de minutas e de atos ordinatórios, e (9) em qualquer ato que implique paralisação irregular de processos.

Após a última autoinspeção, a Vara solicitou a toda equipe maior atenção no sentido de se evitar paralisação irregular de processos. Ademais, foi lembrada a meta de que os autos conclusos para julgamento sejam sentenciados com menos de 60 (sessenta) dias e que os autos conclusos para despachos, decisões (antecipação de tutelas, liminares e outras) devam ser apreciados com menos de 30 (trinta) dias.

6.6.11. Considerações finais

A 6ª Vara Federal conta com estrutura física e equipamentos adequados a seu funcionamento.

A partir da análise processual, foram observados alguns pontos que devem ser aperfeiçoados/corrigidos pela unidade, quais sejam:

1. Demora/ausência na conclusão;
2. Feitos sem movimentação processual; e
3. Demora na prolação de despacho/decisão/sentença.

Por fim, pelos demais dados apontados neste relatório e pelas constatações realizadas *in loco* durante a correição, pode-se afirmar que a 6ª Vara Federal funciona de modo eficiente.

6.7. 7ª VARA FEDERAL - FORTALEZA/CE

6.7.1. Competência, localização, estrutura física e horário de expediente

A 7ª Vara Federal do Ceará, dentro da sua jurisdição, possui competência cível e funciona no 11º andar do edifício-sede da Seção Judiciária do Ceará, na Rua Pedro I, Praça Gen. Murilo Borges, nº 01, Centro, Fortaleza/CE.

A Vara apresentou instalações adequadas para todos: juízes federais, servidores, estagiários, terceirizados, membros do Ministério Público Federal, procuradores federais, defensores públicos federais, advogados e jurisdicionados.

O horário de expediente da unidade é das 9h às 18h.

6.7.2. Corpo funcional - juíza federal e servidores

A 7ª Vara Federal conta com o seguinte quadro de pessoal: a) 01 magistrada, Karla de Almeida Miranda Maia (juíza federal titular); b) 15 servidores efetivos, sendo 05 analistas judiciários - área judiciária, 09 técnicos judiciários - área administrativa e 01 técnico judiciário - área de segurança e transporte; c) 2 servidores requisitados com vínculo com o serviço público e uma servidora requisitada sem vínculo com o serviço público que ocupa o cargo de Diretora de Secretaria.

6.7.2.1. Juíza federal titular

A juíza federal titular da unidade, Karla de Almeida Miranda Maia, exerce a magistratura federal desde 26/02/1999, atuando na 7ª Vara Federal do Ceará a partir de 08/05/2009.

Nos últimos 24 meses, a magistrada esteve afastada por 145 dias, pelas seguintes razões:

Férias: 01/03/2016 a 16/03/2016; 17/10/2016 a 15/11/2016; e 16/05/2017 a 14/06/2017;
Licenças: 06/08/2017 a 12/11/2017.

Não há juiz federal substituto na 7ª Vara Federal.

A juíza federal reside em Fortaleza/CE.

6.7.2.2. Servidores

Em relação às funções de confiança (FCs), aos cargos em comissão (CJs) e à formação acadêmica dos servidores ocupantes de cargos efetivos na 7ª Vara Federal, pode ser observada a seguinte tabela:

NOME	Cargo efetivo	Ocupa FC/CJ Qual?	Grau de Instrução	Área de formação
Ana Tereza Cavalcante Lima	Analista Judiciário	FC-05	Pós-Graduação	Direito/ Contabilidade
Anaih Castro de Carvalho	Técnico Judiciário	FC-04	Pós-Graduação	Direito
Anderson José Dias Davi	Técnico Judiciário	Não	Nível Médio	-
Cláudio Cunha da Costa	Analista Judiciário	FC-04	Pós-Graduação	Direito
Egla Bastos Freitas	Técnico Judiciário	FC-05	Superior Completo	Direito/Farmácia
Fernanda Angélica Ferreira de Souza	Técnico Judiciário	FC-04	Pós-Graduação	Direito
Francisco Valdísio Gomes	Técnico Judiciário	FC-05	Superior Completo	Direito
Giovana Aragão Nunes	Técnico Judiciário	FC-04	Superior Completo	Direito/Eng. Elétrica
Helma Duarte de Sena Pinto	Analista Judiciário	FC-02	Pós-Graduação	Direito
Marcelo Andrade da Silveira	Técnico Segurança e Transporte	Não	Superior Completo	Direito/História
Mônica Elizabeth N. Ramos Brígido	Técnico Judiciário	FC-05	Superior Completo	Direito
Pablo Maurício Lima Silva	Técnico Judiciário	FC-04	Superior Completo/ Superior incompleto	Ciências Contábeis/Direito

Severino Tarcísio Nóbrega Queiroga	Técnico Judiciário	FC-04	Pós-Graduação	Direito/ Administração
Trícia Magdala Cunha de Oliveira	Analista Judiciário	FC-03	Pós-Graduação	Direito/ Administração
Poliana Costa Lima Cabral	Analista Judiciária	FC-04	Pós-Graduação	Direito/ Serviço Social

Por sua vez, como se pode depreender, no tocante à formação acadêmica dos servidores efetivos da 7ª Vara Federal, verifica-se que há uma preocupação com a qualificação, uma vez que todos os analistas judiciários possuem pós-graduação, embora um dos requisitos para investidura seja o nível superior de ensino, e 08 técnicos judiciários detêm graduação de nível superior ou pós-graduação, embora um dos requisitos para investidura seja o nível médio de ensino.

Inexistem, na Vara, servidores em auxílio ou afastados nem funções comissionadas vagas.

6.7.2.3. Estagiários

As 02 vagas de estágio previstas para a Vara estão preenchidas, com atuação na Secretaria da Vara.

6.7.3. Organização da 7ª Vara Federal

Dentre os servidores da 7ª Vara Federal do Ceará, 11 exercem suas atribuições na Secretaria e 07 no Gabinete.

6.7.3.1. Secretaria

A organização da Secretaria da 7ª Vara sofreu alterações importantes após o Curso “Gestão Cartorária no PJe”, ministrado pela Juíza Federal Cintia Brunetta, realizado nos dias 2 e 9 de agosto e 13 e 18 de dezembro de 2017. Na ocasião, foram apresentadas melhorias decorrentes da distribuição das atividades por tipo de processo, físico ou eletrônico, além das classes processuais, levando em consideração a habilidade do servidor. Com isso, a Secretaria foi dividida em setores que contemplam os processos físicos e eletrônicos, separadamente, da seguinte forma:

1. PROCESSOS FÍSICOS:
SETOR DO PROCEDIMENTO ORDINÁRIO, METAS E PROCEDIMENTOS ESPECIAIS:
Servidora responsável: Trícia Magdala Cunha de Oliveira.

Atividades: A servidora é responsável por todos os atos processuais, exceto decisão e sentença. Dentre as principais atividades estão: minutas de despacho e atos ordinatórios; acompanhamento e impulso processual dos processos prioritários e constantes das Metas do CNJ; acompanhamento das perícias designadas, além de expedição de mandados, ofícios e cartas precatórias; juntada de petições e expedientes em geral. Responsável, ainda, pela solicitação de pagamento dos peritos, através do sistema AJG.

SETOR DE EXECUÇÃO E PAGAMENTO:

Servidores responsáveis: Claudio Cunha da Costa, Helma Duarte de Sena Pinto e Marcelo Andrade da Silveira.

Atividades: Claudio: Análise minuciosa dos processos em fase de execução contra a fazenda pública, elaborando minutas de despachos e decisões a fim de solucionar, de forma definitiva, as pendências remanescentes; análise dos pedidos de habilitação de herdeiros; minutas de despachos relativos à fase de pagamento.

Helma: Análise minuciosa dos demais processos em fase de cumprimento de sentença, elaborando minutas de despachos e decisões a fim de solucionar, de forma definitiva, as pendências remanescentes; inclusão de restrições nos Sistemas Bacenjud, Renajud e Infojud, dentre outras atividades afins. Marcelo: Expedição e acompanhamento dos requisitórios de pagamento de pequeno valor e precatórios de todos os processos em fase de execução; elabora atos ordinatórios específicos da fase de pagamento; expedição de alvarás de pagamento e ofícios às instituições bancárias e ao TRF 5. O servidor auxilia, ainda, na análise dos processos em fase de execução contra a fazenda pública para fins de conclusão e baixa.

SETOR DE AUTUAÇÃO, PROTOCOLO, PUBLICAÇÃO E JUNTADA DE PETIÇÃO E EXPEDIENTES EM GERAL:

Servidora responsável: Maria Aparecida de Lima.

Atividades: Juntada das petições, ofícios e expedientes relativos aos processos em fase de execução, procedendo à triagem e distribuição dos feitos nos escaninhos; cobrança, através de ofícios eletrônicos ou mandados, dos processos com carga vencida; remessa dos autos aos Órgãos Públicos; acompanhamento e cobrança dos ofícios expedidos, bem como das cartas precatórias, através de email, telefonemas e ofícios encaminhados pelo Malote Digital; resposta aos ofícios recebidos de outros juízos; cumprimento dos despachos, decisões e sentenças da Juíza; remessa dos autos à Contadoria e à Distribuição. A servidora é responsável, ainda, pela publicação no Diário Eletrônico de todos os expedientes da secretaria, controlando os prazos processuais.

ATENDIMENTO AO USUÁRIO EXTERNO. RECEBIMENTO DE PETIÇÕES, EXPEDIENTES EM GERAL E PROCESSOS. DESARQUIVAMENTO DE PROCESSO:

Essas atividades são exercidas por todos os servidores da secretaria, através de rodízio. O controle é realizado pela servidora Helma Pinto e afixado na secretaria diariamente, através de tabelas com a anotação pertinente.

2. PROCESSOS ELETRÔNICOS:

Nos feitos eletrônicos, as atividades são distribuídas da seguinte forma:

- Procedimento Comum e afins: servidora Monica Elizabeth;
- Processos de Execução/Cumprimento de Sentença e afins: servidor Tarcisio Queiroga;
- Execuções Extrajudiciais, Hipotecárias e Monitórias: servidora Giovana Aragão;
- Procedimentos Especiais: servidor Ricardo Monteiro.

Os servidores elaboram minutas de despacho e decisões, cumprem as ordens emanadas do juízo mediante expedientes via sistema, controlam os prazos nas tarefas específicas, remetem os processos para outros juízos e TRF, procedem ao sobrestamento e à baixa dos feitos, dentre outras tarefas constantes do PJe.

O servidor Anderson Davi é responsável pelo cumprimento das ordens emanadas do Juízo nos processos eletrônicos.

Em relação à fase de pagamento, esta segue o mesmo procedimento adotado quanto aos processos físicos.

3. DA DIREÇÃO DA VARA:

Servidora: Alexandra Anfrizio Cavalcante Bezerra.

Atividades: Executa, dirige, supervisiona e fiscaliza todas as atividades afetas à Secretaria, fazendo com que sejam atendidas as normas processuais e legais vigentes, orientando e instruindo os servidores lotados na Vara; realiza as diligências determinadas pelos Juízes e Corregedores; trata com urbanidade as partes, os membros do Ministério Público Federal, os advogados, as testemunhas, os servidores e auxiliares da Justiça, e atende aos que a procurarem, a qualquer momento; procede à “Avaliação de Desempenho” dos servidores; confere os requisitórios de pagamento e alvarás; alimenta os sistemas Tebas e PJe; dá apoio administrativo à Magistrada; acompanha e impulsiona os processos constantes das Metas do CNJ; dentre outras atribuições.

6.7.3.2. Gabinete da juíza federal

As mudanças visando melhorias na gestão da Vara também foram implantadas no Gabinete. Como a unidade não possui Juiz Substituto desde 2012, ficando as duas assessorias vinculadas à Juíza Titular, esta reuniu todos em um mesmo ambiente físico, possibilitando maior suporte aos assessores.

Quanto à distribuição de tarefas, não há distinção entre processos físicos e eletrônicos. Todos os assessores minutam em ambos os acervos, setorizados por matéria.

A divisão das atividades, nos processos físicos e eletrônicos é feita por ramos do direito/matéria, conforme o objeto da demanda, da seguinte maneira: Ana Tereza Cavalcante Lima (SFH, Previdenciário, Administrativo, Execuções); Fernanda Angélica Ferreira de Souza (Mandado de Segurança, Tributário, Administrativo, Ambiental); Anaih Carvalho Castro (SFH, Previdenciário, Administrativo, Execuções, dentre outras); Poliana Costa Lima Cabral (Ações Cíveis Públicas e de Improbidade, Aposentadoria Especial); Egla Bastos Freitas - oficiala de gabinete do Juiz Substituto (Mandado de Segurança, Tributário, Administrativo, Ambiental, SFH, Previdenciário, Administrativo, Execuções).

O oficial de gabinete da Juíza Titular é o servidor Francisco Valdisio Gomes, o qual possui as seguintes atribuições, além da elaboração de minutas de decisões e sentenças: atendimento ao usuário externo, quais sejam, advogados públicos e privados, partes, membros do Ministério Público, Defensores Públicos, dentre outros interessados; pesquisa e atualização jurisprudencial, especialmente do TRF5 e Tribunais Superiores; distribuição dos processos eletrônicos; e auxílio à Magistrada da Vara, dando cumprimento às suas determinações administrativas e judiciais. Na sua ausência, a oficiala de gabinete do Juiz Substituto assume as responsabilidades competentes.

A assessora Ana Tereza Cavalcante Lima auxilia a magistrada nas audiências.

Por fim, quanto à organização dos processos físicos no gabinete, após a conclusão, os autos são divididos em duas estantes, sendo uma destinada aos processos conclusos para sentença e outra para decisão. Os casos urgentes são entregues pronta e diretamente à Assessoria para a devida análise e apreciação da Magistrada.

6.7.4. Participação da juíza federal em reuniões com a equipe da 7ª Vara Federal

As reuniões são realizadas semestralmente com a presença de todos os servidores da Vara. A pauta é definida pela Magistrada e Diretora de Secretaria, após sugestão dos servidores.

Tais reuniões visam aprimorar as atividades cartorárias, além de colher feedbacks dos servidores sobre diversos assuntos. Também se aproveita para disseminar boas práticas, inclusive de outros juízos, adequando-as à realidade da vara.

Quanto aos gabinetes, de forma específica, a Magistrada permanece em constante diálogo com os seus assessores a fim de solucionar as pendências.

6.7.5. Planejamento das atividades da 7ª Vara Federal e avaliação periódica de resultados

As atividades da Vara são distribuídas por setor. Cada servidor possui suas obrigações principais, pertinentes aos processos de sua responsabilidade, possuindo um substituto fixo, para, em caso de ausência, assumir o ofício do colega.

O planejamento das atividades da Secretaria é feito pela Diretoria, juntamente com os servidores, semestralmente. Nessa oportunidade, trocamos idéias e feedbacks para aprimoramento das atividades, traçando metas, sempre em busca de imprimir celeridade aos processos. Quando necessário, organizamos mutirões a fim de atingir o objetivo lançado.

Vale destacar, também, a importância das reuniões entre os diretores das varas cíveis para o planejamento da Vara. Tais encontros possuem o propósito de discutir e interpretar resoluções e portaria, disseminar boas práticas utilizadas em cada unidade, além de padronizar procedimentos comuns.

As atividades relativas às conciliações são coordenadas pelo núcleo de conciliação da seção judiciária, que organiza mutirões para solucionar os casos pendentes relativos ao Sistema Financeiro de Habitação (SFH), além de Execuções de Título Extrajudicial da OAB/CE e Ações Monitórias, obtendo um elevado número de acordos, inclusive em processos que se encontram em fase recursal.

A Diretora da Vara, auxiliada pelos supervisores dos setores, acompanha as metas lançadas e seus resultados, trocando ideias com os servidores envolvidos sempre que necessário para implemento de melhorias.

Tal avaliação é feita através de reuniões informais com os núcleos específicos, em clima de cooperação, buscando motivar os servidores e solucionar os problemas. Na oportunidade, são relatados os obstáculos encontrados, bem como sugestões de como enfrentá-los para avaliação e decisão conjunta com a Direção da Vara.

Vale destacar a importância dos relatórios extraídos do sistema Tebas/PJe para averiguar o andamento processual dos feitos, bem como seus prazos. O controle manual dos processos físicos também é bastante proveitoso, a considerar a distribuição dos processos em escaninhos devidamente identificados com a tarefa e data de sua criação.

Como observado em correções anteriores, a Vara está aprimorando as ferramentas de controle, criando rotinas de trabalho para agilizar as atividades, diminuindo, outrossim, as paralisações desmotivadas.

6.7.6. Atendimento aos membros do Ministério Público Federal, Defensoria Pública da União, procuradores federais, advogados e partes na secretaria e no gabinete da juíza federal da 7ª Vara Federal

O atendimento ao público externo, especialmente às partes e aos advogados, é realizado no balcão, mediante senha, pelos servidores da secretaria, os quais se revezam durante o horário de funcionamento da Vara. O horário de atendimento de cada servidor é afixado diariamente na secretaria.

A Diretora de Secretaria da Vara presta atendimento ao público em geral, inclusive através de telefone e email, bem como aos Advogados, Defensores Públicos e membros do Ministério Público sempre que solicitado. Os membros do Ministério Público, assim como os Defensores Públicos possuem livre acesso à secretaria da Vara.

No Gabinete, os membros do Ministério Público, Defensoria Pública, Advogados e partes são atendidos pelos assessores e, quando solicitado, pela Magistrada, com atenção e presteza.

6.7.7. Número de processos, relação servidor/processo, audiências de conciliação e de instrução e inspeções judiciais

Quando do preenchimento do formulário de gestão, havia 2.308 processos em tramitação ajustada na Vara, e a média de processos por quantidade de servidor (18) era de 128,22.

Em março/2018, , sendo 5 conclusos com pedidos urgentes pendentes de análise.

Verificou-se a existência de 175 processos sobrestados, pelos seguintes motivos:

MOTIVO DO SOBRESTAMENTO PROCESSOS FÍSICOS	QTD
AG. TRANSITO EM JULGADO AGRAVO DE INSTRUMENTO (AGTR)	59
AG. JULG. RECURSO ESPECIAL (Resp)	04
AG. JULG. RECURSO EXTRAORDINÁRIO (RE)	03

AG. JULG. RECURSO ESPECIAL (Resp) E RECURSO EXTRAORDINARIO (RE)	02
AG. JULG. EMBARGOS À EXECUÇÃO	41
AG. JULG. AÇÃO PRINCIPAL	01
AG. JULG. OUTROS FEITOS	21
AG. CUMPRIMENTO PARCELAMENTO	01
EM VIRTUDE DO ART. 921, § 1º E 4º CPC/15	44
ARQUIVADO	04
TOTAL	135

MOTIVO DO SOBRESTAMENTO PROCESSOS VIRTUAIS	QTD
AG. JULGAMENTO DE OUTRAS AÇÕES	11
AG. JULGAMENTO DE AGRAVO	04
AG. JULGAMENTO EMBARGOS À EXECUÇÃO	09
AG. JULGAMENTO DE EXCEÇÃO DE INCOMPETÊNCIA	01
AG. JULGAMENTO RECURSO ESPECIAL	12
AG. JULGAMENTO PRINCIPAL	03
TOTAL	40

Quando do preenchimento do formulário de gestão, havia 87 processos com remessas aos órgãos, indicados na tabela abaixo, cujos prazos já se encontram expirados.

	FÍSICOS	ELETRÔNICOS
Contadoria / Tarefa "Elaboração de cálculos"	6	24
Ministério Público Federal	0	-
Advogados	5	-
Procuradorias (AGU, PFN, INSS, DNOCS e outros)	52	-
Defensoria Pública da União	0	-

Nos últimos 24 meses, foram realizadas 31 audiências e 03 inspeções.

6.7.8. Cumprimento de metas e resoluções do CNJ

Meta 1 (Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente).

A Vara informou que a meta não foi cumprida, uma vez que foram distribuídos/redistribuídos 693 processos e julgados 619 processos, explicando que o não cumprimento se deve, especialmente, ao elevado número de ações ajuizadas mensalmente. Contudo, salientou que serão traçadas metas específicas para reduzir essa diferença.

Meta 2 (Identificar e julgar, até 31/12/2017, pelo menos 100% dos processos distribuídos até 31/12/2012, 85% dos processos distribuídos em 2013 nos 1º e 2º graus, e 100% dos processos distribuídos até 31/12/2014 nos Juizados Especiais e Turmas Recursais Federais).

Meta não cumprida até o momento em relação aos processos ajuizados até 2012, restando 34 processos pendentes de julgamento, dentre os quais 9 estão sobrestados. No entanto, os processos estão identificados e o juízo dará prioridade aos seus julgamentos.

A vara informou que não dispunha dos dados dos processos eletrônicos em relação à Meta 2, ressaltando que, assim que coletados, serão os feitos identificados e priorizados.

Meta 3 (Aumentar os casos solucionados por conciliação, fomentando o alcance do percentual mínimo de 2% na proporção dos processos conciliados em relação aos distribuídos).

A Vara informou não possuir dados para aferir o cumprimento da Meta 3, uma vez que as audiências de conciliação foram concentradas na Central de Conciliação e a mesma não possui estatística específica por Vara.

Meta 4 (Identificar e julgar, até 31/12/2017 , 70% das ações de improbidade administrativa distribuídas até 31/12/2014).

Meta cumprida. Foram distribuídos 65 processos físicos pertencentes à classe Ação Civil Pública de improbidade até 31/12/2014, restando apenas 9 processos a serem julgados. Não há pendências quanto aos processos eletrônicos.

Meta 5 (Baixar quantidade maior de processos de execução não fiscal do que o total de casos novos de execução não fiscal no ano corrente).

Meta ainda não cumprida. No ano de 2017, foram distribuídas/redistribuídas 188 novas ações de Execução Não Fiscal e baixadas 168.

Meta 6 (Identificar e julgar, até 31/12/2017, entre 70% e 85% das ações coletivas distribuídas até 31/12/2013, no 1º e 2º graus).

Meta cumprida.

Metas Específicas para a Justiça Federal

Baixar quantidade maior de processos criminais do que os casos novos criminais no ano corrente. Julgar quantidade maior de processos criminais do que os casos novos criminais no ano corrente.

Não se aplica.

Identificar e julgar, até 31/12 do ano corrente, 70% das ações penais vinculadas aos crimes relacionados à improbidade administrativa, ao tráfico de pessoas, à exploração sexual e ao trabalho escravo, distribuídas até 31/12/2014).

Não se aplica.

Acerca do cumprimento do Provimento CNJ nº 29/2013

A unidade jurisdicional informou que vem atualizando o Cadastro Nacional de Condenados por Ato de Improbidade Administrativa e por Ato que implique Inelegibilidade (CNCIAI).

Acerca do cumprimento das exigências previstas na Resolução CNJ nº 66/2009, com a redação introduzida pela Resolução CNJ nº 87/2009, e sobre a necessidade de inserção, no sistema informatizado, do Relatório de Controle de Prisões

Não se aplica.

6.7.9. Processos selecionados para correição

Foram correicionados 27 processos físicos (quando da correição tinham 575 processos físicos em tramitação ajustada).

Quanto aos processos do Sistema PJe, foram correicionados 100 processos (quando da correição tinham 1.746 processos eletrônicos em tramitação).

6.7.9.1. Principais constatações da análise individual de processos

6.7.9.1.1. Processos Físicos

Da análise individual dos processos, podem ser destacadas as seguintes ocorrências:

DEMORA NA COBRANÇA DE DEVOLUÇÃO DAS CARTAS PRECATÓRIAS EXPEDIDAS E NÃO DEVOLVIDAS:		
TIPO DE AÇÃO	Nº DO PROCESSO	OBSERVAÇÃO
Civil Pública	00054579320144058100	Outubro/2014-fev/2015.
Improbidade Administrativa	00061617220154058100	CP de 17/01/17, determinada a cobrança em inspeção em 27/03/2017, despacho/expedição de ofício (cobrando) em 24/08/2017, reiteração em 01/03/18.
DEMORA NA COBRANÇA DE DEVOLUÇÃO DE AUTOS FORA DE CARTÓRIO:		
TIPO DE AÇÃO	Nº DO PROCESSO	OBSERVAÇÃO
Civil Pública	00039240220144058100	Retirados em 05/07/16, devolução em 09/01/2017.

Improbidade Administrativa	00130712320124058100	15/09/2017 - 23/02/2018.
DEMORA NA CONCLUSÃO:		
TIPO DE AÇÃO	Nº DO PROCESSO	OBSERVAÇÃO
Improbidade Administrativa	00117444820094058100	Julho-setembro/2017 e nov/2017-fev/2018.
Civil Pública	00051036820144058100	De fl. 925 (março a nov/17).
DEMORA NA JUNTADA DE EXPEDIENTE:		
TIPO DE AÇÃO	Nº DO PROCESSO	OBSERVAÇÃO
Civil Pública	00054579320144058100	Junho-setembro/2015.
Improbidade Administrativa	00130712320124058100	Set/2017-fev/2018.
DEMORA NA PROLAÇÃO DE DECISÃO/ SENTENÇA:		
TIPO DE AÇÃO	Nº DO PROCESSO	OBSERVAÇÃO
Improbidade Administrativa	00117444820094058100	Dezembro/2016- maio/2017.
Improbidade Administrativa	00001286620154058100	Junho-outubro/2017.
Civil Pública	00163359220054058100	Concluso para sentença desde 21/11/17.
Improbidade Administrativa	00130712320124058100	Nov/2016-julho/2017.
Improbidade Administrativa	00142782320134058100	Conc. em 31/01/14, sentença e, 30/07/14.
Improbidade Administrativa	00142782320134058100	Conclusos em 01/12/2016, decisão em 04/04/17.
Improbidade Administrativa	00098701820154058100	Conclusão em 24/08/2017, sentença em 09/03/2018.
Improbidade Administrativa	00051345420154058100	Conclusos em 30/05/2016, decisão em 12/05/2017.
Civil Pública	00039240220144058100	Conclusos em 19/11/2015, decisão em 29/02/16.
Civil Pública	00061478820154058100	Conclusão em 13/02/17, sentença em 20/10/17.
Improbidade Administrativa	00037506620094058100	De 18.07.2017 a 16.11.2017.
DEMORA NA PROLAÇÃO DE DESPACHO:		
TIPO DE AÇÃO	Nº DO PROCESSO	OBSERVAÇÃO

Civil Pública	00082870320124058100	De fl. 212 (nov/17 a fev/18).
Civil Pública	00020029120124058100	Setembro/2017 - fevereiro/2018.
FEITO EM ORDEM:		
TIPO DE AÇÃO	Nº DO PROCESSO	OBSERVAÇÃO
Civil Pública	00036752720094058100	
Improbidade Administrativa	00009234320134058100	
Civil Pública	00000200981000167501	
Civil Pública	00004742720094058100	
Civil Pública	00114884220084058100	
Mandado de Segurança Coletivo	00057962820094058100	
Civil Pública	00066539820144058100	
Civil Pública	00065483420084058100	
Improbidade Administrativa	00068202820084058100	
Civil Pública	00105265320074058100	
Civil Pública	00076354920134058100	
OUTROS:		
TIPO DE AÇÃO	Nº DO PROCESSO	OBSERVAÇÃO
Civil Pública	00082870320124058100	Autos em poder da parte por tempo excessivo (junho a nov/17 - fls. 203/204).
Civil Pública	00067110420144058100	Ausência de movimentação- julho/2017 a fev/2018.
Outras Observações:		
<p>Processo: 00061478820154058100 Classe: Civil Pública - Meta 02. Trâmite inicial na Justiça Estadual.</p> <p>Processo: 00061617220154058100 Classe: Improbidade Administrativa - trâmite inicial na Justiça Estadual.</p> <p>Processo : 00082870320124058100 Classe: Civil Pública - Sentença proferida em 2014 anulada pelo Tribunal.</p> <p>Processo: 00142782320134058100 Classe: Improbidade Administrativa - sentença que acolheu prescrição reformada no TRF5.</p>		

6.7.9.1.2. Processos Judiciais Eletrônicos (PJe)

Quanto aos processos eletrônicos, merecem registro as seguintes situações:

Número do Processo	Classe Judicial	Assunto	Último Evento	Polo Ativo	Polo Passivo	Correiciona
Ausência/demora na conclusão						
0800168-15.2015.4.05.8100	EXECUÇÃO HIPOTECÁRIA DO SISTEMA FINANCEIRO DA HABITAÇÃO	Cédula Hipotecária	Inspecção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	EMPRESA GESTORA DE ATIVOS - EMGEA - 04.527.335/0001-13	JOSE NILSON MAIA - 013.547.873-15	SIM
0800455-46.2013.4.05.8100	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA		Inspecção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CASA DA MOEDA DO BRASIL CMB -	ADAUTO LEITAO DE ARAUJO JUNIOR -	SIM
0800478-26.2012.4.05.8100	PROCEDIMENTO COMUM	Contratos Bancários e outros	Juntada de Certidão de Intimação	ANTONIO BEZERRA FILHO -	CAIXA ECONOMICA FEDERAL e outro -	SIM
0801026-46.2015.4.05.8100	PROCEDIMENTO COMUM	Agência e Distribuição	Expedição de expediente	LUIZ CARLOS DA SILVA e outro -	ADRIANA DE FREITAS SILVA e outro -	SIM
0801191-64.2013.4.05.8100	PROCEDIMENTO COMUM	Acidente de Trânsito	Inspecção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES - DNIT - 04.892.707/0001-00	DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO e outros - 00.375.114/0001-16	SIM
0801424-90.2015.4.05.8100	MONITÓRIA	Execução Contratual	Juntada de Certidão de decurso de prazo	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF -	JOSE LEONDAS MOREIRA MAIA e outros - 546.032.343-68	SIM
0801641-70.2014.4.05.8100	PROCEDIMENTO COMUM	Rescisão do contrato e devolução do dinheiro	Remetidos os Autos (em grau de recurso) para TRF5	DULCIANO SILVA PEREIRA -	CAIXA ECONOMICA FEDERAL -	SIM
0801654-98.2016.4.05.8100	REINTEGRAÇÃO / MANUTENÇÃO DE POSSE	Reintegração de Posse	Conclusos para julgamento	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF - 00.360.305/0001-04	DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO e outro - 00.375.114/0001-16	SIM
0802275-95.2016.4.05.8100	EMBARGOS À EXECUÇÃO	Efeito Suspensivo / Impugnação / Embargos à Execução	Proferido despacho de mero expediente	COMERCIAL DE CONFECÇÕES COR DE JAMBO LTDA - ME e outros - 08.169.900/0001-79	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF - 00.360.305/0001-04	SIM
0803204-65.2015.4.05.8100	CAUTELAR INOMINADA	CPF/Cadastro de Pessoas Físicas	Juntada de Certidão de decurso de prazo	JOSE EVANGELISTA DE CARVALHO MOREIRA e outro - 001.153.043-04	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF - 00.360.305/0001-04	SIM
0803459-23.2015.4.05.8100	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA	Efeito Suspensivo / Impugnação / Embargos à Execução	Juntada de Certidão de Intimação	FABRICIA ABREU SILVERIO e outros -	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF -	SIM
0803489-92.2014.4.05.8100	EXECUÇÃO HIPOTECÁRIA DO SISTEMA FINANCEIRO DA HABITAÇÃO	Cédula Hipotecária	Convertido(a) o(a) Julgamento em Diligência	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - 00.360.305/0001-04	JOSE MARIA FONTENELE MIRANDA - 033.947.433-53	SIM
0803609-67.2016.4.05.8100	AÇÃO CIVIL PÚBLICA	Dano ao Erário e outros	Juntada de Certidão de Intimação	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.108/0001-02	DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO e outros - 00.375.114/0001-16	SIM
0803696-23.2016.4.05.8100	MANDADO DE SEGURANÇA	COFINS - Importação e outros	Juntada de Certidão de Intimação	IDEIA HOME & DESIGNER COMÉRCIO DE MIUDEZAS E VARIEDADES LTDA EIRELI ME -	UNIÃO FEDERAL e outros - 26.994.558/0001-23	SIM
0803750-91.2013.4.05.8100	DEPÓSITO	Busca e Apreensão	Apreciada questão interlocutória	CAIXA ECONOMICA FEDERAL -	MARIA CLEIA SOUSA GOMES -	SIM
0803908-78.2015.4.05.8100	EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL	Execução Contratual	Baixa Definitiva	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF -	VANESSA VASCONCELOS LIMA	SIM
					INSTITUTO	

0804119-51.2014.4.05.8100	PROCEDIMENTO COMUM	Aposentadoria por Invalidez e outros	Conclusos para julgamento	GILSON SILVA DE CARVALHO - 097.596.381-34	NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS - 29.979.036/0001-40	SIM
0804157-29.2015.4.05.8100	PROCEDIMENTO COMUM	Abono da Lei 8.178/91	Conclusos para despacho	MARCOS TEODORICO VASCONCELOS - 043.841.137-49	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS - 29.979.036/0001-40	SIM
0804766-75.2016.4.05.8100	REINTEGRAÇÃO / MANUTENÇÃO DE POSSE	Esbulho / Turbação / Ameaça	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	EMPRESA GESTORA DE ATIVOS - EMGEA	CARLOS MAGNO CRUZ CARVALHO e outro - 245.657.253-04	SIM
0804839-47.2016.4.05.8100	PROCEDIMENTO COMUM	Direito de Imagem e outros	Juntada de Petição	BERNARDO ARY ROMCY DE SANFORD LIMA - 468.266.453-00	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF - 00.360.205/0001-04	SIM
0804929-89.2015.4.05.8100	PROCEDIMENTO COMUM	Super SIMPLES	Remetidos os Autos (em grau de recurso) para TRF5	BOAVISTA COMERCIO E ASSISTENCIA TECNICA LTDA - EPP - 04.517.749/0001-61	FAZENDA NACIONAL e outro - 00.394.460/0216-53	SIM
0805027-74.2015.4.05.8100	REINTEGRAÇÃO / MANUTENÇÃO DE POSSE	Esbulho / Turbação / Ameaça	Baixa Definitiva	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF -	MEIRI LUCI DE SOUZA 715.628.773.72	SIM
0805160-82.2016.4.05.8100	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA	Honorários Advocáticos	Conclusos para decisão	AGENCIA NACIONAL DE SAUDE SUPLEMENTAR - ANS - 03.589.068/0001-46	HAPVIDA ASSISTENCIA MEDICA LTDA - 63.554.067/0001-98	SIM
0805596-75.2015.4.05.8100	PROCEDIMENTO COMUM	Reserva de Plenário	Juntada de Certidão de Intimação	COMPANHIA IMOBILIARIA MSB - 06.047.005/0001-56	CONSELHO FEDERAL DE ENGENHARIA ARQUITETURA E AGRONOMIA e outro - 33.665.647/0001-91	SIM
0805749-74.2016.4.05.8100	PROCEDIMENTO COMUM	Fornecimento de Medicamentos	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO e outro - 00.375.114/0001-16	UNIÃO FEDERAL e outros - 26.004.558/0001-22	SIM
0805760-06.2016.4.05.8100	AÇÃO CIVIL PÚBLICA	Interpretação / Revisão de Contrato	Remetidos os Autos (em grau de recurso) para TRF5	DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE PROTECAO E DEFESA DOS DIREITOS DO CONSUMIDOR - 21.712.371/0001-76	EMPRESA BRASILEIRA DE INFRA-ESTRUTURA AEROPORTUARIA - INFRAERO e outro - 00.352.294/0001-10	SIM
0806117-83.2016.4.05.8100	PROCEDIMENTO COMUM	Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	ADRIANA CARNEIRO MAGALHAES ESCOCIA - 447.388.543-72	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF e outro 00.360.205/0001-04	SIM
0806483-59.2015.4.05.8100	CAUTELAR INOMINADA	Caução / Contracautela	Remetidos os Autos (em grau de recurso) para TRF5	MACHADO INCORPORACAO E ADMINISTRACAO LTDA - 06.608.327/0001-27	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	SIM
0806520-23.2014.4.05.8100	PROCEDIMENTO COMUM	Prestação de Serviços	Conclusos para julgamento	TCI BPO - TECNOLOGIA, CONHECIMENTO E INFORMACAO S/A - 03.311.116/0001-30	DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS CONTRA AS SECAS - DNOCS - 00.043.711/0001-43	SIM
0806647-87.2016.4.05.8100	BUSCA E APREENSÃO EM ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA	Alienação Fiduciária	Conclusos para decisão	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF - 00.360.205/0001-04	MILENE COLLARES MASCARENHAS - 200.063.013.00	SIM
0807058-67.2015.4.05.8100	EMBARGOS À EXECUÇÃO	Extinção da Execução	Juntada de Certidão de Intimação	WILLIAN SILVA DO NASCIMENTO -	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF -	SIM
0807288-12.2015.4.05.8100	EMBARGOS À EXECUÇÃO	Correção Monetária	Juntada de Certidão de Intimação	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	CEAVE AVIARIO CEARENSE LIMITADA - ME e outros - 07.363.211/0001-38	SIM
0807545-66.2017.4.05.8100	AÇÃO CIVIL PÚBLICA	FUNDEF/Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	ASS DOS PROFESSORES DE ESTABELECIMENTOS OFICIAIS CEARA -	UNIÃO FEDERAL e outro - 26.994.558/0001-23	SIM

0807660-58.2015.4.05.8100	MONITÓRIA	Execução Contratual	Baixa Definitiva	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF -	FRANCISCO EPAMINONDAS FREITAS DE LIMA - 617.671.993-33	SIM
0807859-46.2016.4.05.8100	PROCEDIMENTO COMUM	Alienação Fiduciária e outros	Juntada de Petição	JOSE ORIVAN DOS SANTOS -	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF -	SIM
0808390-98.2017.4.05.8100	AÇÃO CIVIL	Habitação	Juntada de Petição	DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO -	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL e outros -	SIM

	PÚBLICA			00.375.114/0001-16	03.636.198/0001-92	
0809118-76.2016.4.05.8100	EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL	Anuidades OAB	Juntada de Certidão de Intimação	ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL SECCAO DO CEARA - OAB CE - 07.375.512/0001-81	FRANCISCO WARES BEZERRA - 059.854.803-30	SIM
0809524-63.2017.4.05.8100	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Violação aos Princípios Administrativos	Juntada de Certidão	UNIÃO FEDERAL e outro -	MARILENE CAMPELO NOGUEIRA -	SIM
0809931-69.2017.4.05.8100	AÇÃO CIVIL PÚBLICA	Exercício Profissional	Remetidos os Autos (em grau de recurso) para TRF5	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	CONSELHO REGIONAL DE CORRETORES DE IMOVEIS 15 REGIAO - 09.420.282/0001-50	SIM
0811603-49.2016.4.05.8100	EMBARGOS À EXECUÇÃO	Efeito Suspensivo / Impugnação / Embargos à Execução	Juntada de Certidão de Intimação	FRANCISCO AIRTON FERREIRA SILVA -	ANDRE LUIS MEIRELES JUSTI e outro - 484.629.183-91	SIM
0812929-10.2017.4.05.8100	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Dano ao Erário e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MUNICIPIO DE CHOROZINHO - PREFEITURA MUNICIPAL e outros - 23.555.279/0001-75	ARGENTINA SAMPAIO PADILHA - 234.764.193-04	SIM
0813775-27.2017.4.05.8100	PROCEDIMENTO COMUM	Unidade de terapia intensiva (UTI) ou unidade de cuidados intensivos (UCI)	Baixa Definitiva	DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO e outro - 00.375.114/0001-16	MUNICIPIO DE FORTALEZA e outros - 07.051.605/0001-60	SIM
0814035-41.2016.4.05.8100	EMBARGOS À EXECUÇÃO	Efeito Suspensivo / Impugnação / Embargos à Execução	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	UNICA COMERCIO E SERVICOS ELETRONICOS LTDA - ME - 09.558.088/0001-36	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF - 00.360.305/0001-04	SIM
0814773-92.2017.4.05.8100	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA CONTRA A FAZENDA	Execução Previdenciária e outros	Juntada de Petição	MARIA JOSE CARNEIRO - 544.067.303-20	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS - 29.979.036/0001-40	SIM
0814884-76.2017.4.05.8100	PROCEDIMENTO COMUM	Cartão de Crédito e outros	Juntada de Cota	MARIA ELIETE VALADARES FERREIRA - 113.306.193-15	BANCO BMG S.A. e outro - 61.186.690/0001-71	SIM
0815210-36.2017.4.05.8100	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA	Execução Contratual	Juntada de Certidão de Retificação de Autuação	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF - 00.360.305/0001-04	ROGERIO CESAR FREITAS JUNIOR - 212.930.570-00	SIM
0815398-29.2017.4.05.8100	PROCEDIMENTO COMUM	Averbação/Cômputo/Conversão de tempo de serviço especial	Conclusos para julgamento	JOSE FRANCIMAR MARQUES DA SILVA - 143.235.163-04	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS - 29.979.036/0001-40	SIM
0815571-53.2017.4.05.8100	PROCEDIMENTO COMUM	Compra e Venda e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	ANA KARINA OLIVEIRA DE MAGALHAES ADERALDO e outro -	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF - 00.360.305/0001-04	SIM
Demora para certificação do decurso de prazo						
0807288-12.2015.4.05.8100	EMBARGOS À EXECUÇÃO	Correção Monetária	Juntada de Certidão de Intimação	FAZENDA NACIONAL - 00.304.460/0216-52	CEAVE AVIARIO CEARENSE LIMITADA - ME e outros - 07.363.211/0001-38	SIM
0814022-42.2016.4.05.8100	MANDADO DE SEGURANÇA COLETIVO	Base de Cálculo	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	SINDICATO DOS DOCENTES DAS UNIVERSIDADES FEDERAIS DO ESTADO DO CEARA - 06.929.400/0001-62	Pró-Reitor de Gestão de Pessoas da UFC e outro -	SIM
Lapso entre conclusão e prolação da sentença						
0800478-26.2012.4.05.8100	PROCEDIMENTO COMUM	Contratos Bancários e outros	Juntada de Certidão de Intimação	ANTONIO BEZERRA FILHO -	CAIXA ECONOMICA FEDERAL e outro -	SIM
0800968-09.2016.4.05.8100	PROCEDIMENTO COMUM	Financiamento de Produto	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	F T OLIVEIRA MATOS - ME -	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF -	SIM
0801641-70.2014.4.05.8100	PROCEDIMENTO COMUM	Rescisão do contrato e devolução do dinheiro	Remetidos os Autos (em grau de recurso) para TRF5	DULCIANO SILVA PEREIRA -	CAIXA ECONOMICA FEDERAL -	SIM

0803758-68.2013.4.05.8100	EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL	Execução Contratual	Baixa Definitiva	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - 00.260.205/0001-04	FRANCISCO HAMILTON ROCHA BARROSO - 024.809.643-53	SIM
0804157-29.2015.4.05.8100	PROCEDIMENTO	Abono da Lei 8.178/91	Conclusos para	MARCOS TEODORICO VASCONCELOS -	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL -	SIM

	COMUM		despacho	043.841.137-49	INSS -	
0804163-36.2015.4.05.8100	EMBARGOS À EXECUÇÃO	Correção Monetária	Juntada de Parecer/Informação	UNIÃO FEDERAL - 36.004.559/0001-22	MARIA DO ROSARIO DE SOUZA GOMES -	SIM
0804296-78.2015.4.05.8100	PROCEDIMENTO COMUM	Contratos Bancários	Juntada de Certidão de Intimação	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF -	JOSE MAXIMILIANO FERREIRA LIMA e outros - 009.586.883-62	SIM
0805204-38.2015.4.05.8100	EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL	Execução Contratual	Proferido despacho de mero expediente	CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA VETERINARIA DO ESTADO DO CEARA - CRMV/CE - 06.622.443/0001-09	DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO e outro - 00.375.114/0001-16	SIM
0805596-75.2015.4.05.8100	PROCEDIMENTO COMUM	Reserva de Plenário	Juntada de Certidão de Intimação	COMPANHIA IMOBILIARIA MSB - 06.047.005/0001-56	CONSELHO FEDERAL DE ENGENHARIA ARQUITETURA E AGRONOMIA e outro - 33.665.647/0001-91	SIM
0806483-59.2015.4.05.8100	CAUTELAR INOMINADA	Caução / Contracautela	Remetidos os Autos (em grau de recurso) para TRF5	MACHADO INCORPORACAO E ADMINISTRACAO LTDA - 06.608.327/0001-27	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	SIM
0811603-49.2016.4.05.8100	EMBARGOS À EXECUÇÃO	Efeito Suspensivo / Impugnação / Embargos à Execução	Juntada de Certidão de Intimação	FRANCISCO AIRTON FERREIRA SILVA -	ANDRE LUIS MEIRELES JUSTI e outro - 484.629.183-91	SIM
0815655-54.2017.4.05.8100	PROCEDIMENTO COMUM	Vícios de Construção	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	ANA BEATRIZ FERREIRA LUCENA -	ANTONIO ALVES MONTEIRO e outro -	SIM
Lapso entre conclusão e prolação despacho/decisão						
0800080-79.2017.4.05.8108 - (Segredo)	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Dano ao Erário	Juntada de Certidão	UNIÃO FEDERAL e outros -	ROBERT VIANA LEITAO e outros -	SIM
0800509-12.2013.4.05.8100	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA		Proferido despacho de mero expediente	Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT - 34.028.316/0001-03	LICITA COMERCIO E SERVICOS DE MATERIAIS DE CONSTRUCAO EM GERAL LTDA - ME - 10.250.418/0001-00	SIM
0801191-64.2013.4.05.8100	PROCEDIMENTO COMUM	Acidente de Trânsito	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES - DNIT - 04.892.707/0001-00	DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO e outros - 00.375.114/0001-16	SIM
0801424-90.2015.4.05.8100	MONITÓRIA	Execução Contratual	Juntada de Certidão de decurso de prazo	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF -	JOSE LEONDAS MOREIRA MAIA e outros - 546.032.343-68	SIM
0803459-23.2015.4.05.8100	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA	Efeito Suspensivo / Impugnação / Embargos à Execução	Juntada de Certidão de Intimação	FABRICIA ABREU SILVERIO e outros -	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF -	SIM
0803489-92.2014.4.05.8100	EXECUÇÃO HIPOTECÁRIA DO SISTEMA FINANCEIRO DA HABITAÇÃO	Cédula Hipotecária	Convertido(a) o(a) Julgamento em Diligência	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - 00.360.305/0001-04	JOSE MARIA FONTENELE MIRANDA - 033.947.433-53	SIM
0803750-91.2013.4.05.8100	DEPÓSITO	Busca e Apreensão	Apreciada questão interlocutória	CAIXA ECONOMICA FEDERAL -	MARIA CLEIA SOUSA GOMES -	SIM
0803908-78.2015.4.05.8100	EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL	Execução Contratual	Baixa Definitiva	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF -	VANESSA VASCONCELOS LIMA	SIM
0804119-51.2014.4.05.8100	PROCEDIMENTO COMUM	Aposentadoria por Invalidez e outros	Conclusos para julgamento	GILSON SILVA DE CARVALHO - 097.596.381-34	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS - 29.979.036/0001-40	SIM
0804163-36.2015.4.05.8100	EMBARGOS À EXECUÇÃO	Correção Monetária	Juntada de Parecer/Informação	UNIÃO FEDERAL - 36.004.559/0001-22	MARIA DO ROSARIO DE SOUZA GOMES -	SIM
0807288-12.2015.4.05.8100	EMBARGOS À EXECUÇÃO	Correção Monetária	Juntada de Certidão de Intimação	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	CEAVE AVIARIO CEARENSE LIMITADA - ME e outros - 07.363.211/0001-38	SIM

0807506-40.2015.4.05.8100	EMBARGOS À EXECUÇÃO	Taxa SELIC	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS CONTRA AS SECAS - DNOCS - 00.043.711/0001-43	ASSOCIACAO DOS SERVIDORES DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS CONTRA AS SECAS - ASSECAS -	SIM
0807859-46.2016.4.05.8100	PROCEDIMENTO COMUM	Alienação Fiduciária e outros	Juntada de Petição	JOSE ORIVAN DOS SANTOS -	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF -	SIM
0813362-48.2016.4.05.8100	PROCEDIMENTO COMUM	Transferência de Financiamento (contrato de gaveta)	Juntada de Petição	FRANCISCO SILVIO CRUZ LIMA e outro - 613.222.642-40	MRV ENGENHARIA E PARTICIPACOES SA e outro - 08.343.492/0001-20	SIM
0814035-41.2016.4.05.8100	EMBARGOS À EXECUÇÃO	Efeito Suspensivo / Impugnação / Embargos à Execução	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	UNICA COMERCIO E SERVICOS ELETRONICOS LTDA - ME - 09.558.088/0001-36	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF - 00.360.305/0001-04	SIM
0815183-87.2016.4.05.8100	AÇÃO CIVIL PÚBLICA	Reintegração de Posse e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 02.626.108/0001-02	DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO e outros - 00.375.114/0001-16	SIM
Lapso sem movimentação processo na Secretaria						
0800258-52.2017.4.05.8100	AÇÃO CIVIL PÚBLICA	Revogação/Concessão de Licença Ambiental	Juntada de Certidão de Intimação	INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVAVEIS - IBAMA e outro - 03.659.166/0001-02	ATLANTICO ENGENHARIA LTDA - ME - 06.165.148/0001-62	SIM
0800493-87.2015.4.05.8100	PROCEDIMENTO COMUM	Contribuição sobre a folha de salários e outros	Baixa Definitiva	VOUGA VEICULOS E PECAS LTDA e outros - 00.204.460/0016-52	FAZENDA NACIONAL	SIM
0803851-89.2017.4.05.8100	AÇÃO CIVIL PÚBLICA	Anulação	Juntada de Petição	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL -	LUCAS JACKSON CORREIA LIMA e outros	SIM
0803992-11.2017.4.05.8100	PROCEDIMENTO COMUM	Multas e demais Sanções e outros	Juntada de Contrarrrazões	MARIA ELIZABETH FREIRE BEZERRA -	UNIÃO FEDERAL e outro -	SIM
0804157-29.2015.4.05.8100	PROCEDIMENTO COMUM	Abono da Lei 8.178/91	Conclusos para despacho	MARCOS TEODORICO VASCONCELOS - 043.841.137-49	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS - 29.979.036/0001-40	SIM
0804517-61.2015.4.05.8100	PROCEDIMENTO COMUM	Aposentadoria Especial (Art. 57/8)	Remetidos os Autos (em grau de recurso) para TRF5	CLAUDIONIR DOS SANTOS - 534.408.115-49	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS - 29.979.036/0001-40	SIM
0804713-31.2015.4.05.8100	EMBARGOS À EXECUÇÃO	Efeito Suspensivo / Impugnação / Embargos à Execução	Conclusos para julgamento	UNIÃO FEDERAL - 26.001.550/0001-20	GERALDO SOBREIRA DOS SANTOS e outros -	SIM
0805665-10.2015.4.05.8100	EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL	Execução Contratual	Baixa Definitiva	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF - 00.360.305/0001-04	FORTLOC LOCACAO E SERVICOS AUTOMOTIVOS LTDA - ME e outros - 01.537.188/0001-74	SIM
0805750-25.2017.4.05.8100	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Dano ao Erário e outros	Conclusos para despacho	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF e outro - 00.360.305/0001-04	EVARISTO CARLOS DE SOUZA - 605.451.541-87	SIM
0807058-67.2015.4.05.8100	EMBARGOS À EXECUÇÃO	Extinção da Execução	Juntada de Certidão de Intimação	WILLIAN SILVA DO NASCIMENTO -	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF -	SIM
0807552-58.2017.4.05.8100	AÇÃO CIVIL PÚBLICA	FUNDEF/Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino		ASS DOS PROFESSORES DE ESTABELECIMENTOS OFICIAIS CEARA -	UNIÃO FEDERAL e outro - 26.994.558/0001-23	SIM
0811143-28.2017.4.05.8100	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Violação aos Princípios Administrativos	Proferido despacho de mero expediente	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF e outro - 00.360.305/0001-04	JACKSON LOMANTO MELO BANDEIRA - 220.054.573-15	SIM

0812929-10.2017.4.05.8100	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Dano ao Erário e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MUNICIPIO DE CHOROZINHO - PREFEITURA MUNICIPAL e outros - 23.555.279/0001-75	ARGENTINA SAMPAIO PADILHA - 234.764.193-04	SIM
0813735-45.2017.4.05.8100	PROCEDIMENTO COMUM	Aposentadoria Especial (Art. 57/8)	Juntada de Apelação	CARLOS ROBERTO REBOUCAS - 263.363.753-15	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS - 29.979.036/0001-40	SIM
0813755-36.2017.4.05.8100	PROCEDIMENTO COMUM	Demonstrações Financeiras (DCTF)	Juntada de Certidão de Intimação	CIA DE GAS DO CEARA CEGAS -	FAZENDA NACIONAL 00.204.460/0016-53	SIM
				SINDICATO DOS DOCENTES DAS		

0814022-42.2016.4.05.8100	MANDADO DE SEGURANÇA COLETIVO	Base de Cálculo	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	UNIVERSIDADES FEDERAIS DO ESTADO DO CEARA - 06.929.400/0001-62	Pró-Reitor de Gestão de Pessoas da UFC e outro -	SIM
0815183-87.2016.4.05.8100	AÇÃO CIVIL PÚBLICA	Reintegração de Posse e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 02.636.108/0001-02	DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO e outros - 00.375.114/0001-16	SIM
Lapso temporal para cumprimento despacho/decisão						
0800455-46.2013.4.05.8100	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA		Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CASA DA MOEDA DO BRASIL CMB -	ADAUTO LEITAO DE ARAUJO JUNIOR -	SIM
0800509-12.2013.4.05.8100	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA		Proferido despacho de mero expediente	Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT - 34.028.316/0001-03	LICITA COMERCIO E SERVICOS DE MATERIAIS DE CONSTRUCAO EM GERAL LTDA - ME - 10.250.418/0001-00	SIM
0801191-64.2013.4.05.8100	PROCEDIMENTO COMUM	Acidente de Trânsito	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES - DNIT - 04.892.707/0001-00	DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO e outros - 00.375.114/0001-16	SIM
0802275-95.2016.4.05.8100	EMBARGOS À EXECUÇÃO	Efeito Suspensivo / Impugnação / Embargos à Execução	Proferido despacho de mero expediente	COMERCIAL DE CONFECÇÕES COR DE JAMBO LTDA - ME e outros - 08.169.900/0001-79	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF - 00.360.305/0001-04	SIM
0803204-65.2015.4.05.8100	CAUTELAR INOMINADA	CPF/Cadastro de Pessoas Físicas	Juntada de Certidão de decurso de prazo	JOSE EVANGELISTA DE CARVALHO MOREIRA e outro - 001.153.043-04	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF - 00.360.305/0001-04	SIM
0804296-78.2015.4.05.8100	PROCEDIMENTO COMUM	Contratos Bancários	Juntada de Certidão de Intimação	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF -	JOSE MAXIMILIANO FERREIRA LIMA e outros - 009.586.883-62	SIM
0804713-31.2015.4.05.8100	EMBARGOS À EXECUÇÃO	Efeito Suspensivo / Impugnação / Embargos à Execução	Conclusos para julgamento	UNIÃO FEDERAL - 26.004.558/0001-22	GERALDO SOBREIRA DOS SANTOS e outros -	SIM
0805027-74.2015.4.05.8100	REINTEGRAÇÃO / MANUTENÇÃO DE POSSE	Esbulho / Turbação / Ameaça	Baixa Definitiva	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF -	MEIRI LUCI DE SOUZA 715.628.772-72	SIM
0806483-59.2015.4.05.8100	CAUTELAR INOMINADA	Caução / Contracautela	Remetidos os Autos (em grau de recurso) para TRF5	MACHADO INCORPORACAO E ADMINISTRACAO LTDA - 06.608.327/0001-27	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	SIM
0806520-23.2014.4.05.8100	PROCEDIMENTO COMUM	Prestação de Serviços	Conclusos para julgamento	TCI BPO - TECNOLOGIA, CONHECIMENTO E INFORMACAO S/A - 03.311.116/0001-30	DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS CONTRA AS SECAS - DNOCS - 00.043.711/0001-43	SIM
0807506-40.2015.4.05.8100	EMBARGOS À EXECUÇÃO	Taxa SELIC	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS CONTRA AS SECAS - DNOCS - 00.043.711/0001-43	ASSOCIACAO DOS SERVIDORES DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS CONTRA AS SECAS - ASSECAS - 05.461.553/0001-65	SIM
0809118-76.2016.4.05.8100	EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL	Anuidades OAB	Juntada de Certidão de Intimação	ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL SECCAO DO CEARA - OAB CE - 07.375.512/0001-81	FRANCISCO WARES BEZERRA - 059.854.803-30	SIM
0809524-63.2017.4.05.8100	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Violação aos Princípios Administrativos	Juntada de Certidão	UNIÃO FEDERAL e outro -	MARILENE CAMPELO NOGUEIRA -	SIM
0811143-28.2017.4.05.8100	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Violação aos Princípios Administrativos	Proferido despacho de mero expediente	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF e outro - 00.360.305/0001-04	JACKSON LOMANTO MELO BANDEIRA - 220.054.572-15	SIM
0812503-95.2017.4.05.8100	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Enriquecimento ilícito e outros	Juntada de Certidão de Intimação	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 02.636.108/0001-02	FRANCISCA MEDEIROS GUIMARAES - 289.270.285-20	SIM
Outros:						

0800258-52.2017.4.05.8100	AÇÃO CIVIL PÚBLICA	Revogação/Concessão de Licença Ambiental	Juntada de Certidão de Intimação	INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS	ATLANTICO ENGENHARIA LTDA - ME - 06.165.148/0001-62	SIM
---------------------------	--------------------	--	----------------------------------	---	---	-----

				RENOVAVEIS - IBAMA e outro -		
Paralisação irregular do processo						
0801125-79.2016.4.05.8100	PROCEDIMENTO COMUM	Correção Monetária	Juntada de Certidão de Intimação	FAZENDA NACIONAL -	MARILIA DE OLIVEIRA SANTANA SA e outros - 497.737.636-68	SIM
0803339-14.2014.4.05.8100	EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL	Execução Contratual	Baixa Definitiva	CAIXA ECONOMICA FEDERAL -	ELIETE DA SILVA BARACHO e outros -	SIM
0804119-51.2014.4.05.8100	PROCEDIMENTO COMUM	Aposentadoria por Invalidez e outros	Conclusos para julgamento	GILSON SILVA DE CARVALHO - 097.596.381-34	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS - 29.979.036/0001-40	SIM
0804296-78.2015.4.05.8100	PROCEDIMENTO COMUM	Contratos Bancários	Juntada de Certidão de Intimação	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF -	JOSE MAXIMILIANO FERREIRA LIMA e outros - 009.586.883-62	SIM
0805160-82.2016.4.05.8100	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA	Honorários Advocáticos	Conclusos para decisão	AGENCIA NACIONAL DE SAUDE SUPLEMENTAR - ANS. - 03.589.068/0001-46	HAPVIDA ASSISTENCIA MEDICA LTDA - 63.554.067/0001-98	SIM
0807058-67.2015.4.05.8100	EMBARGOS À EXECUÇÃO	Extinção da Execução	Juntada de Certidão de Intimação	WILLIAN SILVA DO NASCIMENTO -	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF -	SIM
0807075-40.2014.4.05.8100	PROCEDIMENTO COMUM	Direito de Imagem	Expedição de expediente	ROBERTO DELFINO MAIA DA SILVA -	FAZENDA NACIONAL	SIM
0808248-31.2016.4.05.8100	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Dano ao Erário		UNIÃO FEDERAL e outro -	JOAO BOSCO PINTO SARAIVA -	SIM
0811739-46.2016.4.05.8100	MANDADO DE SEGURANÇA	Devolução de contribuições previdenciárias pagas além do	Baixa Definitiva	NELY MARJOLLIE GUANABARA TEIXEIRA - 654.955.273-72	DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM	SIM
0813081-92.2016.4.05.8100	AÇÃO CIVIL PÚBLICA	Indenização por Dano Ambiental e outros	Juntada de Petição	INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVAVEIS - IBAMA e outro - 03.659.166/0001-02	DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO e outros - 00.375.114/0001-16	SIM
Processo em ordem						
0800834-11.2018.4.05.8100	CARTA PRECATÓRIA CÍVEL	Intimação	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO - CNPQ e outro -	ESPOLIO DE HAMILTON CAVALCANTE DE ANDRADE - null	SIM
0800941-55.2018.4.05.8100	EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL	Cédula de Crédito Bancário	Conclusos para julgamento	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF -	ANTONIO ADRIANO SOUSA ALVES e outro -	SIM
0801061-98.2018.4.05.8100	EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL	Anuidades OAB	Baixa Definitiva	ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL SECCAO DO CEARA - OAB CE - 07.375.512/0001-81	KARLA MACHADO DE SOUZA - 026.995.203-90	SIM
0801155-85.2014.4.05.8100	PROCEDIMENTO COMUM	Medicamento / Tratamento / Cirurgia de Eficácia não comprovada	Remetidos os Autos (em grau de recurso) para TRF5	DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO e outro - 00.375.114/0001-16	UNIÃO FEDERAL e outro -	SIM
0801278-20.2013.4.05.8100	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA CONTRA A FAZENDA	Cálculo do fator previdenciário - Lei 9.876/99	Juntada de Certidão de decurso de prazo	SANDRA MARIA NUNES RODRIGUES - 230.187.803-10	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS - 29.979.036/0001-40	SIM
0801337-08.2013.4.05.8100	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA CONTRA A FAZENDA	Anulação de Débito Fiscal	Juntada de Certidão de Intimação	EMANUEL COELHO SILVA e outro - 623.185.193-15	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS - 29.979.036/0001-40	SIM
0801554-75.2018.4.05.8100	REINTEGRAÇÃO / MANUTENÇÃO DE POSSE	Esbulho / Turbação / Ameaça	Juntada de Certidão	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF -	MARIA ELIECI SOUSA MELO e outro -	SIM

0802228-92.2014.4.05.8100	PROCEDIMENTO COMUM	Adidos, Agregados e Adjuntos	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	ANTONIO MEDEIROS 002.524.202-20	UNIÃO FEDERAL - 26.004.558/0001-22	SIM
0802449-75.2014.4.05.8100	MANDADO DE	Demissão ou Exoneração	Baixa Definitiva	FRANCISCA RAMOS DO CARMO ABUD -	UNIÃO FEDERAL e outro -	SIM

	SEGURANÇA			383.387.423-68	26.994.558/0001-23	
0802520-38.2018.4.05.8100	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Dano ao Erário		UNIÃO FEDERAL e outro -	ANTONIO CLAUDIO PINHEIRO -	SIM
0804594-02.2017.4.05.8100	AÇÃO CIVIL PÚBLICA	Moradia	Expedição de documento	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL -	MUNICIPIO DE FORTALEZA -	SIM
0804602-42.2018.4.05.8100	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA	Honorários Advocatícios	Juntada de Cota	SERVICO SOCIAL DO COMERCIO - SESC - AR.CE. - 03.612.122/0001-27	INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS	SIM
0804603-66.2014.4.05.8100	MONITÓRIA	Execução Contratual	Baixa Definitiva	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF -	MARIA LUCIA LOPES - 001.133.702-15	SIM
0804724-55.2018.4.05.8100	EMBARGOS À EXECUÇÃO	Efeito Suspensivo / Impugnação / Embargos à Execução	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	ANTONIO ARMANDO CAVALCANTE SOARES - 010.154.783-87	UNIÃO FEDERAL - 26.994.558/0001-23	SIM
0805238-08.2018.4.05.8100	MANDADO DE SEGURANÇA COLETIVO	Obrigação de Fazer / Não Fazer e outros	Baixa Definitiva	ASSOCIACAO BRASILEIRA DAS INDUSTRIAS DE AGUAS PURIFICADAS - 07.253.861/0001-20	DIRETOR-PRESIDENTE DA DIRETORIA COLEGIADA DA AGÊNCIA NACIONAL	SIM
0805469-35.2018.4.05.8100	AÇÃO CIVIL PÚBLICA	Criação e/ou Autorização para funcionamento de Curso Superior	Juntada de Contestação	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 02.636.100/0001-02	UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARA - UFC - 07.272.636/0001-31	SIM
0806492-21.2015.4.05.8100	PROCEDIMENTO COMUM	Anulação	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	LEONARDO PINHEIRO FERNANDES e outros - 018.055.161-24	INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANISIO TEIXEIRA - INEP e outro - 01.678.363/0001-43	SIM
0806751-16.2015.4.05.8100	MANDADO DE SEGURANÇA	Devolução de contribuições previdenciárias pagas além do	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	JOYCE SANTOS PAIVA -	FAZENDA NACIONAL e outro -	SIM
0814948-86.2017.4.05.8100	PROCEDIMENTO COMUM	Reintegração e outros	Conclusos para decisão	GILSON DA SILVA DE LIMA -	UNIÃO FEDERAL - 26.994.558/0001-23	SIM
0814962-70.2017.4.05.8100	PROCEDIMENTO COMUM	Demarcação	Conclusos para decisão	MARIA LUCIA DE ANDRADE LIMA e outros - 639.234.673-20	FUNDACAO NACIONAL DO INDIO - FUNAI e outro - 00.059.311/0001-26	SIM
0815633-93.2017.4.05.8100	PROCEDIMENTO COMUM	Fornecimento de Medicamentos	Juntada de Certidão de decurso de prazo	NUBIA ANDRADE PEIXOTO e outro -	MUNICIPIO DE GUAÍUBA e outros -	SIM
Tempo de permanência processo na Contadoria Juízo						
0807506-40.2015.4.05.8100	EMBARGOS À EXECUÇÃO	Taxa SELIC	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS CONTRA AS SECAS - DNOCS - 00.043.711/0001-43	ASSOCIACAO DOS SERVIDORES DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS CONTRA AS SECAS -	SIM

6.7.10. Correição anterior e autoinspeção

A 7ª Vara Federal informou que as principais ocorrências verificadas *in loco* durante a correição anterior na 7ª Vara Federal do Ceará foram:

- Ausência de sumário na contracapa com indicação das folhas dos atos processuais mais importantes (ações criminais e/ou de improbidade):

A Direção da Vara reforçou a orientação da Corregedoria no sentido de elaborar o sumário em todas as ações de improbidade.

- Ausência de termo de recebimento do processo na vara:

Recomendação cumprida.

- Demora na cobrança de devolução de autos fora de cartório, juntada de expediente, demora na conclusão; demora na publicação, demora no cumprimento de despacho/ decisão, demora para prática de ato ordinatório:

Recomendações cumpridas na medida do possível.

- Demora na prolação de decisão/ sentença/ despacho:

Estão aprimorando as ferramentas de controle para melhor acompanhamento dos processos conclusos. A Magistrada determinou que os relatórios extraídos dos sistemas fossem entregues a cada servidor responsável pelo processo para priorizar e impulsionar o feito com a maior brevidade possível.

- Irregularidade na consulta dos processos que tramitam na instância superior:

Recomendação cumprida e reforçada pela Direção da Vara.

- Termo de conclusão sem assinatura, termo de vista sem assinatura, termo de retificação sem assinatura, incongruência na ordem cronológica dos atos processuais, certidão de remessa sem data:

Recomendações cumpridas.

- Ausência de identificação de que o processo está incluso em metas do CNJ:

Os processos constantes das Metas 2 e 4 devem estar identificados com uma adesivo preto. A Direção da Vara solicitou uma revisão na lista para atualização dos processos. Quanto ao PJe, ressalte-se a determinação da última autoinspeção para que seja incluído um lembrete “META CNJ” em cada processo.

- Paralisação irregular em 51 dos processos correicionados:

A Magistrada determinou que fossem adotadas práticas que busquem atender às anotações destacadas nos processos correicionados, dando maior celeridade aos mesmos, a fim de evitar paralisações desmotivadas.

A última inspeção foi realizada no período de 26/02/2018 a 02/03/2018 sobre o acervo total da Vara, não sendo possível, ainda, o cumprimento das determinações estabelecidas pela Magistrada. Na oportunidade, algumas metas foram traçadas, especialmente em relação à

demora na realização de determinados atos processuais, envidando-se esforços para cumpri-las de forma eficiente e satisfatória. Em resumo, foi determinado, inicialmente, que os atos processuais com prazo vencido fossem cumpridos em até 30 dias, assim como as minutas de despacho e decisões não complexas elaboradas pela Secretaria.

Concluída essa primeira etapa, que será avaliada em reunião com os supervisores de cada setor, os quais apresentarão os resultados e as dificuldades observadas, a Secretaria da 7ª Vara deverá perseguir o prazo de 10 (dez) dias para todos os atos processuais, com exceção das decisões e sentenças a serem minutas no Gabinete.

Importante consignar que permanece a determinação de expedir, mensalmente, edital de cobrança dos processos com cargas vencidas, efetivando a intimação via mandado, com busca e apreensão em ato contínuo, nos casos infrutíferos. Em relação às procuradorias, expedir ofícios eletrônicos de cobrança de autos semanalmente, direcionados aos procuradores chefes. Persegue-se, ainda, a baixa de pelo menos 100 processos físicos e 100 processos eletrônicos, mensalmente.

Quanto aos processos físicos ou eletrônicos conclusos no Gabinete, deverão ser minutas as sentenças em até 60 (sessenta) dias, enquanto as decisões “não urgentes” deverão ser apreciadas em até 30 (trinta) dias, da data da conclusão. Os casos urgentes devem ser verificados prontamente. Considerando o acervo de processos conclusos para julgamento e decisão, com prazo superior à meta estabelecida, a Magistrada determinou a análise imediata dos mesmos e elaboração de minuta na maior brevidade possível.

6.7.11. Considerações finais

A 7ª Vara Federal conta com estrutura física e equipamentos adequados a seu funcionamento.

A partir da análise processual, foram observados alguns pontos que devem ser aperfeiçoados/corrigidos pela unidade, quais sejam:

1. Demora/ausência na conclusão;
2. Demora no cumprimento de despacho/decisão;
3. Feitos sem movimentação processual; e
4. Demora na prolação de despacho/decisão/sentença.

Por fim, pelos demais dados apontados neste relatório e pelas constatações realizadas *in loco* durante a correição, pode-se afirmar que a 7ª vara federal funciona de modo adequado.

6.8. 8ª VARA FEDERAL - FORTALEZA/CE

6.8.1. Competência, localização, estrutura física e horário de expediente

A 8ª Vara Federal do Ceará, dentro de sua jurisdição, possui competência cível e funciona no 11º andar do prédio-sede da SJCE, localizado na Rua Pedro I, Praça Gen. Murilo Borges, nº 01, Centro, Fortaleza/CE.

A Vara apresentou instalações adequadas para todos: juízes federais, servidores, estagiários, terceirizados, membros do Ministério Público Federal, procuradores federais, defensores públicos federais, advogados e jurisdicionados.

O horário de expediente da unidade é das 9h às 18h.

6.8.2. Corpo funcional - juiz federal e servidores

A 8ª Vara Federal conta com o seguinte quadro de pessoal: a) 01 magistrado, Ricardo Cunha Porto (juiz federal titular); b) 14 servidores efetivos, sendo 04 analistas judiciários - área judiciária, 10 técnicos judiciários - área administrativa.

Além dos servidores efetivos, trabalham na 8ª Vara Federal 03 servidores requisitados (com vínculo com o serviço público), oriundos do Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região, Prefeitura Municipal de Fortaleza e Justiça Federal do Rio Grande do Norte.

6.8.2.1. Juiz federal titular

O juiz federal titular da Vara, Ricardo Cunha Porto, exerce a magistratura federal desde 26/02/1999, atuando na 8ª Vara Federal a contar de 27/09/2001.

Nos últimos 24 meses, o magistrado esteve afastado em razão de férias nos seguintes períodos: 03/07/2017 a 01/08/2017, 02/08/2017 a 31/08/2017 e 08/01/2018 a 06/02/2018.

O juiz federal reside na região metropolitana onde se situa a Vara.

Não há juiz federal substituto na 8ª Vara Federal.

6.8.2.2. Servidores

Em relação às funções de confiança (FCs), aos cargos em comissão (CJs) e à formação acadêmica dos servidores ocupantes de cargos efetivos na 8ª Vara Federal, pode ser observado o seguinte quadro:

Nome	Cargo efetivo	Ocupa FC ou CJ? Qual?	Grau de Instrução*	Área de formação
------	---------------	-----------------------	--------------------	------------------

Aline Késia Rodrigues Gomes	Técnico Judiciário	FC-04	Pós-Graduação - Especialização	Direito
Ana Keline Tomaz Fonseca Aragão	Técnico Judiciário	FC-03	Superior	Engenharia de Produção e Mecânica
Flávia Romero Campos	Analista Judiciário	CJ-03	Pós-Graduação - Mestrado	Direito
Francisca Arivânia Braga Mendonça	Técnico Judiciário	-	Ensino Médio Completo	
Francisco Américo Braz de Almeida	Técnico Judiciário	FC-04	Superior	Direito e Administração
Giovanna Bezerra Santana	Analista Judiciário	-	Pós-Graduação - Especialização	Direito e Odontologia
Joyce Maria Rangel Pierre Moreira	Técnico Judiciário	FC-05	Pós-Graduação - Especialização	Direito
Lia Espíndola Romero Ferro	Técnico Judiciário	FC-04	Superior	Pedagogia
Marcelo Matoso Prado	Técnico Judiciário	FC-04	Pós-Graduação - Especialização	Direito e Economia
Marcos Fábio Oliveira Bentes	Técnico Judiciário	FC-03	Superior	Direito
Maruska Duarte Chaves	Técnico Judiciário	FC-04	Pós-Graduação - Especialização	Nutrição e Direito Incompleto
Regina Rodrigues Russo	Analista Judiciário	FC-05	Pós-Graduação - Especialização	Direito
Renata Maria Monteiro Bhrem	Técnico Judiciário	FC-05	Pós-Graduação - Especialização	Direito
Viviane de Carvalho Rebouças	Analista Judiciário	FC-04	Pós-Graduação - Especialização	Direito e Odontologia

Por sua vez, como se pode depreender, no tocante à formação acadêmica dos servidores efetivos da 8ª Vara Federal, verifica-se que há uma preocupação com a qualificação, uma vez que todos os analistas judiciários possuem pós-graduação ou mestrado, embora um dos requisitos para investidura seja o nível superior de ensino, e 09 técnicos judiciários detêm graduação de nível superior ou pós-graduação, embora um dos requisitos para investidura seja o nível médio de ensino.

Há 01 função comissionada vaga (FC-04), não havendo servidores em auxílio ou afastados na unidade judiciária.

6.8.2.3. Estagiários

Há 02 vagas previstas para unidade, atualmente preenchidas.

6.8.3. Organização da 8ª Vara Federal

Dentre os servidores da 8ª Vara Federal do Ceará, 13 exercem suas atribuições na secretaria e 04 no gabinete.

6.8.3.1. Secretaria

Nos processos físicos, a divisão é feita por setor, com rodízio periódico de servidores, para que não haja prejuízo nas substituições. Nos processos virtuais, a divisão do trabalho é feita por dígito e por tarefa.

Os processos com prioridades são tratados de forma diferenciada, sendo adotada uma tramitação mais célere e evitando que o processo fique em escaninhos aguardando movimentação. Salvo os processos com prioridade em razão da idade, haja vista que feitos com essa peculiaridade estão em elevadíssimo número na unidade jurisdicional, todos os demais processos prioritários tem procedimentos elaborados da forma mais célere possível.

6.8.3.2. Gabinete do juiz federal

Os processos físicos conclusos para sentença e para decisão são divididos igualmente entre as 4 assessoras do gabinete: Aline Késia Rodrigues Gomes, Regina Rodrigues Russo, Renata Maria Brhem Monteiro e Viviane de Carvalho Rebouças, as quais se encarregam de elaborar a minuta correspondente e submetê-la à apreciação e revisão do juiz, além de se responsabilizarem por acompanhar o processo respectivo sempre que retornar para o gabinete.

A identificação dos processos físicos e sua atribuição ao servidor responsável são feitas através de fitas adesivas de cores diferentes coladas na capa dos autos, no caso dos processos físicos.

No caso dos processos eletrônicos, a divisão entre as assessoras é feita parte pelo dígito do processo e parte por matéria. Algumas ações mais complexas, especialmente relacionadas às classes: Ação Civil Pública e Ação de Improbidade, são submetidas diretamente ao magistrado.

6.8.4. Participação do juiz federal em reuniões com a equipe da 8ª Vara Federal

O juiz da 8ª Vara, Dr. Ricardo Porto, acompanha diariamente o desempenho dos seus servidores, haja vista que despacha os processos na Secretaria da Vara, enquanto conversa sobre questões jurídicas, tira dúvidas e orienta os servidores. Além dessa presença diária do magistrado na Secretaria, são feitas constantes reuniões informais onde são relatadas as dificuldades, o andamento dos trabalhos, o acompanhamento das metas, dentre outras questões.

6.8.5. Planejamento das atividades da 8ª Vara Federal e avaliação periódica de resultados

As atividades da Vara são planejadas da seguinte forma:

PLANEJAMENTO - SISTEMA PJE - PROCESSOS VIRTUAIS:

PJE - Triagem Inicial:

- O servidor responsável consulta diariamente a pasta, devendo analisar as iniciais dos processos, bem como seus pressupostos processuais, já elaborando minuta de despacho inicial ou fazendo a conclusão, se for o caso.

PJE - Minutar:

- Divisão por dígito entre os assessores;
- As pastas são consultadas pelos servidores responsáveis, que devem elaborar as minutas de decisões e sentenças e encaminhá-las para o magistrado.

PJE - Conhecimento Secretaria:

- Divisão por tipo de ação entre alguns servidores da secretaria;
- As pastas são consultadas pelos servidores responsáveis, que devem elaborar as minutas de despachos e/ou fazer conclusões dos processos, encaminhando para a próxima fase.

PJE - Recebidos TRF

- O servidor responsável minuta despachos e faz conclusões dos processos virtuais recebidos do TRF - a servidora responsável deve verificar diariamente se existem processos vindos do TRF, e, em caso positivo, realizar esta atividade.

PJE - Ciência às Partes:

- O servidor responsável consulta diariamente a pasta e deve elaborar os expedientes, bem como encaminhar o processo para fase seguinte.

PJE - Controle de Prazo, Perícia, Audiência e Recebidos TRF:

- Perícia e Audiência - a servidora responsável deve acompanhar as diligências relativas às perícias e audiências nos processos virtuais - a servidora responsável deve acompanhar diariamente;

- Expedientes em atraso - a servidora responsável deve acompanhar e cobrar os expedientes em atraso (cartas precatórias, mandados, ofícios...)

PLANEJAMENTO - SISTEMA TEBAS - PROCESSOS FÍSICOS:

TEBAS - Setor de Recebimento, Publicação e Remessas:

- Receber processos e outros documentos - devem ser recebidos no sistema TEBAS logo que chegam à vara;

- Proceder à publicação dos processos físicos - devem ser feitos os boletins para publicação no dia em que os processos retornam assinados pelo Magistrado para secretaria. Os boletins publicados devem ser marcados com etiqueta informando o término do prazo, para serem certificados no dia seguinte ao final de seu prazo;

- Realizar as remessas internas de processos físicos – devem ser feitas diariamente, salvo as remessas para arquivo que são realizadas semanalmente;

- Remessa externa de processos físicos para intimação - cada órgão (AGU, PFN, Procuradoria Federal, DPU) tem uma data na semana específica para receber os processos que lhe são remetidos. A remessa ao MPF é feita pela Segurança e Transportes às sextas. Todas as remessas devem ser preparadas no dia anterior;

- Processos recebidos do TRF e Agravos (incluindo Baixa Eletrônica) – depois de recebidos, os autos dos processos devem ser localizados em escaninhos próprios e a elaboração de conclusão, minutas de despachos e decisões devem ser feitas semanalmente.

TEBAS - Setor de Mandados e Expedientes:

- Expedir mandados, cartas de intimação, cartas precatórias - de acordo com a portaria da Direção do Foro, há dias específicos (quartas e quintas) para que os mandados sejam encaminhados à Central de Mandados, exceto em casos de plantão, que podem ser feitos em qualquer dia. Os demais expedientes que não dependem da central devem ser feitos nos dias em que a central não recebe os mandados, em especial segunda e terça;

- Minutar despachos simples relacionados às expedições dos mandados e cartas - é feito pelo mesmo setor que realiza e junta aos autos o expediente devidamente cumprido/com pendências, conforme certificado pelo oficial de justiça, facilitando o acompanhamento do mesmo durante todo seu trâmite;

- Expedir certidões, alvarás, ofícios de conversões em renda, editais e ofícios diversos – deve ser priorizada a expedição de alvará e ofício de conversão em renda. Os demais expedientes devem ser feitos na ordem cronológica da prolação da manifestação judicial;

- Minutar despachos simples relacionados às expedições de alvarás, ofícios, editais... – devem ser feitos logo que detectado algum empecilho à elaboração do expediente;

- Responder Ofício e Malote Digital – logo após a leitura do documento devem ser envidados esforços para coletar os dados necessários às respostas, que devem ser elaboradas no prazo máximo de 3 dias;

TEBAS - Setor de Conhecimento (Secretaria) e de Processos Suspensos:

- Minutar despachos, decisões e sentenças simples nas ações ordinárias e outros processos novos, até o trânsito em julgado - os autos dos processos devem ser localizados em escaninhos próprios, de acordo com a fase em que se encontram e devem ser analisados diariamente, obedecendo à ordem cronológica da formação das pilhas;

- Acompanhar os processos suspensos – há processos suspensos por data (estes têm um cartão fixado na capa informando a data do término da suspensão). Os outros estão suspensos aguardando decisões em instâncias superiores, aguardando julgamento de embargos e de agravos. As pilhas são analisadas a cada mês.

TEBAS - Setor de Execução e Cumprimento de Sentença e Classes Obrigatórias:

- Execução e Cumprimento de Sentença - os autos dos processos devem ser localizados em escaninhos próprios e distribuídos por classe/assunto. Nesses feitos, o setor deve trabalhar observando uma planilha de controle de processos, onde consta a data da chegada no escaninho e a data da análise de cada pilha de processo pelo servidor responsável, que é escolhido mediante sistema de rodízio. A elaboração de conclusão, minutas de despachos e decisões deve ser feita diariamente, obedecendo à ordem cronológica da formação das pilhas;

- Ações de classe obrigatória (ACP, ACPI, Populares e Mandados de Seguranças Coletivos)
- os autos dos processos devem ser localizados em escaninhos próprios e a elaboração de conclusão, minutas de despachos e decisões devem ser feitas no prazo máximo de 5 dias, obedecendo à data de chegada no escaninho;

- Expedição de Precatórios e Requisitórios de Pagamento – os requisitórios de pagamento devem ser expedidos semanalmente. O controle das pilhas que estão aguardando pagamento (RPV e PRC) são feitos de acordo com as informações constantes no site no TRF5;

TEBAS - Setor de Controle e Cobrança:

- Controlar a cobrança de autos em carga, cartas precatórias não devolvidas, mandados não cumpridos etc – os processos devem ser separados por pilha de acordo com a data da expedição para facilitar a cobrança ao juízo deprecado ou ao oficial de justiça, quando ultrapassados os prazos. No caso dos mandados, os prazos são fixados na Portaria da Direção do Foro e a cobrança é feita inicialmente ao oficial de justiça e, depois, através de email destinado à supervisão da central de mandados, e, em caso de não cumprimento, comunicada a ocorrência ao Diretor do Núcleo Judiciário. As cobranças de processos em carga fora do prazo devem ser feitas mensalmente, através de contato telefônico, email e da expedição de mandados de busca e apreensão, quando for necessário.

- Solicitações de pagamento no sistema SEI – devem ser feitas quinzenalmente;

- Envio de documentos e processos pelo Malote Digital – devem ser enviados diariamente.

A avaliação periódica de resultados das atividades da Vara é feita por meio de reuniões mensais, contando com a presença da Diretora e dos servidores da Secretaria, onde são analisados os pontos em que os resultados não foram satisfatórios, oportunidade em que se discute a melhor solução com vistas a uma melhor prestação jurisdicional.

6.8.6. Atendimento aos membros do Ministério Público Federal, Defensoria Pública da União, procuradores federais, advogados e partes na secretaria e no gabinete do juiz federal da 8ª Vara Federal

O atendimento às partes, advogados, membros do MPF, DPU etc é feito pessoalmente pela diretora de secretaria da Vara. Também há o atendimento de solicitações e esclarecimentos de dúvidas por telefone e email.

No Gabinete, todos são atendidos prontamente pelo oficial de gabinete e encaminhados para falar com o magistrado sempre que demonstrarem interesse.

A Vara não realiza consultas de satisfação do atendimento prestado.

6.8.7. Número de processos, relação servidor/processo, audiências de conciliação e de instrução e inspeções judiciais

Quando do preenchimento do formulário de gestão, a 8ª Vara Federal contava com 281 processos físicos e 1.100 processos virtuais em tramitação, o que resulta no total de 1.381 processos, ou seja, 81,23 processos por servidor (17).

Verificou-se a existência de 383 processos sobrestados/suspensos, sendo:

FÍSICOS:

- 1) 80 processos por motivo de interposição de embargos;
- 2) 82 processos por motivo de sobrestamento;
- 3) 15 processos por motivo de aguardar decisão de tribunal superior; e
- 4) 1 processo por motivo de parcelamento de débito.

VIRTUAIS:

- 1) 19 processos por motivo de controvérsia de aplicação da TR como índice de correção monetária dos saldos das contas do FGTS;
- 2) 13 processos suspensos por decisão judicial;
- 3) 17 processos aguardando julgamento de embargos;
- 4) 48 processos por motivo de repercussão geral;
- 5) 104 processos em razão do art. 921 do cpc e
- 6) 4 processos por motivo de aguardar decisão de agravo.

Registre-se que os autos do processo nº 0005190-92.2012.4.05.8100 estavam no arquivo, porém não foram localizados no referido setor, conforme certidão de 29/09/2017.

Foram realizadas, nos últimos 24 meses, 23 audiências e 02 inspeções judiciais.

6.8.8. Cumprimento de metas e resoluções do CNJ

Meta 1 (Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente).

A Meta 1 ainda não foi alcançada. A unidade jurisdicional apresentou os seguintes dados de ações distribuídas e julgadas:

META 1: Processos físicos: Cumprida
Processos de Conhecimento Distribuídos: 15
Processos de Conhecimento Julgados: 33
META 1: Processos eletrônicos: Não cumprida
Processos de Conhecimento Distribuídos: 643
Processos de Conhecimento Julgados: 254

Meta 2 (Identificar e julgar, até 31/12/2017, pelo menos 100% dos processos distribuídos até 31/12/2012, 85% dos processos distribuídos em 2013 nos 1º e 2º graus, e 100% dos processos distribuídos até 31/12/2014 nos Juizados Especiais e Turmas Recursais Federais).

A Vara informou que está próxima do cumprimento da Meta 02. Foi cumprida a parte da meta 2 que estabelece o julgamento de 85% dos processos distribuídos até 31/12/2013, haja vista estarem pendentes de prolação de sentença apenas três processos (0008789-05.2013.4.05.8100, 0013173-11.2013.4.05.8100 e 0014453-17.2013.4.05.8100). Quanto ao julgamento dos processos distribuídos até 31/12/2012, ainda estão pendentes os seguintes processos: 0013668-26.2011.4.05.8100 e 0012155-23.2011.4.05.8100.

Meta 3 (Aumentar os casos solucionados por conciliação, fomentando o alcance do percentual mínimo de 2% na proporção dos processos conciliados em relação aos distribuídos).

A Vara informou não haver possuir dados suficientes para mensurar o cumprimento da meta, uma vez que as audiências de conciliação estão centralizadas no Cejusc.

Meta 4 (Identificar e julgar até, 31/12/2017, 70% das ações de improbidade administrativa distribuídas até 31/12/2014).

Meta cumprida, restando apenas 3 processos pendentes.

Meta 5 (Baixar quantidade maior de processos de execução não fiscal do que o total de casos novos de execução não fiscal no ano corrente)

A meta 05 vem sendo cumprida.

Meta 6 (Identificar e julgar, até 31/12/2017, entre 70% e 85% das ações coletivas distribuídas até 31/12/2013, no 1º e 2º graus).

A meta 06 foi cumprida.

Metas Específicas para a Justiça Federal

Baixar quantidade maior de processos criminais do que os casos novos criminais no ano corrente; Julgar quantidade maior de processos criminais do que os casos novos criminais no ano corrente.

Não se aplica.

Identificar e julgar, até 31/12 do ano corrente, 70% das ações penais vinculadas aos crimes relacionados à improbidade administrativa, ao tráfico de pessoas, à exploração sexual e ao trabalho escravo, distribuídas até 31/12/2014).

Não se aplica.

Acerca do cumprimento do Provimento CNJ nº 29/2013

A unidade jurisdicional vem atualizando o Cadastro Nacional de Condenados por Ato de Improbidade Administrativa e por Ato que implique Inelegibilidade (CNCIAI).

Acerca do cumprimento das exigências previstas na Resolução CNJ nº 66/2009, com a redação introduzida pela Resolução CNJ nº 87/2009, e sobre a necessidade de inserção, no sistema informatizado, do Relatório de Controle de Prisões

Não se aplica.

6.8.9. Processos selecionados para correição

Foram correicionados 13 processos físicos (quando da correição tinham 268 processos físicos em tramitação ajustada).

Quanto aos processos do Sistema PJe, foram correicionados 70 processos (quando da correição tinham 1.188 processos eletrônicos em tramitação ajustada).

6.8.9.1. Principais constatações da análise individual de processos

6.8.9.1.1. Processos Físicos

Da análise individual dos processos, devem ser destacadas as seguintes ocorrências:

DEMORA NA CONCLUSÃO:		
TIPO DE AÇÃO	Nº DO PROCESSO	OBSERVAÇÃO
Civil Pública	00056501120144058100	12/09/2016 a 11/11/2016.
DEMORA NA PROLAÇÃO DE DECISÃO/ SENTENÇA:		
TIPO DE AÇÃO	Nº DO PROCESSO	OBSERVAÇÃO
Improbidade Administrativa	00144007020124058100	De 03.03.2017 a 05.12.2017.
Civil Pública	00045635920104058100	Outubro/2017-março/2018.
Improbidade Administrativa	00120366220114058100	De fls. 1770/1778 (fev a jun/17).
Civil Pública	00032029420164058100	Conclusão em 29/08/17, sentença em 12/03/18.
FEITO EM ORDEM:		
TIPO DE AÇÃO	Nº DO PROCESSO	OBSERVAÇÃO
Improbidade Administrativa	00092669120144058100	

Improbidade Administrativa	00055485220154058100	
Civil Pública	00042768620164058100	
Improbidade Administrativa	00125010320134058100	
Civil Pública	00049670820134058100	
Improbidade Administrativa	00028325220154058100	
Civil Pública	00017302920144058100	
Improbidade Administrativa	00122871220134058100	
OUTROS:		
TIPO DE AÇÃO	Nº DO PROCESSO	OBSERVAÇÃO
Civil Pública	00056501120144058100	Ausência de termo de conclusão de despacho fl. 865.
Outras Observações:		
<p>Processo : 00017302920144058100 Classe: Civil Pública - Sentença proferida em 2014 anulada pelo tribunal.</p> <p>Processo : 00032029420164058100 Classe: Civil Pública - Meta.</p> <p>Processo : 00042768620164058100 Classe: Civil Pública - Meta. Trâmite inicial na Justiça Estadual.</p> <p>Processo: 00055485220154058100 Classe: Improbidade Administrativa - Meta.</p> <p>Processo: 00092669120144058100 Classe: Improbidade Administrativa.</p>		

6.8.9.1.2. Processos Judiciais Eletrônicos (PJe)

Quanto aos processos eletrônicos, merecem registro as seguintes situações:

Número do Processo	Classe Judicial	Assunto	Último Evento	Polo Ativo	Polo Passivo	Correicionad
Ausência/demora na conclusão						
0801330-79.2014.4.05.8100	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA	Execução Contratual	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CAIXA ECONOMICA FEDERAL -	SEVERINO GUILHERMINO DOS SANTOS - 160.776.954-91	SIM
0801462-39.2014.4.05.8100	AÇÃO CIVIL PÚBLICA	Prestação de Contas	Juntada de Certidão	MUNICIPIO DE GUARAMIRANGA e outros -	FRANCISCO ILTON CAMBE BARROZO -	SIM
0801993-28.2014.4.05.8100	PROCEDIMENTO COMUM	Repetição de indébito	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	BRASLIMP TRANSPORTES ESPECIALIZADOS LTDA -	FAZENDA NACIONAL -	SIM
0802993-92.2016.4.05.8100	EXECUÇÃO HIPOTECÁRIA DO SISTEMA FINANCEIRO DA HABITAÇÃO	Cédula Hipotecária	Juntada de Certidão	EMPRESA GESTORA DE ATIVOS - EMGEA - 04.527.335/0001-13	JOSE ARIMATEA ALVES NETO e outro - 262.370.833-91	SIM

0804675-48.2017.4.05.8100	PROCEDIMENTO COMUM	Protesto Indevido de Título	Juntada de Certidão de decurso de prazo	ELIZABETH ABREU CONRADO - 320.321.103-34	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF -	SIM
0805427-54.2016.4.05.8100	PROCEDIMENTO COMUM	Anulação de Débito Fiscal	Juntada de Certidão de Intimação	EMPREENDEIMENTOS PAGUE MENOS S/A -	FAZENDA NACIONAL -	SIM
0805707-59.2015.4.05.8100	PROCEDIMENTO SUMÁRIO	Auxílio-Doença Previdenciário	Juntada de Certidão de Intimação	JOAO LUCAS DIONIZIO DA SILVA e outro -	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS - 29.979.036/0001-40	SIM
0805800-22.2015.4.05.8100	EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL	Execução Contratual	Processo Suspenso/Sobrestado	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF -	GARIBALDI CHIANCA DE CARVALHO FILHO e outros - 438.941.004-00	SIM
0806136-89.2016.4.05.8100	AÇÃO CIVIL PÚBLICA	Abuso de Poder	Expedição de documento	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL -	UNIÃO FEDERAL e outro	SIM
0806164-57.2016.4.05.8100	AÇÃO CIVIL PÚBLICA	Planos de Saúde	Juntada de Certidão de Retificação de Autuação	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL -	UNIMED NORTE NORDESTE-FEDERACAO INTERFEDERATIVA DAS SOCIEDADES COOPERATIVAS DE TRABALHO MEDICO e outros - 09.237.009/0001-95	SIM
0806375-93.2016.4.05.8100	MONITÓRIA	Contratos Bancários	Juntada de Certidão de Intimação	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF -	ANA CASSIA MACIEL VIEIRA - 203.440.903-53	SIM
0806436-51.2016.4.05.8100	MONITÓRIA	Contratos Bancários	Proferido despacho de mero expediente	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF -	GUSTAVO SILVA MAIA -	SIM
0806467-71.2016.4.05.8100	PROCEDIMENTO COMUM	Cédula de Crédito Bancário e outros	Expedição de expediente	GOIS CONSTRUCOES E EMPREENDEIMENTOS EIRELI - ME - 07.821.771/0001-99	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF -	SIM
0806507-19.2017.4.05.8100	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA	Esbulho / Turbação / Ameaça	Juntada de Certidão de Intimação	EMPRESA GESTORA DE ATIVOS - EMGEA -	DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO e outros -	SIM
0806615-19.2015.4.05.8100	EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL	Execução Contratual	Juntada de Certidão de decurso de prazo	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF -	TR AGUIAR LTDA - ME e outro - 05.096.357/0001-39	SIM
0807223-80.2016.4.05.8100	MONITÓRIA	Contratos Bancários	Baixa Definitiva	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF -	MARCOS ANTONIO ARAUJO - 607.994.813-35	SIM
0807246-89.2017.4.05.8100	PROCEDIMENTO COMUM	Conversão	Juntada de Certidão	FORNECEDORA-MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA -	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS - 29.979.036/0001-40	SIM
0807531-82.2017.4.05.8100	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA	Contratos Bancários	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF -	KAREN CONFECÇOES INDUSTRIA E COMERCIO EIRELI - ME e outro - 19.821.920/0001-07	SIM

0808180-81.2016.4.05.8100	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Enriquecimento ilícito	Remetidos os Autos (em grau de recurso) para TRF5	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL -	JOAO WAGNER DE ALENCAR CASTRO -	SIM
0808921-24.2016.4.05.8100	PROCEDIMENTO COMUM	Alteração do coeficiente de cálculo de pensão	Expedição de expediente	VANIA MARIA AMORA DE ALCANTARA e outros -	FUNCEF e outro -	SIM
0811856-37.2016.4.05.8100	PROCEDIMENTO COMUM	Assistência à Saúde	Baixa Definitiva	JOAO PAULO RODRIGUES MELO - 836.484.023-15	UNIÃO FEDERAL -	SIM
0812656-31.2017.4.05.8100	AÇÃO CIVIL PÚBLICA	Práticas Abusivas	Juntada de Certidão	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	IESTEC- INSTITUTO DE ENSINO SUPERIOR TEOLOGICO CRISTAO - ME e outros - 12.509.127/0001-10	SIM
0813096-61.2016.4.05.8100	AÇÃO CIVIL PÚBLICA	Criação e/ou Autorização para funcionamento de Curso Superior e	Juntada de Certidão de Intimação	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	CEBRAEC CENTRO BRASILEIRO DE EDUCACAO CONTINUADA LTDA - ME e outros - 19.212.940/0001-72	SIM
0813967-91.2016.4.05.8100	TUTELA CAUTELAR ANTECEDENTE		Juntada de Certidão de Intimação	PAULO FERNANDO NERY LAMARAO - 037.228.132-04	ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL SECCAO DO CEARA - OAB CE - 07.375.512/0001-81	SIM
0815322-39.2016.4.05.8100	PROCEDIMENTO COMUM	Abono da Lei	Baixa Definitiva	JOAO EDSON ROLA -	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS - 29.979.036/0001-40	SIM
Lapso entre conclusão e prolação da sentença						
0800528-70.2017.4.05.8102	EMBARGOS À EXECUÇÃO	Efeito Suspensivo / Impugnação / Embargos à Execução	Baixa Definitiva	CHRISTIAN CARMEN GOMES MACHADO e outro -	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF -	SIM
0801993-28.2014.4.05.8100	PROCEDIMENTO COMUM	Repetição de indébito	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	BRASLIMP TRANSPORTES ESPECIALIZADOS LTDA -	FAZENDA NACIONAL -	SIM
0803077-98.2013.4.05.8100	EMBARGOS À EXECUÇÃO	Juros	Baixa Definitiva	UNIÃO FEDERAL -	FRANCISCO DAS CHAGAS DOS SANTOS e outros - 618.541.317-53	SIM
0804489-30.2014.4.05.8100	PROCEDIMENTO COMUM	Revogação/Anulação de multa ambiental	Remetidos os Autos (em grau de recurso) para TRF5	CONSTRUTORA DEL BEATO LTDA - EPP - 03.019.146/0001-77	INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS	SIM
0804735-21.2017.4.05.8100	PROCEDIMENTO COMUM	Contagem em Dobro	Juntada de Certidão de Intimação	MARCUS ANTONIO LIRA TAVORA GURJAO -	UNIÃO FEDERAL -	SIM
0805072-10.2017.4.05.8100	PROCEDIMENTO COMUM	Antecipação de Tutela / Tutela Específica e outros	Remetidos os Autos (em grau de recurso) para TRF5	INTEGRAL AGROINDUSTRIAL LTDA e	FAZENDA NACIONAL -	SIM
0805374-39.2017.4.05.8100	PROCEDIMENTO COMUM	Nulidade de Ato Administrativo	Remetidos os Autos (em grau de recurso) para TRF5	LIMA TRANSPORTES LTDA - 06.890.941/0009-81	INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS	SIM
0805459-25.2017.4.05.8100	AÇÃO CIVIL PÚBLICA	Empréstimo consignado	Juntada de Contrarrazões	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL -	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS e outros - 29.979.036/0001-40	SIM
0806638-91.2017.4.05.8100	AÇÃO CIVIL PÚBLICA	Venda Casada e outros	Remetidos os Autos (em grau de recurso) para TRF5	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL -	TELEMAR NORTE LESTE S/A e outro -	SIM
0807442-59.2017.4.05.8100	EMBARGOS À EXECUÇÃO	Efeito Suspensivo / Impugnação / Embargos à Execução	Juntada de Certidão	Maria do Rosário Santos Furtado e outros -	EMPRESA GESTORA DE ATIVOS - EMGEA -	SIM
0808180-81.2016.4.05.8100	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Enriquecimento ilícito	Remetidos os Autos (em grau de recurso) para TRF5	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL -	JOAO WAGNER DE ALENCAR CASTRO -	SIM
0808921-24.2016.4.05.8100	PROCEDIMENTO COMUM	Alteração do coeficiente de cálculo de pensão	Expedição de expediente	VANIA MARIA AMORA DE ALCANTARA e outros -	FUNCEF e outro -	SIM
0811856-37.2016.4.05.8100	PROCEDIMENTO	Assistência à Saúde	Baixa Definitiva	JOAO PAULO RODRIGUES MELO - 836.484.023-15	UNIÃO FEDERAL -	SIM

0812906-64.2017.4.05.8100	AÇÃO CIVIL PÚBLICA	Transporte Terrestre e outros	Juntada de Certidão de Intimação	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL -	EXPRESSO GUANABARA S A -	SIM
0813096-61.2016.4.05.8100	AÇÃO CIVIL	Criação e/ou Autorização para	Juntada de Certidão	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL -	CEBRAEC CENTRO BRASILEIRO DE EDUCACAO	SIM

	PÚBLICA	funcionamento de	de Intimação	03.636.198/0001-92	CONTINUADA LTDA - ME e outros -	
Lapso entre conclusão e prolação despacho/decisão						
0801330-79.2014.4.05.8100	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA	Execução Contratual	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CAIXA ECONOMICA FEDERAL -	SEVERINO GUILHERMINO DOS SANTOS - 160.776.954-91	SIM
0801462-39.2014.4.05.8100	AÇÃO CIVIL PÚBLICA	Prestação de Contas	Juntada de Certidão	MUNICIPIO DE GUARAMIRANGA e outros -	FRANCISCO ILTON CAMBE BARROZO -	SIM
0801993-28.2014.4.05.8100	PROCEDIMENTO COMUM	Repetição de indébito	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	BRASLIMP TRANSPORTES ESPECIALIZADOS LTDA -	FAZENDA NACIONAL -	SIM
0802048-71.2017.4.05.8100	MANDADO DE SEGURANÇA	Matrícula	Remetidos os Autos (em grau de recurso) para TRF5	DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO e outro -	DIRETOR GERAL DO CENTRO UNIVERSITÁRIO ESTÁCIO FIC e outro -	SIM
0802993-92.2016.4.05.8100	EXECUÇÃO HIPOTECÁRIA DO SISTEMA FINANCEIRO DA HABITAÇÃO	Cédula Hipotecária	Juntada de Certidão	EMPRESA GESTORA DE ATIVOS - EMGEA -	JOSE ARIMATEA ALVES NETO e outro -	SIM
0803077-98.2013.4.05.8100	EMBARGOS À EXECUÇÃO	Juros	Baixa Definitiva	UNIÃO FEDERAL -	FRANCISCO DAS CHAGAS DOS SANTOS e outros - 618.541.317-53	SIM
0803303-69.2014.4.05.8100	PROCEDIMENTO COMUM	Acidente de Trânsito e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	KILPATRICK MULLER BERNARDO CAMPELO -	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUI - UFPI - 06.517.387/0001-34	SIM
0803790-05.2015.4.05.8100	EMBARGOS À EXECUÇÃO	Benefício de Ordem	Remetidos os Autos (em grau de recurso) para TRF5	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS -	FRANCISCO FAUSTO SIQUEIRA -	SIM
0804161-95.2017.4.05.8100	PROCEDIMENTO COMUM	Ambiental	Expedição de expediente	INDAIA BRASIL AGUAS MINERAIS LTDA -	DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL - DNPM - 00.381.056/0001-33	SIM
0804489-30.2014.4.05.8100	PROCEDIMENTO COMUM	Revogação/Anulação de multa ambiental	Remetidos os Autos (em grau de recurso) para TRF5	CONSTRUTORA DEL BEATO LTDA - EPP -	INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS	SIM
0804723-07.2017.4.05.8100	PROCEDIMENTO COMUM	Acidente de Trânsito	Juntada de Certidão de Intimação	MARIA DUARTE RIBEIRO -	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF -	SIM
0805427-54.2016.4.05.8100	PROCEDIMENTO COMUM	Anulação de Débito Fiscal	Juntada de Certidão de Intimação	EMPREENDEIMENTOS PAGUE MENOS S/A -	FAZENDA NACIONAL -	SIM
0805707-59.2015.4.05.8100	PROCEDIMENTO SUMÁRIO	Auxílio-Doença Previdenciário	Juntada de Certidão de Intimação	JOAO LUCAS DIONIZIO DA SILVA e outro -	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS - 29.979.036/0001-40	SIM
0805800-22.2015.4.05.8100	EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL	Execução Contratual	Processo Suspenso/Sobrestado	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF -	GARIBALDI CHIANCA DE CARVALHO FILHO e outros - 438.941.004-00	SIM
0806136-89.2016.4.05.8100	AÇÃO CIVIL PÚBLICA	Abuso de Poder	Expedição de documento	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL -	UNIÃO FEDERAL e outro	SIM
0806375-93.2016.4.05.8100	MONITÓRIA	Contratos Bancários	Juntada de Certidão de Intimação	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF -	ANA CASSIA MACIEL VIEIRA - 203.440.903-53	SIM
0806467-71.2016.4.05.8100	PROCEDIMENTO COMUM	Cédula de Crédito Bancário e outros	Expedição de expediente	GOIS CONSTRUÇÕES E EMPREENDEIMENTOS EIRELI - ME - 07.821.771/0001-99	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF -	SIM
0806512-41.2017.4.05.8100	MONITÓRIA	Contratos Bancários	Proferido despacho de mero expediente	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF -	JOSE VALDIR XIMENES FILHO - 243.512.293-49	SIM
0807558-65.2017.4.05.8100	PROCEDIMENTO COMUM	Aposentadoria por Tempo de Contribuição (Art. 55/6) e outros	Juntada de Certidão de Intimação	WILLAMS MAIA MELO -	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS - 29.979.036/0001-40	SIM
0807647-59.2015.4.05.8100	EMBARGOS À EXECUÇÃO	Efeito Suspensivo / Impugnação / Embargos à Execução	Juntada de Contrarrazões	UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARA - UFC -	TEREZA VERONICA VIEIRA COSTA e outros -	SIM

0807657-06.2015.4.05.8100	PROCEDIMENTO COMUM	Interpretação / Revisão de Contrato e outros	Juntada de Contrarrazões	KLECIA MARIA MOREIRA LUZ - 018.617.953-78	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF -	SIM
0807916-30.2017.4.05.8100	MONITÓRIA	Contratos Bancários	Proferido despacho	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF -	JOSE DINIZ NETO e	SIM

			de mero expediente	00.360.305/0001-04	outros - 051.243.793-91	
0808180-81.2016.4.05.8100	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Enriquecimento ilícito	Remetidos os Autos (em grau de recurso) para TRF5	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL -	JOAO WAGNER DE ALENCAR CASTRO -	SIM
0808393-53.2017.4.05.8100	EMBARGOS DE TERCEIRO	Construção / Penhora / Avaliação / Indisponibilidade de Bens	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MARCELO FRAGOSO PONTE - 088.232.193-53	MANOEL MORAES LOPES e outro -	SIM
0808471-18.2015.4.05.8100	EMBARGOS À EXECUÇÃO	Efeito Suspensivo / Impugnação / Embargos à Execução	Juntada de Certidão de Intimação	DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS CONTRA AS SECAS - DNOCS - 00.043.711/0001-43	ANTONIO ROOSEVELT GUERREIRO CHAVES -	SIM
0812662-72.2016.4.05.8100	PROCEDIMENTO COMUM	Abono da Lei	Remetidos os Autos (em grau de recurso) para TRF5	ANTONIO ALENCAR LEITE	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS - 29.979.036/0001-40	SIM
0813967-91.2016.4.05.8100	TUTELA CAUTELAR ANTECEDENTE		Juntada de Certidão de Intimação	PAULO FERNANDO NERY LAMARAO - 037.228.132-04	ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL SECCAO DO CEARA - OAB CE - 07.375.512/0001-81	SIM
0815322-39.2016.4.05.8100	PROCEDIMENTO COMUM	Abono da Lei	Baixa Definitiva	JOAO EDSON ROLA -	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS - 29.979.036/0001-40	SIM
Lapso sem movimentação processo na Secretaria						
0801330-79.2014.4.05.8100	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA	Execução Contratual	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CAIXA ECONOMICA FEDERAL -	SEVERINO GUILHERMINO DOS SANTOS - 160.776.954-91	SIM
0802048-71.2017.4.05.8100	MANDADO DE SEGURANÇA	Matrícula	Remetidos os Autos (em grau de recurso) para TRF5	DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO e outro -	DIRETOR GERAL DO CENTRO UNIVERSITÁRIO ESTÁCIO FIC e outro -	SIM
0802993-92.2016.4.05.8100	EXECUÇÃO HIPOTECÁRIA DO SISTEMA FINANCEIRO DA HABITAÇÃO	Cédula Hipotecária	Juntada de Certidão	EMPRESA GESTORA DE ATIVOS - EMGEA -	JOSE ARIMATEA ALVES NETO e outro -	SIM
0804735-21.2017.4.05.8100	PROCEDIMENTO COMUM	Contagem em Dobro	Juntada de Certidão de Intimação	MARCUS ANTONIO LIRA TAVORA GURJAO -	UNIÃO FEDERAL -	SIM
0805707-59.2015.4.05.8100	PROCEDIMENTO SUMÁRIO	Auxílio-Doença Previdenciário	Juntada de Certidão de Intimação	JOAO LUCAS DIONIZIO DA SILVA e outro -	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS - 29.979.036/0001-40	SIM
0806164-57.2016.4.05.8100	AÇÃO CIVIL PÚBLICA	Planos de Saúde	Juntada de Certidão de Retificação de Autuação	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL -	UNIMED NORTE NORDESTE-FEDERACAO INTERFEDERATIVA DAS SOCIEDADES COOPERATIVAS DE TRABALHO MEDICO e outros - 09.237.009/0001-95	SIM
0806436-51.2016.4.05.8100	MONITÓRIA	Contratos Bancários	Proferido despacho de mero expediente	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF -	GUSTAVO SILVA MAIA -	SIM
0806615-19.2015.4.05.8100	EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL	Execução Contratual	Juntada de Certidão de decurso de prazo	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF -	TR AGUIAR LTDA - ME e outro - 05.096.357/0001-39	SIM
0813606-40.2017.4.05.8100	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Dano ao Erário e outros	Juntada de Certidão	UNIÃO FEDERAL e outro -	FRANCISCA TORRES BEZERRA -	SIM
Lapso temporal para cumprimento despacho/decisão						
0801330-79.2014.4.05.8100	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA	Execução Contratual	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CAIXA ECONOMICA FEDERAL -	SEVERINO GUILHERMINO DOS SANTOS - 160.776.954-91	SIM
0804243-29.2017.4.05.8100	PROCEDIMENTO COMUM	Dano ao Erário e outros	Juntada de Contestação	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS -	MARIANO RODRIGUES LIMA NETO -	SIM
0806004-95.2017.4.05.8100	REINTEGRAÇÃO / MANUTENÇÃO DE POSSE	Esbulho / Turbação / Ameaça	Remetidos os Autos (em grau de recurso) para TRF5	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF -	FABIO DE SOUSA CORREIA e outro -	SIM
0806375-93.2016.4.05.8100	MONITÓRIA	Contratos Bancários	Juntada de Certidão de Intimação	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF -	ANA CASSIA MACIEL VIEIRA - 203.440.903-53	SIM
0806512-41.2017.4.05.8100	MONITÓRIA	Contratos Bancários	Proferido despacho de mero expediente	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF -	JOSE VALDIR XIMENES FILHO - 243.512.293-49	SIM

0806615-19.2015.4.05.8100	EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL	Execução Contratual	Juntada de Certidão de decurso de prazo	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF -	TR AGUIAR LTDA - ME e outro - 05.096.357/0001-39	SIM
0808393-53.2017.4.05.8100	EMBARGOS DE TERCEIRO	Construção / Penhora / Avaliação / Indisponibilidade de Bens	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MARCELO FRAGOSO PONTE - 088.232.193-53	MANOEL MORAES LOPES e outro - 001.883.633.68	SIM

0808471-18.2015.4.05.8100	EMBARGOS À EXECUÇÃO	Efeito Suspensivo / Impugnação / Embargos à Execução	Juntada de Certidão de Intimação	DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS CONTRA AS SECAS - DNOCS - 00.043.711/0001-43	ANTONIO ROOSEVELT GUERREIRO CHAVES -	SIM
Outros:						
0804243-29.2017.4.05.8100	PROCEDIMENTO COMUM	Dano ao Erário e outros	Juntada de Contestação	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS -	MARIANO RODRIGUES LIMA NETO -	SIM
Processo em ordem						
0800064-62.2011.4.05.8100	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA			Francisco Fernandes Tabosa - 545.806.843-20	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS e outros - 29.979.036/0001-40	SIM
0800994-70.2017.4.05.8100	PROCEDIMENTO COMUM	Aposentadoria por Invalidez e outros	Expedição de expediente	PAULO ROMULO RODRIGUES -	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS - 29.979.036/0001-40	SIM
0801003-95.2018.4.05.8100	AÇÃO CIVIL PÚBLICA	Anulação e outros	Juntada de Certidão de Intimação	INSTITUTO DE PESQUISA CIENTIFICA E TECNOLOGICA, ENSINO E DE DEFESA DO CONSUMIDOR -	UNIÃO FEDERAL e outros - 26.994.558/0001-23	SIM
0801154-61.2018.4.05.8100	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Dano ao Erário	Juntada de Certidão	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF e outros -	ARGENTINA SAMPAIO PADILHA -	SIM
0801185-52.2016.4.05.8100	EMBARGOS À EXECUÇÃO	Efeito Suspensivo / Impugnação / Embargos à Execução	Conclusos para decisão	DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS CONTRA AS SECAS - DNOCS - 00.043.711/0001-43	ASSOCIACAO DOS SERVIDORES DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS CONTRA AS SECAS -	SIM
0802013-14.2017.4.05.8100	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Dano ao Erário e outros	Conclusos para julgamento	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF e outro -	CLAUDIA NEPOMUCENO SANTIAGO - 259.570.153-34	SIM
0804695-39.2017.4.05.8100	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA CONTRA A FAZENDA	Repetição de indébito	Juntada de Certidão de decurso de prazo	COMPANHIA ENERGETICA DO CEARA - 07.047.251/0001-70	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	SIM
0805347-56.2017.4.05.8100	PROCEDIMENTO COMUM	Financiamento Público da Educação e/ou Pesquisa	Juntada de Certidão de Intimação	DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO e outro -	FUNDAÇÃO EDSON QUEIROZ e outros -	SIM
0805514-73.2017.4.05.8100	EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL	Contratos Bancários	Juntada de Certidão	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF -	CREDENCIAL ADUANEIRA LTDA ME e outro -	SIM
0805915-43.2015.4.05.8100	PROCEDIMENTO COMUM	Aposentadoria por Invalidez	Juntada de Cota	DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO e outros -	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS - 29.979.036/0001-40	SIM
0806224-93.2017.4.05.8100	MANDADO DE SEGURANÇA	Financiamento Público da Educação e/ou Pesquisa	Juntada de Certidão	NATHALLY DE ALMEIDA GOMES - 004.636.253-31	PRESIDENTE DO FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO - FNDE e outro -	SIM
0806948-97.2017.4.05.8100	REINTEGRAÇÃO / MANUTENÇÃO DE POSSE	Esbulho / Turbação / Ameaça	Baixa Definitiva	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF -	VICENTE DE PAULO SIMOES DOS SANTOS -	SIM
0807656-50.2017.4.05.8100	PROCEDIMENTO COMUM	Repasse de Verbas Públicas e outros	Juntada de Certidão de Intimação	FUNDO MUNICIPAL DE SEGURIDADE SOCIAL DO SERVIDOR e outro - 16.538.408/0001-51	UNIÃO FEDERAL - 26.994.558/0001-23	SIM
0807769-04.2017.4.05.8100	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Dano ao Erário e outros	Conclusos para decisão	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL -	DECIO PAULO BONILHA MUNHOZ -	SIM
0808355-41.2017.4.05.8100	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA	Contratos Bancários	Juntada de Petição	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF -	WILKER CUNHA DE SOUZA - 727.468.153-20	SIM
0813288-57.2017.4.05.8100	AÇÃO CIVIL PÚBLICA	Doação e Transplante de Órgãos; Tecidos e Partes do Corpo Humano e outros	Conclusos para julgamento	DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO - 00.375.114/0001-16	ESTADO DO CEARA e outros - 07.954.480/0001-79	SIM

0813329-58.2016.4.05.8100	PROCEDIMENTO COMUM	RMI cuja salário-de-benefício supera menor valor teto	Juntada de Petição	MARIA DE JESUS CHAVES DE SOUSA - 617.657.753-53	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS - 29.979.036/0001-40	SIM
0813960-65.2017.4.05.8100	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Dano ao Erário e outros	Juntada de Certidão de Retificação de Autuação	UNIÃO FEDERAL e outro - 26.994.558/0001-23	PLACIDO COMERCIAL DE MEDICAMENTOS LTDA - ME e outro -	SIM

0815309-06.2017.4.05.8100	AÇÃO CIVIL PÚBLICA	Águas Públicas e outros	Juntada de Certidão de Retificação de Autuação	FUNDAÇÃO NACIONAL DO INDÍO - FUNAI e outros -	SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE - SEMACE e outros - 11.822.269/0001-70	S1M
Tempo de permanência processo na Contadoria Juízo						
0803077-98.2013.4.05.8100	EMBARGOS À EXECUÇÃO	Juros	Baixa Definitiva	UNIÃO FEDERAL -	FRANCISCO DAS CHAGAS DOS SANTOS e outros - 618.541.317-53	S1M

6.8.10. Correição anterior e autoinspeção

Conforme informado pela Vara no formulário de gestão, foi realizada reunião para expor os resultados da correição de 2017, de forma a não repetir os erros apontados. Os servidores foram cientificados das ocorrências referentes aos atrasos nas práticas de atos processuais, tanto nos processos físicos como nos virtuais.

A última inspeção ocorreu em 26 de fevereiro a 2 de março de 2018. Foram realizadas reuniões para analisar os pontos deficitários, reforçando as metas já existentes e estabelecendo novas metas, inclusive com aumento do número de pessoas no gabinete e a adoção da divisão por matéria, de forma a fixar melhor os ensinamentos do magistrado e melhorar a produção da Vara.

6.8.11. Considerações finais

A 8ª Vara Federal conta com estrutura física e equipamentos adequados a seu funcionamento.

A partir da análise processual, foram observados alguns pontos que devem ser aperfeiçoados/corrigidos pela unidade, quais sejam:

1. Demora/ausência na conclusão;
2. Alguns processos com demora no cumprimento de despacho/decisão;
3. Feitos sem movimentação processual; e
4. Demora na prolação de despacho/decisão/sentença.

Por fim, pelos demais dados apontados neste relatório e pelas constatações realizadas *in loco* durante a correição, pode-se afirmar que a 8ª Vara Federal funciona de modo eficiente.

6.9. 9ª VARA FEDERAL - FORTALEZA/CE

6.9.1. Competência, localização, estrutura física e horário de expediente

Por ocasião da correição, a 9ª Vara Federal do Ceará, dentro da sua jurisdição, detinha competência para processar e julgar execuções fiscais.

A unidade jurisdicional funciona no 7º andar do prédio da Seção Judiciária do Ceará, localizado na Rua João Carvalho, nº 485, Aldeota, Fortaleza/CE.

A Vara apresentou instalações adequadas para todos: juízes federais, servidores, estagiários, terceirizados, membros do Ministério Público Federal, procuradores federais, defensores públicos federais, advogados e jurisdicionados.

O horário de expediente da unidade é das 9h às 18h.

6.9.2. Corpo funcional - juízes federais e servidores

A 9ª Vara Federal conta com o seguinte quadro de pessoal: a) 02 magistrados, Germana de Oliveira Moraes (juíza federal titular) e Dartanhan Vercingetórix de Araújo e Rocha (juiz federal substituto); b) 13 servidores efetivos, sendo: 03 analistas judiciários, 10 técnicos judiciários; c) 03 servidores requisitados com vínculo com o serviço público.

Não há cargo vago.

6.9.2.1. Juízes federais

A juíza federal titular da Vara, Germana de Oliveira Moraes, exerce a magistratura desde 03/09/1991, estando em exercício na 9ª Vara da SJCE a contar de 24/04/2014.

Nos últimos 24 meses, a magistrada esteve afastada por 9 meses e 15 dias, pelos seguintes motivos:

- a) Férias: 28/03 a 15/04/2016; 17 a 30/06/2016; 12 a 27/10/2016; 03 a 25/4/2017 e 15 a 21/02/2018;
- b) Licenças: Para tratamento de saúde - 24/08 a 02/09/2016; para cursar Especialização - 25/5 a 19/11/2017;
- c) Outras: Afastamento para participar de Seminários/Congressos - 27 a 29/4/2016; 31/05 a 03/06/2016; 23 a 25/11/2016; 13 a 16/12/2016; 11 a 15/12/2017.

A juíza federal titular reside em Fortaleza/CE, cidade onde se situa a sede da seção judiciária.

O juiz federal substituto da Vara, Dartanhan Vercingetórix de Araújo e Rocha, exerce a magistratura desde 14/12/2005. Na 9ª Vara da SJCE, exerce suas atribuições desde 12/06/2008.

O Magistrado exerce a função de Coordenador da Central de Conciliação e Mediação da Seção Judiciária do Ceará desde 2011, respondendo, ainda, por ocasião da correição, pela 2ª Relatoria da 1ª Turma Recursal, e Juiz Suplente da 3ª Turma Recursal.

Nos últimos 24 meses, o citado juiz federal substituto esteve afastado por 13 dias, sendo: Afastamento sem prejuízo de jurisdição (10 a 11/05/2016); Para participar de Seminário/Congresso (08 a 10/06/2016); Para participar de Encontro/Palestra (22 a 23/08/2016 e 29 a 31/08/2016).

O juiz federal substituto reside em Fortaleza/CE, cidade onde se situa a sede da seção judiciária.

6.9.2.2. Servidores

Em relação às funções de confiança (FCs), aos cargos em comissão (CJs) e à formação acadêmica dos servidores ocupantes de cargos efetivos na 9ª Vara Federal, pode ser observado o seguinte quadro:

Nome	Cargo efetivo	Ocupa FC ou CJ? Qual?	Grau de Instrução*	Área de formação
Natália Fontenele Garcia Tupinambá	Analista Judiciária	CJ 3 - Diretora de Secretaria	Superior com Especialização	Direito
Juliana Lacerda Dantas de Lima	Requisitada	FC 05 - Oficial de Gabinete JT	Superior com Especialização	Direito
Cristiana Capistrano Teixeira	Técnica Judiciária	FC 04 - Supervisora Assistente/GJT	Superior	Direito
Karine Albuquerque Cruz Candeira	Técnica Judiciária	FC 05 - Oficial de Gabinete JS	Superior com Especialização	Direito
Alexandre Gondim Gomes	Técnico Judiciário	FC 04 - Supervisor Assistente/GJS	Superior com Especialização	Direito
Marcelo Correia Candeira	Requisitado	FC 04 - Supervisor Assistente/GJS	Superior	Direito
Denise Helena F. Pires Corteletti	Analista Judiciária	FC 05 - Supervisora da Seção de Execução de Grandes Devedores	Superior com Especialização	Direito
Maria Eugênia Mota dos Santos	Analista Judiciária	FC 05 - Supervisora da Seção de Execuções da Fazenda Nacional	Superior com Especialização	Engenharia Civil
Francisco de Assis Bezerra	Técnico Judiciário	FC 05 - Supervisor da Seção de Leilão e Avaliação	Superior com Especialização	Direito
João Eudes Azevedo de Souza	Técnico Judiciário	FC 04 - Supervisor Assistente do Setor de Execução de Outros Credores	Médio	-
Maria Eroneide de	Técnica	FC 04 -	Superior com	Odontologia

Sousa Duarte	Judiciária	Supervisora Assistente do Setor de Cálculos	Especialização	
Raquel Teles de Sousa Leite	Técnica Judiciária	FC 04 - Supervisora Assistente do Setor de Embargos e Ações Conexas	Superior com Especialização	Direito
Raimundo Lima de Freitas	Técnico Judiciário	FC 02 - Auxiliar Especializado	Médio	-
Francisco Evanilson Viana	Requisitado	FC 04 - Supervisor Assistente/GJT	Médio	-
Glauca Moreira Mesquita de Sousa	Técnica Judiciária	FC 04 - Supervisora Assistente do Setor de Expedição de Documentos e Publicação	Médio	-
Eseumar de Oliveira Costa	Técnico Judiciário	FC 03 - Secretário da Diretora	Superior	Filosofia

Por sua vez, como se pode depreender, no tocante à formação acadêmica dos servidores efetivos da 9ª Vara Federal, verifica-se que há uma preocupação com a qualificação.

Não há função gratificada vaga na unidade. Inexistem na unidade judiciária servidores requisitados ou afastados.

Há um servidor prestando auxílio na Comissão de Gestão Documental, desde a sua instalação, uma vez por semana, a pedido da Diretoria do Foro.

6.9.2.3. Estagiários

Há 02 vagas previstas para unidade, estando todas ocupadas.

6.9.3. Organização da 9ª Vara Federal

Dentre os servidores da 9ª Vara Federal do Ceará, 11 exercem suas atribuições na secretaria e 05 no gabinete.

6.9.3.1. Secretaria

O trabalho sob responsabilidade da secretaria é dividido nos seguintes setores:

SETOR DE CONCLUSÃO - (Maria Eugênia, João Eudes, Eseumar) responsável pelas seguintes atividades:

- Análise processual e confecção de minutas de despachos, decisões e sentenças de baixa e média complexidade, tanto em execuções fiscais como em processos conexos (à exceção dos classificados como Grandes Devedores e dos processos situados no Setor de Leilões), tanto físicos como virtuais (PJE);
- Confecção de atos ordinatórios, sempre em atenção ao estabelecido em Portarias e Atos exarados pelos Juízes Federais;
- Elaboração das certidões narrativas solicitadas junto ao atendimento da 9ª Vara;
- Atendimento às partes.

SETOR DE CUMPRIMENTO - (Maria Eroneide, Glaucia, Raquel, Raimundo e Evanilson) com as seguintes atividades:

- Confecção de todos os expedientes indicados nos despachos, decisões e sentenças (mandados, ofícios, cartas precatórias, alvarás, etc) proferidos nos executivos fiscais e nas ações conexas (físicas ou virtuais - PJE), com exceção daqueles relacionados com o Setor de Leilão e o Setor de Grandes Devedores;
- Publicação de atos decisórios junto ao Diário da Justiça Federal e a certificação de decurso de prazo;
- Realização das remessas de processos aos órgãos Exequentes (FN, Conselhos, Caixa Econômica, etc), ao TRF e aos órgãos internos (Distribuição, Arquivo, Contadoria);
- Atuação em todos os sistemas informatizados relacionados à restrição patrimonial: BACENJUD, RENAJUD, e-Detran (sistema estadual) e seus expedientes;
- Organização e controle do trâmite das Cartas Precatórias e das Cartas de Ordem;
- Atendimento às partes.

SETOR DE LEILÃO - (Francisco de Assis) são atribuídas ao Setor as seguintes atividades:

- Organização de todas os procedimentos relacionados com o Leilão Judicial e com as demais formas de alienação judicial praticadas neste Juízo;
- Confecções de expedientes (mandados, ofícios, cartas precatórias, etc.) vinculados à penhora de bens móveis e imóveis, e o controle de prazo para o cumprimento destas diligências em tempo hábil;
- Atuação no desembaraço de bens levados à hasta pública, junto a órgãos governamentais e a outros juízos (no caso de bens penhorados em múltiplos juízos);
- Atuação junto ao leiloeiro oficial, no sentido de promover novas estratégias para o constante aprimoramento das ferramentas disponíveis para a universalização da hasta pública (utilização do pregão eletrônico, uso de videoconferência, leilões *on line*, etc).

SETOR DE GRANDES DEVEDORES - (Denise) com as seguintes atribuições:

- Gestão dos processos qualificados como Grandes Devedores (executivos fiscais de valor maior do que R\$ 6.000.000,00 (seis milhões de reais) e suas ações conexas;
- Confecção de expedientes e minutas de despachos, decisões e sentenças de menor complexidade relacionadas com os executivos em trâmite no Setor;
- Controle de prazo e da suspensão processual das execuções do Setor;
- Juntada de documentos dos processos;
- Atuação em todos os sistemas informatizados relacionados à restrição patrimonial: BACENJUD, RENAJUD, e-Detran (sistema estadual) e seus expedientes.

6.9.3.2. Gabinetes dos juízes federais

Nos gabinetes, todos os servidores elaboram minutas de liminares, decisões e sentenças, e procedem ao registro das sentenças e decisões. Os servidores ainda se revezam no atendimento às partes.

6.9.4. Participação dos juízes federais em reuniões com a equipe da 9ª Vara Federal

Os magistrados participam diretamente na formulação de estratégias e fixação de metas periódicas em reuniões semanais com a Diretora da Secretaria; na distribuição de tarefas e orientação aos servidores dos gabinetes; e na divulgação de metas e ações designadas, esclarecendo dúvidas e orientando os demais servidores da equipe, sempre que se mostrar necessário.

6.9.5. Planejamento das atividades da 9ª Vara Federal e avaliação periódica de resultados

O planejamento das atividades da Vara é realizado como o auxílio de relatórios do sistema processual, e descrição das metas, métodos e medidas a serem aplicados na consecução das atividades. Os juízes acompanham mensalmente os relatórios de processos pendentes de julgamento, fixando as metas e distribuindo as tarefas correspondentes. Semestralmente, são determinadas as metas do acervo correspondentes ao planejamento da Secretaria.

Em relação à avaliação de resultados, mensalmente são conferidos os relatórios de produtividade, a fim de acompanhar os resultados das atividades planejadas, a serem modificadas ou mantidas, conforme o caso.

6.9.6. Atendimento aos membros do Ministério Público Federal, Defensoria Pública da União, procuradores federais, advogados e partes na secretaria e nos gabinetes dos juízes federais da 9ª Vara Federal

As partes são atendidas sempre com diligência e cortesia, com a máxima presteza e eficiência recomendadas pelos Juízes da Vara.

O atendimento é feito sem necessidade de agendamento prévio. As partes são atendidas na ordem de sua chegada, salvo urgência que justifique a prioridade. Os interessados são recebidos pelas assessorias, e encaminhados, posteriormente, aos magistrados, quando for o caso.

6.9.7. Número de processos, relação servidor/processo, audiências de conciliação e de instrução e inspeções judiciais

Por ocasião do preenchimento do formulário de gestão, o número de processos em tramitação na Vara (total ajustado: excluídos os feitos arquivados, suspensos e baixados) era de 10.747 processos:

Juiz Titular:	Processos físicos: 4.298	Processos eletrônicos: 1.160;
Juiz Substituto:	Processos físicos: 4.148	Processos eletrônicos: 1.141.

Considerando o número de processos em tramitação e o número de servidores (16), a média de processos por servidor é de 671,68.

Verificou-se a existência de 8.543 físicos e 1.720 eletrônicos sobrestados.

Nos últimos 24 meses, a contar da data do início da correição, não foram realizadas audiências, tendo havido 2 inspeções judiciais por parte da juíza titular e 2 por parte do magistrado substituto.

6.9.8. Cumprimento de metas e resoluções do CNJ

Meta 1 (Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente).

Meta 1 cumprida (Processos distribuídos: 5 físicos + 177 eletrônicos =182; Processos julgados: 261 físicos + 94 eletrônicos = 355).

Meta 2 (Identificar e julgar, até 31/12/2017, pelo menos 100% dos processos distribuídos até 31/12/2012, 85% dos processos distribuídos em 2013 nos 1º e 2º graus, e 100% dos processos distribuídos até 31/12/2014 nos Juizados Especiais e Turmas Recursais Federais).

A Vara informou que, quanto aos processos eletrônicos, a meta foi cumprida, tendo sido julgados todos os processos distribuídos até 31/12/2012 e até 31/12/2013. Quanto aos processos físicos, foi cumprida em relação aos processos de conhecimento (feitos conexos às Execuções Fiscais).

Meta 3 (Aumentar os casos solucionados por conciliação, fomentando o alcance do percentual mínimo de 2% na proporção dos processos conciliados em relação aos distribuídos).

A Vara informou que não dispõe de dados para aferir o cumprimento da Meta, uma vez que as audiências de conciliação são concentradas na Central de Conciliação, que não possui estatística especificada por Vara.

Meta 4 (Identificar e julgar até, 31/12/2017, 70% das ações de improbidade administrativa distribuídas até 31/12/2014).

Não se aplica.

Meta 5 (Baixar quantidade maior de processos de execução não fiscal do que o total de casos novos de execução não fiscal no ano corrente).

Não se aplica.

Meta 6 (Identificar e julgar, até 31/12/2017, entre 70% e 85% das ações coletivas distribuídas até 31/12/2013, no 1º e 2º graus).

Não se aplica.

Metas Específicas para a Justiça Federal

Baixar quantidade maior de processos criminais do que os casos novos criminais no ano corrente; Julgar quantidade maior de processos criminais do que os casos novos criminais no ano corrente.

Não se aplica.

Identificar e julgar, até 31/12/2017, 70% das ações penais vinculadas aos crimes relacionados à improbidade administrativa, ao tráfico de pessoas, à exploração sexual e ao trabalho escravo, distribuídas até 31/12/2014.

Não se aplica.

Acerca do cumprimento do Provimento CNJ nº 29/2013

Não se aplica.

Acerca do cumprimento das exigências previstas na Resolução CNJ nº 66/2009, com a redação introduzida pela Resolução CNJ nº 87/2009, e sobre a necessidade de inserção, no sistema informatizado, do Relatório de Controle de Prisões

Não se aplica.

6.9.9. Processos selecionados para correição

Foram correicionados 69 processos físicos (quando da correição tinham 7.881 processos físicos em tramitação ajustada).

Quanto aos processos do Sistema PJe, foram correicionados 150 processos (quando da correição tinham 2.380 processos eletrônicos em tramitação ajustada).

6.9.9.1 Principais constatações da análise individual de processos

6.9.9.1.1. Processos Físicos

Da análise individual dos processos, podem-se destacar as seguintes ocorrências:

DEMORA NA CONCLUSÃO:		
TIPO DE AÇÃO	Nº DO PROCESSO	OBSERVAÇÃO
Execução Fiscal	00000200281000010186	De jul/17 a out/17.
Execução Fiscal	00015948120044058100	De mar/15 a out/17.
Execução Fiscal	00049469520144058100	De fl. 16 (jan/15 a mar/18 - v. fl. 14v).
Execução Fiscal	00030055720074058100	Informação em 26/01/16, conclusão em 25/07/16. Petição em 17/11/16, conclusão em 05/04/17.
Execução Fiscal	00013557220074058100	De fl. 233 (set/15 a jan/16) e de fl. 262 (nov/17 a fev/18 - fl. 250 e 262).
DEMORA NA JUNTADA DE EXPEDIENTE:		
TIPO DE AÇÃO	Nº DO PROCESSO	OBSERVAÇÃO
Execução Fiscal	00003763720124058100	Da petição de fl. 340.
Execução Fiscal	00013557220074058100	Da petição de fl. 222 (maio/14 a abr/15).
Execução Fiscal	00138796220114058100	Julho-setembro/2015.
Execução Fiscal	00030055720074058100	Devolução da CP com certidão de 02/08/17, certidão de juntada em 30/11/17.
Execução Fiscal	00080960220054058100	10/02/2015 a 23/06/2015 - e 27/07/2015 a 18/09/2015
DEMORA NA PROLAÇÃO DE DESPACHO:		
TIPO DE AÇÃO	Nº DO PROCESSO	OBSERVAÇÃO
Execução Fiscal	00000440720114058100	De 04.03.2016 a

05.12.2017.

DEMORA NA PUBLICAÇÃO:

TIPO DE AÇÃO	Nº DO PROCESSO	OBSERVAÇÃO
Execução Fiscal	00003763720124058100	Do despacho de fl. 332 (nov/16 a fev/17).
Embargos à Execução	00053100420134058100	De sentença, desde 05.12.2016.

FEITO EM ORDEM:

TIPO DE AÇÃO	Nº DO PROCESSO	OBSERVAÇÃO
Execução Fiscal	00000200581000082356	
Embargos à Execução	00000200981000008721	
Execução Fiscal	00000200981000061553	
Execução Fiscal	00002566220104058100	
Execução Fiscal	00000200781000079974	
Execução Fiscal	00000200781000051198	

OUTROS:

TIPO DE AÇÃO	Nº DO PROCESSO	OBSERVAÇÃO
Execução Fiscal	00000200281000015561	Certidão de fl. 68 sem assinatura.
Execução Fiscal	00018281920114058100	Certidão de fl. 75 sem assinatura.
Execução Fiscal	00027579120074058100	Certidão de fl. 52 sem assinatura.
Execução Fiscal	00031451820124058100	Certidão de fl. 23 sem assinatura.
Execução Fiscal	00074155120134058100	Sem movimentação no período de março a out/15.
Execução Fiscal	00074155120134058100	Demora no cumprimento do despacho de fl. 133 (desde nov/17).
Execução Fiscal	00013557220074058100	Out/13 a abr/15 (fls. 198v e 221).
Execução Fiscal	00013557220074058100	Demora no cumprimento do despacho de fl. 233/236 (v. fl. 243).
Execução Fiscal	00000200681000049370	Certidão de fl. 128 e termo de conclusão de fl. 137 apócrifos.

Execução Fiscal	00000200281000048165	Certidão de fl. 46 e termo de conclusão de fl. 50 apócrifos.
Execução Fiscal	00000200781000045587	Certidão de fl. 100 e termo de conclusão de fl. 103 apócrifos.
Execução Fiscal	00003763720124058100	Sem movimentação entre maio a set/17 (fls. 338/339) e de set/17 a fev/18 (fls. 339 e 343).
Execução Fiscal	00064897020134058100	Demora no cumprimento do despacho de fl. 173 (out/14 a maio/16 - v. fl. 177).
Execução Fiscal	00064897020134058100	Sem movimentação entre out/17 e mar/18.
Execução Fiscal	00042147619984058100	Certidão de fl. 54 sem assinatura.
Execução Fiscal	00077978820064058100	Certidão de fl. 37 sem assinatura.
Execução Fiscal	00051866520064058100	Certidão de fl. 60 sem assinatura.
Execução Fiscal	00090769019984058100	Certidão de fl. 54 sem assinatura.
Execução Fiscal	00166995420114058100	Certidão de fl. 13 sem assinatura.
Execução Fiscal	00168277420114058100	Certidão de fl. 18 sem assinatura.
Execução Fiscal	00080960220054058100	Ausência de movimentação - junho-setembro/2015.
Execução Fiscal	00080960220054058100	Ausência de cobrança de devolução do mandado expedido à fl. 410.
Execução Fiscal	00138796220114058100	Demora no cumprimento: dez/2013 a abril/2015 e setembro - novembro/2015.
Execução Fiscal	00138796220114058100	Certidão fl. 112, 116 sem assinatura.
Execução Fiscal	00138796220114058100	Despacho de inspeção proferido em fev/2018 determinando vista da parte acerca de petição juntada desde jun/2017.

Execução Fiscal	00000200181000074068	Termo de conclusão de fl. 43 sem assinatura.
Execução Fiscal	00000200781000079093	Termo de conclusão fl. 28 de abril/2018.
Execução Fiscal	00000200681000085878	Certidão e termo de conclusão (fls. 62 e 72) sem assinatura.
Execução Fiscal	00000200781000112187	Petição juntada em jul/2014 sem ser analisada, ficando o processo sem movimentação até abril/2016.
Execução Fiscal	00166484320114058100	Termo de conclusão de fl.19 sem assinatura.
Execução Fiscal	00000200181000156942	Termo de conclusão fl. 23 sem assinatura.
Execução Fiscal	00164284520114058100	Termo de conclusão de fl. 28 sem assinatura.
Execução Fiscal	00167150820114058100	Termo de conclusão de fl. 14 sem assinatura.
Execução Fiscal	00000588820114058100	Certidão sem assinatura à fl. 37.
Execução Fiscal	00007448020114058100	Certidão sem assinatura à fl. 47.
Execução Fiscal	00011552620114058100	Certidão sem assinatura à fl. 22.
Execução Fiscal	00014766120114058100	Certidão sem assinatura à fl. 29.
Execução Fiscal	00165693520094058100	Certidão sem assinatura à fl. 45.
Execução Fiscal	00008462020024058100	Expedientes sem assinatura às fls. 54 e 57.
Execução Fiscal	00010732420134058100	Termo de conclusão sem assinatura à fl. 66.
Execução Fiscal	00012697720024058100	Termo de conclusão sem assinatura à fl. 66.
Execução Fiscal	00018082820114058100	Termos sem assinatura às fls. 43 e 47.
Execução Fiscal	00020173120104058100	Certidão e conclusão sem assinaturas, fls. 26 e 30.
Execução Fiscal	00023146720124058100	Certidão e conclusão sem assinatura, fls. 17 e 21.
Execução Fiscal	00043243120054058100	Certidão e conclusão sem

		assinatura, fls. 106 e 118.
Execução Fiscal	00043243120054058100	Demora na secretaria (ato ordinatório de 29/11/17 e vista em 23/02/18).
Execução Fiscal	00097568420124058100	Conclusão sem assinatura fl. 269.
Execução Fiscal	00103660420024058100	Certidão e conclusão sem assinatura/rubrica, fls. 49 e 55.
Execução Fiscal	00109683419984058100	Certidão e conclusão sem rubrica/ass., fls. 42 e 46.
Execução Fiscal	00110456220064058100	Conclusão sem assinatura, fl. 164.
Execução Fiscal	00201899420054058100	Termo de conclusão sem assinatura/rubrica, fl. 60.
Execução Fiscal	00115562120104058100	Inexistência de assinatura no termo de juntada de petição.
Execução Fiscal	00118543319984058100	Ausência de assinatura do servidor no termo de juntada.
Execução Fiscal	00114243220084058100	Termo de juntada sem assinatura do servidor.
Execução Fiscal	00109184719944058100	Demora no cumprimento de despacho, de 14.11.2016 a 30.01.2017 e desde 28.02.2018.
Execução Fiscal	00044674420104058100	Ausência de cumprimento de despacho, desde 14.03.2016.
Execução Fiscal	00009486620074058100	Ausência de cumprimento de despacho, desde 13.11.2017.
Execução Fiscal	00023620220074058100	Demora no cumprimento de despacho, de 13.06.2017 a 13.11.2017.
Execução Fiscal	00023620220074058100	Demora na conclusão para despacho/decisão, desde 26.02.2018.
Execução Fiscal	00000440720114058100	Demora no cumprimento de despacho, desde 05.12.2017.
Execução Fiscal	00104268820134058100	Demora no cumprimento de despacho, desde 21.10.2016.

Execução Fiscal	00136773220044058100	Termo de remessa de autos incompleto.
Execução Fiscal	00136773220044058100	Demora no cumprimento de despacho, desde 28.02.2018.
Embargos à Execução	00028383520104058100	Processo sem movimentação, de 06.09.2016 a 26.02.2018.
Execução Fiscal	00059461920034058100	Processo sem movimentação de 01.02.2017 a 28.02.2018.

PARALISAÇÃO IRREGULAR:

TIPO DE AÇÃO	Nº DO PROCESSO	OBSERVAÇÃO
Execução Fiscal	00000200281000010186	De mar/16 a mar/17.
Execução Fiscal	00110456220064058100	Lapso temporal sem movimentação desde a manifestação da exequente s/exc. pré-exec. em 26/11/15 até juntada em 13/10/17.
Execução Fiscal	00080960220054058100	Setembro/2015-março/2017.

Outras Observações:

Processo : 00000200181000074068 Classe: Execução Fiscal - apenso 2002.81.00.014262-5.

Processo: 00000200281000010186 Classe: Execução Fiscal - Apensos: 2002.81.00.001019-8, 2002.81.00.001020-4, 2002.81.00.001021-6, 2002.81.00.001022-8.

Processo: 00000200381000193467 Classe: Execução Fiscal - sentença em 04/08/2017 e sentença dos embargos de declaração em 10/04/18. Apensos:4593-26.2012, 1534-11.2004.

Processo: 00000200781000178782 Classe: Execução Fiscal - sentença em 10/04/18.

Processo: 00009486620074058100 Classe: Execução Fiscal - Execuções apensas: 0002986-17, 000949-51, 0016134-90, 0011478-27, 0009688-37.

Processo: 00013557220074058100 Classe: Execução Fiscal - Apenso: 2007.81.00.016277-4.

Processo: 00015948120044058100 Classe: Execução Fiscal - Apensos 12205-2, 12202-7, 12204-0, 12203-9.

Processo: 00023620220074058100 Classe: Execução Fiscal - Execuções apensas: 002362-02, 004763-37, 0014588-05.

Processo: 00059461920034058100 Classe: Execução Fiscal - Apensos: 0005947-04, 0012072-51, 0022872-12, 0005945-34, 0005950-56, 0012070-81.

Processo: 00080960220054058100 Classe: Execução Fiscal - processos apensos:

2001.81.00.023613-5;

2004.81.00.017872-0;

0001449-78.2011.4.05.8100;

2007.81.00.010507-9;

2009.81.00.008246-5;

2009.81.00.006835-3;

0013879-62.2011.4.05.8100.

Processo : 00097568420124058100 Classe: Execução Fiscal - grande devedor.

Processo : 00104268820134058100 Classe: Execução Fiscal - Exec. apensas: 0006956-15, 0001855-94.

Processo : 00109184719944058100 Classe: Execução Fiscal - Processo piloto.

Apensos: 0012306-77, 0046874-22, 0009414-96, 0000604-08, 0009251-56, 002044178, 0003728-78, 0017086-16, 0017095-75.

Processo: 00136773220044058100 Classe: Execução Fiscal - Apensos: 0011359-37, 000 4937-51, 0010347-51, 0018572-36.

Processo: 00190466020114058100 Classe: Execução Fiscal - sentença em 10/04/18.

6.9.9.1.2. Processos Judiciais Eletrônicos (PJe)

Da análise individual dos processos, podem-se destacar as seguintes ocorrências:

Número do Processo	Classe Judicial	Assunto	Último Evento	Polo Ativo	Polo Passivo	Correicionado
Ausência/demora na conclusão						
0800073-14.2017.4.05.8100	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO CEARA - CRC/CE - 07.093.503/0001-06	LEISA COSTA CAVALCANTE - 741.334.463-72	SIM
0800496-71.2017.4.05.8100	EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL	Efeito Suspensivo / Impugnação / Embargos à Execução	Juntada de Certidão de Intimação	UNIMED FORTALEZA SOCIEDADE COOPERATIVA MEDICA LTDA -	AGENCIA NACIONAL DE SAUDE SUPLEMENTAR - ANS. - 03.589.068/0001-46	SIM
0802719-31.2016.4.05.8100	EXECUÇÃO FISCAL	Competência da Justiça Federal	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA NORMALIZACAO E QUALIDADE INDUSTRIAL - INMETRO - 00.662.270/0001-68	DAVID NASCIMENTO DA SILVA - ME - 08.819.762/0001-26	SIM
0803440-80.2016.4.05.8100	EXECUÇÃO FISCAL	Competência da Justiça Federal	Juntada de Certidão de Intimação	DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES - DNIT - 04.892.707/0001-00	EXPRESSO GUANABARA S A - 41.550.112/0001-01	SIM

0803499-05.2015.4.05.8100	EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL	Efeito Suspensivo / Impugnação / Embargos à Execução	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	PRONTOCARDIO PRONTO ATENDIMENTO CARDIOLOGICO SC LTDA - ME - 05.613.278/0001-58	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	SIM
0803626-06.2016.4.05.8100	EXECUÇÃO FISCAL	Ausência de Cobrança Administrativa Prévia	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO CEARA - CRC/CE - 07.093.503/0001-06	REGILENE ALVES FERREIRA - 573.238.603-34	SIM
0803783-76.2016.4.05.8100	EXECUÇÃO FISCAL	Cobrança de Juros Moratórios de Massa Falida	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CONSELHO REGIONAL DOS REPRESENTANTES COMERCIAIS NO ESTADO DO CEARA - 07.340.847/0001-64	GIRLENE VASCONCELOS PONTES MARTINS - null	SIM
0804030-91.2015.4.05.8100	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA CONTRA A	Efeito Suspensivo / Impugnação / Embargos à Execução	Conclusos para decisão	SANTE ALIMENTACAO E SERVICOS SA - 05.535.705/0001-27	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	SIM
0804609-05.2016.4.05.8100	EXECUÇÃO FISCAL	Ausência de Cobrança Administrativa Prévia	Juntada de Certidão de Intimação	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	ICANE - INDUSTRIA E COMERCIO DE ALIMENTOS DO NORDESTE LTDA -	SIM
0804665-38.2016.4.05.8100	EXECUÇÃO FISCAL	Ausência de Cobrança Administrativa Prévia	Juntada de Cota	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	DISC SOM COMERCIO LTDA - ME - 03.565.476/0001-75	SIM
0806133-37.2016.4.05.8100	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	AGENCIA NACIONAL DE SAUDE SUPLEMENTAR - ANS. - 03.589.068/0001-46	HAPVIDA ASSISTÊNCIA MÉDICA LTDA -	SIM
0806190-55.2016.4.05.8100	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	VILMAR SARAIVA DE AQUINO -	SIM
0806207-91.2016.4.05.8100	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa e outros	Conclusos para decisão	INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS	ANTONIO FERREIRA DE ALMEIDA -	SIM

				RECURSOS NATURAIS RENOVAVEIS - IBAMA	619.622.013-68	
0808107-12.2016.4.05.8100	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FAZENDA NACIONAL	EMERSON DE BRITTO SOUSA e outro -	SIM
0811455-38.2016.4.05.8100	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	AGENCIA NACIONAL DE SAUDE SUPLEMENTAR - ANS. - 03.589.068/0001-46	SISTEMA PREVSAUDE LTDA - EPP -	SIM
0811921-32.2016.4.05.8100	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Processo Suspenso por depender do julgamento de outra causa de outro	DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUCAO MINERAL - DNPM - 00.381.056/0001-33	CEARA CERAMICA LTDA - EPP - 07.528.409/0001-24	SIM
0812003-63.2016.4.05.8100	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FAZENDA NACIONAL	M K G ALIMENTOS LTDA -	SIM
0812018-32.2016.4.05.8100	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FAZENDA NACIONAL	ABREU & COUTINHO LTDA - EPP -	SIM
0812019-17.2016.4.05.8100	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FAZENDA NACIONAL	POSTO ATAPU LTDA -	SIM
0812036-53.2016.4.05.8100	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FAZENDA NACIONAL	MARIA ALMEIDA DE OLIVEIRA -	SIM
0812078-05.2016.4.05.8100	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FAZENDA NACIONAL	VEVE COMERCIAL DE CALCADOS LTDA - ME	SIM
0812096-26.2016.4.05.8100	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FAZENDA NACIONAL	MANOEL OTACILIO DA SILVEIRA - ME -	SIM
0812109-25.2016.4.05.8100	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FAZENDA NACIONAL	CONDOMINIO ST. TROPEZ -	SIM
0812152-59.2016.4.05.8100	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FAZENDA NACIONAL	MARILIA TEOFILLO LIMA PESSOA e outro -	SIM
0812377-45.2017.4.05.8100	EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL	Efeito Suspensivo / Impugnação / Embargos à Execução	Conclusos para decisão	C I L COMERCIO DE INFORMATICA LTDA -	FAZENDA NACIONAL -	SIM
Lapso entre conclusão e prolação despacho/decisão						
0800021-18.2017.4.05.8100	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO CEARA - CRC/CE - 07.093.503/0001-06	SEBASTIAO PRIMO BESERRA -	SIM
0800073-14.2017.4.05.8100	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO CEARA - CRC/CE - 07.093.503/0001-06	LEISA COSTA CAVALCANTE -	SIM
0800379-80.2017.4.05.8100	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO CEARA - CRC/CE - 07.093.503/0001-06	SILVIA CRISTINA LIMA E SILVA - 136.092.973-87	SIM
0800434-31.2017.4.05.8100	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO CEARA - CRC/CE - 07.093.503/0001-06	LUCILENE DA COSTA SALES - 826.239.884-04	SIM
0800524-39.2017.4.05.8100	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Juntada de Certidão de Intimação	CONSELHO REGIONAL DE FARMACIA DO ESTADO DO CEARÁ - CRF/CE - 07.288.905/0001-58	NOVA ERA COMERCIO DE PRODUTOS ESOTERICOS E	SIM

0800545-15.2017.4.05.8100	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CONSELHO REGIONAL DE FARMACIA DO ESTADO DO CEARÁ - CRF/CE - 07.288.905/0001-58	PADRAO COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA - ME - 03.228.433/0001-97	SIM
0800985-45.2016.4.05.8100	EXECUÇÃO FISCAL	Ausência de Cobrança Administrativa	Inspeção da Corregedoria-Geral	INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS	PAULO SERGIO DE PAIVA - 448.104.073-49	SIM

		Prévia	da Justiça Federal	RECURSOS NATURAIS RENOVAVEIS - IBAMA		
0804333-08.2015.4.05.8100	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA	Efeito Suspensivo / Impugnação / Embargos à Execução	Baixa Definitiva	AGENCIA NACIONAL DE SAUDE SUPLEMENTAR - ANS. - 03.589.068/0001-46	CAIXA DE ASSISTENCIA DOS FUNCIONARIOS DO BANCO DO NORDESTE DO BRASIL - 05.814.777/0001-03	SIM
0804665-38.2016.4.05.8100	EXECUÇÃO FISCAL	Ausência de Cobrança Administrativa Prévia	Juntada de Cota	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	DISC SOM COMERCIO LTDA - ME - 00.394.460/0216-53	SIM
0805419-77.2016.4.05.8100	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa não-tributária e outros	Juntada de Petição	INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVAVEIS - IBAMA	FRANCISCO JOSE COSTA DA ROCHA - 022.377.973-31	SIM
0806207-91.2016.4.05.8100	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa e outros	Conclusos para decisão	INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVAVEIS - IBAMA	ANTONIO FERREIRA DE ALMEIDA - 619.622.013-68	SIM
0811921-32.2016.4.05.8100	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Processo Suspenso por depender do julgamento de outra causa de outro	DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUCAO MINERAL - DNPM - 00.381.056/0001-33	CEARA CERAMICA LTDA - EPP - 07.528.409/0001-24	SIM
0812003-63.2016.4.05.8100	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	M K G ALIMENTOS LTDA -	SIM
0812152-59.2016.4.05.8100	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	MARILIA TEOFILO LIMA PESSOA e outro -	SIM
Lapso sem movimentação processo na Secretaria						
0800028-10.2017.4.05.8100	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CONSELHO REGIONAL DE FARMACIA DO ESTADO DO CEARÁ - CRF/CE - 07.288.905/0001-58	FARMACIA SUELLEN COMERCIO VAREJISTA DE MEDICAMENTOS LTDA - ME - 13.194.081/0001-50	SIM
0800036-84.2017.4.05.8100	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	BOM BOM COMERCIO E INDUSTRIA LTDA -	SIM
0800040-24.2017.4.05.8100	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	PRISMA TERCEIRIZACAO DE SERVICOS LTDA - 02.327.522/0001-28	SIM
0800209-11.2017.4.05.8100	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	AGENCIA NACIONAL DO PETROLEO, GAS NATURAL E BIOCMBUSTIVEIS - ANP - 02.313.673/0001-27	GUANABARA PETROLEO LTDA - ME - 07.952.320/0001-90	SIM
0800389-27.2017.4.05.8100	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO CEARA - CRC/CE - 07.093.503/0001-06	ANTONIO JACKSON DE ARAUJO - 769.706.473-15	SIM
0800658-66.2017.4.05.8100	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	HERMEN INDUSTRIA DE CONFECÇOES LTDA - ME - 04.999.683/0001-93	SIM
0801322-63.2018.4.05.8100	PROCEDIMENTO COMUM	Construção / Penhora / Avaliação / Indisponibilidade de Bens	Juntada de Certidão de Intimação	C. A. COMERCIO DE TINTAS E VERNIZES LTDA - 07.222.235/0001-77	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	SIM
0801806-49.2016.4.05.8100	EXECUÇÃO FISCAL	Ausência de Cobrança Administrativa Prévia	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVAVEIS - IBAMA	WILYS PINHEIRO BEZERRA - 308.851.403-20	SIM

0802719-31.2016.4.05.8100	EXECUÇÃO FISCAL	Competência da Justiça Federal	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA NORMALIZACAO E QUALIDADE INDUSTRIAL - INMETRO - 00.662.270/0001-68	DAVID NASCIMENTO DA SILVA - ME - 08.819.762/0001-26	SIM
---------------------------	-----------------	--------------------------------	---	---	---	-----

0803156-38.2017.4.05.8100	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	UNIALIMENTAR COMERCIO E SERVICOS DE ALIMENTOS LTDA - 09.291.082/0001-45	SIM
0803230-92.2017.4.05.8100	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	COTTON INDUSTRIA E COMERCIO TEXTIL LTDA - 07.769.391/0001-52	SIM
0803669-40.2016.4.05.8100	EXECUÇÃO FISCAL	Competência da Justiça Federal	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVAVEIS - IBAMA	RICARDO JOSE PEREIRA MARTINS - null	SIM
0803783-76.2016.4.05.8100	EXECUÇÃO FISCAL	Cobrança de Juros Moratórios de Massa Falida	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CONSELHO REGIONAL DOS REPRESENTANTES COMERCIAIS NO ESTADO DO CEARA - 07.340.847/0001-64	GIRLENE VASCONCELOS PONTES MARTINS - null	SIM
0804652-39.2016.4.05.8100	EXECUÇÃO FISCAL	Competência da Justiça Federal	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVAVEIS - IBAMA	PAULO ANDERSON SARAIVA DA SILVA - 029.377.923-67	SIM
0804713-94.2016.4.05.8100	EXECUÇÃO FISCAL	Competência da Justiça Federal	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVAVEIS - IBAMA	FRANCISCA AMELIA DA SILVA - ME - 05.693.373/0001-09	SIM
0805422-32.2016.4.05.8100	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa não-tributária e outros	Juntada de Certidão de decurso de prazo	INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVAVEIS - IBAMA	JOAQUIM LIMA DA SILVA - 298.948.913-49	SIM
0806069-27.2016.4.05.8100	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVAVEIS - IBAMA	EDILSON COSTA DE SOUSA FILHO - 646.649.533-72	SIM
0806321-93.2017.4.05.8100	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Conclusos para decisão	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	DONGYANG CONSTRUCTION DO BRASIL CONSTRUTORA LTDA. - 15.145.763/0001-06	SIM
0807853-05.2017.4.05.8100	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa e outros	Juntada de Certidão de decurso de prazo	CONSELHO REGIONAL DOS REPRESENTANTES COMERCIAIS NO ESTADO DO CEARA - 07.340.847/0001-64	LAZARO JORGE LIMA FONSECA - 845.381.043-53	SIM
0808107-12.2016.4.05.8100	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	EMERSON DE BRITTO SOUSA e outro -	SIM
0808403-34.2016.4.05.8100	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVAVEIS - IBAMA	MAR DE ROSAS COSMETICOS LTDA - ME - 41.422.742/0001-92	SIM
0808407-71.2016.4.05.8100	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVAVEIS - IBAMA	MANOEL DEMEZIO DE LIMA - 951.448.623-49	SIM
0808408-56.2016.4.05.8100	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVAVEIS - IBAMA	INDUSTRIA DE PRE-MOLDADOS ROSSI MOTA LTDA - ME - 06.865.022/0001-09	SIM

0808542-83.2016.4.05.8100	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	AGENCIA NACIONAL DO PETROLEO, GAS NATURAL E BIOCOMBUSTIVEIS - ANP - 02.313.673/0001-27	DUNAS COMERCIAL DE DERIVADOS DE PETROLEO LTDA - ME - 07.713.964/0001-26	SIM
			Inspeção da	INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO	TC LOGISTICA	

0808561-89.2016.4.05.8100	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Corregedoria-Geral da Justiça Federal	AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVAVEIS - IBAMA	INTEGRADA LTDA - 02.896.003/0002-61	SIM
0808564-44.2016.4.05.8100	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVAVEIS - IBAMA	MARAPONGA POSTO SHOPPING LTDA - ME - 00.235.801/0003-06	SIM
0808578-28.2016.4.05.8100	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVAVEIS - IBAMA	CENTRO AUTOMOBILISTICO BEZERRA DE MENEZES LTDA - 06.645.519/0001-03	SIM
0811247-54.2016.4.05.8100	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA VETERINARIA DO ESTADO DO CEARA - CRMV/CE - 06.622.443/0001-09	PAULO SERGIO MARTINS DOS SANTOS - ME - 03.451.921/0001-69	SIM
0811455-38.2016.4.05.8100	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	AGENCIA NACIONAL DE SAUDE SUPLEMENTAR - ANS. - 03.589.068/0001-46	SISTEMA PREVSAUDE LTDA - EPP - 01.673.007/0001-13	SIM
0811550-68.2016.4.05.8100	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CONSELHO REGIONAL DE FONOAUDIOLOGIA 8 REGIAO - 08.077.490/0001-36	CARMEN FERNANDA VASCONCELOS - 380.699.543-53	SIM
0811559-30.2016.4.05.8100	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CONSELHO REGIONAL DE FONOAUDIOLOGIA 8 REGIAO - 08.077.490/0001-36	DANIELLA MONTENEGRO FALCAO GUEDES - 617.819.673-34	SIM
0811667-59.2016.4.05.8100	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	AGENCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT. - 00.407.140/0001-64	TIENNE TRANSPORTES LTDA - EPP - 00.407.140/0001-64	SIM
0811676-21.2016.4.05.8100	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	AGENCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT. - 04.898.488/0001-77	A & R CONSTRUCOES E LOCACAO DE MAQUINAS, EQUIPAMENTOS E VEICULOS AUTOMOTORES LTDA - ME - 14.578.373/0001-59	SIM
0811713-48.2016.4.05.8100	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CONSELHO REGIONAL DE FONOAUDIOLOGIA 8 REGIAO - 08.077.490/0001-36	LUSSILENNE SILVEIRA BARROS LESSA - 387.950.603-59	SIM
0812023-54.2016.4.05.8100	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	CARLIZETE L. CORREIA - ME - 00.394.460/0216-53	SIM
0812099-78.2016.4.05.8100	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	YRA D'LINHARES CABELEIREIROS LTDA - ME - 05.484.130/0001-60	SIM
0812140-45.2016.4.05.8100	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	POSTO PODIUM LTDA - 06.847.640/0001-18	SIM
0814893-72.2016.4.05.8100	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Juntada de Certidão de Intimação	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	CAPTAR SERVICOS TECNICOS LTDA - 00.394.460/0216-53	SIM
0817106-51.2016.4.05.8100	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	AF COMERCIO E SERVICOS DE ALIMENTOS E 00.394.460/0216-53	SIM
0817135-04.2016.4.05.8100	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	CIDRAO ALIMENTOS LTDA - ME - 00.394.460/0216-53	SIM
0817160-17.2016.4.05.8100	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Conclusos para decisão	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	DINAMO SERVICOS LTDA - 00.394.460/0216-53	SIM

Lapso temporal para cumprimento despacho/decisão						
0800021-18.2017.4.05.8100	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO CEARA - CRC/CE - 07.093.503/0001-06	SEBASTIAO PRIMO BESERRA - 061.901.113-00	SIM

0800028-10.2017.4.05.8100	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CONSELHO REGIONAL DE FARMACIA DO ESTADO DO CEARÁ - CRF/CE - 07.288.905/0001-58	FARMACIA SUELLEN COMERCIO VAREJISTA DE MEDICAMENTOS LTDA - ME - 13.194.081/0001-50	SIM
0800036-84.2017.4.05.8100	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FAZENDA NACIONAL	BOM BOM COMERCIO E INDUSTRIA LTDA -	SIM
0800073-14.2017.4.05.8100	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO CEARA - CRC/CE - 07.093.503/0001-06	LEISA COSTA CAVALCANTE - 741.334.463-72	SIM
0800379-80.2017.4.05.8100	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO CEARA - CRC/CE - 07.093.503/0001-06	SILVIA CRISTINA LIMA E SILVA - 136.092.973-87	SIM
0800389-27.2017.4.05.8100	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO CEARA - CRC/CE - 07.093.503/0001-06	ANTONIO JACKSON DE ARAUJO - 769.706.473-15	SIM
0800434-31.2017.4.05.8100	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO CEARA - CRC/CE - 07.093.503/0001-06	LUCILENE DA COSTA SALES - 826.239.884-04	SIM
0800551-22.2017.4.05.8100	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	AGENCIA NACIONAL DE SAUDE SUPLEMENTAR - ANS. - 03.589.068/0001-46	HAPVIDA ASSISTENCIA MEDICA LTDA - 63.554.067/0001-98	SIM
0800658-66.2017.4.05.8100	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	HERMEN INDUSTRIA DE CONFECÇÕES LTDA - ME - 04.999.683/0001-93	SIM
0800693-26.2017.4.05.8100	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	LR SERVICE - SERVICOS DE INSTALACAO E MANUTENCAO EM AR-CONDICIONADO E COMERCIO LTDA - ME - 07.880.919/0001-66	SIM
0800696-78.2017.4.05.8100	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	MARIA AUXILIADORA PEREIRA LEONCIO - CONFECÇÕES - ME - 08.641.681/0001-89	SIM
0803240-73.2016.4.05.8100	EXECUÇÃO FISCAL	Competência da Justiça Federal	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVAVEIS - IBAMA	GOLDEN LIGHT TRANSPORTES LTDA - 07.132.842/0001-46	SIM
0803251-05.2016.4.05.8100	EXECUÇÃO FISCAL	Competência da Justiça Federal	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVAVEIS - IBAMA	ORTEX ORGANIZACAO TEXTIL IND COMERCIO E	SIM
0804609-05.2016.4.05.8100	EXECUÇÃO FISCAL	Ausência de Cobrança Administrativa Prévia	Juntada de Certidão de Intimação	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	ICANE - INDUSTRIA E COMERCIO DE ALIMENTOS DO NORDESTE LTDA -	SIM
0806133-37.2016.4.05.8100	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	AGENCIA NACIONAL DE SAUDE SUPLEMENTAR - ANS. - 03.589.068/0001-46	HAPVIDA ASSISTÊNCIA MÉDICA LTDA -	SIM
0806321-93.2017.4.05.8100	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Conclusos para decisão	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	DONGYANG CONSTRUCTION DO BRASIL CONSTRUTORA LTDA. - 15.145.763/0001-06	SIM

0808542-83.2016.4.05.8100	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	AGENCIA NACIONAL DO PETROLEO, GAS NATURAL E BIOCOMBUSTIVEIS - ANP - 02.313.673/0001-27	DUNAS COMERCIAL DE DERIVADOS DE PETROLEO LTDA - ME - 07.713.964/0001-26	SIM
0808931-34.2017.4.05.8100	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	SIQUEIRA GURGEL SA COMERCIO E INDUSTRIA - 07.204.381/0001-70	SIM
					MASSA FALIDA DE	

0809107-13.2017.4.05.8100	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Expedição de expediente	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	OBOE CREDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S/A e outro -	SIM
0811247-54.2016.4.05.8100	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA VETERINARIA DO ESTADO DO CEARA - CRMV/CE - 06.622.443/0001-09	PAULO SERGIO MARTINS DOS SANTOS - ME - 03.451.921/0001-69	SIM
0811921-32.2016.4.05.8100	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Processo Suspenso por depender do julgamento de outra causa de outro	DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUCAO MINERAL - DNPM - 00.381.056/0001-33	CEARA CERAMICA LTDA - EPP - 07.528.409/0001-24	SIM
0812037-04.2017.4.05.8100	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Juntada de Certidão de decurso de prazo	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	UNIMED FORTALEZA SOCIEDADE COOPERATIVA MEDICA LTDA - 05.868.278/0001-07	SIM
0812062-51.2016.4.05.8100	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	ANTONIO CLAUDIO DA SILVA JUNIOR - ME	SIM
0817104-81.2016.4.05.8100	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	BERGSSON ALBERTO MELO DA SILVA EIRELI - ME - 14.771.861/0001-88	SIM
0817160-17.2016.4.05.8100	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Conclusos para decisão	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	DINAMO SERVICOS LTDA -	SIM
Outros:						
0808107-12.2016.4.05.8100	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	EMERSON DE BRITTO SOUSA e outro -	SIM
0811247-54.2016.4.05.8100	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA VETERINARIA DO ESTADO DO CEARA - CRMV/CE - 06.622.443/0001-09	PAULO SERGIO MARTINS DOS SANTOS - ME - 03.451.921/0001-69	SIM
Paralisação irregular do processo						
0800023-85.2017.4.05.8100	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO CEARA - CRC/CE - 07.093.503/0001-06	MARX CARRIERI GUEDES MONTEIRO - 241.482.613-49	SIM
0800075-81.2017.4.05.8100	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO CEARA - CRC/CE - 07.093.503/0001-06	RAIMUNDO GLEIDSTON PINHEIRO FILHO - 447.685.323-49	SIM
0800217-85.2017.4.05.8100	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Conclusos para decisão	CONSELHO REGIONAL DE FARMACIA DO ESTADO DO CEARÁ - CRF/CE - 07.288.905/0001-58	MUNICIPIO DE GUAIBUBA - 12.359.535/0001-32	SIM
0800220-40.2017.4.05.8100	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVAVEIS - IBAMA	JOSE NAURI DE FREITAS - 166.977.233-00	SIM
0800370-21.2017.4.05.8100	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO CEARA - CRC/CE - 07.093.503/0001-06	ALEXANDRE SALES SAMPAIO - 480.298.663-72	SIM
0800394-49.2017.4.05.8100	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO CEARA - CRC/CE - 07.093.503/0001-06	VALESCA VASCONCELOS DE MENEZES - 618.500.203-53	SIM

0800594-56.2017.4.05.8100	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO CEARA - CRC/CE - 07.093.503/0001-06	GLICIA MARIA AGUIAR FROTA BARROSO - 441.672.963-49	SIM
0800665-58.2017.4.05.8100	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	META CONSTRUCOES E SERVICOS LTDA - ME	SIM

0800691-56.2017.4.05.8100	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FAZENDA NACIONAL 00.394.460/0216-53	DANIEL DE SOUSA ROCHA - ME -	SIM
0800693-26.2017.4.05.8100	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	LR SERVICE - SERVICOS DE INSTALACAO E MANUTENCAO EM AR-CONDICIONADO E COMERCIO LTDA - ME - 07.880.919/0001-66	SIM
0800696-78.2017.4.05.8100	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	MARIA AUXILIADORA PEREIRA LEONCIO - CONFECÇÕES - ME - 08.641.681/0001-89	SIM
0800985-45.2016.4.05.8100	EXECUÇÃO FISCAL	Ausência de Cobrança Administrativa Prévia	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVAVEIS - IBAMA	PAULO SERGIO DE PAIVA - 448.104.073-49	SIM
0801825-55.2016.4.05.8100	EXECUÇÃO FISCAL	Ausência de Cobrança Administrativa Prévia	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF - 00.360.305/0001-04	MAGUST BELEZA E ESTETICA LTDA - ME - 03.164.360/0001-17	SIM
0802832-82.2016.4.05.8100	EXECUÇÃO FISCAL	Competência da Justiça Federal	Juntada de Petição	INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVAVEIS - IBAMA	GILVAN SERRA DE OLIVEIRA - 192.070.078-19	SIM
0803251-05.2016.4.05.8100	EXECUÇÃO FISCAL	Competência da Justiça Federal	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVAVEIS - IBAMA	ORTEX ORGANIZACAO TEXTIL IND COMERCIO E	SIM
0803256-27.2016.4.05.8100	EXECUÇÃO FISCAL	Competência da Justiça Federal	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVAVEIS - IBAMA	SOLUCAO AUTOS COMERCIO DE COMBUSTIVEIS, SERVICOS E REPRESENTACOES LTDA - 11.250.855/0001-97	SIM
0803626-06.2016.4.05.8100	EXECUÇÃO FISCAL	Ausência de Cobrança Administrativa Prévia	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO CEARA - CRC/CE - 07.093.503/0001-06	REGILENE ALVES FERREIRA - 573.238.603-34	SIM
0803658-11.2016.4.05.8100	EXECUÇÃO FISCAL	Competência da Justiça Federal	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVAVEIS - IBAMA	LEITE, LEITE COMERCIO DE COMBUSTÍVEIS LTDA - null	SIM
0803775-02.2016.4.05.8100	EXECUÇÃO FISCAL	Não Cumulatividade	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CONSELHO REGIONAL DOS REPRESENTANTES COMERCIAIS NO ESTADO DO CEARA - 07.340.847/0001-64	CLABASA COMERCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA. - null	SIM
0803862-55.2016.4.05.8100	EXECUÇÃO FISCAL	Ausência de Cobrança Administrativa Prévia	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	PEIXADA DO CEARA LTDA - EPP - 07.000.306/0001-00	SIM
0804030-91.2015.4.05.8100	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA CONTRA A	Efeito Suspensivo / Impugnação / Embargos à Execução	Conclusos para decisão	SANTE ALIMENTACAO E SERVICOS SA - 05.535.705/0001-27	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	SIM
0804609-05.2016.4.05.8100	EXECUÇÃO FISCAL	Ausência de Cobrança Administrativa Prévia	Juntada de Certidão de Intimação	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	ICANE - INDUSTRIA E COMERCIO DE ALIMENTOS DO NORDESTE LTDA -	SIM
0804617-79.2016.4.05.8100	EXECUÇÃO FISCAL	Competência da Justiça Federal	Juntada de Certidão de Intimação	INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVAVEIS - IBAMA	JEOVANE R. DOS SANTOS - ME - 09.046.176/0001-59	SIM

0804652-39.2016.4.05.8100	EXECUÇÃO FISCAL	Competência da Justiça Federal	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVAVEIS - IBAMA	PAULO ANDERSON SARAIVA DA SILVA - 029.377.923-67	SIM
---------------------------	-----------------	--------------------------------	---	--	---	-----

0804722-56.2016.4.05.8100	EXECUÇÃO FISCAL	Competência da Justiça Federal	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVAVEIS - IBAMA	FRANCISCO MOREIRA GARCEZ - 650.364.413-20	SIM
0804834-25.2016.4.05.8100	EXECUÇÃO FISCAL	Ausência de Cobrança Administrativa Prévia		FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	C F DIOGENES - ME - 09.235.351/0001-56	SIM
0805437-98.2016.4.05.8100	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa não-tributária e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVAVEIS - IBAMA	JOSE MARIA MACEDO JUNIOR - 197.057.864-53	SIM
0805549-67.2016.4.05.8100	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa não-tributária e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARA - UFC - 07.272.636/0001-31	SANTANA & SANTANA EMPREENDIMENTOS E CONSTRUCOES LTDA - EPP - 19622769000170	SIM
0805571-28.2016.4.05.8100	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUCAO MINERAL - DNPM - 00.381.056/0001-33	ARMANDO CESAR BORBOREMA FERREIRA GOMES -	SIM
0805572-13.2016.4.05.8100	EXECUÇÃO FISCAL	Ambiental e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUCAO MINERAL - DNPM - 00.381.056/0001-33	FRANCISCO PARCELI EVANGELISTA DO AMARAL - 135.572.113-04	SIM
0805575-65.2016.4.05.8100	EXECUÇÃO FISCAL	Sanitárias e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUCAO MINERAL - DNPM - 00.381.056/0001-33	HENRIQUE JORGE DE OLIVEIRA PINHO - 033.789.003-00	SIM
0805602-48.2016.4.05.8100	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUCAO MINERAL - DNPM - 00.381.056/0001-33	SAO FELIX INDUSTRIA DE MINERACAO LTDA - ME - 06.032.496/0001-61	SIM
0805752-29.2016.4.05.8100	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO - FNDE - 00.378.257/0001-81	MARIA DA GLORIA OLIVEIRA SANTOS - 039.256.682-68	SIM
0805783-49.2016.4.05.8100	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	AGENCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT. -	AGAPE TRANSPORTADORA TURISTICA LTDA - EPP - 05.426.584/0001-85	SIM
0805966-20.2016.4.05.8100	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Juntada de Certidão de Intimação	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	DISBEL - COMERCIO VAREJISTA DE ALIMENTOS LTDA - ME - 07.936.305/0001-59	SIM
0806007-84.2016.4.05.8100	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	AGENCIA NACIONAL DO PETROLEO, GAS NATURAL E BIOCOMBUSTIVEIS - ANP - 02.313.673/0001-27	REPUBLICA DO GAS COMERCIO DE GLP LTDA. - EPP - 08.093.686/0001-14	SIM
0806069-27.2016.4.05.8100	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVAVEIS - IBAMA	EDILSON COSTA DE SOUSA FILHO - 646.649.533-72	SIM
0806080-56.2016.4.05.8100	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVAVEIS - IBAMA	GILBERTO DE SOUSA LIMA - 874.549.399-53	SIM
0806086-63.2016.4.05.8100	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO CEARA - CRC/CE - 07.093.503/0001-06	FRANCISCO JUCELINO JANUARIO DA SILVA - 613.537.873-20	SIM

0806095-25.2016.4.05.8100	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVAVEIS - IBAMA	RICARDO JOSE DE OLIVEIRA SALES EPP - null	SIM
0806133-37.2016.4.05.8100	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral	AGENCIA NACIONAL DE SAUDE	HAPVIDA ASSISTÊNCIA MÉDICA	SIM

			da Justiça Federal	- 03.589.068/0001-46	LTDA e outro -	
0806188-85.2016.4.05.8100	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FAZENDA NACIONAL 00.394.460/0216-53	ANTONIO ALVES DE ARAUJO -	SIM
0806190-55.2016.4.05.8100	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FAZENDA NACIONAL 00.394.460/0216-53	VILMAR SARAIVA DE AQUINO -	SIM
0808115-86.2016.4.05.8100	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FAZENDA NACIONAL 00.394.460/0216-53	ROBSON FERREIRA DE FREITAS e outro -	SIM
0808130-55.2016.4.05.8100	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FAZENDA NACIONAL 00.394.460/0216-53	IPESCA INDUSTRIA DE PESCA LTDA - ME -	SIM
0808133-10.2016.4.05.8100	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FAZENDA NACIONAL 00.394.460/0216-53	NILSON SANTOS FADOUL -	SIM
0808143-54.2016.4.05.8100	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVAVEIS - IBAMA	ROCIVANE FERREIRA COSTA - 367.261.763-68	SIM
0808351-38.2016.4.05.8100	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FAZENDA NACIONAL 00.394.460/0216-53	STAR SERVICE TERCEIRIZACAO LTDA	SIM
0808354-90.2016.4.05.8100	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	A B S ASSISTENCIA BUCAL SERVICOS S C LTDA - EPP - 63.501.316/0001-87	SIM
0808403-34.2016.4.05.8100	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVAVEIS - IBAMA	MAR DE ROSAS COSMETICOS LTDA - ME - 41.422.742/0001-92	SIM
0808407-71.2016.4.05.8100	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVAVEIS - IBAMA	MANOEL DEMEZIO DE LIMA - 951.448.623-49	SIM
0808538-46.2016.4.05.8100	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVAVEIS - IBAMA	INTERPAR PARTICIPACOES E EMPREENDIMENTOS S/A - 07.570.803/0001-20	SIM
0808561-89.2016.4.05.8100	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVAVEIS - IBAMA	TC LOGISTICA INTEGRADA LTDA - 02.896.003/0002-61	SIM
0808562-74.2016.4.05.8100	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVAVEIS - IBAMA	W F METAL BOX INDUSTRIA E COMERCIO LTDA - ME - 11.819.323/0001-28	SIM
0808564-44.2016.4.05.8100	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVAVEIS - IBAMA	MARAPONGA POSTO SHOPPING LTDA - ME - 00.235.801/0003-06	SIM
0808570-51.2016.4.05.8100	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVAVEIS - IBAMA	PONTUAL COMERCIAL DE PETROLEO AGUA FRIA LTDA - 02.696.758/0002-12	SIM
0808571-36.2016.4.05.8100	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVAVEIS - IBAMA	RM COMERCIO DE DERIVADOS DE PETROLEO LTDA - ME - 00.305.351/0001-00	SIM

0808576-58.2016.4.05.8100	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVAVEIS - IBAMA	TERRAPLENA LTDA - ME - 06.019.996/0001-63	SIM
				INSTITUTO	CENTRO	

0808578-28.2016.4.05.8100	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVAVEIS - IBAMA	AUTOMOBILISTICO BEZERRA DE MENEZES LTDA - 06.645.519/0001-03	SIM
0808931-34.2017.4.05.8100	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	SIQUEIRA GURGEL SA COMERCIO E INDUSTRIA - 07.204.381/0001-70	SIM
0811367-97.2016.4.05.8100	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Juntada de Certidão de Intimação	FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO -	TRANSMATER LOCACOES DE VEICULOS E SERVICOS DE LIMPEZA LTDA - EPP e outros - 07.702.124/0001-68	SIM
0811452-83.2016.4.05.8100	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	AGENCIA NACIONAL DE SAUDE SUPLEMENTAR - ANS. - 03.589.068/0001-46	CLINDONTO CLINICA ASSISTENCIA E SERVICOS MEDICOS E ODONTOLOGICOS LTDA - ME - 23.593.114/0001-98	SIM
0811485-73.2016.4.05.8100	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	AGENCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIARIOS - ANTAQ - 04.903.587/0001-08	MARIMAR S/A - 11.027.315/0001-49	SIM
0811501-27.2016.4.05.8100	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FAZENDA NACIONAL	FABIO JOSE DE OLIVEIRA OZORIO e outro - 433.804.253-20	SIM
0811547-16.2016.4.05.8100	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa e outros	Expedição de expediente	CONSELHO REGIONAL DE FONOAUDIOLOGIA 8 REGIAO - 08.077.490/0001-36	CAMILA REJANNE SILVA SANTIAGO - 958.519.923-87	SIM
0811550-68.2016.4.05.8100	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CONSELHO REGIONAL DE FONOAUDIOLOGIA 8 REGIAO - 08.077.490/0001-36	CARMEN FERNANDA VASCONCELOS - 380.699.543-53	SIM
0811559-30.2016.4.05.8100	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CONSELHO REGIONAL DE FONOAUDIOLOGIA 8 REGIAO - 08.077.490/0001-36	DANIELLA MONTENEGRO FALCAO GUEDES - 617.819.673-34	SIM
0811673-66.2016.4.05.8100	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	AGENCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT. -	FLAVIO GELRI UCHOA SOUTO - 887.303.443-87	SIM
0811676-21.2016.4.05.8100	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	AGENCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT. - 04.898.488/0001-77	A & R CONSTRUCOES E LOCACAO DE MAQUINAS, EQUIPAMENTOS E VEICULOS AUTOMOTORES LTDA - ME - 14.578.373/0001-59	SIM
0811712-63.2016.4.05.8100	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CONSELHO REGIONAL DE FONOAUDIOLOGIA 8 REGIAO - 08.077.490/0001-36	LUIZA MARIA CAVALCANTE LOPES - 203.459.843-15	SIM
0811916-10.2016.4.05.8100	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FAZENDA NACIONAL	ROCK CONSTRUCOES LTDA - ME -	SIM
0812001-93.2016.4.05.8100	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	B B V INDUSTRIA PLASTICA E METALURGICA LTDA - ME - 00.527.647/0001-76	SIM
0812018-32.2016.4.05.8100	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FAZENDA NACIONAL	ABREU & COUTINHO LTDA - EPP -	SIM
0812019-17.2016.4.05.8100	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FAZENDA NACIONAL	POSTO ATAPU LTDA - ME - 02.050.428/0001-74	SIM
0812034-83.2016.4.05.8100	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FAZENDA NACIONAL	VIP ACADEMIA DE ESPORTES LTDA - ME -	SIM

0812036-53.2016.4.05.8100	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FAZENDA NACIONAL 00.394.460/0216-53	MARIA ALMEIDA DE OLIVEIRA -	SIM
0812061-66.2016.4.05.8100	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	DH EMPREENDEIMENTOS LTDA - ME - 03.967.469/0001-92	SIM

0812062-51.2016.4.05.8100	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FAZENDA NACIONAL 00.394.460/0216-53	ANTONIO CLAUDIO DA SILVA JUNIOR - ME	SIM
0812078-05.2016.4.05.8100	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FAZENDA NACIONAL 00.394.460/0216-53	VEVE COMERCIAL DE CALCADOS LTDA - ME	SIM
0812083-27.2016.4.05.8100	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	INO B INDUSTRIA NORDESTINA DE ARTEFATOS DE BORRACHA LTDA - ME - 04.930.478/0001-71	SIM
0812086-79.2016.4.05.8100	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	HERMEN INDUSTRIA DE CONFECÇÕES LTDA - ME - 04.999.683/0001-93	SIM
0812096-26.2016.4.05.8100	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FAZENDA NACIONAL 00.394.460/0216-53	MANOEL OTACILIO DA SILVEIRA - ME -	SIM
0812098-93.2016.4.05.8100	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FAZENDA NACIONAL 00.394.460/0216-53	EDIFICIO ITAGUA - 05.450.506/0001-06	SIM
0812102-33.2016.4.05.8100	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	FUNDICAO CAPISTRANO COMERCIO E SERVICOS LTDA - ME - 05.552.078/0001-32	SIM
0812109-25.2016.4.05.8100	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FAZENDA NACIONAL 00.394.460/0216-53	CONDOMINIO ST. TROPEZ -	SIM
0812151-74.2016.4.05.8100	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	ESCOLA PROFISSIONAL DE ENSINO FUND E MED PE JOSE NILSON - 07.044.365/0001-67	SIM
0817099-59.2016.4.05.8100	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	IRPA EMPRESA DE CONSTRUCAO CIVIL LTDA - ME - 23.710.668/0001-28	SIM
0817103-96.2016.4.05.8100	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FAZENDA NACIONAL 00.394.460/0216-53	FORTALEZA ACO INOXIDAVEL LTDA - EPP - 15.531.355/0001-84	SIM
0817104-81.2016.4.05.8100	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	BERGSSON ALBERTO MELO DA SILVA EIRELI - ME - 14.771.861/0001-88	SIM
0817140-26.2016.4.05.8100	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	MEGA COMERCIO DE ELETRODOMESTICO E FERRAMENTAS LTDA - ME - 72.536.659/0001-78	SIM
Processo em ordem						
0800392-79.2017.4.05.8100	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa e outros	Expedição de expediente	CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO CEARA - CRC/CE - 07.093.503/0001-06	ALESSANDRO DA COSTA OLIVEIRA - 804.626.503-91	SIM
0800663-88.2017.4.05.8100	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Juntada de Cota	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	R&B AQUICULTURA COMERCIO EXPORTACAO E IMPORTACAO LTDA - EPP - 05.919.198/0001-25	SIM
0801890-84.2015.4.05.8100	EMBARGOS À EXECUÇÃO	Efeito Suspensivo / Impugnação / Embargos à Execução	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MASSA FALIDA DE GRANDON INDUSTRIA DE GRANITO LTDA - EPP - 22.584.227/0001-00	DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUCAO MINERAL - DNPM - 00.381.056/0001-33	SIM
0803229-10.2017.4.05.8100	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Processo Suspenso por depender do julgamento de outra causa de outro	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	C I L COMERCIO DE INFORMATICA LTDA - 24.073.694/0005-89	SIM
0804650-69.2016.4.05.8100	EXECUÇÃO FISCAL	Ausência de Cobrança Administrativa Prévia	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	SULMONT IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA - ME - 08.052.018/0001-49	SIM

0805660-51.2016.4.05.8100	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	INEPAS INSTITUTO NORDESTINO DE EDUCACAO POLITICAS ADMINISTRATIVAS E SOCIAIS S/S LTDA - ME - 03.717.696/0001-60	SIM
	EXECUÇÃO		Inspeção da	FAZENDA NACIONAL	COMPANHIA ENERGETICA DO	

0815397-78.2016.4.05.8100	FISCAL	Dívida Ativa	Corregedoria-Geral da Justiça Federal	- 00.394.460/0216-53	CEARA -	SIM
0815401-81.2017.4.05.8100	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	COMETA DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA - 02.314.021/0001-07	SIM

6.9.10. Correição anterior e autoinspeção

A Vara informou, quando do preenchimento do formulário de gestão, ainda não ter recebido o Relatório da Correição anterior (2017), com as suas determinações.

Importa registrar que, considerando a notícia por parte de algumas varas da Seção Judiciária do Ceará, por ocasião da Correição Ordinária de 2018, no sentido de que não lhes foi disponibilizado o Relatório de Correição Ordinária de 2017, a Corregedoria-Regional encaminhou e-mail (enviado em 19/04/18) a todas as unidades jurisdicionais, informando que o referido relatório estava disponível no “site” da Corregedoria-Regional, no “link” Correições (Relatório de Correições – Biênio 2015-2017).

Após a última autoinspeção, a unidade jurisdicional tem envidado esforços e se empenhado ao máximo para cumprir as metas estabelecidas, buscando diminuir o acervo e melhorar a prestação jurisdicional.

6.9.11. Considerações finais

A 9ª Vara Federal conta com estrutura física e equipamentos adequados a seu funcionamento.

A unidade jurisdicional, por ocasião da correição, tinha competência exclusiva para execuções fiscais e processos conexos. Pela sua natureza, as varas privativas de execuções fiscais apresentam peculiaridades, gerando uma dinâmica de tramitação de feitos própria, distinta daquelas encontradas em outras varas não especializadas.

É comum nas execuções fiscais ocorrerem situações em que o processo permanece muito tempo paralisado, sem que o magistrado possa impulsionar ou extinguir o feito, tais como a não localização de devedores ou de bens passíveis de constrição, interposição de embargos à execução, formalização de parcelamentos administrativos fiscais etc.

Ademais, nas execuções fiscais, com frequência, não ocorre o pagamento voluntário ou a garantia da execução, e a penhora somente pode recair sobre bem do executado que não seja protegido pelas situações legais de impenhorabilidade. Dessa forma, enquanto não garantida a execução, não se dá o termo inicial para a contagem do prazo para o oferecimento dos embargos à execução, o que também contribui para elevar a taxa de congestionamento nas execuções fiscais. O volume diferenciado de processos distribuídos às varas privativas de execuções fiscais é outro fator que impossibilita a sua comparação com as demais varas.

Cabe salientar também que, em alguns casos, as varas privativas de execuções fiscais chegam a apresentar um acervo dez vezes maior do que o das varas comuns, de forma que as rotinas típicas dessas varas não comportam certas análises que são realizadas nas varas comuns por ocasião das correições.

Há ainda um considerável acúmulo de processos suspensos na forma do art. 40 da Lei nº 6.830/1980, o qual estabelece que "o Juiz suspenderá o curso da execução, enquanto não for localizado o devedor ou encontrados bens sobre os quais possa recair a penhora, e, nesses casos, não correrá o prazo de prescrição". Essa situação também contribui significativamente para a alta taxa de congestionamento nas execuções fiscais.

Nessa linha, observa-se que boa parte das execuções fiscais permanece durante anos suspensas e/ou arquivadas sem baixa na distribuição, pela não localização do próprio devedor ou de bens necessários à garantia da execução e posterior pagamento da dívida. Isso dificulta sobremaneira que a unidade jurisdicional apresente um melhor desempenho.

Embora não se possa olvidar que os fatores acima mencionados colaboram para que as varas de execuções fiscais apresentem uma realidade diferenciada das demais varas, também não se deve deixar de registrar que, durante os trabalhos de correição na 9ª Vara Federal/CE, foram verificadas inconsistências de várias naturezas nos processos analisados, sendo dignas de destaque aquelas mais corriqueiras, as quais devem ser corrigidas pela aludida unidade:

1. Demora na conclusão;
2. Demora no cumprimento de despacho/decisão;
3. Demora na prolação de despacho/decisão;
4. Paralisações irregulares;
5. Processos em que atos de secretaria estavam apócrifos.

Insta registrar, por oportuno, que as observações anotadas em relação aos PJE's 0801322-63.2018.4.05.8100 (lapso sem movimentação do processo na secretaria) e 0803862-55.2016.4.05.8100 (paralisação irregular) devem ser desconsideradas, já que apontadas as inconsistências de modo equivocado por esta Corregedoria, por ocasião da correição eletrônica, sendo o referido equívoco informado pela Direção de Secretaria da unidade.

Por fim, pelos demais dados apontados neste relatório e pelas constatações realizadas *in loco* durante a correição, pode-se afirmar que a 9ª Vara Federal funciona de modo razoável.

6.10. 10ª VARA FEDERAL - FORTALEZA/CE

6.10.1. Competência, localização, estrutura física e horário de expediente

A 10ª Vara Federal do Ceará, dentro de sua jurisdição, detém competência cível e funciona no 12º andar do prédio-sede da SJCE, localizado na Rua Pedro I, Praça Gen. Murilo Borges, nº 01, Centro, Fortaleza/CE.

A Vara apresentou instalações adequadas para todos: juízes federais, servidores, estagiários, terceirizados, membros do Ministério Público Federal, procuradores federais, defensores públicos federais, advogados e jurisdicionados.

O horário de expediente da unidade é das 9h às 18h.

6.10.2. Corpo funcional - juiz federal e servidores

A 10ª Vara Federal conta com o seguinte quadro de pessoal: a) 01 magistrado, Alcides Saldanha Lima (juiz federal titular); b) 14 servidores efetivos, sendo: 06 analistas judiciários - área judiciária, 08 técnicos judiciários - área administrativa; c) 01 servidor requisitado sem vínculo com a administração pública (Márcia Derlane Lôbo Leite- Grau de Instrução: Pós-graduada, Área de Formação: Direito, Função: CJ-3).

Não há cargo efetivo vago, havendo um servidor cedido para outras unidades (Américo Raimundo de Carvalho, matrícula nº. 747, cedido ao Tribunal Regional Eleitoral do Ceará).

6.10.2.1. Juiz federal titular

O juiz federal titular da Vara, Alcides Saldanha Lima, dedica-se à magistratura desde 26/02/1999 e passou a desempenhar suas atribuições na 10ª Vara a contar de 20/04/2004.

Como Juiz Suplente do Tribunal Regional Eleitoral auxiliou no julgamento de registro de candidatura no período de agosto a setembro de 2016. Ultimamente, exerce a Coordenação da Central de Mandados, desde 18/01/2018, em conformidade com a Portaria nº 9, da mesma data.

Nos últimos 24 meses, esteve afastado da jurisdição pelos seguintes motivos:

08/05 a 23/05/2017 e 21/11 a 04/12/2017 (férias);

11/07/2016 a 09/08/2016 (convocação para compor o TRF da 5ª Região).

O magistrado reside em Fortaleza/CE, município em que sediada a 10ª Vara Federal.

6.10.2.2. Servidores

Em relação às funções de confiança (FCs), aos cargos em comissão (CJs) e à formação acadêmica dos servidores ocupantes de cargos efetivos na 10ª Vara Federal, pode ser observado o seguinte quadro:

Nome	Cargo efetivo	FC ou CJ	Grau de instrução	Área de formação
Américo Raimundo de Carvalho	Analista Judiciário	-	Pós- graduação	Direito e Filosofia

Ana Verônica Martins Torres	Técnico Judiciário	FC-4	Pós- graduação	Direito
Andréa Leal Ribeiro	Técnico Judiciário	FC-5	Pós- graduação	Psicologia
Cícera Gonçalves de Souza	Analista Judiciário	FC-4	Pós- graduação	Direito e Letras
Cynthia da Costa Marroquim	Analista Judiciário	FC-4	Pós- graduação	Direito e Psicologia
Eliana Maria Rodrigues de Farias	Técnico Judiciário	FC-3	Pós- graduação	Comunicação Social e Direito
João de Paula Araujo Neto	Técnico Judiciário	FC-5	Pós- graduação	Arquitetura
José Penia	Analista Judiciário	FC-4	Pós- graduação	Direito
Marcos Heleno Moura Filho	Técnico Judiciário	FC-4	Pós- graduação	Direito
Leonardo Augusto Pinheiro Guimarães	Analista Judiciário	FC-5	Superior	Direito
Renata Felismino Lima	Técnico Judiciário	FC-4	Superior	Direito
Renato Mendes Brito	Técnico Judiciário	FC-5	Pós- graduação	Agronomia e Direito
Ricardo Fontenele Cavalcante	Técnico Judiciário	FC-4	Pós- graduação	Direito
Silvia Costa Pinto Benevides	Analista Judiciário	FC-4	Pós- graduação	Direito

Por sua vez, como se pode depreender, no tocante à formação acadêmica dos servidores efetivos da 10ª Vara Federal, verifica-se que há uma preocupação com a qualificação, uma vez que 12 dos 14 servidores efetivos possuem pós-graduação, embora um dos requisitos para investidura seja o nível médio de ensino (Técnico Judiciário) e ensino superior (Analista Judiciário).

Não há na Vara servidores em auxílio (cedidos por outros setores) ou afastados (exceto férias), havendo duas funções comissionadas vagas (FC-2 e FC-3).

6.10.2.3. Estagiários

Há 02 vagas de estágio previstas para unidade, estando ambas ocupadas por estudantes de Direito, que atuam no gabinete e na secretaria.

6.10.3. Organização da 10ª Vara Federal

Dentre os servidores da 10ª Vara Federal do Ceará, 09 exercem suas atribuições na secretaria, incluindo o Diretor de Secretaria, e 05 no gabinete.

6.10.3.1. Secretaria

A 10ª Vara/CE tem 2 setores de procedimentos especiais, 1 setor de conhecimento, 3 setores de execução divididos por cliente (União/INSS e Caixa Econômica Federal/ empresas públicas/demais autarquias e Ministério Público Federal). Há ainda na execução um setor responsável pela expedição de todos os requisitórios de pagamento. (Alvarás, RPV e Precatórios).

A distribuição dos processos pelos servidores observa os mesmos critérios nos 2 (dois) sistemas de acompanhamento processual da Justiça Federal: TEBAS e Pje, excepcionando uma servidora por problemas de saúde.

Para assegurar a continuidade dos serviços cartorários em virtude de eventuais ausências dos servidores por motivo de férias/licenças, os servidores dos procedimentos especiais se substituem entre si, o mesmo ocorre com o processo de conhecimento e execução.

O atendimento ao público é feito por todos os servidores mediante um sistema de sequência cíclica e em ordem alfabética no intuito de não sobrecarregar um único servidor por todo o dia de trabalho. O horário do balcão - 9:00 h até 17:00 h - é dividido pela quantidade de servidores da secretaria, de modo que todos atendem diariamente. Cada servidor ocupa o espaço de tempo em conformidade com a sequência alfabética e passa ao horário subsequente até sair do atendimento. Nos dias em que não faz o atendimento ao público, o servidor é responsável por receber os documentos que chegam à Secretaria como petições, mandados etc. Caso um servidor se afaste da secretaria por motivo de férias ou licença, ele automaticamente sai da sequência alfabética e quando retornar entrará no horário correspondente à sua posição na fila.

1-) Triagem Inicial dos Processos Eletrônicos

Servidor responsável: Marcos Heleno Moura Filho

O servidor é responsável pela análise das iniciais, verificando se as petições atendem o disposto no art. 319 do CPC/2015 como: valor atribuído à causa, pedido de gratuidade de justiça ou recolhimento de custas, necessidade ou não de audiência de conciliação entre outros. Por fim, examinar o cadastramento das partes, legibilidade e nome dos documentos anexados à inicial. Além da triagem, cabe ao servidor analisar os processos recebidos do Tribunal Federal da 5ª Região - TRF5 e a prevenção das ações iniciais, além de elaborar minutas de sentenças de extinção sem apreciação do mérito e gráficos estatísticos da 10ª Vara/CE.

2-) Setor dos Mandados de Segurança, Tutelas Antecedentes, Cartas Precatórias e Execuções de Título Extrajudicial/Exequente OAB/CE. (Procedimentos Especiais)

Servidor responsável: João de Paula Araújo Neto

O servidor tem como atribuições: alimentação dos sistemas processuais (TEBAS e Pje), atendimento ao público, confecção de expedientes, resumo dos processos com audiências designadas e elaboração de minutas de despachos e decisões de menor complexidade. O servidor, ainda, tem funções administrativas de organizar o atendimento ao público (confecção da tabela), executar algumas atividades de apoio à direção da Vara como a remessa dos processos ao arquivo e Tribunal Federal da 5ª Região – TRF5.

3-) Setor de Ações Diversas. (Procedimentos Especiais)

Servidor responsável: Andrea Leal Ribeiro

Neste setor, os processos que mais exigem atenção da Vara são as Improbidades Administrativas, Ações Populares e Ações Civis Públicas. Para equilibrar o quantitativo da Vara de processos por pessoa, o servidor também trabalha com as Execuções de Título Extrajudicial da União/ autarquias e Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária. A servidora executa todas as tarefas relacionadas com os processos sob sua responsabilidade como: alimentação dos sistemas processuais (TEBAS e Pje), atendimento ao público, confecção de expedientes, resumo dos processos com audiências designadas, elaboração de minutas de despachos e decisões de menor complexidade. A servidora, além das atribuições acima descritas, é responsável também por marcar e digitar as audiências da 10ª Vara. Há auxílio de um estagiário de Direito no setor que executa todas as tarefas relacionadas aos processos.

4-) Setor das Ações Ordinárias e conexas- Caixa Econômica Federal, União e autarquias

Servidora responsável: Sílvia da Costa Pinto Benevides

A quase totalidade dos processos desse setor é virtual, ou seja, tramitam no Pje. A servidora responsável tem como atribuições: alimentação dos sistemas processuais (TEBAS e Pje), atendimento ao público, controle de prazos, confecção de expedientes, resumo dos processos com audiências designadas e elaboração de minutas de despachos e decisões de menor complexidade.

5-) Setor de Execução: União e autarquias

Servidora responsável: José Penia

Após o recebimento dos processos vindos do setor de conhecimento, o servidor tem entre outras atribuições: análise da inicial da Execução, alimentação dos sistemas processuais (TEBAS e Pje), atendimento ao público, confecção de expedientes, controle de prazos, alienação judicial de bens penhorados e elaboração de minutas de despachos e decisões de menor complexidade.

6-) Setor de Execução – Caixa Econômica Federal e demais empresas públicas

Servidor responsável: Ricardo Fontenele Cavalcante

Após o recebimento dos processos vindos do Setor de conhecimento, o servidor tem entre outras atribuições: análise da inicial da Execução, alimentação dos sistemas processuais (TEBAS e Pje), atendimento ao público, confecção de expedientes, acompanhar o controle de prazos, Alvarás, alienação judicial de bens penhorados, treinamento dos estagiários de Direito (quando há) e elaboração de minutas de despachos e decisões de menor complexidade.

7-) Setor de Execução – Caixa Econômica Federal

Servidora Responsável: Cynthia da Costa Marroquim

A servidora movimenta apenas processos virtuais (Pje) e não atende ao público, em virtude de problemas de saúde. A servidora tem como atribuições: alimentação do Pje, acompanhar o controle de prazos, confecção de expedientes, Alvarás, alienação judicial de bens penhorados, resumo dos processos com audiências designadas e elaboração de minutas de despachos e decisões de menor complexidade.

8-) Setor de Execução- Precatórios e RPV

Servidora Responsável; Eliana Maria Rodrigues de Farias

A servidora é responsável pela publicação dos despachos/decisões/sentenças dos processos físicos no Diário Oficial da União- DOU, confecção de despachos, preenchimento dos Requisitórios de pagamento (Precatórios, RPV e Alvarás), cobrança quinzenal de processos em carga fora do prazo e acompanhar o controle dos pagamentos das requisições expedidas.

6.10.3.2. Gabinete do juiz federal

Como a 10ª Vara/CE não tem Juiz Federal Substituto, há um único gabinete sob supervisão do Juiz Federal Alcides Saldanha Lima, composto por: Renato Mendes Brito (Oficial de Gabinete), Ana Verônica Martins Torres, Cícera Gonçalves de Sousa, Renata Felismino Lima e Leonardo Augusto Pinheiro Guimarães (Oficial de Gabinete do Juiz Substituto). Todos os assessores minutam decisões sobre qualquer matéria, ou seja, não há divisão por especialidade nos gabinetes. Os processos são distribuídos entre os assessores, observando-se a seguinte ordem: urgência (liminar/tutela antecipada), Metas do CNJ e data de conclusão mais antiga.

6.10.4. Participação do juiz federal em reuniões com a equipe da 10ª Vara Federal

As reuniões da 10ª Vara/CE são dirigidas pelo Juiz Federal, Alcides Saldanha Lima, mediante pauta previamente estabelecida com a Diretora. Todos os servidores participam (gabinete e secretaria) com opiniões/sugestões acerca do que poderia ser aprimorado no trabalho desenvolvido pela Vara. O Juiz, também, reúne-se com os gabinetes com a finalidade de padronizar os entendimentos jurídicos e estabelecer as prioridades de julgamentos. Após as reuniões, todas as medidas adotadas são compiladas para compor, quando em número razoável, as Ordens de Serviço da Secretaria ou Gabinete.

6.10.5. Planejamento das atividades da 10ª Vara Federal e avaliação periódica de resultados

O planejamento das atividades da 10ª Vara/CE é elaborado pelo Juiz com apoio dos servidores e, atualmente, encontra-se assim disposto:

- a. Às quartas-feiras e quintas-feiras são realizadas, preferencialmente, as audiências da Vara;
- b. Os documentos/mandados/correspondências são recebidos pelo servidor que se encontra isento do balcão naquele dia da semana;
- c. Às quartas e quintas-feiras, todos os servidores da Secretaria confeccionam os expedientes a serem encaminhados à Central de Mandados;

- d. A cada 15 (quinze) dias, são cobrados os processos com prazos vencidos por meio de edital/ofício de cobrança ou Mandado de Busca e Apreensão;
- e. Os processos para julgamentos são conclusos pela secretaria imediatamente após análise dos autos e distribuídos semanalmente entre os assessores;
- f. No início do mês, é feito o controle dos pagamentos de Requisição de Pequeno Valor - RPV e precatórios, para fins de possibilitar o arquivamento dos processos e consequente diminuição do acervo da Vara;
- g. No surgimento de questões a serem solucionadas com urgência, são realizadas reuniões (Juiz/Gabinete/Secretaria) extraordinárias;
- h. Os aniversários dos servidores da Vara são comemorados trimestralmente.

Cada Supervisor é responsável pela organização do setor, cabendo-lhe, inclusive, estabelecer as prioridades na confecção de expedientes e despachos sempre combinado com a Diretora da 10ª Vara/CE e o Juiz da 10ª Vara/CE.

No Gabinete, é estabelecida como meta que a conclusão para sentença não deve ultrapassar o prazo de 60 (sessenta) dias, sem prejuízo de apreciação dos pedidos de processos prioritários. Na Secretaria, o Juiz da 10ª Vara/CE determina que os processos não fiquem sem movimentação por período superior a 60 (sessenta) dias e diminuição mensal do acervo da Vara, priorizando, para tanto, maior número de arquivamentos ou identificação de processos com pagamentos de requisitórios (RPV e precatórios) e Alvarás.

A avaliação periódica de resultados das atividades da Vara é realizada por meio dos relatórios dos processos sem movimentação por período superior a 60 dias dos sistemas TEBAS e Pje mensalmente (estatísticas). Caso sejam encontrados processos sem movimentação, os servidores são incitados a promover o devido andamento processual. Nas reuniões trimestrais da 10ª Vara/CE, cada supervisor apresenta as dificuldades e os resultados do seu Setor.

6.10.6. Atendimento aos membros do Ministério Público Federal, Defensoria Pública da União, procuradores federais, advogados e partes na secretaria e no gabinete do juiz federal da 10ª Vara Federal.

Tendo em vista a intimação pessoal do Ministério Público e Defensoria Pública, ficou pactuado com a Direção do Foro que a carga/devolução de autos seria realizada pelos servidores das respectivas entidades. Assim, o Ministério Público e a Defensoria não comparecem à Secretaria para serem intimados. No caso do Ministério Público Federal, os processos são encaminhados às quintas-feiras pelo setor de Segurança e Transporte da Justiça Federal. Nas urgências e devolução dos processos, o Ministério Público Federal envia seus servidores para fazerem a carga ou devolução de autos. A Defensoria Pública adota o procedimento de enviar servidores às sextas-feiras para receber e devolver os processos da Vara.

Os advogados e partes são atendidos no balcão pelos servidores, havendo dúvidas ou maior complexidade nas informações prestadas são encaminhados à Diretora, aos Assessores ou ao Juiz da 10ª Vara/CE.

No Gabinete os membros do Ministério Público, Defensoria Pública, advogados e partes são atendidos pelo Juiz da 10ª Vara/CE independentemente de prévio agendamento, às vezes nos intervalos de audiências para as quais comparecem. Os Assessores do Gabinete estão disponíveis para atender partes, advogado privados e públicos no horário das 9:00 até 17:00 horas.

6.10.7. Número de processos, relação servidor/processo, audiências de conciliação e de instrução e inspeções judiciais

Quando do preenchimento do formulário de gestão, a Vara informou haver aproximadamente 75 processos por quantidade de servidor (14), considerando que havia 1.050 processos em tramitação ajustada.

Verificou-se a existência de 83 processos sobrestados/suspensos, pelos seguintes motivos:

- Aguardando decisão em ações conexas: 4;
- Aguardando decisão nos embargos: 21;
- Aguardando julgamento de recurso: 36;
- Aguardando pagamento de requisito: 15;
- Parcelamento: 4;
- Por convenção entre as partes: 3.

Nos últimos 24 meses, foram realizadas 85 audiências e nenhuma inspeção judicial pelo magistrado da unidade.

6.10.8. Cumprimento de metas e resoluções do CNJ

Meta 1 (Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente).

Meta cumprida, uma vez que, em 2017, no que se refere aos processos de conhecimento, foram distribuídos 657 (638 eletrônicos e 19 físicos) e julgados 869 (684 virtuais e 185 físicos).

Meta 2 (Identificar e julgar, até 31/12/2017, pelo menos 100% dos processos distribuídos até 31/12/2012, 85% dos processos distribuídos em 2013 nos 1º e 2º graus, e 100% dos processos distribuídos até 31/12/2014 nos Juizados Especiais e Turmas Recursais Federais).

A Meta 2 ainda não foi atingida.

Meta 3 (Aumentar os casos solucionados por conciliação, fomentando o alcance do percentual mínimo de 2% na proporção dos processos conciliados em relação aos distribuídos).

Meta 3 atingida. Foram distribuídos, em 2017, 1.053 processos e houve 26 conciliações, correspondente a 2,4% daqueles.

Meta 4 (Identificar e julgar, até 31/12/2017, 70% das ações de improbidade administrativa distribuídas até 31/12/2014).

A Meta 4 foi cumprida, porquanto foram julgadas todas as ações de improbidade administrativa distribuídas até 31/12/2014, com exceção de uma (0007403-71.2012.4.05.8100), que foi julgada em 7/2/2018, representando percentual bem inferior a 30%.

Meta 5 (Baixar quantidade maior de processos de execução não fiscal do que o total de casos novos de execução não fiscal no ano corrente).

Meta cumprida. Em 2017, quanto aos processos de execução, foram distribuídos 215 (todos eletrônicos) e julgados 401 (276 virtuais e 125 físicos).

Meta 6 (Identificar e julgar, até 31/12/2017, entre 70% e 85% das ações coletivas distribuídas até 31/12/2013, no 1º e 2º graus).

A Meta 6 foi atingida, uma vez que restam apenas duas ações distribuídas até 31/12/2013 sem julgamento.

Metas Específicas para a Justiça Federal

Baixar quantidade maior de processos criminais do que os casos novos criminais no ano corrente; Julgar quantidade maior de processos criminais do que os casos novos criminais no ano corrente.

Não se aplica.

Identificar e julgar, até 31/12 do ano corrente, 70% das ações penais vinculadas aos crimes relacionados à improbidade administrativa, ao tráfico de pessoas, à exploração sexual e ao trabalho escravo, distribuídas até 31/12/2014)

Não se aplica.

Acerca do cumprimento do Provimento CNJ nº 29/2013

A 10ª Vara/CE vem atualizando o cadastro dos sistemas processuais após o trânsito em julgado das Ações de Improbidade Administrativa com frequência.

Acerca do cumprimento das exigências previstas na Resolução CNJ nº 66/2009, com a redação introduzida pela Resolução CNJ nº 87/2009, e sobre a necessidade de inserção, no sistema informatizado, do Relatório de Controle de Prisões

Não se aplica.

6.10.9. Processos selecionados para correição

Foram correicionados 10 processos físicos (quando da correição tinham 196 processos físicos em tramitação ajustada).

Quanto aos processos do Sistema PJe, foram correicionados 70 processos (quando da correição tinham 885 processos eletrônicos em tramitação ajustada).

6.10.9.1 Principais constatações da análise individual de processos

6.10.9.1.1. Processos Físicos

Da análise individual dos processos, podem-se destacar as seguintes ocorrências:

DEMORA NA COBRANÇA DE DEVOLUÇÃO DE AUTOS FORA DE CARTÓRIO:		
TIPO DE AÇÃO	Nº DO PROCESSO	OBSERVAÇÃO
Civil Pública	00094199520124058100	Novembro/2017 a janeiro/2018.
DEMORA NA PROLAÇÃO DE DECISÃO/ SENTENÇA:		
TIPO DE AÇÃO	Nº DO PROCESSO	OBSERVAÇÃO
Improbidade Administrativa	00069879820154058100	Conclusão em 28/11/17, sentença em 02/03/18.
FEITO EM ORDEM:		
TIPO DE AÇÃO	Nº DO PROCESSO	OBSERVAÇÃO
Civil Pública	00099758320014058100	
Civil Pública	00169183820094058100	
Civil Pública	00022182320104058100	
Civil Pública	00021531820164058100	
Desapropriação	00013677820154058109	
Improbidade Administrativa	00074037120124058100	
Civil Pública	00083405220104058100	
Civil Pública	00128192520094058100	
OUTROS:		
TIPO DE AÇÃO	Nº DO PROCESSO	OBSERVAÇÃO
Civil Pública	00094199520124058100	Demora no cumprimento - abril a setembro/2017.
Outras Observações:		
Processo : 00022182320104058100 Classe: Civil Pública - - Meta 2.		
Processo: 00074037120124058100 Classe: Improbidade Administrativa - Meta 02 CNJ.		
Processo : 00083405220104058100 Classe: Civil Pública - Meta 02 CNJ.		

6.10.9.1.2. Processos Judiciais Eletrônicos (PJe)

Da análise individual dos processos, podem-se destacar as seguintes ocorrências:

Número do Processo	Classe Judicial	Assunto	Último Evento	Polo Ativo	Polo Passivo	Correicionado
Ausência/demora na conclusão						
0002529-09.2013.4.05.8100	AÇÃO CIVIL PÚBLICA	Revogação/Concessão de Licença Ambiental e outros	Juntada de Cota	INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVAVEIS - IBAMA e outros -	TIJOLO EMPREENDIMENTO IMOBILIARIO EIRELI - ME e outros - 08.786.561/0001-70	SIM
0800418-48.2015.4.05.8100	EXECUÇÃO HIPOTECÁRIA DO SISTEMA FINANCEIRO DA HABITAÇÃO	Cédula Hipotecária	Expedição de expediente	EMPRESA GESTORA DE ATIVOS - EMGEA - 04.527.335/0001-13	DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO e outro - 00.375.114/0001-16	SIM
0801000-48.2015.4.05.8100	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA	Enriquecimento sem Causa		CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF -	ROZELIA NOGUEIRA DA SILVA e outros -	SIM
0801143-03.2016.4.05.8100	PROCEDIMENTO COMUM	Contratos Bancários	Juntada de Petição	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF - 00.360.305/0001-04	CESAR AUGUSTO MENDES GONCALVES e outros - 430.863.813-53	SIM
0801685-55.2015.4.05.8100	EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL	Execução Contratual	Baixa Definitiva	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF - 00.360.305/0001-04	NOVA CONQUISTA COMERCIO DE MADEIRA LTDA - ME - 04.485.802/0001-90	SIM
0802024-14.2015.4.05.8100	MONITÓRIA	Execução Contratual	Juntada de Certidão de Intimação	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF -	ROLANDO FREITAS DE ALCANTARA -	SIM
0802174-58.2016.4.05.8100	MONITÓRIA	Contratos Bancários	Juntada de Certidão de Intimação	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF - 00.360.305/0001-04	DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO e outros - 00.375.114/0001-16	SIM
0803329-96.2016.4.05.8100	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Dano ao Erário e outros	Conclusos para julgamento	CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRACAO e outro - 00.000.000/0003-95	CLOVIS MATOSO VILELA LIMA e outro - 042.394.153-49	SIM
0806339-51.2016.4.05.8100	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Dano ao Erário e outros	Juntada de Petição	FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE - FUNASA e outro - 26.989.350/0001-16	FRANCISCO AIRTON LIMA FILHO - 322.125.423-72	SIM
0806984-13.2015.4.05.8100	EMBARGOS À EXECUÇÃO	Correção Monetária	Conclusos para julgamento	DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO e outro - 00.375.114/0001-16	EMPRESA GESTORA DE ATIVOS - EMGEA - 04.527.335/0001-13	SIM
0808001-16.2017.4.05.8100	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Dano ao Erário e outros	Juntada de Contestação	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF e outro - 00.360.305/0001-04	JOAO ICARAI SOUZA DE VASCONCELOS e outro - 228.395.263-87	SIM
0808520-59.2015.4.05.8100	MONITÓRIA	Execução Contratual	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF - 00.360.305/0001-04	DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO e outros - 00.375.114/0001-16	SIM
Lapso entre conclusão e prolação da sentença						
0007629-42.2013.4.05.8100	AÇÃO CIVIL PÚBLICA	Dano Ambiental	Juntada de Substabelecimento	SUPERINTENDENCIA ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE SEMACE e outros - 088.535.121-72	MARIA GOMES DOS SANTOS -	SIM
0803329-96.2016.4.05.8100	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Dano ao Erário e outros	Conclusos para julgamento	CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRACAO e outro - 00.000.000/0003-95	CLOVIS MATOSO VILELA LIMA e outro - 042.394.153-49	SIM
				FUNDAÇÃO		

0806339-51.2016.4.05.8100	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Dano ao Erário e outros	Juntada de Petição	NACIONAL DE SAUDE - FUNASA e outro - 26.989.350/0001-16	FRANCISCO AIRTON LIMA FILHO - 322.125.423-72	SIM
0806454-72.2016.4.05.8100	PROCEDIMENTO COMUM	Concessão	Juntada de Certidão de Intimação	ANDREA VIEIRA NOVAIS - 350.467.003-83	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF e outro - 00.360.305/0001-04	SIM
0807347-29.2017.4.05.8100	PROCEDIMENTO COMUM	Cálculo do benefício de segurado especial de acordo com a Lei 9.876/99 e outros	Remetidos os Autos (em grau de recurso) para TRF5	PAULO SERGIO NUNES GOMES - 227.260.391-20	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS - 29.979.036/0001-40	SIM
0807423-53.2017.4.05.8100	PROCEDIMENTO COMUM	Classificação e/ou Preterição	Juntada de Certidão	PRISCILLA PORTO SANTIAGO -	Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares - EBSERH -	SIM
0808256-08.2016.4.05.8100	AÇÃO CIVIL PÚBLICA	Atividade concomitante	Juntada de Certidão de Intimação	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL -	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS - 29.979.036/0001-40	SIM
0809453-61.2017.4.05.8100	PROCEDIMENTO COMUM	Financiamento Privado da Educação e/ou Pesquisa e outros	Juntada de Certidão de Intimação	WEYNE TAVARES BARBOSA - 054.590.473-07	ASSOCIACAO UNIFICADA PAULISTA DE ENSINO RENOVADO OBJETIVO-ASSUPERO e outros - 06.099.229/0001-01	SIM
0813218-40.2017.4.05.8100	PROCEDIMENTO COMUM	Anulação	Remetidos os Autos (em grau de recurso) para TRF5	INSTITUTO DE SAUDE E GESTAO HOSPITALAR - 05.268.526/0001-70	CONSELHO REGIONAL DE FARMACIA DO ESTADO DO CEARÁ - CRF/CE - 07.288.905/0001-58	SIM
0814054-13.2017.4.05.8100	AÇÃO CIVIL PÚBLICA	Planos de Saúde	Juntada de Cota	ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL SECCAO DO CEARA - OAB CE - 07.375.512/0001-81	AGENCIA NACIONAL DE SAUDE SUPLEMENTAR - ANS. - 03.589.068/0001-46	SIM
0815734-67.2016.4.05.8100	PROCEDIMENTO COMUM	Juros/Correção Monetária	Baixa Definitiva	TROPICOS COMERCIAL IMPORTADORA E EXPORTADORA	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	SIM
Lapso entre conclusão e prolação despacho/decisão						
0800673-69.2016.4.05.8100	PROCEDIMENTO COMUM	Execução Contratual e outros	Juntada de Apelação	EMPRESA BRASILEIRA DE INFRA-ESTRUTURA AEROPORTUARIA - INFRAERO e outros - 00.352.294/0001-10	GEOSOLO ENGENHARIA PLANEJAMENTO E CONSULTORIA LTDA - 01.898.295/0001-28	SIM
0801143-03.2016.4.05.8100	PROCEDIMENTO COMUM	Contratos Bancários	Juntada de Petição	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF - 00.360.305/0001-04	CESAR AUGUSTO MENDES GONCALVES e outros - 430.863.813-53	SIM
0803329-96.2016.4.05.8100	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Dano ao Erário e outros	Conclusos para julgamento	CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRACAO e outro - 00.000.000/0003-95	CLOVIS MATOSO VILELA LIMA e outro - 042.394.153-49	SIM
0803400-98.2016.4.05.8100	MONITÓRIA	Contratos Bancários	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF - 00.360.305/0001-04	DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO e outros - 00.375.114/0001-16	SIM
0807347-29.2017.4.05.8100	PROCEDIMENTO COMUM	Cálculo do benefício de segurado especial de acordo com a Lei 9.876/99 e outros	Remetidos os Autos (em grau de recurso) para TRF5	PAULO SERGIO NUNES GOMES - 227.260.391-20	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS - 29.979.036/0001-40	SIM
0808520-59.2015.4.05.8100	MONITÓRIA	Execução Contratual	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF - 00.360.305/0001-04	DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO e outros - 00.375.114/0001-16	SIM

0809453-61.2017.4.05.8100	PROCEDIMENTO COMUM	Financiamento Privado da Educação e/ou Pesquisa e outros	Juntada de Certidão de Intimação	WEYNE TAVARES BARBOSA - 054.590.473-07	ASSOCIACAO UNIFICADA PAULISTA DE ENSINO RENOVADO OBJETIVO-ASSUPERO e outros - 06.099.229/0001-01	SIM
0815734-67.2016.4.05.8100	PROCEDIMENTO COMUM	Juros/Correção Monetária	Baixa Definitiva	TROPICOS COMERCIAL IMPORTADORA E EXPORTADORA	FAZENDA NACIONAL	SIM

LTD - ME -						
Lapso sem movimentação processo na Secretaria						
0801528-82.2015.4.05.8100	PROCEDIMENTO COMUM	Multas e demais Sanções e outros	Expedição de expediente	Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT - 34.028.316/0001-03	RITA ALVES PEREIRA GUEDES e outro - 12.650.680/0001-80	SIM
0806984-13.2015.4.05.8100	EMBARGOS À EXECUÇÃO	Correção Monetária	Conclusos para julgamento	DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO e outro - 00.375.114/0001-16	EMPRESA GESTORA DE ATIVOS - EMGEA 04.537.225/0001-12	SIM
0811158-31.2016.4.05.8100	AÇÃO CIVIL PÚBLICA	Indenização por Dano Ambiental	Juntada de Petição	INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVAVEIS - IBAMA e outro - 03.659.166/0001-02	MUNICIPIO DE FORTALEZA - 07.954.605/0001-60	SIM
Lapso temporal para cumprimento despacho/decisão						
0802024-14.2015.4.05.8100	MONITÓRIA	Execução Contratual	Juntada de Certidão de Intimação	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF -	ROLANDO FREITAS DE ALCANTARA -	SIM
0802174-58.2016.4.05.8100	MONITÓRIA	Contratos Bancários	Juntada de Certidão de Intimação	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF - 00.360.205/0001-04	DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO e outros - 00.375.114/0001-16	SIM
0806984-13.2015.4.05.8100	EMBARGOS À EXECUÇÃO	Correção Monetária	Conclusos para julgamento	DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO e outro - 00.375.114/0001-16	EMPRESA GESTORA DE ATIVOS - EMGEA 04.537.225/0001-12	SIM
0808326-88.2017.4.05.8100	EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL	Contratos Bancários	Baixa Definitiva	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF - 00.360.205/0001-04	MARIA DO ROSARIO DE ARAUJO DE SOUSA e outro - 004.234.573-14	SIM
0808520-59.2015.4.05.8100	MONITÓRIA	Execução Contratual	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF - 00.360.205/0001-04	DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO e outros - 00.375.114/0001-16	SIM
0811044-58.2017.4.05.8100	EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL	Contratos Bancários	Baixa Definitiva	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF -	JOSE EDILSON SILVA FILHO e outros -	SIM
Outros:						
0812640-77.2017.4.05.8100	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Violação aos Princípios Administrativos	Juntada de Certidão	UNIÃO FEDERAL e outro -	SERGIO RICARDO MEDEIROS PEREIRA -	SIM
Paralisação irregular do processo						
0815734-67.2016.4.05.8100	PROCEDIMENTO COMUM	Juros/Correção Monetária	Baixa Definitiva	TROPICOS COMERCIAL IMPORTADORA E EXPORTADORA	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	SIM
Processo em ordem						
0001886-46.2016.4.05.8100	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Dano ao Erário	Remetidos os Autos (em grau de recurso) para TRF5	FAZENDA NACIONAL e outro - 00.304.160/0016-53	CICERO RICARDO CARVALHO SOARES 535.282.503-53	SIM
0003408-21.2010.4.05.8100	AÇÃO CIVIL PÚBLICA	Atividade Política e outros	Juntada de Petição	INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVAVEIS - IBAMA e outros -	MARIA IRISVANDA DE FREITAS LIMA - 192.577.913-00	SIM
0004488-83.2011.4.05.8100	AÇÃO CIVIL PÚBLICA	Atividade Política e outros	Juntada de Petição	UNIÃO FEDERAL e outros -	MUNICIPIO DE CASCAVEL e outro -	SIM
0800071-15.2015.4.05.8100	PROCEDIMENTO COMUM	Gratificações de Atividade	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MARIA DE SOUZA BEZERRA e outro -	UNIÃO FEDERAL - 26.004.558/0001-22	SIM
0801163-23.2018.4.05.8100	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Dano ao Erário	Expedição de expediente	BANCO DO NORDESTE DO BRASIL SA e outro - 07.237.373/0001-20	AURILEDA DOS SANTOS OLIVEIRA e outros - 111.840.003-87	SIM

0801238-62.2018.4.05.8100	PROCEDIMENTO COMUM	Contratos Bancários	Juntada de Certidão	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF -	JOSE CARLOS DO REGO - 213.814.293-00	SIM
				INSTITUTO NACIONAL DO	FRANCISCA DE	

0801746-81.2013.4.05.8100	CUMPRIMENTO	Pensão por Morte (Art. 74/9)	Juntada de Petição	SEGURO SOCIAL - INSS -	CARVALHO ROCHA -	SIM
0802968-50.2014.4.05.8100	BUSCA E APREENSÃO EM ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA	Alienação Fiduciária	Expedição de expediente	CAIXA ECONOMICA FEDERAL -	MARCOS ANTONIO SILVA DE PAIVA -	SIM
0803598-38.2016.4.05.8100	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Enriquecimento ilícito e outros	Juntada de Certidão de Retificação de Autuação	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF e outro - 00.360.305/0001-04	LUIZ CARLOS MENDES DE VASCONCELOS - 377.643.903-30	SIM
0803644-90.2017.4.05.8100	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Dano ao Erário e outros	Juntada de Certidão de Intimação	ESTADO DO CEARA e outro -	JOAO BATISTA SILVA e outros -	SIM
0803789-20.2015.4.05.8100	EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL	Anuidades OAB	Baixa Definitiva	ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL SECCAO DO CEARA - OAB CE - 07.375.512/0001-81	VALDECY TELES DA SILVA - 131.082.636-68	SIM
0803931-58.2014.4.05.8100	PROCEDIMENTO COMUM	Prova de Títulos	Juntada de Certidão de Intimação	EDUARDO ARRAIS ROCHA -	DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO e outros - 00.375.114/0001-16	SIM
0804757-79.2017.4.05.8100	PROCEDIMENTO COMUM	RMI cuja salário-de-benefício supera menor valor teto	Conclusos para julgamento	LUDNARDO MAGALHAES LOPES - 003.073.863-68	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS - 29.979.036/0001-40	SIM
0805384-49.2018.4.05.8100	EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL	Anuidades OAB	Juntada de Petição	ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL SECCAO DO CEARA - OAB CE - 07.375.512/0001-81	CID MARQUES FACANHA - 052.629.763-87	SIM
0805429-53.2018.4.05.8100	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA CONTRA A FAZENDA	Correção Monetária e outros	Juntada de Contestação	FRANCIMARY RODRIGUES CAMPELO BARBOSA e outros - 031.338.144-51	DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS CONTRA AS SECAS - DNOCS - 00.043.711/0001-43	SIM
0805519-61.2018.4.05.8100	MANDADO DE SEGURANÇA	Exclusão - ICMS e outros	Conclusos para julgamento	PERFISUL INDUSTRIA E COMERCIO LTDA - 02.759.697/0001-04	Delegado da Receita Federal do Brasil em Fortaleza e outro -	SIM
0805548-14.2018.4.05.8100	MANDADO DE SEGURANÇA	Abuso de Poder	Conclusos para julgamento	AGRICOLA FAMOSA LTDA - 00.474.300/0002-93	CHEFE DA RECEITA FEDEERAL - ALFANDEGA NO PORTO DO PECÉM/CE e outro -	SIM
0805796-82.2015.4.05.8100	EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL	Execução Contratual	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF - 00.360.305/0001-04	AURELIO NASCIMENTO MOREIRA e outro - 717.330.603-59	SIM
0806225-15.2016.4.05.8100	PROCEDIMENTO COMUM	Contratos Bancários	Homologada a Transação	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF - 00.360.305/0001-04	H T MONTAGENS COMERCIO E SERVICOS LTDA - ME e outros - 10631520000156	SIM
0806535-84.2017.4.05.8100	PROCEDIMENTO COMUM	Ambiental	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	NOVA TERRA EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA - ME - 08.549.756/0001-04	INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVAVEIS - IBAMA - 03.659.166/0001-02	SIM
0808445-83.2016.4.05.8100	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA	Causas Supervenientes à	Juntada de Certidão de Intimação	CICERO RICARDO GOMES DE SOUZA e outro - 620.433.313-53	UNIÃO FEDERAL - 26.001.559/0001-22	SIM
0809402-50.2017.4.05.8100	REINTEGRAÇÃO / MANUTENÇÃO DE POSSE	Esubulho / Turbação / Ameaça	Expedição de expediente	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF - 00.360.305/0001-04	JOAO BOSCO RODRIGUES MARQUES DE SOUSA - 013.191.383-22	SIM
0809678-81.2017.4.05.8100	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA	Honorários Advocatícios		DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES - DNIT - 04.892.707/0001-00	COMPANHIA ENERGETICA DO CEARA - 07.047.251/0001-70	SIM
0810179-35.2017.4.05.8100	BUSCA E APREENSÃO EM ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA	Alienação Fiduciária	Juntada de Certidão de Intimação	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF - 00.360.305/0001-04	DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO e outro - 00.375.114/0001-16	SIM
0810188-94.2017.4.05.8100	PROCEDIMENTO COMUM	Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes	Conclusos para despacho	REGIVANIA DOS SANTOS -	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF -	SIM

0810805-54.2017.4.05.8100	AÇÃO CIVIL COLETIVA	Juros Progressivos	Baixa Definitiva	SINDICATO DOS ENGENHEIROS DO CEARA - 05.242.714/0001-20	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF - 00.360.305/0001-04	SIM
0811145-95.2017.4.05.8100	CUMPRIMENTO PROVISÓRIO DE SENTENÇA	Execução Provisória	Juntada de Certidão de Intimação	DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO e outro - 00.375.114/0001-16	ESTADO DO CEARA e outro - 07.054.480/0001-70	SIM
0811970-39.2017.4.05.8100	PROCEDIMENTO COMUM	Contratos Bancários	Juntada de Certidão de Intimação	MOISES SILVA MAGALHAES e outros	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF -	SIM
0812115-95.2017.4.05.8100	PROCEDIMENTO COMUM	Práticas Abusivas	Baixa Definitiva	JOSE WILSON FERREIRA LO e outro	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF -	SIM
0812508-20.2017.4.05.8100	MANDADO DE SEGURANÇA COLETIVO	Exclusão - ICMS	Inspecção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL SECCAO DO CEARA - OAB CE - 07.375.512/0001-81	ESTADO DO CEARA e outro - 07.954.480/0001-79	SIM
0812706-57.2017.4.05.8100	AÇÃO CIVIL PÚBLICA	FUNDEF/Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério	Inspecção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	SINDICATO DOS PROFESSORES DO MUNICIPIO DE BATURITE - 07.730.685/0001-70	UNIÃO FEDERAL e outro - 26.994.558/0001-23	SIM
0813104-04.2017.4.05.8100	PROCEDIMENTO COMUM	Sustação/Alteração de Leilão	Juntada de Petição	SANDRO WANIERBERG ARAUJO DA COSTA e outro - 553.109.234-20	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF - 00.360.305/0001-04	SIM
0813885-26.2017.4.05.8100	PROCEDIMENTO COMUM	Subsídios	Remetidos os Autos (em grau de recurso) para TRF5	LUCIA MARIA RODRIGUES CARNEIRO DE OLIVEIRA e outro - 219.591.963-91	UNIÃO FEDERAL - 26.994.558/0001-23	SIM
0814360-79.2017.4.05.8100	MANDADO DE SEGURANÇA COLETIVO	1/3 de férias	Inspecção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	ASSOCIACAO NOSSA SENHORA DE FATIMA - 07.524.059/0001-28	FAZENDA NACIONAL e outro - 00.394.460/0216-53	SIM
0814448-20.2017.4.05.8100	PROCEDIMENTO COMUM	Execução Contratual e outros	Remetidos os Autos (em grau de recurso) para TRF5	SOLUCAO EM TERCEIRIZACAO DE MAO-DE-OBRA EIRELI - ME -	UNIÃO FEDERAL - 26.994.558/0001-23	SIM
0814805-97.2017.4.05.8100	PROCEDIMENTO COMUM	Interpretação / Revisão de Contrato	Remetidos os Autos (em grau de recurso) para TRF5	JOSE LIBERLANDO ALVES DE ALBUQUERQUE - 400.563.253-04	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF - 00.360.305/0001-04	SIM
0815020-73.2017.4.05.8100	PROCEDIMENTO COMUM	Fornecimento de Medicamentos	Juntada de Certidão de Intimação	DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO e outro - 00.375.114/0001-16	ESTADO DO CEARA e outro - 07.054.480/0001-70	SIM
0815025-32.2016.4.05.8100	PROCEDIMENTO COMUM	Contratos Bancários	Baixa Definitiva	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF -	ARANDY REINALDO CARNEIRO -	SIM
0815062-25.2017.4.05.8100	PROCEDIMENTO COMUM	Fornecimento de Medicamentos	Baixa Definitiva	DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO e outro - 00.375.114/0001-16	ESTADO DO CEARA e outro - 07.054.480/0001-70	SIM
0815070-02.2017.4.05.8100	PROCEDIMENTO COMUM	Anulação de Débito Fiscal	Redistribuído por Prevenção em razão de Prevenção para 9ª VARA FEDERAL - Titular	JOAO GENTIL JUNIOR - 000.465.073-53	FAZENDA NACIONAL e outro - 00.394.460/0216-53	SIM
0815128-05.2017.4.05.8100	AÇÃO CIVIL PÚBLICA	Aposentadoria por Tempo de Contribuição (Art. 55/6)	Inspecção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	SINDICATO DOS TRABALHADORES DAS UNIVERSIDADES FEDERAIS NO ESTADO DO CEARA - 05.676.242/0001-13	UNIVERSIDADE FEDERAL DO CARIRI - UFCA - 18.621.825/0001-99	SIM
0815402-66.2017.4.05.8100	AÇÃO CIVIL PÚBLICA	Resgate de Contribuição	Inspecção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	SIND DOS EMPREGADOS EM ESTAB BANCARIOS NO EST DO CEARA - 07.340.953/0001-48	FUNCEF e outro - 00.436.923/0001-90	SIM

6.10.10. Correição anterior e autoinspeção

As determinações constantes da Correição anterior foram cumpridas pela 10ª Vara. A Corregedoria determinou a manutenção do trabalho já realizado pela 10ª Vara/CE e aperfeiçoamento das rotinas já estabelecidas, de modo a corrigir as falhas pontuais observadas a partir da análise individualizada dos processos.

Após a última autoinspeção, o Juiz da 10ª Vara/CE determinou as seguintes metas, que estão sendo integralmente cumpridas: a) a correção imediata dos erros percebidos no processamento dos autos, b) manter o funcionamento da vara sempre em dia, evitando que os processos fiquem paralisados por mais de 60 dias, c) arquivar mais processos do que a quantidade distribuída dentro do mês, d) sentenciar e decidir, no prazo máximo de 60 dias, os processos conclusos no gabinete do juiz.

6.10.11. Considerações finais

A 10ª Vara Federal conta com estrutura física e equipamentos adequados a seu funcionamento.

A partir da análise processual, foram observados alguns pontos que devem ser aperfeiçoados/corrigidos pela unidade, quais sejam:

1. Demora/ausência na conclusão;
2. Alguns processos com demora no cumprimento de despacho/decisão; e
3. Demora na prolação de despacho/decisão/sentença.

Por fim, pelos demais dados apontados neste relatório e pelas constatações realizadas *in loco* durante a correição, pode-se afirmar que a 10ª vara federal funciona de modo eficiente.

6.11. 11ª VARA FEDERAL - FORTALEZA/CE

6.11.1. Competência, localização, estrutura física e horário de expediente

A 11ª Vara Federal do Ceará, dentro de sua jurisdição, detém competência privativa em matéria penal e especializada nos crimes contra o sistema financeiro e de lavagem de dinheiro, funcionando no 6º andar do prédio da SJCE, localizado na Rua João Carvalho, nº 485, Aldeota, Fortaleza/CE.

O horário de expediente da unidade é das 9h às 18h.

A Vara apresentou instalações adequadas para todos: juízes federais, servidores, estagiários, terceirizados, membros do Ministério Público Federal, procuradores federais, defensores públicos federais, advogados e jurisdicionados.

6.11.2. Corpo funcional - juízes federais e servidores

A 11ª Vara Federal conta com o seguinte quadro de pessoal: a) 02 magistrados, Danilo Fontenele Sampaio Cunha (juiz federal titular) e Heloisa Silva de Melo (juíza federal substituta); b) 15 servidores efetivos, sendo 05 analistas e 10 técnicos judiciários. Há também 02 servidores requisitados com vínculo com o serviço público (Francisco José Façanha Félix – Tribunal Regional Federal da 5ª Região; e Rebeca Pereira de Oliveira –Secretaria de Educação do Governo do Estado do Ceará).

6.11.2.1. Juízes federais

O juiz federal titular da Vara, Danilo Fontenele Sampaio Cunha, exerce a magistratura federal desde 01/12/1994, atuando na 11ª Vara Federal a partir de 01/07/2001.

A magistrada substituta, Heloisa Silva de Melo, exerce a magistratura federal desde 15/01/2014, atuando na 11ª Vara Federal desde 16/11/2016 (ATO 457/2016-CR, de 09/11/2016), com prejuízo da jurisdição, tendo em vista ATO nº 756/CR, de 09/12/2016, que a nomeou para exercer suas atividades na 12ª Vara, no período de 08/12/2016 a 10/02/2017.

O juiz federal titular, nos últimos 24 meses, esteve afastado em razão de: Férias: de 17/05 a 15/06/2017 e de 16/10 a 14/11/2017.

A juíza federal substituta, nos últimos 24 meses, esteve afastada em razão de:
Férias: de 17/04 a 16/05/2017, de 12/09 a 11/10/2017 e de 01 a 30/03/2018;
Licenças: 19 a 28/02/2018- licença para tratamento de saúde.

Ambos os magistrados residem na região metropolitana em que se localiza da Vara.

6.11.2.2. Servidores

Em relação às funções de confiança (FCs), aos cargos em comissão (CJs) e à formação acadêmica dos servidores ocupantes de cargos efetivos na 11ª Vara Federal, pode ser observado o seguinte quadro:

Nome	Cargo efetivo	Ocupa FC ou CJ? Qual?	Grau de Instrução*	Área de formação
1. MARIANE SAUNDERS GUIMARÃES UCHÔA	APOSENTADA - TÉCNICO JUDICIÁRIO	CJ03 - DIRETORA DE SECRETARIA	SUPERIOR COMPLETO ESPECIALIZAÇÃO EM DIREITO PÚBLICO ESPECIALIZAÇÃO EM DIREITO PROCESSUAL	DIREITO E ENGENHARIA CIVIL

			PENAL MBA EM PODER JUDICIÁRIO MESTRADO EM DIREITO INTERNACIONAL	
2. AGNOR DA SILVA CARMO JÚNIOR	TÉCNICO JUDICIÁRIO	FC05 - SUPERVISOR DA SEÇÃO DE PROCEDIMENTOS CRIMINAIS REFERENTES AOS CRIMES CONTRA O SISTEMA FINANCEIRO E DE LAVAGEM DE DINHEIRO	SUPERIOR COMPLETO MBA EM PODER JUDICIÁRIO	DIREITO
3. ARLINEID E BARROS VIANA	TÉCNICO JUDICIÁRIO	FC05 - SUPERVISORA DA SEÇÃO DE PROCEDIMENTOS CRIMINAIS	ESPECIALIZAÇÃO	DIREITO E CIÊNCIAS CONTÁBEIS
4. CARLOS ROBERTO BRITTO GOMES PINTO	TÉCNICO JUDICIÁRIO	FC04 - SUPERVISOR-ASSISTENTE DO JUIZ TITULAR	SUPERIOR COMPLETO ESPECIALIZAÇÃO EM DIREITO PENAL E PROCESSUAL PENAL	DIREITO
5. CLÓVIS BEZERRA DO CARMO	ANALISTA JUDICIÁRIO	FC05 - OFICIAL DE GABINETE DA JUÍZA SUBSTITUTA	SUPERIOR COMPLETO ESPECIALIZAÇÃO EM DIREITO PROCESSUAL PENAL	DIREITO E ENGENHARIA ELÉTRICA
6. FÁBIO MAGALHÃES RODRIGUES	TÉCNICO JUDICIÁRIO	FC04 - SUPERVISOR-ASSISTENTE DO SETOR DE ACOMPANHAMENTO DE INQUÉRITOS	SUPERIOR COMPLETO ESPECIALIZAÇÃO EM DIREITO DO ESTADO	DIREITO
7. FRANCISCO JOSÉ FAÇANHA FÉLIX	TÉCNICO JUDICIÁRIO		SUPERIOR COMPLETO ESPECIALIZAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO JUDICIÁRIA	MATEMÁTICA

8. KARLA PATRÍCIA MARTINS ARRUDA	ANALISTA JUDICIÁRIO	FC04 - SUPERVISORA - ASSISTENTE DO JUIZ TITULAR	SUPERIOR COMPLETO ESPECIALIZAÇÃO EM PREPARAÇÃO À MAGISTRATURA DA ESCOLA SUPERIOR DE MAGISTRATURA DO ESTADO DO PIAUÍ ESPECIALIZAÇÃO EM DIREITO PÚBLICO	DIREITO
9. LAURO NOGUEIRA SÁ MOTA FILHO	TÉCNICO JUDICIÁRIO	FC04 - SUPERVISOR- ASSISTENTE DA JUÍZA SUBSTITUTA	SUPERIOR COMPLETO	DIREITO
10. MARIA DO SOCORRO LECI	TÉCNICO JUDICIÁRIO	FC03 - SECRETÁRIA DA DIRETORA DE SECRETARIA	SUPERIOR COMPLETO ESPECIALIZAÇÃO EM DIREITO DO ESTADO	DIREITO E SERVIÇO SOCIAL
11. MARIA RAQUEL SOEIRO MAIA	TÉCNICO JUDICIÁRIO	FC05 - SUPERVISORA DA SEÇÃO DE APOIO ADMINISTRATIVO	SUPERIOR COMPLETO ESPECIALIZAÇÃO EM DIREITO PROCESSUAL PENAL	DIREITO E CIÊNCIAS ECONÔMICAS
12. MILENA GOMES DE MATOS E SOUSA	TÉCNICO JUDICIÁRIO	FC05 - OFICIAL DE GABINETE DO JUIZ TITULAR	SUPERIOR COMPLETO ESPECIALIZAÇÃO EM DIREITO PRIVADO	DIREITO
13. PEDRO DE ARAÚJO MEIRA	ANALISTA JUDICIÁRIO	FC02 - AUXILIAR ESPECIALIZADO	SUPERIOR COMPLETO ESPECIALIZAÇÃO EM DIREITO PÚBLICO	DIREITO
14. REBECA FERREIRA BRASIL	TÉCNICO JUDICIÁRIO	FC04 - SUPERVISORA- ASSISTENTE DO SETOR DE PUBLICAÇÃO	SUPERIOR COMPLETO ESPECIALIZAÇÃO EM DIREITOS	DIREITO

			HUMANOS MESTRE EM PLANEJAMENTO E POLÍTICAS PÚBLICAS	
15. REBECA PINHEIRO DE OLIVEIRA	REQUISITADA (PROFESSORA)	FC04 – SUPERVISORA ASSISTENTE DA JUIZA SUBSTITUTA	SUPERIOR COMPLETO ESPECIALIZAÇÃO EM DIREITO TRIBUTÁRIO ESPECIALIZAÇÃO EM LÍNGUA INGLESA	DIREITO LETRAS
16. TERESA CRISTINA ROCHA GOMES GARCEZ	ANALISTA JUDICIÁRIO	FC04 - SUPERVISORA- ASSISTENTE DO SETOR DE CONTROLE E ACOMPANHAMENTO DE AUDIÊNCIAS	SUPERIOR COMPLETO	DIREITO
17. VANESSA MACHADO MONTE	ANALISTA JUDICIÁRIO	FC04 - SUPERVISORA- ASSISTENTE DO SETOR DE EXPEDIÇÃO DE DOCUMENTOS E CONTROLE DE DILIGÊNCIAS	SUPERIOR COMPLETO	DIREITO

Não há na Vara servidores sem vínculo com o serviço público, prestando auxílio ou afastados (exceto férias). Inexistem funções comissionadas vagas.

Por sua vez, como se pode depreender, no tocante à formação acadêmica dos servidores efetivos da 11ª Vara Federal, verifica-se que há uma preocupação com a qualificação.

6.11.2.3. Estagiários

Há 02 vagas previstas para unidade, estando todas ocupadas.

6.11.3. Organização da 11ª Vara Federal

Dentre os servidores da 11ª Vara Federal do Ceará, 10 exercem suas atribuições na secretaria e 07 no gabinete.

6.11.3.1. Secretaria

Na Secretaria da Vara, os processos são distribuídos da seguinte forma: (a) um servidor fica responsável por dois sub-dígitos (0-6/1-7/2-8/3-9/4-5); (b) um servidor fica responsável pelas cartas precatórias; (c) dois servidores ficam responsáveis pelos processos que apuram os crimes contra o sistema financeiro e lavagem de dinheiro; (d) um servidor fica responsável pelo atendimento no balcão, recebimento e encaminhamento de processos novos, petições e correspondências. Foram padronizados todos os escaninhos da Secretaria, bem como a atividade interna – fase 111, que consta no TEBAS.

Constam nas estantes etiquetas nas cores verde e azul. A cor azul indica os expedientes a serem feitos e a cor verde a fase em que cabe a Secretaria aguardar como a publicação e boletim, o cumprimento de mandados, cartas precatórias, bem como remessas, suspensões etc. A Diretora de Secretaria coloca etiquetas em todos os processos prioritários tais como “META 2”, “IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA”, “ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA” e os demais servidores colocam nos processos sob sua responsabilidade etiquetas informativas de réus presos e prazo de prescrição.

Na Secretaria, costuma-se, quando possível, fazer todos os expedientes dos processos que tramitam na 11ª Vara, juntamente com o despacho/decisão. Entrega-se aos gabinetes relação dos processos pendentes de sentença constando informação dos que são prioritários.

6.11.3.2. Gabinetes dos juízes federais

Os gabinetes estão organizados na seguinte forma:

a) OFICIAL DE GABINETE (Juiz Titular/Juiz Substituto)

Conteúdo da função:

- Assessorar os juízes.

Conteúdo das atividades:

- Pesquisar a legislação e a jurisprudência em bibliotecas, jornais, demais periódicos em geral e nos disponíveis sistemas informatizados, porventura disponíveis;
- Pesquisar doutrina;
- Elaborar minutas de despachos, decisões ou sentenças, sob orientação do juiz;
- Arquivar, catalogar e manter atualizadas decisões, jurisprudências e legislação de interesse do juiz;
- Assessorar o juiz, de forma geral, nos assuntos de pesquisa e jurisprudência;
- Manter o Juiz informado das legislações recém-publicadas.

b) SUPERVISOR-ASSISTENTE (Gabinete do Juiz Titular/Gabinete do Juiz Substituto)

Conteúdo da função:

- Assessorar os juízes.

Conteúdo das atividades:

- Pesquisar a legislação e a jurisprudência em bibliotecas, jornais, demais periódicos em geral e nos disponíveis sistemas informatizados, porventura disponíveis;
- Pesquisar doutrina;
- Elaborar minutas de despachos, decisões ou sentenças, bem como informações em Habeas Corpus, sob orientação do juiz;
- Arquivar, catalogar e manter atualizadas decisões, jurisprudências e legislação de interesse do juiz;
- Assessorar o juiz, de forma geral, nos assuntos de pesquisa e jurisprudência;
- Manter o Juiz informado das legislações recém-publicadas;
- Proceder ao registro das sentenças, juntando-as nos respectivos autos;
- Manter o arquivo das sentenças prolatadas com índice atualizado, para encadernação periódica.

c) SUPERVISOR-ASSISTENTE DAS AUDIÊNCIAS (Gabinete do Juiz Titular/Gabinete do Juiz Substituto)

Conteúdo da função:

Auxiliar o Juiz na realização das audiências, executando o trabalho de digitação.

Conteúdo das atividades:

- Recepcionar visitantes e advogados, fazer contatos telefônicos na unidade, receber ligações, receber e transmitir recados;
- Expedir documentos gerais da unidade;
- Auxiliar o Juiz na designação das Audiências;
- Elaborar e acompanhar a pauta das audiências a serem realizadas;
- Encaminhar, via e-mail, ao Ministério Público Federal, a pauta de audiências da 11ª Vara;
- Participar das audiências, realizando a Pré-formatação (Sumário na sexta ou segunda - listagem de mandados ausentes e cobrança no setor de mandados, Cartas Precatórias no Setor da Vara; Sumário gravado para as próximas audiências e posteriores acréscimos), a fim de facilitar o pregão e o trabalho dos Juízes.

6.11.4. Participação dos juízes federais em reuniões com a equipe da 11ª Vara Federal

A reuniões são diárias e informais, conversando-se diretamente com a Diretora de Secretaria a respeito das particularidades da vara e casos que mereçam mais atenção. Os juizes também conversam diariamente com os servidores quando assinam os despachos na secretaria, podendo deter-se nos casos mais complexos e que mereçam maior atenção. Também diariamente são trocadas impressões com os assessores diretos a respeito dos processos conclusos para sentença bem como os de audiências mais densas. Em ocasiões especiais de metas particulares ou processos que requeiram participação conjunta e integrada da equipe, são realizadas reuniões específicas.

6.11.5. Planejamento das atividades da 11ª Vara Federal e avaliação periódica de resultados

No âmbito das rotinas diárias, buscou-se reduzir os erros, evitando-se retrabalhos e desperdícios de tempo. Com o comprometimento dos servidores através de treinamento no local de trabalho, bem como a realização de reuniões periódicas, uniformizaram-se diversos procedimentos na 11ª Vara, com o mapeamento dos processos de trabalhos.

Foram criados diversos fluxogramas, com o fim de estabelecer os critérios comuns e indispensáveis de gestão para toda a 11ª Vara, bem como os diferentes processos de trabalho da competência de cada setor da serventia criminal. Verificando-se, porém, que os servidores da 11ª Vara possuíam diversas maneiras de exercer suas atividades, bem como as constantes dúvidas no atendimento ao público, optou-se a partir de 2003, em se editar uma Ordem de Serviço, baseada, inicialmente, em um Provimento do egrégio Tribunal Regional Federal da 4ª Região e, posteriormente, com a confecção do Manual de Procedimentos da 11ª. Vara, feito em 2005 e constantemente atualizado, bem como no Plano de Gestão das Varas Criminais elaborado pelo Conselho Nacional de Justiça, hoje em sua versão mais recente (002/2010).

Mensalmente, partir da análise dos relatórios, planilhas e mapas da 11ª. Vara, os servidores se reúnem a fim de se verificar qual o problema que naquele momento está afetando a celeridade no andamento dos processos. Identificando os fatores que interagem com o problema, relacionando as principais causas de sua ocorrência, considerando os fatores de análise identificados, elaboram-se as possíveis alternativas de solução para que se possa optar pela melhor delas, avaliando os seus efeitos e a relação custo/benefício. A partir daí, dito processo de trabalho escolhido passa a ser implementado pelos servidores da serventia, dando materialidade ao que foi planejado, passando a fazer parte do Manual de Procedimentos da 11ª. Vara.

Periodicamente, há reunião dos Diretores de Secretaria desta seccional, a fim de serem discutidos assuntos de nossos interesses, e, ainda, que sempre há uma comunicação entre os Diretores de Secretaria, através do e-mail institucional: dirsec@jfce.jus.br, spark ou Whatsapp, onde são tiradas dúvidas uns com os outros.

Mensalmente, na Secretaria da 11ª Vara, são tirados relatórios do sistema processual Tebas informando número de processos em trâmite, número de processos julgados, número de processos distribuídos, número de audiências realizadas, tempo médio entre o recebimento da denúncia e a sentença. São elaboradas planilhas e mapas e a partir da análise desses relatórios, são elaboradas planilhas e mapas da 11ª Vara para verificação da existência de problemas em determinado setor. Caso assim seja detectado, faz-se uma reunião com o pessoal responsável a fim de se obter ideias para otimizar os trabalhos. De igual forma, se existe um grande número de processos para expedientes, faz-se um mutirão para zerar aqueles procedimentos. Prioriza-se sempre o setor ou procedimento que esteja precisando de apoio.

A transparência é um dos pontos fortes na 11ª Vara, pois os resultados almejados ficam claros para os servidores, bem como a produtividade desta serventia é informada, mensalmente, aos jurisdicionados através do mural ("flanelógrafo"), onde constam diversos gráficos, indicando o número de processos em tramitação, número de sentenças proferidas, número de processos distribuídos, número de processos arquivados número de audiências realizadas. São utilizadas as vias eletrônicas do e-mail e sistema WhatsApp para dar ciência ou informar os servidores sobre qualquer assunto da serventia ou de interesse do servidor. Tem-se, assim, um maior controle e ajustes necessários, atribuindo aos responsáveis o mérito devido pelo bom ou mau resultado alcançado.

6.11.6. Atendimento aos membros do Ministério Público Federal, Defensoria Pública da União, procuradores federais, advogados e partes na secretaria e nos gabinetes dos juízes federais da 11ª Vara Federal

O atendimento dos advogados e réus normalmente é feito no balcão, com os servidores responsáveis pelos processos. Caso não seja esclarecido algum ponto, o servidor encaminha o interessado até a Diretora de Secretaria, e conforme o caso, ao juiz.

Os advogados e as partes têm livre acesso à secretaria, mas os servidores deverão tentar solucionar todos os problemas, só encaminhando à Diretora de Secretaria ou aos juízes quando realmente necessário. Caso as partes ou o advogado queiram examinar os autos, estes devem ser encaminhados aos Gabinetes dos Juízes, certificando a vista dos mesmos.

Os servidores da 11ª Vara sempre tratam com urbanidade as partes, os membros do MPF, os advogados, as testemunhas, os servidores e auxiliares da justiça, atendendo aqueles que o procurarem a qualquer momento, principalmente quando se trate de providência que reclame e possibilite a solução de urgência.

Com relação aos membros do MPF e DPU, o atendimento é feito, normalmente, por telefone, e-mail ou ainda pessoalmente, quando solicitado algo em audiência.

6.11.7. Número de processos, relação servidor/processo, audiências de conciliação e de instrução e inspeções judiciais

Quando do preenchimento do formulário de gestão, o número de processos em tramitação ajustada da Vara era de 401.

A relação processo/servidor era de 23,58 ($401/17 = 23,58$ processos/servidor).

Foi verificada a existência de 122 processos sobrestados/suspensos na unidade, pelos motivos abaixo indicados:

PJE: 106 processos

- art. 366, CPP: 53 processos;
- art. 89 da Lei 9.099/95: 20 processos;
- Sobrestamento: 05 processos;
- Insanidade mental: 04 processos;
- Medidas cautelares: 01 processo;
- REFIS: 23 processos.

TEBAS: 16 processos

- art. 89 da Lei 9.099/95: 13 processos;
- Sobrestamento: 02 processos;
- Transação Penal: 1 processo.

Nos últimos 24 meses, a contar da data de início da correição, foram realizadas 367 audiências e 03 inspeções judiciais pelos magistrados da unidade.

6.11.8. Cumprimento de metas e resoluções do CNJ

Meta 1 (Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente).

Meta alcançada. De janeiro a dezembro de 2017, foram distribuídas 79 ações penais e foram julgadas 109 ações penais.

Meta 2 (Identificar e julgar, até 31/12/2017, pelo menos 100% dos processos distribuídos até 31/12/2012, 85% dos processos distribuídos em 2013 nos 1º e 2º graus, e 100% dos processos distribuídos até 31/12/2014 nos Juizados Especiais e Turmas Recursais Federais),

Até o ano de 2012, foram julgados todos os processos que foram distribuídos, excetuando-se aqueles em que os réus não foram localizados. No ano de 2013, foram distribuídas 113 ações penais e foram julgadas 297 ações penais. Restaram 12 ações pendentes em 2013. No ano de 2014, foram distribuídas 119 ações penais e foram julgadas 143. Não restaram ações pendentes em 2014.

Meta 3 (Aumentar os casos solucionados por conciliação, fomentando o alcance do percentual mínimo de 2% na proporção dos processos conciliados em relação aos distribuídos).

Não se aplica.

Meta 4 (Identificar e julgar, até 31/12/2017, 70% das ações de improbidade administrativa distribuídas até 31/12/2014).

Não se aplica.

Meta 5 (Baixar quantidade maior de processos de execução não fiscal do que o total de casos novos de execução não fiscal no ano corrente).

Não se aplica.

Meta 6 (Identificar e julgar, até 31/12/2017, entre 70% e 85% das ações coletivas distribuídas até 31/12/2013, no 1º e 2º graus).

Não se aplica.

Metas Específicas para a Justiça Federal

Baixar quantidade maior de processos criminais do que os casos novos criminais no ano corrente.

Meta cumprida. No ano corrente, foram distribuídas 68 ações criminais, tendo sido, no mesmo período, 192 já baixadas.

Julgar quantidade maior de processos criminais do que os casos novos criminais no ano corrente.

Meta cumprida. No ano corrente, foram distribuídos 68 processos criminais, tendo sido, no mesmo período, 110 processos criminais julgados.

Identificar e julgar, até 31/12/2017, 70% das ações penais vinculadas aos crimes relacionados à improbidade administrativa, ao tráfico de pessoas, à exploração sexual e ao trabalho escravo, distribuídas até 31/12/2014).

Meta cumprida.

Acerca do cumprimento do Provimento CNJ nº 29/2013

Não se aplica.

Acerca do cumprimento das exigências previstas na Resolução CNJ nº 66/2009, com a redação introduzida pela Resolução CNJ nº 87/2009, e sobre a necessidade de inserção, no sistema informatizado, do Relatório de Controle de Prisões

A Vara cumpre as exigências previstas na Resolução CNJ nº 66/2009, com a redação introduzida pela Resolução CNJ nº 87/2009, bem como insere, no sistema informatizado, o Relatório de Controle de Prisões.

6.11.9. Processos selecionados para correição

Foram correicionados 02 processos físicos (quando da correição tinham 189 processos físicos em tramitação ajustada).

Quanto aos processos do Sistema PJe, foram correicionados 20 processos (quando da correição tinham 148 processos do PJe em tramitação ajustada).

6.11.9.1. Principais constatações da análise individual de processos

6.11.9.1.1. Processos Físicos

Da análise individual dos processos, destacam-se as seguintes ocorrências:

FEITO EM ORDEM:		
TIPO DE AÇÃO	Nº DO PROCESSO	OBSERVAÇÃO
Criminal	00046275920164058100	
Criminal	00016300620164058100	
Outras Observações:		
Processo : 00016300620164058100 Classe: Criminal - Réu preso.		

6.11.9.1.2. Processos Judiciais Eletrônicos (PJe)

Quanto aos processos eletrônicos, merecem registro as seguintes situações:

Número do Processo	Classe Judicial	Assunto	Último Evento	Polo Ativo	Polo Passivo	Correicionado
Lapso sem movimentação processo na Secretaria						
0000306-49.2014.4.05.8100	AÇÃO PENAL - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO	Atividades Nucleares	Remetidos os Autos (em grau de recurso) para TRF5	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL -	DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO e outro - 00.375.114/0001-16	SIM
Paralisação irregular do processo						
0000306-49.2014.4.05.8100	AÇÃO PENAL - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO	Atividades Nucleares	Remetidos os Autos (em grau de recurso) para TRF5	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL -	DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO e outro - 00.375.114/0001-16	SIM
Processo em ordem						
0000241-49.2017.4.05.8100	AÇÃO PENAL - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO	Crimes contra o Sistema Financeiro Nacional	Expedição de expediente	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL -	DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO e outro - 00.375.114/0001-16	SIM

0000280-46.2017.4.05.8100	AÇÃO PENAL - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO	Frustração de direitos assegurados por lei trabalhista	Expedição de documento	GILBERTO JOSÉ VITNISKI e outros -	DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO e outros -	SIM
0000285-68.2017.4.05.8100	AÇÃO PENAL - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO	Falsificação de documento particular e outros	Juntada de Certidão	Georges André Monte e outros -	RICARDO MILHOME DE BRITO e outro - 244.811.143-04	SIM
0001109-27.2017.4.05.8100	AÇÃO PENAL - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO	Roubo Majorado	Juntada de Certidão de Intimação	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	ANTONIO EVANDRO DO NASCIMENTO LIMA e outros -	SIM
0001132-70.2017.4.05.8100	AÇÃO PENAL - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO	Crimes Previstos no Estatuto da criança e do adolescente	Remetidos os Autos (em grau de recurso) para TRF5	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	PEDRO HENRIQUE CORREIA DE HOLANDA e outro -	SIM
0006936-58.2013.4.05.8100	AÇÃO PENAL - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO	Alienação ou Oneração Fraudulenta de Coisa Própria	Juntada de Certidão	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	JOSE MARCIANO DE ARAUJO CORREIA BATINGA - 090.256.524-92	SIM
0800392-45.2018.4.05.8100	AÇÃO PENAL - PROCEDIMENTO SUMARÍSSIMO	Crimes contra as Telecomunicações	Baixa Definitiva	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL e outro - 03.636.198/0001-92	JOAO PAULO DE PAIVA LOPES e outro - 855.488.983-53	SIM
0800515-43.2018.4.05.8100	AÇÃO PENAL - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO	Uso de documento falso	Conclusos para julgamento	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL -	JOÃO PAULO SILVA MESQUITA -	SIM
0804388-51.2018.4.05.8100	CARTA PRECATÓRIA CRIMINAL	Competência da Justiça Federal	Baixa Definitiva	JUIZO FEDERAL DA 36A VARA DE RECIFE - SJ/PE e outro -	DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO e outro - 00.375.114/0001-16	SIM
0809238-85.2017.4.05.8100	AÇÃO PENAL - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO	Falsidade ideológica e outros	Juntada de Certidão de Intimação	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL -	ALIOU DIALLO e outro -	SIM
0810162-96.2017.4.05.8100	AÇÃO PENAL - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO	Roubo Majorado	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	ANTONIO LEONARDO DE MELO E SILVA e outros - 058.802.983-10	SIM
0814483-77.2017.4.05.8100	AÇÃO PENAL - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO	Contrabando ou descaminho	Processo Suspenso/Sobrestado	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	ANTONIO ROBERTO ALVES MARINHO - 209.508.023-87	SIM
0814599-83.2017.4.05.8100	AÇÃO PENAL - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO	Falsificação de documento público e outros	Expedição de expediente	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL -	MANOEL GOMES VIEIRA FILHO -	SIM
0814632-73.2017.4.05.8100	AÇÃO PENAL - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO	Crimes contra o Sistema Financeiro Nacional	Conclusos para julgamento	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL -	Adriano da Silva Araújo e outros -	SIM

0814951-41.2017.4.05.8100	AÇÃO PENAL - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO	Roubo	Remetidos os Autos (em grau de recurso) para TRF5	FRANCISCO DIOCLECIO CAVALCANTE DE PAIVA e outros - 007.758.403-19	IPL 0600/2017 e outros -	SIM
0815570-68.2017.4.05.8100	AÇÃO PENAL - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO	Associação para a Produção e Tráfico e Condutas Afins	Inspecção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL e outro - 03.636.198/0001-92	RICARDO LEON e outro -	SIM
0815776-82.2017.4.05.8100	AÇÃO PENAL - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO	Quadrilha ou Bando	Juntada de Certidão de Intimação	POLÍCIA FEDERAL DO CEARÁ e outro - 00.000.000/0002-01	DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO e outros -	SIM
0816112-86.2017.4.05.8100	PROCEDIMENTO INVESTIGATÓRIO CRIMINAL (PIC-MP)	Apropriação indébita	Juntada de Certidão de Intimação	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL e outro - 03.636.198/0001-92	ERICK MIYASAKI e outros - 166.647.088-82	SIM
0816562-29.2017.4.05.8100	AÇÃO PENAL - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO	Moeda Falsa / Assimilados	Baixa Definitiva	FRANCISCA HELENIR FERREIRA e outros -	DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO e outros -	SIM

6.11.10 Correição anterior e autoinspeção

Em relação à Correição anterior, a Vara informou que foram examinados todos os processos que tiveram anotações realizadas na última correição e corrigidas as falhas de acordo com seu registro, ressaltando que em algumas notas não havia o que ser feito, como por exemplo, demora na publicação, demora na juntada de expediente etc.

Após a última autoinspeção, foram mantidas as metas já fixadas no sentido de todos os processos serem céleres e as audiências marcadas e realizadas imediatamente, estando sendo cumpridas.

6.11.11. Considerações finais

A 11ª Vara Federal conta com estrutura física e equipamentos adequados a seu funcionamento.

Durante os trabalhos da correição, verificou-se que os feitos tramitam de forma bastante regular, não tendo sido detectada qualquer ocorrência de natureza grave que inviabilize a prestação jurisdicional.

Por fim, pelos demais dados apontados neste relatório e pelas constatações realizadas *in loco* durante a correição, pode-se afirmar que a 11ª vara federal funciona de modo eficiente.

6.12. 12ª VARA FEDERAL - FORTALEZA/CE

6.12.1. Competência, localização, estrutura física e horário de expediente

A 12ª Vara Federal do Ceará, dentro de sua jurisdição, detém competência materialmente penal, com JEF criminal adjunto, sendo também competente para as execuções penais.

A unidade jurisdicional funciona no 5º andar do prédio da SJCE, localizado na Rua João Carvalho, nº 485, Aldeota, Fortaleza/CE.

A Vara apresentou instalações adequadas para todos: juízes federais, servidores, estagiários, terceirizados, membros do Ministério Público Federal, procuradores federais, defensores públicos federais, advogados e jurisdicionados.

O horário de expediente da unidade é das 9h às 18h.

6.12.2. Corpo funcional - juízes federais e servidores

Por ocasião do preenchimento do formulário de gestão, a 12ª Vara Federal contava com o seguinte quadro de pessoal: a) 02 magistrados, Marcos Mairton da Silva (juiz federal titular) e Danilo Dias Vasconcelos de Almeida (juiz federal substituto); b) 11 servidores efetivos, sendo 04 analistas judiciários e 07 técnicos judiciários.

Convém registrar que, atualmente, o Juiz Federal Substituto José Flávio Fonseca de Oliveira foi designado para responder pela referida unidade jurisdicional.

Há, ainda, um servidor efetivo cedido ao TRT - 22ª Região (Francisca Ketelle Maia, Técnico Judiciário/Administrativa, cedida desde 30/03/2010).

Além dos servidores efetivos, trabalham na 12ª Vara Federal 06 (seis) servidores requisitados (com vínculo com o serviço público), conforme tabela abaixo:

SERVIDOR	CARGO	Função	ORGÃO	Grau de Instrução
Agnevaldo Lima Fonteles	Auxiliar Administrativo	FC- 04 Supervisor - Assistente do Juiz Federal Titular	Requisitado da Prefeitura de São Gonçalo do Amarante-CE;	Superior
Ediene Santana de Oliveira	Analista Judiciário/ Administrativa	FC-03 Secretária do diretor de secretaria	Exercício Provisório - TRF2	Superior
Eneida Arruda Ferreira Gomes	Analista Judiciário/ Judiciária	Supervisor - Assistente do Juiz Titular(FC-04).	Exercício Provisório - SJMA	Superior
Raphael Nogueira Bezerra de Menezes	Analista Judiciário/ Judiciária	FC-02 - Auxiliar Especializado - Gabinete do Diretor de Secretaria	Exercício Provisório TRF - 1ª Região	Superior

Ronaldo Mota Leite Barbosa	Técnico Judiciário/Administrativa	FC -04 Supervisor-Assistente do Setor de Publicação	Requisitado do TRT da 6ª Região	Superior
Sandra Régia Sales Soares	Técnico Judiciário/Administrativa	FC-05 Supervisora da Seção de Execuções Penais	Requisitada da SJMA.	Superior

6.12.2.1. Juiz federal titular

O juiz federal titular da Vara, Marcos Mairton da Silva, que está afastado da sua jurisdição para atuar em auxílio à Corregedoria-Geral do CJF), exerce a magistratura desde 25/04/2001, atuando na 12ª Vara Federal a contar de 22/04/2013.

Nos últimos 24 meses, o juiz federal titular esteve afastado por 2 anos, 8 meses e 8 dias, pelos seguintes motivos:

Férias: 09/01/2017 a 18/01/2017 (Portaria 24/2017-CR); 08/01/2018 a 21/01/2018 (Portaria 23/2018-CR);

Convocações: Para auxiliar no STJ de 28/02/2016 a 08/01/2017, de 19/01/2017 a 09/08/2017 (PA 3329/2015); de 10/08/2017 a 13/11/2017 (PA 0006798-54.2017.4.05.7000); Para auxiliar na Corregedoria-geral de 14/11/2017 a 07/01/2018 e de 22/01/2018 até a presente data, 28/02/2018 (PA 0010723-58.2017.4.05.7000).

O magistrado reside em Fortaleza/CE, cidade onde se situa a sede da seção judiciária.

6.12.2.2. Servidores

Em relação às funções de confiança (FCs), aos cargos em comissão (CJs) e à formação acadêmica dos servidores ocupantes de cargos efetivos na 12ª Vara Federal, pode ser observado o seguinte quadro:

Nome	Cargo efetivo	Ocupa FC ou CJ?	Grau de Instrução*	Área de formação
Allex Mororó Xerez Silva	Analista Judiciário/Judiciária	Sim. FC-04 - Sup.Assistente do Juiz Federal Substituto	Pós-graduação	Direito

Anislay Lima Ximenes	Analista Judiciário/ Judiciária	Sim. FC-05 - Oficial de Gabinete do Juiz Federal Substituto	Graduação	Direito
Cleber Vinicius Maia Mascarenhas	Analista Judiciário/ Judiciária	Sim. CJ-03 - Diretor de Secretaria	Graduação	Direito
Denise Maria Pinto Girão	Técnico Judiciário / Administrativa	Sim. FC-04 - Sup. Assistente do Setor de	Graduação	Psicologia Direito
Humberto Alves Quezado Júnior	Técnico Judiciário / Administrativa	Sim. FC-04 - Sup. Assistente do Setor de Controle e Acompanhamento de Audiências	Graduação	Direito
João Getúlio Chaves Sampaio	Técnico Judiciário / Administrativa	Sim. FC-05 - Sup. Da Seção de Apoio Administrativo	Graduação	Direito
João Paulo Araújo Carneiro	Técnico Judiciário / Administrativa	Sim. FC-04 - Supervisor-Assistente do Juiz Federal Substituto	Graduação Pós-Graduação	Direito
Klecius Mesquita de Sousa	Técnico Judiciário / Administrativa	Sim. FC-04 - Supervisor-Assistente do Setor de Publicação	Ensino Médio	
Lorena de Paula Pessoa Sá	Técnico Judiciário/ Administrativa	Não	Graduação	Comunicação Social
Maxwell Teixeira de Paula	Técnico Judiciário / Administrativa	Sim. FC-05 - Supervisor da Seção de Procedimentos Criminais	Graduação	Engenharia Elétrica; e Direito

Sergiano Queiroz Guimarães	Analista Judiciário / Judiciária	Sim. FC-05 - Oficial de Gabinete do Juiz Federal Titular	Graduação Pós- Graduação	Direito
-------------------------------	--	---	-----------------------------	---------

Como se pode depreender, no tocante à formação acadêmica dos servidores efetivos da 12ª Vara Federal, verifica-se que há uma preocupação com a qualificação.

Não há cargo efetivo ou função comissionada vagos, nem servidores sem vínculo em atuação na Vara. Inexistem servidores afastados por motivo outro que não férias.

6.12.2.3. Estagiários

Há 02 vagas previstas para unidade, estando ambas preenchidas.

6.12.3. Organização da 12ª Vara Federal

Dentre os servidores da 12ª Vara Federal do Ceará, 11 exercem suas atribuições na secretaria e 06 no gabinete.

6.12.3.1. Secretaria

A Secretaria está organizada em 05 (cinco) blocos de atividades ou setores, em formato que garanta uma melhor distribuição das tarefas da Secretaria entre os servidores, com exercícios específicos nas atribuições, em fluxo sistêmico:

A) Setor de Ação Penal

Setor responsável pelo trâmite das ações penais e processos conexos, com suas atividades distribuídas em escaninhos nas estantes (ou em tarefas em se tratando de processos no Pje), sendo estas atividades operacionalizadas pelos servidores do setor, atualmente em número de 03 (dois) e 01 (uma) estagiária de Direito.

B) Setor de Execução Penal

Setor responsável pelas execuções penais e processos afins com suas atividades distribuídas em escaninhos nas estantes (ou em tarefas em se tratando de processos no Pje), sendo estas atividades operacionalizadas pelos servidores do setor, atualmente em número de 04 (quatro) e 01 (uma) estagiária de Direito. Referido setor, ainda, encontra os sub-setores “privativas de liberdade” e “penas alternativas”.

C) Setor de Inquéritos e correlatos

Setor responsável pelos inquéritos e processos afins com suas atividades distribuídas em escaninhos nas estantes (ou em tarefas em se tratando de processos no Pje), sendo esta atividade operacionalizada pelo único servidor do setor, que ainda é responsável pelas audiências de custódia.

D) Setor de documentação, atendimento ao cliente e carga.

Setor responsável pelo recebimento de toda a documentação da Vara (petição, ofício etc), encaminhando-a aos demais setores, bem como pelas cargas aos órgãos e advogados.

Referido setor ainda presta auxílio nas videoconferências e audiências. Conta com 01 (um) servidor.

E) Setor de Carta Precatória, Carta de Ordem.

Setor responsável por todas as cartas precatórias e cartas de ordem recebidas na 12ª Vara, bem como pelas videoconferências aqui realizadas. Setor conta com 01 (um) servidor.

6.12.3.2. Gabinete do juiz federal

As atividades de cada gabinete ficam a cargo de três servidores, sendo 02 (dois) servidores encarregados de minutas e um servidor encarregado das audiências e sentenças de extinção e arquivamento. Devido à ausência do Juiz Federal Titular, afastado para atuar em auxílio à Corregedoria-Geral do CJF, e considerando a intensa rotatividade de Juízes respondendo sem prejuízo da jurisdição originária, há 1 (um) servidor responsável por minutar sentenças de extinção e arquivamento dos dois gabinetes e 1 (um) servidor destacado para as audiências de processos dos dois gabinetes.

Os processos são distribuídos nas estantes, em escaninhos pela atividade (decisão e sentença), onde se procura obedecer à ordem cronológica, salvo nos processos que envolvam réus presos ou questões que digam respeito à liberdade imediata.

6.12.4. Participação do juiz federal em reuniões com a equipe da 12ª Vara Federal

Considerando o fato do afastamento do Juiz Titular para atuar em auxílio à Corregedoria-Geral do CJF e as sucessivas passagens de juízes substitutos, de caráter temporário e sem prejuízo da jurisdição originária, não ocorrem reuniões entre o Juiz Federal e a equipe. Na verdade, tais reuniões restringem-se a contatos entre o magistrado do período e o Diretor de Secretaria, que repassa eventuais orientações ao restante dos servidores.

6.12.5. Planejamento das atividades da 12ª Vara Federal e avaliação periódica de resultados

O planejamento das atividades é contínuo, mormente em razão da dinamicidade das situações que surgem no cotidiano, desafiando novas soluções a serem implementadas pela equipe. Promovem-se, periodicamente, reuniões da Diretoria da Vara com os supervisores de setor, bem como com todos os demais servidores com regular frequência, com o intuito de identificar e superar problemas, sem perder de perspectiva o necessário aprimoramento técnico individual e coletivo. Acrescente-se a interação entre os grandes setores (Secretaria e Gabinete), procurando somar esforços para a boa resposta da serventia.

A avaliação dos resultados tem se dado a partir de “inspeções diretas” nos setores, mas, principalmente, com a observação de estatísticas. Em reuniões com os supervisores de setor também se tem buscado resposta quanto às atividades, com avaliações e estudo de estatísticas.

6.12.6. Atendimento aos membros do Ministério Público Federal, Defensoria Pública da União, procuradores federais, advogados e partes na secretaria e no gabinete do juiz federal da 12ª Vara Federal

A Vara informou que se tem dado maior espaço possível à participação dos membros do Ministério Público, Defensoria Pública e advogados, a fim de se trocar ideias que possam aprimorar o funcionamento da serventia. A parceria é busca constante e indispensável para o bom funcionamento das atividades, tendo encontrado muita satisfação no relacionamento com as instituições apontadas ou procuradores das partes.

A interlocução com membros do Ministério Público, advogados, defensores públicos, procuradores, delegados e demais autoridades é, em regra, realizada pelo Diretor de Secretaria, que discute as providências a serem adotadas, fazendo-se a ligação imediata com o Magistrado, quando assim exige o caso.

6.12.7. Número de processos, relação servidor/processo, audiências de conciliação e de instrução e inspeções judiciais

Quando do preenchimento do relatório de gestão, a 12ª Vara Federal contava com 1.722 processos em tramitação ajustada, sendo 1.166 físicos e 556 eletrônicos (PJe).

A média de processos por servidor (17) da Vara é de 101,29.

Verificou-se a existência de 96 processos sobrestados/suspensos em face dos seguintes motivos:

Físicos:

2 Execuções penais suspensas (classe 103);

76 Ações penais suspensas (classe 240);

1 Carta Precatória Criminal suspensa (classe 9012).

Eletrônicos:

9 Execuções da pena (classe 386);

8 Execuções provisórias (classe 1714).

Foi registrado o extravio de 05 processos nos últimos 24 meses, e a restauração de 05 autos no mesmo período.

Nos últimos 24 meses, a contar da data do início da correição, foram realizadas 177 audiências e 02 inspeções judiciais pelo magistrado substituto da unidade (Juiz Titular encontra-se afastado para auxiliar a Corregedoria-Geral do CJF).

6.12.8. Cumprimento de metas e resoluções do CNJ

Meta 1 (Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente).

A unidade judiciária informou que no ano de 2017 foram distribuídas 72 novas Ações Penais. No mesmo período, a Vara alcançou o número de 70 ações julgadas.

Meta 2 (Identificar e julgar, até 31/12/2017, pelo menos 100% dos processos distribuídos até 31/12/2012, 85% dos processos distribuídos em 2013 nos 1º e 2º graus, e 100% dos processos distribuídos até 31/12/2014 nos Juizados Especiais e Turmas Recursais Federais).

A meta não foi atingida, tendo a unidade informado que conta com 102 Ações Penais distribuídas até 2012. Dessas, 50 já foram julgadas, atingindo a marca de 49%. Em relação aos processos distribuídos em 2013, das 20 Ações Penais, foram julgadas 11, resultando em 55% do total.

Meta 3 (Aumentar os casos solucionados por conciliação, fomentando o alcance do percentual mínimo de 2% na proporção dos processos conciliados em relação aos distribuídos).

Não se aplica.

Meta 4 (Identificar e julgar até, 31/12/2017, 70% das ações de improbidade administrativa distribuídas até 31/12/2014).

Não se aplica.

Meta 5 (Baixar quantidade maior de processos de execução não fiscal do que o total de casos novos de execução não fiscal no ano corrente).

Não se aplica.

Meta 6 (Identificar e julgar, até 31/12/2017, entre 70% e 85% das ações coletivas distribuídas até 31/12/2013, no 1º e 2º graus).

Não se aplica.

Metas Específicas para a Justiça Federal

Baixar quantidade maior de processos criminais do que os casos novos criminais no ano corrente; Julgar quantidade maior de processos criminais do que os casos novos criminais no ano corrente.

Meta cumprida. Foram 72 novas Ações Penais distribuídas e 80 baixadas durante o ano de 2017. Foram distribuídas 72 novas Ações Penais e julgadas 70 no ano de 2017, de modo que a meta esteve prestes a ser atingida.

Identificar e julgar, até 31/12/2017, 70% das ações penais vinculadas aos crimes relacionados à improbidade administrativa, ao tráfico de pessoas, à exploração sexual e ao trabalho escravo, distribuídas até 31/12/2014).

Meta não cumprida, tendo a Vara informado que das 14 Ações Penais identificadas no parâmetro da “Meta 8”, uma delas já foi devidamente julgada, o que corresponde a 7,14% do total.

Acerca do cumprimento do Provimento CNJ nº 29/2013

Não se aplica.

Acerca do cumprimento das exigências previstas na Resolução CNJ nº 66/2009, com a redação introduzida pela Resolução CNJ nº 87/2009, e sobre a necessidade de inserção, no sistema informatizado, do Relatório de Controle de Prisões

A 12ª Vara Federal vem atendendo às referidas exigências.

6.12.9. Processos selecionados para correição

Foram correicionados 22 processos físicos (quando da correição tinham 1.147 processos físicos em tramitação ajustada).

Quanto aos processos do Sistema PJe, foram correicionados 60 processos (quando da correição tinham 603 processos eletrônicos em tramitação ajustada).

6.12.9.1. Principais constatações da análise individual de processos

6.12.9.1.1. Processos Físicos

Da análise individual dos processos, devem ser destacadas as seguintes ocorrências:

AUSÊNCIA DE TERMO DE JUNTADA:		
TIPO DE AÇÃO	Nº DO PROCESSO	OBSERVAÇÃO
Criminal	00000105620164058100	Certidão de fl. 145.
Execução Penal	00110316820124058100	Documento de fl. 1097.
DEMORA NA COBRANÇA DE DEVOLUÇÃO DE AUTOS FORA DE CARTÓRIO:		
TIPO DE AÇÃO	Nº DO PROCESSO	OBSERVAÇÃO
Criminal	00064893620144058100	Carga em 11/09/17, devolução/petição de 19/12/17.
DEMORA NA JUNTADA DE EXPEDIENTE:		

TIPO DE AÇÃO	Nº DO PROCESSO	OBSERVAÇÃO
Criminal	00101127420154058100	Petição protocolada em 02/06/17, juntada em 25/08/17.
Criminal	00000114120164058100	Mandado: de 27.11.2017 a 06.02.2018.
DEMORA NA PROLAÇÃO DE DECISÃO/ SENTENÇA:		
TIPO DE AÇÃO	Nº DO PROCESSO	OBSERVAÇÃO
Criminal	00153941120064058100	Conclusos desde 25/01/18.
Criminal	00053740920164058100	Conclusos desde 25/01/18.
Criminal	00045721120164058100	Conclusão desde 25/01/2018.
Criminal	00002383620134058100	De 10.10.2017 a 26.02.2018.
Criminal	00073421120154058100	Conclusão desde 25/01/2018 sem prolação de sentença.
Criminal	00073940720154058100	Concluso desde outubro de 2017.
Criminal	00073049620154058100	Conclusão desde 19/12/2017.
Criminal	00101135920154058100	Conclusos desde 25/01/18.
Criminal	00064893620144058100	Conclusos desde 08/01/18.
Criminal	00015625620164058100	Desde 06.02.2018.
FEITO EM ORDEM:		
TIPO DE AÇÃO	Nº DO PROCESSO	OBSERVAÇÃO
Criminal	00001771520124058100	
Criminal	00003376920144058100	
Criminal	00073490320154058100	
Criminal	00008581420144058100	
OUTROS:		
TIPO DE AÇÃO	Nº DO PROCESSO	OBSERVAÇÃO
Criminal	00028146520144058100	Ausência de movimentação - 22/11/2017 a 08/03/2018.
Execução Penal	00083287720064058100	Processo sem movimentação de 13.07.2017 a 26.02.2018.

Criminal	00000105620164058100	Ausência de movimentação - outubro/2017 a fevereiro 2018.
Execução Penal	00179068820114058100	Processo sem movimentação de 27.03.2017 a 27.02.2018.
Criminal	00000105620164058100	Demora na cobrança de resposta de ofício expedido - out/2017 a fev/2018.
Execução Penal	00110316820124058100	Não proferido despacho/decisão após termo de conclusão de fl. 1061.
Criminal	00053126620164058100	Ausência de movimentação entre janeiro e março/17 (fls. 158 e 168).
Execução Penal	00117274120114058100	Sem movimentação entre dez/15 e jul/16 (fls. 387 e 389).

Outras Observações:

Processo : 00001771520124058100 Classe: Criminal - ação penal.
Crime c/adm. ambiental e contra meio ambiente (extração de areia).

Processo : 00003376920144058100 Classe: Criminal - fato: de 2000 a 2002. Crime c/a ordem tributária. Inquérito anexo 00137032520074058100.

Processo: 00015608620164058100 Classe: Execução Penal - distribuição 08/03/16.

Processo: 00045721120164058100 Classe: Criminal - apenso 0003992-78.2016.4.05.8100. Fato - 18 a 26 nov/2005.

Processo : 00053126620164058100 Classe: Criminal - Réu preso.

Processo : 00053740920164058100 Classe: Criminal - fato: início de 2011. Contrabando/descaminho. Inquérito anexo 00045548720164058100.

Processo : 00064893620144058100 Classe: Criminal - falso testemunho. Anexo inquérito 00059073620144058100.

Processo : 00073421120154058100 Classe: Criminal - fato: início em 2012.

Processo: 00073940720154058100 Classe: Criminal - fato: julho/2007 a dezembro/2008.

Processo : 00101127420154058100 Classe: Criminal - fato: exercício 2008. Crime contra a ordem tributária. Anexo inquérito 00093505820154058100.

Processo: 00101135920154058100 Classe: Criminal - fato: 05/11/99 a 27/08/2001. Peculato. Inquérito anexo 00065358820154058100.

Processo : 00110316820124058100 Classe: Execução Penal - - Réu preso.

Processo : 00117274120114058100 Classe: Execução Penal - réu preso.

Processo : 00153941120064058100 Classe: Criminal - receptação. Anexos incidente de insanidade 00073871520154058100 e inquérito 200281000169515.

6.12.9.1.2. Processos Judiciais Eletrônicos (PJe)

Quanto aos processos eletrônicos, merecem registro as seguintes situações:

Número do Processo	Classe Judicial	Assunto	Último Evento	Polo Ativo	Polo Passivo	Correicionado
Ausência/demora na conclusão						
0802151-15.2016.4.05.8100	EXECUÇÃO DA PENA	Crimes Hediondos	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	NATALIE LOIOLA VIANA - 480.048.112-15	SIM
0802562-58.2016.4.05.8100	EXECUÇÃO DA PENA	Crimes Hediondos	Juntada de Certidão de Intimação	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	FRANCISCO OLIVEIRA DE ARAUJO e outro - 203.279.273-72	SIM
0802625-83.2016.4.05.8100	EXECUÇÃO PROVISÓRIA	Crimes Hediondos	Juntada de Cota	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	JOSÉ MARIA DE ARAÚJO - null	SIM
0802630-08.2016.4.05.8100	EXECUÇÃO DA PENA	Crimes Hediondos	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	AURYVANI BARROS DE HOLANDA - 389.202.553-34	SIM
0802744-44.2016.4.05.8100	EXECUÇÃO PROVISÓRIA	Crimes Hediondos	Expedição de expediente	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	SANDOVAL FRANCISCO DOS SANTOS - 264.904.553-15	SIM
0802828-45.2016.4.05.8100	EXECUÇÃO PROVISÓRIA	Crimes Hediondos	Juntada de Certidão de Intimação	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	PAULO CÉSAR SARQUIS QUEIROZ -	SIM
0803031-07.2016.4.05.8100	EXECUÇÃO PROVISÓRIA	Crimes Hediondos	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	LILIAN SOUSA FERREIRA -	SIM
0803544-72.2016.4.05.8100	EXECUÇÃO PROVISÓRIA	Interdição Temporária de Direitos	Juntada de Certidão	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	ALEXANDER DIOGENES FERREIRA GOMES - 213.410.603-49	SIM
0805241-31.2016.4.05.8100	EXECUÇÃO PROVISÓRIA	Crimes Hediondos	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	ACEDEMIRO SILVA RODRIGUES - 059.164.532-72	SIM
0805674-35.2016.4.05.8100	EXECUÇÃO DA PENA	Interdição Temporária de Direitos	Juntada de Certidão de Intimação	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	SILVIA HELENA CARNEIRO BAQUIT - 190.058.903-63	SIM
0805840-33.2017.4.05.8100	EXECUÇÃO DA PENA	Pena de Multa e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	JOSE TALLYSON MOURAO -	SIM
0812129-79.2017.4.05.8100	LIBERDADE PROVISÓRIA COM OU SEM FIANÇA	Liberdade Provisória	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	OZEIAS TALLE SANTOS IVO - 664.607.102-40	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	SIM
0812888-77.2016.4.05.8100	EXECUÇÃO DA PENA	Pena de Multa e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	HUMBERTO LUIZ LINS SOUZA - 364.056.455-07	SIM
0813052-08.2017.4.05.8100	AÇÃO PENAL - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO	Peculato	Conclusos para despacho	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	JACINTA DOS REIS MORORO - 054.047.043-06	SIM
0815123-17.2016.4.05.8100	RESTITUIÇÃO DE COISAS APREENHIDAS	Adulteração de Sinal Identificador de Veículo Automotor	Conclusos para despacho	UNIVERSAL GUINDASTES LTDA - ME - 09.107.842/0001-11	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL e outro - 03.636.198/0001-92	SIM

Lapso entre a distribuição e despacho inicial/limi						
			Juntada de	MINISTÉRIO	FRANCISCO	

0802562-58.2016.4.05.8100	EXECUÇÃO DA PENA	Crimes Hediondos	Certidão de Intimação	PÚBLICO FEDERAL -	OLIVEIRA DE ARAUJO e outro -	SIM
Lapso entre conclusão e prolação da sentença						
0802568-65.2016.4.05.8100	EXECUÇÃO DA PENA	Crimes Hediondos	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	FABIANA SANTOS DE MENDONÇA -	SIM
0805930-41.2017.4.05.8100	EXECUÇÃO DA PENA	Pena de Multa e outros	Juntada de Certidão de Retificação de Autuação	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	LILIAN SOUSA FERREIRA -	SIM
0814573-22.2016.4.05.8100	EXECUÇÃO DA PENA	Crimes Hediondos	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	MARCOS AURELIO ALVES DA COSTA - 814.754.893-15	SIM
Lapso entre conclusão e prolação despacho/decisão						
0801418-15.2017.4.05.8100	EXECUÇÃO PROVISÓRIA	Interdição Temporária de Direitos	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	JULIO CESAR CASTRO PAIVA -	SIM
0801468-41.2017.4.05.8100	EXECUÇÃO PROVISÓRIA	Interdição Temporária de Direitos	Juntada de Cota	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	EDIVAN SOARES SOUSA -	SIM
0801491-84.2017.4.05.8100	EXECUÇÃO PROVISÓRIA	Interdição Temporária de Direitos	Juntada de Cota	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	FRANCISCO CLERYSSON MARQUES DE SOUSA -	SIM
0801837-35.2017.4.05.8100	CARTA PRECATÓRIA CRIMINAL	Prestação de Serviços à Comunidade e outros	Juntada de Cota	JUIZO FEDERAL DA 14A VARA DE NATAL - SJ/RN e outro -	DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO e outro - 00.375.114/0001-16	SIM
0802068-62.2017.4.05.8100	CARTA PRECATÓRIA CRIMINAL	Interdição Temporária de Direitos	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	JUIZO FEDERAL DA 3A VARA DE BELEM - SJ/PA e outro -	GLAUBER FREIRE BATISTA -	SIM
0802151-15.2016.4.05.8100	EXECUÇÃO DA PENA	Crimes Hediondos	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	NATALIE LOIOLA VIANA -	SIM
0802630-08.2016.4.05.8100	EXECUÇÃO DA PENA	Crimes Hediondos	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	AURYVANI BARROS DE HOLANDA - 389.202.553-34	SIM
0802825-90.2016.4.05.8100	EXECUÇÃO DA PENA	Crimes Hediondos	Juntada de Certidão de Intimação	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	ANTONIO ARGEU NUNES VIEIRA -	SIM
0803031-07.2016.4.05.8100	EXECUÇÃO PROVISÓRIA	Crimes Hediondos	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	LILIAN SOUSA FERREIRA -	SIM
0803544-72.2016.4.05.8100	EXECUÇÃO PROVISÓRIA	Interdição Temporária de Direitos	Juntada de Certidão	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	ALEXANDER DIOGENES FERREIRA GOMES - 213.410.603-49	SIM
0805438-83.2016.4.05.8100	EXECUÇÃO PROVISÓRIA	Interdição Temporária de Direitos	Juntada de Certidão	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	ADRIANO MARCIO DE PAIVA LIMA - 151.968.248-47	SIM
0805674-35.2016.4.05.8100	EXECUÇÃO DA PENA	Interdição Temporária de Direitos	Juntada de Certidão de Intimação	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	SILVIA HELENA CARNEIRO BAQUIT - 190.058.903-63	SIM
0805950-32.2017.4.05.8100	EXECUÇÃO PROVISÓRIA	Execução Penal Provisória - Cabimento	Juntada de Certidão	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	AROLDI JOSE COELHO DE SOUZA - 217.264.772-15	SIM
0806423-52.2016.4.05.8100	EXECUÇÃO DA PENA	Interdição Temporária de Direitos	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	RAIMUNDO DE SOUZA PEREIRA -	SIM

0807636-59.2017.4.05.8100	AÇÃO PENAL - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO	Estelionato Majorado	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO e outro - 00.375.114/0001-16	SIM
0810848-88.2017.4.05.8100	PROCEDIMENTO INVESTIGATÓRIO	Atentado contra a segurança de transporte	Juntada de Certidão de Retificação de	POLÍCIA FEDERAL DO CEARÁ e outro -	INDICIADO e outro	SIM

	CRIMINAL (PIC-MP)	público	Autuação	00.000.000/0002-91		
0811846-56.2017.4.05.8100	PROCEDIMENTO INVESTIGATÓRIO CRIMINAL (PIC-MP)	Estelionato	Juntada de Cota	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	A Apurar - null	SIM
0811901-07.2017.4.05.8100	PETIÇÃO	Crimes do Sistema Nacional de Armas e outros	Juntada de Certidão de Retificação de Autuação	POLÍCIA FEDERAL DO CEARÁ e outro - 00.000.000/0002-91	JOEL OLIVEIRA DO NASCIMENTO	SIM
0812567-08.2017.4.05.8100	PROCEDIMENTO INVESTIGATÓRIO CRIMINAL (PIC-MP)	Falsidade ideológica e outros	Juntada de Certidão de Retificação de Autuação	POLÍCIA FEDERAL DO CEARÁ e outro - 00.000.000/0002-91	A APURAR e outro	SIM
0813661-88.2017.4.05.8100	EXECUÇÃO DA PENA	Prestação de Serviços à Comunidade	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	ADILA DE SOUSA ALVES -	SIM
0813731-08.2017.4.05.8100	EXECUÇÃO DA PENA	Pena de Multa e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	ADRIANA DE AREA LEAO ARRAIS - 831.791.603-06	SIM
0814243-88.2017.4.05.8100	TERMO CIRCUNSTANCIADO	Crime contra a administração ambiental	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL e outro - 03.636.198/0001-92	LUZARDO EXTRAÇÃO DE MINÉRIOS LTDA - EPP - null	SIM
0815123-17.2016.4.05.8100	RESTITUIÇÃO DE COISAS APREENHIDAS	Adulteração de Sinal Identificador de Veículo Automotor	Conclusos para despacho	UNIVERSAL GUINDASTES LTDA - ME - 09.107.842/0001-11	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL e outro - 03.636.198/0001-92	SIM
0815403-85.2016.4.05.8100	EXECUÇÃO DA PENA	Crimes Hediondos	Juntada de Certidão	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	FELIPE ROCHA DA SILVA e outro -	SIM
0815677-49.2016.4.05.8100	EXECUÇÃO DA PENA	Pena de Multa e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	RAIMUNDO HENRIQUE DA SILVA -	SIM
Lapso sem movimentação processo na Secretaria						
0803031-07.2016.4.05.8100	EXECUÇÃO PROVISÓRIA	Crimes Hediondos	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	LILIAN SOUSA FERREIRA -	SIM
0805241-31.2016.4.05.8100	EXECUÇÃO PROVISÓRIA	Crimes Hediondos	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	ACEDEMIRO SILVA RODRIGUES - 059.164.532-72	SIM
0811982-53.2017.4.05.8100	AUTO DE PRISÃO EM FLAGRANTE	Furto Qualificado	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO e outros - 00.375.114/0001-16	IPL 579/2017 - SR/PF/CE e outro -	SIM
0813156-97.2017.4.05.8100	PROCEDIMENTO INVESTIGATÓRIO CRIMINAL (PIC-MP)	Peculato e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL e outro - 03.636.198/0001-92	SEM INDICIADO e outro -	SIM
0815677-49.2016.4.05.8100	EXECUÇÃO DA PENA	Pena de Multa e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	RAIMUNDO HENRIQUE DA SILVA -	SIM
Lapso temporal para cumprimento despacho/decisão						
0801468-41.2017.4.05.8100	EXECUÇÃO PROVISÓRIA	Interdição Temporária de Direitos	Juntada de Cota	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	EDIVAN SOARES SOUSA -	SIM
0801837-35.2017.4.05.8100	CARTA PRECATÓRIA CRIMINAL	Prestação de Serviços à Comunidade e outros	Juntada de Cota	JUIZO FEDERAL DA 14A VARA DE NATAL - SJ/RN e outro -	DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO e outro - 00.375.114/0001-16	SIM
0802068-62.2017.4.05.8100	CARTA PRECATÓRIA CRIMINAL	Interdição Temporária de Direitos	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	JUIZO FEDERAL DA 3A VARA DE BELEM - SJ/PA e outro -	GLAUBER FREIRE BATISTA -	SIM
0802828-45.2016.4.05.8100	EXECUÇÃO PROVISÓRIA	Crimes Hediondos	Juntada de Certidão de Intimação	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	PAULO CÉSAR SARQUIS QUEIROZ -	SIM

0805438-83.2016.4.05.8100	EXECUÇÃO PROVISÓRIA	Interdição Temporária de Direitos	Juntada de Certidão	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	ADRIANO MARCIO DE PAIVA LIMA - 151.968.248-47	SIM
0805950-32.2017.4.05.8100	EXECUÇÃO PROVISÓRIA	Execução Penal Provisória - Cabimento	Juntada de Certidão	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL -	AROLDO JOSE COELHO DE SOUZA -	SIM

				03.636.198/0001-92	217.264.772-15	
0806555-75.2017.4.05.8100	CARTA PRECATÓRIA CRIMINAL	Competência da Justiça Federal	Expediente de expediente	JUIZO FEDERAL DA 14A VARA DE NATAL - SJ/RN e outro -	DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO e outro - 00.375.114/0001-16	SIM
0807015-62.2017.4.05.8100	EXECUÇÃO DA PENA	Pena de Multa	Juntada de Cota	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	MARCILIO TELES DE QUEIROZ - 168.250.722-00	SIM
0807331-75.2017.4.05.8100	EXECUÇÃO DA PENA	Pena de Multa e outros	Juntada de Certidão	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	QUINTINO FEITOSA DE CASTRO PAIVA - 059.579.073-91	SIM
0807519-68.2017.4.05.8100	EXECUÇÃO DA PENA	Pena de Multa e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	JOSE IGOR BATISTA CORREIA - 826.348.583-53	SIM
0812129-79.2017.4.05.8100	LIBERDADE PROVISÓRIA COM OU SEM FIANÇA	Liberdade Provisória	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	OZEIAS TALLES SANTOS IVO - 664.607.102-40	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	SIM
0814149-43.2017.4.05.8100	REPRESENTAÇÃO CRIMINAL	Contravenções Penais	Juntada de Cota	ANDREA OLIVEIRA CARNEIRO -	EDMUNDO FERNANDES VIEIRA - null	SIM
0815123-17.2016.4.05.8100	RESTITUIÇÃO DE COISAS APREENHIDAS	Adulteração de Sinal Identificador de Veículo Automotor	Conclusos para despacho	UNIVERSAL GUINDASTES LTDA - ME - 09.107.842/0001-11	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL e outro - 03.636.198/0001-92	SIM
0815677-49.2016.4.05.8100	EXECUÇÃO DA PENA	Pena de Multa e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	RAIMUNDO HENRIQUE DA SILVA -	SIM
Outros:						
0812888-77.2016.4.05.8100	EXECUÇÃO DA PENA	Pena de Multa e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	HUMBERTO LUIZ LINS SOUZA - 264.056.475-87	SIM
0815403-85.2016.4.05.8100	EXECUÇÃO DA PENA	Crimes Hediondos	Juntada de Certidão	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	FELIPE ROCHA DA SILVA e outro - 042.101.622-02	SIM
Paralisação irregular do processo						
0802625-83.2016.4.05.8100	EXECUÇÃO PROVISÓRIA	Crimes Hediondos	Juntada de Cota	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	JOSÉ MARIA DE ARAÚJO - null	SIM
0802630-08.2016.4.05.8100	EXECUÇÃO DA PENA	Crimes Hediondos	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	AURYVANI BARROS DE HOLANDA - 389.202.553-34	SIM
0802828-45.2016.4.05.8100	EXECUÇÃO PROVISÓRIA	Crimes Hediondos	Juntada de Certidão de Intimação	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	PAULO CÉSAR SARQUIS QUEIROZ -	SIM
0804564-98.2016.4.05.8100	EXECUÇÃO DA PENA	Interdição Temporária de Direitos	Conclusos para decisão	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	RITA BARBOZA DA SILVA - 088.827.768-75	SIM
0806423-52.2016.4.05.8100	EXECUÇÃO DA PENA	Interdição Temporária de Direitos	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	RAIMUNDO DE SOUZA PEREIRA - null	SIM
0806706-41.2017.4.05.8100	CARTA PRECATÓRIA CRIMINAL	Competência da Justiça Federal	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	JUIZO FEDERAL DA 15A VARA DA SJ/CE e outro -	LAURICIA GONZAGA SAMPAIO - 193.092.523-91	SIM
0807519-68.2017.4.05.8100	EXECUÇÃO DA PENA	Pena de Multa e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	JOSE IGOR BATISTA CORREIA - 826.348.583-53	SIM
0811859-55.2017.4.05.8100	PROCEDIMENTO INVESTIGATÓRIO CRIMINAL (PIC-MP)	Roubo Majorado	Recebida a denúncia	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL e outro - 03.636.198/0001-92	A APURAR e outro -	SIM

0813422-84.2017.4.05.8100	CARTA PRECATÓRIA CRIMINAL	Pena de Multa e outros	Juntada de Certidão	JUIZO FEDERAL DA 14A VARA DE NATAL - SJ/RN e outro -	SAMUEL MEDEIROS TEIXEIRA ANDRADE - 020.190.373-35	SIM
Processo em ordem						

0800401-07.2018.4.05.8100	AÇÃO PENAL - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO	Estelionato Majorado	Expedição de expediente	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO e outro - 00.375.114/0001-16	SIM
0800876-60.2018.4.05.8100	AÇÃO PENAL - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO	Uso de documento falso	Expedição de documento	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	FRANCISCO ERINEUDO DE OLIVEIRA e outro - 414.375.863-68	SIM
0801380-66.2018.4.05.8100	AÇÃO PENAL - PROCEDIMENTO SUMARÍSSIMO	Colaboração com Grupo, Organização ou Associação Destinados à Produção ou Tráfico de	Remetidos os Autos (em grau de recurso) para TRF5	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	LORENZO ZEITUM COIMBRA e outro - 624.410.583-47	SIM
0805689-67.2017.4.05.8100	PROCEDIMENTO INVESTIGATÓRIO CRIMINAL (PIC-MP)	Peculato	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	JACINTA DOS REIS MORORO - 051.047.042-06	SIM
0808712-21.2017.4.05.8100	PROCEDIMENTO INVESTIGATÓRIO CRIMINAL (PIC-MP)	Furto	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL e outro - 03.636.198/0001-92	A APURAR e outro -	SIM
0808800-59.2017.4.05.8100	AÇÃO PENAL - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO	Uso de documento falso e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO e outros - 00.375.114/0001-16	SIM
0810502-40.2017.4.05.8100	PROCEDIMENTO INVESTIGATÓRIO CRIMINAL (PIC-MP)	Roubo Majorado	Juntada de Certidão de Intimação	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL e outro - 03.636.198/0001-92	A APURAR e outro -	SIM
0812639-92.2017.4.05.8100	AÇÃO PENAL - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO	Concussão	Conclusos para decisão	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	SERGIO RICARDO MEDEIROS PEREIRA - 912.426.493-87	SIM
0813011-41.2017.4.05.8100	AÇÃO PENAL - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO	Crimes contra a Ordem Tributária	Conclusos para decisão	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	DAVID RIPOLL RIBAS e outro - 052.820.647-00	SIM
0813019-18.2017.4.05.8100	AÇÃO PENAL - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO	Falso testemunho ou falsa perícia	Juntada de Certidão de Intimação	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	FRANCISCO EDSON DA SILVA 032.071.712-54	SIM
0815133-27.2017.4.05.8100	PROCEDIMENTO INVESTIGATÓRIO CRIMINAL (PIC-MP)	Tráfico de Drogas e Condutas Afins	Juntada de Petição	POLÍCIA FEDERAL DO CEARÁ e outro - 00.000.000/0002-91	DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO e outros - 00.375.114/0001-16	SIM
0815722-19.2017.4.05.8100 - (Segredo)	AÇÃO PENAL - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO	Crimes Previstos no Estatuto da criança e do adolescente	Remetidos os Autos (em grau de recurso) para TRF5	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	ELISIO DA SILVA FONSECA - 810.024.762-87	SIM

6.12.10. Correição anterior e autoinspeção

A unidade informou não ter recebido qualquer determinação ou orientação advinda da Corregedoria, no que diz respeito à Correição realizada em 2017.

Importa registrar que, considerando a notícia por parte de algumas varas da Seção Judiciária do Ceará, por ocasião da Correição Ordinária de 2018, no sentido de que não lhes foi disponibilizado o Relatório de Correição Ordinária de 2017, a Corregedoria-Regional encaminhou e-mail (enviado em 19/04/18) a todas as unidades jurisdicionais, informando que o referido relatório estava disponível no “site” da Corregedoria-Regional, no “link” Correições (Relatório de Correições – Biênio 2015-2017).

Após a última autoinspeção, determinou-se, selecionados os processos mais antigos, que se lhes faça movimentar prioritariamente, instruindo-se com a maior brevidade possível.

6.12.11. Considerações finais

A 12ª Vara Federal conta com estrutura física e equipamentos adequados a seu funcionamento.

A partir da análise processual, foram observados alguns pontos que merecem maior atenção por parte da unidade, quais sejam:

1. Demora na conclusão;
2. Demora na prolação de despacho/decisão;
3. Feitos sem movimentação processual; e
4. Demora no cumprimento de despacho/decisão.

Por fim, pelos demais dados apontados neste relatório e pelas constatações realizadas *in loco* durante a correição, pode-se afirmar que a 12ª vara federal funciona adequadamente.

6.13. 13ª VARA FEDERAL - FORTALEZA/CE

6.13.1. Competência, localização, estrutura física e horário de expediente

A 13ª Vara Federal do Ceará, dentro de sua jurisdição, detém competência para processar, conciliar e julgar causas de competência da Justiça Federal até o valor de sessenta salários mínimos, regidas pela Lei nº 10.259, de 12 de julho de 2001.

A unidade jurisdicional funciona no 3º andar do prédio da SJCE, localizado na Praça Gen. Murilo Borges, s/n, Centro, Fortaleza/CE, e apresentou instalações adequadas para todos: juízes federais, servidores, estagiários, terceirizados, membros do Ministério Público Federal, procuradores federais, defensores públicos federais, advogados e jurisdicionados.

O horário de expediente da unidade é das 9h às 18h.

6.13.2. Corpo funcional - juiz federal e servidores

A 13ª Vara Federal conta com o seguinte quadro de pessoal: a) 01 magistrado, Helvesley Alves (juiz federal titular); b) 16 servidores efetivos, sendo: 04 analistas judiciários e 12 técnicos judiciários.

Além dos servidores efetivos, trabalham na 13ª Vara Federal 3 servidores requisitados com vínculo com o serviço público, conforme tabela:

Nome	Grau de Instrução	Área de Formação	Cargo/Função	Órgão de origem
Inácio Gomes de Carvalho Neto	Superior	Direito	CJ3	Prefeitura de Fortaleza/CE
Emília Maria de Lavor Garcez	Superior	Direito	FC5	Prefeitura de Aratuba/CE

Joana Roberta Bessa Barreira	Superior	Direito	FC4	TER-CE
---------------------------------	----------	---------	-----	--------

6.13.2.1. Juiz federal titular

O juiz federal titular da Vara, José Helvesley Alves, exerce a magistratura desde 23/12/1994, atuando na 13ª Vara Federal desde janeiro de 2002.

Nos últimos 24 meses, o juiz federal titular esteve afastado pelos seguintes motivos:

Férias: 07/01/16 a 05/02/16 (30 dias) - Portaria 414/2015-CR;
08/09/16 a 27/09/16 (20 dias) - Portarias 414/2015 e 309/2016-CR;
16/02/17 a 07/03/17 (20 dias) - Portaria 49/2017-CR;
16/08/17 a 04/09/17 (18 dias) - Portaria 268/2017-CR;
Licenças: 18/07/16 a 16/08/16 (30 dias) tratamento de saúde.
Período total de afastamento (em meses e dias): 3 meses e 28 dias – 118 dias.

O juiz titular da unidade reside em Fortaleza/CE, cidade onde se situa a sede da Seção Judiciária do Ceará.

Não há juiz federal substituto na 13ª Vara Federal.

6.13.2.2. Servidores

Em relação às funções de confiança (FCs), aos cargos em comissão (CJs) e à formação acadêmica dos servidores ocupantes de cargos efetivos na 13ª Vara Federal, pode ser observado o seguinte quadro:

Nome	Cargo efetivo	Ocupa FC ou CJ? Qual?	Grau de Instrução*	Área de formação
Adília Sarica Melo Bastos	Analista Judiciário	FC5	Superior	Direito/Engenharia Química
Ana Daniela dos Santos Sousa	Técnico Judiciário	FC4	Superior	Administração
Augusto Passos Sobral	Técnico Judiciário	FC5	Superior	Direito
Dayse Araújo Abreu	Técnico Judiciário	FC4	Superior	Letras
Francisco Evans Cavalcante Mota	Analista Judiciário	FC5	Superior	Direito
Jorge Eduardo de Freitas Diógenes	Técnico Judiciário	FC5	Superior	Direito
Martha Rejane Melo Silva	Técnico Judiciário	FC4	Superior	Direito/Agronomia
Rejane Farias Nobre	Técnico Judiciário	FC4	Superior	Direito/Administração
Ivana Vieira dos Santos	Técnico Judiciário	FC4	Superior	Engenharia

Leonardo Mônico Ferrari	Analista Judiciário-Oficial de Justiça	****	Superior	Direito
Roberto Leal Fontes Albano	Analista Judiciário-Oficial de Justiça	*****	Superior	Direito
José Luciano Farias	Técnico Judiciário-Segurança e Transporte	****	2º Grau	****
Luiz Cláudio Requião Fonseca	Técnico Judiciário	FC4	Superior	Direito
Filipe Antonio Lopes da Silva	Técnico Judiciário	FC4	Superior	Contabilidade Cursando Direito
Maria Cirlene Pinheiro Campos	Técnico Judiciário	FC4	Superior	Letras
Anibal Matos Pinto	Técnico Judiciário	FC4	2º Grau	****

Como se pode depreender, no tocante à formação acadêmica dos servidores efetivos da 13ª Vara Federal, verifica-se que há uma preocupação com a qualificação.

Não há servidores cedidos pela Vara. Na unidade judiciária, inexistem servidores em auxílio.

Não há função comissionada vaga, nem servidores afastados por motivos outros que não férias.

6.13.2.3. Estagiários

Há 02 vagas de estágio previstas para unidade, estando ambas preenchidas.

6.13.3. Organização da 13ª Vara Federal

Dentre os servidores da 13ª Vara Federal do Ceará, 10 deles exercem suas atribuições na secretaria. No gabinete, atuam 08 servidores.

6.13.3.1. Secretaria

A 13ª Vara Federal/CE adota o sistema no qual cada servidor deve realizar ou pelo menos saber sobre todas as tarefas do setor onde trabalha. A Secretaria é dividida em três setores:

1 - Secretaria - realiza atos processuais próprios compreendendo a análise das petições iniciais até o arquivamento dos autos, com exceção dos cálculos e das intimações.

Servidores: Ana Daniele dos Santos Sousa, Anibal Matos Pinto, Dayse Araújo Abreu, Ivana Maria dos Santos e Maria Cirlene Pinheiro Campos e o Diretor de Secretaria Inácio Gomes de Carvalho Neto.

2 -Contadoria – Elabora os cálculos judiciais.

Servidores: Auguto Passos Sobral e Filipe Antônio Lopes da Silva.

3 – Intimação - Realiza as intimações e citações em suas diversas formas.

Servidores: Roberto Leal Fontes Albano e Leoardo Mônaco Ferrari.

6.13.3.2. Gabinete do juiz federal

Como não há juiz substituto na Vara, as duas assessorias trabalham para o juiz titular, respeitando a divisão dos processos entre substituto e titular.

Do mesmo modo que ocorre na Secretaria, cada servidor deve realizar ou pelo menos saber fazer as atividades inerentes ao gabinete.

Servidores Assessoria do titular: Francisco Evans Cavalcante Mota, Adília Sarica Melo Bastos, Emília Maria de Lavor Garcez, Luiz Cláudio Requião Fonseca e Joana Roberta Bessa Barreira.

Servidores Assessoria substituto: Jorge Eduardo de Freitas Diógenes, Martha Rejane Melo Silva e Rejane Farias Nobre.

6.13.4. Participação do juiz federal em reuniões com a equipe da 13ª Vara Federal

Sempre que necessário, o magistrado reúne-se com os servidores para orientações e discussão sobre assuntos processuais, métodos de trabalho, sugestões e definições de prioridades.

6.13.5. Planejamento das atividades da 13ª Vara Federal e avaliação periódica de resultados

O planejamento é feito diariamente após a análise dos relatórios disponibilizados pelo sistema de acompanhamento processual. A partir deles, elegem-se as atividades que deverão ser feitas naquele dia.

6.13.6. Atendimento aos membros do Ministério Público Federal, Defensoria Pública da União, procuradores federais, advogados e partes na secretaria e no gabinete do juiz federal da 13ª Vara Federal

Em regra, o atendimento é feito no balcão pelo servidor ou, se assim desejar a parte, pelo diretor de secretaria, em sua sala. Não há restrições para receber os usuários. Todos são atendidos com cordialidade. Na medida do possível e se for o caso, as demandas são

solucionadas o mais breve possível e da melhor forma. Muitas vezes, no mesmo instante do atendimento.

Na mesma linha da Secretaria, não há restrições para atendimento no Gabinete. Estando o juiz presente, as partes são atendidas imediatamente sem necessidade de prévio agendamento.

6.13.7. Número de processos, relação servidor/processo, audiências de conciliação e de instrução e inspeções judiciais

Quando do preenchimento do formulário de gestão, a 13ª Vara Federal contava com 6.405 processos em tramitação ajustada.

A média de processos por servidor da Vara é de 337,10.

Em abril/2018, havia na unidade 641 processos conclusos para sentença.

Não se verificou a existência de processos sobrestados.

Nos últimos 24 meses, foram realizadas 1.160 audiências pelo juiz titular e 02 inspeções ordinárias.

A unidade judiciária noticiou que foi realizado, ao longo do referido período, um mutirão, com a designação de 300 audiências, com o auxílio dos Juízes Substitutos da 14ª Vara/CE, Dr. André Luiz Cavalcanti Silveira, da 28ª Vara/CE, Dr. Gustavo Henrique Teixeira de Oliveira, e da 9ª Vara/CE, Dr. Dartanham Vercingetórix de Araújo Rocha.

6.13.8. Cumprimento de metas e resoluções do CNJ

Meta 1 (Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente).

A Meta não foi alcançada pela unidade, segundo informado no formulário de gestão.

Meta 2 (Identificar e julgar, até 31/12/2017, pelo menos 100% dos processos distribuídos até 31/12/2012, 85% dos processos distribuídos em 2013 nos 1º e 2º graus, e 100% dos processos distribuídos até 31/12/2014 nos Juizados Especiais e Turmas Recursais Federais).

A Meta 2 cumprida.

Meta 3 (Aumentar os casos solucionados por conciliação, fomentando o alcance do percentual mínimo de 2% na proporção dos processos conciliados em relação aos distribuídos).

Pelas informações apresentadas no formulário de gestão, não há como aferir se a referida meta foi cumprida.

Meta 4 (Identificar e julgar, até 31/12/2017, 70% das ações de improbidade administrativa distribuídas até 31/12/2014).

Não se aplica.

Meta 5 (Baixar quantidade maior de processos de execução não fiscal do que o total de casos novos de execução não fiscal no ano corrente).

A unidade não forneceu informação sobre o cumprimento de tal meta.

Meta 6 (Identificar e julgar, até 31/12/2017, entre 70% e 85% das ações coletivas distribuídas até 31/12/2013, no 1º e 2º graus).

Não se aplica.

Metas Específicas para a Justiça Federal

Baixar quantidade maior de processos criminais do que os casos novos criminais no ano corrente.

Não se aplica.

Julgar quantidade maior de processos criminais do que os casos novos criminais no ano corrente.

Não se aplica.

Identificar e julgar, até 31/12 do ano corrente, 70% das ações penais vinculadas aos crimes relacionados à improbidade administrativa, ao tráfico de pessoas, à exploração sexual e ao trabalho escravo, distribuídas até 31/12/2014).

Não se aplica.

Acerca do cumprimento do Provimento CNJ nº 29/2013

Não se aplica.

Acerca do cumprimento das exigências previstas na Resolução CNJ nº 66/2009, com a redação introduzida pela Resolução CNJ nº 87/2009, e sobre a necessidade de inserção, no sistema informatizado, do Relatório de Controle de Prisões

Não se aplica.

6.13.9. Processos selecionados para correição

Foram correicionados 200 processos do Sistema Creta (quando da correição tinham 6.247 feitos em tramitação ajustada).

6.13.9.1. Principais constatações da análise individual de processos

6.13.9.1.1. Processos Eletrônicos do Sistema Creta

Da análise individual dos processos, devem ser destacadas as seguintes ocorrências:

Observação	Nr. Processo	Complemento
Ausência de cumprimento de despacho/decisão	0529246-59.2017.4.05.8100	Desde 27.02.2018.
Total de Ocorrências: 1		
Demora/ausência na conclusão para despacho/decisão	0507288-95.2009.4.05.8100	Petição juntada em setembro/2017 e despacho exarado em dezembro/2017.
	0501347-62.2012.4.05.8100	Juntada em 22/01/2018 e conclusão em 03/04/2018.
Total de Ocorrências: 2		
Demora/ausência na conclusão para sentença	0500223-68.2017.4.05.8100	De janeiro a abril/2018.
	0516823-67.2017.4.05.8100	De 09.03.2018 a 24.04.2018.
	0517064-41.2017.4.05.8100	Na secretaria desde 23/01/18, conclusos em 24/04/18.
Total de Ocorrências: 3		
Demora na prolação de decisão/despacho	0516288-22.2009.4.05.8100	Entre 03/07//2017 e 15/02/2018.
	0511736-67.2016.4.05.8100	De 29.09.2017 a 01.03.2018.
	0500845-50.2017.4.05.8100	De 23.05.2017 a 09.11.2017.
	0501125-21.2017.4.05.8100	De 06/02/2017 a 15/03/2018.
	0501227-43.2017.4.05.8100	De 28.07.2017 a 23.02.2018.
	0501301-97.2017.4.05.8100	Mais de 6 meses (entre 22/06/2017 e 08/03/2018).
Total de Ocorrências: 6		
Demora no cumprimento de despacho	0514875-37.2010.4.05.8100	De 30/06/2017 a 06/03/2018.
	0511777-34.2016.4.05.8100	De 34.10.2017 a 15.02.2018.
	0501339-12.2017.4.05.8100	Desde fevereiro/2018 sem haver intimação das partes, conforme despacho de 29/11/2017.
	0502679-88.2017.4.05.8100	Despacho determinando remessa à contadoria, datado de 14/12/17, petição da parte de 22/03/18, ainda não enviado.
Total de Ocorrências: 4		

Outros	0513941-84.2007.4.05.8100	Ausência de mudança de classe para execução.
	0500462-72.2017.4.05.8100	Demora na designação de audiência.
	0501339-12.2017.4.05.8100	Ausência de mudança de classe para execução.
	0501573-91.2017.4.05.8100	Demora na designação de audiência, de 25.03.2017 a 13.03.2018.
	0501602-44.2017.4.05.8100	Demora para enviar processo para contadoria, de 11/10/2017 a 11/01/2018.
	0501855-32.2017.4.05.8100	Demora na remessa dos autos à Contadoria, de 28.06.2017 a 11.10.2017.
	0501889-07.2017.4.05.8100	Demora na designação de audiência (06/04/2017 a 27/02/2018)
	0502085-74.2017.4.05.8100	Demora na designação de audiência.
	0511425-42.2017.4.05.8100	Demora na designação de audiência, de 29.07.2017 a 24.03.2018.
Total de Ocorrências: 9		
Permanência excessiva dos autos na Contadoria do Foro/ Setor de Cálculo	0509720-43.2016.4.05.8100	De 13.11.2017 a 06.03.2018.
Total de Ocorrências: 1		
Processo em Ordem	0508601-96.2006.4.05.8100	
	0515094-55.2007.4.05.8100	
	0507391-39.2008.4.05.8100	
	0504445-60.2009.4.05.8100	
	0504826-68.2009.4.05.8100	
	0515149-35.2009.4.05.8100	
	0517123-10.2009.4.05.8100	
	0521651-53.2010.4.05.8100	
	0503073-08.2011.4.05.8100	
	0504443-85.2012.4.05.8100	
	0512518-16.2012.4.05.8100	
	0517752-	

76.2016.4.05.8100	
0507800- 34.2016.4.05.8100	
0507822- 92.2016.4.05.8100	
0507884- 35.2016.4.05.8100	
0507885- 20.2016.4.05.8100	
0507938- 98.2016.4.05.8100	
0508245- 52.2016.4.05.8100	
0508296- 63.2016.4.05.8100	
0508325- 16.2016.4.05.8100	
0508362- 43.2016.4.05.8100	
0508448- 14.2016.4.05.8100	
0508676- 86.2016.4.05.8100	
0508701- 02.2016.4.05.8100	
0508723- 60.2016.4.05.8100	
0508831- 89.2016.4.05.8100	
0508940- 06.2016.4.05.8100	
0508962- 64.2016.4.05.8100	
0509113- 30.2016.4.05.8100	
0509140- 13.2016.4.05.8100	
0509205- 08.2016.4.05.8100	
0509221- 59.2016.4.05.8100	
0509223- 29.2016.4.05.8100	
0509497- 90.2016.4.05.8100	
0509568-	

92.2016.4.05.8100	
0509827- 87.2016.4.05.8100	
0509893- 67.2016.4.05.8100	
0509906- 66.2016.4.05.8100	
0509939- 56.2016.4.05.8100	
0509991- 52.2016.4.05.8100	
0510133- 56.2016.4.05.8100	
0510162- 09.2016.4.05.8100	
0510445- 32.2016.4.05.8100	
0510596- 95.2016.4.05.8100	
0510850- 68.2016.4.05.8100	
0511053- 30.2016.4.05.8100	
0511086- 20.2016.4.05.8100	
0511145- 08.2016.4.05.8100	
0511194- 49.2016.4.05.8100	
0511423- 09.2016.4.05.8100	
0511471- 65.2016.4.05.8100	
0511669- 05.2016.4.05.8100	
0511704- 62.2016.4.05.8100	
0511738- 37.2016.4.05.8100	
0511912- 46.2016.4.05.8100	
0511947- 06.2016.4.05.8100	
0511948- 88.2016.4.05.8100	
0511981-	

78.2016.4.05.8100	
0512281- 40.2016.4.05.8100	
0512303- 98.2016.4.05.8100	
0512305- 68.2016.4.05.8100	
0512529- 06.2016.4.05.8100	
0512662- 48.2016.4.05.8100	
0512782- 91.2016.4.05.8100	
0513228- 94.2016.4.05.8100	
0513601- 28.2016.4.05.8100	
0526110- 88.2016.4.05.8100	
0526111- 73.2016.4.05.8100	
0526276- 23.2016.4.05.8100	
0526284- 97.2016.4.05.8100	
0526359- 39.2016.4.05.8100	
0526370- 68.2016.4.05.8100	
0526399- 21.2016.4.05.8100	
0500109- 32.2017.4.05.8100	
0500141- 37.2017.4.05.8100	
0500160- 43.2017.4.05.8100	
0500161- 28.2017.4.05.8100	
0500171- 72.2017.4.05.8100	
0500187- 26.2017.4.05.8100	
0500217- 61.2017.4.05.8100	
0500232-	

30.2017.4.05.8100	
0500309- 39.2017.4.05.8100	
0500442- 81.2017.4.05.8100	
0500463- 57.2017.4.05.8100	
0500485- 18.2017.4.05.8100	
0500509- 46.2017.4.05.8100	
0500571- 86.2017.4.05.8100	
0500575- 26.2017.4.05.8100	
0500591- 77.2017.4.05.8100	
0500720- 82.2017.4.05.8100	
0500792- 69.2017.4.05.8100	
0500877- 55.2017.4.05.8100	
0500965- 93.2017.4.05.8100	
0500992- 76.2017.4.05.8100	
0501011- 82.2017.4.05.8100	
0501012- 67.2017.4.05.8100	
0501083- 69.2017.4.05.8100	
0501219- 66.2017.4.05.8100	
0501229- 13.2017.4.05.8100	
0501246- 49.2017.4.05.8100	
0501344- 34.2017.4.05.8100	
0501365- 10.2017.4.05.8100	
0501437- 94.2017.4.05.8100	
0501472-	

54.2017.4.05.8100	
0501484- 68.2017.4.05.8100	
0501487- 23.2017.4.05.8100	
0501528- 87.2017.4.05.8100	
0501604- 14.2017.4.05.8100	
0501606- 81.2017.4.05.8100	
0501617- 13.2017.4.05.8100	
0501656- 10.2017.4.05.8100	
0501676- 98.2017.4.05.8100	
0501775- 68.2017.4.05.8100	
0501842- 33.2017.4.05.8100	
0501874- 38.2017.4.05.8100	
0501875- 23.2017.4.05.8100	
0501962- 76.2017.4.05.8100	
0501972- 23.2017.4.05.8100	
0501988- 74.2017.4.05.8100	
0501994- 81.2017.4.05.8100	
0502003- 43.2017.4.05.8100	
0502018- 12.2017.4.05.8100	
0502026- 86.2017.4.05.8100	
0502059- 76.2017.4.05.8100	
0502078- 82.2017.4.05.8100	
0502093- 51.2017.4.05.8100	
0502182-	

74.2017.4.05.8100	
0502404- 42.2017.4.05.8100	
0504240- 50.2017.4.05.8100	
0506047- 08.2017.4.05.8100	
0507009- 31.2017.4.05.8100	
0509649- 07.2017.4.05.8100	
0512111- 34.2017.4.05.8100	
0515069- 90.2017.4.05.8100	
0516002- 63.2017.4.05.8100	
0516290- 11.2017.4.05.8100	
0520263- 71.2017.4.05.8100	
0521040- 56.2017.4.05.8100	
0521114- 13.2017.4.05.8100	
0522555- 29.2017.4.05.8100	
0523165- 94.2017.4.05.8100	
0523681- 17.2017.4.05.8100	
0524623- 49.2017.4.05.8100	
0524795- 88.2017.4.05.8100	
0524860- 83.2017.4.05.8100	
0525088- 58.2017.4.05.8100	
0525385- 65.2017.4.05.8100	
0525544- 08.2017.4.05.8100	
0526160- 80.2017.4.05.8100	
0526244-	

	81.2017.4.05.8100	
	0527020-81.2017.4.05.8100	
	0527550-85.2017.4.05.8100	
	0527792-44.2017.4.05.8100	
	0528263-60.2017.4.05.8100	
	0528880-20.2017.4.05.8100	
	0528978-05.2017.4.05.8100	
	0529268-20.2017.4.05.8100	
	0500107-35.2017.4.05.8109	
	0500191-29.2018.4.05.8100	
	0500330-78.2018.4.05.8100	
	0504929-60.2018.4.05.8100	
	0507933-08.2018.4.05.8100	
	0508467-49.2018.4.05.8100	
	0509194-08.2018.4.05.8100	
Total de Ocorrências: 164		
Processos irregularmente paralisados	0511054-15.2016.4.05.8100	Desde 12.09.2017.
	0500170-87.2017.4.05.8100	De 04/04/17 a 06/03/18 - anexos 13 e 14.
Total de Ocorrências: 2		
Processos sem movimentação processual em período determinado	0501347-62.2012.4.05.8100	01/08/2016 a 22/03/17.
	0511028-17.2016.4.05.8100	Desde 23.02.2018.
	0512520-44.2016.4.05.8100	Desde janeiro/2018 sem movimentação.
	0500810-90.2017.4.05.8100	Desde a audiência, realizada em 07/12/17, sem movimentação
	0501142-57.2017.4.05.8100	De 04/06/17 A 06/09/17 e daí até 09/11/17
	0501194-	De 25.01.2018 a 09.04.2018.

53.2017.4.05.8100	
0501625-87.2017.4.05.8100	Desde 20.10.2017.
0501974-90.2017.4.05.8100	27/02/2018 a 16/04/2018.
0502451-16.2017.4.05.8100	Desde 07.12.2017.
0512321-85.2017.4.05.8100	Desde 22/02/18 .
Total de Ocorrências: 10	

6.13.10. Correição anterior e autoinspeção

As determinações constantes do relatório da correição anterior foram devidamente cumpridas. A Corregedoria elencou sete pontos que deveriam ser observados pela 13ª Vara Federal/CE, a saber:

- 1 - demora na conclusão;
- 2 - demora para designar audiência;
- 3 - ausência de termo de conclusão para despacho;
- 4 - incongruência cronológica entre atos processuais;
- 5 - ausência de termo de conclusão;
- 6 - demora na expedição de RPV;
- 7 - paralização irregular em apenas quatro processos correicionados.

No que diz respeito ao item 2, foi realizado um mutirão de audiência para diminuição do acervo pendente. Entretanto, é importante registrar que desde janeiro de 2015 a Vara não tem juiz substituto.

Quanto ao item 6, o crescente número de processos ajuizados por mês e o número insuficiente de servidor comprometem sobremaneira a celeridade processual, não só da expedição dos requisitórios como dos demais atos. Por outro lado, foi reforçado o Setor de Execução com mais um servidor.

Segundo a Vara, os demais casos, salvo melhor juízo, referem-se a processos físicos e estão sendo observados com maior atenção para que se evite a repetição dos equívocos.

Não foram fixadas metas na última autoinspeção, salientando que a Vara trabalha com metas diárias eleitas de acordo com as necessidades de movimentação dos processos mais antigos utilizando a ferramenta processos sem movimentação há mais de “tantos” dias.

6.13.11. Considerações finais

A 13ª Vara Federal conta com estrutura física e equipamentos adequados a seu funcionamento.

A partir da análise processual, foram observados alguns pontos que merecem maior atenção por parte da unidade, quais sejam:

1. Demora/ausência na conclusão;
2. Demora na prolação de despacho/decisão;
3. Demora no cumprimento de despacho/decisão;
4. Feitos sem movimentação processual.

Em atenção ao contido na Meta 5 do CNJ (Baixar quantidade maior de processos de execução não fiscal do que o total de casos novos de execução não fiscal no ano corrente), registre-se que avulta de importância que seja observado pelas Varas de Juizado ou com JEF Adjunto que haja identificação no CRESTA de quando o processo inicia a fase de execução, a fim de que não ocorram problemas na estatística alusiva à referida Meta.

Por fim, pelos demais dados apontados neste relatório durante a correição, pode-se afirmar que a 13ª Vara Federal funciona de modo razoável.

6.14. 14ª VARA FEDERAL - FORTALEZA/CE

6.14.1. Competência, localização, estrutura física e horário de expediente

A 14ª Vara Federal do Ceará, dentro de sua jurisdição, detém competência privativa para processar, conciliar e julgar causas cíveis até o valor de 60 salários mínimos, nos termos da Lei nº 10.259/2001, bem como processar a execução de seus julgados.

A Vara funciona no 5º andar do prédio da SJCE, localizado na Praça Gen. Murilo Borges, s/n, Centro, Fortaleza/CE, e apresentou instalações adequadas para todos: juízes federais, servidores, estagiários, terceirizados, membros do Ministério Público Federal, procuradores federais, defensores públicos federais, advogados e jurisdicionados.

O horário de expediente da unidade é das 9h às 18h.

6.14.2. Corpo funcional - juízes e servidores

A 14ª Vara Federal conta com o seguinte quadro de pessoal: a) 02 magistrados, Niliane Meira Lima (juíza federal titular) e André Luiz Cavalcanti Silveira (juiz federal substituto); b) 17 servidores efetivos, sendo 02 analistas judiciários, 11 técnicos judiciários; 02 agentes de segurança e 02 oficiais de justiça; c) 03 servidores requisitados com vínculo com o serviço público (Helena de Nazareth Guimarães - Tribunal Regional Federal da 5ª Região; Roberto Lima de Souza - Seção Judiciária de Rondônia; Adriano da Silva Lima - Seção Judiciária de Amapá).

Não há cargo efetivo vago.

Quando preenchido o formulário de gestão, havia 01 servidora afastada para tratamento da saúde.

6.14.2.1. Juízes federais

A juíza federal titular da Vara, Niliane Meira Lima, exerce a magistratura desde 25 de abril de 2001, atuando na 14ª Vara Federal desde 04 de fevereiro de 2015.

Atualmente, cumula a atribuição de Juíza Coordenadora dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Ceará desde 05 de abril de 2017 (Ato nº. 235/2017 Presidência TRF - 5ª Região) e de Vice-Diretora do Foro desde 07 de dezembro de 2017 (Ato nº. 553/2017 Presidência TRF - 5ª Região).

Nos últimos 24 meses, a magistrada esteve afastada por 5 meses e 7 dias, em razão de:

PERÍODO		DISCRIMINAÇÃO	EXPEDIENTE
30/04/2016	10/07/2016	Em Atuação	-
11/07/2016	31/07/2016	Férias	PORT. 414/2015 E 243/2016-CR
01/08/2016	12/10//2016	Em Atuação	-
13/10/2016	21/10/2016	Férias	PORT. 243/2016-CR
22/10/2016	08/01/2017	Em Atuação	-
09/01/2017	23/01/2017	Férias	PA 2452/2016 E PORT. 28/2017-CR
24/01/2017	19/03/2017	Em Atuação	-
20/03/2017	29/03/2017	Afastamento p/ viagem a serviço	PA 0002188-43.2017.4.05.7000
30/03/2017	23/04/2017	Em Atuação	-
24/04/2017	08/05/2017	Férias	PORT. 28/2017-CR
09/05/2017	28/05/2017	Em Atuação	-
29/05/2017	02/06/2017	Afastamento para auxiliar na Corregedoria-Geral	PA 0003529-07.2017.4.05.7000
03/06/2017	18/06/2017	Em Atuação	-
19/06/2017	18/07/2017	Férias	PA 2452/2016
19/07/2017	12/10/2017	Em Atuação	-
13/10/2017	01/11/2017	Férias	PA 2452/2016
02/11/2017	15/01/2018	Em Atuação	-
16/01/2018	14/02/2018	Férias	PA 0010091-32.2017.4.05.7000
15/02/2018	23/04/2018	Em Atuação	-
24/04/2018	26/04/2018	Afastamento p/participar de curso de especialização	PA 0003124-34.2018.4.05.7000
27/04/2018	30/04/2018	Em Atuação	-

A juíza federal titular reside em Fortaleza/CE, cidade onde se situa a sede da seção judiciária.

O juiz federal substituto da Vara, André Luiz Cavalcanti Silveira, exerce a magistratura desde 15 de outubro de 2013, atuando na 14ª Vara Federal desde 13 de abril de 2015.

Nos últimos 24 meses, o magistrado esteve afastado por 4 meses e 12 dias, pelos seguintes motivos:

PERÍODO		DISCRIMINAÇÃO	EXPEDIENTE
30/04/2016	09/11/2016	Em Atuação	-
10/11/2016	09/12/2016	Férias	PORT. 258/2016-CR
10/12/2016	13/02/2017	Em Atuação	-
14/02/2017	17/02/2017	Afastamento p/prestar auxílio em outra(s) Vara(s) c/ prejuízo da jurisdição originária	Ato nº 79/2017-CR
18/02/2017	14/03/2017	Em Atuação	-
15/03/2017	13/04/2017	Férias	PA 2452/2016
14/04/2017	18/07/2017	Em Atuação	-
19/07/2017	17/08/2017	Férias	PA 2452/2016
18/08/2017	02/11/2017	Em Atuação	-
03/11/2017	03/11/2017	Afastamento p/compensação de plantão forense	PA 0008920-40.2017.4.05.7000
04/11/2017	18/02/2018	Em Atuação	-
19/02/2018	28/02/2018	Férias	PA 0010091-32.2017.4.05.7000 E PORT. 63/2018-CR
01/03/2018	12/03/2018	Em Atuação	-
13/03/2018	16/03/2018	Afastamento p/prestar auxílio em outra(s) Vara(s) c/ prejuízo da jurisdição originária	Ato n° 131/2018-CR
17/03/2018	19/03/2018	Em Atuação	-
20/03/2018	22/03/2018	Afastamento p/prestar auxílio em outra(s) Vara(s) c/ prejuízo da jurisdição originária	Ato nº 145/2018-CR
23/03/2018	28/03/2018	Em Atuação	-
29/03/2018	17/04/2018	Férias	PORT. 63/2018-CR
18/04/2018	24/04/2018	Em Atuação	-
25/04/2018	25/04/2018	Afastamento p/prestar auxílio em outra(s) Vara(s) c/ prejuízo da jurisdição originária	Ato nº 145/2018-CR

O juiz federal substituto reside em Fortaleza/CE, cidade onde se situa a sede da seção judiciária.

6.14.2.2. Servidores

Em relação às funções de confiança (FCs), aos cargos em comissão (CJs) e à formação acadêmica dos servidores ocupantes de cargos efetivos na 14ª Vara Federal, pode ser observado o seguinte quadro:

Nome	Cargo efetivo	Ocupa FC ou CJ? Qual?	Grau de Instrução*	Área de formação
Maria Alice Alcântara Rodrigues	Analista Judiciário	Diretor de Secretaria - CJ3	Pós-graduado	Ciências (Matemática) e Direito
Luciana Macedo Barcelar Caneca	Técnico Judiciário	Oficial de Gabinete do Juiz Substituto - FC05	Pós-graduada	Direito
Soraya Leite Albuquerque	Técnico Judiciário	Supervisor da Seção de Cálculo e Informação - FC05	Pós-graduada	Direito

Ana Maria Chaves Guidem	Técnico Judiciário	Supervisor da Seção de Análise e Andamento Processual - FC05	Pós-graduada	Direito, História e Serviço Social
Domingos Sávio Nogueira	Técnico Judiciário	Supervisor da Seção de Cumprimento e Expedição - FC05	Graduado	Direito
Joila Barreira de Oliveira Veras	Analista Judiciário	Supervisor Assistente do Juiz Titular - FC04	Pós-graduada	Direito
Priscila Suelen Costa da Silveira	Técnico Judiciário	Supervisor Assistente do Setor de Análise Inicial/Triagem - FC04	Graduada	Odontologia e Direito (curso em andamento)
Wesna Sombra Oliveira Saraiva Leão	Técnico Judiciário	Supervisor Assistente do Juiz Titular - FC04	Graduada	Administração de Empresas
Karine Studart Cysne Lima	Técnico Judiciário	Supervisor Assistente do Juiz Substituto - FC04	Pós-graduada	Administração de Empresas
Nilo Saraiva Filho	Técnico Judiciário	Supervisor Assistente do Setor de Expedição de RPVs - FC04	Pós-graduado	Direito e Ciências Contábeis
Luiz Gonzaga Araújo Vasconcelos	Técnico Judiciário	Supervisor Assistente do Setor de Controle de Perícias - FC04	Pós-graduado	Informática e Direito (curso em andamento)
Ana Georgea Gomes Pinheiro Prado	Técnico Judiciário	-	Graduada	Fisioterapia
George Washington Cardoso de Souza	Técnico Judiciário	Supervisor Assistente do Setor de Confecção de Cálculos - FC04	Superior Incompleto	Engenharia Mecânica
João Batista Catunda Aragão	Agente de Segurança	Supervisor Assistente do Juiz Substituto - FC04	Pós-graduado	Direito e Ciências Sociais
Ricardo Cléber Gonçalves de Aguiar	Agente de Segurança	-	Pós-graduado	Direito e Administração Pública
Francisco Allysson de Siqueira Nóbrega	Oficial de Justiça	-	Pós-graduado	Direito
José Jorge Cidade Neto	Oficial de Justiça	-	Pós-graduado	Direito e Administração de Empresas

Como se pode depreender, no tocante à formação acadêmica dos servidores efetivos da 14ª Vara Federal, verifica-se que há uma preocupação com a qualificação.

Não há servidores em auxílio, nem funções comissionadas vagas.

6.14.2.3. Estagiários

Há 02 vagas previstas para unidade, estando ambas ocupadas.

6.14.3. Organização da 14ª Vara Federal

Dentre os servidores da 14ª Vara Federal do Ceará, 11 exercem suas atribuições na secretaria e 09 no gabinete.

6.14.3.1. Secretaria

A Secretaria é dividida em 6 setores, discriminados a seguir:

1. DIREÇÃO DA SECRETARIA

Atividades específicas na gestão dos processos e questões administrativas:

- Conferir RPV/PRC e ofícios de pagamento de peritos;
- Proceder às minutas nos sistemas BACENJUD, RENAJUD e INFOJUD, entre outros convênios;
- Atuar na tramitação dos processos físicos remanescentes;
- Realizar levantamento estatístico dos dados da 14ª Vara Federal;
- Autorizar os requerimentos de férias e afastamentos de servidores para compensação de serviço eleitoral, conforme a necessidade do serviço e escala de revezamento entre os servidores;
- Enviar comunicação de frequência mensal dos servidores e estagiários ao Núcleo de Gestão de Pessoas da SJCE;
- Realizar atendimento ao público (advogados públicos e privados, partes e peritos), dirimindo as questões omissas não resolvidas no atendimento realizado pelos servidores;
- Outras atividades inerentes ao cargo.

Servidora que atua no setor:

- Maria Alice Alcântara Rodrigues

2. SETOR DE ANÁLISE INICIAL

Atividades:

- Verificar regularidade da inicial (processos Análise Inicial/Triagem), segundo CPC e portaria que regula o processo eletrônico;
- Analisar as indicações de possível prevenção para verificar eventual existência de coisa julgada e litispendência;
- No caso de pedido que envolva interesse de incapaz, verificar a inclusão do MPF como fiscal da ordem jurídica, a fim de assegurar suas intimações para todos os atos do processo;

- No caso de pedido que envolva maior incapaz civilmente, verificar se existe nos autos Termo de Curatela;
- Verificar se há litisconsórcio passivo apontado (pedido de citação de co-réu).

Servidores que atuam no setor:

- Francisco Allysson de Siqueira Nóbrega
- José Jorge Cidade Neto

3. SETOR DE AUDIÊNCIAS E PERÍCIAS

Atividades:

- Designar perícia e audiência;
- Analisar “documentos não lidos anexados por procuradores” até a segunda-feira da semana subsequente à juntada do documento, a fim de assegurar a apreciação tempestiva de pedidos incidentais nos processos que aguardam perícia ou audiência;
- Checar diariamente a pasta Audiências e Perícias/Cumprir com urgência, adotando a providência necessária. No caso de processos com perícia já realizada, convertido em diligência, encaixar eventual audiência de instrução para no máximo de 10 dias após a data em que receber o processo, realizando as intimações necessárias;
- Solicitar a juntada de laudos pelos peritos, quando ultrapassado o prazo concedido pelo juiz, lançando a respectiva certidão;
- Solicitar o pagamento dos peritos pelo sistema AJG;
- Anexar sentença de extinção no caso de ausência injustificada da parte autora à perícia/audiência e encaminhar, com intimação agendada, para Juiz/[nome do juiz]/[complemento específico];
- Acompanhar as audiências de instrução, realizando o respectivo pregão, anexando o Termo de Audiência e elaborando certidões de participação requeridas pelas partes e/ou outros interessados.

Servidores que atuam no setor:

- Luiz Gonzaga Araújo Vasconcelos
- João Batista Catunda Aragão
- Ricardo Cléber Gonçalves de Aguiar

4. SETOR DE DILIGÊNCIAS

Atividades:

- Cumprir diligências determinadas pelo juiz, realizando, inclusive, as intimações necessárias ou expedindo ofícios;
- Verificar processos na pasta Diligências/Prazo para contestação encerrado e encaminhar conclusos para sentença Juiz/ Assessoria Geral/[detalhe de fase específico];
- Realizar intimações de sentença nos processos com litisconsortes passivos (hipótese em que o agendamento da intimação não é realizado pela assessoria), movimentando o processo para Recursos/Prazo para recurso e agendando movimentação para Recursos/Prazo para recurso encerrado;
- Analisar “documentos não lidos anexados por procuradores” que estiverem no setor Diligências;
- Checar diariamente a pasta Diligências/Cumprir com urgência;
- Encaminhar os processos recebidos da instância superior (Diligências/Recebidos da Turma Recursal), redirecionando-os ao arquivo, Cálculos ou Setor de Execução, conforme o caso;

- Verificar o cumprimento da obrigação de fazer na fase INSS 14, movimentando o processo à fase subsequente após juntada do comprovante de cumprimento.

Servidoras que atuam no setor:

- Ana Maria Chaves Guidem
- Helena de Nazareth Guimarães
- Ana Georgea Gomes Pinheiro Prado

5. SETOR DE RECURSOS

Atividades:

1. Verificar processos que estiverem na pasta Recursos/Prazo para recurso encerrado;
2. Analisar “documentos não lidos anexados por procuradores” que estiverem no setor Recursos;
3. Checar semanalmente a pasta Recursos/Prazos diversos.

Servidoras que atuam no setor:

- Ana Maria Chaves Guidem
- Helena de Nazareth Guimarães
- Ana Georgea Gomes Pinheiro Prado

6. SETOR DE EXECUÇÃO

Atividades:

- Verificar processos na pasta Execução/Expedir RPV/Precatório e elaborar requisição de pagamento (valor principal, honorários sucumbenciais e reembolso de honorários periciais, quando for o caso), conforme parâmetros fixados e movimentando o processo para Arquivo/RPV expedida;
- Expedir ofício/alvará de liberação de valores;
- Checar diariamente a pasta Execução/Cumprir com urgência;
- Analisar documentos anexados por procuradores em processos arquivados;
- Elaborar minutas de despachos e decisões incidentais nos processos em fase de execução, movimentando o processo para a fase Juiz/Despachos/Decisões diversas com agendamento de intimações e movimentações posteriores de acordo com a providência determinada.

Servidores que atuam no setor:

- George Washington Cardoso de Souza
- Soraya Leite Albuquerque

6.14.3.2. Gabinete dos juízes federais

Na organização dos Gabinetes, optou-se pela união dos setores Assessoria e Juiz, do sistema CRETA, unificando-se todos os processos conclusos na fase Juiz, de forma que os magistrados tenham acesso a todos os processos conclusos para decisão ou sentença no gabinete, mesmo os processos ainda não minutados. Essa sistemática permite maior controle processual pelo magistrado, possibilitando mais celeridade na tramitação dos feitos.

A assessoria é compartilhada entre os Juízes e dividida em quatro áreas de atuação:

- ASSESSORIA SENTENÇA (GERAL);

- ASSESSORIA SENTENÇA (REPETITIVA);
- ASSESSORIA ESPECIALIZADA (CÁLCULOS);
- ASSESSORIA (DECISÕES).

Em todas as áreas de atuação, após análise e anexação da minuta, os processos seguem encaminhados para o destino correspondente já com a intimação (exceto nos casos em que a parte não tem advogado) e a movimentação posterior agendadas – ou seja, o servidor que anexa a minuta também programa a intimação (nos casos cabíveis) e a movimentação do processo após a validação da minuta, o que contribui para o aumento da celeridade na tramitação dos feitos.

Além disso, dentro do grupo ASSESSORIA SENTENÇA (GERAL), foram criadas divisões por assunto, distribuindo-se os processos de maneira equitativa entre os servidores, para atender à demanda de cada tema. Ademais, estabeleceu-se um sistema pré-definido de substituições (baseado no dígito do processo) para fazer frente à demanda durante os períodos de afastamentos e licenças de servidores.

Em hipóteses excepcionais (mutirões, aumento demasiado no número de ações distribuídas, etc.), constatada a necessidade de força-tarefa, os servidores de uma assessoria auxiliam outra, de forma a manter a continuidade do serviço.

No caso dos embargos de declaração, o servidor responsável pela minuta que originou a decisão embargada deverá elaborar a minuta dos embargos. Nos casos em que o servidor não mais se encontra na 14ª Vara, ou esteja afastado (férias, licenças etc.), existe um sistema pré-estabelecido de substituições para fazer frente a tais situações.

1. ASSESSORIA SENTENÇA (GERAL)

Atividades:

1. Analisar processos na fase Juiz/Assessoria SENTENÇA (geral)/[complemento específico] – que tratam de matéria de fato ou unicamente de direito sem precedente apreciado pelo Juízo –, e elaborar minutas de sentenças, com eventual minutas de decisões e despachos de conversão em diligência, encaminhando para Juiz/[nome do juiz]/[complemento específico], ou para Juiz/Cálculos/[complemento específico] (nos casos de procedência ou procedência parcial que envolvam cálculos complexos para liquidação);
2. Prestar auxílio à assessoria especializada e à assessoria repetitiva no que tange à elaboração de sentenças que ficarão a cargo desses setores;
3. No caso de sentenças de extinção sem julgamento do mérito, encaminhar o processo para Juiz/[nome do juiz]/Extinções, agendar intimação (prazo de cinco dias), após, programar a movimentação para Arquivo/Baixa – Findo;
4. Controlar diária e semanalmente os prazos para elaboração das minutas.

Servidores que atuam no setor:

- Adriano Lima Silva
- Domingos Sávio Nogueira
- Joila Barreira de Oliveira Veras
- Karine Studart Cysne Lima
- Luciana Macêdo Barcelar Caneca

- Priscila Suelen Costa da Silveira
- Wesna Sombra Oliveira Saraiva Leão

2. ASSESSORIA SENTENÇA (REPETITIVA)

Atividades:

1. Analisar processos na fase Juiz/Assessoria SENTENÇA (repetitiva)/[complemento específico] – que tratam de matéria unicamente de direito cujo entendimento já está consolidado no Juízo – e elaborar minutas de sentenças, decisões e despachos, encaminhando para Juiz/[nome do juiz]/[complemento específico];
2. No caso de sentenças de extinção sem julgamento do mérito, encaminhar o processo para Juiz/[nome do juiz]/Extinções, agendar intimação (prazo de cinco dias), após, programar a movimentação para Arquivo/Baixa – Findo;
3. Controlar diária e semanalmente os prazos para elaboração das minutas.

Servidores que atuam no setor:

- Nilo Saraiva Filho
- Roberto Lima de Souza

3. ASSESSORIA ESPECIALIZADA - CÁLCULO

Atividades:

1. Analisar processos na fase Juiz/Cálculos/CONCLUSOS P/ SENTENÇA – [não previdenciária / PREVIDENCIÁRIA] e fazer os cálculos necessários à completa liquidação do julgado, conforme fixado na sentença, encaminhando após ao Juiz/[nome do juiz]/[complemento específico];
2. Analisar processos físicos baixados da Turma Recursal e elaborar os cálculos – complexos ou não – necessários à completa liquidação do julgado, conforme fixado no acórdão ou sentença, encaminhando o processo ao magistrado com minuta de despacho determinando expedição de RPV e/ou cumprimento de obrigação de fazer ou dar;
3. Elaborar informações que elucidem dúvidas atinentes a cálculos contábeis surgidas no curso do processo;
4. No caso de sentenças de extinção sem resolução do mérito, encaminhar o processo para Juiz/[nome do juiz]/Extinções, agendar intimação (prazo de cinco dias), após, programar a movimentação para Arquivo/Baixa – Findo;
5. Prestar auxílio à Assessoria Geral no que tange aos cálculos mais simples;
6. Controlar diária e semanalmente os prazos para elaboração dos cálculos.

Servidores que atuam no setor:

- Nilo Saraiva Filho
- Roberto Lima de Souza

4. ASSESSORIA

Atividades:

1. Analisar processos na fase Juiz/Assessoria/[complemento específico], para onde são encaminhados os processos conclusos para despacho ou decisão (ou seja, aqueles não conclusos para sentença), elaborando a minuta correspondente e encaminhando para Juiz/[nome do juiz]/[complemento específico];

2. Monitorar os processos movimentados para a pasta específica de cada assessor (Juiz/ Assessoria/ Assessor [número pré-definido]), controlando o prazo e apresentando a solução correspondente (realizar as correções indicadas pelo magistrado; anexar minutas de despachos, decisões e sentenças);

3. Controlar diária e semanalmente os prazos para elaboração das minutas e/ou cálculos.

Servidores que atuam no setor:

- Adriano Lima Silva
- Domingos Sávio Nogueira
- Joila Barreira de Oliveira Veras
- Karine Studart Cysne Lima
- Luciana Macêdo Barcelar Caneca
- Nilo Saraiva Filho
- Priscila Suelen Costa da Silveira
- Roberto Lima de Souza
- Wesna Sombra Oliveira Saraiva Leão.

6.14.4. Participação dos juízes federais em reuniões com a equipe da 14^a Vara Federal

Os magistrados participam de reuniões periódicas com a equipe para avaliação contínua dos trabalhos; informação e orientação de entendimentos e procedimentos a serem adotados; discussão de eventuais problemas e apresentação das respectivas soluções; definição de metas a serem atingidas e elaboração do planejamento para cumprimento das metas estabelecidas; programação de força-tarefa para regularizar setor/pasta que apresente represamento de fluxo. As reuniões são realizadas conforme a necessidade, não havendo periodicidade pré-estabelecida.

6.14.5. Planejamento das atividades da 14^a Vara Federal e avaliação periódica de resultados

As atividades da Vara são planejadas nas reuniões entre os magistrados e servidores com base nos relatórios extraídos periodicamente do CRETA, bem como na análise do Painel Geral, no intuito de se estabelecerem metas e planejar e executar o cumprimento das metas propostas.

As metas e o procedimento de atingi-las são monitorados diariamente pela Diretora de Secretaria e pelos próprios servidores, dentro das atribuições de cada setor. A avaliação de resultados é realizada semanalmente às sextas-feiras, no que se refere ao cumprimento das metas de prazo máximo de tramitação do processo em cada fase, e mensalmente, no dia 24 de cada mês ou primeiro dia útil subsequente, no que se refere ao cumprimento da meta global de redução do acervo e prazo máximo de conclusão. A avaliação desses índices no dia 24 permite ajustes no procedimento e adoção das medidas necessárias para evitar o fechamento da estatística mensal sem cumprimento da meta estabelecida.

Caso os resultados não sejam atingidos no prazo estipulado, a equipe do setor responsável se reúne para reavaliar o planejamento anterior, verificar os pontos críticos e

planejar novas atividades, de forma a superar as dificuldades encontradas e atingir o objetivo estabelecido.

6.14.6. Atendimento aos membros do Ministério Público Federal, Defensoria Pública da União, procuradores federais, advogados e partes na secretaria e nos gabinetes dos juízes federais da 14ª Vara Federal

O atendimento ao público é realizado presencialmente na Secretaria da 14ª Vara, diariamente, das 9 às 17 h, concentrando-se o atendimento de todos os Juizados alocados no Edifício-Sede, no Setor de Atermação dos JEF, das 17 às 18h, por medida de contenção de despesas com iluminação e ar condicionado decorrentes do plano de contingenciamento adotado pela Direção do Foro em meados de 2016, que permanece em vigor. A demanda de atendimento após as 17h, contudo, é praticamente irrisória, não tendo sido registrados casos de acionamento de servidor da Vara para atendimento de demanda específica nesse horário. O atendimento também é realizado por meio do APP Comunicação Pública, no qual os interessados podem apresentar solicitações e esclarecer dúvidas sobre o andamento dos processos desde agosto de 2017. Essa modalidade de atendimento encontra-se em fase experimental.

6.14.7. Número de processos, relação servidor/processo, audiências de conciliação e de instrução e inspeções judiciais

Quando do preenchimento do relatório de gestão, a Vara contava 4 processos físicos e 1.065 processos eletrônicos tramitando sob a responsabilidade da juíza titular e 2 processos físicos e 1.109 processos eletrônicos sob a responsabilidade do juiz substituto.

Considerando o número de processos em tramitação ajustada (2.180) e o número de servidores em atividade (19), a média de processos por servidor é de 114,73.

Verificou-se a existência de 15 processos sobrestados/suspensos, sendo 14 processos eletrônicos (1 aguardando julgamento de processo conexo, 3 aguardando julgamento de Conflito de Competência e 10 aguardando julgamento de recurso representativo da controvérsia nos tribunais superiores) e 1 processo físico em fase de execução, aguardando julgamento de Mandado de Segurança pela Turma Recursal.

Nos últimos 24 meses, foram realizadas 1.049 audiências e 02 inspeções judiciais pela juíza federal titular. Por sua vez, o juiz federal substituto realizou 926 audiências e 02 inspeções judiciais.

6.14.8. Cumprimento de metas e resoluções do CNJ

Meta 1 (Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente).

Meta não cumprida. Durante o período dos últimos 12 meses, foram distribuídos 6.628 processos e julgados 5.391 processos.

Meta 2 (Identificar e julgar, até 31/12/2017, pelo menos 100% dos processos distribuídos até 31/12/2012, 85% dos processos distribuídos em 2013 nos 1º e 2º graus, e 100% dos processos distribuídos até 31/12/2014 nos Juizados Especiais e Turmas Recursais Federais).

Meta atingida. Não há processo distribuído até 31/12/2016 pendente de julgamento na 14ª Vara Federal, ressalvado o de nº. 0514011-86.2016.4.05.8100, que se encontra suspenso aguardando o julgamento de processo conexo na Justiça Comum Estadual.

Meta 3 (Aumentar os casos solucionados por conciliação, fomentando o alcance do percentual mínimo de 2% na proporção dos processos conciliados em relação aos distribuídos).

Meta 3 atingida. A taxa média de processos solucionados por conciliação no período foi superior a 10% dos processos julgados, sobre os quais há pequena variação a menor para os processos distribuídos.

Meta 4 (Identificar e julgar, até 31/12/2017, 70% das ações de improbidade administrativa distribuídas até 31/12/2014).

Não se aplica ao JEF.

Meta 5 (Baixar quantidade maior de processos de execução não fiscal do que o total de casos novos de execução não fiscal no ano corrente).

A unidade não forneceu informação sobre o cumprimento de tal meta.

Meta 6 (Identificar e julgar, até 31/12/2017, entre 70% e 85% das ações coletivas distribuídas até 31/12/2013, no 1º e 2º graus).

Não se aplica ao JEF.

Metas Específicas para a Justiça Federal

Baixar quantidade maior de processos criminais do que os casos novos criminais no ano corrente; Julgar quantidade maior de processos criminais do que os casos novos criminais no ano corrente.

Não se aplica ao JEF.

Identificar e julgar, até 31/12 do ano corrente, 70% das ações penais vinculadas aos crimes relacionados à improbidade administrativa, ao tráfico de pessoas, à exploração sexual e ao trabalho escravo, distribuídas até 31/12/2014)

Não se aplica ao JEF.

Acerca do cumprimento do Provimento CNJ nº 29/2013

Não se aplica ao JEF.

Acerca do cumprimento das exigências previstas na Resolução CNJ nº 66/2009, com a redação introduzida pela Resolução CNJ nº 87/2009, e sobre a necessidade de inserção, no sistema informatizado, do Relatório de Controle de Prisões

Não se aplica ao JEF.

6.14.9. Processos selecionados para correição

Foram correicionados 100 processos do Sistema Creta (quando da correição tinham 2.058 feitos em tramitação ajustada).

6.14.9.1 Principais constatações da análise individual de processos

6.14.9.1.1. Processos Eletrônicos do Sistema Creta

Da análise individual dos processos, destacam-se as seguintes ocorrências:

Observação	Nr. Processo	Complemento
Demora/ausência na certificação de decurso de prazo	0500374-34.2017.4.05.8100	
Total de Ocorrências: 1		
Demora na prolação de decisão/despacho	0506994-62.2017.4.05.8100	De 20/09/17 a 09/01/18 - anexos 23 e 24.
Total de Ocorrências: 1		
Outros	0519068-66.2008.4.05.8100	Ausência de mudança de classe.
	0514451-24.2012.4.05.8100	Ausência alteração classe processual para execução de sentença.
	0513603-95.2016.4.05.8100	MP juntou parecer de processo de interdição em setembro/2017. Ato ordinatório para apresentar termo de curatela em abril/2018.
	0521358-73.2016.4.05.8100	Ausência de mudança na classe do processo.
	0500374-34.2017.4.05.8100	Ausência de mudança de classe para execução.
	0501540-04.2017.4.05.8100	Ausência de mudança de classe.
	0507184-25.2017.4.05.8100	Ausência de mudança de classe para execução.
	0508438-33.2017.4.05.8100	Ausência de mudança de classe.
Total de Ocorrências: 8		

Processo em Ordem	0511651-96.2007.4.05.8100	
	0512600-23.2007.4.05.8100	
	0513909-79.2007.4.05.8100	
	0500020-87.2009.4.05.8100	
	0502727-28.2009.4.05.8100	
	0517061-67.2009.4.05.8100	
	0508112-49.2012.4.05.8100	
	0525510-09.2012.4.05.8100	
	0514914-92.2014.4.05.8100	
	0503919-83.2015.4.05.8100	
	0500174-61.2016.4.05.8100	
	0507985-72.2016.4.05.8100	
	0508292-26.2016.4.05.8100	
	0508979-03.2016.4.05.8100	
	0509401-75.2016.4.05.8100	
	0510463-53.2016.4.05.8100	
	0510768-37.2016.4.05.8100	
	0512093-47.2016.4.05.8100	
	0513400-36.2016.4.05.8100	
	0516845-62.2016.4.05.8100	
0517099-35.2016.4.05.8100		
0518136-97.2016.4.05.8100		
0519154-56.2016.4.05.8100		

<u>0520020-64.2016.4.05.8100</u>	
<u>0520651-08.2016.4.05.8100</u>	
<u>0522638-79.2016.4.05.8100</u>	
<u>0524009-78.2016.4.05.8100</u>	
<u>0524533-75.2016.4.05.8100</u>	
<u>0524725-08.2016.4.05.8100</u>	
<u>0525720-21.2016.4.05.8100</u>	
<u>0526078-83.2016.4.05.8100</u>	
<u>0501144-27.2017.4.05.8100</u>	
<u>0502167-08.2017.4.05.8100</u>	
<u>0503061-81.2017.4.05.8100</u>	
<u>0503751-13.2017.4.05.8100</u>	
<u>0504154-79.2017.4.05.8100</u>	
<u>0504691-75.2017.4.05.8100</u>	
<u>0504813-88.2017.4.05.8100</u>	
<u>0505116-05.2017.4.05.8100</u>	
<u>0505696-35.2017.4.05.8100</u>	
<u>0506302-63.2017.4.05.8100</u>	
<u>0506316-47.2017.4.05.8100</u>	
<u>0506841-29.2017.4.05.8100</u>	
<u>0506843-96.2017.4.05.8100</u>	
<u>0507114-08.2017.4.05.8100</u>	
<u>0507823-43.2017.4.05.8100</u>	

0507934- 27.2017.4.05.8100	
0508201- 96.2017.4.05.8100	
0508576- 97.2017.4.05.8100	
0508693- 88.2017.4.05.8100	
0508698- 13.2017.4.05.8100	
0508752- 76.2017.4.05.8100	
0509383- 20.2017.4.05.8100	
0509502- 78.2017.4.05.8100	
0509533- 98.2017.4.05.8100	
0509642- 15.2017.4.05.8100	
0509940- 07.2017.4.05.8100	
0510173- 04.2017.4.05.8100	
0510246- 73.2017.4.05.8100	
0510753- 34.2017.4.05.8100	
0513666- 86.2017.4.05.8100	
0514979- 82.2017.4.05.8100	
0516042- 45.2017.4.05.8100	
0516091- 86.2017.4.05.8100	
0516267- 65.2017.4.05.8100	
0516616- 68.2017.4.05.8100	
0516771- 71.2017.4.05.8100	
0517300- 90.2017.4.05.8100	
0517488- 83.2017.4.05.8100	

0517941-78.2017.4.05.8100	
0518214-57.2017.4.05.8100	
0518490-88.2017.4.05.8100	
0518520-26.2017.4.05.8100	
0519343-97.2017.4.05.8100	
0520118-15.2017.4.05.8100	
0520225-59.2017.4.05.8100	
0520228-14.2017.4.05.8100	
0520403-08.2017.4.05.8100	
0520424-81.2017.4.05.8100	
0520542-57.2017.4.05.8100	
0520883-83.2017.4.05.8100	
0521292-59.2017.4.05.8100	
0521413-87.2017.4.05.8100	
0521463-16.2017.4.05.8100	
0521720-41.2017.4.05.8100	
0521883-21.2017.4.05.8100	
0522003-64.2017.4.05.8100	
0522598-63.2017.4.05.8100	
0522758-88.2017.4.05.8100	
0528922-69.2017.4.05.8100	
0528925-24.2017.4.05.8100	
Total de Ocorrências: 91	

6.14.10. Correição anterior e autoinspeção

Em face dos bons resultados apresentados pela 14ª Vara Federal na Correição anterior, a única recomendação da Corregedoria foi a manutenção do trabalho que vinha sendo realizado e o aperfeiçoamento das rotinas já estabelecidas pela Vara, de modo a corrigir as falhas pontuais observadas a partir da análise individualizada dos processos. Essas providências foram adotadas, mantendo-se a busca pelo aprimoramento constante dos processos de trabalho desta unidade jurisdicional.

Após a Inspeção realizada de 26 de fevereiro a 2 de março de 2018, foram realizados diversos ajustes de meta, no que se refere ao tempo médio de tramitação e tempo máximo de conclusão. As metas de tempo máximo de tramitação do processo na fase de cálculo foram reduzidas de 30 para 20 dias ou de 10 para 5 dias, conforme o caso, para propiciar uma liquidação mais ágil. Essa nova meta tem sido cumprida pelo setor responsável, ressalvados casos pontuais nos quais houve atraso não maior a 30 dias devido a alguma questão específica (p. ex., dificuldades técnicas de acesso ao CNIS e sistema Plenus do INSS). Em todos os casos, o processo foi encaminhado para a fase seguinte com a máxima brevidade após sanada a falha na tramitação, de modo que não se registrou atraso injustificado que tenha ocasionado grave prejuízo às partes. A meta estabelecida quanto ao tempo máximo de conclusão para sentença é de 30 dias e tem sido cumprida mediante acompanhamento mensal no Relatório de Processos Pendentes de Sentença, ressalvados casos específicos nos quais esse prazo foi ultrapassado por falha na alimentação do sistema por ocasião da conversão do julgamento em diligência ou em que se fez necessário um período maior de maturação da causa para formação do convencimento do magistrado sentenciante.

6.14.11. Considerações finais

A 14ª Vara Federal conta com estrutura física e equipamentos adequados a seu funcionamento.

A partir da análise processual, observou-se que os processos tramitam de forma regular, sendo digno de registro que as poucas inconsistências verificadas não comprometem, de modo algum, o bom funcionamento da referida unidade jurisdicional.

Em atenção ao contido na Meta 5 do CNJ (Baixar quantidade maior de processos de execução não fiscal do que o total de casos novos de execução não fiscal no ano corrente), registre-se que avulta de importância que seja observado pelas Varas de Juizado ou com JEF Adjunto que haja identificação no CRETA de quando o processo inicia a fase de execução, a fim de que não ocorram problemas na estatística alusiva à referida Meta.

Por fim, pelos demais dados apontados neste relatório pode-se afirmar que a 14ª Vara Federal funciona de modo eficiente.

6.15. 15ª VARA FEDERAL - LIMOEIRO DO NORTE/CE

6.15.1. Competência, localização, estrutura física e horário de expediente

A 15ª Vara Federal do Ceará, dentro de sua jurisdição, detém competência comum (cível, penal e execução fiscal).

A Vara funciona no prédio localizado na Rua Cândido José de Sousa, nº 541, Socorro, Limoeiro do Norte/CE, e apresentou instalações adequadas para todos: juízes federais, servidores, estagiários, terceirizados, membros do Ministério Público Federal, procuradores federais, defensores públicos federais, advogados e jurisdicionados.

O horário de expediente da unidade é das 9h às 17h.

6.15.2. Corpo funcional - juízes federais e servidores

A 15ª Vara Federal conta com o seguinte quadro de pessoal: a) 02 magistrados, Bernardo Lima Vasconcelos Carneiro (juiz federal titular) e André Vieira de Lima (juiz federal substituto); b) 17 servidores efetivos, sendo: 07 analistas judiciários e 10 técnicos judiciários.

Há, ainda, uma servidora efetiva cedida à Seção Judiciária de Pernambuco (Camila Farias Fox Cantarelli, Analista Judiciária - Área Judiciária).

Além dos servidores efetivos, trabalham na 15ª Vara Federal 03 (três) servidores requisitados (com vínculo com o serviço público), conforme relação abaixo:

- Antônio Laércio Nogueira Maia, nível superior incompleto em administração, FC- 04 - supervisor - assistente do apoio administrativo. Órgão de origem: Prefeitura Municipal de Quixeré/Ce - Auxiliar Administrativo;
- Zélia Gusmão Ferreira, nível superior em Direito, FC-05 - supervisor da seção de apoio administrativo. Órgão de origem: Universidade Federal de Pernambuco - UFPE - Técnico Administrativo;
- José Almar Santiago de Almeida, nível superior incompleto- curso informática, FC-04 - SEÇÃO DE APOIO ADMINISTRATIVO/SAA/GDF/SUB-LIM-CE. Órgão de origem: Prefeitura Municipal de Baturité/Ce- Professor de Informática.

Há 01 servidor sem vínculo com o serviço público que exerce o cargo de Diretor de Secretaria.

6.15.2.1. Juízes federais

O juiz federal titular da Vara, Bernardo Lima Vasconcelos Carneiro, exerce a magistratura desde 25/06/2007, atuando na 15ª Vara Federal a contar de 04/02/2015.

Nos últimos 24 meses, o juiz federal titular esteve afastado em razão de férias no período 16/11/2017 a 15/12/2017.

O magistrado reside em Limoeiro do Norte/CE, cidade onde se situa a sede da subseção judiciária.

O juiz federal substituto da Vara, André Vieira de Lima, exerce a magistratura desde 13/09/2013, atuando na 15ª Vara desde 25/05/2015.

Nos últimos 24 meses, o juiz federal substituto esteve afastado em razão de férias nos seguintes períodos: 17/04 a 16/05/2017, 18/09/2017 a 17/10/2017 e 16/04/2018 a 16/05/2018.

O magistrado reside em Limoeiro do Norte/CE, cidade onde se situa a sede da subseção judiciária.

6.15.2.2. Servidores

Em relação às funções de confiança (FCs), aos cargos em comissão (CJs) e à formação acadêmica dos servidores ocupantes de cargos efetivos na 15ª Vara Federal, pode ser observado o seguinte quadro:

Nome	Cargo efetivo	Ocupa FC ou CJ? Qual?	Grau de Instrução*	Área de formação
Ana Carla Vasconcelos Freitas	Analista Judiciária - Área Judiciária	FC-04	Superior Completo	Direito
Gisleide Farias Braz	Analista Judiciária - Área Judiciária	FC-05	Superior Completo	Direito
Bruno de Albuquerque Barreto	Analista Judiciária - Área Judiciária	FC-05	Superior Completo	Direito
Victor Eduardo Santos Silveira	Analista Judiciária - Área Judiciária	FC-04	Superior Completo	Direito
Aristeu Antonio de Lima Neto	Técnico Judiciário - Área Judiciária	FC-04	Superior Completo	Licenciatura em Ciências
Luana Mota Ellery	Analista Judiciária - Área Administrativa	FC-05	Superior Completo	Psicologia
Fabiana Nogueira Nunes Saraiva	Técnica Judiciária - Área Administrativa	FC-05	Superior Completo	Administração
Aubenis Ivanilde de Moisés	Técnica Judiciária - Área Administrativa	FC-04	Superior Completo	Direito
Diego Kemps de Oliveira dos santos	Técnica Judiciária - Área Administrativa	FC-05	Superior Completo	Administração
Rejane Quaresma de Moraes	Técnica Judiciária - Área Administrativa	-	Superior Completo	Biblioteconomia

Miro Samir de Moura Viana	Técnica Judiciária - Área Administrativa	FC-02	Superior Incompleto	Redes de computadores
Tamyres Gouveia Gomes	Técnica Judiciária - Área Administrativa	-	Superior Completo	Hotelaria
Michael Estevam de Almeida	Técnico Judiciário - Área Administrativa (Especialidade Segurança e Transporte)	-	Superior Incompleto	Direito
Maria Cirlane Andrade Abreu	Técnico Judiciário - Área Administrativa (Especialidade Segurança e Transporte)	-	Ensino Médio	-
Soraia Maria Nobre Alves	Técnica Judiciária - Área Administrativa	-	Superior Completo	Estilismo e Moda
Arildo Damasceno Farias	Analista Judiciário - Oficial de Justiça Avaliador	-	Superior Completo	Direito
Francisco José Vale de Moraes	Analista Judiciário - Oficial de Justiça Avaliador	-	Superior Completo	Direito

Como se pode depreender, no tocante à formação acadêmica dos servidores efetivos da 15ª Vara Federal, verifica-se que há uma preocupação com a qualificação.

Não há cargo efetivo ou função comissionada vagos e inexistem servidores afastados por motivo outro que não férias.

6.15.2.3. Estagiários

Há 02 vagas previstas para unidade, estando ambas preenchidas.

6.15.3. Organização da 15ª Vara Federal

Dentre os servidores da 15ª Vara Federal do Ceará, 12 exercem suas atribuições na secretaria e 04 no gabinete.

6.15.3.1. Secretaria

A organização da Secretaria da 15ª Vara Federal da Seção Judiciária do Ceará é baseada na especialização dos setores, a fim de que os servidores tenham foco em tarefas específicas. Por se tratar de uma Vara com competência comum, coexistem os setores Cível, Penal e de Execução Fiscal, que são responsáveis pelo andamento processual dentro da Secretaria.

As assessorias dos Juízes atuam no apoio à Secretaria e como suporte especializado ao Magistrado. Todas as atividades são supervisionadas pelo Diretor de Secretaria e pelos Magistrados. Este modelo de organização permite uma maior produtividade e excelente integração de todos os colaboradores na realização do trabalho, possibilita ainda um melhor controle das metas e da forma como se desenvolvem as rotinas nesta Vara.

Cada Setor da Unidade é constituído por um supervisor, que é responsável pelo planejamento e desenvolvimento do trabalho, e um ou mais servidores que auxiliam nas diversas atividades para a consecução dos objetivos. Os supervisores têm toda autonomia para desenvolver o trabalho no setor, contanto que observem as diretrizes traçadas pelo Diretor de Secretaria e pelos Magistrados. Atualmente, a Vara possui dois sistemas de movimentação processual, o sistema Tebas e o Pje.

SETOR CÍVEL

O Setor Cível é constituído, atualmente, pelos servidores Fabiana Nogueira Nunes Saraiva, que atua como supervisora desde maio/2012, Aubenis Ivanilde de Moisés, Michael Estevam de Almeida, Maria Cirlane Andrade Abreu, Rejane Quaresma de Moraes e Antônio Laércio Nogueira Maia. As tarefas do setor são divididas entre os aludidos servidores da seguinte forma:

- Fabiana: conclusão dos processos cíveis, elaboração de minutas de despachos (processos físicos e eletrônicos), análise das iniciais, controle da pauta de audiências (processos físicos), controle dos prazos processuais, cobrança de processos em carga com prazo expirado, verificação dos processos aguardando devolução de expediente e suspensos, elaboração de relatórios pertinentes à supervisão, inclusão de minutas nos sistemas BACENJUD, RENAJUD E INFOJUD, expedição de requisitórios de pagamento/alvarás, triagem dos processos após juntada de petições;
- Michael: remessa diária dos boletins para publicação, conclusão dos processos cíveis, elaboração de minutas de despachos (processos físicos), controle dos prazos processuais, confecção de expedientes diversos, remessas externas/internas;
- Cirlane: confecção de expedientes diversos (Processos físicos e eletrônicos), cobrança de cartas precatórias, controle dos prazos processuais;
- Aubenis: conclusão dos processos cíveis, elaboração de minutas de despachos (processos físicos e eletrônicos - PJE), análise das iniciais, controle da pauta de audiências (processos eletrônicos), confecção de expedientes diversos, marcação de perícias e audiências (processos eletrônicos); expedição de requisitórios de pagamento/ alvarás;
- Rejane: conclusão dos processos cíveis, elaboração de minutas de despachos (processos eletrônicos), controle dos prazos processuais (processos eletrônicos);
- Laércio: recebimento e juntada das petições de todos os setores, certificação da publicação de boletins, remessas externas/internas, atendimento ao público.

SETOR CRIMINAL

O setor das ações criminais, atualmente, é composto pelos servidores Luana Mota Ellery, supervisora desde o 2º semestre de 2015, Tamyres Gouveia Gomes, Soraia Maria Nobre Alves e Aristeu Antonio de Lima Neto. As tarefas do setor são divididas entre os servidores da seguinte forma:

- Luana: conclusão dos processos penais, elaboração de minutas de despachos e de algumas decisões, análise de processos devolvidos e com juntada de petições, verificação do andamento das ações com réu preso e de Meta 2, controle dos processos suspensos, nos termos do art. 366 do CPP, bem como daqueles que aguardam a devolução de carta precatória, designação de datas para audiências, preparação de todos os atos pertinentes

à realização destas, bem como o acompanhamento durante a realização das mesmas, elaboração de relatórios pertinentes à supervisão;

- Aristeu: conclusão dos processos penais, elaboração de minutas de despachos e de algumas decisões, designação de datas para audiências, controle dos prazos e certificação de seu decurso, controle dos processos suspensos, nos termos da Lei nº 9.099/95, bem como daqueles que aguardam devolução de mandado;
- Tamyres: elaboração de expedientes, verificação do cumprimento dos expedientes determinados em audiência, solicitação do pagamento de honorários advocatícios, controle dos processos de execução penal e daqueles sobrestados na Secretaria no aguardo de decisão de recurso em instância superior;
- Soraia: elaboração de expedientes, controle das remessas internas e externas, bem como dos processos que aguardam resposta de ofício.

SETOR EXECUÇÃO FISCAL

O Setor de Execução Fiscal é constituído pelo servidor Diego Kemps de Oliveira dos Santos, que atua como Supervisor desde o mês de abril de 2012, e pelo servidor Miro Samir de Moura Viana. Este setor abrange diversas atividades, a saber: elaboração de minutas de despachos e decisões, elaboração de expedientes, realização de remessas, verificação de prazos processuais, atividades gerais, realização de BACENJUD e RENAJUD, expedição de RPV/Precatório, juntadas de petições, observação dos prazos de processos suspensos e de processos arquivados provisoriamente.

- Diego: responsável pelo planejamento do trabalho no setor. Realiza diretamente todas as atividades mencionadas acima;
- Miro: atua mais especificamente na elaboração de expedientes e na realização de remessas, assim como procede às juntadas de petições, em conjunto com o colaborador;
- Laércio. Realiza elaboração de minutas de despachos mais simples e colabora na verificação de prazos.

O modelo de trabalho adotado por todos os setores da Unidade é o de que os envolvidos aprendam e desenvolvam outras atividades inerentes ao setor, tendo uma visão sistêmica do seu funcionamento. Ressalte-se que a divisão acima exposta não é estática e imutável. Tem-se o consenso de que todos os servidores que trabalham no setor devem conhecer e saber desenvolver bem todas as tarefas, de forma que a continuidade dos serviços esteja sempre garantida. Com este objetivo, desenvolve-se uma comunicação ampla, possibilitando um aprendizado contínuo, o qual é compartilhado entre todos da equipe.

6.15.3.2. Gabinete do juiz federal

Em cada gabinete existem 02 (dois) servidores, tendo cada um a responsabilidade de minutar sentenças, decisões e despachos mais complexos. Na assessoria do Juiz Federal Titular, estão lotados os servidores Bruno de Albuquerque Barreto (Oficial de Gabinete) e Ana Carla Vasconcelos Freitas (Supervisora- Assistente). Na assessoria do Juiz Federal Substituto, estão lotados os servidores Gisleide Farias Braz (Oficial de Gabinete) e Victor Eduardo Santos Silveira (Supervisor-Assistente).

A distribuição dos processos se dá da seguinte forma:

- a) processos físicos – Tebas: a Secretaria envia diariamente processos conclusos ao gabinete, dando-se prioridade, inicialmente, às urgências e processos inclusos nas metas fixadas pelo CNJ ou, não sendo o caso, respeitando-se a ordem de conclusão com observância das prioridades processuais, legalmente estabelecidas;
- b) processos eletrônicos – PJE: a Secretaria envia processos conclusos às pastas de responsabilidade dos gabinetes, dando-se prioridade, inicialmente, às urgências e, não sendo o caso, respeitando-se a ordem de conclusão com observância das prioridades processuais, legalmente estabelecidas.

A divisão de trabalho não segue um padrão rígido e depende da necessidade do serviço. As minutas são preparadas de acordo com a chegada dos processos à assessoria, sempre respeitando a data de conclusão e as prioridades indicadas nas metas do CNJ.

6.15.4. Participação do juiz federal em reuniões com a equipe da 15ª Vara Federal

A participação do Magistrado no desenvolvimento do trabalho é de fundamental importância para a melhoria contínua desta Unidade. Periodicamente, é realizada uma reunião ordinária na qual são traçadas diretrizes de trabalho, feedbacks, avaliação de resultados, além do desenvolvimento motivacional e da proximidade com os servidores. Caso haja necessidade, são marcadas reuniões extraordinárias para esclarecer alguma dúvida sobre assuntos novos ou para melhorar procedimentos/rotinas de trabalho.

A participação dos servidores no desenvolvimento de boas práticas é sempre estimulada pelo Magistrado. O magistrado despacha em secretaria, quebrando eventual barreira que possa existir entre servidor/juiz, deixando sempre claro que seu gabinete está de portas abertas.

6.15.5. Planejamento das atividades da 15ª Vara Federal e avaliação periódica de resultados

O planejamento das atividades é contínuo, mensalmente é feita uma reunião onde o Magistrado juntamente com o Diretor de Secretaria, estipulam as metas para Unidade e verificam se aquelas do mês anterior foram devidamente cumpridas. Após, o Diretor de Secretaria se reúne separadamente com os Supervisores, elaborando a dinâmica e planejamento do trabalho. Estas reuniões mensais são fundamentais para troca de experiências e ideias, possibilitando um feedback das atividades desenvolvidas por cada setor e exposição das dificuldades enfrentadas. Reuniões dos Supervisores com os demais colaboradores são fomentadas, visando uma melhor interação no grupo, influenciando sensivelmente o senso participativo. Os trabalhos são acompanhados todo mês através de relatórios, auxiliando a Secretaria a não deixar nenhum processo sem movimentação por mais de 30 (trinta) dias.

As metas mensais são avaliadas pelo Magistrado juntamente com o Diretor de Secretaria através de uma prévia consulta aos relatórios de estatística de processos distribuídos e de processos sem movimentação, dentre outros relatórios disponíveis nos Sistemas, bem como da conferência das planilhas de metas do CNJ e de escaninhos específicos.

6.15.6. Atendimento aos membros do Ministério Público Federal, Defensoria Pública da União, procuradores federais, advogados e partes na secretaria e no gabinete do juiz federal da 15ª Vara Federal

Sempre que alguma parte, advogados, membros do Ministério Público procuram atendimento na secretaria desta Vara, são prontamente atendidos no balcão por servidores do setor respectivo. Caso sejam necessários maiores esclarecimentos, ou a parte solicite falar com o Diretor de Secretaria ou com o Juiz, será na mesma hora encaminhada para atendimento, não havendo exigência de prévio agendamento.

O atendimento aos membros do Ministério Público Federal, advogados e partes junto aos Gabinetes dos Juízes Federais, independe de prévio agendamento, estando o Diretor de Secretaria e os Assessores sempre disponíveis a tirar dúvidas e facilitar o acesso ao Magistrado.

O município de Limoeiro do Norte não conta com representação jurídica da Defensoria Pública da União

6.15.7. Número de processos, relação servidor/processo, audiências de conciliação e de instrução e inspeções judiciais

Quando do preenchimento do relatório de gestão, a 15ª Vara Federal contava com 2.849 processos em tramitação ajustada, sendo 1.171 físicos e 1.678 eletrônicos (PJe).

A média de processos por servidor da Vara(21) é de 135,66.

Verificou-se a existência de 350 processos sobrestados/suspensos em face dos seguintes motivos:

- Art. 921, §1º, CPC/2015 (1 ano) - 14;
- Aguardando Decisão Tribunal Superior (Recurso Especial/ Recurso Extraordinário) - 11;
- Aguardando Pagamento RPV/Precatório - 12;
- Art. 40 da Lei 6.830/80 - 148;
- Parcelamento do débito - 113;
- Art. 89 da Lei 9.099/95 - 7;
- Art. 366 do CPP - 16;
- Aguardando julgamento de Embargos à Execução Fiscal - 13;
- Por convenção das partes - 3;

- Aguardando decisão outro processo - 4;
- Aguarda julgamento ação principal -1;
- Aguardando julgamento de Agravo de Instrumento - 3;
- Ação Penal Suspensa em relação a um dos réus - 1;
- Sistemática de Repercussão Geral - 4;

Não foi registrado o extravio de processo nos últimos 24 meses, nem a restauração de atos no mesmo período.

Nos últimos 24 meses, a contar da data do início da correição, foram realizadas 96 audiências e 02 inspeções judiciais pelo magistrado titular da unidade e 104 audiências e 02 inspeções judiciais pelo magistrado substituto.

6.15.8. Cumprimento de metas e resoluções do CNJ

Meta 1 (Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente).

Meta cumprida. A unidade judiciária informou que no ano de 2017 foram distribuídas 302 novas ações e, no mesmo período, a Vara alcançou o número de 323 ações julgadas.

Meta 2 (Identificar e julgar, até 31/12/2017, pelo menos 100% dos processos distribuídos até 31/12/2012, 85% dos processos distribuídos em 2013 nos 1º e 2º graus, e 100% dos processos distribuídos até 31/12/2014 nos Juizados Especiais e Turmas Recursais Federais).

A Vara não informou os dados suficientes sobre o cumprimento da meta.

Meta 3 (Aumentar os casos solucionados por conciliação, fomentando o alcance do percentual mínimo de 2% na proporção dos processos conciliados em relação aos distribuídos).

A Vara não informou os dados suficientes sobre o cumprimento da meta.

Meta 4 (Identificar e julgar, até 31/12/2017, 70% das ações de improbidade administrativa distribuídas até 31/12/2014).

A Vara informou que restam 4 processos aguardando julgamento.

Meta 5 (Baixar quantidade maior de processos de execução não fiscal do que o total de casos novos de execução não fiscal no ano corrente).

Não cumprida. Foram distribuídos 92 processos e julgados 24.

Meta 6 (Identificar e julgar, até 31/12/2017, entre 70% e 85% das ações coletivas distribuídas até 31/12/2013, no 1º e 2º graus).

A unidade não apresentou informação acerca do cumprimento da meta.

Metas Específicas para a Justiça Federal

Baixar quantidade maior de processos criminais do que os casos novos criminais no ano corrente; Julgar quantidade maior de processos criminais do que os casos novos criminais no ano corrente.

Meta cumprida. Foram 201 novas Ações Penais distribuídas e 283 baixadas durante o ano de 2017.

Identificar e julgar, até 31/12/2017, 70% das ações penais vinculadas aos crimes relacionados à improbidade administrativa, ao tráfico de pessoas, à exploração sexual e ao trabalho escravo, distribuídas até 31/12/2014).

A Vara informou que existem 5 processos na meta 8 (0000231-70.2015.4.05.8101; 0000460-30.2015.4.05.8101; 0000474-14.2015.4.05.8101; 0000783-98.2016.4.05.8101; 0000088-13.2017.4.05.8101).

Acerca do cumprimento do Provimento CNJ nº 29/2013

A unidade jurisdicional vem atualizando o Cadastro Nacional de Condenados por Ato de Improbidade Administrativa e por Ato que implique inelegibilidade (CNCIAI).

Acerca do cumprimento das exigências previstas na Resolução CNJ nº 66/2009, com a redação introduzida pela Resolução CNJ nº 87/2009, e sobre a necessidade de inserção, no sistema informatizado, do Relatório de Controle de Prisões

A 15ª Vara Federal vem atendendo às referidas exigências.

6.15.9. Processos selecionados para correição

Foram correicionados 58 processos físicos (quando da correição tinham 1.165 processos físicos em tramitação ajustada).

Quanto aos processos do Sistema PJe, foram correicionados 100 processos (quando da correição tinham cerca de 1.732 processos eletrônicos em tramitação ajustada).

6.15.9.1. Principais constatações da análise individual de processos

6.15.9.1.1. Processos Físicos

Da análise individual dos processos, devem ser destacadas as seguintes ocorrências:

AUSÊNCIA DE TERMO DE JUNTADA:		
TIPO DE AÇÃO	Nº DO PROCESSO	OBSERVAÇÃO
Criminal	00000105620164058100	Certidão de fl. 145.
Execução Penal	00110316820124058100	Documento de fl. 1097.
DEMORA NA COBRANÇA DE DEVOLUÇÃO DE AUTOS FORA DE CARTÓRIO:		
TIPO DE AÇÃO	Nº DO PROCESSO	OBSERVAÇÃO
Criminal	00064893620144058100	Carga em 11/09/17, devolução/petição de 19/12/17.
DEMORA NA JUNTADA DE EXPEDIENTE:		
TIPO DE AÇÃO	Nº DO PROCESSO	OBSERVAÇÃO
Criminal	00101127420154058100	Petição protocolada em 02/06/17, juntada em 25/08/17.
Criminal	00000114120164058100	(mandado), de 27.11.2017 a 06.02.2018.
DEMORA NA PROLAÇÃO DE DECISÃO/ SENTENÇA:		
TIPO DE AÇÃO	Nº DO PROCESSO	OBSERVAÇÃO
Criminal	00153941120064058100	Conclusos desde 25/01/18.
Criminal	00053740920164058100	Conclusos desde 25/01/18.
Criminal	00045721120164058100	Conclusão desde 25/01/2018.
Criminal	00002383620134058100	De 10.10.2017 a 26.02.2018.
Criminal	00073421120154058100	Conclusão desde 25/01/2018 sem prolação de sentença.
Criminal	00073940720154058100	Concluso desde outubro de 2017.
Criminal	00073049620154058100	Conclusão desde 19/12/2017.
Criminal	00101135920154058100	Conclusos desde 25/01/18.
Criminal	00064893620144058100	Conclusos desde 08/01/18.
Criminal	00015625620164058100	Desde 06.02.2018.
FEITO EM ORDEM:		
TIPO DE AÇÃO	Nº DO PROCESSO	OBSERVAÇÃO
Criminal	00001771520124058100	

Criminal	00003376920144058100	
Criminal	00073490320154058100	
Criminal	00008581420144058100	
OUTROS:		
TIPO DE AÇÃO	Nº DO PROCESSO	OBSERVAÇÃO
Criminal	00028146520144058100	Ausência de movimentação - 22/11/2017 a 08/03/2018.
Execução Penal	00083287720064058100	Processo sem movimentação, de 13.07.2017 a 26.02.2018.
Criminal	00000105620164058100	Ausência de movimentação - outubro/2017 a fevereiro 2018.
Execução Penal	00179068820114058100	Processo sem movimentação, de 27.03.2017 a 27.02.2018.
Criminal	00000105620164058100	Demora na cobrança de resposta de ofício expedido - out/2017 a fev/2018.
Execução Penal	00110316820124058100	Não proferido despacho/decisão após termo de conclusão de fl. 1061.
Criminal	00053126620164058100	Ausência de movimentação entre janeiro e março/17 (fls. 158 e 168).
Execução Penal	00117274120114058100	Sem movimentação entre dez/15 e jul/16 (fls. 387 e 389).
Outras Observações:		
Processo : 00001771520124058100 Classe: Criminal - ação penal. Crime c/adm. ambiental e contra meio ambiente (extração de areia).		
Processo : 00003376920144058100 Classe: Criminal - fato: de 2000 a 2002. Crime c/a ordem tributária. Inquérito anexo 00137032520074058100.		
Processo : 00015608620164058100 Classe: Execução Penal - distribuição 08/03/16.		
Processo: 00045721120164058100 Classe: Criminal - apenso 0003992-78.2016.4.05.8100. Fato - 18 a 26 nov/2005.		
Processo : 00053126620164058100 Classe: Criminal - Réu preso.		
Processo : 00053740920164058100 Classe: Criminal - fato: início de2011.		

Contrabando/descaminho. Inquérito anexo 00045548720164058100.

Processo : 00064893620144058100 Classe: Criminal - falso testemunho. Anexo inquérito 00059073620144058100.

Processo : 00073421120154058100 Classe: Criminal - fato: início em 2012.

Processo : 00073940720154058100 Classe: Criminal - fato: julho/2007 a dezembro/2008.

Processo : 00101127420154058100 Classe: Criminal - fato: exercício 2008. Crime contra a ordem tributária. Anexo inquérito 00093505820154058100.

Processo: 00101135920154058100 Classe: Criminal - fato: 05/11/99 a 27/08/2001. Peculato. Inquérito anexo 00065358820154058100.

Processo : 00110316820124058100 Classe: Execução Penal - - Réu preso.

Processo : 00117274120114058100 Classe: Execução Penal - réu preso.

Processo : 00153941120064058100 Classe: Criminal - receptação. Anexo incidente de insanidade 00073871520154058100 e inquérito 200281000169515.

6.15.9.1.2. Processos Judiciais Eletrônicos (PJe)

Quanto aos processos eletrônicos, merecem registro as seguintes situações:

Número do Processo	Classe Judicial	Assunto	Último Evento	Polo Ativo	Polo Passivo	Correicionado
Ausência/demora na conclusão						
0802151-15.2016.4.05.8100	EXECUÇÃO DA PENA	Crimes Hediondos	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	NATALIE LOIOLA VIANA - 489.948.113-15	SIM
0802562-58.2016.4.05.8100	EXECUÇÃO DA PENA	Crimes Hediondos	Juntada de Certidão de Intimação	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	FRANCISCO OLIVEIRA DE ARAUJO e outro - 203.279.273-72	SIM
0802625-83.2016.4.05.8100	EXECUÇÃO PROVISÓRIA	Crimes Hediondos	Juntada de Cota	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	JOSÉ MARIA DE ARAÚJO - null	SIM
0802630-08.2016.4.05.8100	EXECUÇÃO DA PENA	Crimes Hediondos	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	AURYVANI BARROS DE HOLANDA - 389.202.553-34	SIM
0802744-44.2016.4.05.8100	EXECUÇÃO PROVISÓRIA	Crimes Hediondos	Expedição de expediente	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	SANDOVAL FRANCISCO DOS SANTOS - 264.904.553-15	SIM
0802828-45.2016.4.05.8100	EXECUÇÃO PROVISÓRIA	Crimes Hediondos	Juntada de Certidão de Intimação	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	PAULO CÉSAR SARQUIS QUEIROZ -	SIM
0803031-07.2016.4.05.8100	EXECUÇÃO PROVISÓRIA	Crimes Hediondos	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	LILIAN SOUSA FERREIRA - 827.848.853-34	SIM
0803544-72.2016.4.05.8100	EXECUÇÃO PROVISÓRIA	Interdição Temporária de Direitos	Juntada de Certidão	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	ALEXANDER DIOGENES FERREIRA GOMES - 213.410.603-49	SIM
0805241-31.2016.4.05.8100	EXECUÇÃO PROVISÓRIA	Crimes Hediondos	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	ACEDEMIRO SILVA RODRIGUES - 059.164.532-72	SIM

0805674-35.2016.4.05.8100	EXECUÇÃO DA PENA	Interdição Temporária de Direitos	Juntada de Certidão de Intimação	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	SILVIA HELENA CARNEIRO BAQUIT - 190.058.903-63	SIM
0805840-33.2017.4.05.8100	EXECUÇÃO DA PENA	Pena de Multa e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	JOSE TALLYSON MOURAO -	SIM
0812129-79.2017.4.05.8100	LIBERDADE PROVISÓRIA COM OU SEM FIANÇA	Liberdade Provisória	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	OZEIAS TALLE SANTOS IVO - 664.607.193-40	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	SIM
0812888-77.2016.4.05.8100	EXECUÇÃO DA PENA	Pena de Multa e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	HUMBERTO LUIZ LINS SOUZA - 364.056.475-87	SIM
0813052-08.2017.4.05.8100	AÇÃO PENAL - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO	Peculato	Conclusos para despacho	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	JACINTA DOS REIS MORORO - 054.047.043-06	SIM
0815123-17.2016.4.05.8100	RESTITUIÇÃO DE COISAS APREENDIDAS	Adulteração de Sinal Identificador de Veículo Automotor	Conclusos para despacho	UNIVERSAL GUINDASTES LTDA - ME - 09.107.842/0001-11	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL e outro - 03.636.198/0001-92	SIM
Lapso entre a distribuição e despacho inicial/limi						
			Juntada de	MINISTÉRIO	FRANCISCO	

0802562-58.2016.4.05.8100	EXECUÇÃO DA PENA	Crimes Hediondos	Certidão de Intimação	PÚBLICO FEDERAL -	OLIVEIRA DE ARAUJO e outro -	SIM
Lapso entre conclusão e prolação da sentença						
0802568-65.2016.4.05.8100	EXECUÇÃO DA PENA	Crimes Hediondos	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	FABIANA SANTOS DE MENDONÇA -	SIM
0805930-41.2017.4.05.8100	EXECUÇÃO DA PENA	Pena de Multa e outros	Juntada de Certidão de Retificação de Autuação	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	LILIAN SOUSA FERREIRA -	SIM
0814573-22.2016.4.05.8100	EXECUÇÃO DA PENA	Crimes Hediondos	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	MARCOS AURELIO ALVES DA COSTA - 814.754.893-15	SIM
Lapso entre conclusão e prolação despacho/decisão						
0801418-15.2017.4.05.8100	EXECUÇÃO PROVISÓRIA	Interdição Temporária de Direitos	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	JULIO CESAR CASTRO PAIVA -	SIM
0801468-41.2017.4.05.8100	EXECUÇÃO PROVISÓRIA	Interdição Temporária de Direitos	Juntada de Cota	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	EDIVAN SOARES SOUSA -	SIM
0801491-84.2017.4.05.8100	EXECUÇÃO PROVISÓRIA	Interdição Temporária de Direitos	Juntada de Cota	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	FRANCISCO CLERYSSON MARQUES DE SOUSA -	SIM
0801837-35.2017.4.05.8100	CARTA PRECATÓRIA CRIMINAL	Prestação de Serviços à Comunidade e outros	Juntada de Cota	JUIZO FEDERAL DA 14A VARA DE NATAL - SJ/RN e outro -	DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO e outro - 00.375.114/0001-16	SIM
0802068-62.2017.4.05.8100	CARTA PRECATÓRIA CRIMINAL	Interdição Temporária de Direitos	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	JUIZO FEDERAL DA 3A VARA DE BELEM - SJ/PA e outro -	GLAUBER FREIRE BATISTA -	SIM
0802151-15.2016.4.05.8100	EXECUÇÃO DA PENA	Crimes Hediondos	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	NATALIE LOIOLA VIANA -	SIM
0802630-08.2016.4.05.8100	EXECUÇÃO DA PENA	Crimes Hediondos	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	AURYVANI BARROS DE HOLANDA - 389.202.553-34	SIM
0802825-90.2016.4.05.8100	EXECUÇÃO DA PENA	Crimes Hediondos	Juntada de Certidão de Intimação	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	ANTONIO ARGEU NUNES VIEIRA -	SIM
0803031-07.2016.4.05.8100	EXECUÇÃO PROVISÓRIA	Crimes Hediondos	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	LILIAN SOUSA FERREIRA -	SIM
0803544-72.2016.4.05.8100	EXECUÇÃO PROVISÓRIA	Interdição Temporária de Direitos	Juntada de Certidão	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	ALEXANDER DIOGENES FERREIRA GOMES - 213.410.603-49	SIM
0805438-83.2016.4.05.8100	EXECUÇÃO PROVISÓRIA	Interdição Temporária de Direitos	Juntada de Certidão	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	ADRIANO MARCIO DE PAIVA LIMA - 151.968.248-47	SIM
0805674-35.2016.4.05.8100	EXECUÇÃO DA PENA	Interdição Temporária de Direitos	Juntada de Certidão de Intimação	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	SILVIA HELENA CARNEIRO BAQUIT - 190.058.903-63	SIM
0805950-32.2017.4.05.8100	EXECUÇÃO PROVISÓRIA	Execução Penal Provisória - Cabimento	Juntada de Certidão	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	AROLDI JOSE COELHO DE SOUZA - 217.264.772-15	SIM
0806423-52.2016.4.05.8100	EXECUÇÃO DA PENA	Interdição Temporária de Direitos	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	RAIMUNDO DE SOUZA PEREIRA -	SIM

0807636-59.2017.4.05.8100	AÇÃO PENAL - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO	Estelionato Majorado	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO e outro - 00.375.114/0001-16	SIM
0810848-88.2017.4.05.8100	PROCEDIMENTO INVESTIGATÓRIO	Atentado contra a segurança de transporte	Juntada de Certidão de Retificação de	POLÍCIA FEDERAL DO CEARÁ e outro -	INDICIADO e outro	SIM

	CRIMINAL (PIC-MP)	público	Autuação	00.000.000/0002-91		
0811846-56.2017.4.05.8100	PROCEDIMENTO INVESTIGATÓRIO CRIMINAL (PIC-MP)	Estelionato	Juntada de Cota	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	A Apurar - null	SIM
0811901-07.2017.4.05.8100	PETIÇÃO	Crimes do Sistema Nacional de Armas e outros	Juntada de Certidão de Retificação de Autuação	POLÍCIA FEDERAL DO CEARÁ e outro - 00.000.000/0002-91	JOEL OLIVEIRA DO NASCIMENTO	SIM
0812567-08.2017.4.05.8100	PROCEDIMENTO INVESTIGATÓRIO CRIMINAL (PIC-MP)	Falsidade ideológica e outros	Juntada de Certidão de Retificação de Autuação	POLÍCIA FEDERAL DO CEARÁ e outro - 00.000.000/0002-91	A APURAR e outro	SIM
0813661-88.2017.4.05.8100	EXECUÇÃO DA PENA	Prestação de Serviços à Comunidade	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	ADILA DE SOUSA ALVES -	SIM
0813731-08.2017.4.05.8100	EXECUÇÃO DA PENA	Pena de Multa e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	ADRIANA DE AREA LEO ARRAYS - 831.791.603-06	SIM
0814243-88.2017.4.05.8100	TERMO CIRCUNSTANCIADO	Crime contra a administração ambiental	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL e outro - 03.636.198/0001-92	LUZARDO EXTRAÇÃO DE MINÉRIOS LTDA - EPP - null	SIM
0815123-17.2016.4.05.8100	RESTITUIÇÃO DE COISAS APREENHIDAS	Adulteração de Sinal Identificador de Veículo Automotor	Conclusos para despacho	UNIVERSAL GUINDASTES LTDA - ME - 09.107.842/0001-11	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL e outro - 03.636.198/0001-92	SIM
0815403-85.2016.4.05.8100	EXECUÇÃO DA PENA	Crimes Hediondos	Juntada de Certidão	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	FELIPE ROCHA DA SILVA e outro -	SIM
0815677-49.2016.4.05.8100	EXECUÇÃO DA PENA	Pena de Multa e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	RAIMUNDO HENRIQUE DA SILVA -	SIM
Lapso sem movimentação processo na Secretaria						
0803031-07.2016.4.05.8100	EXECUÇÃO PROVISÓRIA	Crimes Hediondos	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	LILIAN SOUSA FERREIRA -	SIM
0805241-31.2016.4.05.8100	EXECUÇÃO PROVISÓRIA	Crimes Hediondos	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	ACEDEMIRO SILVA RODRIGUES - 059.164.532-72	SIM
0811982-53.2017.4.05.8100	AUTO DE PRISÃO EM FLAGRANTE	Furto Qualificado	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO e outros - 00.375.114/0001-16	IPL 579/2017 - SR/PF/CE e outro -	SIM
0813156-97.2017.4.05.8100	PROCEDIMENTO INVESTIGATÓRIO CRIMINAL (PIC-MP)	Peculato e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL e outro - 03.636.198/0001-92	SEM INDICIADO e outro -	SIM
0815677-49.2016.4.05.8100	EXECUÇÃO DA PENA	Pena de Multa e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	RAIMUNDO HENRIQUE DA SILVA -	SIM
Lapso temporal para cumprimento despacho/decisão						
0801468-41.2017.4.05.8100	EXECUÇÃO PROVISÓRIA	Interdição Temporária de Direitos	Juntada de Cota	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	EDIVAN SOARES SOUSA -	SIM
0801837-35.2017.4.05.8100	CARTA PRECATÓRIA CRIMINAL	Prestação de Serviços à Comunidade e outros	Juntada de Cota	JUIZO FEDERAL DA 14A VARA DE NATAL - SJ/RN e outro -	DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO e outro - 00.375.114/0001-16	SIM
0802068-62.2017.4.05.8100	CARTA PRECATÓRIA CRIMINAL	Interdição Temporária de Direitos	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	JUIZO FEDERAL DA 3A VARA DE BELEM - SJ/PA e outro -	GLAUBER FREIRE BATISTA -	SIM
0802828-45.2016.4.05.8100	EXECUÇÃO PROVISÓRIA	Crimes Hediondos	Juntada de Certidão de Intimação	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	PAULO CÉSAR SARQUIS QUEIROZ -	SIM

0805438-83.2016.4.05.8100	EXECUÇÃO PROVISÓRIA	Interdição Temporária de Direitos	Juntada de Certidão	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	ADRIANO MARCIO DE PAIVA LIMA - 151.968.248-47	SIM
0805950-32.2017.4.05.8100	EXECUÇÃO PROVISÓRIA	Execução Penal Provisória - Cabimento	Juntada de Certidão	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL -	AROLDO JOSE COELHO DE SOUZA -	SIM

				03.636.198/0001-92	217.264.772-15	
0806555-75.2017.4.05.8100	CARTA PRECATÓRIA CRIMINAL	Competência da Justiça Federal	Expediente de expediente	JUIZO FEDERAL DA 14A VARA DE NATAL - SJ/RN e outro -	DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO e outro - 00.375.114/0001-16	SIM
0807015-62.2017.4.05.8100	EXECUÇÃO DA PENA	Pena de Multa	Juntada de Cota	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	MARCILIO TELES DE QUEIROZ - 168.250.722-00	SIM
0807331-75.2017.4.05.8100	EXECUÇÃO DA PENA	Pena de Multa e outros	Juntada de Certidão	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	QUINTINO FEITOSA DE CASTRO PAIVA - 059.579.073-91	SIM
0807519-68.2017.4.05.8100	EXECUÇÃO DA PENA	Pena de Multa e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	JOSE IGOR BATISTA CORREIA - 826.348.583-53	SIM
0812129-79.2017.4.05.8100	LIBERDADE PROVISÓRIA COM OU SEM FIANÇA	Liberdade Provisória	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	OZEIAS TALLES SANTOS IVO - 664.607.102-40	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	SIM
0814149-43.2017.4.05.8100	REPRESENTAÇÃO CRIMINAL	Contravenções Penais	Juntada de Cota	ANDREA OLIVEIRA CARNEIRO -	EDMUNDO FERNANDES VIEIRA - null	SIM
0815123-17.2016.4.05.8100	RESTITUIÇÃO DE COISAS APREENHIDAS	Adulteração de Sinal Identificador de Veículo Automotor	Conclusos para despacho	UNIVERSAL GUINDASTES LTDA - ME - 09.107.842/0001-11	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL e outro - 03.636.198/0001-92	SIM
0815677-49.2016.4.05.8100	EXECUÇÃO DA PENA	Pena de Multa e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	RAIMUNDO HENRIQUE DA SILVA -	SIM
Outros:						
0812888-77.2016.4.05.8100	EXECUÇÃO DA PENA	Pena de Multa e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	HUMBERTO LUIZ LINS SOUZA - 264.056.475-87	SIM
0815403-85.2016.4.05.8100	EXECUÇÃO DA PENA	Crimes Hediondos	Juntada de Certidão	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	FELIPE ROCHA DA SILVA e outro - 042.101.622-02	SIM
Paralisação irregular do processo						
0802625-83.2016.4.05.8100	EXECUÇÃO PROVISÓRIA	Crimes Hediondos	Juntada de Cota	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	JOSÉ MARIA DE ARAÚJO - null	SIM
0802630-08.2016.4.05.8100	EXECUÇÃO DA PENA	Crimes Hediondos	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	AURYVANI BARROS DE HOLANDA - 389.202.553-34	SIM
0802828-45.2016.4.05.8100	EXECUÇÃO PROVISÓRIA	Crimes Hediondos	Juntada de Certidão de Intimação	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	PAULO CÉSAR SARQUIS QUEIROZ -	SIM
0804564-98.2016.4.05.8100	EXECUÇÃO DA PENA	Interdição Temporária de Direitos	Conclusos para decisão	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	RITA BARBOZA DA SILVA - 088.827.768-75	SIM
0806423-52.2016.4.05.8100	EXECUÇÃO DA PENA	Interdição Temporária de Direitos	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	RAIMUNDO DE SOUZA PEREIRA - null	SIM
0806706-41.2017.4.05.8100	CARTA PRECATÓRIA CRIMINAL	Competência da Justiça Federal	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	JUIZO FEDERAL DA 15A VARA DA SJ/CE e outro -	LAURICIA GONZAGA SAMPAIO - 193.092.523-91	SIM
0807519-68.2017.4.05.8100	EXECUÇÃO DA PENA	Pena de Multa e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	JOSE IGOR BATISTA CORREIA - 826.348.583-53	SIM
0811859-55.2017.4.05.8100	PROCEDIMENTO INVESTIGATÓRIO CRIMINAL (PIC-MP)	Roubo Majorado	Recebida a denúncia	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL e outro - 03.636.198/0001-92	A APURAR e outro -	SIM

0813422-84.2017.4.05.8100	CARTA PRECATÓRIA CRIMINAL	Pena de Multa e outros	Juntada de Certidão	JUIZO FEDERAL DA 14A VARA DE NATAL - SJ/RN e outro -	SAMUEL MEDEIROS TEIXEIRA ANDRADE - 020.190.373-35	SIM
Processo em ordem						

0800401-07.2018.4.05.8100	AÇÃO PENAL - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO	Estelionato Majorado	Expedição de expediente	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO e outro - 00.375.114/0001-16	SIM
0800876-60.2018.4.05.8100	AÇÃO PENAL - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO	Uso de documento falso	Expedição de documento	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	FRANCISCO ERINEUDO DE OLIVEIRA e outro - 414.375.863-68	SIM
0801380-66.2018.4.05.8100	AÇÃO PENAL - PROCEDIMENTO SUMARÍSSIMO	Colaboração com Grupo, Organização ou Associação Destinados à Produção ou Tráfico de	Remetidos os Autos (em grau de recurso) para TRF5	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	LORENZO ZEITUM COIMBRA e outro - 624.410.583-47	SIM
0805689-67.2017.4.05.8100	PROCEDIMENTO INVESTIGATÓRIO CRIMINAL (PIC-MP)	Peculato	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	JACINTA DOS REIS MORORO - 054.047.012-06	SIM
0808712-21.2017.4.05.8100	PROCEDIMENTO INVESTIGATÓRIO CRIMINAL (PIC-MP)	Furto	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL e outro - 03.636.198/0001-92	A APURAR e outro - -	SIM
0808800-59.2017.4.05.8100	AÇÃO PENAL - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO	Uso de documento falso e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO e outros - 00.375.114/0001-16	SIM
0810502-40.2017.4.05.8100	PROCEDIMENTO INVESTIGATÓRIO CRIMINAL (PIC-MP)	Roubo Majorado	Juntada de Certidão de Intimação	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL e outro - 03.636.198/0001-92	A APURAR e outro - -	SIM
0812639-92.2017.4.05.8100	AÇÃO PENAL - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO	Concussão	Conclusos para decisão	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	SERGIO RICARDO MEDEIROS PEREIRA - 912.426.493-87	SIM
0813011-41.2017.4.05.8100	AÇÃO PENAL - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO	Crimes contra a Ordem Tributária	Conclusos para decisão	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	DAVID RIPOLL RIBAS e outro - 052.820.617-00	SIM
0813019-18.2017.4.05.8100	AÇÃO PENAL - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO	Falso testemunho ou falsa perícia	Juntada de Certidão de Intimação	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	FRANCISCO EDSON DA SILVA 022.021.512-54	SIM
0815133-27.2017.4.05.8100	PROCEDIMENTO INVESTIGATÓRIO CRIMINAL (PIC-MP)	Tráfico de Drogas e Condutas Afins	Juntada de Petição	POLÍCIA FEDERAL DO CEARÁ e outro - 00.000.000/0002-91	DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO e outros - 00.375.114/0001-16	SIM
0815722-19.2017.4.05.8100 - (Segredo)	AÇÃO PENAL - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO	Crimes Previstos no Estatuto da criança e do adolescente	Remetidos os Autos (em grau de recurso) para TRF5	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	ELISIO DA SILVA FONSECA - 810.024.763-87	SIM

6.15.10. Correição anterior e autoinspeção

A unidade informou que algumas das determinações constantes da Correição anterior foram cumpridas, tendo havido melhora no rendimento geral da Vara, incluindo o cumprimento da maioria das Metas do CNJ.

Após a última autoinspeção, manteve-se a meta de redução de acervo com movimentação de todos os processos em menos de 30 dias e julgamento dos processos incluídos em metas do CNJ.

6.15.11. Considerações finais

A 15ª Vara Federal conta com estrutura física e equipamentos adequados a seu funcionamento.

A partir da análise processual, foram observados alguns pontos que merecem maior atenção por parte da unidade, quais sejam:

1. Demora na conclusão;
2. Demora na prolação de despacho/ decisão/ sentença;
3. Demora no cumprimento de despacho/ decisão; e
4. Feitos sem movimentação processual.

Por fim, pelos demais dados apontados neste relatório durante a correição, pode-se afirmar que a 15ª Vara Federal funciona de modo adequado.

6.16. 16ª VARA FEDERAL - JUAZEIRO DO NORTE-CE

6.16.1. Competência, localização, estrutura física e horário de expediente

A 16ª Vara Federal do Ceará, dentro de sua jurisdição, detém competência comum (cível, penal e execução fiscal), sendo também competente para as execuções penais.

A unidade jurisdicional funciona no prédio localizado na Rua Jonas de Sousa, s/n, Lagoa Seca, Juazeiro do Norte/CE.

Por ocasião da visita à Subseção de Juazeiro do Norte, verificou-se a existência de dificuldade na acomodação das 16ª e 17ª Varas Federais, pois a casa em que situada a referida Subseção não foi construída para abrigar órgão público, tendo-se constatado, inclusive, que o Gabinete do Juiz Federal Substituto da 16ª Vara situava-se em recinto da 17ª Vara.

O horário de expediente da unidade é das 9h às 18h.

6.16.2. Corpo funcional - juízes federais e servidores

A 16ª Vara Federal conta com o seguinte quadro de pessoal: a) 02 magistrados, Rafael Chalegre do Rêgo Barros (juiz federal titular) e Fabricio de Lima Borges (juiz federal substituto) e; b) 18 servidores efetivos, sendo 06 analistas judiciários, 09 técnicos judiciários e 03 oficiais de justiça.

Não há servidores cedidos ou em auxílio.

Além dos servidores efetivos, há 04 (quatro) servidores requisitados (com vínculo com o serviço público), conforme relação abaixo:

- José Gustavo Gomes Pereira Cassiano - Diretor de Secretaria - órgão: Justiça Federal na Paraíba;
- Cynthia Limeira Tavares - órgão: Justiça Federal na Paraíba;
- Eliane Pereira dos Santos - órgão: Prefeitura Municipal de Barbalha;

- Cláudia Portela Ribeiro Gonçalves - órgão: Justiça Federal no Amapá. (Licença para acompanhamento de cônjuge).

Segundo informado no formulário de gestão, 01 servidor ocupante de cargo efetivo (João Eudes Machado Cavalcante) e 01 servidora requisitada (Eliane Pereira dos Santos) estão lotados no setor de apoio administrativo, respondendo diretamente ao Diretor do Foro da Subseção. Há o registro, outrossim, de que a servidora requisitada Cláudia Portela Ribeiro Gonçalves trabalha na Central de Mandados e a servidora Cynthia Limeira Tavares, também requisitada, estava de licença médica, por ocasião do preenchimento do formulário de gestão.

6.16.2.1. Juízes federais

O juiz federal titular da Vara, Rafael Chalegre do Rêgo Barros, exerce a magistratura desde 15/01/2014, atuando na 16ª Vara Federal a contar de 27/04/2016.

Por ocasião da correição, o juiz federal Rafael Chalegre estava afastado da 16ª Vara Federal/CE para exercer jurisdição na 36ª Vara Federal de Pernambuco, com prejuízo da jurisdição originária - Ato 811/2017 - CR.

Nos últimos 24 meses, o juiz federal titular esteve afastado nos seguintes períodos:

I - Férias:

- 01/04/2016 - 12/04/2016 - PORT. 414/2015-CR;
- 26/09/2016 - 25/10/2016 - PORT. 280/2016-CR;
- 16/05/2017 - 14/06/2017 - PORT. 38/2017-CR;
- 18/09/2017 - 17/10/2017 - PA 2452/2016.

II - Afastamentos:

- 22/04/2016 - 22/04/2016: afastamento para compensação de plantão forense - PA938/2016;
- 28/04/2016 - 30/04/2016: afastamento por motivo de trânsito - PA1733/2016;
- 01/05/2016 - 13/05/2016: afastamento para participar de curso de especialização - ECG.10012.0160/2016.06;
- 12/11/2016 - 15/11/2016: afastamento para participar de encontro de entidade de classe - ECG. 10563.0711/2016-06;
- 20/11/2017 - 11/04/2018: afastamento para responder por outra Vara com prejuízo da jurisdição originária - Ato 811/2017;
- 12/04/2018 - 13/04/2018: afastamento para participar de Seminário/Congresso - PA 0003123-49.2018.4.05.7000;
- 14/04/2018 - 30/04/2018: afastamento para responder por outra Vara com prejuízo da jurisdição originária - Ato nº. 811/2017-CR.

III - Convocações:

- 26/02/2018 - 18/03/2018: respondendo pela 13ª Vara Federal/SJCE com prejuízo da jurisdição originária - Atos 73 e 199/2018-CR;

- b) 16/04/2018 - 30/04/2018: respondendo pela 13ª Vara Federal/SJCE com prejuízo da jurisdição originária - Ato 199/2018- CR;
- c) 20/11/2017 - 11/04/2018: respondendo pela 36ª Vara Federal/SJCE com prejuízo da jurisdição originária - Ato 811/2017-CR;
- d) 14/04/2018 - 30/04/2018: respondendo pela 36ª Vara Federal/SJCE com prejuízo da jurisdição originária - Ato 811/2017-CR.

IV - Período total de afastamento (em meses e dias): 09 (nove) meses e 16 (dezesesseis) dias.

Em face da convocação para assumir a 36ª Vara Federal de Pernambuco (Ato 811/2017-CR), o magistrado, por ocasião da correição, estava residindo em Recife/PE.

O juiz federal substituto da Vara, Fabricio de Lima Borges, exerce a magistratura desde 07/12/2016, atuando na 16ª Vara a partir da mesma data.

Nos últimos 24 meses, o juiz federal substituto esteve afastado nos seguintes períodos:

I - Férias

Até a presente data, o Magistrado não tinha entrado em férias.

II - Afastamentos;

- a) 12/12/2016 - 26/04/2017 - afastamento para participar de curso prático de iniciação à Magistratura - PA nº. 2909/2016;
- b) 27/04/2017 - 04/05/2017 - afastamento para participar de curso prático de iniciação à Magistratura - PA 0002035-10.2017.4.05.7000;
- c) 05/05/2017 - 09/05/2017 - afastamento por motivo de trânsito - PA 0003531-74.2017.4.05.7000;
- d) 24/08/2017 a 25/08/2017 - afastamento sem prejuízo da jurisdição - PA 0006247-74.2017.4.05.7000;
- e) 07/09/2017 - 10/09/2017 - afastamento para participar de encontro de entidade de classe - PA0007155-34.2017.4.05.7000;
- f) 14/09/2017 - 15/09/2017 - afastamento sem prejuízo da jurisdição - PA 0008653-68.2017.4.05.7000;
- g) 02/11/2017 - 04/11/2017 - afastamento para participar de encontro de entidade de classe - PA 0007155-34.2017.4.05.7000;
- h) 14/12/2017 - 15/12/2017 - afastamento sem prejuízo da jurisdição - PA 0011553-24.2017.4.05.7000;
- i) 19/02/2018 - 23/02/2018 - afastamento para realizar curso de aperfeiçoamento/ESMAFE - TRF5 - PA 0000987-79.2018.4.05.7000.

IV - Período total de afastamento (em meses e dias): 5 meses e 16 dias.

O magistrado reside em Juazeiro do Norte/CE, cidade onde se situa a sede da subseção judiciária.

6.16.2.2. Servidores

Em relação às funções de confiança (FCs), aos cargos em comissão (CJs) e à formação acadêmica dos servidores ocupantes de cargos efetivos na 16ª Vara Federal, pode ser observado o seguinte quadro:

Nome	Cargo efetivo	Ocupa FC ou CJ? Qual?	Grau de Instrução*	Área de formação
José Josivaldo Rocha dos Reis	Técnico Judiciário	Sim. FC05 - Supervisor da Seção de Processamento de feitos cíveis	Superior completo	Direito
Francisca Valdilene Fernandes Barbosa	Analista Judiciário - Área Administrativa	Sim. FC05 - Supervisor da Seção de Processamento de Execuções Fiscais	Superior completo	Odontologia
Silvana Torres Maciel	Técnico Judiciário	Sim. FC04 - Supervisor Assistente do Setor de processamento de feitos criminais e execuções penais	Superior completo	Direito
Raul Holanda de Sousa	Técnico Judiciário	Sim. FC 04 - Supervisor assistente da Seção de apoio administrativo	Superior completo	Direito
Monique Ayla Cavalcante de Araújo	Analista Judiciário	Sim. FC05 - Supervisor da Seção de Apoio Judiciário.	Superior completo	Direito
Andreza Bringel	Analista	Sim. FC05 -	Superior	Direito

Oliveira Lima Moreira	Judiciário	Oficial de Gabinete do Juiz Substituto	completo	
Patrícia Gomes da Cruz	Técnico Judiciário	Sim. FC04 - Supervisor Assistente do Juiz Substituto.	Superior completo	Direito
Vinícius Nascimento Silva	Técnico Judiciário - Especialidade segurança e transporte	Sim. FC04 - Supervisor Assistente do Setor de Rito Especial e mandado de segurança.	Superior completo	Direito
Francisco Antônio Mendonça Feitosa Filho	Técnico Judiciário	Não.	Superior completo	Administração de empresas
José Damião Silva	Técnico Judiciário	Sim. FC04 - Supervisor assistente do Juiz Titular.	Superior completo.	Direito
Francisca Kércia da Rocha	Analista Judiciário	Não.	Superior completo.	Direito
Esaú Nobre Bezerra	Analista Judiciário	Não.	Superior completo	Direito
Maria de Lourdes Silva Santos*	Analista Judiciário	Não.	Superior completo. Mestre	- Direito; - Letras.
João Eudes Machado Cavalcante	Técnico Judiciário - Especialidade segurança e transporte	Sim. FC05 - Supervisor da Seção de apoio administrativo e serviços gerais.	Ensino médio completo	

Elizabeth Barboza Vieira	Técnico Judiciário		Sim. FC04 - Supervisor Assistente do setor de publicação.	Superior completo.	- Pedagogia
José Rodrigues Peixoto	Oficial de Justiça	de	Não	Superior completo	Direito
Luiz Fábio Teixeira	Oficial de Justiça	de	Não	Superior completo	
Rafael Mendes Pinheiro	Oficial de Justiça	de	Sim. FC05 - Oficial de Gabinete do Juiz Titular	Superior Completo	Direito

Como se pode depreender, no tocante à formação acadêmica dos servidores efetivos da 16ª Vara Federal, verifica-se que há uma preocupação com a qualificação.

6.16.2.3. Estagiários

Há 03 vagas previstas para unidade, estando 02 preenchidas.

6.16.3. Organização da 16ª Vara Federal

Dentre os servidores da 16ª Vara Federal do Ceará, 11 exercem suas atribuições na secretaria e 04 no gabinete.

6.16.3.1. Secretaria

A organização da Secretaria da 16ª Vara Federal da Seção Judiciária do Ceará é baseada nos seguintes setores:

I - Setor Cível:

O Setor Cível é composto por 04 (quatro) servidores. A semana de trabalho é dividida de forma que sejam movimentados tanto os processos eletrônicos quanto os processos físicos. Um servidor é destacado para a triagem inicial.

O setor costuma tirar o relatório de processos sem movimentação com prazo de 60 (sessenta) dias. Atualmente, o setor se estrutura para migrar para uma nova forma de atuação e novas metas que não sejam relativas, tão-somente, a movimentação de processos parados a 60 (sessenta) dias.

II - Setor criminal/improbidade:

O setor criminal é composto por 03 (três) servidores. O setor trabalha em conformidade com os relatórios de movimentação processual gerados pelos sistemas Tebas e Pje. O prazo de movimentação assinalado é de 40 (quarenta) dias, isto é, todos os processos sem movimentação a mais de 40 (quarenta) dias são alvo de atuação prioritária dos servidores do setor;

III - Setor de Execução Fiscal:

O setor de execução fiscal é composto por 03 (três) servidoras, operando por meio da sistemática de dígitos. O Setor possui lista de processos prioritários, por meio dos quais existe uma maior chance de recuperação do crédito do Poder Público. A movimentação nesses processos ocorre de, no máximo, 30 (trinta) em 30 (trinta) dias.

IV - Setor de publicação e audiências:

Este Setor possui uma servidora responsável pelas publicações e controle de prazos relativos a audiências. O trabalho envolve a interlocução com os demais juízos acerca de intimações e da realização dos atos processuais determinados pelo Juízo.

6.16.3.2. Gabinetes dos juízes federais

O gabinete possui 04 (quatro) assessores, sendo que todos eles trabalham com todas as matérias. Na medida em que os processos são conclusos pela secretaria da Vara, os assessores fazem a distribuição interna no setor, de modo que cada servidor tenha seu próprio acervo de processos, de modo equitativo.

6.16.4. Participação dos juízes federais em reuniões com a equipe da 16ª Vara Federal

A participação do Magistrado ocorre por meio de reuniões mensais com todos os setores da Vara para análise dos números produzidos no mês. No primeiro semestre do corrente ano, os setores vêm passando por reestruturações, de modo que a periodicidade dessas reuniões se alterou. No entanto, os encontros com os servidores ainda acontecem, máxime no que diz respeito ao setor de assessoria.

6.16.5. Planejamento das atividades da 16ª Vara Federal e avaliação periódica de resultados

O planejamento das atividades da Vara é realizado mediante as reuniões setoriais supramencionadas, através das quais são analisadas eventuais dificuldades encontradas pelos setores no cotidiano de trabalho.

As avaliações periódicas são feitas pelas reuniões setoriais. Através delas, os magistrados colhem os dados de produtividade dos setores e projetam as metas de desempenho futuras.

6.16.6. Atendimento aos membros do Ministério Público Federal, Defensoria Pública da União, procuradores federais, advogados e partes na secretaria e no gabinete do juiz federal da 16ª Vara Federal

O atendimento inicia-se no balcão com um servidor de secretaria. Caso seja necessário, a direção faz uma segunda análise de atendimento e, conforme o caso, encaminha o atendimento ao Magistrado. Os Juízes fazem os atendimentos em seus gabinetes quando a matéria não pôde ser solucionada pelos servidores ou quando o tema exige análises imediatas por parte dos Magistrados. O atendimento ocorre no próprio gabinete, geralmente na companhia de um servidor.

6.16.7. Número de processos, relação servidor/processo, audiências de conciliação e de instrução e inspeções judiciais

Quando do preenchimento do relatório de gestão, a 16ª Vara Federal contava com o seguinte quantitativo de processos em tramitação ajustada:

I - TEBAS

Juiz Titular: 517;

Juiz Substituto: 494.

II - PJE

Juiz Titular: 1344;

Juiz Substituto: 1333.

A média de processos por quantidade de servidor da Vara (18) era de 204,88.

Verificou-se a existência de 2.341 processos sobrestados/suspensos.

Não foi registrado o extravio de processo nos últimos 24 meses, nem a restauração de autos no mesmo período.

Nos últimos 24 meses, a contar da data do início da correição, foram realizadas 136 audiências pelo magistrado titular da unidade e 76 audiências pelo magistrado substituto, tendo sido realizadas 02 inspeções judiciais.

6.16.8. Cumprimento de metas e resoluções do CNJ

Meta 1 (Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente).

Meta não cumprida. A unidade judiciária informou que, no ano de 2017, foram distribuídas 2.278 novas ações e, no mesmo período, a Vara alcançou o número de 776 ações julgadas.

Meta 2 (Identificar e julgar, até 31/12/2017, pelo menos 100% dos processos distribuídos até 31/12/2012, 85% dos processos distribuídos em 2013 nos 1º e 2º graus, e 100% dos processos distribuídos até 31/12/2014 nos Juizados Especiais e Turmas Recursais Federais).

Em relação aos processos distribuídos até 31/12/2012, a Vara informou os seguintes dados:

- Total: 42 processos.
- Julgados: 6 (14%);
- Pendentes de julgamento: 3 (8%);
- Suspensos: 33 (78%).

Quanto aos processos distribuídos em 2013, a situação informada foi a seguinte:

- Total: 16 processos.
- Julgados: 2 (12,5%);
- Pendentes de julgamento: 11 (68,75%);
- Suspensos: 3 (18,75%).

Meta 3 (Aumentar os casos solucionados por conciliação, fomentando o alcance do percentual mínimo de 2% na proporção dos processos conciliados em relação aos distribuídos).

A unidade não apresentou informação que permita concluir se houve o cumprimento de tal meta.

Meta 4 (Identificar e julgar, até 31/12/2017, 70% das ações de improbidade administrativa distribuídas até 31/12/2014).

Meta não cumprida. A Vara informou que jugou aproximadamente 6% dos processos incluídos na meta.

Meta 5 (Baixar quantidade maior de processos de execução não fiscal do que o total de casos novos de execução não fiscal no ano corrente).

Meta cumprida. Foram distribuídos 274 processos e julgados 329.

Meta 6 (Identificar e julgar, até 31/12/2017, entre 70% e 85% das ações coletivas distribuídas até 31/12/2013, no 1º e 2º graus).

A unidade informou que havia apenas um processo, destacado para essa meta, pendente de julgamento (0000101-24.2008.4.05.8102).

Metas Específicas para a Justiça Federal

Baixar quantidade maior de processos criminais do que os casos novos criminais no ano corrente; Julgar quantidade maior de processos criminais do que os casos novos criminais no ano corrente.

Meta cumprida.

Processos distribuídos: 15;
Processos baixados: 49;
Processos julgados: 25.

Identificar e julgar, até 31/12 do ano corrente, 70% das ações penais vinculadas aos crimes relacionados à improbidade administrativa, ao tráfico de pessoas, à exploração sexual e ao trabalho escravo, distribuídas até 31/12/2014).

A Vara informou que julgou aproximadamente 65,38% dos processos.

Processos distribuídos: 26;
Processos julgados: 17.

Acerca do cumprimento do Provimento CNJ nº 29/2013

A unidade jurisdicional vem atualizando o Cadastro Nacional de Condenados por Ato de Improbidade Administrativa e por Ato que implique inelegibilidade (CNCIAI).

Acerca do cumprimento das exigências previstas na Resolução CNJ nº 66/2009, com a redação introduzida pela Resolução CNJ nº 87/2009, e sobre a necessidade de inserção, no sistema informatizado, do Relatório de Controle de Prisões

A 16ª Vara Federal vem atendendo às referidas exigências.

6.16.9. Processos selecionados para correição

Foram correicionados 60 processos físicos (quando da correição tinham 1.019 processos físicos em tramitação ajustada).

Quanto aos processos do Sistema PJe, foram correicionados 120 processos (quando da correição tinham 2.686 processos eletrônicos em tramitação ajustada).

6.16.9.1. Principais constatações da análise individual de processos

6.16.9.1.1. Processos Físicos

Da análise individual dos processos, devem ser destacadas as seguintes ocorrências:

DEMORA NA CONCLUSÃO:		
TIPO DE AÇÃO	Nº DO PROCESSO	OBSERVAÇÃO
Improbidade Administrativa	00020559520144058102	Para sentença: de 12.12.2017 a 20.04.2018.
Execução Fiscal	00002599820164058102	Demora excessiva: petição juntada em 28/03/17, nova petição juntada em

		28/09/17(último movimento) ainda aguardando conclusão.
Execução Fiscal	00008062720054058102	Juntada de pet. em 26/10/15, conclusão em 27/01/16.
Execução Fiscal	00003933820104058102	Juntada em 18/07/16, conclusão em 27/10/16; juntada em 23/03/17 e conc. em 31/10/17.
Execução Fiscal	00004256720154058102	Juntada em 11/10/16, conclusão em 14/02/17; certificação em 11/01/18 (últimomovimento), aguardando conclusão.
Execução Fiscal	00005668620154058102	Juntada em 17/06/16, conclusão em 10/10/16
Execução Fiscal	00002203820154058102	Juntada em 27/06/16, conclusos em 16/11/16.
Execução Fiscal	00009817920094058102	Juntada em 11/07/17, conclusão em 30/10/17.
Criminal	00001010920174058102	Juntada em 16/01/17, conclusão em 18/04/18.
Criminal	00010579820124058102	Demora excessiva: juntada de carta precatória em 03/08/17, conclusos em 07/03/2018.
Improbidade Administrativa	00003287720094058102	De fl. 406.
Improbidade Administrativa	00012290620134058102	De fl. 432 (junho a ago/16).
Execução Fiscal	00053271520054058102	De fl. 251 (maio a out/16).
Criminal	00001379020134058102	Para sentença, desde 04.10.2017.
DEMORA NA JUNTADA DE EXPEDIENTE:		
TIPO DE AÇÃO	Nº DO PROCESSO	OBSERVAÇÃO
Improbidade Administrativa	00000200381000165642	De fl. 469 - ago a dez/17.
DEMORA NA PROLAÇÃO DE DECISÃO/ SENTENÇA:		
TIPO DE AÇÃO	Nº DO PROCESSO	OBSERVAÇÃO
Improbidade Administrativa	00000636520154058102	De 30.09.2016 a 13.11.2017.
Improbidade	00003243520124058102	Desde 09.10.2017.

Administrativa		
Criminal	00001993320134058102	De 06.06.2017 a 13.12.2017.
Improbidade Administrativa	00000881520144058102	Demora na prolação da sentença dos embargos de declaração (desde ago/17).
Execução Fiscal	00053271520054058102	Da decisão de fls. 215/216 (fev a out/14).
Criminal	00001444820144058102	Conclusos desde 08/11/17.
Improbidade Administrativa	00006066820154058102	Da decisão de fls. 377/382 (fev a ago/17).
Improbidade Administrativa	00012784720134058102	Desde 20.09.2017.
Improbidade Administrativa	00012290620134058102	Da decisão de fls. 466 (out/16 a fev/18).
Criminal	00020671220144058102	Desde 01/02/18.
Civil Pública	00006569420154058102	Desde 08/02/18.
Improbidade Administrativa	00010157820144058102	Desde 08.11.2017.
Civil Pública	00012553320154058102	Da decisão de fls. 89/92.
Criminal	00016401520144058102	Demora na prolação da sentença (mais de 60 dias).
Civil Pública	00000653520154058102	Da sentença dos embargos de declaração desde 08/02/18.
Criminal	00003167220144058107	Demora na prolação da sentença (mais de 60 dias).
Improbidade Administrativa	00015776320094058102	De 26.09.2016 a 11.09.2017.
Criminal	00005925020164058102	Conclusos desde 16/01/18.
Criminal	00010994520154058102	Demora excessiva, conclusos para sentença desde 07/08/17.
Improbidade Administrativa	00017423720144058102	Demora na prolação da sentença dos embargos de declaração (desde out/17).
Criminal	00000731220154058102	Demora na prolação da sentença dos embargos desde nov/17.
Improbidade Administrativa	00015288020134058102	Desde 05.10.2017.

Improbidade Administrativa	00012432420124058102	Desde 27.09.2017.
DEMORA NA PROLAÇÃO DE DESPACHO:		
TIPO DE AÇÃO	Nº DO PROCESSO	OBSERVAÇÃO
Execução Fiscal	00004903820104058102	De 31.01.2017 a 08.05.2017.
DEMORA PARA CERTIFICAR O DECURSO DE PRAZO:		
TIPO DE AÇÃO	Nº DO PROCESSO	OBSERVAÇÃO
Execução Fiscal	00004256720154058102	Edital de 09/06/17, prazo 30 dias, certificação em 11/01/18.
Execução Fiscal	00005668620154058102	Edital de 17/03/17, certificação em 16/01/18.
FEITO EM ORDEM:		
TIPO DE AÇÃO	Nº DO PROCESSO	OBSERVAÇÃO
Execução Fiscal	00002581620164058102	
Execução Fiscal	00010034020094058102	
Criminal	00001502120154058102	
Improbidade Administrativa	00001355220154058102	
Civil Pública	00000200981020013734	
Criminal	00001055120144058102	
OUTROS:		
TIPO DE AÇÃO	Nº DO PROCESSO	OBSERVAÇÃO
Cautelar	00013478920074058102	Ausência de termo de conclusão.
Cautelar	00013478920074058102	Processo sem movimentação, desde 15.08.2017.
Execução Fiscal	00050881120054058102	Processo sem movimentação, desde 22.01.2018.
Execução Fiscal	00050881120054058102	Demora na cobrança de cumprimento de ofício expedido, de 21.02.2017.
Execução Fiscal	00004903820104058102	Processo sem movimentação, desde 23.01.2018.
Improbidade	00139065520054058100	Processo sem movimentação, desde

Administrativa		06.10.2017.
Improbidade Administrativa	00015724120094058102	Demora excessiva na prolação de sentença, de 26.09.2016 a 07.03.2018.
Improbidade Administrativa	00016661320144058102	Processo sem movimentação, desde 24.10.2017.
Improbidade Administrativa	00001034720154058102	Processo sem movimentação, desde 02.05.2017.
Criminal	00006869520164058102	Demora na prolação da sentença (desde out/17).
Improbidade Administrativa	00003555020154058102	Sem movimentação desde fev/18.
Execução Fiscal	00005261220124058102	Petição de fl. 121 pendente de análise.
Improbidade Administrativa	00019571320144058102	Sem movimentação desde set/17.
Execução Fiscal	00002608320164058102	Demora no cumprimento do despacho de fls. 70/71 (abril a nov/16).
Execução Fiscal	00002608320164058102	Sem movimentação entre maio e out/17 (fls. 72v e 74).
Execução Fiscal	00002608320164058102	Sem movimentação desde jan/18 (fl. 77v).
Execução Fiscal	00053271520054058102	Ausência de termo de conclusão para a decisão de fl. 231.
Execução Fiscal	00053271520054058102	Demora no cumprimento do despacho de fl. 251 (out/16 a fev/17) e de fl. 259 (junho a out/17).
Execução Fiscal	00053271520054058102	Sem movimentação desde fev/18.
Improbidade Administrativa	00006066820154058102	Sem movimentação desde set/17 (v. fl. 387v).
Improbidade Administrativa	00015579620144058102	Ausência de certificação (publicação em 06/10/17, sem certificação de decurso de prazo nos autos); certidão em branco/sem assinatura).
Criminal	00009513920124058102	Demora na secretaria de 27/09/17 a 02/02/18.

Execução Fiscal	00008388020154058102	Demora no cumprimento de despacho datado de 10/10/16 (expedição de edital em 23/03/17) e mandado expedido em 04/12/17 (último movimento).
Execução Fiscal	00009817920094058102	Demora no cumprimento de despacho, proferido em 30/10/17 (determinada a expedição de mandado, ainda não cumprido).
Execução Fiscal	00002203820154058102	Demora no cumprimento de despacho, datado de 16/11/16 (expedição de mandado em 08/03/17, e intimação em 14/09/17, mandado de aval/penhora em 12/03/18).
Execução Fiscal	00005668620154058102	Demora no cumprimento de despachos (datados de 30/11/15 e 10/10/16), expedição de CP/edital (em 11/03/16 e em 16/03/17, respec.).
Execução Fiscal	00004256720154058102	Paralisação na secretaria (de 27/05/2016 a 30/08/16).
Execução Fiscal	00004256720154058102	Demora no cumprimento de despacho datado de 14/02/17, expedição de edital em 05/06/17.
Execução Fiscal	00003933820104058102	Demora no cumprimento de despacho, datado de 31/10/17 (último movimento) ainda não cumprido.
Execução Fiscal	00002599820164058102	Autos paralisados na secretaria de 19/12/16 (juntada de AR) até 06/03/17.
Execução Fiscal	00004436920074058102	Demora no cumprimento de despacho datado de 11/05/15, intimação em 14/09/17.
PARALISAÇÃO IRREGULAR:		
TIPO DE AÇÃO	Nº DO PROCESSO	OBSERVAÇÃO
Improbidade Administrativa	00000200381000165642	Desde dez/17.

Civil Pública	00012553320154058102	Desde maio/17.
Outras Observações:		
<p>Processo : 00001010920174058102 Classe: Criminal - falsa identidade.</p> <p>Processo : 00001444820144058102 Classe: Criminal - falsificação de documentos.</p> <p>Processo : 00002203820154058102 Classe: Execução Fiscal - grande devedor. Anexo 00011326920144058102.</p> <p>Processo : 00002581620164058102 Classe: Execução Fiscal - parcelamento.</p> <p>Processo: 00003933820104058102 Classe: Execução Fiscal - anexos 000085072007; 0000593162008; 0005325452005; 000532630.</p> <p>Processo: 00004436920074058102 Classe: Execução Fiscal - anexos 0006782152005; 0001104772009; 0001011172009; 0000967952009; 0001567532008; 0000193602012; 0000735782012; 0001180332011.</p> <p>Processo : 00005925020164058102 Classe: Criminal - estelionato.</p> <p>Processo : 00009513920124058102 Classe: Criminal - fato: anos de 2003 e 2004.</p> <p>Processo: 00009817920094058102 Classe: Execução Fiscal - anexos 0001279-712009; 0000853252010; 0000962732009 e 0001016392009.</p> <p>Processo: 00010034020094058102 Classe: Execução Fiscal - Apensos: 0000885-93, 0000886-78, 0000026-43, 0000890-18, 0000891-03, 0000887-63, 0000870-32, 0000108-74, 0001185-55, 0000493-22, 0000188-38.</p> <p>Processo: 00010579820124058102 Classe: Criminal - contrabando/descaminho.</p> <p>Processo : 00010994520154058102 Classe: Criminal - peculato.</p> <p>Processo : 00050881120054058102 Classe: Execução Fiscal - Recebida em 26.10.2005. Apensos: 0000389-98, 0000522-82, 0000980-02, 0005947-27, 0000380-39, 0000230-92, 0000780-92, 0000440-17, 0007033-33, 0000905-60, 0000234-71, 0000009-07.</p>		

6.16.9.1.2. Processos Judiciais Eletrônicos (PJe)

Quanto aos processos eletrônicos, merecem registro as seguintes situações:

Número do Processo	Classe Judicial	Assunto	Último Evento	Polo Ativo	Polo Passivo	Correicionado
Ausência/demora na conclusão						
0000126-90.2015.4.05.8102	AÇÃO PENAL - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO	Crimes de Responsabilidade	Juntada de Certidão de Intimação	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL -	SINVAL MONTEIRO DE SANTANA e outro -	SIM
0001244-72.2013.4.05.8102	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Dano ao Erário e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL -	LUZIER ALVES DE SOUZA e outros -	SIM
0001935-52.2014.4.05.8102	AÇÃO CIVIL PÚBLICA	Dano ao Erário e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL -	MUNICIPIO DE JUAZEIRO DO NORTE e outro - 07.974.082/0001-14	SIM

0800055-21.2016.4.05.8102	PROCEDIMENTO COMUM	Benefício Assistencial (Art. 203, V CF/88)	Juntada de Certidão de Intimação	GEOVANI TAVARES DE MACEDO e outro - 017.086.623-83	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS - 29.979.036/0001-40	SIM
0800193-85.2016.4.05.8102	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Dano ao Erário	Juntada de Certidão	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	COOPNAFER - COOPERATIVA NACIONAL DA AGRICULTURA FAMILIAR E EMPREENDEDORES FAMILIARES RURAIS e outros - 15.176.145/0001-15	SIM
0800226-07.2018.4.05.8102	AÇÃO PENAL - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO	Corrupção passiva e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL -	CICERO HELIO INACIO DE SALES e outros - 895.826.083-15	SIM
0800296-29.2015.4.05.8102	PROCEDIMENTO COMUM	Abono da Lei 8.178/91	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FRANCISCO ARAUJO TELES - 002.948.293-34	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS - 29.979.036/0001-40	SIM
0800514-23.2016.4.05.8102	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA CONTRA A FAZENDA PÚBLICA	FUNDEF/Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério	Juntada de Impugnação ao Cumprimento de Sentença	ASS DOS PROFESSORES DE ESTABELECIMENTOS OFICIAIS CEARA - 06.938.146/0001-69	MUNICIPIO DE JUAZEIRO DO NORTE - 07.974.082/0001-14	SIM
0800574-30.2015.4.05.8102	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Dano ao Erário	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL -	EDISON AFONSO DE CARVALHO e outros -	SIM
0800627-74.2016.4.05.8102	EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL	Efeito Suspensivo / Impugnação / Embargos à Execução	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	ANTERO TORRES - 007.136.196-00	FAZENDA NACIONAL - 00.204.460/0216-52	SIM
0800649-35.2016.4.05.8102	EXECUÇÃO FISCAL	Ambiental e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVAVEIS - IBAMA - 03.659.166/0001-02	CARLOS SILVA DOS SANTOS - 047.541.753-44	SIM
0800669-60.2015.4.05.8102	PROCEDIMENTO COMUM	Benefício Assistencial (Art. 203, V CF/88)	Remetidos os Autos (em grau de recurso) para TRF5	R. F. D. S. e outro - 045.501.063-36	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS - 29.979.036/0001-40	SIM
0800827-81.2016.4.05.8102	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Proferido despacho de mero expediente	FAZENDA NACIONAL 00.204.460/0216-52	FRANCISCO MAGLONIO GOMES	SIM
0800836-43.2016.4.05.8102	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FAZENDA NACIONAL 00.204.460/0216-52	MARIA DE LOURDES ARRAES PEIXOTO -	SIM

0800862-41.2016.4.05.8102	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	LUIZ MARIVANDO BARROS -	SIM
0800896-16.2016.4.05.8102	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	ANTONIO WILSON MIGUEL DE SOUZA -	SIM
0800902-23.2016.4.05.8102	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	HC CONSULTORIA & ASSESSORIA JURIDICA S/S LTDA - 10.820.943/0001-14	SIM
0800904-90.2016.4.05.8102	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	A M E CONSTRUCOES E EMPREENDIMENTOS EIRELI - ME - 19.760.618/0001-88	SIM
0800932-58.2016.4.05.8102	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CONSELHO REGIONAL DE FONOAUDIOLOGIA 8 REGIAO - 08.077.490/0001-36	ANA PAULA DE FREITAS TEIXEIRA GUEDES - 430.638.373-34	SIM
0800936-95.2016.4.05.8102	PROCEDIMENTO COMUM	Restabelecimento	Juntada de Certidão de Intimação	MARIA ILZA SILVA FERNANDES - 556.265.213-72	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS - 29.979.036/0001-40	SIM
0800965-48.2016.4.05.8102	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Violação aos Princípios Administrativos	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	UNIÃO FEDERAL - 26.994.558/0001-23	EDENILDA LOPES DE OLIVEIRA SOUSA -	SIM
0800970-70.2016.4.05.8102	AÇÃO CIVIL PÚBLICA	FUNDEF/Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL e outro - 03.636.198/0001-92	MUNICIPIO DE BARBALHA - 06.740.278/0001-81	SIM
0801021-81.2016.4.05.8102	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	F R BARRETO TIBURI - ME -	SIM
0801063-33.2016.4.05.8102	EXECUÇÃO FISCAL	Ambiental e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVAVEIS - IBAMA - 03.659.166/0001-02	JOSELEO FERREIRA LUCENA - 927.246.203-72	SIM
0801091-98.2016.4.05.8102	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVAVEIS - IBAMA - 03.659.166/0001-02	FERNANDO JOSE JUCA DA SILVA - 276.384.803-68	SIM
0801106-67.2016.4.05.8102	PROCEDIMENTO COMUM	Acidente de Trânsito e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MANOEL ALEXANDRE DA SILVA - 008.588.553-30	DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES - DNIT - 04.892.707/0001-00	SIM
0801255-63.2016.4.05.8102	DESAPROPRIAÇÃO	Desapropriação por Utilidade Pública / DL 3.365/1941	Juntada de Certidão	UNIÃO FEDERAL - 26.994.558/0001-23	MARIA CONSTANCIA DE SANTANA e outro - 500.342.702-62	SIM
0801256-48.2016.4.05.8102	DESAPROPRIAÇÃO	Desapropriação por Utilidade Pública / DL 3.365/1941	Juntada de Certidão de Intimação	UNIÃO FEDERAL - 26.994.558/0001-23	RITA DE CASSIA TAVARES ALVES e outros - 063.501.033-00	SIM
0801258-18.2016.4.05.8102	DESAPROPRIAÇÃO	Desapropriação por Utilidade Pública / DL 3.365/1941	Conclusos para julgamento	UNIÃO FEDERAL - 26.994.558/0001-23	ANTONIO MARTINS DE SOUZA -	SIM
0801352-63.2016.4.05.8102	PROCEDIMENTO COMUM	Anulação	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL SECCAO DO CEARA - OAB CE - 07.375.512/0001-81	UNIVERSIDADE REGIONAL DO CARIRI URCA e outro - 06.740.864/0001-26	SIM

0801374-24.2016.4.05.8102	PROCEDIMENTO COMUM	Fundo de Participação dos Municípios	Expedição de documento	MUNICIPIO DE IPAUMIRIM -	UNIÃO FEDERAL - 26.904.558/0001-22	SIM
0801434-94.2016.4.05.8102	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CONSELHO REGIONAL DE ODONTOLOGIA DO CEARA - 00.000.000/0006-26	WALTER DE OLIVEIRA BRITO - 059.369.693-04	SIM

0801494-33.2017.4.05.8102	AÇÃO PENAL - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO	Crime contra a administração ambiental	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL -	FRANCISCO GONCALVES DO NASCIMENTO -	SIM
0801816-53.2017.4.05.8102	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Dano ao Erário e outros	Juntada de Certidão de Intimação	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL -	EXODO CONSTRUTORA LTDA - ME e outros - 12.462.289/0001-40	SIM
Lapso entre conclusão e prolação da sentença						
0001935-52.2014.4.05.8102	AÇÃO CIVIL PÚBLICA	Dano ao Erário e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL -	MUNICIPIO DE JUAZEIRO DO NORTE e outro - 07.974.082/0001-14	SIM
0002186-70.2014.4.05.8102	AÇÃO CIVIL PÚBLICA	Tratamento Médico-Hospitalar	Juntada de Petição	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL -	MUNICIPIO DE BARBALHA e outro -	SIM
0800304-69.2016.4.05.8102	PROCEDIMENTO COMUM	Aposentadoria Especial (Art. 57/8)	Remetidos os Autos (em grau de recurso) para TRF5	JOÃO FRANCISCO LUCENA FRANCO -	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS - 29.979.036/0001-40	SIM
0800442-36.2016.4.05.8102	PROCEDIMENTO COMUM	Abatimento proporcional do preço	Expedição de expediente	CARLOS APARECIDO DOS SANTOS -	CAIXA SEGURADORA S/A e outro - 34.020.354/0001-10	SIM
0800647-02.2015.4.05.8102	EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL	Efeito Suspensivo / Impugnação / Embargos à Execução	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	JONATAS RIBEIRO MACEDO - 012.952.313-52	INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVAVEIS - IBAMA - 03.659.166/0001-02	SIM
0800669-60.2015.4.05.8102	PROCEDIMENTO COMUM	Benefício Assistencial (Art. 203, V CF/88)	Remetidos os Autos (em grau de recurso) para TRF5	R. F. D. S. e outro - 045.501.063-36	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS - 29.979.036/0001-40	SIM
0800691-84.2016.4.05.8102	PROCEDIMENTO COMUM	Enriquecimento ilícito	Juntada de Certidão de Intimação	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS - 29.979.036/0001-40	MARIA DAS GRACAS DA SILVA DOS SANTOS -	SIM
0800904-90.2016.4.05.8102	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	A ME CONSTRUCOES E EMPREENDIMENTOS EIRELI - ME - 19.760.618/0001-88	SIM
0800970-70.2016.4.05.8102	AÇÃO CIVIL PÚBLICA	FUNDEF/Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL e outro - 03.636.198/0001-92	MUNICIPIO DE BARBALHA - 06.740.278/0001-81	SIM
0801278-09.2016.4.05.8102	PROCEDIMENTO COMUM	Obrigação de Fazer / Não Fazer	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DO CEARA - COREN/CE - 06.572.788/0001-97	MUNICIPIO DE JUAZEIRO DO NORTE e outro - 07.974.082/0001-14	SIM
0801326-65.2016.4.05.8102	REINTEGRAÇÃO / MANUTENÇÃO DE POSSE	Reintegração de Posse	Juntada de Certidão de Intimação	DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES - DNIT - 04.892.707/0001-00	IDELFONSO VIEIRA DINIZ - 660.154.728-04	SIM
0801367-32.2016.4.05.8102	EMBARGOS DE TERCEIRO	Construção / Penhora / Avaliação / Disponibilidade de Bens	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF - 00.360.305/0001-04	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	SIM
0801374-24.2016.4.05.8102	PROCEDIMENTO COMUM	Fundo de Participação dos Municípios	Expedição de documento	MUNICIPIO DE IPAUMIRIM -	UNIÃO FEDERAL -	SIM

0801388-08.2016.4.05.8102	EMBARGOS DE TERCEIRO	Construção / Penhora / Avaliação / Indisponibilidade de Bens	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	ALEXANDRE THOUET e outros -	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	SIM
0801717-83.2017.4.05.8102	AÇÃO CIVIL PÚBLICA	Tratamento Médico-Hospitalar	Expedição de documento	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL -	ESTADO DO CEARA e outro -	SIM
Lapso entre conclusão e prolação despacho/decisão						

0000624-55.2016.4.05.8102	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Dano ao Erário e outros	Juntada de Certidão de Intimação	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL -	ARMANDO QUARESMA TRIGUEIRO -	SIM
0800060-09.2017.4.05.8102	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Dano ao Erário	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL -	ALYNE RODRIGUES ALENCAR DA SILVA e outro - 939.175.383-34	SIM
0800296-29.2015.4.05.8102	PROCEDIMENTO COMUM	Abono da Lei 8.178/91	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FRANCISCO ARAUJO TELES - 002.948.293-34	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS - 29.979.036/0001-40	SIM
0800333-22.2016.4.05.8102	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Dano ao Erário e outros	Juntada de Contestação	FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO - FNDE e outros - 00.378.257/0001-81	manoel raimundo de santana - null	SIM
0800900-53.2016.4.05.8102	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	FRANCISCO DE ASSIS FLORENTINO - ME - 05.714.852/0001-64	SIM
0800931-73.2016.4.05.8102	EXECUÇÃO FISCAL	Enriquecimento ilícito e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAUDE - FUNASA - 26.989.350/0001-16	FRANCISCO WALTER PEIXOTO - 006.171.893-34	SIM
0800936-95.2016.4.05.8102	PROCEDIMENTO COMUM	Restabelecimento	Juntada de Certidão de Intimação	MARIA ILZA SILVA FERNANDES - 556.265.213-72	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS - 29.979.036/0001-40	SIM
0801106-67.2016.4.05.8102	PROCEDIMENTO COMUM	Acidente de Trânsito e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MANOEL ALEXANDRE DA SILVA - 008.588.553-30	DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES - DNIT - 04.892.707/0001-00	SIM
Lapso sem movimentação processo na Secretaria						
0000016-67.2010.4.05.8102	DESAPROPRIAÇÃO	Desapropriação e outros	Proferido despacho de mero expediente	ESTADO DO CEARA e outro - 07.054.480/0001-70	ESPOLIO DE FRANCISCO TEIXEIRA DE MACEDO -	SIM
0000042-21.2017.4.05.8102	AÇÃO PENAL - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO	Crimes de Responsabilidade	Juntada de Certidão de Intimação	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL -	JEFFERSON FEITOSA DE OLIVEIRA e outros	SIM
0000126-22.2017.4.05.8102	AÇÃO PENAL - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO	Extorsão	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.108/0001-03	COSME LUIZ FERNANDES MENDONCA - 113.402.507-64	SIM
0000171-60.2016.4.05.8102	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Dano ao Erário e outros	Juntada de Certidão de Intimação	FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO - FNDE e outro - 00.378.257/0001-81	CARLOS ANTONIO BANDEIRA e outro - 422.299.363-87	SIM
0000234-22.2015.4.05.8102	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Dano ao Erário e outros	Conclusos para julgamento	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL -	JOSEFA LUCIENE DIAS ROLIM e outros -	SIM
0000255-66.2013.4.05.8102	AÇÃO CIVIL PÚBLICA	Fornecimento de Medicamentos	Juntada de Certidão de Intimação	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL -	ESTADO DO CEARA e outro -	SIM
0000260-49.2017.4.05.8102	AÇÃO PENAL - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO	Inserção de dados falsos em sistema de informações	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.108/0001-03	AMANDA MARIA FIGUEIREDO DA SILVA - 026.792.093-89	SIM
0000292-93.2013.4.05.8102	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Dano ao Erário e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO - FNDE e outro - 00.378.257/0001-81	FEDOR DOSTOIEVSKY VIANA e outros - 930.351.603-68	SIM
0000357-20.2015.4.05.8102	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Dano ao Erário e outros	Juntada de Certidão	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.108/0001-03	FRANCISCO ERIVALDO DE SOUZA e outros - 403.721.033-91	SIM
0000624-55.2016.4.05.8102	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Dano ao Erário e outros	Juntada de Certidão de Intimação	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL -	ARMANDO QUARESMA TRIGUEIRO -	SIM

0001011-07.2015.4.05.8102	DESAPROPRIAÇÃO	Desapropriação por Interesse Social Comum / L 4.132/1962	Expedição de expediente	INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZACAO E REFORMA AGRARIA - INCRA - 00.375.972/0001-60	REZULA VIRGINIO CLEMENTINO -	SIM
---------------------------	----------------	---	----------------------------	---	---------------------------------	-----

0001244-72.2013.4.05.8102	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Dano ao Erário e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL -	LUZIER ALVES DE SOUZA e outros -	SIM
0001321-47.2014.4.05.8102	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Dano ao Erário	Juntada de Certidão de Retificação de Autuação	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL -	LUIZ HUMBERTO LEAL e outros -	SIM
0001343-08.2014.4.05.8102	AÇÃO PENAL - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO	Disposição de coisa alheia como própria e outros	Juntada de Certidão	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL -	CICERO GEORGE RODRIGUES DA SILVA e outro - 007.236.173-50	SIM
0001364-47.2015.4.05.8102	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Dano ao Erário e outros	Juntada de Certidão	MUNICIPIO DE LAVRAS DA MANGABEIRA e outro - 07.609.621/0001-16	EDENILDA LOPES DE OLIVEIRA SOUSA e outro - 244.368.283-87	SIM
0001404-63.2014.4.05.8102	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Enriquecimento ilícito	Conclusos para despacho	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL -	JOSE ALDERI FIALHO CAVALCANTE e outros - 837.868.053-34	SIM
0001535-38.2014.4.05.8102	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Dano ao Erário	Conclusos para despacho	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL -	JORDACHY FRANK BEZERRA CALDAS e outros - 913.541.963-68	SIM
0800192-03.2016.4.05.8102	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Dano ao Erário	Juntada de Certidão de Retificação de Autuação	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL -	LUISIANE GONDIM PEREIRA DE SOUZA RICARDO e outros - 691.188.173-00	SIM
0800193-85.2016.4.05.8102	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Dano ao Erário	Juntada de Certidão	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	COOPNAFER - COOPERATIVA NACIONAL DA AGRICULTURA FAMILIAR E EMPREENDEDORES FAMILIARES RURAIS e outros - 15.176.145/0001-15	SIM
0800274-34.2016.4.05.8102	EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL	Construção / Penhora / Avaliação / Indisponibilidade de Bens e outros	Juntada de Certidão de decurso de prazo	ELIAS SOARES SOBRINHO - 399.201.603-00	INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVAVEIS - IBAMA e outro - 03.659.166/0001-02	SIM
0800304-69.2016.4.05.8102	PROCEDIMENTO COMUM	Aposentadoria Especial (Art. 57/8)	Remetidos os Autos (em grau de recurso) para TRF5	JOÃO FRANCISCO LUCENA FRANCO -	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS - 29.979.036/0001-40	SIM
0800396-13.2017.4.05.8102	DESAPROPRIAÇÃO	Desapropriação por Utilidade Pública / DL 3.365/1941	Juntada de Certidão	UNIÃO FEDERAL - 26.994.558/0001-23	JOELMA MEDEIROS SANTANA e outro -	SIM
0800665-52.2017.4.05.8102	AÇÃO PENAL - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO	Moeda Falsa / Assimilados	Juntada de Cota	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL -	BRUNO PEREIRA DE MELO - 069.845.043-41	SIM
0800812-15.2016.4.05.8102	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Juntada de Petição	FAZENDA NACIONAL - 00.204.460/0216-53	ANTONIO CLAUDECI MONTENEGRO -	SIM
0800906-60.2016.4.05.8102	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FAZENDA NACIONAL - 00.204.460/0216-53	JOSE FURTADO DE FIGUEIREDO -	SIM
0800931-73.2016.4.05.8102	EXECUÇÃO FISCAL	Enriquecimento ilícito e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE - FUNASA - 26.989.350/0001-16	FRANCISCO WALTER PEIXOTO - 006.171.803-34	SIM
0801060-78.2016.4.05.8102	EXECUÇÃO FISCAL	Ambiental e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVAVEIS - IBAMA - 03.659.166/0001-02	PEDRO ALVES NETO - 093.486.033-53	SIM

0801063-33.2016.4.05.8102	EXECUÇÃO FISCAL	Ambiental e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVAVEIS - IBAMA - 03.659.166/0001-02	JOSELEO FERREIRA LUCENA - 927.246.203-72	SIM
	EXECUÇÃO		Inspeção da	INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS	DJALMA GALDINO	

0801065-03.2016.4.05.8102	FISCAL	Dívida Ativa	Corregedoria-Geral da Justiça Federal	NATURAIS RENOVAVEIS - IBAMA - 03.659.166/0001-02	DANTAS - 379.282.953-34	SIM
0801069-40.2016.4.05.8102	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Juntada de Petição	INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVACAO DA BIODIVERSIDADE - ICMBio - 08.829.974/0001-94	TEREZINHA ALVES DE OLIVEIRA - 928.637.523-91	SIM
0801091-98.2016.4.05.8102	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVAVEIS - IBAMA - 03.659.166/0001-02	FERNANDO JOSE JUCA DA SILVA - 276.384.803-68	SIM
0801166-06.2017.4.05.8102	AÇÃO PENAL - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO	Falsidade ideológica	Juntada de Petição	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	MARKISYA MARIA MARCULINO SANTOS - 046.143.783-07	SIM
0801258-18.2016.4.05.8102	DESAPROPRIAÇÃO	Desapropriação por Utilidade Pública / DL 3.365/1941	Conclusos para julgamento	UNIÃO FEDERAL - 26.994.558/0001-23	ANTONIO MARTINS DE SOUZA -	SIM
0801278-09.2016.4.05.8102	PROCEDIMENTO COMUM	Obrigação de Fazer / Não Fazer	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DO CEARA - COREN/CE - 06.572.788/0001-97	MUNICIPIO DE JUAZEIRO DO NORTE e outro - 07.974.082/0001-14	SIM
0801398-52.2016.4.05.8102	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	SOLO REFEICOES INTINERANTES LTDA - ME - 11.951.989/0001-35	SIM
0801419-91.2017.4.05.8102	AÇÃO CIVIL PÚBLICA	Anulação	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL -	DIMAS DE OLIVEIRA COSTA e outros -	SIM
Lapso temporal para cumprimento despacho/decisão						
0800060-09.2017.4.05.8102	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Dano ao Erário	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL -	ALYNE RODRIGUES ALENCAR DA SILVA e outro - 939.175.383-34	SIM
0800193-85.2016.4.05.8102	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Dano ao Erário	Juntada de Certidão	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	COOPNAFER - COOPERATIVA NACIONAL DA AGRICULTURA FAMILIAR E EMPREENDEDORES FAMILIARES RURAIS e outros - 15.176.145/0001-15	SIM
0800627-74.2016.4.05.8102	EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL	Efeito Suspensivo / Impugnação / Embargos à Execução	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	ANTERO TORRES - 007.136.196-00	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	SIM
0800649-35.2016.4.05.8102	EXECUÇÃO FISCAL	Ambiental e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVAVEIS - IBAMA - 03.659.166/0001-02	CARLOS SILVA DOS SANTOS - 047.541.753-44	SIM
0800827-81.2016.4.05.8102	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Proferido despacho de mero expediente	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	FRANCISCO MAGLIONIO GOMES	SIM
0800836-43.2016.4.05.8102	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	MARIA DE LOURDES ARRAES PEIXOTO -	SIM
0800862-41.2016.4.05.8102	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	LUIZ MARIVANDO BARROS -	SIM
0800896-16.2016.4.05.8102	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	ANTONIO WILON MIGUEL DE SOUZA -	SIM

0800900-53.2016.4.05.8102	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	FRANCISCO DE ASSIS FLORENTINO - ME - 05.714.852/0001-64	SIM
0800902-23.2016.4.05.8102	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	HC CONSULTORIA & ASSESSORIA JURIDICA S/S LTDA - 10.820.943/0001-14	SIM

0801021-81.2016.4.05.8102	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	F R BARRETO TIBURI - ME -	SIM
0801060-78.2016.4.05.8102	EXECUÇÃO FISCAL	Ambiental e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVAVEIS - IBAMA - 03.659.166/0001-02	PEDRO ALVES NETO - 093.486.033-53	SIM
0801063-33.2016.4.05.8102	EXECUÇÃO FISCAL	Ambiental e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVAVEIS - IBAMA - 03.659.166/0001-02	JOSELEO FERREIRA LUCENA - 927.246.203-72	SIM
0801091-98.2016.4.05.8102	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVAVEIS - IBAMA - 03.659.166/0001-02	FERNANDO JOSE JUCA DA SILVA - 276.384.803-68	SIM
0801147-34.2016.4.05.8102	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Dano ao Erário	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE - FUNASA e outro - 26.989.350/0001-16	PROSERMA PROJETOS SERVICOS E MANUTENCAO LTDA - EPP e outros - 02.059.978/0001-54	SIM
0801218-02.2017.4.05.8102	AÇÃO PENAL - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO	Falsidade ideológica	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL -	JAILSON ALVES DOS SANTOS e outros -	SIM
0801258-18.2016.4.05.8102	DESAPROPRIAÇÃO	Desapropriação por Utilidade Pública / DL 3.365/1941	Conclusos para julgamento	UNIÃO FEDERAL - 26.994.558/0001-23	ANTONIO MARTINS DE SOUZA -	SIM
0801467-50.2017.4.05.8102	AÇÃO PENAL - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO	Contrabando ou descaminho	Juntada de Certidão	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL -	JOAO FAGNER FREIRE PEDROSA -	SIM
0801474-76.2016.4.05.8102	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	MUNICIPIO DE JUAZEIRO DO NORTE - CAMARA MUNICIPAL - 05.466.164/0001-22	SIM
Outros:						
0001404-63.2014.4.05.8102	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Enriquecimento ilícito	Conclusos para despacho	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL -	JOSE ALDERI FIALHO CAVALCANTE e outros - 837.868.053-34	SIM
0800192-03.2016.4.05.8102	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Dano ao Erário	Juntada de Certidão de Retificação de Autuação	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL -	LUISIANE GONDIM PEREIRA DE SOUZA RICARDO e outros - 691.188.173-00	SIM
0800574-30.2015.4.05.8102	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Dano ao Erário	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL -	EDISON AFONSO DE CARVALHO e outros -	SIM
0800626-60.2014.4.05.8102	PROCEDIMENTO COMUM	Abono de Permanência em Serviço (Art. 87)	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	JOAO BOSCO ALVES LEITE - 924.485.263-20	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS - 29.979.036/0001-40	SIM
0800769-44.2017.4.05.8102	DESAPROPRIAÇÃO	Desapropriação por Utilidade Pública / DL 3.365/1941	Juntada de Certidão	UNIÃO FEDERAL - 26.994.558/0001-23	ANTONIO MARTINS DE SOUZA -	SIM
0801063-33.2016.4.05.8102	EXECUÇÃO FISCAL	Ambiental e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVAVEIS - IBAMA - 03.659.166/0001-02	JOSELEO FERREIRA LUCENA - 927.246.203-72	SIM

0801256-48.2016.4.05.8102	DESAPROPRIAÇÃO	Desapropriação por Utilidade Pública / DL 3.365/1941	Juntada de Certidão de Intimação	UNIÃO FEDERAL - 26.994.558/0001-23	RITA DE CASSIA TAVARES ALVES e outros - 063.501.033-00	SIM
0801467-50.2017.4.05.8102	AÇÃO PENAL - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO	Contrabando ou descaminho	Juntada de Certidão	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL -	JOAO FAGNER FREIRE PEDROSA -	SIM
Paralisação irregular do processo						

0000256-12.2017.4.05.8102	AÇÃO PENAL - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO	Alienação ou Oneração Fraudulenta de Coisa Própria	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL -	MARIA DE OLIVEIRA LIMA - 466.183.413-53	SIM
0001343-08.2014.4.05.8102	AÇÃO PENAL - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO	Disposição de coisa alheia como própria e outros	Juntada de Certidão	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL -	CICERO GEORGE RODRIGUES DA SILVA e outro - 007.236.173-50	SIM
0800061-91.2017.4.05.8102	AÇÃO CIVIL PÚBLICA	Estabelecimentos de Ensino	Proferido despacho de mero expediente	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL -	FUNDAÇÃO CARIRI e outro -	SIM
0800647-02.2015.4.05.8102	EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL	Efeito Suspensivo / Impugnação / Embargos à Execução	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	JONATAS RIBEIRO MACEDO - 012.952.313-52	INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS - IBAMA - 03.659.166/0001-02	SIM
0800799-79.2017.4.05.8102	AÇÃO CIVIL PÚBLICA	FUNDEF/Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério	Juntada de Certidão	ASS DOS PROFESSORES DE ESTABELECIMENTOS OFICIAIS CEARA - 06.938.146/0001-69	UNIÃO FEDERAL e outro - 26.994.558/0001-23	SIM
0801018-29.2016.4.05.8102	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	SERRABELLA MINERAÇÃO E ABASTECIMENTO DE ÁGUA LTDA - ME - 01.352.542/0001-96	SIM
0801257-33.2016.4.05.8102	DESAPROPRIAÇÃO	Desapropriação por Utilidade Pública / DL 3.365/1941	Expedição de expediente	UNIÃO FEDERAL - 26.994.558/0001-23	T. T. F. e outros - 080.975.953-54	SIM
0801422-46.2017.4.05.8102	AÇÃO CIVIL PÚBLICA	Anulação	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL -	DIMAS DE OLIVEIRA COSTA e outros -	SIM
Processo em ordem						
0000022-30.2017.4.05.8102	AÇÃO PENAL - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO	Quadrilha ou Bando	Juntada de Certidão	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL -	ERIVALDO RUMAO DA LUZ e outros -	SIM
0000055-88.2015.4.05.8102	AÇÃO PENAL - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO	Estelionato Majorado	Expedição de documento	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL -	DONIZETE RODRIGUES BARBOSA e outro - 212.351.633-34	SIM
0000093-32.2017.4.05.8102	AÇÃO PENAL - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO	Crimes da Lei de licitações	Conclusos para julgamento	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL -	CLAUDIO ALVES PALACIO e outros -	SIM
0000215-45.2017.4.05.8102	AÇÃO PENAL - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO	Crimes contra o Meio Ambiente e o Patrimônio Genético	Expedição de expediente	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL -	JOSE CAVALCANTE DE LIMA -	SIM
0000256-46.2016.4.05.8102	AÇÃO PENAL - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO	Estelionato Majorado	Juntada de Certidão	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL -	EDILANEO RODRIGUES DE OLIVEIRA - 485.699.173-68	SIM
0000546-08.2009.4.05.8102	DESAPROPRIAÇÃO	Desapropriação por Utilidade Pública / DL 3.365/1941	Juntada de Certidão	UNIÃO FEDERAL - 26.994.558/0001-23	VICENTE PEREIRA DE ARAUJO -	SIM
0001302-41.2014.4.05.8102	AÇÃO PENAL - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO	Crimes contra a Flora	Juntada de Certidão	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL -	JOSE IVAN BARBOZA e outros -	SIM
0001618-54.2014.4.05.8102	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Dano ao Erário	Ato ordinatório praticado	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL -	FRANCISCO ALEXANDRE BARROS FILHO e outros - 107.998.423-20	SIM
0002197-02.2014.4.05.8102	AÇÃO PENAL - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO	Crime contra a administração ambiental	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL -	RENATO DE SOUSA ALENCAR -	SIM
0800063-95.2016.4.05.8102	PROCEDIMENTO COMUM	Acumulação de Cargos e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MARIA DONIZETTI HALLEY SOARES E SA - 386.037.564-49	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS - 29.979.036/0001-40	SIM

0800224-37.2018.4.05.8102	AÇÃO PENAL - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO	Estelionato	Juntada de Certidão	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL -	JANEMEIRE DE OLIVEIRA MORAIS e outros - 946.044.953-00	SIM
0800225-22.2018.4.05.8102	AÇÃO PENAL - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO	Crimes da Lei de licitações	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL -	FRANCISCA CELIA VIANA DE BRITO -	SIM

0800383-48.2016.4.05.8102	PROCEDIMENTO COMUM	Benefício Assistencial (Art. 203, V CF/88)	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CICERO DE ARAUJO SILVA e outro - 003.114.333-40	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS - 29.979.036/0001-40	SIM
0800395-28.2017.4.05.8102	DESAPROPRIAÇÃO	Desapropriação por Utilidade Pública / DL 3.365/1941	Juntada de Certidão	UNIÃO FEDERAL - 26.994.558/0001-23	BENTO ELIAS PEREIRA - 015.120.662-15	SIM
0800397-32.2016.4.05.8102	PROCEDIMENTO COMUM	Abono da Lei 8.178/91	Juntada de Petição	VICENTE NOROES MATOS - 001.620.943-53	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS - 29.979.036/0001-40	SIM
0800416-38.2016.4.05.8102	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Dano ao Erário	Conclusos para decisão	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	OLIVEIRA & SAMPAIO COMERCIAL DE LIVROS LTDA. e outros - 23594666000110	SIM
0800499-54.2016.4.05.8102	EMBARGOS DE TERCEIRO	Construção / Penhora / Avaliação / Indisponibilidade de Bens	Juntada de Embargos de Declaração	RODRIGO EMIDIO LIMA DE BRITO e outro - 884.698.323-87	FAZENDA NACIONAL e outro - 00.394.460/0216-53	SIM
0800562-16.2015.4.05.8102	PROCEDIMENTO COMUM	Abono da Lei 8.178/91	Remetidos os Autos (em grau de recurso) para TRF5	ANTONIO LOURENCO DA SILVA - 262.084.743-53	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS - 29.979.036/0001-40	SIM
0800607-20.2015.4.05.8102	PROCEDIMENTO COMUM	Aposentadoria por Invalidez e outros	Juntada de Apelação	JOSE NOGUEIRA DOMINGOS - 971.649.173-53	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS - 29.979.036/0001-40	SIM
0800629-44.2016.4.05.8102	AÇÃO CIVIL PÚBLICA	Medicamento / Tratamento / Cirurgia de Eficácia não comprovada	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	UNIÃO FEDERAL e outro - 26.994.558/0001-23	SIM
0800645-95.2016.4.05.8102	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA	Cruzados Novos / Bloqueio	Juntada de Apelação	MANOEL VIEIRA DE SOUSA -	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF -	SIM
0800875-40.2016.4.05.8102	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	RAIMUNDO PEREIRA NEVES -	SIM
0800878-92.2016.4.05.8102	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	JANAINA MADEIRO LUCENA GONDIM -	SIM
0800949-94.2016.4.05.8102	PROCEDIMENTO COMUM	Enriquecimento ilícito	Juntada de Certidão de Intimação	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS - 29.979.036/0001-40	ALUISIO FRANCA PEREIRA e outro - 072.553.143-68	SIM
0801174-80.2017.4.05.8102	AÇÃO PENAL - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO	Crimes de Responsabilidade	Juntada de Certidão	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL -	ROBERTO WAGNER LEITE MACHADO e outro - 730.295.993-53	SIM
0801417-24.2017.4.05.8102	AÇÃO CIVIL PÚBLICA	Anulação	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL -	DIMAS DE OLIVEIRA COSTA e outros -	SIM
0801418-09.2017.4.05.8102	AÇÃO CIVIL PÚBLICA	Anulação	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL -	DIMAS DE OLIVEIRA COSTA e outros -	SIM
0801420-76.2017.4.05.8102	AÇÃO CIVIL PÚBLICA	Anulação	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL -	MUNICIPIO DE BARBALHA e outros -	SIM
0801421-61.2017.4.05.8102	AÇÃO CIVIL PÚBLICA	Anulação	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	MUNICIPIO DE BREJO SANTO e outros - 07.620.701/0001-72	SIM
0801424-16.2017.4.05.8102	AÇÃO CIVIL PÚBLICA	Anulação	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL -	DIMAS DE OLIVEIRA COSTA e outros -	SIM

0801541-07.2017.4.05.8102	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Dano ao Erário e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	RAIMUNDO ALEXANDRE FERREIRA - ME e outros - 00.651.078/0001-76	SIM
0801832-07.2017.4.05.8102	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Dano ao Erário e outros	Juntada de Certidão	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL -	JOSE URIAS FILHO - ME e outros -	SIM

6.16.10. Correição anterior e autoinspeção

A unidade informou vem se esforçando constantemente para cumprir as determinações e orientações oriundas da Corregedoria. Dentre as observações realizadas na Correição anterior, o Juízo tem vertido especial atenção a, por exemplo, demoras na conclusão dos feitos, na cobrança de devolução de autos fora de cartório, na cobrança de cumprimento de mandados por oficiais de justiça, na devolução de cartas precatórias e não devolvidas, na juntada de expedientes e na prolação de decisão e sentenças.

Segundo informou a unidade jurisdicional, após a última autoinspeção, verificou-se que a grande maioria dos processos estava tramitando de maneira regular, consoante visto pelos Magistrados, de modo que as metas perseguidas pelos servidores foram mantidas.

6.16.11. Considerações finais

Por ocasião da visita à Subseção de Juazeiro do Norte, verificou-se a existência de dificuldade na acomodação das 16^a e 17^a Varas Federais, pois a casa em que situada a referida Subseção não foi construída para abrigar órgão público, tendo-se constatado, inclusive, que o Gabinete do Juiz Federal Substituto da 16^a Vara situava-se em recinto da 17^a Vara.

A partir da análise processual, foram observados alguns pontos que merecem maior atenção por parte da unidade, quais sejam:

1. Demora/ausência na conclusão;
2. Demora na prolação de despacho/decisão/sentença;
3. Demora no cumprimento de despacho/decisão; e
4. Feitos sem movimentação processual.

Por fim, pelos demais dados apontados neste relatório e pelas constatações realizadas *in loco* durante a correição, pode-se afirmar que a 16^a Vara Federal funciona de modo adequado.

6.17. 17^a VARA FEDERAL - JUAZEIRO DO NORTE/CE

6.17.1. Competência, localização, estrutura física e horário de expediente

A 17^a Vara Federal do Ceará, dentro de sua jurisdição, detém competência para a conciliação, o julgamento e a execução das causas cíveis até o valor de 60 salários mínimos, nos

termos da Lei nº 10.259/2001, funcionando no prédio localizado na Rua Jonas de Sousa, s/n, Lagoa Seca, Juazeiro do Norte/CE.

Por ocasião da visita à Subseção de Juazeiro do Norte, verificou-se a existência de dificuldade na acomodação das 16ª e 17ª Varas Federais, pois a casa em que situada a referida Subseção não foi construída para abrigar órgão público, tendo-se constatado, inclusive, que o Gabinete do Juiz Federal Substituto da 16ª Vara situava-se em recinto da 17ª Vara.

O horário de expediente da unidade é das 9h às 17h.

6.17.2. Corpo funcional - juiz federal e servidores

A 17ª Vara Federal conta com o seguinte quadro de pessoal: a) 01 magistrado, Lucas Mariano Cunha Aragão de Albuquerque (juiz federal titular); b) 17 servidores efetivos, sendo 05 analistas judiciários - área judiciária, 01 analista judiciário - área administrativa, 09 técnicos judiciários e 02 técnicos judiciários - área de segurança e transporte; c) 01 servidor requisitado.

Havia, por ocasião do preenchimento do formulário de gestão, 01 servidora afastada por motivo de saúde.

6.17.2.1. Juiz federal titular

O Juiz Federal Titular da 17ª Vara, Lucas Mariano Cunha Aragão de Albuquerque, exerce a magistratura desde 24/03/2011, atuando na 17ª Vara Federal desde 07/01/2015.

Atua na Direção do Foro desde 14/09/2016.

Nos últimos 24 meses, o magistrado esteve afastado, em razão de: Férias: 2 a 31/5/2016; 4/7 a 2/8/2016; 16 a 31/1/2017; 15/7 a 13/8/2017; 8 a 21/1/2018; Afastamento para prestar auxílio em outra Vara no período de 14 a 17/2/2017 (Ato nº 79/2017-CR).

Período total de afastamento (em meses e dias): 4 (quatro) meses e 4 (quatro) dias.

O Juiz Federal Titular respondeu pelas seguintes varas nos períodos a seguir:

16ª Vara Federal: 6 a 11/6/2016; 13 a 17/6/2016; 26/9 a 25/10/2016;

25ª Vara Federal: 16/11 a 5/12/2016; 14 a 17/2/2017;

30ª Vara Federal: 8/9 a 7/10/2016; 3 a 4/11/2016; 2 a 17/5/2017.

O Juiz Federal Titular reside na região metropolitana onde se situa a sede da subseção judiciária.

Não há juiz federal substituto na vara.

6.17.2.2. Servidores

Em relação às funções de confiança (FCs), aos cargos em comissão (CJs) e à formação acadêmica dos servidores ocupantes de cargos efetivos na 17ª Vara Federal, pode ser observado o seguinte quadro:

Nome	Cargo efetivo	Ocupa FC ou CJ? Qual?	Grau de Instrução*	Área de formação
Adriana Machado Beserra	Analista Judiciária	FC04	Superior	Direito
Aline Alves de Alencar	Analista Judiciária	FC04	Superior	Direito
Cícero Erivânio Araújo de Sousa	Técnico Judiciário	FC04	Superior	Direito
Geovani Costa Bezerra	Técnico Judiciário	Não	Superior incompleto	Direito
Gláucio Ferreira Paz	Técnico Judiciário	FC04	Superior	Ciências Contábeis
Helder Lacerda Leite	Técnico Judiciário - Segurança e Transporte	Não	Superior	Ciências Contábeis
Ilana de Sousa Quesado	Analista Judiciária	FC05	Superior	Direito
Ítalo de Queiroz Forte	Técnico Judiciário	FC04	Ensino médio	-
Ítalo Weyne Barros Chagas	Técnico Judiciário - Segurança e Transporte	Não	Superior incompleto	Rede de Computadores
José Alberto Monteiro Rodrigues Júnior	Técnico Judiciário	FC2	Superior	Direito
Luiz Antonio Araujo Granjeiro	Técnico Judiciário	Não	Superior	Direito
Marcos Gian Augusto Marques	Técnico Judiciário	FC05	Superior	Direito
Nataniel Benvindo	Técnico Judiciário	FC05	Superior	Direito

da Rocha Carvalho				
Robério Tavares Nogueira	Analista Judiciário	FC04	Superior	Direito
Taciana Furtado de Carvalho Sousa	Técnica Judiciária	Não	Superior	Ciências Contábeis / Direito
Thiciane Andrade de Almeida Arrais	Analista Administrativo	Não	Superior	Arquitetura e Urbanismo
Waldemar Barroso de Souza Cordeiro	Analista Judiciário	Não	Superior	Direito

Como se pode depreender, no tocante à formação acadêmica dos servidores efetivos 17ª Vara Federal, verifica-se que há uma preocupação com a qualificação.

Há a vacância de um cargo de Analista Judiciário - Área Judiciária e uma remoção temporária de Analista Judiciário - Área Administrativa para a Seção Judiciária do Ceará. Uma servidora, requisitada do Tribunal Regional Federal, Seção Judiciária do Piauí, exerce a função de Diretor de Secretaria. Há uma servidora afastada por motivo de saúde desde o dia 3/4/2018.

6.17.2.3. Estagiários

Há 02 vagas previstas para unidade, estando 02 delas ocupadas. Os estagiários atuam na Secretaria.

6.17.3. Organização da 17ª Vara Federal

Dentre os servidores da 17ª Vara Federal do Ceará, 09 exercem suas atribuições na secretaria e 04 no gabinete.

6.17.3.1. Secretaria

A Secretaria encontra-se organizada por setores da seguinte forma:

Setor A - Análise inicial;

Setor B - Perícia e audiência;

Setor C - Cálculo e execução;

Assessoria - Minutas de despachos, decisões e sentenças.

Divisão de processos por setores, verificando-se o cumprimento dos prazos e os critérios de prioridades como idade e pedidos de tutela antecipada.

Quanto ao controle e critérios utilizados para ordenar os processos conclusos para julgamento, principalmente quanto aos processos com prioridades, trata-se de um setor que mantém os processos em dia, ou seja, nenhum processo passa mais de 48 horas para ser minutado. Caso se estenda mais que isso, ocorre quando é necessária a criação de nova minuta, o que exige, conseqüentemente, dedicação de tempo a pesquisas e para a elaboração do texto.

Quanto à divisão dos processos entre servidores, cumpre registrar que todos trabalham com todas as matérias, sendo os processos minutados à medida que chegam à assessoria, pois há servidores que trabalham no período da manhã, e os demais, à tarde, o que possibilita a movimentação constante dos feitos.

Neste ponto, é importante destacar que se confere prioridade aos benefícios previdenciários por incapacidade, amparos assistenciais e processos em que se realizou audiência de instrução e conciliação. Caso seja concluso algum feito para análise de antecipação de tutela “*in limine litis*”, a este será dada prioridade máxima.

É comum que alguns servidores se dediquem mais a matérias específicas quando apresentam habilidade peculiar para tratar dessas, sendo importante ressaltar que todos se reúnem para discussões no intuito de ajudar um colega que se deparou com algum feito de difícil solução.

Adota-se o controle/situação dos processos por meio de relatórios e planilhas verificando o cumprimento das metas do mês anterior.

6.17.3.2. Gabinete do juiz federal

O gabinete é integrado por quatro assessores, bacharéis em direito, 3 (três) ocupantes do cargo de Analista Judiciário e 1 (um) ocupante do cargo de Técnico Judiciário, sendo 2 (dois) Oficiais de gabinetes e 2 (dois) auxiliares de gabinete. Não há divisão rígida das atividades, seja quanto à matéria ou ao Juiz, de modo que todos os assessores analisam os processos que chegam à assessoria, priorizando sempre a urgência e antiguidade.

6.17.4. Participação do juiz federal em reuniões com a equipe da 17ª Vara Federal

O Juiz Federal participa e conduz reuniões periódicas.

6.17.5. Planejamento das atividades da 17ª Vara Federal e avaliação periódica de resultados

Todos os meses é feito planejamento na Vara. Verifica-se o Painel do Creta e, de acordo com a quantidade de processos existentes, são estipuladas as metas a serem cumpridas naquele mês.

Há fixação de metas periódicas de produtividade. O Juízo estipula metas no que se refere ao cumprimento de prazos e conseqüente redução do acervo de processos.

METAS POR SETOR	
SETOR DE ANÁLISE INICIAL	
FASE PROCESSUAL	PRAZO MÁXIMO DE MOVIMENTAÇÃO
1. Análise Inicial / Triagem	24h
1. Análise Inicial / Prevenção	24h
1. Análise Inicial / P. Emendar - Decorrido	Mesmo dia de encerramento do prazo
1. Análise Inicial / Prazo Contestação Decorrido	Mesmo dia de encerramento do prazo
4. Diligências / Confeccionar Expedientes	48h
SETOR DE AUDIÊNCIAS E PERÍCIAS	
FASE PROCESSUAL	PRAZO MÁXIMO DE MOVIMENTAÇÃO
2. Audiências / Marcar	24h
2. Audiências / Remarcar - Prioridade	24h
3. Perícias / Marcar	No mesmo dia em que o Perito agendar a data
3. Perícias / Remarcar - Prioridade	Idem
4. Diligências / Confeccionar Expedientes	Zerar o número de expedientes toda quinta-feira
4. Perícia/cobrar laudo	Semanalmente
4. Perícia/Exp. Req. De Honorários Periciais	24h após a entrega do laudo
ASSESSORIA	
FASE PROCESSUAL	PRAZO MÁXIMO DE MOVIMENTAÇÃO
5. Assessoria/Sentenças	5 (cinco) dias
5. Assessoria/Decisões	48 h

5. Assessoria/Despachos	3 (três) dias
5. Assessoria/Devolvidos pelo Juiz	3 (três) dias
5. Assessoria/Embargos de Declaração	48h
SETOR DE EXECUÇÃO E EXPEDIÇÃO DE RPV/PRC	
FASE PROCESSUAL	PRAZO MÁXIMO DE MOVIMENTAÇÃO
7. Contadoria/ Elaborar Informações/Cálculos	48h
7. Contadoria/ Prazo Decorrido	24 h
8.1 Recursos/ Implantação de benefício	24h
9.1 Execução/ Acordos - Prazo em Curso	24h
9.1 Execução/ Prazo Decorrido	24h
9.1 Execução/ Obrigação de Fazer e Pagar	24h
9.1 Execução/ Obrigação de Pagar	24h
8.1 Recursos/ Prazo Decorrido	24h
9.1 Execução/ Obrigação de Fazer	24h
9.1 Habilitação de Herdeiros	48h
8.2 Turmas Recursais/ Processos Devolvidos	24h
8.2 Turmas Recursais/ Processos a Remeter	diariamente
9.1 Execução/ Expedientes / Ag. Devolução	24h
9.1 Execução/ Expedientes / Confeccionar	48h
9.1 Execução/ Prazo Decorrido	24h
9.1 Execução/ Expedir RPV/PRC	Diariamente

6.17.6. Atendimento aos membros do Ministério Público Federal, Defensoria Pública da União, procuradores federais, advogados e partes na secretaria e no gabinete do Juiz Federal da 17ª Vara Federal

Como se trata de uma Vara de Juizado Especial Federal, dificilmente os membros do Ministério Público e Defensoria Pública buscam atendimento. Na verdade, dentro da atual gestão, nunca solicitaram um atendimento sequer.

Com relação aos advogados e partes, o atendimento é feito diretamente pelos servidores da Vara. A filosofia da Vara é voltada para um eficiente atendimento da demanda, de modo que, uma vez solicitada alguma informação ou diligência, a Secretaria envida todos os esforços necessários à rápida solução do pedido.

6.17.7. Número de processos, relação servidor/processo, audiências de conciliação e de instrução e inspeções judiciais

Por ocasião do preenchimento do formulário de gestão, o número de processos em tramitação na Vara (total ajustado: excluídos os feitos arquivados, suspensos e baixados) era de 1.614 (mil, seiscentos e quatorze) eletrônicos. Não há processos físicos em tramitação.

A relação do número de processos com o número de servidores da Vara (17) era de 94,94.

Número de processos sobrestado/suspensão: 646. Motivo: 639 (seiscentos e trinta e nove) estão aguardando o julgamento pela Primeira Seção do STJ do Recurso Especial nº 1.381.683 (recurso repetitivo); 5 (cinco) estão aguardando o julgamento pelo Pleno do TRF5 do IRDR no processo nº 0804985-07.2015.4.05.8300; 2 (dois) estão aguardando o julgamento pela Primeira Seção do STJ do Recurso Especial nº 1.648.305-RS.

Não há processos extraviados ou restaurados nos últimos 24 meses.

Foram realizadas, nos últimos 24 meses, a contar da data de início da correção, 4.369 (quatro mil, trezentos e sessenta e nove) audiências.

Foram realizadas atividades de conciliação nos últimos 24 meses: 483 (quatrocentos e oitenta e três). Em 2016, houve adesão às audiências de conciliações de processos ajuizados em face da Caixa Econômica Federal-CEF. Tais atividades conciliatórias são realizadas por conciliadores na Central de Conciliações.

Nos últimos 24 meses, foram realizados 483 (quatrocentos e oitenta e três) acordos que geraram um quantitativo de R\$ 2.031.496,17 (dois milhões, trinta e um mil, quatrocentos e noventa e seis reais e dezessete centavos) em RPV/PRC pagos.

Há registro de audiências adiadas ou canceladas nos últimos 24 meses: 737 (setecentos e trinta e sete). Motivo: ao consultar de forma geral as maiores ocorrências, listam-se as seguintes: um grande volume de pedidos de advogados solicitando remarcação, readequação de pauta a pedido do INSS e ajuste da pauta de audiências de acordo com as rotinas adotadas na Vara.

Todas audiências adiadas ou canceladas foram remarçadas e realizadas com sucesso, exceto os casos que dispensavam a realização desse ato.

6.17.8. Cumprimento de metas e resoluções do CNJ

Meta 1 (Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente).

No ano de 2017:, foram distribuídos 7.657 processos e julgados 7.487.

Meta 2 (Identificar e julgar, até 31/12/2017, pelo menos 100% dos processos distribuídos até 31/12/2012, 85% dos processos distribuídos em 2013 nos 1º e 2º graus, e 100% dos processos distribuídos até 31/12/2014 nos Juizados Especiais e Turmas Recursais Federais).

Todos os parâmetros foram atendidos, uma vez que não há processos pendentes de julgamento distribuídos nos exercícios de 2012, 2013 e 2014.

Meta 3 (Aumentar os casos solucionados por conciliação, fomentando o alcance do percentual mínimo de 2% na proporção dos processos conciliados em relação aos distribuídos).

No ano de 2017:

- Distribuídos: 7.657 (sete mil, seiscentos e cinquenta e sete) processos.

- Conciliados: 273 (duzentos e setenta e três) processos.

- Percentual de casos resolvidos: 3,57%

Meta 4 (Identificar e julgar, até 31/12/2017, 70% das ações de improbidade administrativa distribuídas até 31/12/2014).

Não se aplica.

Meta 5 (Baixar quantidade maior de processos de execução não fiscal do que o total de casos novos de execução não fiscal no ano corrente).

No ano de 2017:

- Casos novos de execução não fiscal (excetuados os que saíram da meta): 1.174 (mil, cento e setenta e quatro) processos.

- Processos de execução não fiscal baixados: 1.730 (mil, setecentos e trinta) processos.

- Percentual de cumprimento da meta: 147,23%.

Meta 6 (Identificar e julgar, até 31/12/2017, entre 70% e 85% das ações coletivas distribuídas até 31/12/2013, no 1º e 2º graus).

Não se aplica.

Metas Específicas para a Justiça Federal

Baixar quantidade maior de processos criminais do que os casos novos criminais no ano corrente; Julgar quantidade maior de processos criminais do que os casos novos criminais no ano corrente.

Não se aplica.

Identificar e julgar, até 31/12 do ano corrente, 70% das ações penais vinculadas aos crimes relacionados à improbidade administrativa, ao tráfico de pessoas, à exploração sexual e ao trabalho escravo, distribuídas até 31/12/2014).

Não se aplica.

Acerca do cumprimento do Provimento CNJ nº 29/2013

Não se aplica.

Acerca do cumprimento das exigências previstas na Resolução CNJ nº 66/2009, com a redação introduzida pela Resolução CNJ nº 87/2009, e sobre a necessidade de inserção, no sistema informatizado, do Relatório de Controle de Prisões

Não se aplica.

6.17.9. Processos selecionados para correição

Foram correicionados 100 processos do JEF (quando da correição havia cerca de 1.587 feitos em tramitação ajustada).

6.17.9.1 Principais constatações da análise individual de processos

6.17.9.1.1. Processos eletrônicos do Sistema Creta

Da análise individual dos processos, podem-se destacar as seguintes ocorrências:

Observação	Nr. Processo	Complemento
Demora na expedição de mandados/ofícios/editais/cartas precatórias	0511243-50.2017.4.05.8102	Novembro/2017 a março/2018.
Total de Ocorrências: 1		
Outros	0508425-28.2017.4.05.8102	Ausência de mudança de classe.
	0501561-	Ausência de mudança de classe.

	37.2018.4.05.8102	
	Total de Ocorrências: 2	
Processo em Ordem	0507184- 97.2009.4.05.8102	
	0507037- 03.2011.4.05.8102	
	0508258- 21.2011.4.05.8102	
	0505679- 32.2013.4.05.8102	
	0504345- 89.2015.4.05.8102	
	0508748- 67.2016.4.05.8102	
	0508843- 97.2016.4.05.8102	
	0513084- 17.2016.4.05.8102	
	0500397- 71.2017.4.05.8102	
	0504536- 66.2017.4.05.8102	
	0504618- 97.2017.4.05.8102	
	0505254- 63.2017.4.05.8102	
	0505475- 46.2017.4.05.8102	
	0506442- 91.2017.4.05.8102	
	0506573- 66.2017.4.05.8102	
	0507267- 35.2017.4.05.8102	
	0507329- 75.2017.4.05.8102	
	0507553- 13.2017.4.05.8102	
	0508042- 50.2017.4.05.8102	
	0508299- 75.2017.4.05.8102	
0508536- 12.2017.4.05.8102		
0508550- 93.2017.4.05.8102		

0508561- 25.2017.4.05.8102	
0508778- 68.2017.4.05.8102	
0508782- 08.2017.4.05.8102	
0508925- 94.2017.4.05.8102	
0509180- 52.2017.4.05.8102	
0509190- 96.2017.4.05.8102	
0509191- 81.2017.4.05.8102	
0509298- 28.2017.4.05.8102	
0509567- 67.2017.4.05.8102	
0509635- 17.2017.4.05.8102	
0509636- 02.2017.4.05.8102	
0509714- 93.2017.4.05.8102	
0509985- 05.2017.4.05.8102	
0510016- 25.2017.4.05.8102	
0510137- 53.2017.4.05.8102	
0510198- 11.2017.4.05.8102	
0510214- 62.2017.4.05.8102	
0510324- 61.2017.4.05.8102	
0510513- 39.2017.4.05.8102	
0510689- 18.2017.4.05.8102	
0510866- 79.2017.4.05.8102	
0510870- 19.2017.4.05.8102	
0510882- 33.2017.4.05.8102	

0510918-75.2017.4.05.8102	
0511393-31.2017.4.05.8102	
0511474-77.2017.4.05.8102	
0511480-84.2017.4.05.8102	
0511493-83.2017.4.05.8102	
0511649-71.2017.4.05.8102	
0511732-87.2017.4.05.8102	
0511756-18.2017.4.05.8102	
0511923-35.2017.4.05.8102	
0511960-62.2017.4.05.8102	
0512009-06.2017.4.05.8102	
0512119-05.2017.4.05.8102	
0512219-57.2017.4.05.8102	
0512534-85.2017.4.05.8102	
0512549-54.2017.4.05.8102	
0512561-68.2017.4.05.8102	
0515158-10.2017.4.05.8102	
0515198-89.2017.4.05.8102	
0500345-41.2018.4.05.8102	
0500449-33.2018.4.05.8102	
0500607-88.2018.4.05.8102	
0500609-58.2018.4.05.8102	
0500626-94.2018.4.05.8102	

0500762- 91.2018.4.05.8102	
0501576- 06.2018.4.05.8102	
0501750- 15.2018.4.05.8102	
0501768- 36.2018.4.05.8102	
0501771- 88.2018.4.05.8102	
0501944- 15.2018.4.05.8102	
0501999- 63.2018.4.05.8102	
0502096- 63.2018.4.05.8102	
0502104- 40.2018.4.05.8102	
0502187- 56.2018.4.05.8102	
0502206- 62.2018.4.05.8102	
0502216- 09.2018.4.05.8102	
0502277- 64.2018.4.05.8102	
0502283- 71.2018.4.05.8102	
0502313- 09.2018.4.05.8102	
0502322- 68.2018.4.05.8102	
0502334- 82.2018.4.05.8102	
0502335- 67.2018.4.05.8102	
0502359- 95.2018.4.05.8102	
0502441- 29.2018.4.05.8102	
0502468- 12.2018.4.05.8102	
0502477- 71.2018.4.05.8102	
0502532- 22.2018.4.05.8102	

0502583-33.2018.4.05.8102	
0502584-18.2018.4.05.8102	
0502606-76.2018.4.05.8102	
0502745-28.2018.4.05.8102	
0502856-12.2018.4.05.8102	
0503055-34.2018.4.05.8102	
Total de Ocorrências: 97	

6.17.10. Correição anterior e autoinspeção

A unidade não recebeu determinações oriundas da Correição anterior.

Não foram fixadas metas além das já definidas com base no planejamento de cumprimento de prazos. As metas vêm sendo cumpridas regularmente, segundo informado pela unidade.

6.17.11. Considerações finais

Por ocasião da visita à Subseção de Juazeiro do Norte, verificou-se a existência de dificuldade na acomodação das 16ª e 17ª Varas Federais, pois a casa em que situada a referida Subseção não foi construída para abrigar órgão público, tendo-se constatado, inclusive, que o Gabinete do Juiz Federal Substituto da 16ª Vara situava-se em recinto da 17ª Vara.

A partir da análise processual, observou-se que os processos tramitam de forma regular, não tendo sido detectada qualquer ocorrência de natureza grave que inviabilize a prestação jurisdicional.

Em atenção ao contido na Meta 5 do CNJ (Baixar quantidade maior de processos de execução não fiscal do que o total de casos novos de execução não fiscal no ano corrente), registre-se que avulta de importância que seja observado pelas Varas de Juizado ou com JEF Adjunto que haja identificação no CRETA de quando o processo inicia a fase de execução, a fim de que não ocorram problemas na estatística alusiva à referida Meta.

Por fim, pelos demais dados apontados neste relatório durante a correição, pode-se afirmar que a 17ª Vara Federal funciona de modo eficiente.

6.18. 18ª VARA FEDERAL - SOBRAL/CE

6.18.1. Competência, localização, estrutura física e horário de expediente

A 18ª Vara Federal do Ceará, dentro de sua jurisdição, detém competência comum (cível, criminal e execução fiscal).

A Vara funciona no prédio localizado na Rua Doutor Guarani, nº 608, Derby Clube, Sobral/CE, e apresentou instalações adequadas para todos: juízes federais, servidores, estagiários, terceirizados, membros do Ministério Público Federal, procuradores federais, defensores públicos federais, advogados e jurisdicionados.

O horário de expediente da unidade é das 9h às 17:30h.

6.18.2. Corpo funcional - juiz federal e servidores

A 18ª Vara Federal conta com o seguinte quadro de pessoal: a) 01 magistrado, Sérgio de Norões Milfont Junior (juiz federal titular); b) 16 servidores efetivos, sendo 08 analistas judiciários, 07 técnicos judiciários - área administrativa e 01 técnico judiciário - área de segurança e transporte; c) 01 servidora requisitada.

Há 01 servidora de outra setor em auxílio à Vara.

6.18.2.1. Juiz federal titular

O Juiz Federal Titular da 18ª Vara, Sérgio de Norões Milfont Junior, exerce a magistratura há 10 anos e 08 meses, atuando na 18ª Vara Federal há 04 anos.

Na Direção do Foro, de abril de 2014 a abril de 2017.

Nos últimos 24 meses, o(a) magistrado esteve afastado(a), em razão de:

Férias: de 18/07/2016 a 31/07/2016; 17/04/2017 a 04/05/2017; 22/02/2018 a 07/03/2018. Período total de afastamento (em meses e dias): 46 (quarenta e seis) dias

O Juiz Federal Titular reside na região metropolitana onde se situa a sede da subseção judiciária.

Não há juiz federal substituto na vara.

6.18.2.2. Servidores

Em relação às funções de confiança (FCs), aos cargos em comissão (CJs) e à formação acadêmica dos servidores ocupantes de cargos efetivos na 18ª Vara Federal, pode ser observado o seguinte quadro:

Nome	Cargo efetivo	Ocupa FC ou CJ? Qual?	Grau de Instrução*	Área de formactio
Marcelo Silva	Analista Judiciário	Diretor de	Superior completo	Direito
Adriana Maria	Analista Judiciária		Superior completo	Ciencias Sociais
Albert Eli Silva Gonsalves	Tecnico Judiciário	Supervisor-Assistente do	Superior completo	Direito
Antonio Verner de Albuquerque Capote	Analista Judiciário	Supervisor-Assistente do	Superior completo	Direito
Ana Valeska Teixeira de	Analista Judiciária	Oficiala de Gabinete do	Superior completo	Direito
Cayo Pereira Sabina	Analista Judiciário	Supervisor-Assistente do	Superior completo	Direito
Connie Francis Andrade Castelo	Analista Judiciária		Superior completo	Direito
Marlon Max Pezeta Medero	Tecnico Judiciário –		Superior completo	Letras Direito incompleto

Como se pode depreender, no tocante à formação acadêmica dos servidores efetivos 18ª Vara Federal, verifica-se que há uma preocupação com a qualificação.

Além dos servidores indicados no quadro acima, têm-se os servidores Felipe Lopes Cruz e Francisco Pereira Lima, ambos Técnicos Judiciários, cedidos ao Apoio Administrativo da Subseção Judiciária de Sobral. Não constam os Oficiais de Justiça Avaliadores Federais, porquanto estes compõem a Central de Mandados da Subseção Judiciária de Sobral.

Há dois servidores requisitados: Roberta Carneiro da Cunha Bezerra - Municipio de Massape-CE e Francijane Silva Mesquita – Justica Federal no Ceara/Sede).

Existem servidores em auxílio (cedidos por outros setores): Francijane Silva Mesquita. E um servidor afastado: Abraão Franklin Rodrigues Ribeiro Macêdo – licença por interesse particular sem remuneração.

Felipe Lopes Cruz e Francisco Pereira Lima são servidores cedidos ao administrativo que prestam auxílio ao Juízo nas audiências e requisitórios, respectivamente.

6.18.2.3. Estagiários

Há 02 vagas previstas para unidade, estando 02 delas ocupadas. Os estagiários atuam na Secretaria, no Setor de Execução Fiscal.

6.18.3. Organização da 18ª Vara Federal

Dentre os servidores da 18ª Vara Federal do Ceará, 13 exercem suas atribuições na secretaria e 05 no gabinete.

6.18.3.1. Secretaria

A Secretaria é organizada em 3 (três) Setores, quais sejam, Cível, Criminal e Execução Fiscal. Cada Setor tem sua rotina própria de atividades. O Cível (processos físicos) é dividido em classes processuais para que os servidores melhor se familiarizem e dêem andamento aos feitos. No PJE, divide-se o Setor Cível por atividades. O Setor Criminal é dividido em dígitos, sendo que uma servidora fica reservada apenas para movimentações processuais referentes as audiências criminais. Os trabalhos no Setor de Execução Fiscal são divididos por atividades, a fim de dar maior celeridade aos feitos, já que há um grande volume de processos.

Os processos são organizados na Secretaria da Vara por classe processual e por atividade, de modo a facilitar a visualização das rotinas e demandas mais urgentes, incluídas as ações com trâmite prioritário. Estas possuem normalmente etiquetas e/ou avisos para fins de identificação a fim de conferir a celeridade necessária as ações.

O Controle e critérios utilizados para ordenar os processos conclusos para julgamento, principalmente quanto aos processos com prioridades refere-se à ordem cronológica da conclusão, salvo aqueles que tramitem em regime prioritário, que entram em lista própria.

Relatórios são disponibilizados pelos Sistemas Tebas e PJE.

6.18.3.2. Gabinete do juiz federal

Considerando a inexistência de Juiz Federal Substituto, os quatro assessores trabalham juntos, coordenados pelo Juiz Federal Titular. Os processos são distribuídos entre os assessores de acordo com o dígito, de forma que, quando da propositura da ação, de acordo com seu número, já é possível identificar o servidor responsável por cada processo. Ademais, todos executam suas atividades sem distinção de matéria, garantindo que o acervo seja impulsionado simultaneamente. Ressalte-se que essa metodologia esta listada como "Boas Práticas" pela Corregedoria do Tribunal Regional Federal da 5ª Região. Assim, todos os componentes da Assessoria realizam minutas de sentença e decisões em todas as classes processuais.

6.18.4. Participação do Juiz Federal em reuniões com a equipe da 18ª Vara Federal

No início dos trabalhos do Juiz Federal na Unidade (a partir de maio de 2014), as reuniões gerais eram frequentes, a fim de ajustar detalhes e rotinas de trabalho. E tal prática se deu por aproximadamente um ano e meio. Atualmente, as reuniões têm sido setoriais, sempre que necessárias.

6.18.5. Planejamento das atividades da 18ª Vara Federal e avaliação periódica de resultados

A Unidade tem trabalhado com foco na maior agilidade dos trâmites processuais, tudo em nome dos princípios da celeridade e duração razoável do processo, com foco primordial no rápido e eficaz atendimento aos pleitos mais urgentes e prioritários. Simultaneamente, temos trabalhado com foco na redução de acervo processual.

Mensalmente, exige-se o impulso dos processos com base no relatório de processos sem movimentação há mais de 60 (sessenta) dias, tanto físicos quanto virtuais. Semanalmente, verifica-se a triagem inicial dos processos novos e processos com pedido de medida liminar. Estes, normalmente, são conclusos ao Gabinete no mesmo dia da distribuição, tais como outras medidas reputadas urgentes (liberdade provisória etc).

Mensalmente, os resultados da Unidade são colhidos e debatidos entre magistrado, diretor e servidores. A partir de então, novas metas, estratégias e planejamentos são ajustados.

6.18.6. Atendimento aos membros do Ministério Público Federal, Defensoria Pública da União, procuradores federais, advogados e partes na secretaria e no gabinete do Juiz Federal da 18ª Vara Federal

O atendimento é realizado tanto pelos servidores da Secretaria quanto pelo Diretor da Vara, de segunda à sexta-feira, no horário de 9:00 às 17:30h, sem necessidade de agendamento prévio, sem prejuízo de, para conveniência das partes e advogados, haver ajuste de datas e horários para o atendimento.

O atendimento é realizado diretamente pelo magistrado, de segunda à sexta-feira, no horário de 9:00 às 17:30h, sem necessidade de agendamento prévio, sem prejuízo de, para conveniência das partes e advogados, haver ajuste de datas e horários para o atendimento.

6.18.7. Número de processos, relação servidor/processo, audiências de conciliação e de instrução e inspeções judiciais

Por ocasião do preenchimento do formulário de gestão, o número de processos em tramitação na Vara (total ajustado: excluídos os feitos arquivados, suspensos e baixados era de 3.644.

Relação do número de processos com o número de servidores em atividade na Vara (18): 202,44 processos/servidor.

Número de processos sobrestado/suspenso: 1.300. Motivos: Suspensões do art. 40, Lei n.º 6.830/80: 809; Suspensões parcelamento de débito: 144; Suspensões aguardando julgamento de recursos: 65; Suspensões aguardando julgamento de Embargos: 04; Suspensões aguardando devolução de Carta Precatória: 80; Suspensões outras: 198.

Número de processos extraviados nos últimos 24 meses: 03 Execuções Fiscais. Motivo: incêndio dos Correios em Fortaleza-CE. Processos em fase de restauração, aguardando manifestação expressa da PGFN sobre o ocorrido.

Não há processos restaurados nos últimos 24 meses, nem processos da Vara com pendência junto a outros setores da administração e/ou órgãos (Contadoria, MPF, AGU, FN) e advogados.

Número de audiências realizadas nos últimos 24 meses, a contar da data de início da correição: Juiz Federal: 380 audiências, segundo relatórios do Sistema Tebas e PJE.

Número de inspeções judiciais realizadas nos últimos 24 meses, a contar da data de início da correição: Juiz Federal: 02.

Foram realizadas atividades de conciliação nos últimos 24 meses: 86 (segundo relatório do Sistema PJE).

Há registro de audiências adiadas ou canceladas nos últimos 24 meses: 67 (segundo relatório dos Sistemas Tebas e PJE).

Nenhum dos cancelamentos ou adiamentos foi originado pela ausência do magistrado. Quase na totalidade dos casos, os adiamentos ou cancelamentos se deram a pedido das partes, não comparecimento das mesmas ao ato ou, eventualmente, por alguma falha técnica, sendo que este último motivo raramente ocorre.

Houve a remarcação das audiências adiadas ou canceladas, sempre que necessário.

6.18.8. Cumprimento de metas e resoluções do CNJ

Meta 1 (Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente).

Cumprida.

Meta 2 (Identificar e julgar, até 31/12/2017, pelo menos 100% dos processos distribuídos até 31/12/2012, 85% dos processos distribuídos em 2013 nos 1º e 2º graus, e 100% dos processos distribuídos até 31/12/2014 nos Juizados Especiais e Turmas Recursais Federais).

A Vara não forneceu informação sobre o cumprimento da meta.

Meta 3 (Aumentar os casos solucionados por conciliação, fomentando o alcance do percentual mínimo de 2% na proporção dos processos conciliados em relação aos distribuídos).

Sim.

Meta 4 (Identificar e julgar, até 31/12/2017, 70% das ações de improbidade administrativa distribuídas até 31/12/2014).

A unidade não apresentou informação acerca do cumprimento da meta.

Meta 5 (Baixar quantidade maior de processos de execução não fiscal do que o total de casos novos de execução não fiscal no ano corrente).

Meta não atingida.

Meta 6 (Identificar e julgar, até 31/12/2017, entre 70% e 85% das ações coletivas distribuídas até 31/12/2013, no 1º e 2º graus).

A unidade não apresentou informação acerca do cumprimento da meta.

Metas Específicas para a Justiça Federal

Baixar quantidade maior de processos criminais do que os casos novos criminais no ano corrente; Julgar quantidade maior de processos criminais do que os casos novos criminais no ano corrente.

Meta atendida.

Identificar e julgar, até 31/12 do ano corrente, 70% das ações penais vinculadas aos crimes relacionados à improbidade administrativa, ao tráfico de pessoas, à exploração sexual e ao trabalho escravo, distribuídas até 31/12/2014).

A unidade não apresentou informação acerca do cumprimento da meta.

Acerca do cumprimento do Provimento CNJ nº 29/2013

A unidade vem atualizando o Cadastro Nacional de Condenados por Ato de Improbidade Administrativa e por Ato que implique inelegibilidade (CNCIAI).

Acerca do cumprimento das exigências previstas na Resolução CNJ nº 66/2009, com a redação introduzida pela Resolução CNJ nº 87/2009, e sobre a necessidade de inserção, no sistema informatizado, do Relatório de Controle de Prisões

Sim.

6.18.9. Processos selecionados para correição

Foram correicionados 75 processos físicos (quando da correição tinham 1.091 processos físicos em tramitação ajustada).

Quanto aos processos do Sistema PJe, foram correicionados 100 processos (quando da correição tinham 2.501 processos eletrônicos em tramitação ajustada).

6.18.9.1 Principais constatações da análise individual de processos

6.18.9.1.1. Processos Físicos

Da análise individual dos processos, podem-se destacar as seguintes ocorrências:

DEMORA NA CONCLUSÃO:		
TIPO DE AÇÃO	Nº DO PROCESSO	OBSERVAÇÃO
Criminal	00005040920164058103	De fl. 83 (dez/17 a abr/18 - fls. 69 e 83).
Civil Pública	00001886920114058103	Juntada em 24/11/17, conclusão em 26/01/18.
Civil Pública	00013600720154058103	Fl. 137.
Civil Pública	00013315420154058103	De fl. 198 (fev a maio/18 - fls. 193 e 198).
DEMORA NA PROLAÇÃO DE DECISÃO/ SENTENÇA:		
TIPO DE AÇÃO	Nº DO PROCESSO	OBSERVAÇÃO
Civil Pública	00001730320114058103	Desde 17.11.2017.
Criminal	00008750720154058103	Desde 19.12.2017.
Improbidade Administrativa	00010454720134058103	Desde 15.01.2018.
Criminal	00043610920154058100	Desde out/2017.
Ordinária	00002183620134058103	Desde 20.11.2017.
Improbidade Administrativa	00001954120144058103	Desde 14.12.2017.
Civil Pública	00002146220144058103	Desde 02.03.2018.
Criminal	00020835520034058100	Desde 19.12.2017.
Civil Pública	00012235920144058103	De 15.08.2017 a 05.04.2018.
Civil Pública	00036220320104058103	De 12.06.2017 a 15.01.2018.
Civil Pública	00012348820144058103	Da sentença de fls. 236/252 (jul/17 a jan/18).
Criminal	00020718020134058103	Concluso desde 27/10/17.
Criminal	00005708620164058103	Concluso desde 24/11/17.
Criminal	00004244520164058103	Concluso desde 19/12/17 (fl. 200).
Civil Pública	00035536820104058103	Concluso desde 17/11/17

		(fl. 485).
Civil Pública	00013315420154058103	Da sentença de fls. 147/154 (abril a set/17).
Civil Pública	00000502920164058103	De fls. 310/324 e 345/346.
Civil Pública	00018901620124058103	De fls. 669/672.
Improbidade Administrativa	00004233120144058103	Conc. em 28/11/17, decisão em 14/03/18.
Improbidade Administrativa	00018919820124058103	Conclusos desde 23/02/18.
Usucapião	00003018620124058103	Conclusos desde 29/01/18.
Reintegração de Posse	00020703220124058103	Conc. em 01/06/17, sent. em 21/11/17 e conc. p/apreciar ED desde 08/02/18.
Civil Pública	00001695820144058103	Conclusos desde 11/12/17.
Embargos à Execução	00005004720134058103	Conclusos desde 10/01/18.
Criminal	00002968820174058103	Conclusos desde 01/02/18.
Criminal	00001461020174058103	Conclusos desde 25/01/18.
Civil Pública	00001528520154058103	Conc. em 13/07/17, sent. em 27/10/17.
Civil Pública	00001510320154058103	Conc. em 19/12/2016, sentença em 05/06/17.
Civil Pública	00004146920144058103	Conc. em 14/09/17, sentença em 24/04/18.
Improbidade Administrativa	00012050420154058103	Conc. em 20/06/17, sentença em 24/11/17.
DEMORA NA PROLAÇÃO DE DESPACHO:		
TIPO DE AÇÃO	Nº DO PROCESSO	OBSERVAÇÃO
Desapropriação	00039477520104058103	De fl. 1014 (mais de 60 dias) e de fl. 1046 (90 dias).
FEITO EM ORDEM:		
TIPO DE AÇÃO	Nº DO PROCESSO	OBSERVAÇÃO
Improbidade Administrativa	00002471820154058103	
Criminal	00022692020134058103	
Execução Fiscal	00009600320094058103	
Execução Fiscal	00001823820064058103	

Desapropriação	00231322219984058103
Civil Pública	00001912420114058103
Improbidade Administrativa	00004519120174058103
Improbidade Administrativa	00017270220134058103
Civil Pública	00001704820114058103
Criminal	00023690920124058103
Criminal	00182981420004058100
Criminal	00004382920164058103
Criminal	00001378220164058103
Improbidade Administrativa	00153097820134058100
Civil Pública	00038256220104058103
Civil Pública	00038187020104058103
Criminal	00001902920174058103
Improbidade Administrativa	00153114820134058100
Desapropriação	00032277420114058103
Civil Pública	00001774020114058103
Civil Pública	00009590820154058103
Criminal	00002085020174058103
Criminal	00007186820144058103
Criminal	00012244420144058103
Criminal	00009236820124058103
Criminal	00006899120094058103
Improbidade Administrativa	00010325820074058103
Improbidade Administrativa	00019918720114058103
Civil Pública	00033500920104058103
Civil Pública	00001748520114058103
Improbidade Administrativa	00004541720154058103
Civil Pública	00033519120104058103

Improbidade Administrativa	00001960720154058103	
OUTROS:		
TIPO DE AÇÃO	Nº DO PROCESSO	OBSERVAÇÃO
Civil Pública	00001528520154058103	Demora no cumprimento de despacho de 07/12/17 (remessa/digitalização possível desde 16/01/18 ainda não efetivada).
Civil Pública	00012330620144058103	Demora na intimação da União acerca da decisão de fls. 235/241 (ago/16 a dez/17 fl. 300).
Execução Fiscal	00011766620064058103	Demora na expedição de mandado de reavaliação (despacho de 06/10/17, exp. em 11/12/2017).
Execução Fiscal	00018330320094058103	Demora no cumprimento de despacho, datado de 18/07/17, consulta em 04/09/17 e expedição de CP em 28/11/17.
Civil Pública	00035501620104058103	Demora no cumprimento de despacho, datado de 24/01/18, ato ordinatório de 17/04/18.
Civil Pública	00011071920154058103	Processo sem movimentação, de 16.05.2017 a 24.07.2017 e de 27.07.2017 a 28.09.2017.
Civil Pública	00001817720114058103	Demora no cumprimento de despacho, datado de 11/10/17(juntada de 08/11/17, ato ord. de 31/01/18 e intimação em 17/04/18).
Improbidade Administrativa	00004233120144058103	Demora no cumprimento de despacho, datado de 13/07/16, exp. de mandado em 29/11/16.
Civil Pública	00038212520104058103	Demora no cumprimento do ato ordinatório de fl. 187 (dez/17 a abr/18 - fl. 190).
Desapropriação	00014788020154058103	Demora no cumprimento de despacho, de 19.01.2018 a 10.04.2018.

Desapropriação	00039477520104058103	Demora na abertura de vista (fls. 1036 e 1037 - agosto a out/17).
Outras Observações:		
<p>Processo : 00001378220164058103 Classe: Criminal - suspensão condicional do processo concedida. Pena de 01 a 05 anos. Autuado como procedimento especial do juizado especial.</p> <p>Processo : 00001461020174058103 Classe: Criminal - denúncia recebida pelo pleno do TRF5.</p> <p>Processo : 00001510320154058103 Classe: Civil Pública - trânsito em julgado certificado em 25/04/18.</p> <p>Processo: 00001600420114058103 Classe: Civil Pública - Acórdão em 21/09/2017 anulando a sentença para que seja produzida prova pericial.</p> <p>Processo : 00001704820114058103 Classe: Civil Pública - reativação processual em 10/05/2017.</p> <p>Processo : 00001774020114058103 Classe: Civil Pública - Reativação em 09/05/17.</p> <p>Processo: 00001902920174058103 Classe: Criminal - Réu preso. Apenso:110-65.2017 e 0000162-61.2017 (comunicação de prisão em flagrante e inquérito, respectivamente).</p> <p>Processo : 00002968820174058103 Classe: Criminal - fato: exerc. de 2011.</p> <p>Processo : 00003303420154058104 Classe: Execução Penal - Réu preso. Decisão em 16/05/18 de incompetência da Justiça Federal para o processamento da execução.</p> <p>Processo : 00005004720134058103 Classe: Embargos à Execução - o nº correto é 00005604720134058103.</p> <p>Processo: 00009600320094058103 Classe: Execução Fiscal - Apenso: 0000283-42.2017 Grande devedor.</p> <p>Processo : 00011766620064058103 Classe: Execução Fiscal - grande devedor.</p> <p>Processo : 00018330320094058103 Classe: Execução Fiscal - grande devedor.</p> <p>Apenso 00019979420114058103.</p> <p>Processo: 00018919820124058103 Classe: Improbidade Administrativa - dist. por dependência 03/09/12.</p> <p>Processo: 00020703220124058103 Classe: Reintegração de Posse - reativação da movimentação em17/07/13.</p> <p>Processo : 00023690920124058103 Classe: Criminal - fato: 2003.</p> <p>Processo : 00035501620104058103 Classe: Civil Pública - reativação processual em 28/08/17.</p> <p>Processo: 00038187020104058103 Classe: Civil Pública - acórdão em 16/11/2017 e trânsito em julgado em 23/03/18.</p> <p>Processo: 00182981420004058100 Classe: Criminal - reativação da</p>		

6.18.9.1.2. Processos Judiciais Eletrônicos (PJe)

Da análise individual dos processos, podem-se destacar as seguintes ocorrências:

Número do Processo	Classe Judicial	Assunto	Último Evento	Polo Ativo	Polo Passivo	Correicionado
Ausência/demora na conclusão						
0800020-97.2012.4.05.8103	REINTEGRAÇÃO / MANUTENÇÃO DE POSSE	Reintegração de Posse	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS CONTRA AS SECAS - DNOCS - 00.043.711/0001-43	OSCAR RODRIGUES JUNIOR e outro - 071.072.263-04	SIM
0800157-45.2013.4.05.8103	EXECUÇÃO CONTRA A FAZENDA PÚBLICA	Gratificações de Atividade	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	SILVIA HELENA AURIDE OLIVEIRA - 070.413.833-87	UNIÃO FEDERAL - 26.994.558/0001-23	SIM
0800164-37.2013.4.05.8103	PROCEDIMENTO COMUM	Desapropriação por Utilidade Pública / DL 3.365/1941 e	Conclusos para despacho	COMPANHIA HIDRO ELETTRICA DO SAO FRANCISCO e outro - 33.541.368/0001-16	MARIO LUCIO MARTINS DE AGUIAR - 660.237.263-72	SIM
0800265-69.2016.4.05.8103 - (Segredo)	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Dano ao Erário e outros	Juntada de Contestação	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF -	PEDRO LUIS VIEIRA BRASIL e outros -	SIM
0800303-52.2014.4.05.8103	PROCEDIMENTO COMUM	Pagamento Indevido	Juntada de Certidão	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS - 29.979.036/0001-40	SANTANA LAURIANO DA SILVA - 689.805.583-68	SIM
0800430-53.2015.4.05.8103	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Dano ao Erário e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO - FNDE - 00.378.257/0001-81	MARCOS CAMELO MARQUES - 107.267.053-49	SIM
0800434-56.2016.4.05.8103	PROCEDIMENTO COMUM	Perdas e Danos	Juntada de Certidão de decurso de prazo	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS - 29.979.036/0001-40	FRANCISCO PERES MARTINS - 043.518.783-04	SIM
0800442-04.2014.4.05.8103	PROCEDIMENTO COMUM	Desapropriação e outros	Juntada de Certidão de Intimação	COMPANHIA HIDRO ELETTRICA DO SAO FRANCISCO e outro - 33.541.368/0001-16	FRANCISCO ROGERIO OSTERNO AGUIAR e outro - 031.311.653-91	SIM
0800480-16.2014.4.05.8103	PROCEDIMENTO COMUM	Seguro e outros	Conclusos para despacho	LISANDRO SOUSA LIMA e outro - 730.300.003-00	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF e outros - 00.360.305/0001-04	SIM
0800603-43.2016.4.05.8103	PROCEDIMENTO COMUM	Benefício Assistencial (Art. 203, V CF/88)	Juntada de Cota	JULIO CESAR FERREIRA GOMES - 021.451.833-70	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS - 29.979.036/0001-40	SIM
0800617-27.2016.4.05.8103	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVAVEIS - IBAMA - 03.659.166/0001-02	MAILTON TEODORO DA SILVA JUNIOR - 034.900.933-30	SIM
0800620-79.2016.4.05.8103	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Juntada de Petição	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	EVEREST MINERACAO, EXPORTACAO E IMPORTACAO - EIRELI - 12.574.225/0001-30	SIM
0800821-17.2015.4.05.8103 - (Segredo)	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Dano ao Erário e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF -	PEDRO LUIS VIEIRA BRASIL e outros -	SIM

		Revisão Geral Anual (Mora do		CARLOS FLAVIO		
--	--	---------------------------------	--	---------------	--	--

0800912-64.2016.4.05.8103	PROCEDIMENTO COMUM	Executivo - inciso X, art. 37, CF	Conclusos para julgamento	BELFORT CRAVEIRO - 283.251.843-53	UNIÃO FEDERAL - 26.994.558/0001-23	SIM
0801068-52.2016.4.05.8103	PROCEDIMENTO COMUM	Aposentadoria por Invalidez e outros	Baixa Definitiva	JOSE MARIA BRITO DE SOUSA - 462.071.203-53	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS - 29.979.036/0001-40	SIM
0801277-21.2016.4.05.8103	PROCEDIMENTO COMUM	Acidente de Trânsito	Juntada de Certidão	ANTONIA LEILIANE MELO e outro - 839.311.123-49	DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES - DNIT e outros - 04.892.707/0001-00	SIM
0801314-14.2017.4.05.8103	PROCEDIMENTO COMUM	Acidente de Trânsito e outros	Juntada de Certidão de Intimação	V. S. S. e outro - 081.078.143-39	DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES - DNIT e outro - 04.892.707/0001-00	SIM
0801321-06.2017.4.05.8103	EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL	Anuidades OAB	Conclusos para despacho	ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL SECCAO DO CEARA - OAB CE - 07.375.512/0001-81	ANA CECILIA MACHADO FERNANDES - 825.461.773-20	SIM
0801540-19.2017.4.05.8103	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Dano ao Erário	Juntada de Certidão de Intimação	MUNICIPIO DE COREAU -	ERIKA FROTA MONTE COELHO CRISTINO -	SIM
Lapso entre conclusão e prolação da sentença						
0800168-69.2016.4.05.8103	EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL	Efeito Suspensivo / Impugnação / Embargos à Execução	Juntada de Apelação	ATACADAO HIPER FRIOS LTDA e outro - 05.245.251/0001-82	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	SIM
Lapso sem movimentação processo na Secretaria						
0800020-97.2012.4.05.8103	REINTEGRAÇÃO / MANUTENÇÃO DE POSSE	Reintegração de Posse	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS CONTRA AS SECAS - DNOCS - 00.043.711/0001-43	OSCAR RODRIGUES JUNIOR e outro - 071.072.263-04	SIM
0800041-97.2017.4.05.8103	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Dano ao Erário	Juntada de Petição	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL -	MARIA VERA VASCONCELOS e outro	SIM
0800047-12.2014.4.05.8103	REINTEGRAÇÃO / MANUTENÇÃO DE POSSE	Reintegração de Posse e outros	Conclusos para decisão	TRANSNORDESTINA LOGISTICA S.A e outro - 02.281.836/0001-27	DEPARTAMENTO ESTADUAL DE RODOVIAS e outros - 07.280.803/0001-96	SIM
0800164-37.2013.4.05.8103	PROCEDIMENTO COMUM	Desapropriação por Utilidade Pública / DL 3.365/1941 e	Conclusos para despacho	COMPANHIA HIDRO ELETTRICA DO SAO FRANCISCO e outro - 33.541.368/0001-16	MARIO LUCIO MARTINS DE AGUIAR - 660.237.263-72	SIM
0800203-58.2018.4.05.8103	EMBARGOS À EXECUÇÃO	Efeito Suspensivo / Impugnação / Embargos à Execução	Conclusos para decisão	BENEDITA DORIVANIA MARQUES DE SOUSA - 809.222.523-00	CONSELHO REGIONAL DOS REPRESENTANTES COMERCIAIS NO ESTADO DO CEARA - 07.340.847/0001-64	SIM
0800226-04.2018.4.05.8103	PROCEDIMENTO COMUM	Abono da Lei 8.178/91	Juntada de Contestação	FRANCISCO SANFORD FROTA - 003.360.503-30	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS - 29.979.036/0001-40	SIM
0800480-16.2014.4.05.8103	PROCEDIMENTO COMUM	Seguro e outros	Conclusos para despacho	LISANDRO SOUSA LIMA e outro - 730.200.082-00	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF e outros - 00.360.305/0001-04	SIM
0800603-43.2016.4.05.8103	PROCEDIMENTO COMUM	Benefício Assistencial (Art. 203,V CF/88)	Juntada de Cota	JULIO CESAR FERREIRA GOMES - 021.451.833-70	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS - 29.979.036/0001-40	SIM

0800617-27.2016.4.05.8103	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVAVEIS - IBAMA - 03.659.166/0001-02	MAILTON TEODORO DA SILVA JUNIOR - 034.900.933-30	SIM
0800821-17.2015.4.05.8100 - (Segredo)	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Dano ao Erário e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF -	PEDRO LUIS VIEIRA BRASIL e outros -	SIM
		Revisão Geral				

0800912-64.2016.4.05.8103	PROCEDIMENTO COMUM	Anual (Mora do Executivo - inciso X, art. 37, CF 1988)	Conclusos para julgamento	CARLOS FLAVIO BELFORT CRAVEIRO - 283.251.843-53	UNIÃO FEDERAL - 26.994.558/0001-23	SIM
0800933-40.2016.4.05.8103	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Juntada de Certidão	CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA VETERINARIA DO ESTADO DO CEARA - CRMV/CE - 06.622.443/0001-09	LIVIA VALERIA F. DE ALMEIDA AGUIAR - ME - 04.659.241/0001-06	SIM
0801068-52.2016.4.05.8103	PROCEDIMENTO COMUM	Aposentadoria por Invalidez e outros	Baixa Definitiva	JOSE MARIA BRITO DE SOUSA - 462.071.203-53	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS - 29.979.036/0001-40	SIM
0801309-26.2016.4.05.8103	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FAZENDA NACIONAL 00.204.460/0216-53	TANIA MARIA MARIANO - ME -	SIM
0801321-06.2017.4.05.8103	EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL	Anuidades OAB	Conclusos para despacho	ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL SECCAO DO CEARA - OAB CE - 07.375.512/0001-81	ANA CECILIA MACHADO FERNANDES - 825.461.773-20	SIM
0801340-12.2017.4.05.8103	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Dano ao Erário	Juntada de Certidão	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	ORCALP PROJETOS, CONSTRUCOES E SERVICOS LTDA - ME e outros - 02.268.020/0001-73	SIM
0801466-62.2017.4.05.8103	MANDADO DE SEGURANÇA	Seguro Acidentes do Trabalho	Conclusos para julgamento	GRENDENE S A - 89.850.341/0001-60	[Remover Parte] DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM	SIM
0801494-30.2017.4.05.8103	PROCEDIMENTO COMUM	Aposentadoria por Invalidez e outros	Conclusos para julgamento	LIDIA RODRIGUES MESQUITA - 789.005.573-00	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS - 29.979.036/0001-40	SIM
0801552-33.2017.4.05.8103	PROCEDIMENTO COMUM	Aposentadoria por Invalidez e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	BRUNO DE SOUZA FREITAS - 061.660.993-04	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS - 29.979.036/0001-40	SIM
0801667-54.2017.4.05.8103	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Dano ao Erário e outros	Juntada de Cota	UNIÃO FEDERAL e outro - 26.994.558/0001-23	FRANCISCO LINDOMAR FILOMENO OLIVEIRA	SIM
Lapso temporal para cumprimento despacho/decisão						
0800031-19.2018.4.05.8103	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa e outros	Proferido despacho de mero expediente	CONSELHO REGIONAL DOS REPRESENTANTES COMERCIAIS NO ESTADO DO CEARA - 07.340.847/0001-64	ANTONIO DO NASCIMENTO XIMENES MARTINS - 774.233.803-34	SIM
0800148-10.2018.4.05.8103	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Dano ao Erário e outros	Juntada de Certidão	UNIÃO FEDERAL e outro -	FAGNER MUNIZ SOARES DA SILVA -	SIM
0800214-87.2018.4.05.8103	EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL	Contratos Bancários	Conclusos para despacho	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF -	ANTONIO XAVIER MOURA MESQUITA -	SIM
0800430-53.2015.4.05.8103	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Dano ao Erário e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO - FNDE - 00.378.257/0001-81	MARCOS CAMELO MARQUES - 107.267.053-49	SIM
0800617-27.2016.4.05.8103	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVAVEIS - IBAMA - 03.659.166/0001-02	MAILTON TEODORO DA SILVA JUNIOR - 034.900.933-30	SIM
0801309-26.2016.4.05.8103	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FAZENDA NACIONAL 00.204.460/0216-53	TANIA MARIA MARIANO - ME -	SIM

0801369-62.2017.4.05.8103	CARTA PRECATÓRIA CÍVEL	Atos executórios	Juntada de Certidão	Juiz da Comarca de Marco/CE e outro -	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS - 29.979.036/0001-40	SIM
					INSTITUTO	

0801510-81.2017.4.05.8103	PROCEDIMENTO COMUM	Aposentadoria por Invalidez e outros	Juntada de Petição	CLEMILTON FERREIRA BRANDAO - 146.876.758-59	NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS - 29.979.036/0001-40	SIM
0801512-51.2017.4.05.8103	PROCEDIMENTO COMUM	Concessão	Expedição de expediente	RAIMUNDO EUFRASIO DA SILVA JUNIOR - 211.308.333-72	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS - 29.979.036/0001-40	SIM
0801702-14.2017.4.05.8103	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Dano ao Erário e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	UNIÃO FEDERAL e outro - 26.001.558/0001-22	FRANCISCA ROMENIA LIMA ANDRADE e outro - 037.953.083-05	SIM
0801715-13.2017.4.05.8103	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Dano ao Erário	Conclusos para despacho	FUNDACAO NACIONAL DE SAUDE - FUNASA e outro - 26.989.350/0001-16	C C L - CRUZ CONSTRUCOES LTDA - ME e outros - 08.942.694/0001-98	SIM
Outros:						
0800143-61.2013.4.05.8103	PROCEDIMENTO COMUM	Termo de Adesão da LC 110/2001	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CICERO TELES COSTA PEREIRA e outro -	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF -	SIM
0800265-69.2016.4.05.8103 - (Segredo)	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Dano ao Erário e outros	Juntada de Contestação	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF -	PEDRO LUIS VIEIRA BRASIL e outros -	SIM
0800603-43.2016.4.05.8103	PROCEDIMENTO COMUM	Benefício Assistencial (Art. 203, V CF/88)	Juntada de Cota	JULIO CESAR FERREIRA GOMES - 021.451.833-70	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS - 29.979.036/0001-40	SIM
Paralisação irregular do processo						
0800063-97.2013.4.05.8103	CAUTELAR INOMINADA	Recursos Minerais	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	COMPANHIA SOBRALENSE DE MATERIAL DE CONSTRUCAO COSMAC - 07.815.327/0001-60	DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUCAO MINERAL - DNPM - 00.381.056/0001-33	SIM
Processo em ordem						
0800001-23.2014.4.05.8103	PROCEDIMENTO COMUM	Auxílio-Doença Previdenciário	Baixa Definitiva	MARIA SOCORRO DE OLIVEIRA - 819.748.683-20	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS - 29.979.036/0001-40	SIM
0800030-34.2018.4.05.8103	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa e outros	Expedição de expediente	CONSELHO REGIONAL DOS REPRESENTANTES COMERCIAIS NO ESTADO DO CEARA - 07.340.847/0001-64	LUIZ ALEXANDRE MARQUES - 027.866.433-41	SIM
0800040-78.2018.4.05.8103	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa e outros	Juntada de Certidão	CONSELHO REGIONAL DOS REPRESENTANTES COMERCIAIS NO ESTADO DO CEARA - 07.340.847/0001-64	NEY ROMULO VIANA AGUIAR - 046.426.933-43	SIM
0800041-34.2016.4.05.8103	PROCEDIMENTO COMUM	Benefício Assistencial (Art. 203, V CF/88)	Juntada de Contrarrazões	FRANCISCO DAS CHAGAS ARRUDA - 051.943.693-87	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS - 29.979.036/0001-40	SIM
0800042-48.2018.4.05.8103	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO CEARA - CRC/CE - 07.093.503/0001-06	GISLENE MARINHO COELHO - 855.457.163-00	SIM
0800042-82.2017.4.05.8103	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Dano ao Erário	Juntada de Certidão de Retificação de Autuação	FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO - FNDE e outros - 00.378.257/0001-81	CELIA MARIA BERNARDO CARVALHO e outro - 072.646.403-10	SIM
0800063-29.2015.4.05.8103	RENOVATÓRIA DE LOCAÇÃO	Locação / Permissão / Concessão / Autorização /	Conclusos para despacho	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF - 00.360.305/0001-04	J. E. P. EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA - 11.851.977/0001-39	SIM

0800067-61.2018.4.05.8103	PEDIDO DE PRISÃO PREVENTIVA	Roubo Majorado	Juntada de Certidão	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL -	ALCILENE BARBOZA DE BARROS e outro -	SIM
0800083-83.2016.4.05.8103	PROCEDIMENTO COMUM	Abono da Lei 8.178/91	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MARCOS AUGUSTO XIMENES - 424.620.025-53	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS - 29.979.036/0001-40	SIM

0800087-23.2016.4.05.8103	PROCEDIMENTO COMUM	Licenciamento de Veículo	Juntada de Contrarrazões	ELISANGELA MARIA DE VASCONCELOS - 371.678.633-00	DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO DO CEARÁ - DETRAN/CE e outro - 07.135.668/0001-95	SIM
0800097-96.2018.4.05.8103	PROCEDIMENTO COMUM	Acompanhamento de Cônjuge ou Companheiro	Expedição de documento	ROSYMEURY BARBOSA DOS SANTOS - 803.366.393-68	UNIVERSIDADE DA INTEGRACAO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA - UNILAB - 12.397.930/0001-00	SIM
0800110-95.2018.4.05.8103	EMBARGOS À EXECUÇÃO	Nulidade / Inexigibilidade do Título	Juntada de Intimação	YANA DE AGUIAR PONTES e outros -	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF -	SIM
0800120-13.2016.4.05.8103	PROCEDIMENTO COMUM	Benefício Assistencial (Art. 203,V CF/88)		ROMARIO FERREIRA MELO - 072.348.223-30	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS - 29.979.036/0001-40	SIM
0800134-60.2017.4.05.8103	MANDADO DE SEGURANÇA COLETIVO	Cláusula Penal	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MARIANA RAQUEL ALVES SOBREIRA e outros - 059.275.403-09	Diretor do INTA e outro	SIM
0800144-46.2013.4.05.8103	PROCEDIMENTO COMUM	Aposentadoria por Invalidez e outros	Juntada de Certidão de Intimação	Maria Tereza de Souza Batista - 800.996.373-91	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS - 29.979.036/0001-40	SIM
0800154-51.2017.4.05.8103	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA	Causas Supervenientes à Sentença	Expedição de documento	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL -	MARIA LUCIVANE DE SOUZA -	SIM
0800155-75.2013.4.05.8103	PROCEDIMENTO COMUM	Termo de Adesão da LC 110/2001	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FRANCISCO CARLOS DIAS e outro -	CAIXA ECONOMICA FEDERAL -	SIM
0800185-37.2018.4.05.8103	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Dano ao Erário e outros	Juntada de Certidão de decurso de prazo	FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO - FNDE e outro - 00.378.257/0001-81	F CHAGAS NETO CONFECOES - ME e outros - 04.269.095/0001-02	SIM
0800186-22.2018.4.05.8103	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Dano ao Erário e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	UNIÃO FEDERAL e outro - 26.994.558/0001-23	PANORAMA COMERCIO DE PRODUTOS MEDICOS E FARMACEUTICOS LTDA e outros - 01.722.296/0001-17	SIM
0800199-21.2018.4.05.8103	PROCEDIMENTO COMUM	Licença Prêmio	Juntada de Certidão de Intimação	RAIMUNDO ROCHA LIMA - 057.939.473-53	UNIÃO FEDERAL - 26.994.558/0001-23	SIM
0800213-05.2018.4.05.8103	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Expedição de expediente	INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA NORMALIZACAO E QUALIDADE INDUSTRIAL - INMETRO - 00.662.270/0001-68	J. BATISTA PRADO JUNIOR - ME - 07.185.983/0001-27	SIM
0800227-86.2018.4.05.8103	PROCEDIMENTO COMUM	Abono da Lei 8.178/91	Juntada de Cota	FRANCISCA CARNEIRO MAGALHAES LOIOLA - 421.970.233-49	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS - 29.979.036/0001-40	SIM
0800235-63.2018.4.05.8103	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa e outros	Juntada de Certidão	CONSELHO REGIONAL DOS REPRESENTANTES COMERCIAIS NO ESTADO DO CEARA - 07.340.847/0001-64	JOSE WILTON DE ARAUJO VIEIRA - 864.206.583-49	SIM
0800250-32.2018.4.05.8103	PROCEDIMENTO COMUM	Restabelecimento	Juntada de Certidão de Intimação	FRANCISCA PEREIRA DE CARVALHO - 031.769.433-26	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS - 29.979.036/0001-40	SIM
0800269-38.2018.4.05.8103	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Dano ao Erário e outros	Expedição de expediente	FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO - FNDE - 00.378.257/0001-81	JULIO CESAR DA COSTA ALEXANDRE e outro - 317.483.843-68	SIM

0800277-49.2017.4.05.8103	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspecção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUCAO MINERAL - DNPM - 00.381.056/0001-33	FRANCISCO DE JESUS RIBEIRO - 624.279.383-00	SIM
	AÇÃO CIVIL DE			UNIÃO FEDERAL e	ROGERIO TEIXEIRA	

0800280-67.2018.4.05.8103	IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Dano ao Erário e outros	Juntada de Contestação	outro -	CUNHA e outros -	SIM
0800284-41.2017.4.05.8103	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUCAO MINERAL - DNPM - 00.381.056/0001-33	FRANCISCO DE JESUS RIBEIRO - 624.279.383-00	SIM
0800287-93.2017.4.05.8103	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUCAO MINERAL - DNPM - 00.381.056/0001-33	FRANCISCO DE JESUS RIBEIRO - 624.279.383-00	SIM
0800294-51.2018.4.05.8103	CARTA PRECATÓRIA CÍVEL	Atos executórios	Juntada de Certidão	Juiz Comarca de Massapê/CE e outro -	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS - 29.979.036/0001-40	SIM
0800303-13.2018.4.05.8103	CARTA PRECATÓRIA CÍVEL	Atos executórios	Juntada de Certidão	PAULO CESAR ALVES PEREIRA e outro - 318.475.013-20	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS e outro - 29.979.036/0001-40	SIM
0800327-80.2014.4.05.8103	PROCEDIMENTO COMUM	Convênio	Juntada de Certidão de Intimação	MUNICIPIO DE IBIAPINA -	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF e outro	SIM
0800363-83.2018.4.05.8103	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Juntada de Certidão	INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVAVEIS - IBAMA - 03.659.166/0001-02	ELISANDRO MARQUES DA SILVA - 884.274.713-00	SIM
0800371-94.2017.4.05.8103	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Juntada de Petição	FAZENDA NACIONAL 00.204.460/0216-52	B T LOCACAO E LIMPEZA LTDA - EPP -	SIM
0800375-97.2018.4.05.8103	PROCEDIMENTO COMUM	Convênio e outros	Juntada de Certidão de decurso de prazo	MUNICIPIO DE MARCO -	UNIÃO FEDERAL e outro -	SIM
0800396-73.2018.4.05.8103	EMBARGOS DE TERCEIRO	Construção / Penhora / Avaliação / Indisponibilidade de Bens	Juntada de Certidão de decurso de prazo	JOSE AIRTON DE SOUZA AMARO - 989.064.613-72	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF - 00.360.305/0001-04	SIM
0800433-03.2018.4.05.8103	PROCEDIMENTO COMUM	Retido na fonte	Juntada de Certidão de Intimação	ANTONIO RENATO DE SALES MENDES -	FAZENDA NACIONAL e outro -	SIM
0800445-17.2018.4.05.8103	PROCEDIMENTO COMUM	Retido na fonte	Juntada de Certidão de Intimação	ANA MARIA BARROSO BARROS -	FAZENDA NACIONAL e outro -	SIM
0800446-02.2018.4.05.8103	PROCEDIMENTO COMUM	Retido na fonte	Juntada de Certidão de Intimação	ANA ZELIA RODRIGUES -	FAZENDA NACIONAL e outro -	SIM
0800498-95.2018.4.05.8103	MONITÓRIA	Contratos Bancários	Expedição de expediente	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF - 00.360.305/0001-04	CARLOS HENRIQUE MARTINS DE ARAGAO e outro - 540.783.503-72	SIM
0800523-50.2014.4.05.8103	PROCEDIMENTO COMUM	Desapropriação por Utilidade Pública / DL 3.365/1941 e	Juntada de Certidão de Intimação	UNIÃO FEDERAL e outro - 26.994.558/0001-23	BENEDITA EDITE CARVALHO e outros - 388.566.203-59	SIM
0800598-50.2018.4.05.8103	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Dano ao Erário	Juntada de Petição	UNIÃO FEDERAL e outro - 26.994.558/0001-23	MARIA DE NAZARE ALVES DE ARAUJO - ME e outros - 10.514.994/0001-18	SIM
0800699-58.2016.4.05.8103	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Juntada de Cota	FAZENDA NACIONAL 00.204.460/0216-52	CESAR AUGUSTO MUNIZ FREIRE -	SIM
0800785-29.2016.4.05.8103	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Juntada de Certidão	AGENCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT. 266.221.412-04	DOMINGOS SAVIO ALVES MOUTA -	SIM
0800868-74.2018.4.05.8103	PROCEDIMENTO COMUM	Retido na fonte	Juntada de Petição	MARIA CLEIDE MENDES DE SOUSA - 637.552.002-87	MUNICIPIO DE GUARACIABA DO NORTE e outro - 07.569.205/0001-31	SIM

0800913-49.2016.4.05.8103	PROCEDIMENTO COMUM	Pensão por Morte (Art. 74/9)	Remetidos os Autos (em grau de recurso) para TRF5	JOSE AUGUSTO DA SILVEIRA PORTO e outro - 020.862.723-59	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS - 29.979.036/0001-40	SIM
					INSTITUTO	

0800935-10.2016.4.05.8103	PROCEDIMENTO COMUM	Aposentadoria Especial (Art. 57/8) e outros	Expedição de expediente	FRANCISCO DE ASSIS SOUSA MESQUITA - 155.328.103-97	NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS - 29.979.036/0001-40	SIM
0801254-41.2017.4.05.8103	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Dano ao Erário e outros	Expedição de expediente	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.626.108/0001-03	DANIELY RODRIGUES DE ALMEIDA e outros - 825.761.063-15	SIM
0801255-26.2017.4.05.8103	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Dano ao Erário e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO - FNDE e outro - 00.378.257/0001-81	MONTEIRO CONSTRUCOES LTDA - EPP e outros - 03.773.613/0001-50	SIM
0801301-15.2017.4.05.8103	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Violação aos Princípios Administrativos	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL -	JOSE RICARDO ARAUJO LIMA -	SIM
0801369-71.2017.4.05.8100	MANDADO DE SEGURANÇA	Certidão de Tempo de Serviço	Juntada de Certidão de Intimação	BELARMINA SABOYA DIAS LOPES - 208.249.983-91	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS e outros -	SIM
0801407-74.2017.4.05.8103	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Dano ao Erário	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO - FNDE - 00.378.257/0001-81	MARCOS CAMELO MARQUES - 107.267.053-49	SIM
0801408-59.2017.4.05.8103	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Expedição de expediente	INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVAVEIS - IBAMA - 03.659.166/0001-02	FRANCISCO GILSON DOS SANTOS - 003.004.423-51	SIM
0801493-45.2017.4.05.8103	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Dano ao Erário e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF e outros - 00.360.305/0001-04	TRANSERV TRANSPORTE E CONSTRUCOES LTDA - EPP e outros - 11.304.234/0001-49	SIM
0801532-42.2017.4.05.8103	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Dano ao Erário e outros	Juntada de Certidão de decurso de prazo	MUNICIPIO DE CRUZ - 07.662.017/0001-15	FRANCISCO DAS CHAGAS NETO e outros -	SIM
0801713-43.2017.4.05.8103	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Dano ao Erário	Juntada de Certidão de Retificação de Autuação	UNIÃO FEDERAL e outro - 26.004.558/0001-22	AUGUSTA BRITO DE PAULA - 816.087.122-24	SIM
0801737-71.2017.4.05.8103 - (Segredo)	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Dano ao Erário e outros	Juntada de Certidão de Intimação	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL -	ADAUTO RAIMUNDO DA SILVA e outros -	SIM
0801741-11.2017.4.05.8103 - (Segredo)	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Dano ao Erário e outros	Expedição de expediente	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL -	ADAUTO RAIMUNDO DA SILVA e outros -	SIM
0801773-16.2017.4.05.8103	AÇÃO PENAL - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO	Tráfico de Drogas e Condutas Afins	Juntada de Certidão	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL -	JULIO CESAR ARRAES VIEIRA FILHO - 710.288.462-15	SIM

6.18.10. Correição anterior e autoinspeção

As determinações constantes da Correição anterior foram cumpridas. A unidade diligenciou no sentido de cumprir todas as recomendações e demais determinações especificadas na correição anterior, notadamente no que concerne ao cumprimento mais célere de determinações judiciais (expedição de ofícios, cartas etc).

Após a última autoinspeção, foram fixadas metas ou fins a serem perseguidos pela Vara. Todo o acervo da Unidade tem, necessariamente, de ser movimentado em, no máximo, 60 (sessenta) dias, quando se tratar de processos com curso não prioritário ou urgente. Para os

feitos prioritários, o prazo para providências (decisões, despachos, expedientes etc) é de, no máximo, uma semana, ao passo em que para os feitos urgentes o prazo para providências a ser observado é de, no máximo, 48 horas.

6.18.11. Considerações finais

A 18ª Vara Federal conta com estrutura física e equipamentos adequados a seu funcionamento.

A partir da análise processual, foram observados alguns pontos que merecem maior atenção por parte da unidade, quais sejam:

1. Demora/ausência na conclusão;
2. Demora na prolação de despacho/decisão/sentença;
3. Demora no cumprimento de despacho/decisão; e
4. Feitos sem movimentação processual.

Por fim, pelos demais dados apontados neste relatório e pelas constatações realizadas *in loco* durante a correição, pode-se afirmar que a 18ª Vara Federal funciona de modo adequado.

6.19. 19ª VARA FEDERAL - SOBRAL/CE

6.19.1. Competência, localização, estrutura física e horário de expediente

A 19ª Vara Federal do Ceará detém competência para a conciliação, o julgamento e a execução das causas cíveis até o valor de 60 salários mínimos, nos termos da Lei nº 10.259/2001, funcionando no prédio localizado na Rua Doutor Guarani, nº 608, Derby Clube, Sobral/CE.

A Vara apresentou instalações adequadas para todos: juízes federais, servidores, estagiários, terceirizados, membros do Ministério Público Federal, procuradores federais, defensores públicos federais, advogados e jurisdicionados.

O horário de expediente da unidade é das 9h às 17h. Permanece o atendimento ao público externo até às 18:00 horas, em cumprimento À Portaria nº 0241, de Março de 2016, do Diretor do Foro da Seção Judiciária do Ceará.

6.19.2. Corpo funcional - juiz federal e servidores

A 19ª Vara Federal conta com o seguinte quadro de pessoal: a) 01 magistrado, Thiago Mesquita Teles de Carvalho (juiz federal titular); b) 16 servidores efetivos, sendo 05 analistas judiciários e 11 técnicos judiciários; c) 01 servidor requisitado; d) 02 oficiais de justiça (em exercício na Central de Mandados).

Há um servidor sem vínculo, Krishnamurti Cabral Neto, matrícula CE1602, Superior Completo, Diretor de Secretaria – Cargo (CJ-3).

6.19.2.1. Juiz federal titular

O Juiz Federal Titular da 19ª Vara, Thiago Mesquita Teles de Carvalho, exerce a magistratura desde 05/09/2012, atuando na 19ª Vara Federal desde 20/10/2014.

Desde 03/04/2017, o magistrado titular atua também na Direção do Foro, conforme ATO Nº 83/2017, do Presidente do Tribunal Regional Federal da 5ª Região, com previsão de término em 31/03/2019.

Nos últimos 24 meses, o(a) magistrado esteve afastado(a), em razão de:

Férias:

ATO Nº 168 /CR, DE 01 DE ABRIL DE 2016: período de 15/04 a 14/05/2016, em razão de férias do MM. Juiz Federal Dr. THIAGO MESQUITA TELES DE CARVALHO.

* Expediente Administrativo nº 10114.0262/2016.06: Deferiu parcialmente o pedido de interrupção de férias a partir do dia 02 de maio de 2016.

ATO Nº 179 /CR, DE 07 DE ABRIL DE 2016: período de 18 a 20/04/2016, em razão de férias do MM. Juiz Federal Dr. THIAGO MESQUITA TELES DE CARVALHO.

ATO Nº 469 /CR, DE 13 DE JULHO DE 2016: período de 17/10 a 15/11/2016, em razão de férias do MM. Juiz Federal Dr. THIAGO MESQUITA TELES DE CARVALHO.

ATO Nº 706 /CR, DE 25 DE SETEMBRO DE 2017: 16/10 a 14/11/2017, em razão de férias do MM. Juiz Federal Dr. THIAGO MESQUITA TELES DE CARVALHO.

ATO Nº 242 /CR, DE 20 DE ABRIL DE 2017: período de 23/04 a 22/05/2017, em razão de férias do MM. Juiz Federal Dr. THIAGO MESQUITA TELES DE CARVALHO.

Outros afastamentos:

ATO Nº 474 /CR, DE 03 DE JULHO DE 2017: DESIGNAR o MM. Juiz Federal Dr. THIAGO MESQUITA TELES DE CARVALHO, da 19ª Vara da Seção Judiciária do Estado do Ceará, para, sem prejuízo de sua jurisdição, prestar auxílio na 31ª Vara da citada Seção Judiciária, no período de 01 a 26/07/2017.

Período total de afastamento (em meses e dias): 03 meses e 17 dias; 107 dias.

Períodos de substituição, em férias, de outro magistrado, nos últimos 24 (vinte e quatro) meses:

ATO Nº 495 /CR, DE 22 DE JULHO DE 2016: no período de 03 a 16/10/2016, em razão de férias do MM. Juiz Federal Dr. SÉRGIO DE NORÕES MILFONT JUNIOR.

ATO Nº 330 /CR, DE 13 DE JUNHO DE 2016: no período de 22/06 a 14/07/2016, em razão de férias da Excelentíssima Senhora Juíza Federal IACI ROLIM DE SOUSA.

ATO Nº 91 /CR, DE 16 DE FEVEREIRO DE 2016: período de 15/02 a 15/03/2016, em razão de férias da Juíza Federal Dra. IACI ROLIM DE SOUSA.

ATO Nº 81 /CR, DE 04 DE FEVEREIRO DE 2016: período de 15 a 29/02/2016, em razão de afastamento do MM. Juiz Federal Dr. MARCELO SAMPAIO PIMENTEL ROCHA, por motivo de trânsito.

ATO Nº 763 /CR, DE 24 DE OUTUBRO DE 2017: período de 02 a 05/11/2017, em razão de afastamento da MM. Juíza Federal Dra. IACI ROLIM DE SOUSA.

ATO Nº 510 /CR, DE 12 DE JULHO DE 2017: período de 01/07 a 28/08/2017, em razão de licença para tratamento de saúde da MM. Juíza Federal Dra. IACI ROLIM DE SOUSA.

ATO Nº 330 /CR, DE 23 DE MAIO DE 2017: 01 a 30/06/2017, em razão de licença para tratamento de saúde da MM. Juíza Federal Dra. IACI ROLIM DE SOUSA.

ATO Nº 224 /CR, DE 10 DE ABRIL DE 2017: no dia 17/04/2017, em razão de férias do MM Juiz Federal Dr. SÉRGIO DE NORÕES MILFONT JUNIOR.

ATO Nº 25 /CR, DE 20 DE JANEIRO DE 2017: período de 03 a 17/04/2017, em razão de férias da MM. Juíza Federal Dra. IACI ROLIM DE SOUSA.

ATO Nº 318 /CR, DE 04 DE MAIO DE 2018: período de 04/06 a 15/06/2018, em razão de férias da MM. Juíza Federal Dra. IACI ROLIM DE SOUSA.

ATO Nº 81 /CR, DE 05 DE FEVEREIRO DE 2018: 19 a 23/02/2018, em razão de férias do Excelentíssimo Senhor Juiz Federal MARCELO SAMPAIO PIMENTEL ROCHA.

O Juiz Federal Titular reside na cidade onde se situa a sede da subseção judiciária.

Não há juiz federal substituto.

6.19.2.2. Servidores

Em relação às funções de confiança (FCs), aos cargos em comissão (CJs) e à formação acadêmica dos servidores ocupantes de cargos efetivos na 19ª Vara Federal, pode ser observado o seguinte quadro:

Nome	Cargo efetivo	Ocupa FC ou CJ?	Grau	de	Área	de
------	---------------	-----------------	------	----	------	----

		Qual?	Instrução*	formação
Christiane dos Reis Oliveira	Analista Judiciário - Área Judiciária.	FC-5 Oficial de Gabinete do Juiz Titular.	Pós - Graduado.	Jurídica
Rafael Cerqueira Lima	Técnico Judiciário - Área Administrativa	FC-5 Oficial de Gabinete do Juiz Substituto.	Pós - Graduado.	Jurídica
Aline Alencar de Oliveira	Técnico Judiciário - Área Administrativa	FC-4 Supervisor Assistente do Juiz Titular.	Ensino Superior Completo.	Jurídica
Marcos Victor de Assis Veras	Técnico Judiciário - Área Administrativa	FC-4 Supervisor Assistente do Juiz Substituto.	Pós - Graduado.	Jurídica
Thalita Maria Tomaz de Sousa	Analista Judiciário - Área Judiciária.		Ensino Superior Completo.	Jurídica
Andrea Oliveira Ferreira	Técnico Judiciário - Área Administrativa	FC-5 Supervisor da Seção de Análise e Andamento Processual.	Pós - Graduado.	Jurídica
Nara Reis dos Santos Luz	Técnico Judiciário - Área Administrativa	FC-4 Supervisor Assistente do Setor de Análise e Triagem Inicial.	Pós - Graduado.	Jurídica
Antônia Erlânia Araújo	Técnico Judiciário - Área Administrativa	FC-4 Supervisor Assistente do Setor de Cumprimento de Obrig. Sentença e Expedição de RPVs/PRC.	Ensino Superior Completo.	Serviço Social
DEIVIS CAVALCANTE AUR	Técnico Judiciário - Área Administrativa		Ensino Superior Completo.	Pedagogia
Kelton Sousa Fernandes Silva	Técnico Judiciário - Área Administrativa		Ensino Superior Completo.	Filosofia

	Segurança e Transporte			
Carlos Alberto Vicente Piedade	Técnico Judiciário - Área Administrativa Segurança e Transporte		Ensino Superior Incompleto.	Administrativa e Saúde.
Francisco Regis Capistrano de Oliveira	Analista Administrativo - Área Judiciária.		Pós - Graduado.	Jurídica e Administrativa
José Alves Guarani Neto	Analista Judiciário - Área Judiciária.	FC-4 Supervisor Assistente do Setor de Agendamento e Controle de Audiências.	Pós - Graduado.	Jurídica
Marta Lucia	Técnico Judiciário - Área Administrativa	FC-4 Supervisor Assistente do Setor de Controle de Perícias.	Pós - Graduado.	Jurídica
Paulo Augusto de Carvalho	Técnico Judiciário - Área Administrativa	FC-5 Supervisor da Seção de Cumprimento e Expedição.	Pós - Graduado. - Incompleto.	Administrativa
Vitor Venicius Barbosa Lopes	Analista Administrativo - Área Judiciária.		Ensino Superior Completo.	Administrativa

Como se pode depreender, no tocante à formação acadêmica dos servidores efetivos 19ª Vara Federal, verifica-se que há uma preocupação com a qualificação.

Há 01 cargo de analista judiciário - área judiciária vago desde 26/07/2014 (Carla Saraiva de Abreu), decorrente de remoção por motivo de saúde para a sede, sem a redistribuição do cargo, bem como um cargo de analista judiciário - área judiciária vago desde 26/02/2016 (Cristiano Sousa de Carvalho), decorrente do desligamento de servidor removido do SINAR - Sistema Nacional de Remoção.

Há uma servidora requisitada, Fátima Fernandes de Sousa Duarte, matrícula CE 1203, com Superior Completo, FC-2 Assistente do gabinete do Diretor de Secretaria, servidora originária da Prefeitura Municipal de Sobral/CE. Há um servidor sem vínculo, Krishnamurti Cabral Neto, matrícula CE1602, Superior Completo, Diretor de Secretaria - Cargo (CJ-3).

6.19.2.3. Estagiários

Há 05 vagas previstas para a unidade, sendo 03 de nível superior e 02 de nível médio, estando 02 delas ocupadas (nível superior). Os estagiários atuam na secretaria com atividades variadas através de elaboração de escala definida pelo diretor de secretaria, a fim de contemplar o aprendizado e a experiência em diversos setores da vara.

Os acadêmicos atuam no atendimento dos jurisdicionados, no auxílio ao magistrado quando da realização de audiências, em elaboração de minutas de sentenças, decisões ou despachos e, por fim, em movimentações processuais relacionadas ao trâmite processual da secretaria da vara.

6.19.3. Organização da 19ª Vara Federal

Dentre os servidores da 19ª Vara Federal do Ceará, 11 exercem suas atribuições na secretaria e 05 no gabinete.

6.19.3.1. Secretaria

A Secretaria da 19ª Vara Federal da Subseção Judiciária de Sobral se organiza dividindo as atividades realizadas da seguinte forma:

Setor de Atermação: Setor responsável pelo atendimento aos jurisdicionados, prestando as informações processuais solicitadas pelas partes e demais interessados, bem como responsável pelos ajuizamentos de ações, através de atermações colhidas das partes; elaboração de certidões. Servidores que atuam no setor: Antônia Erlânia Araújo; Fátima Fernandes de Sousa Duarte.

Setor Análise Inicial: Setor onde se realiza a triagem dos processos protocolados por advogado ou atermados. Após a análise, os processos podem ser encaminhados para emenda à petição inicial; marcação de audiência; marcação de perícia médica; redistribuídos ou encaminhados ao juiz para extinção sem resolução do mérito. Servidores que atuam no setor: Andrea Oliveira Ferreira; Nara Reis dos Santos Luz; Deivis Cavalcante Aur; Antônia Erlânia Araújo; Francisco Regis Capistrano de Oliveira.

Setor de Andamento Processual: Setor onde se realizam as intimações de sentenças/decisões/despachos; realizam-se a confecção de expedientes; remessas à Turma Recursal. Servidores que atuam no setor: Andrea Oliveira Ferreira; Francisco Régis Capistrano de Oliveira.

Setor de Audiência: Setor responsável pela marcação e remarcação, controle de audiências e auxílio ao juiz na realização das audiências. Servidores que atuam no setor: José Alves Guarani Neto.

Setor de Perícia: Setor responsável pela análise dos laudos periciais médicos e sociais, elaboração de minutas de sentenças/decisões/despachos pertinentes aos benefícios por incapacidade cuja ação demande menor complexidade de análise, marcação e remarcação de perícia médica e social. Servidores que atuam no setor: Marta Lúcia Ribeiro Mazza;

Setor de Contadoria: Setor onde se realiza a elaboração dos cálculos dos processos que tramitam na vara, bem como exerce a função de auxiliar ao juiz prestando as informações que forem solicitadas. Servidores que atuam no setor: Paulo Augusto de Carvalho; Vitor Venicius Barbosa Lopes.

Setor de Execução: Setor que analisa os processos devolvidos da Turma Recursal, controla a implantação de benefícios previdenciários; expedie RPV/PRC; Servidores que atuam no setor: Paulo Augusto de Carvalho; Vitor Venicius Barbosa Lopes.

Setor de Assessoria do Juiz: Setor responsável pela elaboração de minutas de sentenças/decisões/despachos a serem encaminhadas para validação do magistrado; Servidores que atuam no setor: Christiane dos Reis Oliveira; Rafael Cerqueira Lima; Aline Alencar de Oliveira; Marcos Victor de Assis Veras; Thalita Maria Tomaz de Sousa.

Utilizando as ferramentas disponíveis no sistema Creta, foram criadas pastas virtuais (escaninhos) com a nomenclatura “URGENTE” dentro de todos os setores da vara, a fim de que os processos que possuam esse caráter tramitem sempre dentro dessas pastas. Ademais, as próprias funcionalidades do sistema Creta, que ordena os processos com prioridade legal, são também utilizadas.

O sistema Creta permite que os processos sejam vistos por ordem de antiguidade, nos relatórios de processos pendentes de sentenças. Ademais, o sistema também ordena os processos em duas listas: primeiro, aqueles com prioridades legais, depois, cronologicamente, os sem prioridade.

Procura-se observar, nos julgamentos, as ordens dos processos prioritários, em seguida, apenas conforme a cronologia dos conclusos há mais tempo para julgamento.

Há, ainda, processos que recebem prioridade por causa do seu objeto, embora não registrados no sistema como tal, a exemplo de causas que envolvem direito à saúde, casos que tramitam em pastas específicas do sistema (pastas “urgente”).

Em todos os casos, são utilizados expedientes como “relatório de processos pendentes de sentença”, controle de prazos de movimentação do “painel geral” do Creta, além da própria ordenação processual do sistema.

Há, em situações excepcionais, processos que não são julgados conforme as ordens acima referidas, em razão de peculiaridades do objeto da demanda.

São utilizados os “boletins estatísticos” I, II e III fornecidos pelo sistema CRETA, a fim de controlar os dados de distribuições, redistribuições, devolvidos das Turmas Recursais, bem como a quantidade de processos remetidos ao arquivo e o controle do acervo.

Há também controle da produtividade dos servidores por meio de dados fornecidos sistema CRETA, permitindo aferir as movimentações processuais, bem como a elaboração de documentos, tais como: atos ordinatórios, certidões, despachos, sentenças ou outros documentos anexados.

Por fim, após as informações colhidas através dos relatórios e demais funcionalidades do sistema CRETA, o diretor de secretaria elabora um relatório a cada quinze dias sobre o cumprimento das metas estipuladas - visando a movimentações processuais dentro de prazos estabelecidos pelo Juiz, bem como a redução do acervo da vara - objetivando embasar as reuniões, com os servidores e o magistrado, para tratar sobre o funcionamento e os resultados obtidos pela vara.

6.19.3.2. Gabinete do juiz federal

O funcionamento do Gabinete é organizado de forma que todos os assessores trabalhem com todas as matérias e com quantidades de processos semelhantes, através da divisão de processos por dígito. Servidores que atuam no setor: Christiane dos Reis Oliveira; Rafael Cerqueira Lima; Aline Alencar de Oliveira; Marcos Victor de Assis Veras; Thalita Maria Tomaz de Sousa.

6.19.4. Participação do juiz federal em reuniões com a equipe da 19ª Vara Federal

Existem reuniões semanais do Juiz da Vara com a assessoria do gabinete e, ainda, com o diretor de secretaria, a fim de passar orientações, dirimir dúvidas existentes, estabelecer e fiscalizar as metas. Há, também, reuniões periódicas do Juiz da Vara com a equipe toda (secretaria e assessoria), com a mesma finalidade.

6.19.5. Planejamento das atividades da 19ª Vara Federal e avaliação periódica de resultados

O planejamento é feito nas reuniões ocorridas durante o mês com o juiz, o diretor de secretaria e os servidores, sendo estabelecidas as metas que deverão ser atingidas no decorrer do mês. As metas são instituídas por setores e em grupo, levando-se em consideração os prazos de tramitação processual e o acervo existente na vara.

Há fixação de metas mensais. A secretaria da vara, dividida em setores, possui meta específica para cada setor, consistente em prazo máximo para a análise e movimentação dos processos, além da meta de redução de acervo fixada pelo juiz. A assessoria tem metas fixadas

quinzenalmente, consistente em reduzir o número de processos do setor, através da elaboração de minutas de sentença, decisões ou despachos, seguindo a ordem de antiguidade dos processos, salvo os casos de urgência ou prioridade.

A avaliação periódica dos resultados é realizada mensalmente, através de relatórios extraídos do sistema CRETA, bem como através da análise de cada setor da 19ª Vara Federal, incluídas a secretaria e a assessoria, sendo tais resultados objeto de reunião entre o Juiz e o Diretor e, posteriormente com toda a equipe da vara.

6.19.6. Atendimento aos membros do Ministério Público Federal, Defensoria Pública da União, procuradores federais, advogados e partes na secretaria e no gabinete do Juiz Federal da 19ª Vara Federal

O atendimento ao Ministério Público, Defensoria Pública, advogados e partes ocorre dentro do horário de expediente forense, sem qualquer distinção e sem necessidade de prévio agendamento.

Salvo quando o Magistrado estiver realizando audiência, o atendimento se dá logo após o término dela.

6.19.7. Número de processos, relação servidor/processo, audiências de conciliação e de instrução e inspeções judiciais

Por ocasião do preenchimento do formulário de gestão, o número de processos em tramitação na Vara (total ajustado: excluídos os feitos arquivados, suspensos e baixados) era de 3.506.

A relação servidor/processo é de 194,77 (3.506 processos por 18 servidores).

Não existiam processos conclusos com pedidos urgentes pendentes de análise.

Número de processos sobrestado/suspensão: Não havia.

Número de processos extraviados nos últimos 24 meses: Não há. Número de processos restaurados nos últimos 24 meses: Não há.

Nos últimos 24 meses, a contar da data de início da correição, foram realizadas 4070 audiências.

Foram realizadas 03 inspeções judiciais nos últimos 24 meses, a contar da data de início da correição.

Foram realizadas atividades de conciliação nos últimos 24 meses.

Foi criado um ambiente virtual no sistema CRETA, específico para a realização de conciliação, onde as partes podem peticionar nos autos dos processos eletrônicos propondo

e/ou aceitando proposta de acordo, que, em seguida, é encaminhada para homologação pelo Juiz da vara.

São realizadas rotineiramente audiências de conciliação em processos envolvendo a Caixa Econômica Federal.

A solução conciliada dos litígios é estimulada nas audiências de instrução e julgamento.

Há registro de audiências adiadas ou canceladas nos últimos 24 meses: Ano 2016 - 113 audiências canceladas; 238 audiências adiadas. Ano 2017 - 67 audiências canceladas; 234 audiências adiadas. Ano 2018 - 39 audiências canceladas; 73 audiências adiadas. Motivos: Reorganização da pauta, requerimentos justificados das partes.

Houve a remarcação das audiências adiadas ou canceladas, com exceção daquelas em que o cancelamento se deu por verificação da desnecessidade da produção da prova oral.

6.19.8. Cumprimento de metas e resoluções do CNJ

Meta 1 (Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente).

Ano 2017 - distribuídos 7.625 processos. 6.454 processos julgados.

Meta 2 (Identificar e julgar, até 31/12/2017, pelo menos 100% dos processos distribuídos até 31/12/2012, 85% dos processos distribuídos em 2013 nos 1º e 2º graus, e 100% dos processos distribuídos até 31/12/2014 nos Juizados Especiais e Turmas Recursais Federais).

Meta cumprida. Não há processos distribuídos em 2012, 2013 ou 2014 pendentes de julgamento.

Meta 3 (Aumentar os casos solucionados por conciliação, fomentando o alcance do percentual mínimo de 2% na proporção dos processos conciliados em relação aos distribuídos).

Segundo consta do formulário de gestão, a Vara apresentou dado referente ao ano de 2016, não de 2017.

Meta 4 (Identificar e julgar até 31/12/2017 70% das ações de improbidade administrativa distribuídas até 31/12/2014).

Não se aplica.

Meta 5 (Baixar quantidade maior de processos de execução não fiscal do que o total de casos novos de execução não fiscal no ano corrente)

A unidade não apresentou informação acerca do cumprimento de tal meta.

Meta 6 (Identificar e julgar, até 31/12/2017, entre 70% e 85% das ações coletivas distribuídas até 31/12/2013, no 1º e 2º graus).

Não se aplica.

Metas Específicas para a Justiça Federal

Baixar quantidade maior de processos criminais do que os casos novos criminais no ano corrente; Julgar quantidade maior de processos criminais do que os casos novos criminais no ano corrente.

Não se aplica.

Identificar e julgar, até 31/12 do ano corrente, 70% das ações penais vinculadas aos crimes relacionados à improbidade administrativa, ao tráfico de pessoas, à exploração sexual e ao trabalho escravo, distribuídas até 31/12/2014)

Não se aplica.

Acerca do cumprimento do Provimento CNJ nº 29/2013

Não se aplica.

Acerca do cumprimento das exigências previstas na Resolução CNJ nº 66/2009, com a redação introduzida pela Resolução CNJ nº 87/2009, e sobre a necessidade de inserção, no sistema informatizado, do Relatório de Controle de Prisões

Não se aplica.

6.19.9. Processos selecionados para correição

Foram correicionados 100 processos do JEF (quando da correição havia 2.104 feitos em tramitação ajustada).

6.19.9.1 Principais constatações da análise individual de processos

6.19.9.1.1. Processos eletrônicos do Sistema Creta

Da análise individual dos processos, podem-se destacar as seguintes ocorrências:

Observação	Nr. Processo	Complemento
Demora/ausência na conclusão para despacho/decisão	0504241-60.2016.4.05.8103	Desde 15.01.2018 sem decisão.
	0507758-73.2016.4.05.8103	De 17/10/2017 a 30/01/2018.
	0511384-	Conclusão em 08/11/2017 e despacho proferido em

	03.2016.4.05.8103	27/02/2018.
	0501565-08.2017.4.05.8103	Processo concluso para sentença em maio/2017, sendo proferido despacho para intimar as partes apenas em abril/2018.
Total de Ocorrências: 4		
Demora na prolação da sentença	0506698-36.2014.4.05.8103	Demora para a prolação da sentença, já que, desde a conclusão em 22/01/2018, não foi praticado este ato.
	0503038-63.2016.4.05.8103	Conclusão em 29/08/2017.
	0503656-08.2016.4.05.8103	Conclusão em 30/05/2017 e sentença proferida em 13/01/2018.
	0505105-98.2016.4.05.8103	Processo concluso para sentença em maio/2017. Sentença prolatada em abril/2018.
	0505684-46.2016.4.05.8103	De 30/06/16 a 20/01/17.
	0505691-38.2016.4.05.8103	Conclusos desde 31/10/2017 sem prolação de sentença.
	0506676-07.2016.4.05.8103	Desde 20/02/2018 que está concluso.
	0507613-17.2016.4.05.8103	Concluso desde 24/04/17 e sem sentença até o momento.
	0509009-29.2016.4.05.8103	Demora para a prolação de sentença, já que, desde 22/02/2018, aguarda-se a prática deste ato.
	0509093-30.2016.4.05.8103	Concluso para sentença desde 15/03/2018.
	0509747-17.2016.4.05.8103	Conclusos desde 08/11/17 (últ. mov.).
	0510131-77.2016.4.05.8103	Processo concluso para sentença desde 05.12.2017.
	0510443-53.2016.4.05.8103	Processo concluso para sentença desde fevereiro/2018.
	0510804-70.2016.4.05.8103	Conc. em 04/04/17, sent. em 21/12/17.
	0510877-42.2016.4.05.8103	Desde 31/01/2018 concluso.
	0511079-19.2016.4.05.8103	Conclusos desde 31/10/2017 sem prolação de sentença.
	0511313-98.2016.4.05.8103	Concluso desde 25/01/2018 sem prolação de sentença.
	0511447-28.2016.4.05.8103	Desde 01.02.2018.
	0511463-79.2016.4.05.8103	Concluso para sentença desde 25/10/2017.
0511601-46.2016.4.05.8103	Concluso em 09/11/2017.	

	0511603-16.2016.4.05.8103	Conclusos desde 09/11/17.
	0511645-65.2016.4.05.8103	Conclusos desde 04/05/17.
	0511650-87.2016.4.05.8103	Concluso desde 02/05/2017 sem sentença - petição em 30/04/2018.
	0511651-72.2016.4.05.8103	Conclusão em 18/04/2017.
	0511653-42.2016.4.05.8103	Conclusos desde 02/05/2017.
	0511794-61.2016.4.05.8103	Desde 20/02/2018 concluso para sentença.
	0511912-37.2016.4.05.8103	Concluso desde 11/09/2017 sem prolação sentença.
	0512078-69.2016.4.05.8103	De 24/10/17 a 18/03/18.
	0500228-81.2017.4.05.8103	De 17.03.2017 a 31.03.2018.
	0500399-38.2017.4.05.8103	Desde 03/03/2017 concluso para sentença.
	0500653-11.2017.4.05.8103	De 06/12/2017 a 28/03/2018.
	0500698-15.2017.4.05.8103	Concluso desde 13/12/2017 sem sentença.
	0500741-49.2017.4.05.8103	Conclusão em 12/06/17 e sentença proferida em 07/04/18.
	0500850-63.2017.4.05.8103	De 14/12/2017 a 15/04/2018 e de 31/03/2017 a 09/11/2017.
	0500981-38.2017.4.05.8103	Conc. em 06/04/17, sentença em 26/12/17.
	0501068-91.2017.4.05.8103	Conc. 18/04/17, sent. em 22/07/17.
	0501354-69.2017.4.05.8103	De 27/07/2017 a 08/04/2018.
	0501598-95.2017.4.05.8103	De 10/05/2017 a 22/03/2018.
	0501615-34.2017.4.05.8103	Concluso para sentença desde 20/02/2018.
	0501618-86.2017.4.05.8103	Concluso desde 13/11/17 e sem sentença.
	0501751-31.2017.4.05.8103	De 11/09/17 a 16/04/18.
Total de Ocorrências: 41		
Demora na prolação de decisão/despacho	0505720-59.2014.4.05.8103	Concluso em 28/11/17 e despacho proferido em 27/02/18.
	0512762-	Demora para a prolação da decisão de 23/10/2017,

62.2014.4.05.8103	já que a conclusão se deu em 21/02/107.
0507287-91.2015.4.05.8103	Processo remetido ao juiz em novembro/2017. Decisão proferida em março/2018.
0501689-25.2016.4.05.8103	De 17.07.2017 a 07.10.2017 e de 24.10.2017 a 05.03.2018
0503038-63.2016.4.05.8103	Concluso em 16/08/2016 e despacho proferido em 23/01/2017.
0503801-64.2016.4.05.8103	Conc. em 31/10/17, dec. em 08/02/18.
0503902-04.2016.4.05.8103	Desde 23/01/18.
0503966-14.2016.4.05.8103	Conc. em 21/02/17, dec. em 24/10/17 e conclusos para decisão desde 22/11/17 (últ. movimentação).
0504241-60.2016.4.05.8103	De 02.03.2017 a 24.10.2017.
0504516-09.2016.4.05.8103	Concluso para despacho em 17/03/2017, despachado em 24/10/2017.
0506727-18.2016.4.05.8103	Demora para a prolação de decisão, já que, conclusos o feito em 16/01/2018, não houve nova manifestação judicante.
0507574-20.2016.4.05.8103	De 07/06/2017 a 24/10/2017 e 05/12/2017 a 22/03/18.
0507607-10.2016.4.05.8103	Concluso em 08/03/17 e despacho prolatado em 09/01/18.
0507758-73.2016.4.05.8103	Concluso desde 30/01/2018 sem prolação de despacho.
0509439-78.2016.4.05.8103	Concluso para despacho em 16/05/2017, despachado em 27/02/2018.
0509747-17.2016.4.05.8103	Conc. em 20/12/16, desp. em 31/10/17.
0510689-49.2016.4.05.8103	Conc. em 15/02/17, desp. em 26/12/17.
0510750-07.2016.4.05.8103	De 16/02/2017 a 20/07/2017 - de 25/07/2017 a 26/04/2018.
0511601-46.2016.4.05.8103	Concluso em 02/03/2017 e despacho proferido em 06/10/2017.
0511603-16.2016.4.05.8103	Conc. em 09/03/17, desp. em 06/10/17.
0511931-43.2016.4.05.8103	De 18.10.2017 a 24.04.2018.
0511961-78.2016.4.05.8103	De 29/05/2017 a 07/10/2017.
0512069-10.2016.4.05.8103	Concluso para despacho em 25/04/2017, proferido em 03/10/2017. Concluso novamente em 31/10/2018 , proferido despacho em 20/01/2018.
0512078-	De 20/02/17 a 08/06/17 e de 12/07/17 a 01/10/17.

	69.2016.4.05.8103	
	0500114-45.2017.4.05.8103	Concluso em 22/06/2017 e despacho proferido em 08/10/2017.
	0500980-53.2017.4.05.8103	De 20/03/2017 a 07/10/2017 - de 07/11/2017 a 27/02/2018.
	0501072-31.2017.4.05.8103	De 11/05/2017 a 07/10/2017 - de 17/10/2017 a 24/04/2018.
	0501312-20.2017.4.05.8103	Conc. em 05/05/17, desp. em 28/09/17.
	0501618-86.2017.4.05.8103	Concluso em 22/05/17 e despacho prolatado em 07/10/17.
	0501830-10.2017.4.05.8103	Conc. em 23/05/17, desp. em 13/03/18.
Total de Ocorrências: 30		
Inexistência de anotação na distribuição	0501068-91.2017.4.05.8103	Ausência do registro da alteração da classe p/execução/cumprimento de sentença.
	0501513-12.2017.4.05.8103	Ausência de alteração da classe para execução/cumprimento de sentença.
Total de Ocorrências: 2		
Outros	0505506-97.2016.4.05.8103	Ausência de mudança de classe para execução.
Total de Ocorrências: 1		
Processo em Ordem	0505050-89.2012.4.05.8103	
	0511378-98.2013.4.05.8103	
	0502503-08.2014.4.05.8103	
	0511380-34.2014.4.05.8103	
	0503802-83.2015.4.05.8103	
	0504819-57.2015.4.05.8103	
	0508902-19.2015.4.05.8103	
	0509081-50.2015.4.05.8103	
	0510245-50.2015.4.05.8103	
	0504095-19.2016.4.05.8103	
	0504159-29.2016.4.05.8103	
0504268-43.2016.4.05.8103		

0504489- 26.2016.4.05.8103	
0504931- 89.2016.4.05.8103	
0505043- 58.2016.4.05.8103	
0505048- 80.2016.4.05.8103	
0505390- 91.2016.4.05.8103	
0505444- 57.2016.4.05.8103	
0505634- 20.2016.4.05.8103	
0505753- 78.2016.4.05.8103	
0505867- 17.2016.4.05.8103	
0506219- 72.2016.4.05.8103	
0506583- 44.2016.4.05.8103	
0506785- 21.2016.4.05.8103	
0507158- 52.2016.4.05.8103	
0507766- 50.2016.4.05.8103	
0507772- 57.2016.4.05.8103	
0508159- 72.2016.4.05.8103	
0508470- 63.2016.4.05.8103	
0508675- 92.2016.4.05.8103	
0508680- 17.2016.4.05.8103	
0510260- 82.2016.4.05.8103	
0511971- 25.2016.4.05.8103	
0512012- 89.2016.4.05.8103	
0512046- 64.2016.4.05.8103	

0512081- 24.2016.4.05.8103	
0500572- 81.2016.4.05.8108	
0500324- 96.2017.4.05.8103	
0500349- 12.2017.4.05.8103	
0500353- 49.2017.4.05.8103	
0500369- 03.2017.4.05.8103	
0500443- 57.2017.4.05.8103	
0500445- 27.2017.4.05.8103	
0500584- 76.2017.4.05.8103	
0500649- 71.2017.4.05.8103	
0500745- 86.2017.4.05.8103	
0500751- 93.2017.4.05.8103	
0500760- 55.2017.4.05.8103	
0500764- 92.2017.4.05.8103	
0500785- 68.2017.4.05.8103	
0501041- 11.2017.4.05.8103	
0501054- 10.2017.4.05.8103	
0501063- 69.2017.4.05.8103	
0501273- 23.2017.4.05.8103	
0501280- 15.2017.4.05.8103	
0501387- 59.2017.4.05.8103	
0501456- 91.2017.4.05.8103	
0501473- 30.2017.4.05.8103	

	0501483-74.2017.4.05.8103	
	0501509-72.2017.4.05.8103	
	0501778-14.2017.4.05.8103	
	0501815-41.2017.4.05.8103	
	0513013-75.2017.4.05.8103	
	0513040-58.2017.4.05.8103	
	0513041-43.2017.4.05.8103	
	0500074-29.2018.4.05.8103	
Total de Ocorrências: 66		
Processos irregularmente paralisados	0505155-27.2016.4.05.8103	Desde 30/01/2018.
	0505707-89.2016.4.05.8103	Sem movimentação a partir do dia 12/05/2017.
	0506529-78.2016.4.05.8103	De 21.11.2016 a 03.04.2018.
	0511648-20.2016.4.05.8103	De 25/04/2017 a 30/04/2018.
	0511657-79.2016.4.05.8103	De 25/04/2017 a 30/04/2018.
	0501086-15.2017.4.05.8103	Desde 22/08/17 - anexo 34.
Total de Ocorrências: 6		
Processos sem movimentação processual em período determinado	0502986-04.2015.4.05.8103	Desde 31/07/17 (petição - último movimento)
	0501873-78.2016.4.05.8103	De 18.07.2017 a 09.11.2017.
	0504141-08.2016.4.05.8103	De 31/08/2017 a 02/03/2018.
	0504652-06.2016.4.05.8103	De 09/08/17 a 08/02/18.
	0505506-97.2016.4.05.8103	De 21/08/2017 a 24/04/2018.
	0506700-35.2016.4.05.8103	De 20/06/2017 a 20/03/2018.
	0506768-82.2016.4.05.8103	Sem movimentação de 31/07/2017 a 22/03/2018.
	0508213-38.2016.4.05.8103	De 23/11/16 a 26/01/17.

0510102-27.2016.4.05.8103	Último movimento: ato ordinatório de 06/02/18(intimar MP).
0511961-78.2016.4.05.8103	Desde 07/10/2017.
0512038-87.2016.4.05.8103	De 10.10.2017 a 20.02.2018.
0501589-36.2017.4.05.8103	Desde 14/09/2017.
Total de Ocorrências: 12	

6.19.10. Correição anterior e autoinspeção

A unidade informou que as determinações constantes da Correição anterior foram cumpridas.

Verificando o relatório da correição anterior, encontram-se as seguintes recomendações (v. relatório da corregedoria, fls. 568):

a) A 19ª Vara Federal conta, em geral, com estrutura física e equipamentos adequados a seu funcionamento. Entretanto, recomenda-se que sejam efetuados os reparos necessários na porta detectora de metais da entrada principal do prédio onde se localiza a sede da Subseção Judiciária de Sobral/CE, a fim de que a segurança dos magistrados, servidores e jurisdicionados não seja colocada em risco.

b) A partir da análise processual, foram observados alguns pontos que merecem maior atenção por parte da unidade, quais sejam:

1. Demora na conclusão;
2. Demora na prolação de decisão/ sentença;
3. Demora no proferimento de despacho;
4. Demora na expedição de ato ordinatório;
5. Demora para cumprimento de despacho; e
6. Paralisação irregular em apenas 6 dos processos correicionados.

Medidas adotadas para cumprir as recomendações da Corregedoria, conforme informado pela Vara:

Como forma de cumprir a recomendação do item *a*, foi providenciada a instalação e o funcionamento da porta giratória com detector de metais, ficando escalados servidores da área de segurança e transporte para atuar, durante o expediente forense, como controlador do referido equipamento de segurança.

Em relação ao item *b*, a unidade informou que todos os setores da secretaria e a assessoria trabalham com metas voltadas a regular o prazo máximo para movimentação de processos e para reduzir ou manter o acervo processual. Metas de igual natureza são estipuladas para as atividades do diretor de secretaria e do próprio juiz. A propósito, também é buscado limitar os prazos máximos para a realização de perícias e de audiências de instrução. Sobre estas, tem-se

conseguido manter o prazo de designação, aproximadamente, em 30 (trinta) dias, com a realização média de mais de 130 (cento e trinta) audiências mensais.

Não obstante os esforços empreendidos, é verificado um aumento anual na distribuição de processos. A título de exemplo, segundo o relatório de processos distribuídos do CRETA, nos quatro primeiros meses de 2018, já foram distribuídos 2.560 processos, representando um aumento significativo da distribuição anterior. Em consequência, o acervo da vara também apresentou um aumento de processos.

Para fazer face a esse incremento da distribuição, conforme apontado nos relatórios de inspeção de 2017 e 2018, foram adotadas medidas como: modificação do painel do sistema CRETA, buscando tornar mais eficientes e intuitivos os fluxos processuais; estímulo à solução consensual das controvérsias, com a adoção de práticas de conciliação virtual; melhorias nas rotinas de trabalho do setor de perícias, para tornar mais célere e eficiente a tramitação dos processos que necessitam de perícia; realização de mutirões internos.

Assim, foi possível manter dentro de padrões regulares de celeridade a tramitação de cerca de 85 a 90% do acervo da vara. O restante, por questões relacionadas à complexidade do objeto da demanda ou da instrução, sofreram algum atraso, enfrentado pelas medidas apontadas acima.

Sobre a demora para a conclusão dos processos, a Vara registrou que o sistema Creta, na 19ª Vara, está configurado para fazer automaticamente a conclusão, logo que o processo é movimentado para a assessoria, bem como que são estipuladas metas de prazos máximos, de 5 (cinco) dias, para realização dessa movimentação pela secretaria.

Após a última autoinspeção, foram fixadas metas ou fins a serem perseguidos pela Vara. Foi identificada, desde a inspeção de 2017, a necessidade de acompanhamento periódico dos processos, objetivando a melhoria contínua dos serviços cartorários e jurisdicionais. Em razão disso, naquela época, o Juiz da vara determinou a modificação do painel do sistema CRETA a fim de aprimorar o acompanhamento processual, tornando a tramitação do processo mais dinâmica e intuitiva, facilitando aos servidores, parte e advogados saber a real situação dos processos.

Foi verificado o aprimoramento do acompanhamento dos processos físicos residuais.

Foi verificado um incremento quantitativo no acervo processual da vara, de 2540 processos, para 3384. Dentre as razões do incremento, é possível elencar o aumento da distribuição, conforme já demonstrado nos itens acima desse relatório, além de razões já aduzidas no relatório de inspeção anterior, como as repercussões da Lei nº 13.457, de 26 de junho de 2017, e das medidas provisórias que antecederam, na tramitação (e multiplicação) de processos de benefícios previdenciários por incapacidade.

Diante desse contexto, visando a reduzir o acervo, foram - e continuam sendo - adotadas, entre outras medidas, as seguintes práticas: i) estímulo às conciliações virtuais; ii) mudanças de

rotinas no setor de perícias, reduzindo o tempo para movimentação processual; iii) adoção de mutirões internos com os servidores da vara.

Todas as orientações e modificações foram cumpridas pelos servidores da vara.

6.19.11. Considerações finais

A 19ª Vara Federal conta com estrutura física e equipamentos adequados a seu funcionamento.

A partir da análise processual, foram observados alguns pontos que merecem maior atenção por parte da unidade, quais sejam:

1. Demora na prolação de despacho/decisão/sentença; e
2. Feitos sem movimentação processual.

Em atenção ao contido na Meta 5 do CNJ (Baixar quantidade maior de processos de execução não fiscal do que o total de casos novos de execução não fiscal no ano corrente), registre-se que avulta de importância que seja observado pelas Varas de Juizado ou com JEF Adjunto que haja identificação no CRESTA de quando o processo inicia a fase de execução, a fim de que não ocorram problemas na estatística alusiva à referida Meta.

Por fim, pelos demais dados apontados neste relatório durante a correição, pode-se afirmar que a 19ª Vara Federal funciona de modo adequado.

6.20. 20ª VARA FEDERAL - FORTALEZA/CE

6.20.1. Competência, localização, estrutura física e horário de expediente

Por ocasião da correição, a 20ª Vara Federal do Ceará detinha competência para processar e julgar execuções fiscais e ações conexas, funcionando no prédio da SJCE localizado na Rua João Carvalho, nº 485, Aldeota, Fortaleza/CE.

A Vara apresentou instalações adequadas para todos: juízes federais, servidores, estagiários, terceirizados, membros do Ministério Público Federal, procuradores federais, defensores públicos federais, advogados e jurisdicionados.

O horário de expediente da unidade é das 9h às 17h.

6.20.2. Corpo funcional - juízes federais e servidores

A 20ª Vara Federal conta com o seguinte quadro de pessoal: a) 02 magistrados, 01 Titular (Augustino Lima Chaves) e 01 Substituto (Danielle Macedo Peixoto de Carvalho); b) 18

servidores efetivos, sendo 07 analistas judiciários, 10 técnicos judiciários e 01 agente de segurança; c) 02 servidores requisitados.

Por ocasião do preenchimento do formulário de gestão, havia 01 servidora afastada por motivo de saúde.

6.20.2.1. Juízes federais

O Juiz Federal Titular, Augustino Lima Chaves, exerce a magistratura desde 1993, atuando na 20ª Vara Federal há 02 anos e 11 meses.

O magistrado titular atuou como Diretor do Foro de 2007 a 2009.

Nos últimos 24 meses, o magistrado esteve afastado em razão de férias de 25/05 a 23/06/2017, de 02 a 31/10/2017 e de 08/01 a 15/01.

Período total de afastamento: 02 meses e 08 dias.

O Juiz Federal Titular reside na região metropolitana onde se situa a sede da Seção Judiciária.

A Juíza Federal Substituta, Danielle Macedo Peixoto de Carvalho, exerce a magistratura há 9 anos e 11 meses, atuando na 20ª Vara Federal há 03 anos e 10 meses.

Nos últimos 24 meses, a magistrada esteve afastada em razão de férias: de 17/04 a 16/05/2017 e de 20/11 a 19/12/2017.

Período total de afastamento: 02 meses.

Períodos de substituição, em férias, de outro magistrado: 09/01 a 29/03/2017; 30/03 a 06/04/2017; 19/06 a 18/07/2017; 14 a 17/08/2017; 18/09 a 17/10/2017; 26 a 29/09/2017; 15/01 a 13/02/2018; 19 a 23/02/2018.

A Juíza Federal Substituta reside na região metropolitana onde se situa a sede da Seção Judiciária.

6.20.2.2. Servidores

Em relação às funções de confiança (FCs), aos cargos em comissão (CJs) e à formação acadêmica dos servidores ocupantes de cargos efetivos na 20ª Vara Federal, pode ser observado o seguinte quadro:

		Nome	Cargo	FC/C2J	GRAU/AREA INSTRUCÃO
1.	688	Alessandra Melo de Saboyn Rangel	Analista	Oficial de Gabinete JT(FC-5)	Pós-graduação — Direito e Engenharia Civil
2.	480	Damiann Macedo Rego	Tecnica	Sup. Assistente— Embargos/Conexas (FC-4)	Pós-graduação — Direito e Administração

3.	911	Denise Feitosa Nunes	Analista	Sup. Assistente — Cálculos (FC-4)	Pós-graduação - Direito
4.	603	FABio Alessandro Lima	Tecnico	Supervisor-Assistente 2 JT(FC-4)	Pós-graduação — Direito e Administração
5.	1014	Francisco Ricardo Cunha	Analista	Supervisor-Assistente 2 JS (FC-4)	Especialização — Direito e Administração
6.	568	Isabel Marlins Artuijo	Tecnica	Sup. Assistente — Exp. Docs. e Publicação (FC-4)	Graduação - Enfermagem
7.	518	Jorge Roberto de Gois Rodrigues	Tecnico	Supervisor SecAo Leilões e Avaliação (FC-5)	Pós-graduação — Direito e Agronomia
8.	527	Jose Alberto Lima Torres	Tecnico	Supervisor Seção Fazenda Nacional (FC-5)	Pós-graduação — Direito e Ciências Contábeis
9.	727	Jose Almeida de Aratijo	Agente	-	
10.	1101	Manuela Edson Chaves Regadas	Analista	Supervisor-Assistente 1 JT' (FC-4)	Pós-graduação - Direito
II.	1064	Maria 13ernatlete Guedes Lima Morel Lopes	Analista	Secretário do Diretor (FC-3)	Pós-graduação — Letras e Administração Pública
12.	928	Maria Ines Metreles Barguil	Analista	-	Pós-graduação — Direito e Psicologia
13.	1146	Maria Raquel Carvalho de Maths Donrado	Tecnica	Supervisor-Assistente 1 JS (FC-4)	Pós-graduação - Direito
14.	1795	Raimunda Moreira Lima	Tecnico	-	
15.	1098	Renato Werton Chaves	Tecnica	Oficial de Gabinete IS (FC-5)	Pós-graduação - Direito
16.	855	Scullin Pontes Gondim	Analista	Supervisor Seção Grandes Devedores (FC-5)	Pós-graduação - Direito
17.	476	Silvana Fontenele Iarbossa Benson	Tecnica	Auxiliar Especializado (FC-2)	Graduação - Geologia
18.	359	Silvia Fernando Rolando tie Castro	Tecnica	Diretora de Secretaria (CJ-3)	Pós-graduação - Direito

Como se pode deprender, no tocante à formação acadêmica dos servidores efetivos 20ª Vara Federal, verifica-se que há uma preocupação com a qualificação.

6.20.2.3. Estagiários

Há 01 estagiário atuando na Secretaria.

6.20.3. Organização da 20ª Vara Federal

Dentre os servidores da 20ª Vara Federal do Ceará, 11 exercem suas atribuições na secretaria e 07 no gabinete.

6.20.3.1. Secretaria

A Secretaria da Vara é dividida nos seguintes setores:

- Setor de Remessa, Recebimento e Distribuição — Recebe os processos com petições e pedidos das pastes e encaminha aos setores internos competentes, bem como efetua as remessas dos processos aos órgãos públicos (Servidor: Jose Almeida de Araújo);
- Setor de Publicações — efetua a publicação das decisoes etc (Servidor: Isabel Martins Araújo);
- Setor de Ações Conexas às execuções fiscais — supervisiona as ações correlacionadas às execuções fiscais (Servidor: Jorge Roberto de Gois Rodrigues);
- Setor da Fazenda Nacional — supervisiona as execuções fiscais em que a Fazenda

Nacional é a parte exequente (Servidores: Darniana Macedo Rego, Denise Feitosa Nunes, Maria Bernadete Guedes Lima Morel Lopes, Maria Ines Meireles Barguil);

- Setor de outros exequentes - supervisiona as execuções fiscais em que a Fazenda Nacional não é a parte exequente (Servidores: José Alberto Lima Torres, Raimunda Moreira Lima).

Há separação dos processos relativos a grandes Devedores com prioridade nas conclusões e expedientes de secretaria, assim como a subdivisão dos processos físicos e eletrônicos por subdígito e setores conforme especificado acima.

Há separação dos processos relativos a grandes Devedores, Medidas Cautelares e Mandados de Segurança, com prioridade máxima, seguido de Embargos à Execução.

Faz-se emissão dos relatórios estatísticos dos sistemas físico e eletrônico relativos à distribuição, conclusão, tempo médio em cada fase e posterior discussão com a equipe, na Secretaria e Gabinetes, visando adequações e otimização dos procedimentos.

6.20.3.2. Gabinete dos juízes federais

JUIZ TITULAR: são separados os processos referentes aos grandes devedores dos demais para análise e divididos entre a equipe do gabinete. Minutas de decisões e sentenças, pesquisa de jurisprudência. Processos divididos equitativamente entre os três assessores, conforme orientação do magistrado, atentando-se para o grau de complexidade dos mesmos. Servidores: Alessandra Melo de Saboya Rangel, Fabio Alessandro Lima, Manuela Edson Chaves Regadas, Sarnia Pontes Gondim.

JUIZ SUBSTITUTO: são separados os processos referentes aos grandes devedores dos demais para análise e divididos entre a equipe do gabinete. Minutas de decisões e sentenças, pesquisa de jurisprudência. Processos divididos equitativamente entre os três assessores, conforme orientação do magistrado, atentando-se para o grau de complexidade dos mesmos. Servidores: Francisco Ricardo Cunha, Maria Raquel Carvalho de M. Dourado, Renata Werton Chaves.

6.20.4. Participação dos juízes federais em reuniões com a equipe da 20ª Vara Federal

Há reuniões diárias com a Diretoria da Vara e semanais com a equipe.

6.20.5. Planejamento das atividades da 20ª Vara Federal e avaliação periódica de resultados

Em reuniões periódicas da Diretoria de Secretaria com os servidores enfatizam-se os seguintes aspectos: pronto cumprimento, na medida do possível, do expediente cartorário em atraso; maior acompanhamento dos em que remetidos mandados ou precatórias às Comarcas do Estado; a máxima atenção para se imprimir toda celeridade na tramitação dos processos, fazendo-se imediata conclusão ao Juiz, e unicamente por intermédio do Diretor, dos processos prontos para despachos e sentenças; a realização de frequentes

reuniões com os servidores, no intuito de orientá-los, avaliar-lhes o desempenho e facilitar a comunicação entre os diversos setores da secretaria; a atualização do andamento dos processos, com utilização plena das rotinas do sistema; dispensar tratamento urbano às partes e aos advogados, bem como manter relacionamento cordial entre si.

Há fixação de metas diárias pelo Supervisor de cada setor, semanal e mensal para organização e remanejamento do acervo com a Diretoria.

6.20.6. Atendimento aos membros do Ministério Público Federal, Defensoria Pública da União, procuradores federais, advogados e partes na secretaria e nos gabinetes dos juízes federais da 20ª Vara Federal

Atendimento no âmbito interno da Secretaria da Vara aos membros do Ministério Público, Defensoria Pública, Fazenda Nacional e outros e externo, no balcão de atendimento, às demais partes, sempre dispensando a máxima atenção, cordialidade e impessoalidade.

Atendimento no âmbito interno dos Gabinetes aos membros do Ministério Público, Defensoria Pública, Fazenda Nacional e outros e diretamente pelo Juiz, conforme a sua agenda.

6.20.7. Número de processos, relação servidor/processo, audiências de conciliação e de instrução e inspeções judiciais

Por ocasião do preenchimento do formulário de gestão, o número de processos em tramitação ajustada na Vara alcançava o total de 24.186: Juiz Titular: 11.938 (Físicos: 10.031, eletrônicos: 1.907); Juiz Substituto: 12.248 (Físicos: 10.392, eletrônicos: 1.856).

A relação entre o número de processos e a quantidade de servidores (19) era de 1.272,94.

Número de inspeções judiciais realizadas nos últimos 24 meses, a contar da data de início da correição: 02.

Não foram realizadas atividades de conciliação nos últimos 24 meses. Não há registro de audiências adiadas ou canceladas nos últimos 24 meses.

6.20.8. Cumprimento de metas e resoluções do CNJ

Meta 1 (Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente).

A unidade informou que foi cumprida parcialmente, em virtude de diligências pendentes que independem da diligência da Vara.

Meta 2 (Identificar e julgar, até 31/12/2017, pelo menos 100% dos processos distribuídos até 31/12/2012, 85% dos processos distribuídos em 2013 nos 1º e 2º graus, e 100% dos processos distribuídos até 31/12/2014 nos Juizados Especiais e Turmas Recursais Federais).

A unidade informou que foi cumprida parcialmente, em virtude de diligências pendentes que independem da diligência da Vara.

Meta 3 (Aumentar os casos solucionados por conciliação, fomentando o alcance do percentual mínimo de 2% na proporção dos processos conciliados em relação aos distribuídos).

Não há informação.

Meta 4 (Identificar e julgar até 31/12/2017 70% das ações de improbidade administrativa distribuídas até 31/12/2014).

Não se aplica.

Meta 5 (Baixar quantidade maior de processos de execução não fiscal do que o total de casos novos de execução não fiscal no ano corrente).

Não aplicável.

Meta 6 (Identificar e julgar, até 31/12/2017, entre 70% e 85% das ações coletivas distribuídas até 31/12/2013, no 1º e 2º graus).

Não se aplica.

Metas Específicas para a Justiça Federal

Baixar quantidade maior de processos criminais do que os casos novos criminais no ano corrente; Julgar quantidade maior de processos criminais do que os casos novos criminais no ano corrente.

Não se aplica.

Identificar e julgar, até 31/12 do ano corrente, 70% das ações penais vinculadas aos crimes relacionados à improbidade administrativa, ao tráfico de pessoas, à exploração sexual e ao trabalho escravo, distribuídas até 31/12/2014).

Não se aplica.

Acerca do cumprimento do Provimento CNJ nº 29/2013

Não se aplica.

Acerca do cumprimento das exigências previstas na Resolução CNJ nº 66/2009, com a redação introduzida pela Resolução CNJ nº 87/2009, e sobre a necessidade de inserção, no sistema informatizado, do Relatório de Controle de Prisões

Prejudicado.

6.20.9. Processos selecionados para correição

Foram correicionados 44 processos físicos (quando da correição tinham 18.785 processos físicos em tramitação ajustada).

Quanto aos processos do Sistema PJe, foram correicionados 150 processos (quando da correição tinham 3.792 processos eletrônicos em tramitação ajustada).

6.20.9.1 Principais constatações da análise individual de processos

6.20.9.1.1. Processos Físicos

Da análise individual dos processos, podem-se destacar as seguintes ocorrências:

AUSÊNCIA DE TERMO DE JUNTADA:		
TIPO DE AÇÃO	Nº DO PROCESSO	OBSERVAÇÃO
Embargos à Execução	00145562420134058100	Petição de fls. 574 protocolada em nov/2016.
Cautelar (Execução Fiscal)	00040490420134058100	Das peças de fls. 1514/1517.
Execução Fiscal	00056954920134058100	De petição de fls. 111.
DEMORA NA COBRANÇA DE DEVOLUÇÃO DAS CARTAS PRECATÓRIAS EXPEDIDAS E NÃO DEVOLVIDAS:		
TIPO DE AÇÃO	Nº DO PROCESSO	OBSERVAÇÃO
Execução Fiscal	00060899020124058100	De 11.01.2017.a 27.03.2018.
DEMORA NA CONCLUSÃO:		
TIPO DE AÇÃO	Nº DO PROCESSO	OBSERVAÇÃO
Embargos à Execução	00139039020114058100	Para sentença, de 19.06.2017 a 23.02.2018.
Embargos à Execução	00145562420134058100	Out/2017 a fev/2018.
Execução Fiscal	00043684020114058100	De set/2015 a março/2016 sem prolação de despacho.
Execução Fiscal	00171776619984058100	Para despacho, desde 27.02.2018.
Cautelar	00113989220124058100	Jul/2013-fev/2014 e sem prolação de despacho/decisão e

		jun/2015-mar/2016 e março a agosto/2017.
Embargos à Execução	00050724820144058100	Juntada de petição em 23/11/17, conclusão em 23/02/18.
Embargos à Execução	00099574220134058100	Certidão em 23/02/18, ainda sem conclusão.
Embargos à Execução	00079998420144058100	Certidão em 30/10/17, ainda sem conclusão.
Embargos à Execução	00041873420144058100	Recebimento dos autos em 05/12/17, conclusão em 23/02/18.
Execução Fiscal	00141144919994058100	Para sentença, de 22.06.2017 a 12.03.2018.
Embargos à Execução	00112706720154058100	Maio/2016 a novembro/2016 e de maio/2017 a abril/2018.
Execução Fiscal	00433591319964058100	Para despacho/decisão, desde 07.11.2017.
Embargos à Execução	00136641820134058100	Certidão em 20/11/17, conclusão em 23/02/18.
Ordinária	00018590520124058100	Petição pedindo desistência datada de 10/11/17, sem haver conclusão.
Cautelar (Execução Fiscal)	00040490420134058100	De fl. 1676 (out/14 a mar/15 - fl. 1673).
Execução Fiscal	00103866819974058100	Para sentença, de 22.06.2017 a 12.03.2018.
DEMORA NA EXPEDIÇÃO DE CERTIDÃO:		
TIPO DE AÇÃO	Nº DO PROCESSO	OBSERVAÇÃO
Cautelar (Execução Fiscal)	00094663520134058100	De decurso de prazo, de 19.10.2017 a 20.02.2018.
Embargos à Execução	00052673320144058100	Abr/16 a out/17.
DEMORA NA JUNTADA DE EXPEDIENTE:		
TIPO DE AÇÃO	Nº DO PROCESSO	OBSERVAÇÃO
Cautelar (Execução Fiscal)	00186187820114058100	Petição de 10/11/17, juntada em 02/03/18.
Execução Fiscal	00053009120124058100	Petição pedindo a suspensão protocolada em 10/11/17, juntada em 06/03/18.

Execução Fiscal	00043684020114058100	Petição protocolada em janeiro/2017 e juntada em junho/2017 sem apreciação pelo juízo.
Cautelar (Execução Fiscal)	00040490420134058100	Da petição de fls. 1527/1528 (maio a nov/13 - v. fl. 1526v).
Execução Fiscal	00171776619984058100	Mandado, de 07.08.2017 a 27.02.2018.
DEMORA NA PROLAÇÃO DE DESPACHO:		
TIPO DE AÇÃO	Nº DO PROCESSO	OBSERVAÇÃO
Cautelar	00113989220124058100	Deferindo pleito da União de vista com carga dos autos de fls. 811 juntada em junho/2015, sendo analisado o pleito apenas por despacho de março/2018 (fl. 849).
DEMORA NA PUBLICAÇÃO:		
TIPO DE AÇÃO	Nº DO PROCESSO	OBSERVAÇÃO
Execução Fiscal	00023699120074058100	Decisão, de 15.03.2016 a 22.08.2016.
Cautelar (Execução Fiscal)	00094663520134058100	De despacho, de 01.07.2014 a 19.10.2017.
DEMORA PARA CERTIFICAR O DECURSO DE PRAZO:		
TIPO DE AÇÃO	Nº DO PROCESSO	OBSERVAÇÃO
Embargos à Execução	00099034220144058100	Publicação/intimação em 07/12/15, certificação decurso de prazo em 30/10/17.
Embargos à Execução	00099574220134058100	Publicação em 06/10/17, decurso de prazo de dez dias certificado em 23/02/18.
Embargos à Execução	00079998420144058100	Publicação em 11/04/16, certificado o decurso do prazo em 30/10/17.
DESCUMPRIMENTO DE DETERMINAÇÕES DE INSPEÇÕES E CORREIÇÕES:		
TIPO DE AÇÃO	Nº DO PROCESSO	OBSERVAÇÃO
Execução Fiscal	00037630720054058100	De 28.03.2017 a 26.02.2018.
Embargos à Execução	00079998420144058100	Despacho de 06/10/14 não publicado, determinação

em inspeção de publicação datada de 15/03/16, publicação em 11/04/16.

Execução Fiscal	00368079020044058100	
FEITO EM ORDEM:		
TIPO DE AÇÃO	Nº DO PROCESSO	OBSERVAÇÃO
Embargos à Execução	00022664520114058100	
Ordinária	00040892020124058100	
Embargos à Execução	00037300220144058100	
Cautelar	00073497120134058100	
Execução Fiscal	00121299320094058100	
OUTROS:		
TIPO DE AÇÃO	Nº DO PROCESSO	OBSERVAÇÃO
Cautelar (Execução Fiscal)	00040490420134058100	Sem movimentação entre fevereiro a ago/14 (fls. 1651/1652).
Cautelar (Execução Fiscal)	00040490420134058100	Autos em poder da parte autora no período de jul/15 (fl. 1685) a mar/18 (fl. 1685v).
Embargos à Execução	00004563020144058100	Sem movimentação entre ago/17 a abr/18 (fls. 726v e 728).
Execução Fiscal	00205123120074058100	Sem movimentação entre dez/16 e mar/17.
Embargos à Execução	00099181120144058100	Sem movimentação entre jun/16 a mar/17 (fls. 103v e 107).
Embargos à Execução	00052846920144058100	Sem movimentação entre jun/17 a fev/18 (fls. 40v e 42).
Embargos à Execução	00075312320144058100	Demora no cumprimento de despacho - fev/15 a dez/15.
Embargos à Execução	00052673320144058100	Demora no cumprimento do despacho - abr/15 a mar/16.
Cautelar	00113989220124058100	Ausência de movimentação - de junho/2015 a março/2016 e de out/2017 a fev/2018.
Cautelar	00113989220124058100	Certidão de fl.844 que afirma juntada de petição

		não constante nos autos.
Embargos à Execução	00145562420134058100	Demora cumprimento ato ordinatório- março a setembro/2017.
Embargos à Execução	00145562420134058100	Ausência de movimentação - março/2017 a junho/2017
Execução Fiscal	00043684020114058100	Ausência movimentação- de agosto/2012 a fev/2013.
Execução Fiscal	00015853620154058100	Certidão de publicação/intimação do despacho de fls. 37 (redistribuído em 05/02/16, próximo movimento juntada de pedido de vista em 21/08/17, notícia de AG interposto em 05/10/17).
Ordinária	00018590520124058100	Ausência/demora na publicação/intimação do despacho de fl. 226, de 17/03/16. Vista dos autos apenas em 26/09/17.
Cautelar (Execução Fiscal)	00186187820114058100	Paralisação de 16/03/16 a 26/09/17.
Execução Fiscal	00044365320124058100	Ausência de cumprimento de despacho que determinou a formalização da penhora em 21/03/14 (determinação de cumprimento do despacho determinado em inspeção em 27/03/17).
Embargos à Execução	00099034220144058100	Demora na publicação (despacho de 27/04/15, publicação em 07/12/15).
Embargos à Execução	00099574220134058100	Demora na publicação (despacho em 07/08/17, publicação em 06/10/17).
Execução Fiscal	00055055319944058100	Ausência de certidão de publicação da decisão de fls. 655/659.
Execução Fiscal	00171776619984058100	Ausência de termo de conclusão para decisão (fls. 376/388).
Execução Fiscal	00023699120074058100	Processo sem movimentação, de 22.08.2016 a 29.03.2017.

Execução Fiscal	00023699120074058100	Ausência de conclusão para decisão.
Execução Fiscal	00023699120074058100	Ausência de cumprimento de despacho, desde 26.02.2018.
Execução Fiscal	00368079020044058100	Processo sem movimentação, de 20.20.2017 a 14.03.2018.
Embargos à Execução	00052023820144058100	Processo sem movimentação, desde 07.08.2017.
Mandado de Segurança (Execução Fiscal)	00029971720064058100	Processo sem movimentação, de 02.06.2016 a 29.03.2017.
Mandado de Segurança (Execução Fiscal)	00029971720064058100	Ausência de termo de conclusão.
PARALISAÇÃO IRREGULAR:		
TIPO DE AÇÃO	Nº DO PROCESSO	OBSERVAÇÃO
Embargos à Execução	00075312320144058100	Jun/16 a maio/17.
Embargos à Execução	00112715220154058100	Mai/2016-fevereiro/2018.
Execução Fiscal	00044489620144058100	Desde nov/14.
Outras Observações:		
<p>Processo : 00004563020144058100 Classe: Embargos à Execução - Execução apensa: 0015968-24.2012.4.05.8100.</p> <p>Processo: 00015853620154058100 Classe: Execução Fiscal - trasladada decisão proferida na EF 00053009120124058100 declarando a incompetência da 20ª Vara.</p> <p>Processo: 00018590520124058100 Classe: Ordinária - trasladada decisão proferida na EF 00053009120124058100 declarando a incompetência da 20ª Vara.</p> <p>Processo : 00037300220144058100 Classe: Embargos à Execução - Apenso à execução n. 0010626-95.2013.4.05.8100.</p> <p>Processo: 00040490420134058100 Classe: Cautelar (Execução Fiscal) - Sentença de extinção do processo sem resolução do mérito (a requerente parou de efetuar os depósitos mensais, descumprindo decisão liminar, bem como não há notícia de ajuizamento da ação principal). O magistrado registrou que os valores que haviam sido depositados em juízo - cerca de R\$ 73.000,00-, foram convertidos em pagamento definitivo à União.</p> <p>Processo: 00041873420144058100 Classe: Embargos à Execução - EF em anexo 00031873320134058100.</p> <p>Processo : 00050724820144058100 Classe: Embargos à Execução - EF anexa 00113457720134058100.</p> <p>Processo : 00052846920144058100 Classe: Embargos à Execução - Apenso à</p>		

execução n. 0011546-06.2012.4.05.8100.

Processo: 00055055319944058100 Classe: Execução Fiscal - Apenso: 000521523, 0001343-14, 001290317.

Processo: 00056954920134058100 Classe: Execução Fiscal - processo suspenso em razão de decisão nos embargos em execução em apenso n.º 001456-24.2013.4.05.8100. Houve durante a ação pleito de substituição de garantia.

Processo: 00072374420094058100 Classe: Execução Fiscal - Apenso à execução n. 0020512-31.2007.4.05.8100.

Processo: 00073497120134058100 Classe: Cautelar - decisão na EF 00053009120124058100 declarando a incompetência da 20ª Vara.

Processo: 00079857120124058100 Classe: Execução Fiscal - processo de grande devedor. valor da execução de 14.316.557,02 em 2012. apensos: 19040-53.2011, 3763-26.2013, 8013-34.2015.

Processo: 00079998420144058100 Classe: Embargos à Execução - EF em anexo, 0016348812011.4.05.8100.

Processo: 00099034220144058100 Classe: Embargos à Execução - 00021036020144058100 EF em anexo.

Processo : 00099181120144058100 Classe: Embargos à Execução - Apenso à execução n. 000877-06.2013.4.05.8100.

Processo: 00099574220134058100 Classe: Embargos à Execução - EF apensa 00011052920134058100.

Processo: 00113989220124058100 Classe: Cautelar - processo apenso a Execução Fiscal 0004368-40.2011.4.05.8100.

Processo : 00145562420134058100 Classe: Embargos à Execução - Execução Fiscal em apenso 0005695-49.2013.4.05.8100.

Processo: 00186187820114058100 Classe: Cautelar (Execução Fiscal) - trânsito em julgado em 17/12/2015. Traslada decisão proferida na EF 00053009120124058100 declarando a incompetência da 20ª Vara.

Processo: 00368079020044058100 Classe: Execução Fiscal - Apenso: 0002447-85, 0006649-37.

6.20.9.1.2. Processos Judiciais eletrônicos (PJe)

Da análise individual dos processos, podem-se destacar as seguintes ocorrências:

Número do Processo	Classe Judicial	Assunto	Último Evento	Polo Ativo	Polo Passivo	Correicionado
Ausência/demora na conclusão						
0800256-04.2016.4.05.8105	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspecção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FAZENDA NACIONAL - 00.204.460/0316-52	LIBRA LIGAS DO BRASIL S/A -	SIM
0800349-79.2016.4.05.8100	EMBARGOS À EXECUÇÃO	Efeito Suspensivo / Impugnação / Embargos à Execução	Inspecção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	IGUATEMI DERIVADOS DE PETROLEO LTDA - 07.304.199/0001-90	AGENCIA NACIONAL DO PETROLEO, GAS NATURAL E BIOCOMBUSTIVEIS - ANP e outro - 02.313.673/0001-27	SIM

0800350-64.2016.4.05.8100	EMBARGOS À EXECUÇÃO	Efeito Suspensivo / Impugnação / Embargos à Execução	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	IGUATEMI DERIVADOS DE PETROLEO LTDA - 07.304.199/0001-90	AGENCIA NACIONAL DO PETROLEO, GAS NATURAL E BIOCOMBUSTIVEIS - ANP e outro - 02.313.673/0001-27	SIM
0800502-49.2015.4.05.8100	EMBARGOS À EXECUÇÃO	Efeito Suspensivo / Impugnação / Embargos à Execução	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	TRANSNAL TRANSPORTE NACIONAL LTDA - ME - 09.442.013/0001-95	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	SIM
0801037-41.2016.4.05.8100	EMBARGOS À EXECUÇÃO	Efeito Suspensivo / Impugnação / Embargos à Execução	Juntada de Cota	J MACEDO ALIMENTOS S/A - 15.102.213/0001-00	FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO - FNDE e outro - 00.378.257/0001-81	SIM
0801393-70.2015.4.05.8100	EMBARGOS À EXECUÇÃO	Efeito Suspensivo / Impugnação / Embargos à Execução	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF - 00.360.305/0001-04	MUNICIPIO DE FORTALEZA - 07.954.605/0001-60	SIM
0801449-74.2013.4.05.8100	PROCEDIMENTO COMUM	Anulação de Débito Fiscal	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	LOJAS INSINUANTE LTDA - 16.182.834/0259-47	INSTITUTO DE PESOS E MEDIDAS DE FORTALEZA - IPEM e outro -	SIM
0801482-93.2015.4.05.8100	EMBARGOS À EXECUÇÃO	Construção / Penhora / Avaliação / Indisponibilidade de Bens	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	JOSE EDILMAR ALENCAR - 374.486.927-04	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	SIM
0801537-44.2015.4.05.8100	EMBARGOS À EXECUÇÃO	Efeito Suspensivo / Impugnação / Embargos à Execução	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	IMOBILIARIA PIERRE EIRELI - 10.394.294/0001-37	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	SIM
0801765-19.2015.4.05.8100	EMBARGOS À EXECUÇÃO	Correção Monetária	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	EMPRESA SAO JOSE DE RIBAMAR LTDA -	FAZENDA NACIONAL -	SIM
0802016-03.2016.4.05.8100	EXECUÇÃO FISCAL	Ausência de Cobrança Administrativa Prévia	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS	MODELO COMERCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA - 11.180.078/0001-51	SIM
0802068-96.2016.4.05.8100	EXECUÇÃO FISCAL	Ausência de Cobrança Administrativa Prévia	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CONSELHO REGIONAL DE FARMACIA DO ESTADO DO CEARÁ - CRF/CE - 07.288.905/0001-58	MOTICAL MATERIAL OTICO LTDA - EPP - 05.612.643/0001-00	SIM
0802155-86.2015.4.05.8100	EMBARGOS À EXECUÇÃO	Efeito Suspensivo /	Inspeção da Corregedoria-Geral	SUZLON ENERGIA EOLICA DO BRASIL	FAZENDA NACIONAL -	SIM

	EXECUÇÃO	Impugnação / Embargos à Execução	da Justiça Federal	LTDA. - 08.146.882/0001-00	00.394.460/0216-53	
0802438-75.2016.4.05.8100	EXECUÇÃO FISCAL	Competência da Justiça Federal	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES - DNIT - 04.892.707/0001-00	EXPRESSO GUANABARA S A - 41.550.112/0001-01	SIM
0802591-74.2017.4.05.8100	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	J. M. DA COSTA SILVA - ME -	SIM
0802663-61.2017.4.05.8100	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	CLINICA SANTA LUCIA DE TRAUMATOLOGIA ORTOPEDIA E MEDICINA FISICA S/S EIRELI - ME - 07.305.071/0001-41	SIM
0802685-61.2013.4.05.8100	PROCEDIMENTO COMUM	CPF/Cadastro de Pessoas Físicas	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FRANCISCO JOSE MACHADO e outro -	UNIÃO FEDERAL - 06.004.550/0001-23	SIM
0802807-69.2016.4.05.8100	EMBARGOS À EXECUÇÃO	Efeito Suspensivo / Impugnação / Embargos à Execução	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	LIBRA LIGAS DO BRASIL S/A - 10.500.221/0001-82	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	SIM
0803273-68.2013.4.05.8100	CAUTELAR INOMINADA	Expedição de Certidão Positiva de Débito com Efeito de Negativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	SERJAK MANUFATURA DE ROUPAS LTDA - 00.167.618/0001-40	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	SIM
0803326-49.2013.4.05.8100	PROCEDIMENTO COMUM	Ambiental e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	SABINO FREIRE DE LIMA FILHO - 329.380.398-91	INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVAVEIS - IBAMA - 03.659.166/0001-02	SIM
0803389-06.2015.4.05.8100	CAUTELAR INOMINADA	Carta de fiança	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FORTAL EMPREENDIMENTOS LTDA - 03.807.885/0001-23	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	SIM
0803498-20.2015.4.05.8100	EMBARGOS À EXECUÇÃO	Efeito Suspensivo / Impugnação / Embargos à Execução	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	ANTONIO BATISTA FILHO - 210.456.663-00	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	SIM
0803929-20.2016.4.05.8100	EXECUÇÃO FISCAL	Ausência de Cobrança Administrativa Prévia	Conclusos para despacho	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	MARIA JOSE FERREIRA PEREIRA - 045.087.772-68	SIM
0804276-53.2016.4.05.8100	EXECUÇÃO FISCAL	Ausência de Cobrança Administrativa Prévia	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	YURI SOUSA MAMEDE AGUIAR - 678.742.153-20	SIM
0804491-29.2016.4.05.8100	EXECUÇÃO FISCAL	Ausência de Cobrança Administrativa Prévia	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	CSN DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA - 02.498.435/0001-33	SIM
0804632-48.2016.4.05.8100	EXECUÇÃO FISCAL	Competência da Justiça Federal	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS	SAO FELIX INDUSTRIA DE MINERACAO LTDA - ME - 06.032.496/0001-61	SIM
0804830-22.2015.4.05.8100	EMBARGOS À EXECUÇÃO	Efeito Suspensivo / Impugnação / Embargos à Execução	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MARCELO ALBUQUERQUE MARTINS AMORIM e outro - 580.602.353-20	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	SIM
0804850-47.2014.4.05.8100	PROCEDIMENTO COMUM	Anulação de Débito Fiscal	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	PAULO HENRIQUE FERREIRA e outro -	FAZENDA NACIONAL -	SIM
0805514-78.2014.4.05.8100	PROCEDIMENTO COMUM	Anulação de Débito Fiscal	Juntada de Certidão de Intimação	ZEGIA MARIA ESTRELA DE CASTRO ALVES -	FAZENDA NACIONAL -	SIM

0807172-69.2016.4.05.8100	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	SUZLON ENERGIA EOLICA DO BRASIL LTDA. - 08.146.882/0001-00	SIM
	EMBARGOS À	Nulidade /	Juntada de Certidão	CAIXA ECONOMICA	MUNICIPIO DE	

0807441-45.2015.4.05.8100	EXECUÇÃO	Inexigibilidade do Título	de Intimação	FEDERAL - CEF -	FORTALEZA -	SIM
0807674-08.2016.4.05.8100	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Conclusos para decisão	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	S M CAVALCANTE OLIVEIRA - EPP -	SIM
0807678-45.2016.4.05.8100	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	ISRAEL ARAUJO CONSULTORIA EM RH S/S LTDA - EPP - 05.916.757/0001-43	SIM
0807699-21.2016.4.05.8100	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	FRM SERVICOS DE INFORMATICA LTDA - ME - 06.905.952/0001-30	SIM
0807709-65.2016.4.05.8100	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	LA EMPREENDIMENTOS E SERVICOS DE ENGENHARIA EIRELI - 07.177.270/0001-11	SIM
0809815-97.2016.4.05.8100	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	ELENITA MARIA PINHEIRO DA FONSECA - 025.984.183-87	SIM
0809833-21.2016.4.05.8100	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	MARIO ATILA SOUSA TEIXEIRA ARAUJO - 028.168.633-52	SIM
0809837-58.2016.4.05.8100	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	ANALY BATISTA BARBOSA -	SIM
0809875-70.2016.4.05.8100	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	FRANCISCO WASHINGTON PEREIRA - 046.396.183-87	SIM
0810041-05.2016.4.05.8100	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Juntada de Certidão de decurso de prazo	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	ABEL FRANCISCO SILVA -	SIM
0810158-93.2016.4.05.8100	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	MARIA DO ROSARIO MAIA DE MOURA -	SIM
0810238-57.2016.4.05.8100	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	RITA JULIA RODRIGUES SILVA -	SIM
0810347-71.2016.4.05.8100	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Juntada de Certidão	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	MARIA OLIMPIA CAMARA VALE -	SIM
0810365-92.2016.4.05.8100	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Expedição de expediente	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	FRANCISCO JOSE ARAUJO SAMPAIO -	SIM
0810392-75.2016.4.05.8100	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	LUIZ ARTHUR MARQUES SOARES -	SIM
0811103-80.2016.4.05.8100	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	EMPESCA SA CONSTRUCOES NAVAIS PESCA E EXPORTACAO - 09.119.033/0001-20	SIM
0812161-21.2016.4.05.8100	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	COLEGIO BATISTA SANTOS DUMONT -	SIM
0814796-38.2017.4.05.8100	EMBARGOS À EXECUÇÃO	Alienação Fiduciária	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	SAFITUR SAO FRANCISCO TRANSPORTES E	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	SIM
0814979-43.2016.4.05.8100	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO CEARA - CRC/CE -	TIAGO LIMA SALES - 806.550.923-15	SIM
0815148-30.2016.4.05.8100	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CONSELHO REGIONAL DE CORRETORES DE IMOVEIS 15 REGIAO - 09.420.282/0001-50	FERNANDO UTSCH MOREIRA - 030.106.706-10	SIM
0817170-61.2016.4.05.8100	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Juntada de Certidão	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	REGINA ALIMENTOS S A -	SIM

Demora para certificação do decurso de prazo						
0804392-30.2014.4.05.8100	PROCEDIMENT O COMUM	Arrolamento de Bens	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	ABRAHAO OTOCH & CIA LTDA -	FAZENDA NACIONAL -	SIM
Lapso entre conclusão e prolação da sentença						

0800535-10.2013.4.05.8100	EMBARGOS À EXECUÇÃO	Efeito Suspensivo / Impugnação / Embargos à Execução	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	VALERIA MARIA SAMPAIO DE MELO - 143.031.403-68	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	SIM
0801260-28.2015.4.05.8100	PROCEDIMENTO COMUM	1/3 de férias	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	Associação dos Servidores do DETRAN -	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS e outro - 29.979.036/0001-40	SIM
0801386-78.2015.4.05.8100	EMBARGOS À EXECUÇÃO	Efeito Suspensivo / Impugnação / Embargos à Execução	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF - 00.360.305/0001-04	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	SIM
0801449-74.2013.4.05.8100	PROCEDIMENTO COMUM	Anulação de Débito Fiscal	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	LOJAS INSINUANTE LTDA - 16.182.834/0259-47	INSTITUTO DE PESOS E MEDIDAS DE FORTALEZA - IPEM e outro -	SIM
0801487-18.2015.4.05.8100	EMBARGOS À EXECUÇÃO	Efeito Suspensivo / Impugnação / Embargos à Execução	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	EVALDO BRITO FONTENELE - 059.717.563-20	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	SIM
0801827-25.2016.4.05.8100	EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL	Efeito Suspensivo / Impugnação / Embargos à Execução	Julgado improcedente o pedido	JOSE BEZERRA DE ANDRADE -	INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVAVEIS - IBAMA - 03.659.166/0001-02	SIM
0801889-31.2017.4.05.8100	MANDADO DE SEGURANÇA	Expedição de Certidão Positiva de Débito com Efeito de Negativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MINEVALE-MINERACAO VALE DO ACARAU LTDA. - ME e outros - 23.456.585/0001-54	FAZENDA NACIONAL e outros - 00.394.460/0216-53	SIM
0802685-61.2013.4.05.8100	PROCEDIMENTO COMUM	CPF/Cadastro de Pessoas Físicas	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FRANCISCO JOSE MACHADO e outro -	UNIÃO FEDERAL - 00.001.558/0001-00	SIM
0803273-68.2013.4.05.8100	CAUTELAR INOMINADA	Expedição de Certidão Positiva de Débito com Efeito de Negativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	SERJAK MANUFATURA DE ROUPAS LTDA - 00.167.618/0001-40	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	SIM
0803326-49.2013.4.05.8100	PROCEDIMENTO COMUM	Ambiental e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	SABINO FREIRE DE LIMA FILHO - 329.380.398-91	INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVAVEIS - IBAMA - 03.659.166/0001-02	SIM
0807441-45.2015.4.05.8100	EMBARGOS À EXECUÇÃO	Nulidade / Inexigibilidade do Título	Juntada de Certidão de Intimação	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF -	MUNICIPIO DE FORTALEZA -	SIM
0807543-67.2015.4.05.8100	PROCEDIMENTO COMUM	Nulidade de Ato Administrativo	Juntada de Embargos de Declaração	J D COMERCIO DISTRIBUIDORA DE BEBIDAS E GLP LTDA - EPP - 05.106.027/0001-87	AGENCIA NACIONAL DO PETROLEO, GAS NATURAL E BIOCOMBUSTIVEIS - ANP e outro - 02.313.673/0001-27	SIM
0814890-20.2016.4.05.8100	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	LUIS SERGIO DE OLIVEIRA ROCHA -	SIM
Lapso entre conclusão e prolação despacho/decisão						
0800256-04.2016.4.05.8105	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	LIBRA LIGAS DO BRASIL S/A -	SIM
0800349-79.2016.4.05.8100	EMBARGOS À EXECUÇÃO	Efeito Suspensivo / Impugnação / Embargos à Execução	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	IGUATEMI DERIVADOS DE PETROLEO LTDA - 07.304.199/0001-90	AGENCIA NACIONAL DO PETROLEO, GAS NATURAL E BIOCOMBUSTIVEIS - ANP e outro - 02.313.673/0001-27	SIM

0800350-64.2016.4.05.8100	EMBARGOS À EXECUÇÃO	Efeito Suspensivo / Impugnação / Embargos à Execução	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	IGUATEMI DERIVADOS DE PETROLEO LTDA - 07.304.199/0001-90	AGENCIA NACIONAL DO PETROLEO, GAS NATURAL E BIOCOMBUSTIVEIS - ANP e outro - 02.313.673/0001-27	SIM
---------------------------	---------------------	--	---	---	--	-----

0800502-49.2015.4.05.8100	EMBARGOS À EXECUÇÃO	Efeito Suspensivo / Impugnação / Embargos à Execução	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	TRANSNAL TRANSPORTE NACIONAL LTDA - ME - 09.442.013/0001-95	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	SIM
0801260-28.2015.4.05.8100	PROCEDIMENTO COMUM	1/3 de férias	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	Associação dos Servidores do DETRAN -	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS e outro - 29.979.036/0001-40	SIM
0801390-18.2015.4.05.8100	EMBARGOS À EXECUÇÃO	Efeito Suspensivo / Impugnação / Embargos à Execução	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF - 00.360.305/0001-04	MUNICIPIO DE FORTALEZA e outro - 07.954.605/0001-60	SIM
0801482-93.2015.4.05.8100	EMBARGOS À EXECUÇÃO	Construção / Penhora / Avaliação / Indisponibilidade de Bens	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	JOSE EDILMAR ALENCAR - 374.486.927-04	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	SIM
0801765-19.2015.4.05.8100	EMBARGOS À EXECUÇÃO	Correção Monetária	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	EMPRESA SAO JOSE DE RIBAMAR LTDA -	FAZENDA NACIONAL -	SIM
0801916-53.2013.4.05.8100	PROCEDIMENTO COMUM	Anistia	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	JOSE DE SANTOS E SOUSA - 002.461.823-34	FAZENDA NACIONAL -	SIM
0802016-03.2016.4.05.8100	EXECUÇÃO FISCAL	Ausência de Cobrança Administrativa Prévia	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS	MODELO COMERCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA - 11.180.078/0001-51	SIM
0802520-43.2015.4.05.8100	EMBARGOS DE TERCEIRO	Construção / Penhora / Avaliação / Indisponibilidade de Bens	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	WELLINGTON PEREIRA DO CARMO - 104.936.623-91	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	SIM
0803326-49.2013.4.05.8100	PROCEDIMENTO COMUM	Ambiental e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	SABINO FREIRE DE LIMA FILHO - 329.380.398-91	INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVAVEIS - IBAMA - 03.659.166/0001-02	SIM
0803389-06.2015.4.05.8100	CAUTELAR INOMINADA	Carta de fiança	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FORTAL EMPREENDIMENTOS LTDA - 03.807.885/0001-23	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	SIM
0804261-21.2015.4.05.8100	CAUTELAR INOMINADA	Liminar e outros	Expedição de expediente	ELLO SERVICOS DE MAO DE OBRA LTDA -	FAZENDA NACIONAL -	SIM
0804850-47.2014.4.05.8100	PROCEDIMENTO COMUM	Anulação de Débito Fiscal	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	PAULO HENRIQUE FERREIRA e outro -	FAZENDA NACIONAL -	SIM
0805514-78.2014.4.05.8100	PROCEDIMENTO COMUM	Anulação de Débito Fiscal	Juntada de Certidão de Intimação	ZEGIA MARIA ESTRELA DE CASTRO ALVES -	FAZENDA NACIONAL -	SIM
0807172-69.2016.4.05.8100	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	SUZLON ENERGIA EOLICA DO BRASIL LTDA - 08.146.882/0001-00	SIM
0809281-56.2016.4.05.8100	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Juntada de Certidão	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	JORGE LUIZ BRAGA DA SILVA e outros -	SIM
0810089-61.2016.4.05.8100	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO e outro - 00.375.114/0001-16	SIM
0810392-75.2016.4.05.8100	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	LUIZ ARTHUR MARQUES SOARES -	SIM
Lapso sem movimentação processo na Secretaria						
0800478-69.2016.4.05.8105	EXECUÇÃO FISCAL	Não Cumulatividade	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	LIBRA LIGAS DO BRASIL S/A -	SIM

0801018-35.2016.4.05.8100	EMBARGOS DE TERCEIRO	Construção / Penhora / Avaliação / Indisponibilidade de Bens	Expedição de expediente	JOSE SABADOS PEREIRA PONTES e outro - 068.608.263-04	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	SIM
		Efeito Suspensivo /	Inspeção da	CAIXA ECONOMICA	MUNICIPIO DE	

0801378-04.2015.4.05.8100	EMBARGOS À EXECUÇÃO	Impugnação / Embargos à Execução	Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FEDERAL - CEF - 00.360.305/0001-04	FORTALEZA - 07.954.605/0001-60	SIM
0801482-93.2015.4.05.8100	EMBARGOS À EXECUÇÃO	Construção / Penhora / Avaliação / Indisponibilidade de Bens	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	JOSE EDILMAR ALENCAR - 374.486.927-04	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	SIM
0801537-44.2015.4.05.8100	EMBARGOS À EXECUÇÃO	Efeito Suspensivo / Impugnação / Embargos à Execução	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	IMOBILIARIA PIERRE EIRELI - 10.394.294/0001-37	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	SIM
0801890-50.2016.4.05.8100	EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL	Efeito Suspensivo / Impugnação / Embargos à Execução	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	C . & S. SERVICOS ODONTOLOGICOS LTDA - ME - 09.372.874/0001-44	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	SIM
0802155-86.2015.4.05.8100	EMBARGOS À EXECUÇÃO	Efeito Suspensivo / Impugnação / Embargos à Execução	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	SUZLON ENERGIA EOLICA DO BRASIL LTDA. - 08.146.882/0001-00	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	SIM
0802415-32.2016.4.05.8100	EXECUÇÃO FISCAL	Competência da Justiça Federal	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	AGENCIA NACIONAL DE AVIACAO CIVIL - ANAC	TAF LINHAS AEREAS S A -	SIM
0802438-75.2016.4.05.8100	EXECUÇÃO FISCAL	Competência da Justiça Federal	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES - DNIT - 04.892.707/0001-00	EXPRESSO GUANABARA S A - 41.550.112/0001-01	SIM
0802511-47.2016.4.05.8100	EXECUÇÃO FISCAL	Competência da Justiça Federal	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS	FARMACIA DO TRABALHADOR DO BRASIL CEARA LTDA. -	SIM
0802606-43.2017.4.05.8100	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Juntada de Certidão de Intimação	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	METAIL METAIS IPIRANGA LTDA - EPP - 07.901.531/0001-02	SIM
0802635-93.2017.4.05.8100	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Conclusos para decisão	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	ORGANIZACAO DE SERVICOS EDUCACIONAIS MS	SIM
0802663-61.2017.4.05.8100	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	CLINICA SANTA LUCIA DE TRAUMATOLOGIA ORTOPEDIA E MEDICINA FISICA S/S EIRELI - ME - 07.305.071/0001-41	SIM
0802700-25.2016.4.05.8100	EXECUÇÃO FISCAL	Competência da Justiça Federal		INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA NORMALIZACAO E QUALIDADE INDUSTRIAL - INMETRO - 00.662.270/0001-68	RESTAURANTE E PETISCARIA MAIS SABOR LTDA - ME - 20.540.489/0001-00	SIM
0802807-69.2016.4.05.8100	EMBARGOS À EXECUÇÃO	Efeito Suspensivo / Impugnação / Embargos à Execução	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	LIBRA LIGAS DO BRASIL S/A - 10.500.221/0001-82	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	SIM
0803238-06.2016.4.05.8100	EXECUÇÃO FISCAL	Competência da Justiça Federal e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS	FRANCISCO GILBERTO PARENTE DE OLIVEIRA - 229.969.403-00	SIM
0803273-68.2013.4.05.8100	CAUTELAR INOMINADA	Expedição de Certidão Positiva de Débito com Efeito de Negativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	SERJAK MANUFATURA DE ROUPAS LTDA - 00.167.618/0001-40	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	SIM

0803326-49.2013.4.05.8100	PROCEDIMENTO COMUM	Ambiental e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	SABINO FREIRE DE LIMA FILHO - 329.380.398-91	INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVAVEIS - IBAMA - 03.659.166/0001-02	SIM
		Efeito Suspensivo /	Inspeção da		FAZENDA	

0803498-20.2015.4.05.8100	EMBARGOS À EXECUÇÃO	Impugnação / Embargos à Execução	Corregedoria-Geral da Justiça Federal	ANTONIO BATISTA FILHO - 210.456.663-00	NACIONAL - 00.394.460/0216-53	SIM
0803641-72.2016.4.05.8100	EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL	Nulidade / Inexigibilidade do Título	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	JEPLAST INDUSTRIA DE PLASTICOS DO BRASIL LTDA - 05.592.112/0001-00	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	SIM
0803993-30.2016.4.05.8100	EXECUÇÃO FISCAL	Ausência de Cobrança Administrativa Prévia	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	REALCRED COBRANCAS E ASSESSORIA LTDA - 00.319.316/0001-40	SIM
0804305-69.2017.4.05.8100	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Juntada de Certidão	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	MARINA DE IRACEMA PARK S A	SIM
0804392-30.2014.4.05.8100	PROCEDIMENTO COMUM	Arrolamento de Bens	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	ABRAHAO OTOCH & CIA LTDA -	FAZENDA NACIONAL -	SIM
0804491-29.2016.4.05.8100	EXECUÇÃO FISCAL	Ausência de Cobrança Administrativa Prévia	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	CSN DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA - 02.498.435/0001-33	SIM
0804536-33.2016.4.05.8100	EXECUÇÃO FISCAL	Ausência de Cobrança Administrativa Prévia	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	MARIA ALICE OLIVEIRA DA PAZ - 617.106.263-00	SIM
0804814-34.2016.4.05.8100	PROCEDIMENTO COMUM	Anulação de Débito Fiscal	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO e outro -	FAZENDA NACIONAL -	SIM
0804830-22.2015.4.05.8100	EMBARGOS À EXECUÇÃO	Efeito Suspensivo / Impugnação / Embargos à Execução	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MARCELO ALBUQUERQUE MARTINS AMORIM e outro - 580.602.353-20	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	SIM
0804850-47.2014.4.05.8100	PROCEDIMENTO COMUM	Anulação de Débito Fiscal	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	PAULO HENRIQUE FERREIRA e outro -	FAZENDA NACIONAL -	SIM
0804982-36.2016.4.05.8100	EXECUÇÃO FISCAL	Ausência de Cobrança Administrativa Prévia	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	REFILAR SERVICOS DE ESQUADRIAS DE ALUMINIO LTDA - ME - 09.036.709/0001-11	SIM
0805065-52.2016.4.05.8100	EXECUÇÃO FISCAL	1/3 de férias e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS	ANTONIO EPITACIO DE FREITAS GONCALVES FILHO -	SIM
0805523-06.2015.4.05.8100	EMBARGOS À EXECUÇÃO	Efeito Suspensivo / Impugnação / Embargos à Execução	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	ABRAHAO OTOCH & CIA LTDA - 07.204.431/0001-19	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	SIM
0806982-43.2015.4.05.8100	EMBARGOS À EXECUÇÃO	Nulidade / Inexigibilidade do Título	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	SOARES SERVICOS DE BELEZA LTDA - ME -	FAZENDA NACIONAL -	SIM
0807678-45.2016.4.05.8100	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	ISRAEL ARAUJO CONSULTORIA EM RH S/S LTDA - EPP - 05.916.757/0001-43	SIM
0807699-21.2016.4.05.8100	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	FRM SERVICOS DE INFORMATICA LTDA - ME - 06.905.952/0001-30	SIM
0807719-12.2016.4.05.8100	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa		FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	NAUTICO ATLETICO CEARENSE -	SIM
0809500-35.2017.4.05.8100	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	SAFITUR SAO FRANCISCO TRANSPORTES E TURISMO LTDA - ME	SIM
0809833-21.2016.4.05.8100	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	MARIO ATILA SOUSA TEIXEIRA ARAUJO - 028.168.633-52	SIM

0810166-70.2016.4.05.8100	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	HERMINIA COELHO ALCANTARA -	SIM
0810330-35.2016.4.05.8100	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Processo Suspenso/Sobrestado	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	FRANCISCO JARBAS ARAUJO -	SIM

0810376-24.2016.4.05.8100	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Juntada de Cota	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	JOSE TIAGO NOGUEIRA -	SIM
0811489-76.2017.4.05.8100	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Juntada de Petição	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	JAO EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS EIRELI - EPP - 04.988.419/0001-54	SIM
0812161-21.2016.4.05.8100	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	COLEGIO BATISTA SANTOS DUMONT -	SIM
0814896-27.2016.4.05.8100	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	ALBINO ADVOGADOS ASSOCIADOS - 07.701.644/0001-56	SIM
0814963-89.2016.4.05.8100	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO CEARA - CRC/CE -	LUIZ VLADEIRTON OLIVEIRA DE QUEIROZ - 191.101.543-53	SIM
0815149-15.2016.4.05.8100	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa e outros	Juntada de Petição	CONSELHO REGIONAL DE CORRETORES DE IMOVEIS 15 REGIAO - 09.420.282/0001-50	FERNANDO PINHEIRO DE MEDEIROS FILHO - 036.392.403-59	SIM
0817170-61.2016.4.05.8100	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Juntada de Certidão	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	REGINA ALIMENTOS S A -	SIM
Lapso temporal para cumprimento despacho/decisão						
0800502-49.2015.4.05.8100	EMBARGOS À EXECUÇÃO	Efeito Suspensivo / Impugnação / Embargos à Execução	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	TRANSNAL TRANSPORTE NACIONAL LTDA - ME - 09.442.013/0001-95	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	SIM
0801018-35.2016.4.05.8100	EMBARGOS DE TERCEIRO	Construção / Penhora / Avaliação / Indisponibilidade de Bens	Expedição de expediente	JOSE SABADOS PEREIRA PONTES e outro - 068.608.263-04	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	SIM
0801037-41.2016.4.05.8100	EMBARGOS À EXECUÇÃO	Efeito Suspensivo / Impugnação / Embargos à Execução	Juntada de Cota	J MACEDO ALIMENTOS S/A - 15.102.213/0001-00	FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO - FNDE e outro - 00.378.257/0001-81	SIM
0801378-04.2015.4.05.8100	EMBARGOS À EXECUÇÃO	Efeito Suspensivo / Impugnação / Embargos à Execução	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF - 00.360.305/0001-04	MUNICIPIO DE FORTALEZA - 07.954.605/0001-60	SIM
0801390-18.2015.4.05.8100	EMBARGOS À EXECUÇÃO	Efeito Suspensivo / Impugnação / Embargos à Execução	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF - 00.360.305/0001-04	MUNICIPIO DE FORTALEZA e outro - 07.954.605/0001-60	SIM
0801393-70.2015.4.05.8100	EMBARGOS À EXECUÇÃO	Efeito Suspensivo / Impugnação / Embargos à Execução	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF - 00.360.305/0001-04	MUNICIPIO DE FORTALEZA - 07.954.605/0001-60	SIM
0801482-93.2015.4.05.8100	EMBARGOS À EXECUÇÃO	Construção / Penhora / Avaliação / Indisponibilidade de Bens	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	JOSE EDILMAR ALENCAR - 374.486.927-04	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	SIM
0801916-53.2013.4.05.8100	PROCEDIMENTO COMUM	Anistia	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	JOSE DE SANTOS E SOUSA - 002.461.823-34	FAZENDA NACIONAL -	SIM
0802455-14.2016.4.05.8100	EXECUÇÃO FISCAL	Competência da Justiça Federal	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA NORMALIZACAO E QUALIDADE	LEANDRO MARTINS DA SILVA 06425530332 - 17.558.137/0001-69	SIM
0802584-82.2017.4.05.8100	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Arquivado Provisoriamente	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	CONSTRUTORA MARTINS PORTO LTDA - 07.286.271/0001-02	SIM

0802591-74.2017.4.05.8100	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	J. M. DA COSTA SILVA - ME -	SIM
0802606-43.2017.4.05.8100	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Juntada de Certidão de Intimação	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	METAIL METAIS IPIRANGA LTDA - EPP - 07.901.531/0001-02	SIM

0802648-92.2017.4.05.8100	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Juntada de Certidão de decurso de prazo	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	AMANDABA LOGISTICA E TRANSPORTES LTDA - ME - 04.691.878/0001-71	SIM
0802685-61.2013.4.05.8100	PROCEDIMENTO COMUM	CPF/Cadastro de Pessoas Físicas	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FRANCISCO JOSE MACHADO e outro -	UNIÃO FEDERAL - 36.004.558/0001-33	SIM
0803615-74.2016.4.05.8100	EXECUÇÃO FISCAL	Ausência de Cobrança Administrativa Prévia	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO CEARA - CRC/CE -	PAULO SERGIO MELO DE OLIVEIRA 756.038.014-30	SIM
0803929-20.2016.4.05.8100	EXECUÇÃO FISCAL	Ausência de Cobrança Administrativa Prévia	Conclusos para despacho	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	MARIA JOSE FERREIRA PEREIRA - 045.087.773-68	SIM
0804532-93.2016.4.05.8100	EMBARGOS DE TERCEIRO	Construção / Penhora / Avaliação / Indisponibilidade de Bens	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	BRADESCO ADMINISTRADORA DE CONSORCIOS LTDA. - 52.568.821/0001-22	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	SIM
0804632-48.2016.4.05.8100	EXECUÇÃO FISCAL	Competência da Justiça Federal	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS	SAO FELIX INDUSTRIA DE MINERACAO LTDA - ME - 06.032.496/0001-61	SIM
0804850-47.2014.4.05.8100	PROCEDIMENTO COMUM	Anulação de Débito Fiscal	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	PAULO HENRIQUE FERREIRA e outro -	FAZENDA NACIONAL -	SIM
0806982-43.2015.4.05.8100	EMBARGOS À EXECUÇÃO	Nulidade / Inexigibilidade do Título	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	SOARES SERVICOS DE BELEZA LTDA - ME -	FAZENDA NACIONAL -	SIM
0807724-34.2016.4.05.8100	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Proferido despacho de mero expediente	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	PANIFICADORA E CONFEITARIA NOSSO PAO LTDA -	SIM
0808265-04.2015.4.05.8100	EMBARGOS À EXECUÇÃO	Efeito Suspensivo / Impugnação / Embargos à Execução	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	ICE FORTALEZA LTDA - EPP - 07.950.140/0001-70	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	SIM
0809875-70.2016.4.05.8100	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	FRANCISCO WASHINGTON PEREIRA - 046.396.183-87	SIM
0810041-05.2016.4.05.8100	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Juntada de Certidão de decurso de prazo	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	ABEL FRANCISCO SILVA -	SIM
0810191-83.2016.4.05.8100	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Juntada de Certidão de decurso de prazo	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	MARIA ZENEIDA DA SILVA DOS SANTOS	SIM
0810208-22.2016.4.05.8100	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Conclusos para despacho	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	LUCIA MARIA VASCONCELOS CORDEIRO - 169.519.213-34	SIM
0810327-80.2016.4.05.8100	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Arquivado Provisoriamente	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	FRANCISCA DE ASSIS VIANA MOREIRA - 214.994.893-15	SIM
0811489-76.2017.4.05.8100	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Juntada de Petição	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	JAO EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS EIRELI - EPP - 04.988.419/0001-54	SIM
Outros:						
0802455-14.2016.4.05.8100	EXECUÇÃO FISCAL	Competência da Justiça Federal	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA NORMALIZACAO E QUALIDADE INDUSTRIAL - INMETRO - 00.662.270/0001-68	LEANDRO MARTINS DA SILVA 06425530332 - 17.558.137/0001-69	SIM
0803498-20.2015.4.05.8100	EMBARGOS À EXECUÇÃO	Efeito Suspensivo / Impugnação / Embargos à Execução	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	ANTONIO BATISTA FILHO - 210.456.663-00	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	SIM

0804392-30.2014.4.05.8100	PROCEDIMENT O COMUM	Arrolamento de Bens	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	ABRAHAO OTOCH & CIA LTDA -	FAZENDA NACIONAL -	SIM
Paralisação irregular do processo						

0800478-69.2016.4.05.8105	EXECUÇÃO FISCAL	Não Cumulatividade	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	LIBRA LIGAS DO BRASIL S/A -	SIM
0800535-10.2013.4.05.8100	EMBARGOS À EXECUÇÃO	Efeito Suspensivo / Impugnação / Embargos à Execução	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	VALERIA MARIA SAMPAIO DE MELO - 143.031.403-68	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	SIM
0801018-35.2016.4.05.8100	EMBARGOS DE TERCEIRO	Construção / Penhora / Avaliação / Indisponibilidade de Bens	Expedição de expediente	JOSE SABADOS PEREIRA PONTES e outro - 068.608.263-04	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	SIM
0801037-41.2016.4.05.8100	EMBARGOS À EXECUÇÃO	Efeito Suspensivo / Impugnação / Embargos à Execução	Juntada de Cota	J MACEDO ALIMENTOS S/A - 15.102.213/0001-00	FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO - FNDE e outro - 00.378.257/0001-81	SIM
0801375-49.2015.4.05.8100	EMBARGOS À EXECUÇÃO	Efeito Suspensivo / Impugnação / Embargos à Execução	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF - 00.360.305/0001-04	MUNICIPIO DE FORTALEZA - 07.954.605/0001-60	SIM
0801378-04.2015.4.05.8100	EMBARGOS À EXECUÇÃO	Efeito Suspensivo / Impugnação / Embargos à Execução	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF - 00.360.305/0001-04	MUNICIPIO DE FORTALEZA - 07.954.605/0001-60	SIM
0801386-78.2015.4.05.8100	EMBARGOS À EXECUÇÃO	Efeito Suspensivo / Impugnação / Embargos à Execução	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF - 00.360.305/0001-04	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	SIM
0801390-18.2015.4.05.8100	EMBARGOS À EXECUÇÃO	Efeito Suspensivo / Impugnação / Embargos à Execução	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF - 00.360.305/0001-04	MUNICIPIO DE FORTALEZA e outro - 07.954.605/0001-60	SIM
0801765-19.2015.4.05.8100	EMBARGOS À EXECUÇÃO	Correção Monetária	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	EMPRESA SAO JOSE DE RIBAMAR LTDA -	FAZENDA NACIONAL -	SIM
0801890-50.2016.4.05.8100	EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL	Efeito Suspensivo / Impugnação / Embargos à Execução	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	C . & S. SERVICOS ODONTOLOGICOS LTDA - ME - 09.372.874/0001-44	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	SIM
0802198-86.2016.4.05.8100	EXECUÇÃO FISCAL	Competência da Justiça Federal	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	AGENCIA NACIONAL DE SAUDE SUPLEMENTAR - ANS. - 03.589.068/0001-46	HAPVIDA ASSISTENCIA MEDICA LTDA - 63.554.067/0001-98	SIM
0802455-14.2016.4.05.8100	EXECUÇÃO FISCAL	Competência da Justiça Federal	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA NORMALIZACAO E QUALIDADE INDUSTRIAL - INMETRO - 00.662.270/0001-68	LEANDRO MARTINS DA SILVA 06425530332 - 17.558.137/0001-69	SIM
0802509-77.2016.4.05.8100	EXECUÇÃO FISCAL	Competência da Justiça Federal	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS	CESSION LIMA LOBAO - 812.536.643-15	SIM
0802584-82.2017.4.05.8100	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Arquivado Provisoriamente	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	CONSTRUTORA MARTINS PORTO LTDA - 07.286.271/0001-02	SIM
0802648-92.2017.4.05.8100	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Juntada de Certidão de decurso de prazo	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	AMANDABA LOGISTICA E TRANSPORTES LTDA - ME - 04.691.878/0001-71	SIM
0802660-09.2017.4.05.8100	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Juntada de Petição	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	PROV CENTER TRUCK SERVICOS E COMERCIO LTDA - ME - 14.720.850/0001-79	SIM

0802663-61.2017.4.05.8100	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	CLINICA SANTA LUCIA DE TRAUMATOLOGIA E ORTOPEDIA E MEDICINA FISICA S/S EIRELI - ME - 07.305.071/0001-41	SIM
			Inspeção da	FRANCISCO JOSE		

COMUM Pessoas Físicas da Justiça Federal 448.886.003-68 26.994.558/0001-23

0802700-25.2016.4.05.8100	EXECUÇÃO FISCAL	Competência da Justiça Federal		INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA NORMALIZACAO E QUALIDADE INDUSTRIAL - INMETRO - 00.662.270/0001-68	RESTAURANTE E PETISCARIA MAIS SABOR LTDA - ME - 20.540.489/0001-00	SIM
0802718-46.2016.4.05.8100	EXECUÇÃO FISCAL	Competência da Justiça Federal	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA NORMALIZACAO E QUALIDADE INDUSTRIAL - INMETRO - 00.662.270/0001-68	EDER RABELO DE SOUZA 61936723387 - 18.952.500/0001-99	SIM
0803250-20.2016.4.05.8100	EXECUÇÃO FISCAL	Competência da Justiça Federal	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS	OCELIO COSTA DA SILVA - 057.977.703-00	SIM
0803498-20.2015.4.05.8100	EMBARGOS À EXECUÇÃO	Efeito Suspensivo / Impugnação / Embargos à Execução	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	ANTONIO BATISTA FILHO - 210.456.663-00	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	SIM
0803615-74.2016.4.05.8100	EXECUÇÃO FISCAL	Ausência de Cobrança Administrativa Prévia	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO CEARA - CRC/CE - 756.028.014-20	PAULO SERGIO MELO DE OLIVEIRA	SIM
0803641-72.2016.4.05.8100	EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL	Nulidade / Inexigibilidade do Título	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	JEPLAST INDUSTRIA DE PLASTICOS DO BRASIL LTDA - 05.592.112/0001-00	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	SIM
0803676-32.2016.4.05.8100	EXECUÇÃO FISCAL	Cobrança de Juros Moratórios de Massa Falida	Conclusos para julgamento	CONSELHO REGIONAL DOS REPRESENTANTES COMERCIAIS NO ESTADO DO CEARA - 07.340.847/0001-64	ALIPIO FRANKLIN CRUZ DE AGUIAR - null	SIM
0803949-11.2016.4.05.8100	EXECUÇÃO FISCAL	Competência da Justiça Federal	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS	GEOVANE DA SILVA ALVES - 623.613.413-87	SIM
0804244-48.2016.4.05.8100	EXECUÇÃO FISCAL	Competência da Justiça Federal	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS	DISTRIBUIDORA DE PETROLEO NOTA DEZ LTDA - ME - 09.434.042/0001-05	SIM
0804245-33.2016.4.05.8100	EXECUÇÃO FISCAL	Competência da Justiça Federal	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS	GELP EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA - 23.720.386/0001-01	SIM
0804261-21.2015.4.05.8100	CAUTELAR INOMINADA	Liminar e outros	Expedição de expediente	ELLO SERVICOS DE MAO DE OBRA LTDA -	FAZENDA NACIONAL -	SIM
0804276-53.2016.4.05.8100	EXECUÇÃO FISCAL	Ausência de Cobrança Administrativa Prévia	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	YURI SOUSA MAMEDE AGUIAR - 628.712.153-20	SIM
0804370-98.2016.4.05.8100	EXECUÇÃO FISCAL	Não Cumulatividade	Juntada de Certidão de decurso de prazo	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF - 00.360.305/0001-04	JCL INDUSTRIA & COMERCIO DE CONFECOS LTDA - ME - 07.055.386/0001-88	SIM
0804412-50.2016.4.05.8100	EXECUÇÃO FISCAL	Ausência de Cobrança Administrativa Prévia	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO CEARA - CRC/CE - 058.782.572-72	ANTONIO WILLAME BANDEIRA -	SIM

0804520-50.2014.4.05.8100	PROCEDIMENTO COMUM	1/3 de férias	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MADEREIRA CASTELO LTDA - ME - 00.064.504/0001-75	INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVAVEIS - IBAMA - 03.659.166/0001-02	SIM
0804532-93.2016.4.05.8100	EMBARGOS DE TERCEIRO	Construção / Penhora / Avaliação / Indisponibilidade de Bens	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	BRADESCO ADMINISTRADORA DE CONSORCIOS LTDA. - 52.568.821/0001-22	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	SIM

0804794-43.2016.4.05.8100	EXECUÇÃO FISCAL	Ausência de Cobrança Administrativa Prévia	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO CEARA - CRC/CE -	MARCELO COELHO DE SOUZA - 440.534.363-20	SIM
0804850-47.2014.4.05.8100	PROCEDIMENTO COMUM	Anulação de Débito Fiscal	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	PAULO HENRIQUE FERREIRA e outro -	FAZENDA NACIONAL -	SIM
0805065-52.2016.4.05.8100	EXECUÇÃO FISCAL	1/3 de férias e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS	ANTONIO EPITACIO DE FREITAS GONCALVES FILHO -	SIM
0805523-06.2015.4.05.8100	EMBARGOS À EXECUÇÃO	Efeito Suspensivo / Impugnação / Embargos à Execução	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	ABRAHAO OTOCH & CIA LTDA - 07.204.431/0001-19	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	SIM
0807674-08.2016.4.05.8100	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Conclusos para decisão	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	S M CAVALCANTE OLIVEIRA - EPP -	SIM
0807677-60.2016.4.05.8100	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Juntada de Petição	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	CB ARRUDA ENDOSCOPIA LTDA - EPP - 05.861.610/0001-01	SIM
0807678-45.2016.4.05.8100	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	ISRAEL ARAUJO CONSULTORIA EM RH S/S LTDA - EPP - 05.916.757/0001-43	SIM
0807684-52.2016.4.05.8100	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	CV COUROS E PELES LTDA -	SIM
0807719-12.2016.4.05.8100	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa		FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	NAUTICO ATLETICO CEARENSE -	SIM
0807724-34.2016.4.05.8100	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Proferido despacho de mero expediente	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	PANIFICADORA E CONFEITARIA NOSSO PAO LTDA -	SIM
0807982-78.2015.4.05.8100	EMBARGOS DE TERCEIRO	Constrição / Penhora / Avaliação / Indisponibilidade de Bens	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MANOEL LEITE NETO e outro - 163.724.763-04	FAZENDA NACIONAL e outro - 00.394.460/0216-53	SIM
0807987-66.2016.4.05.8100	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Conclusos para despacho	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	PAMPULHA CONSTRUCOES E MONTAGENS LTDA - 03.531.383/0001-12	SIM
0808428-81.2015.4.05.8100	EMBARGOS À EXECUÇÃO	Alienação Fiduciária	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	EUROTEC COMERCIO E SERVICOS EM MAQUINAS LTDA - EPP - 05.524.729/0001-80	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	SIM
0809326-26.2017.4.05.8100	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUCAO MINERAL - DNPM - 00.381.056/0001-33	LIBRA LIGAS DO BRASIL S/A - 10.500.221/0001-82	SIM
0809816-82.2016.4.05.8100	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	WILKSON BARBOSA SARAIVA -	SIM
0809837-58.2016.4.05.8100	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	ANALY BATISTA BARBOSA -	SIM
0809838-43.2016.4.05.8100	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	JOSE BARROSO DE BRITO -	SIM
0809839-28.2016.4.05.8100	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Juntada de Certidão	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	ANDERSON VASCONCELOS TORRES - 036.929.943-46	SIM
0810051-49.2016.4.05.8100	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Arquivado Provisoriamente	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	JOAO WILSON DE ARAUJO SILVEIRA -	SIM

0810057-56.2016.4.05.8100	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Processo Suspenso/Sobrestado	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	MARCONDES RODRIGUES REBOUCAS - 073.972.163-15	SIM
0810089-61.2016.4.05.8100	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO e outro - 00.375.114/0001-16	SIM

0810158-93.2016.4.05.8100	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	MARIA DO ROSARIO MAIA DE MOURA -	SIM
0810166-70.2016.4.05.8100	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	HERMINIA COELHO ALCANTARA -	SIM
0810208-22.2016.4.05.8100	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Conclusos para despacho	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	LUCIA MARIA VASCONCELOS CORDEIRO - 169.519.213-34	SIM
0810229-95.2016.4.05.8100	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Conclusos para despacho	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	LUCIANO GIRAO SALES -	SIM
0810238-57.2016.4.05.8100	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	RITA JULIA RODRIGUES SILVA -	SIM
0810327-80.2016.4.05.8100	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Arquivado Provisoriamente	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	FRANCISCA DE ASSIS VIANA MOREIRA - 214.994.893-15	SIM
0810347-71.2016.4.05.8100	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Juntada de Certidão	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	MARIA OLIMPIA CAMARA VALE -	SIM
0810365-92.2016.4.05.8100	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Expedição de expediente	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	FRANCISCO JOSE ARAUJO SAMPAIO -	SIM
0810369-32.2016.4.05.8100	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	MARIA HELENA DO NASCIMENTO MAGALHAES -	SIM
0811103-80.2016.4.05.8100	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	EMPESCA SA CONSTRUCOES NAVAIS PESCA E EXPORTACAO - 09.119.033/0001-20	SIM
0811150-54.2016.4.05.8100	EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL	Efeito Suspensivo / Impugnação / Embargos à Execução	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CERAMICA ASSUNCAO LTDA - 35.093.301/0001-91	DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUCAO MINERAL - DNPM - 00.381.056/0001-33	SIM
0811581-54.2017.4.05.8100	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	MCC MINERACAO E EQUIPAMENTOS PESADOS LTDA - EPP e outros - 07.211.923/0001-31	SIM
0812676-56.2016.4.05.8100	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	MASTER INDUSTRIA PLASTICA CEARENSE S A - 07.645.294/0001-58	SIM
0814890-20.2016.4.05.8100	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	LUIS SERGIO DE OLIVEIRA ROCHA -	SIM
0814896-27.2016.4.05.8100	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	ALBINO ADVOGADOS ASSOCIADOS - 07.701.644/0001-56	SIM
0814951-75.2016.4.05.8100	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Juntada de Cota	AGENCIA NACIONAL DE TELECOMUNICACOES - ANATEL - 02.030.715/0001-12	CONSELHO COMUNITARIO DO CEARA - 02.833.111/0001-04	SIM
0814956-97.2016.4.05.8100	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO CEARA - CRC/CE - 022.622.172-72	JOSE AECIO DOS SANTOS LIMA -	SIM
0814963-89.2016.4.05.8100	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO CEARA - CRC/CE -	LUIZ VLADEIRTON OLIVEIRA DE QUEIROZ - 191.101.543-53	SIM
0814981-13.2016.4.05.8100	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa e outros	Juntada de Petição	CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO CEARA - CRC/CE - 003.280.542-47	FRANCISCO DIEGO BARRETO COELHO -	SIM
0815035-76.2016.4.05.8100	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa e outros	Juntada de Certidão de decurso de prazo	CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO CEARA - CRC/CE - 022.726.722-72	OLIMPIO DE MATOS CORDEIRO -	SIM

0815044-38.2016.4.05.8100	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Juntada de Certidão de decurso de prazo	CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO CEARA - CRC/CE -	PERICLES EUGENIO PIMENTEL GOMES - 484.478.282-15	SIM
	EXECUÇÃO	Dívida Ativa e	Inspeção da Corregedoria-Geral	CONSELHO REGIONAL DE CORRETORES DE	FRANCISCA CRISTILENE DOS	

0815153-52.2016.4.05.8100	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CONSELHO REGIONAL DE CORRETORES DE IMOVEIS 15 REGIAO - 09.420.282/0001-50	FRANCISCO CARDOSO DOS SANTOS - 042.629.563-34	SIM
0815169-06.2016.4.05.8100	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CONSELHO REGIONAL DE CORRETORES DE IMOVEIS 15 REGIAO - 09.420.282/0001-50	FERNANDA MONICA SOUSA ARAGAO - 018.452.272-01	SIM
0815181-20.2016.4.05.8100	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CONSELHO REGIONAL DE CORRETORES DE IMOVEIS 15 REGIAO - 09.420.282/0001-50	FRANCISCO ANTONIO NOGUEIRA DA SILVA - 091.053.363-68	SIM
0815193-34.2016.4.05.8100	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa e outros	Juntada de Certidão de decurso de prazo	CONSELHO REGIONAL DE CORRETORES DE IMOVEIS 15 REGIAO - 09.420.282/0001-50	ANTONIO EUZEBIO DE SOUSA REBOUCAS - 091.589.363-00	SIM
Processo em ordem						
0802673-47.2013.4.05.8100	MANDADO DE SEGURANÇA	Contribuição sobre a folha de salários	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FORTE IRACEMA INCORPORACOES SPE LTDA - 09.449.680/0001-08	FAZENDA NACIONAL e outros - 00.394.460/0216-53	SIM
0804277-38.2016.4.05.8100	EXECUÇÃO FISCAL	Ausência de Cobrança Administrativa Prévia	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	MARIA AURISTELA RODRIGUES DE QUEIROZ GALDINO - 362.708.573-68	SIM
0809822-89.2016.4.05.8100	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	RAIMUNDO NONATO DELMIRO DA SILVA - 026.519.893-39	SIM
0810032-43.2016.4.05.8100	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	ROMILDO AVELINO MENDES -	SIM
0810086-09.2016.4.05.8100	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	jose ribamar ribeiro freitas - 091.038.213-15	SIM
0814888-50.2016.4.05.8100	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Juntada de Certidão de Retificação de Autuação	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	ANTONIO EVARISTO PAZ - 058.431.703-49	SIM

6.20.10. Correição anterior e autoinspeção

Segundo informado pela unidade, as determinações constantes da Correição anterior foram cumpridas, dentro dos limites da capacidade material e número de servidores da Vara.

Após a última autoinspeção, foram fixadas metas ou fins a serem perseguidos pela Vara: foco maior nos bens penhorados e em poder da Leiloeira, otimização dos expedientes cartorários, melhor comunicação com as entidades exequentes para racionalização dos serviços.

6.20.11. Considerações finais

A 20ª Vara Federal conta com estrutura física e equipamentos adequados a seu funcionamento.

Por ocasião da correição, a unidade jurisdicional correicionada tinha competência exclusiva para execuções fiscais e processos conexos. Pela sua natureza, as varas privativas de execuções fiscais apresentam peculiaridades, gerando uma dinâmica de tramitação de feitos própria, distinta daquelas encontradas em outras varas não especializadas.

É comum nas execuções fiscais ocorrerem situações em que o processo permanece muito tempo paralisado, sem que o magistrado possa impulsionar ou extinguir o feito, tais como a não localização de devedores ou de bens passíveis de constrição, interposição de embargos à execução, formalização de parcelamentos administrativos fiscais etc.

Ademais, nas execuções fiscais, com frequência, não ocorre o pagamento voluntário ou a garantia da execução, e a penhora somente pode recair sobre bem do executado que não seja protegido pelas situações legais de impenhorabilidade. Dessa forma, enquanto não garantida a execução, não se dá o termo inicial para a contagem do prazo para o oferecimento dos embargos à execução, o que também contribui para elevar a taxa de congestionamento nas execuções fiscais. O volume diferenciado de processos distribuídos às varas privativas de execuções fiscais é outro fator que impossibilita a sua comparação com as demais varas.

Cabe salientar também que, em alguns casos, as varas privativas de execuções fiscais chegam a apresentar um acervo dez vezes maior do que o das varas comuns, de forma que as rotinas típicas dessas varas não comportam certas análises que são realizadas nas varas comuns por ocasião das correições.

Há ainda um considerável acúmulo de processos suspensos na forma do art. 40 da Lei nº 6.830/1980, o qual estabelece que "o Juiz suspenderá o curso da execução, enquanto não for localizado o devedor ou encontrados bens sobre os quais possa recair a penhora, e, nesses casos, não correrá o prazo de prescrição". Essa situação também contribui significativamente para a alta taxa de congestionamento nas execuções fiscais.

Nessa linha, observa-se que boa parte das execuções fiscais permanece durante anos suspensas e/ou arquivadas sem baixa na distribuição, pela não localização do próprio devedor ou de bens necessários à garantia da execução e posterior pagamento da dívida. Isso dificulta sobremaneira que a unidade jurisdicional apresente um melhor desempenho.

Embora não se possa olvidar que os fatores acima mencionados colaboram para que as varas de execuções fiscais apresentem uma realidade diferenciada das demais varas, também não se deve deixar de registrar que, durante os trabalhos de correição na 20ª Vara Federal/CE, foram verificadas inconsistências de várias naturezas nos processos analisados, sendo dignas de destaque aquelas mais corriqueiras, as quais devem ser corrigidas pela aludida unidade:

1. Demora/ausência na conclusão;
2. Demora no cumprimento de despacho/decisão;
3. Demora na prolação de despacho/decisão/sentença;
4. Demora na juntada de expediente em alguns feitos;
5. Alguns processos com demora na publicação; e
6. Paralisações irregulares em inúmeros feitos.

Por fim, pelos demais dados apontados neste relatório e pelas constatações realizadas *in loco* durante a correição, pode-se afirmar que existiam paralisações irregulares nos processos correicionados na 20ª Vara Federal, inclusive nas execuções fiscais de grandes devedores.

6.21. 21ª VARA FEDERAL - FORTALEZA/CE

6.21.1. Competência, localização, estrutura física e horário de expediente

A 21ª Vara Federal do Ceará detém competência para a conciliação, o julgamento e a execução das causas cíveis até o valor de 60 salários mínimos, nos termos da Lei nº 10.259/2001, funcionando no Bloco “Z” da UNIFOR (Escritório de Prática Jurídica), localizado na Av. Washington Soares, nº 1321, Edson Queiroz, Fortaleza/CE.

A Vara apresentou instalações adequadas para todos: juízes federais, servidores, estagiários, terceirizados, membros do Ministério Público Federal, procuradores federais, defensores públicos federais, advogados e jurisdicionados.

O horário de expediente da unidade é das 9h às 18h.

6.21.2. Corpo funcional - juízes federais e servidores

A 21ª Vara Federal conta com o seguinte quadro de pessoal: a) 02 magistrados, Agapito Machado (juiz federal titular) e Marcus Vinícius Parente Rebouças (juiz federal substituto); b) 14 servidores efetivos, sendo 08 analistas judiciários, 05 técnicos judiciários e 01 técnico judiciário - área de segurança e transporte; c) 05 servidores requisitados.

6.21.2.1. Juízes federais

O Juiz Federal Titular da 21ª Vara, Agapito Machado, exerce a magistratura desde 23/02/1987, atuando na 21ª Vara Federal há 12 anos.

Nos últimos 24 meses, o magistrado esteve afastado, em razão de Férias, nos seguintes períodos: 04/07/2016 a 23/07/2016; 09/01/2017 a 28/01/2017; 12/07/2017 a 31/07/2017; 08/01/2018 a 27/01/2018.

Período total de afastamento (em meses e dias): 2 meses e 20 dias - 80 dias.

Exerce a docência na Universidade de Fortaleza (UNIFOR), às terças e quintas, das 19:00 às 20:40h.

O Juiz Federal Titular reside na região metropolitana onde se situa a sede da Seção Judiciária.

O Juiz Federal Substituto Marcus Vinícius Parente Rebouças exerce a magistratura desde 14/02/2005, atuando na 21ª Vara Federal desde 01/02/2012.

Atua na 1ª Turma Recursal como membro suplente sem prejuízo da jurisdição originária.

Nos últimos 24 meses, o magistrado esteve afastado em razão de Férias, nos seguintes períodos: 01/08/2016 a 30/08/2016; 01/01/11/2016 a 30/11/2016; 03/04/2017 a 02/05/2017; 14/08/2017 a 12/09/2017; 14/02/2018 a 15/03/2018; 02/04/2018 a 01/05/2018.

Períodos de substituição, em férias, de outro magistrado, nos últimos 24 (vinte e quatro) meses: 1ª vara - 16/06/2016 a 15/07/2016; 21ª vara - 04/07/2016 a 23/07/2016; 35ª vara - 18/07/2016 a 16/08/2016; 3ª vara - 26/09/2016 a 25/10/2016; 10ª vara - 12/09/2016 a 11/10/2016; 8ª vara - 08/10/2016 a 18/10/2016; 5ª vara - 02 a 17/10/2017; 33ª vara - 20/11 a 19/12/2017; 5ª vara - 08/01 a 27/01/2018; 21ª vara - 08/01 a 27/01/2018; 5ª vara - 20/03 a 01/04/2018.

Exercício da Docência na Universidade de Fortaleza (UNIFOR), nos seguintes horários: maio/2016 a junho/2017 - segundas e quartas - 17h20 às 22h40; maio/2016 a junho/2017 - sextas - 19h às 20h40; julho/2017 a abril/2018 - segundas e quartas - 17h20 às 22h40; julho/2017 a abril/2018 - sextas - 19h às 20h40.

O Juiz Federal Substituto reside na região metropolitana onde se situa a sede da Seção Judiciária.

6.21.2.2. Servidores

Em relação às funções de confiança (FCs), aos cargos em comissão (CJs) e à formação acadêmica dos servidores ocupantes de cargos efetivos na 21ª Vara Federal, pode ser observado o seguinte quadro:

Nome	Cargo efetivo	Ocupa FC ou CJ? Qual?	Grau de Instrução*	Área de formação
Romildo Rocha Porfírio	Analista	Exec.Mandados	Superior	Direito
Naédia Rosanna Alencar J. Menezes	Analista	Oficial de Gabinete	Superior	Direito
Francisca Veruschka Carneiro Catonho	Analista	Supervisor Assistente	Superior	Direito
Gilberto Leal de Araújo	Analista	Oficial de Gabinete	Superior	Direito
Samuel Lima de Queiroz	Técnico	Supervisor	Superior	Contabilidade
Luísa de Marilac	Analista	Supervisor	Superior	Direito

Lima do Nascimento		Assistente		
Maria Ailcar Lima Cartaxo Rolim	Analista	Exec.Mandados	Superior	Direito
Maria Goretti Cavalcante Barroso	Analista	Supervisor Assistente	Superior	Direito
Maria Evanda de Oliveira Pinto	Técnico	Supervisor Assistente	Superior	Letras
Silvana Alves Gonçalves Rios	Técnico	Supervisor Assistente	Superior	Direito
Francisco Nazareno Brasileiro Dias	Técnico Seg. e Transportes		Superior	Direito
Liliana Lúcia Queiroz Gomes	Analista	Supervisor	Superior	Proc. De Dados
Luís Lenine Mendes Quaresma	Técnico	Supervisor	Superior	Direito
Guyllewma Damasceno de Araújo	Técnico	Supervisor Assistente	Superior	Direito

Como se pode deprender, no tocante à formação acadêmica dos servidores efetivos 21ª Vara Federal, verifica-se que há uma preocupação com a qualificação.

Servidores requisitados (com vínculo com o serviço público):

Rita de Cássia Memória Barroso	Técnico TRF 5a. Região	Supervisor Assistente	Superior	Direito
Francisco Werbster Braga Feitosa	Técnico TRF 5a Região	Diretor de Secretaria	Superior	Direito
Maria José Almeida França	Técnico TRT Goiás	Supervisor Assistente	Superior	Direito
Sarah Felipe Gomes Andrade	Técnico TRF 3a Região	Supervisor Assistente	Superior	Direito

Sérgio Luís Cidrão Duarte	Assistente Tributário Prefeitura Municipal de Redenção	Supervisor Assistente	Superior	Direito
---------------------------	---	-----------------------	----------	---------

6.21.2.3. Estagiários

Há 04 vagas previstas para unidade, estando 02 delas ocupadas. Os estagiários atuam na Secretaria, realizam análise inicial de processos; preparam atos ordinatórios; atendem ao público; atuam na realização de audiência; certificam decurso de prazo processual; anexam aos autos sentenças padronizadas.

6.21.3. Organização da 21ª Vara Federal

Dentre os servidores da 21ª Vara Federal do Ceará, 10 exercem suas atribuições na secretaria e 8 no gabinete.

6.21.3.1. Secretaria

A Secretaria da Vara é dividida nos seguintes setores:

ANÁLISE E ANDAMENTO PROCESSUAL:

Setor de análise inicial e despacho inicial (Maria José Almeida França, Maria Goretti Cavalcante Barroso); setor de agendamento e controle de audiências (Rita de Cássia Memória Barroso); setor de agendamento e controle de perícias (Liliana Lúcia, Luísa de Marillac); gabinete (Naédia Rosanna Alencar J. Menezes, Francisca Veruschka Carneiro Catonho, Gilberto Leal de Araújo, Maria Evanda de Oliveira Pinto, Silvana Alves Gonçalves Rios, Guyllewma Damasceno de Araújo).

CUMPRIMENTO E EXECUÇÃO:

Setor de expedição de Precatório/RPV (Liliana Lúcia); setor de cumprimento da obrigação (Romildo Porfírio, Maria Aílcar); setor de intimações (Romildo Porfírio, Maria Aílcar); Contadoria (Samuel Lima de Queiroz, Luís Lenine Mendes Quaresma).

Os processos são organizados por setores, atividades desenvolvidas, objeto da ação. As prioridades são destacadas pelo sistema Creta, bem como pelas urgências indicadas nas petições iniciais. A dificuldade é que a maior parte dos processos distribuídos, que são de natureza previdenciária, tem prioridade.

Divisão das atividades/servidores que atuam por setor: Grupo dos processos previdenciários em geral (urbano e rural) - Naédia Rosanna Alencar J. Menezes, Francisca Veruschka Carneiro Catonho, Gilberto Leal de Araújo, Luísa de Marilac Lima do Nascimento, Maria Evanda de Oliveira Pinto, Silvana Alves Gonçalves Rios, Sarah Felipe Gomes Andrade; grupo dos processos não previdenciários em geral (servidores públicos, etc) - Naédia Rosanna Alencar J. Menezes; grupo dos processos indenizatórios e tributários - Naédia Rosanna Alencar J. Menezes, Francisca Veruschka Carneiro Catonho, Guyllewma Damasceno de Araújo.

Métodos adotados de controle e situação do acervo de processos (mapas, planilhas, relatórios etc.): são usadas as ferramentas presentes no sistema Creta, que permitem identificar o tempo em que cada processo está em determinada situação.

6.21.3.2. Gabinete dos juízes federais

O controle utilizado para ordenar os processos conclusos para julgamento, principalmente quanto aos processos com prioridades é realizado pelos assessores, dando prioridade aos processos com data de distribuição mais antiga, às urgências, aos processos com autores amparados pela prioridade concedida pela lei.

6.21.4. Participação dos juízes federais em reuniões com a equipe da 21ª Vara Federal

Os magistrados reúnem-se com os Servidores sempre que necessário, para repasse de instruções e orientações específicas.

6.21.5. Planejamento das atividades da 21ª Vara Federal e avaliação periódica de resultados

O planejamento é realizado com a participação conjunta dos Magistrados, do Diretor e dos Servidores, havendo acompanhamento sistemático das atividades da Vara.

Há meta de proferir mais sentenças no mês que processos distribuídos no mesmo mês.

Mensalmente, é elaborada a estatística da Vara, com o levantamento de processos distribuídos e julgados, bem como é feito o acompanhamento dos processos conforme o tempo de tramitação nos respectivos setores, repassando-se orientações específicas para a solução de eventuais atrasos.

6.21.6. Atendimento aos membros do Ministério Público Federal, Defensoria Pública da União, procuradores federais, advogados e partes na secretaria e nos gabinetes dos juízes federais da 21ª Vara Federal

Todos são atendidos diretamente pelos Servidores e também pelo Diretor, quando é o caso, seja de forma presencial, seja por telefone, sem qualquer restrição.

Todos são atendidos pelos Assessores e pelos Magistrados, quando é o caso, sempre que solicitam, sem necessidade de agendamento.

6.21.7. Número de processos, relação servidor/processo, audiências de conciliação e de instrução e inspeções judiciais

Por ocasião do preenchimento do formulário de gestão, o número de processos em tramitação na Vara (total ajustado: excluídos os feitos arquivados, suspensos e baixados) era de 4.524 (juiz titular e juiz substituto).

Relação número de processos e quantidade de servidores na Vara (19) era de 238,10.

A Vara informou que foi possível identificar no sistema Creta o total indagado para cada Juiz na situação indicada.

Não havia processos conclusos com pedidos urgentes pendentes de análise.

Processos sobrestados/suspensos: 3. Motivo do sobrestamento/suspensão: 1 aguarda decisão em processo preventivo, que se encontra na TNU, e 2 processos estão suspensos por força de decisão do STF.

Não existem processos extraviados/restaurados nos últimos 24 meses.

Número de audiências realizadas nos últimos 24 meses, a contar da data de início da correição: Juiz Titular: 01/05/2016 a 30/04/2018: 1.335; Juiz Substituto: 01/05/2016 a 30/04/2018: 1.190.

Número de inspeções judiciais realizadas nos últimos 24 meses, a contar da data de início da correição: Juiz Titular: 2; Juiz Substituto: 2.

Foram realizadas atividades de conciliação nos últimos 24 meses em todas as audiências realizadas na vara.

Há registro de audiências adiadas ou canceladas nos últimos 24 meses, sendo: adiadas 139; canceladas 580. Motivo: por determinação do juiz, em razão de fato superveniente, ou a requerimento das partes.

As audiências adiadas são sempre remarçadas, as canceladas, não.

6.21.8. Cumprimento de metas e resoluções do CNJ

Meta 1 (Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente).

A Vara informou que a Meta foi cumprida.

Meta 2 (Identificar e julgar, até 31/12/2017, pelo menos 100% dos processos distribuídos até 31/12/2012, 85% dos processos distribuídos em 2013 nos 1º e 2º graus, e 100% dos processos distribuídos até 31/12/2014 nos Juizados Especiais e Turmas Recursais Federais).

A Vara informou que a Meta foi cumprida.

Meta 3 (Aumentar os casos solucionados por conciliação, fomentando o alcance do percentual mínimo de 2% na proporção dos processos conciliados em relação aos distribuídos).

A Vara informou que a Meta foi cumprida.

Meta 4 (Identificar e julgar até 31/12/2017 70% das ações de improbidade administrativa distribuídas até 31/12/2014).

Quesito prejudicado.

Meta 5 (Baixar quantidade maior de processos de execução não fiscal do que o total de casos novos de execução não fiscal no ano corrente).

Não há informação.

Meta 6 (Identificar e julgar, até 31/12/2017, entre 70% e 85% das ações coletivas distribuídas até 31/12/2013, no 1º e 2º graus).

Quesito prejudicado.

Metas Específicas para a Justiça Federal

Baixar quantidade maior de processos criminais do que os casos novos criminais no ano corrente; Julgar quantidade maior de processos criminais do que os casos novos criminais no ano corrente.

Quesito prejudicado.

Identificar e julgar, até 31/12 do ano corrente, 70% das ações penais vinculadas aos crimes relacionados à improbidade administrativa, ao tráfico de pessoas, à exploração sexual e ao trabalho escravo, distribuídas até 31/12/2014).

Quesito prejudicado.

Acerca do cumprimento do Provimento CNJ nº 29/2013

Quesito prejudicado.

Acerca do cumprimento das exigências previstas na Resolução CNJ nº 66/2009, com a redação introduzida pela Resolução CNJ nº 87/2009, e sobre a necessidade de inserção, no sistema informatizado, do Relatório de Controle de Prisões

Quesito prejudicado.

6.21.9. Processos selecionados para correição

Foram correicionados 200 processos do JEF (quando da correição havia 4.594 feitos em tramitação ajustada).

6.21.9.1 Principais constatações da análise individual de processos

6.21.9.1.1. Processos eletrônicos do Sistema Creta

Da análise individual dos processos, podem-se destacar as seguintes ocorrências:

Observação	Nr. Processo	Complemento
Ausência de cumprimento de despacho/decisão	0514958-43.2016.4.05.8100	Despacho de 16/03/2018.
Total de Ocorrências: 1		
Demora/ausência na certificação de decurso de prazo	0513548-47.2016.4.05.8100	Ausência de certidão de decurso do prazo para apresentação de contestação.
Total de Ocorrências: 1		
Demora/ausência na conclusão para despacho/decisão	0519248-82.2008.4.05.8100	De 22/02/17 a 30/08/17 - anexos 49 e 50.
	0504984-79.2016.4.05.8100	De 05/07/16 e 16/12/16.
	0511294-04.2016.4.05.8100	De 30/01/2017 a 21/06/2017; de 22/06/2017 a 13/10/2017.
	0518845-35.2016.4.05.8100	De 08/02/17 a 08/06/17 e desde 09/12/17 (laudo juntado) aguardando conclusão/desp/decisão.
	0508153-40.2017.4.05.8100	Demora para a conclusão operada em 13/02/2018, já que, desde 13/11/2017, o feito encontrava-se com a assessoria para análise.
	0508259-02.2017.4.05.8100	Laudo juntado em 20/09/17, telas juntadas em 03/11/17 e 21/03/18, despacho em 22/03/18.
Total de Ocorrências: 6		
Demora/ausência na conclusão para sentença	0511636-49.2015.4.05.8100	De 28.06.2017 a 13.02.2018.
	0514845-26.2015.4.05.8100	De 01/12/2015 a 30/03/2016.
	0504984-79.2016.4.05.8100	Desde 17/08/17.
	0510876-66.2016.4.05.8100	Término do prazo certificado em 09/08/16, conclusão em 24/02/17 e doc. juntado em 13/11/17, conclusão em 28/02/18.

	0511379-87.2016.4.05.8100	Juntada em 30/11/16, conclusão em 04/05/17.
	0514505-48.2016.4.05.8100	Juntada em 06/02/17, conclusão em 29/06/17.
	0517310-71.2016.4.05.8100	De 13/12/2016 a 31/03/2017.
	0500241-89.2017.4.05.8100	Demora para a conclusão operada em 01/03/2018, já que, desde 28/04/2017, o feito se encontrava com a assessoria.
	0500347-51.2017.4.05.8100	de 10.04.2017 a 09.02.2018.
	0501186-76.2017.4.05.8100	Demora excessiva: de 23.06.2017 a 20.02.2018.
	0501346-04.2017.4.05.8100	Demora excessiva: de 24.08.2017 a 07.02.2018.
	0501840-63.2017.4.05.8100	Juntada em 17/05/17, conclusão em 01/03/18.
	0502165-38.2017.4.05.8100	Demora para a conclusão operada em 13/02/2018, já que o ato precedente se deu em 31/07/2017.
	0502244-17.2017.4.05.8100	Docs. juntados desde 04/01/18 (último movimento).
	0508295-44.2017.4.05.8100	De 25.08.2017 a 01.03.2018.
	0508383-82.2017.4.05.8100	De 12.09.2017 a 07.03.2018.
	0510369-71.2017.4.05.8100	Ausência de conclusão antes da audiência de termo firmado em 11/07/2017.
	0510476-18.2017.4.05.8100	Juntada em 21/08/17, conclusão em 01/03/18.
	0511750-17.2017.4.05.8100	Demora excessiva: de 18.08.2017 a 01.03.2018.
Total de Ocorrências: 19		
Demora na prolação da sentença	0505669-33.2009.4.05.8100	
	0524812-66.2013.4.05.8100	Processo concluso para sentença desde agosto/2017.
	0511636-49.2015.4.05.8100	Desde 13.02.2018.
	0514845-26.2015.4.05.8100	Processo concluso desde 17/05/2017.
	0501258-97.2016.4.05.8100	Desde 13/02/2018.
	0502297-32.2016.4.05.8100	De 13/06/2017 a 10/11/2017.
	0504956-14.2016.4.05.8100	Processo concluso para sentença desde abril/2017.

0505704-46.2016.4.05.8100	Processo concluso em 28/11/2016.
0505924-44.2016.4.05.8100	Demora excessiva: desde 23.08.2017.
0508788-55.2016.4.05.8100	Processo concluso para sentença desde abril/2017.
0509085-62.2016.4.05.8100	
0509209-45.2016.4.05.8100	De 07/11/16 a 13/06/17 - anexos 16 e 17.
0509702-22.2016.4.05.8100	
0509754-18.2016.4.05.8100	De 24.02.2017 a 17.12.2017.
0509810-51.2016.4.05.8100	Conclusos em 21/06/17, sentença em 16/03/18.
0510374-30.2016.4.05.8100	Processo concluso para sentença desde abril/2017.
0510525-93.2016.4.05.8100	Permanência excessiva: desde 08.06.2017.
0510876-66.2016.4.05.8100	Conclusos em 24/02/17, sentença em 11/05/17.
0511163-29.2016.4.05.8100	De 29/08/2017 a 01/03/2018.
0511569-50.2016.4.05.8100	De 12/09/2017 a 11/01/2018.
0511848-36.2016.4.05.8100	Conclusos em 06/07/17, sentença em 07/10/17.
0511855-28.2016.4.05.8100	De 09/08/16 a 11/05/17 - anexos 18 e 19.
0512338-58.2016.4.05.8100	Conclusos desde 01/08/17.
0513399-51.2016.4.05.8100	Demora excessiva: desde 08.06.2017.
0500195-03.2017.4.05.8100	
0500318-98.2017.4.05.8100	
0501096-68.2017.4.05.8100	De 22.06.2017 a 15.01.2018.
0501186-76.2017.4.05.8100	Desde 20.02.2018.
0501311-44.2017.4.05.8100	Demora para a prolação de sentença relativa aos embargos de declaração, já que, desde 31/08/2017, aguarda-se a prática de tal ato.
0501476-	

	91.2017.4.05.8100	
	0502466-82.2017.4.05.8100	
	0502473-74.2017.4.05.8100	De 17/08/2017 a 23/01/2018.
	0503066-06.2017.4.05.8100	De 01.06.2017 a 16.01.2018.
	0503530-30.2017.4.05.8100	De 29/06/17 a 08/02/18 - anexos 10 e 11.
	0503868-04.2017.4.05.8100	Demora para a prolação da sentença de 19/01/2018, já que, desde 19/09/2017, aguardava-se a prática de tal ato.
	0504023-07.2017.4.05.8100	Conclusão em 12/09/17, sentença em 17/01/18.
	0506137-16.2017.4.05.8100	Processo concluso para sentença desde julho/2017.
	0508295-44.2017.4.05.8100	Desde 01.03.2018.
	0508962-30.2017.4.05.8100	Demora para a prolação de sentença, já que, desde 23/10/2017, aguardava-se a prática de tal ato.
	0510369-71.2017.4.05.8100	Demora para a prolação de sentença, já que, desde 02/08/2017, aguardava-se a prática de tal ato.
	0511334-49.2017.4.05.8100	Conclusos desde 09/08/17 (último movimento).
	0511716-42.2017.4.05.8100	Concluso para sentença desde 01.03.2018.
Total de Ocorrências: 42		
Demora na prolação de decisão/despacho	0505648-23.2010.4.05.8100	Demora excessiva: de 17.11.2016 a 18.02.2018.
	0510277-40.2010.4.05.8100	Demora para a prolação do despacho de 31/03/2018, já que a primeira conclusão se deu em 18/05/2017.
	0512836-67.2010.4.05.8100	Processo concluso para despacho desde julho/2017, com ato ordinatório proferido em março/2018.
	0500909-70.2011.4.05.8100	De 26/10/2016 a 09/03/2017 e 19/07/2017 até data da correição sem despacho.
	0511812-67.2011.4.05.8100	Demora para a prolação de decisão, já que, desde 25/01/2018, aguardava-se a prática de tal ato.
	0517457-39.2012.4.05.8100	Conclusão em 25/01/18, despacho em 19/04/18.
	0505717-16.2014.4.05.8100	Demora para a prolação do despacho de 09/04/2018, já que, desde 18/05/2017, aguardava-se a prática de tal ato.
	0519314-18.2015.4.05.8100	Conclusos em 17/10/17, despacho em 14/03/18.
	0501258-97.2016.4.05.8100	De 15/06/2016 a 22/03/2017.

	0507605-49.2016.4.05.8100	Demora para a prolação de despacho, já que, desde 23/08/2017, aguardava-se a prática de tal ato.
	0508947-95.2016.4.05.8100	Demora para a prolação do despacho de 31/03/2018, já que a conclusão para tanto se deu em 07/03/2017.
	0509329-88.2016.4.05.8100	Conclusão desde 06/07/17 ainda sem despacho e petição de 19/12/17 ainda não apreciada.
	0511379-87.2016.4.05.8100	Conclusão em 05/06/17, decisão em 12/01/18.
	0511508-92.2016.4.05.8100	Conclusos desde 15/09/17 (último movimento).
	0511855-28.2016.4.05.8100	De 04/07/17 a 01/03/18.
	0514505-48.2016.4.05.8100	Conclusão em 29/06/17, despacho em 03/04/18.
	0514958-43.2016.4.05.8100	De 05/09/2017 a 16/03/2018.
	0517310-71.2016.4.05.8100	De 11/08/2017 a 11/01/2018.
	0503724-61.2016.4.05.8101	
	0500867-11.2017.4.05.8100	De 29/08/17 a 01/03/18 - anexos 16 e 17.
	0501476-91.2017.4.05.8100	
	0511586-52.2017.4.05.8100	De 18/08/2017 a 19/02/2018.
Total de Ocorrências: 22		
Demora na realização da audiência	0501991-29.2017.4.05.8100	De 07.08.2017 a 18.12.2017 e de 18.12.2017 a 28.05.2018.
Total de Ocorrências: 1		
Inexistência de anotação na distribuição	0508047-15.2016.4.05.8100	Ausência de alteração da classe processual para execução de sentença.
Total de Ocorrências: 1		
Outros	0504859-87.2011.4.05.8100	Ausência de mudança de classe ; demora prolação ato ordinatório (de agosto/2017 a março de 2018).
	0516081-52.2011.4.05.8100	Ausência de mudança de classe para execução demora prolação ato ordinatório (de 10/01/2018 a 19/03/2018)
	0518688-38.2011.4.05.8100	Ausência de mudança de classe do processo para execução.
	0502214-50.2015.4.05.8100	Demora prolação de ato ordinatório (de 01/10/2015 a 12/01/2016 - de 15/05/2017 a 04/09/2017 - de 11/09/2017 a 09/11/2017).
	0505704-46.2016.4.05.8100	Indicação errônea da classe processual.
	0508283-	Ausência de mudança de classe.

	64.2016.4.05.8100	
	0500570-04.2017.4.05.8100	Ausência de mudança de classe processual para execução.
	0501399-82.2017.4.05.8100	Ausência de alteração da classe processual para execução.
	0501438-79.2017.4.05.8100	Ausência de modificação da classe processual para execução.
	0501973-08.2017.4.05.8100	Processo sem movimentação - desde 29/12/17 - anexo 52.
	0502349-91.2017.4.05.8100	Ausência de mudança da classe do processo para execução.
	0503806-61.2017.4.05.8100	Ausência de mudança da classe processual do processo para execução.
	0511904-35.2017.4.05.8100	Demora prolação ato ordinatório (de 07/08/2017 a 13/10/2017).
Total de Ocorrências: 13		
Permanência excessiva dos autos na Contadoria do Foro/ Setor de Cálculo	0509209-45.2016.4.05.8100	Desde 04/10/17 - anexo 26.
	0512737-87.2016.4.05.8100	Entre 11/10/2017 e 15/02/2018.
Total de Ocorrências: 2		
Processo em Ordem	0509746-22.2008.4.05.8100	
	0515438-02.2008.4.05.8100	
	0519958-05.2008.4.05.8100	
	0501695-51.2010.4.05.8100	
	0506747-91.2011.4.05.8100	
	0508714-74.2011.4.05.8100	
	0526596-49.2011.4.05.8100	
	0521647-74.2014.4.05.8100	
	0513080-20.2015.4.05.8100	
	0516429-31.2015.4.05.8100	
	0500824-11.2016.4.05.8100	
	0507194-06.2016.4.05.8100	
0508355-		

51.2016.4.05.8100	
0508845- 73.2016.4.05.8100	
0508874- 26.2016.4.05.8100	
0509250- 12.2016.4.05.8100	
0510432- 33.2016.4.05.8100	
0510747- 61.2016.4.05.8100	
0510961- 52.2016.4.05.8100	
0511070- 66.2016.4.05.8100	
0511304- 48.2016.4.05.8100	
0511388- 49.2016.4.05.8100	
0512063- 12.2016.4.05.8100	
0513024- 50.2016.4.05.8100	
0513140- 56.2016.4.05.8100	
0513279- 08.2016.4.05.8100	
0513327- 64.2016.4.05.8100	
0513600- 43.2016.4.05.8100	
0514748- 89.2016.4.05.8100	
0514772- 20.2016.4.05.8100	
0515010- 39.2016.4.05.8100	
0515255- 50.2016.4.05.8100	
0515350- 80.2016.4.05.8100	
0516535- 56.2016.4.05.8100	
0516976- 37.2016.4.05.8100	
0526230-	

34.2016.4.05.8100	
0526259- 84.2016.4.05.8100	
0500041- 82.2017.4.05.8100	
0500118- 91.2017.4.05.8100	
0500243- 59.2017.4.05.8100	
0500510- 31.2017.4.05.8100	
0500623- 82.2017.4.05.8100	
0500758- 94.2017.4.05.8100	
0500782- 25.2017.4.05.8100	
0500869- 78.2017.4.05.8100	
0500878- 40.2017.4.05.8100	
0500959- 86.2017.4.05.8100	
0500972- 85.2017.4.05.8100	
0501154- 71.2017.4.05.8100	
0501429- 20.2017.4.05.8100	
0501791- 22.2017.4.05.8100	
0502081- 37.2017.4.05.8100	
0502199- 13.2017.4.05.8100	
0502233- 85.2017.4.05.8100	
0502702- 34.2017.4.05.8100	
0502971- 73.2017.4.05.8100	
0503213- 32.2017.4.05.8100	
0503240- 15.2017.4.05.8100	
0503361-	

	43.2017.4.05.8100	
	0503735-59.2017.4.05.8100	
	0503745-06.2017.4.05.8100	
	0507868-47.2017.4.05.8100	
	0508416-72.2017.4.05.8100	
	0528967-73.2017.4.05.8100	
	0529004-03.2017.4.05.8100	
	0529218-91.2017.4.05.8100	
	0529226-68.2017.4.05.8100	
	0500022-42.2018.4.05.8100	
	0500200-88.2018.4.05.8100	
Total de Ocorrências: 69		
Processos irregularmente paralisados	0519248-82.2008.4.05.8100	De 08/11/07 a 16/04/18 - anexos 54 e 55.
	0524464-19.2011.4.05.8100	Desde 15.03.2017.
	0513696-92.2015.4.05.8100	De 16/09/2017 a 09/02/2018.
	0514845-26.2015.4.05.8100	De 13/08/2015 a 06/10/2015.
	0518319-05.2015.4.05.8100	Desde 01.08.2017.
	0502115-46.2016.4.05.8100	Feito irregularmente paralisado desde 30/05/2017.
	0509870-24.2016.4.05.8100	Parado desde 10/04/17.
	0511294-04.2016.4.05.8100	De 15/10/2017 a 01/03/2018.
	0512568-03.2016.4.05.8100	Parado de 18/05/2017 a 05/09/2017 na assessoria, em 01/03/2018 concluso para sentença.
	0513050-48.2016.4.05.8100	Desde 10.08.2017.
	0513412-50.2016.4.05.8100	De 06/07/2017 até 01/03/2018.
	0513548-47.2016.4.05.8100	Desde 12/09/16 (término do prazo para certificação acerca da ausência de apresentação da contestação) -

		anexo 12.
	0513840-32.2016.4.05.8100	De 23/08/2017 a 28/02/2018.
	0526208-73.2016.4.05.8100	De 23/08/2017 a 01/03/2018.
	0500957-19.2017.4.05.8100	De 21/09/17 a 04/01/18 - anexos 46 e 47.
	0501498-52.2017.4.05.8100	De 07/04/2017 A 22/02/2018.
	0502107-35.2017.4.05.8100	Desde 31.10.2017
	0502911-03.2017.4.05.8100	De 25/08/17 a 01/03/18 - anexos 22 e 23.
	0503446-29.2017.4.05.8100	Parado de 21/08/2017 a 17/01/2018.
	0507004-09.2017.4.05.8100	Parado em 15/07/2017 e concluso em 13/03/2018.
	0509581-57.2017.4.05.8100	Desde 09/08/17 - anexo 17.
	0509837-97.2017.4.05.8100	Desde 15/08/17 - anexo 30.
	0510369-71.2017.4.05.8100	Feito irregularmente paralisado no período compreendido entre 2/07/2017 e 02/08/2017.
Total de Ocorrências: 23		
Processos sem movimentação processual em período determinado	0519861-68.2009.4.05.8100	Desde 25/05/17 a 19/03/18.
	0505942-75.2010.4.05.8100	Entre 15/02/2017 e 19/03/2018.
	0516973-87.2013.4.05.8100	De 26.01.2018 a 12.04.2018.
	0502214-50.2015.4.05.8100	Desde 16/11/2017.
	0519327-17.2015.4.05.8100	De 26.05.2017 a 21.07.2017 e de 26.07.2017 a 01.02.2018.
	0520031-30.2015.4.05.8100	Entre 18/02/2016 e 05/08/2016; desde 28/08/2017 até a data da correição.
	0521656-02.2015.4.05.8100	Desde 09.09.2016.
	0504956-14.2016.4.05.8100	Feito sem movimentação de novembro/2016 a março/2017.
	0505741-73.2016.4.05.8100	Desde 15.11.2017.
	0506075-10.2016.4.05.8100	Desde 07/06/2017.
	0508788-55.2016.4.05.8100	Processo sem movimentação processual no período compreendido entre: novembro/2016 e março/2017.

0509870-24.2016.4.05.8100	De 10/11/16 a 23/03/17.
0510340-55.2016.4.05.8100	Último movimento (perícia realizada) em 14/12/17.
0510455-76.2016.4.05.8100	De 25/01/2017 a 03/04/2017. De 03/04/2017 a 19/09/2017.
0511024-77.2016.4.05.8100	Desde 06.10.2017.
0511379-87.2016.4.05.8100	De 31/01/18 A 12/04/18.
0511508-92.2016.4.05.8100	De 24/06/16 A 07/02/17.
0512241-58.2016.4.05.8100	Desde 19.05.2017.
0512737-87.2016.4.05.8100	Entre 05/06/2017 e 11/10/2017.
0513059-10.2016.4.05.8100	De 29/11/2016 até 31/03/2017; de 11/07/2017 até 23/01/2018; desde 27/02/2018 até a data da correição.
0516468-91.2016.4.05.8100	De 06.06.2017 a 06.02.2018.
0518845-35.2016.4.05.8100	De 25/08/17 a 19/10/17.
0526044-11.2016.4.05.8100	Desde 01/03/18 (último movimento).
0500003-70.2017.4.05.8100	De 01/01/17 a 06/03/17 e de 25/05/17 a 08/03/18
0500253-06.2017.4.05.8100	Último movimento em 11/12/17.
0500672-26.2017.4.05.8100	Desde 26/10/2017 até 14/03/2018.
0501338-27.2017.4.05.8100	Desde 11/07/2017.
0501346-04.2017.4.05.8100	Desde 09.03.2018.
0501616-28.2017.4.05.8100	Desde 05/05/2017
0510932-65.2017.4.05.8100	Feito sem movimentação entre julho/2017 (manifestação sobre a contestação) e janeiro/2018.
0511175-09.2017.4.05.8100	Desde 13/07/2017.
0511716-42.2017.4.05.8100	Feito sem movimentação processual entre setembro/2017 e março/2018.
0511904-35.2017.4.05.8100	Desde 13/10/2017 sem movimentação.
Total de Ocorrências: 33	

6.21.10. Correição anterior e autoinspeção

As determinações constantes da Correição anterior foram cumpridas, segundo informado pela Vara.

Ao final da autoinspeção, é feita a triagem daqueles processos que necessitam de maior atenção, distribuindo-se entre os setores responsáveis, para ser dada prioridade no seu trâmite.

6.21.11. Considerações finais

A 21ª Vara Federal conta com estrutura física e equipamentos adequados a seu funcionamento.

A partir da análise processual, foram observados alguns pontos que merecem maior atenção por parte da unidade, quais sejam:

1. Demora/ausência na conclusão;
2. Demora na prolação de despacho/decisão/sentença;
3. Em alguns processos não havia alteração de classe para cumprimento de sentença; e
4. Feitos sem movimentação processual.

Em atenção ao contido na Meta 5 do CNJ (Baixar quantidade maior de processos de execução não fiscal do que o total de casos novos de execução não fiscal no ano corrente), registre-se que avulta de importância que seja observado pelas Varas de Juizado ou com JEF Adjunto que haja identificação no CRESTA de quando o processo inicia a fase de execução, a fim de que não ocorram problemas na estatística alusiva à referida Meta.

Por fim, pelos demais dados apontados neste relatório durante a correição, pode-se afirmar que a 21ª Vara Federal funciona de modo razoável.

6.22. 22ª VARA FEDERAL - CRATEÚS/CE

6.22.1. Competência, localização, estrutura física e horário de expediente

A 22ª Vara Federal do Ceará detém competência plena com Juizado Especial Federal Adjunto, e funciona no prédio localizado na Rua Sargento Hermínio, s/n - BR 226/Km 0, Venâncios, Crateús/CE.

A Vara apresentou instalações adequadas para todos: juizes federais, servidores, estagiários, terceirizados, membros do Ministério Público Federal, procuradores federais, defensores públicos federais, advogados e jurisdicionados.

O horário de expediente da unidade é das 9h às 18h.

6.22.2. Corpo funcional - juiz federal e servidores

A 22ª Vara Federal conta com o seguinte quadro de pessoal: a) 01 magistrado, Daniel Guerra Alves (juiz federal titular); b) 18 servidores efetivos, sendo 05 analistas judiciários - área judiciária, 01 analista judiciário - área administrativa, 02 analistas judiciários - área de execução de mandados, 08 técnicos judiciários - área administrativa e 02 técnicos judiciários - área de segurança e transporte; c) 01 servidor requisitado.

6.22.2.1. Juiz federal titular

O Juiz Federal Titular, Daniel Guerra Alves, exerce a magistratura desde 24/03/2011, atuando na 22ª Vara Federal desde 21/01/2015.

Nos últimos 24 meses, o magistrado esteve afastado em razão de férias: 01/05 a 15/05/2016 (15 dias); 16/09 a 19/09/2016 (04 dias); 24/09 a 15/10/2016 (22 dias); 17/04 a 20/04/2017 (04 dias); 16/05 - 14/06/2017 (30 dias); e 16/10 a 14/11/2017 (30 dias); e para prestar auxílio em outra Vara, com prejuízo da jurisdição originária, Ato n.º 79/2017-CR, de 14/02 a 17/02/2017 (04 dias); e Ato 131/2018-CR, de 13/03 a 16/03/2018 (04 dias).

Período total de afastamento (em meses e dias): Cento e treze dias.

Respondeu pela 24ªVF/SJCE nos períodos de 23/10 a 11/11/2016; de 05/03 a 24/03/2017; e de 15/09 a 04/10/2017.

Exercício da Docência, no curso jurídico online Emagis. O magistrado elabora 5 (cinco) questões objetivas (uma questão por disciplina, dentre as seguintes: constitucional, administrativo, processo civil, processo penal e penal), por semana e no período da noite, o que, segundo o juiz, precisa de 3 horas/semana, em média.

O Juiz Federal Titular reside na região metropolitana onde se situa a sede da Subseção judiciária, Crateús/CE.

Não há juiz substituto na vara.

6.22.2.2. Servidores

Em relação às funções de confiança (FCs), aos cargos em comissão (CJs) e à formação acadêmica dos servidores ocupantes de cargos efetivos na 22ª Vara Federal, pode ser observado o seguinte quadro:

Nome	Cargo efetivo	Ocupa FC ou CJ? Qual?	Grau de Instrução*	Área de formação
Adriano de Freitas Carvalho	Téc. Judiciário - Área Administrativa	Oficial de Gabinete (Juiz Titular) - FC5	Superior	Direito

Ana Paula Moura Pessoa de Carvalho	Analista Judiciário - Área Judiciária	Não	Superior	Direito
Nadir Costa Maia	Téc. Judiciário - Área Administrativa	Auxiliar Especializado - Gab. do Diretor de Secretaria - FC2	Superior	Fisioterapia
Caio Farias da Costa	Analista Judiciário - Área Execução Mandados	Não	Superior	Direito
Carine Lima Guimarães	Téc. Judiciário - Área Administrativa	Oficial de Gabinete (Juiz Substituto) - FC5	Superior	Direito
Clarissa Dummar Pontes	Analista Judiciário - Área Judiciária	Não	Superior	Direito
Garcias Alencar Filho	Analista Judiciário - Área Judiciária	Superv. Assistente do Juiz Federal Substituto - FC4	Superior	Direito
Talita Lima da Cruz	Téc. Judiciário - Área Administrativa	Não	Superior	Letras
Janeiline de Sá Carneiro	Analista Judiciário - Área Judiciária	Superv. Assistente do Juiz Federal Titular - FC4	Superior	Direito
Leandro Santos Soares	Técnico Judiciário - Área Segurança e Transporte	Supervisor Assistente - Gab. Diretor do Foro - FC4	Superior	Sistemas para internet
Lorena Silva Barbosa	Analista Judiciário - Área Administrativa	Supervisor da Seção de Processamento de Feitos Cíveis - FC5	Superior	Direito incompleto e Farmácia

Flávia Rabello Moura	Técnico Judiciário - Área Segurança e Transporte	Superv. Seção de Apoio Administ. - Gab. do Diretor do Foro - FC5	Superior	Administração Hoteleira
Natane Cristina Brainer Amorim da Silva	Téc. Judiciário - Área Administrativa	Superv. Assistente do Setor de Publicação - FC4	Superior	Farmácia
Régis Cleiton Araújo Loiola	Téc. Judiciário - Área Administrativa	Superv. da Seção de Apoio Judiciário - Gab. do Diretor do Foro - FC5	Superior	Pedagogia
Rhiana Mara Bessa Gomes	Analista Judiciário - Área Execução Mandados	Não	Superior	Direito
Tânia Maria Chagas Oliveira	Téc. Judiciário - Área Administrativa	Supervisor da Seção de Processamento de Feitos Dos Juizados - FC5	Superior	Ciências Contábeis
Ticiane Medeiro Pinheiro	Analista Judiciário - Área Judiciária	Superv. Assist. Setor de Processamento de Execuções Fiscais - FC4	Superior	Direito
José Wilton Evangelista Freires	Téc. Judiciário - Área Administrativa	Superv. Assist. Setor Proc. Feitos Criminais e Execução Penal - FC4	Superior	Letras e Ciências Contábeis

Como se pode depreender, no tocante à formação acadêmica dos servidores efetivos 22ª Vara Federal, verifica-se que há uma preocupação com a qualificação.

Apenas o Diretor de Secretaria da Vara (Victor Gomes de Oliveira) é requisitado, oriundo do quadro efetivo do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará (TRE/CE), ocupante do cargo Analista Judiciário - Área Judiciária.

6.22.2.3. Estagiários

Há 04 vagas previstas para a unidade, estando 02 delas ocupadas. Os estagiários atuam exclusivamente na Secretaria.

6.22.3. Organização da 22ª Vara Federal

Dentre os servidores da 22ª Vara Federal do Ceará, 14 exercem suas atribuições na secretaria e 04 no gabinete.

6.22.3.1. Secretaria

A Secretaria da 22ª Vara contém 5 (cinco) subdivisões: Setor de Apoio Administrativo, Setor Cível, Setor Penal, Setor de Execução Fiscal e Juizado Especial Federal.

No APOIO ADMINISTRATIVO, a servidora Flávia Rabello de Moura: 1) gerencia e fiscaliza a execução dos contratos inerentes à 22ª Vara Federal, ainda atestando notas fiscais e providenciando os pagamentos correspondentes; 2) gerencia o almoxarifado - inclusive realizando requisições de material; 3) faz controle e envio mensal da frequência dos servidores; 4) planeja e executa pregões para aquisições de água mineral e gás; 5) gerencia o arquivo de processos; 6) atua no setor de distribuição; e 7) atua junto aos oficiais de justiça distribuindo e recebendo mandados. A referida servidora ainda cumpre tarefas diversas atribuídas pelo Diretor de Secretaria.

No SETOR CÍVEL, a supervisora Lorena Barbosa e outros 2 (dois) servidores (Garcias Filho e Nadir Costa) fazem análise processual, minutas de atos judiciais, expedientes diversos, bem como remessas e recebimento de autos, sendo que a divisão do trabalho é feita por classe processual entre os referidos servidores.

No SETOR PENAL, os servidores Carine Guimarães e José Wilton Freires realizam as mesmas tarefas: análise processual, minutas de atos judiciais, confecção de expedientes diversos, bem como remessas e recebimento de autos, já que os processos são distribuídos por numeração. Nesse quadro, cabe exclusivamente à Carine Guimarães as tarefas que, no caso concreto, representam maior complexidade jurídica, porquanto graduada em Direito.

No SETOR DE EXECUÇÃO FISCAL, não há divisão de atividades, de modo que ambos os servidores responsáveis (Régis Loiola e Ana Paula Carvalho) realizam as mesmas tarefas: análise processual, minutas de atos judiciais, confecção de expedientes diversos, bem como remessas e recebimento de autos, contando com o auxílio de um estagiário da área de Administração de Empresas.

Quanto ao JUIZADO ESPECIAL FEDERAL, nele atuam um supervisor (Tânia Chagas), três outros servidores (Leandro Soares, Talita Cruz e Natane Brainer) e um estagiário. Desses, há um servidor responsável pelo despacho inicial de processos (análise processual, minuta de ato judicial, expedientes e comunicações), outro para o gerenciamento da pauta de audiências e

perícias (inclusões em pauta, comunicações e lançamento do ato realizado ou não) e outro para os atos inerentes ao cumprimento de sentença (cálculos, requisitórios, comunicações e minutas de atos judiciais), este último tendo o auxílio de um estagiário da área de Ciências Contábeis. Todos prestam assessoria ao magistrado na realização de audiências. O supervisor realiza todas as tarefas inerentes ao setor, atuando onde necessário. A divisão não é estanque, de modo que todos têm conhecimento e atuam em todas as tarefas quando necessário.

Além das funções específicas, todos os servidores da Secretaria efetuam atendimento no que tange às matérias de seu setor e demais setores que compõem o Cartório da Vara.

Por fim, na Central de Mandados da Subseção de Crateús, atuam 2 (dois) servidores (Caio Farias e Rhiana Bessa).

Quanto à organização dos processos na Secretaria da Vara, principalmente com relação aos processos com prioridades, os processos virtuais são organizados através dos escaninhos disponibilizados pelos sistemas, que representam várias fases desde a análise inicial até o arquivamento do processo, havendo lembretes e destaques para aqueles que demandam atuação prioritária. Os processos físicos são organizados de maneira similar, porém seguem a lógica do ato a ser realizado (expediente, decisões, remessas externas etc.), havendo etiquetas nas capas que designam os processos prioritários.

Na assessoria, os processos são inseridos em uma planilha, a partir da qual pode ser acompanhado o número de processos pendentes de julgamento, com informação de classe processual e assunto específico, bem como a data de conclusão. A planilha é atualizada semanalmente. São priorizados os processos cujas conclusões tenham ocorrido primeiro, salvo havendo urgência requerida nos autos, dispondo a planilha de campo para observação de prioridade.

O controle do acervo de processos é realizado através dos relatórios dos sistemas que fornecem a ausência de movimentação processual de acordo com o critério informado [número de dias]. Além disso, verificam-se relatórios de distribuição e baixa de processos.

6.22.3.2. Gabinete do juiz federal

Os quatro servidores da assessoria (Adriano Carvalho, Tician Pinheiro, Clarissa Dummar e Janeiline Carneiro) atuam em todas as classes processuais, sem especificação de numeração, apenas priorizando o processo concluso há mais tempo. Os trabalhos envolvem a confecção de minutas de atos judiciais, bem como pesquisa doutrinária e jurisprudencial.

6.22.4. Participação do juiz federal em reuniões com a equipe da 22ª Vara Federal

A equipe reúne-se ordinariamente com o Juiz Federal e o Diretor de Secretaria, sempre no início do mês. Na ocasião, são expostas estatísticas referentes ao mês anterior, fazendo um

comparativo com os meses pretéritos, sendo verificado o cumprimento das metas estabelecidas, bem como buscadas as explicações para a ausência de cumprimento. Além disso, são discutidos problemas pontuais e realizado o repasse de orientações diversas. Havendo necessidade, são realizadas reuniões extraordinárias.

6.22.5. Planejamento das atividades da 22ª Vara Federal e avaliação periódica de resultados

A Vara planeja suas atividades com metas periódicas, tendo por finalidade a redução do tempo médio de tramitação e do acervo.

A vara funciona com a perseguição do cumprimento de metas, a saber:

JEF:

ANÁLISE INICIAL: Cinco dias para realizar e citar;

AUDIÊNCIAS: Agendar em 15 dias; Realização da audiência em até 45 dias; e Lançar realização/cancelamento e intimações em 24 horas;

PERÍCIAS: Dez dias para inclusão em pauta; Realização da perícia em trinta dias; Cobrança de laudo em 24h; Cinco dias para lançar realização/cancelamento/remarcação;

EXECUÇÃO: Cinco dias para cálculo, RPV e Alvará; Intimar em 24h para cumprimento; e Cobrança do cumprimento em 24h;

RECURSOS: Intimação para contrarrazões em 24h;

OUTROS: Cumprimento de diligências em 05 dias; Movimentação de prazos decorridos e “docs procuradores” em 24h; e Intimações em 24h;

ASSESSORIA - 60 PONTOS/SERVIDOR/SEMANA ou 12 PONTOS/SERVIDOR/DIA:

Decisão ou sentença incapacidade JEF = 1,5 pontos;

Sentença diversa JEF = 3 pontos;

Sentença físico e pje = 15 pontos;

Sentença penal ou improbidade absolutória = 20 pontos;

Sentença penal ou improbidade condenatória = 30 pontos;

Decisão em espera há mais de 5 dias [inclusive embargos de declaração] = perda de 1,5;

PENAL: Movimentação inferior a 40 ou 30 dias, físico ou virtual, respectivamente; Manter expedientes ZERADOS; e Manter juntada ZERADA. Conferência quinzenal de assinaturas;

CÍVEL: Movimentação inferior a 40 ou 30 dias, físico ou virtual, respectivamente; Manter expedientes ZERADOS; e Manter juntada ZERADA;

EXECUÇÃO FISCAL: Movimentação inferior a 40 ou 30 dias, físico ou virtual, respectivamente; MANTER expedientes ZERADOS; e MANTER juntada ZERADA;

APOIO JUDICIAL, PROTOCOLO, AUTUAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO: Autuação e distribuição em 07 dias; e Distribuição de petições entre setores em 24h.

A Vara também possui um cronograma de tarefas semanais [juntadas, expedientes, remessas, cobranças, minutas etc.], de modo que cada evento seja prestigiado no trabalho semanal. No JEF, porém, as tarefas foram especificadas por servidor como prioridade de trabalho, de modo que cada uma tem acompanhamento dele, mas sem exclusividade, pois o supervisor utiliza o servidor onde necessário.

Os resultados são avaliados quinzenalmente e mensalmente, no último caso em reunião ordinária.

6.22.6. Atendimento aos membros do Ministério Público Federal, Defensoria Pública da União, procuradores federais, advogados e partes na secretaria e no gabinete do juiz federal da 22ª Vara Federal

Todos são recebidos no balcão de atendimento localizado na Secretaria da Vara pelo servidor do setor de interesse, podendo ainda ser feito por telefone naquilo que não sigiloso. Nos casos em que se deseja o ajuizamento de ação no Juizado Especial Federal sem a representação de advogado, os autores são atendidos em sala própria (Atermação) dotada do equipamento de informática necessário.

O magistrado recebe membros do Ministério Público ou Defensoria Pública e advogados quando assim o desejam. Os referidos se dirigem ao Diretor de Secretaria, que comunica ao magistrado o pedido de audiência. O atendimento é imediato, sem necessidade de agendamento prévio.

6.22.7. Número de processos, relação servidor/processo, audiências de conciliação e de instrução e inspeções judiciais

Por ocasião do preenchimento do formulário de gestão, o número de processos em tramitação na Vara (total ajustado: excluídos os feitos arquivados, suspensos e baixados) era de 2.437: Juiz Titular: 1.198 processos; Juiz Substituto: 1.239 processos.

A relação processo/servidor é de 128,26, considerando o quantitativo de 2.437 feitos e 19 servidores.

Número de processos sobrestados/suspensos: 414 processos.

POR MOTIVO	
Repercussão Geral [Tema 265/285]	8

Recurso Repetitivo [Tema 731]	24
Recurso Repetitivo [Tema 982]	1
Aguarda Decisão de Tribunal Superior	9
Réu não localizado (art. 366, CPP)	8
Ausência bens penhoráveis (art. 40, Lei 6.830/80 e art. 921, CPC)	9
Interposição de Embargos	4
Julgamento Ação Principal	3
Parcelamento do Débito	8
Suspensão Condicional do Processo (art. 89, Lei 9.099/95)	0
Débito inferior ao limite (Portaria MF 75/2012)	1
Cumprimento medida cautelar penal	9
Aguarda pagamento requisitório	3
Transação Penal (art. 76, Lei 9.099/95)	1
Aguarda realização leilão	6
Morte parte	1
Penhora crédito litigioso	1
Cumprimento penas substitutivas	8

Houve um processo extraviado e nenhum processo restaurado nos últimos 24 meses.

Número de audiências realizadas nos últimos 24 meses, a contar da data de início da correição: Juiz Titular: 3.786 audiências (posição de 11/05/2018).

Número de inspeções judiciais realizadas nos últimos 24 meses, a contar da data de início da correição: Juiz Titular: Três inspeções.

Foram realizadas atividades de conciliação nos últimos 24 meses, no caso, foram realizadas 761 conciliações.

Há registro de audiências adiadas ou canceladas nos últimos 24 meses, sendo adiadas 373 audiências e canceladas outras 206. O adiamento de audiências ocorre em virtude de ausência justificada de alguma das partes ou procuradores, bem como em razão da convocação do magistrado para atuar em mutirões em outras Subseções (20/09 a 23/09/2016; 14/02 a 17/02/2017; e 13/03 a 16/03/2018). Há casos ainda em que a audiência é adiada por não ter sido intimada (não localizada) testemunha ou parte que dela deva participar. O cancelamento ocorre em virtude da ausência injustificada das partes no Juizado Especial.

As audiências adiadas foram remarçadas, porém as canceladas não o foram, considerando que ocorreram no Juizado Especial Federal por ausência injustificada das partes, caso em que o magistrado entende ser devida a extinção do processo sem resolução do mérito [art. 51, I, da Lei n.º 9.099/95].

6.22.8. Cumprimento de metas e resoluções do CNJ

Consta do formulário de gestão que foram cumpridas pela 22ª Vara/SJCE as seguintes metas fixadas pelo CNJ: Meta 2, Meta 3, Meta 4, Meta 6 e Meta 8.

Quanto às metas não cumpridas, a Vara especificou os seguintes motivos:

A Vara deixou de cumprir as metas 1, 5 e 7, como se vê adiante. Quanto à Meta 1, importa dizer que a Vara não pôde realizar audiências de instrução e julgamento do Juizado Especial entre 08 e 20/01/2018 [art. 220, CPC], oportunidade em que o magistrado [único lotado na Subseção] profere sentenças orais. Também não houve designação de audiências durante a semana em que o juiz federal da Vara foi convocado para auxiliar a 29ª Vara/SJCE no período de 13 a 16/03/2018 [ATO 131/2018-CR], destacando-se que, em média, realizam-se entre 80 a 100 audiências/semana, somente relacionadas aos feitos do Juizado Especial. Além disso, a distribuição expressiva, fora do Juizado Especial, consiste em processos de execuções fiscais, que em um primeiro momento não costumam ser julgados, mas sim arquivados provisoriamente ou suspensos [art. 40, Lei 6.830/80].

Quanto à Meta 5, tendo em vista a inovação legal trazida pelo art. 921, CPC, também aplica-se aos feitos de execução não fiscal o raciocínio semelhante ao delineado acima, uma vez que os executivos de natureza não fiscal podem seguir igual sistemática da execução fiscal, no qual os processos, em sua grande parte, são suspensos e arquivados sem baixa, nas hipóteses legais do artigo retrocitado.

No que concerne à Meta 7, relativa aos feitos de natureza criminal, em que pese a distribuição tenha tido um aumento significativo, principalmente no que atine aos crimes

de contrabando de cigarros de origem supostamente estrangeira, a Vara tem buscado aperfeiçoar as rotinas e fluxos do Setor Penal, de modo a conferir mais celeridade e eficiência na tramitação dos processos (exemplo de alteração de rotina implementada no Setor foi a divisão de processos por números, a fim de atribuir aos servidores ali lotados mais pertencimento ao respectivo Setor e familiaridade em relação aos processos cuja complexidade fático-jurídica seja maior).

Meta 1 (Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente).

Meta ainda não cumprida. Até 30/04/2018, entraram 1.746 processos e foram prolatadas 1.495 sentenças.

Meta 2 (Identificar e julgar, até 31/12/2017, pelo menos 100% dos processos distribuídos até 31/12/2012, 85% dos processos distribuídos em 2013 nos 1º e 2º graus, e 100% dos processos distribuídos até 31/12/2014 nos Juizados Especiais e Turmas Recursais Federais).

Meta cumprida. Todos os processos distribuídos até 31/12/2014 já haviam sido julgados em 31/12/2017.

Meta 3 (Aumentar os casos solucionados por conciliação, fomentando o alcance do percentual mínimo de 2% na proporção dos processos conciliados em relação aos distribuídos).

Meta cumprida. Foram realizados 121 acordos, sendo que foram distribuídas 1.746 ações, o que representa 6,9% de processos encerrados por conciliação.

Meta 4 (Identificar e julgar até 31/12/2017 70% das ações de improbidade administrativa distribuídas até 31/12/2014).

Meta cumprida. Até 31/12/2014, foram distribuídas 70 ações de improbidade administrativas, tendo sido julgados 52 processos, o que já representa 74%.

Meta 5 (Baixar quantidade maior de processos de execução não fiscal do que o total de casos novos de execução não fiscal no ano corrente).

Meta não cumprida até então. Entraram 26 processos e foram baixados 11.

Meta 6 (Identificar e julgar, até 31/12/2017, entre 70% e 85% das ações coletivas distribuídas até 31/12/2013, no 1º e 2º graus).

Meta cumprida. Até 31/12/2013, foram distribuídas/redistribuídas para a vara 52 ações coletivas, tendo havido o julgamento de 47 delas, o que representa 90% do acervo.

Metas Específicas para a Justiça Federal

Baixar quantidade maior de processos criminais do que os casos novos criminais no ano corrente; Julgar quantidade maior de processos criminais do que os casos novos criminais no ano corrente.

A meta não foi cumprida até o momento.

Foram instauradas 13 novas ações penais e baixadas 04 ações, ao passo que foram julgadas 07 ações penais.

Identificar e julgar, até 31/12 do ano corrente, 70% das ações penais vinculadas aos crimes relacionados à improbidade administrativa, ao tráfico de pessoas, à exploração sexual e ao trabalho escravo, distribuídas até 31/12/2014).

Meta cumprida. Até 31/12/2014, foram distribuídas 49 ações penais cujo fato imputado correspondia a ato de improbidade administrativa. Dessas ações, 42 já foram julgadas, o que representa 85% do total.

Acerca do cumprimento do Provimento CNJ nº 29/2013

Sim, a Vara vem atualizando os dados. Desde 02/2016, isso tem sido realizado pelo cadastro da condenação no sistema de movimentação processual, dados esses enviados automaticamente ao CNCIAI.

Acerca do cumprimento das exigências previstas na Resolução CNJ nº 66/2009, com a redação introduzida pela Resolução CNJ nº 87/2009, e sobre a necessidade de inserção, no sistema informatizado, do Relatório de Controle de Prisões

Sim, a Vara vem cumprindo as exigências mediante informações no Sistema SEI, anexando o relatório de controle de prisões nos autos do processo n.º 0001011-10.2018.4.05.7000, sendo as demais informações inseridas no sistema GMF, gerido pela SJRN.

6.22.9. Processos selecionados para correição

Foram correicionados 25 processos físicos (quando da correição tinham 266 processos físicos em tramitação ajustada).

Quanto aos processos do Sistema PJe, foram correicionados 45 processos (quando da correição tinham 452 processos eletrônicos em tramitação ajustada).

Foram correicionados 100 processos do JEF (quando da correição havia 1.701 feitos em tramitação ajustada).

6.22.9.1 Principais constatações da análise individual de processos

6.22.9.1.1. Processos eletrônicos do Sistema Creta

Da análise individual dos processos, podem-se destacar as seguintes ocorrências:

Observação	Nr. Processo	Complemento
Ausência de cumprimento de despacho/decisão	0502735-80.2015.4.05.8104	Despacho de 26/02/2018 sem movimentação posterior.
Total de Ocorrências: 1		
Demora na prolação de despacho inicial	0505747-86.2007.4.05.8103	
Total de Ocorrências: 1		
Inexistência de cobrança de devolução de carta precatória	0501966-04.2017.4.05.8104	Em 31/01/2018.
Total de Ocorrências: 1		
Outros	0500117-94.2017.4.05.8104	Ausência de mudança de classe.
	0501386-71.2017.4.05.8104	Ausência alteração classe processual.
Total de Ocorrências: 2		
Processo em Ordem	0504768-56.2009.4.05.8103	
	0503879-94.2012.4.05.8104	
	0500285-04.2014.4.05.8104	
	0501681-16.2014.4.05.8104	
	0503364-88.2014.4.05.8104	
	0502308-83.2015.4.05.8104	
	0502753-04.2015.4.05.8104	
	0502857-93.2015.4.05.8104	
	0503195-67.2015.4.05.8104	
	0501418-13.2016.4.05.8104	
	0501497-89.2016.4.05.8104	
	0501553-25.2016.4.05.8104	
	0501624-27.2016.4.05.8104	
	0501675-38.2016.4.05.8104	
0501855-54.2016.4.05.8104		

0501881- 52.2016.4.05.8104	
0501947- 32.2016.4.05.8104	
0502196- 80.2016.4.05.8104	
0502395- 05.2016.4.05.8104	
0502710- 33.2016.4.05.8104	
0502711- 18.2016.4.05.8104	
0502956- 29.2016.4.05.8104	
0502965- 88.2016.4.05.8104	
0503086- 19.2016.4.05.8104	
0503134- 75.2016.4.05.8104	
0503358- 13.2016.4.05.8104	
0503572- 04.2016.4.05.8104	
0503783- 40.2016.4.05.8104	
0503989- 54.2016.4.05.8104	
0504067- 48.2016.4.05.8104	
0504188- 76.2016.4.05.8104	
0504313- 44.2016.4.05.8104	
0504325- 58.2016.4.05.8104	
0504438- 12.2016.4.05.8104	
0504473- 69.2016.4.05.8104	
0504562- 92.2016.4.05.8104	
0500170- 75.2017.4.05.8104	
0500183- 74.2017.4.05.8104	

0500190- 66.2017.4.05.8104	
0500218- 34.2017.4.05.8104	
0500241- 77.2017.4.05.8104	
0500302- 35.2017.4.05.8104	
0500374- 22.2017.4.05.8104	
0500461- 75.2017.4.05.8104	
0500486- 88.2017.4.05.8104	
0500677- 36.2017.4.05.8104	
0500711- 11.2017.4.05.8104	
0500762- 22.2017.4.05.8104	
0500772- 66.2017.4.05.8104	
0500793- 42.2017.4.05.8104	
0500852- 30.2017.4.05.8104	
0500959- 74.2017.4.05.8104	
0500966- 66.2017.4.05.8104	
0500983- 05.2017.4.05.8104	
0501038- 53.2017.4.05.8104	
0501104- 33.2017.4.05.8104	
0501261- 06.2017.4.05.8104	
0501300- 03.2017.4.05.8104	
0501397- 03.2017.4.05.8104	
0501501- 92.2017.4.05.8104	
0501644- 81.2017.4.05.8104	

0501667- 27.2017.4.05.8104	
0501821- 45.2017.4.05.8104	
0501828- 37.2017.4.05.8104	
0501852- 65.2017.4.05.8104	
0501854- 35.2017.4.05.8104	
0501905- 46.2017.4.05.8104	
0501921- 97.2017.4.05.8104	
0501935- 81.2017.4.05.8104	
0501942- 73.2017.4.05.8104	
0502004- 16.2017.4.05.8104	
0502017- 15.2017.4.05.8104	
0502037- 06.2017.4.05.8104	
0503004- 51.2017.4.05.8104	
0503074- 68.2017.4.05.8104	
0503165- 61.2017.4.05.8104	
0503169- 98.2017.4.05.8104	
0503263- 46.2017.4.05.8104	
0503300- 73.2017.4.05.8104	
0503349- 17.2017.4.05.8104	
0503357- 91.2017.4.05.8104	
0503455- 76.2017.4.05.8104	
0503472- 15.2017.4.05.8104	
0503495- 58.2017.4.05.8104	

0503588-21.2017.4.05.8104	
0503590-88.2017.4.05.8104	
0503651-46.2017.4.05.8104	
0503686-06.2017.4.05.8104	
0503698-20.2017.4.05.8104	
0503722-48.2017.4.05.8104	
0503812-56.2017.4.05.8104	
0503839-39.2017.4.05.8104	
0503929-47.2017.4.05.8104	
0504432-68.2017.4.05.8104	
0500021-45.2018.4.05.8104	
Total de Ocorrências: 95	

6.22.9.1.2. Processos Físicos

Da análise individual dos processos, podem-se destacar as seguintes ocorrências:

DEMORA NA CONCLUSÃO:		
TIPO DE AÇÃO	Nº DO PROCESSO	OBSERVAÇÃO
Improbidade Administrativa	00029148420094058103	De 28/02/18 a 11/05/18.
DEMORA NA PROLAÇÃO DE DECISÃO/ SENTENÇA:		
TIPO DE AÇÃO	Nº DO PROCESSO	OBSERVAÇÃO
Improbidade Administrativa	00029148420094058103	Conclusos em 29/06/17, sentença em 03/10/17.
DEMORA NA PROLAÇÃO DE DESPACHO:		
TIPO DE AÇÃO	Nº DO PROCESSO	OBSERVAÇÃO
Desapropriação	00002036420134058104	Conclusão em 13/10/17, despacho em 16/01/18.
DEMORA NA PUBLICAÇÃO:		
TIPO DE AÇÃO	Nº DO PROCESSO	OBSERVAÇÃO

Improbidade Administrativa	00017716020094058103	Despacho de 23/02/18, publicação em 04/04/18.
FEITO EM ORDEM:		
TIPO DE AÇÃO	Nº DO PROCESSO	OBSERVAÇÃO
Improbidade Administrativa	00006054820134058104	
Criminal	00004894220134058104	
Criminal	00231846119974058100	
Improbidade Administrativa	00005968620134058104	
Improbidade Administrativa	00005977120134058104	
Improbidade Administrativa	00005994120134058104	
Improbidade Administrativa	00005985620134058104	
Improbidade Administrativa	00002284320144058104	
Improbidade Administrativa	00002047820154058104	
Improbidade Administrativa	00003762020154058104	
Improbidade Administrativa	00000612620144058104	
Improbidade Administrativa	00006124020134058104	
Improbidade Administrativa	00000895720154058104	
Improbidade Administrativa	00037927220104058103	
Improbidade Administrativa	00006132520134058104	
Improbidade Administrativa	00006046620134058104	
Improbidade Administrativa	00002717720144058104	
Improbidade Administrativa	00006011120134058104	
Improbidade Administrativa	00000742520144058104	

Civil Pública	00005012220144058104	
OUTROS:		
TIPO DE AÇÃO	Nº DO PROCESSO	OBSERVAÇÃO
Improbidade Administrativa	00002982620154058104	Demora no cumprimento de decisão, datada de 07/11/16, publicada em 01/12/16, expedição de mandado em 21/02/17.
Outras Observações:		
Processo : 00000742520144058104 Classe: Improbidade Administrativa - Desmembrado do processo nº 0002766-73.2009.5.05.8103.		
Processo : 00002982620154058104 Classe: Improbidade Administrativa - produção de provas deferida.		
Processo : 00006132520134058104 Classe: Improbidade Administrativa - extinção sem resolução demérito em relação a um dos réus.		
Processo : 00017716020094058103 Classe: Improbidade Administrativa - trânsito em julgado em 11/04/17.		
Processo : 00037927220104058103 Classe: Improbidade Administrativa - trânsito em julg. em 23/04/18.		

6.22.9.1.3. Processos Judiciais eletrônicos (PJe)

Da análise individual dos processos, podem-se destacar as seguintes ocorrências:

Número do Processo	Classe Judicial	Assunto	Último Evento	Polo Ativo	Polo Passivo	Correicionado
Ausência/demora na conclusão						
0800098-83.2015.4.05.8104	EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL	Execução Contratual	Expedição de expediente	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF -	JOSE NILTON LIMA CRISPIN - ME e outros	SIM
0800115-22.2015.4.05.8104	PROCEDIMENTO COMUM	Fato Gerador/Incidência	Juntada de Certidão de Retificação de Autuação	ARNALDO RODRIGUES FREITAS - 851.785.003-34	FAZENDA NACIONAL - 00.204.460/0216-53	SIM
0800116-70.2016.4.05.8104	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Violação aos Princípios Administrativos	Juntada de Certidão de Intimação	FUNDACAO NACIONAL DE SAUDE - FUNASA e outro - 26.989.350/0001-16	ADERSON JOSE PINHO MAGALHAES - 382.217.993-00	SIM
0800120-73.2017.4.05.8104	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Juntada de Certidão	CONSELHO REGIONAL DE FARMACIA DO ESTADO DO CEARÁ - CRF/CE - 07.288.905/0001-58	CENTRO REGIONAL OFTALMOLOGICO DE CRATEUS LTDA - ME - 02.084.543/0001-60	SIM
0800166-62.2017.4.05.8104	PROCEDIMENTO COMUM	Repasso de Verbas Públicas	Remetidos os Autos (em grau de recurso) para TRF5	MUNICIPIO DE NOVO ORIENTE -	UNIÃO FEDERAL e outro -	SIM
0800171-84.2017.4.05.8104	PROCEDIMENTO COMUM	Liminar e outros	Remetidos os Autos (em grau de recurso) para TRF5	MUNICIPIO DE PORANGA -	UNIÃO FEDERAL e outro -	SIM
0800260-10.2017.4.05.8104	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Dano ao Erário e outros	Juntada de Certidão de Intimação	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL -	ANTONIO AVELAR MACEDO NERI e outros - 675.789.263-49	SIM

0800324-20.2017.4.05.8104	AÇÃO PENAL - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO	Crimes contra a Ordem Econômica e outros	Audiência instrução e julgamento designada para 23/08/2018 13:00 Sala 1	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	ANTONIO MARCOS FERREIRA ALVES e outro - 425.767.173-49	SIM
0805842-03.2017.4.05.8100	EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL	Efeito Suspensivo / Impugnação / Embargos à Execução	Juntada de Apelação	JOSE WANKS MEIRELES SALES - 008.440.986-04	COMISSAO DE VALORES MOBILIARIOS - CVM - 29.507.878/0001-08	SIM
Lapso entre a distribuição e despacho inicial/limi						
0800386-60.2017.4.05.8104	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Dano ao Erário	Juntada de Certidão de Retificação de Autuação	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL -	FRANCISCO DO CARMO FILHO e outros - 441.310.033-68	SIM
Lapso entre conclusão e prolação despacho/decisão						
0800140-69.2014.4.05.8104	AÇÃO CIVIL PÚBLICA	Anulação	Baixa Definitiva	CONSELHO REGIONAL DE TECNICOS EM RADIOLOGIA 2 REGIAO - 24.163.149/0001-50	MUNICIPIO DE CRATEUS - 07.982.036/0001-67	SIM
0800173-59.2014.4.05.8104	PROCEDIMENTO COMUM	Concessão	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	ANTONIO DOROTEU CRUZ - 065.139.483-04	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS e outro - 29.979.036/0001-40	SIM
0800221-47.2016.4.05.8104	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Juntada de Certidão de Intimação	FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO - FNDE - 00.378.257/0001-81	FRANCISCO ERNANE PERES LIMA e outro - 13.634.705/0001-02	SIM
Lapso sem movimentação processo na Secretaria						
0800112-96.2017.4.05.8104	EXECUÇÃO	Dívida Ativa	Proferido despacho	CONSELHO REGIONAL DE	BRENNA FEITOZA DE LIMA DIAS	SIM

	FISCAL		de mero expediente	ENFERMAGEM DO CEARA - COREN/CE -	RIBEIRO - 001.594.153-14	
0800199-86.2016.4.05.8104	AÇÃO CIVIL PÚBLICA	Utilização de bens públicos	Remetidos os Autos (em grau de recurso) para TRF5	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL -	MUNICIPIO DE MONSENHOR TABOSA - 07.693.989/0001-05	SIM
0800240-53.2016.4.05.8104	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Baixa Definitiva	INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVAVEIS - IBAMA - 03.659.166/0001-02	DERIVADOS DE PETROLEO NOSSA SENHORA SANTANA LTDA - EPP - 63.374.029/0001-53	SIM
0800280-98.2017.4.05.8104	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Dano ao Erário e outros	Juntada de Certidão de Intimação	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL -	EDICOES IPDH-GRAFICA, EDITORA E SERVICOS LTDA e outros - 09.596.757/0001-64	SIM
0800325-05.2017.4.05.8104	AÇÃO PENAL - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO	Crime contra a administração ambiental e outros	Expedição de expediente	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL -	VALDONE SEVERO LOIOLA e outro -	SIM
Lapso temporal para cumprimento despacho/decisão						
0800004-67.2017.4.05.8104	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Expedição de expediente	CONSELHO REGIONAL DE FARMACIA DO ESTADO DO CEARÁ - CRF/CE - 07.288.905/0001-58	FRANCISCO WILLIANS MUNIZ DE OLIVEIRA e outro - 039.757.023-62	SIM
0800028-95.2017.4.05.8104	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Processo Suspensão/Sobrestado	CONSELHO REGIONAL DE FARMACIA DO ESTADO DO CEARÁ - CRF/CE - 07.288.905/0001-58	KARLA RAYANNE MARTINS BONFIM - ME - 08.033.632/0001-63	SIM
0800049-76.2014.4.05.8104	REINTEGRAÇÃO / MANUTENÇÃO DE POSSE	Reintegração de Posse e outros	Juntada de Certidão de Retificação de Autuação	DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES - DNIT e outro - 04.892.707/0001-00	MUNICIPIO DE TAMBORIL - 07.705.817/0001-04	SIM
0800050-90.2016.4.05.8104	AÇÃO CIVIL PÚBLICA	Anulação	Juntada de Petição	CONSELHO REGIONAL DE TECNICOS EM RADIOLOGIA 2 REGIAO - 24.163.149/0001-50	MUNICÍPIO DE ARARENDÁ - CE -	SIM
0800173-59.2014.4.05.8104	PROCEDIMENTO COMUM	Concessão	Inspecção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	ANTONIO DOROTEU CRUZ - 065.139.483-04	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS e outro - 29.979.036/0001-40	SIM
0800217-73.2017.4.05.8104	DESAPROPRIAÇÃO IMÓVEL RURAL POR INTERESSE SOCIAL	Erro de Procedimento	Juntada de Certidão	INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZACAO E REFORMA AGRARIA - INCRA - 00.375.972/0001-60	ESPÓLIO DE LUIZA FERREIRA DOS SANTOS - null	SIM
0800223-17.2016.4.05.8104	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Dano ao Erário	Juntada de Petição	FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAUDE - FUNASA e outro - 26.989.350/0001-16	FRANCISCO NILSON MOREIRA e outro -	SIM
0800279-16.2017.4.05.8104	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Dano ao Erário e outros	Pedido de Reconsideração	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL -	TRANSMATER LOCACOES DE VEICULOS E SERVICOS DE LIMPEZA LTDA - EPP e outros - 07.702.124/0001-68	SIM
0800279-50.2016.4.05.8104	EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL	Contratos Bancários	Juntada de Certidão de Intimação	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF -	MARIA COELHO SAMPAIO CAVALCANTE e outro - 267.013.593-53	SIM

0800280-98.2017.4.05.8104	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Dano ao Erário e outros	Juntada de Certidão de Intimação	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	EDICOES IPDH-GRAFICA, EDITORA E SERVICOS LTDA e outros - 09.596.757/0001-64	SIM
0800392-67.2017.4.05.8104	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Dano ao Erário e outros	Juntada de Certidão de Intimação	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL -	ROZANDEA ARAUJO SOARES MELO e outros - 540.051.833-87	SIM

0800014-77.2018.4.05.8104	AÇÃO CIVIL PÚBLICA	Esbulho / Turbação / Ameaça	Conclusos para julgamento	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	OSVALDO BEZERRA DO NASCIMENTO JUNIOR - 234.069.763-87	SIM
0800017-32.2018.4.05.8104	PROCEDIMENTO COMUM	Estabelecimentos de Ensino	Baixa Definitiva	GENICE DE PINHO MESQUITA SOUSA - 024.886.363-04	FLATED - FACULDADE LATINOAMERICANA DE EDUCACAO e outro - 04.034.305/0001-75	SIM
0800027-76.2018.4.05.8104	MANDADO DE SEGURANÇA	Inscrição / Documentação	Baixa Definitiva	MATEUS DE LIMA SILVA e outro - 008.067.263-02	COORDENADOR DO PROJETO MAIS MÉDICOS PARA O BRASIL e outros -	SIM
0800040-75.2018.4.05.8104	AÇÃO CIVIL PÚBLICA	FUNDEF/Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério	Expedição de expediente	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL e outro - 03.636.198/0001-92	UNIÃO FEDERAL e outro - 26.994.558/0001-23	SIM
0800049-37.2018.4.05.8104	AÇÃO PENAL - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO	Estelionato	Juntada de Certidão de Retificação de Autuação	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	FRANCISCO DE ASSIS DO NASCIMENTO FILHO e outro - 028.844.513-90	SIM
0800069-28.2018.4.05.8104	AÇÃO PENAL - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO	Estelionato	Juntada de Certidão de Intimação	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL -	MARIA ZENAIDE SOARES DA SILVA e outro - 954.237.961-72	SIM
0800101-33.2018.4.05.8104	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Dano ao Erário e outros	Juntada de Certidão	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	ANTONIA ANTENIRA MACEDO SOBREIRA - 167.092.503-00	SIM
0800133-72.2017.4.05.8104	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Dano ao Erário e outros	Juntada de Certidão	Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT e outro - 34.028.316/0001-03	MURILO SERGIO CAVALCANTE DE SA - 265.423.903-91	SIM
0800198-67.2017.4.05.8104	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Processo Suspenso/Sobrestado	INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVAVEIS - IBAMA - 03.659.166/0001-02	PETROLEO E LUBRIFICANTES NOVARRUSSENSE LTDA - EPP - 05.100.005/0001-00	SIM
0800224-65.2017.4.05.8104	PROCEDIMENTO COMUM	Abono da Lei 8.178/91	Juntada de Certidão de Retificação de Autuação	MESSIAS FREIRE BESERRA - 028.142.263-04	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS - 29.979.036/0001-40	SIM
0800247-45.2016.4.05.8104	PROCEDIMENTO COMUM	Indenização por Dano Material	Juntada de Certidão de Intimação	ANTONIO VALMIR DE CARVALHO VERAS - 809.218.843-20	AMERICAN TOWER DO BRASIL - CESSAO DE INFRAESTRUTURAS LTDA. e outros - 04.052.108/0001-89	SIM
0800283-87.2016.4.05.8104	PROCEDIMENTO COMUM	Reforma	Juntada de Certidão de Intimação	MOISES MONTEIRO NETO - 741.996.503-00	UNIÃO FEDERAL -	SIM
0800296-52.2017.4.05.8104	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Violação aos Princípios Administrativos	Conclusos para decisão	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL -	CARLOS FELIPE SARAIVA BESERRA	SIM
0800371-91.2017.4.05.8104	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Dano ao Erário	Juntada de Certidão de Retificação de Autuação	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL -	JOSE VALDI COUTINHO -	SIM
0800372-76.2017.4.05.8104	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Violação aos Princípios Administrativos	Juntada de Certidão	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL -	JOSE ARAUJO SOUTO -	SIM
0800384-90.2017.4.05.8104	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Dano ao Erário e outros	Proferido despacho de mero expediente	FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO - FNDE e outro - 00.378.257/0001-81	FRANCISCO GLEISON BONFIM e outros - 512.490.223-04	SIM
0800385-75.2017.4.05.8104	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Dano ao Erário e outros	Juntada de Certidão de Intimação	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	PAOLA SAURYA DOS SANTOS CAVALCANTE e outros - 026.642.503-88	SIM

0800393-52.2017.4.05.8104	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Dano ao Erário e outros	Juntada de Certidão de Retificação de Autuação	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	FRANCISCA JESSYCA DO CARMO DE CASTRO e outros - 010.232.713-03	SIM
---------------------------	--	-------------------------	--	---	--	-----

6.22.10. Correição anterior e autoinspeção

À vista das determinações constantes da Correição anterior, percebe-se que, em grande medida, foram cumpridas, considerando que as falhas verificadas referiam-se basicamente à demora na realização de atos como: conclusão, juntadas de petição, prolação de decisão/sentença e despachos, publicação, certificar o decurso do prazo, expedir ofício e mandado, cumprimento de despachos e decisões, demora para expedição de atos ordinatórios e intimação/vista dos autos, demora na realização de diligências junto ao BacenJud e RenaJud. Além disso, a Corregedoria detectou a paralisação irregular de alguns processos [42], a ausência de índices ou sumários de peças na contracapa, determinações essas que foram prontamente observadas e após a divulgação, em 2017, do Relatório Geral de Correição na SJCE, e reforçadas durante a inspeção ordinária da Vara em 2018 (inclusive com a aposição, nos processos criminais e de outras ações preferenciais, dos respectivos sumários e de etiquetas de prescrição em processo criminal).

A Direção da Vara, em virtude dessas determinações, reforçou as metas de trabalho diferenciadas por ato a ser praticado, precisando um tempo razoável para cada um deles, bem como orientou os servidores a fazerem a conclusão imediata. Desse modo, e mediante acompanhamento sistemático das metas estabelecidas, tencionou-se reduzir as demoras e paralisações detectadas. Segundo a Vara, ainda ocorrem fatos dessa natureza, porém decorrem, por vezes, de aspectos imprevisíveis que impactam na rotina da Vara: vigência do novo CPC, no qual a contagem dos prazos passou a ser em dias úteis; limitações orçamentárias a que está submetida a Seção Judiciária do Ceará, que, para citar um exemplo, determinou-se o desligamento de metade dos estagiários de nível superior [dois] e de nível médio [um menor aprendiz] desde abril/2016; frequente rotatividade de servidores (em virtude de concursos de remoção, visando Varas mais próximas da Capital), demandando um período de aprendizado destes até a retomada do ritmo de trabalho, sobretudo quando não se tem formação jurídica; por férias, licença-maternidade, licença-paternidade e de saúde deferidas a servidores(as). Há épocas críticas em que os objetivos não são alcançados, todavia, também há retomada posterior.

Em suma, além de todas as estratégias e metas traçadas pela Direção da Vara, os servidores foram cientificados das ocorrências detectadas na última Correição, a fim de que haja permanente e contínuo aperfeiçoamento dos atos processuais praticados.

Após a última autoinspeção, foram fixadas metas ou fins a serem perseguidos pela Vara. Abaixo as metas e determinações fixadas pelo magistrado na última autoinspeção:

“Durante o curso da inspeção, foram reafirmados os seguintes pontos pelo magistrado federal e determinada a sua divulgação para os servidores:

- a) A melhoria contínua dos serviços cartorários e jurisdicionais depende da manutenção das rotinas implementadas e do acompanhamento periódico (inspeção permanente) dos processos em tramitação, através da emissão de relatórios estatísticos mensais para a verificação das metas alcançadas.
- b) Deve-se primar pela regularidade de cadastros nos sistemas de acompanhamento processual, visando evitar a repetição de atos passíveis de nulidades, inclusive com a inserção de modelos de expedientes, atos ordinatórios e atos diversos do magistrado, o que aperfeiçoa a rotina de produção de atos processuais.
- c) Deve ser fomentada a utilização dos atos ordinatórios previstos no Provimento nº 01/2009 da Corregedoria-Regional do Tribunal Regional Federal da 5ª Região, submetendo ao magistrado apenas o indispensável.
- d) Dar cumprimento às decisões no prazo máximo de 5 (cinco) dias ou 48 (quarenta e oito) horas, dependendo da natureza da decisão, bem como a juntada de petições no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, sendo vedado fazer autos conclusos pendentes de juntada.
- e) Semanalmente deverá ser realizada a cobrança de autos com prazos vencidos em poder das partes, advogados, Ministério Público, procuradores, defensores, autoridades policiais e peritos, intimando-se pela via mais expedita para fins de devolução.
- f) Realizar o controle de mandados em poder dos oficiais de justiça de acordo com os prazos definidos por este juízo, a saber, 20 (vinte) dias, prorrogável por 5 (cinco) dias para o impreterível cumprimento.
- g) De um modo geral, fazer o controle rígido dos prazos, evitando que após o decurso do prazo deferido o processo permaneça por longos períodos sem a providência subsequente, sobretudo na vigência do novo CPC, que determina a contagem dos prazos em dias úteis.
- h) Fortalecer a rotina semanal de trabalho, de modo que todas as tarefas sejam contempladas no período, notadamente os expedientes necessários à realização de audiências.
- i) Manter a rotina diária de trabalho no que se refere à verificação do estado geral do caderno processual e do número de páginas máximo permitido por volume, fazendo-se as correções necessárias.
- j) Verificar diariamente a caixa de mensagem institucional, pois nela devem ser repassadas orientações gerais para o bom andamento dos trabalhos.
- k) Envidar esforços para buscar capacitação diante dos cursos oferecidos no âmbito desta Seção Judiciária, reduzindo as dificuldades que travam a realização das tarefas diárias.”

6.22.11. Considerações finais

A 22ª Vara Federal conta com estrutura física e equipamentos adequados a seu funcionamento.

A partir da análise processual, foram observados alguns pontos que merecem maior atenção por parte da unidade, quais sejam:

1. Demora/ausência na conclusão;
2. Demora no cumprimento de despacho/decisão;
3. Alguns feitos sem movimentação processual.

Em atenção ao contido na Meta 5 do CNJ (Baixar quantidade maior de processos de execução não fiscal do que o total de casos novos de execução não fiscal no ano corrente), registre-se que avulta de importância que seja observado pelas Varas de Juizado ou com JEF Adjunto que haja identificação no CRETA de quando o processo inicia a fase de execução, a fim de que não ocorram problemas na estatística alusiva à referida Meta.

Por fim, pelos demais dados apontados neste relatório e pelas constatações realizadas *in loco* durante a correição, pode-se afirmar que a 22ª Vara Federal funciona de modo adequado.

6.23. 23ª VARA FEDERAL - QUIXADÁ/CE

6.23.1. Competência, localização, estrutura física e horário de expediente

A 23ª Vara Federal do Ceará detém competência plena (cível, penal e execução fiscal) e JEF Adjunto e funciona no prédio localizado na Rua José Jucá, 75, Centro, Quixadá/CE.

A Vara apresentou instalações adequadas para todos: juízes federais, servidores, estagiários, terceirizados, membros do Ministério Público Federal, procuradores federais, defensores públicos federais, advogados e jurisdicionados.

O horário de expediente da unidade é das 9h às 18h.

6.23.2. Corpo funcional - juízes federais e servidores

Por ocasião do preenchimento do formulário de gestão, a 23ª Vara Federal contava com o seguinte quadro de pessoal: a) 02 magistrados, Ricardo José Brito Bastos Aguiar de Arruda (juiz federal titular), e José Flávio Fonseca de Oliveira (juiz federal substituto); b) 19 servidores efetivos, sendo 05 analistas judiciários - área judiciária, 01 analista judiciário - área administrativa, 02 analistas judiciários - área de execução de mandados, 09 técnicos judiciários e 02 técnicos judiciários - área de segurança e transporte. Não existem servidores requisitados.

6.23.2.1. Juízes federais

O Juiz Federal Titular, Ricardo José Brito Bastos Aguiar de Arruda, exerce a magistratura desde 14/03/2007, atuando na 23ª Vara Federal desde 14/02/2015.

Atua na Direção do Foro da Subseção desde 14/02/2015.

Nos últimos 24 meses, o magistrado esteve afastado, em razão de férias: 17/07 a 15/08/2017; 16/09 a 15/10/2017; 15/02 a 16/03/2018.

Período total de afastamento (em meses e dias): 90 dias.

O Juiz Federal Titular reside na região metropolitana onde se situa a sede da Subseção Judiciária, Quixadá/CE.

Por ocasião do preenchimento do formulário de gestão, o Juiz Federal Substituto José Flávio Fonseca de Oliveira, na magistratura desde 22/02/2013, exercia a jurisdição na 23ª Vara Federal desde 16/08/2017.

Registre-se que, atualmente, o referido magistrado foi designado para responder pela 12ª Vara Federal/CE.

Nos últimos 24 meses, a contar da data da correição, o magistrado esteve afastado em razão de: 15/05 a 03/06/2017; 04/06 a 13/06/2017 (abono pecuniário); 22/09 a 11/10/2017; 12/10 a 21/10 (abono pecuniário) e 22/03/2018 a 10/04/2018 (Período total de afastamento: 60 dias); Licença saúde: 25/07 a 09/08/2017 e de 15/02 a 16/03/2018 (Substituto nas férias do titular).

O Juiz Federal Substituto residia na região metropolitana onde se situa a da Subseção Judiciária, Quixadá/CE.

6.23.2.2. Servidores

Em relação às funções de confiança (FCs), aos cargos em comissão (CJs) e à formação acadêmica dos servidores ocupantes de cargos efetivos na 23ª Vara Federal, pode ser observado o seguinte quadro:

Nome	Cargo efetivo	Ocupa FC ou CJ? Qual?	Grau de Instrução*	Área de formação
Evanildo da Paz Guimarães	Técnico Judiciário	CJ-3	Pós-graduado	Direito/Contábeis
Luana Acosta Matos	Analista Judiciário	FC-05	Pós-graduado	Direito
Tatiana Magalhães Cavalcante	Analista Judiciário	FC-04	Pós-graduado	Direito
Kelsen Gonçalves da	Analista	FC-05	Superior Completo	Direito

Silva	Judiciário			
Aline de Moura Teles	Técnico Judiciário	FC-04	Superior Completo	Jornalismo/Direito
Cláudio Franco Maneschy	Analista Judiciário	FC-04	Pós-graduado	Direito
Luciano Albuquerque Benevides Falcão	Analista Judiciário	FC-04	Superior Completo	Direito
Izabel Pimentel de Oliveira Lima	Técnico Judiciário	FC-5	Superior Completo /Superior incompleto	Letras/Direito
Iandra Raquelly Brito de Oliveira	Técnico Judiciário	FC-02	Superior Completo/Superior incompleto	História/Direito
Igor Cavalcante de Oliveira	Técnico Judiciário/Seg. e transporte	-	Superior incompleto	Eng. Mecânica
Alana Silva Lobo Araújo	Técnico Judiciário	FC-05	Superior Completo	Gestão pública
Ieska Amorim Gurgel do Amaral	Técnico Judiciário	-	Pós-graduado	Direito
Francisco Antônio de Oliveira	Técnico Judiciário	-	Superior Completo	Contábeis/Direito
Nathalie Persivo Fontenelle Barros	Técnico Judiciário	FC-05	Pós-graduado	Administração
Carlos Eduardo Vasconcelos Nogueira	Analista Administrativo	FC-04	Superior Completo /Pós-graduação/Superior incompleto	História/Direito/Direito

Joel Ponte Tabosa	Técnico Judiciário/Seg. e transporte	FC-05	Pós-graduado	Administração
Liebert Jackson Freire Lima	Técnico Judiciário	FC-05	Pós-graduado	Contábeis
Priscilla Matias Dinelly Carneiro	Analista Judiciário/Exec. Mandados	-	Superior Completo	Direito
Daniel Damasceno Amorim Douglas	Analista Judiciário/Exec. Mandados	-	Pós-graduado	Direito

Como se pode depreender, no tocante à formação acadêmica dos servidores efetivos 23ª Vara Federal, verifica-se que há uma preocupação com a qualificação.

6.23.2.3. Estagiários

Há 04 vagas previstas para a unidade, estando 02 delas ocupadas. Os estagiários atuam na Secretaria, com previsão de atuação também no gabinete.

6.23.3. Organização da 23ª Vara Federal

Dentre os servidores da 23ª Vara Federal do Ceará, 12 exercem suas atribuições na secretaria e 06 no gabinete.

6.23.3.1. Secretaria

A Secretaria da Vara é dividida em 6 setores:

Setor do JEF, o qual é subdividido em:

a) Análise Inicial e Atermação: faz a triagem, análise dos feitos novos e a atermação. Servidor: Alana Araújo.

b) Subsetor de Audiência: marcação, controle e acompanhamento da pauta de audiência, intimação das partes, auxílio ao magistrado em audiência, elaboração de cálculos e termos das audiências. Servidor: Eduardo Vasconcelos.

c) Setor de Perícia: marcação, e acompanhamento da pauta de perícia, controle da entrega de laudos, intimações das partes e requisição de honorários periciais. Servidores: Alana Araújo e Francisco Antônio.

d) Setor de Execução e Cálculos: expedição de mandados, cartas, ofícios, confecção de cálculos e expedição de RPVs. Servidores: Alana Araújo e Nathalie Persivo.

Setor do PJE, em que a divisão do trabalho ocorre com separação por dígitos, com duas servidoras atuando desde a análise dos feitos novos até a finalização do processo, operando em todas as suas fases. Servidores: Iandra Raquelly e Ieska Amorim.

Setor dos Processos Físicos, em que uma servidora e um estagiário atuam desde a análise dos feitos novos até a finalização do processo, operando em todas as suas fases. Servidor: Izabel Pimentel e o estagiário Hiago Paz.

Setor de Execução Fiscal, que é supervisionado por um agente de segurança e transporte e que atua desde a entrada dos feitos novos até a finalização do processo, tanto nos feitos físicos como nos que tramitam no PJE. Servidor: Joel Ponte e o estagiário Paulo Willamberg.

Setor de Segurança e transporte: efetua a segurança da Subseção, auxilia nos pregões das audiências e no eventual transporte. Servidor: Igor Cavalcante e Joel Ponte.

Setor de Oficiais de Justiça: efetua as diligências constantes dos mandados judiciais e as intimações, via telefone, das partes sem advogado. Servidores: Priscilla Dinelly e Daniel Douglas.

Os processos físicos são distribuídos em escaninhos, separados por tarefa. A triagem é feita pelos servidores responsáveis pela juntada de petições e expedientes em geral e pelo recebimento dos processos advindos do gabinete.

Utiliza-se constantemente o relatório de processos sem movimentação, emitido pelo sistema Tebas, para impulsionar os processos em intervalos de tempo regulares.

Os processos urgentes, sejam físicos ou eletrônicos, são pré-analisados pelos servidores da secretaria e entregues à assessoria para elaboração da minuta da decisão, conforme orientação do magistrado.

Existe também um controle, por planilha de Excel, dos processos que têm medidas urgentes a serem apreciadas.

Quando as partes são idosas ou portadoras de doença grave, os processos são destacados com uma etiqueta pelo Setor de Distribuição da Seção.

Com exceção dos casos urgentes e prioritários, os atos processuais são realizados em ordem cronológica, sejam os processos físicos ou eletrônicos.

Vale mencionar, por fim, que, por recomendação da penúltima correição, tanto os processos físicos quanto os eletrônicos são divididos por dígito entre os assessores/servidores da secretaria, os quais realizam a maioria dos atos processuais desde o despacho inaugural até a baixa.

Todos os servidores da secretaria estão aptos a analisar os processos e fazerem conclusão para sentença.

As prioridades e urgências, seja pela matéria ou pelo caso específico, são entregues ou comunicados diretamente aos assessores para análise e elaboração da minuta, em conformidade com as determinações do magistrado.

A ordem cronológica é obedecida pelos assessores, exceto quanto aos feitos urgentes que são prontamente apreciados pelo magistrado.

Processos físicos e eletrônicos: o controle do acervo geral da Vara é feito, mensalmente, através dos relatórios extraídos do sistema Tebas, PJE e Creta, juntamente com gráficos comparativos da evolução da Vara e em relação a outras varas de competência semelhante.

Esses relatórios servem de base para reuniões em que são definidas metas e ajustes em procedimentos da Vara.

6.23.3.2. Gabinetes dos juízes federais

Cada gabinete é composto por três servidores. No gabinete do titular, a distribuição dos feitos se dá, de forma aleatória, pela ordem cronológica de conclusão, respeitando-se as prioridades processuais. Todos os servidores minutam para todos os assuntos.

No gabinete do substituto, um servidor elabora minutas dos processos do Juizado, enquanto os outros dois atuam nos feitos físicos e do sistema PJE.

6.23.4. Participação dos juízes federais em reuniões com a equipe da 23ª Vara Federal

Há reuniões regulares com toda a equipe da Vara para avaliação do andamento da política adotada na condução dos trabalhos e, com maior frequência, reuniões com setores específicos para avaliação continuada e transmissão de orientações que possibilitem o aprimoramento das atividades laborais.

6.23.5. Planejamento das atividades da 23ª Vara Federal e avaliação periódica de resultados

O planejamento das atividades da vara é traçado no início do ano judiciário. Conforme o decorrer das atividades e eventuais estabelecimentos de metas supervenientes, principalmente as prioritárias, o planejamento é ajustado em reuniões com os servidores. A base para tal

planejamento são as metas estipuladas pelos tribunais superiores e conselhos, bem como a quantidade de processos em trâmite na vara no início do ano judiciário, almejando o cumprimento e diminuição do acervo da vara.

A principal meta de trabalho da Vara é manter o quantitativo de processos no percentual de 2,5 vezes a distribuição média no caso dos feitos do Juizado (Creta).

Nos processos virtuais (PJE), a meta é terminar o ano de 2018 com um acervo abaixo de 500 processos.

Já quanto aos processos físicos, a principal meta é arquivar 30% por ano.

Como submetas: a rápida movimentação dos feitos em prazo que não exceda trinta dias; ausência de processos na análise inicial ao final de cada semana; ausência de RPVs aguardando conferência ao final de cada semana; gabinetes sem processos e RPVs pendentes ao final de cada semana; ausência de processos aguardando marcação de audiência e perícia ao final de cada semana; redução de processos aguardando a realização de audiência para um número abaixo de 100, considerando os três sistemas; realizar as audiências dentro do prazo de 45 dias após a citação para os feitos cíveis; realizar as audiências dentro do prazo de 60 dias após a citação para os feitos criminais; redução de benefícios aguardando implantação pelo INSS a um número inferior a 100, com prazo máximo de implantação em 30 dias; ausência de processos com diligências pendentes para cumprimento pelos oficiais de justiça ao final da semana; redução de processos aguardando a realização de perícia para um número abaixo de 100; e ausência de processos com prazo decorrido, pendentes de remessa para a Turma Recursal, TRF ou arquivo.

Conferência mensal, pelos sistemas CRETA, TEBAS e PJE, da quantidade de processos distribuídos e arquivados; controle diário dos processos em todas as suas fases, principalmente os pendentes de cumprimento de sentença; observação e controle do tempo médio de tramitação dos feitos.

6.23.6. Atendimento aos membros do Ministério Público Federal, Defensoria Pública da União, procuradores federais, advogados e partes na secretaria e nos gabinetes dos juízes federais da 23ª Vara Federal

Os membros do MPF, das procuradorias e os advogados públicos são atendidos, quando eventualmente comparecem à secretaria da vara, no gabinete do diretor de secretaria e também, quando necessário, no gabinete do Juiz, sem necessidade de marcar dia e horário prévios.

Procedimento semelhante é aplicado aos advogados privados e partes, com detalhe que o “pronto atendimento” é feito no balcão da secretaria por servidores habilitados; em sendo necessários maiores esclarecimentos, são encaminhados à direção da vara e, havendo real necessidade ou se assim desejarem, ao gabinete do juiz federal, atendendo-os também sem necessidade de dia e horário prévios.

Os membros do Ministério Público, Defensoria Pública, advogados (públicos e privados) e partes têm acesso direto aos Juízes Federais, através de encaminhamento do Diretor de Secretaria e do Oficial de Gabinete, conforme o caso, independentemente de haverem reservado dia e horário para tal.

6.23.7. Número de processos, relação servidor/processo, audiências de conciliação e de instrução e inspeções judiciais

Por ocasião do preenchimento do formulário de gestão, o número de processos em tramitação na Vara (total ajustado: excluídos os feitos arquivados, suspensos e baixados) era de 3.687: Juiz Titular (1.802); Juiz Substituto (1.885).

Relação do número de processos com o número de servidores em atividade na Vara (19): 194,05 processos por servidor.

Não havia processos conclusos com pedidos urgentes pendentes de análise.

Número de processos sobrestado/suspensão: 809. Motivo do sobrestamento/suspensão:

Tebas: 560. Motivos: 51 - Ag. Parcelamento, 10 - sobrestado a pedido do Exequente, 6 - Suspensos - art. 921, inc. III, 70 - Arq. Sem baixa - art. 20 da Lei 10.522/02, 392 - Arq. Sem baixa - art. 40 da Lei 6.830/80, 20 - Ag. Decisão de recurso, 4 - Ag. Cumprimento pena alternativa - Lei 9.09/95, 4 - Ag. Pagamento de precatório, 3 - Suspensos - art. 366 CPP;

Creta: 4 - Ag. Decisão instância superior;

PJE: 245 - 25 - Arq. Sem baixa - art. 40 da Lei 6.830/80, 67 - Ag. Parcelamento, 105 - Suspensos - art. 40 da Lei 6.830/80, 2 - Ag. Embargos, 11 - Sobrestado a pedido do Exequente, 3 - Ag. Decisão de recurso, 1 - Suspensos - art. 366 CPP, 11 - Ag. Decisão nos autos principais, 2 - Execução da pena, 18 - Suspensos - art. 921, inc. III.

Número de processos extraviados nos últimos 24 meses: 2016: 2 (dois) processos extraviados - Processo nº. 0000476-14.2011.4.05.8104 e 0001005-33.2011.4.05.8104. 2017: 5 (cinco) processos extraviados, sendo 4 deles devido ao extravio ocorrido no veículo de transporte dos Correios - Processos nºs 0001080-72.2011.4.05.8104, 0000410-60.2013.4.05.8105, 0009420-80.2012.4.05.8100, 0000031-85.2014.4.05.8105 e 0000350-87.2013.4.05.8105.

Número de processos restaurados nos últimos 24 meses: 2016: 2 (dois) processos restaurados - Processo nº. 0800253-49.2016.4.05.8105 e 0800431-95.2016.4.05.8105. 2017: 5 (cinco) processos restaurados - Processos nºs 0800053-71.2018.4.05.8105, 0800082-24.2018.4.05.8105, 0800083-09.4.05.8105, 0800128-13.2018.4.05.8105 e 0800132-50.4.05.8105.

Número de audiências realizadas nos últimos 24 meses, a contar da data de início da correição: a) Juiz Titular (2.813); Juiz Substituto (516), conforme tabela abaixo:

Juiz Titular:

	2016	2017	2018	TOTAL	TOTAL GERAL
Creta	1.161	1.248	242	2.651	
Tebas	48	11	0	59	
PJE	36	67	0	103	2.813

Juiz Substituto:

	2016	2017	2018	TOTAL	TOTAL GERAL
Creta	-	338	174	512	
Tebas		2	2	4	
PJE	-	0	0	0	516

Número de inspeções judiciais realizadas nos últimos 24 meses, a contar da data de início da correição: o Magistrado Titular da Unidade, Ricardo José Brito Bastos Aguiar de Arruda, nos últimos vinte e quatro meses, inspecionou a Vara no período de 17/03/2016 a 18/03/2016 e de 27/03/2017 a 31/03/2017. O Magistrado também realizou inspeção judicial na área do açude do Cedro, no bojo de uma Ação Civil Pública.

O Magistrado Substituto da Unidade, à época da correição, José Flávio Fonseca de Oliveira, nos últimos vinte e quatro meses, inspecionou a Vara no período de 26/02/2018 a 02/03/2018. Não foram realizadas inspeções judiciais em local diverso pelo magistrado.

Foram realizadas atividades de conciliação nos últimos 24 meses:

Há registro de audiências adiadas ou canceladas nos últimos 24 meses:

Tipo	Canceladas/Adiadas (2016)	Canceladas/Adiadas (2017)
Físicos (Tebas)	9	4
Eletrônicos (PJE)	12	18

Juizados (Creta)	43	191
TOTAL	64	213

Motivo: adequação de pauta em razão de alterações na agenda do magistrado (respondecia por outras varas, cursos, reuniões etc) ou desnecessidade da realização. Houve a remarcação das audiências adiadas ou canceladas.

6.23.8. Cumprimento de metas e resoluções do CNJ

Meta 1 (Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente).

Segundo a unidade, ainda não foi possível julgar um número maior de processos do que os distribuídos/redistribuídos no PJE e no Creta. Isso se deve, especialmente, ao elevado e crescente número de ações ajuizadas mensalmente.

Meta 2 (Identificar e julgar, até 31/12/2017, pelo menos 100% dos processos distribuídos até 31/12/2012, 85% dos processos distribuídos em 2013 nos 1º e 2º graus, e 100% dos processos distribuídos até 31/12/2014 nos Juizados Especiais e Turmas Recursais Federais).

Segundo informado pela Vara, de acordo com a relação enviada pelo Nucleocor, há 24 processos pendentes de sentença, a maioria em fase bem avançada de andamento:

Nº DO PROCESSO	FASE
0010239-37.2000.4.05.8100	Recebida a inicial - Citação dos réus
0000173-14.2008.4.05.8101	Realização de perícia
0000484-68.2009.4.05.8101	Concluso p/ sentença
0011161-63.2009.4.05.8100	Realização de perícia
0008186-68.2009.4.05.8100	Fazer conclusão para sentença
0000264-36.2010.4.05.8101	Remessa perito
0006117-29.2010.4.05.8100	Realizar perícia
0010907-56.2010.4.05.8100	Realizar perícia
0000247-97.2010.4.05.8101	Manifestação sobre laudo pericial

0000819-56.2010.4.05.8100	Regularizar representação processual
0001019-17.2011.4.05.8104	Suspenso
0000849-45.2011.4.05.8104	Restaurar
0001140-45.2011.4.05.8104	Remessa MPF
0000048-92.2012.4.05.8105	Suspenso
0000023-79.2012.4.05.8105	Pagar AJG e suspender
0000369-30.2012.4.05.8105	Suspenso
0000344-17.2012.4.05.8105	Suspenso
0000376-22.2012.4.05.8105	Suspenso
0000276-33.2013.4.05.8105	Apresentação de documentos
0000107-46.2013.4.05.8105	Suspenso
0000367-26.2013.4.05.8105	Remessa MPF
0000435-73.2013.4.05.8105	Apresentação de documentos
0000198-39.2013.4.05.8105	Manifestação sobre documentos
0000420-07.2013.4.05.8105	Aguardando carta precatória

Meta 3 (Aumentar os casos solucionados por conciliação, fomentando o alcance do percentual mínimo de 2% na proporção dos processos conciliados em relação aos distribuídos).

A 23ª Vara Federal informou que tem observado a Meta 3 por meio de designações de audiências de conciliação na própria Vara.

Meta 4 (Identificar e julgar, até 31/12/2017, 70% das ações de improbidade administrativa distribuídas até 31/12/2014).

Segundo informado pela Vara, de acordo com a relação enviada pelo Nucleocor, há 12 processos pendentes de sentença, a maioria em fase bem avançada de andamento.

Dentre eles, dois feitos foram extraviados no veículo de transporte dos Correios, tendo sido devidamente restaurados.

São eles: 0000350-87.2013.4.05.8105 e 0000031-85.2014.4.05.8105, restaurados sob os números 0800132-50.4.05.8105 e 0800128-13.2018.4.05.8105.

Nº DO PROCESSO	FASE
0001140-45.2011.4.05.8104	Remessa MPF
0000177-63.2013.4.05.8105	Apresentação de contestação
0000429-66.2013.4.05.8105	Manifestação sobre prescrição
0000432-21.2013.4.05.8105	Suspensão
0000031-85.2014.4.05.8105	Restaurado
0000350-87.2013.4.05.8105	Restaurado
0000372-48.2013.4.05.8105	Ag. Precatória
0000451-27.2013.4.05.8105	Remessa MPF (réplica e provas)
0000125-67.2013.4.05.8105	Intimação para produção de provas
0000039-62.2014.4.05.8105	Notificação do réu
0000084-69.2014.4.05.8105	Suspensão - Julgamento de RE
0000095-95.2014.4.05.8105	Remessa MPF

Meta 5 (Baixar quantidade maior de processos de execução não fiscal do que o total de casos novos de execução não fiscal no ano corrente).

A Meta 5 não foi atingida em 2017.

Meta 6 (Identificar e julgar, até 31/12/2017, entre 70% e 85% das ações coletivas distribuídas até 31/12/2013, no 1º e 2º graus).

Segundo informado pela Vara, de acordo com o último relatório enviado pelo Nucleocor, restam apenas as ações 0001019-17.2011.4.05.8104 (sobrestado aguardando o julgamento do RE 852.475/SP) e 0008186-68.2009.4.05.8100 (conclusos para sentença).

Metas Específicas para a Justiça Federal

Baixar quantidade maior de processos criminais do que os casos novos criminais no ano corrente; Julgar quantidade maior de processos criminais do que os casos novos criminais no ano corrente.

A Meta distribuídos/baixados foi atingida em 2017 e está sendo atingida em 2018:

Tipo	Distribuídos (2017)	Baixados (2017)	Distribuídos (2018)	Baixados (2018)
Físicos (Tebas)	2	9	12	45
Eletrônicos (PJE)	59	56	9	13
TOTAL	61	65	21	58

A Meta distribuídos/julgados ainda não foi atingida em 2017 e ainda não esta sendo atingida em 2018:

Tipo	Distribuídos (2017)	Julgados (2017)	Distribuídos (2018)	Julgados (2018)
Físicos (Tebas)	2	30	12	5
Eletrônicos (PJE)	59	1	9	1
TOTAL	61	31	21	6

Identificar e julgar, até 31/12/2017, 70% das ações penais vinculadas aos crimes relacionados à improbidade administrativa, ao tráfico de pessoas, à exploração sexual e ao trabalho escravo, distribuídas até 31/12/2014).

Segundo informado pela Vara, de acordo com a relação enviada pelo Nucleocor, não existem processos pendentes.

Acerca do cumprimento do Provimento CNJ nº 29/2013

Sim.

Acerca do cumprimento das exigências previstas na Resolução CNJ nº 66/2009, com a redação introduzida pela Resolução CNJ nº 87/2009, e sobre a necessidade de inserção, no sistema informatizado, do Relatório de Controle de Prisões.

Sim.

6.23.9. Processos selecionados para correição

Foram correicionados 53 processos físicos (quando da correição tinham 509 processos físicos em tramitação ajustada).

Quanto aos processos do Sistema PJe, foram correicionados 70 processos (quando da correição tinham 814 processos eletrônicos em tramitação ajustada).

Foram correicionados 150 processos do JEF (quando da correição havia 2.291 feitos em tramitação ajustada).

6.23.9.1 Principais constatações da análise individual de processos

6.23.9.1.1. Processos eletrônicos do Sistema Creta

Da análise individual dos processos, podem-se destacar as seguintes ocorrências:

Observação	Nr. Processo	Complemento
Ausência de cumprimento de despacho/decisão	0502542-91.2017.4.05.8105	Desde 17.11.2017.
Total de Ocorrências: 1		
Demora/ausência na conclusão para despacho/decisão	0504220-78.2016.4.05.8105	De 17.11.2017 a 23.01.2018.
	0501051-49.2017.4.05.8105	Demora no despacho para intimar a autora a prestar esclarecimentos e juntada de extratos (abril/2018).
	0502262-23.2017.4.05.8105	Demora para a conclusão, já que, desde 28/02/2018, o feito encontrava-se na secretaria.
Total de Ocorrências: 3		
Demora/ausência na conclusão para sentença	0502651-08.2017.4.05.8105	Demora para a conclusão operada em 02/02/2018, já que, desde 08/11/2017, o feito se encontrava com a assessoria.
Total de Ocorrências: 1		
Demora na cobrança do cumprimento de carta precatória a cada 3 meses - juízo deprecado	0500987-39.2017.4.05.8105	De 30.05.2017 a 28.11.2017.
Total de Ocorrências: 1		
Demora na intimação do perito para devolução do laudo.	0500145-59.2017.4.05.8105	De 22.08.2017 a 23.02.2018.
	0502585-28.2017.4.05.8105	De 13.09.2017 a 06.04.2018.
	0502899-71.2017.4.05.8105	Intimação do perito para prestar esclarecimentos em outubro/2017. Cobrança do laudo apenas em

		abril/2018.
Total de Ocorrências: 3		
Demora na prolação da sentença	0502680-58.2017.4.05.8105	Ausência de cobrança do laudo pericial. Designação em outubro/2017 e entrega da prova técnica em janeiro/2018.
	0503154-29.2017.4.05.8105	Desde 17.01.2018.
	0505257-09.2017.4.05.8105	Conclusos desde 10/01/18.
Total de Ocorrências: 3		
Demora na prolação de decisão/despacho	0504048-73.2015.4.05.8105	Ato ordinatório: de 08.01.2018 a 21.03.2018.
	0504529-02.2016.4.05.8105	De 21.08.2017 a 21.11.2017.
Total de Ocorrências: 2		
Demora para a realização da perícia	0500576-93.2017.4.05.8105	Demora para a apresentação de laudo pericial.
Total de Ocorrências: 1		
Inexistência de certidão	0502093-36.2017.4.05.8105	De citação da ré
Total de Ocorrências: 1		
Outros	0502449-65.2016.4.05.8105	Demora na cobrança de cumprimento de ofício, de 15.03.2017 a 20.06.2017 e de 19.07.2017 a 25.01.2018.
	0500588-10.2017.4.05.8105	Ausência de mudança de classe.
	0501051-49.2017.4.05.8105	Demora no ato ordinatório para intimar a autora a apresentar o endereço correto para expedir a carta precatória (agosto/2018).
	0501085-24.2017.4.05.8105	Demora na prolação de ato ordinatório (de 05/06/2017 a 01/09/2017).
	0505234-63.2017.4.05.8105	Demora na cobrança de resposta a ofício, de 30.01.2018 a 12.04.2018.
Total de Ocorrências: 5		
Permanência excessiva dos autos na Contadoria do Foro/ Setor de Cálculo	0503113-62.2017.4.05.8105	Desde 22.01.2018.
	0504215-22.2017.4.05.8105	Feito na Contadoria por mais de 90 dias (desde 17.10.2017), com prolação de ato ordinatório em 23.02.2018.
Total de Ocorrências: 2		
Processo em Ordem	0500541-80.2010.4.05.8105	
	0501987-21.2010.4.05.8105	
	0500745-90.2011.4.05.8105	

0501630-65.2015.4.05.8105	
0501631-50.2015.4.05.8105	
0501684-31.2015.4.05.8105	
0501685-16.2015.4.05.8105	
0502822-33.2015.4.05.8105	
0504287-77.2015.4.05.8105	
0500380-60.2016.4.05.8105	
0500732-18.2016.4.05.8105	
0501199-94.2016.4.05.8105	
0501604-33.2016.4.05.8105	
0502176-86.2016.4.05.8105	
0502196-77.2016.4.05.8105	
0502418-45.2016.4.05.8105	
0502853-19.2016.4.05.8105	
0503338-19.2016.4.05.8105	
0503499-29.2016.4.05.8105	
0503617-05.2016.4.05.8105	
0503672-53.2016.4.05.8105	
0503929-78.2016.4.05.8105	
0504222-48.2016.4.05.8105	
0504536-91.2016.4.05.8105	
0505184-71.2016.4.05.8105	
0505257-43.2016.4.05.8105	

0505282-56.2016.4.05.8105	
0505365-72.2016.4.05.8105	
0511031-35.2017.4.05.8100	
0500089-26.2017.4.05.8105	
0500163-80.2017.4.05.8105	
0500205-32.2017.4.05.8105	
0500560-42.2017.4.05.8105	
0500601-09.2017.4.05.8105	
0500660-94.2017.4.05.8105	
0500862-71.2017.4.05.8105	
0500883-47.2017.4.05.8105	
0500896-46.2017.4.05.8105	
0501105-15.2017.4.05.8105	
0501192-68.2017.4.05.8105	
0501193-53.2017.4.05.8105	
0501328-65.2017.4.05.8105	
0501384-98.2017.4.05.8105	
0501450-78.2017.4.05.8105	
0501501-89.2017.4.05.8105	
0501702-81.2017.4.05.8105	
0501704-51.2017.4.05.8105	
0501717-50.2017.4.05.8105	
0501832-71.2017.4.05.8105	

0501854-32.2017.4.05.8105	
0502022-34.2017.4.05.8105	
0502056-09.2017.4.05.8105	
0502112-42.2017.4.05.8105	
0502284-81.2017.4.05.8105	
0502304-72.2017.4.05.8105	
0502307-27.2017.4.05.8105	
0502412-04.2017.4.05.8105	
0502448-46.2017.4.05.8105	
0502518-63.2017.4.05.8105	
0502528-10.2017.4.05.8105	
0502546-31.2017.4.05.8105	
0502564-52.2017.4.05.8105	
0502589-65.2017.4.05.8105	
0502599-12.2017.4.05.8105	
0502606-04.2017.4.05.8105	
0502627-77.2017.4.05.8105	
0502656-30.2017.4.05.8105	
0502684-95.2017.4.05.8105	
0502686-65.2017.4.05.8105	
0502800-04.2017.4.05.8105	
0502812-18.2017.4.05.8105	
0503011-40.2017.4.05.8105	

0503014- 92.2017.4.05.8105	
0503024- 39.2017.4.05.8105	
0503492- 03.2017.4.05.8105	
0504058- 49.2017.4.05.8105	
0504102- 68.2017.4.05.8105	
0504694- 15.2017.4.05.8105	
0504807- 66.2017.4.05.8105	
0505041- 48.2017.4.05.8105	
0505221- 64.2017.4.05.8105	
0505285- 74.2017.4.05.8105	
0505350- 69.2017.4.05.8105	
0505436- 40.2017.4.05.8105	
0505668- 52.2017.4.05.8105	
0505853- 90.2017.4.05.8105	
0505963- 89.2017.4.05.8105	
0505977- 73.2017.4.05.8105	
0505979- 43.2017.4.05.8105	
0506011- 48.2017.4.05.8105	
0506060- 89.2017.4.05.8105	
0506143- 08.2017.4.05.8105	
0506181- 20.2017.4.05.8105	
0506289- 49.2017.4.05.8105	
0506304- 18.2017.4.05.8105	

	0503353-32.2018.4.05.8100	
	0500029-19.2018.4.05.8105	
	0500042-18.2018.4.05.8105	
	0500057-84.2018.4.05.8105	
	0500072-53.2018.4.05.8105	
	0500179-97.2018.4.05.8105	
	0500269-08.2018.4.05.8105	
	0500302-95.2018.4.05.8105	
	0500367-90.2018.4.05.8105	
	0500411-12.2018.4.05.8105	
	0500437-10.2018.4.05.8105	
	0500892-72.2018.4.05.8105	
	0500910-93.2018.4.05.8105	
	0501123-02.2018.4.05.8105	
	0501192-34.2018.4.05.8105	
	0501607-17.2018.4.05.8105	
	0501617-61.2018.4.05.8105	
	0501626-23.2018.4.05.8105	
Total de Ocorrências: 113		
Processos irregularmente paralisados	0501049-79.2017.4.05.8105	Parado em 17/11/2017.
	0501617-95.2017.4.05.8105	Último movimento em 01/11/17.
	0501724-42.2017.4.05.8105	Feito irregularmente paralisado desde 17/11/2017.
Total de Ocorrências: 3		
Processos sem movimentação processual em período	0501924-59.2011.4.05.8105	De 13.10.2017 a 23.02.2018.

determinado	0501645-34.2015.4.05.8105	De 08.08.2016 a 25.05.2017 e de 25.10.2017 a 22.08.2018.
	0501761-40.2015.4.05.8105	De 02.08.2017 a 11.10.2017 e de 14.11.2017 a 24.04.2018.
	0502776-44.2015.4.05.8105	De 08.03.2017 a 30.05.2017.
	0503277-61.2016.4.05.8105	De 16.02.2017 a 22.06.2017.
	0504220-78.2016.4.05.8105	Desde 19.02.2018.
	0504356-75.2016.4.05.8105	Desde 07.02.2018.
	0500682-55.2017.4.05.8105	Desde 31.01.2018.
	0500987-39.2017.4.05.8105	Desde 30.01.2018.
	0501585-90.2017.4.05.8105	Desde 30.01.2018.
	0501706-21.2017.4.05.8105	
	0502081-22.2017.4.05.8105	De 19/07/17 a 05/10/17 e último movimento em 04/11/17.
	0502908-33.2017.4.05.8105	Desde 10.01.2018.
	0503113-62.2017.4.05.8105	De 04.09.2017 a 16.01.2018.
	0500158-24.2018.4.05.8105	Desde 29/01/2018 até 03/04/2018.
Total de Ocorrências: 15		

6.23.9.1.2. Processos Físicos

Da análise individual dos processos, podem-se destacar as seguintes ocorrências:

DEMORA NA COBRANÇA DE DEVOLUÇÃO DAS CARTAS PRECATÓRIAS EXPEDIDAS E NÃO DEVOLVIDAS:		
TIPO DE AÇÃO	Nº DO PROCESSO	OBSERVAÇÃO
Criminal	00001411620164058105	De 17.05.2017 a 04.10.2017.
Improbidade Administrativa	00003724820134058105	CP expedida em 26/02/16, cobrança em 20/09/16, nova cobrança apenas em 15/02/17, outra em 04/05/17 (todas via telefone), cobrança via ofício em 02/06/17, novos contatos via telefone em

		08/08/17 e 10/17(última ação).
Criminal	00002648220144058105	Carta precatória expedida em 22/11/17 ainda aguardando devolução, sem ter havido cobrança.
DEMORA NA COBRANÇA DE DEVOLUÇÃO DE AUTOS FORA DE CARTÓRIO:		
TIPO DE AÇÃO	Nº DO PROCESSO	OBSERVAÇÃO
Civil Pública	00081866820094058100	Abril a nov/16.
Improbidade Administrativa	00001926120154058105	Vista ao MPF em 19/12/17, devolução em 12/04/18.
DEMORA NA COBRANÇA DO CUMPRIMENTO DE MANDADOS POR OFICIAIS DE JUSTIÇA:		
TIPO DE AÇÃO	Nº DO PROCESSO	OBSERVAÇÃO
Criminal	00001151820164058105	De 15.05.2017 a 06.10.2017.
Criminal	00003112220154058105	De 21.09.2017 a 16.01.2018.
DEMORA NA CONCLUSÃO:		
TIPO DE AÇÃO	Nº DO PROCESSO	OBSERVAÇÃO
Criminal	00004357320134058105	Para despacho/decisão, desde 06.11.2017.
Criminal	00003112220154058105	Para despacho/decisão, desde 05.03.2018.
Desapropriação	00004846820094058101	Juntadas em 22/02/18, aguardando conclusão.
Improbidade Administrativa	00000959520144058105	Juntada em 22/11/17, conclusão em 23/01/18.
Execução Penal	00003087220124058105	Desde dez/17 sem conclusão.
Criminal	00000257320174058105	
Civil Pública	00044758920084058100	Para sentença, de 04.12.2017 a 13.03.2018.
Improbidade Administrativa	00003164420154058105	Para decisão, de 14.12.2017 a 06.03.2018.
DEMORA NA EXPEDIÇÃO DE CERTIDÃO:		
TIPO DE AÇÃO	Nº DO PROCESSO	OBSERVAÇÃO
Civil Pública	00003640320154058105	De fl. 88.

Criminal	00000196620174058105	Demora no cumprimento de despacho datado de 09/10/17, expedição de certidão em 14/12/17.
DEMORA NA JUNTADA DE EXPEDIENTE:		
TIPO DE AÇÃO	Nº DO PROCESSO	OBSERVAÇÃO
Civil Pública	00081866820094058100	Nov/16 a mar/17.
DEMORA NA PROLAÇÃO DE DECISÃO/ SENTENÇA:		
TIPO DE AÇÃO	Nº DO PROCESSO	OBSERVAÇÃO
Execução Fiscal	00001406520154058105	Conclusão em 31/07/17, juntada em 14/11/17, nova conclusão em 14/11/17, decisão em 13/12/17
Improbidade Administrativa	00004393020104058101	De 20.11.2017 a 13.04.2018.
Improbidade Administrativa	00003095220154058105	Da decisão de fls. 508/512.
Civil Pública	00000920920154058105	Da sentença de fls. 56/64 (mais de 60 dias).
DEMORA NA PROLAÇÃO DE DESPACHO:		
TIPO DE AÇÃO	Nº DO PROCESSO	OBSERVAÇÃO
Civil Pública	00081866820094058100	De fl. 364.
DESCUMPRIMENTO DE DETERMINAÇÕES DE INSPEÇÕES E CORREIÇÕES:		
TIPO DE AÇÃO	Nº DO PROCESSO	OBSERVAÇÃO
Criminal	00003242120154058105	Determinada a publicação de desp/dec/ato ord./sentença em inspeção de 27/02/18, ainda não cumprida.
Criminal	00000196620174058105	Registrada a demora na juntada de mandado em inspeção realizada em 26/02/18, ainda não cumprida.
FEITO EM ORDEM:		
TIPO DE AÇÃO	Nº DO PROCESSO	OBSERVAÇÃO
Criminal	00001244820144058105	
Criminal	00003172920154058105	
Criminal	00001025320154058105	

Improbidade Administrativa	00005409120154058101	
Civil Pública	00087261920094058100	
Execução Fiscal	00008278420114058104	
Desapropriação	00228543019984058100	
Improbidade Administrativa	00000959520144058105	
Criminal	00000237920124058105	
Civil Pública	00000517620144058105	
Criminal	00003788420154058105	
Improbidade Administrativa	00000395720174058105	
Execução Fiscal	00003549820114058104	
Execução Fiscal	00007065620114058104	
Improbidade Administrativa	00000116020154058105	
Desapropriação	00514266419964058100	
Civil Pública	00010191720114058104	
Improbidade Administrativa	00000838420144058104	
Criminal	00195178620054058100	
OUTROS:		
TIPO DE AÇÃO	Nº DO PROCESSO	OBSERVAÇÃO
Criminal	00005813420104058101	Demora no cumprimento de despacho, de 16.08.2017 a 12.01.2018.
Criminal	00000017920164058105	Demora no cumprimento de sentença, desde 21.11.2017.
Criminal	00001848420154058105	Demora na remessa dos autos ao MPF, de 31.01.2018 a 02.04.2018.
Criminal	00001411620164058105	Demora na prolação de ato ordinatório, de 28.02.2018 a 02.04.2018.
Criminal	00000721820154058105	Processo sem movimentação, de 06.12.2017 a 02.04.2018.
Desapropriação	00005603420054058101	Processo sem movimentação, de

		24.01.2018 a 23.03.2018.
Improbidade Administrativa	00003164420154058105	Demora dos autos em poder da Procuradoria Federal/CE, de 19.08.2017 a 14.12.2017.
Civil Pública	00000924320144058105	Demora no cumprimento de despacho, desde 08.11.2017.
Criminal	00000257320174058105	Demora no cumprimento da decisão de fl. 09/11
Criminal	00000257320174058105	Demora na intimação da defesa do réu para apresentar alegações finais (set/13 a dez/17 - fls. 35 e 38).
Criminal	00003346520154058105	Demora no cumprimento do ato de fl. 97.
Criminal	00002766220154058105	Demora na abertura de vista ao MP (fl. 38 e 41).
Improbidade Administrativa	00001513120144058105	Demora no cumprimento do despacho de fl. 79.
Civil Pública	00000920920154058105	Demora na abertura de vista ao MPF (fl. 65 e 66v).
Improbidade Administrativa	00004512720134058105	Demora no cumprimento do despacho de fl. 180 (março a jul/17).
Execução Penal	00003087220124058105	Demora no cumprimento do despacho de fl. 234, após decorrido o prazo de suspensão do feito (v. fl. 238).
Civil Pública	00003640320154058105	Demora no cumprimento do despacho de fl. 118.
Execução Penal	00000485320164058105	Demora no cumprimento do despacho de fl. 87.
Criminal	00000063320184058105	Demora na secretaria, autos recebidos em 01/12/2017, ato ordinatório em 13/04/18.
Criminal	00000875520134058105	Demora na abertura de vista dos autos ao MP (ocorrida em 02/04/18) p/ciência da sentença proferida em 18/12/17.
Criminal	00003898420134058105	Demora na secretaria, sentença de 13/12/17, vista

		ao MP em 02/04/18.
Criminal	00003242120154058105	Paralisação na secretaria, despacho de 16/05/17, nova conclusão em 05/10/17.
Criminal	00003242120154058105	Demora no cumprimento de despacho de 05/10/17, vista em 19/12/17, ato ordinatório em 02/02/18 (último movimento).
Improbidade Administrativa	00001926120154058105	despacho em 27/03/17, certidão informando não cumprimento de 22/05/17, nova conclusão em 09/08/17
Improbidade Administrativa	00001890920154058105	Demora no cumprimento de despacho, datado de 16/08/17, ato ordinatório de 24/01/18, vista ao MP apenas em 06/04/18 (reiteração em inspeção datada de 26/02/18).
Outras Observações:		
<p>Processo : 00000196620174058105 Classe: Criminal - fato: ano de 2008.</p> <p>Processo : 00000237920124058105 Classe: Criminal - aguardando requisição dos honorários para o defensor dativo.</p> <p>Processo : 00000395720174058105 Classe: Improbidade Administrativa - Recebido da Justiça Estadual em 06.07.2017.</p> <p>Processo : 00000838420144058104 Classe: Improbidade Administrativa - Redistribuído à 23ª Vara em 22.07.2014. Meta 02/2014.</p> <p>Processo : 00000846920144058104 Classe: Improbidade Administrativa - Redistribuição para 23ª Vara - CE em 31/07/14.</p> <p>Processo : 00000959520144058105 Classe: Improbidade Administrativa - aguardando notificação.</p> <p>Processo : 00001244820144058105 Classe: Criminal - fato: de dez/2002 a out/2003.</p> <p>Processo : 00001411620164058105 Classe: Criminal - Distribuído na 23ª Vara Federal em 08.11.2016.</p> <p>Processo : 00001890920154058105 Classe: Improbidade Administrativa - distribuído inicialmente na Justiça estadual.</p> <p>Processo : 00002648220144058105 Classe: Criminal - fato: 2009.</p> <p>Processo : 00003172920154058105 Classe: Criminal - fato: 06/03 a 11/03. Ré não encontrada.</p>		

Processo : 00003242120154058105 Classe: Criminal - fato: 2009.

Processo : 00003788420154058105 Classe: Criminal - fato: ano de 2011.

Houve suspensão condicional: pz de 2 anos.

Processo : 00003898420134058105 Classe: Criminal - fato: de março/03 a ago/03.

Processo : 00004393020104058101 Classe: Improbidade Administrativa - Redistribuição à 23ª Vara em 24.05.2011.

Processo : 00004846820094058101 Classe: Desapropriação - redistribuição de acervo em 25/03/2011.

Processo : 00008278420114058104 Classe: Execução Fiscal - Redistribuído à 23ª Vara em 11.05.2011.

Processo : 00044758920084058100 Classe: Civil Pública - Redistribuição em 01.09.2011.

Processo : 00081866820094058100 Classe: Civil Pública - Redistribuído para 23ª Vara - CE em 07/05/13.

Processo : 00087261920094058100 Classe: Civil Pública - Redistribuído à 23ª Vara em 10.02.2012.

Processo : 00514266419964058100 Classe: Desapropriação - redistrib. em 30/09/13.

6.23.9.1.3. Processos Judiciais Eletrônicos (PJe)

Da análise individual dos processos, podem-se destacar as seguintes ocorrências:

Número do Processo	Classe Judicial	Assunto	Último Evento	Polo Ativo	Polo Passivo	Correicionado
Ausência/demora na conclusão						
0800001-46.2016.4.05.8105	REINTEGRAÇÃO / MANUTENÇÃO DE POSSE	Reintegração de Posse e outros	Juntada de Certidão de Intimação	DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES - DNIT e outro - 04.892.707/0001-00	LUANA LIMA DE AMORIM e outros -	SIM
0800030-62.2017.4.05.8105	AÇÃO CIVIL PÚBLICA	Ambiental	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS CONTRA AS SECAS - DNOCS e outro - 00.043.711/0001-43	ANTONIO FRANCISCO FRANCO - 318.519.403-91	SIM
0800035-84.2017.4.05.8105	AÇÃO CIVIL PÚBLICA	Ambiental	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS CONTRA AS SECAS - DNOCS e outro - 00.043.711/0001-43	FRANCISCO FLAUBER FERREIRA DE OLIVEIRA - 672.928.603-20	SIM
0800037-54.2017.4.05.8105	AÇÃO CIVIL PÚBLICA	Ambiental	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS CONTRA AS SECAS - DNOCS e outro - 00.043.711/0001-43	MARIO WILSON SANTOS RODRIGUES e	SIM
0800044-46.2017.4.05.8105	AÇÃO CIVIL PÚBLICA	Ambiental	Juntada de Petição	DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS CONTRA AS SECAS - DNOCS e outro - 00.043.711/0001-43	JOSE DE SOUSA JUCA - 000.504.153-87	SIM

0800050-53.2017.4.05.8105	AÇÃO CIVIL PÚBLICA	Ambiental	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS CONTRA AS SECAS - DNOCS e outro - 00.043.711/0001-43	MIGUEL HONORATO DA SILVA - 054.067.493-15	SIM
0800052-23.2017.4.05.8105	AÇÃO CIVIL PÚBLICA	Ambiental		DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS CONTRA AS SECAS - DNOCS e outro - 00.043.711/0001-43	MARIA HELENA VIEIRA ANASTACIO - 117.002.463-72	SIM
0800058-30.2017.4.05.8105	AÇÃO CIVIL PÚBLICA	Ambiental	Juntada de Petição	DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS CONTRA AS SECAS - DNOCS e outro - 00.043.711/0001-43	MARIA GOMES FERREIRA - 425.866.073-68	SIM
0800065-22.2017.4.05.8105	AÇÃO CIVIL PÚBLICA	Ambiental	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS CONTRA AS SECAS - DNOCS e outro - 00.043.711/0001-43	RAIMUNDO VIEIRA DE SOUSA - 220.215.583-04	SIM
0800141-17.2015.4.05.8105	PROCEDIMENTO COMUM	Contratos Bancários	Juntada de Certidão de decurso de prazo	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF - 00.360.305/0001-04	RAIMUNDO NONATO AGUIAR MOTA - ME - 05.994.160/0001-17	SIM
0800163-07.2017.4.05.8105	AÇÃO PENAL - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO	Furto Qualificado	Juntada de Certidão	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 00.375.114/0001-16	DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO e outro - 00.375.114/0001-16	SIM
0800177-25.2016.4.05.8105	EXECUÇÃO DE TÍTULO	Cédula de Crédito Bancário	Inspeção da Corregedoria-Geral	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF -	MAPA SERVICOS LTDA - ME e outros -	SIM

	EXTRAJUDICIAL		da Justiça Federal	00.360.305/0001-04	16.417.082/0001-04	
0800183-95.2017.4.05.8105	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Dano ao Erário	Juntada de Certidão	FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO - FNDE e outro - 00.378.257/0001-81	L.C.S. CONSTRUCAO E SERVICOS DE TELEMATICA LTDA e outros - 05.603.629/0001-40	SIM
0800186-50.2017.4.05.8105	AÇÃO CIVIL PÚBLICA	Anulação	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CONSELHO REGIONAL DE EDUCACAO FISICA - REGIAO 05 - CREF 05 - 03.567.753/0001-71	MUNICÍPIO DE QUIXERAMOBIM	SIM
0800191-09.2016.4.05.8105	AÇÃO CIVIL PÚBLICA	Violação aos Princípios Administrativos	Baixa Definitiva	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL -	UNIÃO FEDERAL e outro -	SIM
0800230-06.2016.4.05.8105	AÇÃO CIVIL PÚBLICA	Obrigação de Fazer / Não Fazer	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL e outro - 03.636.198/0001-92	Município de Quixadá - null	SIM
0800231-88.2016.4.05.8105	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Violação aos Princípios Administrativos	Remetidos os Autos (em grau de recurso) para TRF5	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	LUIS CAVALCANTE DE FREITAS - 360.821.123-34	SIM
0800370-40.2016.4.05.8105	PROCEDIMENTO COMUM	Benefício Assistencial (Art. 203, V CF/88)	Juntada de Certidão de Intimação	CICERA PAULA BELIZARIO DE SOUSA e outro - 013.460.063-00	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS - 29.979.036/0001-40	SIM
0800383-39.2016.4.05.8105	AÇÃO CIVIL PÚBLICA	Dano Ambiental	Remetidos os Autos (em grau de recurso) para TRF5	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL e outro - 03.636.198/0001-92	FRANCISCO AUTEMAR VIANA LIMA e outro - 410.815.013-91	SIM
0800487-94.2017.4.05.8105	AÇÃO PENAL - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO	Corrupção Praticada por Prefeitos e Vereadores	Juntada de Certidão de Intimação	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO e outros - 00.375.114/0001-16	SIM
0800495-08.2016.4.05.8105	AÇÃO CIVIL PÚBLICA	Ambiental	Juntada de Certidão	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL -	JOSE AURIVAN AVELINO SALES	SIM
0800496-90.2016.4.05.8105	AÇÃO CIVIL PÚBLICA	Ambiental	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS CONTRA AS SECAS - DNOCS e outro - 00.043.711/0001-43	MARIA MIRANDA GONCALVES - 426.071.323-04	SIM
0800497-75.2016.4.05.8105	AÇÃO CIVIL PÚBLICA	Ambiental	Juntada de Petição	DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS CONTRA AS SECAS - DNOCS e outro - 00.043.711/0001-43	ANTONIO AFONSO MENEZES BARROS - 337.598.053-52	SIM
0800500-30.2016.4.05.8105	AÇÃO CIVIL PÚBLICA	Ambiental	Juntada de Cota	DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS CONTRA AS SECAS - DNOCS e outro - 00.043.711/0001-43	EMP DE ASSIST TEC E EXT RURAL DO EST DO CE EMATERCE - 05.371.711/0001-96	SIM
0800501-15.2016.4.05.8105	AÇÃO CIVIL PÚBLICA	Ambiental	Juntada de Certidão de decurso de prazo	DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS CONTRA AS SECAS - DNOCS e outro - 00.043.711/0001-43	FRANCISCA LUCIA CRUZ - 051.251.703-72	SIM
0800504-67.2016.4.05.8105	AÇÃO CIVIL PÚBLICA	Ambiental	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS CONTRA AS SECAS - DNOCS e outro - 00.043.711/0001-43	PAULO ROBERTO SARAIVA COLARES - 247.376.073-04	SIM
0800505-52.2016.4.05.8105	AÇÃO CIVIL PÚBLICA	Ambiental	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS CONTRA AS SECAS - DNOCS e outro - 00.043.711/0001-43	JUSTINO RODRIGUES NETO -	SIM

0800506-03.2017.4.05.8105	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Processo Suspenso/Sobrestado	CONSELHO REGIONAL DE FARMACIA DO ESTADO DO CEARÁ - CRF/CE - 07.288.905/0001-58	MARIA JAILA MATIAS DA SILVA e outro - 051.831.943-19	SIM
	AÇÃO CIVIL		Inspeção da	DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS CONTRA AS	MARIA ALBA PEREIRA	

0800509-89.2016.4.05.8105	PÚBLICA	Ambiental	Corregedoria-Geral da Justiça Federal	SECAS - DNOCS e outro -	CORDEIRO - 414.230.113-68	SIM
0800510-74.2016.4.05.8105	AÇÃO CIVIL PÚBLICA	Ambiental	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL -	LUIZ MUCIO FREITAS MACIEL	SIM
0800513-29.2016.4.05.8105	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Dano ao Erário e outros	Processo Suspenso/Sobrestado	FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO - FNDE e outro - 00.378.257/0001-81	MANOEL CLAUDIO PESSOA CARDOSO e outro	SIM
0800515-96.2016.4.05.8105	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Dano ao Erário e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZACAO E REFORMA AGRARIA - INCRA e outro - 00.375.972/0001-60	MANOEL CLAUDIO PESSOA CARDOSO - 024.271.022-68	SIM
0800557-14.2017.4.05.8105	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa e outros	Expedição de expediente	CONSELHO REGIONAL DOS REPRESENTANTES COMERCIAIS NO ESTADO DO CEARA - 07.340.847/0001-64	ANTONIA NATALIA PEREIRA DE FRANCA - 045.366.003-70	SIM
0800575-35.2017.4.05.8105	EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL CONTRA A FAZENDA PÚBLICA		Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES - DNIT - 04.892.707/0001-00	MUNICIPIO DE IBICUITINGA - 12.461.646/0001-55	SIM
0800577-05.2017.4.05.8105	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Dano ao Erário	Juntada de Certidão	FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO - FNDE - 00.378.257/0001-81	PAULO SERGIO RIBEIRO DE SOUSA e outros - 426.062.843-72	SIM
0800596-11.2017.4.05.8105	TUTELA ANTECIPADA ANTECEDENTE	Acidente de Trabalho - Ressarcimento ao Erário	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MUNICIPIO DE ITAPIUNA -	UNIÃO FEDERAL -	SIM
Lapso entre conclusão e prolação despacho/decisão						
0800391-16.2016.4.05.8105	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Dano ao Erário	Juntada de Certidão de Intimação	UNIÃO FEDERAL e outro - 26.904.558/0001-22	ANTONIO INACIO DOS SANTOS e outro - 464.590.223-72	SIM
Lapso sem movimentação processo na Secretaria						
0800044-46.2017.4.05.8105	AÇÃO CIVIL PÚBLICA	Ambiental	Juntada de Petição	DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS CONTRA AS SECAS - DNOCS e outro - 00.043.711/0001-43	JOSE DE SOUSA JUCA - 000.504.153-87	SIM
0800052-23.2017.4.05.8105	AÇÃO CIVIL PÚBLICA	Ambiental		DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS CONTRA AS SECAS - DNOCS e outro - 00.043.711/0001-43	MARIA HELENA VIEIRA ANASTACIO - 117.002.463-72	SIM
0800057-45.2017.4.05.8105	PROCEDIMENTO COMUM	Dano ao Erário	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FUNDACAO NACIONAL DE SAUDE - FUNASA e outro - 26.989.350/0001-16	EUGENIO RABELO - 091.800.103-00	SIM
0800070-78.2016.4.05.8105	PROCEDIMENTO COMUM	Antecipação de Tutela / Tutela Específica	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	ENALE CAMURCA MORAES e outro - 025.827.282-88	MUNICIPIO DE ITAPIUNA e outro - 07.387.509/0001-88	SIM
0800153-60.2017.4.05.8105	AÇÃO PENAL - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO	Estelionato Majorado	Juntada de Certidão	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL -	DOUGLAS FRANCISCO POLI	SIM
0800172-66.2017.4.05.8105	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Dano ao Erário	Juntada de Certidão de Intimação	MUNICIPIO DE QUIXADA e outro - 22.444.748/0001-80	JOAO HUDSON RODRIGUES BEZERRA - 161.268.233-20	SIM
0800191-09.2016.4.05.8105	AÇÃO CIVIL PÚBLICA	Violação aos Princípios Administrativos	Baixa Definitiva	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL -	UNIÃO FEDERAL e outro -	SIM

0800230-06.2016.4.05.8105	AÇÃO CIVIL PÚBLICA	Obrigação de Fazer / Não Fazer	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL e outro - 03.636.198/0001-92	Município de Quixadá - null	SIM
0800434-50.2016.4.05.8105	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE	Dano ao Erário e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL -	DARLANO PINHEIRO COELHO e outros -	SIM

	ADMINISTRATIVA		da Justiça Federal	03.636.198/0001-92	366.334.293-04	
0800497-75.2016.4.05.8105	AÇÃO CIVIL PÚBLICA	Ambiental	Juntada de Petição	DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS CONTRA AS SECAS - DNOCS e outro - 00.043.711/0001-43	ANTONIO AFONSO MENEZES BARROS - 337.500.053-53	SIM
0800512-44.2016.4.05.8105	AÇÃO CIVIL PÚBLICA	Ambiental	Expedição de expediente	DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS CONTRA AS SECAS - DNOCS e outro - 00.043.711/0001-43	MARCELO PAULA MAGALHAES - 631.016.533-04	SIM
0800513-29.2016.4.05.8105	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Dano ao Erário e outros	Processo Suspenso/Sobrestado	FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO - FNDE e outro - 00.378.257/0001-81	MANOEL CLAUDIO PESSOA CARDOSO e outro	SIM
0800556-29.2017.4.05.8105	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa e outros	Expedição de expediente	CONSELHO REGIONAL DOS REPRESENTANTES COMERCIAIS NO ESTADO DO CEARA - 07.340.847/0001-64	RONDINELE LEANDRO DA SILVA - 035.295.613-55	SIM
0800557-29.2017.4.05.8100	AÇÃO CIVIL PÚBLICA	Ambiental	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS CONTRA AS SECAS - DNOCS e outro - 00.043.711/0001-43	FRANCISCO JUNIOR LOPES TAVARES - 302.151.293-34	SIM
0800621-24.2017.4.05.8105	DESAPROPRIAÇÃO	Servidão Administrativa	Juntada de Petição	UNIÃO FEDERAL e outro -	LUIZ DE PAULO LIMA -	SIM
0800637-75.2017.4.05.8105	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Dano ao Erário	Expedição de expediente	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	P SERGIO RIBEIRO DE SOUSA - ME e outros - 00.795.275/0001-69	SIM
Lapso temporal para cumprimento despacho/decisão						
0800001-46.2016.4.05.8105	REINTEGRAÇÃO / MANUTENÇÃO DE POSSE	Reintegração de Posse e outros	Juntada de Certidão de Intimação	DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES - DNIT e outro - 04.892.707/0001-00	LUANA LIMA DE AMORIM e outros -	SIM
0800050-53.2017.4.05.8105	AÇÃO CIVIL PÚBLICA	Ambiental	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS CONTRA AS SECAS - DNOCS e outro - 00.043.711/0001-43	MIGUEL HONORATO DA SILVA - 054.067.493-15	SIM
0800097-90.2018.4.05.8105	BUSCA E APREENSÃO EM ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA	Alienação Fiduciária	Juntada de Certidão	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF - 00.360.205/0001-04	IVANA COSTA MAGALHAES - 338.536.733-40	SIM
0800172-66.2017.4.05.8105	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Dano ao Erário	Juntada de Certidão de Intimação	MUNICIPIO DE QUIXADA e outro - 22.444.740/0001-80	JOAO HUDSON RODRIGUES BEZERRA - 161.268.233-20	SIM
0800177-25.2016.4.05.8105	EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL	Cédula de Crédito Bancário	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF - 00.360.205/0001-04	MAPA SERVICOS LTDA - ME e outros - 16.417.082/0001-04	SIM
0800191-09.2016.4.05.8105	AÇÃO CIVIL PÚBLICA	Violação aos Princípios Administrativos	Baixa Definitiva	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL -	UNIÃO FEDERAL e outro -	SIM
0800506-03.2017.4.05.8105	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Processo Suspenso/Sobrestado	CONSELHO REGIONAL DE FARMACIA DO ESTADO DO CEARÁ - CRF/CE - 07.288.905/0001-58	MARIA JAILA MATIAS DA SILVA e outro - 051.831.943-19	SIM
0800508-07.2016.4.05.8105	AÇÃO CIVIL PÚBLICA	Ambiental	Juntada de Certidão de Intimação	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL -	ANTONIA SILVA PESSOA -	SIM

0800509-89.2016.4.05.8105	AÇÃO CIVIL PÚBLICA	Ambiental	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS CONTRA AS SECAS - DNOCS e outro - 00.043.711/0001-43	MARIA ALBA PEREIRA CORDEIRO - 414.230.113-68	SIM
	EXECUÇÃO DE TÍTULO		Inspeção da	DEPARTAMENTO NACIONAL DE	MUNICIPIO DE	

0800575-35.2017.4.05.8105	EXTRAJUDICIAL CONTRA A FAZENDA PÚBLICA		Corregedoria-Geral da Justiça Federal	INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES - DNTI - 04.892.707/0001-00	IBICUITINGA - 12.461.646/0001-55	SIM
0800577-05.2017.4.05.8105	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Dano ao Erário	Juntada de Certidão	FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO - FNDE - 00.378.257/0001-81	PAULO SERGIO RIBEIRO DE SOUSA e outros - 426.062.843-72	SIM
0800797-15.2017.4.05.8101	AÇÃO PENAL - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO	Estelionato Majorado	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL -	LUCIENE ALVES FERREIRA -	SIM
Outros:						
0800058-30.2017.4.05.8105	AÇÃO CIVIL PÚBLICA	Ambiental	Juntada de Petição	DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS CONTRA AS SECAS - DNOCS e outro - 00.043.711/0001-43	MARIA GOMES FERREIRA - 425.866.073-68	SIM
0800186-50.2017.4.05.8105	AÇÃO CIVIL PÚBLICA	Anulação	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CONSELHO REGIONAL DE EDUCACAO FISICA - REGIAO 05 - CREF 05 - 03.567.753/0001-71	MUNICÍPIO DE QUIXERAMOBIM -	SIM
0800199-83.2016.4.05.8105	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Dano ao Erário	Juntada de Réplica	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	FRANCISCO CELSO CRISOSTOMO SECUNDINO e	SIM
0800383-39.2016.4.05.8105	AÇÃO CIVIL PÚBLICA	Dano Ambiental	Remetidos os Autos (em grau de recurso) para TRF5	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL e outro - 03.636.198/0001-92	FRANCISCO AUTEMAR VIANA LIMA e outro - 410.815.013-91	SIM
0800391-16.2016.4.05.8105	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Dano ao Erário	Juntada de Certidão de Intimação	UNIÃO FEDERAL e outro - 36.004.558/0001-22	ANTONIO INACIO DOS SANTOS e outro - 464.590.223-72	SIM
0800498-60.2016.4.05.8105	AÇÃO CIVIL PÚBLICA	Ambiental	Juntada de Cota	DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS CONTRA AS SECAS - DNOCS e outro - 00.043.711/0001-43	ANTONIO TADEU CUNHA - 213.157.443-68	SIM
0800501-15.2016.4.05.8105	AÇÃO CIVIL PÚBLICA	Ambiental	Juntada de Certidão de decurso de prazo	DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS CONTRA AS SECAS - DNOCS e outro - 00.043.711/0001-43	FRANCISCA LUCIA CRUZ - 051.251.703-72	SIM
0800502-97.2016.4.05.8105	AÇÃO CIVIL PÚBLICA	Ambiental	Proferido despacho de mero expediente	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	JOSE EDILSON AUGUSTO DE ASSIS - 359.118.673-20	SIM
0800505-52.2016.4.05.8105	AÇÃO CIVIL PÚBLICA	Ambiental	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS CONTRA AS SECAS - DNOCS e outro - 00.043.711/0001-43	JUSTINO RODRIGUES NETO -	SIM
0800508-07.2016.4.05.8105	AÇÃO CIVIL PÚBLICA	Ambiental	Juntada de Certidão de Intimação	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL -	ANTONIA SILVA PESSOA -	SIM
0800525-43.2016.4.05.8105	AÇÃO CIVIL PÚBLICA	Ambiental	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS CONTRA AS SECAS - DNOCS e outro - 00.043.711/0001-43	FRANCISCO DE OLIVEIRA SOUTO - 543.444.503-10	SIM
Processo em ordem						
0800020-81.2018.4.05.8105	DESAPROPRIAÇÃO	Desapropriação por Utilidade Pública / DL 3.365/1941	Juntada de Certidão de decurso de prazo	UNIÃO FEDERAL e outro -	ANTONIO SALES MAGALHAES -	SIM

0800032-32.2017.4.05.8105	AÇÃO CIVIL PÚBLICA	Ambiental	Expedição de documento	DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS CONTRA AS SECAS - DNOCS e outro - 00.043.711/0001-43	CICERO FERREIRA NOBRE - 256.748.463-91	SIM
0800066-70.2018.4.05.8105	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE	Violação aos Princípios	Juntada de Petição	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL -	FRANCISCO AUGUSTO FURTADO	SIM

0800087-46.2018.4.05.8105	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Dano ao Erário e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MUNICIPIO DE ITAPIUNA - 07.287.598/0001-88	MARCIA MARIA FARIAS COSTA e outro - 752.804.853-49	SIM
0800093-53.2018.4.05.8105	PROCEDIMENTO COMUM	Responsabilidade Civil do Servidor Público / Indenização ao Erário	Baixa Definitiva	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS - 29.979.036/0001-40	FRANCISCO EVALDO BARBOSA - 002.738.993-68	SIM
0800117-81.2018.4.05.8105	EXECUÇÃO DA PENA	Interdição Temporária de Direitos	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	FRANCISCO DO NASCIMENTO COSTA - 893.480.523-49	SIM
0800118-66.2018.4.05.8105	CARTA PRECATÓRIA CRIMINAL	Crimes contra a Ordem Tributária	Baixa Definitiva	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	GISELLY COSTA LIMA E OUTRO - null	SIM
0800121-21.2018.4.05.8105	AÇÃO CIVIL PÚBLICA	Diplomas/Certificado de Conclusão do Curso	Juntada de Certidão de Retificação de Autuação	UNIÃO FEDERAL e outro - 26.994.558/0001-23	EDNALDO MOREIRA PIMENTA e outro - 048.746.103-74	SIM
0800124-73.2018.4.05.8105	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Expedição de expediente	CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA VETERINARIA DO ESTADO DO CEARA - CRMV/CE - 06.622.443/0001-09	QUINALI QUIXERAMOBIM INDUSTRIA DE ALIMENTOS LTDA - ME - 00.675.166/0001-08	SIM
0800139-42.2018.4.05.8105	DESAPROPRIAÇÃO	Desapropriação por Interesse Social para Reforma Agrária	Juntada de Petição	INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZACAO E REFORMA AGRARIA - INCRA - 00.375.972/0001-60	MARIA DAS GRACAS DE ARAUJO LOPES - 869.052.103-82	SIM
0800158-19.2016.4.05.8105	EXECUÇÃO FISCAL	Competência da Justiça Federal	Juntada de Petição	INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVAVEIS - IBAMA - 03.659.166/0001-02	GERSARIO E MAIA LTDA - ME - 07.721.814/0001-64	SIM
0800576-20.2017.4.05.8105	EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL CONTRA A FAZENDA PÚBLICA		Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES - DNIT - 04.892.707/0001-00	MUNICIPIO DE IBICUITINGA - 12.461.646/0001-55	SIM
0800585-79.2017.4.05.8105	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa e outros	Baixa Definitiva	CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO CEARA - CRC/CE - 07.093.503/0001-06	MARCIO ANDRE DIAS FERNANDES - 713.717.453-15	SIM
0800592-71.2017.4.05.8105	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Dano ao Erário	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	UNIÃO FEDERAL e outro - 26.994.558/0001-23	LIGIA MARIA SARAIVA DO NASCIMENTO e outro - 161.274.713-20	SIM
0800620-39.2017.4.05.8105	DESAPROPRIAÇÃO	Servidão Administrativa	Juntada de Petição	UNIÃO FEDERAL e outro - 26.994.558/0001-23	JOSE CLEILSON SARAIVA RODRIGUES - 618.147.412-91	SIM
0803388-16.2018.4.05.8100	MANDADO DE SEGURANÇA	Liminar e outros	Juntada de Cota	JOELIA ARAUJO DA SILVA - 068.211.683-18	UNIVERSIDADE FEDERAL DO	SIM

6.23.10. Correição anterior e autoinspeção

As determinações constantes da Correição anterior foram cumpridas, segundo informado pela Vara:

Determinações extraídas do Relatório da Correição Ordinária na Seção Judiciária do Ceará realizada de 06 a 17 de fevereiro de 2017:

- Ausência de etiqueta de prescrição nos processos criminais e sumário na contracapa com a indicação das folhas dos atos processuais mais importantes (ações criminais e/ou improbidade). A partir da disponibilização do Relatório da Correição foi determinada a confecção de etiqueta de prescrição e sumário para alguns feitos, como ações penais e improbidade.
- Demora na prática de alguns atos processuais. A prática adotada pela vara é a do cumprimento do ato processual seguindo sempre os relatórios de prazos elaborados pelos sistemas, com a diminuição gradativa do prazo buscado nos relatórios.
- despachos e sentenças com assinatura digitalizada. Os atos processuais com assinatura digitalizada estão de acordo com a consulta nº 00077.0015/2006.10.
- Termos de juntada e recebimento em branco e certidão de oficial de justiça sem assinatura. Foi determinado que os servidores atuem com maior apuro no seu mister, com vistas a uma prestação jurisdicional com mais zelo e precisão.

Após a última autoinspeção, foram fixadas metas ou fins a serem perseguidos pela Vara. A última autoinspeção foi realizada no período de 26/02 a 02/03/18 e a unidade continua com o estabelecimento de um padrão de trabalho para que, sempre, estejam com um acervo controlado, apesar do crescente número de processos distribuídos e o mesmo corpo de servidores.

Foram também estabelecidas metas setoriais de análise e impulso em todos os setores ao final de cada semana e tomadas ações para solucionar os casos que emperravam o andamento processual, como a demora na devolução de cartas precatórias.

Algumas dessas metas foram cumpridas, como, por exemplo, nos setores de Análise inicial do JEF e PJE, Contadoria, Execução, Assessoria e no cumprimento de mandados por oficiais da vara em municípios fora da microrregião, como forma de evitar a demora nas precatórias expedidas.

6.23.11. Considerações finais

A 23ª Vara Federal conta com estrutura física e equipamentos adequados a seu funcionamento.

A partir da análise processual, foram observados alguns pontos que merecem maior atenção por parte da unidade, quais sejam:

1. Demora/ausência na conclusão;
2. Demora na prolação de despacho/decisão/sentença;
3. Demora no cumprimento de despacho/decisão; e
4. Feitos sem movimentação processual.

Em atenção ao contido na Meta 5 do CNJ (Baixar quantidade maior de processos de execução não fiscal do que o total de casos novos de execução não fiscal no ano corrente), registre-se que avulta de importância que seja observado pelas Varas de Juizado ou com JEF Adjunto que haja identificação no CRETA de quando o processo inicia a fase de execução, a fim de que não ocorram problemas na estatística alusiva à referida Meta.

Por fim, pelos demais dados apontados neste relatório e pelas constatações realizadas *in loco* durante a correição, pode-se afirmar que a 23ª Vara Federal funciona de modo razoável.

6.24. 24ª. VARA FEDERAL -TAUÁ/CE

6.24.1. Competência, localização, estrutura física e horário de expediente

A 24ª Vara Federal do Ceará detém competência comum (com JEF Adjunto) e funciona no prédio localizado na Av. Coronel Vicente Alexandrino de Sousa, nº 10, Tauazinho, Tauá/CE.

A Vara apresentou instalações adequadas para todos: juízes federais, servidores, estagiários, terceirizados, membros do Ministério Público Federal, procuradores federais, defensores públicos federais, advogados e jurisdicionados.

O horário de expediente da unidade é das 9h às 18h.

6.24.2. Corpo funcional - juiz federal e servidores

A 24ª. Vara Federal conta com o seguinte quadro de pessoal: a) 01 magistrado, João Batista Martins Prata Braga (juiz federal titular); b) 17 servidores efetivos, sendo 05 analistas judiciários, 02 oficiais de justiça e 10 técnicos judiciários; c) 01 servidor requisitado.

6.24.2.1. Juiz federal titular

O Juiz Federal Titular, João Batista Martins Prata Braga, exerce a magistratura desde 14/10/2010, atuando na 24ª. Vara Federal desde 11/06/2014.

Nos últimos 24 meses, o(a) magistrado esteve afastado(a), em razão de:

Férias: 23/10/2016 a 11/11/2016 [Portaria nº 2016.0208/CR] -20 dias; 05/03/2017 a 24/03/2017 [Portaria nº 2017.0067/CR] - 20 dias; 15/09/2017 a 04/10/2017 [Portaria nº 2016.0359/CR] - 20 dias;

Licenças: 12/10/2017 a 19/10/2017 [PA nº 0009769-12.2017.4.05.7000] - 08 dias;

Período total de afastamento : 68 (sessenta e oito) dias.

Substituição, em férias, de outro magistrado, nos últimos 24 (vinte e quatro) meses:

16/04/2016 a 15/05/2016 – 22ª Vara Federal/SJCE [Ato nº 2016.0169/CR];
 16/09/2016 a 19/09/2016 – 22ª Vara Federal/SJCE [Ato nº 2016.0627/CR];
 24/09/2016 a 15/10/2016 – 22ª Vara Federal/SJCE [Ato nº 2016.0627/CR];
 25/01/2017 a 13/02/2017 – 25ª Vara Federal/SJCE [Ato nº 2016.0773/CR];
 14/02/2017 a 17/02/2017 – 22ª Vara Federal/SJCE [Ato nº 2017.0081/CR];
 17/04/2017 a 20/04/2017 – 22ª Vara Federal/SJCE [Ato nº 2017.0195/CR];
 16/05/2017 a 14/06/2017 – 22ª Vara Federal/SJCE [Ato nº 2017.0271/CR];
 16/10/2017 a 14/11/2017 – 22ª Vara Federal/SJCE [Ato nº 2017.0707/CR].

O Juiz Federal Titular reside na região metropolitana onde se situa a sede da Subseção Judiciária.

Não há juiz federal substituto na vara.

6.24.2.2. Servidores

Em relação às funções de confiança (FCs), aos cargos em comissão (CJs) e à formação acadêmica dos servidores ocupantes de cargos efetivos na 24ª. Vara Federal, pode ser observado o seguinte quadro:

Nome	Cargo	FC/C J	Grau de Instrução (*)	Área de formação
Cynthia Maria Nascimento Rodrigues	TJAA	FC4	Superior Completo	Direito Direito Administrativo
Deborah Borges Araújo Tigre Leitão	AJAJ	FC5	Superior Completo Pós-Graduação	Direito Direito Tributário
Erlane Amadeu Lima de Castro	TJAA		Superior Completo	Física
Felipe Albuquerque Penaforte	TJAA		Superior Completo	Ciências Sociais
Francisco Felipe Andriola Neto	TJAS	FC4	Superior Completo Pós-Graduação Mestrado	Engenharia de Pesca Gestão Pública Ciências Marinhas Tropicais
Gilmar Gomes Lima	TJAS	FC5	Ensino Médio	
Halley Maia Sampaio	OJAF		Superior Completo	Direito

				Direito Constitucional
Helaine Ribeiro Baião	TJAA	FC5	Superior Completo Pós-Graduação	Fisioterapia Direito Previdenciário
Iara Nascimento da Silva	TJAA	FC4	Superior Incompleto	Gestão Pública
José Lourenço Colares Neto	AJAJ	FC4	Superior Completo Pós-Graduação	Direito Direito Civil
Lucas Leopoldino Mota	AJAJ	FC5	Superior Completo	Direito
Luciana do Nascimento Nogueira	TJAA	FC2	Superior Completo	Direito
Marcone Pereira da Silva Filho	AJAJ	FC4	Superior Completo	Direito Direito Processual Civil
Rafaela Parente Linhares Asfor Portela	TJAA	FC4	Superior Completo Pós-Graduação	Fisioterapia Direito Previdenciário
Renata Barrocas Facó Lima	OJAF		Superior Completo Pós-Graduação	Direito Direito Civil
Rômulo Mourão Cavalcante	AJAJ	FC5	Superior Completo Pós-Graduação	Direito Direito Público
Victor Breno de Freitas Coelho	TJAA	FC5	Superior Completo Pós-Graduação	Administração Administração Pública
Waldir Lopes Barreto Sobrinho	TJAA	CJ3	Superior Completo	Direito

Como se pode depreender, no tocante à formação acadêmica dos servidores efetivos 24ª. Vara Federal, verifica-se que há uma preocupação com a qualificação.

Um Analista Judiciário/Área Administrativa (Thais Frota Ribeiro), está cedida para exercer FC3 (Assistente-Técnico III), na Seção de Treinamento da Secretaria Administrativa, na Sede desta Seccional, conforme Portaria nº 2011.00087/TRF5.

Há um Técnico Judiciário/Área Administrativa (Waldir Lopes Barreto Sobrinho)/Superior Completo/Direito/Origem: Quadro de Pessoal da Justiça Federal de Primeiro Grau - Seção Judiciária do Estado do Rio Grande do Norte/RN, à disposição desta

Seccional, para o exercício do cargo em comissão de Diretor de Secretaria, Código CJ-3, conforme Ato nº 2014.00654/TRF5.

6.24.2.3. Estagiários

Há 04 vagas previstas para unidade, estando 02 delas ocupadas. Os estagiários estão lotados na Secretaria.

6.24.3. Organização da 24^a. Vara Federal

Dentre os servidores da 24^a. Vara Federal do Ceará, 15 exercem suas atribuições na secretaria e 03 no gabinete.

6.24.3.1. Secretaria

No pertinente à divisão da organização do trabalho interno, a Unidade Judiciária está dividida em três núcleos, quais sejam, SECRETARIA, que compreende o atendimento ao público, o gerenciamento de pessoal e materiais, a expedição de atos ordinatórios e as demais atividades que guardam referência com a movimentação do acervo de processos em geral; GABINETE, compreendendo a produção em massa dos atos judiciais, sob o gerenciamento do Juiz Federal; e APOIO ADMINISTRATIVO/JUDICIÁRIO, responsável pela manutenção predial, segurança, material administrativo/consumo, entre outros.

No que diz respeito à Secretaria, a interessar no momento, há a utilização de três sistemas de movimentação processual distintos (CRETA, TEBAS e PJe), com a divisão em setores bem definidos – *que mais adiante terão seus servidores e atividades discriminadas* –, a saber:

- 1) Setor de Processamento de Feitos dos Juizados;
- 2) Setor de Processamento de Feitos Cíveis;
- 3) Setor de Processamento de Feitos Criminais e de Execução Penal; e
- 4) Seção de Processamento de Execuções Fiscais.

Destaque-se, inicialmente, que o atendimento ao público em geral (partes, advogados e demais interessados), é realizado na forma de rodízio por todos os servidores da Secretaria do Juízo, com auxílio eventual dos estagiários, estando todos aptos a atenderem às solicitações, entre outras, de consulta sobre andamento processual, entrega de autos para a realização de consulta, cópia ou carga, recebimento/devolução de autos e documentos, além de atermações, sempre atuando com cortesia e objetividade nas informações, observando-se as normas de regência e etiqueta.

Veja-se, adiante, a divisão de atividades na Secretaria do Juízo:

1) Setor de Processamento de Feitos dos Juizados

Setor responsável pelo processamento dos feitos referentes às classes processuais não inseridos nos Setores de Processamento de Feitos Cíveis, Criminais e de Execução Penal e Execuções Fiscais, e tratados pelas Leis nº 9.099/1995 e 10.259/2001, em tramitação no Sistema de Movimentação CRETA, desde a sua autuação até a baixa respectiva.

Ressalte-se, em adição, que no referido Setor, todas servidoras estão integrados com as atividades que as demais realizam, com o objetivo de afastar desnecessárias interrupções na tramitação processual dos feitos, evitando “tempo morto”, ou seja, havendo, por exemplo, excesso de processos para análise da inicial, todas se concentram para reduzir o número de processos naquela fase processual, o mesmo podendo ocorrer com qualquer fase, sendo aplicável, ainda, quando ocorre afastamento legal de servidor responsável por determinada atividade (férias, licenças etc.).

A rotina de serviço levada a efeito no Setor é impulsionada pela sequência da cadeia de tramitação processual e com meta de arquivamento de processos em quantidade superior aos novos feitos ajuizados, com o objetivo de diminuir a taxa de congestionamento.

Destaque-se que o auxílio ao magistrado nas audiências designadas pelo Setor são realizadas por todas as servidoras, em sistema de rodízio.

Composição: Servidores (04)Estagiários (02) - Helaine Ribeiro Baião (Supervisora) - Tainara Maria Modesto Costa - Rafaela Parente Linhares Asfor Rocha - José Airton Mendes da Silva - Iara Nascimento da Silva - Cíntia Maria Nascimento Rodrigues.

Divisão Setorial:

1.1) Seção Análise e Triagem Inicial

Analisa as petições que dão início a novos procedimentos judiciais, distribuídos ao Juízo, no âmbito dos Juizados Especiais, inclusive atermações, observando o atendimento dos requisitos legais de forma, regularidade da documentação recebida (pessoais, procuração e os indispensáveis à propositura da demanda), além da ocorrência de eventual incompetência, litispendência, coisa julgada, prescrição e decadência, julgamento liminar de improcedência, entre outros, anexando atos ordinatórios, certidões e/ou minutas de despachos/decisões/sentença, conforme o caso (emenda a inicial, citação, extinção), sob responsabilidade da servidora Rafaela Parentes Linhares Asfor Rocha Portela.

1.2) Seção de Agendamento e Controle de Audiências e Perícias

Realiza o agendamento das perícias em demandas que envolvam produção de prova médico-pericial, bem como da designação do respectivo perito, constante em rol da Secretaria do Juízo – observando os critérios de disponibilidade previamente informada pelos peritos e das datas e horários disponíveis no Sistema de Movimentação CRETA –, confirma datas, horários e locais dos exames (prioritariamente na Sede da Subseção, em sala própria existente), anexando, aos autos virtuais, os atos ordinatórios necessários ao regular processamento do feito, sob a responsabilidade da servidora Iara Nascimento da Silva.

Procede-se, ainda, ao aprazamento, em data mais próxima, de todas as audiências afetas ao Juizado Adjunto, inclusive pela marcação e acompanhamento de videoconferências, anexando-se os atos ordinatórios pertinentes, para o regular processamento do feito, sob a responsabilidade da servidora Helaine Ribeiro Baião, auxiliada pela estagiária Tainara Maria Modesto Costa, em relação aos expedientes necessários à realização das audiências (formulários, impressão de pautas e laudos periciais além do cadastramento das testemunhas).

Destaque-se, por oportuno, que a servidora Helaine Ribeiro Baião, além das atividades mencionadas, está na supervisão do Setor de Processamento de Feitos dos Juizados, tendo uma visão geral do Sistema CRESTA, controlando prazos processuais, além de realizar análise dos laudos periciais – em face de sua formação na área da saúde (Fisioterapia) – e dar início ao pagamento dos honorários periciais, através do Sistema de Assistência Judiciária Gratuita (AJG), além de ser responsável pelo credenciamento/manutenção de peritos no mencionado cadastro.

Ainda acerca das audiências, o auxílio ao magistrado nesses atos é realizado por qualquer uma das servidoras do Setor, em sistema de rodízio, estando todas aptas e qualificadas a esta finalidade.

1.3) Seção de Recursos

Realiza a análise de eventuais recursos voluntários interpostos pelas partes, verificando os prazos e procedendo ao devido encaminhamento: (i) remessa para cálculo/cumprimento de sentença, após certificação de trânsito em julgado, no caso de procedência total/parcial ou acordo homologado; (ii) intimação para contrarrazões e posterior remessa à Turma Recursal, em caso de apresentação de eventual recurso inominado; e (iii) remessa ao arquivo, após certificação de trânsito em julgado, no caso de improcedência, tudo mediante a anexação de atos ordinatórios conforme o caso, sob a responsabilidade de todas as servidores do setor.

1.4) Seção de Cálculos

Executa atividades inerentes à elaboração de cálculos e pareceres para liquidação de condenações – com observância dos critérios do Manual de Orientação de Procedimentos para Cálculos na Justiça Federal, aprovado pelo Conselho da Justiça Federal, planilhas atualizadas e termos dos títulos judiciais exequendos –, nos processos que lhe são encaminhados com certificação de trânsito em julgado, estando à frente a servidora Cíntia Maria Nascimento Rodrigues, realizando, igualmente, cálculos eventualmente solicitados pelos demais setores, quando necessário.

1.5) Seção de Cumprimento e Execução

Setor responsável pelo cumprimento/execução do julgado, instando o vencido ao adimplemento da obrigação no prazo fixado pelo Juízo, após a ocorrência do trânsito em julgado (ou nos casos de tutelas antecipatórias deferidas), com a alteração da classe processual, remetendo os expedientes e intimações necessárias para o cumprimento de

obrigação de fazer (implantação de benefícios conforme parâmetros da sentença/acórdão, entre outros) e pagar (providenciando a elaboração dos requisitórios de pagamento ou confecção de alvarás, a depender da situação), sob responsabilidade da servidora Iara Nascimento da Silva, e auxílio eventual da servidora Cíntia Maria Nascimento Rodrigues.

2) Setor de Processamento de Feitos Cíveis

Setor responsável pelo processamento dos feitos referentes às classes processuais não inseridos nos Setores de Processamento de Feitos Criminais e de Execução Penal, Execuções Fiscais e dos Juizados, desde a sua autuação até a baixa respectiva, no Sistema de Movimentação Processual TEBAS, procedendo de igual forma em relação ao Sistema Processo Judicial Eletrônico (PJE).

Composição: Servidores (03) - Victor Breno de Freitas Coelho (Supervisor) - Luciana do Nascimento Nogueira - José Lourenço Colares Neto.

Os servidores designados para este Setor são responsáveis pela análise das petições que dão início a novos procedimentos judiciais, distribuídos ao Juízo, no âmbito das classes processuais não inseridos nos Setores de Processamento de Feitos Criminais e de Execução Penal, Execuções Fiscais e dos Juizados, bem como executando atividades necessárias ao regular processamento dos feitos, tais como expedição de cartas e mandados de citação, penhora, avaliação, intimação, ofícios, editais, cargas e recebimento dos autos físicos (verificando, regularmente, eventual excesso de prazo), juntada de petições, preparação de atos ordinatórios, inclusão de minutas de despachos/decisões/sentenças, expedição de certidões, alvarás, requisitórios de pagamento para conferência e assinatura, inclusão de minutas nos sistemas de pesquisa e construção à disposição do Juízo (SIEL, InfoSeg, BaCenJud, ReNaJud, InfoJud, CNIB e, mais recentemente, SerasaJud), além de elaborarem, acompanharem e controlarem os expedientes destinados à publicação no Diário Oficial Eletrônico e pauta de audiências, com a supervisão do servidor Victor Breno de Freitas Coelho e auxílio imediato dos servidores Luciana do Nascimento Nogueira e José Lourenço Colares Neto.

Ressalte-se, em adição, que no referido Setor, todos os servidores estão integrados com as atividades que os demais colegas realizam, com o objetivo de afastar desnecessárias interrupções na tramitação processual dos feitos, ou solução de continuidade em eventual afastamento de algum servidor do Setor (férias, licenças, etc.).

Destaque-se, ainda, que o servidor José Lourenço Colares Neto acompanha mais proximamente as Ações Cíveis Públicas e de Improbidade Administrativa, com o objetivo de manter um controle rigoroso de tais processos, estando a seu encargo, inclusive, a elaboração de minutas de despachos, decisões e sentenças em relação aos mencionados feitos.

O auxílio ao magistrado nas audiências designadas pelo Setor, são realizadas pelo servidor Victor Breno de Freitas Coelho e, eventualmente, pela servidora Luciana do Nascimento Nogueira.

A rotina de serviço levada a efeito no Setor é impulsionada pelas determinações constantes dos pronunciamentos judiciais, combinada com a verificação de processos sem movimentação com período de 30 (trinta) dias, conforme relação extraída dos Sistemas TEBAS e PJE, no início de cada mês.

3) Setor de Processamento de Feitos Criminais e de Execução Penal

Setor responsável pelo processamento dos feitos da Classe 240 (Ação Penal), desde a sua autuação até a baixa respectiva, bem como dos procedimentos das Classes 120 (Inquérito), 163 (Pedido de Quebra de Sigilo de Dados e/ou Telefônico), 173 (Procedimento Especial do Juizado Especial Criminal) e 238 (Procedimento Investigatório do MP - Peças de Informação), no Sistema de Movimentação Processual TEBAS, bem como das recentes classes constantes do Sistema PJE, em razão da ampliação e uso obrigatório do referido sistema para as ações e procedimentos com classe penal, regulamentada pela Portaria nº 2017.0019, de 09 de janeiro de 2017, da Diretoria do Foro/SJCE, com vigência a partir de 08/02/2017.

Composição: Servidores (03) - Erlane Amadeu Lima de Castro (Supervisor) - Rômulo Mourão Cavalcante - Gilmar Gomes Lima.

Os servidores designados para este Setor são responsáveis pelos procedimentos judiciais, distribuídos ao Juízo, no âmbito das classes de feitos criminais e de execução penal (Sistema TEBAS e PJE), executando atividades necessárias ao regular processamento dos mesmos, tais como expedição de cartas e mandados de citação, intimação, ofícios, editais, cargas e recebimento dos autos (verificando, regularmente, eventual excesso de prazo), juntada de petições, preparação de minutas de despacho/decisões, expedição de certidões, além de elaborar, acompanhar e controlar os expedientes destinados à publicação no Diário Oficial Eletrônico e pauta de audiências, manutenção do cadastro dos sentenciados, preparação de cartas de guia, fiscalização do cumprimento das condições impostas em suspensão condicional, tudo sob supervisão do servidor Erlane Amadeu Lima de Castro e auxílio imediato do servidor Gilmar Gomes Lima.

Ressalte-se, em adição, que todos os servidores estão integrados com as atividades que os demais colegas realizam, com o objetivo de afastar desnecessárias interrupções na tramitação processual dos feitos, ou solução de continuidade em eventual afastamento de algum servidor do Setor (férias, licenças, e demais afastamentos legais), destacando-se, ainda, que o servidor Rômulo Mourão Cavalcante tem, a seu encargo, a elaboração de minutas de despachos, decisões e sentenças em relação aos processos criminais e, eventualmente, auxilia nas demais atividades do Setor.

O auxílio ao magistrado nas audiências designadas é realizado pelo servidor Erlane Amadeu Lima de Castro, mencionando-se, ainda, o fato de que o servidor Gilmar Gomes Lima realiza atividades relacionadas à parte administrativa do Foro da Subseção Judiciária (Apoio Administrativo), considerando a cessão da AJAA Thais Frota Ribeiro, para exercer FC3 (Assistente-Técnico III), na Seção de Treinamento da Secretaria Administrativa, na

Sede desta Seccional, conforme Portaria nº 2011.00087/TRF5), a partir de 25/01/2011 e por período indeterminado.

A rotina de serviço levada a efeito no Setor é impulsionada pelas determinações constantes dos pronunciamentos judiciais, combinada com a verificação de processos sem movimentação com período de 30 (trinta) dias, conforme relação extraída dos Sistemas TEBAS e PJE, no início de cada mês, sempre observando as prioridades legais.

4) Setor de Processamento de Execuções Fiscais

Setor responsável pelos feitos envolvendo as Classes 99 (Execução Fiscal), desde a sua autuação até a baixa respectiva, além de feitos das Classes 71 (Embargos à Adjudicação), 72 (Embargos à Arrematação), 74 (Embargos à Execução Fiscal) e 79 (Embargos de Terceiro), no Sistema de Movimentação Processual TEBAS, procedendo de igual forma em relação às classes recentemente inseridas no Sistema Processo Judicial Eletrônico (PJE), e ações conexas.

Composição: Servidores (02) - Francisco Felipe Andriola Neto (Supervisor) - Felipe Albuquerque Penaforte.

Os servidores designados para este Setor são responsáveis pelo controle e processamento de procedimentos judiciais, distribuídos ao Juízo, no âmbito das classes processuais relativas a Execução Fiscal, e eventuais incidentes e ações conexas, desde a sua autuação até a baixa respectiva, executando atividades necessárias ao regular processamento dos feitos, tais como expedição de cartas de citação (com Aviso de Recebimento), mandados de citação, penhora, avaliação, intimação, ofícios, editais, cargas e recebimento dos autos (verificando, regularmente, eventual excesso de prazo), juntada de petições, preparação de atos ordinatórios, inclusão de minutas de despachos/decisões/sentenças, expedição de certidões, requisitórios de pagamento para conferência e assinatura, inclusão de minutas nos sistemas de pesquisa e construção à disposição do Juízo (SIEL, InfoSeg, BaCenJud, RenaJud, InfoJud, CNIB e, mais recentemente, SerasaJud), além de elaborarem, acompanharem e controlarem os expedientes destinados à publicação no Diário Oficial Eletrônico e pauta de audiências, tudo sob supervisão do servidor Francisco Felipe Andriola Neto e auxílio imediato do servidor Felipe Albuquerque Penaforte.

Ambos os servidores estão integrados com as atividades que o outro colega realiza, com o objetivo de afastar desnecessárias interrupções na tramitação processual dos feitos, ou solução de continuidade em eventual afastamento de servidor do Setor (férias, licenças, e demais afastamentos legais).

A rotina de serviço levada a efeito no Setor é impulsionada, igualmente, pelas determinações constantes dos pronunciamentos judiciais, combinada com a verificação de processos sem movimentação com período de 30 (trinta) dias, conforme relação extraída dos Sistemas TEBAS e PJE, no início de cada mês.

A 24ª Vara Federal/SJCE possui competência mista, estando a Secretaria dividida em 4 (quatro) setores: 1) Setor de Processamento de Feitos dos Juizados; 2) Setor de Processamento de Feitos Cíveis; 3) Setor de Processamento de Feitos Criminais e de Execução Penal; e 4) Seção de Processamento de Execuções Fiscais, cujos servidores de cada Setor trabalham de forma cooperada, não estando restritos à realização de atividades afetas as suas atribuições, realizando outras, quando necessário, de modo que o conhecimento seja difundido entre todos, evitando a descontinuidade do serviço, especialmente quando da ocorrência de afastamentos legais.

Fator comum nos processos físicos é a disposição em estantes próximas ao Setor/Servidor responsável pela tramitação destes, dispostos de acordo com a fase processual em que se encontram, após a devida inserção dos dados no Sistema TEBAS, estando os servidores orientados a realizarem todos os atos processuais determinados nas sentenças, decisões e despachos, nos termos do art. 153, do CPC/2015, com observância especial para aqueles com *status* de urgência ou prioridade legal, mantendo-se o controle de prazo dos processos, inclusive suspensos/sobrestados, sempre com o objetivo de não deixar o processo sem a devida movimentação, ao término do prazo de suspensão.

Os processos sigilosos são mantidos também na Secretaria, no setor próprio, em armários fechados, cujas chaves são mantidas na sala do Diretor de Secretaria.

Nos processos em tramitação no Sistema PJe, esta Unidade Judiciária utiliza a divisão/classificação fornecida pelo sistema, por meio das caixas de tarefas, como marco inicial, criando-se subcaixas de modo a auxiliar o fluxo dos processos e a visualização ou a divisão entre os diversos servidores, nas classes pertencentes aos respectivos setores, verificando-se, diariamente, as abas de “Visualização de Agrupadores / Processos com documentos não lidos”, as Tarefas “Triagem Inicial”, “Expedientes com Manifestação”, “Expedientes sem Manifestação” e “Dar Ciências às Partes”, além de verificação na aba “Relatórios e Estatísticas / Relatório de Processos com Prazos Vencidos / Relatório de Processos sem Movimentação”.

Em relação aos processos virtuais existentes no Sistema CRETA há uma divisão para melhor visualização do estágio processual, ou seja, de forma mais ordenada.

Por sua vez, os processos prioritários (réu preso/Metas CNJ, tramitação preferencial, etc.) estão destacados com uma etiqueta adesiva pertinente a estas situações, para se dar maior visibilidade e atenção a estes feitos, a fim de que seja dado trâmite contínuo, com a observância rigorosa dos prazos, aprazamento de audiência e demais diligências em menor tempo possível, utilizando-se, ainda, o uso de lembretes no PJE, com destaque para o tipo de prioridade, com a finalidade de controle das prioridades/urgências.

Nos processos físicos, alimentados pelo Sistema TEBAS, o controle é realizado pelo Oficial de Gabinete, obedecendo a ordem cronológica de conclusão do processo, que são separados nas estantes de acordo com o ato a ser praticado (despacho, decisão ou sentença), e nos processos virtuais, vinculados aos Sistemas CRETA e PJe, prioriza-se, igualmente, o

juízo dos processos há mais tempo conclusos, obedecendo-se, portanto, ao critério de antiguidade, atentando-se, ainda, às prioridades legais.

Desta forma, os processos conclusos são ordenados obedecendo ao critério da antiguidade, priorizando-se, outrossim, o juízo de processos com tramitação preferencial decorrente de lei, os incluídos em metas do CNJ, bem como os processos de cunho criminal e os relativos às ações civis públicas e de improbidades administrativa.

Destaque-se que é meta do setor ter, ao final do mês, a quantidade de processos analisados superior ao quantitativo de conclusos, com o objetivo de que não remanesçam feitos pendentes de análise na Assessoria para o mês vindouro.

Mensalmente, os dados do acervo processual da Vara são coletados nos sistemas TEBAS, CRETA e PJe e disponibilizados em local próprio da Secretaria, através de planilhas e gráficos estatísticos com o acervo em tramitação nos diversos setores do Juízo, processos conclusos e julgados, audiências realizadas, além de quadro com resultados de Unidades Judiciárias correlatas (22^a, 23^a, 25^a e 27^a Varas Federais/SJCE) para comparação.

Nos processos movimentados pelo TEBAS, o controle é realizado através de "Relatório de processo sem movimentação" fornecido pelo próprio sistema, sempre buscando movimentar os autos com a maior brevidade possível.

Por sua vez, as informações extraídas dos sistemas virtuais (CRETA e PJe) são bem mais dinâmicas, sendo possível o controle do acervo de processos com mais rigor, devendo ser destacado que, em todos os casos, a orientação é no sentido de deixar os processos sempre atualizados e movimentados de forma que não se deixe processo estagnado sem justificativa, sempre com prazo não superior a 30 (trinta) dias.

6.24.3.2. Gabinete do juiz federal

No pertinente ao Gabinete (Assessoria), a interessar no presente momento, este compreende a produção dos atos judiciais, de maior complexidade, com a elaboração de minutas de despachos/decisões/sentenças relativas aos feitos conclusos ao magistrado, dos diversos Setores do Juízo, e em todos os Sistemas de Movimentação Processual (TEBAS, CRETA e PJe), sob a orientação do Juiz Federal.

Composição: Servidores (03) - Lucas Leopoldino Mota (Oficial de Gabinete) - Deborah Borges Araújo Tigre Leitão - Marcone Pereira da Silva Filho.

Destaque-se que, em face da existência de cargo vago de Juiz Federal Substituto neste Juízo, os servidores lotados no Gabinete, acima citados, atuam nos feitos distribuídos "T" e "S", estando orientados a minutarem processos de todos os setores, indistintamente, (Juizados, Cível, Execução Fiscal), e, eventualmente, nos procedimentos penais e ações civis públicas e de improbidade administrativa, não havendo divisão por matéria.

Atualmente, as atribuições dos servidores lotados na assessoria estão divididas por dígitos (último número do processo antes do dígito verificador), de forma a se manter uma distribuição equânime, otimizando a verificação das atividades dos servidores e evitando sobrecarga indevida de trabalho.

6.24.4. Participação do juiz federal em reuniões com a equipe da 24^a. Vara Federal

O magistrado participa diretamente das reuniões que ocorrem na Unidade Judiciária, especialmente nas formais, com a presença de todos os servidores do Juízo, como a realizada no início de cada ano – em que apresentado o balanço do ano findo e as diretrizes para o ano em curso, com a indicação das metas/prioridades –, e, igualmente, nos períodos de inspeções ordinárias e correções, para discussão do que foi observado, objetivando a solução de eventuais falhas detectadas, bem como realiza, periodicamente, reuniões com os diversos setores, em conjunto ou separadamente, com a participação do Diretor de Secretaria, com o escopo de repassar novas orientações, sugestões e métodos de trabalho, bem como para avaliar o retorno do trabalho realizado pelos setores, ao tempo em que recebe sugestões que possam otimizar o funcionamento da Unidade Judiciária.

Adota, também, a sistemática de acompanhamento direto nos diversos setores, mantendo contato com os servidores da Secretaria/Gabinete, reportando-se a cada um, quando se faz necessário, ajustando metas, revendo minutas, apresentando orientações e esclarecendo eventuais dúvidas, bem como se reúne, semanalmente, com a Direção de Secretaria para tratar de assuntos inerentes às atividades da Unidade Judiciária.

6.24.5. Planejamento das atividades da 24^a. Vara Federal e avaliação periódica de resultados

As atividades da Unidade Judiciária são planejadas no início de cada ano, após retorno do recesso forense, tendo por base os resultados e metas atingidos no ano anterior, fixando-se, na oportunidade, as metas para o ano corrente, sempre objetivando o aumento percentual de processos arquivados, bem como a diminuição do tempo médio de tramitação para o período, sem embargo de reavaliação, identificando-se a necessidade de eventuais ajustes.

Os parâmetros são estabelecidos, devendo haver, basicamente, o empenho (i) do Gabinete, no sentido de minutar todos os processos que forem conclusos, de modo que, ao final do mês, a quantidade de processos analisados seja superior ao quantitativo de conclusos, com o escopo de eliminar processos remanescentes para o mês vindouro, e (ii) da Secretaria, no sentido de assegurar que o acervo de “Entradas” seja superado pelo de “Saídas”, objetivando diminuir o acervo em tramitação, além da busca constante do cumprimento dos prazos processuais, juntada de petições/documentos (processos físicos), elaboração de expedientes, e evitar que processos fiquem sem a devida movimentação em

período superior a 30 (trinta) dias, obtendo uma redução na vazão processual, sem, todavia, perder de vista a qualidade, permitindo, assim, o bom andamento dos processos.

No tocante a fixação de metas periódicas de produtividade, há determinação no sentido de que seja dado o pertinente impulso processual aos processos sem movimentação com período de 30 (trinta) dias, conforme relação extraída dos Sistemas TEBAS e PJE, no início de cada mês a todos os setores da Secretaria.

Aos setores de Processamento de Feitos dos Juizados, Cíveis e Criminais e de Execução Penal fixa-se, ainda, meta interna no sentido da tentativa de redução, atualmente, em 2,5% (dois vírgula cinco por cento) do acervo remanescente do mês anterior e/ou arquivar quantitativo de processos em número superior aos novos feitos ajuizados.

Os Oficiais de Justiça, por sua vez, possuem o prazo de 15 (quinze) dias para cumprimento dos mandados, a contar da distribuição destes.

A avaliação periódica de resultados das atividades da Vara é sempre realizada mensalmente pelo Diretor de Secretaria, à luz dos dados estatísticos fornecidos pelos diversos sistemas informatizados (CRETA, TEBAS e PJe), sendo disponibilizados, em local próprio da Secretaria, planilha e gráficos estatísticos com o acervo em tramitação nos diversos setores do Juízo, processos conclusos e julgados, audiências realizadas, além de quadro com resultados de Unidades Judiciárias correlatas (22^a, 23^a, 25^a e 27^a Varas Federais/SJCE) para comparação.

Diante dos dados estatísticos colhidos, Diretor de Secretaria e Supervisores dos diversos setores – e, eventualmente, os demais servidores – reúnem-se para avaliação/discussão, adotando-se, quando necessário, correções de rumo das diretrizes de trabalho, visando atingir melhorias nos padrões de produtividade da Unidade Judiciária, com o anterior conhecimento do magistrado.

6.24.6. Atendimento aos membros do Ministério Público Federal, Defensoria Pública da União, procuradores federais, advogados e partes na secretaria e no gabinete do juiz federal da 24^a Vara Federal

O Município de Tauá/CE não conta com representação jurídica do Ministério Público Federal, da Defensoria Pública da União ou outro órgão público, de modo que o atendimento, quando solicitado, normalmente é feito via eletrônica (e-mail) ou por telefone, devendo ser salientado ser pouco comum o comparecimento destes à Unidade Judiciária, mormente considerando o fato das audiências estarem sendo realizadas, no geral, mediante videoconferência, bem como pela paulatina migração dos processos físicos para o eletrônico.

Quanto aos advogados e as partes em geral, estes são atendidos sempre que comparecem à Secretaria do Juízo, independentemente de prévio agendamento, inclusive pelo Diretor de Secretaria, sempre que solicitado.

Destaque-se, por fim, que o prédio desta Unidade Judiciária conta com sala reservada às atividades próprias de advogados, com equipamentos suficientes ao desempenho de suas atividades.

O magistrado atende, indistintamente e independentemente de agendamento, aos membros do Ministério Público Federal, Defensoria Pública da União, Advogados e partes. De igual forma, havendo solicitação, qualquer interessado é atendido pela Assessoria, no Gabinete.

6.24.7. Número de processos, relação servidor/processo, audiências de conciliação e de instrução e inspeções judiciais

Por ocasião do preenchimento do formulário de gestão, o número de processos em tramitação na Vara (total ajustado: excluídos os feitos arquivados, suspensos e baixados) era de 1.560, sendo 1.456 eletrônicos (1.126 do Creta e 330 do PJE) e 104 físicos.

A relação servidor/processo é de 86,66 (1.560 processos divididos por 18 servidores).

Não havia processos conclusos com pedidos urgentes pendentes de análise.

Número de processos sobrestados/suspensos: 349 processos.

Motivo do sobrestamento/suspensão e quantos processos por cada motivo:

Motivos/Sistemas	Eletrônicos		Físicos	Totais
	CRETA	PJE	TEBAS	
Pedido Uniformização de Interpretação de Lei (PUIL 236)	12	0	0	
Art. 921, II, CPC/2015	0	02	0	-
Art. 921, III e § 1º, CPC/2015	10	19	0	-
Art. 921, III, e § 4º, CPC/2015 intercorrente	0	23	0	-
Art. 922, CPC/2015	0	01	02	-
Art. 151, VI, CTN	0	0	24	-
Arts. 313, IV e 976 a 987, CPC/2015 - IRDR	0	0	01	-
Art. 366, CPP	0	02	0	-
Art. 40, <i>caput</i> , da Lei nº 6.830/1980	0	91	14	-
Art. 40, § 2º, Lei nº 6.830/1980	0	0	144	-
Art. 4º e 10, Lei nº 13.340/2016	0	0	02	-
Art. 20, Lei nº 10.522/2002	0	0	02	-

Total	22	138	189	349
Data Base: 30/04/2018				

A Vara informou que, na data de 13/02/2018, um incêndio de grandes proporções atingiu o prédio do Centro de Distribuição Domiciliar (CDD) da Agência de Correios em Fortaleza/CE, havendo grande possibilidade de extravio dos processos abaixo relacionados, no total de 25 (vinte e cinco), considerando o trânsito de feitos entre Tauá/Fortaleza e Fortaleza/Tauá.

Com efeito, os processos constantes da "Planilha 1" foram remetidos no dia 08/02/2018, via malote (Correios), para esta Unidade Judiciária, pelo Ministério Público Federal, não tendo dado entrada, até o presente momento, no protocolo desta Unidade Judiciária e, por sua vez, os processos constantes da "Planilha 2" foram enviados por esta Unidade Judiciária para o Ministério Público Federal, igualmente via malote (Correios), sem até este momento darem entrada no Setor de Protocolo do mencionado órgão. De igual forma, o fato reproduziu-se em relação aos processos da "Planilha 3".

Planilha	1	
Classe	Processo	Classe / Processo(s) Apenso(s)
02	0000139-14.2014.4.05.8106	0000722-96.2016.4.05.0000
117	0000018-78.2017.4.05.8106	--
120	0000025-70.2017.4.05.8106	--
163	0000059-45.2017.4.05.8106	120 / 0000060-30.2017.4.05.8106
173	0004650-88.2005.4.05.8100	--
240	0000022-18.2017.4.05.8106	120 / 0000576-51.2006.4.05.8101
240	0000039-54.2017.4.05.8106	158 / 000024-85.2017.4.05.8106 64 / 0000135-06.2016.4.05.8106 120 / 000037-84.2017.4.05.8106
240	0000039-54.2017.4.05.8106	158 / 000024-85.2017.4.05.8106 64 / 0000135-06.2016.4.05.8106 120 / 000037-84.2017.4.05.8106
240	0000067-27.2014.4.05.8106	120 / 0000493-59.2011.4.05.8101 0074/2011
240	0000121-90.2014.4.05.8106	238 / 000016-16.2014.4.05.8106

--	--	--

Planilha	2	
Classe	Processo	Classe / Processo(s) Apenso(s)
02	0000303-08.2016.4.05.8106	--
02	0000304-90.2016.4.05.8106	--
02	0000305-75.2016.4.05.8106	--
02	0000306-60.2016.4.05.8106	--

Planilha	3	
Classe	Processo	Classe / Processo(s) Apenso(s)
99	0000064-29.2001.4.05.8106	--
99	0000236-77.2015.4.05.8106	--

Desta forma, a Unidade Judiciária já estava encetando as providências pertinentes para, de ofício, – com o fim de resguardar o interesse da Administração da Justiça e da atividade jurisdicional –, realizar a restauração dos autos possivelmente extraviados.

Número de audiências realizadas nos últimos 24 meses, a contar da data de início da correição:

Juiz / Sistemas	Sistemas Eletrônicos		Sistema Físico	Total
	CRETA	PJE	TEBAS	
Titular	3.273	23	51	3.347
Totais	3.296		51	

1. Não há Juiz Substituto // 2. Data Base: 30/04/2018

Foram realizadas 02 (duas) inspeções judiciais nos últimos 24 (vinte e quatro) meses, conforme períodos abaixo:

- 27/03/2017 a 31/03/2017; e
- 26/02/2018 a 02/03/2018.

6.24.8. Cumprimento de metas e resoluções do CNJ

Meta 1 (Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente).

A Unidade Judiciária recebeu 4.097 (quatro mil e noventa e sete) novos processos de conhecimento no ano de 2017, sendo registrado o quantitativo de 4.438 (quatro mil, quatrocentos e trinta e oito) julgados.

Sistemas Eletrônicos				Sistema Físico		TOTAIS	
CRETA		PJE		TEBAS			
Distribuídos	Julgados	Distribuídos	Julgados	Distribuídos	Julgados	Distribuídos	Julgados
3.937	4.316	129	86	31	36	4.097	4.438

1. Ano Base: 2017 // 2. Conforme "Classes processuais do 1º Grau da Justiça Federal/CNJ"

PROCESSOS FÍSICOS (SISTEMA TEBAS) - Analítico

CLASSE		Distribuídos	Julgados
1	AÇÃO CIVIL PÚBLICA	00	01
2	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	00	07
29	AÇÃO ORDINÁRIA	05	11
7	BUSCA E APREENSÃO EM ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA	00	01
158	PEDIDO DE LIBERDADE PROVISÓRIA COM/SEM FIANÇA	12	00
163	PEDIDO DE QUEBRA DE SIGILO DE DADOS E/OU TELEFÔNICO	03	00
240	AÇÃO PENAL - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO	08	16
241	ALVARÁ JUDICIAL	01	00
117	RESTITUIÇÃO DE COISAS APREENDIDAS	01	00
199	RETIFICAÇÃO DE REGISTRO DE IMÓVEL	01	00
TOTAL		31	36

1. Ano Base: 2017 // 2. Conforme "Classes processuais do 1º Grau da Justiça Federal/CNJ"

PROCESSOS ELETRÔNICOS (SISTEMA CRETA) - Analítico

CLASSE		Distribuídos	Julgados
261	CARTA PRECATÓRIA CÍVEL	01	00
1111	EXECUÇÃO DE TÍTULO JUDICIAL	268	406

463	PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL	3664	3906
241	PETIÇÃO	03	03
197	RECURSOS	01	01
<i>TOTAL</i>		3937	4316
<i>1. Ano Base: 2017 // 2. Conforme "Classes processuais do 1º Grau da Justiça Federal/CNJ"</i>			

PROCESSOS ELETRÔNICOS (SISTEMA PJE) - Analítico			
CLASSE		Distribuídos	Julgados
64	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	28	02
65	AÇÃO CIVIL PÚBLICA	01	00
66	AÇÃO POPULAR	01	00
1717	ALLIENAÇÃO DE BENS DO ACUSADO	01	00
28	ANULAÇÃO E SUBSTITUIÇÃO DE TÍTULOS AO PORTADOR	01	01
81	BUSCA E APREENSÃO EM ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA	01	00
172	EMBARGOS À EXECUÇÃO	14	11
1118	EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL	02	02
37	EMBARGOS DE TERCEIRO	14	06
38	HABILITAÇÃO	01	01
120	MANDADO DE SEGURANÇA	06	04
119	MANDADO DE SEGURANÇA COLETIVO	02	02
40	MONITÓRIA	08	06
1725	NOTIFICAÇÃO	01	00
1294	OUTROS PROCEDIMENTOS DE JURISDIÇÃO VOLUNTÁRIA	06	05
7	PROCEDIMENTO COMUM	38	43
326	RESTITUIÇÃO DE COISAS APREENDIDAS	03	00
1707	REINTEGRAÇÃO/MANUTENÇÃO DE POSSE	00	02
1683	RETIFICAÇÃO DE REGISTRO DE IMÓVEL	01	01
<i>TOTAL</i>		129	86
<i>1. Ano Base: 2017 // 2. Conforme "Classes processuais do 1º Grau da Justiça Federal/CNJ"</i>			

Meta 2 (Identificar e julgar, até 31/12/2017, pelo menos 100% dos processos distribuídos até 31/12/2012, 85% dos processos distribuídos em 2013 nos 1º e 2º graus, e 100% dos processos distribuídos até 31/12/2014 nos Juizados Especiais e Turmas Recursais Federais).

A Unidade Judiciária identificou e julgou 99,65% dos processos distribuídos até 31/12/2012, não cumprindo o percentual de 100% estabelecido na META2, em face da pendência em relação ao Procedimento Comum nº 0000253-70.2011.4.05.8101 (migrado para o Sistema PJe), o qual aguarda novo julgamento, em face de nulidade de sentença anterior.

No pertinente ao percentual de 85%, considerando o quantitativo de processos distribuídos e o de remanescentes, ou seja, 113 (cento e treze) e 6 (seis), respectivamente, a Unidade Judiciária alcançou a META2, no quesito em questão, ao identificar e julgar 94,70% dos processos distribuídos no ano de 2013.

Por fim, em relação à identificação e julgamento de 100% dos processos distribuídos até 31/12/2014, nos Juizados Especiais Federais, a Unidade Judiciária não tem estoque remanescente quanto ao quesito em questão.

Meta 3 (Aumentar os casos solucionados por conciliação, fomentando o alcance do percentual mínimo de 2% na proporção dos processos conciliados em relação aos distribuídos).

A Unidade Judiciária alcançou o percentual de 7,89% na relação entre processos distribuídos (4.363) e acordos (323) no ano de 2017, alcançando o estabelecido na meta em análise.

A Vara informou que existe dificuldade para o cumprimento dessa meta, considerando o Ofício-Circular nº 00002/2016/GAB/PSFJNE/PGF/AGU e Ofício nº 22/GAB/PF/CE/2016, ambos da Advocacia-Geral da União, noticiando a impossibilidade de autocomposição, por parte da Fazenda Pública, afastando-se, a princípio, a designação de audiência de conciliação ou mediação (art. 334, §4º, II, CPC/2015), entretanto o Juízo oportuniza às partes a busca de uma solução consensual para o litígio que se inicia, abrindo a possibilidade para que ambas as partes requeiram a designação de audiência de conciliação ou mediação, ou entabulem, sem a intervenção do órgão julgante, tratativas para a resolução pacífica do conflito. Em adição, o Juízo também oportuniza nas audiências de instrução a busca de acordo, merecendo destacar que no período de 01/01/2016 a 31/12/2016, foram realizadas 1.200 audiências, resultando em 212 acordos.

Por sua vez, no ano de 2017, foram realizadas 1.828 audiências, com 323 acordos efetivados, valor este que equivale a 7,89% dos processos de conhecimento distribuídos no citado período (4.097).

Meta 4 (Identificar e julgar até 31/12/2017 70% das ações de improbidade administrativa distribuídas até 31/12/2014).

Considerando o quantitativo de processos distribuídos e o de remanescentes de julgamento, ou seja, 54 (cinquenta e quatro) e 8 (oito), respectivamente, a Unidade Judiciária alcançou a Meta ao julgar 85,18% das Ações de Improbidade Administrativa distribuídas até 31/12/2014.

Meta 5 (Baixar quantidade maior de processos de execução não fiscal do que o total de casos novos de execução não fiscal no ano corrente).

Considerando que houve a distribuição de 53 (cinquenta e três) novas ações de execução não fiscal e a baixa de 43 (quarenta e três), a meta não foi cumprida.

Meta 6 (Identificar e julgar, até 31/12/2017, entre 70% e 85% das ações coletivas distribuídas até 31/12/2013, no 1º e 2º graus).

Meta alcançada, considerando que a Unidade Judiciária não possui processos de ações coletivas distribuídas até 31/12/2013 pendentes de julgamento.

Metas Específicas para a Justiça Federal

Baixar quantidade maior de processos criminais do que os casos novos criminais no ano corrente; Julgar quantidade maior de processos criminais do que os casos novos criminais no ano corrente.

No ano de 2017, foram distribuídas 12 (doze) ações penais, baixadas 30 (trinta), e julgadas 15 (quinze), sendo alcançado o estabelecido na meta em questão.

Identificar e julgar, até 31/12/2017, 70% das ações penais vinculadas aos crimes relacionados à improbidade administrativa, ao tráfico de pessoas, à exploração sexual e ao trabalho escravo, distribuídas até 31/12/2014).

A Unidade informou que não possui processos pendentes de julgamento referentes a essa meta.

Acerca do cumprimento do Provimento CNJ nº 29/2013

Sim, decorrido o trânsito em julgado da sentença condenatória.

Acerca do cumprimento das exigências previstas na Resolução CNJ nº 66/2009, com a redação introduzida pela Resolução CNJ nº 87/2009, e sobre a necessidade de inserção, no sistema informatizado, do Relatório de Controle de Prisões

Sim.

6.24.9. Processos selecionados para correição

Foram correicionados 19 processos físicos (quando da correição tinham 104 processos físicos em tramitação ajustada).

Quanto aos processos do Sistema PJe, foram correicionados 32 processos (quando da correição tinham 330 processos eletrônicos em tramitação ajustada).

Foram correicionados 100 processos do JEF (quando da correição havia 1.126 feitos em tramitação ajustada).

6.24.9.1 Principais constatações da análise individual de processos

6.24.9.1.1. Processos eletrônicos do Sistema Creta

Da análise individual dos processos, podem-se destacar as seguintes ocorrências:

Observação	Nr. Processo	Complemento
Demora/ausência na conclusão para despacho/decisão	0501271-78.2016.4.05.8106	Documento juntado em 25/10/17 e conclusão em 20/02/18.
	0502982-21.2016.4.05.8106	Petição juntada em 22/02/18 (último movimento).
	0503046-94.2017.4.05.8106	Ofício juntado em 02/02/18 e sem conclusão até o momento.
Total de Ocorrências: 3		
Demora na cobrança do cumprimento de diligências	0500993-77.2016.4.05.8106	Ofício expedido em 23/11/17 e até o momento não houve cobrança.
	0501722-06.2016.4.05.8106	Ofício enviado a CEF em setembro/2017, sem cobrança de resposta, a qual somente ocorreu em abril/2018.
	0503196-12.2016.4.05.8106	Ofício expedido em 27/07/17 e cobrança em 24/04/18.
Total de Ocorrências: 3		
Demora na prolação da sentença	0503548-33.2017.4.05.8106	Desde 23.02.2018.
Total de Ocorrências: 1		
Outros	0500269-15.2012.4.05.8106	Ausência de alteração de classe processual para execução de sentença.
	0501003-24.2016.4.05.8106	Ausência de mudança de classe para execução.
	0501526-36.2016.4.05.8106	Ausência de alteração classe processual para execução de sentença.
	0501883-16.2016.4.05.8106	Ausência de alteração de classe processual.
	0503956-58.2016.4.05.8106	Ausência de alteração da classe processual.
	0501438-61.2017.4.05.8106	Ausência de alteração de classe processual para execução de sentença
	0502089-93.2017.4.05.8106	Ausência de alteração de classe processual para execução de sentença.
	0502314-	Ausência de retificação da classe processual.

	16.2017.4.05.8106	
	0502321-08.2017.4.05.8106	Ausência de alteração da classe processual.
	0502986-24.2017.4.05.8106	Ausência de alteração de classe processual.
Total de Ocorrências: 10		
Processo em Ordem	0501057-97.2010.4.05.8106	
	0500410-68.2011.4.05.8106	
	0501864-49.2012.4.05.8106	
	0502424-54.2013.4.05.8106	
	0501609-23.2014.4.05.8106	
	0500064-78.2015.4.05.8106	
	0501539-35.2016.4.05.8106	
	0502329-19.2016.4.05.8106	
	0502655-76.2016.4.05.8106	
	0501443-83.2017.4.05.8106	
	0501448-08.2017.4.05.8106	
	0501494-94.2017.4.05.8106	
	0501723-54.2017.4.05.8106	
	0501851-74.2017.4.05.8106	
	0501886-34.2017.4.05.8106	
	0502004-10.2017.4.05.8106	
	0502005-92.2017.4.05.8106	
	0502008-47.2017.4.05.8106	
	0502104-62.2017.4.05.8106	
	0502117-61.2017.4.05.8106	

0502121-98.2017.4.05.8106	
0502138-37.2017.4.05.8106	
0502195-55.2017.4.05.8106	
0502297-77.2017.4.05.8106	
0502316-83.2017.4.05.8106	
0502336-74.2017.4.05.8106	
0502378-26.2017.4.05.8106	
0502468-34.2017.4.05.8106	
0502515-08.2017.4.05.8106	
0502535-96.2017.4.05.8106	
0502556-72.2017.4.05.8106	
0502613-90.2017.4.05.8106	
0502722-07.2017.4.05.8106	
0502781-92.2017.4.05.8106	
0502793-09.2017.4.05.8106	
0502800-98.2017.4.05.8106	
0502807-90.2017.4.05.8106	
0502808-75.2017.4.05.8106	
0502815-67.2017.4.05.8106	
0502827-81.2017.4.05.8106	
0502838-13.2017.4.05.8106	
0502904-90.2017.4.05.8106	
0502932-58.2017.4.05.8106	

0502943-87.2017.4.05.8106	
0502969-85.2017.4.05.8106	
0502976-77.2017.4.05.8106	
0502996-68.2017.4.05.8106	
0503018-29.2017.4.05.8106	
0503122-21.2017.4.05.8106	
0503124-88.2017.4.05.8106	
0503452-18.2017.4.05.8106	
0503503-29.2017.4.05.8106	
0503551-85.2017.4.05.8106	
0503739-78.2017.4.05.8106	
0503770-98.2017.4.05.8106	
0503794-29.2017.4.05.8106	
0503840-18.2017.4.05.8106	
0503846-25.2017.4.05.8106	
0503847-10.2017.4.05.8106	
0500004-03.2018.4.05.8106	
0500005-85.2018.4.05.8106	
0500021-39.2018.4.05.8106	
0500034-38.2018.4.05.8106	
0500077-72.2018.4.05.8106	
0500085-49.2018.4.05.8106	
0500109-77.2018.4.05.8106	

	0500149-59.2018.4.05.8106	
	0500161-73.2018.4.05.8106	
	0500190-26.2018.4.05.8106	
	0500201-55.2018.4.05.8106	
	0500254-36.2018.4.05.8106	
	0500300-25.2018.4.05.8106	
	0500340-07.2018.4.05.8106	
	0500360-95.2018.4.05.8106	
	0500370-42.2018.4.05.8106	
	0500427-60.2018.4.05.8106	
	0500474-34.2018.4.05.8106	
	0500494-25.2018.4.05.8106	
	0500545-36.2018.4.05.8106	
	0500782-70.2018.4.05.8106	
Total de Ocorrências: 80		
Processos sem movimentação processual em período determinado	0503956-58.2016.4.05.8106	Processo paralisado desde 10/01/18.
	0501482-80.2017.4.05.8106	Desde 22.03.2018.
	0503049-49.2017.4.05.8106	Desde 25.02.2018.
	0503135-20.2017.4.05.8106	Contestação apresentada em 05/12/17 (último movimento).
Total de Ocorrências: 4		

6.24.9.1.2. Processos Físicos

Da análise individual dos processos, podem-se destacar as seguintes ocorrências:

FEITO EM ORDEM:		
TIPO DE AÇÃO	Nº DO PROCESSO	OBSERVAÇÃO

Criminal	00002157220134058100
Criminal	00000445220124058106
Execução Fiscal	00001016520154058106
Execução Fiscal	00003826020114058106
Execução Fiscal	00000790720154058106
Execução Fiscal	00002523120154058106
Execução Penal	00008744020064058102
Criminal	00000880320144058106
Criminal	00000346620164058106
Criminal	00000118620174058106
Execução Fiscal	00000554220164058106
Execução Fiscal	00002064220154058106
Cautelar (Matéria Penal)	00002035320164058106
Criminal	00000228620154058106
Criminal	00000329620164058106

OUTROS:

TIPO DE AÇÃO	Nº DO PROCESSO	OBSERVAÇÃO
Execução Penal	00001472520134058106	Demora no cumprimento de despacho, datado de 26/02/18, exp. ofício/email em 15/05/18.
Criminal	00000927420134058106	Demora no cumprimento de despacho, datado de 26/02/18, ofício/email exp. em 15/05/18.
Criminal	00000849720134058106	Demora no cumprimento de despacho, datado de 26/02/18, exp. ofício/email em 15/05/18.

Outras Observações:

Processo : 00000228620154058106 Classe: Criminal - fato: junho/2003, julho/2003 e agosto/2004.

Processo : 00000329620164058106 Classe: Criminal - fato julho a outubro de 2004.

Processo : 00000849720134058106 Classe: Criminal - fato set/02 a ago/04.

Trânsito em julg. em 06/11/17. Mandado de prisão em 16/01/18.

Processo : 00000927420134058106 Classe: Criminal - trânsito em julgado em 22/03/17. Mandado de prisão em 03/08/17. Aguardando cumprimento de mandado.

Ré não encontrada.

Processo: 00001016520154058106 Classe: Execução Fiscal - descumprimento de parcelamento/penhora on line efetivada.

Processo : 00001472520134058106 Classe: Execução Penal - conversão da pena. Prestação pecuniária e de serviços. Conversão da restritiva de dir. em privativa de lib. Réu não encontrado.

Processo : 00002064220154058106 Classe: Execução Fiscal - apenso ao processo n. 000220-26.2015.4.05.8106.

Processo : 00003826020114058106 Classe: Execução Fiscal - suspenso até 14/12/2018.

6.24.9.1.3. Processos Judiciais Eletrônicos (PJe)

Da análise individual dos processos, podem-se destacar as seguintes ocorrências:

Número do Processo	Classe Judicial	Assunto	Último Evento	Polo Ativo	Polo Passivo	Correicionado
Ausência/demora na conclusão						
0000154-46.2015.4.05.8106	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Equilíbrio Financeiro	Juntada de Certidão	FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO - FNDE e outro - 00.378.257/0001-81	VICTOR DE CASTRO MOITA e outros - 931.163.063-20	SIM
0800208-08.2017.4.05.8106	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Dano ao Erário	Proferido despacho de mero expediente	UNIÃO FEDERAL e outro -	ANTONIA NILDA DE SOUSA e outro -	SIM
0800223-74.2017.4.05.8106	AÇÃO PENAL - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO	Contrabando ou descaminho	Petição	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL -	LUCIANO LUIZ JACINTO -	SIM
0800231-51.2017.4.05.8106	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Dano ao Erário	Juntada de Certidão de Intimação	UNIÃO FEDERAL e outro -	JOAO MATIAS RODRIGUES e outros - 400.611.163-00	SIM
Lapso sem movimentação processo na Secretaria						
0000154-46.2015.4.05.8106	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Equilíbrio Financeiro	Juntada de Certidão	FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO - FNDE e outro - 00.378.257/0001-81	VICTOR DE CASTRO MOITA e outros - 931.163.063-20	SIM
0800020-78.2018.4.05.8106	AÇÃO CIVIL PÚBLICA	FUNDEF/Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do	Conclusos para despacho	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL e outro - 03.636.198/0001-92	MUNICIPIO DE PEDRA BRANCA e outros - 07.726.540/0001-04	SIM
0800232-36.2017.4.05.8106	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Dano ao Erário	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	UNIÃO FEDERAL e outro -	ANTONIA NILDA DE SOUSA e outro -	SIM
Outros:						
0000300-87.2015.4.05.8106	AÇÃO CIVIL PÚBLICA	Criação e/ou Autorização para funcionamento de Curso Superior	Expedição de expediente	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	NACIONAL FACULDADES E PARTICIPACOES LTDA - ME e outros - 19.918.311/0001-62	SIM
Processo em ordem						
0000009-53.2016.4.05.8106	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Prorrogação	Expedição de documento	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL -	JOSE BARRETO COUTO NETO e outros - 810.894.903-30	SIM

0000020-48.2017.4.05.8106	AÇÃO PENAL - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO	Quadrilha ou Bando	Juntada de Certidão	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	ANTONIO ALEXANDRE GONCALVES e outros - 066.526.783-57	SIM
0000022-23.2014.4.05.8106	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Sanções Administrativas	Juntada de Apelação	FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE - FUNASA e outro - 26.989.350/0001-16	ANA LAURA AUGUSTO DE QUEIROZ e outros - 021.461.154-08	SIM
0000051-68.2017.4.05.8106	AÇÃO PENAL - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO	Alienação ou Oneração Fraudulenta de Coisa Própria	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL -	LUIZ FELIPE MACHADO -	SIM
0000066-42.2014.4.05.8106	AÇÃO PENAL - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO	Roubo	Juntada de Certidão	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL -	ANTONIO EDINILSON ALVES	SIM
0000072-49.2014.4.05.8106	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Prorrogação	Conclusos para julgamento	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	PAULO ANTONIO NOGUEIRA JUNIOR e outros - 005.554.803-21	SIM
0000124-79.2013.4.05.8106	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA	Recursos Administrativos	Determinado o bloqueio/penhora on line	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	MARCIO BARRETO MANO DE CARVALHO - 203.296.013-34	SIM
0000138-29.2014.4.05.8106	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA	Equilíbrio Financeiro	Juntada de Certidão de Intimação	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL e outro - 03.636.198/0001-92	MARIA CONSUELO OLIVEIRA DE MORAES - ME e outros - 10.717.144/0001-17	SIM
0000157-98.2015.4.05.8106	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Equilíbrio Financeiro	Juntada de Certidão	FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO - FNDE e outro - 00.378.257/0001-81	PAULO ANTONIO NOGUEIRA JUNIOR e outros - 005.554.803-21	SIM
0000208-75.2016.4.05.8106	AÇÃO PENAL - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO	Alienação ou Oneração Fraudulenta de Coisa Própria	Juntada de Certidão de Retificação de Autuação	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	INAJARA ALEXANDRINO LIMA e outro - 129.011.578-82	SIM
0000226-33.2015.4.05.8106	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Equilíbrio Financeiro	Conclusos para despacho	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	GILSON J PEREIRA DE OLIVEIRA - ME e outros - 01.669.966/0001-89	SIM
0000230-70.2015.4.05.8106	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Equilíbrio Financeiro	Conclusos para despacho	FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO - FNDE e outro - 00.378.257/0001-81	F. GILDETE TEIXEIRA DOS SANTOS - ME e outros - 02.776.829/0001-06	SIM
0000233-93.2013.4.05.8106	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Pagamento Atrasado / Correção Monetária	Conclusos para despacho	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	MARIA GORETE FEITOSA PINHEIRO e outros - 399.770.483-04	SIM
0000307-45.2016.4.05.8106	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Prorrogação	Juntada de Certidão	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	ANTUNES MOURA DO NASCIMENTO JUNIOR e outro -	SIM
0800018-11.2018.4.05.8106	AÇÃO CIVIL PÚBLICA	FUNDEF/Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do	Baixa Definitiva	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL e outro - 03.636.198/0001-92	UNIÃO FEDERAL e outro - 26.994.558/0001-23	SIM
0800023-33.2018.4.05.8106	AÇÃO CIVIL PÚBLICA	FUNDEF/Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do	Baixa Definitiva	ASS DOS PROFESSORES DE ESTABELECIMENTOS OFICIAIS CEARA -	UNIÃO FEDERAL e outro - 26.994.558/0001-23	SIM
0800028-55.2018.4.05.8106	AÇÃO PENAL - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO	Apropriação indébita Previdenciária	Juntada de Certidão	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	FRANCILEUDA ALVES DE	SIM
0800030-25.2018.4.05.8106	AÇÃO PENAL - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO	Apropriação indébita Previdenciária	Proferido despacho de mero expediente	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL -	ANTONIO SABINO DE SOUZA -	SIM

0800041-54.2018.4.05.8106	AÇÃO POPULAR	Abuso de Poder	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	ROSIENE LUCIA VENIER e outro -	UNIÃO FEDERAL -	SIM
0800042-78.2014.4.05.8106	AÇÃO CIVIL PÚBLICA	Anuidades OAB	Baixa Definitiva	CONSELHO REGIONAL DE EDUCACAO FISICA - REGIAO 05 - CREF 05 - 03.567.753/0001-71	MUNICÍPIO DE ARNEIROZ -	SIM
0800054-53.2018.4.05.8106	EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL	Nulidade / Inexigibilidade do Título	Baixa Definitiva	SOCIEDADE BENEFICENTE SAO CAMILO - 60.975.737/0071-64	CONSELHO REGIONAL DE FARMACIA DO ESTADO DO CEARÁ - CRF/CE - 07.288.905/0001-58	SIM
0800169-11.2017.4.05.8106	AÇÃO PENAL - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO	Moeda Falsa / Assimilados	Juntada de Certidão	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL -	DIONY CHARLES ALVES PONTES -	SIM
0800248-87.2017.4.05.8106	EMBARGOS DE TERCEIRO	Construção / Penhora / Avaliação / Indisponibilidade de Bens	Baixa Definitiva	PAULO ROBERTO DE SOUZA E SILVA -	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	SIM
0800274-85.2017.4.05.8106	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Dano ao Erário e outros	Juntada de Certidão de Retificação de Autuação	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL -	F M CONSTRUÇOES LTDA - ME e outros - 07.989.860/0001-49	SIM

6.24.10. Correição anterior e autoinspeção

A recomendação extraída do Relatório da Correição Ordinária na Seção Judiciária do Ceará, realizada de 06 a 17 de março de 2017, em relação à 24ª Vara Federal foi no sentido da *"... melhoria da segurança da unidade, uma vez que esta só conta com 1 vigilante à noite. Ademais, não há grades em 2 janelas da vara, o que também compromete a segurança da unidade"* (item "7.24.12. Considerações finais").

Segundo a unidade, nesse aspecto, já foram levadas ao conhecimento da Direção do Foro da Seção Judiciária do Ceará diversas inconformidades quanto à segurança patrimonial (Memorando nº MDS.0024.000004-0/2016), no escopo de dotá-la com um nível mínimo de segurança adequada e necessária à salvaguarda, controle, acesso e trânsito de pessoas no seu exterior e interior daquela, resguardando a segurança não só dos servidores, como dos demais usuários dos serviços jurisdicionais, bem como proteger a estrutura física de suas instalações, inclusive quanto ao reportado na recomendação da Corregedoria.

Registrou-se no formulário de gestão ser do conhecimento do Juízo que, não obstante as severas limitações orçamentárias atuais, a Direção do Foro vem encetando esforços no sentido do colocação de câmeras de vigilância, bem como de gradis de proteção para acesso à Unidade Judiciária, estando estas providências aguardando o desenrolar de licitações.

Outrossim, no pertinente à análise processual, foram discriminadas diversas ocorrências que deveriam ser objeto de maior atenção pela Unidade Judiciária, sendo todos os servidores cientificados destas, sendo reforçadas as orientações da Corregedoria, no pertinente a prazos, assinaturas, observância de ordem cronológica, colocação de sumário em todas as ações de improbidade administrativa/criminais, observância da celeridade no cumprimento das decisões judiciais e, em especial, a paralisação irregular de processos.

A vara informou que os servidores estão orientados a realizar todos os atos processuais determinados nas sentenças, decisões e despachos, nos termos do art. 153, do CPC/2015, com observância especial para aqueles com *status* de urgência ou prioridade, mantendo-se o controle de prazo dos processos, inclusive suspensos/sobrestados, sempre com o objetivo de não deixar o processo estagnado.

A última inspeção foi realizada no período de 26/02/2018 a 02/03/2018 sobre o acervo total da Vara e estão sendo mantidas as metas anteriormente traçadas pelo Magistrado.

6.24.11. Considerações finais

A 24ª. Vara Federal conta com estrutura física e equipamentos adequados a seu funcionamento.

A partir da análise processual, observou-se que os processos tramitam de forma regular, sendo digno de registro que as poucas inconsistências verificadas não comprometem, de modo algum, o bom funcionamento da referida unidade jurisdicional.

Em atenção ao contido na Meta 5 do CNJ (Baixar quantidade maior de processos de execução não fiscal do que o total de casos novos de execução não fiscal no ano corrente), registre-se que avulta de importância que seja observado pelas Varas de Juizado ou com JEF Adjunto que haja identificação no CRETA de quando o processo inicia a fase de execução, a fim de que não ocorram problemas na estatística alusiva à referida Meta.

Por fim, pelos demais dados apontados neste relatório e pelas constatações realizadas *in loco* durante a correição, pode-se afirmar que a 24ª Vara Federal funciona de modo eficiente.

6.25. 25ª VARA FEDERAL - IGUATU/CE

6.25.1. Competência, localização, estrutura física e horário de expediente

A 25ª Vara Federal do Ceará detém competência plena comum (com JEF Adjunto) e funciona no prédio localizado na Rua 25 de Março, s/n, Paraná, Iguatu/CE.

A unidade apresentou instalações adequadas para todos: juízes federais, servidores, estagiários, terceirizados, membros do Ministério Público Federal, procuradores federais, defensores públicos federais, advogados e jurisdicionados.

O horário de expediente da unidade é das 9h às 18h.

6.25.2. Corpo funcional - juízes federais e servidores

Por ocasião do preenchimento do formulário de gestão e da realização da correição, a 25ª Vara Federal contava com o seguinte quadro de pessoal: a) 02 magistrados, Ciro

Benigno Porto (juiz federal titular) e Gabriela Lima Fontenelle Câmara (juíza federal substituta); b) 18 servidores efetivos, sendo 05 analistas judiciários - área judiciária, 01 analista judiciário - área administrativa, 08 técnicos judiciários - área judiciária e 02 técnicos judiciários - área de segurança e transporte, 02 oficiais de justiça avaliador federal; c) 02 servidores requisitados (com vínculo com o serviço público).

Atualmente, a Juíza Federal Substituta Gabriela Lima Fontenelle Câmara exerce sua jurisdição na 23ª Vara Federal/CE (Subseção Judiciária de Quixadá).

Por seu turno, insta registrar que o Juiz Federal Substituto Emanuel José Matias Guerra, que antes exercia sua jurisdição na 38ª Vara Federal/PE, foi removido para a 25ª Vara Federal/CE (Subseção Judiciária de Iguatu).

Não existem cargos efetivos vagos. Não existem servidores cedidos. Não existem servidores sem vínculo com o serviço público na Subseção. Não existem funções gratificadas vagas. Não existem servidores em auxílio.

6.25.2.1. Juízes federais

O Juiz Federal Titular, Ciro Benigno Porto, exerce a magistratura desde 15/01/2014, atuando na 25ª Vara Federal desde 20/04/2016. Exerce a Direção do Foro da Subseção Judiciária de Iguatu/CE desde 27/04/2017.

O Juiz Federal Titular da 25ª Vara esteve em: a) Férias: 14/04/2016 a 26/04/2016; 28/04/2016 a 14/05/2016; 16/11/2016 a 05/12/2016; 25/01/2017 a 13/02/2017; 19/04/2017 a 08/05/2017; 22/09/2017 a 11/10/2017; b) Licenças: 07/11/2016 a 14/11/2016 (licença para tratamento de saúde - PA 2601/2016); c) Afastamentos: de 15/05/2016 a 24/05/2016 por motivo de trânsito para a 25ª Vara Federal/SJCE - Ato nº 221/2016 - CR; Afastamento sem prejuízo da jurisdição de 15/08/2016 a 16/08/2016 - ECG. 10395.0543/2016-06; Afastamento sem prejuízo da jurisdição de 08/09/2016 a 09/09/2016 - ECG. 10440.0588/2016-06; Afastamento para participar de encontro de entidade de classe de 06/09/2017 a 10/09/2017 - PA 0008026-64.2017.4.05.7000.

Período total de afastamento: 4 (quatro) meses e 16 (dezesesseis) dias.

O Juiz Federal Titular da 25ª Vara reside na região metropolitana onde se situa a sede da Subseção Judiciária de Iguatu/CE.

Consoante registrado acima, por ocasião do preenchimento do formulário de gestão e da realização da correição, atuava como Juíza Federal Substituta da 25ª vara Federal/CE Gabriela Lima Fontenelle Câmara, que exerce a magistratura desde 05/03/15 e estava na referida unidade desde 16/08/17.

Nos últimos 24 meses, a contar da correição, a magistrada esteve em: a) Férias: 11/09/2017 a 10/10/2017; b) Afastamento de 16/08/2017 a 16/08/2017 para participar de Seminário/Congresso - PA 0006827-07.2017.4.05.7000; Afastamento de 16/08/2017 a 10/09/2017 para prestar auxílio na 23ª Vara Federal/SJPE, com prejuízo da jurisdição

originária - Ato nº 426/2017 - GP; Afastamento de 11/10/2017 a 25/10/2017 por motivo de trânsito para a 25ª Vara Federal/SJCE - PA 0007751-18.2017.4.05.7000.

Período total de afastamento: 2 (dois) meses e 10 (dez) dias.

Ao tempo em que exercia a jurisdição na 25ª Vara Federal/CE, a Juíza Federal Substituta residia na região metropolitana onde se situa a sede da Subseção Judiciária de Iguatu/CE.

6.25.2.2. Servidores

Em relação às funções de confiança (FCs), aos cargos em comissão (CJs) e à formação acadêmica dos servidores ocupantes de cargos efetivos na 25ª Vara Federal, pode ser observado o seguinte quadro:

Nome	Cargo efetivo	Ocupa FC ou CJ? Qual?	Grau de Instrução*	Área de formação
Fernanda Magalhães Albuquerque Aranha	Analista Judiciário - Área Judiciária	CJ-03	Superior	Direito
Raianna Silveira Gomes	Analista Judiciário - Área Judiciária	FC-04	Superior	Direito
Gerson Fernandes Barroncas Júnior	Analista Judiciário - Área Judiciária	FC-05	Superior	Direito
Mike Lívio Coelho Batista Cavalcante Nogueira	Analista Judiciário - Área Judiciária	FC-02	Superior	Direito
Roberta Pessoa Moreira	Analista Judiciário - Área Judiciária	FC-04	Superior	Direito
Manuel de Brito Correia Filho	Analista Judiciário - Área Administrativa	FC-05	Superior	Direito e Licenciatura em Matemática
Gabriel Viana Rodrigues	Técnico Judiciário - Área Judiciária	FC-05	Superior	Administração
Espedito Andrade Ribeiro	Técnico Judiciário - Especialidade Segurança e Transporte	FC-04	Superior	Ciências Contábeis
José Senhor Ilário Andrade	Técnico Judiciário - Área Judiciária	Não	Superior	Direito
Lauro Douzinho dos Santos Júnior	Técnico Judiciário - Especialidade	FC-04	Superior	Direito

	Segurança e Transporte			
Arnaldo César Pinheiro	Técnico Judiciário - Área Judiciária	FC-04	Superior	Gestão em Serviços Jurídicos e Notariais
Cristiane Lamounier Baptista Chagas	Técnico Judiciário - Área Judiciária	Não	Superior	Direito
Eduardo Wolff Rodrigues	Técnico Judiciário - Área Judiciária	Não	Superior	Ciências Contábeis
José Pereira Filho	Técnico Judiciário - Área Judiciária	Não	Superior	Pedagogia
Kennedy Santos Braga	Técnico Judiciário - Área Judiciária	FC- 05	Superior Incompleto	Ciências Contábeis
Vinicius de Brito Marinho	Técnico Judiciário - Área Judiciária	FC- 04	Superior	Direito
Francisco do Nascimento Sudário	Oficial de Justiça Avaliador Federal	Não	Superior	Direito
Maísa Santos Alves	Oficial de Justiça Avaliador Federal	Não	Superior	Direito

Como se pode depreender, no tocante à formação acadêmica dos servidores efetivos 25ª Vara Federal, verifica-se que há uma preocupação com a qualificação.

Existem 2 (dois) servidores requisitados, a saber:

Nome	Órgão de Origem	Função que ocupa	Grau de Instrução*	Área de formação
Rúbia Alves de Araújo	Prefeitura Municipal de Quixelô/CE	FC-05	Superior	Ciências Contábeis
Thiago Alves Gomes	Prefeitura Municipal de Iguatu/CE	FC-04	Superior	Processos Gerenciais

Por ocasião do preenchimento do formulário de gestão, havia 06 servidores afastados por motivo de saúde (própria ou de pessoa da família).

6.25.2.3. Estagiários

Há 03 vagas previstas para unidade, estando todas ocupadas. Os estagiários atuam na Secretaria da Vara.

6.25.3. Organização da 25ª Vara Federal

O horário de expediente da 25ª Vara Federal/SJCE – Subseção Judiciária do Ceará é das 09:00h às 18:00h, de segunda à sexta-feira.

Os servidores são divididos em dois turnos: o primeiro, das 9:00h às 16:00h; e o segundo, das 10:00h às 17:00h, a fim de dar cumprimento a jornada de trabalho de 7 (sete) horas diárias.

Em razão da contenção de gastos do corte orçamentário e em cumprimento a Portaria nº 244, de 3 de março de 2016, da Direção do Foro da Seção Judiciária do Ceará, foi adotado pelo Juízo o sistema de rodízio entre os servidores, por meio do qual 1 (um) servidor, no dia em que foi designado, previamente definido em escala elaborada mensalmente, cumpre o horário de 11:00h às 18:00h, garantindo-se o atendimento ao público durante todo o expediente.

Dentre os servidores da 25ª Vara Federal do Ceará, 12 exercem suas atribuições na Secretaria e 06 no Gabinete.

6.25.3.1. Secretaria

A Secretaria da Vara funciona, atualmente, com 13 (treze) servidores distribuídos em 5 (cinco) setores, a saber: Seção de Apoio Administrativo: 1 (um) servidor; Central de Mandados: 2 (dois) servidores (Oficiais de Justiça); Setor de Processamento de Feitos da Jurisdição Federal Comum: 3 (três) servidores; Setor de Processamento de Feitos do Juizado Especial Federal: 5 (cinco) servidores; Setor de Audiências: 2 (dois) servidores.

Os sistemas processuais eletrônicos utilizados pelos servidores são: Tebas, PJe e Creta. Os servidores são orientados a compartilhar o conhecimento, de modo a exercer quaisquer atividades relativas ao setor que estão alocados.

Segundo consta do Formulário de Gestão enviado, a Secretaria está estruturada sob a seguinte forma:

1. Seção de Apoio Administrativo 1.1. Atribuições: atuar os novos processos, inclusive as cartas precatórias deprecadas no Sistema PJe; realizar o protocolo de petições e informações; atermar os pedidos realizados pelas partes que não se encontram acompanhados por advogado perante o Juizado Especial Federal Adjunto; realizar o atendimento ao público; emitir certidões; gerenciar os contratos administrativos em vigência na Subseção; requisitar os materiais e insumos; enviar e receber os malotes físicos; auxiliar o Setor de Central de Mandados, quanto os expedientes físicos; remeter processos ao arquivo. 1.2. Servidor(es): a Seção de Apoio Administrativo é composta por 1 (um) servidor, Kennedy dos Santos Braga, que ocupa a função de Supervisor. 1.3. Servidor em Auxílio: O servidor Espedito Andrade Ribeiro, que ordinariamente exerce suas funções no Setor de Processamento de Feitos da Jurisdição Federal Comum, substitui o Supervisor quando de sua ausência e fruição de férias, a fim de garantir a continuidade dos trabalhos.
2. Central de Mandados 2.1. Atribuições: realizar todos os atos e diligências expressamente previstos em lei, próprios da natureza do cargo e identificados com o caráter e a tipicidade das funções; lavrar as certidões das diligências empreendidas; distribuir os mandados dos processos do Sistema PJe; receber e devolver os mandados físicos; proceder à entrega de ofícios; cumprir os expedientes determinados nas decisões proferidas nos Plantões Judiciais; lavrar auto de

constatação; concretizar os atos constritivos determinados pelo Juízo, inclusive, com a utilização dos Sistemas Bacenjud e Renajud. 2.2. Servidor(es): a Central de Mandados é composta por 2 (dois) Analistas Judiciários - Área Execução de Mandados, a saber: Máisa Santos Alves e Francisco do Nascimento Sudário. 2.3. Orientações: Os servidores são orientados a cumprir os mandados de citação/intimação no prazo de 10(dez) dias; os mandados de penhora e avaliação no prazo de 30 (trinta) dias; os mandados expedidos nos processos em há réu preso, em até 3 (três) dias; devolver os mandados à Central em 48 (quarenta e oito) horas do cumprimento das diligências nele ordenadas, salvo nos casos de condução coercitiva de testemunha ou de determinação judicial em contrário; certificar os motivos do atraso no cumprimento dos mandados. Os oficiais de justiça receberam Manual de Orientações Cartorárias para o cumprimento dos mandados e lavratura das respectivas certidões, no qual constam regras para formatação das certidões; os prazos para cumprimento dos mandados e para devolução destes; rol de atribuições; orientações no cumprimento dos expedientes.

3. Setor de Processamento de Feitos Jurisdição Federal Comum. O Setor de Processamento de Feitos da Jurisdição Federal Comum abrange os feitos cíveis, criminais e as execuções fiscais. Todos os servidores movimentam todas as classes processuais afetas ao Setor, realizando as mesmas atividades, o que objetiva evitar a paralisação do andamento processual quando da ausência de algum serventuário, além de difundir o conhecimento entre todos. 3.1. Atribuições gerais: 3.1.1. Processos Físicos (Sistema Tebas): juntar as petições diariamente; controlar os prazos de suspensão/prescrição; confeccionar minutas de despachos; confeccionar os expedientes (mandados/ofícios) que deverão ser elaborados conjuntamente com a minuta de despacho, a fim de evitar demora no cumprimento do quanto determinado; realizar a cobrança das cartas precatórias expedidas e acompanhar o cumprimento das cartas precatórias recebidas; controlar os prazos de remessa externa; cobrar os processos em remessa, quando transcorrido o prazo; localizar os processos nos respectivos escaninhos; expedir os Ofícios Requisitórios (RPV/Precatório); enviar à publicação os despachos, decisões e sentenças proferidas; confeccionar os atos ordinatórios e promover sua publicação; marcar as audiências no sistema; marcar as perícias; digitalizar os processos pendentes de exame recursal, a fim de remetê-los virtualmente, através do Sistema PJe, ao e. Tribunal Regional Federal da 5ª Região; digitalizar os processos físicos, a fim de registrá-los no Sistema PJe, conforme parâmetros estabelecidos; realizar a baixa processual; realizar a triagem inicial, notadamente quanto aos processos que foram declinados fisicamente, para este Juízo; realizar o pagamento dos peritos. 3.1.2. Processos eletrônicos (PJe): realizar a triagem inicial das ações ajuizadas, examinando a sua regularidade para processamento; examinar prevenção; dar ciência as partes; controlar prazos; visualizar agrupadores; verificar processos com manifestação e movimentar para a tarefa virtual, conforme o caso; controlar os prazos de suspensão/sobrestamento; confeccionar as minutas de despacho; confeccionar os expedientes; realizar a cobrança das cartas precatórias deprecadas; expedir os ofícios requisitórios (rpv/precatório); realizar o pagamento dos peritos; examinar, prioritariamente, os processos que são movimentados pelo próprio sistema PJe para a pasta "minutar", a fim de verificar os pedidos de tutela; examinar os processos migrados para o pje, e movimentar para as tarefas virtuais respectivas. Em relação aos feitos com trâmite prioritário, no sistema PJe, os servidores foram orientados a registrar alerta acerca destes feitos, que recebem destaque específico na aba lembrete dos processos. 3.2. Atribuições específicas, além das atribuições gerais: a) penais: fixar as etiquetas obrigatórias; elaborar sumário contendo as principais informações processuais, afixando-o na contracapa do processo; acompanhar semanalmente os processos de réu preso, com separação individualizada na Estante de localização, inclusive para fins de preenchimento do Relatório de Presos Provisórios de que trata o Ofício Circular nº 25/2013 do CNJ; Controlar a pasta virtual Dropbox, para comunicação com o MPF; b) civis públicas por improbidade administrativa: elaborar sumário contendo as principais informações processuais, afixando-o na contracapa do processo; c) sigilosas ou em segredo de justiça: elaborar etiqueta específica a fim de serem facilmente identificados. Encontram-se alocados em local próprio e fechado. O sistema PJe oferece ferramenta própria para a identificação de tais processos, limitando o seu acesso apenas às pessoas autorizadas; d) incluídas nas metas anuais do Conselho Nacional de Justiça: elaborar etiqueta específica a fim de serem facilmente identificados e elaborar planilhas de acompanhamento. 3.3. Servidor(es): o Setor de Processamento de Feitos da Jurisdição Federal Comum é composto atualmente por 3 (três) servidores, quais sejam: Espedito Andrade Ribeiro, José Senhor Ilário Andrade e Thiago Gomes Alves. 3.4. Considerações: A 25ª Vara Federal/SJCE - Subseção Judiciária tem enfrentado

dificuldades setoriais, uma vez que, nos últimos de 16 (dezesesseis) meses, enfrenta instabilidade no quadro de servidores. Conforme relatado no formulário de gestão da Correição Ordinária do ano de 2017, a Subseção Judiciária de Iguatu é conhecida como uma subseção de entrada de servidores, notadamente por sua distância em relação à Fortaleza, capital do Estado do Ceará. Desta feita, entre dezembro/2016 a abril/2017, 14 (quatorze) servidores removeram-se para outras Subseções, dentre os quais alguns ocupavam função de supervisão. Tendo em vista que a 25ª Vara Federal/SJCE possui 18 (dezoito) servidores efetivos, 77,78% (setenta e sete inteiros vírgula setenta e oito centésimos por cento) do quadro de pessoal foi renovado no período sobredito. É constante a necessidade de interrupção dos serviços ordinários para o treinamento dos servidores recém-chegados, seja em relação ao manuseio dos sistemas operacionais, seja às rotinas cartorárias e diretrizes da Vara. Referida necessidade importa, invariavelmente, em lentidão das atividades que são exercidas pelos servidores, o que consequentemente acarreta o não cumprimento do quantitativo de movimentações processuais estipulados por mês, a mora na realização de determinadas atividades, a inobservância dos prazos estipulados etc. Durante os anos de 2017 e 2018, vários servidores encontraram-se licenciados por motivos de saúde, inclusive, por períodos o que gerou e gera impactos tanto na organização da própria Vara, que se vê diante de estar constantemente promovendo adaptações, quanto no cumprimento de suas metas e prazos de movimentação. Conforme relatado anteriormente, até a presente data, a 25ª Vara Federal/SJCE conta com 6 (seis) servidores afastados por questões de saúde. Dito isso, quanto ao Setor de Processamento de Feitos da Jurisdição Comum, em que pese na organização estabelecida pela Subseção ser composto por 3 (três) servidores, 1 (um) deles encontra-se licenciado, 1 (um) dos servidores, José Senhor Ilário de Andrade, foi deslocado, temporariamente, para o Setor de Processamento de Feitos do Juizado Especial Federal, uma vez que esse setor representa, aproximadamente, 63% (sessenta e três por cento) do acervo da Vara, e é o que possui maior número de servidores licenciados, no total de 3 (três). Assim, 1 (um) servidor vem exercendo suas atividades no Setor de Processamento de Feitos da Jurisdição Comum, conjuntamente com a Diretora de Secretaria, que, quando do cumprimento das atividades inerentes ao cargo, realiza algumas das atividades cartorárias no Sistema PJe, com o fito de minimizar o impacto resultante da ausência de tantos servidores efetivos.

4. Setor de Processamento de Feitos do Juizado Especial Federal . O Sistema Creta propicia a organização por fases processuais, que são visualizadas no Painel do Usuário e/ou Painel Geral, o que facilita o fluxo dos processos por meio dos controles de ordem de prioridade, quais sejam: tutela antecipada e prioridade processual. Ademais, é possível verificar os processos sem movimentação dentro do prazo desejado no Painel Geral, o que facilita o estabelecimento das metas de movimentação. Os servidores foram divididos de acordo com as tarefas criadas no Sistema Creta: triagem inicial, perícia, audiências, execução e recursos. 4.1. Atribuições: realizar a triagem inicial das ações ajuizadas, examinando a sua regularidade para processamento; examinar prevenção; examinar, diariamente, as petições juntadas nas tarefas virtuais; intimar as partes; controlar prazos; controlar os prazos de suspensão/sobrestamento; confeccionar as minutas de despacho e sentenças de menor complexidades (terminativas e homologatórias de acordo); confeccionar os expedientes (ofícios, mandados, cartas precatórias, alvarás, entre outros); realizar a cobrança das cartas precatórias deprecadas; expedir os Ofícios Requisitórios (RPV/Precatório); enviar os Ofícios Requisitórios ao e. TRF 5ª Região; realizar o pagamento dos peritos; elaborar os cálculos; remeter os processos para as Turmas Recursais; receber os processos devolvidos das Turmas Recursais; agendar as perícias médicas, grafotécnicas etc; acompanhar a devolução dos laudos pelos peritos, realizando a cobrança, quando identificado o atraso; examinar os laudos periciais, a fim de verificar eventuais omissões e contradições, podendo tomar as seguintes providências; intimar o perito e/ou assistente social, através de ato ordinatório, a fim de que este sane os vícios constatados e, ainda, esclareça ou complemente o laudo médico e/ou o estudo social; encaminhar para a realização de audiência, no caso em que haja a necessidade de se complementar a instrução processual; movimentar o processo, observando as pastas do sistema Creta; realizar o pagamento dos peritos; cadastrar os peritos; adotar as providências necessárias ao atendimento do Programa de Assistência Judiciária Gratuita - AJG. O Creta possui ferramenta para identificação dos processos que tramitam em segredo de justiça. Estes processos são de responsabilidade do(a) Supervisor(a) do Setor, com acompanhamento da Diretora de Secretaria. 4.2. Orientações: Os servidores que compõem o Setor foram orientados, a fim de conferir maior celeridade processual aos processos que tramitam no JEF, a anexar o ato ordinatório que determina intimação/citação, e realizar, em ato contínuo, a

intimação, movimentando o processo para a pasta seguinte; a movimentar o processo para o MM. Juiz, com despacho/sentença, com o agendamento da intimação e movimentação automática dos processos; a realizar o agendamento automático para a pasta de prazo decorrido, em todos os processos que haja intimação com prazo para as parte, de forma a evitar que estes permaneçam nas tarefas de controle de prazo; a realizar as movimentações em lote. 4.3. Servidor(es): O Setor de Processamento de Feitos do Juizado Especial Federal é composto por 5 (cinco) servidores: Rúbia Alves de Araújo, que exerce a função de supervisão, Lauro Douzinho dos Santos Júnior, Cristiane Lamounier Baptista Chagas, José Pereira Filho, e Eduardo Wolff Rodrigues. A 25ª Vara Federal/SJCE – Subseção Judiciária tem enfrentado dificuldades setoriais, uma vez que, nos últimos de 16 (dezesesseis) meses, enfrenta instabilidade no quadro de servidores. Conforme relatado no formulário de gestão da Correição Ordinária do ano de 2017, a Subseção Judiciária de Iguatu é reconhecida como uma subseção de entrada de servidores, notadamente por sua distância em relação à Fortaleza, capital do Estado do Ceará. Desta feita, entre dezembro/2016 a abril/2017, 14 (quatorze) servidores removeram-se para outras Subseções, dentre os quais alguns ocupavam função de supervisão. Tendo em vista que a 25ª Vara Federal/SJCE possui 18 (dezoito) servidores efetivos, 77,78% (setenta e sete inteiros vírgula setenta e oito centésimos por cento) do quadro de pessoal foi renovado no período sobredito. Houve a necessidade de treinamento dos novos servidores, tanto com relação ao manuseio dos sistemas operacionais quanto às rotinas cartorárias e diretrizes da Vara. É constante a necessidade de interrupção dos serviços ordinários para o treinamento dos servidores recém-chegados, seja relação ao manuseio dos sistemas operacionais, seja às rotinas cartorárias e diretrizes da Vara. Referida necessidade importa, invariavelmente, em lentidão das atividades que são exercidas pelos servidores, o que conseqüentemente acarreta o não cumprimento do quantitativo de movimentações processuais estipulados por mês, a mora na realização de determinadas atividades, a inobservância dos prazos estipulados etc. Ademais, durante os anos de 2017 e 2018, vários servidores licenciaram-se por períodos significativos para tratamento de saúde, inclusive, o que, com certa frequência, implica a reengenharia do funcionamento da própria Vara a fim de promover o descongestionamento dos setores da secretaria em que se acumularam as tarefas devido ao déficit de força de trabalho. Conforme relatado anteriormente, neste exato momento a 25ª Vara Federal/SJCE conta com 6 (seis) servidores afastados por questões de saúde. Diante deste cenário, e pelo fato de o Juizado Especial Federal Adjunto conter, aproximadamente, 63% (sessenta e três por cento) do acervo total da Vara, foi deslocado do Setor de Processamento de Feitos da Jurisdição Federal Comum o servidor José Senhor Ilário Andrade. Originariamente, encontram-se exercendo as suas atividades no Setor apenas a Supervisora e 1 (um) servidor, auxiliados por 1 (um) servidor do Setor de Processamento de Feitos da Jurisdição Federal Comum. 4.4. Estagiários: O Setor de Processamento de Feitos do Juizado Especial Federal é composto por 2 (dois) estagiários: Leonardo Almeida Jalles, que auxilia na triagem inicial, e Jessilânia Vieira Pereira, que auxilia nos cálculos e na expedição de ofícios requisitórios.

5. Setor de Audiências 5.1. Atribuições: realizar o levantamento dos processos prontos para marcação de audiências; elaborar as pautas de audiência, a partir das datas estipuladas pelos magistrados; Preparar os formulários de audiência, a fim de auxiliar na instrução; assessorar os magistrados durante as audiências de instrução e julgamento; redigir os termos de audiência; incluir os termos de audiência nos sistemas; realizar as fases “19” e “34” no Sistema TEBAS; realizar as audiências nos Sistema Creta e PJe; realizar as audiências exclusivas de conciliação.

5.2. Servidor(es): O Setor de Audiências é composto por 2 (dois) servidores: Arnaldo César Pinheiro, Chefe de Audiências do Juiz Titular, e Mike Lívio Batista Coelho Cavalcante Nogueira, Chefe de Audiências da Juíza Federal Substituta. O setor conta com a colaboração da estagiária Andreza de Sousa Seriacco, que confecciona os formulários das audiências e os expedientes.

A Subseção Judiciária de Iguatu possui um acervo formado por processos físicos e virtuais. No que atine aos processos físicos estes são alocados na Secretaria da Vara em escaninhos identificados conforme o ato processual a ser praticado ou conforme a diligência a ser praticada, no caso das ações cíveis e das execuções fiscais, e em fase pré-processual e fase processual, também divididas conforme os atos processuais, quanto as ações criminais.

Ademais, foram confeccionadas etiquetas de prioridade processual e das Metas do CNJ a fim de facilitar a rápida identificação dos processos que estejam nesta situação.

Com relação aos processos virtuais, é consabido que tanto o Sistema PJe quanto o Sistema Creta identificam as ações que possuem prioridade processual.

Especificamente, quanto ao PJe, além da identificação já realizada pelo Sistema, os servidores foram orientados a registrar alerta acerca destes feitos, que recebem destaque específico na aba lembrete dos processos.

Os processos do Sistema Creta, que são objeto da Meta 2 do CNJ, são identificados em planilhas e acompanhados pela Supervisora do Setor.

6.25.3.2. Gabinete dos juízes federais

Nos Gabinetes, os processos são examinados conforme a ordem de conclusão, ressalvados os casos de prioridade na tramitação e as exceções previstas no §2º do art. 12 do Código de Processo Civil.

Cada Gabinete é composto por 3 (três) servidores, que são assim distribuídos: 2 (dois) atuam nos processos do Juizado Especial Federal, e 1 (um) atua nos processos da Jurisdição Federal Comum.

Os assessores são responsáveis pela elaboração de minutas de decisões e sentenças dos processos, cumprindo-lhes observar as metas estabelecidas por cada um dos Magistrados.

O Gabinete do Juiz Federal é composto pelos servidores Manuel de Brito Correia Filho, Roberta Pessoa Moreira e Vinicius de Brito Marinho.

O Gabinete da Juíza Federal Substituta é composto pelos servidores Gabriel Viana Rodrigues, Gerson Fernandes Barroncas Filho e Raianna Silveira Gomes.

Mensalmente, são impressos os relatórios que os próprios sistemas operacionais disponibilizam, a fim de ser verificado o quantitativo de processos conclusos para julgamento, bem como o quantitativo de dias de conclusão.

O critério para julgamento é a ordem cronológica de conclusão, a exceção dos processos de natureza urgente e prioritária (tutelas de urgência, réus presos, dentre outros), observadas, ainda, as exceções estabelecidas no art. 12, § 2º, do Código de Processo Civil.

Especificamente quanto aos processos físicos, estes são identificados através de etiquetas de prioridade processual, de réus presos e de metas do CNJ, o que facilita a sua identificação em Gabinete.

6.25.4. Participação dos juízes federais em reuniões com a equipe da 25ª Vara Federal

Quanto à Secretaria da Vara, são feitas reuniões semanais entre o Juiz Federal e a Diretora de Secretaria. Esta se reúne separadamente com cada um dos setores da Secretaria, objetivando a transmissão de diretrizes, a verificação do atingimento das metas traçadas, bem como o saneamento de eventuais dúvidas e dificuldades.

Quanto à Assessoria, cada magistrado reúne-se constantemente com os seus assessores, com o fito de verificar o atingimento das metas estabelecidas e desenvolvimento dos trabalhos.

6.25.5. Planejamento das atividades da 25ª Vara Federal e avaliação periódica de resultados

Em relação ao planejamento das atividades da Vara, Secretaria e Assessoria, a 25ª Vara Federal sempre tem buscado conscientizar os servidores de que, embora seja dividida por setores, é uma, devendo cada um fazer o seu melhor para o bom funcionamento da unidade como um todo.

A Subseção de Iguatu/CE trabalha com o estabelecimento de metas referentes à tramitação processual, visando à redução do acervo em tramitação ajustada, a partir da impressão dos relatórios dos processos sem movimentação em cada sistema e dos critérios pré-definidos (processos sem movimentação há mais de 90 (noventa) dias; processos sem movimentação há mais de 60 (sessenta) dias; processos sem movimentação há mais de 30 (trinta) dias. A variação nos critérios tem sido rotineira diante das periódicas ausências de servidores já referidas, uma vez que há impacto direto nos objetivos estabelecidos e resultados obtidos.

Em tal cenário, foram estabelecidos três objetivos para os Sistemas TEBAS e PJe: o primeiro, em curto prazo, é a inexistência de processos sem movimentação há mais de 90 (noventa) dias; em médio prazo, a inexistência de processos sem movimentação há mais de 60 (sessenta) dias, e em longo prazo a inexistência de processos sem movimentação há mais de 30 (trinta) dias.

No Sistema Creta, foi estabelecida a inexistência de processos sem movimentação há mais de 30 (trinta) dias, ressalvadas as pastas em que necessariamente aguardem decurso de prazo, dada a contagem em dias úteis.

No que atine especificamente a Secretaria da Vara, todos os setores devem realizar o exame diário dos processos novos e documentos novos que são juntados. Verificado que os processos estejam prontos para decisão (*lato sensu*) devem ser prontamente conclusos, sem represamento.

Quanto à Assessoria, as atividades são realizadas em observância à ordem de conclusão dos processos, exceto nos casos de prioridade e urgência, tais como liminares, tutelas de urgência e réus presos. Devem-se observar, ainda, os processos de Metas do CNJ, conferindo-lhes, de igual modo, tratamento prioritário.

Os oficiais de justiça foram orientados a cumprir os mandados de citação e intimação em 10 (dez) dias e de penhora e avaliação em 30 (trinta) dias, dentre outros prazos específicos contidos no Manual fornecido pela Vara, bem como justificar o atraso no cumprimento da diligência.

Destaque-se, ainda, que os Oficiais de Justiça auxiliam a Secretaria na inclusão de minutas nos Sistemas Bacenjud e Renajud.

As metas (na Assessoria) estão relacionadas a minutas de processos mais antigos, cujos critérios são definidos e modificados regularmente pelos magistrados, em virtude da

necessidade do serviço, enquanto que, na Secretaria, os trabalhos são voltados para abordagem de processos mais antigos constantes dos relatórios de movimentação processual, buscando movimentar os feitos cuja última movimentação seja mais antiga.

6.25.6. Atendimento aos membros do Ministério Público Federal, Defensoria Pública da União, procuradores federais, advogados e partes na secretaria e nos gabinetes dos Juízes Federais da 25ª Vara Federal

O Município de Iguatu/CE não conta com sede de representação jurídica do Ministério Público Federal, respondendo perante a 25ª Vara Federal a Procuradoria da República no Município de Juazeiro do Norte.

Também não há na cidade sede da Defensoria Pública da União. O atendimento se dá via eletrônica (*e-mail*) ou por telefone.

Quanto aos advogados, estes são sempre atendidos quando comparecem à Vara, independentemente de prévio agendamento, bem como por e-mail e telefone.

Os magistrados, independentemente de prévio agendamento, atendem os advogados, salvo quando se encontram realizando audiência, bem como o MPF e a Defensoria Pública, especialmente por telefone e *e-mail*, dada a inexistência de órgãos representativos instalados na localidade. O Gabinete não realiza atendimentos.

6.25.7. Número de processos, relação servidor/processo, audiências de conciliação e de instrução e inspeções judiciais

Por ocasião do preenchimento do formulário de gestão, o número de processos em tramitação na Vara (total ajustado: excluídos os feitos arquivados, suspensos e baixados) totalizava 5.808, dos quais: 1) Juiz Federal: total de 2.766; 2) Juíza Federal Substituta: total de 3.042.

Considerado o quantitativo de 14 servidores, uma vez que 6 encontravam-se licenciados por motivo de saúde (quando preenchido o formulário de gestão), tem-se a proporção de 414,85 processos por servidor.

Número de processos sobrestados/suspensos até a data da apresentação do formulário de gestão: Processos Físicos (Sistema Tebas): 299; Eletrônico: 62 [16 (Sistema PJe) + 46 (Sistema Creta)]; TOTAL (Físico + Eletrônico): 361.

Motivo do sobrestamento/suspensão e quantos processos por cada motivo: a) Aguardando Julgamento de Recurso Especial/Recurso Extraordinário: 4; b) Suspensão nos termos do art. 921, inciso III, §1º do CPC: 6; c) Aguardando Julgamento de Embargos à Execução: 6; d) Suspensão nos termos do art. 40 da Lei nº 8630/1980/ Parcelamento na via administrativa: 293; e) Aguardando Julgamento em sede de Recurso Repetitivo: 3; f) Suspensão nos termos do art. 265, inciso IV, "a" e § 5º do CPC/73: 1; g) Aguardando Julgamento do STJ PUIL 236 - Adicional de 25% a benefícios diversos da Ap. por Invalidez: 12; h) Aguardando Julgamento do Tema 731, do e. STJ - Correção de saldo de FGTS: 31; i) Aguardando Julgamento de Mandado de Segurança: 1; j) Suspenso nos termos do art. 366,

CPP: 1; k) Aguardando Julgamento do Tema 975, do e. STJ – Decadência para revisão do benefício: 1; l) Aguardando cumprimento de medida cautelar imposta: 1.

Número de audiências realizadas nos últimos 24 meses, a contar da data de início da correição: Juiz Federal (1.792) e Juiz Federal Substituto (261).

Número de inspeções judiciais realizadas nos últimos 24 meses, a contar da data de início da correição:

1) Juiz Federal – 2 (duas). Inspeção Ordinária do Ano de 2017, realizada no período compreendido entre 27 a 31 de março de 2017 (Edital Coletivo de Inspeção/2017, publicado no Diário da Justiça Eletrônico da Seção Judiciária do Ceará nº 24.0/2017, de 2 de fevereiro de 2017); Inspeção Ordinária do Ano de 2018, realizada no período compreendido entre 26 de fevereiro a 2 de março de 2018 (Edital Coletivo de Inspeção/2018, publicado no Diário da Justiça Eletrônico da Seção Judiciária do Ceará nº 234.0/2017, de 18 de dezembro de 2017).

2) Juiz Federal Substituto – 1 (uma). Inspeção Ordinária do Ano de 2018, realizada no período compreendido entre 26 de fevereiro a 2 de março de 2018 (Edital Coletivo de Inspeção/2018, publicado no Diário da Justiça Eletrônico da Seção Judiciária do Ceará nº 234.0/2017, de 18 de dezembro de 2017).

Foram realizadas atividades de conciliação nos últimos 24 meses (356), havendo registro de audiências adiadas ou canceladas no mesmo período, no total de 653 (Juiz Federal).

As audiências foram adiadas ou canceladas por motivos de readequação de pauta, equívoco no encaminhamento do processo para audiência, por se tratarem de ações de mérito, equívocos nos atos processuais preparatórios para as audiências, por requerimento da parte, devidamente justificado, por problemas técnicos no sinal das videoconferências.

Houve a remarcação das audiências adiadas ou canceladas.

6.25.8. Cumprimento de metas e resoluções do CNJ

Neste tópico, a 25ª Vara Federal/SJCE apresentou as seguintes justificativas para o cumprimento parcial das metas:

A 25ª Vara Federal/SJCE – Subseção Judiciária tem enfrentado dificuldades operacionais, uma vez que nos últimos de 16 (dezesesseis) meses enfrenta instabilidade no quadro de servidores.

Conforme relatado no formulário de gestão da Correição Ordinária do ano de 2017, a Subseção Judiciária de Iguatu é reconhecida como uma subseção de entrada de servidores, notadamente por sua distância em relação à Fortaleza, capital do Estado do Ceará. Entre dezembro/2016 a abril/2017, 14 (quatorze) servidores removeram-se para outras subseções, dentre os quais alguns ocupavam função de supervisão.

Tendo em vista que a 25ª Vara Federal/SJCE possui 18 (dezoito) servidores efetivos, 77,78% (setenta e sete inteiros vírgula setenta e oito centésimos por cento) do quadro de pessoal foi renovado nos últimos 24 (vinte e quatro) meses.

É constante a necessidade de interrupção dos serviços ordinários para o treinamento dos servidores recém-chegados, seja relação ao manuseio dos sistemas operacionais, seja às

rotinas cartorárias e diretrizes da Vara. Referida necessidade importa, invariavelmente, em lentidão das atividades que são exercidas pelos servidores, o que conseqüentemente acarreta o não cumprimento do quantitativo de movimentações processuais estipulados por mês, a mora na realização de determinadas atividades, a inobservância dos prazos estipulados *etc.*

Ademais, durante os anos de 2017 e 2018, vários servidores licenciaram-se por períodos significativos para tratamento de saúde, inclusive, o que, com certa frequência, implica a reengenharia do funcionamento da própria Vara a fim de promover o descongestionamento dos setores da secretaria em que se acumularam as tarefas devido ao déficit de força de trabalho.

Conforme relatado anteriormente, momento a 25ª Vara Federal/SJCE conta com 6 (seis) servidores afastados por questões de saúde, conforme pode ser constatado pela Tabela do item 2.10 deste formulário.

Assim, também por não possuir quadro estável de servidores, algumas metas não foram atingidas: Meta 1, 4, 5, 6 e 7.

Apesar de não terem sido atingidas algumas das metas, pelos motivos ora expostos, é válido o registro de que, apesar de todas as dificuldades, a 25ª Vara Federal/SJCE, reduziu seu acervo em 20,06% (vinte inteiros vírgula seis décimos por cento), com diminuição da taxa de congestionamento em 32,71% (trinta e dois inteiros vírgula setenta e um centésimos por cento) nos últimos 24 (vinte e quatro meses).

Meta 1 (Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente).

Meta não atingida.

Meta 2 (Identificar e julgar, até 31/12/2017, pelo menos 100% dos processos distribuídos até 31/12/2012, 85% dos processos distribuídos em 2013 nos 1º e 2º graus, e 100% dos processos distribuídos até 31/12/2014 nos Juizados Especiais e Turmas Recursais Federais).

Meta alcançada. A Subseção Judiciária de Iguatu atingiu 100% (cem por cento) de percentual de julgamento e de cumprimento da Meta 2 do CNJ.

Meta 3 (Aumentar os casos solucionados por conciliação, fomentando o alcance do percentual mínimo de 2% na proporção dos processos conciliados em relação aos distribuídos).

Meta alcançada. A Subseção Judiciária de Iguatu atingiu 15,19% (quinze vírgula dezenove por cento) de percentual de casos resolvidos e percentual de cumprimento da meta em 759,68% (setecentos e cinquenta e nove vírgula sessenta e oito por cento).

Meta 4 (Identificar e julgar até 31/12/2017 70% das ações de improbidade administrativa distribuídas até 31/12/2014)

Meta não atingida.

Meta 5 (Baixar quantidade maior de processos de execução não fiscal do que o total de casos novos de execução não fiscal no ano corrente).

Meta não atingida.

Meta 6 (Identificar e julgar, até 31/12/2017, entre 70% e 85% das ações coletivas distribuídas até 31/12/2013, no 1º e 2º graus).

Meta não atingida.

Metas Específicas para a Justiça Federal

Baixar quantidade maior de processos criminais do que os casos novos criminais no ano corrente; Julgar quantidade maior de processos criminais do que os casos novos criminais no ano corrente.

Meta não atingida.

Identificar e julgar, até 31/12 do ano corrente, 70% das ações penais vinculadas aos crimes relacionados à improbidade administrativa, ao tráfico de pessoas, à exploração sexual e ao trabalho escravo, distribuídas até 31/12/2014).

Meta alcançada. A 25ª Vara Federal/SJCE identificou 3 (três) ações penais vinculadas aos crimes relacionados à improbidade administrativa, ao tráfico de pessoas, à exploração sexual e ao trabalho escravo, distribuídas até 31/12/2014. Referidas ações foram devidamente julgadas, o que ensejou o patamar de 100% (cem por cento) de julgamento.

Acerca do cumprimento do Provimento CNJ nº 29/2013

Sim, à medida que ocorrem as condenações com o devido trânsito em julgado.

Acerca do cumprimento das exigências previstas na Resolução CNJ nº 66/2009, com a redação introduzida pela Resolução CNJ nº 87/2009, e sobre a necessidade de inserção, no sistema informatizado, do Relatório de Controle de Prisões

Sim, mensalmente.

6.25.9. Processos selecionados para correição

Foram correicionados 45 processos físicos (quando da correição tinham 941 processos físicos em tramitação ajustada).

Quanto aos processos do Sistema PJe, foram correicionados 100 processos (quando da correição tinham 1.131 processos eletrônicos em tramitação ajustada).

Foram correicionados 150 processos do JEF (quando da correição havia 3.595 feitos em tramitação ajustada).

6.25.9.1 Principais constatações da análise individual de processos

6.25.9.1.1. Processos Eletrônicos do Sistema Creta

Da análise individual dos processos, destacam-se as seguintes ocorrências:

Observação	Nr. Processo	Complemento
Demora/ausência na cobrança do cumprimento de mandados	0500036-39.2017.4.05.8107	Desde 24.01.2018.
Total de Ocorrências: 1		
Demora/ausência na conclusão para despacho/decisão	0502136-98.2016.4.05.8107	De 19/05/17 a 23/11/17 e de 12/12/17 a 07/02/18.
	0502531-90.2016.4.05.8107	De 30.01.2018 a 03.04.2018.
	0503810-14.2016.4.05.8107	De 21.11.2017 a 17.01.2018.
Total de Ocorrências: 3		
Demora na cobrança de devolução das cartas precatórias expedidas e não devolvidas - juízo deprecante	0502753-92.2015.4.05.8107	De 31/05/17 a 13/03/18.
Total de Ocorrências: 1		
Demora na expedição de mandados/ofícios/editais/cartas precatórias	0503810-14.2016.4.05.8107	De 21.07.2017 a 19.09.2017.
Total de Ocorrências: 1		
Demora na intimação do perito para devolução do laudo.	0502547-44.2016.4.05.8107	
Total de Ocorrências: 1		
Demora na prolação da sentença	0500571-36.2015.4.05.8107	De 12.12.2017 a 26.04.2018.
Total de Ocorrências: 1		
Demora na prolação de decisão/despacho	0500394-43.2013.4.05.8107	De 13.12.2016 a 23.03.2017.
	0501354-91.2016.4.05.8107	Demora para a prolação de decisão de 17/09/2017, já que, desde 29/05/2017, aguardava-se a prática desse ato.
	0501388-66.2016.4.05.8107	De 05/05/2016 a 16/08/2016.
	0501442-32.2016.4.05.8107	De 21.07.2017 a 24.10.2017.
	0501616-41.2016.4.05.8107	De 14.04.2017 a 19.06.2017.
	0501782-73.2016.4.05.8107	De 10.05.2017 a 31.01.2018.
	0502136-98.2016.4.05.8107	Conclusos desde 07/02/18 (último movimento).
	0502531-	Ato ordinatório: de 16.10.2017 a 24.01.2018.

	90.2016.4.05.8107	
	0502847-06.2016.4.05.8107	Ato ordinatório: de 24.11.2017 a 09.03.2018.
	0503320-89.2016.4.05.8107	De 08/03/2017 a 29/06/2017.
	0503810-14.2016.4.05.8107	De 17.01.2018 a 29.03.2018.
	0504310-80.2016.4.05.8107	De 25/04/2017 a 28/07/2017 - de 09/08/2017 a 25/11/2017.
	0500126-47.2017.4.05.8107	De 30.11.2017 a 26.02.2018.
	0500154-15.2017.4.05.8107	Feito concluso em janeiro/2018 para decisão em recurso de embargos de declaração, com o julgamento do recurso apenas em abril/2018.
	0500330-91.2017.4.05.8107	Ato ordinatório: de 16.11.2017 a 23.02.2018.
	0500442-60.2017.4.05.8107	Ato ordinatório: de 07.10.2017 a 09.01.2018.
	0500719-76.2017.4.05.8107	Ato ordinatório: de 03.10.2017 12.12.2017.
Total de Ocorrências: 17		
Demora na realização da audiência	0502316-17.2016.4.05.8107	De 28/04/2017 a 06/03/2018.
Total de Ocorrências: 1		
Demora no cumprimento de despacho	0501626-27.2012.4.05.8107	De 27.07.2017 a 28.02.2018.
	0501616-41.2016.4.05.8107	De 19.06.2017 a 15.09.2017.
Total de Ocorrências: 2		
Demora no cumprimento de diligências	0500797-70.2017.4.05.8107	Designada inspeção domiciliar desde 20/02/18 (último movimento).
Total de Ocorrências: 1		
Demora para a realização da perícia	0500797-70.2017.4.05.8107	Designação em 14/07/17, entrega de laudo em 12/01/18.
Total de Ocorrências: 1		
Inexistência de anotação na distribuição	0502142-08.2016.4.05.8107	Ausência de registro da alteração para execução de sentença.
Total de Ocorrências: 1		
Outros	0500394-43.2013.4.05.8107	Ausência de mudança de classe para execução.
	0501388-66.2016.4.05.8107	Demora na prolação de ato ordinatório (de 06/10/2016 a 06/03/2017 - de 21/03/2017 a 02/06/2017 - de 18/08/2017 a 24/01/2018).
	0502125-69.2016.4.05.8107	Demora na prolação de ato ordinatório (de 26/02/2017 a 25/05/2017 - de 08/06/2017 a 15/08/2017 - de 16/09/2017 a 05/12/2017).

0502170-73.2016.4.05.8107	Ausência de alteração de classe processual para execução de sentença.
0502308-40.2016.4.05.8107	Demora na intimação do perito para apresentar laudo, de 27.10.2016 a 06.03.2017 e de 24.10.2017 a 29.01.2018.
0502458-21.2016.4.05.8107	Ausência de alteração de classe processual para execução de sentença.
0502536-15.2016.4.05.8107	Ausência de mudança de classe do processo para execução.
0502547-44.2016.4.05.8107	Demora para designação de perícia, de 16.10.2017 a 23.01.2018.
0502719-83.2016.4.05.8107	Ausência de alteração de classe para execução.
0502730-15.2016.4.05.8107	Demora na prolação de ato ordinatório (de 29/03/2017 a 01/06/2017 - de 18/08/2017 a 11/12/2017).
0502807-24.2016.4.05.8107	Ausência de alteração de classe processual para execução de sentença.
0504298-66.2016.4.05.8107	Ausência de mudança de classe para execução.
0500057-15.2017.4.05.8107	Demora na prolação de ato ordinatório (de 10/01/2017 a 09/03/2017); demora em reiterar intimação de perito (de 14/09/2017 a 20/02/2018).
0500076-21.2017.4.05.8107	ausência de mudança de classe para execução
0500241-68.2017.4.05.8107	Demora na designação de audiência, de 26.02.2018 a 16.04.2018.
0500289-27.2017.4.05.8107	demora na prolação de ato ordinatório (de 26/01/2017 a 14/03/2017 - de 13/09/2017 a 19/01/2018)
0500493-71.2017.4.05.8107	Demora para ato ordinatório de designação de inspeção domiciliar (janeiro/2018). O processo estava sem movimentação desde setembro/2017.
0500579-42.2017.4.05.8107	Demora na nomeação do perito (julho/2017). Demora no ato ordinatório para intimar as partes para ciência do laudo pericial (dezembro/2017), uma vez que o documento foi apresentado em setembro/2017.
0500580-27.2017.4.05.8107	Demora no ato ordinatório para intimar as partes para ciência do laudo pericial (dezembro/2017), uma vez que a prova técnica foi apresentada em setembro/2017.
0500597-63.2017.4.05.8107	Demora para exarar ato ordinatório (de 11/09/2017 a 24/01/2018).
0500715-39.2017.4.05.8107	Demora para exarar ato ordinatório (de 20/02/2017 a 03/04/2017).
Total de Ocorrências: 21	

Processo em Ordem	0503897-43.2011.4.05.8107	
	0500299-47.2012.4.05.8107	
	0500057-20.2014.4.05.8107	
	0502027-55.2014.4.05.8107	
	0502370-51.2014.4.05.8107	
	0503300-69.2014.4.05.8107	
	0503569-11.2014.4.05.8107	
	0504145-04.2014.4.05.8107	
	0501363-87.2015.4.05.8107	
	0501904-23.2015.4.05.8107	
	0500257-56.2016.4.05.8107	
	0501407-72.2016.4.05.8107	
	0501673-59.2016.4.05.8107	
	0501718-63.2016.4.05.8107	
	0501767-07.2016.4.05.8107	
	0501817-33.2016.4.05.8107	
	0501984-50.2016.4.05.8107	
	0502156-89.2016.4.05.8107	
	0502222-69.2016.4.05.8107	
	0502269-43.2016.4.05.8107	
0502292-86.2016.4.05.8107		
0502320-54.2016.4.05.8107		
0502328-31.2016.4.05.8107		

0502345-67.2016.4.05.8107	
0502354-29.2016.4.05.8107	
0502360-36.2016.4.05.8107	
0502383-79.2016.4.05.8107	
0502393-26.2016.4.05.8107	
0502405-40.2016.4.05.8107	
0502406-25.2016.4.05.8107	
0502625-38.2016.4.05.8107	
0502629-75.2016.4.05.8107	
0502633-15.2016.4.05.8107	
0502650-51.2016.4.05.8107	
0502668-72.2016.4.05.8107	
0502912-98.2016.4.05.8107	
0502914-68.2016.4.05.8107	
0502975-26.2016.4.05.8107	
0502979-63.2016.4.05.8107	
0503304-38.2016.4.05.8107	
0503318-22.2016.4.05.8107	
0503319-07.2016.4.05.8107	
0503404-90.2016.4.05.8107	
0503589-31.2016.4.05.8107	
0503622-21.2016.4.05.8107	
0503857-85.2016.4.05.8107	

0503951-33.2016.4.05.8107	
0504226-79.2016.4.05.8107	
0504232-86.2016.4.05.8107	
0504268-31.2016.4.05.8107	
0504288-22.2016.4.05.8107	
0504331-56.2016.4.05.8107	
0500013-93.2017.4.05.8107	
0500068-44.2017.4.05.8107	
0500069-29.2017.4.05.8107	
0500095-27.2017.4.05.8107	
0500149-90.2017.4.05.8107	
0500180-13.2017.4.05.8107	
0500181-95.2017.4.05.8107	
0500204-41.2017.4.05.8107	
0500213-03.2017.4.05.8107	
0500215-70.2017.4.05.8107	
0500217-40.2017.4.05.8107	
0500239-98.2017.4.05.8107	
0500257-22.2017.4.05.8107	
0500259-89.2017.4.05.8107	
0500260-74.2017.4.05.8107	
0500261-59.2017.4.05.8107	
0500282-35.2017.4.05.8107	

0500363-81.2017.4.05.8107	
0500450-37.2017.4.05.8107	
0500468-58.2017.4.05.8107	
0500483-27.2017.4.05.8107	
0500484-12.2017.4.05.8107	
0500486-79.2017.4.05.8107	
0500497-11.2017.4.05.8107	
0500512-77.2017.4.05.8107	
0500522-24.2017.4.05.8107	
0500541-30.2017.4.05.8107	
0500564-73.2017.4.05.8107	
0500574-20.2017.4.05.8107	
0500590-71.2017.4.05.8107	
0500598-48.2017.4.05.8107	
0500634-90.2017.4.05.8107	
0500645-22.2017.4.05.8107	
0500672-05.2017.4.05.8107	
0500691-11.2017.4.05.8107	
0500699-85.2017.4.05.8107	
0500703-25.2017.4.05.8107	
0500741-37.2017.4.05.8107	
0500788-11.2017.4.05.8107	
0501109-46.2017.4.05.8107	

	0502008-44.2017.4.05.8107	
	0502878-89.2017.4.05.8107	
	0503280-73.2017.4.05.8107	
	0503440-98.2017.4.05.8107	
	0504336-44.2017.4.05.8107	
	0504370-19.2017.4.05.8107	
	0504387-55.2017.4.05.8107	
	0504397-02.2017.4.05.8107	
	0500016-14.2018.4.05.8107	
	0500030-95.2018.4.05.8107	
Total de Ocorrências: 102		
Processos sem movimentação processual em período determinado	0500394-43.2013.4.05.8107	De 03.05.2017 a 13.11.2017 e desde 13.03.2018
	0503990-64.2015.4.05.8107	De 17/04/17 a 10/08/17 e de 26/09/17 a 09/11/17.
	0501687-43.2016.4.05.8107	
	0502847-06.2016.4.05.8107	Desde 09.03.2018.
	0502907-76.2016.4.05.8107	
	0503320-89.2016.4.05.8107	De 29/09/2017 a 22/02/2018.
	0500027-77.2017.4.05.8107	
	0500036-39.2017.4.05.8107	De 29.09.2017 a 24.01.2018.
	0500096-12.2017.4.05.8107	
	0500241-68.2017.4.05.8107	De 16.06.2017 a 08.09.2017.
	0500442-60.2017.4.05.8107	Desde 11.03.2018.
	0500474-65.2017.4.05.8107	De 09/05/17 a 11/07/17 e de 03/10/17 a 14/12/17.
	0500623-	De 24/09/17 a 19/12/17.

6.25.9.1.2. Processos Físicos

Da análise individual dos processos, destacam-se as seguintes ocorrências:

DEMORA NA CONCLUSÃO:		
TIPO DE AÇÃO	Nº DO PROCESSO	OBSERVAÇÃO
Execução Fiscal	00001721220114058105	De fl. 252.
Execução Fiscal	00006033520144058107	Certidão de decurso de prazo datada de 13/10/16, ainda aguardando conclusão (explicitada a necessidade em inspeção em 27/02/18).
Execução Fiscal	00000285620164058107	De jan/17 a mar/18.
Execução Fiscal	00006276320144058107	Desde out/16 (fl. 162).
DEMORA NA EXPEDIÇÃO DE CERTIDÃO:		
TIPO DE AÇÃO	Nº DO PROCESSO	OBSERVAÇÃO
Execução Fiscal	00000753020164058107	De nov/16 a abr/18.
DEMORA NA PROLAÇÃO DE DECISÃO/ SENTENÇA:		
TIPO DE AÇÃO	Nº DO PROCESSO	OBSERVAÇÃO
Execução Fiscal	00001721220114058105	Da decisão de fls. 206/211 - mar/16 a jun/17.
DEMORA NA PROLAÇÃO DE DESPACHO:		
TIPO DE AÇÃO	Nº DO PROCESSO	OBSERVAÇÃO
Criminal	00002234120164058107	De 06.11.2017 a 10.01.2018.
Execução Fiscal	00005213820134058107	De 04.07.2017 a 19.04.2018.
DEMORA PARA CERTIFICAR O DECURSO DE PRAZO:		
TIPO DE AÇÃO	Nº DO PROCESSO	OBSERVAÇÃO
Execução Fiscal	00000536920164058107	De 29.09.2016 a 19.04.2018.
DESCUMPRIMENTO DE DETERMINAÇÕES DE INSPEÇÕES E CORREIÇÕES:		
TIPO DE AÇÃO	Nº DO PROCESSO	OBSERVAÇÃO
Execução Fiscal	00000614620164058107	De 29.03.2017 a

19.04.2018.

FEITO EM ORDEM:

TIPO DE AÇÃO	Nº DO PROCESSO	OBSERVAÇÃO
Civil Pública	00001916420104058101	
Criminal	00006302320114058107	
Criminal	00000248220174058107	
Execução Fiscal	00000306520124058107	
Execução Fiscal	00000010520184058107	

OUTROS:

TIPO DE AÇÃO	Nº DO PROCESSO	OBSERVAÇÃO
Execução Fiscal	00006727220114058107	Demora no cumprimento do ato de fl. 22.
Execução Fiscal	00009914620114058105	Demora no cumprimento do ato de fl. 63.
Execução Fiscal	00002188720144058107	Processo sem movimentação, de 09.02.2017 a 18.04.2018.
Execução Fiscal	00002145520114058107	Demora no cumprimento de despacho, de 05.07.2016 a 02.03.2018.
Execução Fiscal	00000753020164058107	Demora no cumprimento do despacho de fls. 67/69.
Execução Fiscal	00005188320134058107	Processo sem movimentação, de 29.09.2016 a 18.04.2018.
Execução Fiscal	00000490820114058107	Demora no cumprimento de ato ordinatório de 18/12/17, cump. em 02/03/18.
Execução Fiscal	00000522620124058107	Demora no cumprimento de ato ordinatório de 18/12/17, cump. em 02/03/18 (certidão apócrifa).
Execução Fiscal	00002717920114058105	Demora no cumprimento de ato ordinatório de 18/12/17, cump. em 02/03/18 (certidão apócrifa).
Execução Fiscal	00003470620114058105	Demora no cumprimento de ato ord. de 18/12/17, cump. em 02/03/18 (vista/carga, certidão sem

		assinatura).
Execução Fiscal	00003558020114058105	Demora no cumprimento de ato ordinatório, de 18/12/17, cump. em 02/03/18 (certidão de carga/vista sem assinatura), devolução em 03/04/18.
Execução Fiscal	00003661220114058105	Demora no cumprimento de ato ordinatório de 18/12/17, cump. em 02/03/18 (certidão sem assinatura).
Execução Fiscal	00004674320114058107	Demora no cumprimento de ato ordinatório de 18/12/17, cump. em 02/03/18 (cert. sem assinatura).
Execução Fiscal	00006813420114058107	Demora no cumprimento de ato ordinatório de 18/12/17, cump. em 02/03/18 (cert. de carga sem assinatura), devolução em 03/04/18.
Execução Fiscal	00006891120114058107	Demora no cumprimento de ato ordinatório de 18/12/17, cumprimento em 02/03/18 (certidão sem assinatura).
Execução Fiscal	00006909320114058107	Demora no cumprimento de ato ordinatório de 18/12/2017, cumprimento em 02/03/18 (certidão de carga sem assinatura), devol. em 03/04/18.
Execução Fiscal	00006943320114058107	Demora no cump. de ato ordinatório de 18/12/17, cump. em 02/03/18 (cert. apócrifa).
Execução Fiscal	00006987020114058107	Demora no cumprimento de ato ordinatório de 18/12/17, cump. em 02/03/18 (cert. sem assinatura).
Execução Fiscal	00008312120114058105	Demora no cumprimento de ato ordinatório de 18/12/17, cump. em 02/03/18, certidão sem assinatura.
Execução Fiscal	00001180620124058107	Demora no cumprimento de ato ordinatório de 18/12/17, cump. em

		02/03/18.
Execução Fiscal	00002847820114058105	Demora no cumprimento de ato ordinatório de 18/12/17, cump. em 02/03/18.
Execução Fiscal	00003644220114058105	Demora no cumprimento de ato ordinatório de 18/12/17, cump. em 02/03/18.
Execução Fiscal	00006882620114058107	Demora no cumprimento de ato ordinatório de 18/12/17, cump. em 02/03/18.
Execução Fiscal	00007004020114058107	Demora no cumprimento de ato ordin. de 18/12/17, cump. em 02/03/18.
Execução Fiscal	00004033920114058105	Demora no cumprimento do ato de fl. 91.
Execução Fiscal	00003029320114058107	Demora no cumprimento do ato de fl. 112.
Execução Fiscal	00008269620114058105	Demora no cumprimento do despacho de fl. 62.
Execução Fiscal	00006207120144058107	Sem movimentação no período de nov/16 a fev/18 (fls. 38/41).
Execução Fiscal	00002674220114058105	Demora no cumprimento do ato de fl. 84.
Execução Fiscal	00009732520114058105	Demora no cumprimento do ato ordinatório de fl. 64.
Execução Fiscal	00000549320124058107	Demora na análise de petição, desde 25.09.2017.
Execução Fiscal	00000384220124058107	Demora no cumprimento de ato ordinatório de 18/12/17, carga dos autos em 02/03/18.
Outras Observações:		
Processo : 00000248220174058107 Classe: Criminal - Réu preso.		
Processo : 00000459220164058107 Classe: Execução Fiscal - apenso ao Processo 28-56.2016.		
Processo: 00001721220114058105 Classe: Execução Fiscal - Apenso: Processos 640-67.2011, 642-37.2011, 334-07.2011, 639-82.2011, 641-52.2011, 638-97.2011, 294-19.2011, 291-64.2011, 308-03.2011.		
Processo : 00001916420104058101 Classe: Civil Pública - Redistribuído à 25ª Vara em 13.07.2011.		

Processo : 00006033520144058107 Classe: Execução Fiscal - grande devedor.

Processo : 00006302320114058107 Classe: Criminal - Réu preso.

6.25.9.1.3. Processos Judiciais Eletrônicos (Pje)

Da análise individual dos processos, destacam-se as seguintes ocorrências:

Número do Processo	Classe Judicial	Assunto	Último Evento	Polo Ativo	Polo Passivo	Correicionado
Ausência/demora na conclusão						
0000003-14.2014.4.05.8107	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Prorrogação	Juntada de Certidão de decurso de prazo	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-03	GABRIEL DE MESQUITA FACUNDO e outros - 634.931.873-00	SIM
0000054-88.2015.4.05.8107	AÇÃO CIVIL PÚBLICA	Patrimônio Histórico / Tombamento	Conclusos para decisão	INSTITUTO DO PATRIMONIO HISTORICO E ARTISTICO NACIONAL - IPHAN - 26.474.056/0001-71	ITALO SOUSA DA PAZ - 459.185.113-34	SIM
0000055-05.2017.4.05.8107	AÇÃO PENAL - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO	Falso testemunho ou falsa perícia	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL -	MARIA EVANDRA DE SOUSA E SILVA -	SIM
0000069-57.2015.4.05.8107	AÇÃO CIVIL PÚBLICA	Licenciamento / Exclusão	Conclusos para decisão	MINISTERIO PUBLICO ESTADUAL e outro - 04.206.050/0001-80	TIM CELULAR S.A. -	SIM
0000076-74.2009.4.05.8102	AÇÃO PENAL - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO	Peculato	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL -	JOSE ITAECIO ANUNCIADO e outros	SIM
0800003-10.2016.4.05.8107	PROCEDIMENTO COMUM	Benefício Assistencial (Art. 203,V CF/88)	Remetidos os Autos (em grau de recurso) para TRF5	ELIVANILSON CARLOS DE MELO - 026.443.273-85	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS - 29.979.036/0001-40	SIM
0800006-33.2014.4.05.8107	PROCEDIMENTO COMUM	Reintegração	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	PEDRO BENICIO DE OLIVEIRA -	UNIÃO FEDERAL - 26.004.558/0001-23	SIM
0800026-24.2014.4.05.8107	EMBARGOS À EXECUÇÃO	Efeito Suspensivo / Impugnação / Embargos à Execução	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	UNIÃO FEDERAL - 26.994.558/0001-23	MARIO QUINTINO BEZERRA - 005.662.683-52	SIM
0800035-15.2016.4.05.8107	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Dano ao Erário	Expedição de expediente	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL -	MARIA DE FATIMA MACIEL BEZERRA -	SIM
0800049-96.2016.4.05.8107	MONITÓRIA	Contratos Bancários	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF - 00.260.205/0001-04	JOSEFA MARIA DONNA DE FREITAS ARAUJO e outros - 325.543.033-04	SIM
0800077-64.2016.4.05.8107	MONITÓRIA	Contratos Bancários	Apreciada questão interlocutória	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF -	ANTONIO ILAMAR PEREIRA e outro -	SIM
0800093-81.2017.4.05.8107	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Juntada de Certidão	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	ASA BRANCA INDUSTRIA E COMERCIO DE MAQUINAS E IMPLEMENTOS AGRICOLAS LTDA -	SIM
0800094-66.2017.4.05.8107	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Juntada de Certidão	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	CENTRO SUL ENGENHARIA LTDA - EPP - 07.163.823/0001-87	SIM
0800103-28.2017.4.05.8107	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Dano ao Erário e outros	Juntada de Certidão de Intimação	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	RRS SERVICOS PROMOCIONAIS, EVENTOS E TRANSPORTE LTDA - ME e outros - 10.476.461/0001-99	SIM

0800212-13.2015.4.05.8107	PROCEDIMENTO COMUM	Auxílio-Doença Previdenciário	Juntada de Petição	FRANCISCO DIAS DE MORAIS - 080.099.608-96	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS - 29.979.036/0001-40	SIM
0800219-68.2016.4.05.8107	PROCEDIMENTO COMUM	Auxílio-Doença Previdenciário	Juntada de Certidão de Intimação	JOSE PEREIRA VIANA - 140.730.178-02	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS - 29.979.036/0001-40	SIM
0800233-52.2016.4.05.8107	AÇÃO CIVIL PÚBLICA	FUNDEF/Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério	Conclusos para decisão	ASS DOS PROFESSORES DE ESTABELECIMENTOS OFICIAIS CEARA - 06.938.146/0001-69	MUNICIPIO DE PIQUET CARNEIRO e outro - 07.738.057/0001-31	SIM
0800282-59.2017.4.05.8107	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Dano ao Erário	Juntada de Contestação	UNIÃO FEDERAL e outro - 26.004.558/0001-32	J LOURENCO DA SILVA FESTAS - ME e outros - 09.302.937/0001-96	SIM
0800342-66.2016.4.05.8107	PROCEDIMENTO COMUM	Aposentadoria Especial (Art. 57/8)	Juntada de Certidão	FRANCISCO LAERTE PIANCO DO AMARAL - 259.595.653-15	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS - 29.979.036/0001-40	SIM
0800353-95.2016.4.05.8107	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa e outros	Juntada de Certidão	CONSELHO REGIONAL DOS REPRESENTANTES COMERCIAIS NO ESTADO DO CEARA - 07.340.847/0001-64	WILMERSON SILVESTRE DOS SANTOS - 029.038.103-70	SIM
0800365-12.2016.4.05.8107	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	AGENCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT.	EMPRESA DE TRANSPORTE DOUZINHO LTDA - ME - 01.017.535/0001-38	SIM
0800396-32.2016.4.05.8107	PROCEDIMENTO COMUM	Financiamento de Produto	Juntada de Certidão de Intimação	ANTONIO JOZIVAN MARTINS BANDEIRA	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF -	SIM
0800479-48.2016.4.05.8107	AÇÃO CIVIL PÚBLICA	Patrimônio Histórico / Tombamento	Juntada de Contestação	INSTITUTO DO PATRIMONIO HISTORICO E ARTISTICO NACIONAL - IPHAN - 26.474.056/0001-71	LEILA ALVES LUCENA CAMINHA - 524.181.113-34	SIM
0800492-47.2016.4.05.8107	PROCEDIMENTO COMUM	Fundo de Participação dos Municípios	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MUNICIPIO DE ICO - 07.660.682/0001-70	UNIÃO FEDERAL - 26.004.558/0001-32	SIM
0800521-97.2016.4.05.8107	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	VALDIR JOSE DE LUCENA JUNIOR EIRELI - ME - 00.258.812/0001-31	SIM
0800523-67.2016.4.05.8107	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	SOUZA E CARNEIRO LTDA - ME -	SIM
0800531-44.2016.4.05.8107	PROCEDIMENTO COMUM	Remoção	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	DOMINGOS SAVIO PEREIRA DE SOUSA - 835.292.413-34	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS - 29.979.036/0001-40	SIM
0806434-81.2016.4.05.8100	EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL	Cédula de Crédito Bancário	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF - 00.360.305/0001-04	ARAÚJO & SOUSA COMERCIO E SERVICOS EIRELI -	SIM
0814073-53.2016.4.05.8100	TUTELA CAUTELAR ANTECEDENTE	FUNDEF/Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério	Juntada de Certidão de Intimação	JOSEFA IRLEUDA DE SOUSA - 894.154.773-34	MUNICIPIO DE ACOPIARA e outro - 07.847.379/0001-19	SIM
Lapso entre a distribuição e despacho inicial/limi						
0800189-96.2017.4.05.8107	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Enriquecimento ilícito	Juntada de Contestação	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL -	ANA LIZ COELHO PERDIGAO e outros -	SIM

	COMUM	Cargos	recurso) para TRF5	638.450.083-34	TECNOLOGIA DO CEARA - IFCE. -	
0800441-36.2016.4.05.8107	BUSCA E APREENSÃO EM ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA	Alienação Fiduciária	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF - 00.360.205/0001-04	FRANCISCO MARCEYLDON NEVES VIEIRA - 788.326.673-04	SIM
Lapso entre conclusão e prolação da sentença						
0000562-68.2014.4.05.8107	AÇÃO CIVIL PÚBLICA	Prorrogação	Juntada de Contrarrazões	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL -	BANCO DO BRASIL SA -	SIM
0800002-25.2016.4.05.8107	PROCEDIMENTO	Plano de Classificação de	Remetidos os Autos (em grau de	DANIELTON GOMES DOS SANTOS -	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCACAO, CIENCIA E	SIM
0800029-13.2013.4.05.8107	MONITÓRIA	Execução Contratual	Juntada de Certidão	CAIXA ECONOMICA FEDERAL -	ANTONIO EVANGELISTA SILVA - null	SIM
0800200-62.2016.4.05.8107	MANDADO DE SEGURANÇA	Seguro-desemprego	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	ISMAEL LOPES DE ARAUJO -	CARLOS ALBERTO DO AMARAL e outros	SIM
0800214-46.2016.4.05.8107	MANDADO DE SEGURANÇA	Acessão	Remetidos os Autos (em grau de recurso) para TRF5	DJALMA FRANCISCO DE SOUSA - 768.773.103-49	CHEFE DO ESCRITÓRIO REGIONAL DO IBAMA EM IGUATU e outro -	SIM
0800261-35.2016.4.05.8102	PROCEDIMENTO COMUM	Diárias e Outras Indenizações e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	RAIMUNDO NONATO GREGORIO DA COSTA - 144.109.958-12	UNIÃO FEDERAL - 26.994.558/0001-23	SIM
0800342-66.2016.4.05.8107	PROCEDIMENTO COMUM	Aposentadoria Especial (Art. 57/8)	Juntada de Certidão	FRANCISCO LAERTE PIANCO DO AMARAL - 259.595.653-15	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS - 29.979.036/0001-40	SIM
0800396-32.2016.4.05.8107	PROCEDIMENTO COMUM	Financiamento de Produto	Juntada de Certidão de Intimação	ANTONIO JOZIVAN MARTINS BANDEIRA	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF -	SIM
0800401-54.2016.4.05.8107	PROCEDIMENTO COMUM	Revisão Geral Anual (Mora do Executivo - inciso X, art. 37, CF 1988)	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	RAPHAEL BEZERRA VIEIRA LIMA e outro - 018.410.153-00	UNIÃO FEDERAL - 26.994.558/0001-23	SIM
0800416-23.2016.4.05.8107	AÇÃO CIVIL PÚBLICA	Patrimônio Histórico / Tombamento	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	INSTITUTO DO PATRIMONIO HISTORICO E ARTISTICO NACIONAL - IPHAN - 26.474.056/0001-71	LUCIANO SANTANA DA SILVA - 421.595.633-15	SIM
0800504-27.2017.4.05.8107	PROCEDIMENTO COMUM	Capitalização e Previdência Privada	Conclusos para decisão	CARLOS ALBERTO DE LIMA -	FUNCEF e outro - 00.426.033/0001-00	SIM
0800531-44.2016.4.05.8107	PROCEDIMENTO COMUM	Remoção	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	DOMINGOS SAVIO PEREIRA DE SOUSA - 835.292.413-34	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS - 29.979.036/0001-40	SIM
0814073-53.2016.4.05.8100	TUTELA CAUTELAR ANTECEDENTE	FUNDEF/Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério	Juntada de Certidão de Intimação	JOSEFA IRLEUDA DE SOUSA - 894.154.773-34	MUNICIPIO DE ACOPIARA e outro - 07.847.379/0001-19	SIM
Lapso entre conclusão e prolação despacho/decisão						
0000054-88.2015.4.05.8107	AÇÃO CIVIL PÚBLICA	Patrimônio Histórico / Tombamento	Conclusos para decisão	INSTITUTO DO PATRIMONIO HISTORICO E ARTISTICO NACIONAL - IPHAN - 26.474.056/0001-71	ITALO SOUSA DA PAZ - 459.185.113-34	SIM
0000055-05.2017.4.05.8107	AÇÃO PENAL - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO	Falso testemunho ou falsa perícia	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL -	MARIA EVANDRA DE SOUSA E SILVA -	SIM

0000057-43.2015.4.05.8107	AÇÃO CIVIL PÚBLICA	Patrimônio Histórico / Tombamento	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	INSTITUTO DO PATRIMONIO HISTORICO E ARTISTICO NACIONAL - IPHAN - 26.474.056/0001-71	MAURA SANTANA DA SILVA - ME - 06.228.006/0001-05	SIM
0000099-24.2017.4.05.8107	AÇÃO PENAL - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO	Fraude no Pagamento por Meio de Cheque	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL -	VETERGLEUDSON DE OLIVEIRA e outro	SIM
0000538-40.2014.4.05.8107	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Prorrogação	Conclusos para despacho	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL -	JOSE CLAUDIO DIAS DE OLIVEIRA e outros	SIM
0800023-30.2018.4.05.8107	AÇÃO PENAL - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO	Estelionato Majorado	Baixa Definitiva	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL -	FRANCISCO UCHOA DA SILVA e outro -	SIM
0800035-15.2016.4.05.8107	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Dano ao Erário	Expedição de expediente	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL -	MARIA DE FATIMA MACIEL BEZERRA -	SIM
0800059-72.2018.4.05.8107	AÇÃO PENAL - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO	Emprego irregular de verbas ou rendas públicas	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-02	DANUZIO CESAR ALMEIDA DO NASCIMENTO e outros - 756.314.583-49	SIM
0800077-64.2016.4.05.8107	MONITÓRIA	Contratos Bancários	Apreciada questão interlocutória	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF -	ANTONIO ILAMAR PEREIRA e outro -	SIM
0800200-62.2016.4.05.8107	MANDADO DE SEGURANÇA	Seguro-desemprego	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	ISMAEL LOPES DE ARAUJO -	CARLOS ALBERTO DO AMARAL e outros	SIM
0800212-13.2015.4.05.8107	PROCEDIMENTO COMUM	Auxílio-Doença Previdenciário	Juntada de Petição	FRANCISCO DIAS DE MORAIS - 080.099.608-96	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS - 29.979.036/0001-40	SIM
0800213-27.2017.4.05.8107	AÇÃO CIVIL PÚBLICA	Correção Monetária de Diferenças Pagas em Atraso	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	SINDICATO DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE CARIUS - 12.467.882/0001-89	MUNICIPIO DE CARIUS e outro - 07.540.180/0001-43	SIM
0800219-68.2016.4.05.8107	PROCEDIMENTO COMUM	Auxílio-Doença Previdenciário	Juntada de Certidão de Intimação	JOSE PEREIRA VIANA - 140.730.178-02	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS - 29.979.036/0001-40	SIM
0800265-57.2016.4.05.8107	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Apreciada questão interlocutória	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	ALCANCE ASSESSORIA PROJETOS E CONSTRUCOES LTDA - ME - 10.444.124/0001-10	SIM
0800343-51.2016.4.05.8107	EXECUÇÃO DA PENA	Prestação de Serviços à Comunidade e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	ANTONIA LUCIVANIA DO NASCIMENTO SANTOS -	SIM
0800394-28.2017.4.05.8107	AÇÃO CIVIL PÚBLICA	Anulação	Conclusos para decisão	UNIÃO FEDERAL e outro -	ZUELLINGTON QUEIROGA FREIRE e outros - 120.123.783-15	SIM
0800441-36.2016.4.05.8107	BUSCA E APREENSÃO EM ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA	Alienação Fiduciária	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF - 00.360.205/0001-04	FRANCISCO MARCEYLDON NEVES VIEIRA - 788.326.673-04	SIM
0800462-12.2016.4.05.8107	PROCEDIMENTO COMUM	Auxílio-Doença Previdenciário	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	JOAQUIM VALENTIM DE MELO - 151.327.888-66	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS - 29.979.036/0001-40	SIM
Lapso sem movimentação processo na Secretaria						
0000037-81.2017.4.05.8107	AÇÃO PENAL - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO	Estelionato Majorado	Juntada de Certidão de Retificação de Autuação	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-02	JACKSON VIEIRA MACEDO e outro - 020.322.053-12	SIM
0000093-17.2017.4.05.8107	INQUÉRITO POLICIAL	Falsificação de documento público e outros	Conclusos para decisão	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-02	FRANCISCO ALAN RODRIGUES DA SILVA - 011.671.913-31	SIM

0000119-83.2015.4.05.8107	AÇÃO CIVIL PÚBLICA	Atividade Política	Conclusos para julgamento	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS CONTRA AS SECAS - DNOCS - 00.043.711/0001-43	SIM
0000253-13.2015.4.05.8107	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Pagamento Atrasado / Correção Monetária	Juntada de Certidão de decurso de prazo	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	GILDOMAR FERREIRA GONCALVES e outros - 760.341.603-59	SIM
0000473-45.2014.4.05.8107	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Prorrogação	Juntada de Certidão de Intimação	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	MARIA DE FATIMA MACIEL BEZERRA e outros - 234.735.413-20	SIM
0000534-03.2014.4.05.8107	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Prorrogação	Juntada de Certidão de Intimação	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	CEVEMA CEARA VEICULOS MAQUINAS E ACESSORIO LTDA e outros - 05.331.509/0001-30	SIM
0000538-40.2014.4.05.8107	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Prorrogação	Conclusos para despacho	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	JOSE CLAUDIO DIAS DE OLIVEIRA e outros	SIM
0000584-29.2014.4.05.8107	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Prorrogação	Conclusos para despacho	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	SIMOES CONSTRUCOES COMERCIO, SERVIOS E TRANSPOTES LTDA e outros - 09.281.455/0001-05	SIM
0000587-81.2014.4.05.8107	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Prorrogação	Juntada de Certidão de Intimação	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	ANTONIO ALMEIDA NETO e outro - 119.697.763-15	SIM
0018243-92.2002.4.05.8100	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Dano ao Erário e outros	Juntada de Contrarrazões	MUNICIPIO DE SABOIEIRO e outros - 07.811.016/0001-07	L ALBUQUERQUE DE FREITAS - ME e outros - 04.022.614/0001-25	SIM
0800002-25.2016.4.05.8107	PROCEDIMENTO COMUM	Plano de Classificação de Cargos	Remetidos os Autos (em grau de recurso) para TRF5	DANIELTON GOMES DOS SANTOS - 638.450.083-34	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCACAO, CIENCIA E TECNOLOGIA DO CEARA - IFCE. - 10.744.098/0001-45	SIM
0800029-13.2013.4.05.8107	MONITÓRIA	Execução Contratual	Juntada de Certidão	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - 03.636.198/0001-92	ANTONIO EVANGELISTA SILVA - null	SIM
0800103-28.2017.4.05.8107	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Dano ao Erário e outros	Juntada de Certidão de Intimação	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	RRS SERVICOS PROMOCIONAIS, EVENTOS E TRANSPORTE LTDA - ME e outros - 10.476.461/0001-99	SIM
0800200-62.2016.4.05.8107	MANDADO DE SEGURANÇA	Seguro-desemprego	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	ISMAEL LOPES DE ARAUJO - 144.109.958-12	CARLOS ALBERTO DO AMARAL e outros	SIM
0800212-13.2015.4.05.8107	PROCEDIMENTO COMUM	Auxílio-Doença Previdenciário	Juntada de Petição	FRANCISCO DIAS DE MORAIS - 080.099.608-96	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS - 29.979.036/0001-40	SIM
0800261-35.2016.4.05.8102	PROCEDIMENTO COMUM	Diárias e Outras Indenizações e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	RAIMUNDO NONATO GREGORIO DA COSTA - 144.109.958-12	UNIÃO FEDERAL - 26.994.558/0001-23	SIM
0800282-59.2017.4.05.8107	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Dano ao Erário	Juntada de Contestação	UNIÃO FEDERAL e outro - 26.994.558/0001-23	J LOURENCO DA SILVA FESTAS - ME e outros - 09.302.937/0001-96	SIM
0800394-28.2017.4.05.8107	AÇÃO CIVIL PÚBLICA	Anulação	Conclusos para decisão	UNIÃO FEDERAL e outro - 26.994.558/0001-23	ZUELLINGTON QUEIROGA FREIRE e outros - 120.123.783-15	SIM
0800479-48.2016.4.05.8107	AÇÃO CIVIL PÚBLICA	Patrimônio Histórico / Tombamento	Juntada de Contestação	INSTITUTO DO PATRIMONIO HISTORICO E ARTISTICO NACIONAL - IPHAN - 26.474.056/0001-71	LEILA ALVES LUCENA CAMINHA - 524.181.113-34	SIM

0800509-83.2016.4.05.8107	PROCEDIMENTO COMUM	Fundo de Participação dos Municípios	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MUNICIPIO DE JUCAS 07.541.270/0001-60	UNIÃO FEDERAL - 26.004.558/0001-22	SIM
Lapso temporal para cumprimento despacho/decisão						
0800103-28.2017.4.05.8107	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Dano ao Erário e outros	Juntada de Certidão de Intimação	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	RRS SERVICOS PROMOCIONAIS, EVENTOS E TRANSPORTE LTDA - ME e outros - 10.476.461/0001-99	SIM
0800219-68.2016.4.05.8107	PROCEDIMENTO COMUM	Auxílio-Doença Previdenciário	Juntada de Certidão de Intimação	JOSE PEREIRA VIANA - 140.730.178-02	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS - 29.979.036/0001-40	SIM
0800365-12.2016.4.05.8107	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	AGENCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT.	EMPRESA DE TRANSPORTE DOUZINHO LTDA - ME - 01.017.535/0001-38	SIM
0800516-41.2017.4.05.8107	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF -	CERAMICA JUCAS EIRELI - ME -	SIM
0800523-67.2016.4.05.8107	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FAZENDA NACIONAL 00.394.460/0216-53	SOUZA E CARNEIRO LTDA - ME -	SIM
0800527-70.2017.4.05.8107	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CONSELHO REGIONAL DOS REPRESENTANTES COMERCIAIS NO ESTADO DO CEARA - 07.340.847/0001-64	FABIO GUEDES DA SILVA - 425.977.813-72	SIM
0806434-81.2016.4.05.8100	EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL	Cédula de Crédito Bancário	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF - 00.360.305/0001-04	ARAUJO & SOUSA COMERCIO E SERVICOS EIRELI -	SIM

Outros:

0800184-11.2016.4.05.8107	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa não-tributária e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVAVEIS - IBAMA - 03.659.166/0001-02	JOSE NATANAEL PINHEIRO RODRIGUES - 040.298.593-13	SIM
Paralisação irregular do processo						
0000003-14.2014.4.05.8107	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Prorrogação	Juntada de Certidão de decurso de prazo	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	GABRIEL DE MESQUITA FACUNDO e outros - 634.931.873-00	SIM
0000585-14.2014.4.05.8107	AÇÃO PENAL - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO	Peculato	Juntada de Certidão	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL -	WILSIANE SOARES DE OLIVEIRA e outros	SIM
0800056-88.2016.4.05.8107	PROCEDIMENTO COMUM	Exercício Profissional	Juntada de Certidão de Intimação	ANA PAULA MARTINS EVANGELISTA - 054.480.403-14	CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL 3 REGIAO - CRESS/CE	SIM
0800094-66.2017.4.05.8107	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Juntada de Certidão	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	CENTRO SUL ENGENHARIA LTDA - EPP - 07.163.823/0001-87	SIM
0800105-95.2017.4.05.8107	PROCEDIMENTO COMUM	Pensão por Morte (Art. 74/9)	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	ROSA MARIA ALVES DUARTE - 000.443.053-03	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS - 29.979.036/0001-40	SIM
0800180-71.2016.4.05.8107	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa não-tributária e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVAVEIS - IBAMA - 03.659.166/0001-02	E G DOS SANTOS - ME - 04444818000154	SIM

0800182-41.2016.4.05.8107	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVAVEIS - IBAMA - 03.659.166/0001-02	FRANCISCO BARBOSA DA SILVA - 608.426.223-65	SIM
0800184-11.2016.4.05.8107	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa não-tributária e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVAVEIS - IBAMA - 03.659.166/0001-02	JOSE NATANAEL PINHEIRO RODRIGUES - 040.298.593-13	SIM
0800214-46.2016.4.05.8107	MANDADO DE SEGURANÇA	Acessão	Remetidos os Autos (em grau de recurso) para TRF5	DJALMA FRANCISCO DE SOUSA - 768.773.103-49	CHEFE DO ESCRITÓRIO REGIONAL DO IBAMA EM IGUATU e outro -	SIM
0800222-23.2016.4.05.8107	EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL	Contratos Bancários	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF - 00.360.305/0001-04	LAENE DE SOUZA PEREIRA - ME e outros - 18.647.327/0001-15	SIM
0800284-63.2016.4.05.8107	PROCEDIMENTO COMUM	Contratos Bancários	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF - 00.360.305/0001-04	AUTO CENTER MULTIMARCAS COMERCIO DE VEICULOS LTDA - ME e outro - 14.595.218/0001-40	SIM
0800343-51.2016.4.05.8107	EXECUÇÃO DA PENA	Prestação de Serviços à Comunidade e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	ANTONIA LUCIVANIA DO NASCIMENTO SANTOS -	SIM
0800353-95.2016.4.05.8107	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa e outros	Juntada de Certidão	CONSELHO REGIONAL DOS REPRESENTANTES COMERCIAIS NO ESTADO DO CEARA - 07.340.847/0001-64	WILMERSON SILVESTRE DOS SANTOS - 029.038.103-70	SIM
0800521-97.2016.4.05.8107	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	VALDIR JOSE DE LUCENA JUNIOR EIRELI - ME - 00.258.812/0001-31	SIM

Processo em ordem						
0000023-97.2017.4.05.8107	AÇÃO PENAL - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO	Roubo Majorado	Juntada de Certidão de Trânsito em Julgado	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	THIAGO LUCENA DE LIMA e outros - 018.205.203-66	SIM
0000050-80.2017.4.05.8107	AÇÃO PENAL - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO	Crimes da Lei de licitações	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	PAULO CESAR CARDOSO PEREIRA e outro - 754.524.303-00	SIM
0000051-36.2015.4.05.8107	AÇÃO PENAL - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO	Moeda Falsa / Assimilados	Petição	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL -	ILDERLANDIO SILVA DE MELO -	SIM
0000101-90.2009.4.05.8101	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Dano ao Erário e outros	Conclusos para despacho	FUNDACAO NACIONAL DE SAUDE - FUNASA e outro - 26.989.350/0001-16	FRANCISCO LEITE GUIMARAES NUNES - 326.225.463-00	SIM
0000127-65.2012.4.05.8107	AÇÃO PENAL - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO	Crimes da Lei de licitações	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL -	AQUILES DE SOUSA SA e outros -	SIM
0000141-78.2014.4.05.8107	AÇÃO PENAL - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO	Crimes contra a Ordem Tributária	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL -	JOAO ALENCAR DE OLIVEIRA -	SIM
0000171-50.2013.4.05.8107	AÇÃO PENAL - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO	Crimes Contra a Administração da Justiça	Juntada de Certidão de decurso de prazo	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL -	JOSE FERREIRA DA SILVA e outros -	SIM
0000226-35.2012.4.05.8107	AÇÃO PENAL - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO	Crimes contra a Flora	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL -	FRANCISCO KACIO DE ARAUJO -	SIM

0000232-03.2016.4.05.8107	AÇÃO PENAL - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO	Moeda Falsa / Assimilados	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL -	CARLOS EDUARDO ALVES DA SILVA -	SIM
0000237-59.2015.4.05.8107	AÇÃO PENAL - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO	Falsificação de documento público	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL -	FRANCISCO REALES NAVARRO -	SIM
0000264-76.2014.4.05.8107	AÇÃO PENAL - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO	Crimes Praticados por Particular Contra a Administração Pública Estrangeira	Juntada de Certidão	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	GABRIEL DE MESQUITA FACUNDO e outros - 634.931.873-00	SIM
0000265-61.2014.4.05.8107	AÇÃO PENAL - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO	Crimes da Lei de licitações	Juntada de Certidão	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	INES HELENA AGUIAR DE VASCONCELOS e outros - 357.355.203-00	SIM
0000328-57.2012.4.05.8107	PROCEDIMENTO COMUM	Aposentadoria por Invalidez Acidentária	Conclusos para despacho	RODRIGUES PEREIRA DOS SANTOS - 010.387.153-50	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS - 29.979.036/0001-40	SIM
0000334-59.2015.4.05.8107	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Prorrogação	Conclusos para despacho	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL -	ANTONIO ALMEIDA NETO e outros -	SIM
0000341-51.2015.4.05.8107	AÇÃO PENAL - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO	Alienação ou Oneração Fraudulenta de Coisa Própria	Juntada de Certidão de decurso de prazo	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	MARIA DAS DORES DE OLIVEIRA - 320.942.922-24	SIM
0000464-88.2011.4.05.8107	AÇÃO CIVIL PÚBLICA	Prorrogação	Juntada de Certidão de Retificação de Autuação	FUNDACAO NACIONAL DE SAUDE - FUNASA e outro - 26.989.350/0001-16	ANTONIO ALMEIDA NETO e outro - 119.697.763-15	SIM
0000605-39.2013.4.05.8107	AÇÃO PENAL - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO	Crimes contra a Flora	Juntada de Certidão	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	DOMINGOS HENRIQUE DIOGENES PINHEIRO - 640.112.323-00	SIM
0000641-72.2008.4.05.8102	AÇÃO PENAL - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO	Moeda Falsa / Assimilados	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL -	MANOEL BEZERRA DE ALMEIDA -	SIM
0000658-20.2013.4.05.8107	INQUÉRITO POLICIAL	Crimes Contra a Administração da Justiça	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL e outro - 03.636.198/0001-92	SEM INDICIADO - null	SIM
0001198-88.2010.4.05.8102 - (Segredo)	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Dano ao Erário e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FUNDACAO NACIONAL DE SAUDE - FUNASA e outro - 26.989.350/0001-16	PETRONIO FERREIRA SOARES e outros - 141.152.394-68	SIM
0001483-18.2009.4.05.8102	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Dano ao Erário e	Juntada de Cota	FUNDACAO NACIONAL DE SAUDE - FUNASA e outro -	TENCO CONSTRUCOES E PRESTADORA DE SERVICOS LTDA e outros - 04.462.785/0001-75	SIM
0800045-88.2018.4.05.8107	MANDADO DE SEGURANÇA COLETIVO	Classificação e/ou Preterição	Juntada de Certidão de Intimação	CONSELHO REGIONAL DE BIOMEDICINA - 2 REGIAO - 24.417.008/0001-16	MUNICIPIO DE SOLONOPOLE e outro - - 07.733.256/0001-57	SIM
0800056-93.2013.4.05.8107	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA CONTRA A FAZENDA PÚBLICA	Aposentadoria Especial (Art. 57/8)	Baixa Definitiva	ELZE ALVES LIMA VERDE MONTENEGRO - 000.937.023-45	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCACAO, CIENCIA E TECNOLOGIA DO CEARA - IFCE. - 10.744.098/0001-45	SIM
0800066-64.2018.4.05.8107	AÇÃO PENAL - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO	Crimes de Responsabilidade	Conclusos para decisão	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL -	ARTUR FEITOSA NOGUEIRA e outros -	SIM
0800069-19.2018.4.05.8107	AÇÃO PENAL - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO	Crimes contra a Ordem Tributária	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	JOAO ELMO MORENO CAVALCANTE - 001.526.503-00	SIM

0800073-56.2018.4.05.8107	PROCEDIMENTO COMUM	Exclusão - ICMS	Juntada de Petição	MUNICIPIO DE JAGUARIBE -	UNIÃO FEDERAL -	SIM
0800087-40.2018.4.05.8107	REINTEGRAÇÃO / MANUTENÇÃO DE POSSE	Esbulho / Turbação / Ameaça	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	LUIZ ODIMAR DE MENDONCA -	FTL - FERROVIA TRANSNORDESTINA LOGISTICA S.A - 17.234.244/0001-31	SIM
0800110-83.2018.4.05.8107	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	TRANSLOG. TRANSPORTES E CARGAS LTDA - 11.522.234/0001-15	SIM
0800115-08.2018.4.05.8107	AÇÃO PENAL - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO	Crimes de Responsabilidade	Proferido despacho de mero expediente	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL -	MARCOS AGEU MEDEIROS SOARES e outros - 886.244.553-91	SIM
0800549-31.2017.4.05.8107	EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL	Compromisso	Baixa Definitiva	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF -	MONICA LIMA BRASIL -	SIM

6.25.10. Correição anterior e autoinspeção

A unidade informou que as determinações constantes da Correição anterior foram cumpridas parcialmente.

A última autoinspeção foi a Inspeção Ordinária do Ano de 2018, realizada no período compreendido entre 26 de fevereiro a 2 de março de 2018 (Edital Coletivo de Inspeção/2018, publicado no Diário da Justiça Eletrônico da Seção Judiciária do Ceará nº 234.0/2017, de 18 de dezembro de 2017).

Estabeleceu-se como meta o saneamento dos processos que não estavam em ordem. A meta foi parcialmente cumprida, da seguinte forma: houve saneamento total dos processos em tramitação no Juizado Especial Federal Adjunto. Quanto aos processos em tramitação na Jurisdição Federal Comum, houve cumprimento parcial, notadamente pela quantitativo menor de servidores ativos.

Diante do cenário que vivencia a 25ª Vara Federal, no tocante ao quadro de pessoal, estipulou-se que as diligências determinadas nos processos inspecionados remanescentes, sejam, tão logo, cumpridas.

6.25.11. Considerações finais

A 25ª Vara Federal conta com estrutura física e equipamentos adequados a seu funcionamento.

A partir da análise processual, foram observados alguns pontos que merecem maior atenção por parte da unidade, quais sejam:

1. Demora na conclusão;
2. Demora na prolação de despacho/decisão/sentença;
3. Demora no cumprimento de despacho/decisão;
4. Feitos sem movimentação processual;
5. Demora no cumprimento de ato ordinatório nas execuções fiscais;
6. Alguns feitos sem alteração da classe para cumprimento de sentença; e
7. Demora para exarar ato ordinatório em alguns processos.

Em atenção ao contido na Meta 5 do CNJ (Baixar quantidade maior de processos de execução não fiscal do que o total de casos novos de execução não fiscal no ano corrente), registre-se que avulta de importância que seja observado pelas Varas de Juizado ou com JEF Adjunto que haja identificação no CRETA de quando o processo inicia a fase de execução, a fim de que não ocorram problemas na estatística alusiva à referida Meta.

Por fim, pelos demais dados apontados neste relatório e pelas constatações realizadas *in loco* durante a correição, pode-se afirmar que a 25ª Vara Federal funciona de modo razoável.

6.26. 26ª VARA FEDERAL - FORTALEZA/CE

6.26.1. Competência, localização, estrutura física e horário de expediente

A 26ª Vara Federal do Ceará detém competência para processar e julgar causas de competência da Justiça Federal até o valor de 60 (sessenta) salários mínimos, nos termos da Lei nº 10.259/2001, e funciona no 15º andar do prédio da sede da SJCE, localizado na Rua Pedro I, Praça Gen. Murilo Borges, nº 01, Centro, Fortaleza/CE.

A Vara apresentou instalações adequadas para todos: juízes federais, servidores, estagiários, terceirizados, membros do Ministério Público Federal, procuradores federais, defensores públicos federais, advogados e jurisdicionados.

O horário de expediente da unidade é das 9h às 18h.

6.26.2. Corpo funcional - juiz federal e servidores

A 26ª Vara Federal conta com o seguinte quadro de pessoal: a) 01 magistrado, Sérgio Fiuza Tahim de Sousa Brasil (juiz federal titular); b) 17 servidores, sendo 07 analistas judiciários e 10 técnicos judiciários. Existem dois servidores requisitados (com vínculo com o serviço público).

Por ocasião do preenchimento do formulário de gestão, havia 01 servidora afastada por motivo de saúde.

6.26.2.1. Juiz Federal Titular

O Juiz Federal Titular, Sérgio Fiuza Tahim de Sousa Brasil, exerce a magistratura desde 17/02/2003, atuando na 26ª Vara Federal desde 24/03/2014.

O magistrado esteve respondendo pela Direção do Foro-SJCE de 19 a 20/4/2016 e na Coordenação do JEF3, de 29/4/2015 a 4/4/2017.

Esteve no usufruto de: a) Férias: de 27/6/2016 a 14/7/2016; 19/6/2017 a 18/7/2017, 20/11/2017 a 12/12/2017; b) Licenças: 9/11/2016 a 8/12/2016 (Médica).

Período total de afastamento: 3(três) meses e 10 (dez) dias.

O Juiz Federal Titular reside na região metropolitana onde se situa a sede da Seção Judiciária, em Fortaleza/CE.

O cargo de juiz substituto encontra-se vago.

6.26.2.2. Servidores

Em relação às funções de confiança (FCs), aos cargos em comissão (CJs) e à formação acadêmica dos servidores ocupantes de cargos efetivos na 26ª Vara Federal, pode ser observado o seguinte quadro:

Nome	Cargo efetivo	Ocupa FC ou CJ? Qual?	Grau de Instrução	Área de formação
Rejane Albuquerque Lima Braga (Mat.: 1083)	Analista Judiciária – Área Judiciária	Sim. FC-05. Supervizora de Seção da Análise e Andamento Processual	Superior Completo	Administração e Direito
Ana Beatriz Melo Feliciano (Mat.: 1100)	Técnica Judiciária – Área Administrativa	Sim. FC-04. Supervisor-Assistente da Análise Inicial/Triagem	Superior Completo	Administração
Pedro Eduardo Pompeu de Souza Brazil (Mat.: 1158)	Analista Judiciário – Área Judiciária	Sim. FC-04. Supervisor-Assistente do Setor de Agendamento e Controle de Audiência	Superior Completo	Direito
Gina Emanuela C. de C. e Pinheiro (Mat.: 1340)	Técnica Judiciária – Área Administrativa	Sim. FC-04. Supervisor-Assistente do Setor de Controle de Perícias	Superior Completo	Comunicação Social
Francisco Wilson de Brito Aguiar (Mat.: 1225)	Técnico Judiciário – Área Administrativa	Sim. FC-05. Supervisor da Seção de Cálculo e Informação	Superior Completo	Informática e Direito
Rozana Daniele Coutinho dos Santos (Mat.: 1410)	Técnica Judiciária – Área Administrativa	Sim. FC-04. Supervizora-Assistente do Setor de Setor de Confecção de Cálculos	Superior Completo	Contabilidade
Antonio Adriano Cidrão Pinheiro (Mat.: 1030)	Técnico Judiciário – Área Administrativa	Não ocupa função	Superior Completo	Engenharia Civil
Ticiane Pinto Torres de Melo (Mat.1031)	Técnico Judiciário – Área Administrativa	Sim. FC-04. Supervisor-Assistente da Seção de Cumprimento de obrigação/sentença	Superior Completo	Fisioterapia
André Lima Silva (Mat.: 1157)	Analista Judiciário - Área Judiciária - Especialidade: Execução de Mandado	Não ocupa função.	Superior Completo	Direito
José Gerardo Freire (Mat.: 1153)	Analista Judiciário - Área Judiciária - Especialidade: Execução de Mandado	Não ocupa função.	Superior Completo	Direito
Gabriela de Souza Silva (Mat.: 0605)	Técnica Judiciária – Área Administrativa	Sim. FC-05. Oficial do Gabinete do Juiz Federal	Superior Completo	Contabilidade e Direito
Grazielle Mateus Xavier (Mat.: 1249)	Analista Judiciária – Área Judiciária	Sim. FC-05. Supervizora da Seção de Cumprimento e Expedição	Superior Completo	Direito
Ronaldo Leite Rodrigues (Mat.: 1147)	Técnico Judiciário – Área Administrativa	Sim. FC-04. Supervisor-Assistente do Gabinete do Juiz Federal	Superior Completo	Informática e Direito
João Victor Carvalho Barbosa (Mat.: 1391)	Técnico Judiciário – Área Administrativa	Sim. FC-05. Oficial de Gabinete do Juiz Federal Substituto	Superior Completo	Direito
Cristhianne Tavares Pinheiro (Mat.: 426)	Técnica Judiciária – Área Administrativa	Sim. FC-04. Supervisor-Assistente do Gabinete do Juiz Federal Substituto	Superior Completo	Administração e Direito
Aurenice Maria Costa Viana Negreiros (Mat.: 559)	Analista Judiciária – Área Judiciária	Sim. FC-04. Supervisor-Assistente do Gabinete do Juiz Federal Substituto	Superior Completo	Serviço Social e Direito
Carlos Horácio Melo Falcão (Mat.: 1091)	Analista Judiciário – Área Judiciária	Sim. FC-04. Supervisor-Assistente do Setor de Expedição de RPVs	Superior Completo	Direito

Como se pode deprender, no tocante à formação acadêmica dos servidores efetivos 26ª Vara Federal, verifica-se que há uma preocupação com a qualificação.

6.26.2.3. Estagiários

Há a previsão de dois estagiários para a Vara e o número efetivo de estagiários na Vara corresponde a 2 (dois). Um estagiário atua na Secretaria e o outro no Gabinete.

6.26.3. Organização da 26ª Vara Federal

Dentre os servidores da 26ª Vara Federal do Ceará, 10 exercem suas atribuições na secretaria e 08 no gabinete.

6.26.3.1. Secretaria

Conforme consta no formulário de gestão apresentado, a Secretaria da Vara é dividida em dois setores macros, sendo um responsável pela condução do processo na fase de conhecimento e outro responsável pela execução e cumprimento de sentença.

O primeiro setor, denominado de ANÁLISE INICIAL, PERÍCIAS E AUDIÊNCIAS, é responsável pelo andamento do processo durante a fase de conhecimento, independentemente da atividade necessária ao seu impulso. Os servidores alocados nesse setor atuam, quando necessário, na anexação de minutas de sentenças em processos de extinção sem resolução do mérito, tais como os casos de ausência à perícia, ausência à audiência, não cumprimento da emenda à inicial etc. Igualmente, faz-se a juntada no sistema de sentenças padronizadas em ações que o laudo pericial ateste a capacidade laboral.

a) ANÁLISE INICIAL. O subsetor de ANÁLISE INICIAL conta precipuamente com as servidoras Rejane Albuquerque Lima Braga (Mat.: 1083), Ana Beatriz Melo Felismino (Mat.: 1100) e Gina Emanuela C. de C. e Pinheiro (Mat.: 1340). No subsetor de ANÁLISE INICIAL, o processo é analisado minuciosamente para que se verifique se está apto a prosseguir. A análise visa a corrigir falhas ocorridas por ocasião do ajuizamento pelo advogado ou durante a atermiação, bem como conferir a documentação apresentada. Nas ações em que se observa a falta de condições mínimas, o advogado da parte autora é intimado para sanear as falhas. Em ordem, os processos serão encaminhados para os diversos subsetores da unidade.

b) AUDIÊNCIAS. O subsetor de AUDIÊNCIAS conta precipuamente com o labor do servidor Pedro Eduardo Pompeu de Sousa Brasil (Mat.: 1158). O referido servidor atua nas audiências, coletando o áudio, elaborando cálculos – quando há homologação de acordo em audiência e julgamento dos feitos em audiência –, fazendo relatórios e elaborando as minutas de sentenças.

c) PERÍCIAS. O subsetor de PERÍCIAS conta precipuamente com o labor da servidora Gina Emanuela C. de C. e Pinheiro (Mat.: 1340). No subsetor de PERÍCIAS são controladas as pautas das perícias, bem como requisitados os honorários periciais, analisados os laudos anexados, efetuada a cobrança dos laudos em atraso, confecção dos expedientes relacionados à realização das perícias. Todos os servidores do setor de ANÁLISE INICIAL, PERÍCIAS E AUDIÊNCIAS conhecem os procedimentos referentes a todo o andamento processual e estão aptos a movimentar os processos, de modo que em eventuais licenças, férias e afastamentos não há prejuízo para o serviço. Realizam a análise inicial, agendam perícias e audiências, elaboram relatórios de audiências, analisam as respostas do réu, ou seja, dão impulso ao processo desde o seu momento inicial até o momento da conclusão para sentença.

O segundo setor macro, denominado de CONTADORIA, RECURSO E EXECUÇÃO, é responsável pela elaboração de cálculos, recebimentos de recursos, manutenção das

planilhas de cálculos, expedição de RPV e Precatório. Esse setor é responsável pela execução dos julgados, também participando da fase de conhecimento, apenas naqueles processos que precisam da elaboração dos cálculos para tornar a sentença líquida.

a) CONTADORIA. O subsetor de CONTADORIA conta exclusivamente com os servidores Francisco Wilson de Brito Aguiar (Mat.: 1225) e Rosana Daniele Coutinho dos Santos (Mat.: 1410).

b) RECURSOS. O subsetor de RECURSOS conta com a servidora Ticiano Pinto Torres de Melo (Mat.: 1631).

c) EXECUÇÃO. O subsetor de EXECUÇÃO conta com os servidores Ticiano Pinto Torres de Melo (Mat.: 1631) e Antonio Adriano Cidrão Pinheiro (Mat.: 1036). No subsetor de EXECUÇÃO são expedidas as RPV's, Precatórios e Alvarás, bem como o monitoramento do cumprimento pelo INSS das obrigações de fazer, procedimentos referentes à habilitação de herdeiros, minutas de protocolo do BACENJUD e o recebimento dos processos enviados da Turma Recursal para análise e devido andamento. Também há dois servidores, Oficiais de Justiça, que ficam responsáveis pelas intimações virtuais, postais e pessoais da Vara (pastas DILIGÊNCIAS) e eventualmente auxiliam nas atividades de Secretaria, mais precisamente no SETOR DE ANÁLISE INICIAL, PERÍCIAS E AUDIÊNCIAS. Basicamente, os processos são organizados nos 7 (sete) subsetores: ANÁLISE INICIAL, AUDIÊNCIA, PERÍCIAS, DILIGÊNCIAS, CONTADORIA, RECURSOS e EXECUÇÃO.

Para identificação das prioridades, utilizam-se as ferramentas do sistema CRETA, como a indicação na cor vermelha e, em relação aos processos por ordem de antiguidade na fase processual, recorrem à ferramenta dos processos parados há mais de 30 (trinta) dias que se encontra no painel geral.

6.26.3.2. Gabinete do Juiz Federal

O gabinete conta com 8 (oito) assessores, 13 responsáveis pela análise processual e elaboração de minutas nos processos de fundamentação individualizada (os padronizados e repetitivos, como dito, são feitos na Secretaria da Vara). No primeiro dia útil de cada semana, os assessores recebem a planilha com a divisão equitativa do rol de processos por assessor, sendo responsáveis pela análise dos feitos ali listados mediante a antiguidade (de acordo com a chegada na respectiva pasta), obedecendo, também, às prioridades caso existam. Não se estabelecem especialidades por matéria, a fim de evitar que nas férias, afastamentos e licenças de determinado assessor haja atraso nas metas.

6.26.4. Participação do Juiz Federal em reuniões com a equipe da 26ª Vara Federal

O Juiz participa de forma direta da administração da Vara, em contato diário com os servidores. Além de estar disponível para esclarecer eventuais dúvidas dos servidores, também gerencia no funcionamento da Secretaria indicando rotinas que visam a melhorar a gestão dos processos.

6.26.5. Planejamento das atividades da 26ª Vara Federal e avaliação periódica de resultados

O planejamento das atividades da Vara pelo Diretor de Secretaria, conjuntamente com os Supervisores de Setor, sempre ocorre após a avaliação de resultados do mês anterior. É feita reunião com todos da Vara explicando os gargalos detectados no mês anterior.

Periodicamente, são fixadas metas gerais que visam à celeridade no trâmite dos processos e a conseqüente redução do acervo da Vara. Atualmente, uma das metas a ser alcançada pela Vara, fixadas pelo Magistrado, é manter o acervo da Vara inferior a 1.500 (mil e quinhentos) processos em tramitação. No que toca ao prazo de movimentação dos processos, fora estabelecido que o feito deverá ser movimentado para fase/expediente seguinte no prazo máximo de 30 (dias) da chegada do processo no setor.

Existe também uma meta sazonal de julgamento dos processos do ano anterior. Tal meta consiste em identificar e julgar, até o primeiro semestre do ano corrente, todos os processos distribuídos para a 26.ª vara no ano anterior.

Subsetor de ANÁLISE INICIAL: os processos serão analisados, preferencialmente, no mesmo dia em que são distribuídos.

Subsetor de AUDIÊNCIA: as audiências de instrução não deverão ser designadas para data posterior a 60 (sessenta) dias da distribuição do processo, salvo situações especiais como períodos extraordinários de suspensão de prazos (recesso forense, feriados prolongados, inspeções etc).

Subsetor de PERÍCIAS: as perícias deverão ser designadas no prazo de 48 (quarenta e oito) horas contado da chegada do processo no escaninho PERÍCIAS/MARCAR, ressalvados do prazo finais de semana e feriados. No entanto, a realização da perícia depende da pauta disponibilizada pelos peritos.

Subsetor de CONTADORIA: os cálculos deverão ser elaborados dentro do prazo máximo de 30 (dias) da chegada do processo no setor.

Subsetor de ASSESSORIA: existe a meta semanal ordinária e as metas extraordinárias. A meta semanal dos servidores do Gabinete/Assessoria é minutar durante a semana em curso todos os despachos, decisões e sentenças dos processos conclusos na semana anterior.

As metas extraordinárias são implementadas todas as vezes que a Assessoria/Gabinete atinge o número igual ou superior a 100 (cem) processos conclusos. Nessa situação, o Magistrado realiza a divisão de processos dentre os 8 (oito) assessores, a fim de que, através de um esforço concentrado, diminua-se o quantitativo de processos nessa fase.

A avaliação de resultados da Vara é feita mensalmente pelo Diretor de Secretaria, conjuntamente com os Supervisores de Setor. Em seguida, é feita reunião com todos da

Vara explicando as metas realizadas e projetando as futuras; corrigindo erros; apontando acertos para melhor andamento dos feitos em tramitação e sempre contribuir para rápida e eficiente prestação jurisdicional.

Para essa avaliação periódica de resultados, o sistema CRETA disponibiliza um variado leque de ferramentas para controle dos processos, como listagem de processos por antiguidade de dias, processos por ano de distribuição e processos por prioridade, dentre outros filtros.

6.26.6. Atendimento aos membros do Ministério Público Federal, Defensoria Pública da União, procuradores federais, advogados e partes na secretaria e no gabinete do Juiz Federal da 26ª Vara Federal

Os canais de atendimento ao público são realizados na via presencial, por telefone (85-3521-2556) e do e-mail (dirvara26@jfce.jus.br). No período da manhã - de 9:00h às 12:00h - é feita uma escala entre os servidores da secretaria para o atendimento presencial ao público. No período da tarde - a partir das 12:00h - o servidor Adriano Cidrão Pinheiro (Mat.: 1036) assume a atividade.

Nas ausências/afastamentos/licenças dos atendentes acima, os demais servidores da Vara se revezam em uma escala para atendimento na Secretaria. Caso o interessado não se contente com as informações obtidas do servidor atendente, poderá obter maiores esclarecimentos com os supervisores ou o Diretor de Secretaria.

Caso a parte ou procurador (assim como os membros do Ministério Público) tenham interesse em ser atendidos diretamente pelo assessor, serão direcionados ao assessor, em um atendimento/reunião na presença do Diretor de Secretaria, que poderão conduzir o problema/dúvida para o Juiz.

As partes ou seus representantes judiciais têm livre acesso ao Juiz. O atendimento direto pelo Magistrado independe de prévio agendamento, podendo dar-se no gabinete ou amiúde nos intervalos das audiências para as quais comparecem.

6.26.7. Número de processos, relação servidor/processo, audiências de conciliação e de instrução e inspeções judiciais

Por ocasião do preenchimento do formulário de gestão, o número de processos em tramitação na Vara (total ajustado: excluídos os feitos arquivados, suspensos e baixados) alcançava o total de 1.666: Juiz Titular (814) e Juiz Substituto (852).

Relação do número de processos com o número de servidores em atividade na Vara: 92,55 (1.666/18=92,55).

Todos os feitos da 26ª Vara Federal da Seção Judiciária do Ceará são virtuais, não existindo restauração de processos.

Número de audiências realizadas nos últimos 24 meses, a contar da data de início da correição: Juiz Titular (1.205); Juiz Substituto (1.222).

Inspeções judiciais realizadas nos últimos 24 meses, a contar da data de início da correição: Juiz Titular SÉRGIO FIÚZA TAHIM DE SOUSA BRASIL realizou 2(duas) inspeções nos períodos:

De 27/03/2017 a 31/03/2017 - 1405 processos Inspeccionados;

De 26/02/2018 a 02/03/2018 - 1653 Processos Inspeccionados.

Sem Juiz Substituto na 26ª Vara durante as inspeções realizadas nos últimos 24 meses.

6.26.8. Cumprimento de metas e resoluções do CNJ

Meta 1 (Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente).

Meta cumprida. No ano de 2017, foram distribuídos 5.528 processos, enquanto foram julgados 5.712 processos.

Meta 2 (Identificar e julgar, até 31/12/2017, pelo menos 100% dos processos distribuídos até 31/12/2012, 85% dos processos distribuídos em 2013 nos 1º e 2º graus, e 100% dos processos distribuídos até 31/12/2014 nos Juizados Especiais e Turmas Recursais Federais).

Meta cumprida. Todos os processos distribuídos até 2016 já foram julgados pela Vara.

Meta 3 (Aumentar os casos solucionados por conciliação, fomentando o alcance do percentual mínimo de 2% na proporção dos processos conciliados em relação aos distribuídos).

Distribuídos: 5.528 (cinco mil quinhentos e vinte e oito) processos. Conciliados: 337 (trezentos e trinta e sete) processos (6% dos processos distribuídos).

Meta 4 (Identificar e julgar, até 31/12/2017, 70% das ações de improbidade administrativa distribuídas até 31/12/2014).

Não se aplica.

Meta 5 (Baixar quantidade maior de processos de execução não fiscal do que o total de casos novos de execução não fiscal no ano corrente).

A Vara não apresentou informação acerca do cumprimento da meta.

Meta 6 (Identificar e julgar, até 31/12/2017, entre 70% e 85% das ações coletivas distribuídas até 31/12/2013, no 1º e 2º graus).

Não se aplica.

Metas Específicas para a Justiça Federal

Baixar quantidade maior de processos criminais do que os casos novos criminais no ano corrente; Julgar quantidade maior de processos criminais do que os casos novos criminais no ano corrente.

Não se aplica.

Identificar e julgar, até 31/12/2017, 70% das ações penais vinculadas aos crimes relacionados à improbidade administrativa, ao tráfico de pessoas, à exploração sexual e ao trabalho escravo, distribuídas até 31/12/2014).

Não se aplica.

Acerca do cumprimento do Provimento CNJ nº 29/2013

Não se aplica.

Acerca do cumprimento das exigências previstas na Resolução CNJ nº 66/2009, com a redação introduzida pela Resolução CNJ nº 87/2009, e sobre a necessidade de inserção, no sistema informatizado, do Relatório de Controle de Prisões

Não se aplica.

6.26.9. Processos selecionados para correição

Foram correicionados 100 processos do Sistema Creta (quando da correição tinham 1.638 feitos em tramitação ajustada).

6.26.9.1 Principais constatações da análise individual de processos

6.26.9.1.1. Processos eletrônicos do Sistema Creta

Da análise individual dos processos, podem-se destacar as seguintes ocorrências:

Observação	Nr. Processo	Complemento
Outros	0500216-42.2018.4.05.8100	Ausência de mudança de classe do processo para execução.
Total de Ocorrências: 1		
Processo em Ordem	0516065-35.2010.4.05.8100	
	0517376-61.2010.4.05.8100	
	0519465-57.2010.4.05.8100	
	0520477-09.2010.4.05.8100	
	0523232-	

06.2010.4.05.8100	
0519946- 83.2011.4.05.8100	
0521589- 76.2011.4.05.8100	
0524690- 24.2011.4.05.8100	
0513099- 31.2012.4.05.8100	
0508590- 23.2013.4.05.8100	
0517619- 97.2013.4.05.8100	
0523538- 67.2013.4.05.8100	
0505554- 36.2014.4.05.8100	
0513219- 06.2014.4.05.8100	
0515178- 12.2014.4.05.8100	
0500540- 37.2015.4.05.8100	
0509188- 06.2015.4.05.8100	
0509882- 72.2015.4.05.8100	
0513137- 38.2015.4.05.8100	
0509484- 91.2016.4.05.8100	
0510154- 32.2016.4.05.8100	
0516971- 15.2016.4.05.8100	
0518405- 39.2016.4.05.8100	
0520939- 53.2016.4.05.8100	
0521619- 38.2016.4.05.8100	
0522206- 60.2016.4.05.8100	
0523011- 13.2016.4.05.8100	
0523254-	

54.2016.4.05.8100	
0526160- 17.2016.4.05.8100	
0501702- 96.2017.4.05.8100	
0502368- 97.2017.4.05.8100	
0504734- 12.2017.4.05.8100	
0505258- 09.2017.4.05.8100	
0505419- 19.2017.4.05.8100	
0505886- 95.2017.4.05.8100	
0506404- 85.2017.4.05.8100	
0507733- 35.2017.4.05.8100	
0509322- 62.2017.4.05.8100	
0509496- 71.2017.4.05.8100	
0509634- 38.2017.4.05.8100	
0510188- 70.2017.4.05.8100	
0510812- 22.2017.4.05.8100	
0511297- 22.2017.4.05.8100	
0511476- 53.2017.4.05.8100	
0512027- 33.2017.4.05.8100	
0512158- 08.2017.4.05.8100	
0512452- 60.2017.4.05.8100	
0512477- 73.2017.4.05.8100	
0513553- 35.2017.4.05.8100	
0514042- 72.2017.4.05.8100	
0514467-	

02.2017.4.05.8100	
0514592- 67.2017.4.05.8100	
0514643- 78.2017.4.05.8100	
0515704- 71.2017.4.05.8100	
0516367- 20.2017.4.05.8100	
0516934- 51.2017.4.05.8100	
0517045- 35.2017.4.05.8100	
0517525- 13.2017.4.05.8100	
0517756- 40.2017.4.05.8100	
0518116- 72.2017.4.05.8100	
0518357- 46.2017.4.05.8100	
0518776- 66.2017.4.05.8100	
0519153- 37.2017.4.05.8100	
0519241- 75.2017.4.05.8100	
0519590- 78.2017.4.05.8100	
0519612- 39.2017.4.05.8100	
0521879- 81.2017.4.05.8100	
0523881- 24.2017.4.05.8100	
0524197- 37.2017.4.05.8100	
0524630- 41.2017.4.05.8100	
0525957- 21.2017.4.05.8100	
0526197- 10.2017.4.05.8100	
0527046- 79.2017.4.05.8100	
0527352-	

48.2017.4.05.8100	
0527469- 39.2017.4.05.8100	
0527650- 40.2017.4.05.8100	
0527759- 54.2017.4.05.8100	
0527903- 28.2017.4.05.8100	
0527930- 11.2017.4.05.8100	
0528013- 27.2017.4.05.8100	
0528283- 51.2017.4.05.8100	
0528421- 18.2017.4.05.8100	
0528423- 85.2017.4.05.8100	
0528671- 51.2017.4.05.8100	
0528685- 35.2017.4.05.8100	
0528727- 84.2017.4.05.8100	
0528856- 89.2017.4.05.8100	
0529092- 41.2017.4.05.8100	
0529162- 58.2017.4.05.8100	
0529178- 12.2017.4.05.8100	
0529210- 17.2017.4.05.8100	
0500196- 51.2018.4.05.8100	
0500555- 98.2018.4.05.8100	
0500648- 61.2018.4.05.8100	
0500684- 06.2018.4.05.8100	
0500734- 32.2018.4.05.8100	
0500803-	

	64.2018.4.05.8100	
	0500887-	
	65.2018.4.05.8100	
Total de Ocorrências: 98		
Processos irregularmente paralisados	0522575- 25.2014.4.05.8100	Feito irregularmente paralisado no período compreendido entre 09/11/2017 e 30/04/2018.
Total de Ocorrências: 1		

6.26.10. Correição anterior e autoinspeção

DETERMINAÇÕES CONSTANTES DA CORREIÇÃO ANTERIOR	NÚMERO DO PROCESSO	COMO FORAM CUMPRIDAS
DEMORA NA CONCLUSÃO	05070832220164058100	As determinações foram cumpridas. Através das metas setoriais e gerais já detalhadas a Vara vem tentando minimizar as ocorrências detectadas na última Correição.
	05230152120144058100	
	05012311720164058100	
	05056334420164058100	
DEMORA NA PROLAÇÃO DE DESPACHO	05072780720164058100	
FEITO EM ORDEM	05067670920164058100	
	05022092820154058100	
	05202342620144058100	
	05000022220164058100	
	05140600620114058100	
	05033282420154058100	
	05013909120154058100	
	05004243120154058100	
	05150312520104058100	
	05046678120164058100	
	05087833320164058100	

Foram fixadas as metas periódicas de produtividade, que vêm sendo cumpridas regularmente, segundo informado pela Vara.

6.26.11. Considerações finais

A 26ª Vara Federal conta com estrutura física e equipamentos adequados a seu funcionamento.

A partir da análise processual, observou-se que os processos tramitam de forma bastante regular, não tendo sido detectada qualquer ocorrência de natureza grave que inviabilize a prestação jurisdicional.

Em atenção ao contido na Meta 5 do CNJ (Baixar quantidade maior de processos de execução não fiscal do que o total de casos novos de execução não fiscal no ano corrente), registre-se que avulta de importância que seja observado pelas Varas de Juizado ou com JEF Adjunto que haja identificação no CRESTA de quando o processo inicia a fase de execução, a fim de que não ocorram problemas na estatística alusiva à referida Meta.

Por fim, pelos demais dados apontados neste relatório durante a correição, pode-se afirmar que a 26ª Vara Federal funciona de modo eficiente.

6.27. 27ª VARA FEDERAL - ITAPIPOCA/CE

6.27.1. Competência, localização, estrutura física e horário de expediente

A 27ª Vara Federal do Ceará detém competência plena comum (Vara Mista - Cível, Penal e Execução Fiscal, com JEF Adjunto) e funciona no prédio localizado na Rua Tenente José Vicente, s/n, Boa Vista, Itapipoca-CE.

A Vara apresentou instalações adequadas para todos: juízes federais, servidores, estagiários, terceirizados, membros do Ministério Público Federal, procuradores federais, defensores públicos federais, advogados e jurisdicionados.

O horário de expediente da unidade é das 9h às 18h.

6.27.2. Corpo funcional - juízes federais e servidores

A 27ª Vara Federal conta com o seguinte quadro de pessoal: a) 02 magistrados, Marcelo Sampaio Pimentel Rocha (juiz federal titular) e Felipe Graziano da Silva Turini (juiz federal substituto); b) 17 servidores efetivos, sendo: 04 analistas judiciários - área judiciária, 01 analista judiciário - área administrativa, 02 analistas judiciários - área de execução de mandados, 08 técnicos judiciários - área administrativa e 02 técnicos judiciários - área de segurança e transporte; c) 02 servidores requisitados, sendo 01 com vínculo e 01 sem vínculo com o serviço público.

6.27.2.1. Juízes federais

O Juiz Federal Titular, Marcelo Sampaio Pimentel Rocha, exerce a magistratura desde 13/09/2013, atuando na 27ª Vara Federal desde 17/05/2016.

Está na Direção do Foro da Subseção de Itapipoca há 2 (dois) anos.

Nos últimos 24 meses, o magistrado esteve afastado em razão de férias, nos seguintes períodos:

FÉRIAS:

- ✓ 17/07/2016 a 15/08/2016 (Portaria nº171/2016-CR);
- ✓ 09/01/2017 a 07/02/2017 (PA 2452/2016);
- ✓ 16/08/2017 a 24/08/2017 (Portaria nº238 e 282/2017-CR);
- ✓ 19/02/2018 a 25/02/2018 (PA 0010091-32.2017.4.05.7000 e Portaria nº70/2018-CR);
- ✓ 05/03/2018 a 08/03/2018 (Portaria nº70 e 78/2018-CR);
- ✓ 19/03/2018 a 06/04/2018 (Portaria nº78/2018-CR).

Não houve afastamento por motivo de licença, nem convocações. De 14/02/2017 a 17/02/2017, houve afastamento para prestar auxílio em outra Vara, com prejuízo da

jurisdição originária (25ª Vara – Iguatu/CE), conforme Ato nº79/2017-CR; de 13/03/2018 a 16/03/2018, houve afastamento para prestar auxílio em outra Vara, com prejuízo da jurisdição originária (29ª Vara – Limoeiro do Norte/CE), conforme Ato nº131/2018-CR; de 13/03/2017 a 15/03/2017 houve afastamento para participar de Seminário/Congresso (PA 0001824-71.2017.4.05.7000).

Período total de afastamento: 3 meses e 20 dias.

O Juiz Federal Titular reside na região metropolitana onde se situa a sede da Subseção Judiciária de Itapipoca/CE.

O Juiz Federal Substituto, Felipe Graziano da Silva Turini, exerce a magistratura desde 07/12/2016, atuando na 27ª Vara Federal desde então.

Atuou de 13/03/2017 a 04/05/2017 prestando auxílio no CEJUSC, conforme Ato 229/2017-CR.

Nos últimos 24 meses, o magistrado esteve afastado por férias: de 16/04/2018 a 15/05/2018 (PA 0010091-32.2017.4.05.7000); de 12/12/2016 a 26/04/2017 houve afastamento para participar de Curso Prático de Iniciação à Magistratura, conforme PA nº2909/2016; de 27/04/2017 a 04/05/2017 houve afastamento para participar de Curso Prático de Iniciação à Magistratura (PA nº0002035-10.2017.4.05.7000); de 05/05/2017 a 14/05/2017 houve afastamento por motivo de trânsito (PA nº0003406-09.2017.4.05.7000); de 28/08/2017 a 08/09/2017 houve afastamento para participar de curso de especialização (PA 0007992-89.2017.4.05.7000); de 11/12/2017 a 15/12/2017 houve afastamento para participar de Seminário/Congresso (PA nº0011563-.68.2017.4.05.7000); de 19/02/2018 a 23/02/2018 houve afastamento para realizar curso de aperfeiçoamento – TRF5 (PA nº 0000998-11.2018.4.05.7000).

Período total de afastamento: 06 (seis) meses e 26 (vinte e seis) dias.

Houve substituição, em férias, do Dr. Marcelo Sampaio Pimentel Rocha (Juiz Titular), nos períodos de 16/08/2017 a 24/08/2017 (Ato 509 e 621/2017-CR); de 24/02/2018 a 25/02/2018 (Ato 82 e 119/2018-CR); de 05/03/2018 a 08/03/2018 (Ato 119 e 134/2018-CR); de 19/03/2018 a 06/04/2018 (Ato 134/2018-CR). O Dr. Felipe Graziano substituiu o Dr. Marcelo Sampaio no período em que este prestou auxílio à 29ª Vara Federal de Limoeiro do Norte, no período de 13/03/2018 a 16/03/2018 (Ato nº133/2018-CR).

O Juiz Federal Substituto reside na região metropolitana onde se situa a sede da Subseção Judiciária de Itapipoca/CE.

6.27.2.2. Servidores

Em relação às funções de confiança (FCs), aos cargos em comissão (CJs) e à formação acadêmica dos servidores ocupantes de cargos efetivos na 27ª Vara Federal, pode ser observado o seguinte quadro:

Nome	Cargo efetivo	Ocupa FC ou CJ?	Grau de	Área de
------	---------------	-----------------	---------	---------

		Qual?	Instrução*	formação
ALOÍSIO LINHARES CRUZ	Analista Judiciário - Área Jurídica	Supervisor - Assistente do Setor de Processamentos de Feitos Criminais e de Execução Penal (FC-04)	Nível Superior	Direito
CAMILA PONTES DE MELO PIRES ADJAFRE	Analista Judiciário - Área Jurídica	Supervisor da Seção de Apoio Administrativo (FC-05)	Nível Superior	Direito
JOEL CIDIEL GADELHA DE OLIVEIRA	Analista Judiciário - Área Jurídica	Supervisor da Seção de Processamento de Feitos Cíveis (FC-05)	Nível Superior	Direito
MARIANA AGUIAR GONÇALVES EVANGELISTA	Analista Judiciário - Área Jurídica	Supervisor - Assistente de Gabinete do Juiz Titular (FC-04)	Nível Superior	Direito
JULIANO MACHADO ARRUDA	Analista Judiciário - Área Jurídica - Especialidade Execução de Mandados	Não	Nível Superior	Direito
MARCELO PONTES PONCIANO LIMA	Analista Judiciário - Área Jurídica - Especialidade Execução de Mandados	Não	Nível Superior	Direito
ALESSANDRO PORTILHO DE MOURA	Analista Judiciário - Área Administrativa	Supervisor da Seção de Apoio Judiciário (FC-05)	Nível Superior	Graduação em Propaganda e Marketing e Pós-Graduação em Psicologia organizacional
ANDREA ROCHA FERREIRA	Técnica Judiciária - Área Administrativa	Supervisor - Assistente de Gabinete do Juiz Substituto (FC-04)	Nível Superior	Administração
ANNE KAROLINE ANDRADE ROCHA	Técnica Judiciária - Área Administrativa	Supervisor - Assistente da Seção de Apoio Administrativo (FC-04)	Nível Superior	Ciências Atuariais
ISLAN TAYMON FONTELES	Técnico Judiciária - Área Administrativa	Auxiliar Especializado do Gabinete de Diretor	Nível Superior	Ciências Atuariais com Pós-Graduação em

		Secretaria (FC-02)		Direito Público
MARIA APARECIDA LOURENÇO GURGURI	Técnica Judiciária - Área Administrativa	não	Nível Superior	Administração com especialização em Administração Pública
MILENNA CRISOSTOMO CHAVES PEQUENO GOMES	Técnica Judiciária - Área Administrativa	Supervisor-Assistente do Setor de Publicação (FC-04)	Nível Superior	Pedagogia
RAFAEL ALVES MONTEIRO RODRIGUES	Técnico Judiciária - Área Administrativa	Supervisor da Seção de Processamento de Feitos dos Juizados (FC-05)	Nível Superior	Gestão em RH
RAFAEL LIMA FERNANDES	Técnico Judiciária - Área Administrativa	Supervisor - Assistente do Setor de Processamento de Execuções fiscais (FC-04)	Nível Superior	Psicologia e Pós-Graduação em Administração Pública
SILVINY DE MELO BARROS	Técnico Judiciária - Área Administrativa	Oficial de Gabinete do Juiz Titular (FC-05)	Nível Superior	Direito
SANDRO GALVAO DE SOUZA	Técnico Judiciária - Área Administrativa - Especialidade Segurança e Transporte	não	Nível Superior	Administração
WILLIAN ALVES DA COSTA	Técnico Judiciária - Área Administrativa - Especialidade Segurança e Transporte	não	Nível Médio	

Servidor requisitado com vínculo com o serviço público:

Nome	Órgão de Origem	Cargo efetivo	Ocupa FC ou CJ? Qual?	Grau de Instrução*	Área de formação
DIEGO WAGNER FIGUEIREDO DE CARVALHO PARAISO	Requisitado (SINAR) Tribunal Regional Federal da 1ª Região -	Analista Judiciário - Área Jurídica	Oficial de Gabinete do Juiz Substituto(FC-05)	Nível Superior	Direito com Pós-Graduação em Direito Previdenciário

	Seção Judiciária do Piauí.				
--	----------------------------------	--	--	--	--

Servidor requisitado sem vínculo com o serviço público:

Nome	Cargo efetivo	Ocupa FC ou CJ? Qual?	Grau de Instrução*	Área de formação
ALBERTO CESAR GOMES JUNIOR	Sem Vínculo	Diretor de Secretaria (CJ-03)	Nível Superior	Direito

Como se pode depreender, no tocante à formação acadêmica dos servidores efetivos XX^a Vara Federal, verifica-se que há uma preocupação com a qualificação.

Não existem funções gratificadas vagas. Inexiste servidor em auxílio (cedido por outros setores), nem servidor afastado (exceto férias).

6.27.2.3. Estagiários

Há 03 vagas previstas para unidade, estando 02 delas ocupadas. Os estagiários atuam na Secretaria e no Gabinete: a estagiária Celina de Oliveira Costa (Ciências Contábeis) atua na Secretaria da Vara. A estagiária Marília Paiva Valle (Direito) atua no Gabinete.

6.27.3. Organização da 27^a Vara Federal

Dentre os servidores da 27^a Vara Federal do Ceará, 08 exercem suas atribuições na secretaria e 06 no gabinete.

6.27.3.1. Secretaria

A organização dos processos na Secretaria da Vara leva em conta a divisão por setores, todos com um supervisor e um servidor que o substitui nas ausências para assegurar a continuidade do serviço.

Com a ampliação da competência (Resolução nº 19 de 22 de maio de 2013 do Tribunal Regional Federal da 5^a Região), a Vara passou a trabalhar com 3 (três) sistemas distintos: CRETA, TEBAS e, a partir de setembro de 2013, com o sistema PJE.

A 27^a Vara Federal, após a regulamentação do teletrabalho, tem adotado, pouco a pouco, o sistema na subseção, medida que tem gerado resultados positivos.

Os setores estão organizados (segundo o formulário de gestão apresentado), da seguinte forma:

- a-) SETOR DE DISTRIBUIÇÃO, PROTOCOLO E ADMINISTRATIVO. Servidor: ALESSANDRO PORTILHO DE MOURA, supervisor do setor. Responsável por autuar processos, protocolar petições, alterar cadastro processual, atermção de processos no JEF, validar cadastro de advogados no PJE, enviar expedientes para

publicação, expedir certidões, administrar as unidades organizacionais do Malote Digital, coordenar a Central de Mandados, o Setor de Arquivos e o de Materiais Apreendidos. Além disso, compete ao setor a atribuição de enviar e receber documentos e processos pelos Correios, controlar a frequência dos servidores e estagiários, gerir os contratos administrativos, realizar licitações e pregões, monitorar o estoque de material (almoxarifado), orientar e dar suporte aos servidores em procedimentos e rotinas administrativas e realizar inventário patrimonial.

b-) SETOR DE EXECUÇÃO FISCAL: Servidor: RAFAEL LIMA FERNANDES, supervisor dos feitos relativos à execução fiscal que trabalha tanto no processamento dos feitos físicos como naqueles que tramitam na plataforma eletrônica PJE. No setor de execução fiscal, o servidor responsável, em razão do número de processos e pela dinâmica da ação de execução fiscal, visa trabalhar com rapidez e eficiência, e para isso, atua, em linhas gerais, da seguinte forma: Organiza os processos por atividade, para controle dos processos que se encontram em uma mesma fase processual, possibilitando maior especialização, eficiência, organização e celeridade ao trâmite dos feitos; Realiza, com prioridade, juntada das petições e providência, imediatamente, o andamento do processo; Elabora uma planilha para controle de prazos processuais, inclusive de sobrestamento e arquivamento provisório conforme art. 40 da LEF, que é acompanhada semanalmente para identificação e certificação de decurso de prazos e processamento do feito; Identifica os processos com mesmas partes e situação processual, e providencia reunião de processos, na forma do art. 28, da LEF; Confecciona os expedientes necessários - como expedição de mandados, editais, ofícios, cartas, dentre outros - e acompanha, através de relatório, o cumprimento e devolução dos mesmos, conforme os prazos estabelecidos; Organiza os processos por assunto, imprimindo uma dinâmica no setor, a fim de que os processos tenham uma duração razoável; Facilita a conciliação, quando há interesse no parcelamento das dívidas, haja vista não possuir sucursais dos Conselhos Regionais e Procuradoria Federal nesta subseção, resultando na diminuição dos processos em trâmite; Providencia a avaliação semestral dos bens móveis e imóveis penhorados para posterior realização de hasta pública; Verifica penhoras online de recursos financeiros, intimando o executado para tomar ciência do bloqueio e prazo para embargos, realizando o controle do prazo; Desenvolve mecanismos de controle de resultados para reduzir o número de processos na subseção.

c) SETOR CÍVEL: Servidora: CAMILA PONTES DE MELO PIRES ADJAFRE, supervisora do setor cível. Quanto ao setor cível, constata-se a existência de processos tramitando fisicamente, distribuídos em diversas classes (02 - Improbidade Administrativa; 16- Desapropriação; 29 - Ação Ordinária, entre outras), bem como processos tramitando eletronicamente, por meio da plataforma do PJE - Processo Judicial Eletrônico. Cumpre ressaltar que, a partir de setembro de 2013, com o advento da obrigatoriedade do PJE, houve um natural incremento dos processos ajuizados por meio do referido sistema. Quanto aos processos em andamento no setor cível, a supervisora foi orientada a criar uma rotina de trabalho que, diariamente, contemplasse a análise e andamento tanto dos processos físicos, como o processamento de feitos eletrônicos (PJE). Não obstante a medida acima adotada, há ainda a determinação de que os processos constantes em metas do CNJ, bem como as ações de mandado de segurança e outras classes prioritárias, devem ser impulsionados com o máximo de urgência. No setor cível, inclusive, são elaborados relatórios para acompanhamento permanente de processos incluídos em metas, o que possibilita a otimização na tramitação dos feitos. No que tange ao funcionamento do setor, observa-se que a confecção de expedientes, juntadas de petições, publicações de atos, cumprimento dos prazos etc., são realizados ou cumpridos normalmente.

d) SETOR CRIMINAL: Servidor: ALOISIO LINHARES CRUZ, supervisor dos feitos criminais. Quanto ao setor criminal, são feitas as devidas anotações na capa dos processos com prioridade que são colocados em escaninhos próprios para facilitar o acompanhamento periódico. Em relação aos demais processos são colocados nos escaninhos de acordo com a fase ou ato a ser executado pela secretaria, por exemplo:

Aguardando despacho, expediente, remeter ao MPF, remeter ao gabinete, aguardando precatória etc. Na medida do possível, conforme a disponibilidade do escaninho, os processos são agrupados de acordo com o último dígito de seu número, ou seja, o último algarismo, antes do traço que separa o número do processo do dígito verificador. As audiências criminais são agendadas com a maior brevidade possível, para dar celeridade à instrução probatória. Outras atribuições do setor consistem em: - Receber processos da PF, MPF e Distribuição; - Receber e Juntar petições, Ofícios e ARs; - Elaborar minutas de algumas decisões, e a maioria das minutas dos despachos; - Elaborar e postar todos os expedientes; - Atendimento às partes e advogados; - Marcação de audiências no sistema TEBAS e no sistema de agendamento de videoconferências, conforme o caso e registro no TEBAS depois da realização; - Controle de prazos processuais; - Registro e Acompanhamento de SURSIS; - Acompanhamento dos expedientes enviados; - Solicitação de pagamento de honorários devidos a defensores dativos; - Remeter processos à PF, MPF e arquivo; - Efetuar o trâmite das execuções penais no PJE e a partir do dia 10/02/2017, das demais classes criminais. Os feitos criminais que tramitam no PJE também são acompanhados diariamente pelo supervisor do setor.

e) JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS Servidores: RAFAEL ALVES MONTEIRO RODRIGUES (supervisor), ANNE KAROLINE ANDRADE ROCHA, ISLAN TAYMON FONTELES, MARIA APARECIDA LOURENÇO GURGURI. Em relação aos processos de Juizados Especiais, todos são sempre tratados com celeridade, mas se dispensa uma atenção especial ao andamento de alguns, como os relativos aos benefícios previdenciários envolvendo idosos e pessoas incapacitadas, quando há risco de falecimento, para evitar o perecimento de direito, pedidos de medicamentos e outros assuntos envolvendo o direito à saúde. Como os processos de juizados demandam a realização permanente de audiências, é confeccionada pauta semanal, com a realização, em média, de 100 (cem) audiências, sendo 50 (cinquenta) realizadas pelo Juiz Titular e 50 (cinquenta) pelo Juiz Substituto.

A sistemática de tramitação dos processos, em linhas gerais, funciona da seguinte forma: a) ANÁLISE INICIAL - A equipe da análise inicial verifica se a petição e documentos estão em ordem e, em caso positivo, providencia o despacho inicial. Caso seja necessária emenda, intima-se o autor da demanda para correção dos vícios; b) SECRETARIA - O setor é organizado para que alguns servidores acompanhem prazos de contestação, recursos e outros. Além disso, existem pastas específicas para que os Oficiais de Justiça realizem as citações e intimações necessárias. Expedientes em geral, como mandados e ofícios, também são rotineiramente confeccionados pela equipe; c) PERÍCIAS - Quando é necessária a realização de perícias médicas ou sociais, o setor de perícia adota as medidas necessárias para realização do exame, após a nomeação do profissional responsável pelo magistrado. A 27ª Vara conta com uma lista de médicos e assistentes sociais previamente credenciados e devidamente cadastrados no sistema AJG (Assistência Judiciária Gratuita); d) AUDIÊNCIAS - As audiências do Juizado Especial são realizadas semanalmente. Em virtude do acervo, há, em média, 100 (cem) sessões semanais. O principal objetivo é buscar a conciliação entre as partes. Contudo, quando não há acordo, é necessária a colheita de prova oral, já que muitas demandas são previdenciárias e exigem a comprovação da qualidade de segurado especial. Ressalte-se que os magistrados proferem sentença oral, portanto, o feito já é movimentado e julgado após a audiência.

A Direção da Vara viabilizou a participação dos Procuradores Federais, responsáveis pela defesa do INSS, por meio de videoconferência, medida considerada bem exitosa por este juízo.

SETOR DE CONTADORIA E EXECUÇÃO - a Secretaria dispõe, ainda, de um servidor responsável pela confecção de todos os cálculos determinados pelo juízo, bem como pela adoção das providências necessárias para a execução das sentenças, notadamente a expedição de RPV's e precatórios, certificação do trânsito em julgado, encaminhamento dos processos para implantação de benefícios pelo INSS, expedição de alvarás, entre outras atividades.

Na secretaria da Vara, os processos físicos são divididos por tarefas, em escaninhos próprios. Além disso, o próprio sistema TEBAS permite que, eletronicamente, sejam alimentadas informações acerca da localização do processo, com a ferramenta "atividade interna". Assim, qualquer movimentação física do processo pode ser verificada facilmente através do sistema.

Diariamente, os supervisores e servidores responsáveis pelos setores analisam prazos e confeccionam os expedientes necessários. Petições e ofícios são recebidos pelo setor de autuação e distribuição e encaminhados para a Secretaria por meio de guias, para que seja feita a devida juntada nos respectivos processos.

Além disso, remessas externas e retiradas por advogados são sempre cadastradas no sistema TEBAS, o que facilita a identificação posterior do responsável pela retirada, bem como permite o controle de prazos. A Secretaria possui, ainda, setores específicos para a designação de audiências, marcação de perícias, confecções de cálculos e expedição de RPV's.

Em relação aos processos eletrônicos, a Secretaria utiliza, satisfatoriamente, os instrumentos para organização e processamento dos feitos virtuais, disponibilizados pelos sistemas CRETA e PJE.

Os processos com algum tipo de prioridade processual (Idoso, Mandado de Segurança, metas do Conselho Nacional de Justiça - CNJ, questões relativas à saúde, réu preso, audiência de custódia, medidas cautelares criminais etc.) são imediatamente autuados e separados em escaninhos específicos. A Secretaria comunica à assessoria que, logo a seguir, analisa e repassa o caso ao magistrado para que seja proferida decisão.

6.27.3.2. Gabinetes dos juízes federais

Nos gabinetes, atuam os Servidores: Silviny de Melo Barros (Oficial de Gabinete - Juiz Titular), Diego Wagner Figueiredo de Carvalho Paraíso (Oficial de Gabinete - Juiz Substituto), Joel Cidiel Gadelha Oliveira (Assessor - Juiz Substituto) e Mariana Aguiar Gonçalves Evangelista (Assessora - Juiz Titular).

No segundo semestre de 2017, a Diretoria da Foro, com o objetivo de otimizar os trabalhos na assessoria, lotou as servidoras Andrea Rocha Ferreira e Milenna Crisostomo Chaves Pequeno Gomes na assessoria, medida que resultou no crescimento da produtividade no setor, notadamente nos feitos do JEF.

Atualmente, portanto, existem 06 (seis) servidores lotados no gabinete, além da estagiária de Direito.

Convém ressaltar que os assessores, em regra, analisam os feitos por ordem cronológica de conclusão, observando-se, contudo, os casos urgentes e prioritários, conforme o Novo Processo Civil. Recentemente, nos feitos do JEF, optou-se por minutar os feitos pela ordem cronológica de distribuição, priorizando-se os processos mais antigos (na semana da correição restavam apenas 93 processos de JEF ajuizados antes de 2017, segundo informado pela vara).

Além disso, são traçadas metas semanais para confecção de minutas de processos de Juizados Especiais, o que garante uma produção mínima semanal de 100 (cem) minutas de sentenças e decisões.

Atualmente, atuam nos feitos do Juizado Especial da Vara os assessores: Diego Wagner Figueiredo de Carvalho Paraíso, Joel Cidiel Gadelha Oliveira, Andrea Rocha Ferreira e Milenna Crisostomo Chaves Pequeno Gomes.

O assessor Silviny de Melo Barros atua em outra frente, apenas minutando processos físicos, com o objetivo de finalizar o acervo de feitos não eletrônicos. No exercício da atividade, recebe o apoio da estagiária Marília Paiva, estudante de Direito, lotada no gabinete. Também há assessor específico para cuidar das demandas do PJE, no caso, a servidora Mariana Aguiar Gonçalves Evangelista. O objetivo é que, após, julgamento dos processos mais antigos do JEF (em meados de junho/2018), outro assessor seja designado para também trabalhar no PJE.

Cada assessor tem, ainda, a incumbência de discutir o processo (físico ou eletrônico) com o magistrado e após as devidas instruções confeccionar a minuta. Já os processos com algum tipo de prioridade processual (Idoso, Mandado de Segurança, metas do Conselho Nacional de Justiça - CNJ, questões relativas à saúde, réu preso etc.) são analisados e discutidos com o magistrado tão logo sejam recebidos na assessoria.

Os assessores, quando necessário, também prestam esclarecimentos jurídicos aos demais servidores da Vara.

Ressalte-se que os processos com algum tipo de prioridade processual (Idoso, Mandado de Segurança, metas do Conselho Nacional de Justiça - CNJ, questões relativas à saúde, réu preso, audiência de custódia, medidas cautelares criminais, etc.) são imediatamente autuados e separados em escaninhos específicos. A Secretaria comunica à assessoria que, logo a seguir, analisa e repassa o caso ao magistrado para que seja proferida decisão.

O controle do acervo dos processos é realizado, permanentemente, por meio dos instrumentos de acompanhamento e relatórios de estatísticas, disponibilizados pelos sistemas da Justiça Federal (CRETA, TEBAS e PJE).

6.27.4. Participação dos Juízes Federais em reuniões com a equipe da 27ª Vara Federal

O Juiz Federal Titular, tão logo assumiu a titularidade da Vara, realizou reuniões para apresentação pessoal e do seu modelo de gestão, bem como para conhecer o funcionamento da unidade e identificar eventuais problemas existentes no juízo. Após a chegada do Juiz Substituto, também foi realizada reunião para recepcioná-lo.

Algumas reuniões foram realizadas no período com pauta definida, como, por exemplo: implantação do teletrabalho, definição de novas metas etc. Além disso, sempre que necessário, o Juiz Diretor do Foro realiza reuniões com a Diretoria e os servidores para avaliação da produtividade da Vara, orientações sobre as metas a serem alcançadas, planejamento das atividades e coleta de sugestões.

As reuniões individuais com os servidores da assessoria são realizadas praticamente todos os dias pelos magistrados, para evitar que remanesçam dúvidas capazes de prejudicar a elaboração satisfatória das minutas. Além disso, sempre que há necessidade, são chamados os servidores do setor em que o trabalho deva ser realizado, sejam oficiais de justiça, supervisores ou servidores em geral, todos tendo franco acesso às salas dos magistrados, realizando-se reuniões tanto por iniciativa destes, quanto em atendimento a demandas dos próprios servidores.

6.27.5. Planejamento das atividades da 27ª Vara Federal e avaliação periódica de resultados

As atividades desenvolvidas na Vara são planejadas de forma conjunta com os servidores, mas sempre com a orientação de que, ao desempenhá-las, deve-se racionalizar e otimizar os trabalhos desenvolvidos diariamente, o que reflete positivamente na prestação jurisdicional.

É oportuno ressaltar que a organização da Vara, dividida em setores (Civil, Penal, Execução Fiscal, Juizado Especial Federal, Assessoria, Audiências), com um supervisor em cada um deles, permite que os servidores se sintam seguros ao executar suas tarefas, pois a rotina de cada um deles já está definida. Ademais, permite o acompanhamento constante e padronizado pela Gerência da subseção.

Além disso, evita-se o acúmulo de atividades nos setores, elimina-se qualquer dificuldade no que se refere à localização dos processos, permite o plano cumprimento das decisões e constante respeito aos prazos.

Por outro lado, isso não significa dizer que os servidores não estão preparados para o exercício de outra atividade além daquela que ocupa. Como os setores da Vara estão devidamente saneados, é comum o deslocamento provisório de determinado servidor para outro setor, para dar o apoio necessário.

Cumprido ressaltar que o setor de atendimento ao público, além de dispor de uma estagiária para este fim (estagiária Celina), conta ainda com o auxílio dos servidores da Vara, que também atendem aos jurisdicionados, diariamente, e obedecem a uma escala de revezamento, afixada na Vara, compatível com o horário de trabalho dos colaboradores.

Há fixação de metas periódicas de produtividade. Julgar e, se possível, arquivar, a mesma quantidade de feitos distribuídos no mês, mais 200 (duzentos) processos remanescentes.

Para isso, os assessores da vara, semanalmente, recebem, por e-mail, uma meta de processos para confecção de minutas de sentenças e decisões interlocutórias e posterior encaminhamento para o magistrado para análise. Com esta sistemática, a cada meta cumprida resultam, em média, 100 (cem) decisões prontas por semana e 400 (quatrocentas) mensais.

Além disso, a Secretaria, na última semana do mês, faz uma procura minuciosa dos processos que se encontram prontos para remessa ao arquivo, o que contribui para a diminuição do acervo.

É oportuno salientar que as audiências do Juizado Especial são realizadas semanalmente. Em virtude do acervo, os magistrados realizam, em média, 100 (cem) sessões semanais (50 audiências do Titular e 50 audiências do Substituto). O principal objetivo é buscar a conciliação entre as partes. Contudo, quando não há acordo, é necessária a colheita de prova oral, já que muitas demandas são previdenciárias e exigem a comprovação da qualidade de segurado especial. Ressalte-se que os magistrados proferem sentença oral, portanto, o feito já é movimentado julgado após a audiência. Assegura-se, assim, a produção média mensal de 400 sentenças no JEF, fora as sentenças dos processos que seguem conclusos diretamente para o gabinete, por não necessitarem de produção de provas em audiência.

Os resultados são avaliados semanalmente, inclusive por meio de ferramentas de produtividade, disponibilizadas pelos sistemas informatizados da subseção, como a opção "atividades do servidor", disponível no CRETA. Os resultados são sempre discutidos com a equipe. Além disso, os servidores que optaram pelo teletrabalho devem encaminhar ao Diretor da Vara relatório semanal (via email) demonstrando o cumprimento da meta.

6.27.6. Atendimento aos membros do Ministério Público Federal, Defensoria Pública da União, procuradores federais, advogados e partes na secretaria e nos gabinetes dos Juízes Federais da 27ª Vara Federal

Em relação ao atendimento, os magistrados, diretor da vara e servidores prestam, com a maior cortesia e polidez possíveis, as informações requeridas pelos advogados, às partes e aos membros do Ministério Público, entre outros, sem necessidade de prévio agendamento.

Em relação ao atendimento no gabinete, os magistrados prestam, em sua própria sala, com a maior cortesia e polidez possíveis, as informações requeridas pelos advogados, às partes (acompanhadas de seus defensores) e aos membros do Ministério Público e da Defensoria Pública, entre outros, sem necessidade de prévio agendamento, respeitando-se, obviamente, os limites impostos pela função jurisdicional exercida pelo juiz, no que se refere aos assuntos discutidos.

6.27.7. Número de processos, relação servidor/processo, audiências de conciliação e de instrução e inspeções judiciais.

Por ocasião do preenchimento do formulário de gestão, o número de processos em tramitação na Vara (total ajustado: excluídos os feitos arquivados, suspensos e baixados) alcançava o total de 6.963: Juiz Titular (3.638) e Juiz Substituto (3.325).

Relação do número de processos com o número de servidores em atividade na Vara: 366,47 ($6.963/19=366,47$).

Número de processos sobrestados/suspensos: 693.

Motivo do sobrestamento/suspensão e quantos processos por cada motivo:
PJE

MOTIVO SUSPENSÃO	QUANTIDADE
Parcelamento:	32
art.40 da LEF:	83
Outros	67

CRETA

MOTIVO DA SUSPENSÃO	QUANTIDADE
Aguarda julgamento definitivo do mérito do PUIL nº 236 (STJ)	02
Aguarda retificação de registro civil (herdeiros)	01
Prazo para providenciar laudo	03

PROCESSOS FÍSICOS

MOTIVO	QUANTIDADE
Suspensão art.40 da Lei 6.830/80	447
SURSI da Lei 9.099/95	25
Outros	33

Sem processos extraviados. Sem processos restaurados.

Número de audiências realizadas nos últimos 24 meses, a contar da data de início da correição: Juiz Titular: 2.032; Juiz Substituto: 1.760.

Há registro de audiências adiadas ou canceladas nos últimos 24 meses: 1.377 (do total 1.294 foi no JEF). Os principais motivos foram: - pedidos de redesignação formulados pelas partes; - choque de horários; - adequação da pauta.

Houve a remarcação de todas as audiências adiadas ou canceladas.

6.27.8. Cumprimento de metas e resoluções do CNJ

Meta 1 (Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente).

2018 (ano corrente)	DISTRIBUÍDOS	JULGADOS
JEF	3077	2.899
PJE	167	45
FÍSICOS	21	51
TOTAL	3.265	2.995

Como visto, no ano corrente foram distribuídos 3.265 processos e já foram julgados 2.995, ou seja, já foi julgada quantidade equivalente a 90% dos feitos distribuídos em 2018. A Direção da Vara informou que tem acompanhado mensalmente a produtividade da equipe, estabelecendo novas metas para alcançar a meta 1 do CNJ e acredita que, em pouco tempo, os processos julgados superarão os distribuídos.

Meta 2 (Identificar e julgar, até 31/12/2017, pelo menos 100% dos processos distribuídos até 31/12/2012, 85% dos processos distribuídos em 2013 nos 1º e 2º graus, e 100% dos processos distribuídos até 31/12/2014 nos Juizados Especiais e Turmas Recursais Federais).

A meta 2 foi cumprida integralmente: 100% dos processos distribuídos até 31/12/2012 foram identificados e julgados; 100% dos processos distribuídos em 2013 foram identificados e julgados; 100% dos processos distribuídos até 2014 foram identificados e julgados.

Meta 3 (Aumentar os casos solucionados por conciliação, fomentando o alcance do percentual mínimo de 20% na proporção dos processos conciliados em relação aos distribuídos).

O número de processos solucionados por conciliação vem aumentando gradativamente. Dos 41.775 processos distribuídos entre 2011 (ano de instalação da Vara) até a presente data no JEF, pelo menos 8.919 processos foram solucionados por meio de conciliação, o que representa um percentual superior a 20% do total de processos distribuídos. Assim, a meta está sendo devidamente cumprida.

Meta 4 (Identificar e julgar, até 31/12/2017, 70% das ações de improbidade administrativa distribuídas até 31/12/2014).

Foram identificados 16 processos da classe de Improbidade Administrativa distribuídos até 31/12/2014. Do total, já foram julgados 4 processos, o que representa 25 % da meta. O objetivo da vara é cumprir o restante até 31/12/2018.

Esclareceu o juízo que a complexidade e número de réus de algumas ACPI's impossibilitaram o cumprimento integral da meta em 2017.

Meta 5 (Baixar quantidade maior de processos de execução não fiscal do que o total de casos novos de execução não fiscal no ano corrente).

No ano corrente, foram distribuídas 15 execuções não fiscais e baixadas exatamente 15 execuções não fiscais. Assim, a meta foi cumprida.

Meta 6 (Identificar e julgar, até 31/12/2017, entre 70% e 85% das ações coletivas distribuídas até 31/12/2013, no 1º e 2º graus)

Não foi distribuída, até 31/12/2013, nenhuma ação coletiva na unidade.

Metas Específicas para a Justiça Federal

Baixar quantidade maior de processos criminais do que os casos novos criminais no ano corrente; Julgar quantidade maior de processos criminais do que os casos novos criminais no ano corrente.

No ano corrente, foram distribuídas 02 ações penais e baixadas 06 ações penais. Assim, a meta foi cumprida. No ano corrente, foram distribuídas 02 ações penais e julgadas 19 ações penais. Assim, a meta foi cumprida.

Identificar e julgar, até 31/12/2017, 70% das ações penais vinculadas aos crimes relacionados à improbidade administrativa, ao tráfico de pessoas, à exploração sexual e ao trabalho escravo, distribuídas até 31/12/2014)

Apenas o processo nº 0002794-41.2009.4.05.8103, ação penal vinculada a crime relacionado à improbidade administrativa, encontra-se pendente de julgamento. Segundo informado pela Vara, o referido feito estava concluso em abr/2018 e foi selecionado para julgamento pelo Juiz Substituto. Contudo, houve necessidade de conversão em diligência, pois as partes não tinham apresentado alegações finais complementares após a colheita de novo interrogatório da acusada.

Acerca do cumprimento do Provimento CNJ nº 29/2013

A unidade jurisdicional vem atualizando o Cadastro Nacional de Condenados por Ato de Improbidade Administrativa e por Ato que implique inelegibilidade (CNCIAI)/ (Provimento CNJ nº 29/2013) regularmente.

Acerca do cumprimento das exigências previstas na Resolução CNJ nº 66/2009, com a redação introduzida pela Resolução CNJ nº 87/2009, e sobre a necessidade de inserção, no sistema informatizado, do Relatório de Controle de Prisões

A Vara cumpre as exigências.

6.27.9. Processos selecionados para correição

Foram correicionados 51 processos físicos (quando da correição tinham 680 processos físicos em tramitação ajustada).

Quanto aos processos do Sistema PJe, foram correicionados 80 processos (quando da correição tinham 923 processos eletrônicos em tramitação ajustada).

Foram correicionados 200 processos do JEF (quando da correição havia 5.360 feitos em tramitação ajustada).

6.27.9.1 Principais constatações da análise individual de processos

6.27.9.1.1. Processos eletrônicos do Sistema Creta

Da análise individual dos processos, podem-se destacar as seguintes ocorrências:

Observação	Nr. Processo	Complemento
Ausência de cobrança do cumprimento de carta precatória a cada 3 meses	0500119-86.2016.4.05.8108	Expedida em 03/05/2016.
Total de Ocorrências: 1		
Demora/ausência na certificação de decurso de prazo	0501993-09.2016.4.05.8108	De ato ordinatório de 09/10/2017.
Total de Ocorrências: 1		
Demora/ausência na conclusão para despacho/decisão	0505067-08.2015.4.05.8108	De 31/05/16 a 03/08/16.
	0501659-72.2016.4.05.8108	De 24.11.2016 a 21.03.2017.
	0502666-02.2016.4.05.8108	Conclusão em 01/09/16 e despacho proferido em 10/05/17.
	0500042-43.2017.4.05.8108	A autora se manifestou sobre o laudo social em fevereiro/2018, sem qualquer despacho ou ato processual desde então.
	0500085-77.2017.4.05.8108	Concluso em 04/12/2017.
Total de Ocorrências: 5		
Demora/ausência na conclusão para sentença	0501837-21.2016.4.05.8108	Demora para a conclusão operada em 01/03/2018, já que o último ato antecedente fora praticado em 02/08/2017.
Total de Ocorrências: 1		
Demora na expedição de mandados/ofícios/editais/cartas precatórias	0505067-08.2015.4.05.8108	Despacho em 09/08/16, expedição em 21/02/17.
	0501815-60.2016.4.05.8108	Despacho de 31/08/16, expedição e 19/04/17.
Total de Ocorrências: 2		
Demora na prolação da sentença	0505313-38.2014.4.05.8108	Feito conclusivo para sentença em setembro/2017. Sentença proferida em abril/2018.
	0503417-23.2015.4.05.8108	Conclusos em 04/09/17, sentença em 25/04/18.
	0504625-42.2015.4.05.8108	Conclusos em 23/08/17, sentença em 25/04/18.
	0505067-	Conclusos desde 27/09/17.

08.2015.4.05.8108	
0510908-71.2016.4.05.8100	Processo concluso para sentença desde outubro/2017. Sentença proferida em abril/2018.
0500110-27.2016.4.05.8108	Demora excessiva, desde 10.10.2017.
0500362-30.2016.4.05.8108	De 18.10.2017 a 25.04.2018.
0501127-98.2016.4.05.8108	Conclusos em 07/08/17, sentença em 05/03/18.
0501434-52.2016.4.05.8108	Demora excessiva, desde 30.08.2017.
0501512-46.2016.4.05.8108	Processo concluso desde 16/10/2017. Sentença proferida em 12/04/2017.
0501645-88.2016.4.05.8108	Processo concluso em 23/11/2017. Sentença proferida em 13/04/2018.
0501679-63.2016.4.05.8108	Conclusos em 08/01/18, sentença em 13/04/18.
0501808-68.2016.4.05.8108	De 10.11.2017 a 13.04.2018.
0501815-60.2016.4.05.8108	Conclusos desde 23/11/17 (últ. mov.).
0501839-88.2016.4.05.8108	De 05.02.2018 a 16.04.2018.
0501844-13.2016.4.05.8108	De 11.10.2017 a 23.04.2018.
0501925-59.2016.4.05.8108	De 26/01/18 a 23/04/18 - anexos 43 e 44.
0502004-38.2016.4.05.8108	De 12.10.2017 a 11.04.2018.
0502019-07.2016.4.05.8108	De 13/11/17 a 18/04/18 - anexos 20 e 21.
0502192-31.2016.4.05.8108	Concluso em 25/10/2017, sentenciado em 19/04/2018.
0502266-85.2016.4.05.8108	Demora excessiva: de 12.07.2017 a 17.04.2018.
0502271-10.2016.4.05.8108	De 09.01.2018 a 23.04.2018.
0502307-52.2016.4.05.8108	De 07.11.2017 a 16.04.2018.
0502360-33.2016.4.05.8108	Desde 10.10.2017.
0502455-63.2016.4.05.8108	De 25.11.2017 a 25.04.2018.
0502633-12.2016.4.05.8108	De 02/08/17 a 01/03/18 - vide anexo 28.
0502666-	Desde 18.11.2017.

02.2016.4.05.8108	
0502688-60.2016.4.05.8108	Processo concluso para sentença em novembro/2017 e sentença prolatada em abril/2018.
0502863-54.2016.4.05.8108	Concluso em 22/11/17 e sentença proferida em 24/04/18.
0503084-37.2016.4.05.8108	Processo concluso para sentença em novembro/2017. Sentença proferida em abril/2018.
0503126-86.2016.4.05.8108	Desde 25.11.2017.
0503157-09.2016.4.05.8108	Conclusos desde 03/10/17.
0503166-68.2016.4.05.8108	De 18/12/2017 a 25/04/18 - vide anexo 43.
0503207-35.2016.4.05.8108	Demora para a prolação de sentença de 30/04/2018, já que a conclusão se deu em 09/11/2017.
0503209-05.2016.4.05.8108	Demora excessiva, desde 18.10.2017.
0503236-85.2016.4.05.8108	Concluso em 04/09/2017, sentença em 02/05/2018.
0503247-17.2016.4.05.8108	
0503304-35.2016.4.05.8108	Concluso em 03/10/2017, sentença em 26/04/2018.
0503313-94.2016.4.05.8108	Desde 19.12.2017.
0503405-72.2016.4.05.8108	
0503481-96.2016.4.05.8108	Conclusos desde 18/05/17.
0503560-75.2016.4.05.8108	Conclusos desde 20/11/17.
0503629-10.2016.4.05.8108	Demora para a prolação da sentença de 27/04/2018, já que a conclusão se deu em 11/10/2017.
0505424-51.2016.4.05.8108	Processo concluso para sentença em janeiro/2018. Sentença proferida em abril/2018.
0505436-65.2016.4.05.8108	Processo concluso desde 04/10/2017.
0505444-42.2016.4.05.8108	Concluso em 26/09/2017.
0505454-86.2016.4.05.8108	Processo concluso para sentença desde setembro/2017.
0505458-26.2016.4.05.8108	Processo concluso para sentença em setembro/2017, com a prolação da decisão em

	março de 2018.
0505493-83.2016.4.05.8108	Desde 06.02.2018.
0505498-08.2016.4.05.8108	Concluso desde 18/10/2017.
0505500-75.2016.4.05.8108	Concluso em 25/07/2017, sentença em 13/04/2018.
0500000-91.2017.4.05.8108	Concluso em 28/01/2018.
0500015-60.2017.4.05.8108	
0500016-45.2017.4.05.8108	Concluso desde 15/01/2018.
0500034-66.2017.4.05.8108	Demora excessiva, desde 14.09.2017.
0500036-36.2017.4.05.8108	
0500037-21.2017.4.05.8108	Desde 20.12.2017.
0500043-28.2017.4.05.8108	Desde 19.12.2017.
0500046-80.2017.4.05.8108	Conclusão em 09/10/2017 e sentença em 02/05/2018.
0500053-72.2017.4.05.8108	Desde 25.11.2017.
0500063-19.2017.4.05.8108	Demora para a prolação de sentença, já que, desde 16/09/2017, aguardava-se a prática desse ato processual.
0500098-76.2017.4.05.8108	Demora excessiva, desde 18.10.2017.
0500124-74.2017.4.05.8108	Desde 30.01.2018.
0500151-57.2017.4.05.8108	Demora para a prolação da sentença em 11/04/2018, já que a conclusão se deu em 30/10/2017.
0500157-64.2017.4.05.8108	Desde 12.12.2017.
0500161-04.2017.4.05.8108	Demora excessiva, desde 16.09.2017.
0500163-71.2017.4.05.8108	De 12.09.2017 a 09.04.2018.
0500164-56.2017.4.05.8108	Demora excessiva, desde 04.10.2017.
0500172-33.2017.4.05.8108	Demora para a prolação de sentença, já que, desde 05/12/2017, aguardava-se a prática desse ato.
0500177-	Conclusos desde 25/10/17.

	55.2017.4.05.8108	
	0500181-92.2017.4.05.8108	Feito concluso para sentença desde janeiro/2018.
	0500209-60.2017.4.05.8108	Concluso desde 22/11/2017.
	0500210-45.2017.4.05.8108	Desde 03.10.2017.
	0500243-35.2017.4.05.8108	
	0500255-49.2017.4.05.8108	
Total de Ocorrências: 75		
Demora na prolação de decisão/despacho	0500175-90.2014.4.05.8108	Demora para a prolação do despacho de 21/03/2018, já que, desde 21/10/2017, aguardava-se a prática desse ato.
	0505228-52.2014.4.05.8108	De 02/11/2016 a 06/06/2017.
	0500643-20.2015.4.05.8108	Conclusos em 25/01/17, despacho em 10/04/17.
	0504625-42.2015.4.05.8108	Conclusos em 15/04/16, despacho em 13/10/16.
	0504787-37.2015.4.05.8108	De 15.12.2016 a 11.07.2017 e de 08.08.2017 a 08.03.2018.
	0500119-86.2016.4.05.8108	De 10/04/2017 a 14/09/2017.
	0501127-98.2016.4.05.8108	Conclusos em 03/06/16, despacho em 08/02/17.
	0501136-60.2016.4.05.8108	Conclusos em 20/06/17, despacho em 09/01/18.
	0501434-52.2016.4.05.8108	Conclusão em 28/06/16 e despacho proferido em 22/02/17.
	0501491-70.2016.4.05.8108	De 05.10.2017 a 10.04.2018.
	0501512-46.2016.4.05.8108	Processo concluso desde 11/03/2017. Despacho proferido em 09/08/2017.
	0501557-50.2016.4.05.8108	Processo concluso desde 10/10/2017, proferido em 16/04/2018.
	0501628-52.2016.4.05.8108	De 08.02.2018 a 13.04.2018.
	0501655-35.2016.4.05.8108	Processo concluso para decisão desde julho/2017. Decisão proferida em outubro/2017.
	0501659-72.2016.4.05.8108	De 21.03.2017 a 31.05.2017.
0501761-94.2016.4.05.8108	De 24.01.2018 a 13.04.2018.	
0501763-	De 16.05.2017 a 25.10.2017.	

	64.2016.4.05.8108	
	0501833-81.2016.4.05.8108	De 16.09.2017 a 23.04.2018, de 19.04.2017 a 21.08.2017 e de 13.07.2016 a 21.03.2017.
	0501920-37.2016.4.05.8108	Conclusos em 08/08/17, despacho em 24/03/18.
	0502019-07.2016.4.05.8108	De 17/10/16 a 08/06/17 (anexos 11 e 12).
	0502060-71.2016.4.05.8108	De 26.10.2017 a 23.04.2018.
	0502104-90.2016.4.05.8108	Conclusos em 09/08/17, despacho em 26/03/18.
	0502137-80.2016.4.05.8108	De 24/10/17 a 19/04/18 - anexos 49 e 50.
	0502174-10.2016.4.05.8108	De 20.06.2017 a 29.08.2017.
	0502285-91.2016.4.05.8108	De 21.08.2017 a 08.03.2018.
	0502341-27.2016.4.05.8108	De 31/01/2017 a 14/08/2017.
	0502493-75.2016.4.05.8108	
	0502525-80.2016.4.05.8108	Demora para a prolação do despacho de 25/04/2018, já que o último ato antecedente fora praticado em 19/09/2017.
	0502584-68.2016.4.05.8108	De 25.10.2017 a 16.04.2018.
	0502892-07.2016.4.05.8108	De 28.10.2017 a 19.04.2018.
	0503108-65.2016.4.05.8108	De 27.06.2017 a 14.11.2017.
	0503209-05.2016.4.05.8108	Conclusão em 11/05/17 e despacho proferido em 15/08/17.
	0503236-85.2016.4.05.8108	Concluso em 14/10/2016, despacho em 19/06/2017.
	0505450-49.2016.4.05.8108	Conclusos desde 18/10/2017.
	0505488-61.2016.4.05.8108	Processo concluso para sentença desde setembro/2017.
	0500588-98.2017.4.05.8108	De 31/01/18 a 10/04/18 - anexos 40 e 41.
Total de Ocorrências: 36		
Demora na prolação de despacho inicial	0500747-41.2012.4.05.8100	De 23.05.2017 a 25.08.2017 e de 30.09.2017 a 06.02.2018.
	0500092-69.2017.4.05.8108	De 09.01.2017 a 22.03.2017.
	0500146-	De 13/01/2017 a 10/03/2017.

	35.2017.4.05.8108	
	0500177-55.2017.4.05.8108	Inicial em 16/01/17, ato ord. em 11/05/17.
Total de Ocorrências: 4		
Demora na realização da audiência	0503405-72.2016.4.05.8108	
Total de Ocorrências: 1		
Demora no cumprimento de despacho	0505228-52.2014.4.05.8108	De 05/04/2015 a 31/07/2015.
	0501434-52.2016.4.05.8108	Despacho proferido em 22/02/17 e cumprido em 14/06/17.
	0501763-64.2016.4.05.8108	Marcação de perícia, de 25.10.2017 a 12.04.2018.
	0500033-81.2017.4.05.8108	De 20/09/17 a 03/04/18 - anexos 23 e 24.
Total de Ocorrências: 4		
Demora no cumprimento de diligências	0503209-05.2016.4.05.8108	Demora na marcação de audiência (contestação juntada em 10/10/16 e audiência marcada em 15/04/17).
	0503313-94.2016.4.05.8108	Marcação de audiência (17/10/16 a 29/03/17).
	0500043-28.2017.4.05.8108	Demora na marcação de audiência (09/03/17 - 18/07/17).
Total de Ocorrências: 3		
Outros	0509914-77.2015.4.05.8100	Ausência de acompanhamento da tramitação do processo suspenso/aguando decisão STJ - suspensão 13/06/17 (FGTS).
	0500119-86.2016.4.05.8108	Ausência de despacho inicial após juntada de petição inicial em jan/2016.
	0502008-75.2016.4.05.8108	Demora na prolação do ato ordinatório, de 07/08/2017 a 01/03/2018.
	0503108-65.2016.4.05.8108	Demora na designação de perícia, de 14.11.2017 a 10.04.2018.
	0503645-61.2016.4.05.8108	Demora na designação da perícia (de 29/08/2016 a 26/10/2016).
	0500020-82.2017.4.05.8108	Demora prolação ato ordinatório (de 15/02/2017 a 02/05/2017).
Total de Ocorrências: 6		
Processo em Ordem	0501664-65.2014.4.05.8108	
	0501557-84.2015.4.05.8108	
	0502432-54.2015.4.05.8108	
	0502830-98.2015.4.05.8108	

0500651-60.2016.4.05.8108	
0501300-25.2016.4.05.8108	
0501642-36.2016.4.05.8108	
0501739-36.2016.4.05.8108	
0501821-67.2016.4.05.8108	
0501917-82.2016.4.05.8108	
0501958-49.2016.4.05.8108	
0502000-98.2016.4.05.8108	
0502073-70.2016.4.05.8108	
0502098-83.2016.4.05.8108	
0502167-18.2016.4.05.8108	
0502196-68.2016.4.05.8108	
0502265-03.2016.4.05.8108	
0502303-15.2016.4.05.8108	
0502357-78.2016.4.05.8108	
0502365-55.2016.4.05.8108	
0502438-27.2016.4.05.8108	
0502531-87.2016.4.05.8108	
0502544-86.2016.4.05.8108	
0502601-07.2016.4.05.8108	
0502619-28.2016.4.05.8108	
0502681-68.2016.4.05.8108	
0502792-52.2016.4.05.8108	

0502827-12.2016.4.05.8108	
0502944-03.2016.4.05.8108	
0503082-67.2016.4.05.8108	
0503274-97.2016.4.05.8108	
0503502-72.2016.4.05.8108	
0503511-34.2016.4.05.8108	
0505185-47.2016.4.05.8108	
0505408-97.2016.4.05.8108	
0505409-82.2016.4.05.8108	
0505414-07.2016.4.05.8108	
0505475-62.2016.4.05.8108	
0505477-32.2016.4.05.8108	
0500029-44.2017.4.05.8108	
0500031-14.2017.4.05.8108	
0500040-73.2017.4.05.8108	
0500041-58.2017.4.05.8108	
0500086-62.2017.4.05.8108	
0500096-09.2017.4.05.8108	
0500150-72.2017.4.05.8108	
0500176-70.2017.4.05.8108	
0500207-90.2017.4.05.8108	
0500251-12.2017.4.05.8108	
0502544-52.2017.4.05.8108	

	0503102-24.2017.4.05.8108	
	0504427-34.2017.4.05.8108	
	0504445-55.2017.4.05.8108	
	0505020-63.2017.4.05.8108	
	0505910-02.2017.4.05.8108	
	0505914-39.2017.4.05.8108	
	0505917-91.2017.4.05.8108	
	0505939-52.2017.4.05.8108	
	0500018-78.2018.4.05.8108	
	0500104-49.2018.4.05.8108	
Total de Ocorrências: 60		
Processos irregularmente paralisados	0502170-07.2015.4.05.8108	Feito irregularmente paralisado, já que, desde 11/05/2016, não se praticou ato processual.
	0503166-68.2016.4.05.8108	De 19/09/16 a 09/04/17 - anexos 14 e 15.
	0503537-32.2016.4.05.8108	Feito irregularmente paralisado no período compreendido entre 13/09/2017 e 26/04/2018.
	0505438-35.2016.4.05.8108	Feito irregularmente parado desde dezembro/2017 (manifestação da parte autora).
	0500021-67.2017.4.05.8108	Desde 18/10/17 - anexo 32.
	0500024-22.2017.4.05.8108	Do término do prazo para apresentação da contestação a 08/06/17 (anexo 10); desde 12/09/17 (anexo 20).
	0500072-78.2017.4.05.8108	De 02/02/17 e 25/05/17 - anexos 14 e 15; desde 13/11/17 anexo 23.
	0500128-14.2017.4.05.8108	Feito irregularmente paralisado desde 26/09/2017, quando foi concluso.
	0500135-06.2017.4.05.8108	Desde 03/10/17 - anexo 24.
	0500189-69.2017.4.05.8108	De 10/03/17 a 06/07/17 - anexos 10 e 11; de 26/10/17 a 16/02/18 - anexos 28 e 29; desde 16/02/18 anexo 29.
Total de Ocorrências: 10		
Processos sem movimentação processual em período	0505228-52.2014.4.05.8108	Desde 24/08/2017.

determinado	0502166-67.2015.4.05.8108	Processo sem movimentação desde setembro/2017 (conclusão para sentença) até março/2018 (decisão fixando multa em caso de descumprimento no fornecimento de informações).
	0500119-86.2016.4.05.8108	Desde 14/09/2017.
	0501576-56.2016.4.05.8108	Agosto/2017 a março/2018.
	0501711-68.2016.4.05.8108	Entre 20/11/2017 e 20/04/2018.
	0501775-78.2016.4.05.8108	De 16/08/2016 a 17/04/2017 e de 10/05/2017 a 18/04/2018.
	0501904-83.2016.4.05.8108	Feito sem movimentação desde julho/2017 (autor pede cancelamento de audiência) até março/2018 (concluso para sentença).
	0502080-62.2016.4.05.8108	Entre 31/01/2017 e 23/05/2017; entre 12/09/2017 e 18/04/2018.
	0502341-27.2016.4.05.8108	Desde 14/08/2017.
	0503211-72.2016.4.05.8108	Desde 16/05/2017.
	0503247-17.2016.4.05.8108	
	0503249-84.2016.4.05.8108	Entre 12/12/2017 e 25/04/2018.
	0503597-05.2016.4.05.8108	Desde 29/08/2017.
	0503645-61.2016.4.05.8108	Desde 11/09/2017.
	0505496-38.2016.4.05.8108	Desde 05/09/2017.
	0505498-08.2016.4.05.8108	Entre 07/04/2017 e 15/08/2017.
	0500709-53.2017.4.05.8100	Desde 07/08/2017.
	0500009-53.2017.4.05.8108	Desde 06/09/2017.
	0500020-82.2017.4.05.8108	Desde 18/12/2017.
	0500036-36.2017.4.05.8108	
	0500065-86.2017.4.05.8108	Desde 20/09/2017.
0500118-67.2017.4.05.8108	Desde 30/10/2017.	
0500146-	Desde 15/09/2017.	

35.2017.4.05.8108	De 07/08/2017 a 09/04/2018.
0500187-02.2017.4.05.8108	
Total de Ocorrências: 24	

6.27.9.1.2. Processos Físicos

Da análise individual dos processos, podem-se destacar as seguintes ocorrências:

DEMORA NA COBRANÇA DO CUMPRIMENTO DE MANDADOS POR OFICIAIS DE JUSTIÇA:		
TIPO DE AÇÃO	Nº DO PROCESSO	OBSERVAÇÃO
Desapropriação	00003511119954058103	Mandado expedido em 01/03/2016, ato ordinatório em 14/06/16, e cobrança/exp. ofício em 09/09/16 (certidão s/ausência de entrega do mandado datada de 06/03/17).
DEMORA NA EXPEDIÇÃO DE CERTIDÃO:		
TIPO DE AÇÃO	Nº DO PROCESSO	OBSERVAÇÃO
Criminal	00000767520174058108	Despacho de 16/03/17, certidão de 31/05/17 e de expedição de mandado em 12/07/17.
DEMORA NA JUNTADA DE EXPEDIENTE:		
TIPO DE AÇÃO	Nº DO PROCESSO	OBSERVAÇÃO
Civil Pública	00015287720134058103	Do mandado de fl. 157 (out/16 a abr/17 - fl. 156).
Improbidade Administrativa	00083428020144058100	Fl. 177 e fl. 184.
Civil Pública	00000017020164058108	Fl. 287.
DEMORA NA PROLAÇÃO DE DECISÃO/ SENTENÇA:		
TIPO DE AÇÃO	Nº DO PROCESSO	OBSERVAÇÃO
Improbidade Administrativa	00128285020104058100	Conclusos em 12/01/17, decisão em 29/06/17.
Improbidade Administrativa	00001373820144058108	Conc. em 12/07/17, sentença em 30/04/18.
Improbidade Administrativa	00001382320144058108	Conclusos desde 06/03/18.
Improbidade	00001313120144058108	Conclusos em 13/10/16,

Administrativa		decisão em 08/02/17.
Criminal	00000103220164058108	Conclusos desde 12/12/17.
Criminal	00008178620154058108	Conclusos desde 28/11/17.
Criminal	00001575820164058108	Conclusos desde 09/02/18.
Criminal	00027014420104058103	Conclusos desde 09/02/18.
Civil Pública	00001365320144058108	De fl. 234 (mais de 60 dias) e de fl. 239/256 (out/16 a jun/17 - v. fl. 238).
Criminal	00024851520124058103	Concluso para sentença desde jan/18.
Criminal	00005291220134058108	Concluso para sentença desde out/17.
Criminal	00000536620164058108	Concluso para sentença desde set/17.
Criminal	00005282720134058108	Concluso para sentença desde jan/18.
Improbidade Administrativa	00000094720164058108	De 02.05.2017 a 15.02.2018.
Improbidade Administrativa	00000077720164058108	De 07.06.2017 a 18.04.2018.
Improbidade Administrativa	00004935820084058103	Desde 29.11.2017.
Improbidade Administrativa	00012597220124058103	De 03.05.2017 a 23.05.2018.
Criminal	00000836720174058108	Desde 29.08.2017.
Criminal	00009018720154058108	Desde 16.02.2018.
DEMORA NA PROLAÇÃO DE DESPACHO:		
TIPO DE AÇÃO	Nº DO PROCESSO	OBSERVAÇÃO
Improbidade Administrativa	00001382320144058108	Conc. em 25/11/15, despacho em 03/03/16.
Improbidade Administrativa	00136515320124058100	Concluso desde nov/17 - fl. 517.
Improbidade Administrativa	00000651720154058108	De fl. 317.
Improbidade Administrativa	00027311620094058103	De 26.06.2017 a 10.10.2017.
Desapropriação	00142263720174058100	De 24.02.2017 a 09.10.2017.
DEMORA PARA CERTIFICAR O DECURSO DE PRAZO:		

TIPO DE AÇÃO	Nº DO PROCESSO	OBSERVAÇÃO
Desapropriação	00142263720174058100	De 30.06.2016 a 24.02.2017.
Desapropriação	00003511119954058103	Recebimento do mandado pelo perito em 19/09/17, prazo de 15 dias, certidão de decurso de prazo em 21/02/18.
FEITO EM ORDEM:		
TIPO DE AÇÃO	Nº DO PROCESSO	OBSERVAÇÃO
Improbidade Administrativa	00029087720094058103	
Criminal	00000793020174058108	
Improbidade Administrativa	00000115120154058108	
Desapropriação	00010391620084058103	
Criminal	00000689820174058108	
Execução Fiscal	00000638120144058109	
Criminal	00000533220174058108	
Civil Pública	00000014120144058108	
Civil Pública	00056625920134058100	
Criminal	00002623520164058108	
OUTROS:		
TIPO DE AÇÃO	Nº DO PROCESSO	OBSERVAÇÃO
Improbidade Administrativa	00128285020104058100	Demora no cumprimento de despacho, datado de 07/02/18, reiterado em inspeção em 26/02/18(últ.mov.).
Improbidade Administrativa	00001971120144058108	Ausência de movimentação processual desde 17/11/17 - fl. 522.
Desapropriação	00042416320154058100	Demora na abertura de vista de fl. 704 (out/17 a jan/18 - fl. 698).
Desapropriação	00003511119954058103	Ausência de movimentação de 09/09/16 a 06/03/17 e junt. em 17/04/17, certidão em 17/08/17.
Improbidade Administrativa	00000025520164058108	Demora no cumprimento de despacho, datado de

		15/08/16, juntada em 14/09/16, expedição em 23/02/17.
Improbidade Administrativa	00000025520164058108	Demora na certificação, cumprimento de mandado em 07/07/16, certidão de 25/09/17.
Improbidade Administrativa	00027311620094058103	Demora no cumprimento de despacho, de 10.10.2017 a 12.12.2017.
Civil Pública	00011241620054058100	Demora no cumprimento de despacho, de 03.10.2016 a 28.06.2017.
Improbidade Administrativa	00000111720164058108	Ausência de movimentação processual (após 16/08/16 até 11/01/17 - fl. 1262).
Civil Pública	00018876120124058103	Demora na prolação do ato ordinatório de fl. 231.
Improbidade Administrativa	00000651720154058108	Demora no cumprimento do despacho de fl. 442.
Civil Pública	00000031120144058108	Demora no cumprimento da decisão de fl. 438 (desde fev/18).
Civil Pública	00000017020164058108	Demora no cumprimento do despacho de fl. 328.
Improbidade Administrativa	00008507620154058108	Ausência de conclusão após a juntada de petição efetuada em 27/03/18 (fl. 416).
Improbidade Administrativa	00067413920144058100	Demora no cumprimento de despacho (despacho de 21/11/16, reiterado em 06/03/17 e em 28/08/17- expedição de ofício em 05/10/17).
Desapropriação	00005785320134058108	Demora no cumprimento do despacho de fl. 217 (março a ago/17 - fl. 218).
Improbidade Administrativa	00000086220164058108	Demora na expedição de mandado (juntada em 09/10/17, expedição em 24/01/18).
Civil Pública	00004131120054058100	Demora na remessa dos autos (publicação em 22/07/16, remessa em 14/10/16).

Civil Pública	00011241620054058100	Processo sem movimentação, de 10.10.2017 a 06.03.2018.
Improbidade Administrativa	00003709820154058108	Demora no cumprimento de ato ordinatório/expedição de certidão (de 24/10/16 a 24/02/17).
Improbidade Administrativa	00136515320124058100	Demora no cumprimento do despacho de fl. 500 (março a jun/17 - fl. 503).

PARALISAÇÃO IRREGULAR:

TIPO DE AÇÃO	Nº DO PROCESSO	OBSERVAÇÃO
Improbidade Administrativa	00083428020144058100	De maio a dez/17.

Outras Observações:

Processo: 00000086220164058108 Classe: Improbidade Administrativa - ainda sem recebimento da inicial.

Processo : 00003511119954058103 Classe: Desapropriação - redistribuição em 15/09/2014.

Processo : 00004131120054058100 Classe: Civil Pública - redistribuição por dependência em 30/06/2014.

Processo : 00004935820084058103 Classe: Improbidade Administrativa - Redistribuição À 27ª Vara/CE em 13.06.2013.

Processo : 00010391620084058103 Classe: Desapropriação - Redistribuído para a 27a. vara/CE em 04/04/18.

Processo : 00011241620054058100 Classe: Civil Pública - Redistribuição à 27ª Vara em 01.03.2016.

Processo : 00012597220124058103 Classe: Improbidade Administrativa - Redistribuído à 27ª Vara/CE em 11.06.2013.

Processo : 00027311620094058103 Classe: Improbidade Administrativa - Redistribuição à 27ª Vara em 11.06.2013.

Processo : 00029087720094058103 Classe: Improbidade Administrativa - Redistribuição à 27ª Vara em 13.06.2013.

Processo : 00128285020104058100 Classe: Improbidade Administrativa - dist. inicialmente na Justiça Estadual. Redistribuição em 14/08/2013.

Processo : 00142263720174058100 Classe: Desapropriação - Redistribuição à 27ª Vara em 15.01.2014.

Processo: 00220688319984058100 Classe: Desapropriação - Acórdão de 07/05/2009.

6.27.9.1.3. Processos Judiciais Eletrônicos (PJe)

Da análise individual dos processos, podem-se destacar as seguintes ocorrências:

Número do Processo	Classe Judicial	Assunto	Último Evento	Polo Ativo	Polo Passivo	Correicionado
Ausência/demora na conclusão						
0800008-97.2014.4.05.8108	PROCEDIMENTO COMUM	Aposentadoria Especial (Art. 57/8)	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FRANCISCO DAS CHAGAS SALES - 228.355.043-20	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS - 29.979.036/0001-40	SIM
0800026-55.2013.4.05.8108	PROCEDIMENTO COMUM	Benefício Assistencial (Art. 203, V CF/88)	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FELICIO BASTOS - 223.845.703-82	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS - 29.979.036/0001-40	SIM
0800038-98.2015.4.05.8108	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Dano ao Erário e outros	Juntada de Certidão de Retificação de Autuação	MUNICIPIO DE ITAPAJE - 07.683.956/0001-84	FRANCISCO MARQUES MOTA e outros - 115.086.713-20	SIM
0800050-15.2015.4.05.8108	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Dano ao Erário e outros	Juntada de Certidão	MUNICIPIO DE ITAPAJE e outros - 07.683.956/0001-84	FRANCISCO MARQUES MOTA e outros - 115.086.713-20	SIM
0800052-82.2015.4.05.8108	PROCEDIMENTO COMUM	Contratos Bancários	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF - 00.360.305/0001-04	CASSIDY DE CASTRO SA BARRETO JUNIOR e outros - 658.764.313-20	SIM
0800075-91.2016.4.05.8108	EXECUÇÃO FISCAL	Ausência de Cobrança Administrativa Prévia	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO CEARA - CRC/CE - 07.093.503/0001-06	FRANCISCO ERIVALTO RODRIGUES DOS SANTOS - 218.336.303-78	SIM
0800082-20.2015.4.05.8108	PROCEDIMENTO COMUM	Demissão ou Exoneração e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MARIA KEILA ALVES BARBOSA -	UNIÃO FEDERAL e outro -	SIM
0800082-83.2016.4.05.8108	PROCEDIMENTO SUMÁRIO	Repetição de indébito e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	COMERCIAL DE ELETROMOVEIS CAVALCANTE BENEVIDES LTDA - EPP - 04.401.293/0001-70	MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO - 03.830.550/0001-26	SIM
0800083-05.2015.4.05.8108	PROCEDIMENTO COMUM	Aposentadoria por Invalidez e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	ROSANGELA DE SENA GOMES MOURA - 457.321.323-68	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS - 29.979.036/0001-40	SIM
0800090-94.2015.4.05.8108	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Dano ao Erário	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.626.108/0001-03	CLEIDIANE SOARES DE SOUSA e outros - 930.623.543-72	SIM
0800095-82.2016.4.05.8108	AÇÃO CIVIL COLETIVA	Correção Monetária de Diferenças Pagas em Atraso	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	SINDICATO ESTADUAL DOS TRABALHADORES EM FUNDACOES PUBLICAS FEDERAIS DE GEOGRAFIA E ESTATISTICA NO ESTADO DO CEARA-SETIBGE/CE - 14.986.596/0001-55	FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATISTICA - IBGE - 33.787.094/0001-40	SIM
0800169-05.2017.4.05.8108	PROCEDIMENTO COMUM	Dano ao Erário	Juntada de Contestação	MUNICIPIO DE URUBURETAMA - 07.623.069/0001-10	LUIZ VLADEIRTON OLIVEIRA DE QUEIROZ FILHO e	SIM
0800182-38.2016.4.05.8108	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Processo Suspenso/Sobrestado	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	MARICULTURA PESCADOS COMERCIO IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA - 04.720.877/0001-08	SIM

0800234-34.2016.4.05.8108	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa e outros	Inspecção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CONSELHO REGIONAL DOS REPRESENTANTES COMERCIAIS NO ESTADO DO CEARA - 07.340.847/0001-64	MAURO REPRESENTACOES COMERCIAIS LTDA - ME - 07.969.308/0001-99	SIM
0800236-04.2016.4.05.8108	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa e outros	Inspecção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CONSELHO REGIONAL DOS REPRESENTANTES COMERCIAIS NO ESTADO DO CEARA - 07.340.847/0001-64	ANGELO MARCIO TEIXEIRA PINTO - 779.246.143-20	SIM
0800278-19.2017.4.05.8108	EXECUÇÃO FISCAL	Ambiental e outros	Juntada de Certidão de Intimação	INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVAVEIS - IBAMA -	MUNICIPIO DE ARACOIABA - 07.387.392/0001-32	SIM
0800316-31.2017.4.05.8108	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Dano ao Erário e outros	Inspecção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MUNICIPIO DE ITAREMA - 07.663.041/0001-54	BENEDITO MONTEIRO DOS SANTOS FILHO - 026.651.403-06	SIM
0800422-90.2017.4.05.8108	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa e outros	Juntada de Certidão	CONSELHO REGIONAL DOS REPRESENTANTES COMERCIAIS NO ESTADO DO CEARA - 07.340.847/0001-64	JOELMA RODRIGUES DE SOUSA - 055.472.873-77	SIM
0800484-33.2017.4.05.8108	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Dano ao Erário		MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 02.626.108/0001-02	TERESA CELIA DA CUNHA SILVA e outros - 192.768.853-15	SIM
Lapso entre a distribuição e despacho inicial/limi						
0800236-04.2016.4.05.8108	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa e outros	Inspecção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CONSELHO REGIONAL DOS REPRESENTANTES COMERCIAIS NO ESTADO DO CEARA - 07.340.847/0001-64	ANGELO MARCIO TEIXEIRA PINTO - 779.246.143-20	SIM
Lapso entre conclusão e prolação despacho/decisão						
0800178-98.2016.4.05.8108	CONSIGNAÇÃO EM PAGAMENTO	Interpretação / Revisão de Contrato	Inspecção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	ORIXAS HOTEIS LTDA - ME - 05.956.030/0001-90	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF - 00.360.305/0001-04	SIM
0800325-90.2017.4.05.8108	EMBARGOS À EXECUÇÃO	Efeito Suspensivo / Impugnação / Embargos à Execução	Inspecção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	P & M COMERCIO E DISTRIBUICAO DE PRODUTOS, MAQUINAS E EQUIPAMENTOS AGROPECUARIOS LTDA - ME - 10.737.844/0001-73	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	SIM
0800490-40.2017.4.05.8108	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspecção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CONSELHO REGIONAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL DA 6 REGIAO - CREFITO 6 - 23.498.256/0001-76	JULLYMAR PATRICK TEIXEIRA BENIGNO - 615.193.323-00	SIM
0800496-47.2017.4.05.8108	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Dano ao Erário e outros		MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 02.626.108/0001-02	E. V. S. CONSTRUCOES LTDA - ME e outros - 08.586.847/0001-01	SIM
Lapso sem movimentação processo na Secretaria						
0800031-72.2016.4.05.8108	EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL	Execução Contratual	Inspecção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF -	SUELY DE LIMA FELIX - ME e outro -	SIM
0800033-13.2014.4.05.8108	PROCEDIMENTO COMUM	Aposentadoria por Invalidez e outros	Inspecção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FRANCISCO ALVES DOS SANTOS - 729.569.173-15	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS - 29.979.036/0001-40	SIM
0800038-98.2015.4.05.8108	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Dano ao Erário e outros	Juntada de Certidão de Retificação de Autuação	MUNICIPIO DE ITAJAJE - 07.683.956/0001-84	FRANCISCO MARQUES MOTA e outro - 115.086.713-20	SIM
0800048-11.2016.4.05.8108	AÇÃO POPULAR	Nulidade de Ato Administrativo	Inspecção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	ANTONIO JOSÉ DE SOUSA GOMES -	CÂMARA DOS DEPUTADOS -	SIM

0800060-25.2016.4.05.8108	EMBARGOS À EXECUÇÃO	Efeito Suspensivo / Impugnação / Embargos à Execução	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FRANCISCO GARCIA FILHO - 398.544.343-20	UNIÃO FEDERAL - 26.994.558/0001-23	SIM
0800075-91.2016.4.05.8108	EXECUÇÃO FISCAL	Ausência de Cobrança Administrativa Prévia	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO CEARA - CRC/CE - 07.093.503/0001-06	FRANCISCO ERIVALTO RODRIGUES DOS SANTOS - 218.336.303-78	SIM

0800082-20.2015.4.05.8108	PROCEDIMENTO COMUM	Demissão ou Exoneração e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MARIA KEILA ALVES BARBOSA -	UNIÃO FEDERAL e outro -	SIM
0800082-83.2016.4.05.8108	PROCEDIMENTO SUMÁRIO	Repetição de indébito e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	COMERCIAL DE ELETROMOVEIS CAVALCANTE BENEVIDES LTDA - EPP - 04.401.293/0001-70	MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO - 03.830.550/0001-26	SIM
0800086-57.2015.4.05.8108	PROCEDIMENTO COMUM	Abono da Lei 8.178/91	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	LUIZ CARLOS RIBEIRO - 200.919.158-72	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS - 29.979.036/0001-40	SIM
0800091-79.2015.4.05.8108	EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL	Execução Contratual	Determinado o bloqueio/penhora on	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF - 00.360.305/0001-04	CARLOS CESAR DOS SANTOS - ME e outro - 07.726.312/0001-26	SIM
0800165-65.2017.4.05.8108	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Dano ao Erário	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	UNIÃO FEDERAL e outro - 26.994.558/0001-23	FARMACIA ACCYOLY LTDA - ME e outros -	SIM
0800178-98.2016.4.05.8108	CONSIGNAÇÃO EM PAGAMENTO	Interpretação / Revisão de Contrato	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	ORIXAS HOTEIS LTDA - ME - 05.956.030/0001-90	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF - 00.360.305/0001-04	SIM
0800181-53.2016.4.05.8108	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVAVEIS - IBAMA -	RUI BRAGA BARROSO - 408.401.903-87	SIM
0800234-34.2016.4.05.8108	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CONSELHO REGIONAL DOS REPRESENTANTES COMERCIAIS NO ESTADO DO CEARA - 07.340.847/0001-64	MAURO REPRESENTACOES COMERCIAIS LTDA - ME - 07.969.308/0001-99	SIM
0800236-04.2016.4.05.8108	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CONSELHO REGIONAL DOS REPRESENTANTES COMERCIAIS NO ESTADO DO CEARA - 07.340.847/0001-64	ANGELO MARCIO TEIXEIRA PINTO - 779.246.143-20	SIM
0800237-52.2017.4.05.8108	PROCEDIMENTO COMUM	Repasso de Verbas Públicas e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MUNICIPIO DE ITAREMA e outro -	UNIÃO FEDERAL - 26.994.558/0001-23	SIM
0800326-75.2017.4.05.8108	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Dano ao Erário e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	UNIÃO FEDERAL e outro - 26.994.558/0001-23	JOAO DO NASCIMENTO LIMA e outros - 091.116.623-87	SIM
0800327-60.2017.4.05.8108	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa e outros	Conclusos para despacho	CONSELHO REGIONAL DOS REPRESENTANTES COMERCIAIS NO ESTADO DO CEARA - 07.340.847/0001-64	ALBERTO NETO MOTA SILVA - 004.160.263-38	SIM
0800387-33.2017.4.05.8108	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Dano ao Erário	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 02.626.108/0001-02	MANOEL DE OLIVEIRA SALES NETO e outros - 260.820.553-49	SIM
0800518-08.2017.4.05.8108	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa e outros	Juntada de Certidão	CONSELHO REGIONAL DE ODONTOLOGIA DO CEARA - 07.299.589/0001-10	DIANA KELES VIANA COSTA - 085.245.402-07	SIM
0800523-30.2017.4.05.8108	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Juntada de Certidão	AGENCIA NACIONAL DE TELECOMUNICACOES - ANATEL - 02.030.715/0001-12	RADIO DIFUSORA DO VALE ACARAU LTDA - ME - 07.762.123/0001-09	SIM
0805260-71.2015.4.05.8100	PROCEDIMENTO COMUM	Abono da Lei 8.178/91	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	ELIAS MARINHO DE MELO - 018.241.983-53	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS - 29.979.036/0001-40	SIM
0809022-61.2016.4.05.8100	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Dano ao Erário e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL -	RICARDO GEORGE DE SOUSA e outro -	SIM
Lapso temporal para cumprimento despacho/decisão						

080001-66.2018.4.05.8108	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Proferido despacho de mero expediente	CONSELHO REGIONAL DE FARMACIA DO ESTADO DO CEARÁ -	ANGELA MARIA CARLOS BARBOSA - 798.710.623-20	SIM
080008-97.2014.4.05.8108	PROCEDIMENTO	Aposentadoria Especial (Art.	Inspeção da Corregedoria-Geral	FRANCISCO DAS CHAGAS SALES -	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL -	SIM

	COMUM	57/8)	da Justiça Federal	228.355.043-20	INSS -	
0800038-98.2015.4.05.8108	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Dano ao Erário e outros	Juntada de Certidão de Retificação de Autuação	MUNICÍPIO DE ITAPAJE - 07.683.956/0001-84	FRANCISCO MARQUES MOTA e outro - 115.086.713-20	SIM
0800048-45.2015.4.05.8108	PROCEDIMENTO SUMÁRIO	Multas e demais Sanções	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MANDACARU COMERCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA - 07.187.888/0002-43	INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA NORMALIZACAO E QUALIDADE INDUSTRIAL - INMETRO - 00.662.270/0001-68	SIM
0800050-15.2015.4.05.8108	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Dano ao Erário e outros	Juntada de Certidão	MUNICÍPIO DE ITAPAJE e outros - 07.683.956/0001-84	FRANCISCO MARQUES MOTA e outros - 115.086.713-20	SIM
0800085-72.2015.4.05.8108	PROCEDIMENTO COMUM	Contratos Bancários	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF - 00.360.305/0001-04	CATARINA DE SENA ROCHA SILVEIRA - ME e outro - 03.388.249/0001-04	SIM
0800110-17.2017.4.05.8108	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Dano ao Erário	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	UNIÃO FEDERAL e outro - 26.994.558/0001-23	JOSIMAR MOURA AGUIAR e outro -	SIM
0800165-65.2017.4.05.8108	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Dano ao Erário	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	UNIÃO FEDERAL e outro - 26.994.558/0001-23	FARMACIA ACCYOLY LTDA - ME e outros -	SIM
0800169-05.2017.4.05.8108	PROCEDIMENTO COMUM	Dano ao Erário	Juntada de Contestação	MUNICÍPIO DE URUBURETAMA - 07.623.069/0001-10	LUIZ VLADERTON OLIVEIRA DE QUEIROZ FILHO e	SIM
0800182-38.2016.4.05.8108	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Processo Suspenso/Sobrestado	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	MARICULTURA PESCADOS COMERCIO IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA - 04.720.877/0001-08	SIM
0800234-34.2016.4.05.8108	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CONSELHO REGIONAL DOS REPRESENTANTES COMERCIAIS NO ESTADO DO CEARA - 07.340.847/0001-64	MAURO REPRESENTACOES COMERCIAIS LTDA - ME - 07.969.308/0001-99	SIM
0800326-75.2017.4.05.8108	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Dano ao Erário e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	UNIÃO FEDERAL e outro - 26.994.558/0001-23	JOAO DO NASCIMENTO LIMA e outros - 091.116.623-87	SIM
0800426-30.2017.4.05.8108	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Dano ao Erário e outros	Juntada de Apelação	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 02.626.108/0001-02	GABRIELA MARIA CHAVES SOUTO e outros - 885.726.333-91	SIM
0800484-33.2017.4.05.8108	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Dano ao Erário		MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 02.626.108/0001-02	TERESA CELIA DA CUNHA SILVA e outros - 192.768.853-15	SIM
Outros:						
0800002-51.2018.4.05.8108	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Expedição de expediente	CONSELHO REGIONAL DE FARMACIA DO ESTADO DO CEARÁ -	ITAXEROX GRAFICA E SERVICOS LTDA - ME - 14.102.854/0001-93	SIM
0800008-97.2014.4.05.8108	PROCEDIMENTO COMUM	Aposentadoria Especial (Art. 57/8)	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FRANCISCO DAS CHAGAS SALES - 228.355.043-20	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS - 29.979.036/0001-40	SIM
0800026-55.2013.4.05.8108	PROCEDIMENTO COMUM	Benefício Assistencial (Art. 203, V CF/88)	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FELICIO BASTOS - 223.845.703-82	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS - 29.979.036/0001-40	SIM

0800038-98.2015.4.05.8108	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Dano ao Erário e outros	Juntada de Certidão de Retificação de Autuação	MUNICIPIO DE ITAPAJE - 07.683.956/0001-84	FRANCISCO MARQUES MOTA e outro - 115.086.713-20	SIM
0800082-20.2015.4.05.8108	PROCEDIMENTO COMUM	Demissão ou Exoneração e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MARIA KEILA ALVES BARBOSA -	UNIÃO FEDERAL e outro -	SIM
					CATARINA DE	

0800085-72.2015.4.05.8108	PROCEDIMENTO COMUM	Contratos Bancários	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF - 00.360.305/0001-04	SENA ROCHA SILVEIRA - ME e outro - 03.388.249/0001-04	SIM
Paralisação irregular do processo						
0800003-07.2016.4.05.8108	REINTEGRAÇÃO / MANUTENÇÃO DE POSSE	Reintegração de Posse e outros	Juntada de Certidão de Intimação	DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS CONTRA AS SECAS - DNOCS - 00.043.711/0001-43	MARIA ESTER PINTO DE SOUZA -	SIM
0800033-13.2014.4.05.8108	PROCEDIMENTO COMUM	Aposentadoria por Invalidez e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FRANCISCO ALVES DOS SANTOS - 729.569.173-15	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS - 29.979.036/0001-40	SIM
0800048-11.2016.4.05.8108	AÇÃO POPULAR	Nulidade de Ato Administrativo	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	ANTONIO JOSÉ DE SOUSA GOMES -	CÂMARA DOS DEPUTADOS -	SIM
0800048-45.2015.4.05.8108	PROCEDIMENTO SUMÁRIO	Multas e demais Sanções	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MANDACARU COMERCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA - 07.187.888/0002-43	INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA NORMALIZACAO E QUALIDADE INDUSTRIAL - INMETRO - 00.662.270/0001-68	SIM
0800049-30.2015.4.05.8108	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Dano ao Erário e outros	Juntada de Certidão de Intimação	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL e outros - 03.636.198/0001-92	MIXSERV LOCACAO DE MAO DE OBRA E CONSTRUÇOES LTDA - EPP e outros - 07.895.498/0001-47	SIM
0800052-82.2015.4.05.8108	PROCEDIMENTO COMUM	Contratos Bancários	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF - 00.360.305/0001-04	CASSIDY DE CASTRO SA BARRETO JUNIOR e outros - 658.764.313-20	SIM
0800061-44.2015.4.05.8108	PROCEDIMENTO COMUM	Gratificações de Atividade	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	DALVA COELHO DE SOUSA - 046.428.563-15	UNIÃO FEDERAL - 26.994.558/0001-23	SIM
0800081-35.2015.4.05.8108	PROCEDIMENTO COMUM	Gratificações de Atividade	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MARIA LIVRAMENTO DO NASCIMENTO CARNEIRO - 426.781.703-06	UNIÃO FEDERAL - 26.994.558/0001-23	SIM
0800083-05.2015.4.05.8108	PROCEDIMENTO COMUM	Aposentadoria por Invalidez e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	ROSANGELA DE SENA GOMES MOURA - 457.321.323-68	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS - 29.979.036/0001-40	SIM
0800086-57.2015.4.05.8108	PROCEDIMENTO COMUM	Abono da Lei 8.178/91	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	LUIZ CARLOS RIBEIRO - 200.919.158-72	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS - 29.979.036/0001-40	SIM
0800110-17.2017.4.05.8108	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Dano ao Erário	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	UNIÃO FEDERAL e outro - 26.994.558/0001-23	JOSIMAR MOURA AGUIAR e outro -	SIM
0800114-25.2015.4.05.8108	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Dano ao Erário e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MUNICIPIO DE AMONTADA e outro -	EDIVALDO ASSIS DE JESUS -	SIM
0800159-58.2017.4.05.8108	PROCEDIMENTO COMUM	Restabelecimento e outros	Expedição de expediente	MANOEL NEGRAO RODRIGUES FILHO e outro - 036.145.133-43	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS - 29.979.036/0001-40	SIM
0800174-61.2016.4.05.8108	MONITÓRIA	Rescisão / Resolução	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF - 00.360.305/0001-04	JOSE LIDOMARIO GONCALVES MARQUES e outro -	SIM
0800178-98.2016.4.05.8108	CONSIGNAÇÃO EM PAGAMENTO	Interpretação / Revisão de Contrato	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	ORIXAS HOTEIS LTDA - ME - 05.956.030/0001-90	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF - 00.360.305/0001-04	SIM
0800236-04.2016.4.05.8108	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CONSELHO REGIONAL DOS REPRESENTANTES COMERCIAIS NO ESTADO DO CEARA - 07.340.847/0001-64	ANGELO MARCIO TEIXEIRA PINTO - 779.246.143-20	SIM

0800289-48.2017.4.05.8108	PROCEDIMENTO COMUM	Abono da Lei 8.178/91	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MARIA DA PAZ GONCALVES MARTINS - 369.199.773-20	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS - 29.979.036/0001-40	SIM
---------------------------	-----------------------	--------------------------	---	---	---	-----

0800460-05.2017.4.05.8108	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Dano ao Erário e outros	Juntada de Certidão de Intimação	FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO - FNDE - 00.378.257/0001-81	PEDRO FONTELES DOS SANTOS -	SIM
Processo em ordem						
0800010-33.2015.4.05.8108	PROCEDIMENTO COMUM	Benefício Assistencial (Art. 203,V CF/88)	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	JOSE ALTEMAR DE SENA CASTILHO e outro - 906.838.113-04	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS - 29.979.036/0001-40	SIM
0800034-61.2015.4.05.8108	PROCEDIMENTO COMUM	Restabelecimento	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MISMA FERNANDES DE SOUSA - 768.980.593-00	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS - 29.979.036/0001-40	SIM
0800043-23.2015.4.05.8108	PROCEDIMENTO COMUM	Arresto de Embarcação	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	RAIMUNDO DINIZ COSTA - 836.898.503-04	INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVAVEIS - IBAMA - 03.659.166/0001-02	SIM
0800056-17.2018.4.05.8108	CARTA PRECATÓRIA CRIMINAL	Competência da Justiça Federal	Baixa Definitiva	JUIZO FEDERAL DA 4ª VARA DE FOZ DO IGUAÇU - SJ/PR e outro -	VAGNER PACHECO AGUIAR e outro -	SIM
0800092-64.2015.4.05.8108	PROCEDIMENTO COMUM	Multas e demais Sanções e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	J HORTENCIO DA SILVEIRA ALBUQUERQUE - ME - 08.093.450/0001-88	CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO CEARA - CREA/CE - 07.135.601/0001-50	SIM
0800106-82.2014.4.05.8108	PROCEDIMENTO COMUM	Pensão por Morte (Art. 74/9)	Juntada de Petição	MARIA SOCORRO ANDRADE GOMES -	UNIÃO FEDERAL - 26.994.558/0001-23	SIM
0800114-88.2016.4.05.8108	PROCEDIMENTO COMUM	Gratificações de Atividade	Remetidos os Autos (em grau de recurso) para TRF5	MARIA EVANGELINA DE VASCONCELOS CAVALCANTE - 626.573.133-53	FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE - FUNASA - 26.989.350/0001-16	SIM
0800122-02.2015.4.05.8108	PROCEDIMENTO COMUM	Pensão por Morte (Art. 74/9)	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MARIA GORETH GOMES ARAUJO - 555.625.073-15	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS - 29.979.036/0001-40	SIM
0800224-87.2016.4.05.8108	EMBARGOS À EXECUÇÃO	Correção Monetária	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	J MAR TERCEIRIZACAO DE SERVICOS LTDA - ME - 07.101.705/0001-44	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF - 00.360.305/0001-04	SIM
0800238-37.2017.4.05.8108	MANDADO DE SEGURANÇA	Abuso de Poder	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	DFE SEGURANCA ESPECIALIZADA LTDA - ME - 08.617.414/0001-76	PREGOEIRO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 03/2017 DO IFCE - CAMPUS ACARAU - null	SIM
0800310-24.2017.4.05.8108	AÇÃO CIVIL PÚBLICA	Zona Costeira	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVAVEIS - IBAMA e outros - 03.659.166/0001-02	SIM
0800346-66.2017.4.05.8108	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Processo Suspenso/Sobrestado	FAZENDA NACIONAL - 00.304.460/0016-63	POSTO RODRIGO LTDA - EPP -	SIM
0800354-43.2017.4.05.8108	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Dano ao Erário e outros	Juntada de Certidão de Retificação de Autuação	UNIÃO FEDERAL e outro - 26.994.558/0001-23	ARTES CONSTRUCOES E PROJETOS LTDA. -	SIM
0800386-48.2017.4.05.8108	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Dano ao Erário	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	TERESA CELIA DA CUNHA SILVA e outros - 192.768.853-15	SIM

0800415-98.2017.4.05.8108	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa e outros	Juntada de Apelação	INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVAVEIS - IBAMA -	HELENA NEIDE MARQUES - 651.298.733-00	SIM
0800424-60.2017.4.05.8108	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Dano ao Erário e outros	Juntada de Contestação	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	MEDFARM COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA - ME e outros - 04.644.637/0001-71	SIM

0800427-15.2017.4.05.8108	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Dano ao Erário e outros	Juntada de Certidão	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	RITA VANIZIA TORRES BRITO e outros - 495.536.233-87	SIM
0800453-13.2017.4.05.8108	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Dano ao Erário e outros	Expedição de expediente	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL -	GEOPLAN S/C LTDA - EPP e outros	SIM
0800467-94.2017.4.05.8108	PROCEDIMENTO COMUM	Acidente de Trânsito	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MANOEL TEIXEIRA CHAVES - 635.212.023-72	GOVERNO DO ESTADO DE SAO PAULO e outro - 46.379.400/0001-50	SIM
0800485-18.2017.4.05.8108	MANDADO DE SEGURANÇA	Estabelecimentos de Ensino	Juntada de Certidão de Intimação	CLAUDIANE DOS SANTOS MELLO - 015.176.082-76	ANHANGUERA EDUCACIONAL LTDA - 05.808.792/0001-49	SIM
0800497-32.2017.4.05.8108	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Dano ao Erário e outros	Juntada de Certidão	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	ECCEL - EMPRESA DE CONSTRUCAO CIVIL E LIMPEZA LTDA - ME e outros - 06.109.121/0001-52	SIM
0800515-53.2017.4.05.8108	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa e outros	Juntada de Certidão	CONSELHO REGIONAL DE ODONTOLOGIA DO CEARA - 07.299.589/0001-10	AFONSO HENRIQUE GILBERT DA CUNHA - 003.814.123-00	SIM
0800516-38.2017.4.05.8108	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa e outros	Juntada de Certidão	CONSELHO REGIONAL DE ODONTOLOGIA DO CEARA - 07.299.589/0001-10	MARIA ANA LUCIA DE PAULO LOPES - 018.789.152-28	SIM
0800517-23.2017.4.05.8108	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa e outros	Juntada de Certidão	CONSELHO REGIONAL DE ODONTOLOGIA DO CEARA - 07.299.589/0001-10	ANTONIA RODRIGUES DA SILVA - 777.464.813-53	SIM
0800524-15.2017.4.05.8108	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA	Abono da Lei 8.178/91	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	ZELIR BATISTA DA COSTA e outros - 370.422.113-91	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS - 29.979.036/0001-40	SIM
0807456-77.2016.4.05.8100	REINTEGRAÇÃO / MANUTENÇÃO DE POSSE	Reintegração de Posse	Juntada de Petição	Thyrso de Araújo Fernandes Telles e outro - 302.582.402-24	RAIMUNDO XAVIER AGUIAR e outro - 725.702.453-72	SIM

6.27.10. Correição anterior e autoinspeção

Nas correições anteriores, a Corregedoria indicou, nos processos analisados, algumas irregularidades, como, por exemplo: a) ausência de conclusão; b) demora na prolação de despacho; c) demora na conclusão 20 dias; d) paralisação irregular (cumprimento); e) demora na publicação ; f) ausência de concentração na prática dos atos determinados por despacho; g) demora na cobrança de autos fora de Cartório; h) ausência de índice na contracapa com indicação das folhas dos atos processuais mais importantes; j) demora na juntada de expediente.

O juízo determinou à secretaria que corrigisse as irregularidades nos processos apontadas pela Corregedoria e aplicasse as recomendações em todos os feitos que tramitam na subseção. Observou-se, na última inspeção, que as metas em vigor estavam sendo alcançadas pelos servidores e, por isso, foram mantidas.

6.27.11. Considerações finais

A 27ª Vara Federal conta com estrutura física e equipamentos adequados a seu funcionamento.

A partir da análise processual, foram observados alguns pontos que merecem maior atenção por parte da unidade, quais sejam:

1. Demora/ausência na conclusão;
2. Demora na prolação de despacho/decisão/sentença;
3. Demora no cumprimento de despacho/decisão; e
4. Feitos sem movimentação processual.

Em atenção ao contido na Meta 5 do CNJ (Baixar quantidade maior de processos de execução não fiscal do que o total de casos novos de execução não fiscal no ano corrente), registre-se que avulta de importância que seja observado pelas Varas de Juizado ou com JEF Adjunto que haja identificação no CRETA de quando o processo inicia a fase de execução, a fim de que não ocorram problemas na estatística alusiva à referida Meta.

Por fim, pelos demais dados apontados neste relatório e pelas constatações realizadas *in loco* durante a correição, pode-se afirmar que a 27ª Vara Federal funciona de modo razoável.

6.28. 28ª VARA FEDERAL - FORTALEZA/CE

6.28.1. Competência, localização, estrutura física e horário de expediente

A 28ª Vara Federal do Ceará detém competência para a conciliação, o julgamento e a execução das causas cíveis até o valor de 60 salários mínimos, nos termos da Lei nº 10.259/2001, funcionando no 13º andar do prédio-sede da SJCE, localizado na Rua Pedro I, Praça Gen. Murilo Borges, nº 01, Centro, Fortaleza/CE.

A Vara apresentou instalações adequadas para todos: juízes federais, servidores, estagiários, terceirizados, membros do Ministério Público Federal, procuradores federais, defensores públicos federais, advogados e jurisdicionados.

O horário de expediente da unidade é das 9h às 17h.

6.28.2. Corpo funcional - juízes federais e servidores

A 28ª Vara Federal conta com o seguinte quadro de pessoal: a) 02 magistrados, José Maximiliano Machado Cavalcanti (juiz federal titular) e Gustavo Henrique Teixeira

Oliveira (juiz federal substituto); b) 20 servidores (dentre efetivos e requisitados), sendo 10 analistas judiciários, 09 técnicos judiciários e 01 policial militar.

6.28.2.1. Juízes federais

O Juiz Federal Titular, José Maximiliano Machado Cavalcanti, exerce a magistratura desde 25/04/2001, atuando na 28ª Vara Federal desde 20/03/2012.

O magistrado titular atuou de 1º/4/2015 a 31/3/2017, na condição de Vice-Diretor da SJCE, e de junho de 2014 a julho de 2016 como Diretor de Assuntos Jurídicos da AJUFE.

Nos últimos meses, o(a) magistrado esteve afastado, em razão de:

Dados emitidos pelo NAMAG em 6/4/2018			
Período	Discriminação	Expediente	
JU86 - JOSÉ MAXIMILIANO MACHADO CAVALCANTI			
28ª VARA - JEF - FORTALEZA-CE			
JUIZ FEDERAL			
01/04/2016	10/04/2016	Em Atuação	-
11/04/2016	20/04/2016	Afastamento p/ viagem a serviço	PA Nº 928/2016 e ECG. 10063.0211/2016-06
21/04/2016	31/05/2016	Em Atuação	-
01/06/2016	03/06/2016	Afastamento p/participar de Seminário/Congresso	ECG. 10203.0351/2016.06
04/06/2016	03/07/2016	Em Atuação	-
04/07/2016	24/07/2016	Ferías	PORT. 414/2015-CR E 209/2016-CR
25/07/2016	07/09/2016	Em Atuação	-
08/09/2016	16/09/2016	Ferías	PORT. 209/2016-CR
17/09/2016	15/01/2017	Em Atuação	-
16/01/2017	16/01/2017	Ferías	PA 2452/2016 E PORT.07/2017-CR
17/01/2017	05/07/2017	Em Atuação	-
06/07/2017	26/07/2017	Ferías	PORT. 202 E 264/2017-CR
27/07/2017	06/09/2017	Em Atuação	-
07/09/2017	10/09/2017	AFASTAMENTO SEM PREJUÍZO DE JURISDIÇÃO	PA 0008468-30.2017.4.05.7000
11/09/2017	07/01/2018	Em Atuação	-
08/01/2018	16/01/2018	Ferías	PA 0010091-32.2017.4.05.7000 E PORT. 06/2018-CR
17/01/2018	13/03/2018	Em Atuação	-
14/03/2018	03/04/2018	Ferías	PORT. 06/2018-CR
04/04/2018	30/04/2018	Em Atuação	-
Designação / Substituição			
1ª VARA - FORTALEZA-CE			
JUIZ FEDERAL			
29/11/2017	29/11/2017	Respondendo pela Direção do Foro	ATO 546/2017-GP
14ª VARA - JEF - FORTALEZA-CE			
JUIZ FEDERAL			
25/03/2017	29/03/2017	Respondendo pela Vara stprejuízo da jurisdição originária e de outras designações	ATO 167/2017-CR

O Juiz Federal Titular reside na região metropolitana onde se situa a sede da Seção Judiciária, Fortaleza/CE.

O Juiz Federal Substituto, Gustavo Henrique Teixeira Oliveira, exerce a magistratura desde 15/01/2014, atuando na 28ª Vara Federal desde 16/11/2016.

Nos últimos 24 meses, o magistrado esteve afastado pelos seguintes motivos:

Dados emitidos pelo NAMAG em 6/4/2018

	Período		Discriminação	Expediente
JU255 - GUSTAVO HENRIQUE TEIXEIRA DE OLIVEIRA				
14ª VARA - NATAL-RN				
JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO	01/04/2016	12/06/2016	Em Atuação	-
Designação / Substituição				
3ª VARA - JEF - NATAL-RN				
JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO	13/04/2016	14/04/2016	Prestando auxílio na Vara sem prejuízo da jurisdição originária e de outras designações.	ATO 152/2016-CR
6ª VARA - NATAL-RN				
JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO	26/04/2016	27/04/2016	Respondendo pela Vara s/prejuízo da jurisdição originária e de outras designações	ATO 205/2016-CR
7ª VARA - JEF - NATAL-RN				
JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO	13/04/2016	14/04/2016	Prestando auxílio na Vara sem prejuízo da jurisdição originária e de outras designações.	ATO 152/2016-CR
14ª VARA - NATAL-RN				
JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO	18/05/2016	20/05/2016	Respondendo pela Vara s/prejuízo de outras designações	ATO 283/2016-CR
JU255 - GUSTAVO HENRIQUE TEIXEIRA DE OLIVEIRA				
12ª VARA - FORTALEZA-CE				
JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO	13/06/2016	27/06/2016	Afastamento por motivo de trânsito	PA 1758/2016
	28/06/2016	14/09/2016	Em Atuação	-
	15/09/2016	14/10/2016	Ferías	PORT. 152/2016-CR
	15/10/2016	15/11/2016	Em Atuação	-
Designação / Substituição				
5ª VARA - FORTALEZA-CE				
JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO	29/08/2016	31/08/2016	Respondendo pela Vara s/prejuízo da jurisdição originária e de outras designações	ATO 537/2016-CR
7ª VARA - FORTALEZA-CE				
JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO	17/10/2016	15/11/2016	Respondendo pela Vara s/prejuízo da jurisdição originária e de outras designações	ATO 644/2016-CR
12ª VARA - FORTALEZA-CE				
JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO	28/06/2016	31/07/2016	Respondendo pela Vara s/prejuízo de outras designações	ATO 379/2016-CR
	01/08/2016	14/09/2016	Respondendo pela Vara s/prejuízo de outras designações	ATO 505/2016-CR
	15/10/2016	15/11/2016	Respondendo pela Vara s/prejuízo de outras designações	ATO 646 E 733/2016-CR
28ª VARA - JEF - FORTALEZA-CE				
JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO	18/07/2016	24/07/2016	Respondendo pela Vara s/prejuízo da jurisdição originária e de outras designações	ATO 391 e 453/2016-CR
JU255 - GUSTAVO HENRIQUE TEIXEIRA DE OLIVEIRA				
	Período		Discriminação	Expediente
28ª VARA - JEF - FORTALEZA-CE				
JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO	16/11/2016	13/02/2017	Em Atuação	-
	14/02/2017	17/02/2017	Afastamento p/prestar auxílio em outra(s) Vara(s) c/ prejuízo da jurisdição originária	Ato nº 79/2017-CR
	18/02/2017	14/03/2017	Em Atuação	-
	15/03/2017	13/04/2017	Ferías	PA 2452/2016
	14/04/2017	11/09/2017	Em Atuação	-
	12/09/2017	11/10/2017	Ferías	PORT. 196/2017-CR
	12/10/2017	12/03/2018	Em Atuação	-
	13/03/2018	16/03/2018	Afastamento p/prestar auxílio em outra(s) Vara(s) c/ prejuízo da jurisdição originária	Ato nº 131/2018-CR
	17/03/2018	08/04/2018	Em Atuação	-
	09/04/2018	13/04/2018	Afastamento p/prestar auxílio em outra(s) Vara(s) c/ prejuízo da jurisdição originária	Ato nº 145/2018-CR
	14/04/2018	30/04/2018	Em Atuação	-
Designação / Substituição				
1ª VARA - FORTALEZA-CE				
JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO	07/09/2017	10/09/2017	Respondendo pela Vara s/prejuízo da jurisdição originária e de outras designações	ATO 666/2017-CR
2ª VARA - FORTALEZA-CE				
JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO	14/08/2017	17/08/2017	Respondendo pela Vara s/prejuízo da jurisdição originária e de outras designações	ATO 577/2017-CR
	08/01/2018	27/01/2018	Respondendo pela Vara s/prejuízo da jurisdição originária e de outras designações	ATO 841/2017-CR
4ª VARA - FORTALEZA-CE				
JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO	21/11/2016	20/12/2016	Respondendo pela Vara s/prejuízo da jurisdição originária e de outras designações	ATO 732/2016-CR
	03/05/2017	01/06/2017	Respondendo pela Vara s/prejuízo da jurisdição originária e de outras designações	ATO 268/2017-CR
	03/07/2017	16/07/2017	Respondendo pela Vara s/prejuízo da jurisdição originária e de outras designações	ATO 441 E 480/2017-CR
	04/12/2017	19/12/2017	Respondendo pela Vara s/prejuízo da jurisdição originária e de outras designações	ATO 780/2017-CR
	12/02/2018	25/02/2018	Respondendo pela Vara s/prejuízo da jurisdição originária e de outras designações	ATO 12/2018-CR
6ª VARA - FORTALEZA-CE				
JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO	17/04/2017	16/05/2017	Respondendo pela Vara s/prejuízo da jurisdição originária e de outras designações	ATO 220/2017-CR
	17/05/2017	04/06/2017	Respondendo pela Vara s/prejuízo da jurisdição originária e de outras designações	ATO 197 E 355/2017-CR
	17/07/2017	26/07/2017	Respondendo pela Vara s/prejuízo da jurisdição originária e de outras designações	ATO 545/2017-CR
	28/07/2017	15/08/2017	Respondendo pela Vara s/prejuízo da jurisdição originária e de outras designações	ATO 545/2017-CR

	Período		Discriminação	Expediente
6ª VARA - FORTALEZA-CE	17/11/2017	17/11/2017	Respondendo pela Vara s/prejuízo da jurisdição originária e de outras designações	ATO 546/2017-CR
7ª VARA - FORTALEZA-CE				
JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO	16/04/2018	30/04/2018	Respondendo pela Vara s/prejuízo da jurisdição originária e de outras designações	ATO 172/2018-CR
10ª VARA - FORTALEZA-CE				
JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO	21/11/2017	03/12/2017	Respondendo pela Vara s/prejuízo da jurisdição originária e de outras designações	ATO 785 E 835/2017-CR
	27/03/2018	27/03/2018	Respondendo pela Vara s/prejuízo da jurisdição originária e de outras designações	ATO 835/2017-CR
12ª VARA - FORTALEZA-CE				
JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO	16/11/2016	07/12/2016	Respondendo pela Vara s/prejuízo da jurisdição originária e de outras designações	ATO 733 e 755/2016-CR
13ª VARA - JEF - FORTALEZA-CE				
JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO	09/04/2018	13/04/2018	Prestando auxílio na Vara com prejuízo da jurisdição originária	ATO 145/2018-CR
25ª VARA - IGUATU-CE				
JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO	14/02/2017	17/02/2017	Prestando auxílio na Vara com prejuízo da jurisdição originária	ATO 79/2017-CR
27ª VARA - ITAPIPOCA-CE				
JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO	09/01/2017	07/02/2017	Respondendo pela Vara s/prejuízo da jurisdição originária e de outras designações	ATO 774/2016-CR
28ª VARA - JEF - FORTALEZA-CE				
JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO	16/01/2017	16/01/2017	Respondendo pela Vara s/prejuízo de outras designações	ATO 775/2016 e 06/2017-CR
	06/07/2017	26/07/2017	Respondendo pela Vara s/prejuízo de outras designações	ATO 431 E 552/2017-CR
	08/01/2018	16/01/2018	Respondendo pela Vara s/prejuízo de outras designações	ATO 849/2017-CR E 08/2018-CR
	17/03/2018	03/04/2018	Respondendo pela Vara s/prejuízo de outras designações	ATO 147/2018-CR
29ª VARA - JEF - LIMOEIRO DO NORTE - CE				
JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO	13/03/2018	16/03/2018	Prestando auxílio na Vara com prejuízo da jurisdição originária	ATO 131/2018-CR

O Juiz Federal Substituto reside na região metropolitana onde se situa a sede da Seção Judiciária, Fortaleza/CE.

6.28.2.2. Servidores

Em relação às funções de confiança (FCs), aos cargos em comissão (CJs) e à formação acadêmica dos servidores ocupantes de cargos efetivos na 28ª Vara Federal, pode ser observado o seguinte quadro:

Nome	Cargo efetivo	Ocupa FC ou CJ? Qual?	Grau de Instrução*	Área de formação
Keyla Débora Patrício dos Santos	Analista Judiciária	CJ-3	Pós-graduação <i>lato sensu</i>	Direito
Carlos Célio Roque	Analista Judiciário	FC-05	Pós-graduação <i>lato sensu</i>	Direito e Engenharia
Lia Benevides Damasceno	Analista Judiciária – Área Administrativa	FC-04	Superior Completo	Odontologia
Ana Fátima de Castro Cruz	Técnica Judiciária	FC-04	Superior incompleto	Filosofia e Direito em andamento
Newton Lameira da Silva	Técnico Judiciário	FC-04	Superior Completo	Administração de Empresas
Ana Walesca de Castro Alves	Técnica Judiciária	FC-05	Pós-graduação <i>lato sensu</i>	Contabilidade
Cleber Souza Cordeiro	Técnico Judiciário	FC-04	Pós-graduação <i>lato sensu</i> e Mestrado em conclusão	Letras
Ludmila Paz Veras	Técnica Judiciária	FC-04	Pós-graduação <i>lato sensu</i>	Direito

Jorge Alberto Pontes Mascarenhas	Analista Judiciário – Executante de Mandados	Não	Pós-graduação <i>lato sensu</i>	Direito e Computação
Marcos Aurélio Sousa Moura	Analista Judiciário – Executante de Mandados	Não	Pós-graduação <i>lato sensu</i>	Direito
Francivaldo Gomes de Souza	Analista Judiciário – Executante de Mandados	Não	Pós-graduação <i>lato sensu</i>	Administração de Empresas e em Direito
Daniela de Cássia Santos da Rocha	Analista Judiciário	FC-05	Pós-graduação <i>lato sensu</i>	Direito e Ciências Contábeis
Luana Santana de Castro	Analista Judiciário	FC-05	Pós-graduação <i>lato sensu</i>	Direito
Alberto Barbosa Coelho Filho	Técnico Judiciário	FC-04	Pós-graduação <i>lato sensu</i>	Administração de Empresas
Célio José Sousa do Carmo	Técnico Judiciário	FC-04	Superior Incompleto	Análise e Desenvolvimento de Sistemas
Dierly Rodrigues Cordeiro	Técnico Judiciário	Não	Pós-graduação <i>lato sensu</i>	Direito
Neusa de Sousa Mendes	Analista Judiciária	FC-04	Pós-graduação <i>lato sensu</i>	Direito
Tázia Melo de Figueiredo	Técnico Judiciário	FC-04	Pós-graduação <i>lato sensu</i>	Direito
Rafaella Sousa Martins	Analista Judiciária	FC-04	Pós-graduação <i>lato sensu</i>	Direito
Roberto Carlos dos Santos	PM Requistado	FC-04	Ensino Fundamental	-

Não há cargos vagos. Há 1(uma) servidora cedida para o TRF - 5ª Região.

São 3 (três) servidores requisitados:

- 1) Uma Analista Judiciária, com formação superior em Direito, requisitada do Superior Tribunal de Justiça, atualmente ocupando a função FC-04 de Supervisor Assistente do Gabinete do Juiz Substituto;
- 2) Uma Técnica Judiciária, com formação superior em Direito, requisitada do Superior Tribunal de Justiça, atualmente ocupando a função FC-04 de Supervisor Assistente do Gabinete do Juiz Titular e
- 3) Um Policial Militar, requisitado da Polícia Militar do Estado do Ceará, atualmente ocupando a função FC-04 de Supervisor Assistente do Gabinete do Juiz Substituto.

Como se pode depreender, no tocante à formação acadêmica dos servidores efetivos 28ª Vara Federal, verifica-se que há uma preocupação com a qualificação.

Não há servidores sem vínculo com o serviço público.

6.28.2.3. Estagiários

Há 02 vagas previstas para a unidade, estando 02 delas ocupadas. Os estagiários iniciam pelos setores da Secretaria, e, após determinado tempo e experiência no sistema virtual de movimentação processual (CRETA), passam a analisar processos em fase de conclusão nas assessorias dos Juízes Titular e Substituto, elaborando minutas de despacho, decisão e sentença, sob orientação de um dos assessores.

6.28.3. Organização da 28ª Vara Federal

Dentre os servidores da 28ª Vara Federal do Ceará, 11 exercem suas atribuições na secretaria e 09 no gabinete.

6.28.3.1. Secretaria

A Secretaria da Vara é dividida nos seguintes setores:

a) Setor de Triagem:

Servidores: Jorge Mascarenhas e Marcos Moura. Atividades: Neste setor o processo é analisado minuciosamente para que se verifique se está apto a prosseguir. A análise visa a corrigir falhas ocorridas por ocasião do ajuizamento pelo advogado ou durante a atermiação, bem como conferir a documentação apresentada, além de verificação e análise de eventual litispendência indicada. Nas ações em que se observa a falta de condições mínimas, a parte autora ou seu advogado são intimados para sanear as falhas. Em ordem, os processos serão encaminhados para outros setores da unidade, conforme o caso.

b) Setor de Perícias: Servidores. Célio José Sousa do Carmo e Lia Benevides Damasceno. Atividades: Controle da pauta das perícias, requisição dos honorários periciais, análise dos laudos anexados pelos peritos, cobrança dos laudos em atraso, confecção dos expedientes referentes à realização das perícias.

c) Setor de Audiências Servidor: Newton Lameira da Silva. Atividades: Neste setor são designadas as audiências e controlada a pauta dos juízes. Cabe ainda ao supervisor do setor confeccionar os expedientes determinados em audiência e acompanhar o cumprimento dos mesmos. Por fim, o supervisor auxiliar os magistrados durante a realização das audiências.

c) Setor de Conhecimento: Servidores: Ana Castro e Neusa Mendes. Atividades: São expedidos mandados, ofícios, cartas de citação e intimação, cartas precatórias etc, para cumprimento das determinações do Juízo, efetuadas as intimações dos atos jurisdicionais, através do sistema Creta, controle das diligências e dos prazos processuais e o envio dos processos à Turma Recursal.

d) Setor de Execução e Contadoria: Servidores: Alberto Barbosa Coelho Filho, Cleber Cordeiro e Ana Walesca de Castro Alves. Atividades: elaboração dos cálculos de liquidação das sentenças, expedição das RPV's, Precatórios e Alvarás, monitoramento do cumprimento pelo INSS das obrigações de fazer, procedimentos referentes à habilitação de herdeiros, minutas de protocolo do BACENJUD, confecção das certidões referentes às validações de procuração para os fins de recebimento de RPV/Precatório e o recebimento dos processos enviados da Turma Recursal para análise e devido andamento.

Sistema adotado para organização dos processos na Secretaria da Vara, principalmente com relação aos processos com prioridades: os processos com pedido de tutela são analisados prioritariamente, tendo sido criado um escaninho específico com a denominação "Assessoria - Urgente", cabendo ao respectivo assessor analisar o processo tão logo chegue ao escaninho. Quanto aos demais, consulta-se o painel geral do Creta, o qual indica os processos sem movimentação por ordem cronológica. A orientação é, com base nesse painel, priorizar os processos parados há mais tempo, de modo que nenhum processo fique, injustificadamente, por mais de 30 dias sem movimentação.

6.28.3.2. Gabinetes dos juízes federais

A Assessoria possui 9 (nove) assessores e um estagiário que trabalham de forma compartilhada, ou seja, para os dois juízes da Vara (JT e JS), sendo os processos distribuídos diariamente, por ordem de antiguidade, de forma equitativa para cada assessor. Cada assessor é responsável por uma "pasta" virtual identificada com o respectivo número, de 1 a 9, para onde os processos são encaminhados, assim designadas: Daniela de Cássia Santos da Rocha - "Assessoria / Assessor(a) 1", Luana Santana de Castro - "Assessoria / Assessor(a) 2", Rafaella Sousa Martins - "Assessoria / Assessor(a) 3", Carlos Célio Roque - "Assessoria / Assessor(a) 4", Ludmila Paz Veras - "Assessoria / Assessor(a) 5", Francivaldo Gomes de Souza - "Assessoria / Assessor(a) 6", Neusa de Sousa Mendes - "Assessoria / Assessor(a) 7", Tázia Melo de Figueiredo - "Assessoria / Assessor(a) 8", Dierly Rodrigues Cordeiro - "Assessoria / Assessor(a) 9".

O controle dos procesos conclusos para julgamento é feito por consulta ao relatório analítico de processos pendentes de sentença, através do qual é verificado quais processos estão há mais de 30 (trinta) dias conclusos e sem a respectiva sentença. Dessa consulta é feita uma relação com os processos mais antigos, considerados prioritários, que será encaminhada ao assessor responsável pelo processo para minuta da sentença ou diretamente ao Juiz, no caso de processos com sentença para validação, para que lhes sejam dado prioridade.

6.28.4. Participação dos Juízes Federais em reuniões com a equipe da 28ª Vara Federal

Sempre que possível, as reuniões na 28ª Vara Federal/CE são dirigidas pelos Juízes Federais Titular e Substituto mediante pauta previamente estabelecida com a Diretora de Secretaria. Todos os servidores participam (gabinete e secretaria) com opiniões/sugestões acerca do que poderia ser aprimorado no trabalho desenvolvido pela Vara. Os magistrados também se reúnem periodicamente com os servidores do gabinete com a finalidade de padronizar os entendimentos jurídicos e estabelecer as prioridades de julgamentos.

6.28.5. Planejamento das atividades da 28ª Vara Federal e avaliação periódica de resultados

As atividades são planejadas com base nos relatórios estatísticos do Creta, especificamente o “Painel Geral”, de onde se pode aferir quais setores possuem concentração de processos. Após essa análise, são dadas diretrizes para solucionar possíveis problemas e/ou melhorar o desempenho dos setores. Esse planejamento geralmente ocorre após a avaliação dos resultados obtidos em relação às estatísticas do mês anterior.

Há fixação de metas periódicas de produtividade. Periodicamente, são fixadas metas visando à celeridade no trâmite dos processos e a consequente redução do acervo da Vara, por exemplo:

Setor de Triagem: Os processos serão analisados, preferencialmente, no mesmo dia em que são distribuídos.

Setor de Audiência: as audiências não deverão ser designadas para data posterior a 60 dias da distribuição do processo, salvo situações especiais como convocações e afastamentos dos juízes.

Setor de Perícias: As perícias deverão ser designadas no prazo de 48 (quarenta e oito) horas contado da chegada do processo no escaninho “designar perícias”, ressalvados do prazo finais de semana e feriados. No entanto, a realização da perícia depende da pauta dos peritos.

Setor de Execução e Cálculos: os cálculos deverão ser elaborados dentro do prazo máximo de 30 (dias) da chegada do processo no setor e as RPV e precatórios deverão ser expedidos no mesmo corrente dos cálculos, salvo motivos alheios como a demora no cumprimento das obrigações de fazer por parte do INSS.

Assessoria: A minutas de sentença deverão ser apresentadas até 30 (trinta) dias após a conclusão.

No geral, a unidade também deverá reduzir mensalmente o número de processos em tramitação, cuidando para que o número de saídas supere o de entradas.

A avaliação de resultados da Vara é feita mensalmente pelo Diretor de Secretaria. Para tanto, o sistema Creta disponibiliza um variado leque de ferramentas para controle, como listagem de processos por antiguidade de dias, processos por ano de distribuição, processos pendentes de sentenças e de movimentações, dentre outros filtros. Com base nessa avaliação são traçadas as metas para os meses subsequentes, bem como corrigidos processos com irregularidades na movimentação, caso em que os servidores são incitados a promover o devido andamento processual.

6.28.6. Atendimento aos membros do Ministério Público Federal, Defensoria Pública da União, procuradores federais, advogados e partes na secretaria e nos gabinetes dos juizes federais da 28ª Vara Federal

O atendimento ao público no balcão é realizado em regime de rodízio por servidores de acordo com uma escala semanal. Caso o interessado não se satisfaça com as informações obtidas do servidor atendente, poderá obter maiores esclarecimentos com os supervisores do setor onde o processo em questão se encontra, ou, ainda, diretamente com a Diretora de Secretaria, ou mesmo, caso deseje, com o Juiz respectivo.

Outros canais de atendimento são por telefone, através do número “85-3521.2828” ou através do e-mail “dirvara28@jfce.jus.br”.

O atendimento costuma ocorrer independentemente de prévio agendamento, muitas vezes nos intervalos das audiências para as quais comparecem.

6.28.7. Número de processos, relação servidor/processo, audiências de conciliação e de instrução e inspeções judiciais

Por ocasião do preenchimento do formulário de gestão, o número de processos em tramitação na Vara (total ajustado: excluídos os feitos arquivados, suspensos e baixados) alcançava o total de 2.769: Juiz Titular (1.362); Juiz Substituto (1.407).

Relação do número de processos com o número de servidores em atividade na Vara: $138,45 (2.769/20=138,45)$.

Número de processos sobrestados/suspensos: 14 (quatorze). Motivo do sobrestamento/suspensão e quantos processos por cada motivo: 1) Processo suspenso,

conforme determinação contida no REsp 1657156/RJ: 6(seis) processos; 2) Processo suspenso nos termos da decisão do REsp 1.648.305/RS: 1(um) processo; 3) Processo suspenso até o julgamento do REsp 1.612.818/PR e do REsp 1.631.021/PR.: 2(dois) processos; 4) Processo suspenso por 1 (um) ano ou até o advento da situação prevista no § 5º, do art. 982, do CPC/2015: 4 (quatro) processos; 5) Processo suspenso aguardando decisão da TNU: 1(um) processo.

Número de audiências realizadas nos últimos 24 meses, a contar da data de início da correição: Juiz Titular: De 30/04/2016 a 31/12/2016 - 433 audiências; 2017 - 545 audiências; 2018 (até 30/04/2018) - 122 audiências. Juiz Substituto: De 30/04/2016 a 31/12/2016 - 17 audiências; 2017 - 483 audiências; 2018 (até 30/04/2018) - 112 audiências.

Foram realizadas atividades de conciliação nos últimos 24 meses: 375 (trezentos e setenta e cinco).

Há registro de audiências adiadas ou canceladas nos últimos 24 meses: 480 (quatrocentos e oitenta) adiadas e 258 (duzentos e cinquenta e oito) canceladas. Houve a remarcação das audiências adiadas ou canceladas.

Motivos: necessidade de readequação de pauta; designação, por equívoco, em dia sem expediente forense, e por impossibilidade do magistrado, em razão de compromissos institucionais, sendo certo que em todos os casos, o reagendamento se deu para data mais próxima possível, preferencialmente por antecipação.

6.28.8. Cumprimento de metas e resoluções do CNJ

Meta 1 (Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente).

Meta não atendida, pois, no período de 01/01/2018 a 3/5/2018, foram distribuídos 2.336 (dois mil trezentos e trinta e seis) processos, enquanto foram julgados 1.811 (um mil oitocentos e onze) processos.

Meta 2 (Identificar e julgar, até 31/12/2017, pelo menos 100% dos processos distribuídos até 31/12/2012, 85% dos processos distribuídos em 2013 nos 1º e 2º graus, e 100% dos processos distribuídos até 31/12/2014 nos Juizados Especiais e Turmas Recursais Federais).

Meta atendida. Não há processo pendente de julgamento nessa situação.

Meta 3 (Aumentar os casos solucionados por conciliação, fomentando o alcance do percentual mínimo de 2% na proporção dos processos conciliados em relação aos distribuídos).

Distribuídos (2017): 6094 (seis mil e noventa e quatro) processos.

Conciliados (2017): 298 (duzentos e noventa e oito) processos.

Meta 4 (Identificar e julgar até 31/12/2017 70% das ações de improbidade administrativa distribuídas até 31/12/2014).

Não se aplica.

Meta 5 (Baixar quantidade maior de processos de execução não fiscal do que o total de casos novos de execução não fiscal no ano corrente).

A Vara não apresentou informação acerca do cumprimento de tal meta.

Meta 6 (Identificar e julgar, até 31/12/2017, entre 70% e 85% das ações coletivas distribuídas até 31/12/2013, no 1º e 2º graus).

Não se aplica.

Metas Específicas para a Justiça Federal

Baixar quantidade maior de processos criminais do que os casos novos criminais no ano corrente; Julgar quantidade maior de processos criminais do que os casos novos criminais no ano corrente.

Não se aplica.

Identificar e julgar, até 31/12 do ano corrente, 70% das ações penais vinculadas aos crimes relacionados à improbidade administrativa, ao tráfico de pessoas, à exploração sexual e ao trabalho escravo, distribuídas até 31/12/2014).

Não se aplica.

Acerca do cumprimento do Provimento CNJ nº 29/2013

Não se aplica.

Acerca do cumprimento das exigências previstas na Resolução CNJ nº 66/2009, com a redação introduzida pela Resolução CNJ nº 87/2009, e sobre a necessidade de inserção, no sistema informatizado, do Relatório de Controle de Prisões

Não se aplica.

6.28.9. Processos selecionados para correição.

Foram correicionados 150 processos do JEF (quando da correição havia 2.564 feitos em tramitação ajustada).

6.28.9.1. Principais constatações da análise individual de processos

6.28.9.1.1. Processos eletrônicos do Sistema Creta

Da análise individual dos processos, destacam-se as seguintes ocorrências:

Observação	Nr. Processo	Complemento
Demora/ausência na conclusão para despacho/decisão	0510680-96.2016.4.05.8100	Demora para a conclusão operada em 06/12/2016.
	0514831-08.2016.4.05.8100	Demora para a conclusão operada em 25/01/2017.
	0526368-98.2016.4.05.8100	De 22.01.2018 a 18.04.2018.
Total de Ocorrências: 3		
Demora/ausência na conclusão para sentença	0504989-67.2017.4.05.8100	De 08.02.2018 a 19.04.2018.
Total de Ocorrências: 1		
Demora na prolação da sentença	0513895-80.2016.4.05.8100	
	0500297-25.2017.4.05.8100	Demora para a prolação da sentença de 04/12/2017, já que a conclusão se deu em 24/08/2017.
Total de Ocorrências: 2		
Demora na prolação de decisão/despacho	0502154-09.2017.4.05.8100	
	0502385-36.2017.4.05.8100	Considerada a conclusão operada em 19/06/2017.
	0502410-49.2017.4.05.8100	Feito concluso para decisão em 20.11.2017. Decisão prolatada em 27.02.2018.
Total de Ocorrências: 3		
Demora na prolação de despacho inicial	0500317-16.2017.4.05.8100	Ato ordinatório: de 09.01.2017 a 13.03.2017.
Total de Ocorrências: 1		

Outros	0506767-48.2012.4.05.8100	Ausência de mudança de classe.
	0512378-40.2016.4.05.8100	Demora para exarar ato ordinatório (de 21/06/2017 a 17/08/2017).
	0516692-29.2016.4.05.8100	Demora para a prática do ato ordinatório de 30/01/2017.
Total de Ocorrências: 3		
Permanência excessiva dos autos na Contadoria do Foro/ Setor de Cálculo	0518268-57.2016.4.05.8100	Cálculos produzidos apenas em 27/04/2018, apesar da determinação ser bem anterior.
Total de Ocorrências: 1		
Processo em Ordem	0505749-89.2012.4.05.8100	
	0506777-92.2012.4.05.8100	
	0508292-65.2012.4.05.8100	
	0514725-51.2013.4.05.8100	
	0516236-84.2013.4.05.8100	
	0524802-22.2013.4.05.8100	
	0507079-19.2015.4.05.8100	
	0504608-93.2016.4.05.8100	
	0507859-22.2016.4.05.8100	
	0508326-98.2016.4.05.8100	
	0508339-97.2016.4.05.8100	
	0508791-10.2016.4.05.8100	
	0509412-07.2016.4.05.8100	
	0509486-61.2016.4.05.8100	
0510645-39.2016.4.05.8100		

0511572-05.2016.4.05.8100	
0511603-25.2016.4.05.8100	
0513016-73.2016.4.05.8100	
0513608-20.2016.4.05.8100	
0513618-64.2016.4.05.8100	
0513763-23.2016.4.05.8100	
0514035-17.2016.4.05.8100	
0514207-56.2016.4.05.8100	
0516032-35.2016.4.05.8100	
0516084-31.2016.4.05.8100	
0516188-23.2016.4.05.8100	
0516646-40.2016.4.05.8100	
0516672-38.2016.4.05.8100	
0516979-89.2016.4.05.8100	
0516984-14.2016.4.05.8100	
0517131-40.2016.4.05.8100	
0518086-71.2016.4.05.8100	
0519077-47.2016.4.05.8100	
0519355-48.2016.4.05.8100	
0519977-30.2016.4.05.8100	
0520600-	

94.2016.4.05.8100	
0521129- 16.2016.4.05.8100	
0521230- 53.2016.4.05.8100	
0521600- 32.2016.4.05.8100	
0521965- 86.2016.4.05.8100	
0522840- 56.2016.4.05.8100	
0523040- 63.2016.4.05.8100	
0523927- 47.2016.4.05.8100	
0525759- 18.2016.4.05.8100	
0525924- 65.2016.4.05.8100	
0500180- 34.2017.4.05.8100	
0500648- 95.2017.4.05.8100	
0500725- 07.2017.4.05.8100	
0500736- 36.2017.4.05.8100	
0500769- 26.2017.4.05.8100	
0500912- 15.2017.4.05.8100	
0500933- 88.2017.4.05.8100	
0501058- 56.2017.4.05.8100	
0501104- 45.2017.4.05.8100	
0501300- 15.2017.4.05.8100	
0501473- 39.2017.4.05.8100	

0501635-34.2017.4.05.8100	
0501667-39.2017.4.05.8100	
0501908-13.2017.4.05.8100	
0501983-52.2017.4.05.8100	
0502058-91.2017.4.05.8100	
0502074-45.2017.4.05.8100	
0502268-45.2017.4.05.8100	
0502270-15.2017.4.05.8100	
0502289-21.2017.4.05.8100	
0502292-73.2017.4.05.8100	
0502325-63.2017.4.05.8100	
0502556-90.2017.4.05.8100	
0502593-20.2017.4.05.8100	
0502849-60.2017.4.05.8100	
0502943-08.2017.4.05.8100	
0503009-85.2017.4.05.8100	
0503035-83.2017.4.05.8100	
0503038-38.2017.4.05.8100	
0503120-69.2017.4.05.8100	
0503214-17.2017.4.05.8100	
0503265-	

	28.2017.4.05.8100	
	0503323- 31.2017.4.05.8100	
	0503395- 18.2017.4.05.8100	
	0503478- 34.2017.4.05.8100	
	0503534- 67.2017.4.05.8100	
	0503563- 20.2017.4.05.8100	
	0503588- 33.2017.4.05.8100	
	0503722- 60.2017.4.05.8100	
	0503937- 36.2017.4.05.8100	
	0504020- 52.2017.4.05.8100	
	0504039- 58.2017.4.05.8100	
	0504454- 41.2017.4.05.8100	
	0504702- 07.2017.4.05.8100	
	0505209- 65.2017.4.05.8100	
	0505292- 81.2017.4.05.8100	
	0505340- 40.2017.4.05.8100	
	0505594- 13.2017.4.05.8100	
	0505640- 02.2017.4.05.8100	
	0505974- 36.2017.4.05.8100	
	0506197- 86.2017.4.05.8100	
	0506489- 71.2017.4.05.8100	

0507542-87.2017.4.05.8100	
0507833-87.2017.4.05.8100	
0507986-23.2017.4.05.8100	
0509354-67.2017.4.05.8100	
0509396-19.2017.4.05.8100	
0509422-17.2017.4.05.8100	
0510067-42.2017.4.05.8100	
0510271-86.2017.4.05.8100	
0510859-93.2017.4.05.8100	
0511063-40.2017.4.05.8100	
0511483-45.2017.4.05.8100	
0511606-43.2017.4.05.8100	
0511701-73.2017.4.05.8100	
0512243-91.2017.4.05.8100	
0512330-47.2017.4.05.8100	
0512342-61.2017.4.05.8100	
0512473-36.2017.4.05.8100	
0513012-02.2017.4.05.8100	
0513027-68.2017.4.05.8100	
0513039-82.2017.4.05.8100	
0513574-	

	11.2017.4.05.8100	
	0514056-56.2017.4.05.8100	
	0514188-16.2017.4.05.8100	
	0514706-06.2017.4.05.8100	
	0514713-95.2017.4.05.8100	
	0514991-96.2017.4.05.8100	
	0515061-16.2017.4.05.8100	
	0515712-48.2017.4.05.8100	
	0516055-44.2017.4.05.8100	
	0516377-64.2017.4.05.8100	
	0517083-47.2017.4.05.8100	
	0529105-40.2017.4.05.8100	
	0529197-18.2017.4.05.8100	
	0529221-46.2017.4.05.8100	
	0500332-48.2018.4.05.8100	
Total de Ocorrências: 132		
Processos irregularmente paralisados	0517020-56.2016.4.05.8100	Paralisação do feito no período compreendido entre 30/06/2017 e 04/12/2017.
Total de Ocorrências: 1		
Processos sem movimentação processual em período determinado	0520436-32.2016.4.05.8100	Desde 15.03.2018.
	0501023-96.2017.4.05.8100	De 27.11.2017 a 08.02.2018 e de 22.02.2018 a 26.04.2018.
	0502154-09.2017.4.05.8100	Entre 22/11/2017 e 28/02/2018.
Total de Ocorrências: 3		

6.28.10. Correição anterior e autoinspeção

A unidade informou que as determinações constantes da Correição anterior vêm sendo cumpridas através da fixação de metas setoriais/gerais e avaliações periódicas, aduzindo que vem se empenhando em minimizar as ocorrências ali detectadas, em especial no acompanhamento de processos sem movimentação, monitorados pelo acompanhamento de relatórios, os quais servem de base para promover o devido andamento processual junto ao setor/servidor responsável.

Após a última autoinspeção, foram fixadas metas ou fins a serem perseguidos pela Vara. Antes mesmo da última autoinspeção, foram fixadas metas conforme informado acima, cujo acompanhamento vem sendo realizado mensalmente, no intuito do regular cumprimento.

6.28.11. Considerações finais

A 28ª Vara Federal conta com estrutura física e equipamentos adequados a seu funcionamento.

A partir da análise processual, observou-se que os processos tramitam de forma regular, sendo digno de registro que o fato de existirem inconsistências em determinados feitos não implica a ocorrência de natureza grave que inviabilize a prestação jurisdicional.

Em atenção ao contido na Meta 5 do CNJ (Baixar quantidade maior de processos de execução não fiscal do que o total de casos novos de execução não fiscal no ano corrente), registre-se que avulta de importância que seja observado pelas Varas de Juizado ou com JEF Adjunto que haja identificação no CRETA de quando o processo inicia a fase de execução, a fim de que não ocorram problemas na estatística alusiva à referida Meta.

Por fim, pelos demais dados apontados neste relatório durante a correição, pode-se afirmar que a 28ª Vara Federal funciona de modo adequado.

6.29. 29ª VARA FEDERAL - LIMOEIRO DO NORTE/CE

6.29.1. Competência, localização, estrutura física e horário de expediente

A 29ª Vara Federal do Ceará detém competência para a conciliação, o julgamento e a execução das causas cíveis até o valor de 60 salários mínimos, nos termos da Lei nº 10.259/2001, funcionando no prédio localizado na Rua Cândido José de Sousa, nº 541 - Socorro, Limoeiro do Norte/CE.

A Vara apresentou instalações adequadas para todos: juízes federais, servidores, estagiários, terceirizados, membros do Ministério Público Federal, procuradores federais, defensores públicos federais, advogados e jurisdicionados.

O horário de expediente da unidade é das 9h às 17h.

6.29.2. Corpo funcional - juíza federal e servidores

A 29ª Vara Federal conta com o seguinte quadro de pessoal: a) 01 magistrada, Elise Avesque Frota (juíza federal titular); b) 17 servidores efetivos, sendo 04 analistas judiciários - área judiciária, 01 analista judiciário - área administrativa, 02 analistas judiciários - área de execução de mandados, 07 técnicos judiciários - área administrativa e 03 técnicos judiciários - área de segurança e transporte; c) 02 servidores requisitados.

6.29.2.1. Juíza federal titular

A Juíza Federal Titular, Elise Avesque Frota, exerce a magistratura desde 14/12/2005, atuando na 29ª Vara Federal desde 15/02/2016.

Na Direção do Foro da Subseção de Limoeiro do Norte (CE), desde 01/06/2017.

Nos últimos 24 meses, a magistrada esteve afastada, em razão de:

Férias:

Em 2017: 03/04/2017 a 18/04/2017 (16 dias); 26/06/2017 a 25/07/2017 (30 dias); 18/10/2017 a 21/10/2017 (4 dias) – total em 2017 de 50 dias de férias;

Em 2018: 08/01/2018 a 13/01/2018 (6 dias); 02/04/2018 a 16/04/2018 (15 dias); 23/05/2018 a 06/06/2018 (15 dias); 02/07/2018 a 24/07/2018 (23 dias) – total em 2018 de 59 dias.

Período total de afastamento: 109 dias de férias, nos últimos 24 meses.

Respondeu pela 8ª Vara Federal da SJ/CE, por 30 dias, no mês de novembro/2016.

A Juíza Federal Titular reside na região metropolitana onde se situa a sede da Subseção Judiciária.

Não há juiz substituto na vara.

6.29.2.2. Servidores

Em relação às funções de confiança (FCs), aos cargos em comissão (CJs) e à formação acadêmica dos servidores ocupantes de cargos efetivos na 29ª Vara Federal, pode ser observado o seguinte quadro:

Nome	Cargo efetivo	Ocupa FC ou CJ? Qual?	Grau de Instrução*	Área de formação
Alex Victor Costa Faria	Técnico Judiciário	FC4	Superior	Direito
Andréa Dória de Vasconcelos Sales	Técnico Judiciário	-	Superior Incompleto	Direito
Cristiane Cavalcanti da Trindade	Analista Judiciário	FC4	Superior	Direito
Cydlla Sales Bruno	Analista Judiciário	-	Pós-graduação	Direito
Daniel Cabó Diógenes	Analista Judiciário	FC4	Mestrado	Direito
Daniele de Sousa Oliveira	Técnico Judiciário	FC4	Pós-graduação	História
Fábio Mota Furtado	Analista Administrativo	FC5	Pós-graduação	Contábeis
Francisco Giovanni de Oliveira Gurgel	Técnico Judiciário	FC4	Superior	Direito

Germano Paiva de Castro	Técnico Judiciário / Seg. e Transporte	-	Pós- graduação	Direito
Iomilson de Paula Silveira	Analista Jud./ Exec. Mandad.	-	Pós- graduação	Direito
Joaquim Sérgio Gonçalves Lemos Dantas	Técnico Judiciário / Seg. e Transporte	FC5	Pós- graduação	Administração
Magno Silva de Paula	Técnico Judiciário / Seg. e Transporte	-	Pós- graduação	Construção Civil
Mariana de Andrade	Técnico Judiciário	-	Superior	Fisioterapia
Paula Mirlla Barbosa Mendes	Técnico Judiciário	-	Superior	Direito
Sávio César da Costa e Silva	Analista Judiciário	FC5	Pós- graduação	Direito
Taynan da Silva Fiúza	Técnico Judiciário	FC2	Pós- graduação	Contábeis
Thiago Menezes Gabriel	Analista Jud./ Exec. Mandad.	-	Pós- graduação	Direito

A vara possui 2 servidores requisitados com vínculo com o serviço público:

Nome	Ocupa FC ou CJ? Qual?	Grau de	Área de	ÓRGÃO DE
------	-----------------------	---------	---------	----------

		Instrução*	formação	ORIGEM
Ítalo Oliveira	Supervisor da seção de Análise e Andamento Processual (FC-05)	Pós graduação	Contábeis	Seção Judiciária no Ceará (Fortaleza) - Técnico Judiciário
Marcos Antônio Belém Pontes	Diretor de Secretaria (CJ3)	Pós graduação	Direito	STJ - Técnico Judiciário / Segurança e Transporte

Como se pode depreender, no tocante à formação acadêmica dos servidores 29ª Vara Federal, verifica-se que há uma preocupação com a qualificação.

Por ocasião do preenchimento do formulário de gestão, havia 01 servidora afastada: Érica Clea Barros de Lima. Motivo: Licença para tratamento de saúde. Período: desde 2016.

6.29.2.3. Estagiários

Há 06 vagas previstas para a unidade, estando 02 delas ocupadas. Os estagiários atuam no(a): atendimento ao público, cobrança de cartas precatórias e elaboração de minutas de certidões, sentenças e despachos.

6.29.3. Organização da 29ª Vara Federal

Dentre os servidores da 29ª Vara Federal do Ceará, 08 exercem suas atribuições na secretaria e 06 no gabinete.

6.29.3.1. Secretaria

A Secretaria da Vara é dividida nos seguintes setores:

Setor de Análise Inicial: Faz a triagem e análise dos feitos novos, bem como a atermiação. Servidores: Taynan Fiúza e Mariana Andrade.

Setor de Audiência: Marcação, controle e acompanhamento da pauta de audiência, intimação das partes, auxílio ao magistrado em audiência, elaboração de cálculos e termos das audiências. Servidores: Ítalo Oliveira, Alex Victor e Daniele Oliveira.

Setor de Perícia: Marcação, e acompanhamento da pauta de perícia, controle da entrega de laudos, intimações das partes e requisição de honorários periciais. Servidor: Andréa Doria e Cydlla Bruno.

Setor de Execução e Cálculos: Expedição de mandados, cartas, ofícios, confecção de cálculos e expedição de RPVs. Servidores: Joaquim Sérgio.

Método de organização por setores e fases, controle de prazos e prioridades, através do próprio sistema CRETA que exhibe os processos por fase, ordem de prioridade processual e ordem cronológica de movimentação.

O controle é realizado pelos próprios assessores e pela Direção através do sistema CRETA que fornece em seus relatórios o tempo e quais os processos estão sem movimentação.

O controle e situação de acervo são controlados quase que diariamente através do sistema processual CRETA que fornece relatório do quantitativo e situação do acervo da Vara, bem como por planilha com resumo dos Mapas de Estatísticas.

6.29.3.2. Gabinete da juíza federal

A distribuição dos feitos no gabinete se dá, de forma aleatória, pela ordem cronológica de conclusão, respeitando-se as prioridades processuais. Todos os servidores minutam para todos os assuntos.

Estão lotados no gabinete os servidores: Cristiane Trindade, Daniel Cabó, Fabio Mota, Francisco Giovanni, Paula Mirla e Sávio César.

6.29.4. Participação da Juíza Federal em reuniões com a equipe da 29ª Vara Federal

Há reuniões regulares com toda a equipe da Vara para avaliação do andamento da política adotada na condução dos trabalhos e, com maior frequência, reuniões com

setores específicos para avaliação continuada e transmissão de orientações que possibilitem o aprimoramento das atividades laborais.

6.29.5. Planejamento das atividades da 29ª Vara Federal e avaliação periódica de resultados

O planejamento das atividades da vara é traçado no início do ano judiciário. Conforme o decorrer das atividades e eventuais estabelecimentos de metas supervenientes, principalmente as prioritárias, o planejamento é ajustado em reuniões com os servidores.

A base para tal planejamento são as metas estipuladas pelos tribunais superiores e conselhos, bem como a quantidade de processo em trâmite na vara no início do ano judiciário, almejando o seu cumprimento e diminuição do acervo da vara.

Há fixação de metas periódicas de produtividade, a saber:

- 1) A rápida movimentação dos feitos em prazo que não exceda trinta dias;
- 2) Ausência de processos na análise inicial por mais de cinco dias;
- 3) Conferência de RPVs no prazo máximo de 15 dias;
- 4) Gabinete sem processos pendentes de despacho ou decisão ao final da semana (cinco dias);
- 5) Gabinete sem processos pendentes de sentença por mais de 30 dias;
- 6) Redução de processos aguardando a realização de audiência;
- 7) Realizar as audiências dentro do prazo de 45 dias após a citação;
- 8) Redução de benefícios aguardando implantação pelo INSS a um número inferior a 100, com prazo máximo de implantação em 15 dias;
- 9) Ausência de processos com diligências pendentes para cumprimento pelos oficiais por mais de cinco dias;
- 10) Redução de processos aguardando a realização de perícia; e ausência de processos com prazo decorrido, pendentes de remessa para a Turma Recursal ou arquivo (manter zerada).

Conferência mensal, pelo sistema CRETA, da quantidade de processos distribuídos e arquivados; controle diário dos processos em todas as suas fases, principalmente os pendentes de cumprimento de sentença; observação e controle do tempo médio de tramitação dos feitos.

6.29.6. Atendimento aos membros do Ministério Público Federal, Defensoria Pública da União, procuradores federais, advogados e partes na secretaria e no gabinete da juíza federal da 29ª Vara Federal

Os membros do MPF, das procuradorias e os advogados públicos são atendidos, quando eventualmente comparecem à secretaria da vara, no gabinete do diretor de secretaria e também, quando necessário, no gabinete da Juíza, sem necessidade de marcar dia e horário prévios.

Procedimento semelhante é aplicado aos advogados privados e partes, com detalhe de que o “pronto atendimento” é feito no balcão da secretaria por servidores habilitados. Sendo necessários maiores esclarecimentos, são encaminhados à direção da vara e, havendo real necessidade ou se assim desejarem, ao gabinete da juíza federal, atendendo-os também sem necessidade de dia e horário prévios.

Os membros do ministério público, defensoria pública, advogados (públicos e privados) e partes têm acesso direto aos Juízes Federais, através de encaminhamento do Diretor de Secretaria e do Oficial de Gabinete, conforme o caso, independentemente de haverem reservado dia e horário para tal.

6.29.7. Número de processos, relação servidor/processo, audiências de conciliação e de instrução e inspeções judiciais

Por ocasião do preenchimento do formulário de gestão, o número de processos em tramitação na Vara (total ajustado: excluídos os feitos arquivados, suspensos e baixados) alcançava o total de 6.532: Juiz Titular (3.259) e Juiz Substituto(3.273).

Relação do número de processos com o número de servidores em atividade na Vara: 362,88 (6.532/18=362,88).

Número de processos sobrestados/suspensos: 16. Motivos do sobrestamento/suspensão:

Aguardando julgamento de recurso repetitivo: 10;

Aguardando julgamento de Mandado de Segurança contra decisão: 2;

Aguardando decisão da Justiça Estadual sobre o incidente sucessório: 1;

Aguardando quitação de parcelamento de obrigação cominada: 1;

Aguardando habilitação de sucessores após óbito do autor (prazo de 30 dias): 2.

Pauta de audiências entre 01/04/2016 a 30/04/2018: Qtde de registros aproximados: 7.368, Conciliação ou Instrução.

Número de inspeções judiciais realizadas nos últimos 24 meses, a contar da data de início da correição:

Juiz Titular: 02 (duas), nos períodos de 26/02/2018 a 02/03/2018 e de 27/03/2017 a 31/03/2017.

Foram realizadas atividades de conciliação nos últimos 24 meses: 01 (uma) – através do mutirão (702 audiências - de 13 a 16 de março de 2017).

Há registro de audiências adiadas ou canceladas nos últimos 24 meses: 876 Motivos diversos.

De 01.04.2016 a 30.04.2018, houve a remarcação das audiências adiadas ou canceladas.

6.29.8. Cumprimento de metas e resoluções do CNJ

Meta 1 (Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente).

Percentual de cumprimento da meta: 89,99%.

Meta 2 (Identificar e julgar, até 31/12/2017, pelo menos 100% dos processos distribuídos até 31/12/2012, 85% dos processos distribuídos em 2013 nos 1º e 2º graus, e 100% dos processos distribuídos até 31/12/2014 nos Juizados Especiais e Turmas Recursais Federais).

Meta cumprida em 100%.

Meta 3 (Aumentar os casos solucionados por conciliação, fomentando o alcance do percentual mínimo de 2% na proporção dos processos conciliados em relação aos distribuídos).

Percentual de casos resolvidos: 22,10%;

Percentual de cumprimento da meta: 1105,07%.

Meta 4 (Identificar e julgar até 31/12/2017 70% das ações de improbidade administrativa distribuídas até 31/12/2014).

Não se aplica.

Meta 5 (Baixar quantidade maior de processos de execução não fiscal do que o total de casos novos de execução não fiscal no ano corrente).

Percentual de cumprimento da meta: 147,81%.

Meta 6 (Identificar e julgar, até 31/12/2017, entre 70% e 85% das ações coletivas distribuídas até 31/12/2013, no 1º e 2º graus).

Não se aplica.

Metas Específicas para a Justiça Federal

Baixar quantidade maior de processos criminais do que os casos novos criminais no ano corrente; Julgar quantidade maior de processos criminais do que os casos novos criminais no ano corrente.

Não se aplica.

Identificar e julgar, até 31/12 do ano corrente, 70% das ações penais vinculadas aos crimes relacionados à improbidade administrativa, ao tráfico de pessoas, à exploração sexual e ao trabalho escravo, distribuídas até 31/12/2014).

Não se aplica.

Acerca do cumprimento do Provimento CNJ nº 29/2013

Não se aplica.

Acerca do cumprimento das exigências previstas na Resolução CNJ nº 66/2009, com a redação introduzida pela Resolução CNJ nº 87/2009, e sobre a necessidade de inserção, no sistema informatizado, do Relatório de Controle de Prisões

Não se aplica.

6.29.9. Processos selecionados para correição

Foram correicionados 200 processos do JEF (quando da correição havia 5.915 feitos em tramitação ajustada).

6.29.9.1 Principais constatações da análise individual de processos

6.29.9.1.1. Processos eletrônicos do Sistema Creta

Da análise individual dos processos, destacam-se as seguintes ocorrências:

Observação	Nr. Processo	Complemento
Ausência de cumprimento de despacho/decisão	0506454-45.2016.4.05.8101	De 12/03/2018.
Total de Ocorrências: 1		
Demora/ausência na certificação de decurso de prazo	0508429-05.2016.4.05.8101	Ato ordinatório determinando intimação datado de 27/10/17 (último movimento).
Total de Ocorrências: 1		
Demora/ausência na conclusão para despacho/decisão	0503259-52.2016.4.05.8101	Juntada em 21/07/16, conclusão em 26/10/16.
	0505413-43.2016.4.05.8101	Na assessoria em 09/10/17, conclusão em 28/02/18.
	0506393-87.2016.4.05.8101	De 11.10.2017 a 01.03.2018.
	0508429-05.2016.4.05.8101	Juntada em 23/02/17, conclusão em 16/06/17.
	0500545-85.2017.4.05.8101	Juntada em 18/01/18, conclusão em 24/04/18.
	0500605-58.2017.4.05.8101	Juntada-conclusão: 17/03/17-14/06/17; 27/06/17-17/11/17 e 18/01/18-14/04/18.
	0501116-56.2017.4.05.8101	Juntada-conclusão: 06/04/17-07/06/17; 19/06/17-09/08/17 e 12/12/17-14/03/18.
	0501350-38.2017.4.05.8101	Juntada em 07/02/18, ainda sem conclusão.
	0501513-18.2017.4.05.8101	Juntada em 26/07/17, conclusos em 05/03/18.
	0501519-25.2017.4.05.8101	Na assessoria desde 13/11/17 (manifestação juntada em 12/11/17), ainda sem conclusão.
0501608-48.2017.4.05.8101	Juntada em 31/08/17, conclusão em 20/10/17.	
Total de Ocorrências: 11		
Demora/ausência na conclusão para sentença	0501941-34.2016.4.05.8101	Prazo encerrado em 31/01/18, conclusão em 18/04/18.
	0504604-	Na assessoria em 30/01/18, conclusão em

53.2016.4.05.8101	24/04/18.
0505964-23.2016.4.05.8101	De 13/11/2017 a 13/03/2018.
0507226-08.2016.4.05.8101	De 14.11.2017 a 15.03.2018.
0507424-45.2016.4.05.8101	Juntada em 04/12/17, conclusão em 02/04/18.
0508534-79.2016.4.05.8101	De 30/01/2018 a 25/04/2018.
0500608-13.2017.4.05.8101	Prazo encerrado em 11/07/17, conclusão em 15/09/17.
0500816-94.2017.4.05.8101	Juntada em 09/10/17, conclusão em 06/02/18.
0500902-65.2017.4.05.8101	Juntada em 16/11/17, conclusão em 04/04/18.
0501221-33.2017.4.05.8101	Na assessoria em 03/07/17, conclusão em 11/09/17.
0501463-89.2017.4.05.8101	De 28.11.2017 a 06.04.2018.
0501518-40.2017.4.05.8101	Na assessoria desde 07/02/18.
0501536-61.2017.4.05.8101	De 13.11.2017 a 03.04.2018.
0501992-11.2017.4.05.8101	Ausência de conclusão desde 21/02/2018.
0502268-42.2017.4.05.8101	De 24/01/2018 a 05/03/2018.
0502363-72.2017.4.05.8101	De 06/10/2017 a 01/03/2018.
0502520-45.2017.4.05.8101	Prazo findo em 21/10/17, conclusão em 11/04/18.
0502881-62.2017.4.05.8101	De 14.09.2017 a 04.04.2018.
0502887-69.2017.4.05.8101	De 10/10/2017 a 03/04/2018.
0503053-04.2017.4.05.8101	Na assessoria desde 20/10/17, conclusão em 10/04/18.
0503059-11.2017.4.05.8101	De 10/10/2017 a 03/04/2018.
0503062-63.2017.4.05.8101	De 10/10/2017 a 06/04/2018.

	0503216-81.2017.4.05.8101	Na assessoria em 20/10/17, conclusão em 11/04/18.
	0503230-65.2017.4.05.8101	De 10/10/2017 a 09/04/2018.
	0503235-87.2017.4.05.8101	De 24.10.2017 a 13.04.2018.
	0503243-64.2017.4.05.8101	Na assessoria em 10/10/17, conclusos em 05/04/18.
	0503302-52.2017.4.05.8101	De 06/10/2017 a 07/02/2018.
	0503338-94.2017.4.05.8101	Demora na prolação da sentença de 08/01/2018 a 02/04/2018.
Total de Ocorrências: 28		
Demora na expedição de mandados/ofícios/editais/cartas precatórias	0500944-17.2017.4.05.8101	De 02.09.2017 a 23.02.2018.
	0502520-45.2017.4.05.8101	Juntada em 14/08/17, ato ordinatório em 13/10/17.
Total de Ocorrências: 2		
Demora na prolação da sentença	0505463-69.2016.4.05.8101	De 29.09.2017 a 20.03.2018.
	0500135-27.2017.4.05.8101	Desde 14.11.2017.
	0500389-97.2017.4.05.8101	Desde 01.03.2018.
	0500608-13.2017.4.05.8101	Conclusão em 15/09/17, sentença em 07/02/18.
	0501221-33.2017.4.05.8101	Conclusão em 11/09/17, sentença em 11/12/17.
	0501283-73.2017.4.05.8101	Desde 28.02.2018.
	0501432-69.2017.4.05.8101	Conclusão em 25/10/17, sentença em 28/02/18.
	0501914-17.2017.4.05.8101	Demora excessiva: desde 02.08.2017.
	0502274-49.2017.4.05.8101	Demora para a prolação da sentença de 08/05/2018, já que a conclusão inicial se deu em 20/09/2017.
	0502828-81.2017.4.05.8101	Concluso em 08/02/18, ainda não sentenciado.
0502983-84.2017.4.05.8101	Desde janeiro/2018.	

	0503316-36.2017.4.05.8101	Demora excessiva: desde 28.09.2017.
	0503487-90.2017.4.05.8101	Desde 21.02.2018.
Total de Ocorrências: 13		
Demora na prolação de decisão/despacho	0503563-51.2016.4.05.8101	De 07/02/2017 a 02/08/2017 e de 04/08/2016 a 13/12/2016.
	0503804-25.2016.4.05.8101	De 01/11/2017 a 28/02/2018.
	0503805-10.2016.4.05.8101	De 31.10.2017 a 03.03.2018.
	0505690-59.2016.4.05.8101	De 20.10.2016 a 20.02.2017.
	0507116-09.2016.4.05.8101	De 10/11/2017 a 27/03/2018.
	0507130-90.2016.4.05.8101	De 24.10.2017 a 16.01.2018.
	0507709-38.2016.4.05.8101	De 25.10.2017 a 22.01.2018.
	0500117-06.2017.4.05.8101	De 14.11.2017 a 02.05.2018.
	0500574-38.2017.4.05.8101	De 07.07.2017 a 03.03.2018.
	0500738-03.2017.4.05.8101	De 06.09.2017 a 11.12.2017.
	0501009-12.2017.4.05.8101	De 05/02/2018 a 08/05/2018.
	0501295-87.2017.4.05.8101	De 18/05/2017 a 01/08/2017.
	0501343-46.2017.4.05.8101	Desde 13/12/2017.
	0501373-81.2017.4.05.8101	Conclusão em 27/06/17, despacho em 10/10/17.
	0501406-71.2017.4.05.8101	De 26.07.2017 a 30.10.2017 e de 28.11.2017 a 14.03.2018.
	0502314-31.2017.4.05.8101	De 03/10/2017 a 27/02/2018.
	0502353-28.2017.4.05.8101	De 13/07/17 a 06/03/18 - anexos 14 e 15.
0502464-12.2017.4.05.8101	De 25/05/2017 a 04/09/2017.	

Total de Ocorrências: 18		
Demora no cumprimento de despacho	0501338-24.2017.4.05.8101	Desde 15.03.2018.
Total de Ocorrências: 1		
Outros	0501682-15.2011.4.05.8101	Ausência de mudança de classe para execução.
	0518818-52.2016.4.05.8100	Ausência de alteração de classe para execução.
	0503499-41.2016.4.05.8101	Demora para a prática do ato ordinatório de 15/02/2017, já que o feito se encontrava na assessoria desde 20/09/2016.
	0508773-83.2016.4.05.8101	Demora para exarar ato ordinatório (de 08/06/2017 a 18/08/2017).
	0508775-53.2016.4.05.8101	Demora na intimação do perito para prestar esclarecimentos, de 25.11.2017 a 02.02.2018 e desde 02.02.2018.
	0508849-10.2016.4.05.8101	Ausência de mudança de classe para execução.
	0500099-82.2017.4.05.8101	Demora na intimação do perito para prestar esclarecimentos, de 25.11.2017 a 02.02.2018.
	0500254-85.2017.4.05.8101	Ausência de mudança de classe processual para execução.
	0500964-08.2017.4.05.8101	Ausência de mudança de classe para execução.
	0501028-18.2017.4.05.8101	Ausência de mudança de classe para execução.
	0501632-76.2017.4.05.8101	Ausência de mudança de classe processual para execução.
	0502314-31.2017.4.05.8101	Demora para exarar ato ordinatório (de 30/06/2017 a 18/09/2017).
	0502722-22.2017.4.05.8101	Ausência de mudança de classe para execução.
	0503206-37.2017.4.05.8101	Demora para exarar ato ordinatório - de 07/08/2017 a 03/10/2017.
Total de Ocorrências: 14		
Processo em Ordem	0502134-54.2013.4.05.8101	
	0502823-93.2016.4.05.8101	
	0503237-	

91.2016.4.05.8101	
0503688- 19.2016.4.05.8101	
0503914- 24.2016.4.05.8101	
0504537- 88.2016.4.05.8101	
0504544- 80.2016.4.05.8101	
0504620- 07.2016.4.05.8101	
0504628- 81.2016.4.05.8101	
0504722- 29.2016.4.05.8101	
0504985- 61.2016.4.05.8101	
0504986- 46.2016.4.05.8101	
0504993- 38.2016.4.05.8101	
0505074- 84.2016.4.05.8101	
0505203- 89.2016.4.05.8101	
0505425- 57.2016.4.05.8101	
0505816- 12.2016.4.05.8101	
0505827- 41.2016.4.05.8101	
0505937- 40.2016.4.05.8101	
0506020- 56.2016.4.05.8101	
0506059- 53.2016.4.05.8101	
0506173- 89.2016.4.05.8101	
0506228- 40.2016.4.05.8101	

0506494- 27.2016.4.05.8101	
0506598- 19.2016.4.05.8101	
0506756- 74.2016.4.05.8101	
0506811- 25.2016.4.05.8101	
0506831- 16.2016.4.05.8101	
0506866- 73.2016.4.05.8101	
0506925- 61.2016.4.05.8101	
0506985- 34.2016.4.05.8101	
0507016- 54.2016.4.05.8101	
0500205- 44.2017.4.05.8101	
0500411- 58.2017.4.05.8101	
0500506- 88.2017.4.05.8101	
0500598- 66.2017.4.05.8101	
0500677- 45.2017.4.05.8101	
0500742- 40.2017.4.05.8101	
0500749- 32.2017.4.05.8101	
0500780- 52.2017.4.05.8101	
0500805- 65.2017.4.05.8101	
0500814- 27.2017.4.05.8101	
0500860- 16.2017.4.05.8101	
0500867-	

08.2017.4.05.8101	
0500878- 37.2017.4.05.8101	
0500965- 90.2017.4.05.8101	
0500980- 59.2017.4.05.8101	
0500986- 66.2017.4.05.8101	
0500988- 36.2017.4.05.8101	
0500999- 65.2017.4.05.8101	
0501047- 24.2017.4.05.8101	
0501078- 44.2017.4.05.8101	
0501109- 64.2017.4.05.8101	
0501122- 63.2017.4.05.8101	
0501130- 40.2017.4.05.8101	
0501178- 96.2017.4.05.8101	
0501212- 71.2017.4.05.8101	
0501429- 17.2017.4.05.8101	
0501494- 12.2017.4.05.8101	
0501516- 70.2017.4.05.8101	
0501602- 41.2017.4.05.8101	
0501605- 93.2017.4.05.8101	
0501750- 52.2017.4.05.8101	
0501816- 32.2017.4.05.8101	

0501834-53.2017.4.05.8101	
0501836-23.2017.4.05.8101	
0501845-82.2017.4.05.8101	
0501872-65.2017.4.05.8101	
0501984-34.2017.4.05.8101	
0502093-48.2017.4.05.8101	
0502173-12.2017.4.05.8101	
0502210-39.2017.4.05.8101	
0502243-29.2017.4.05.8101	
0502290-03.2017.4.05.8101	
0502294-40.2017.4.05.8101	
0502305-69.2017.4.05.8101	
0502519-60.2017.4.05.8101	
0502656-42.2017.4.05.8101	
0502788-02.2017.4.05.8101	
0502798-46.2017.4.05.8101	
0502807-08.2017.4.05.8101	
0502985-54.2017.4.05.8101	
0503016-74.2017.4.05.8101	
0503088-61.2017.4.05.8101	
0503435-	

	94.2017.4.05.8101	
	0504547-98.2017.4.05.8101	
	0504549-68.2017.4.05.8101	
	0509210-90.2017.4.05.8101	
	0509248-05.2017.4.05.8101	
	0509289-69.2017.4.05.8101	
	0500036-23.2018.4.05.8101	
	0500072-65.2018.4.05.8101	
	0500099-48.2018.4.05.8101	
Total de Ocorrências: 93		
Processos irregularmente paralisados	0503528-91.2016.4.05.8101	Feito irregularmente paralisado desde 28/11/2017.
	0504198-32.2016.4.05.8101	Feito irregularmente paralisado desde 31/01/2018.
	0506121-93.2016.4.05.8101	Desde 14/11/17 - anexo 22.
	0508429-05.2016.4.05.8101	Juntada em 17/08/17, ato ordinatório em 27/10/17.
	0500456-62.2017.4.05.8101	Parado desde 23/11/2017.
Total de Ocorrências: 5		
Processos sem movimentação processual em período determinado	0505233-61.2015.4.05.8101	De 24.03.2017 a 30.10.2017 e desde 21.11.2017.
	0503526-24.2016.4.05.8101	Desde 13.10.2017.
	0503546-15.2016.4.05.8101	De 06/10/2017 a 14/03/2018.
	0503563-51.2016.4.05.8101	Desde 05/02/2018.
	0503686-49.2016.4.05.8101	Desde 27/12/2017 até a presente data.
	0504163-72.2016.4.05.8101	Sem movimentação desde 27/02/2018.

0504513-60.2016.4.05.8101	De 23.06.2017 a 03.11.2017 e desde 22.11.2017.
0505690-59.2016.4.05.8101	De 05.07.2017 a 07.12.2017 e desde 12.12.2017.
0506101-05.2016.4.05.8101	Desde 31.01.2018.
0506332-32.2016.4.05.8101	De 15/12/16 a 22/02/17 e de 09/06/17 a 22/11/17 (último movimento) e na assessoria desde 13/12/17
0506391-20.2016.4.05.8101	Entre 27/10/2016 e 21/02/2017; entre 24/03/2017 e 23/06/2017; entre 19/12/2017 e 07/03/2018.
0506552-30.2016.4.05.8101	Desde 27/04/2017 até 30/10/2017; desde 21/11/2017 até a presente data.
0507130-90.2016.4.05.8101	Desde 07.02.2018.
0507560-42.2016.4.05.8101	Desde 19/12/2017 até a presente data.
0507709-38.2016.4.05.8101	Desde 01.02.2018.
0508773-83.2016.4.05.8101	Desde 16/02/2018.
0500625-49.2017.4.05.8101	Desde 15/02/2018.
0500703-43.2017.4.05.8101	De 03.07.2017 a 30.10.2017.
0500729-41.2017.4.05.8101	Desde 25.11.2017.
0500738-03.2017.4.05.8101	Desde 22.03.2018.
0500787-44.2017.4.05.8101	Sem movimentação desde 29/01/2018.
0500902-65.2017.4.05.8101	De 26/04/17 a 09/11/17.
0500909-57.2017.4.05.8101	Desde 19.02.2018.
0500944-17.2017.4.05.8101	Desde 21.03.2018.
0500992-73.2017.4.05.8101	Desde 21.11.2017.
0501295-	Desde 13/10/2017.

87.2017.4.05.8101	
0501373-81.2017.4.05.8101	De 31/10/17 a 22/02/18.
0501431-84.2017.4.05.8101	Desde 21.03.2018.
0501518-40.2017.4.05.8101	De 26/06/17 a 04/09/17.
0501519-25.2017.4.05.8101	De 09/07/17 a 03/11/17.
0501608-48.2017.4.05.8101	De 31/10/17 a 01/02/18.
0501691-64.2017.4.05.8101	Entre 27/09/2017 e 14/12/2017; entre 09/01/2018 até a presente data.
0503206-37.2017.4.05.8101	Desde 23/11/2017.
0503238-42.2017.4.05.8101	Desde 21/09/2017.
Total de Ocorrências: 34	

6.29.10. Correição anterior e autoinspeção

As determinações constantes da Correição anterior foram cumpridas, conforme informado pela Vara.

Após a última autoinspeção, foram fixadas metas ou fins a serem perseguidos pela Vara: observância das metas do CNJ.

6.29.11. Considerações finais

A 29ª Vara Federal conta com estrutura física e equipamentos adequados a seu funcionamento.

A partir da análise processual, foram observados alguns pontos que merecem maior atenção por parte da unidade, quais sejam:

1. Demora na conclusão;
2. Demora na prolação de despacho/decisão/sentença;
3. Ausência de alteração da classe processual em alguns feitos; e
4. Feitos sem movimentação processual.

Em atenção ao contido na Meta 5 do CNJ (Baixar quantidade maior de processos de execução não fiscal do que o total de casos novos de execução não fiscal no ano corrente), registre-se que avulta de importância que seja observado pelas Varas de Juizado ou com JEF Adjunto que haja identificação no CRETA de quando o processo inicia a fase de execução, a fim de que não ocorram problemas na estatística alusiva à referida Meta.

Por fim, pelos demais dados apontados neste relatório durante a correção, pode-se afirmar que a 29ª Vara Federal funciona de modo razoável.

6.30. 30ª VARA FEDERAL - JUAZEIRO DO NORTE/CE

6.30.1. Competência, localização, estrutura física e horário de expediente

A 30ª Vara Federal do Ceará detém competência para a conciliação, o julgamento e a execução das causas cíveis até o valor de 60 salários mínimos, nos termos da Lei nº 10.259/2001, funcionando na Rua Jonas de Sousa, s/n, Lagoa Seca, Juazeiro do Norte/CE.

A Vara apresentou instalações adequadas para todos: juízes federais, servidores, estagiários, terceirizados, membros do Ministério Público Federal, procuradores federais, defensores públicos federais, advogados e jurisdicionados.

O horário de expediente da unidade é das 9h às 18h. De 17:30h às 18:00h, apenas o Setor de Protocolo funciona e um representante por vara fica responsável pelo atendimento das partes e/ou advogados que comparecerem à Subseção.

6.30.2. Corpo funcional - juíza federal e servidores

A 30ª Vara Federal conta com o seguinte quadro de pessoal: a) 01 magistrada, Débora Aguiar da Silva Santos (juíza federal titular); b) 18 servidores efetivos, sendo 05 analistas judiciários - área judiciária, 01 analista judiciário - área administrativa, 08 técnicos judiciários - área administrativa, e 02 oficiais de justiça e 02 técnicos judiciários - área segurança e transporte. Não existem servidores requisitados.

Há um Analista Judiciário - Área Judiciária cedido desde 06/04/2015. O servidor foi requisitado para assumir o cargo de Diretor de Secretaria na própria Justiça Federal, primeiro na Seção Judiciária do Ceará e, atualmente, na Seção Judiciária de Pernambuco.

Segundo consta do formulário de gestão, os oficiais de justiça desempenham a função na Central de Mandados da Subseção, havendo 01 servidor sem vínculo com o serviço público que ocupa o cargo de Diretor de Secretaria.

6.30.2.1. Juíza federal titular

A Juíza Federal Titular, Débora Aguiar da Silva Santos, exerce a magistratura desde 16/04/2008, atuando na 30ª Vara Federal desde 08/01/2014.

Nos últimos 24 meses, a magistrada esteve afastada, em razão de:

a) Férias:

- 04/07 a 02/08/2016 (30 dias) - Portaria 414/2015-CR;
- 08/09 a 7/10/2016 (30 dias) - Portaria 414/2015-CR;
- 09/01 a 22/01/2017 (14 dias) - (PA 2452/2016 e Portaria 33/2017-CR);
- 02/05 a 17/05/2017 (16 dias) - Portaria 33/2017 - CR;
- 03/07 a 01/08/2017 (30 dias) - PA 2452/2016;
- 08/01 a 22/01/2018 (15 dias) - PA 0010091-32.2017.4.05.7000 e Portaria 37/2018-CR.
-

b) Licenças:

- 11/04 a 30/04/2016 (20 dias) - licença por motivo de doença na família - PA 940/2016.

c) Outros:

- 3/11 a 4/11/2016 (2 dias) - afastamento para compensação de plantão forense - PA 2497/2016.
-

Período total de afastamento: 5 (cinco) meses e 7 (sete) dias.

Períodos de Substituição:

a) Respondendo pela 16ª Vara Federal - SJCE:

- 30/05 a 31/05/2016;
- 12/11 a 15/11/2016.

b) Respondendo pela 17ª Vara Federal - SJCE:

- 02/05 a 31/05/2016.

A Juíza Federal Titular passa a semana na referida Subseção de Juazeiro do Norte e os finais de semana na cidade de Eusébio/CE.

O cargo de juiz federal substituto está vago.

6.30.2.2. Servidores

Em relação às funções de confiança (FCs), aos cargos em comissão (CJs) e à formação acadêmica dos servidores ocupantes de cargos efetivos na 30ª Vara Federal, pode ser observado o seguinte quadro:

Nome	Cargo efetivo	Ocupa FC ou CJ? Qual?	Grau de Instrução*	Área de formação
Eliseu de Mattos Batista	Diretor de Secretaria	CJ-3	Pós-Graduado	Direito
Magnólia de Sousa Alexandre	Técnico Judiciário	FC-5	Superior	Direito/Ciências Contábeis
Danielle Vanessa Alves Andrade	Técnico Judiciário	-	Pós-Graduada	Direito
Milena Mesquita de Almeida	Técnico Judiciário	FC-4	Pós-Graduada	Administração/ Direito
Marcondes Oliveira da Silva	Técnico Judiciário	FC-4	Pós-Graduado	Matemática/ Direito
Rosicleide Luz Moura	Analista Judiciário	FC-5	Pós-Graduada	Direito
Luciana Albuquerque de Sousa	Analista Judiciário - Área Administrativa	FC-4	Pós-Graduada	Direito/Enfermagem
José Batista de Almeida	Analista	FC-4	Pós-Graduado	Direito

Júnior	Judiciário			
Eduardo Pereira Costa	Técnico Judiciário	FC-2	Pós-Graduado	Direito
Jeferson Galdino Oliveira	Técnico Judiciário	FC-4	Superior	Letras
Janielle Ferreira Leandro	Analista Judiciário	FC-5	Pós-Graduada	Direito
Monalisa B. H. Timbó de Lima	Analista Judiciário	-	Pós-Graduada	Direito
Wilson Lopes Rocha	Técnico Judiciário	FC-5	Superior	História/ Direito(cursando)
Wellder de Oliveira Freire	Técnico Judiciário	-	Pós-Graduado	Direito
Francisco Demontier A. Granjeiro	Agente de Segurança	-	Pós-Graduado	Letras
Carlos Ricardo de S. Nascimento	Agente de Segurança	-	Superior- incompleto	Licenciatura em Matemática

Como se pode depreender, no tocante à formação acadêmica dos servidores efetivos 30ª Vara Federal, verifica-se que há uma preocupação com a qualificação.

6.30.2.3. Estagiários

Há 02 vagas previstas para unidade, estando todas elas ocupadas. Os estagiários atuam na Secretaria.

6.30.3. Organização da 30ª Vara Federal

Dentre os servidores da 30ª Vara Federal do Ceará, 10 exercem suas atribuições na secretaria e 05 no gabinete.

6.30.3.1. Secretaria

A Secretaria da Vara é dividida nos seguintes setores:

- a) SETOR DE ANÁLISE E ANDAMENTO PROCESSUAL (Magnólia de Sousa Alexandre; Danielle Vanessa Alves Andrade): Setor em que se faz o controle de prevenção, análise das petições iniciais, envio dos processos para designação de perícia ou de audiência e controle dos processos aguardando contestação.
- b) SETOR DE PERÍCIAS (Milena Mesquita de Almeida; Wellder de Oliveira Freire): Setor em que se faz a triagem das perícias, sua designação e cobrança de laudos.
- c) SETOR DE AUDIÊNCIAS (Jeferson Galdino Oliveira): Setor em que se elabora a pauta de audiências. O servidor, que é o conciliador designado da Vara, também realiza audiências de conciliação e acompanha a Magistrada nas audiências de conciliação, instrução e julgamento.
- d) SETOR DE EXECUÇÃO E CONTADORIA (Wilson Lopes Rocha; Marcondes Oliveira da Silva; Eduardo Pereira Costa): Setor responsável pelo recebimento de recursos, execução das sentenças, elaboração de Precatórios/RPV's e das planilhas de cálculo.
- e) ASSESSORIA (Rosicleide Luz Moura; Luciana Albuquerque de Sousa Santos; Janielle Ferreira Leandro; José Batista de Almeida Júnior; Monalisa Bezerra Holanda Timbó de Lima): Setor encarregado de auxiliar a Magistrada na elaboração de minutas de provimentos jurisdicionais.
- f) SEGURANÇA E TRANSPORTE (Francisco Demontier Araújo Granjeiro; Carlos Ricardo de Sousa Nascimento): Setor responsável pela segurança e transporte dos Magistrados.

Por se tratar de Juizado Especial Federal, a 30ª Vara trabalha com processos exclusivamente virtuais, adotando o Sistema Creta. O painel de processos da Vara foi organizado de forma a facilitar a compreensão e o andamento processual. Criou-se um painel enxuto, estabelecendo-se uma divisão de "pastas" para cada setor/fase processual.

As principais pastas do painel são as seguintes: Análise Inicial/Triagem; Prazo Contestação/Matéria de Direito; Audiência e suas subdivisões; Perícia e suas subdivisões; Diligências e suas subdivisões; Assessoria com divisões por matéria; Juiz e suas subdivisões; Recursos e suas subdivisões; Execução e suas subdivisões; Arquivo/Baixa Findo.

Com relação aos processos com prioridades, o próprio Sistema Creta tem funcionalidade que os seleciona. A redução do acervo da Vara constitui uma das metas da unidade jurisdicional. Portanto, a cada mês, verifica-se por meio de relatório estatístico gerado pelo Sistema Creta o acervo da serventia, avaliando-se se houve redução, manutenção ou aumento da quantidade de processos. Com base nos dados fornecidos pelo Sistema, é alimentada planilha para gerar gráficos com informações diversas, tais como acervo por ano, distribuição, arquivamento, entre outros, para comparação mês a mês, bem como com anos anteriores. Com isso, é possível chegar a um diagnóstico da vara e avaliar o planejamento em vigor e quais medidas podem ser adotadas para o aprimoramento do funcionamento da vara.

Os processos conclusos para julgamento são analisados de acordo com o prazo de conclusão, selecionando-se aqueles que estão há mais tempo conclusos para que seja realizada sua análise e proferido o julgamento. Os processos conclusos com prioridades, em razão de funcionalidade do Sistema Creta, ficam em destaque, recebendo a devida atenção preferencial.

Além disso, há na Vara a meta de não existirem processos conclusos na Assessoria há mais de 20 (vinte) - benefícios de incapacidade - ou 25 (vinte e cinco) dias - demais ações - ao final de cada mês de referência. Dessa forma, é feito um controle pelos Magistrados, pela Direção de Secretaria e pelos próprios servidores, para que processos sejam apreciados no menor espaço de tempo. Ao final de cada mês de referência, é feito levantamento do prazo de conclusão por meio de relatório fornecido pelo Sistema Creta, para aferir se a meta foi alcançada.

6.30.3.2. Gabinete da juíza federal

A divisão de trabalhos na Assessoria ocorre por dígitos de acordo com o assunto do processo

6.30.4. Participação da Juíza Federal em reuniões com a equipe da 30ª Vara Federal

Além das reuniões frequentes com sua equipe da Assessoria, a Juíza Federal Titular, sempre que possível, participa das reuniões mensais realizadas com todos os servidores da vara com a finalidade de acompanhamento dos dados da serventia e verificação de alcance das metas internas fixadas.

6.30.5. Planejamento das atividades da 30ª Vara Federal e avaliação periódica de resultados

Após uma elevação considerável do acervo da vara na comparação entre os anos de 2015 e 2016, a 30ª Vara conquistou uma redução de acervo em 2017, finalizando o ano com 1.881 processos. Essa circunstância foi decorrência do direcionamento de maior atenção aos Setores de Audiência e de Perícia, que, à época, acumulavam quase 60% dos processos da Vara.

Tais ações continuam fazendo parte do planejamento da serventia, em razão de se ter constatado, nos últimos dois anos, um aumento na distribuição de demandas que tratam de benefícios de incapacidade, justamente aquelas que deságuam no Setor de Perícias e de Audiências.

Além disso, mantém-se um controle rigoroso dos prazos para que processos não fiquem indevidamente sem movimentação.

São fixadas duas metas mensais. A primeira diz respeito à redução do acervo, em que se fixa um número percentual de processos a ser reduzido, adotando-se como parâmetro o acervo do mês anterior (Ex. reduzir em 3 a 5% o número de processos do mês anterior); e a segunda que estabelece como objetivo não existirem processos conclusos na Assessoria há mais de 20 (vinte) dias, para os benefícios de incapacidade, ou 25 (vinte e cinco) dias, para os demais assuntos, ao final do mês de referência.

É realizada uma avaliação mensal dos resultados da Vara para fins de constatação de cumprimento ou não das metas fixadas. Nessa oportunidade, são levantadas a quantidade de ações distribuídas, o número de processos remetidos às Turmas Recursais e arquivados, entre outros. Colacionados os dados, é realizada reunião com toda equipe para compartilhamento dos resultados.

Além disso, com base nas informações obtidas pelo Sistema Creta, através de seus relatórios, diariamente são aferidas, por amostragem, atividades dos servidores.

6.30.6. Atendimento aos membros do Ministério Público Federal, Defensoria Pública da União, procuradores federais, advogados e partes na secretaria e no gabinete do Juiz Federal da 30ª Vara Federal

As partes que buscam informações na Secretaria são atendidas prontamente no balcão. Esse atendimento inicial é realizado por servidor de acordo com escala interna. Caso haja necessidade, o Diretor de Secretaria é acionado.

Se a parte deseja falar com a Magistrada, primeiro o Diretor de Secretaria verifica se pode resolver a questão. Caso contrário, a Magistrada recebe a parte em seu Gabinete prontamente, salvo se estiver em audiência, ocasião em que é solicitado à parte para aguardar seu término.

6.30.7. Número de processos, relação servidor/processo, audiências de conciliação e de instrução e inspeções judiciais

Por ocasião do preenchimento do formulário de gestão, o número de processos em tramitação na Vara (total ajustado: excluídos os feitos arquivados, suspensos e baixados) alcançava o total de 1.909: Juiz Titular (949) e Juiz Substituto (960).

Relação do número de processos com o número de servidores em atividade na Vara: $119,31 (1.909/16=119,31)$.

Número de processos sobrestados/suspensos: 2 (dois). Motivo do sobrestamento/suspensão e quantos processos por cada motivo: 1) Processo nº 0514429-81.2017.4.05.8102 - suspenso enquanto aguarda o trânsito em julgado do processo nº 0800550-02.2015.4.05.8102, ajuizado perante a 16ª Vara Federal e que, quando do preenchimento do formulário de gestão, aguarda julgamento de Recurso de Apelação pelo Tribunal Regional Federal da 5ª Região; 2) Processo nº 0514412-45.2017.4.05.8102 - suspenso pelo prazo de 6 (seis) meses, a contar de 16 de janeiro de 2018, em razão de a parte autora ter se submetido a procedimento cirúrgico de cesariana.

Nos últimos 24 meses, não foram realizadas atividades específicas de conciliação. Para o mês de maio/18 estava designado mutirão de conciliação com processos ajuizados contra a Caixa Econômica Federal.

Há registro de audiências adiadas ou canceladas nos últimos 24 meses. Entre abril e dezembro de 2016, foram canceladas 370 (trezentas e setenta) audiências e adiadas 27 (vinte e sete). Já em 2017, foram canceladas 519 (quinhentas e dezenove) audiências e adiadas 24 (vinte e quatro). Por fim, entre janeiro e abril de 2018, foram canceladas 26 (vinte e seis) audiências e adiadas 6 (seis).

Os motivos mais frequentes são: a) em decorrência de se verificar que a parte é incapaz e não está devidamente representada, b) quando a testemunha da parte autora não apresenta documento de identificação, c) por motivo de doença da parte autora, desde que devidamente comprovada, e d) em razão da demonstração pelo advogado de que outra audiência fora previamente agendada para o mesmo dia e hora. Houve a remarcação das audiências adiadas ou canceladas.

Número de audiências realizadas nos últimos 24 meses, a contar da data de início da correição: Juiz Titular: 4.600 (quatro mil e seiscentas) audiências. Juiz Substituto: cargo vago.

Número de inspeções judiciais realizadas nos últimos 24 meses, a contar da data de início da correição: Juiz Titular: 2 (duas) inspeções judiciais, uma em 2017 e outra em 2018.

6.30.8. Cumprimento de metas e resoluções do CNJ

Meta 1 (Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente).

Em 2017, conforme dados obtidos no Sistema Creta (aba relatórios - metas CNJ), foi alcançada a meta 1.

Meta 2 (Identificar e julgar, até 31/12/2017, pelo menos 100% dos processos distribuídos até 31/12/2012, 85% dos processos distribuídos em 2013 nos 1º e 2º graus, e 100% dos processos distribuídos até 31/12/2014 nos Juizados Especiais e Turmas Recursais Federais).

Em 2017, conforme dados obtidos no Sistema Creta (aba relatórios - metas CNJ), foi alcançada a meta 2.

Meta 3 (Aumentar os casos solucionados por conciliação, fomentando o alcance do percentual mínimo de 2% na proporção dos processos conciliados em relação aos distribuídos).

Em 2017, conforme dados obtidos no Sistema Creta (aba relatórios - metas CNJ), foi alcançada a meta 3.

Meta 4 (Identificar e julgar até 31/12/2017 70% das ações de improbidade administrativa distribuídas até 31/12/2014).

Não se aplica.

Meta 5 (Baixar quantidade maior de processos de execução não fiscal do que o total de casos novos de execução não fiscal no ano corrente).

A unidade não apresentou informação acerca do cumprimento de tal meta.

Meta 6 (Identificar e julgar, até 31/12/2017, entre 70% e 85% das ações coletivas distribuídas até 31/12/2013, no 1º e 2º graus)

Não se aplica.

Metas Específicas para a Justiça Federal

Baixar quantidade maior de processos criminais do que os casos novos criminais no ano corrente; Julgar quantidade maior de processos criminais do que os casos novos criminais no ano corrente.

Não se aplica.

Identificar e julgar, até 31/12 do ano corrente, 70% das ações penais vinculadas aos crimes relacionados à improbidade administrativa, ao tráfico de pessoas, à exploração sexual e ao trabalho escravo, distribuídas até 31/12/2014).

Não se aplica.

Acerca do cumprimento do Provimento CNJ nº 29/2013

Não se aplica.

Acerca do cumprimento das exigências previstas na Resolução CNJ nº 66/2009, com a redação introduzida pela Resolução CNJ nº 87/2009, e sobre a necessidade de inserção, no sistema informatizado, do Relatório de Controle de Prisões

Não se aplica.

6.30.9. Processos selecionados para correição

Foram correicionados 100 processos do JEF (quando da correição havia 1.880 feitos em tramitação ajustada).

6.30.9.1 Principais constatações da análise individual de processos

6.30.9.1.1. Processos eletrônicos do Sistema Creta

Da análise individual dos processos, destacam-se as seguintes ocorrências:

Observação	Nr. Processo	Complemento
Ausência de cumprimento de despacho/decisão	0505509-55.2016.4.05.8102	De 31.01.2018 a 14.03.2018.
Total de Ocorrências: 1		
Demora/ausência na conclusão para despacho/decisão	0507084-40.2012.4.05.8102	Petição datada de 08/07/2014, reiterada em 13/12/2017, com decisão proferida em 10/01/2018.
	0508587-91.2015.4.05.8102	Relativamente ao despacho de 17/04/2018.
Total de Ocorrências: 2		
Demora/ausência na conclusão para sentença	0509041-37.2016.4.05.8102	Demora para a conclusão operada em 25/04/2018.
Total de Ocorrências: 1		
Demora na prolação de decisão/despacho	0502121-47.2016.4.05.8102	Ato ordinatório, de 30.11.2017 a 25.03.2018.
Total de Ocorrências: 1		
Demora no cumprimento de despacho	0511330-74.2015.4.05.8102	Relativamente ao despacho de 13/03/2018, já que os documentos correspondentes apenas foram expedidos em 03/05/2018.
Total de Ocorrências: 1		
Processo em Ordem	0508731-70.2012.4.05.8102	
	0512001-05.2012.4.05.8102	
	0509609-58.2013.4.05.8102	
	0500075-56.2014.4.05.8102	
	0511405-50.2014.4.05.8102	
	0512099-19.2014.4.05.8102	
	0504210-77.2015.4.05.8102	

0509360-39.2015.4.05.8102	
0502224-54.2016.4.05.8102	
0503581-69.2016.4.05.8102	
0504356-84.2016.4.05.8102	
0504668-60.2016.4.05.8102	
0504947-46.2016.4.05.8102	
0505322-47.2016.4.05.8102	
0505533-83.2016.4.05.8102	
0505782-34.2016.4.05.8102	
0510137-87.2016.4.05.8102	
0512741-21.2016.4.05.8102	
0513033-06.2016.4.05.8102	
0513080-77.2016.4.05.8102	
0500087-65.2017.4.05.8102	
0500380-35.2017.4.05.8102	
0500518-02.2017.4.05.8102	
0500563-06.2017.4.05.8102	
0500570-95.2017.4.05.8102	
0500757-06.2017.4.05.8102	
0500840-22.2017.4.05.8102	
0501076-	

	71.2017.4.05.8102	
	0503090- 28.2017.4.05.8102	
	0503319- 85.2017.4.05.8102	
	0503375- 21.2017.4.05.8102	
	0503388- 20.2017.4.05.8102	
	0503427- 17.2017.4.05.8102	
	0503560- 59.2017.4.05.8102	
	0503845- 52.2017.4.05.8102	
	0503951- 14.2017.4.05.8102	
	0504165- 05.2017.4.05.8102	
	0504225- 75.2017.4.05.8102	
	0504960- 11.2017.4.05.8102	
	0504979- 17.2017.4.05.8102	
	0505058- 93.2017.4.05.8102	
	0505451- 18.2017.4.05.8102	
	0505465- 02.2017.4.05.8102	
	0505478- 98.2017.4.05.8102	
	0505741- 33.2017.4.05.8102	
	0505808- 95.2017.4.05.8102	
	0505968- 23.2017.4.05.8102	
	0505998- 58.2017.4.05.8102	

0506506-04.2017.4.05.8102	
0506741-68.2017.4.05.8102	
0506742-53.2017.4.05.8102	
0507017-02.2017.4.05.8102	
0507041-30.2017.4.05.8102	
0507261-28.2017.4.05.8102	
0507320-16.2017.4.05.8102	
0507718-60.2017.4.05.8102	
0507836-36.2017.4.05.8102	
0507914-30.2017.4.05.8102	
0507917-82.2017.4.05.8102	
0507960-19.2017.4.05.8102	
0507964-56.2017.4.05.8102	
0507981-92.2017.4.05.8102	
0508159-41.2017.4.05.8102	
0508188-91.2017.4.05.8102	
0508273-77.2017.4.05.8102	
0508403-67.2017.4.05.8102	
0508455-63.2017.4.05.8102	
0508538-79.2017.4.05.8102	
0509272-	

	30.2017.4.05.8102	
	0509600- 57.2017.4.05.8102	
	0510495- 18.2017.4.05.8102	
	0510574- 94.2017.4.05.8102	
	0510838- 14.2017.4.05.8102	
	0511134- 36.2017.4.05.8102	
	0511249- 57.2017.4.05.8102	
	0511390- 76.2017.4.05.8102	
	0511660- 03.2017.4.05.8102	
	0511715- 51.2017.4.05.8102	
	0511737- 12.2017.4.05.8102	
	0511762- 25.2017.4.05.8102	
	0511875- 76.2017.4.05.8102	
	0511909- 51.2017.4.05.8102	
	0512285- 37.2017.4.05.8102	
	0512354- 69.2017.4.05.8102	
	0512488- 96.2017.4.05.8102	
	0512497- 58.2017.4.05.8102	
	0512617- 04.2017.4.05.8102	
	0512657- 83.2017.4.05.8102	
	0512847- 46.2017.4.05.8102	

0512878-66.2017.4.05.8102	
0513039-76.2017.4.05.8102	
0513085-65.2017.4.05.8102	
0515153-85.2017.4.05.8102	
0500088-16.2018.4.05.8102	
Total de Ocorrências: 94	

6.30.10. Correição anterior e autoinspeção

Não houve determinação específica para a Vara na última Correição. Foram indicados alguns pontos que mereciam maior atenção por parte da unidade, o que se informou à equipe, no intuito de que houvesse uma maior atenção na condução e movimentação das demandas.

Após a inspeção judicial realizada na Vara entre os dias 26 de fevereiro e 2 de março de 2017, não foi estabelecida nenhuma meta específica, mantendo-se aquelas já fixadas para a Vara, relativas à diminuição de acervo e de inexistência de processos com mais de 20 (vinte) ou 25 (vinte e cinco) dias de conclusão na Assessoria no fim do mês de referência, de acordo com o assunto da ação.

6.30.11. Considerações finais

A 30ª Vara Federal conta com estrutura física e equipamentos adequados a seu funcionamento.

A partir da análise processual, observou-se que os processos tramitam de forma bastante regular, não tendo sido detectada qualquer ocorrência de natureza grave que inviabilize a prestação jurisdicional.

Em atenção ao contido na Meta 5 do CNJ (Baixar quantidade maior de processos de execução não fiscal do que o total de casos novos de execução não fiscal no ano corrente), registre-se que avulta de importância que seja observado pelas Varas de Juizado ou com JEF Adjunto que haja identificação no CRETA de quando o processo inicia a fase de execução, a fim de que não ocorram problemas na estatística alusiva à referida Meta.

Por fim, pelos demais dados apontados neste relatório durante a correção, pode-se afirmar que a 30ª Vara Federal funciona de modo eficiente.

6.31. 31ª VARA FEDERAL - SOBRAL/CE

6.31.1. Competência, localização, estrutura física e horário de expediente

A 31ª Vara Federal do Ceará detém competência para a conciliação, o julgamento e a execução de causas cíveis até o valor de 60 salários mínimos, nos termos da Lei nº 10.259/2001.

A 31ª Vara Federal do Ceará funciona na Avenida Dr. Guarany, 608, Derby Clube Sobral - CE.

A Vara apresentou instalações adequadas para todos: juízes federais, servidores, estagiários, terceirizados, membros do Ministério Público Federal, procuradores federais, defensores públicos federais, advogados e jurisdicionados.

O horário de expediente da unidade é das 9h às 18h.

6.31.2. Corpo funcional - juíza federal e servidores

A 31ª Vara Federal conta com o seguinte quadro de pessoal: a) 01 magistrada, Iaci Rolim de Sousa (juíza federal titular); b) 17 servidores efetivos, sendo 04 analistas judiciários - área judiciária, 01 analista judiciário - área administrativa, 08 técnicos judiciários - área administrativa e 02 técnicos judiciários - área de segurança e transporte e 02 analistas judiciários - oficial de justiça avaliador. Não há servidores requisitados.

Fora os 17 servidores acima citados, há 1 servidor cedido à 14ª Vara Federal/PE (PA nº 0000979-91.2017.4.05.7500), bem como 01 servidor sem vínculo com o serviço público que ocupa o cargo de Diretor de Secretaria.

Consoante consta do formulário de gestão, os 02 oficiais de justiça desempenham a função na Central de Mandados da Subseção.

6.31.2.1. Juíza federal titular

A Juíza Federal Titular, Iaci Rolim de Sousa, exerce a magistratura desde 05/09/2012, atuando na 31ª Vara Federal desde 10/12/2014.

Atuou como Coordenadora da Central de Mandados, conforme Portaria nº 02, de 23 de novembro de 2016 – Diretoria do Foro – Sobral, desde 24 de novembro de 2016, data da publicação da portaria.

Nos últimos 24 meses, a magistrada esteve afastada em razão de:

Férias:

22/06 a 14/07/2016 (Ato nº 330/CR, de 13 de junho de 2016);

16/09 a 15/10/2016 (Ato nº 603/CR, de 08 de setembro de 2016);

03 a 17/04/2017 (Ato nº 25/CR, de 20 de janeiro de 2017).

Licença para tratamento de saúde:

01 a 30/06/2017 (Ato nº 330/CR, de 23 de maio de 2017);

01/07 a 28/08/2017 (Ato nº 510/CR, de 12 de julho de 2017).

Outros: 12 a 15/11/2016 (Ato nº 686/CR, de 03 de novembro de 2016): participação no XXXIII Encontro Nacional dos Juízes Federais do Brasil, promovido pela AJUFE, em Recife-PE; 02 a 05/11/2017 (Ato nº 763/CR, de 24 de outubro de 2017): participação no 34º Encontro Nacional dos Juízes Federais do Brasil.

Período total de afastamento: 165 dias de afastamento.

Períodos de substituição, em férias, de outro magistrado, nos últimos 24 (vinte e quatro) meses:

- 18/07 a 31/07/2016 (Ato nº 439/CR, de 11 de julho de 2016, e Ato nº 496/CR, de 22 de julho de 2016) – substituição em razão de férias do Dr. Sérgio de Norões Milfont Junior;

- 17/10 a 11/11/2016 (Ato nº 469/CR, de 13 de julho de 2016, e Ato nº 685/CR, de 03 de novembro de 2016) – substituição em razão de férias do Dr. Thiago Mesquita Teles de Carvalho;

- 18/04 a 04/05/2017 (Ato nº 225/CR, de 10 de abril de 2017 e Ato nº 232/CR, de 19 de abril de 2017) - substituição em razão de férias do Dr. Sérgio de Norões Milfont Junior;

- 23/04 a 08/05/2017 (Ato nº 242/CR, de 20 de abril de 2017 e Ato nº 295/CR, de 04 de maio de 2017) - substituição em razão de férias do Dr. Thiago Mesquita Teles de Carvalho;

- 16 a 22/10/2017 (Ato nº 706, de 25 de setembro de 2017 e Ato nº 757/CR, de 18 de outubro de 2017) - substituição em razão de férias do Dr. Thiago Mesquita Teles de Carvalho;

A Juíza Federal Titular reside na região metropolitana onde se situa a sede da Subseção Judiciária de Sobral/CE.

Não há juiz federal substituto na vara.

6.31.2.2. Servidores

Em relação às funções de confiança (FCs), aos cargos em comissão (CJs) e à formação acadêmica dos servidores ocupantes de cargos efetivos na 31ª Vara Federal, pode ser observado o seguinte quadro:

Nome	Cargo efetivo	Ocupa FC ou CJ? Qual?	Grau de Instrução*	Área de formação
Bárbara Eligia de Alencar e Silva	ANALISTA JUDICIÁRIO - AREA ADM	SUP. ASSIST. DE CONTROLE DE PERICIAS (FC4)	NÍVEL SUPERIOR	ADMINISTRAÇÃO
Caliandra Vieira Braga	ANALISTA JUDICIÁRIO - AREA JUD	OFICIAL DE GABINETE - SUBSTITUTO (FC5)	NÍVEL SUPERIOR	DIREITO
Daniel Leite Pereira	TÉCNICO JUDICIÁRIO - AREA ADM		NÍVEL SUPERIOR	TECNÓLOGO EM RH

Diego Damasceno Ponte	TÉCNICO JUDICIÁRIO - AREA ADM	SUP. ASSIST. CONTROLE DE AUDIÊNCIAS (FC4)	NÍVEL SUPERIOR	DIREITO
Fábio Correia Forte	TÉCNICO JUDICIÁRIO - AREA ADM	SUP. CUMPRIMENTO E EXPEDIÇÃO (FC5)	NÍVEL SUPERIOR	CIÊNCIAS CONTÁBEIS/DIREITO
João Oscar de Andrade Queiroz	TÉCNICO JUDICIÁRIO - AREA ADM	SUP. ASSIST. EXPEDIÇÃO DE RPV (FC4)	NÍVEL SUPERIOR INCOMPLETO	CIÊNCIAS CONTÁBEIS
José Dácio Leite Neto	ANALISTA JUDICIÁRIO - AREA JUD		NÍVEL SUPERIOR	DIREITO
Juliana da Silva Carvalho	ANALISTA JUDICIÁRIO - AREA JUD	SUP. ASSIST. GABINETE - SUBSTITUTO (FC4)	NÍVEL SUPERIOR	DIREITO
José Valter Mendes Júnior	TÉCNICO JUDICIÁRIO - AREA ADM	AUXILIAR DO DIRETOR DE SECRETARIA (FC2)	NÍVEL SUPERIOR	PSICOLOGIA
Leidejane Araújo Gomes	TÉCNICO JUDICIÁRIO - AREA ADM	SUP. ASSIST. ANALISE E TRIAGEM (Fc4)	NÍVEL SUPERIOR	HISTÓRIA

Marcos Augusto de Freitas Ramos	TÉCNICO JUDICIÁRIO - AREA ADM	SUP. SEÇÃO DE ANÁLISE E ANDAMENTO (FC5)	NÍVEL SUPERIOR	PSICOLOGIA
Natanael Barros Fimiano	TÉCNICO JUDICIÁRIO - AREA SEG		NÍVEL SUPERIOR INCOMPLETO	ADMINISTRAÇÃO
Thiago Augusto Moura R. Santana	TÉCNICO JUDICIÁRIO - AREA ADM	OFICIAL DE GABINETE - TITULAR (FC5)	NÍVEL SUPERIOR	DIREITO
Tiago Magalhães Mapurunga Bezerra	ANALISTA JUDICIÁRIO - AREA JUD	SUP. ASSIST. GABINETE - TITULAR (FC4)	NÍVEL SUPERIOR	DIREITO
Valdério Moreira da Silva	TÉCNICO JUDICIÁRIO - AREA SEG		NÍVEL SUPERIOR	HISTÓRIA
Milça Marnieelly Barroso Costa Lima	ANALISTA JUDICIÁRIO - AREA JUD (Especialidade Oficial de Justiça Avaliador Federal)		NÍVEL SUPERIOR	DIREITO
Thiago de	ANALISTA JUDICIÁRIO -		NÍVEL	DIREITO

Sousa Muniz	AREA JUD (Especialidade Oficial de Justiça Avaliador Federal)		SUPERIOR	
-------------	--	--	----------	--

Como se pode depreender, no tocante à formação acadêmica dos servidores efetivos 31ª Vara Federal, verifica-se que há uma preocupação com a qualificação.

Há uma servidora sem vínculo com o serviço público - Diretora de Secretaria - CJ3 - com Superior Completo em Direito.

6.31.2.3. Estagiários

Há 03 vagas de estagiário nível superior e 01 de nível médio previstas para a unidade, estando 02 delas ocupadas (nível superior), cuja atuação ocorre da seguinte forma:

Livya Maria Vaz Cordeiro - atua apenas na Secretaria da Vara, secretariando audiências e elaborando relatórios de audiências.

Géssica Moura Fonteles - atua na Secretaria da Vara, secretariando audiências e elaborando relatórios de audiências e no Gabinete, elaborando minutas de sentenças.

6.31.3. Organização da 31ª Vara Federal

Dentre os servidores da 31ª Vara Federal do Ceará, 12 exercem suas atribuições na secretaria e 04 no gabinete.

Número de servidores na Secretaria da Vara: 12 (doze) servidores, incluída a Diretora de Secretaria e os dois agentes de segurança. Os agentes de segurança, no entanto, ficam metade do mês à disposição da Secretaria da Vara e a outra metade à disposição das atividades específicas do cargo, Segurança e Transporte, da Subseção de Sobral.

6.31.3.1. Secretaria

A Secretaria da Vara é dividida em quatro setores. Três atuam na fase de conhecimento do processo (Setor de Análise Inicial e Diligências, Setor de Perícias e Setor de Audiências) e o quarto setor atua na fase de execução e cumprimento de sentenças (Setor de Execução e Contadoria).

Setor de Análise Inicial e Diligências: responsável pela análise inicial dos processos, com a intimação da parte autora para emendar a inicial, se for o caso, citação do réu e demais providências iniciais do processo, como a análise da resposta do réu, inclusive com a elaboração de atos ordinatórios e minutas de despacho e decisão, remetendo o processo, a depender do caso, para o Setor de Perícia, Setor de Audiência e Gabinete (Assessoria). É responsável ainda pela confecção dos expedientes e pela elaboração de minutas de sentenças terminativas e de algumas minutas repetitivas, tais como ação de desaposentação, de acréscimo do percentual de 25% sobre os benefícios de aposentadoria por idade e por tempo de contribuição, dentre outras. Servidores: Marcos Augusto de Freitas Ramos, Leidejane Araújo Gomes, José Valter Mendes Júnior e Daniel Leite Pereira.

Setor de Perícias: responsável pela marcação de perícias médicas e sociais, bem como pela análise dos respectivos laudos e elaboração de atos ordinatórios e minutas de despacho e decisão, remetendo, posteriormente, o processo, a depender da situação, para o Setor de Audiência ou para o Gabinete (Assessoria). É responsável ainda pela elaboração de minutas de sentenças terminativas, sentenças em processos de concessão de benefício assistencial, a depender do caso, e todas as minutas de sentença em processos que versam sobre auxílio-doença e aposentadoria por invalidez de segurados não identificados como segurados especiais. Servidores: Bárbara Elígia de Alencar e Silva e José Dácio Leite Neto.

Setor de Audiências: responsável pela marcação das audiências de conciliação, instrução e julgamento com as devidas intimações e elaboração de atos ordinatórios e despachos. Nesse setor, são elaboradas também minutas de determinados processos conclusos para julgamento após a realização de audiência. Servidor: Diego Damasceno Ponte.

Setor de Execução/Contadoria: responsável pela elaboração dos cálculos de liquidação, atos ordinatórios e minutas de despachos e decisões relacionadas ao cumprimento da sentença. Além disso, há a confecção das RPVs e dos Precatórios. O setor é ainda responsável pela elaboração de minutas de sentença em processos

repetitivos, tais como aqueles que versam sobre restituição de PSS, dentre outros. Servidores: Fábio Correia Forte e João Oscar de Andrade Queiroz.

Há de se ressaltar, ainda, que um dos servidores do Setor de Análise Inicial, assim como as estagiárias, auxiliam a magistrada nas audiências, anexando os termos, os áudios e elaborando as minutas de despachos, decisões e sentenças quando proferidas em audiência.

Os processos são movimentados na Secretaria da Vara de acordo com a ordem de antiguidade do processo em cada setor. No entanto, observada a existência de urgência do tratamento da causa, é dada a devida prioridade ao processo.

Assim, o Setor de Análise Inicial, ao identificar a existência de pedido de tutela de urgência que tenha necessidade de apreciação imediata e que fuja da rotina da Vara, faz imediata remessa dos autos conclusos para o Gabinete (Assessoria), onde há uma pasta específica para as urgências - Assessoria (Urgente).

Apreciada a urgência e havendo necessidade de expedição de expedientes e intimações urgentes, o processo é também encaminhado para uma pasta específica - Diligências (Urgente).

Igualmente, procura-se fazer o acompanhamento de todos os documentos apresentados pelos procuradores, através da ferramenta DOCPROCURADORES do sistema Creta, a fim de se verificar a apresentação de petição com pedidos de urgência, bem como conferir andamento mais célere aos processos, pois, cumpridas as diligências, faz-se logo a movimentação do processo sem necessidade de se aguardar o decurso do prazo.

Há, também, pasta específica no Setor de Audiência (Audiência/Marcar Audiência/Instrução (Prioridade), para onde são remetidos os processos em que há necessidade de realização de audiência de instrução com prioridade, dentre os quais se encontram, além dos que têm urgência na tramitação, aqueles cujas audiências foram canceladas com determinação de redesignação, assim como os que foram convertidos em diligência para realização de audiência, a fim de se minimizarem os efeitos da remarcação do ato e da conversão em diligência.

O exame e julgamento dos processos conclusos são realizados, em regra, de acordo com a ordem de conclusão dos processos, verificada através de relatório específico extraído do sistema Creta, bem como de campo específico através do qual é

possível se verificar, por pasta, os processos que se encontram sem movimentação e há quantos dias se encontram nessa situação.

Os processos são distribuídos no setor em pastas discriminadas por assunto, havendo pasta específica para os processos relacionados especificamente ao direito à saúde, bem como uma pasta específica para urgências. Observada a existência de urgência do tratamento da causa, é dada a devida prioridade ao processo, com acompanhamento individual.

A principal ferramenta para acompanhamento e controle da situação do acervo são os relatórios extraídos do sistema Creta, bem como algumas planilhas que servem de suporte para as atividades de cada setor.

O BOLETIM ESTATÍSTICO 1, extraído do Creta, fornece mês a mês o número de entradas de processos, considerando os processos distribuídos, recebidos por redistribuição, recebidos da Turma Recursal e reativados e número de saídas de processos, considerando os processos redistribuídos, remetidos à Turma Recursal e arquivados.

O BOLETIM ESTATÍSTICO 3, extraído do Creta, fornece mês a mês a quantidade de sentenças proferidas.

O MAPA DE ACOMPANHAMENTO DE AUDIÊNCIAS, também extraído do sistema Creta, fornece o número de audiências realizadas e número de acordos firmados mês a mês.

Além dos relatórios acima mencionados, alguns dados são obtidos através de planilhas controladas por alguns setores.

A Assessoria, por exemplo, controla, diariamente, o número de processos que entram e que saem de suas pastas. A partir desse controle, é possível observar os meses em que há aumento ou diminuição do acervo da Assessoria, dado que subsidia a orientação para as metas do mês seguinte.

O Setor de Perícias mantém uma planilha através da qual é possível identificar todos os processos em que houve designação de perícia, a data da perícia e a entrega ou não do laudo pelo perito designado. Com base nesses dados, é possível, por exemplo, identificar a necessidade, ainda que temporária, de realocação de algum servidor.

A partir do confronto das informações obtidas através dos relatórios e planilhas acima mencionados, é possível identificar a evolução do acervo da Vara e planejar eventual redistribuição de atividades ou mudanças de estratégias e estabelecer metas.

6.31.3.2. Gabinete da juíza federal

O Gabinete da Juíza Federal Titular tem 4 (quatro) Assessores. Os assessores tratam de assuntos diversos e dividem as atividades pelo número dos processos (identificação pelo dígito), devendo observar, além do critério legal, o critério de antiguidade (de acordo com a chegada do processo na pasta da Assessoria/conclusão). São responsáveis ainda pela elaboração de despachos e decisões de maior complexidade. Servidores: Caliandra Vieira Braga, Juliana da Silva Carvalho, Thiago Augusto Moura R. Santana e Tiago Magalhães Mapurunga Bezerra.

6.31.4. Participação da juíza federal em reuniões com a equipe da 31ª Vara Federal

A magistrada diariamente está à disposição dos servidores para esclarecimentos de dúvidas e questionamentos.

Além disso, de forma frequente, realiza reuniões ora com todos os membros da Vara, ora com os membros dos diversos setores, ora apenas com o supervisor do setor, com a finalidade de passar orientações e, também, ouvir sugestões.

Costuma, outrossim, realizar reuniões individuais com os servidores, a fim de estreitar a comunicação, passar orientações específicas e dar retorno a respeito do trabalho desenvolvido.

Ademais, antes mesmo de assumir a Coordenação da Central de Mandados, realizava reuniões com todos os Oficiais de Justiça da Central de Mandados, com o propósito de tomar conhecimento das dificuldades encontradas quando do cumprimento das diligências e passar orientações a respeito do cumprimento dos mandados.

6.31.5. Planejamento das atividades da 31ª Vara Federal e avaliação periódica de resultados

Mensalmente, através dos relatórios pertinentes, ou sempre que observada qualquer alteração no volume de demandas, é feita a realocação de servidores com a respectiva redistribuição de tarefas, de forma a reequilibrar as atividades, mantendo a regular movimentação dos processos e evitando a paralisação por tempo desarrazoado.

Ademais, as metas estabelecidas mensalmente são planejadas a partir da análise detalhada do painel do Creta, oportunidade em que são estabelecidas as atividades prioritárias dentro do respectivo contexto.

Importante ressaltar ainda que a instituição do teletrabalho para alguns servidores, obedecidos os termos da Resolução-TRF5 nº 16/2016, gerou importante aumento da produtividade.

Sempre na primeira semana de cada mês, é realizada reunião com todos os setores da vara, oportunidade em que são verificadas as metas do mês anterior e estabelecidas metas para o mês seguinte.

Para cada um dos setores são estabelecidas metas específicas:

Análise inicial: os servidores devem analisar e movimentar um número mínimo de 17 (dezessete) processos/dias. Ademais, ao final do mês, não deve haver processos pendentes de análise com mais de 5(cinco) dias.

Perícia: toda sexta-feira são designadas todas as perícias pendentes de marcação. Eventualmente, algumas perícias não são marcadas por ausência de pauta de médicos, mas são sempre marcadas dentro da máxima brevidade possível. Além disso, ao final do mês, não deve haver processos com laudos pendentes de análise há mais de 5 (cinco) dias.

Audiências: as audiências devem ser regularmente marcadas. O servidor responsável pelo setor de audiências, além de atuar nesse setor, auxilia a Assessoria em minutas de sentenças, despachos e decisões em alguns processos específicos (aposentadoria por idade de segurado especial e salário-maternidade). Nos dias em que executa trabalho da Assessoria, o servidor deve minutar uma média de 3,75 processos/dia.

Execução: ao final do mês, não deve haver processos sem movimentação nas pastas Execução/Contadoria há mais de 5(cinco) dias.

Assessoria: mensalmente são estabelecidas metas a depender do panorama existente no setor, respeitando-se, em regra, o julgamento dos processos mais antigos, mas focando, também, na produtividade a fim de se evitar o acúmulo do acervo da Vara.

Sempre na primeira semana do mês, é realizada uma reunião com a participação de todos os servidores, ocasião em que são apresentados os números da Vara, conforme abaixo discriminado:

- número de entradas no mês anterior, considerando os processos distribuídos, recebidos por redistribuição, recebidos da Turma Recursal e reativados;
 - comparativo de entrada dos últimos 6 meses;
 - número de saídas do mês anterior, considerando os processos redistribuídos, remetidos à Turma Recursal e arquivados;
 - comparativo de saída dos últimos 6 meses;
 - comparativo do número de processos em andamento nos últimos 6 meses;
 - número de sentenças prolatadas no mês anterior;
 - número de acordos realizados no mês anterior.

Além da troca de experiência entre os setores e apresentação de sugestões pelos servidores, é a oportunidade em que são identificadas as necessidades de aprimoramento e discutidas as metas estabelecidas para o mês seguinte.

6.31.6. Atendimento aos membros do Ministério Público Federal, Defensoria Pública da União, procuradores federais, advogados e partes na secretaria e no gabinete da juíza federal da 31ª Vara Federal

Durante todo o horário de expediente, os servidores estão à disposição para atendimentos aos membros do Ministério Público, Defensoria Pública, advogados e partes na Secretaria da Vara, sem distinção. Alguns atendimentos são realizados também via e-mail ou por telefone.

Na Subseção Judiciária de Sobral, há um setor unificado de atendimento dos Juizados Especiais.

Semanalmente, um dos Juizados fica responsável pelo atendimento ao público em geral, repassando para as varas os atendimentos específicos ou quando solicitado.

A Magistrada está à disposição para atendimentos aos membros do Ministério Público, Defensoria Pública, advogados e partes sempre que solicitado, sem a necessidade de prévio agendamento.

6.31.7. Número de processos, relação servidor/processo, audiências de conciliação e de instrução e inspeções judiciais

Por ocasião do preenchimento do formulário de gestão, o número de processos em tramitação na Vara (total ajustado: excluídos os feitos arquivados, suspensos e baixados) alcançava o total de 3.622: Juiz Titular (1818); Juiz Substituto (1804).

Relação do número de processos com o número de servidores em atividade na Vara: $226,37 (3.622/16=226,37)$.

Audiências realizadas nos últimos 24 meses, a contar da data de início da correição pelo Juiz Titular: 3.840.

Três inspeções foram realizadas na 31ª Vara- SJCE, a contar da data de início da correição.

Nos últimos 24 meses, fomentou-se a conciliação por ocasião das audiências de conciliação e de conciliação e instrução designadas, bem como através da denominada conciliação virtual.

Foram canceladas 686 audiências nos últimos 24 meses a contar da correição. São pontuais os casos em que há o cancelamento de audiência em razão da desnecessidade do ato por já se encontrar o feito pronto para julgamento.

Em regra, os cancelamentos das audiências ocorrem em razão de requerimentos de adiamentos formulados pela parte autora, os quais são acolhidos quando devidamente justificados, e, também, devido à necessidade de reorganização dos serviços e aos afastamentos da Magistrada, devidamente autorizados.

Quanto ao ponto, imperioso ainda registrar que, entre os meses de janeiro e fevereiro de 2018, em decorrência da reforma do prédio da Justiça Federal da Subseção de Sobral e da posterior mudança física das instalações da 31ª Vara, não foi possível realizar grande parte das audiências designadas para esse período, as quais foram redesignadas.

As audiências foram redesignadas para a data disponível mais próxima, com exceção de poucas que, tendo em vista o feito encontrar-se pronto para julgamento, não havia necessidade de realização de audiência de instrução.

6.31.8. Cumprimento de metas e resoluções do CNJ

Meta 1 (Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente)

Meta não cumprida.

Processos Julgados: 2.346 processos;

Processos Distribuídos: 2.389 (A);

Processos recebidos por redistribuição (B): 396.

Total: 2.785 (A+B).

Meta 2 (Identificar e julgar, até 31/12/2017, pelo menos 100% dos processos distribuídos até 31/12/2012, 85% dos processos distribuídos em 2013 nos 1º e 2º graus, e 100% dos processos distribuídos até 31/12/2014 nos Juizados Especiais e Turmas Recursais Federais).

Meta cumprida.

Distribuídos até 31/12/2012 – nenhum processo pendente;

Distribuídos em 2013 – nenhum processo pendente;

Distribuídos até 31/12/2014 – nenhum processo pendente.

Meta 3 (Aumentar os casos solucionados por conciliação, fomentando o alcance do percentual mínimo de 2% na proporção dos processos conciliados em relação aos distribuídos).

Meta cumprida.

2017 – Distribuídos: 6608 processos;

Solucionados por conciliação: 823, sendo 559 acordos realizados em audiência e 264 acordos realizados em conciliação virtual (12,4% processos conciliados).

Meta 4 (Identificar e julgar, até 31/12/2017, 70% das ações de improbidade administrativa distribuídas até 31/12/2014).

Não se aplica.

Meta 5 (Baixar quantidade maior de processos de execução não fiscal do que o total de casos novos de execução não fiscal no ano corrente)

A Vara não apresentou informação acerca do cumprimento de tal meta.

Meta 6 (Identificar e julgar, até 31/12/2017, entre 70% e 85% das ações coletivas distribuídas até 31/12/2013, no 1º e 2º graus)

Não se aplica.

Metas Específicas para a Justiça Federal

Baixar quantidade maior de processos criminais do que os casos novos criminais no ano corrente; Julgar quantidade maior de processos criminais do que os casos novos criminais no ano corrente.

Não se aplica.

Identificar e julgar, até 31/12/2017, 70% das ações penais vinculadas aos crimes relacionados à improbidade administrativa, ao tráfico de pessoas, à exploração sexual e ao trabalho escravo, distribuídas até 31/12/2014)

Não se aplica.

Acerca do cumprimento do Provimento CNJ nº 29/2013

Não se aplica.

Acerca do cumprimento das exigências previstas na Resolução CNJ nº 66/2009, com a redação introduzida pela Resolução CNJ nº 87/2009, e sobre a necessidade de inserção, no sistema informatizado, do Relatório de Controle de Prisões.

Não se aplica

6.31.9. Processos selecionados para correição

Foram correicionados 150 processos do JEF (quando da correição havia 3.479 feitos em tramitação ajustada).

6.31.9.1 Principais constatações da análise individual de processos

6.31.9.1.1. Processos eletrônicos do Sistema Creta

Da análise individual dos processos, destacam-se as seguintes ocorrências:

Observação	Nr. Processo	Complemento
Demora/ausência na conclusão para despacho/decisão	0511318-23.2016.4.05.8103	Entre 25/04/2017 e 19/06/2017.
Total de Ocorrências: 1		
Demora/ausência na conclusão para sentença	0500586-80.2016.4.05.8103	De 07.02.2018 a 04.04.2018.
	0510365-59.2016.4.05.8103	De 28/09/2017 a 16/04/2018.
	0501105-21.2017.4.05.8103	Entre 27/10/2017 e 24/01/2018.
Total de Ocorrências: 3		
Demora na prolação da sentença	0500099-18.2013.4.05.8103	Desde 31.01.2018.
	0511033-64.2015.4.05.8103	Demora excessiva: desde 06/10/2017.
	0504283-12.2016.4.05.8103	Concluso em 05/10/2017, sentenciado em 10/03/2018.
	0505182-10.2016.4.05.8103	Processo concluso para sentença desde setembro/2017.
	0507112-63.2016.4.05.8103	De 28/11/17 a 16/04/18 - anexo 72.
	0508187-40.2016.4.05.8103	Demora excessiva: desde 05.06.2017.
	0508690-61.2016.4.05.8103	Conclusão em 17/07/17, sentença em 17/11/17.
	0509272-61.2016.4.05.8103	Conclusos em 27/06/17, sentença em 11/11/17.
0509904-		

87.2016.4.05.8103	
0510294-57.2016.4.05.8103	De 10/07/17 a 11/11/17 - anexos 27 e 28.
0510337-91.2016.4.05.8103	Demora excessiva: de 08.05.2017 a 28.04.2018.
0510424-47.2016.4.05.8103	Concluso para sentença desde 30/01/2018.
0510745-82.2016.4.05.8103	Feito concluso para sentença em fevereiro/2018.
0511019-46.2016.4.05.8103	Desde 30.01.2018.
0511038-52.2016.4.05.8103	Conclusos p/sentença em 22/09/17, ainda sem prolação.
0511059-28.2016.4.05.8103	Concluso em 08/01/2018, proferida sentença em 30/04/2018.
0511318-23.2016.4.05.8103	Demora excessiva: desde 18.10.2017.
0511327-82.2016.4.05.8103	Desde 30.01.2018.
0511608-38.2016.4.05.8103	De 27/10/17 a 18/04/18.
0511649-05.2016.4.05.8103	Demora excessiva: desde 11.07.2017.
0511654-27.2016.4.05.8103	Demora excessiva: desde 11.07.2017.
0511656-94.2016.4.05.8103	Demora excessiva: desde 25.10.2017.
0511660-34.2016.4.05.8103	Demora excessiva: desde 11.07.2017.
0511661-19.2016.4.05.8103	Demora excessiva: desde 12.07.2017.
0511674-18.2016.4.05.8103	Conclusão em 14/06/17, sentença em 16/10/17.
0511675-03.2016.4.05.8103	Desde 23.02.2018.
0511710-60.2016.4.05.8103	Desde 25.01.2018.
0500045-13.2017.4.05.8103	De 29/05/17 a 24/01/18 - anexo 20.
0500518-96.2017.4.05.8103	Conclusão em 21/09/2017 e sentença prolatada em 01/05/2018.

0500662-70.2017.4.05.8103	Concluso desde 18/10/2017.
0500715-51.2017.4.05.8103	De 16/05/17 s 17/11/17 - anexo 39.
0500812-51.2017.4.05.8103	De 19/06/2017 a 28/04/2018.
0500891-30.2017.4.05.8103	Processo concluso para sentença em outubro/2017.
0500898-22.2017.4.05.8103	Demora excessiva: desde 28.09.2017.
0501014-28.2017.4.05.8103	De 16.11.2017 a 14.04.2018.
0501078-38.2017.4.05.8103	Demora para a prolação de sentença, já que, desde 29/01/2018, aguardava-se a prática de tal ato.
0501105-21.2017.4.05.8103	Concluso desde 24/01/2018.
0501112-13.2017.4.05.8103	Concluso para sentença desde 27/09/2017.
0501120-87.2017.4.05.8103	Demora excessiva: desde 18.10.2017.
0501182-30.2017.4.05.8103	Conclusos desde 25/01/18, ainda não prolatada sentença.
0501187-52.2017.4.05.8103	Demora excessiva: de 23.08.2017 a 02.05.2018.
0501333-93.2017.4.05.8103	Conclusão em 26/09/2017.
0501472-45.2017.4.05.8103	Concluso desde 16/10/2017.
0501593-73.2017.4.05.8103	Concluso em 31/05/17, sentença em 15/11/17.
0501661-23.2017.4.05.8103	Conclusos desde 01/06/17, ainda não sentenciado.
0501860-45.2017.4.05.8103	Demora para a prolação da sentença de 28/04/2018, já que, desde 27/06/2017, o feito se encontrava concluso.
0501968-74.2017.4.05.8103	Autos conclusos desde 18/10/2017.
0502055-30.2017.4.05.8103	Processo concluso para sentença desde setembro/2017.
0502060-	Sentença datada de 07/05/2018 e autos

	52.2017.4.05.8103	conclusos em 26/01/2018.
	0502081-28.2017.4.05.8103	De 14/07/17 a 30/04/18 - anexo 11.
	0502182-65.2017.4.05.8103	De 22.11.2017 a 18.03.2018.
Total de Ocorrências: 51		
Demora na prolação de decisão/despacho	0503113-05.2016.4.05.8103	De 22/08/2017 a 27/11/2017 e de 23/01/2018 a 01/05/2018.
	0505765-92.2016.4.05.8103	Conclusão-despacho: 23/09/16-19/01/17; 03/02/17-03/05/17 e 24/06/17-23/01/18.
	0509904-87.2016.4.05.8103	Conclusão em 12/06/2017 e decisão proferida em 30/08/2017.
	0510292-87.2016.4.05.8103	De 24/05/2017 a 26/09/2017.
	0510724-09.2016.4.05.8103	Concluso em 05/12/17, despacho em 07/03/18.
	0510734-53.2016.4.05.8103	De 06/11/17 a 15/02/18 - anexos 23 e 24.
	0511038-52.2016.4.05.8103	Concluso em 17/04/17, despacho em 30/08/17.
	0511656-94.2016.4.05.8103	Em 17/08/2017.
	0500568-25.2017.4.05.8103	De 23.05.2017 a 22.09.2017 e de 08.01.2018 a 16.04.2018.
	0501182-30.2017.4.05.8103	Concluso em 21/06/17, despacho em 27/11/17.
	0501472-45.2017.4.05.8103	Concluso em 05/06/2017 e decisão proferida em 29/08/2017.
	0501554-76.2017.4.05.8103	Concluso em 22/05/17, despacho em 17/08/17; concluso em 09/01/18, despacho em 21/04/18.
	0501999-94.2017.4.05.8103	De 31/05/17 a 16/10/17 - anexos 18 e 19.
Total de Ocorrências: 13		
Demora no cumprimento de despacho	0511608-38.2016.4.05.8103	De 23/05/17 a 08/09/17 - anexos 12 e 13.
Total de Ocorrências: 1		
Outros	0505517-29.2016.4.05.8103	Ausência de mudança de classe processual para execução.
	0505541-57.2016.4.05.8103	Demora no envio dos autos à Contadoria, de 30.01.2018 a 04.04.2018.

	0508594-46.2016.4.05.8103	Ausência de alteração da classe processual para execução.
	0511019-46.2016.4.05.8103	Processo concluso para decisão entre 08/06/2017 e 16/11/2017 (devolução à Secretaria sem prolação de despacho/decisão).
	0501267-16.2017.4.05.8103	Concluso para sentença desde 26/06/2017 e devolvido à Assessoria em 30/04/2018 sem prolação de despacho/decisão/sentença.
Total de Ocorrências: 5		
Processo em Ordem	0512096-61.2014.4.05.8103	
	0508453-61.2015.4.05.8103	
	0500601-49.2016.4.05.8103	
	0504299-63.2016.4.05.8103	
	0504384-49.2016.4.05.8103	
	0504455-51.2016.4.05.8103	
	0504507-47.2016.4.05.8103	
	0505701-82.2016.4.05.8103	
	0506745-39.2016.4.05.8103	
	0506800-87.2016.4.05.8103	
	0506804-27.2016.4.05.8103	
	0507045-98.2016.4.05.8103	
	0507164-59.2016.4.05.8103	
	0507863-50.2016.4.05.8103	
	0507931-97.2016.4.05.8103	
	0507989-03.2016.4.05.8103	

0508446-35.2016.4.05.8103	
0508828-28.2016.4.05.8103	
0508938-27.2016.4.05.8103	
0509047-41.2016.4.05.8103	
0509493-44.2016.4.05.8103	
0509600-88.2016.4.05.8103	
0509612-05.2016.4.05.8103	
0509754-09.2016.4.05.8103	
0509762-83.2016.4.05.8103	
0510408-93.2016.4.05.8103	
0510481-65.2016.4.05.8103	
0510552-67.2016.4.05.8103	
0511124-23.2016.4.05.8103	
0511155-43.2016.4.05.8103	
0511372-86.2016.4.05.8103	
0511408-31.2016.4.05.8103	
0511889-91.2016.4.05.8103	
0511997-23.2016.4.05.8103	
0512004-15.2016.4.05.8103	
0500063-34.2017.4.05.8103	
0500081-	

	55.2017.4.05.8103	
	0500101- 46.2017.4.05.8103	
	0500428- 88.2017.4.05.8103	
	0500431- 43.2017.4.05.8103	
	0500480- 84.2017.4.05.8103	
	0500513- 74.2017.4.05.8103	
	0500572- 62.2017.4.05.8103	
	0500639- 27.2017.4.05.8103	
	0500651- 41.2017.4.05.8103	
	0500687- 83.2017.4.05.8103	
	0500915- 58.2017.4.05.8103	
	0500932- 94.2017.4.05.8103	
	0500962- 32.2017.4.05.8103	
	0500985- 75.2017.4.05.8103	
	0501081- 90.2017.4.05.8103	
	0501142- 48.2017.4.05.8103	
	0501213- 50.2017.4.05.8103	
	0501248- 10.2017.4.05.8103	
	0501345- 10.2017.4.05.8103	
	0501403- 13.2017.4.05.8103	
	0501418- 79.2017.4.05.8103	

0501433-48.2017.4.05.8103	
0501491-51.2017.4.05.8103	
0501507-05.2017.4.05.8103	
0501546-02.2017.4.05.8103	
0501626-63.2017.4.05.8103	
0501646-54.2017.4.05.8103	
0501671-67.2017.4.05.8103	
0501677-74.2017.4.05.8103	
0501689-88.2017.4.05.8103	
0501871-74.2017.4.05.8103	
0501988-65.2017.4.05.8103	
0502022-40.2017.4.05.8103	
0502963-87.2017.4.05.8103	
0503571-85.2017.4.05.8103	
0504377-23.2017.4.05.8103	
0504466-46.2017.4.05.8103	
0513021-52.2017.4.05.8103	
0513139-28.2017.4.05.8103	
0500084-73.2018.4.05.8103	
0500124-55.2018.4.05.8103	
Total de Ocorrências: 77	

Processos irregularmente paralisados	0503277-67.2016.4.05.8103	Feito sem movimentação desde 30/10/2017.
	0504869-49.2016.4.05.8103	De 29/06/2017 a 19/01/2018.
	0500645-34.2017.4.05.8103	Processo concluso de 13/07/2017. Sentenciado em 30/04/2018.
	0501267-16.2017.4.05.8103	Feito irregularmente paralisado desde 14/09/2017.
	0501665-60.2017.4.05.8103	Processo paralisado desde 31/08/2017.
Total de Ocorrências: 5		
Processos sem movimentação processual em período determinado	0505618-66.2016.4.05.8103	Entre 18/10/2017 e 02/02/2018.
	0508626-51.2016.4.05.8103	Entre 25/04/2017 e 04/10/2017.
	0509561-91.2016.4.05.8103	Entre 23/02/2017 e 19/01/2018; entre 28/02/2018 até a presente data.
	0510292-87.2016.4.05.8103	Desde 08/02/2018.
	0510424-47.2016.4.05.8103	Entre 29/05/2017 e 21/09/2017.
	0510745-82.2016.4.05.8103	Processo sem movimentação processual entre outubro/2017 e janeiro/2018.
	0510763-06.2016.4.05.8103	Entre 14/06/2017 e 26/10/2017; e desde 24/01/2018.
	0501333-93.2017.4.05.8103	Entre 26/04/2017 e 21/09/2017.
0502275-28.2017.4.05.8103	Entre 27/06/2017 e 21/09/2017; entre 06/02/2018 até a presente data.	
Total de Ocorrências: 9		

6.31.10. Correição anterior e autoinspeção

A Vara informou que todas as ocorrências identificadas na Correição anterior diziam respeito à demora na prolação de sentenças, despachos e decisões e na movimentação de alguns processos, e, quanto ao ponto, além das orientações repassadas aos servidores, rotineiramente são verificados os processos sem movimentação.

A última inspeção foi realizada entre 23 e 27 de abril do ano corrente. Além das determinações repassadas aos servidores decorrentes da identificação de erros

constatados na tramitação processual, foram reforçadas as metas já estipuladas de aumento do número de processos julgados e diminuição do número de processos em tramitação e também a orientação para se evitar paralisação dos processos por tempo além dos prazos estipulados.

6.31.11. Considerações finais

A 31ª Vara Federal conta com estrutura física e equipamentos adequados a seu funcionamento.

A partir da análise processual, foram observados alguns pontos que merecem maior atenção por parte da unidade, quais sejam:

1. Demora na prolação de despacho/decisão/sentença; e
2. Alguns feitos sem movimentação processual.

Em atenção ao contido na Meta 5 do CNJ (Baixar quantidade maior de processos de execução não fiscal do que o total de casos novos de execução não fiscal no ano corrente), registre-se que avulta de importância que seja observado pelas Varas de Juizado ou com JEF Adjunto que haja identificação no CRETA de quando o processo inicia a fase de execução, a fim de que não ocorram problemas na estatística alusiva à referida Meta

Por fim, pelos demais dados apontados neste relatório durante a correção, pode-se afirmar que a 31ª Vara Federal funciona de modo adequado.

6.32. 32ª VARA FEDERAL - FORTALEZA/CE

6.32.1. Competência, localização, estrutura física e horário de expediente

A 32ª Vara Federal do Ceará detém competência Penal e funciona na Rua João Carvalho, nº 485 - Aldeota, Fortaleza - CE.

A Vara apresentou instalações adequadas para todos: juízes federais, servidores, estagiários, terceirizados, membros do Ministério Público Federal, procuradores federais, defensores públicos federais, advogados e jurisdicionados.

O horário de expediente da unidade é das 9h às 17h. A partir das 17h, há atendimento concentrado em balcão único no átrio do Edifício Sede - Anexo).

6.32.2. Corpo funcional - juízes federais e servidores

A 32ª Vara Federal conta com o seguinte quadro de pessoal: a) 02 magistrados, Francisco Luís Rios Alves (juiz federal titular) e Danilo Dias Vasconcelos de Almeida (juiz federal substituto); b) 17 servidores efetivos, sendo 08 analistas judiciários e 09 técnicos judiciários. Não há servidores requisitados.

6.32.2.1. Juizes federais

O Juiz Federal Titular, Francisco Luís Rios Alves, exerce a magistratura desde fevereiro de 1994 (Na Justiça do Trabalho - de fevereiro de 1994 a setembro de 1997. Na Justiça Federal da 1ª Região, como Juiz Federal Substituto - de setembro de 1997 a abril de 2001; Na Justiça Federal da 5ª Região, como Juiz Federal Substituto, em abril de 2001; como Juiz Federal Titular em 20/07/2005), atuando na 32ª Vara Federal desde 24/04/2004.

O Juiz Federal Titular esteve afastado, em razão de férias: de 19/06/17 a 18/07/17; 16/11/17 a 15/12/17.

O Juiz Federal Titular reside na região metropolitana onde se situa a sede da Seção Judiciária, Fortaleza/CE.

O Juiz Federal Substituto, Danilo Dias Vasconcelos de Almeida, exerce a magistratura desde 18/11/16, atuando na 32ª Vara Federal desde então.

Nos últimos 24 meses, o magistrado esteve afastado para:

Participação do Curso “Magistratura: um ano depois” no período de 19 a 23 de fevereiro de 2018;

Substituição na 12ª Vara Federal, no período de 24/02 A 27/03/2018 - ATO Nº 90/CR, DE 16 DE FEVEREIRO DE 2018;

Substituição na 12ª Vara Federal, no período de 16/11/2017 A 27/03/2018 - ATO Nº 801 /CR, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2017;

Substituição na 7ª Vara Federal, no período de 05/09 A 03/12/2017 - ATO Nº 736/CR, DE 05 DE OUTUBRO DE 2017;

Auxílio à 7ª Vara Federal, período de 07 A 15/08/17 - ATO Nº 585/CR, DE 08 DE AGOSTO DE 2017;

Substituição na 7ª Vara Federal, no período de 06/08 a 04/09/17 - ATO Nº 594 /CR, DE 10 DE AGOSTO DE 2017;

Substituição na 35ª Vara Federal, no período de 15 A 17/08/17 - ATO Nº 561 /CR, DE 03 DE AGOSTO DE 2017;

Substituição na 12ª Vara Federal, no período de 25/09 A 06/10/17 - ATO Nº 504 /CR, DE 12 DE JULHO DE 2017;

Substituição na 34ª Vara Federal, no período de 17 A 25/07/2017 - ATO Nº 484 /CR, DE 05 DE JULHO DE 2017;

Substituição na 35ª Vara Federal, no período de 17 A 25/07/17 - ATO Nº 485 /CR, DE 05 DE JULHO DE 2017;

Substituição na 35ª Vara Federal, no dia 26/07/2017 - ATO Nº 487 /CR, DE 05 DE JULHO DE 2017;

Substituição na 6ª Vara Federal, no período de 17 A 27/10/17 - ATO Nº 355 /CR, DE 01 DE JUNHO DE 2017;

Substituição na 7ª Vara Federal, no período de 16/05 A 14/06/17 - ATO Nº 259/CR, DE 25 DE ABRIL DE 2017;

Substituição na 7ª Vara Federal, no período de 16/08 A 14/09/17 - ATO Nº 260/CR, DE 25 DE ABRIL DE 2017;

Auxílio à 7ª Vara Federal, a partir de 05/09/210 - ATO Nº 678/CR, DE 06 DE SETEMBRO DE 2017.

O Juiz Federal Substituto reside na região metropolitana onde se situa a sede da Seção Judiciária, Fortaleza/CE.

6.32.2.2. Servidores

Em relação às funções de confiança (FCs), aos cargos em comissão (CJs) e à formação acadêmica dos servidores ocupantes de cargos efetivos na 32ª Vara Federal, pode ser observado o seguinte quadro:

Nome	Cargo	Ocupa FC ou CJ?	Grau de	Área de
Alana Caroline	Analista	FC 02	Superior Completo	Direito
Alberto Pereira	Técnico	NÃO	Superior	-----
Almeida	Judiciário		Incompleto	
Antônia Nathalia	Técnico Judiciário	FC 04	Superior Completo	Administração
Antônio Fabrício	Técnico Judiciário	NÃO	Superior Incompleto	Administração

Carlos Henrique	Analista Judiciário	FC 05	Superior Completo	Direito
Danise Mendes da Silva Valente	Analista Judiciário	FC 04	Superior Completo	Direito
Eleonora Paiva de Araújo Peixoto	Analista Judiciário	FC 04	Superior Completo	Direito
Ênio Maia Chagas Júnior	Analista Judiciário	FC 04	Superior Completo	Direito
Joselle Maria de Alencar Araripe	Técnico Judiciário	NÃO	Superior Completo	Direito
James Maxwell	Técnico Judiciário	CJ 03	Superior Completo	Direito
João Mateus	Técnico Judiciário	FC 05	Superior Completo	Direito
Maria Claudia	Analista Judiciário	FC 04	Superior Completo	Direito
Luciana Maria	Técnico Judiciário	FC 05	Superior Completo	Direito
Michelle da Costa Pinto	Técnico Judiciário	FC 05	Superior Completo	Engenharia de Alimentos
Paulo Antônio	Analista Judiciário	FC 04	Superior Completo	Direito
Priscilla Peixoto	Técnico Judiciário	FC 05	Superior----- Incompleto	
Izara de Oliveira Parente	Analista Judiciário	FC 04	Superior Completo	Direito

Como se pode depreender, no tocante à formação acadêmica dos servidores efetivos 32ª Vara Federal, verifica-se que há uma preocupação com a qualificação.

Não há servidores requisitados (com/sem vínculo com o serviço público), nem Funções Gratificadas vagas, nem servidores em auxílio, tampouco servidores afastados (exceto férias).

6.32.2.3. Estagiários

Há 02 vagas previstas para a unidade, estando todas ocupadas. Durante o período de estágio, todos os estagiários da 32ª Vara Federal passam por um sistema de treinamento gradativo em que passam por todas as atividades desempenhadas por servidores, sempre acompanhados pelo Diretor de Secretaria ou um Supervisor por ele indicado.

6.32.3. Organização da 32ª Vara Federal

Dentre os servidores da 32ª Vara Federal do Ceará, 10 exercem suas atribuições na secretaria e 06 no gabinete.

6.32.3.1. Secretaria

Originariamente, a Secretaria da 32ª Vara foi instalada com a divisão de 05 setores: Apoio Administrativo, Direção de Secretaria, Audiências, Inquéritos, Crimes Financeiros e Publicação.

Com o passar do tempo e o vislumbre da redução do quantitativo de colaboradores (Estagiários), foi elaborado um sistema de interação de atividades que permite que as principais áreas da secretaria sempre tenham movimentações diárias, não existindo lacuna quando de férias/licença de servidores.

Por esta nova divisão a secretaria conta com apenas três setores, um específico para a tramitação dos processos que apuram crimes contra o sistema financeiro e lavagem de dinheiro, setor este que conta com os servidores Carlos Henrique campos Meyer e Alana Caroline Pinto de Castro.

Um segundo setor é responsável pelo controle de pauta de audiências e da realização dos atos vinculados às audiências. Este setor é composto pelos servidores Michelle da Costa Pinto e Alberto Pereira Almeida.

Os demais servidores se alternam diariamente na execução de cinco grandes grupos de atividades: Juntada, Despachos, Expedientes, Carga/Remessa e Prazos.

Através desta metodologia foi verificado um aumento da velocidade de tramitação dos processos com a redução dos processos da secretaria dos originários 1159 (quantitativos de processos recebidos por redistribuição quando da criação da 32ª Vara em abril de 2014) aos atuais 544 processos em efetivo andamento.

Dentro dos escaninhos contidos nos armários da secretaria, cada uma das atividades base (expedientes, despachos, prazo, etc...) possuem pelo menos um escaninho do tipo prioritário que é tarjado com fita vermelha.

A partir de tal organização, o servidor responsável por determinada atividade apenas inicia as atividades regulares quando a atividade prioritária/urgente já tenha sido realizada.

Além das urgências legais (processos com réu preso ou com medidas que representem restrição a direitos), há determinação para tratamento prioritário de cartas precatórias e processos pendentes de Audiência e Citação.

Após dois anos tentando equilibrar o acervo recebido por redistribuição das outras varas criminais desta Seção Judiciária, à época do preenchimento do formulário de gestão, a 32ª Vara Federal possuía um acervo de processos em andamento equalizado de forma que não havia acúmulo de processos conclusos, ou seja, são prolatadas as decisões necessárias (despachos, decisões ou sentenças) dentro do espaço de 01 (um) mês. Exceção feita aos processos provenientes de "Operações da Polícia Federal".

Nos processos provenientes de operações há uma inevitável demora na prolação de decisões e sentenças face à complexidade dos casos e pela multiplicidade de réus, mesmo assim não é vivenciada demora exacerbada em seu processamento.

Em se tratando de processos prioritários, há divisão física dos mesmos na assessoria e em todos os setores da vara, identificados através de tarja vermelha nos escaninhos.

6.32.3.2. Gabinete dos Juízes Federais

Mesmo contando com dois magistrados, todos os assessores trabalham de maneira equânime através de divisão matemática dos processos.

Feitas as divisões acima, os assessores ficam responsáveis pelos processos que lhes são atribuídos desde seu nascedouro até o arquivamento, facilitando a análise dos autos ao longo da tramitação processual e permitindo a redução do tempo em conclusão.

6.32.4. Participação dos Juízes Federais em reuniões com a equipe da 32ª Vara Federal

Além do regime organizacional, os Magistrados da 32ª Vara participam das reuniões periódicas para cobrança e especificação dos procedimentos adotados. Aproximando os Magistrados dos Servidores, busca-se a eliminação do retrabalho, discutindo-se de maneira ampla todas as medidas a serem adotadas na Vara.

6.32.5. Planejamento das atividades da 32ª Vara Federal e avaliação periódica de resultados

As atividades da secretaria são divididas basicamente em cinco grandes grupos, em que cada um dos servidores executa as atividades correspondentes em um dos dias da semana, segundo a organização previamente fixada. As atividades são:

ATIVIDADE A - JUNTADA - Recebimento de processos do protocolo, MPF e DPF (Muito embora esta atividade esteja sendo realizada pelo servidor Alberto, sua função prioritária é auxiliar nas audiências, ponto neurálgico), localizando-os com 111 nos escaninhos respectivos para serem juntadas no dia posterior; - Juntada de petições recebidas no dia anterior; -Movimentação dos processos com petição juntada em seu escaninho definitivo; -Análise das petições pendentes nas pastas, de maneira paulatina, com a finalidade de reduzir seu quantitativo; -Supervisionar o atendimento.

ATIVIDADE B - DESPACHAR - Elaborar minutas de despachos e atos ordinatórios dos processos localizados nos escaninhos 109 a 114; -Localizar nos escaninhos respectivos as minutas preparadas no dia anterior e assinadas pelo Magistrado.

ATIVIDADE C - EXPEDIENTES - Elaboração de expedientes de processos despachados nos dias anteriores; Enviar expedientes elaborados nos dias anteriores, e que ficaram pendentes de assinatura, para seu destino (central de mandados, central de segurança ou correios) - Localizar os processos cujo expediente foi enviado no escaninho respectivo.

ATIVIDADE D - CARGA\REMESSA -Realização de Fase 14 (remessa externa) para MPF, DPU, DPF, TRF5, Distribuição; -Realizar a Baixa de processos na fase 26 -As remessas são realizadas todos os dias e enviadas ao setor de segurança apenas no dia respectivo.

ATIVIDADE E - VERIFICAÇÃO DE PRAZOS -Verificar as publicações vencidas no dia; -Cobrar a devolução de cartas precatórias (todas são cobradas como forma de nivelar a atividade da secretaria); -Verificar a lista de comparecimento das pessoas beneficiadas por suspensão processual; -Verificar processos em SURSIS\Suspensão - Cobrar\acompanhar devolução de ofícios e mandados.

Há metas mensais e anuais. A meta mensal é de que a secretaria tem sempre que ter seu acervo decrescente, ou seja, arquivar mais processos do que foram distribuídos.

A meta anual é de que a redução de 10% do acervo de processos em andamento.

A avaliação das atividades empregadas na secretaria é realizada de várias formas e momentos. Mensalmente, há a verificação do cumprimento de meta pela redução do acervo em andamento, uma vez verificada a existência de crescimento da

vara (exceção em nossos três anos de existência) há uma imediata análise das razões deste resultado inesperado.

Há a avaliação semestral, seguida de reunião de gestão, em que são analisados além dos números da secretaria os procedimentos adotados na vara. Nesta reunião são salientados fatos positivos e reprimidos fatos negativos de forma que o andamento processual seja sempre uniforme.

Há a avaliação anual com a realização de inspeção onde todos os feitos são analisados e é verificada não somente os resultados obtidos até o momento, como também quais metas poderemos alcançar em curto, médio e longo prazo.

6.32.6. Atendimento aos membros do Ministério Público Federal, Defensoria Pública da União, procuradores federais, advogados e partes na secretaria e nos gabinetes dos Juízes Federais da 32ª Vara Federal

Na Secretaria, Ministério Público Federal, Defensoria Pública da União, Advogados, réus e demais partes do processo são atendidas inicialmente no balcão de atendimento da secretaria por servidor da Vara, em regime de rodízio. Caso o atendimento pelo servidor não seja o suficiente é realizado o atendimento pelo Diretor de Secretaria, em sua sala.

No Gabinete, Ministério Público Federal, Defensoria Pública da União e Advogados tem seus pleitos atendidos através de solicitações/petições nos autos, sempre com a maior brevidade possível. Em caso de solicitação de "audiências" com o Magistrado Federal, o Dr. Francisco Luís Rios Alves sempre mantém sua agenda livre para tais agendamentos que, em geral, são realizados em horários de melhor comodidade para as partes, manhã ou tarde.

Em casos de necessidade, as partes também são ouvidas pelo Magistrado Federal como forma de dar amplo acesso aos autos e as informações nele expressas.

6.32.7. Número de processos, relação servidor/processo, audiências de conciliação e de instrução e inspeções judiciais

Por ocasião do preenchimento do formulário de gestão, o número de processos em tramitação na Vara (total ajustado: excluídos os feitos arquivados, suspensos e baixados) alcançava um total de 545: Juiz Titular (256) e Juiz Substituto (289).

Relação do número de processos com o número de servidores em atividade na Vara: 32,05 (545/17=32,05).

Atualmente, a secretaria conta com um grupo de processos sobrestados em razão do fracionamento das investigações provenientes da denominada Operação Fidúcia do Departamento de Polícia Federal.

Em razão da grande quantidade de Indiciados (31 pessoas ao total), o Ministério Público Federal optou pelo ingresso de 05 (cinco) Ações Penais, de forma que restou impossibilitada a realização de instrução simultânea em todos os processos.

Assim, como forma de garantir uniformidade no julgamento, a medida que foi sendo concluída a instrução em cada um dos processos, foi sendo determinado o sobrestamento de seu julgamento até que todas as instruções fossem realizadas e os processos conexos pudessem seguir em conjunto para a sentença.

Número de audiências realizadas nos últimos 24 meses, a contar da data de início da correição: Juiz Titular: 266 audiências realizadas em processos físicos e 8 em processos

eletrônicos; Juiz Substituto: 34 audiências realizadas em processos físicos e 10 em processos eletrônicos.

Número de inspeções judiciais realizadas nos últimos 24 meses, a contar da data de início da correição: Não há registro de inspeções extraordinárias na 32 Vara Federal.

Juiz Titular: Inspeção Ordinária 2017, no período de 27 a 31 de março de 2017, e Inspeção Ordinária 2018, no período de 26 de fevereiro a 02 de março de 2018. Juiz Substituto: Inspeção Ordinária 2018, no período de 26 de fevereiro a 02 de março de 2018.

Não foram realizadas atividades de conciliação nos últimos 24 meses. Há registro de audiências adiadas ou canceladas nos últimos 24 meses: 02 (duas) audiências. As audiências foram remarçadas em razão da participação do Juiz Federal Substituto Danilo Dias Vasconcelos de Almeida no curso "Magistratura: um ano depois".

6.32.8. Cumprimento de metas e resoluções do CNJ

Meta 1 (Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente).

É meta de gestão da 32ª Vara Federal a redução anual de 10% do acervo em andamento, meta esta que passa pela realização de mais audiências de instrução do que novas Ações Penais que são distribuídas e efetivo julgamento de mais processos.

Meta 2 (Identificar e julgar, até 31/12/2017, pelo menos 100% dos processos distribuídos até 31/12/2012, 85% dos processos distribuídos em 2013 nos 1º e 2º graus, e 100% dos processos distribuídos até 31/12/2014 nos Juizados Especiais e Turmas Recursais Federais)

A Vara informou que todas as Ações Penais identificados pela E. Corregedoria do TRF5 como de "Meta 02" estão na condição de Suspensas por força do art. 366 do CPP ou em razão das benesses legais da Lei 9099/95.

Meta 3 (Aumentar os casos solucionados por conciliação, fomentando o alcance do percentual mínimo de 2% na proporção dos processos conciliados em relação aos distribuídos).

Não se aplica.

Meta 4 (Identificar e julgar, até 31/12/2017, 70% das ações de improbidade administrativa distribuídas até 31/12/2014).

Não se aplica.

Meta 5 (Baixar quantidade maior de processos de execução não fiscal do que o total de casos novos de execução não fiscal no ano corrente).

Não se aplica.

Meta 6 (Identificar e julgar, até 31/12/2017, entre 70% e 85% das ações coletivas distribuídas até 31/12/2013, no 1º e 2º graus).

Não se aplica.

Metas Específicas para a Justiça Federal

Baixar quantidade maior de processos criminais do que os casos novos criminais no ano corrente; Julgar quantidade maior de processos criminais do que os casos novos criminais no ano corrente.

No ano de 2017, foram distribuídas 58 novas Ações Penais Físicas e baixadas 116. Já no sistema PJE, foram distribuídas 9 novas ações penais e 2 foram baixadas. Num total foram distribuídas 60 novas ações afetas à 32ª Vara Federal e 118 foram baixadas, fato que permitiu uma redução no número de ações penais em efetivo andamento.

No ano de 2017, foram prolatadas 178 sentenças em processos físicos e 19 sentenças prolatadas em processos eletrônicos, ou seja, foram prolatadas 197 sentenças ao passo que ingressaram neste Juízo 58 novas Ações Penais, pelo que se viu atingida a meta estabelecida.

Identificar e julgar, até 31/12 do ano corrente, 70% das ações penais vinculadas aos crimes relacionados à improbidade administrativa, ao tráfico de pessoas, à exploração sexual e ao trabalho escravo, distribuídas até 31/12/2014).

A 32ª Vara Federal não possui ações penais distribuídas até 31/12/2014 vinculadas aos crimes relacionados à improbidade administrativa, ao tráfico de pessoas, à exploração sexual e ao trabalho escravo que estejam aptas a julgamento. Todas as ações penais com o assunto suso estão em fase de suspensão do prazo prescricional em razão da impossibilidade de citação do réu.

Acerca do cumprimento do Provimento CNJ nº 29/2013

As condenações criminais são lançadas no Sistema Tebas e no CNCIAI do Conselho Nacional de Justiça naquilo que for pertinente.

Acerca do cumprimento das exigências previstas na Resolução CNJ nº 66/2009, com a redação introduzida pela Resolução CNJ nº 87/2009, e sobre a necessidade de inserção, no sistema informatizado, do Relatório de Controle de Prisões

Com as modificações implementadas pelos Sistemas TEBAS e PJE, há a comunicação automática das prisões decretadas com os cadastros gerais mantidos pelo CNJ, sem a necessidade de alimentação manual realizada fora do sistema.

6.32.9. Processos selecionados para correição

Foram correicionados 18 processos físicos (quando da correição tinham 231 processos físicos em tramitação ajustada).

Quanto aos processos do Sistema PJe, foram correicionados 20 processos (quando da correição tinham cerca de 133 processos eletrônicos em tramitação ajustada).

6.32.9.1 Principais constatações da análise individual de processos

6.32.9.1.1. Processos Físicos

Da análise individual dos processos, podem-se destacar as seguintes ocorrências:

FEITO EM ORDEM:		
TIPO DE AÇÃO	Nº DO PROCESSO	OBSERVAÇÃO
Criminal	00003064420174058100	
Criminal	00065327020144058100	
Criminal	00003272020174058100	
Criminal	00005122920154058100	
Criminal	00058254320164058100	
Criminal	00003428620174058100	
Criminal	00073992920154058100	
Criminal	00016283620164058100	
Criminal	00003540320174058100	
Criminal	00027920720144058100	
Criminal	00003232220134058100	
Criminal	00033492320164058100	
Procedimento Criminal	00007870720174058100	
Criminal	00063291120144058100	
Criminal	00009404520144058100	
Criminal	00016534920164058100	
OUTROS:		
TIPO DE AÇÃO	Nº DO PROCESSO	OBSERVAÇÃO
Criminal	00062007420124058100	Demora na abertura de vista ao MP (fls. 117/118).
Outras Observações:		
Processo : 00003064420174058100 Classe: Criminal - réu preso. Processo reunido 0000327-20.2017.4.05.8100.		
Processo : 00003232220134058100 Classe: Criminal - lavagem de dinheiro.		
Processo : 00003272020174058100 Classe: Criminal - réu preso. Processo reunido ao processo 00030644220174058100.		

Processo : 00003428620174058100 Classe: Criminal - Réu preso.

Processo : 00003540320174058100 Classe: Criminal - distribuído em 16/05/17. Processo com réu preso.

Processo: 00007870720174058100 Classe: Procedimento Criminal - procedimento investigatório do MP (peças de informação). Transação penal.

Processo: 00016283620164058100 Classe: Criminal - ação penal desmembrada de ação penal originária 0006497-13.2014.4.05.8100.

Processo: 00027920720144058100 Classe: Criminal - distribuído em 21/07/14.

Processo : 00033492320164058100 Classe: Criminal - peculato.

Processo : 00058254320164058100 Classe: Criminal - Réu preso.

Processo : 00063291120144058100 Classe: Criminal - lavagem de dinheiro.

6.32.9.1.2. Processos judiciais eletrônicos (PJe)

Da análise individual dos processos, podem-se destacar as seguintes ocorrências:

Número do Processo	Classe Judicial	Assunto	Último Evento	Polo Ativo	Polo Passivo	Correicionado
Ausência/demora na conclusão						
0007324-87.2015.4.05.8100	AÇÃO PENAL - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO	Crimes contra o Sistema Financeiro Nacional	Juntada de Certidão	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL -	RAIMUNDO HENRIQUE DA SILVA -	SIM
Lapso sem movimentação processo na Secretaria						
0806664-89.2017.4.05.8100	CARTA PRECATÓRIA CRIMINAL	Competência da Justiça Federal	Juntada de Certidão	JUÍZO FEDERAL DA 2ª VARA -ESPECIALIZADA CRIMINAL DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DA BAHIA e outro -	LOURIVAL NUNES ARAÚJO - null	SIM
0812709-12.2017.4.05.8100	AÇÃO PENAL - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO	Falsidade ideológica	Juntada de Certidão	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL -	DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO e outros -	SIM
Outros:						
0003309-41.2016.4.05.8100	AÇÃO PENAL - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO	Crimes contra o Sistema Financeiro Nacional	Juntada de Certidão	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL -	GLERIO FARIA PASSOS -	SIM
0806664-89.2017.4.05.8100	CARTA PRECATÓRIA CRIMINAL	Competência da Justiça Federal	Juntada de Certidão	JUÍZO FEDERAL DA 2ª VARA -ESPECIALIZADA CRIMINAL DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DA BAHIA e outro -	LOURIVAL NUNES ARAÚJO - null	SIM
0810112-70.2017.4.05.8100	AÇÃO PENAL - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO	Estelionato Majorado	Expedição de expediente	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL -	DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO e outro -	SIM
Processo em ordem						
0000302-07.2017.4.05.8100	AÇÃO PENAL - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO	Uso de documento falso	Juntada de Certidão de Intimação	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL -	FRANCISCO ALISSON RODRIGUES -	SIM
0000355-85.2017.4.05.8100	AÇÃO PENAL - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO	Sonegação de contribuição previdenciária	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL -	DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO e outro -	SIM
0000643-33.2017.4.05.8100	AÇÃO PENAL - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO	Estelionato Majorado	Juntada de Certidão de Intimação	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL -	DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO e outros -	SIM

0800428-87.2018.4.05.8100	AÇÃO PENAL - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO	Uso de documento falso	Expedição de expediente	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL -	JOSÉ GONZALEZ-VALENCIA	SIM
0810041-68.2017.4.05.8100	AÇÃO PENAL - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO	Facilitação de contrabando ou descaminho	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL -	YOUZI CHEN - 228 325 088 05	SIM
0810544-89.2017.4.05.8100	AÇÃO PENAL - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO	Sonegação de contribuição previdenciária	Juntada de Certidão de Intimação	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL -	LEONILDO PEIXOTO FARIAS e outro -	SIM
0811178-85.2017.4.05.8100	AÇÃO PENAL - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO	Apropriação indébita	Juntada de Certidão	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL -	FRANCIMAR LOPES DOS SANTOS -	SIM
0812478-82.2017.4.05.8100	AÇÃO PENAL - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO	Sonegação de contribuição previdenciária	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 02 626 108 0001 02	CUSTODIO ALBANO DE ALBUQUERQUE JUNIOR e outros - 447.760.633-87	SIM
0812840-84.2017.4.05.8100	AÇÃO PENAL - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO	Moeda Falsa / Assimilados	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL -	LUIZ EYLO LIMA DE OLIVEIRA -	SIM
0812911-86.2017.4.05.8100	AÇÃO PENAL - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO	Tráfico de Drogas e Condutas Afins	Expedição de expediente	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL -	GERSON MATHEUS DE SOUZA - 091.622.619-08	SIM
	AÇÃO PENAL -	Crimes do Sistema	Remetidos os Autos (em grau de	MINISTÉRIO PÚBLICO	DIEGO GREGORIO	

0813005-34.2017.4.05.8100	PROCEDIMENTO ORDINÁRIO	Nacional de Armas	recurso) para TRF5	FEDERAL -	MEIRELES SANTOS e outro - 338.899.268-19	SIM
0813171-66.2017.4.05.8100	AÇÃO PENAL - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO	Furto	Juntada de Certidão de Retificação de Autuação	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL -	PEDRO RODRIGUES ALVES e outro -	SIM
0813425-39.2017.4.05.8100	AÇÃO PENAL - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO	Falsidade ideológica	Juntada de Certidão	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL -	FRANCISCO MARCOS SAEGER -	SIM
0814013-46.2017.4.05.8100	AÇÃO PENAL - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO	Satisfação de lascívia mediante presença de criança ou adolescente	Conclusos para julgamento	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	FRANCISCO VALMIR ALEXANDRE DA SILVA - 388.041.153-00	SIM
0814023-90.2017.4.05.8100	AÇÃO PENAL - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO	Satisfação de lascívia mediante presença de criança ou adolescente	Remetidos os Autos (em grau de recurso) para TRF5	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	DALTON PONTES DE QUEIROZ PEREIRA - 466.054.523-72	SIM

6.32.10. Correição anterior e autoinspeção

A unidade informou que não recebeu, até a data de elaboração do corrente formulário, o relatório referente à última Correição Ordinária realizada no ano de 2017.

Importa registrar que, considerando a notícia por parte de algumas varas da Seção Judiciária do Ceará, por ocasião da Correição Ordinária de 2018, no sentido de que não lhes foi disponibilizado o Relatório de Correição Ordinária de 2017, a Corregedoria-Regional encaminhou e-mail (enviado em 19/04/18) a todas as unidades jurisdicionais, informando que o referido relatório estava disponível no “site” da Corregedoria-Regional, no “link” Correições (Relatório de Correições – Biênio 2015-2017).

Na inspeção do ano de 2017, a unidade informou que foi verificado que um dos fatos impeditivos da melhoria do tempo médio de processamento de demandas era a necessidade de utilização de Cartas Precatórias, notadamente para o Juízo Comum Estadual. Neste último ano, foram desenvolvidas algumas metodologias para a redução do número de Cartas Precatórias expedidas, especialmente àquelas expedidas para a fiscalização das condições de *Sursis* Processual, em que tem sido utilizado o comparecimento virtual para justificação das atividades mensais.

Foi implementado e tem apresentado resultado frutífero a utilização dos sistemas Skype, Videoconferência e Videochamada nos processos da unidade.

6.32.11. Considerações finais

A 32ª Vara Federal conta com estrutura física e equipamentos adequados a seu funcionamento.

A partir da análise processual, observou-se que os processos tramitam de forma bastante regular, não tendo sido detectada qualquer ocorrência de natureza grave que inviabilize a prestação jurisdicional.

Por fim, pelos demais dados apontados neste relatório e pelas constatações realizadas *in loco* durante a correição, pode-se afirmar que a 32ª Vara Federal funciona de modo eficiente.

6.33. 33ª VARA FEDERAL - FORTALEZA/CE

6.33.1. Competência, localização, estrutura física e horário de expediente

Por ocasião da correição, a 33ª Vara tinha competência privativa para processar e julgar as execuções fiscais, funcionando prédio da SJCE, localizado na Rua João Carvalho, nº 485 - Aldeota, Fortaleza - CE.

A Vara apresentou instalações adequadas para todos: juízes federais, servidores, estagiários, terceirizados, membros do Ministério Público Federal, procuradores federais, defensores públicos federais, advogados e jurisdicionados.

O horário de expediente da unidade é das 8h às 18h.

6.33.2. Corpo funcional - juiz federal e servidores

A 33ª Vara Federal conta com o seguinte quadro de pessoal: a) 01 magistrado, Glêdison Marques Fernandes (juiz federal titular); b) 14 servidores efetivos, sendo 04 analistas judiciários, 09 técnicos judiciários e 01 técnico judiciário - área de segurança e transporte; c) 02 servidores requisitados.

Por ocasião do preenchimento do formulário de gestão, havia 01 servidora em gozo de licença-maternidade.

6.33.2.1. Juiz Federal Titular

O Juiz Federal Titular, Glêdison Marques Fernandes, exerce a magistratura há 17 anos, atuando na 33ª Vara Federal há 03 anos e 11 meses.

O Magistrado esteve afastado por motivo de férias nos seguintes períodos: 20.06.2016 a 19.07.2016 (30 dias), 17.10.2016 a 15.11.2016 (30 dias), 19.06.2017 a 18.07.2017 (30 dias) e 20.11.2017 a 19.12.2017 (30 dias). Período total de afastamento: 120 dias.

O Juiz Federal Titular reside na região metropolitana onde se situa a sede da Seção Judiciária, Fortaleza/CE.

Não há juiz federal substituto na vara.

6.33.2.2. Servidores

Em relação às funções de confiança (FCs), aos cargos em comissão (CJs) e à formação acadêmica dos servidores ocupantes de cargos efetivos na 33ª Vara Federal, pode ser observado o seguinte quadro:

Nome	Cargo efetivo	Ocupa FC ou CJ? Qual?	Grau de Instrução*	Área de formação
Alexandre Cauby Castelo Branco de Paula	Técnico Judiciário	FC-05	Superior Completo	Direito
Alexandre Chaves Garcia	Técnico Judiciário	NÃO	Superior Incompleto	Direito
Alexandre Lima Farias	Técnico Judiciário Segurança e Transporte	FC-04	Superior Completo	Direito
Andrea Bastos Ferreira	Técnico Judiciário	FC-04	Superior Incompleto	Direito
Daisy Gomes Veloso	Técnico Judiciário	FC-05	Superior Completo	Direito
Enéas Ferro Caldas	Técnico Judiciário	FC-05	Pós-graduação Superior Completo	Direito Administração
Francisco José Gomes de Oliveira	Analista Judiciário	NÃO	Pós-graduação	Direito
Jairo Nunes Almeida	Analista Judiciário	CJ-3	Pós-graduação	Direito
Kátia Loiola Dias	Técnico Judiciário	FC-04	Superior Completo Superior Incompleto	Administração Direito
Maria Tereza Almeida Bezerra	Analista Judiciário	FC-04	Pós-graduação	Direito
Paulo Eduardo Souza Albuquerque	Técnico Judiciário	FC-02	Superior Completo Superior Incompleto	Administração Direito
Renata de Barros Palácio	Analista Judiciário	FC-05	Pós-Graduação	Direito
Tatiana Ferreira Martins Belarmino	Técnico Judiciário	FC-05	Superior Completo	Direito

Thiago Mello e Souza	Técnico Judiciário	FC-04	Superior Completo	Direito
----------------------	--------------------	-------	-------------------	---------

A Vara possui 2 servidores requisitados com vínculo com o serviço público:

SERVIDOR	ÓRGÃO CEDENTE	Função	Grau de Instrução	Área de formação
Breno Edson Chaves	Tribunal de Justiça do Distrito Federal	FC-04	Pós-Graduação Superior Incompleto	Mecatrônica Direito
Honor Torres Filho	Governo do Estado do Ceará - SEPLAG	FC-04	Mestrado	Administração

Como se pode depreender, no tocante à formação acadêmica dos servidores efetivos 33ª Vara Federal, verifica-se que há uma preocupação com a qualificação.

6.33.2.3. Estagiários

Há 02 vagas previstas para unidade, estando todas elas ocupadas. Os estagiários atuam na secretaria do juízo.

6.33.3. Organização da 33ª Vara Federal

Dentre os servidores da 33ª Vara Federal do Ceará, 12 exercem suas atribuições na secretaria e 04 no gabinete.

6.33.3.1. Secretaria

A Secretaria da Vara está organizada por tarefas, com os seguintes setores:

(1) Atendimento ao público, com um servidor fixo e o auxílio dos demais servidores, através do revezamento de horários. Também efetua a carga eventual de autos aos advogados que buscam o atendimento;

(2) Recepção de processos e petições, com três servidores que ainda auxiliam, em sistema de mutirão, o setor de expedientes. Responsável pelo cadastro e localização dos processos, além de cuidar da juntada de petições e elaboração de minutas de despachos e atos ordinatórios de mera movimentação processual. Também é responsável pela carga

programada de autos aos exequentes, publicação de expedientes no Diário Oficial e verificação de decurso de prazo dos processos;

(3) Setor de despachos, com três servidores que auxiliam, em sistema de mutirão, o setor de expedientes, bem como substituem os demais servidores por ocasião de férias ou eventuais afastamentos. Responsável pela minuta dos despachos iniciais, análise de feitos e minutas de decisões padronizadas, bem como pelo cumprimento de decisões de constrição de bens, através do sistema BACEN-JUD;

(4) Setor de Leilões (1 servidor), que acumula ainda a baixa definitiva de autos. Responsável pela análise dos feitos com bens indicados à penhora, com a elaboração de minutas de despacho e efetivo cumprimento de todos os expedientes até a alienação final dos aludidos bens;

(5) Setor de Grandes Devedores (1 servidor), destinado a tratar das Execuções Fiscais, e feitos correlatos, de valor superior a R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais). Análise de feitos, minutas de despachos/decisões e elaboração de todos os expedientes relativos às referidas demandas, inclusive a constrição de bens, através do sistema BACEN-JUD;

(6) Setor de Expedientes (1 servidor), responsável pela expedição de mandados, ofícios, RPV e precatórios;

(7) Setor de Cartas Precatórias/De Ordem (1 servidor), responsável pela expedição de cartas precatórias, com o acompanhamento dos prazos para cumprimento, bem como pelo cumprimento das cartas recebidas;

(8) Direção da Secretaria (1 servidor), coordenação geral da Secretaria do Juízo.

As atividades se desenvolvem na forma descrita acima, e os processos são organizados na Secretaria por tarefa a ser realizada, para termos uma ideia visual das necessidades de realização de mutirões.

Há utilização das ferramentas de relatórios disponíveis nos sistemas processuais TEBAS e PJE, para acompanhamento do acervo e situação dos feitos.

6.33.3.2. Gabinete do Juiz Federal

No que tange à organização dos gabinetes, considerando a ausência de Juiz Substituto na unidade, os quatro servidores que exercem funções de gabinete (assessoria) estão sob o direção e orientação do Juiz Titular.

A oficiala de gabinete do Juiz Titular, Renata de Barros Palácio, e, na ausência dela, a servidora Tatiana Ferreira Martins, são responsáveis pela distribuição das atividades entre todos os assessores, que desenvolvem atividades de análise e minuta de sentenças e decisões e pelo revezamento diário da análise das decisões urgentes.

Quanto aos processos físicos conclusos para sentença e decisão, estes são distribuídos nas estantes por data de entrada no gabinete, por tarefa e por classe. Mensalmente, após o fechamento das estatísticas, os assessores se reúnem com o magistrado para apresentação da produtividade do mês anterior e planejamento das atividades do mês seguinte. Finalmente, as tarefas de análise e preparação de minutas de sentenças e decisões seguem a seguinte ordem de prioridade: processos mais antigos na distribuição; data da entrada no gabinete e classes importantes, tais como: mandados de segurança, cautelares e embargos à execução, sempre ressaltando alguma urgência. No caso dos processos eletrônicos, a análise dos processos conclusos segue a ordem de chegada na fase minutar, priorizando-se sempre as classes já mencionadas e eventuais urgências.

As tarefas de análise e preparação de minutas de sentenças e decisões seguem a seguinte ordem de prioridade: processos mais antigos na distribuição; data da entrada no gabinete e classes importantes, tais como: mandados de segurança, cautelares e embargos à execução, sempre ressaltando alguma urgência. No caso dos processos eletrônicos, a análise dos processos conclusos segue a ordem de chegada na fase minutar, priorizando-se sempre as classes já mencionadas e eventuais urgências.

6.33.4. Participação do Juiz Federal em reuniões com a equipe da 33ª Vara Federal

Contato diário com os servidores lotados na Secretaria e Gabinete. Semanalmente, o magistrado acompanha *in loco* o desenvolvimento das atividades na Secretaria, através de reuniões informais com os servidores no próprio ambiente da Secretaria. Ademais, o acesso ao gabinete do magistrado é franqueado a todos os servidores.

6.33.5. Planejamento das atividades da 33ª Vara Federal e avaliação periódica de resultados

Considerando o excessivo número de processos em tramitação e o diminuto número de servidores, numa realidade em que um servidor seria responsável em média por 1.287 feitos, que representa quase um acervo total de Vara Cível desta Seccional, as atividades da Vara desenvolvem-se com a adoção de sistemáticos mutirões para juntada de petições, expedições de mandados, verificação de processos com prazos vencidos etc. Nessas ocasiões, são fixadas metas por servidor, aferíveis via sistemas de informática. Também se priorizam os processos de Grandes Devedores e os que têm prioridade legal, assim como os processos que se encontrem mais próximos de serem finalizados, como os processos com sentença, recurso ou com bens penhorados.

Mensalmente, após o fechamento das estatísticas, os assessores se reúnem com o magistrado para apresentação da produtividade do mês anterior e planejamento das atividades do mês seguinte.

Em relação aos processos físicos, a avaliação das atividades se dá especialmente de forma visual, observando-se acúmulo de determinada demanda (por exemplo, quantidade de processos pendentes de expedição de mandado, petições pendentes de juntada etc.), forma-se um mutirão dos servidores da Secretaria para, em tempo determinado, atender àquela necessidade. Paralelamente, utiliza-se o sistema TEBAS para verificação de produtividade dos servidores.

Quanto aos processos eletrônicos, a verificação é visual no "Painel do Usuário", também através da elaboração de mutirões para esvaziar caixas determinadas (como por exemplo, "processos com manifestação", "triagem inicial", "expedição de mandados" etc).

6.33.6. Atendimento aos membros do Ministério Público Federal, Defensoria Pública da União, procuradores federais, advogados e partes na secretaria e no gabinete do Juiz Federal da 33ª Vara Federal

As partes e advogados são atendidos por ordem de chegada em sala destinada para tal finalidade. Da mesma forma, em relação aos procuradores dos exequentes quando estes comparecem à sede do Juízo. Considerando que a Fazenda Pública tem a prerrogativa de intimação pessoal, a Secretaria do Juízo elabora carga semanal dos autos à Fazenda Nacional. Quanto aos demais exequentes, a Secretaria do Juízo agenda, previamente, com a respectiva procuradoria o dia em que os servidores virão buscar os processos e prepara-se igualmente a carga destes.

Os membros do Ministério Público, Defensoria Pública, advogados e partes são atendidos no gabinete, prontamente, pelos servidores, com atenção e presteza, sempre no intuito de solucionar o problema apresentado e de prestar o melhor atendimento possível.

Considerando que a Vara de Execuções Fiscais não exige a realização de audiências, as quais podem ocorrer apenas extraordinariamente, o magistrado encontra-se à disposição para atendimento de membros do Ministério Público, da Defensoria Pública, advogados e partes durante o horário de expediente, os quais são recebidos e encaminhados imediatamente ao juiz, independentemente de prévio agendamento, observando-se, apenas, a ordem de chegada.

6.33.7. Número de processos, relação servidor/processo, audiências de conciliação e de instrução e inspeções judiciais.

Por ocasião do preenchimento do formulário de gestão, o número de processos em tramitação na vara (total ajustado: excluídos os feitos arquivados, suspensos e baixados) alcançava um total de 19.310, sendo 16.271 físicos e 3.039 eletrônicos.

Relação do número de processos com o número de servidores em atividade na Vara: 1.287,33 (19.310/15=1.287,33).

Número de processos sobrestados/suspensos: 7.429, sendo 6.183 físicos e 1.246 eletrônicos, conforme informações obtidas nos sistemas TEBAS e PJE no dia 05.03.2018.

Os sistemas TEBAS e PJE não fornecem relatório com os motivos do sobrestamento. Como se trata de uma Vara de Execuções Fiscais, os motivos mais comuns são: parcelamento do débito, valor irrisório (abaixo de R\$ 20.000,00 para os processos da Fazenda Nacional) e não localização do devedor ou de bens penhoráveis, na forma do art. 40 da LEF.

Número de processos extraviados nos últimos 24 meses: 6. Número de processos restaurados nos últimos 24 meses: 6, sendo três que tramitam no meio físico e três de forma eletrônica.

Não houve audiências realizadas nos últimos 24 meses, a contar da data de início da correição.

Foram realizadas 03 (três) Inspeções Ordinárias Anuais, todas pelo Juiz Federal Titular, Dr. Glêdison Marques Fernandes: 1ª) 14 a 18 de março de 2016; 2ª) 27 a 31 de março de 2017; e, 3ª) 26 de fevereiro a 2 de março de 2018.

Não foram realizadas atividades de conciliação nos últimos 24 meses. Não há registro de audiências adiadas ou canceladas nos últimos 24 meses.

6.33.8. Cumprimento de metas e resoluções do CNJ

Meta 1 (Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente).

Meta em cumprimento ao longo deste ano, segundo informado pela unidade.

Meta 2 (Identificar e julgar, até 31/12/2017, pelo menos 100% dos processos distribuídos até 31/12/2012, 85% dos processos distribuídos em 2013 nos 1º e 2º graus, e 100% dos processos distribuídos até 31/12/2014 nos Juizados Especiais e Turmas Recursais Federais).

Sim, em relação aos feitos conexos às execuções fiscais, conforme informado pela Vara.

Meta 3 (Aumentar os casos solucionados por conciliação, fomentando o alcance do percentual mínimo de 2% na proporção dos processos conciliados em relação aos distribuídos)

Segundo a Vara, por se tratar de uma Vara de Execuções Fiscais, em que os Procuradores da Fazenda Nacional não têm poderes para transigir e negociar, salvo nos casos expressamente previstos em leis de refinanciamento de débitos.

Meta 4 (Identificar e julgar até 31/12/2017 70% das ações de improbidade administrativa distribuídas até 31/12/2014).

Prejudicada, por se tratar de uma Vara de Execuções Fiscais.

Meta 5 (Baixar quantidade maior de processos de execução não fiscal do que o total de casos novos de execução não fiscal no ano corrente).

Prejudicada, por se tratar de uma Vara de Execuções Fiscais.

Meta 6 (Identificar e julgar, até 31/12/2017, entre 70% e 85% das ações coletivas distribuídas até 31/12/2013, no 1º e 2º graus)

Prejudicada, por se tratar de uma Vara de Execuções Fiscais.

Metas Específicas para a Justiça Federal

Baixar quantidade maior de processos criminais do que os casos novos criminais no ano corrente; Julgar quantidade maior de processos criminais do que os casos novos criminais no ano corrente.

Prejudicada, por se tratar de uma Vara de Execuções Fiscais.

Identificar e julgar, até 31/12/2017, 70% das ações penais vinculadas aos crimes relacionados à improbidade administrativa, ao tráfico de pessoas, à exploração sexual e ao trabalho escravo, distribuídas até 31/12/2014).

Prejudicada, por se tratar de uma Vara de Execuções Fiscais.

Acerca do cumprimento do Provimento CNJ nº 29/2013

Prejudicada, por se tratar de uma Vara de Execuções Fiscais.

Acerca do cumprimento das exigências previstas na Resolução CNJ nº 66/2009, com a redação introduzida pela Resolução CNJ nº 87/2009, e sobre a necessidade de inserção, no sistema informatizado, do Relatório de Controle de Prisões.

Prejudicada, por se tratar de uma Vara de Execuções Fiscais.

6.33.9. Processos selecionados para correição

Foram correicionados 56 processos físicos (quando da correição tinham 15.917 processos físicos em tramitação ajustada).

Quanto aos processos do Sistema PJe, foram correicionados 150 processos (quando da correição tinham 2.842 processos eletrônicos em tramitação ajustada).

6.33.9.1 Principais constatações da análise individual de processos

6.33.9.1.1. Processos Físicos

Da análise individual dos processos, podem-se destacar as seguintes ocorrências:

CARTÓRIO:		
TIPO DE AÇÃO	Nº DO PROCESSO	OBSERVAÇÃO
Execução Fiscal	00000200281000194431	Set/15 a out/17.
Execução Fiscal	9100118427	Fev/16 a abr/18.
DEMORA NA CONCLUSÃO:		
TIPO DE AÇÃO	Nº DO PROCESSO	OBSERVAÇÃO
Execução Fiscal	9700163806	De fl. 114 (janeiro a abr/16).
Execução Fiscal	00044026919984058100	De fl. 200 (maio/14 a nov/16 - fl. 199).
Execução de Sentença	00093142219924058100	De fl. 173 (março a jul/17).
Execução Fiscal	00000200981000070736	De fl. 235 (jul/16 a mar/17) e de fl. 243 (set/17 a mar/18).
Execução Fiscal	00142127720124058100	Junho/2016-agosto/2017.
Execução Fiscal	00139339120124058100	Nov/2015 a janeiro/2017 e Nov/2017 a fevereiro/2018.
Execução Fiscal	00079317120134058100	Juntada em 26/11/15, conclusão em 25/02/16; juntada em 08/04/16, conclusão em 13/07/16; recebimento em 21/10/16, conclusão em 10/02/17.
Execução Fiscal	00281080820034058100	Petição juntada em 30/03/17, conclusão em 20/07/17.
Execução Fiscal	00104505820094058100	Juntada em 16/11/15, conclusão em 11/01/16; juntada em 16/03/17, conclusão em 26/07/17; juntada em 30/10/17, conclusos em 06/03/18.
Embargos à Execução	00091303120134058100	Para despacho, de 26.04.2017 a 13.09.2017.
Embargos à Execução	00091303120134058100	Para sentença, de 01.12.2017 a 04.04.2018.
DEMORA NA JUNTADA DE EXPEDIENTE:		
TIPO DE AÇÃO	Nº DO PROCESSO	OBSERVAÇÃO
Execução Fiscal	00009927020164058100	Da petição de fl. 28 (out/17 a abr/18).
Execução Fiscal	00142127720124058100	Setembro/2017 -

		fevereiro/2018.
Execução Fiscal	00018623820044058100	Novembro/2017 a abril/2018.
Execução Fiscal	00079317120134058100	CP cumprida em setembro/17, juntada em 18/02/18.
Execução Fiscal	00281080820034058100	Petição de 14/09/17, juntada em 28/02/18.
Execução Fiscal	00009301120084058100	Petição de 20/11/17, juntada em 27/02/18.
Execução Fiscal	00026121619994058100	Petição, de 10.05.2016 a 27.09.2016.
Execução Fiscal	00104505820094058100	Petição de 18/09/15, juntada em 16/11/15.
DEMORA NA PUBLICAÇÃO:		
TIPO DE AÇÃO	Nº DO PROCESSO	OBSERVAÇÃO
Execução de Sentença	00052901320134058100	Sentença de 16/02/18 ainda não publicada.
DESCUMPRIMENTO DE DETERMINAÇÕES DE INSPEÇÕES E CORREIÇÕES:		
TIPO DE AÇÃO	Nº DO PROCESSO	OBSERVAÇÃO
Execução de Sentença	00032373520084058100	De 27.03.2017 a 28.02.2018.
Execução Fiscal	00094111719954058100	Desde 27.02.2018.
Execução de Sentença	00036972720054058100	Desde 26.02.2018.
Execução Fiscal	00110426820104058100	Despacho de 23/02/17 parcialmente cumprido, reiterado em 26/02/18 em inspeção, e ainda não cumprido.
FEITO EM ORDEM:		
TIPO DE AÇÃO	Nº DO PROCESSO	OBSERVAÇÃO
Execução Fiscal	00019615620144058100	
Embargos à Execução	00004753620144058100	
Execução Fiscal	00217786320014058100	
Execução Fiscal	00000200481000019186	
Execução de Sentença	00411203619964058100	
Execução Fiscal	00054101320004058100	

Execução Fiscal	00063807120044058100	
Execução Fiscal	00067235720104058100	
Execução Fiscal	00106113420104058100	
Execução Fiscal	00094111620154058100	
OUTROS:		
TIPO DE AÇÃO	Nº DO PROCESSO	OBSERVAÇÃO
Execução Fiscal	9700163806	Demora na abertura de vista (fl. 115v).
Execução de Sentença	00032373520084058100	Processo sem movimentação, de 20.07.2016 a 27.07.2017.
Execução Fiscal	00000200281000012602	Ausência de termo de conclusão para sentença.
Execução Fiscal	00007107120124058100	Ausência de termo de conclusão para sentença.
Execução Fiscal	00009927020164058100	Ausência de termo de conclusão para sentença.
Execução Fiscal	9600535329	Ausência de termo de conclusão para sentença.
Execução Fiscal	00000200981000070736	Sem movimentação entre maio/14 a maio/15 (fls. 218/219).
Execução Fiscal	00000200681000191903	Ausência de termo de conclusão antes da sentença de extinção.
Execução Fiscal	00008437920134058100	Ausência de termo de conclusão antes da sentença de extinção em 08/02/18.
Execução Fiscal	00054013620094058100	Demora no cumprimento de despacho de fl. 732 - de junho/2016 a setembro/2016.
Execução Fiscal	00054013620094058100	Ausência de cobrança de cumprimento de mandado expedido em setembro/2016.
Execução Fiscal	00054013620094058100	Juntada de petição da União de fl. 761 em março/2017, sem haver até o momento apreciação de seu pedido de vista dos autos.

Execução Fiscal	00013813120114058100	Ausência de termo de conclusão.
Execução Fiscal	9800042008	Ausência de movimentação desde setembro/2017.
Execução Fiscal	00000200181000123470	Ausência de movimentação desde julho/2017.
Execução Fiscal	00139339120124058100	Ausência de cobrança de cumprimento de mandado de fl. 310 expedido em maio/2017.
Execução Fiscal	00227625219984058100	Juntada de petição em out/2017 e despacho de inspeção determinando vista dos autos apenas em fev/2018.
Execução Fiscal	00000200781000049921	Demora no cumprimento do despacho de fl. 168 (abertura de vista à exequente após decorrido o prazo de suspensão do feito - maio/15 a mar/18).
Execução Fiscal	00106993320144058100	Ausência de termo de conclusão.
Execução Fiscal	00000200481000139027	Ausência de termo de conclusão.
Execução Fiscal	00154734320134058100	Ausência de termo de conclusão.
Execução Fiscal	00000200281000194431	Ausência de termo de conclusão.
Execução Fiscal	00079317120134058100	Demora no cumprimento de despacho, despacho de 13/07/16, expedição de ofício em 14/09/16.
Execução Fiscal	00042532420084058100	Ausência de termo de conclusão fls. 24v.
Execução Fiscal	00005986320164058100	Demora no cumprimento de despacho/expedição de mandado de citação (desp. de 27/06/16, expedição em 25/05/17).
Execução Fiscal	00022120620164058100	Demora cumprimento de despacho, datado de 28/11/16, expedição de mandado citação em 13/03/17.

Execução Fiscal	00045833120024058100	Ausência de termo de conclusão fls. 90v.
Execução Fiscal	00047827220104058100	Ausência de termo de conclusão.
Execução Fiscal	00047909820004058100	Ausência de termo de conclusão.
Execução de Sentença	00052901320134058100	Ausência de termo de conclusão.
Execução Fiscal	00084853520154058100	Ausência de termo de conclusão.
Execução Fiscal	00026121619994058100	Processo sem movimentação, de 27.09.2016 a 28.02.2018.
Execução Fiscal	00094111719954058100	Processo sem movimentação, de 23.02.2017 a 27.02.2018.
Execução Fiscal	00054403820064058100	Processo sem movimentação, de 01.09.2014 a 04.12.2017.
Embargos à Execução	00099253720134058100	Processo sem movimentação, de 20.10.2016 a 26.02.2018.
Embargos à Execução	00099253720134058100	Ausência de termo de conclusão para sentença.
Execução Fiscal	00095704720014058100	Ausência de termo de conclusão.
Execução Fiscal	00088216420004058100	Ausência de termo de conclusão para sentença.
Execução Fiscal	00174623620034058100	Demora no cumprimento de despacho, desde 27.02.2018.
Execução de Sentença	00036972720054058100	Processo sem movimentação, de 23.05.2017 a 26.02.2018.
Execução Fiscal	9700163806	Petição de fl. 116 pendente de apreciação (juntada em nov/17).
PARALISAÇÃO IRREGULAR:		
TIPO DE AÇÃO	Nº DO PROCESSO	OBSERVAÇÃO
Execução de Sentença	00093142219924058100	De ago/17 a fev/18 (fls. 179/180).
Execução Fiscal	9100118427	De maio/14 a fev/16.

Execução Fiscal 00106993320144058100 De dez/15 a jul/17.

Outras Observações:

Processo : 9100118427 Classe: Execução Fiscal - distribuído para a 33ª Vara em 08/05/14.

Processo : 9600535329 Classe: Execução Fiscal - Execuções apensas: 98.0011526-9 e 98.0011552-8.

Processo : 9800042008 Classe: Execução Fiscal - processos apensos: 0000901-87.2010.4.05.8100 e 2001 81 00 012347-0

Processo : 00000200181000123470 Classe: Execução Fiscal - processos apensos 0000901-87.2010.4.05.8100 e 98. 0004200-8.

Processo : 00000200281000012602 Classe: Execução Fiscal - Execução apensa: 2002.81.00.001261-4.

Processo : 00000200281000194431 Classe: Execução Fiscal - redistribuído para 33ª Vara em 12/05/14.

Processo : 00000200481000139027 Classe: Execução Fiscal - Redistribuído para 33ª Vara em 07/05/14.

Processo : 00004753620144058100 Classe: Embargos à Execução - Execução apensa: 0010250-90.2005.4.05.8100.

Processo : 00009301120084058100 Classe: Execução Fiscal - em anexo EF 00028418720104058100 e 00014578920104058100.

Processo : 00026121619994058100 Classe: Execução Fiscal - Apensos: 0004426-62, 0006157-45, 0001399-57, 0003288-61.

Processo : 00028868120164058100 Classe: Execução Fiscal - sentença de extinção em 09/02/2018.

Processo: 00032373520084058100 Classe: Execução de Sentença - Cumprimento de sentença.

Processo: 00052901320134058100 Classe: Execução de Sentença - cumprimento de sentença; redistribuição em 09/05/14.

Processo : 00054101320004058100 Classe: Execução Fiscal - em apenso EF 00054119520004058100.

Processo : 00054403820064058100 Classe: Execução Fiscal - Redistribuído à 33ª Vara em 05.05.2014.

Processo : 00088216420004058100 Classe: Execução Fiscal - Apensos: 0008822-49, 0011249-29.

Processo: 00093142219924058100 Classe: Execução de Sentença - Cumprimento de sentença.

Processo: 00094111719954058100 Classe: Execução Fiscal - Apensos: 0004140-22, 0029606-47, 0029607-32, 0029608-17, 0010264-79, 0010817-92, 0010818-77, 0011221-46, 0018764-66, 0003600-56, 0020698-54, 0004148-47, 0008790-63, 0000703-84, 0015588-06, 0001369-51, 0013728-24, 0013529-50, 0014997-15.

Processo : 00227625219984058100 Classe: Execução Fiscal - processos apensos 0032432-46.2000.4.05.8100; 2001 81 00 009490-0 e 0032429-91.2000 4 05 8100.

Processo : 00411203619964058100 Classe: Execução de Sentença - Cumprimento de sentença. Apensos: 0004414-83, 0023538-47, 0014462-62, 0019030-58, 0014461-77, 0012142-05, 0019918-32, 0014460-92, 0012141-20.

6.33.9.1.2. Processos Judiciais Eletrônicos (PJe)

Da análise individual dos processos, podem-se destacar as seguintes ocorrências:

Número do Processo	Classe Judicial	Assunto	Último Evento	Polo Ativo	Polo Passivo	Correicionado
Ausência/demora na conclusão						
0800166-74.2017.4.05.8100	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Juntada de Petição	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	C.M.C SERVICOS TERCERIZADOS LTDA - ME - 04.654.060/0001-89	SIM
0800543-16.2015.4.05.8100	EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL	Construção / Penhora / Avaliação / Indisponibilidade de Bens	Juntada de Cota	MERCANTIL FACTORING FOMENTO COMERCIAL LTDA. - 23.480.882/0001-35	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	SIM
0800863-66.2015.4.05.8100	EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL	Efeito Suspensivo / Impugnação / Embargos à Execução	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO e outro - 00.375.114/0001-16	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	SIM
0801262-95.2015.4.05.8100	EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL	Efeito Suspensivo / Impugnação / Embargos à Execução	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF - 00.360.205/0001-04	MUNICIPIO DE FORTALEZA - 07.954.605/0001-60	SIM
0801476-86.2015.4.05.8100	EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL	Efeito Suspensivo / Impugnação / Embargos à Execução	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MUNICIPIO DE FORTALEZA - 07.954.605/0001-60	CONSELHO REGIONAL DE FARMACIA DO ESTADO DO CEARÁ - CRF/CE - 07.288.905/0001-58	SIM
0801504-54.2015.4.05.8100	EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL	Efeito Suspensivo / Impugnação / Embargos à Execução	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FRANCISCO DE ASSIS XAVIER - 010.270.182-00	BANCO CENTRAL DO BRASIL - 00.038.166/0001-05	SIM
0801664-11.2017.4.05.8100	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Juntada de Petição	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	MB TRANSPORTES EIRELI - EPP -	SIM
0801665-93.2017.4.05.8100	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Juntada de Cota	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	GRAFICA INDUSTRIAL SA - GRAFISA -	SIM
0801684-02.2017.4.05.8100	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Juntada de Cota	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	SOFTSITE INFORMATICA LTDA - EPP - 01.166.879/0001-09	SIM
0802112-52.2015.4.05.8100	EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL	Efeito Suspensivo / Impugnação / Embargos à Execução	Julgado improcedente o pedido	M REIS LOGISTICA LTDA - ME - 04.867.220/0001-20	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	SIM
0802141-68.2016.4.05.8100	EXECUÇÃO FISCAL	Ausência de Cobrança Administrativa Prévia	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CONSELHO REGIONAL DE FARMACIA DO ESTADO DO CEARÁ - CRF/CE - 07.288.905/0001-58	MARIA CREUZA UCHOA LOPES - 001.796.633-72	SIM
0802144-23.2016.4.05.8100	EXECUÇÃO FISCAL	Ausência de Cobrança Administrativa Prévia	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CONSELHO REGIONAL DE FARMACIA DO ESTADO DO CEARÁ - CRF/CE - 07.288.905/0001-58	MARIA DE SALETE MOURA DE LIMA - 042.942.461-20	SIM

0802167-66.2016.4.05.8100	EXECUÇÃO FISCAL	Ausência de Cobrança Administrativa Prévia	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CONSELHO REGIONAL DE FARMACIA DO ESTADO DO CEARÁ - CRF/CE - 07.288.905/0001-58	ELZA GRAÇA FERREIRA - null	SIM
0802620-95.2015.4.05.8100	EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL	Efeito Suspensivo / Impugnação / Embargos à Execução	Juntada de Certidão de Intimação	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF - 00.260.205/0001-04	MUNICIPIO DE FORTALEZA - 07.051.605/0001-60	SIM
		Efeito Suspensivo /		HAPVIDA	AGENCIA NACIONAL	

0802637-34.2015.4.05.8100	EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL	Impugnação / Embargos à Execução	Proferido despacho de mero expediente	ASSISTENCIA MEDICA LTDA -	DE SAUDE SUPLEMENTAR - ANS.	SIM
0803037-48.2015.4.05.8100	EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL	Efeito Suspensivo / Impugnação / Embargos à Execução	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	J MACEDO S/A - 14.998.371/0001-19	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	SIM
0803266-71.2016.4.05.8100	EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL	Efeito Suspensivo / Impugnação / Embargos à Execução	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	HAPVIDA ASSISTENCIA MEDICA LTDA - 63.554.067/0001-98	AGENCIA NACIONAL DE SAUDE SUPLEMENTAR - ANS. - 03.589.068/0001-46	SIM
0803271-93.2016.4.05.8100	EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL	Efeito Suspensivo / Impugnação / Embargos à Execução	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	HAPVIDA ASSISTENCIA MEDICA LTDA - 63.554.067/0001-98	AGENCIA NACIONAL DE SAUDE SUPLEMENTAR - ANS. - 03.589.068/0001-46	SIM
0803427-81.2016.4.05.8100	EXECUÇÃO FISCAL	Competência da Justiça Federal	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES - DNIT - 04.892.707/0001-00	EXPRESSO GUANABARA S A - 41.550.112/0001-01	SIM
0803834-87.2016.4.05.8100	EXECUÇÃO FISCAL	Competência da Justiça Federal	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVAVEIS - IBAMA - 03.659.166/0001-02	DEUSDEDIT PORFIRIO DA SILVA - 059.850.723-04	SIM
0804175-16.2016.4.05.8100	EXECUÇÃO FISCAL	Competência da Justiça Federal	Juntada de Petição	INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVAVEIS - IBAMA - 03.659.166/0001-02	LOUIS LUC JOZEF PLASKIE - 625.959.113-68	SIM
0804571-90.2016.4.05.8100	EXECUÇÃO FISCAL	Competência da Justiça Federal	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVAVEIS - IBAMA - 03.659.166/0001-02	FRANCISCO CARVALHO FILHO - 463.745.903-68	SIM
0804727-78.2016.4.05.8100	EXECUÇÃO FISCAL	Competência da Justiça Federal	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	AGENCIA NACIONAL DE TELECOMUNICACOES - ANATEL - 02.030.715/0001-12	MEGALINK PROVEDORES DE ACESSO AS REDES DE TELECOMUNICACOES LTDA - ME - 07.626.087/0001-56	SIM
0804749-39.2016.4.05.8100	EXECUÇÃO FISCAL	Competência da Justiça Federal	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	AGENCIA NACIONAL DE SAUDE SUPLEMENTAR - ANS. - 03.589.068/0001-46	SISTEMA MEDICO DA SAUDE S/A - EM LIQUIDACAO - 01.410.841/0001-30	SIM
0804838-62.2016.4.05.8100	EXECUÇÃO FISCAL	Ausência de Cobrança Administrativa Prévia	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	ENJEPLASTIC - INDUSTRIA DE ARTEFATOS DE BORRACHA LTDA - ME - 00.762.473/0001-26	SIM
0805084-58.2016.4.05.8100	EXECUÇÃO FISCAL	1/3 de férias e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVAVEIS - IBAMA - 03.659.166/0001-02	GERLAN OLIVEIRA SANTOS - 660.313.893-04	SIM
0805086-91.2017.4.05.8100	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Juntada de Certidão de decurso de prazo	DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUCAO MINERAL - DNPM - 00.381.056/0001-33	O C S - MINERACAO E EMPREENDIMENTOS LTDA - 07.323.439/0001-02	SIM
0805780-94.2016.4.05.8100	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Proferido despacho de mero expediente	AGENCIA NACIONAL DE SAUDE SUPLEMENTAR - ANS. - 03.589.068/0001-46	UNIMED FORTALEZA SOCIEDADE COOPERATIVA MEDICA LTDA -	SIM

0807402-48.2015.4.05.8100	EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL	Benefício de Ordem	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	ANTONIO JORGE ACARIO -	FAZENDA NACIONAL 08.2014.160.0016.53	SIM
0808255-23.2016.4.05.8100	EXECUÇÃO FISCAL	Competência da Justiça Federal	Expedição de expediente	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF -	HOSPITAL BATISTA MEMORIAL -	SIM

0810933-74.2017.4.05.8100	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Juntada de Petição	INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVAVEIS - IBAMA - 03.659.166/0001-02	TRANSNORDESTINA LOGISTICA S.A - 02.281.836/0001-37	SIM
0811277-89.2016.4.05.8100	EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL	Efeito Suspensivo / Impugnação / Embargos à Execução	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	HAPVIDA ASSISTENCIA MEDICA LTDA - 63.554.067/0001-98	AGENCIA NACIONAL DE SAUDE SUPLEMENTAR - ANS. - 03.589.068/0001-46	SIM
0811424-18.2016.4.05.8100	PROCEDIMENTO COMUM	Intervenção de Terceiros	Juntada de Informações Prestadas	ANA LUIZA RIBEIRO DE SENNA SOARES -	FAZENDA NACIONAL	SIM
0814132-41.2016.4.05.8100	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Juntada de Cota	FAZENDA NACIONAL	TANIA MARIA MOREIRA MARTINS e outro - 026.247.883-87	SIM
0816065-15.2017.4.05.8100	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Expedição de expediente	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	COMPANHIA ENERGETICA DO CEARA - 07.047.251/0001-70	SIM
Lapso entre a distribuição e despacho inicial/limi						
0804657-61.2016.4.05.8100	EXECUÇÃO FISCAL	Competência da Justiça Federal	Juntada de Petição	INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVAVEIS - IBAMA - 03.659.166/0001-02	DANIEL MESSIAS DA SILVA - 605.357.273-05	SIM
Lapso entre conclusão e prolação da sentença						
0800519-51.2016.4.05.8100	PROCEDIMENTO COMUM	Anulação de Débito Fiscal	Conclusos para julgamento	GLESSTON PEIXOTO CAVALCANTE -	FAZENDA NACIONAL	SIM
0800863-66.2015.4.05.8100	EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL	Efeito Suspensivo / Impugnação / Embargos à Execução	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO e outro - 00.375.114/0001-16	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	SIM
0802572-39.2015.4.05.8100	EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL	Busca e Apreensão	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO e outro - 00.375.114/0001-16	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	SIM
0802577-61.2015.4.05.8100	EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL	Efeito Suspensivo / Impugnação / Embargos à Execução	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	IPESCA INDUSTRIA DE PESCA LTDA - ME	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	SIM
0802581-64.2016.4.05.8100	EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL	Efeito Suspensivo / Impugnação / Embargos à Execução	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	UNIMED FORTALEZA SOCIEDADE COOPERATIVA MEDICA LTDA -	AGENCIA NACIONAL DE SAUDE SUPLEMENTAR - ANS. - 03.589.068/0001-46	SIM
0802601-89.2015.4.05.8100	EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL	Ato Atentatório à Dignidade da Justiça	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	JOSE VILMA CARNEIRO e outro -	FAZENDA NACIONAL	SIM
0802790-33.2016.4.05.8100	EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL	Expropriação de Bens	Juntada de Certidão de Intimação	PATRICIA SOUSA FROTA - 618.931.703-06	INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVAVEIS - IBAMA - 03.659.166/0001-02	SIM
0803037-48.2015.4.05.8100	EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL	Efeito Suspensivo / Impugnação / Embargos à Execução	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	J MACEDO S/A - 14.998.371/0001-19	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	SIM
0803140-55.2015.4.05.8100	EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL	Efeito Suspensivo / Impugnação / Embargos à Execução	Juntada de Apelação	PRONTOCARDIO PRONTO ATENDIMENTO CARDIOLOGICO SC LTDA - ME - 05.613.278/0001-58	CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DO CEARA - CREMEC - 10.491.017/0001-42	SIM
0803532-58.2016.4.05.8100	EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL	Nulidade / Inexigibilidade do Título	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	ELISA MARIA GRADVOHL BEZERRA e outro - 111.237.453-15	FAZENDA NACIONAL	SIM

0803885-35.2015.4.05.8100	EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL	Efeito Suspensivo / Impugnação / Embargos à Execução	Juntada de Apelação	JOSE DE RIBAMAR PINTO COELHO - 003.470.973-07	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	SIM
0807310-70.2015.4.05.8100	EMBARGOS À EXECUÇÃO	Efeito Suspensivo / Impugnação / Embargos à	Juntada de Certidão de Intimação	MARCUS VINICIUS LEITAO MELO -	FAZENDA NACIONAL 00.394.460/0216-53	SIM

	FISCAL	Execução		315.668.393-00		
0807402-48.2015.4.05.8100	EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL	Benefício de Ordem	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	ANTONIO JORGE ACARIO -	FAZENDA NACIONAL	SIM
0808261-64.2015.4.05.8100	EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL	Execução Previdenciária	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	R.T.F. LOCACAO DE ESPACOS PARA ESPORTES LTDA - ME - 06.162.198/0001-96	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	SIM
0811207-72.2016.4.05.8100	EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL	Efeito Suspensivo / Impugnação / Embargos à Execução	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CONFEITARIA LE MOULIN LTDA - EPP - 41.601.855/0001-00	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	SIM
Lapso entre conclusão e prolação despacho/decisão						
0800166-74.2017.4.05.8100	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Juntada de Petição	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	C.M.C SERVICOS TERCERIZADOS LTDA - ME - 04.654.060/0001-89	SIM
0800519-51.2016.4.05.8100	PROCEDIMENTO COMUM	Anulação de Débito Fiscal	Conclusos para julgamento	GLEDSTON PEIXOTO CAVALCANTE -	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	SIM
0800543-16.2015.4.05.8100	EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL	Construção / Penhora / Avaliação / Indisponibilidade de Bens	Juntada de Cota	MERCANTIL FACTORING FOMENTO COMERCIAL LTDA. - 23.480.882/0001-35	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	SIM
0800863-66.2015.4.05.8100	EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL	Efeito Suspensivo / Impugnação / Embargos à Execução	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO e outro - 00.375.114/0001-16	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	SIM
0800927-08.2017.4.05.8100	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Juntada de Certidão de Intimação	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	FATIMA LUSANIR ROCHA BARBOSA - ME - 02.876.088/0001-35	SIM
0801262-95.2015.4.05.8100	EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL	Efeito Suspensivo / Impugnação / Embargos à Execução	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF - 00.360.305/0001-04	MUNICIPIO DE FORTALEZA - 07.054.605/0001-60	SIM
0801459-16.2016.4.05.8100	EMBARGOS DE TERCEIRO	Construção / Penhora / Avaliação / Indisponibilidade de Bens	Julgado procedente em parte do pedido	NOVO TEMPO INCORPORACOES E CONSTRUCOES LTDA - ME - 35.031.772/0001-75	FAZENDA NACIONAL e outro - 00.394.460/0216-53	SIM
0801504-54.2015.4.05.8100	EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL	Efeito Suspensivo / Impugnação / Embargos à Execução	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FRANCISCO DE ASSIS XAVIER - 010.370.182-00	BANCO CENTRAL DO BRASIL - 00.030.155/0001-05	SIM
0801684-02.2017.4.05.8100	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Juntada de Cota	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	SOFTSITE INFORMATICA LTDA - EPP - 01.166.879/0001-09	SIM
0801704-90.2017.4.05.8100	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Juntada de Petição	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO e outro - 00.375.114/0001-16	SIM
0801716-07.2017.4.05.8100	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Juntada de Petição	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	SETE COUROS - COMERCIO DE FERRAGENS LTDA - ME - 09.033.477/0001-48	SIM
0802112-52.2015.4.05.8100	EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL	Efeito Suspensivo / Impugnação / Embargos à Execução	Julgado improcedente o pedido	M REIS LOGISTICA LTDA - ME - 04.867.330/0001-30	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	SIM
0802581-64.2016.4.05.8100	EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL	Efeito Suspensivo / Impugnação / Embargos à Execução	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	UNIMED FORTALEZA SOCIEDADE COOPERATIVA MEDICA LTDA -	AGENCIA NACIONAL DE SAUDE SUPLEMENTAR - ANS. - 03.589.068/0001-46	SIM
0802620-95.2015.4.05.8100	EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL	Efeito Suspensivo / Impugnação / Embargos à Execução	Juntada de Certidão de Intimação	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF - 00.360.305/0001-04	MUNICIPIO DE FORTALEZA - 07.054.605/0001-60	SIM
0802637-34.2015.4.05.8100	EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL	Efeito Suspensivo / Impugnação / Embargos à Execução	Proferido despacho de mero expediente	HAPVIDA ASSISTENCIA MEDICA LTDA - 63.554.067/0001-98	AGENCIA NACIONAL DE SAUDE SUPLEMENTAR - ANS. - 03.589.068/0001-46	SIM

0803037-48.2015.4.05.8100	EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL	Efeito Suspensivo / Impugnação / Embargos à Execução	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	J MACEDO S/A - 14.998.371/0001-19	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	SIM
	EMBARGOS À EXECUÇÃO	Efeito Suspensivo / Impugnação /	Inspeção da Corregedoria-Geral	HAPVIDA ASSISTENCIA	AGENCIA NACIONAL DE SAUDE	

0803266-71.2016.4.05.8100 FISCAL Embargos à da Justiça Federal MEDICA LTDA - SUPLEMENTAR - ANS. SIM
 Execução 63.554.067/0001-98 - 03.589.068/0001-46

0803271-93.2016.4.05.8100	EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL	Efeito Suspensivo / Impugnação / Embargos à Execução	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	HAPVIDA ASSISTENCIA MEDICA LTDA - 63.554.067/0001-98	AGENCIA NACIONAL DE SAUDE SUPLEMENTAR - ANS. - 03.589.068/0001-46	SIM
0803427-81.2016.4.05.8100	EXECUÇÃO FISCAL	Competência da Justiça Federal	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES - DNIT - 04.892.707/0001-00	EXPRESSO GUANABARA S A - 41.550.112/0001-01	SIM
0803532-58.2016.4.05.8100	EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL	Nulidade / Inexigibilidade do Título	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	ELISA MARIA GRADVOHL BEZERRA e outro - 111.237.453-15	FAZENDA NACIONAL	SIM
0803885-35.2015.4.05.8100	EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL	Efeito Suspensivo / Impugnação / Embargos à Execução	Juntada de Apelação	JOSE DE RIBAMAR PINTO COELHO - 002.470.872-07	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	SIM
0804537-52.2015.4.05.8100	EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL	Efeito Suspensivo / Impugnação / Embargos à Execução	Juntada de Petição	IVAN SOARES DE LIMA - 315.523.075-49	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	SIM
0804658-46.2016.4.05.8100	EXECUÇÃO FISCAL	Competência da Justiça Federal	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVAVEIS - IBAMA - 03.659.166/0001-02	O C S - MINERACAO E EMPREENDIMENTOS LTDA - 07.323.439/0001-02	SIM
0805086-91.2017.4.05.8100	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Juntada de Certidão de decurso de prazo	DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUCAO MINERAL - DNPM - 00.381.056/0001-33	O C S - MINERACAO E EMPREENDIMENTOS LTDA - 07.323.439/0001-02	SIM
0807141-83.2015.4.05.8100	NOMINAÇÃO CAUTELAR	Expedição de Preito	despacho	GLEDSTON PEIXOTO CAVALCANTE - 11.601.855/0001-00	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	SIM
0807163-10.2016.4.05.8100	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Juntada de Petição	FAZENDA NACIONAL	JOONGBO QUIMICA DO BRASIL LTDA - 00.394.460/0216-53	SIM
0810933-74.2017.4.05.8100	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Juntada de Petição	INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVAVEIS - IBAMA - 03.659.166/0001-02	TRANSNORDESTINA LOGISTICA S.A - 02.281.836/0001-37	SIM
0811207-72.2016.4.05.8100	EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL	Efeito Suspensivo / Impugnação / Embargos à Execução	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CONFEITARIA LE MOULIN LTDA - EPP - 41.601.855/0001-00	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	SIM
0811302-05.2016.4.05.8100	PROCEDIMENTO COMUM	Anulação de Débito Fiscal		DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO e outro - 00.375.114/0001-16	CONSELHO REGIONAL DOS REPRESENTANTES COMERCIAIS NO ESTADO DO CEARA - 07.340.847/0001-64	SIM
0811563-67.2016.4.05.8100	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Juntada de Certidão de Intimação	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	ALFA MIX INDUSTRIA DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA - ME - 09.685.229/0001-81	SIM
0811809-63.2016.4.05.8100	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Expedição de expediente	DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUCAO MINERAL - DNPM - 00.381.056/0001-33	INDAIA BRASIL AGUAS MINERAIS LTDA - 00.048.785/0001-72	SIM
0813885-60.2016.4.05.8100	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CONSELHO REGIONAL DOS REPRESENTANTES COMERCIAIS NO ESTADO DO CEARA - 07.340.847/0001-64	SOUSA REPRESENTACAO DE MEDICAMENTOS LTDA - ME - 10.662.490/0001-45	SIM

Lapso sem movimentação processo na Secretaria

0800836-15.2017.4.05.8100	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	JANIELE NOGUEIRA DE SOUSA -	SIM
0800839-67.2017.4.05.8100	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	UNIVERSUS CONTABILIDADE LTDA - ME -	SIM

0800893-33.2017.4.05.8100	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	FUNDAÇÃO ESCOLA SUPERIOR DE ADVOCACIA DO CEARA FESAC - 35.076.249/0001-65	SIM
0800921-98.2017.4.05.8100	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Juntada de Petição	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	FLEX DESIGN LTDA - ME -	SIM
0800927-08.2017.4.05.8100	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Juntada de Certidão de Intimação	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	FATIMA LUSANIR ROCHA BARBOSA - ME - 02.876.088/0001-35	SIM
0801465-57.2015.4.05.8100	EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL	Efeito Suspensivo / Impugnação / Embargos à Execução	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	ITALO DIOGENES HOLANDA BEZERRA - 00.394.460/0216-53	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	SIM
0801504-54.2015.4.05.8100	EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL	Efeito Suspensivo / Impugnação / Embargos à Execução	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FRANCISCO DE ASSIS XAVIER - 00.394.460/0216-53	BANCO CENTRAL DO BRASIL - 00.000.166/0001-05	SIM
0801705-75.2017.4.05.8100	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	CBL COLCHOES BRASILEIRO LEITE EIRELI EPP - EPP - 11.184.543/0001-22	SIM
0802112-52.2015.4.05.8100	EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL	Efeito Suspensivo / Impugnação / Embargos à Execução	Julgado improcedente o	M REIS LOGISTICA LTDA - ME - 00.394.460/0216-53	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	SIM
0802195-34.2016.4.05.8100	EXECUÇÃO FISCAL	Competência da Justiça Federal	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVAVEIS - IBAMA - 03.659.166/0001-02	RAIMUNDO NACELIO DA SILVA PINHO - null	SIM
0802601-89.2015.4.05.8100	EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL	Ato Atentatório à Dignidade da Justiça	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	JOSE VILMA CARNEIRO e outro - 00.394.460/0216-53	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	SIM
0802620-95.2015.4.05.8100	EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL	Efeito Suspensivo / Impugnação / Embargos à Execução	Juntada de Certidão de Intimação	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF - 00.360.205/0001-04	MUNICIPIO DE FORTALEZA - 07.054.605/0001-60	SIM
0802637-34.2015.4.05.8100	EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL	Efeito Suspensivo / Impugnação / Embargos à Execução	Proferido despacho de mero expediente	HAPVIDA ASSISTENCIA MEDICA LTDA - 63.554.067/0001-98	AGENCIA NACIONAL DE SAUDE SUPLEMENTAR - ANS. - 03.589.068/0001-46	SIM
0802684-08.2015.4.05.8100	EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL	Efeito Suspensivo / Impugnação / Embargos à Execução	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF - 00.360.205/0001-04	MUNICIPIO DE FORTALEZA - 07.054.605/0001-60	SIM
0803037-48.2015.4.05.8100	EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL	Efeito Suspensivo / Impugnação / Embargos à Execução	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	J MACEDO S/A - 14.998.371/0001-19	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	SIM
0803158-08.2017.4.05.8100	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	S.J.17 INDUSTRIA DE MODAS LTDA -	SIM
0803697-42.2015.4.05.8100	EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL	Construção / Penhora / Avaliação / Indisponibilidade de Bens	Juntada de Cota	ROMULO MARTINS DE FREITAS - 00.394.460/0216-53	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	SIM
0803830-50.2016.4.05.8100	EXECUÇÃO FISCAL	Competência da Justiça Federal		INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVAVEIS - IBAMA - 03.659.166/0001-02	CICERO PAULO GOMES - 791.652.573-91	SIM
0804583-07.2016.4.05.8100	EXECUÇÃO FISCAL	Competência da Justiça Federal	Juntada de Petição	INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVAVEIS - IBAMA - 03.659.166/0001-02	RONALDO LOPES DE CASTRO - 012.366.453-59	SIM

0804600-43.2016.4.05.8100	EXECUÇÃO FISCAL	Competência da Justiça Federal	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS	RAFAEL ELIAS SEVILLA TAPIA - 600 765 770 77	SIM
---------------------------	-----------------	--------------------------------	---	---	--	-----

0804637-70.2016.4.05.8100	EXECUÇÃO FISCAL	Competência da Justiça Federal	Expedição de expediente	INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVAVEIS - IBAMA - 03.659.166/0001-02	METROPOLE COMERCIO DE DERIVADOS DE PETRÓLEO LTDA - null	SIM
0804657-61.2016.4.05.8100	EXECUÇÃO FISCAL	Competência da Justiça Federal	Juntada de Petição	INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVAVEIS - IBAMA - 03.659.166/0001-02	DANIEL MESSIAS DA SILVA - 605.357.273-05	SIM
0804658-46.2016.4.05.8100	EXECUÇÃO FISCAL	Competência da Justiça Federal	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVAVEIS - IBAMA - 03.659.166/0001-02	O C S - MINERACAO E EMPREENDIMENTOS LTDA - 07.323.439/0001-02	SIM
0804750-24.2016.4.05.8100	EXECUÇÃO FISCAL	Competência da Justiça Federal	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	AGENCIA NACIONAL DE SAUDE SUPLEMENTAR - ANS. - 03.589.068/0001-46	ODONTOCARD CLINICA DE ASS SERV ODONTOLOGICO LTDA - ME - 00.398.566/0001-13	SIM
0804838-62.2016.4.05.8100	EXECUÇÃO FISCAL	Ausência de Cobrança Administrativa Prévia	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	ENJEPLASTIC - INDUSTRIA DE ARTEFATOS DE BORRACHA LTDA - ME - 00.762.473/0001-26	SIM
0805086-28.2016.4.05.8100	EXECUÇÃO FISCAL	1/3 de férias e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVAVEIS - IBAMA - 03.659.166/0001-02	JANIO AUGUSTO BEZERRA - 221.674.983-49	SIM
0805210-11.2016.4.05.8100	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Juntada de Certidão de decurso de prazo	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	UNIAO BARES RESTAURANTES E CHURRASCARIAS LTDA - 63.543.805/0001-00	SIM
0807402-48.2015.4.05.8100	EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL	Benefício de Ordem	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	ANTONIO JORGE ACARIO - 00.394.460/0216-53	FAZENDA NACIONAL	SIM
0811167-90.2016.4.05.8100	EMBARGOS DE TERCEIRO	Construção / Penhora / Avaliação / Indisponibilidade de Bens	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	TICIO LUCAS SAMPAIO RODRIGUES TRANCA - 055.797.723-19	FRANCISCA SAMPAIO RODRIGUES SOUSA e outro - 247.308.663-04	SIM
0811174-82.2016.4.05.8100	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	MARCELO DAHRUJ - 138.106.608-22	SIM
0811238-92.2016.4.05.8100	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Juntada de Petição	FAZENDA NACIONAL	JOHNNY MENDEZ -	SIM
0811254-46.2016.4.05.8100	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	ELIDYANNE DOS SANTOS SOUSA -	SIM
0811671-96.2016.4.05.8100	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Juntada de Petição	AGENCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT.	FT TRANSPORTADORA EIRELI - EPP - 07.762.372/0001-02	SIM
0813635-27.2016.4.05.8100	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	MB3 MAQUINAS E MANUTENCAO INDUSTRIAL LTDA - ME - 11.482.091/0001-65	SIM

0813644-86.2016.4.05.8100	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Juntada de Certidão de Intimação	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	PMG INDUSTRIA DE CONFECCOES LTDA - ME - 12.628.085/0001-36	SIM
0813647-41.2016.4.05.8100	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	C B P - CESTA BASICA PUREZA COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA. - 15.009.156/0001-00	SIM
0813848-33.2016.4.05.8100	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVAVEIS - IBAMA - 03.659.166/0001-02	FRANCISCO EDVAL LIMA - 913.411.753-91	SIM
0813880-38.2016.4.05.8100	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVAVEIS - IBAMA - 03.659.166/0001-02	CERAMICA CARAUBAS LTDA - 06.059.059/0001-31	SIM
0813892-52.2016.4.05.8100	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CONSELHO REGIONAL DOS REPRESENTANTES COMERCIAIS NO ESTADO DO CEARA - 07.340.847/0001-64	CM COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA - ME - 07.814.428/0001-17	SIM
0816408-45.2016.4.05.8100	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	M DIAS BRANCO S.A. INDUSTRIA E COMERCIO DE ALIMENTOS - 07.206.816/0001-15	SIM
Lapso temporal para cumprimento despacho/decisão						
0800042-28.2016.4.05.8100	EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL	Efeito Suspensivo / Impugnação / Embargos à Execução	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	HAPVIDA ASSISTENCIA MEDICA LTDA - 63.554.067/0001-98	AGENCIA NACIONAL DE SAUDE SUPLEMENTAR - ANS. - 03.589.068/0001-46	SIM
0800166-74.2017.4.05.8100	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Juntada de Petição	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	C.M.C SERVICOS TERCERIZADOS LTDA - ME - 04.654.060/0001-89	SIM
0800519-51.2016.4.05.8100	PROCEDIMENTO COMUM	Anulação de Débito Fiscal	Conclusos para julgamento	GLEDSTON PEIXOTO CAVALCANTE - 00.394.460/0216-53	FAZENDA NACIONAL	SIM
0800839-67.2017.4.05.8100	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	UNIVERSUS CONTABILIDADE LTDA - ME -	SIM
0800845-74.2017.4.05.8100	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Processo Suspenso/Sobrestado	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	SUPERMERCADO ANTUNES NOBRE LTDA - 12.375.216/0001-10	SIM
0800893-33.2017.4.05.8100	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	FUNDAÇÃO ESCOLA SUPERIOR DE ADVOCACIA DO CEARA FESAC - 35.076.249/0001-65	SIM
0800899-40.2017.4.05.8100	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	FRANCISCA AMELIA DA SILVA - ME -	SIM
0800907-17.2017.4.05.8100	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	BORIMBO PROMOCOES E EVENTOS LTDA - ME - 08.191.203/0001-14	SIM
0800920-16.2017.4.05.8100	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	REINALDO JOSE VIEIRA ARAUJO - EPP	SIM
0800921-98.2017.4.05.8100	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Juntada de Petição	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	FLEX DESIGN LTDA - ME -	SIM

0800932-30.2017.4.05.8100	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FAZENDA NACIONAL 00.394.460/0216-53	SONIA MARIA COSTA DE CARVALHO - ME -	SIM
0801014-61.2017.4.05.8100	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa e outros	Juntada de Petição	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF -	MUNICIPIO DE BATURITE -	SIM
0801504-54.2015.4.05.8100	EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL	Efeito Suspensivo / Impugnação / Embargos à Execução	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FRANCISCO DE ASSIS XAVIER -	BANCO CENTRAL DO BRASIL -	SIM
0801658-04.2017.4.05.8100	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Juntada de Certidão	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	P 14 - PLATAFORMA TEXTIL INDUSTRIA DE CONFECÇÃO LTDA. - EPP - 07.100.461/0001-85	SIM
0801659-86.2017.4.05.8100	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FAZENDA NACIONAL 00.394.460/0216-53	ESCRITORIO DE ADVOCACIA AURY SILVA E MORAES S/S - 07.867.567/0001-09	SIM
0801664-11.2017.4.05.8100	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Juntada de Petição	FAZENDA NACIONAL 00.394.460/0216-53	MB TRANSPORTES EIRELI - EPP -	SIM
0801665-93.2017.4.05.8100	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Juntada de Cota	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	GRAFICA INDUSTRIAL SA GRAFISA -	SIM
0801666-78.2017.4.05.8100	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Juntada de Certidão de decurso de prazo	FAZENDA NACIONAL 00.394.460/0216-53	J RECAMONDE CIA LTDA -	SIM
0801684-02.2017.4.05.8100	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Juntada de Cota	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	SOFTSITE INFORMATICA LTDA - EPP - 01.166.879/0001-09	SIM
0801705-75.2017.4.05.8100	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	CBL COLCHOES BRASILEIRO LEITE EIRELI EPP - EPP - 11.184.543/0001-22	SIM
0801716-07.2017.4.05.8100	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Juntada de Petição	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	SE7E COUROS - COMERCIO DE FERRAGENS LTDA - ME - 09.033.477/0001-48	SIM
0802069-81.2016.4.05.8100	EXECUÇÃO FISCAL	Ausência de Cobrança Administrativa Prévia	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CONSELHO REGIONAL DE FARMACIA DO ESTADO DO CEARÁ - CRF/CE - 07.288.905/0001-58	LUIZ GERALDINO DE SOUSA FREITAS - ME - 00.755.545/0001-08	SIM
0802167-66.2016.4.05.8100	EXECUÇÃO FISCAL	Ausência de Cobrança Administrativa Prévia	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CONSELHO REGIONAL DE FARMACIA DO ESTADO DO CEARÁ - CRF/CE - 07.288.905/0001-58	ELZA GRAÇA FERREIRA - null	SIM
0802770-42.2016.4.05.8100	EXECUÇÃO FISCAL	Competência da Justiça Federal	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVAVEIS - IBAMA - 03.659.166/0001-02	JOSE FABIO PEREIRA DE MARIA - 378.029.173-87	SIM
0803037-48.2015.4.05.8100	EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL	Efeito Suspensivo / Impugnação / Embargos à Execução	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	J MACEDO S/A - 14.998.371/0001-19	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	SIM
0803158-08.2017.4.05.8100	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FAZENDA NACIONAL 00.394.460/0216-53	S.J.17 INDUSTRIA DE MODAS LTDA -	SIM
0803427-81.2016.4.05.8100	EXECUÇÃO FISCAL	Competência da Justiça Federal	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES - DNIT - 04.892.707/0001-00	EXPRESSO GUANABARA S A - 41.550.112/0001-01	SIM

0803834-87.2016.4.05.8100	EXECUÇÃO FISCAL	Competência da Justiça Federal	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVAVEIS - IBAMA - 03.659.166/0001-02	DEUSDEDIT PORFIRIO DA SILVA - 059.850.723-04	SIM
0803852-11.2016.4.05.8100	EXECUÇÃO FISCAL	Competência da Justiça Federal	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVAVEIS - IBAMA - 03.659.166/0001-02	IVANILDO NOBERTO DA SILVA - 035.686.834-66	SIM
0804175-16.2016.4.05.8100	EXECUÇÃO FISCAL	Competência da Justiça Federal	Juntada de Petição	INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVAVEIS - IBAMA - 03.659.166/0001-02	LOUIS LUC JOZEF PLASKIE - 625.959.113-68	SIM
0804571-90.2016.4.05.8100	EXECUÇÃO FISCAL	Competência da Justiça Federal	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVAVEIS - IBAMA - 03.659.166/0001-02	FRANCISCO CARVALHO FILHO - 463.745.903-68	SIM
0804637-70.2016.4.05.8100	EXECUÇÃO FISCAL	Competência da Justiça Federal	Expedição de expediente	INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVAVEIS - IBAMA - 03.659.166/0001-02	METROPOLE COMERCIO DE DERIVADOS DE PETRÓLEO LTDA - null	SIM
0804658-46.2016.4.05.8100	EXECUÇÃO FISCAL	Competência da Justiça Federal	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVAVEIS - IBAMA - 03.659.166/0001-02	O C S - MINERACAO E EMPREENDIMENTOS LTDA - 07.323.439/0001-02	SIM
0804727-78.2016.4.05.8100	EXECUÇÃO FISCAL	Competência da Justiça Federal	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	AGENCIA NACIONAL DE TELECOMUNICACOES - ANATEL - 02.030.715/0001-12	MEGALINK PROVEDORES DE ACESSO AS REDES DE TELECOMUNICACOES LTDA - ME - 07.626.087/0001-56	SIM
0804749-39.2016.4.05.8100	EXECUÇÃO FISCAL	Competência da Justiça Federal	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	AGENCIA NACIONAL DE SAUDE SUPLEMENTAR - ANS. - 03.589.068/0001-46	SISTEMA MEDICO DA SAUDE S/A - EM LIQUIDACAO - 01.410.841/0001-30	SIM
0805086-91.2017.4.05.8100	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Juntada de Certidão de decurso de prazo	DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUCAO MINERAL - DNP - 00.381.056/0001-33	O C S - MINERACAO E EMPREENDIMENTOS LTDA - 07.323.439/0001-02	SIM
0805210-11.2016.4.05.8100	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Juntada de Certidão de decurso de prazo	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	UNIAO BARES RESTAURANTES E CHURRASCARIAS LTDA - 63.543.805/0001-00	SIM
0805287-83.2017.4.05.8100	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Juntada de Certidão de Intimação	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	REGINA AGROINDUSTRIAL S	SIM
0805780-94.2016.4.05.8100	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Proferido despacho de mero expediente	AGENCIA NACIONAL DE SAUDE SUPLEMENTAR - ANS. - 03.589.068/0001-46	UNIMED FORTALEZA SOCIEDADE COOPERATIVA MEDICA LTDA -	SIM

0807155-96.2017.4.05.8100	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa e outros	Processo Suspenso/Sobrestado	CONSELHO REGIONAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL DA 6 REGIAO - CREFITO 6 - 23.498.256/0001-76	REGINA SABOIA PINHEIRO LIMA - 365.771.703-04	SIM
0807163-10.2016.4.05.8100	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Juntada de Petição	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	JOONGBO QUIMICA DO BRASIL LTDA -	SIM
0808247-80.2015.4.05.8100	EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL	Efeito Suspensivo / Impugnação / Embargos à Execução	Juntada de Petição	ANTONIO ELIAS SOARES - 010.400.632-52	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	SIM
0811277-89.2016.4.05.8100	EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL	Efeito Suspensivo / Impugnação / Embargos à Execução	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	HAPVIDA ASSISTENCIA MEDICA LTDA - 63.554.067/0001-98	AGENCIA NACIONAL DE SAUDE SUPLEMENTAR - ANS. - 03.589.068/0001-46	SIM
0811280-44.2016.4.05.8100	EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL	Efeito Suspensivo / Impugnação / Embargos à Execução	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	HAPVIDA ASSISTENCIA MEDICA LTDA - 63.554.067/0001-98	AGENCIA NACIONAL DE SAUDE SUPLEMENTAR - ANS. - 03.589.068/0001-46	SIM
0813635-27.2016.4.05.8100	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	MB3 MAQUINAS E MANUTENCAO INDUSTRIAL LTDA - ME - 11.482.091/0001-65	SIM
0813644-86.2016.4.05.8100	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Juntada de Certidão de Intimação	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	PMG INDUSTRIA DE CONFECÇOES LTDA - ME - 12.628.085/0001-36	SIM
0813647-41.2016.4.05.8100	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	C B P - CESTA BASICA PUREZA COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA. - 15.009.156/0001-00	SIM
0813651-78.2016.4.05.8100	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	ESSENCIAL COSMETICOS LTDA - ME -	SIM
0813880-38.2016.4.05.8100	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVAVEIS - IBAMA - 03.659.166/0001-02	CERAMICA CARAUBAS LTDA - 06.059.059/0001-31	SIM
0813885-60.2016.4.05.8100	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CONSELHO REGIONAL DOS REPRESENTANTES COMERCIAIS NO ESTADO DO CEARA - 07.340.847/0001-64	SOUSA REPRESENTACAO DE MEDICAMENTOS LTDA - ME - 10.662.490/0001-45	SIM
0813889-97.2016.4.05.8100	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CONSELHO REGIONAL DOS REPRESENTANTES COMERCIAIS NO ESTADO DO CEARA - 07.340.847/0001-64	ANTONIO JACINTO RODRIGUES DA SILVA - 221.651.933-20	SIM
0813892-52.2016.4.05.8100	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CONSELHO REGIONAL DOS REPRESENTANTES COMERCIAIS NO ESTADO DO CEARA - 07.340.847/0001-64	CM COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA - ME - 07.814.428/0001-17	SIM
0813900-29.2016.4.05.8100	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CONSELHO REGIONAL DOS REPRESENTANTES COMERCIAIS NO ESTADO DO CEARA - 07.340.847/0001-64	JOSE SERGIO DE ALMEIDA CIPIAO - 445.745.503-25	SIM
0816408-45.2016.4.05.8100	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	M DIAS BRANCO S.A. INDUSTRIA E COMERCIO DE ALIMENTOS - 07.206.816/0001-15	SIM

Outros:						
0800543-16.2015.4.05.8100	EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL	Construção / Penhora / Avaliação / Indisponibilidade de Bens	Juntada de Cota	MERCANTIL FACTORING FOMENTO COMERCIAL LTDA. - 23.480.882/0001-35	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	SIM
0800849-14.2017.4.05.8100	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	ALENCAR MENDES LANCHONETE LTDA - ME - 69.712.958/0001-01	SIM
0804030-57.2016.4.05.8100	EXECUÇÃO FISCAL	Competência da Justiça Federal	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVAVEIS - IBAMA - 03.659.166/0001-02	ANTONIO GILVAN DANTAS MARINHO - 501.888.283-20	SIM
0805780-94.2016.4.05.8100	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Proferido despacho de mero expediente	AGENCIA NACIONAL DE SAUDE SUPLEMENTAR - ANS. - 03.589.068/0001-46	UNIMED FORTALEZA SOCIEDADE COOPERATIVA MEDICA LTDA -	SIM
0808247-80.2015.4.05.8100	EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL	Efeito Suspensivo / Impugnação / Embargos à Execução	Juntada de Petição	ANTONIO ELIAS SOARES - 010.400.622-53	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	SIM
0808255-23.2016.4.05.8100	EXECUÇÃO FISCAL	Competência da Justiça Federal	Expedição de expediente	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF -	HOSPITAL BATISTA MEMORIAL -	SIM
0808261-64.2015.4.05.8100	EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL	Execução Previdenciária	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	R.T.F. LOCACAO DE ESPACOS PARA ESPORTES LTDA - ME - 06.162.198/0001-96	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	SIM
0811249-24.2016.4.05.8100	EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL	Taxa SELIC	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	YPE REPRESENTACOES LTDA - ME - 08.222.282/0001-83	CONSELHO REGIONAL DOS REPRESENTANTES COMERCIAIS NO ESTADO DO CEARA - 07.340.847/0001-64	SIM
Paralisação irregular do processo						
0800042-28.2016.4.05.8100	EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL	Efeito Suspensivo / Impugnação / Embargos à Execução	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	HAPVIDA ASSISTENCIA MEDICA LTDA - 63.554.067/0001-98	AGENCIA NACIONAL DE SAUDE SUPLEMENTAR - ANS. - 03.589.068/0001-46	SIM
0800831-90.2017.4.05.8100	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	P E N PEREIRA - ME - 07.040.830/0001-63	SIM
0800832-75.2017.4.05.8100	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	FREELOG - FRETES E SERVICOS DE LOGISTICA EIRELI - EPP - 10.941.294/0001-00	SIM
0800834-45.2017.4.05.8100	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Juntada de Petição	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	IGREJA APOSTOLICA RECONSTRUIR EM CRISTO - 03.654.047/0001-67	SIM
0800836-15.2017.4.05.8100	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	JANIELE NOGUEIRA DE SOUSA -	SIM
0800845-74.2017.4.05.8100	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Processo Suspenso/Sobrestado	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	SUPERMERCADO ANTUNES NOBRE LTDA - 12.375.216/0001-10	SIM
0800899-40.2017.4.05.8100	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	FRANCISCA AMELIA DA SILVA - ME -	SIM
0800907-17.2017.4.05.8100	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	BORIMBO PROMOCOES E EVENTOS LTDA - ME - 08.191.203/0001-14	SIM

0801659-86.2017.4.05.8100	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	ESCRITORIO DE ADVOCACIA AURY SILVA E MORAES S/S - 07.867.567/0001-09	SIM
0802069-81.2016.4.05.8100	EXECUÇÃO FISCAL	Ausência de Cobrança Administrativa Prévia	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CONSELHO REGIONAL DE FARMACIA DO ESTADO DO CEARÁ - CRF/CE - 07.288.905/0001-58	LUIZ GERALDINO DE SOUSA FREITAS - ME - 00.755.545/0001-08	SIM
0802141-68.2016.4.05.8100	EXECUÇÃO FISCAL	Ausência de Cobrança Administrativa Prévia	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CONSELHO REGIONAL DE FARMACIA DO ESTADO DO CEARÁ - CRF/CE - 07.288.905/0001-58	MARIA CREUZA UCHOA LOPES - 001.796.633-72	SIM
0802144-23.2016.4.05.8100	EXECUÇÃO FISCAL	Ausência de Cobrança Administrativa Prévia	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CONSELHO REGIONAL DE FARMACIA DO ESTADO DO CEARÁ - CRF/CE - 07.288.905/0001-58	MARIA DE SALETE MOURA DE LIMA - 042.942.461-20	SIM
0802154-67.2016.4.05.8100	EXECUÇÃO FISCAL	Ausência de Cobrança Administrativa Prévia	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CONSELHO REGIONAL DE FARMACIA DO ESTADO DO CEARÁ - CRF/CE - 07.288.905/0001-58	MARIA ODILA SOARES - null	SIM
0802572-39.2015.4.05.8100	EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL	Busca e Apreensão	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO e outro - 00.375.114/0001-16	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	SIM
0802770-42.2016.4.05.8100	EXECUÇÃO FISCAL	Competência da Justiça Federal	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVAVEIS - IBAMA - 03.659.166/0001-02	JOSE FABIO PEREIRA DE MARIA - 378.029.173-87	SIM
0803130-79.2013.4.05.8100	PROCEDIMENTO COMUM	Multas e demais Sanções	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CAIXA DE ASSISTENCIA DOS FUNCIONARIOS DO BANCO DO NORDESTE DO BRASIL - 05.814.777/0001-03	AGENCIA NACIONAL DE SAUDE SUPLEMENTAR - ANS. - 03.589.068/0001-46	SIM
0803248-50.2016.4.05.8100	EXECUÇÃO FISCAL	Competência da Justiça Federal	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVAVEIS - IBAMA - 03.659.166/0001-02	NADIO COMERCIO DE GAS LIQUEFEITO DE PETROLEO LTDA - ME - 11.202.799/0001-15	SIM
0803619-14.2016.4.05.8100	EXECUÇÃO FISCAL	Competência da Justiça Federal	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO RECURSOS NATURAIS RENOVAVEIS - IBAMA - 03.659.166/0001-02	ELDO PAULO DE ASSIS - 868.584.753-20	SIM
0803834-87.2016.4.05.8100	EXECUÇÃO FISCAL	Competência da Justiça Federal	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVAVEIS - IBAMA - 03.659.166/0001-02	DEUSDEDIT PORFIRIO DA SILVA - 059.850.723-04	SIM

0803852-11.2016.4.05.8100	EXECUÇÃO FISCAL	Competência da Justiça Federal	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVAVEIS - IBAMA - 03.659.166/0001-02	IVANILDO NOBERTO DA SILVA - 035.686.834-66	SIM
0803910-14.2016.4.05.8100	EXECUÇÃO FISCAL	Competência da Justiça Federal	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	AGENCIA NACIONAL DE SAUDE SUPLEMENTAR - ANS. - 03.589.068/0001-46	HAPVIDA ASSISTENCIA MEDICA LTDA - 63.554.067/0001-98	SIM
0804600-43.2016.4.05.8100	EXECUÇÃO FISCAL	Competência da Justiça Federal	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVAVEIS - IBAMA - 03.659.166/0001-02	RAFAEL ELIAS SEVILLA TAPIA - 688.765.728-72	SIM
0804607-35.2016.4.05.8100	EXECUÇÃO FISCAL	Ausência de Cobrança Administrativa Prévia	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	DESAFIO JOVEM DO CEARA - 06.700.282/0001-15	SIM
0804610-87.2016.4.05.8100	EXECUÇÃO FISCAL	Ausência de Cobrança Administrativa Prévia	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	SECREL SOLUCOES DE INFORMATICA LTDA - 03.240.156/0001-38	SIM
0804672-30.2016.4.05.8100	EXECUÇÃO FISCAL	Competência da Justiça Federal	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVAVEIS - IBAMA - 03.659.166/0001-02	JOSE DENISSON MORENO CAVALCANTE - 001.246.993-91	SIM
0804724-26.2016.4.05.8100	EXECUÇÃO FISCAL	Competência da Justiça Federal	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVAVEIS - IBAMA - 03.659.166/0001-02	ORGANIZACAO DE COMBUSTIVEIS E PECAS LTDA - 07.840.507/0009-50	SIM
0804747-69.2016.4.05.8100	EXECUÇÃO FISCAL	Competência da Justiça Federal	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	AGENCIA NACIONAL DE SAUDE SUPLEMENTAR - ANS. - 03.589.068/0001-46	HAPVIDA ASSISTENCIA MEDICA LTDA - 63.554.067/0001-98	SIM
0804750-24.2016.4.05.8100	EXECUÇÃO FISCAL	Competência da Justiça Federal	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	AGENCIA NACIONAL DE SAUDE SUPLEMENTAR - ANS. - 03.589.068/0001-46	ODONTOCARD CLINICA DE ASS SERV ODONTOLOGICO LTDA - ME - 00.398.566/0001-13	SIM
0804830-85.2016.4.05.8100	EXECUÇÃO FISCAL	Ausência de Cobrança Administrativa Prévia	Juntada de Certidão de decurso de prazo	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	IRACEMA INDUSTRIA E COMERCIO DE CASTANHAS DE CAJU LTDA - 06.172.378/0001-59	SIM
0804838-62.2016.4.05.8100	EXECUÇÃO FISCAL	Ausência de Cobrança Administrativa Prévia	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	ENJEPLASTIC - INDUSTRIA DE ARTEFATOS DE BORRACHA LTDA - ME - 00.762.473/0001-26	SIM
0804971-07.2016.4.05.8100	EXECUÇÃO FISCAL	Ausência de Cobrança Administrativa Prévia	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	MANOEL OSMAR DA CRUZ - 72.077.612/0001-28	SIM
0804979-81.2016.4.05.8100	EXECUÇÃO FISCAL	Ausência de Cobrança Administrativa Prévia	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	R.T.F. LOCAÇÃO DE ESPACOS PARA ESPORTES LTDA - ME - 06.162.198/0002-77	SIM

0805084-58.2016.4.05.8100	EXECUÇÃO FISCAL	1/3 de férias e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVAVEIS - IBAMA - 03.659.166/0001-02	GERLAN OLIVEIRA SANTOS - 660.313.893-04	SIM
0805086-28.2016.4.05.8100	EXECUÇÃO FISCAL	1/3 de férias e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVAVEIS - IBAMA - 03.659.166/0001-02	JANIO AUGUSTO BEZERRA - 221.674.983-49	SIM
0807152-78.2016.4.05.8100	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FAZENDA NACIONAL	SANTANA TEXTIL S A	SIM
0807829-45.2015.4.05.8100	EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL	Efeito Suspensivo / Impugnação / Embargos à Execução	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	UNIMED FORTALEZA SOCIEDADE COOPERATIVA MEDICA LTDA -	AGENCIA NACIONAL DE SAUDE SUPLEMENTAR - ANS. - 03.589.068/0001-46	SIM
0811254-46.2016.4.05.8100	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FAZENDA NACIONAL	ELIDYANNE DOS SANTOS SOUSA -	SIM
0811279-59.2016.4.05.8100	EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL	Efeito Suspensivo / Impugnação / Embargos à Execução	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	HAPVIDA ASSISTENCIA MEDICA LTDA - 63.554.067/0001-98	AGENCIA NACIONAL DE SAUDE SUPLEMENTAR - ANS. - 03.589.068/0001-46	SIM
0811280-44.2016.4.05.8100	EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL	Efeito Suspensivo / Impugnação / Embargos à Execução	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	HAPVIDA ASSISTENCIA MEDICA LTDA - 63.554.067/0001-98	AGENCIA NACIONAL DE SAUDE SUPLEMENTAR - ANS. - 03.589.068/0001-46	SIM
0813646-56.2016.4.05.8100	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FAZENDA NACIONAL	CONSTRUTORA DJV LTDA -	SIM
0813651-78.2016.4.05.8100	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FAZENDA NACIONAL	ESSENCIAL COSMETICOS LTDA - ME - 16.890.749/0001-91	SIM
0813687-23.2016.4.05.8100	CARTA PRECATÓRIA CÍVEL	Atos executórios	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	JUIZO FEDERAL DA 16A VARA DE CARUARU - SJ/PE e outro -	JOSE NAZARENO DE CERQUEIRA e outro -	SIM
0813878-68.2016.4.05.8100	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CONSELHO REGIONAL DOS REPRESENTANTES COMERCIAIS NO ESTADO DO CEARA - 07.340.847/0001-64	KAYATT' S REPRESENTACOES LTDA - ME - 10.730.662/0001-70	SIM
0813892-52.2016.4.05.8100	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CONSELHO REGIONAL DOS REPRESENTANTES COMERCIAIS NO ESTADO DO CEARA - 07.340.847/0001-64	CM COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA - ME - 07.814.428/0001-17	SIM
0813900-29.2016.4.05.8100	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CONSELHO REGIONAL DOS REPRESENTANTES COMERCIAIS NO ESTADO DO CEARA - 07.340.847/0001-64	JOSE SERGIO DE ALMEIDA CIPIAO - 445.745.503-25	SIM
0813902-96.2016.4.05.8100	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CONSELHO REGIONAL DOS REPRESENTANTES COMERCIAIS NO ESTADO DO CEARA - 07.340.847/0001-64	FRANCISCO GUTEMBERG DE LUCENA - 294.588.463-15	SIM
Processo em ordem						
0800235-77.2015.4.05.8100	MANDADO DE SEGURANÇA	PAES/Parcelamento Especial	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FORTBOI COMERCIO LTDA - ME -	FAZENDA NACIONAL e outro -	SIM

0802108-15.2015.4.05.8100	EMBARGOS DE TERCEIRO	/ Avaliação / Indisponibilidade de Bens	Corregedoria-Geral da Justiça Federal	DE CASTRO e outros - 358.530.503-20	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	SIM
0803201-13.2015.4.05.8100	EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL	Efeito Suspensivo / Impugnação / Embargos à Execução	Juntada de Certidão de Intimação	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF - 00.360.305/0001-04	MUNICIPIO DE FORTALEZA - 07.054.605/0001-60	SIM
0803429-80.2018.4.05.8100	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Expedição de expediente	FAZENDA NACIONAL	ANTONIO JATAY PEDROSA -	SIM
0800433-12.2018.4.05.8100	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Juntada de Certidão	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	M DIAS BRANCO S.A. INDUSTRIA E COMERCIO DE ALIMENTOS - 07.206.816/0001-15	SIM
0800917-61.2017.4.05.8100	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Juntada de Substabelecimento	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	FRANCISCA LIDIANE MARTINS PINHEIRO LEMOS - ME - 11.488.885/0001-36	SIM
		Construção / Penhora	Inspeção da	MARIA LUIZA LEAL		
0803827-95.2016.4.05.8100	EXECUÇÃO FISCAL	Competência da Justiça Federal	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVAVEIS - IBAMA - 03.659.166/0001-02	DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO e outro - 00.375.114/0001-16	SIM
0803875-54.2016.4.05.8100	EXECUÇÃO FISCAL	Competência da Justiça Federal	Juntada de Certidão de decurso de prazo	INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVAVEIS - IBAMA - 03.659.166/0001-02	MONICA TEIXEIRA DOS SANTOS - 051.896.763-82	SIM
0805074-14.2016.4.05.8100	EXECUÇÃO FISCAL	1/3 de férias e outros	Processo Suspenso/Sobrestado	INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVAVEIS - IBAMA - 03.659.166/0001-02	FRANCISCA MARIA FERREIRA DOS SANTOS - 393.660.063-53	SIM
0807636-30.2015.4.05.8100	CAUTELAR INOMINADA	Liminar	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MARIA CELESTE CARNEIRO ARAGAO -	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	SIM
0807790-77.2017.4.05.8100	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	COMPANHIA DE BEBIDAS DAS AMERICAS - AMBEV - 02.808.708/0077-05	SIM
0811211-75.2017.4.05.8100	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Juntada de Certidão de decurso de prazo	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	DISTRIBUIDORA TAMAR LTDA -	SIM
0811410-34.2016.4.05.8100	PROCEDIMENTO COMUM	Revogação/Anulação de multa ambiental	Juntada de Contrarrazões	DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO e outro - 00.375.114/0001-16	INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVAVEIS - IBAMA - 03.659.166/0001-02	SIM
0811457-71.2017.4.05.8100	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Juntada de Petição	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	DM CONSULTORIA EIRELI - ME -	SIM
0813652-63.2016.4.05.8100	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	COMERCIAL DE GAS OH LTDA -	SIM

6.33.10. Correição anterior e autoinspeção

Desde a criação do Juízo em 2014, somente uma Correição foi realizada, em 2017, tendo a Vara informado que não obteve acesso às recomendações, até a presente data.

Importa registrar que, considerando a notícia por parte de algumas varas da Seção Judiciária do Ceará, por ocasião da Correição Ordinária de 2018, no sentido de que não lhes foi disponibilizado o Relatório de Correição Ordinária de 2017, a Corregedoria-Regional encaminhou e-mail (enviado em 19/04/18) a todas as unidades jurisdicionais, informando que o referido relatório estava disponível no “site” da Corregedoria-Regional, no “link” Correições (Relatório de Correições – Biênio 2015-2017).

A Secretaria do Juízo diligenciou na elaboração/atualização de planilha eletrônica de processos com bens penhorados, bem como na correta classificação dos "Grandes Devedores", assim consideradas as execuções fiscais de valor igual ou superior a cinco milhões de reais, cumprindo integralmente as determinações emanadas durante o período de inspeção ordinária.

6.33.11. Considerações finais

A 33ª Vara Federal conta com estrutura física e equipamentos adequados a seu funcionamento.

A unidade jurisdicional correicionada tem competência exclusiva para execuções fiscais e processos conexos. Pela sua natureza, as varas privativas de execuções fiscais apresentam peculiaridades, gerando uma dinâmica de tramitação de feitos própria, distinta daquelas encontradas em outras varas não especializadas.

É comum nas execuções fiscais ocorrerem situações em que o processo permanece muito tempo paralisado, sem que o magistrado possa impulsionar ou extinguir o feito, tais como a não localização de devedores ou de bens passíveis de constrição, interposição de embargos à execução, formalização de parcelamentos administrativos fiscais etc.

Ademais, nas execuções fiscais, com frequência, não ocorre o pagamento voluntário ou a garantia da execução, e a penhora somente pode recair sobre bem do executado que não seja protegido pelas situações legais de impenhorabilidade. Dessa forma, enquanto não garantida a execução, não se dá o termo inicial para a contagem do prazo para o oferecimento dos embargos à execução, o que também contribui para elevar a taxa de congestionamento nas execuções fiscais. O volume diferenciado de processos distribuídos às varas privativas de execuções fiscais é outro fator que impossibilita a sua comparação com as demais varas.

Cabe salientar também que, em alguns casos, as varas privativas de execuções fiscais chegam a apresentar um acervo dez vezes maior do que o das varas comuns, de forma que as rotinas típicas dessas varas não comportam certas análises que são realizadas nas varas comuns por ocasião das correições.

Há ainda um considerável acúmulo de processos suspensos na forma do art. 40 da Lei nº 6.830/1980, o qual estabelece que "o Juiz suspenderá o curso da execução, enquanto

não for localizado o devedor ou encontrados bens sobre os quais possa recair a penhora, e, nesses casos, não correrá o prazo de prescrição". Essa situação também contribui significativamente para a alta taxa de congestionamento nas execuções fiscais.

Nessa linha, observa-se que boa parte das execuções fiscais permanece durante anos suspensas e/ou arquivadas sem baixa na distribuição, pela não localização do próprio devedor ou de bens necessários à garantia da execução e posterior pagamento da dívida. Isso dificulta sobremaneira que a unidade jurisdicional apresente um melhor desempenho.

Embora não se possa olvidar que os fatores acima mencionados colaboram para que as varas de execuções fiscais apresentem uma realidade diferenciada das demais varas, também não se deve deixar de registrar que, durante os trabalhos de correição na 33ª Vara Federal/CE, foram verificadas inconsistências de várias naturezas nos processos analisados, sendo dignas de destaque aquelas mais corriqueiras, as quais devem ser corrigidas pela aludida unidade:

1. Ausência/demora na conclusão;
2. Demora no cumprimento de despacho/decisão;
3. Demora na prolação de sentença/despacho/decisão;
4. Paralisações irregulares em inúmeros feitos, alguns deles com longos períodos sem movimentação processual; e
5. Demora na juntada de expediente.

Por fim, pelos demais dados apontados neste relatório e pelas constatações realizadas *in loco* durante a correição, pode-se afirmar que havia paralisações irregulares nos processos correicionados na 33ª vara federal, inclusive nas execuções fiscais de grandes devedores.

6.34. 34ª VARA FEDERAL - MARACANAÚ/CE

6.34.1. Competência, localização, estrutura física e horário de expediente

A 34ª Vara tem, em seu âmbito territorial de atuação, competência plena para processar e julgar todas as causas cíveis e penais e, ainda, as concernentes aos Juizados Especiais Federais Criminais, funcionando prédio da SJCE, localizado na Avenida 1, nº 17, Jereissati 1, Maracanaú - CE.

A Vara apresentou instalações adequadas para todos: juízes federais, servidores, estagiários, terceirizados, membros do Ministério Público Federal, procuradores federais, defensores públicos federais, advogados e jurisdicionados.

O horário de expediente da unidade é das 9h às 18h.

6.34.2. Corpo funcional - juiz federal e servidores

A 34ª Vara Federal conta com o seguinte quadro de pessoal: a) 01 magistrado, Ricardo Ribeiro Campos (juiz federal titular); b) 15 servidores efetivos, sendo 05 analistas judiciários - área judiciária, 02 analistas judiciários - área administrativa, 06 técnicos judiciários e 02 técnicos judiciários - área de segurança e transporte. Não há servidor requisitado.

6.34.2.1. Juiz Federal Titular

O Juiz Federal Titular, Ricardo Ribeiro Campos, exerce a magistratura há 14 anos, atuando na 34ª Vara Federal há 03 anos e 04 meses.

Nos últimos meses, o magistrado esteve afastado em razão de:

Férias:

DEMONSTRATIVO DE ATUAÇÃO E AFASTAMENTO DE JUIZ FEDERAL DE 1º GRAU
PERÍODO: 28/02/17 A 28/02/18

Período	Discriminação	Expediente
JU153 - RICARDO RIBEIRO CAMPOS		
3ª VARA - MARACANAÚ-CE		
JUIZ FEDERAL		
28/02/2017 16/07/2017	Em Atuação	-
17/07/2017 25/07/2017	Férias	PORT. 117/2017-CR
26/07/2017 24/08/2017	Férias	PORT. 161/2017-CR
25/08/2017 15/11/2017	Em Atuação	-
16/11/2017 15/12/2017	Férias	PA.2452/2016
16/12/2017 07/01/2018	Em Atuação	-
08/01/2018 06/02/2018	Férias	PA.0010091-32.2017.4.05.7000
07/02/2018 28/02/2018	Em Atuação	-

Substituição, em férias, de outro magistrado, nos últimos 24 (vinte e quatro) meses:

Designação / Substituição

3ª VARA - JEF - MARACANAÚ-CE

JUIZ FEDERAL	10/05/2017 11/05/2017	Respondendo pela Vara s/prejuízo da jurisdição originária e de outras designações	ATO 263/2017-CR
	17/05/2017 30/05/2017	Respondendo pela Vara s/prejuízo da jurisdição originária e de outras designações	ATO 199 E 352/2017-CR
	21/06/2017 22/06/2017	Respondendo pela Vara s/prejuízo da jurisdição originária e de outras designações	ATO 264/2017-CR
	25/08/2017 15/09/2017	Respondendo pela Vara s/prejuízo da jurisdição originária e de outras designações	ATO 633/2017-CR
	27/09/2017 27/09/2017	Respondendo pela Vara s/prejuízo da jurisdição originária e de outras designações	ATO 665/2017-CR
	02/10/2017 03/10/2017	Respondendo pela Vara s/prejuízo da jurisdição originária e de outras designações	ATO 718/2017-CR
	13/10/2017 02/11/2017	Respondendo pela Vara s/prejuízo da jurisdição originária e de outras designações	ATO 692/2017-CR
	23/02/2018 23/02/2018	Respondendo pela Vara s/prejuízo da jurisdição originária e de outras designações	ATO 37/2018-CR

O Juiz Federal Titular reside na região metropolitana onde se situa a Vara.

Não há juiz federal substituto na vara.

6.34.2.2. Servidores

Em relação às funções de confiança (FCs), aos cargos em comissão (CJs) e à formação acadêmica dos servidores ocupantes de cargos efetivos na 34ª Vara Federal, pode ser observado o seguinte quadro:

Nome	Cargo efetivo	Ocupa FC ou CJ? Qual?	Grau de Instrução*	Área de formação
------	---------------	-----------------------	--------------------	------------------

Seção de Processamento de Executivos Fiscais					
Thiago Andrade Sampaio	Técnico Judiciário	Supervisão da Seção de Execução Fiscal - FC 05	Superior Completo	Letras	Graduando em Direito
Clea Maria Ferreira Facundo	Analista Judiciário - área judiciária	Supervisor Assistente da Execução Fiscal - FC 04	Superior Completo	Direito	
Elisângela Cavalcante Costa	Analista Judiciário - área judiciária	Assistente Técnico - FC 03	Superior Completo	Direito	
Estéfano Jorge de O. Pereira	Técnico Judiciário	Não exerce função	Superior incompleto	Graduando em Direito	
Carolina Wether Dourado	Analista Judiciário - área administrativa	Não exerce função	Superior Completo		
Seção de Processamento de feitos Cíveis					
Iana Cristina Vasconelos Alves	Analista Judiciário - área judiciária	Supervisora da Seção Cível - FC 05	Superior Completo	Direito	
Luiz Alexandre Barbosa Xerez	Técnico Judiciário	Auxiliar Especializado - FC 02	Superior incompleto	Administração	
Andrea Amador Dodt	Analista Judiciário Área administrativa	Auxiliar Especializado - FC 02	Superior Completo	Direito	
Seção de Processamento de Ações Penais					
Bruna Sales Mendes	Analista Judiciária - área judiciária	Supervisora da Seção Cível - FC 04	Superior Completo	Direito	

Dalmário	Técnico Judiciário - Área Segurança e Transporte	Supervisor Assistente - FC 04	Superior Completo	Administração
Carlos Henrique Bastos Campelo	Técnico Judiciário	Assessor Assistente - FC 04	Superior Completo	Direito
Assessoria				
Mairton Brasil Correia	Analista Judiciário - área judiciária	Oficial de Gabinete do Juiz Federal Titular - FC05	Superior Completo	Direito
Márcio Fabricio de Almeida Júnior	Técnico Judiciário	Oficial de Gabinete do Juiz Federal Substituto-FC05	Superior Completo	Direito
Direção de Secretaria da Vara				
Francisco Adailton de Araújo Rodrigues	Técnico Judiciário	Direção de Secretaria - CJ 03	Superior Completo	Direito
Segurança e Transporte				
Júlio César Martins	Técnico Judiciário Segurança e Transporte	***	Nível médio	***

Como se pode depreender, no tocante à formação acadêmica dos servidores efetivos 34ª Vara Federal, verifica-se que há uma preocupação com a qualificação.

6.34.2.3. Estagiários

Não há vagas previstas para unidade.

6.34.3. Organização da 34ª Vara Federal

Dentre os servidores da 34ª Vara Federal do Ceará, 11 exercem suas atribuições na secretaria e 02 no gabinete.

6.34.3.1. Secretaria

Após alguns meses de observação e análise do volume processual existente, a Secretaria e Assessoria ficaram organizadas da seguinte forma:

- 1) Seção de Processamento de Execução Fiscal: 5 servidores (Thiago, Clea, Estéfano, Carolina, Elisângela);
- 2) Seção de Processamento de Feitos Cíveis: 3 servidores (Andrea, Iana e Alexandre);
- 3) Seção de Processamento de Feitos Penais: 3 servidores (Bruna, Carlos Henrique, Dalmário. Obs: Karina (requisitada) estava no Setor Penal);
- 4) Assessoria: 02 servidores (Mairton e Márcio).

A Direção de Secretaria possui o papel de desenvolver e alinhar o planejamento estratégico da Vara Federal, assim como organizar e viabilizar a execução dos desdobramentos funcionais das metas estabelecidas em cada área da unidade jurisdicional.

Com efeito, além de prestar assessoria direta ao Magistrado nos assuntos da alçada da Secretaria da Vara e elaborar relatórios exigidos pelo Conselho Nacional de Justiça, a Direção tem a função de supervisionar e fiscalizar todas as atividades afetas à Secretaria, fazendo com que sejam atendidas as normas processuais e legais vigentes, orientando e instruindo os servidores lotados na Vara.

A divisão do trabalho na Secretaria está sob a metodologia dos dígitos (segundo a ordem de numeração dos autos processuais), ou seja, cada servidor foi incumbido pela tramitação de um conjunto de processos agrupados em dígitos numéricos dentro do seu respectivo setor.

A Seção de Execução Fiscal está organizada em cinco áreas de trabalho, a saber: Setor de Conclusão; Setor de Cumprimento; Setor de Controle de Prazos; Setor de Grandes Devedores; Setor de Leilão.

Observando a padronização da Vara, as estantes do Setor foram classificadas em ordem alfabética e as prateleiras foram numeradas sequencialmente (01, 02, 03, 04, 05, etc.). Igualmente, os trabalhos cartorários relacionados a cada setor foram incluídos com registro de ATIVIDADE no Sistema Tebas, o que permite a geração de relatórios específicos de cada setor. Exemplo: Estante "A", Lote 01, Atividade associada: 01 (análise inicial)/Movimentação 111 (interna).

A Seção Cível está organizada em três áreas de trabalho, a saber: Setor de Conclusão; Setor de Cumprimento; Setor de Controle de Prazos.

As estantes do Setor foram classificadas em ordem alfabética e as prateleiras foram numeradas sequencialmente (01, 02, 03, 04, 05 etc, que representarão os lotes). A partir

dessa organização, os trabalhos cartorários relacionados a cada setor foram incluídos com registro de ATIVIDADE no Sistema Tebas, o que permite a geração de relatórios específicos de cada setor. Exemplo: Estante “A”, Lote 01, Atividade associada: 1 (análise inicial)/Movimentação 111 (interna).

No PJE, os setores estão organizados por dígitos em pastas de agrupamento.

A Seção de Processos Penais e de Improbidades está organizada em quatro áreas de trabalho, a saber: Setor de Conclusão; Setor de Cumprimento; Setor de Controle de Prazos; Setor de Execução Penal.

A organização das estantes está de acordo com a padronização adotada nas outras seções da Secretaria.

Em relação aos processos prioritários (tutelas de urgência, réu preso etc), a orientação é de movimentação em 48h para qualquer ato processual pendente.

Em relação aos processos físicos, há uma triagem inicial entre processos conclusos para sentença, decisão, despacho e tutela de urgência.

No PJE, de forma semelhante, há a divisão dos processos de acordo com o tipo de decisão a ser prolatada.

Há ordem de prioridade na análise de tutelas de urgência e por antiguidade, de forma que processos com maior tempo de conclusão são analisados previamente, sem excluir prioridades previstas na legislação, como mandado de segurança e processos com idosos.

Feita a distribuição, o servidor responsável elabora a minuta e remete ao crivo do juiz, que poderá solicitar alterações ou apenas registrar a minuta no sistema processual respectivo, encaminhando o processo para a Secretaria.

Atualmente, há acompanhamento da produtividade dos servidores por meio de uma planilha do Google, integrada a uma plataforma de gestão, que é gerenciada por meio do link: www.34varafederal.net

6.34.3.2. Gabinete do Juiz Federal

Atualmente, a assessoria da 34ª Vara Federal é composta por 02 (dois) servidores (Mairton e Márcio), dentre os quais são distribuídos os processos conclusos.

Em relação aos processos físicos, há uma triagem inicial entre processos conclusos para sentença, decisão, despacho e tutela de urgência.

No PJE, de forma semelhante, há a divisão dos processos de acordo com o tipo de decisão a ser prolatada.

Existe uma ordem de prioridade na análise de tutelas de urgência e por antiguidade, de forma que processos com maior tempo de conclusão são analisados previamente, sem excluir prioridades previstas na legislação, como mandado de segurança e processos que a parte trata-se de idoso etc.

Feita a distribuição, o servidor responsável elabora a minuta e remete ao crivo do juiz, que poderá solicitar alterações ou apenas assinar e registrar a minuta no sistema processual respectivo, encaminhando o processo para a Secretaria.

6.34.4. Participação do Juiz Federal em reuniões com a equipe da 34ª Vara Federal

O Juiz Federal Titular participa de reuniões mensais com todos os setores da Vara Federal.

6.34.5. Planejamento das atividades da 34ª Vara Federal e avaliação periódica de resultados

A partir de um processo participativo de gestão, foi elaborado o Planejamento Estratégico Institucional da 34ª Vara Federal da Subseção Judiciária de Maracanaú-Ce, alinhado ao Planejamento Estratégico Nacional do Poder Judiciário Federal. As diretrizes que o sustentam são voltadas ao aprimoramento dos serviços judiciais em face de três perspectivas: a) Sociedade; b) Processos Internos de Gestão; e c) Recursos Disponíveis.

Dentro de uma perspectiva processual, a 34ª Vara Federal tem o objetivo de otimizar e racionalizar ao máximo os fluxos processuais e implantar meios de controle a fim de diagnosticar congestionamentos e aplicar ações adequadas, visando a garantir a razoável duração do processo e maior qualidade na prestação jurisdicional. Assim, foram criados indicadores de qualidade e diversas metas para cada setor da Vara Federal, conforme será explanado a seguir.

Indicadores relacionados a esse objetivo: Idade do acervo; Taxa de congestionamento; Tempo médio de tramitação dos processos; Cumprimento de Penas alternativas; Conferir celeridade ao julgamento de processos; Produtividade dos Setores.

Metas: Setor de Processamento Cível:

a) Idade do acervo: manter em zero o número de processos em tramitação na fase de conhecimento, distribuídos há mais de 1 (um) ano, de modo que o ano forense deverá ser encerrado com 0% (zero) por cento de processos em andamento (fase de conhecimento), cuja distribuição tenha ocorrido no ano anterior;

- b) Taxa de Congestionamento: Manter a taxa de congestionamento trimestral em 0% (zero) ou negativa;
- c) Metas de Julgamentos (CNJ): c.1) Identificar e julgar, no ano corrente, 100% dos processos distribuídos até 31/12 de 2014; c.2) Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano;
- d) Produtividade dos Setores: alcançar 90% de processos em ordem, a ser verificado no Sistema de Controle e Inspeção Permanente, conforme tabela de prazos processuais recomendados pelo Juízo;

Setor de Processamento de Feitos Penais e Ações de Improbidade Administrativa:

- a) Idade do acervo: em relação aos processos de Desapropriação e Usucapião em tramitação redistribuídos/distribuídos, o setor deverá encerrar o ano forense com todos os processos arquivados, cuja redistribuição/distribuição tenha ocorrido no ano anterior (2014). Para as ações criminais e improbidades administrativas, o parâmetro dessa meta será encerrar o ano forense com todos os processos julgados, cuja redistribuição/distribuição tenha se realizado até 20.12.2014;
- b) Taxa de Congestionamento: Manter a taxa de congestionamento semestral em 0% (zero) ou negativa;
- c) Tempo médio de tramitação dos processos entre distribuição e sentença: Manter o tempo médio de tramitação dos processos em até 1 (um) ano;
- d) Penas alternativas: Viabilizar o início do cumprimento de penas alternativas, em até 60 dias, em 100% dos casos, até o final de 2015;
- e) Metas de Julgamento: a) Identificar e julgar até 31/12 do ano corrente, 70% das ações de improbidade administrativa distribuídas até 31/12/14; b) identificar e julgar, no ano corrente, 100% das ações penais vinculadas aos crimes relacionados à improbidade administrativa, tráfico de pessoas e ao trabalho escravo, distribuídas até 31/12/14; c) Julgar quantidade maior de processos criminais do que os distribuídos no ano corrente;
- f) Produtividade dos Setores: alcançar 90% de processos em ordem, a ser verificado no Sistema de Controle e Inspeção Permanente, conforme tabela de prazos processuais recomendados pelo Juízo;
- g) Conferir prioridade às seguintes atividades: Acompanhamento de Metas do CNJ; Trâmite de processos com réus presos; Trâmite de ações de improbidade administrativas e ações penais da Meta 18 do CNJ.

Metas - Setor de Processamento de Executivos Fiscais:

- a) Idade do acervo: manter em zero o número de processos em tramitação (ativos) distribuídos há mais de 1 (um) ano, de modo que o ano forense deverá ser encerrado com 0% (zero) por cento de processos em andamento (ativos), cuja distribuição tenha ocorrido no ano anterior;

- b) Taxa de Congestionamento: Manter a taxa de congestionamento semestral em 0% (zero) ou negativa;
- c) Tempo médio de tramitação dos processos entre distribuição e suspensão/arq.provisório/sentença: Manter o tempo médio de tramitação dos processos em até 180 (cento e oitenta) dias;
- d) Produtividade dos Setores: alcançar 90% de processos em ordem, a ser verificado no Sistema de Controle e Inspeção Permanente, conforme tabela de prazos processuais recomendados pelo Juízo.

A última verificação das metas ocorreu na inspeção ordinária anual de 2018. Após a digitalização integral dos processos da vara, será implementada uma inspeção mensal com as funcionalidades do sistema Pje.

6.34.6. Atendimento aos membros do Ministério Público Federal, Defensoria Pública da União, procuradores federais, advogados e partes na secretaria e no gabinete do Juiz Federal da 34ª Vara Federal

A Secretaria da 34ª Vara federal adota rotinas de atendimento diário de 09h as 18h. Há uma escala de atendimento entre os servidores, de modo que todos participam da atividade de atendimento ao público.

Por ocasião do preenchimento do formulário de gestão, estavam desenvolvendo um sistema de atendimento virtual, cuja plataforma encontra-se em fase de testes.

O magistrado mantém atendimento constante sempre que solicitado.

6.34.7. Número de processos, relação servidor/processo, audiências de conciliação e de instrução e inspeções judiciais

Quando preenchido o formulário de gestão, o número de processos em tramitação na Vara (total ajustado: excluídos os feitos arquivados, suspensos e baixados) alcançava o total de 1.481, sendo 655 físicos e 826 eletrônicos.

Relação do número de processos com o número de servidores em atividade na Vara: 98,73 ($1.481/15=98,73$).

Número de audiências realizadas nos últimos 24 meses, a contar da data de início da correição: 67 audiências realizadas.

Nenhuma inspeção judicial realizada nos últimos 24 meses, a contar da data de início da correição.

Foram realizadas atividades de conciliação nos últimos 24 meses: 08 Audiências de Conciliações e 04 Acordos.

Duas audiências adiadas ou canceladas nos últimos 24 meses. Razões: 1) problemas técnicos no sistema de videoconferência (Processo n. 0000028-16.2017.4.05.8109); 2) audiência adiada devido à comoção interna pelo falecimento do bebê de uma servidora lotada na nossa unidade (Processo n. 0004364-61.2015.4.05.8109). Ambas foram remarçadas.

6.34.8. Cumprimento de metas e resoluções do CNJ

Meta 1 (Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente).

Meta alcançada: Processos Julgados = 853; Processos de conhecimento distribuídos= 589.

Meta 2 (Identificar e julgar, até 31/12/2017, pelo menos 100% dos processos distribuídos até 31/12/2012, 85% dos processos distribuídos em 2013 nos 1º e 2º graus, e 100% dos processos distribuídos até 31/12/2014 nos Juizados Especiais e Turmas Recursais Federais).

A unidade não apresentou informação acerca do cumprimento da meta.

Meta 3 (Aumentar os casos solucionados por conciliação, fomentando o alcance do percentual mínimo de 2% na proporção dos processos conciliados em relação aos distribuídos).

Meta não alcançada.

Meta 4 (Identificar e julgar, até 31/12/2017, 70% das ações de improbidade administrativa distribuídas até 31/12/2014).

Meta alcançada.

Meta 5 (Baixar quantidade maior de processos de execução não fiscal do que o total de casos novos de execução não fiscal no ano corrente)

Meta alcançada.

Meta 6 (Identificar e julgar, até 31/12/2017, entre 70% e 85% das ações coletivas distribuídas até 31/12/2013, no 1º e 2º graus).

A unidade informou não ter ações coletivas.

Metas Específicas para a Justiça Federal

Baixar quantidade maior de processos criminais do que os casos novos criminais no ano corrente; Julgar quantidade maior de processos criminais do que os casos novos criminais no ano corrente.

Meta alcançada: Baixados: 26; Distribuídos: 21; Julgados: 32.

Identificar e julgar, até 31/12/2017, 70% das ações penais vinculadas aos crimes relacionados à improbidade administrativa, ao tráfico de pessoas, à exploração sexual e ao trabalho escravo, distribuídas até 31/12/2014).

Meta alcançada.

Acerca do cumprimento do Provimento CNJ nº 29/2013

A unidade informou que vem cumprindo tal Provimento.

Acerca do cumprimento das exigências previstas na Resolução CNJ nº 66/2009, com a redação introduzida pela Resolução CNJ nº 87/2009, e sobre a necessidade de inserção, no sistema informatizado, do Relatório de Controle de Prisões

A unidade informou que vem cumprindo tais exigências.

6.34.9. Processos selecionados para correição

Foram correicionados 49 processos físicos (quando da correição tinham 668 processos físicos em tramitação ajustada).

Quanto aos processos do Sistema PJe, foram correicionados 75 processos (quando da correição tinham 801 processos eletrônicos em tramitação ajustada).

6.34.9.1 Principais constatações da análise individual de processos

6.34.9.1.1. Processos Físicos

Da análise individual dos processos, podem-se destacar as seguintes ocorrências:

DEMORA NA COBRANÇA DE DEVOLUÇÃO DAS CARTAS PRECATÓRIAS EXPEDIDAS E NÃO DEVOLVIDAS:		
TIPO DE AÇÃO	Nº DO PROCESSO	OBSERVAÇÃO
Improbidade Administrativa	00024875920154058109	De fl. 364.
Execução Fiscal	00005331220144058109	Expedida em mar/16 (fl. 124) - cobrança em maio/17 (fl. 138).
DEMORA NA COBRANÇA DO CUMPRIMENTO DE MANDADOS POR OFICIAIS DE JUSTIÇA:		

TIPO DE AÇÃO	Nº DO PROCESSO	OBSERVAÇÃO
Execução Fiscal	00011402520144058109	Dezembro/2015 a novembro/2016.
DEMORA NA CONCLUSÃO:		
TIPO DE AÇÃO	Nº DO PROCESSO	OBSERVAÇÃO
Improbidade Administrativa	00024875920154058109	De fl. 417 (out/17 a jan/18).
Execução Fiscal	00011281120144058109	Para despacho, de 20.11.2017 a 08.03.2018.
Execução Fiscal	00022592120144058109	Dezembro/2014 a março/2015.
Execução Fiscal	00011402520144058109	05/11/2014 - 14/01/2015.
Execução Fiscal	00013480920144058109	25/06/2015 a 05/08/2015.
Improbidade Administrativa	00010244620144058100	26/10/2017- 18/12/2017.
DEMORA NA EXPEDIÇÃO DE CERTIDÃO:		
TIPO DE AÇÃO	Nº DO PROCESSO	OBSERVAÇÃO
Execução Fiscal	00006881520144058109	Publicação ocorrida em 24/08/17, certificada em 05/04/18.
DEMORA NA PUBLICAÇÃO:		
TIPO DE AÇÃO	Nº DO PROCESSO	OBSERVAÇÃO
Execução Fiscal	00018657720154058109	Do despacho de fls. 155/163.
Embargos à Execução	00014976820154058109	Sentença de 27/06/17, remessa para publicação em 10/08/17, pub. em 11/08/17.
DEMORA PARA CERTIFICAR O DECURSO DE PRAZO:		
TIPO DE AÇÃO	Nº DO PROCESSO	OBSERVAÇÃO
Execução Fiscal	00013480920144058109	Jan -março/2016.
FEITO EM ORDEM:		
TIPO DE AÇÃO	Nº DO PROCESSO	OBSERVAÇÃO
Execução Fiscal	00017222520144058109	
Improbidade Administrativa	00089550820114058100	
Execução Fiscal	00014572320144058109	

Execução Fiscal	00000129620164058109	
Execução Fiscal	00020236920144058109	
Execução Fiscal	00011425820154058109	
Improbidade Administrativa	00052174120134058100	
Execução Fiscal	00017638920144058109	
Execução Fiscal	00012935820144058109	
Execução Fiscal	00012225620144058109	
OUTROS:		
TIPO DE AÇÃO	Nº DO PROCESSO	OBSERVAÇÃO
Execução Fiscal	00013394720144058109	Demora no cumprimento de despacho, de 06.11.2017 a 08.02.2018.
Execução Fiscal	00018097820144058109	Demora no cumprimento de despacho, de 04.09.2017 a 31.10.2017.
Execução Fiscal	00011495020154058109	Demora no cumprimento de despacho, de 22.05.2017 a 08.02.2018.
Execução Fiscal	00011281120144058109	Processo sem movimentação, de 04.10.2016 a 08.02.2017.
Execução Fiscal	00000548220154058109	Demora no cumprimento do despacho de fl. 145.
Execução Fiscal	00006186120154058109	Processo sem movimentação, de 25.08.2017 a 21.02.2018.
Execução Fiscal	00002813820164058109	Demora no cumprimento de despacho (desp. em 28/11/16, certidão de envio de 08/02/17).
Execução Fiscal	00005331220144058109	Demora no cumprimento do despacho de fl. 120.
Execução Fiscal	00022592120144058109	Demora no cumprimento despacho fl. 123 - 18/11/2016 a 11/01/2017.
Execução Fiscal	00002390420164058109	De 29.08.2016 a 31.01.2017.
Execução Fiscal	00004811620144058109	Demora no cumprimento de despacho, desde 07.02.2018.

Execução Fiscal	00011402520144058109	Ausência de movimentação - setembro/2015-junho/2016.
Execução Fiscal	00011402520144058109	Demora no cumprimento do despacho fl. 53- jan a março/2015, e do despacho de fls. 160 - 28/11/2017 a 25/01/2018.
Execução Fiscal	00020780420014058100	Demora na expedição de mandado, de 15.02.2018 a 03.04.2018.
Execução Fiscal	00020780420014058100	Demora dos autos em poder do advogado/procurador, de 13.02.2017 a 28.07.2017.
Execução Fiscal	00013480920144058109	Demora no cumprimento do despacho fl. 394 - 03/02/2015 a 20/05/2015.
Improbidade Administrativa	00010244620144058100	Ausência de cumprimento: despacho prolatado em dez/2017- fls152.
Execução Fiscal	00002390420164058109	Demora no cumprimento de despacho, de 30.01.2018 a 03.04.2018.
Execução Fiscal	00006133920154058109	Processo em poder da parte por tempo excessivo (nov/16 a ago/17).
Execução Fiscal	00017543020144058109	Demora na concessão de vista dos autos (juntada em16/06/17, vista em 19/09/17).
Execução Fiscal	00005331220144058109	Determinação contida à fl. 152 não cumprida.
Improbidade Administrativa	00024875920154058109	Despacho de fl. 418 não cumprido.
PARALISAÇÃO IRREGULAR:		
TIPO DE AÇÃO	Nº DO PROCESSO	OBSERVAÇÃO
Execução Fiscal	00001624820144058109	Janeiro a dezembro/2016.
Outras Observações:		
Processo : 00000129620164058109 Classe: Execução Fiscal - grande devedor.		
Processo : 00002813820164058109 Classe: Execução Fiscal - grande devedor -processo principal. Anexos: 000084403.2014.05.8109/203464.2015/2158.2016/19737.2016/75662.2014/84318.20		

14/177943.2014/5045.2015.

Processo : 00004811620144058109 Classe: Execução Fiscal - Redistribuída da Justiça Estadual, em 29.10.2014.

Processo : 00006186120154058109 Classe: Execução Fiscal - Redistribuído em 10.03.2015.

Processo : 00006881520144058109 Classe: Execução Fiscal - grande devedor.

Processo : 00010244620144058100 Classe: Improbidade Administrativa - - meta 2 e meta 4.

- processo processado na 2ª vara federal, redistribuído para 34ª em outubro/2017.

Processo : 00011281120144058109 Classe: Execução Fiscal - Recebido da Justiça Estadual em 10.02.2015.

Processo : 00011425820154058109 Classe: Execução Fiscal - processos apensos: 0000785-78.2015.4.05.8109, 0000442-82.2015.4.05.8109 e 0000974-90.2014.4.05.8109.

Processo : 00012935820144058109 Classe: Execução Fiscal - Processos apensos: 0000605-96.2014.4.05.8109 e 0000524-50.2014.4.05.8109.

Processo : 00013394720144058109 Classe: Execução Fiscal - Recebido em 06.11.2014.

Processo : 00014572320144058109 Classe: Execução Fiscal - grande devedor.

Processo : 00014976820154058109 Classe: Embargos à Execução - referente à EF 00017543020144058109.

Processo : 00017543020144058109 Classe: Execução Fiscal - grande devedor.

Houve embargos/suspensão.

Processo : 00020236920144058109 Classe: Execução Fiscal - Processo apenso: 0001547-31.2014.4.05.8109.

Processo : 00022592120144058109 Classe: Execução Fiscal - processo apenso 0001705-86.2014.4.05.8109.

Processo : 00089550820114058100 Classe: Improbidade Administrativa - redistribuído em 14.03.2018.

6.34.9.1.2. Processos Judiciais Eletrônicos (PJe)

Da análise individual dos processos, podem-se destacar as seguintes ocorrências:

Número do Processo	Classe Judicial	Assunto	Último Evento	Polo Ativo	Polo Passivo	Correicionado
Ausência/demora na conclusão						
0007397-59.2015.4.05.8100	AÇÃO PENAL - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO	Fraude no Pagamento por Meio de Cheque	Conclusos para despacho	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL -	DIEGO GREGORIO MEIRELES SANTOS -	SIM

0800001-97.2017.4.05.8109	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Juntada de Certidão de Intimação	CONSELHO REGIONAL DE FARMACIA DO ESTADO DO CEARÁ - CRF/CE - 07.288.905/0001-58	JOAO RICARDO PEIXOTO DE SOUSA e outro - 060.056.793-17	SIM
0800032-83.2018.4.05.8109	AÇÃO CIVIL PÚBLICA	FUNDEF/Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério	Juntada de Certidão de Intimação	UNIÃO FEDERAL e outros - 26.994.558/0001-23	MUNICIPIO DE GENERAL SAMPAIO - 07.438.591/0001-22	SIM
0800102-08.2015.4.05.8109	EXECUÇÃO FISCAL	Ausência de Cobrança Administrativa Prévia	Expedição de expediente	CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO CEARA - CRC/CE - 07.093.503/0001-06	MARIA DE FATIMA BENEVIDES BELISARIO - 247.969.643-04	SIM
0800166-18.2015.4.05.8109	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA	Pensão por Morte (Art. 74/9) e outros	Juntada de Certidão	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS - 29.979.036/0001-40	FRANCISCA JOCELMA TELES DE SOUSA - 754.392.713-68	SIM
0800176-28.2016.4.05.8109	EXECUÇÃO FISCAL	Competência da Justiça Federal	Juntada de Certidão	INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVAVEIS - IBAMA - 03.659.166/0001-02	PEDRO HENRIQUE ROCHA FILHO - ME - 73.271.868/0001-08	SIM
0800236-64.2017.4.05.8109	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Embargos de Declaração Não-acolhidos	INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVAVEIS - IBAMA - 03.659.166/0001-02	MADEIREIRA PROGRESSO LTDA - EPP - 02.577.693/0002-96	SIM
0800586-86.2016.4.05.8109	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Expedição de expediente	INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVAVEIS - IBAMA - 03.659.166/0001-02	PAULO GEOVANE ARAUJO CARVALHO - ME - 10.844.080/0001-15	SIM
0800608-13.2017.4.05.8109	AÇÃO PENAL - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO	Falso testemunho ou falsa perícia	Juntada de Certidão	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 02.626.108/0001-02	MARIA DA CONCEICAO CRUZ CHIMENDES - 263.293.523-72	SIM
0800654-36.2016.4.05.8109	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Dano ao Erário e outros	Juntada de Certidão	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 02.626.108/0001-02	FRANCISCO DE ASSIS PINTO BILHAR JUNIOR e outros - 473.750.432-72	SIM
0800720-79.2017.4.05.8109	AÇÃO PENAL - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO	Uso de documento falso	Inspecção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 02.626.108/0001-02	FRANCISCO ESTEVAM ABREU DA SILVA e outro -	SIM
0800777-34.2016.4.05.8109	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspecção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FAZENDA NACIONAL -	NATANAEL PEREIRA DO CARMO e outro -	SIM
0801001-33.2015.4.05.8100	PROCEDIMENTO COMUM	Enriquecimento sem Causa	Juntada de Certidão de Intimação	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF - 00.360.305/0001-04	SINTHIA MARIA FERREIRA SILVA e outro - 635.797.073-53	SIM
0801603-58.2014.4.05.8100	PROCEDIMENTO COMUM	Acidente de Trânsito	Baixa Definitiva	CAIXA ECONOMICA FEDERAL -	MUNICIPIO DE PENTECOSTE -	SIM
Demora para certificação do decurso de prazo						
0800013-14.2017.4.05.8109	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Expedição de expediente	CONSELHO REGIONAL DE FARMACIA DO ESTADO DO CEARÁ - CRF/CE - 07.288.905/0001-58	J ANGELO DE OLIVEIRA FILHO - ME - 08.351.476/0001-89	SIM

0800510-62.2016.4.05.8109	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa e outros	Juntada de Certidão de Intimação	CONSELHO REGIONAL DOS REPRESENTANTES COMERCIAIS NO ESTADO DO CEARA - 07.340.847/0001-64	ESPEDITO RABELO DE OLIVEIRA - 260.561.193-00	SIM
0801001-33.2015.4.05.8100	PROCEDIMENTO COMUM	Enriquecimento sem Causa	Juntada de Certidão de Intimação	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF -	SINTHIA MARIA FERREIRA SILVA e outro - 635.797.073-53	SIM
Lapso entre conclusão e prolação despacho/decisão						
0801603-58.2014.4.05.8100	PROCEDIMENTO COMUM	Acidente de Trânsito	Baixa Definitiva	CAIXA ECONOMICA FEDERAL -	MUNICIPIO DE PENTECOSTE -	SIM
Lapso sem movimentação processo na Secretaria						
0000315-13.2016.4.05.8109	AÇÃO PENAL - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO	Exploração de prestígio	Expedição de expediente	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL -	MANOEL FERREIRA BRAGA NETO -	SIM
0001396-31.2015.4.05.8109	AÇÃO PENAL - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO	Contrabando ou descaminho	Juntada de Certidão	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL -	MARIA DE ARAUJO DA SILVA e outros -	SIM
0800016-66.2017.4.05.8109	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Juntada de Certidão	CONSELHO REGIONAL DE FARMACIA DO ESTADO DO CEARÁ - CRF/CE - 07.288.905/0001-58	MUNICIPIO DE CARIDADE - 07.707.094/0001-82	SIM
0800102-08.2015.4.05.8109	EXECUÇÃO FISCAL	Ausência de Cobrança Administrativa Prévia	Expedição de expediente	CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO CEARA - CRC/CE - 07.093.503/0001-06	MARIA DE FATIMA BENEVIDES BELISARIO - 247.969.643-04	SIM
0800108-78.2016.4.05.8109	EXECUÇÃO FISCAL	Competência da Justiça Federal	Juntada de Certidão	INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA NORMALIZACAO E QUALIDADE INDUSTRIAL - INMETRO - 00.662.270/0001-68	MUNDO DO PAPEL COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA - ME -	SIM
0800205-44.2017.4.05.8109	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Processo Suspenso/Sobrestado	INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVAVEIS - IBAMA - 03.659.166/0001-02	ARMACON - DISTRIBUICAO DE ALIMENTOS LTDA - 06.242.354/0001-29	SIM
0800244-41.2017.4.05.8109	EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL	Efeito Suspensivo / Impugnação / Embargos à Execução	Conclusos para decisão	FAMAS FORTALEZA AUTO MAQUINAS LTDA - 06.926.588/0004-38	INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA NORMALIZACAO E QUALIDADE INDUSTRIAL - INMETRO - 00.662.270/0001-68	SIM
0800510-62.2016.4.05.8109	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa e outros	Juntada de Certidão de Intimação	CONSELHO REGIONAL DOS REPRESENTANTES COMERCIAIS NO ESTADO DO CEARA - 07.340.847/0001-64	ESPEDITO RABELO DE OLIVEIRA - 260.561.193-00	SIM
0800605-58.2017.4.05.8109	EXECUÇÃO DA PENA	Execução Penal Provisória - Cabimento	Juntada de Certidão	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL -	FRANCISCA MANUELA CAMPELO	SIM
0800626-68.2016.4.05.8109	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Embargos de Declaração Não-acolhidos	FAZENDA NACIONAL - 00.204.460/0016-52	INAPI INDUSTRIA NACIONAL DE ACESS PARA IRRIGACAO S A	SIM
0800669-68.2017.4.05.8109	EXECUÇÃO FISCAL	Ausência de Cobrança Administrativa Prévia	Juntada de Certidão de decurso de prazo	CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO CEARA - CREA/CE -	MUNICIPIO DE CARIDADE - 07.707.094/0001-82	SIM

0800671-38.2017.4.05.8109	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Conclusos para decisão	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	BECKER SERROTA INDUSTRIA DE CALCADOS LTDA - EPP - 11.750.471/0001-33	SIM
0800757-43.2016.4.05.8109	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FAZENDA NACIONAL -	RAIMUNDO BEZERRA DE SOUSA e outro - 116.258.643-53	SIM
Lapso temporal para cumprimento despacho/decisão						
0800001-97.2017.4.05.8109	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Juntada de Certidão de Intimação	CONSELHO REGIONAL DE FARMACIA DO ESTADO DO CEARÁ - CRF/CE - 07.288.905/0001-58	JOAO RICARDO PEIXOTO DE SOUSA e outro - 060.056.793-17	SIM
0800023-58.2017.4.05.8109	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Processo Suspenso por depender do julgamento de outra causa, de outro juízo ou declaração incidente	CONSELHO REGIONAL DE FARMACIA DO ESTADO DO CEARÁ - CRF/CE - 07.288.905/0001-58	JOSE ROBERTO M. SALES - ME - 08.761.340/0001-47	SIM
0800026-13.2017.4.05.8109	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Juntada de Certidão	CONSELHO REGIONAL DE FARMACIA DO ESTADO DO CEARÁ - CRF/CE - 07.288.905/0001-58	JRT - COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA. - ME - 10.213.142/0001-90	SIM
0800102-08.2015.4.05.8109	EXECUÇÃO FISCAL	Ausência de Cobrança Administrativa Prévia	Expedição de expediente	CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO CEARA - CRC/CE - 07.093.503/0001-06	MARIA DE FATIMA BENEVIDES BELISARIO - 247.969.643-04	SIM
0800108-78.2016.4.05.8109	EXECUÇÃO FISCAL	Competência da Justiça Federal	Juntada de Certidão	INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA NORMALIZACAO E QUALIDADE INDUSTRIAL - INMETRO - 00.662.270/0001-68	MUNDO DO PAPEL COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA - ME -	SIM
0800109-63.2016.4.05.8109	EXECUÇÃO FISCAL	Competência da Justiça Federal	Expedição de expediente	INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA NORMALIZACAO E QUALIDADE INDUSTRIAL - INMETRO - 00.662.270/0001-68	MUNDO DO PAPEL COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA - ME -	SIM
0800119-10.2016.4.05.8109	EXECUÇÃO FISCAL	Competência da Justiça Federal	Conclusos para decisão	FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE - FUNASA - 26.989.350/0001-16	CPR LOCACAO DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA - ME e outro - 01.272.422/0001-89	SIM
0800176-28.2016.4.05.8109	EXECUÇÃO FISCAL	Justiça Federal	Competência da Justiça Federal	INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS RENOVAVEIS - IBAMA -	PEDRO HENRIQUE ROCHA FILHO - ME - 73.271.868/0001-08	SIM
0800236-64.2017.4.05.8109	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Embargos de Declaração Não-acolhidos	INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVAVEIS - IBAMA - 03.659.166/0001-02	MADEIREIRA PROGRESSO LTDA - EPP - 02.577.693/0002-96	SIM
0800409-18.2017.4.05.8100	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Expedição de expediente	INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVAVEIS - IBAMA - 03.659.166/0001-02	FRANCISCO UBIRAJARA RABELO - 41.599.614/0001-19	SIM

0800510-62.2016.4.05.8109	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa e outros	Juntada de Certidão de Intimação	CONSELHO REGIONAL DOS REPRESENTANTES COMERCIAIS NO ESTADO DO CEARA - 07.340.847/0001-64	ESPEDITO RABELO DE OLIVEIRA - 260.561.193-00	SIM
0800605-58.2017.4.05.8109	EXECUÇÃO DA PENA	Execução Penal Provisória - Cabimento	Juntada de Certidão	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL -	FRANCISCA MANUELA CAMPELO	SIM
0800626-68.2016.4.05.8109	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Embargos de Declaração Não-acolhidos	FAZENDA NACIONAL - 00.204.460/0216-53	INAPI INDUSTRIA NACIONAL DE ACESSO PARA IRRIGACAO S A	SIM
0800649-77.2017.4.05.8109	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Juntada de Certidão de Intimação	CONSELHO REGIONAL DE FARMACIA DO ESTADO DO CEARÁ - CRF/CE - 07.288.905/0001-58	F.L DE PINHO - EPP - 19.455.299/0001-05	SIM
0800687-89.2017.4.05.8109	CARTA PRECATÓRIA CRIMINAL	Abandono de função	Baixa Definitiva	JUIZO FEDERAL DA 18ª VARA DA SUBSEÇÃO JUDICIARIA DE SOBRAL - SJCE e outro -	FRANCISCO ONOFRE PARENTE BARREIRA e outro - 686.103.193-34	SIM
0800777-34.2016.4.05.8109	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FAZENDA NACIONAL -	NATANAEL PEREIRA DO CARMO e outro -	SIM
0800864-87.2016.4.05.8109	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Juntada de Certidão	FAZENDA NACIONAL -	ACS ENGENHARIA AMBIENTAL LTDA -	SIM
0801603-58.2014.4.05.8100	PROCEDIMENTO COMUM	Acidente de Trânsito	Baixa Definitiva	CAIXA ECONOMICA FEDERAL -	MUNICIPIO DE PENTECOSTE -	SIM
Outros:						
0800089-38.2017.4.05.8109	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Expedição de documento	FAZENDA NACIONAL - 00.204.460/0216-53	JOSMARIO NOGUEIRA CORDEIRO e outro - 457.615.823-68	SIM
0800102-08.2015.4.05.8109	EXECUÇÃO FISCAL	Ausência de Cobrança Administrativa Prévia	Expedição de expediente	CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO CEARA - CRC/CE - 07.093.503/0001-06	MARIA DE FATIMA BENEVIDES BELISARIO - 247.969.643-04	SIM
0800171-06.2016.4.05.8109	EXECUÇÃO FISCAL	Competência da Justiça Federal	Baixa Definitiva	INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVAVEIS - IBAMA - 03.659.166/0001-02	ANTONIO DIRCEU CAVALCANTE BARROS - 604.406.963-05	SIM
0800243-56.2017.4.05.8109	PROCEDIMENTO COMUM	Abono da Lei 8.178/91	Juntada de Certidão de Intimação	FILOMENA FERREIRA DA SILVA - 378.793.163-53	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS - 29.979.036/0001-40	SIM
0800458-32.2017.4.05.8109	AÇÃO CIVIL PÚBLICA	Direitos Indígenas e outros	Juntada de Certidão de Intimação	FUNDAÇÃO NACIONAL DO INDIO - FUNAI e outros - 00.059.311/0001-26	FELIPE FURTADO SATIRO e outros - 211.315.973-20	SIM
0800636-15.2016.4.05.8109	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Conclusos para decisão	FAZENDA NACIONAL - 00.204.460/0216-53	DM TEXTIL INDUSTRIA E COMERCIO LTDA - 05.799.138/0001-16	SIM
0800864-87.2016.4.05.8109	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Juntada de Certidão	FAZENDA NACIONAL -	ACS ENGENHARIA AMBIENTAL LTDA -	SIM
0801001-33.2015.4.05.8100	PROCEDIMENTO COMUM	Enriquecimento sem Causa	Juntada de Certidão de Intimação	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF -	SINTHIA MARIA FERREIRA SILVA e outro - 635.797.073-53	SIM

0802750-56.2013.4.05.8100	PROCEDIMENTO COMUM	Aposentadoria Especial (Art. 57/8)	Processo Suspenso/Sobrestado	RAULINO PACHECO DA CONCEICAO - 219.130.053-72	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS - 29.979.036/0001-40	SIM
Paralisação irregular do processo						
0800586-86.2016.4.05.8109	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Expedição de expediente	INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVAVEIS - IBAMA - 03.659.166/0001-02	PAULO GEOVANE ARAUJO CARVALHO - ME - 10.844.080/0001-15	SIM
0800595-48.2016.4.05.8109	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Juntada de Certidão	INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVAVEIS - IBAMA - 03.659.166/0001-02	J T COSTA E SILVA - ME - 34.997.965/0001-12	SIM
0800827-60.2016.4.05.8109	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Expedição de expediente	FAZENDA NACIONAL -	BERNHARD ALBERT KOPF e outro -	SIM
Processo em ordem						
0000374-98.2016.4.05.8109	AÇÃO PENAL - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO	Peculato	Juntada de Certidão de Intimação	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL -	PAULO ROSA DA SILVA - 379.220.683-87	SIM
0000595-50.2012.4.05.8100	AÇÃO PENAL - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO	Crimes contra o Sistema Financeiro Nacional	Convertido(a) o(a) Julgamento em Diligência	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL -	CRISTIANE VASCONCELOS SILVEIRA e outros -	SIM
0002067-54.2015.4.05.8109	AÇÃO PENAL - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO	Estelionato Majorado	Juntada de Petição	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL -	VERONICA DE MOURA GOMES -	SIM
0005392-64.2015.4.05.8100	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Dano ao Erário e outros	Conclusos para julgamento	MUNICIPIO DE MARANGUAPE e outro - 07.963.051/0001-68	SANDRA MENDES CARNEIRO LIMA SOARES e outros - 284.527.713-04	SIM
0005995-40.2015.4.05.8100	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Dano ao Erário	Juntada de Certidão	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL -	EXITO CONTRUCOES E EMPREENDIMENTOS LTDA e outros -	SIM
0800005-71.2016.4.05.8109	PROCEDIMENTO COMUM	Reintegração de Posse e outros	Juntada de Certidão	DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS CONTRA AS SECAS - DNOCS - 00.043.711/0001-43	JOSE AIRTON VIDAL DA SILVA - 378.286.573-15	SIM
0800093-75.2017.4.05.8109	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Conclusos para decisão	FAZENDA NACIONAL -	FMZ INDUSTRIA DE CONFECOES LTDA -	SIM
0800094-60.2017.4.05.8109	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Juntada de Certidão	FAZENDA NACIONAL -	INDUSTRIAS ELETRICAS ELITE S A INELSA - 07.212.574/0001-72	SIM
0800207-14.2017.4.05.8109	CARTA PRECATÓRIA CRIMINAL	Estelionato Majorado	Juntada de Certidão	JUIZO FEDERAL DA 11ª VARA DA SEÇÃO JUDICIARIA DE FORTALEZA - SJCE e	CRISTIANO SANTOS GARCIA - 015.215.823-51	SIM
0800223-65.2017.4.05.8109	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Embargos de Declaração Não-acolhidos	AGENCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT - 04.898.488/0001-77	FRANCIMAR OLIVEIRA LIMA - ME - 03.889.684/0001-12	SIM
0800229-09.2016.4.05.8109	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Dano ao Erário e outros	Remetidos os Autos (em grau de recurso) para TRF5	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL e outros - 03.636.198/0001-92	ROBERTO SAVIO GOMES DA SILVA -	SIM

0800237-49.2017.4.05.8109	PROCEDIMENTO COMUM	Desapropriação Indireta	Expedição de expediente	ANTONIA FREIRES DO NASCIMENTO - 058.803.273-53	DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES - DNIT - 04.892.707/0001-00	SIM
0800440-11.2017.4.05.8109	PROCEDIMENTO COMUM	Aposentadoria por Tempo de Contribuição (Art. 55/6)	Remetidos os Autos (em grau de recurso) para TRF5	ANTONIO CORREIA VIANA FILHO - 091.628.363-15	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS - 29.979.036/0001-40	SIM
0800528-49.2017.4.05.8109	AÇÃO CIVIL PÚBLICA	Abono de Permanência	Remetidos os Autos (em grau de recurso) para TRF5	CONSELHO REGIONAL DE TECNICOS EM RADIOLOGIA 2 REGIAO - 24.163.149/0001-50	MUNICIPIO DE PENTECOSTE - 07.682.651/0001-58	SIM
0800632-41.2017.4.05.8109	MONITÓRIA	Compromisso	Juntada de Certidão	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF - 00.360.305/0001-04	AMERICAN COMERCIO E DISTRIBUIDORA DE MATERIAL DE CONSTRUCAO LTDA - ME e outro - 14.528.818/0001-96	SIM
0800683-52.2017.4.05.8109	AÇÃO PENAL - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO	Furto Qualificado	Petição	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL -	JONADABE OLIVEIRA DE FREITAS e outro -	SIM
0800686-07.2017.4.05.8109	EMBARGOS À EXECUÇÃO	Efeito Suspensivo / Impugnação / Embargos à Execução	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	ANTONIA MARIA DOS REIS - 490.507.884-91	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF - 00.360.305/0001-04	SIM
0800720-79.2017.4.05.8109	AÇÃO PENAL - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO	Uso de documento falso	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL -	FRANCISCO ESTEVAM ABREU DA SILVA e outro -	SIM
0800742-40.2017.4.05.8109	AÇÃO PENAL - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO	Estelionato Majorado e outros	Juntada de Certidão	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.726.108/0001-03	MARCELO CAVALCANTI DOS SANTOS e outros - 326.869.434-91	SIM
0800745-29.2016.4.05.8109	AÇÃO CIVIL PÚBLICA	Obrigação de Fazer / Não Fazer	Baixa Definitiva	INSTITUTO DE PESQUISA CIENTIFICA E TECNOLOGICA, ENSINO E DE DEFESA DO CONSUMIDOR e outros - 03.724.966/0001-60	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF - 00.360.305/0001-04	SIM
0800806-50.2017.4.05.8109	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa e outros	Juntada de Certidão	CONSELHO REGIONAL DOS REPRESENTANTES COMERCIAIS NO ESTADO DO CEARA - 07.340.847/0001-64	BRUNO DE LIMA LOPES - 041.445.823-02	SIM
0800824-71.2017.4.05.8109	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa e outros	Expedição de expediente	CONSELHO REGIONAL DE ODONTOLOGIA DO CEARA - 07.299.589/0001-10	CLINICA DENTARIA MACHADO SARAIVA LIMITADA - 07.987.332/0001-50	SIM
0800825-56.2017.4.05.8109	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa e outros	Expedição de expediente	CONSELHO REGIONAL DE ODONTOLOGIA DO CEARA - 07.299.589/0001-10	MAC DENTAL SERVICOS ODONTOLOGICOS LTDA - 04.130.507/0001-10	SIM
0800839-40.2017.4.05.8109	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa e outros	Expedição de expediente	CONSELHO REGIONAL DE ODONTOLOGIA DO CEARA - 07.299.589/0001-10	DEVIANE FARIAS NASCIMENTO - 653.737.073-68	SIM
0800840-25.2017.4.05.8109	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa e outros	Juntada de Certidão de Intimação	CONSELHO REGIONAL DE ODONTOLOGIA DO CEARA - 07.299.589/0001-10	ANTONIO EDESIO ALVES DE CASTRO - 212.801.853-68	SIM

0800841-10.2017.4.05.8109	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa e outros	Juntada de Certidão	CONSELHO REGIONAL DE ODONTOLOGIA DO CEARA - 07.299.589/0001-10	KLECIUS KLAY ALVES DO NASCIMENTO - 027.901.684-07	SIM
0800849-84.2017.4.05.8109	PROCEDIMENTO COMUM	Urbana (Art. 48/51)	Baixa Definitiva	FRANCISCA RODRIGUES CORREIA - 323.364.113-34	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS - 29.979.036/0001-40	SIM
0802368-29.2014.4.05.8100	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA CONTRA A FAZENDA	Repasse de Verbas Públicas e outros	Juntada de Certidão	UNIÃO FEDERAL e outros - 26.994.558/0001-23	MUNICIPIO DE MARACANAU - 07.605.850/0001-62	SIM
0802480-32.2013.4.05.8100	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA	Pagamento Atrasado / Correção Monetária	Processo Suspenso/Sobrestado	UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARA - UFC - 07.272.636/0001-31	JLJ CONSTRUCAO REPRESENTACAO LTDA - EPP - 06.246.091/0001-26	SIM
0805089-46.2017.4.05.8100	EMBARGOS À EXECUÇÃO	Correção Monetária	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	BELLOG TRANSPORTES E LOGISTICA EIRELI - ME - 10.965.670/0001-04	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF - 00.360.305/0001-04	SIM
0809132-26.2017.4.05.8100	PROCEDIMENTO COMUM	ASSISTÊNCIA SOCIAL	Juntada de Certidão de Intimação	ANA BEATRIZ GONCALVES BRAGA - 051.453.383-84	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS - 29.979.036/0001-40	SIM
0809552-65.2016.4.05.8100	AÇÃO CIVIL PÚBLICA	Direitos Indígenas e outros	Expedição de expediente	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	FUNDAÇÃO NACIONAL DO INDIO - FUNAI e outros - 00.059.311/0001-26	SIM
0811855-52.2016.4.05.8100	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Dano ao Erário e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL e outro - 03.636.198/0001-92	PAULO ROSA DA SILVA - 379.220.683-87	SIM

6.34.10. Correição anterior e autoinspeção

A vara informou que as determinações constantes da Correição anterior foram cumpridas. No entanto, algumas pendências estão sendo devidamente corrigidas.

Após a última autoinspeção, foram fixadas metas ou fins a serem perseguidos pela Vara, as quais foram parcialmente cumpridas.

6.34.11. Considerações finais

A 34ª Vara Federal conta com estrutura física e equipamentos adequados a seu funcionamento.

A partir da análise processual, foram observados alguns pontos que merecem maior atenção por parte da unidade, quais sejam:

1. Demora/ausência na conclusão;
2. Demora no cumprimento de despacho/decisão; e
3. Feitos sem movimentação processual.

Por fim, pelos demais dados apontados neste relatório e pelas constatações realizadas *in loco* durante a correição, pode-se afirmar que a 34ª Vara Federal funciona de modo eficiente.

6.35. 35ª VARA FEDERAL - MARACANAÚ/CE

6.35.1. Competência, localização, estrutura física e horário de expediente

A 35ª Vara Federal do Ceará detém competência privativa para a conciliação, o julgamento e a execução das causas cíveis até o valor de sessenta salários mínimos, previstas no art. 3º da Lei nº 10.259/2001, funcionando no prédio da SJCE, localizado na Avenida 1, nº 17, Jereissati 1, Maracanaú - CE.

A Vara apresentou instalações adequadas para todos: juízes federais, servidores, estagiários, terceirizados, membros do Ministério Público Federal, procuradores federais, defensores públicos federais, advogados e jurisdicionados.

O horário de expediente da unidade é das 9h às 18h.

6.35.2. Corpo funcional - juíza federal e servidores

A 35ª Vara Federal conta com o seguinte quadro de pessoal: a) 01 magistrada, Cíntia menezes Brunetta (juíza federal titular); b) 14 servidores efetivos, sendo 04 analistas judiciários - área judiciária, 09 técnicos judiciários - área administrativa e 01 técnico judiciário - área de segurança e transporte. Não há servidores requisitados.

6.35.2.1. Juíza Federal Titular

A Juíza Federal Titular, Cíntia Menezes Brunetta, exerce a magistratura desde 15/12/2004, atuando na 35ª Vara Federal desde 20/10/2014.

Nos últimos 24 meses, a magistrada esteve afastada, em razão de:

Férias: 18 a 31.07.2016; 06 a 16.08.2016; 17 a 30.05.2017; 17 a 25.07.2017; 13.10 a 02.11.2017; 27.11 a 12.12.2017;

Outros: 16 a 18.03.2016 (sem prejuízo de jurisdição); 22.04.2016 (sem prejuízo de jurisdição); 01 a 03.06.2016 (sem prejuízo de jurisdição); 06.06.2016 (sem prejuízo de jurisdição); 09 e 10.06.2016 (sem prejuízo de jurisdição); 06 e 07.07.2016 (sem prejuízo de jurisdição); 01 a 05.08.2016 (participação em reunião da ENFAM); 06 a 11.11.2016 (sem prejuízo de jurisdição); 09 a 13.01.2017 (para ministrar aula); 10 e 11.05.2017 (participação em reunião no CNJ); 21 e 22.06.2017 (participação em reunião no CNJ); 26.07.2017 (participação em reunião da ENFAM); 15 a 17.08.2017 (para ministrar aula); 24 a 30.08.2017 (participar de comissão/grupo de trabalho);

31.08.2017 (para ministrar aula); 01 a 15.09.2017 (participar de comissão/grupo de trabalho); 16 a 26.09.2017 (sem prejuízo de jurisdição); 27.09.2017 (para ministrar aula); 28.09 a 01.10.2017 (sem prejuízo de jurisdição); 02 e 03.10.2017 (para ministrar aula); 04 a 12.10.2017 (sem prejuízo de jurisdição); 03 a 26.11.2017 (sem prejuízo de jurisdição); 13 a 19.12.2017 (sem prejuízo de jurisdição); 24.01.2018 (para ministrar aula); 23.02.2018 (para ministrar aula).

Período total de afastamento: 6 (seis) meses e 24 (vinte e quatro) dias.

A Magistrada prestou auxílio na 6ª Vara Federal/CE, sem prejuízo da jurisdição originária e de outras designações, de 23.02.2015 a 03.04.2017, além de prestar auxílio eventual na referida unidade, sem prejuízo da jurisdição originária e de outras designações, desde 04.04.2017.

Respondeu pela 34ª Vara Federal/CE, sem prejuízo da jurisdição originária e de outras designações, em 29 e 30.08.2016; de 16 a 26.11.2017; de 08.01 a 06.02.2018.

A Juíza Federal Titular reside na região metropolitana onde se situa a Vara.

Não há juiz federal substituto na vara.

6.35.2.2. Servidores

Em relação às funções de confiança (FCs), aos cargos em comissão (CJs) e à formação acadêmica dos servidores ocupantes de cargos efetivos na 35ª Vara Federal, pode ser observado o seguinte quadro:

Nome	Cargo efetivo	Ocupa FC ou CJ? Qual?	Grau de Instrução*	Área de formação
Ítalo Martins Vieira	Técnico Judiciário - Área Administrativa	Diretor de Secretaria - CJ3	Pós-graduado	Direito
Thiago Gonçalves de Almeida e Silva	Analista Judiciário - Área Judiciária	Oficial de Gabinete Juiz Titular - FC05	Pós-graduado	Direito
Lidiana de Souza Sandes	Técnico Judiciário - Área Administrativa	Oficial de Gabinete Juiz Substituto - FC05	Pós-graduada	Direito
Jairo Jamil de Souza Pessoa	Analista Judiciário - Área	Supervisor-Assistente do Gabinete do Juiz Titular	Pós-graduado	Direito

	Judiciária	- FC04		
Mayara Vasconcelos de Queiroz	Analista Judiciário - Área Judiciária	Supervisor-Assistente do Gabinete do Juiz Substituto - FC04	Pós-graduada	Direito
Míriam Souza Fontenele Duarte	Técnico Judiciário - Área Administrativa	Supervisor da Seção de Análises e Andamento Processual da 35ª Vara - FC05	Superior completo	Direito
Anderson Matos	Técnico Judiciário - Área Administrativa	Supervisor-Assistente do Setor de Análise e Triagem Inicial - FC04	Pós-graduado	Contabilidade (graduação) e Direito (Pós-graduação)
Jefferson Luis Silva Moreira	Técnico Judiciário - Área Administrativa	Assistente-Técnico III da Seção de Análises e Andamento Processual - FC03	Superior completo	Matemática
Daniel Rocha da Silva	Técnico Judiciário - Área Administrativa	Supervisor da Seção de Cumprimento e Expedição - FC05	Pós-graduado	Ciências Contábeis
Maria Régia de Araújo Cavalcante	Técnico Judiciário - Área Administrativa	Supervisor-Assistente do Setor de Cumprimento de Obrigações/Sentenças e Expedição de RPVs - FC04	Pós-graduada	Ciências Contábeis
Mauricélio da Silva Santana	Técnico Judiciário - Segurança e Transporte	Supervisor-Assistente do Setor de Agendamento e Controle das Audiências - FC04	Pós-graduado	Engenharia de Alimentos
Victor Matheus Ramos Nogueira	Técnico Judiciário - Área Administrativa	Supervisor-Assistente do Setor de Controle de Perícias - FC04	Pós-graduado em Engenharia de Alimentos e Superior Incompleto em Direito	Engenharia de Alimentos e Direito
Sérgio Vasconcelos	Técnico Judiciário - Área	Auxiliar Especializado do Gabinete de Diretor	Superior completo	Administração

Nunes	Administrativa	de Secretaria - FC02		
Samuel de Oliveira Melo	Analista Judiciário - Área Judiciária	-	Pós-graduado	Direito

Como se pode depreender, no tocante à formação acadêmica dos servidores efetivos 35ª Vara Federal, verifica-se que há uma preocupação com a qualificação.

6.35.2.3. Estagiários

Há 02 vagas previstas para unidade, estando todas ocupadas. Os estagiários atuam na Secretaria.

6.35.3. Organização da 35ª Vara Federal

Dentre os servidores da 35ª Vara Federal do Ceará, 06 exercem suas atribuições na Secretaria e 08 no Gabinete.

6.35.3.1. Secretaria

A Secretaria é dividida em 06 (seis) setores:

1. Direção da Secretaria. Atividades específicas na Gestão dos Processos: Conferir RPV/PRC e alvarás; proceder às minutas nos sistemas BACENJUD, RENAJUD, INFOJUD; atuar com o juiz junto aos processos físicos, outras atividades inerentes ao cargo. Servidor que atua no setor: Ítalo Martins Vieira.
2. Setor de Análise Inicial. Atividades: 1) Verificar regularidade da inicial (processos Análise Inicial/Triagem), segundo CPC e portaria que regula o processo eletrônico; a) se estiver irregular, intimar para emendar uma única vez, no prazo de dez dias, movimentando para Análise Inicial/Prazo para emenda, com movimentação agendada para Análise Inicial/Prazo para emenda encerrado. Se não for emendada, anexar sentença de extinção e encaminhar, com intimação agendada, para Juiz; b) se estiver regular ou emendada corretamente: matéria unicamente de direito, com contestação depositada em cartório: encaminhar concluso para sentença para Juiz/Assessoria repetitiva; matéria unicamente de direito, sem contestação depositada em cartório e sem pedido de antecipação de tutela: citar, encaminhar para Diligências/Prazo para contestação, agendando movimentação para Juiz/Assessoria repetitiva; matéria unicamente de direito, sem contestação depositada em cartório e com pedido de antecipação de tutela: citar e movimentar (concluso para decisão) para Juiz/Assessoria Geral/Antecipação de tutela; matéria de fato sem pedido de antecipação de tutela: encaminhar para Audiências e Perícias/[complemento específico]; matéria de fato com pedido de antecipação de tutela: encaminhar para Audiências e Perícias /pedido de antecipação de tutela); 2)

Analisar as indicações de possível prevenção para verificar eventual existência de coisa julgada e litispendência; 3) Verificar se há litisconsórcio passivo apontado (pedido de citação de corréu) - Se ambos os réus forem entes públicos federais cadastrados no CRETA: providenciar a citação; Se for pessoa física, no caso dos feitos que envolvam matéria de fato, encaminhar com observação neste sentido para o setor seguinte Audiências e Perícias (situação a ser analisada pelo setor de destino); Em outros casos, encaminhar, sem citação alguma, para Juiz; 4) Assim que receber a petição inicial, anexar contestação depositada e sentença de improcedência nos seguintes casos, remetendo o processo, para Juiz (Pedido de revisão de benefício previdenciário pelo INPC PIS/PASEP; Pedido de pensão por morte de maior de vinte e um anos universitário; Desaposentação; Outras que forem surgindo com o tempo); 5) Analisar “documentos não lidos anexados por procuradores” que estiverem no setor. Servidores que atuam no setor: Míriam Souza Fontenele Duarte e Sérgio Vasconcelos Nunes.

3. Setor de Audiências e Perícias. Atividades: Fazer análise de prevenção dos processos nesta específica fase; No caso de pedido que envolva menor, lembrar de incluir, nas intimações, o MPF; No caso de pedido que envolva maior incapaz civilmente, checar se existe nos autos curatela; Analisar pedido de antecipação de tutela (Se for padrão, anexar certidão e dar prosseguimento à fase seguinte/ Se não for padrão, conversar com o juiz); Designar perícia e audiência (Se houver necessidade de perícia sem audiência de instrução: designar perícia, conforme pauta de peritos e designar direto audiência de conciliação para quarenta dias após a data da perícia marcada. Após intimar todo mundo de tudo e citar o(s) réu(s), encaminhar para Audiências e Perícias/Aguardando perícia e conciliação - Se houver necessidade de perícia com audiência de instrução: designar perícia conforme pauta de peritos, e designar direto audiência de instrução para quarenta dias após a data da perícia marcada. Após intimar todo mundo de tudo e citar, encaminhar para Audiências e Perícias/Aguardando perícia e instrução. Se houver necessidade de audiência de instrução (sem perícia): citar e designar instrução, intimando todo mundo, conforme pauta. Após, encaminhar para Audiências e Perícias /Aguardando audiência de instrução; Analisar “Documentos não lidos anexados por procuradores” que estiverem no setor; Analisar “Processos com Documentos não lidos anexados por Peritos”; Checar sempre a pasta Audiências e Perícias/Cumprir com urgência e, no caso de processos com perícia já realizada, encaixar eventual audiência para vinte dias após a data que receber o processo, intimando todo mundo; Digitalizar e anexar documentos produzidos pelos peritos, se necessário; Verificar pauta de perícia sempre vinte dias após a data para a qual foi designada para verificar existência de laudo e cobrar do perito, se necessário; Anexar sentença de extinção no caso de ausência à perícia e encaminhar, com intimação agendada, para Juiz; Proceder ao pagamento dos peritos, via AJG. Servidores que atuam no setor: Jefferson Luis Silva Moreira, Mauricélio da Silva Santana e Victor Matheus Ramos Nogueira.

4. Setor de Diligências. Atividades: Fazer análise de prevenção dos processos nesta específica fase; Cumprir diligências determinadas pelo juiz, realizando, inclusive, as intimações necessárias ou expedindo ofícios; Realizar intimações de sentença com julgamento do mérito constantes nas fases Para Cumprir e Sentenças

gerais, sem esquecer de anotar o prazo de trinta dias. Após, movimentar para Recursos/Prazo para recurso ou INSS/Prazo para recurso, agendando movimentação para Recursos/Prazo para recurso encerrado; Analisar “documentos não lidos anexados por procuradores” que estiverem no setor; Checar sempre a pasta Diligências/Cumprir com urgência; Analisar documentos anexados por procuradores em processos arquivados (Arquivo/Baixa - Findo); Distribuir processos recebidos da Turma (Diligências/Recebidos da Turma Recursal), redirecionando-os, conforme o caso. Servidores que atuam no setor: Jefferson Luis Silva Moreira, Mauricélio da Silva Santana.

5. Setor de Recursos. Atividades: Verificar processos que estiverem na pasta Recursos/Prazo para recurso encerrado (Se tiver recurso, verificar a tempestividade e, se tempestivo, intimar o recorrido para contrarrazões e movimentar para a pasta Recursos/Contrarrazões, agendando movimentação para Recursos/Prazo Contrarrazões Encerrado; Se tiver recurso e não for tempestivo, anexar decisão e encaminhar para Juiz, já com intimação agendada das partes; Se não tiver recurso ou o recurso não for recebido (processos na fase Recursos/Recursos não recebidos), certificar o trânsito em julgado e: Se a sentença for de improcedência, proceder à baixa; Se houver obrigação de fazer fixada, intimar para cumprimento da obrigação, dando prazo de vinte dias, e encaminhar para INSS/Cumprir tutela; Se não houver obrigação de fazer fixada, movimentar, se for o caso, para Execução/Expedir RPV ou Arquivo/Baixa Findo); Checar sempre a pasta Recursos/Cumprir com urgência; Analisar “documentos não lidos anexados por procuradores” que estiverem no setor. Servidores que atuam no setor: Jefferson Luis Silva Moreira, Mauricélio da Silva Santana.

6. Setor de Execução. Atividades: Verificar processos na pasta Execução/Expedir RPV ou Execução/Expedir Precatório e elaborar requisição de pagamento, conforme parâmetros fixados, decidindo sobre pedido de retenção de honorários (se for o caso) movimentando o processo para Arquivo/RPV expedida; Na hora da expedição da requisição de pagamento, checar se já foi paga a perícia eventualmente realizada. Se tiver sido, reembolsar, via RPV, a Seção Judiciária; Expedir ofício/alvará de liberação de valores; Checar sempre a pasta Execução/Cumprir com urgência; Analisar documentos anexados por procuradores em processos na arquivados (Arquivo/RPV/PRC expedido(a) e enviado(a)); Ver processos com “documentos não lidos anexados por procuradores” na fase; Elaborar Cálculos; Confecção de alvarás. Servidora que atua no setor: Maria Régia de A. Cavalcante. Além das atividades acima detalhadas, de acordo com seu respectivo setor, há também as atividades do(s):

- **Oficiais de Justiça:** cumprem os mandados expedidos pelo Juízo, e auxiliam os magistrados nos processos de benefício assistencial, procedendo à constatação *in loco* da condição da miserabilidade dos demandantes. Oficiala de Justiça da Vara: Suzana Maurício Nogueira.

- **Agente de Segurança:** Responde pela segurança dos magistrados e servidores da vara, acompanha os juízes da vara em seus deslocamentos no carro oficial, para onde se fizer necessário; auxilia no pregão das audiências, realizando o controle e segurança da sala de espera de audiências. Agente de Segurança da Subseção: Maurílio Argino de Souza.

O painel do CRETA da 35ª Vara foi estruturado respeitando o Manual de Procedimentos da vara e a divisão de setores e atividades.

As fases judiciais foram criadas respeitando a divisão de setores. Os complementos de fase foram criados de acordo com as atividades de cada setor. Os detalhes de fase foram criados para especificar divisões existentes em algumas atividades.

Busca-se deixar o painel da vara o mais objetivo possível, restringindo a criação e a ativação de fases judiciais e complementos e detalhes de fase, mediante aprovação da magistrada.

Na organização dos Gabinetes, optou-se pela união dos setores Assessoria e Juiz, do CRETA, de forma que os magistrados tenham acesso a todos os processos conclusos no gabinete, mesmo os processos ainda não minutados, com o intuito da celeridade, efetividade e maior controle processual do magistrado.

No painel do CRETA, os processos são organizados e listados seguindo ordem de prioridade. O sistema indica se há pedido de liminar, de tutela, de urgência, bem como a idade das partes, de acordo com as informações prestadas pelo advogado no cadastro do processo, ou pelo autor, no ato de atermção.

Além disso, os processos com o mesmo nível de prioridade, bem como os processos sem qualquer indicação de prioridade, são relacionados nas referidas pastas, seguido a ordem de antiguidade. Os servidores respeitam a ordem de prioridade informada pelo CRETA, seguindo as orientações determinadas no manual de atividades e procedimentos da vara.

Procede-se, ainda, ao mapeamento de processos de trabalho, através de diagnósticos, análise crítica dos métodos de trabalho, criação de rotinas e manuais de atividades, controle da execução das atividades, de forma a atingir maior eficiência.

Atualmente, a 35ª Vara dispõe de manual de rotinas e atividades para cada setor da vara, da análise inicial à expedição de requisição de pagamento, do servidor da secretaria à magistrada.

Para cada setor foi realizado o mapeamento dos processos de trabalho, que serve como base para a execução das tarefas pelos servidores, bem como facilita o controle das atividades por parte do Diretor de Secretaria e da Juíza.

Apesar da divisão de tarefas ser feita por especialidade dentro da vara, os servidores são treinados para todas as atividades, não havendo represamento de tarefas em caso de ausência. Além disso, as férias dos servidores de um mesmo setor são escalonadas de modo que as funções de sua responsabilidade sejam sempre executadas por seu substituto, evitando desfalque.

O mapeamento fornece uma visão global da vara, possibilitando a identificação dos “gargalos” e a melhor divisão das tarefas. Além disso, em caso de ausência do servidor responsável, suas atividades são facilmente identificadas pelo seu substituto, de forma a evitar a descontinuidade do serviço.

Além disso, são extraídos periodicamente relatórios de processos sem movimentação para fixação e/ou controle de metas, com a finalidade de dar andamento nos processos mais antigos nas pastas.

As metas específicas de trabalho, que buscam concretizar e ajustar as metas globais, são traçadas com ajuda dos relatórios extraídos.

Dessa forma, procura-se evitar que os autos fiquem indevidamente parados na Vara sem movimentação. Vale lembrar que este relatório busca apenas controlar as rotinas já adotadas pelos setores, que seguem os mapeamentos de trabalho desenvolvidos em conjunto com os servidores, o Diretor de Secretaria e a Juíza da Vara.

Foi estabelecido o limite máximo de 10 (dez) dias de conclusão para os processos conclusos para julgamento pendentes de minuta para cada assessor.

Para controlar e ordenar os processos conclusos, os servidores, o Diretor de Secretaria e a magistrada se utilizam do Painel Geral do CRETA que informa a quantidade de processos sem movimentação em cada fase, não podendo superar o prazo de 48 horas para os processos conclusos para decisão com pedido de urgência e de 10 dias para os processos conclusos para decisão sem urgência e processos conclusos para sentença.

Quanto aos processos com prioridades, os servidores respeitam a ordem de prioridade dos processos e a ordem de antiguidade da conclusão, estabelecidas pelo CRETA, seguindo as orientações determinadas no manual de atividades e procedimentos da vara.

A magistrada procura sentenciar em audiência de forma que, ao final, as partes e seus procuradores já saiam devidamente intimados. Em caso de conciliação ou de renúncia ao prazo recursal, priorizam-se a elaboração do cálculo e a imediata confecção da requisição de pagamento. Tal rotina tem por escopo o estímulo à conciliação, bem como a celeridade processual.

Para controlar o acervo os servidores, o Diretor de Secretaria e a magistrada se utilizam do Painel Geral do CRETA que informa a quantidade de processos sem movimentação em cada fase, não podendo superar o prazo de 48 horas, para os processos conclusos para decisão com pedido de urgência; de 10 dias, para os processos conclusos para decisão sem urgência e processos conclusos para sentença; de 48 horas, para os processos aguardando análise da petição inicial ou emenda; de 10 (dez) dias, para os processos aguardando marcação de audiência e/ou perícia; de 48 horas, para os processos aguardando citação e/ou intimação, por mandado, carta, telefone ou sistema; de 10 (dez) dias, para os processos aguardando cálculo, expedição de requisitório/alvará/ofício.

Utiliza-se também a consulta de processos com documentos anexados pelos procuradores, não podendo superar o prazo de 48 horas para os processos com documento anexado não lido. Agenda-se a movimentação automática dos processos quando decorrido o prazo de intimação/citação.

Foi estabelecido o limite máximo de 10 (dez) dias de conclusão para os processos conclusos para julgamento pendentes de minuta para cada assessor.

Quando necessário, procede-se à força-tarefa, de forma que vários servidores atuem na regularização do setor/pasta.

Periodicamente, verifica-se o número de processos antigos pendentes de sentença, através do relatório de processos em andamento não sentenciados, a fim de julgar os processos por tempo de tramitação, independentemente do tempo de conclusão.

Busca-se a mais ampla utilização de ferramentas do CRETA como agendamento de intimações e movimentações, bem como a ferramenta que permite a programação da conclusão automática quando os processos são movimentados para as pastas da Assessoria, excluindo as pastas de decisão e despacho, de forma a não burlar a data de conclusão dos processos, bem como o número de processos que se encontram no ponto de julgamento e de se alcançar estatísticas mais próximas possível da realidade dos processos.

6.35.3.2. Gabinete da juíza federal

Na organização dos Gabinetes, optou-se pela união dos setores Assessoria e Juiz, do CRETA, de forma que os magistrados tenham acesso a todos os processos conclusos no gabinete, mesmo os processos ainda não minutados, com o intuito da celeridade, efetividade e maior controle processual do magistrado.

Atividades: Fazer análise de prevenção dos processos nesta específica fase; Analisar processos na fase Juiz e elaborar minutas de sentenças, decisões e despachos, encaminhando para Juiz. No caso de sentenças de extinção sem julgamento do mérito, agendar intimação (sem prazo) e encaminhar para Juiz; Checar sempre a pasta Juiz/Devolvidos pelo juiz.

Servidores que atuam no setor: Thiago Gonçalves de A.e Silva, Lidiana de Souza Sandes, Jairo Jamil de Souza Pessoa, Mayara Vasconcelos de Queiroz, Anderson Matos, Daniel Rocha da Silva, Victor Matheus Ramos Nogueira.

Atividades dos magistrados na gestão de processos:

1. Coordenar o trabalho da Secretaria e da Assessoria, validando ou devolvendo processos constantes na fase Juiz;
2. Verificar pasta Juiz/Para análise;

3. Anexar termos de audiência, sentenças e acordos de processos nos quais foi realizada audiência de instrução, recorrendo-se, se for o caso, à Assessoria para elaboração de sentenças não prolatadas em mesa ou do Setor de Execução no caso de cálculos acima de um salário mínimo;
4. Analisar os processos constantes na pasta Juiz/Para análise/Sentença e encaminhar para Juiz/ Assessoria;
5. Encaminhar os processos com peças já validadas para a fase específica da secretaria;
6. Dar andamento aos processos físicos remanescentes na vara, juntamente com o Diretor de Secretaria, socorrendo-se do auxílio de servidores, se necessário;
7. Finalizar RPVs eletrônicas;
8. Outras atividades inerentes ao cargo.

6.35.4. Participação da Juíza Federal em reuniões com a equipe da 35ª Vara Federal

A magistrada participa de reuniões periódicas com a equipe para avaliação contínua dos trabalhos; informação e orientação de entendimentos e procedimentos a serem adotados; discussão de eventuais problemas e apresentação das respectivas soluções; definição de metas a serem atingidas e elaboração do planejamento para cumprimento das metas estabelecidas; programação de força-tarefa para regularizar setor/pasta que esteja com problemas.

6.35.5. Planejamento das atividades da 35ª Vara Federal e avaliação periódica de resultados

As atividades da Vara são seguidas de acordo com o Manual de Procedimentos da 35ª Vara e planejadas nas reuniões entre a magistrada e servidores com base nos relatórios extraídos periodicamente do CRETA, bem como na análise do Painel Geral, no intuito de se estabelecerem metas e planejar e executar o cumprimento das metas propostas, e através do mapeamento de processos de trabalho, através de diagnósticos, análise crítica dos métodos de trabalho, criação de rotinas e manuais de atividades, controle da execução das atividades, de forma a atingir maior eficiência.

Atualmente, a 35ª Vara dispõe de manual de rotinas e atividades para cada setor da vara, da análise inicial à expedição de requisição de pagamento, do servidor da secretaria ao magistrado. Para cada setor foi realizado o mapeamento dos processos de trabalho, que serve como base para a execução das tarefas pelos servidores, bem como facilita o controle das atividades por parte do Diretor de Secretaria e da Juíza.

Apesar da divisão de tarefas ser feita por especialidade dentro da vara, os servidores são treinados para todas as atividades, não havendo represamento de tarefas em caso de ausência. Além disso, as férias dos servidores de um mesmo setor são

escalonadas de modo que as funções de sua responsabilidade sejam sempre executadas por seu substituto, evitando desfalque.

O mapeamento fornece uma visão global da vara, possibilitando a identificação dos “gargalos” e a melhor divisão das tarefas. Além disso, em caso de ausência do servidor responsável, suas atividades são facilmente identificadas pelo seu substituto, de forma a evitar a descontinuidade do serviço.

Há fixação de metas periódicas como:

- Redução de acervo, de maneira que o número de processos baixados e remetidos para as Turmas Recursais seja sempre superior ao número de processos distribuídos e devolvidos pelas Turmas Recursais;
- Redução de processos conclusos pendentes de minuta, de forma que o processo não passe mais de 10 dias concluso sem minuta anexada;
- Controle da taxa de congestionamento, julgando e arquivando um número maior de processos do que o número de processos distribuídos, e remetendo para as Turmas Recursais um número maior do que o número de processos devolvidos;
- Priorização nas expedições de requisições de pagamento e ofícios/alvarás de liberação de valores, por se tratar da principal porta de saída dos processos e da fase de efetividade da prestação jurisdicional, de forma que os processos não superem o prazo de 48 horas nas pastas de expedição de RPV e precatórios;
- Priorização da análise inicial triagem, por tratar-se de porta de entrada dos processos, de maneira que a petição inicial não seja despachada num prazo superior a 48 horas;
- São estabelecidos prazos para a movimentação dos processos, de acordo com cada setor, não podendo superar o prazo de 48 horas, para os processos conclusos para decisão com pedido de urgência; de 10 dias, para os processos conclusos para decisão sem urgência e processos conclusos para sentença; de 48 horas, para os processos aguardando análise da petição inicial ou emenda; de 10 (dez) dias, para os processos aguardando marcação de audiência e/ou perícia; de 48 horas, para os processos aguardando citação e/ou intimação, por mandado, carta, telefone ou sistema; de 10 (dez) dias, para os processos aguardando cálculo, expedição de requisitório/alvará/ofício;
- Julgar 100% dos processos distribuídos há mais de um ano. Apenas um processo distribuído em 2015 está pendente de julgamento, pois se encontra aguardando a citação de litisconsorte passiva necessária residente no município de Pentecoste. Processo nº. 0501783-86.2015.4.05.8109S;
- Julgar 100% dos processos distribuídos há mais de seis meses.

As metas e o procedimento de atingi-las são monitorados diariamente, pelo Diretor de secretaria e pelos próprios servidores.

A avaliação de resultados é feita sempre no término do prazo estipulado para cumprimento das metas, ou quando as metas são cumpridas, caso o cumprimento ocorra antes do prazo, momento em que se cria nova meta, baseando-se, geralmente, na meta atingida.

Caso os resultados não sejam atingidos no prazo estipulado, a equipe se reúne para reavaliar o planejamento anterior, verificar os pontos críticos e planejar novas atividades, de forma a superar as dificuldades encontradas e atingir o objetivo estabelecido.

6.35.6. Atendimento aos membros do Ministério Público Federal, Defensoria Pública da União, procuradores federais, advogados e partes na secretaria e no gabinete da Juíza Federal da 35ª Vara Federal

Há um espaço próprio para atendimento ao público, que é realizado por todos os servidores da Secretaria da Vara, em revezamento, no horário das 9h às 18h. Algumas solicitações são atendidas por telefone ou através de e-mail. Prioriza-se um atendimento de excelência, por se tratar da vitrine da vara.

O atendimento da vara é feito por servidor do quadro, em regime de escala de horário. Algumas solicitações são atendidas por telefone, através de e-mail, ou, até mesmo, por WHATSAPP.

O atendimento ao público feito pelos servidores do Gabinete é realizado no mesmo espaço do atendimento dos servidores da Secretaria, sempre que necessário, sem agendamento prévio.

A magistrada atende ao público na sua respectiva sala ou na sala de audiências, no intervalo entre uma audiência e outra, sempre que necessário, sem agendamento prévio.

6.35.7. Número de processos, relação servidor/processo, audiências de conciliação e de instrução e inspeções judiciais

Por ocasião do preenchimento do formulário de gestão, o número de processos em tramitação na Vara (total ajustado: excluídos os feitos arquivados, suspensos e baixados) alcançava o total de 1.720: Juiz Titular (853) e Juiz Substituto (867).

Relação do número de processos com o número de servidores em atividade na Vara: 122,85 ($1.720/14=122,85$).

Número de audiências realizadas nos últimos 24 meses, a contar da data de início da correição: Juiz Titular (984 audiências de conciliação e instrução no período de março a dezembro de 2016; 1.061 audiências de conciliação e instrução em 2017; e 220 audiências de conciliação e instrução nos meses de janeiro e fevereiro de 2018).

Número de inspeções judiciais realizadas nos últimos 24 meses, a contar da data de início da correição: Juiz Titular (02).

Foram realizadas atividades de conciliação nos últimos 24 meses. No caso, foram realizadas 530 audiências de conciliação e 619 audiências de conciliação e instrução em 2016; 616 audiências de conciliação e 444 audiências de conciliação e instrução em 2017; 70 audiências de conciliação e 150 audiências de conciliação e instrução em janeiro e fevereiro de 2018.

Há registro de audiências adiadas ou canceladas nos últimos 24 meses: no caso, 86 audiências de conciliação e 85 audiências de conciliação e instrução canceladas em 2016, 275 audiências de conciliação e 402 audiências de conciliação e instrução canceladas em 2017, mais 49 audiências de conciliação e 02 audiências de conciliação e instrução em janeiro e fevereiro de 2018.

Motivo: Por ausência da parte à perícia marcada antes da audiência, pelo fato do laudo ser extremamente desfavorável para a parte autora, pela negativa prévia da parte ré em aceitar qualquer acordo, pela agenda da magistrada, a pedido comprovadamente justificável das partes.

Houve a remarcação das audiências adiadas ou canceladas, de forma a não criar nenhum prejuízo às partes, visto que as audiências foram remarçadas para data mais próxima possível. Em alguns casos, ocorreu o adiantamento das audiências canceladas.

6.35.8. Cumprimento de metas e resoluções do CNJ

Meta 1 (Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente)

Meta cumprida. Em 2017, foram distribuídos 3401 processos para a 35ª Vara. No mesmo período, foram prolatadas 3476 sentenças, julgando 102,2% da quantidade dos processos distribuídos em 2017, tudo conforme informação do CRETA.

Meta 2 (Identificar e julgar, até 31/12/2017, pelo menos 100% dos processos distribuídos até 31/12/2012, 85% dos processos distribuídos em 2013 nos 1º e 2º graus, e 100% dos processos distribuídos até 31/12/2014 nos Juizados Especiais e Turmas Recursais Federais).

Meta cumprida. Todos os processos distribuídos até 31.12.2015 foram julgados.

Meta 3 (Aumentar os casos solucionados por conciliação, fomentando o alcance do percentual mínimo de 2% na proporção dos processos conciliados em relação aos distribuídos).

Meta cumprida. Em 2017, foram distribuídos 3401 processos para a 35ª Vara, e foram realizadas 1.060 audiências, das quais 193 tiveram acordos realizados; ou seja, 5,67% dos processos distribuídos, gerando um montante de R\$ 976.889,10.

Meta 4 (Identificar e julgar até 31/12/2017 70% das ações de improbidade administrativa distribuídas até 31/12/2014).

Não se aplica.

Meta 5 (Baixar quantidade maior de processos de execução não fiscal do que o total de casos novos de execução não fiscal no ano corrente).

Meta cumprida. Em 2017, foram baixadas 890 execuções de título judicial e apenas 821 deram entrada, através do critério de mudança de classe, tudo conforme informação do CRETA.

Meta 6 (Identificar e julgar, até 31/12/2017, entre 70% e 85% das ações coletivas distribuídas até 31/12/2013, no 1º e 2º graus).

Não se aplica.

Metas Específicas para a Justiça Federal

Baixar quantidade maior de processos criminais do que os casos novos criminais no ano corrente; Julgar quantidade maior de processos criminais do que os casos novos criminais no ano corrente.

Não se aplica.

Identificar e julgar, até 31/12 do ano corrente, 70% das ações penais vinculadas aos crimes relacionados à improbidade administrativa, ao tráfico de pessoas, à exploração sexual e ao trabalho escravo, distribuídas até 31/12/2014).

Não se aplica.

Acerca do cumprimento do Provimento CNJ nº 29/2013

Não se aplica.

Acerca do cumprimento das exigências previstas na Resolução CNJ nº 66/2009, com a redação introduzida pela Resolução CNJ nº 87/2009, e sobre a necessidade de inserção, no sistema informatizado, do Relatório de Controle de Prisões.

Não se aplica.

6.35.9. Processos selecionados para correição

Foram correicionados 100 processos do JEF (quando da correição havia 1.731 feitos em tramitação ajustada).

6.35.9.1 Principais constatações da análise individual de processos

6.35.9.1.1. Processos eletrônicos do Sistema Creta

Da análise individual dos processos, podem-se destacar as seguintes ocorrências:

Observação	Nr. Processo	Complemento
Demora/ausência na conclusão para despacho/decisão	0505028-35.2015.4.05.8100	Demora para a conclusão operada em 16/02/2017.
	0500159-31.2017.4.05.8109	Juntada em 28/08/17, conclusão em 05/12/17.
Total de Ocorrências: 2		
Demora na prolação de decisão/despacho	0505028-35.2015.4.05.8100	Demora para a prolação do despacho de 07/06/2017, já que desde 16/02/2017 isso poderia ter sido feito.
Total de Ocorrências: 1		
Demora para a realização da perícia	0515085-44.2017.4.05.8100	Demora para a realização da perícia referida em 28/11/2017, a qual teve seu laudo juntado aos autos apenas em maio de 2018.
	0501829-07.2017.4.05.8109	Perícia aprazada para 18.12.2017 teve seu laudo juntado aos autos apenas em maio do ano seguinte.
Total de Ocorrências: 2		
Outros	0511219-28.2017.4.05.8100	Ausência de mudança de classe para execução.
	0500509-19.2017.4.05.8109	Demora na juntada da certidão sobre a não realização da perícia, dada a ausência da parte (marcada para 21/11/17), anexada em 19/04/18.
	0500605-34.2017.4.05.8109	Demora para exarar ato ordinatório (de 23/06/2017 a 10/11/2017).
Total de Ocorrências: 3		
Processo em Ordem	0500018-17.2014.4.05.8109	
	0501093-57.2015.4.05.8109	
	0501242-53.2015.4.05.8109	
	0501443-45.2015.4.05.8109	
	0501891-18.2015.4.05.8109	
	0500291-25.2016.4.05.8109	

<u>0500689-69.2016.4.05.8109</u>	
<u>0501098-45.2016.4.05.8109</u>	
<u>0501857-09.2016.4.05.8109</u>	
<u>0501989-66.2016.4.05.8109</u>	
<u>0502237-32.2016.4.05.8109</u>	
<u>0502613-18.2016.4.05.8109</u>	
<u>0502622-77.2016.4.05.8109</u>	
<u>0502629-69.2016.4.05.8109</u>	
<u>0503082-64.2016.4.05.8109</u>	
<u>0503145-89.2016.4.05.8109</u>	
<u>0503185-71.2016.4.05.8109</u>	
<u>0504458-78.2017.4.05.8100</u>	
<u>0511535-41.2017.4.05.8100</u>	
<u>0517253-19.2017.4.05.8100</u>	
<u>0518855-45.2017.4.05.8100</u>	
<u>0500001-73.2017.4.05.8109</u>	
<u>0500134-18.2017.4.05.8109</u>	
<u>0500178-37.2017.4.05.8109</u>	
<u>0500285-81.2017.4.05.8109</u>	
<u>0500303-05.2017.4.05.8109</u>	
<u>0500322-11.2017.4.05.8109</u>	
<u>0500351-61.2017.4.05.8109</u>	
<u>0500465-</u>	

<u>97.2017.4.05.8109</u>	
<u>0500492- 80.2017.4.05.8109</u>	
<u>0500540- 39.2017.4.05.8109</u>	
<u>0500697- 12.2017.4.05.8109</u>	
<u>0500698- 94.2017.4.05.8109</u>	
<u>0500812- 33.2017.4.05.8109</u>	
<u>0500822- 77.2017.4.05.8109</u>	
<u>0500848- 75.2017.4.05.8109</u>	
<u>0500888- 57.2017.4.05.8109</u>	
<u>0500915- 40.2017.4.05.8109</u>	
<u>0500955- 22.2017.4.05.8109</u>	
<u>0501001- 11.2017.4.05.8109</u>	
<u>0501004- 63.2017.4.05.8109</u>	
<u>0501077- 35.2017.4.05.8109</u>	
<u>0501193- 41.2017.4.05.8109</u>	
<u>0501308- 62.2017.4.05.8109</u>	
<u>0501318- 09.2017.4.05.8109</u>	
<u>0501330- 23.2017.4.05.8109</u>	
<u>0501345- 89.2017.4.05.8109</u>	
<u>0501347- 59.2017.4.05.8109</u>	
<u>0501362- 28.2017.4.05.8109</u>	
<u>0501373- 57.2017.4.05.8109</u>	
<u>0501420- 31.2017.4.05.8109</u>	

0501427- 23.2017.4.05.8109	
0501442- 89.2017.4.05.8109	
0501514- 76.2017.4.05.8109	
0501520- 83.2017.4.05.8109	
0501610- 91.2017.4.05.8109	
0501653- 28.2017.4.05.8109	
0501657- 65.2017.4.05.8109	
0501678- 41.2017.4.05.8109	
0501710- 46.2017.4.05.8109	
0501739- 96.2017.4.05.8109	
0501740- 81.2017.4.05.8109	
0501751- 13.2017.4.05.8109	
0501765- 94.2017.4.05.8109	
0501771- 04.2017.4.05.8109	
0501795- 32.2017.4.05.8109	
0501799- 69.2017.4.05.8109	
0501844- 73.2017.4.05.8109	
0501849- 95.2017.4.05.8109	
0501855- 05.2017.4.05.8109	
0501863- 79.2017.4.05.8109	
0501873- 26.2017.4.05.8109	
0501981- 55.2017.4.05.8109	
0502048-	

	20.2017.4.05.8109	
	0502052-57.2017.4.05.8109	
	0502122-74.2017.4.05.8109	
	0502164-26.2017.4.05.8109	
	0502168-63.2017.4.05.8109	
	0502197-16.2017.4.05.8109	
	0502231-88.2017.4.05.8109	
	0502763-62.2017.4.05.8109	
	0502838-04.2017.4.05.8109	
	0503304-95.2017.4.05.8109	
	0503433-03.2017.4.05.8109	
	0500020-45.2018.4.05.8109	
Total de Ocorrências: 85		
Processos irregularmente paralisados	0501220-24.2017.4.05.8109	Feito sem movimentação processual desde 16/01/2018.
Total de Ocorrências: 1		
Processos sem movimentação processual em período determinado	0502734-46.2016.4.05.8109	Processo sem movimentação entre 19.07.2017 a 28.11.2017.
	0502956-14.2016.4.05.8109	Feito sem movimentação entre 14.06.2017 a 10.11.2017.
	0506075-73.2017.4.05.8100	Abril a agosto/2017.
	0500953-52.2017.4.05.8109	Entre 10/10/2017 e 28/02/2018.
	0501078-20.2017.4.05.8109	Desde 22.01.2018.
	0501247-07.2017.4.05.8109	De 16/08/17 a 22/01/18, e daí até 02/04/18.
	0501606-54.2017.4.05.8109	De 29/01/2018 até 03/05/2018.
Total de Ocorrências: 7		

6.35.10. Correição anterior e autoinspeção

Segundo informado pela Vara, foi solicitada a toda equipe maior atenção no sentido de se evitar demora: na conclusão, na cobrança de resposta de ofício, na redesignação de audiência, na feitura de minuta e de ato ordinatório, e em qualquer ato que implique numa paralisação irregular de processos.

Foi determinada a cobrança sistemática de mandados, bem como a certificação da cobrança no processo.

Deu-se atenção especial aos 12 (doze) processos correicionados. Atualmente, 10 (dez) deles estão baixados. Os demais (0500304-58.2015.405.8109 e 0501433-98.2015.4.05.8109) encontram-se na Turma Recursal.

Pequenos reparos em algumas paredes da unidade foram executados.

Após a última autoinspeção, foram fixadas metas ou fins a serem perseguidos pela Vara. Foi solicitada a toda equipe maior atenção no sentido de se evitar paralisação irregular de processos. Foi determinado, como meta, o julgamento, até 30.06.2018, de 100% dos processos distribuídos até 31.12.2017.

6.35.11. Considerações finais

A 35ª Vara Federal conta com estrutura física e equipamentos adequados a seu funcionamento.

A partir da análise processual, observou-se que os processos tramitam de forma regular, não tendo sido detectada qualquer ocorrência de natureza grave que inviabilize a prestação jurisdicional.

É digno de registro que as pequenas inconsistências verificadas em determinados feitos não comprometem, de modo algum, o bom funcionamento da referida unidade jurisdicional.

Em atenção ao contido na Meta 5 do CNJ (Baixar quantidade maior de processos de execução não fiscal do que o total de casos novos de execução não fiscal no ano corrente), registre-se que avulta de importância que seja observado pelas Varas de Juizado ou com JEF Adjunto que haja identificação no CRETA de quando o processo inicia a fase de execução, a fim de que não ocorram problemas na estatística alusiva à referida Meta.

Por fim, pelos demais dados apontados neste relatório durante a correição, pode-se afirmar que a 35ª Vara Federal funciona de modo eficiente.

6.36. TURMAS RECURSAIS DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ

6.36.1. Competência, composição, localização, estrutura física e horário de expediente

As Turmas Recursais dos JEFs desta seção judiciária foram instaladas em decorrência da promulgação da Lei nº 10.259/2001, com a designação de juízes federais que desempenhavam suas atribuições cumulativamente com o exercício da jurisdição na respectiva vara federal. Registre-se que a estrutura permanente das Turmas Recursais dos JEFs foi criada com o advento da Lei nº 12.665/2012, sendo aquelas formadas, cada uma, por 3 juízes federais titulares dos cargos de juiz federal de Turmas Recursais e por 1 juiz federal suplente, nos termos do art. 2º da citada espécie legislativa. A instalação das Turmas Recursais dos JEFs da 5ª Região foi regulada pela Resolução nº 22/2012 - TRF5.

Às Turmas Recursais compete julgar os processos advindos de JEFs com recurso interposto contra a sentença. Nos termos do art. 41 da Lei nº 9.099/1995, o recurso será julgado por uma turma composta por 3 juízes togados, em exercício no primeiro grau de jurisdição, reunidos na sede do JEF, devendo as partes estar obrigatoriamente representadas por advogado.

Há, na SJCE, 3 Turmas Recursais, com as seguintes composições, por ocasião do preenchimento do formulário de gestão:

1ª TURMA RECURSAL:

MEMBROS EFETIVOS	MEMBRO(S) SUPLENTE(S)
1º Relator - Juiz Federal José Eduardo de Melo Vilar Filho (Presidente)	Juiz Federal Substituto Marcus Vinícius Parente Rebouças
2º Relator - Juiz Federal Substituto Dartanhan Vercingetórix de Araújo e Rocha	
3º Relator - Juiz Federal Leopoldo Fontenele Teixeira	

2ª TURMA RECURSAL:

MEMBROS EFETIVOS	MEMBRO(S) SUPLENTE(S)
1º Relator - Juiz Federal Gustavo Melo Barbosa (Presidente)	Juiz Federal João Luís Nogueira Matias
2ª Relatora - Juíza Federal Paula Emília Moura Aragão de Sousa Brasil	
3ª Relatora - Juíza Federal Gisele Chaves Sampaio Alcântara	

3ª TURMA RECURSAL:

MEMBROS EFETIVOS	MEMBRO(S) SUPLENTE(S)
1º Relator - Juiz Federal Nagibe de Melo Jorge Neto	Juiz Federal Substituto Dartanhan Vercingetórix de Araújo e Rocha
2º Relator - Juiz Federal Júlio Rodrigues Coelho Neto	

3º Relator – Juiz Federal André Dias Fernandes (Presidente)	
--	--

As Turmas Recursais da SJCE funcionam na rua Pedro I, Praça Gen. Murilo Borges, nº 01, Centro, Fortaleza – CE e a estrutura conta com espaço físico, mobília e equipamentos de informática suficientes para o seu adequado funcionamento.

O horário de expediente da unidade é: interno, das 09:00 às 18:00h; externo, das 09:00 às 18:00h (após às 17:30h, o atendimento às partes e advogados é realizado no Setor de Protocolo, por medida de redução de consumo de energia elétrica).

6.36.2. 1ª TURMA RECURSAL - SJCE

6.36.2.1. Corpo funcional - juízes federais e servidores

Quando do preenchimento do formulário de gestão, a 1ª Turma Recursal da Seção Judiciária do Ceará era composta pelo Juiz Federal Presidente e Titular da 1ª Relatoria, José Eduardo de Melo Vilar Filho, pelo Juiz Federal Substituto Dartanhan Vercingetórix de Araújo e Rocha (em auxílio à 2ª Relatoria), pelo Juiz Federal Leopoldo Fontenele Teixeira (3ª Relatoria) e pelo Juiz Federal Substituto Marcus Vinícius Parente Rebouças, na condição de suplente.

O Juiz Federal Bruno Leonardo Câmara Carrá, membro efetivo da 1ª Turma Recursal (2ª Relatoria), encontrava-se afastado da jurisdição, por ocasião da correição, atuando em auxílio à Corregedoria-Geral do Conselho da Justiça Federal.

Atualmente, o Juiz Federal Leopoldo Fontenele Teixeira é o Presidente da 1ª Turma Recursal.

A 1ª Turma Recursal conta com 12 servidores efetivos, sendo 06 analistas judiciários e 06 técnicos judiciários, além de 01 servidor cedido pela Prefeitura de Morada Nova/CE.

6.36.2.2. Juiz Federal Titular da 1ª Relatoria

O Juiz Federal José Eduardo de Melo Vilar Filho, Presidente (à época do preenchimento do formulário de gestão) e Titular da 1ª Relatoria, exerce a magistratura desde 14/03/2007, atuando na Turma Recursal desde 20/10/2014.

Desde dezembro/17, o magistrado atua também como Diretor do Foro.

Nos últimos 24 meses, o magistrado esteve afastado em razão de:

Férias: 25/04/2016 a 08/05/2016 (Port. 91 e 146/2016-CR), 08/08/2016 a 15/08/2016 (Port. 414/2015-CR e 257/2016-CR), 16/01/2017 a 05/02/2017 (PA

2452/2016 e Port. 43/2017-CR), 08/06/2017 a 29/06/2017 (PA 2452/2016), 14/09/2017 a 29/09/2017 (Port. 266/2017).

Licença para tratamento de saúde: 02/06/2016 a 02/06/2016 (PA 1402/2016); Afastamentos sem prejuízo de jurisdição - 01/06/2016 a 01/06/2016 (ECG. 10200.0348/2016.06), 03.06.2016 a 07.06.2016 (ECG. 10200.0348/2016.06); 03/04/2017 a 03/04/2017 (PA 0002628-39.2017.4.05.7000).

Afastamento para compensação de plantão forense - 16/12/2016 e 19/12/2016 (PA 2962/2016).

Período total de afastamento: 3 (três) meses e 1 (um) dia.

Períodos de substituição, em férias, de outro magistrado, nos últimos 24 (vinte e quatro) meses: 01/03/2016 a 04/03/2016 (Ato 104/2016-CR).

O Juiz Federal reside na região metropolitana onde se situa a sede da Turma Recursal.

6.36.2.3. Juiz Federal Titular da 2ª Relatoria

O Juiz Federal Bruno Leonardo Câmara Carrá, Titular da 2ª Relatoria, encontrava-se afastado da jurisdição, por ocasião da correição, atuando em auxílio à Corregedoria-Geral do Conselho da Justiça Federal.

O Juiz Federal Substituto Dartanhan Vercingetórix de Araújo e Rocha, que exerce a magistratura desde 14/12/2005, estava, à época, respondendo pela 2ª Relatoria da 1ª Turma Recursal desde 14/11/2017.

Nos últimos 24 meses, o Juiz Federal Substituto Dartanhan Vercingetórix de Araújo e Rocha esteve afastado em razão de:

Licença para tratamento de saúde: 15/02/2017 a 16/02/2017 (PA 0001080-76.2017.4.05.7000).

Afastamentos sem prejuízo de jurisdição: 10 a 11/05/2016 (ECG. 10156.0304/2016.06); para participar de Seminário/Congresso (08 a 10/06/2016 - ECG 10226.0374/2016.06); para participar de Encontro/Palestra (22 a 23/08/2016 e 29 a 31/08/2016); para participar de Seminário/Congresso (14 a 17/08/2017); para ministrar aula (26 a 29/09/2017); para participar de Encontro/Palestra (26/10/2017); para ministrar aula (21/11/2017).

Período total de afastamento: 22 (vinte e dois) dias de afastamento.

Períodos de substituição, em férias, de outro magistrado, nos últimos 24 (vinte e quatro) meses: 1ª Rel. da 3ª TR (17/04 a 16/05/2017); 2ª Rel. da 3ª TR (13/03 a

11/04/2017); 3ª Rel. da 3ª TR (15/06 a 14/07/2017 - 11 a 17/09/2017 - 26/09 a 10/10/2017).

O Juiz Federal Substituto reside na região metropolitana onde se situa a sede da Turma Recursal.

6.36.2.4. Juiz Federal Titular da 3ª Relatoria

O Juiz Federal Leopoldo Fontenele Teixeira, Titular da 3ª Relatoria, exerce a magistratura desde 15/12/2004 e atua na Turma Recursal desde 15/02/2016.

Atualmente, o magistrado exerce a Presidência da 1ª Turma Recursal.

Nos últimos 24 meses, o magistrado esteve afastado em razão de:

Férias: 29/03/2016 a 17/04/2016 (Port. 07 e 120/2016-CR); 12/07/2016 a 21/07/2016 (Port. 120/2016-CR); 16/11/2016 a 15/12/2016 (Port. 321/2016-CR); 02/03/2017 a 13/03/2017 (PA 2452/2016 e Port. 73/2017-CR); 18/09/2017 a 05/10/2017 (Port. 73/2017-CR); 16/11/2017 a 15/12/2017 (PA 2452/2016).

Afastamento por motivo de trânsito: 15/02/2016 a 24/02/2016 - (PA 175/2016).

Período total de afastamento: 04 (quatro) meses e 10 (dez) dias.

O Juiz Federal reside na região metropolitana onde se situa a sede da Turma Recursal.

6.36.2.5. Servidores

Em relação às funções de confiança (FCs), aos cargos em comissão (CJs) e à formação acadêmica dos servidores ocupantes de cargos efetivos na 1ª Turma Recursal, pode ser observado o seguinte quadro:

Nome	Cargo efetivo	Ocupa FC ou CJ? Qual?	Grau de Instrução*	Área de formação
Antonio Ataíde da Silva Júnior (mat. 707)	Analista Judiciário	Diretor de Núcleo da 1ª Turma Recursal (FC-06)	Superior, com especialização em Direito Penal	Direito
Alexandre Rocha pinheiro Bastos (mat. 1381)	Analista Judiciário	Supervisor Assistente da 3ª Relatoria (FC-04)	Superior, com especialização em Direito Processual Civil	Direito

Jéssica Magalhães Gomes (mat. 1572)	Técnico Judiciário	Sem FC	Superior	Filosofia
Mariana Moura Viana Diniz (mat. 1320)	Analista Judiciário	Auxiliar Especializado (FC - 02)	Superior	Direito
Michely Damasceno Porto de Góis (mat. 977)	Analista Judiciário	Supervisor da Seção de Apoio Judiciário da 2ª Relatoria (FC-05)	Superior, com especialização em Direito Previdenciário	Direito
Munique Santos Carvalho Cavalcante (mat.1431)	Técnico Judiciário	Supervisor da Seção de Apoio Judiciário da 1ª Relatoria (FC-05)	Superior, com especialização em Direito Processual Civil	Direito
Raimundo Evandro Queiroz de Sousa (mat. 939)	Técnico Judiciário	Assistente Técnico III (FC-03)	Superior	Gestão Financeira e Mercado de Capitais
Rosana Lima Cruz Aragão (mat.1420)	Analista Judiciário	Sem FC	Superior, com especialização em Direito Processual Civil	Direito
Shirley Mayara de Oliveira Aguiar (mat. 1510)	Técnico Judiciário	Supervisor Assistente da 1ª Relatoria (FC-04)	Superior, com especialização em Gestão Pública e Legislação Urbana	Jornalismo
Silvia Maria Sales Correia Paiva (mat. 1150)	Técnico Judiciário	Supervisor da Seção de Apoio Administrativo (FC-05)	Superior, com especialização em Direito Processual Civil	Direito

Ulisses Loureiro Gutierrez (mat. 1215)	Técnico Judiciário	Supervisor Assistente da 2ª Relatoria (FC-04)	Superior, com especialização em Direito Previdenciário	Matemática
Welton Costa Parente (mat. 1687)	Analista Judiciário	Supervisor da Seção de Apoio Judiciário da 3ª Relatoria (FC-05)	Superior, com especialização em Direito Público	Direito

Como se pode deprender, no tocante à formação acadêmica dos servidores efetivos 1ª Turma Recursal, verifica-se que há uma preocupação com a qualificação.

Há 1 (um) servidor cedido pela Prefeitura Municipal de Morada Nova/CE:

Nome	Órgão de origem	Ocupa FC ou CJ? Qual?	Grau de Instrução*	Área de formação
Mário Cleto Sales Moura (mat. 920)	Prefeitura Municipal de Morada Nova/CE	Supervisor da Seção de Apoio Adm. e Judiciário da Presidência (FC-05)	Superior	Direito

Havia uma servidora afastada, Rosana Lima Cruz Aragão, mat. 1420, em razão de licença-maternidade, a partir de 15/01/2018.

6.36.2.6. Estagiários

Há 03 vagas previstas para unidade, estando 03 delas ocupadas. Os estagiários atuam nas Relatorias.

6.36.2.7. Organização da 1ª Turma Recursal

Os servidores da 1ª Turma Recursal exercem suas atribuições:

Na Presidência: 1 (um) servidor;

Na Secretaria: 3 (três) servidores;

Na 1ª Relatoria: 3 (três) servidores;

Na 2ª Relatoria: 3 (três) servidores;

Na 3ª Relatoria: 3 (três) servidores.

6.36.2.7..1. Secretaria

As atividades são separadas de acordo com as características das tarefas, sendo agrupadas pelos critérios de complexidade, celeridade e concentração de tarefas afins.

Complexidade: Exame de petições dirigidas à Presidência e análise de admissibilidade de recursos da competência da Presidência.

Celeridade: Atividade essencialmente de impulso/movimentação processual: certificar trânsito em julgado; intimações etc.

Afinidade: Procedimentos de organização e controle de realização das sessões de julgamento.

Setores:

Subsetor de Execução das Ordens Judiciais emitidas pelos Magistrados da Turma Recursal: Atividades de intimações de acórdãos, decisões e despacho; notificação/citação em Mandado Segurança; expedição de ofício e alvará para levantamento de depósito judicial, certidão de prática de ato ordinatório etc.

Subsetor de Triagem e Atendimento de Consulta Processual: Atendimento ao público e separação, imediatamente após a chegada na Secretaria, dos processos com recursos enviados pelos Juizados Federais, bem como dos processos com entrada direta na Turma Recursal.

Subsetor de Apoio à Presidência: Análise do juízo de admissibilidade de recursos da competência da Presidência (Pedido de Uniformização de Jurisprudência e Recurso Extraordinário), bem como exame e processamento de Agravo Interno, Embargos de Declaração e petições diversas.

Sector de Organização e Controle de Sessão de Julgamento: Coordenação e execução das etapas do procedimento da sessão de julgamento (Envio da listagem de processos pautados aos juízes, intimações para a sessão de julgamento, cadastramento de pedidos de sustentação oral por videoconferência, divulgação tempestiva no sítio da Justiça Federal dos processos com inscrição de sustentação oral etc.)

Adotou-se método em que os processos são organizados consoante a fase ou etapa que se encontram.

Desse modo, partindo da fase *Secretaria* já existente no Creta Turma, foram criadas subdivisões retratadoras das principais etapas ou atividades do processo, de modo que a simples leitura do título do escaninho possibilita a identificação da fase em que se encontra o processo e eventuais pendências ou atos a praticar.

As subdivisões implementadas foram: 1. Secretaria TR - Para intimação; 2. Secretaria TR - Prazo; 3. Secretaria TR - Cumprimento; 4. Secretaria TR - Documentos recebidos; 5. Secretaria TR - Presidência. Dentro da secretaria subsistem também as fases de processos aguardando processamento no STF, aguardando processamento na TNU e os processos suspensos/sobrestados.

O controle e situação do acervo é feito através das diversas ferramentas do sistema Creta, pelo qual é possível obter estatísticas e relatórios periódicos das entradas e saídas dos processos, com informações detalhadas sobre o recebimento/envio para outros órgãos (JEFs, TRU, TNU, STF), bem como de arquivamento, controlando-se, também, por meio dessas ferramentas, o tempo de permanência do processo em cada uma de suas fases.

Relatórios utilizados:

Relatórios do CRETA: Processos Distribuídos, Processos em Andamento, Processos por Advogado/Órgão Federal, Processos por Assunto Judicial, Processos por Classe, Processos por Fase Judicial, Processos por Situação, Processos Retirados/Adiados da Pauta e Processos Sobrestados. Além dos referidos relatórios, utilizam-se também as Estatísticas: Atividades da Turma Recursal e Movimentação Processual da Turma Recursal.

Relatórios do TEBAS: Processos, Processos Recebidos/Remetidos, Processos com Prazos Vencidos, Processos conclusos, Processos em Tramitação e Relatório de Inspeção. Além dos referidos relatórios, utilizam-se também as Estatísticas: Processos Distribuídos, Conclusão e Movimentação.

6.36.2.8. Participação dos Juízes Federais em reuniões com a equipe da 1ª Turma Recursal

A participação direta do Juiz Presidente em reuniões com a equipe da Secretaria ocorre em encontros quinzenais, às terças-feiras, ocasiões em que é feita a checagem dos pontos acordadas na reunião anterior; feita a conferência da quantidade de processos de todos os escaninhos; realizado o estabelecimento do que se pretende alcançar dentro de determinado lapso temporal, bem como as condutas que deverão ser seguidas.

Nessas ocasiões, o Presidente também esclarece dúvidas dos servidores sobre andamento processual, bem como elucida eventuais pontos de interpretação acerca de

matérias objeto de recursos e outros temas, de modo a capacitar e desenvolver uma equipe unida e comprometida com as atividades.

6.36.2.9. Planejamento das atividades da 1ª Turma Recursal e avaliação periódica de resultados

O planejamento das atividades da Secretaria é feito pelo Diretor de Núcleo sob a supervisão do Juiz Presidente, levando em consideração o volume dos serviços, priorizando os processos judiciais mais antigos e parados há mais de 30 dias, procurando promover rodízio intersetorial, de modo a não ocorrer interrupção de continuidade dos serviços por ocasião de afastamento de férias, licença ou ausência de servidor.

A avaliação periódica é feita por meio de diferentes elementos, dentre os quais a checagem do número de processos em pastas da Secretaria parados há mais de 90 dias e o confronto entre o número de processos com recurso recebidos na Turma Recursal com a quantidade de feitos certificado o trânsito em julgado e devolvidos aos juizados de origem.

6.36.2.10. Atendimento aos membros do Ministério Público Federal, Defensoria Pública da União, procuradores federais, advogados e partes na secretaria e nos gabinetes dos Juizes Federais da 1ª Turma Recursal

O atendimento é feito presencialmente, por telefone ou email, pelos servidores e estagiários, ocasião em que são respondidas questões sobre o andamento processual, bem como dirimidas as dúvidas que eventualmente ocorram.

6.36.2.11. Número de processos e relação servidor/processo

Quando do preenchimento do formulário de gestão, o número de processos em tramitação (total ajustado: excluídos os feitos suspensos, arquivados e baixados) na 1ª Turma Recursal era de 5.821 processos.

Número de processos de competência originária, atualmente, na 1ª Turma Recursal: 55 processos.

Número de processos que se encontravam aguardando julgamento pela 1ª Turma Recursal (processos oriundos do primeiro grau, conclusos para julgamento): 845 processos.

Número de processos sobrestados/suspensos na 1ª Turma Recursal: 5.585 (cinco mil, quinhentos e oitenta e cinco) processos.

ATIVIDADE JURISDICIONAL DA 1ª RELATORIA:

Quando do preenchimento do formulário de gestão, o número de processos em tramitação (total ajustado: excluídos os feitos arquivados, suspensos e baixados) na 1ª Relatoria era de 1.968 (mil, novecentos e sessenta e oito) processos.

Proporção do número de processos (total ajustado: excluídos os suspensos, arquivados e baixados) com o número de servidores em atividade na 1ª Relatoria: 656 processos/servidor ($1.968/3=656$).

Número de processos de competência originária na 1ª Relatoria: 13 (treze) processos.

Número de processos que se encontravam aguardando julgamento na 1ª Relatoria: 248 (duzentos e quarenta e oito) processos.

Número de processos sobrestados/suspensos na 1ª Relatoria: 1.717 (mil, setecentos e dezessete) processos.

ATIVIDADE JURISDICIONAL DA 2ª RELATORIA:

Quando do preenchimento do formulário de gestão, o número de processos em tramitação (total ajustado: excluídos os suspensos, baixados e arquivados) na 2ª Relatoria era de 2.055 (dois mil e cinquenta e cinco) processos.

Proporção do número de processos (total ajustado: excluídos os feitos suspensos, arquivados e baixados) com o número de servidores em atividade na 2ª Relatoria (03): 685 processos/servidor ($2.055/3=685$).

Número de processos de competência originária na 2ª Relatoria: 31 (trinta e um) processos.

Número de processos que se encontravam aguardando julgamento na 2ª Relatoria: 356 (trezentos e cinquenta e seis) processos.

Número de processos sobrestados/suspensos na 2ª Relatoria: 1.772 (mil, setecentos e setenta e dois) processos.

ATIVIDADE JURISDICIONAL DA 3ª RELATORIA:

Quando do preenchimento do formulário de gestão, o número de processos em tramitação (total ajustado: excluídos os suspensos, baixados e arquivados) na 3ª Relatoria era de 1.798 (mil setecentos e noventa e oito) processos.

Proporção do número de processos (total ajustado: excluídos os feitos suspensos, arquivados e baixados) com o número de servidores em atividade na 3ª Relatoria (03): 599,33 processos/servidor ($1.798/3=599,33$).

Número de processos de competência originária na 3ª Relatoria: 8 processos.

Número de processos que se encontravam aguardando julgamento na 3ª Relatoria: 301 processos.

Número de processos sobrestados/suspensos na 3ª Relatoria: 2.105 processos.

6.36.2.12. Cumprimento de metas e resoluções do CNJ

6.36.2.12.1 Cumprimento de metas e resoluções do CNJ na 1ª Relatoria

Meta 1 (Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente).

Ano 2017: 2.855 processos distribuídos; 3.807 processos julgados.

Percentual de cumprimento da meta: 133,34%.

Meta 2 (Identificar e julgar, até 31/12/2017, pelo menos 100% dos processos distribuídos até 31/12/2012, 85% dos processos distribuídos em 2013 nos 1º e 2º graus, e 100% dos processos distribuídos até 31/12/2014 nos Juizados Especiais e Turmas Recursais Federais).

Processos Identificados: 453; Processos Julgados: 453.

Percentual de cumprimento da meta: 100%.

Meta 3 (Aumentar os casos solucionados por conciliação, fomentando o alcance do percentual mínimo de 2% na proporção dos processos conciliados em relação aos distribuídos).

Não se aplica.

Meta 4 (Identificar e julgar até 31/12/2017 70% das ações de improbidade administrativa distribuídas até 31/12/2014).

Não se aplica.

Meta 5 (Baixar quantidade maior de processos de execução não fiscal do que o total de casos novos de execução não fiscal no ano corrente).

Não se aplica.

Meta 6 (Identificar e julgar, até 31/12/2017, entre 70% e 85% das ações coletivas distribuídas até 31/12/2013, no 1º e 2º graus).

Não se aplica.

Metas Específicas para a Justiça Federal

Baixar quantidade maior de processos criminais do que os casos novos criminais no ano corrente; Julgar quantidade maior de processos criminais do que os casos novos criminais no ano corrente.

Apesar de tal meta não ser aplicável, a 1ª Relatoria informou que possui 1 (um) processo criminal em trâmite, Proc. nº 0000590-62.2011.4.05.8100, recebido por redistribuição do TRF-5ª Região, o qual declinou de sua competência para julgar o feito por meio de acórdão que desclassificou o delito do art. 183 da Lei nº 9.472/97 para aquele tipificado no art. 70 da Lei nº 4.117/62, de competência dos Juizados Especiais Federais.

Recebidos os autos na Turma Recursal, procedeu-se à intimação das partes para fins de manifestação acerca das diligências necessárias à adequação do processo ao rito da Lei nº 9.099/1995, tendo o feito sido concluso no dia 05/04/2018, com previsão de inclusão em pauta de julgamento nesse mês.

Identificar e julgar, até 31/12/2017, 70% das ações penais vinculadas aos crimes relacionados à improbidade administrativa, ao tráfico de pessoas, à exploração sexual e ao trabalho escravo, distribuídas até 31/12/2014).

Não se aplica.

Acerca do cumprimento do Provimento CNJ nº 29/2013

Não se aplica.

Acerca do cumprimento das exigências previstas na Resolução CNJ nº 66/2009, com a redação introduzida pela Resolução CNJ nº 87/2009, e sobre a necessidade de inserção, no sistema informatizado, do Relatório de Controle de Prisões

Não se aplica.

6.36.2.12.2. Cumprimento de metas e resoluções do CNJ na 2ª Relatoria

Meta 1 (Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente).

Ano 2017: 2.851 processos distribuídos; 3.844 processos julgados.

Percentual de cumprimento da meta: 134,83%.

Meta 2 (Identificar e julgar, até 31/12/2017, pelo menos 100% dos processos distribuídos até 31/12/2012, 85% dos processos distribuídos em 2013 nos 1º e 2º graus, e 100% dos processos distribuídos até 31/12/2014 nos Juizados Especiais e Turmas Recursais Federais).

Processos Identificados: 651; Processos Julgados: 646.

Percentual de cumprimento da meta: 99,23%.

Meta 3 (Aumentar os casos solucionados por conciliação, fomentando o alcance do percentual mínimo de 2% na proporção dos processos conciliados em relação aos distribuídos).

Não se aplica.

Meta 4 (Identificar e julgar até 31/12/2017 70% das ações de improbidade administrativa distribuídas até 31/12/2014).

Não se aplica.

Meta 5 (Baixar quantidade maior de processos de execução não fiscal do que o total de casos novos de execução não fiscal no ano corrente).

Não se aplica.

Meta 6 (Identificar e julgar, até 31/12/2017, entre 70% e 85% das ações coletivas distribuídas até 31/12/2013, no 1º e 2º graus).

Não se aplica.

Metas Específicas para a Justiça Federal

Baixar quantidade maior de processos criminais do que os casos novos criminais no ano corrente; Julgar quantidade maior de processos criminais do que os casos novos criminais no ano corrente.

Apesar de tal meta não ser aplicável, a 2ª Relatoria informou que contava em seu acervo com 1(um) processo criminal que se enquadrava em tal meta, Processo 0001525-29.2016.4.05.8100, recebido por redistribuição do TRF-5ª Região, o qual declinou de sua competência para julgar o feito por meio de acórdão que desclassificou o delito para a conduta prevista no art. 304 c/c o art 302 do CPP, de competência dos Juizados Especiais Federais. Recebido o processo na Turma Recursal, após intimação das partes, o processo foi incluído na pauta de julgamento do dia 22.03.2018, ocasião em que foi julgado.

Identificar e julgar, até 31/12/2017, 70% das ações penais vinculadas aos crimes relacionados à improbidade administrativa, ao tráfico de pessoas, à exploração sexual e ao trabalho escravo, distribuídas até 31/12/2014).

Não se aplica.

Acerca do cumprimento do Provimento CNJ nº 29/2013

Não se aplica.

Acerca do cumprimento das exigências previstas na Resolução CNJ nº 66/2009, com a redação introduzida pela Resolução CNJ nº 87/2009, e sobre a necessidade de inserção, no sistema informatizado, do Relatório de Controle de Prisões

Não se aplica.

6.36.2.12.3. Cumprimento de metas e resoluções do CNJ na 3ª Relatoria

Meta 1 (Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente).

Ano 2017: 2.864 Processos distribuídos; 3.830 Processos julgados.

Percentual de cumprimento da meta: 133,73%.

Meta 2 (Identificar e julgar, até 31/12/2017, pelo menos 100% dos processos distribuídos até 31/12/2012, 85% dos processos distribuídos em 2013 nos 1º e 2º graus, e 100% dos processos distribuídos até 31/12/2014 nos Juizados Especiais e Turmas Recursais Federais).

Processos Identificados: 1.456; Processos Julgados: 1.456.

Percentual de cumprimento da meta: 100%.

Meta 3 (Aumentar os casos solucionados por conciliação, fomentando o alcance do percentual mínimo de 2% na proporção dos processos conciliados em relação aos distribuídos)

Não se aplica.

Meta 4 (Identificar e julgar até 31/12/2017 70% das ações de improbidade administrativa distribuídas até 31/12/2014).

Não se aplica.

Meta 5 (Baixar quantidade maior de processos de execução não fiscal do que o total de casos novos de execução não fiscal no ano corrente).

Não se aplica.

Meta 6 (Identificar e julgar, até 31/12/2017, entre 70% e 85% das ações coletivas distribuídas até 31/12/2013, no 1º e 2º graus).

Não se aplica.

Metas Específicas para a Justiça Federal

Baixar quantidade maior de processos criminais do que os casos novos criminais no ano corrente; Julgar quantidade maior de processos criminais do que os casos novos criminais no ano corrente.

Não aplicável.

Identificar e julgar, até 31/12/2017, 70% das ações penais vinculadas aos crimes relacionados à improbidade administrativa, ao tráfico de pessoas, à exploração sexual e ao trabalho escravo, distribuídas até 31/12/2014).

Não se aplica.

Acerca do cumprimento do Provimento CNJ nº 29/2013

Não se aplica.

Acerca do cumprimento das exigências previstas na Resolução CNJ nº 66/2009, com a redação introduzida pela Resolução CNJ nº 87/2009, e sobre a necessidade de inserção, no sistema informatizado, do Relatório de Controle de Prisões

Não se aplica.

6.36.2.13. Processos selecionados para correição

Foram correicionados 150 processos da 1ª Turma Recursal (encontrando-se em tramitação ajustada: 1.968 processos na 1ª Relatoria; 2.055 na 2ª Relatoria; e 1.798 na 3ª Relatoria).

6.36.2.13.1. Principais constatações da análise individual de processos

6.36.2.13.1.1. Processos eletrônicos do Sistema Creta

Da análise individual dos processos, podem-se destacar as seguintes ocorrências:

Observação	Nr. Processo	Complemento
Demora/ausência na conclusão para despacho/decisão	0507594-20.2016.4.05.8100	Recebidos os autos em 15/09/16, conclusão em 24/04/17; contrarrazões em 15/12/17, conclusão em 16/02/18.
	0501556-74.2016.4.05.8105	Juntada em 26/11/16, conclusão em 24/04/17.
Total de Ocorrências: 2		
Demora/ausência na conclusão para sentença	0507734-54.2016.4.05.8100	Recebido em 25/07/16, concluso em 24/02/17.
	0508103-48.2016.4.05.8100	recebido em 22/09/16, concluso em 20/03/17.

	0508195-26.2016.4.05.8100	Recebido em 25/07/16, concluso em 13/02/17.
	0508351-14.2016.4.05.8100	Recebido em 14/11/16, concluso em 09/03/18.
	0526077-98.2016.4.05.8100	Recebido em 20/04/17, concluso em 15/12/17.
	0526302-21.2016.4.05.8100	Recebido em 10/04/17, concluso em 30/06/17.
	0526361-09.2016.4.05.8100	Juntada de contrarrazões em 28/06/17 (último movimento).
	0502618-64.2016.4.05.8101	Recebidos em 14/12/16, conclusos em 29/05/17.
	0503885-68.2016.4.05.8102	Recebidos em 20/7/16, conclusos em 20/03/17 .
	0503954-03.2016.4.05.8102	Recebido em 27/07/16, concluso em 24/03/17.
	0504007-81.2016.4.05.8102	Recebido em 27/07/16, concluso em 24/03/17.
	0504019-92.2016.4.05.8103	Recebidos em 07/11/17, conclusos em 03/05/18.
	0501283-92.2016.4.05.8106	Prazo findo em 14/09/16, concluso em 10/03/17.
	0505446-12.2016.4.05.8108	Recebido em 07/02/18, concluso em 06/04/18.
	0500110-14.2017.4.05.8101	Recebido em 08/09/17, concluso em 06/02/18.
	0500004-43.2017.4.05.8104	Recebido em 20/06/17, concluso em 06/09/17.
	0500058-06.2017.4.05.8105	Juntada em 26/09/17, concluso em 06/02/18.
	0500080-64.2017.4.05.8105	Recebido em 26/04/17, concluso em 30/06/17.
	0500056-24.2017.4.05.8109	Recebido em 14/06/17, concluso em 20/10/17.
Total de Ocorrências: 19		
Demora na inclusão em pauta para julgamento	0507584-73.2016.4.05.8100	Recebido em 08/02/17, concluso em 13/06/17.
	0508007-33.2016.4.05.8100	Recebido em 13/02/17, concluso em 14/07/17.
	0500105-68.2017.4.05.8108	Recido em 17/09/17, retirado de pauta em out. e nov./17, ainda sem pauta/julgamento.
Total de Ocorrências: 3		
Demora na prolação da sentença	0508831-86.2016.4.05.8101	De 03/10/2017 a 12/03/2018.
	0500227-	Conclusos desde 02/10/17.

	08.2017.4.05.8100	
Total de Ocorrências: 2		
Demora na prolação de decisão/despacho	0507584-73.2016.4.05.8100	Concluso em 18/08/17, decisão em 15/11/17.
	0507594-20.2016.4.05.8100	Conclusos desde 16/02/18.
	0507623-70.2016.4.05.8100	Aguardando decisão desde 23/02/18.
	0507734-54.2016.4.05.8100	Aguardando decisão desde 16/02/18.
	0507781-28.2016.4.05.8100	Conclusos desde 16/02/18.
	0508007-33.2016.4.05.8100	Concluso em 04/10/17, decisão em 19/02/18.
	0526301-36.2016.4.05.8100	Demora para a apreciação do agravo interno, como se depreende da fase lançada em 24/01/2018.
	0526302-21.2016.4.05.8100	Aguardando decisão desde 24/01/18.
	0526395-81.2016.4.05.8100	Concluso p/decisão desde 10/02/18 (último movimento).
	0503961-92.2016.4.05.8102	Aguardando decisão desde 16/02/18.
	0513325-88.2016.4.05.8102	De 31/01/2017 a 07/04/2017.
	0503953-15.2016.4.05.8103	Concluso em 26/07/17, decisão em 05/11/17.
	0504543-86.2016.4.05.8104	Aguardando decisão desde 08/12/17.
	0501534-16.2016.4.05.8105	Demora excessiva, desde 06.04.2017.
	0501609-55.2016.4.05.8105	De 07/05/2017 de 23/08/2017.
	0501283-92.2016.4.05.8106	De 17/06/17 a 27/11/17.
	0504170-49.2016.4.05.8106	Processo na presidência da Turma Recursal desde 16.02.2018 para julgamento de agravo interno.
	0501326-26.2016.4.05.8107	De 14.11.2017 a 06.04.2018.
	0500994-53.2016.4.05.8109	Conclusos desde 08/02/18.
	0500186-41.2017.4.05.8100	Concluso em 10/10/17, decisão em 02/05/18.
0500128-35.2017.4.05.8101	Desde 13/12/2017 aguardando decisão s/admissibilidade.	

	0500091-05.2017.4.05.8102	Concluso em 12/12/17, decisão em 15/03/18.
	0500217-52.2017.4.05.8103	De 04.10.2017 a 19.02.2018.
	0500062-46.2017.4.05.8104	De 27.09.2017 a 01.05.2018.
	0500074-51.2017.4.05.8107	Aguardando decisão desde 18/11/17.
Total de Ocorrências: 25		
Demora no envio dos autos à instância superior	0508445-59.2016.4.05.8100	De 07.12.2017 a 09.04.2018.
	0500024-31.2017.4.05.8105	De 16.11.2017 a 13.03.2018.
Total de Ocorrências: 2		
Outros	0507988-27.2016.4.05.8100	Ausência de acompanhamento periódico do recurso que deu ensejo ao sobrestamento.
	0508136-38.2016.4.05.8100	Ausência de acompanhamento de julgamento de processo paradigma.
	0526364-61.2016.4.05.8100	Aguardando remessa ao STF desde 25/10/17.
	0502547-62.2016.4.05.8101	Ausência de acompanhamento do julgamento do Recurso Especial nº. 1.381.683/PE.
	0508810-13.2016.4.05.8101	Demora/ausência na apreciação de petição, desde 01.12.2017.
	0503885-68.2016.4.05.8102	Demora na remessa p/ TNU, de 20/11/17 a 12/03/18.
	0503954-03.2016.4.05.8102	Demora na remessa p/TNU, de 20/11/17 a 27/03/18.
	0513325-88.2016.4.05.8102	Sobrestamento sem haver acompanhamento posterior de julgamento do processo Recurso Especial nº. 1.381.683/PE.
	0503746-16.2016.4.05.8103	Demora no julgamento do recurso, de 19.06.2017 a 23.11.2017.
	0504595-82.2016.4.05.8104	Demora no julgamento do recurso, de 13.11.2017 a 05.04.2018.
	0501283-92.2016.4.05.8106	Aguardando remessa p/TNU desde 06/03/18.
	0500953-86.2016.4.05.8109	Demora no julgamento do recurso, de 29.08.2016 a 10.08.2017.
	0503222-98.2016.4.05.8109	Ausência de acompanhamento do processo que ensejou o sobrestamento (desde 02/17).
	0500362-20.2017.4.05.8100	Ausência de registro relativo à continuidade da suspensão do feito.
0500077-24.2017.4.05.8101	Ausência de acompanhamento periódico do recurso que deu ensejo ao sobrestamento.	

	0500041-64.2017.4.05.8106	Demora no julgamento do recurso, de 02.06.2017 a 14.12.2017.
Total de Ocorrências: 16		
Processo em Ordem	0507604-64.2016.4.05.8100	
	0507644-46.2016.4.05.8100	
	0507702-49.2016.4.05.8100	
	0507719-85.2016.4.05.8100	
	0507726-77.2016.4.05.8100	
	0507931-09.2016.4.05.8100	
	0507991-79.2016.4.05.8100	
	0508003-93.2016.4.05.8100	
	0508018-62.2016.4.05.8100	
	0508077-50.2016.4.05.8100	
	0508267-13.2016.4.05.8100	
	0508304-40.2016.4.05.8100	
	0526068-39.2016.4.05.8100	
	0526143-78.2016.4.05.8100	
	0526152-40.2016.4.05.8100	
	0526201-81.2016.4.05.8100	
	0526214-80.2016.4.05.8100	
	0526300-51.2016.4.05.8100	
0526331-71.2016.4.05.8100		
0502497-36.2016.4.05.8101		
0502511-20.2016.4.05.8101		

0502548-47.2016.4.05.8101	
0502672-30.2016.4.05.8101	
0508833-56.2016.4.05.8101	
0508886-37.2016.4.05.8101	
0508918-42.2016.4.05.8101	
0504241-63.2016.4.05.8102	
0513205-45.2016.4.05.8102	
0513331-95.2016.4.05.8102	
0503945-38.2016.4.05.8103	
0504093-49.2016.4.05.8103	
0511924-51.2016.4.05.8103	
0511996-38.2016.4.05.8103	
0505337-07.2016.4.05.8105	
0501316-79.2016.4.05.8107	
0501329-78.2016.4.05.8107	
0501410-27.2016.4.05.8107	
0504291-74.2016.4.05.8107	
0501532-37.2016.4.05.8108	
0505421-96.2016.4.05.8108	
0505461-78.2016.4.05.8108	
0500949-49.2016.4.05.8109	
0500971-10.2016.4.05.8109	
0500090-	

71.2016.4.05.9810	
0500280-34.2016.4.05.9810	
0500088-56.2017.4.05.8100	
0500101-55.2017.4.05.8100	
0500260-95.2017.4.05.8100	
0500303-32.2017.4.05.8100	
0500308-54.2017.4.05.8100	
0500320-68.2017.4.05.8100	
0500356-13.2017.4.05.8100	
0500433-22.2017.4.05.8100	
0500076-39.2017.4.05.8101	
0500084-16.2017.4.05.8101	
0500094-60.2017.4.05.8101	
0500132-72.2017.4.05.8101	
0500185-53.2017.4.05.8101	
0500141-31.2017.4.05.8102	Remetido para a Turma Nacional de Uniformização
0500161-22.2017.4.05.8102	
0500186-35.2017.4.05.8102	
0515124-35.2017.4.05.8102	
0500010-50.2017.4.05.8104	
0500084-07.2017.4.05.8104	
0504384-12.2017.4.05.8104	
0504400-63.2017.4.05.8104	

	0504439-60.2017.4.05.8104	
	0500090-11.2017.4.05.8105	
	0500094-48.2017.4.05.8105	
	0506272-13.2017.4.05.8105	
	0500010-41.2017.4.05.8107	
	0500073-66.2017.4.05.8107	
	0500001-76.2017.4.05.8108	
	0500122-07.2017.4.05.8108	
	0500049-32.2017.4.05.8109	
	0500026-67.2018.4.05.8104	
	0500034-44.2018.4.05.8104	
Total de Ocorrências: 77		
Processos irregularmente paralisados	0504260-69.2016.4.05.8102	Recebidos do JEF desde 05/09/16.
	0503854-45.2016.4.05.8103	O agravo está na presidência desde fevereiro/2018 aguardando julgamento.
	0501630-31.2016.4.05.8105	Desde 04/09/2017.
	0500072-02.2017.4.05.8101	Recebido do JEF em 09/11/17, aguardando apreciação.
Total de Ocorrências: 4		
Processos sem movimentação processual em período determinado	0507584-73.2016.4.05.8100	Desde 24/02/2018.
	0507586-43.2016.4.05.8100	Desde 11/01/2017.
	0507592-50.2016.4.05.8100	De 13/12/16 a 03/04/17.
	0526207-88.2016.4.05.8100	Desde 11/01/18.
	0526299-66.2016.4.05.8100	Desde 08/01/2018.
	0502660-16.2016.4.05.8101	Desde 04/07/2017 até a presente data.
	0504007-	Desde 15/12/17 aguardando decisão.

81.2016.4.05.8102	
0504212-13.2016.4.05.8102	Entre 03/05/2017 e 15/09/2017.
0503953-15.2016.4.05.8103	De 14/02/17 a 20/04/17.
0511896-83.2016.4.05.8103	Desde 17/02/2018.
0504536-94.2016.4.05.8104	Recebido do JEF em 15/11/17 (sem mov. desde então).
0501556-74.2016.4.05.8105	De 07/07/17 a 06/02/18.
0500116-18.2017.4.05.8102	Desde 22/02/2018.
0500004-40.2017.4.05.8105	Desde 30/01/2018.
0500080-64.2017.4.05.8105	Aguardando remessa ao TNU desde 06/03/18.
Total de Ocorrências: 15	

6.36.2.14. Correição anterior e autoinspeção

A correição concernente ao biênio 2015/2016, recomendou, no que atinente às Turmas Recursais, que fossem aprimorados alguns procedimentos (distribuição racional de tarefas, fixação de metas periódicas de produtividade e controle efetivo dos prazos processuais), com o fito de reduzir o tempo da demora para o proferimento de despachos/decisões, para inclusão dos processos em pauta de julgamento, bem como fosse evitada a indevida e imotivada paralisação dos processos por longos períodos, seja na Secretaria, seja na Assessoria da Turma Recursal.

Tal recomendação foi observada pela 1ª Turma Recursal, segundo informado por cada uma de suas Relatorias, mediante procedimento que se utiliza da conjugação de antiguidade do processo na Turma e facilidade de julgamento, o qual tem gerado uma gestão mais eficiente do acervo, com conseqüente redução do tempo de demora para inclusão dos processos em pauta de julgamento.

Outrossim, no que concernente à Secretaria, foi implantado o procedimento de checagem quinzenal de todos os processos que se encontram nos escaninhos da Secretaria, separando-se aqueles que estão parados há mais tempo para a promoção do seu andamento, evitando-se, dessa forma, paralisação dos processos por longos períodos.

Após a última autoinspeção, foi estabelecida como meta a redução mensal do acervo, julgando-se um número superior de processos em relação aos processos distribuídos. Tal objetivo vem sendo alcançado, tendo, a **1ª Relatoria**, no período de março/2017 (data da última autoinspeção) a março/2018, alcançado o montante de 4.033

processos julgados, número superior ao de processos distribuídos para a referida Relatoria no mesmo período, qual seja, 3.172 processos.

Após a última autoinspeção, foi estabelecida como meta a redução mensal do acervo, julgando-se um número superior de processos em relação aos processos distribuídos. Tal objetivo vem sendo alcançado, tendo, a **2ª Relatoria**, no período de março/2017 (data da última autoinspeção) a março/2018, alcançado o montante de 4.017 processos julgados, número superior ao de processos distribuídos para a referida Relatoria no mesmo período, qual seja, 3.161 processos.

Após a última autoinspeção, foi estabelecida como meta a redução mensal do acervo, julgando-se um número superior de processos em relação aos processos distribuídos. Tal objetivo vem sendo alcançado, tendo, a **3ª Relatoria**, no período de março/2017 (data da última autoinspeção) a mar/2018, alcançado o montante de 3.881 processos julgados, número superior ao de processos distribuídos para a referida Relatoria no mesmo período, qual seja, 3.179 processos.

6.36.2.15. Considerações finais

A 1ª Turma Recursal conta com estrutura física e equipamentos adequados a seu funcionamento.

A partir da análise processual, foram observados alguns pontos que merecem maior atenção por parte da unidade, quais sejam:

1. Demora na conclusão;
2. Demora na prolação de despacho/decisão; e
3. Alguns feitos sem movimentação processual.

Por fim, pelos demais dados apontados neste relatório durante a correição, pode-se afirmar que a 1ª Turma Recursal funciona de modo razoável.

6.36.3. 2ª TURMA RECURSAL - SJCE

6.36.3.1. Corpo funcional - juízes federais e servidores

Quando do preenchimento do formulário de gestão, a 2ª Turma Recursal da Seção Judiciária do Ceará era composta pelo Juiz Federal Presidente e Titular da 1ª Relatoria, Gustavo Melo Barbosa, pela Juíza Federal Paula Emília Moura Aragão de Sousa Brasil (2ª Relatoria), pela Juíza Federal Gisele Chaves Sampaio Alcântara (3ª Relatoria) e pelo Juiz Federal João Luís Nogueira Matias, na condição de suplente.

A 2ª Turma Recursal conta com 12 servidores efetivos, sendo 04 analistas judiciários e 08 técnicos judiciários.

Não há servidores requisitados. Há 1 cargo efetivo vago desde julho de 2017.

6.36.3.2. Juiz Federal Titular da 1ª Relatoria

O Juiz Federal Gustavo Melo Barbosa, Presidente e Titular da 1ª Relatoria, exerce a magistratura desde 14/03/2007, atuando na Turma Recursal desde 04/02/2015.

Nos últimos 24 meses, o magistrado esteve afastado em razão de:

Férias: 18/04/2016 a 04/05/2016, 18/07/2016 a 16/08/2016, 20/09/2016 a 02/10/2016, 05/06/2017 a 16/06/2017, 17/07/2017 a 15/08/2017, 16/11/2017 a 06/12/2017.

Afastamento por motivo de falecimento de pessoa da família: 30/03/2017 a 06/04/2017 (PA 0002896-93.2017.4.05.7000).

Período total de afastamento: 4 meses e 8 dias.

O Juiz Federal reside na região metropolitana onde se situa a sede da Turma Recursal.

6.36.3.3. Juíza Federal Titular da 2ª Relatoria

A Juíza Federal Paula Emília Moura Aragão de Sousa Brasil, Titular da 2ª Relatoria, exerce a magistratura desde 17/02/2003, atuando na Turma Recursal desde 24/03/2014.

Nos últimos 24 meses, a magistrada esteve afastada em razão de:

Férias: 27/06/2016 a 12/07/2016, 20/09/2016 a 19/10/2016, 11/12/2016 a 19/12/2016, 19/06/2017 a 18/07/2017, 20/11/2017 a 13/12/2017.

Licenças: 09/11/2016 a 28/11/2016 (licença por motivo de doença em pessoa da família - PA 2603/2016), 07/03/2017 a 09/03/2017, 21/03/2017 a 27/03/2017, 24/07/2017 a 30/07/2017 (licenças para tratamento de saúde - PA 0001752-84.2017.4.05.7000, PA 0002377-21.2017.4.05.7000, PA 0007163-11.2017.4.05.7000).

Afastamento referente à acumulação de jurisdição não remunerada: 01/04/2016 a 01/04/2016 (Ato nº 958/2015-CR).

Período total de afastamento: 4 meses e 27 dias.

A Juíza Federal reside na região metropolitana onde se situa a sede da Turma Recursal.

6.36.3.4. Juíza Federal Titular da 3ª Relatoria

A Juíza Federal Gisele Chaves Sampaio Alcântara, Titular da 3ª Relatoria, exerce a magistratura desde 14/12/2005, atuando na Turma Recursal desde 20/10/2014.

Nos últimos 24 meses, a magistrada esteve afastada em razão de:

Férias: 26/04/2016 a 25/05/2016; 16/11/2016 a 11/12/2016; 16/06/2017 a 02/07/2017; 18/08/2017 a 21/08/2017; 23/09/2017 a 19/10/2017.

Licença por motivo de doença em pessoa da família: 15/09/2017 a 22/09/2017; 25/10/2017 a 27/10/2017; 29/11/2017 a 01/12/2017; 17/01/2018 a 19/01/2018; 04/04/2018 a 06/04/2018.

Afastamento sem prejuízo de jurisdição: 18/04/2016 a 20/04/2016 (ECG Nº 10083.0231/2016-06).

Afastamento para atuar na TNU: 13/12/2016 a 15/12/2016 (ECG nº 10621.0769/2016-06).

Período total de afastamento: 4 meses e 10 dias.

A Juíza Federal reside na região metropolitana onde se situa a sede da Turma Recursal.

6.36.3.5. Servidores

Em relação às funções de confiança (FCs), aos cargos em comissão (CJs) e à formação acadêmica dos servidores ocupantes de cargos efetivos na 2ª Turma Recursal, pode ser observado o seguinte quadro:

Nome	Cargo efetivo	Ocupa FC ou CJ? Qual?	Grau de Instrução*	Área de formação
Daila Lacerda de Sá	Analista Judiciária	Diretor de Núcleo - FC6	Pós-graduada	Direito
Tháísa Silvério Leite Benevides	Analista Judiciária	Supervisor da Seção (3ª Relatoria) FC5	Pós-graduada	Direito e Ciências Contábeis

Karlos Eduardo Gadelha Gomes	Técnico Judiciário	Supervisor Assistente (3ª Relatoria) FC4	Pós-graduado	Administração
Rachel Moreira de Oliveira	Técnico Judiciário	Auxiliar Especializado - FC2	Pós-graduada	Ciências Sociais
Karina Ponte Bandeira de Melo de Moura	Analista Judiciário	Supervisor da Seção de Apoio Administrativo FC5	Pós-graduada	Direito
Sérgio Sampaio Lima	Analista Judiciário	Supervisor da Seção de Apoio Administrativo e Judiciário FC5	Pós-graduado	Direito
Leandro Freitas da Rocha	Técnico Judiciário	Não ocupa FC	Superior incompleto	Direito
Bruno Silveira de Andrade Aquino	Técnico Judiciário	Supervisor da Seção (1ª Relatoria) FC5	Graduado	Comunicação Social
Bárbara Kelly Souto Monteiro	Técnico Judiciário	Supervisor Assistente (1ª Relatoria) FC4	Graduada	Ciências Sociais
Mayara Macedo de Almeida Ferrer	Técnico Judiciário	Supervisor da Seção (2ª Relatoria) FC5	Pós-graduada	Direito
José Leandro de Castro Serpa	Técnico Judiciário	Supervisor Assistente (2ª Relatoria) FC4	Pós-graduado	Direito
Victor Emanuel de Castro Ribeiro	Técnico Judiciário	Assistente Técnico III - Seção de Apoio Administrativo - FC3	Superior incompleto	Direito

Como se pode depreender, no tocante à formação acadêmica dos servidores efetivos da 2ª Turma Recursal, verifica-se que há uma preocupação com a qualificação.

6.36.3.6. Estagiários

Há 03 vagas previstas para a unidade, estando 03 delas ocupadas. Os estagiários exercem atividades diversas, dentre as quais estão a elaboração de sugestão de minutas, movimentação de processos, atendimento ao público, elaboração de relatórios, dentre outras atividades, no âmbito da Secretaria, das Relatorias e da Presidência.

6.36.3.7. Organização da 2ª Turma Recursal

Os servidores da 2ª Turma Recursal exercem suas atribuições:

Na Presidência: 1 (um) servidor;

Na Secretaria: 3 (três) servidores;

Na 1ª Relatoria: 2 (dois) servidores;

Na 2ª Relatoria: 3 (três) servidores;

Na 3ª Relatoria: 3 (três) servidores.

6.36.3.7.1. Secretaria

A Secretaria da Turma Recursal é dividida em 4 (quatro) setores:

1. Direção da Secretaria. Atividades:

- Expedir ofícios e mandados;
- Atendimento ao público externo;
- Movimentação processual;
- Verificar novos documentos anexados pelas partes (aba documentos de procuradores);
- Participar e organizar as Sessões de Julgamento;
- Intimações dos atos processuais;
- Acompanhamento de processos no prazo de recurso (acórdãos);
- Acompanhar implantação de benefícios previdenciários;
- Envio e baixa de processos da TNU;
- Remessa ao STF e à TRU;
- Supervisionar estagiários;

- Outras atividades inerentes ao cargo.

Servidor que atua no setor: Daila Lacerda de Sá.

2. Setor (Secretaria) Atividades:

- Acompanhamento de processos;
- Elaborar ofícios e mandados;
- Cumprir despachos/decisões;
- Intimações dos atos processuais;
- Envio e baixa de processos da TNU (CRETA/TNU);
- Recebimento de petições do JEF;
- Remessa ao STF e à TRU;
- Atendimento ao público externo;

Servidores que atuam no setor: Leandro Freitas da Rocha, Karina Ponte Bandeira de Melo de Moura.

3. Setor (Presidência) Atividades:

- Elaborar minutas de decisões (Pedido de Uniformização de Jurisprudência; Recurso Extraordinário; Embargos de Declaração);
- Elaborar despacho de mero expediente;
- Supervisionar estagiários;
- Intimações dos atos processuais;
- Atendimento ao público.

Servidores que atuam no setor: Sérgio Sampaio Lima.

4. Setor (Assessoria) Atividades:

- Elaborar minutas dos acórdãos, despachos e decisões;
- Pesquisa de jurisprudência;
- Atendimento ao Público Externo;

Servidores que atuam no setor:

1ª Relatoria: Bruno Silveira de Andrade Aquino e Bárbara Kelly Souto Monteiro.

2ª Relatoria: Mayara Macedo de Almeida Férrer; José Leandro de Castro Serpa Filho e Victor Emanuel de Castro Ribeiro.

3ª Relatoria: Thaisa Silvério Leite Benevides; Karlos Eduardo Gadelha Gomes e Rachel Moreira de Oliveira

Os processos são recebidos dos Juizados Federais e são separados por assunto para fins de organização.

Os documentos anexados pelas partes são acompanhados por meio da aba de documentos de procuradores.

Os processos que estão há mais tempo sem movimentação são priorizados.

Utilização da ferramenta do Painel Geral que informa a quantidade de processos sem movimentação por dias.

Movimentação dos processos com novos documentos anexados pelas partes.

Agendamento da movimentação automática dos processos após o decurso dos prazos.

Mobilização de servidores para o cumprimento de metas.

Relatórios utilizados pela unidade jurisdicional obtidos por meio do(s) sistema(s) Creta, TEBAS: Relatórios de processos em andamento, Relatório de processos por fase processual, relatório de processos por fase judicial, relatório de processos distribuídos e relatórios da pauta de julgamento.

6.36.3.8. Participação dos Juízes Federais em reuniões com a equipe da 2ª Turma Recursal

Os magistrados participam de reuniões com a equipe para avaliação contínua dos trabalhos, acompanhamento do acervo e fixação de metas.

6.36.3.9. Planejamento das atividades da 2ª Turma Recursal e avaliação periódica de resultados

Há análise do Painel Geral e dos relatórios do Creta para o acompanhamento do cumprimento das metas estabelecidas.

As metas fixadas objetivam a redução do acervo (taxa de congestionamento negativa) e do tempo médio de tramitação dos processos, bem como o incremento do número de processos julgados.

A Diretora de Secretaria e os Supervisores de setores monitoram diariamente o cumprimento das metas estabelecidas.

Reuniões são realizadas para fazer um balanço da situação da Turma Recursal, bem como fixação das metas.

6.36.3.10. Atendimento aos membros do Ministério Público Federal, Defensoria Pública da União, procuradores federais, advogados e partes na secretaria e nos gabinetes dos Juízes Federais da 2ª Turma Recursal

Além da Sala da Direção de Secretaria, há um espaço próprio para atendimento ao público, por servidores e estagiários, das 9h às 17h. Há, também, prestação de informações por telefone/correio eletrônico.

6.36.3.11. Número de processos e relação servidor/processo

Por ocasião do preenchimento do formulário de gestão, o número de processos em tramitação (total ajustado: excluídos os feitos suspensos, arquivados e baixados na 2ª Turma Recursal era de 3.278 processos.

Número de processos de competência originária na Turma Recursal: 19 processos.

Número de processos que se encontravam aguardando julgamento pela Turma Recursal (processos oriundos do primeiro grau, conclusos para julgamento): 1.342 processos.

Número de processos sobrestados/suspensos na Turma Recursal: 5.275 processos.

ATIVIDADE JURISDICIONAL NA 1ª RELATORIA:

Por ocasião do preenchimento do formulário de gestão, o número de processos em tramitação (total ajustado: excluídos os feitos arquivados, suspensos e baixados) na 1ª Relatoria era de 1.201 processos.

Proporção do número de processos (total ajustado: excluídos os feitos suspensos, arquivados e baixados) com o número de servidores em atividade na 1ª Relatoria (02): 600,5 processos/servidor ($1.201/2=600,5$).

Número de processos de competência originária na 1ª Relatoria: 10 processos.

Número de processos que se encontravam aguardando julgamento na 1ª Relatoria: 474 processos.

Número de processos sobrestados/suspensos na 1ª Relatoria: 1.779 processos.

ATIVIDADE JURISDICIONAL NA 2ª RELATORIA:

Por ocasião do preenchimento do formulário de gestão, o número de processos em tramitação (total ajustado: excluídos os suspensos, baixados e arquivados) na 2ª Relatoria era de 1.145 processos.

Proporção do número de processos (total ajustado: excluídos os feitos suspensos, arquivados e baixados) com o número de servidores em atividade na 2ª Relatoria (03): 381,66 processos/servidor ($1.145/3=381,66$).

Número de processos de competência originária na 2ª Relatoria: 6 processos.

Número de processos que se encontravam aguardando julgamento na 2ª Relatoria: 563 processos.

Número de processos sobrestados/suspensos na 2ª Relatoria: 1.743 processos.

ATIVIDADE JURISDICIONAL NA 3ª RELATORIA:

Por ocasião do preenchimento do formulário de gestão, o número de processos em tramitação (total ajustado: excluídos os suspensos, baixados e arquivados) na 3ª Relatoria era de 932 processos.

Proporção do número de processos (total ajustado: excluídos os feitos suspensos, arquivados e baixados) com o número de servidores em atividade na 3ª Relatoria (03): 310,66 processos/servidor ($932/3=310,66$).

Número de processos de competência originária na 3ª Relatoria: 3 processos.

Número de processos que se encontravam aguardando julgamento na 3ª Relatoria: 305 processos. Desse total, 130 processos já estavam pautados para julgamento, enquanto 175 aguardavam inclusão em pauta.

Número de processos sobrestados/suspensos na Relatoria: 1.753 processos.

6.36.3.12. Cumprimento de metas e resoluções do CNJ

6.36.3.12.1. Cumprimento de metas e resoluções do CNJ na 1ª Relatoria

Meta 1 (Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente).

Conforme informado pela unidade, os dados colhidos no Relatório de Movimentação Processual da Turma Recursal, entre janeiro e abril de 2018, apontam que foram distribuídos 958 processos, enquanto, segundo o Relatório de Atividades da Turma Recursal, foram julgados, no mesmo período, 1.129 processos.

Meta 2 (Identificar e julgar, até 31/12/2017, pelo menos 100% dos processos distribuídos até 31/12/2012, 85% dos processos distribuídos em 2013 nos 1º e 2º graus, e 100% dos processos distribuídos até 31/12/2014 nos Juizados Especiais e Turmas Recursais Federais).

A 2ª Turma Recursal informou que não possui nenhum processo distribuído até 31/12/2014 pendente de julgamento.

Meta 3 (Aumentar os casos solucionados por conciliação, fomentando o alcance do percentual mínimo de 2% na proporção dos processos conciliados em relação aos distribuídos).

Não se aplica.

Meta 4 (Identificar e julgar, até 31/12/2017, 70% das ações de improbidade administrativa distribuídas até 31/12/2014).

Não se aplica.

Meta 5 (Baixar quantidade maior de processos de execução não fiscal do que o total de casos novos de execução não fiscal no ano corrente).

Não se aplica.

Meta 6 (Identificar e julgar, até 31/12/2017, entre 70% e 85% das ações coletivas distribuídas até 31/12/2013, no 1º e 2º graus).

Não se aplica.

Metas Específicas para a Justiça Federal

Baixar quantidade maior de processos criminais do que os casos novos criminais no ano corrente; Julgar quantidade maior de processos criminais do que os casos novos criminais no ano corrente.

Não se aplica.

Identificar e julgar, até 31/12/2017, 70% das ações penais vinculadas aos crimes relacionados à improbidade administrativa, ao tráfico de pessoas, à exploração sexual e ao trabalho escravo, distribuídas até 31/12/2014)

Não se aplica.

Acerca do cumprimento do Provimento CNJ nº 29/2013

Não se aplica.

Acerca do cumprimento das exigências previstas na Resolução CNJ nº 66/2009, com a redação introduzida pela Resolução CNJ nº 87/2009, e sobre a necessidade de inserção, no sistema informatizado, do Relatório de Controle de Prisões

Não se aplica.

6.36.3.12.2 Cumprimento de metas e resoluções do CNJ na 2ª Relatoria

Meta 1 (Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente).

Conforme informado pela unidade, os dados colhidos no Relatório de Movimentação Processual da Turma Recursal, entre janeiro e abril de 2018, apontam que foram distribuídos 957 processos, enquanto, segundo o Relatório de Atividades da Turma Recursal, foram julgados, no mesmo período, 1.102 processos.

Meta 2 (Identificar e julgar, até 31/12/2017, pelo menos 100% dos processos distribuídos até 31/12/2012, 85% dos processos distribuídos em 2013 nos 1º e 2º graus, e 100% dos processos distribuídos até 31/12/2014 nos Juizados Especiais e Turmas Recursais Federais).

A 2ª Turma Recursal informou que não possui nenhum processo distribuído até 31/12/2014 pendente de julgamento.

Meta 3 (Aumentar os casos solucionados por conciliação, fomentando o alcance do percentual mínimo de 2% na proporção dos processos conciliados em relação aos distribuídos).

Não se aplica.

Meta 4 (Identificar e julgar, até 31/12/2017, 70% das ações de improbidade administrativa distribuídas até 31/12/2014).

Não se aplica.

Meta 5 (Baixar quantidade maior de processos de execução não fiscal do que o total de casos novos de execução não fiscal no ano corrente).

Não se aplica.

Meta 6 (Identificar e julgar, até 31/12/2017, entre 70% e 85% das ações coletivas distribuídas até 31/12/2013, no 1º e 2º graus).

Não se aplica.

Metas Específicas para a Justiça Federal

Baixar quantidade maior de processos criminais do que os casos novos criminais no ano corrente; Julgar quantidade maior de processos criminais do que os casos novos criminais no ano corrente.

Não se aplica.

Identificar e julgar, até 31/12/2017, 70% das ações penais vinculadas aos crimes relacionados à improbidade administrativa, ao tráfico de pessoas, à exploração sexual e ao trabalho escravo, distribuídas até 31/12/2014).

Não se aplica.

Acerca do cumprimento do Provimento CNJ nº 29/2013

Não se aplica.

Acerca do cumprimento das exigências previstas na Resolução CNJ nº 66/2009, com a redação introduzida pela Resolução CNJ nº 87/2009, e sobre a necessidade de inserção, no sistema informatizado, do Relatório de Controle de Prisões

Não se aplica.

6.36.3.12.3 Cumprimento de metas e resoluções do CNJ na 3ª Relatoria

Meta 1 (Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente).

Conforme informado pela unidade, os dados colhidos no Relatório de Movimentação Processual da Turma Recursal, entre janeiro e abril de 2018, apontam que foram distribuídos 962 processos, enquanto, segundo o Relatório de Atividades da Turma Recursal, foram julgados, no mesmo período, 1.125 processos.

Meta 2 (Identificar e julgar, até 31/12/2017, pelo menos 100% dos processos distribuídos até 31/12/2012, 85% dos processos distribuídos em 2013 nos 1º e 2º graus, e 100% dos processos distribuídos até 31/12/2014 nos Juizados Especiais e Turmas Recursais Federais).

A 2ª Turma Recursal informou que não tem nenhum processo distribuído até 31/12/2014 pendente de julgamento.

Meta 3 (Aumentar os casos solucionados por conciliação, fomentando o alcance do percentual mínimo de 2% na proporção dos processos conciliados em relação aos distribuídos).

Não se aplica.

Meta 4 (Identificar e julgar, até 31/12/2017, 70% das ações de improbidade administrativa distribuídas até 31/12/2014).

Não se aplica.

Meta 5 (Baixar quantidade maior de processos de execução não fiscal do que o total de casos novos de execução não fiscal no ano corrente).

Não se aplica.

Meta 6 (Identificar e julgar, até 31/12/2017, entre 70% e 85% das ações coletivas distribuídas até 31/12/2013, no 1º e 2º graus).

Não se aplica.

Metas Específicas para a Justiça Federal

Baixar quantidade maior de processos criminais do que os casos novos criminais no ano corrente; Julgar quantidade maior de processos criminais do que os casos novos criminais no ano corrente.

Não se aplica.

Identificar e julgar, até 31/12/2017, 70% das ações penais vinculadas aos crimes relacionados à improbidade administrativa, ao tráfico de pessoas, à exploração sexual e ao trabalho escravo, distribuídas até 31/12/2014).

Não se aplica.

Acerca do cumprimento do Provimento CNJ nº 29/2013

Não se aplica.

Acerca do cumprimento das exigências previstas na Resolução CNJ nº 66/2009, com a redação introduzida pela Resolução CNJ nº 87/2009, e sobre a necessidade de inserção, no sistema informatizado, do Relatório de Controle de Prisões

Não se aplica.

6.36.3.13. Processos selecionados para correição

Foram correicionados 150 processos da 2ª Turma Recursal (encontrando-se em tramitação ajustada: 1.201 processos na 1ª Relatoria; 1.145 na 2ª Relatoria; e 932 na 3ª Relatoria).

6.36.3.13.1. Principais constatações da análise individual de processos

6.36.3.13.1.1. Processos Eletrônicos do Sistema Creta

Da análise individual dos processos, podem-se destacar as seguintes ocorrências:

Observação	Nr. Processo	Complemento
Demora/ausência na conclusão para despacho/decisão	0526362-91.2016.4.05.8100	Desde 28/11/2017.
Total de Ocorrências: 1		
Demora na inclusão em pauta para julgamento	0509043-13.2016.4.05.8100	Concluso em 29/08/17, acórdão em 14/11/17.
	0500246-14.2017.4.05.8100	Concluso em 25/01/18 (11/04/18 pedido de vista), acórdão em 04/05/18.
Total de Ocorrências: 2		
Demora na prolação da sentença	0507916-40.2016.4.05.8100	Concluso em 18/11/16, acórdão em 13/07/17.
	0526180-08.2016.4.05.8100	Concluso 02/05/17, acórdão em 03/08/17.
	0504054-55.2016.4.05.8102	Concluso em 07/10/16, acórdão em 26/01/17.
	0504156-77.2016.4.05.8102	Concluso em 18/10/16, acórdão em 29/06/17.
	0505273-94.2016.4.05.8105	De 07/07/2017 a 06/10/2017.
	0501408-57.2016.4.05.8107	Concluso em 26/09/17, acórdão em 09/04/18.
	0501631-07.2016.4.05.8108	Concluso em 12/12/16, acórdão em 12/05/17.
	0500408-09.2017.4.05.8100	Concluso em 21/06/17, acórdão em 13/10/17.
	0500493-92.2017.4.05.8100	Concluso em 10/04/17, acórdão em 24/08/17.
	0500123-10.2017.4.05.8102	Concluso em 24/04/17, acórdão em 24/08/17.
0500227-96.2017.4.05.8103	Concluso em 05/09/17, acórdão em 08/02/18.	
Total de Ocorrências: 11		
Demora na prolação de decisão/despacho	0507763-07.2016.4.05.8100	Concluso em 12/12/16, decisão em 13/09/17.
	0526232-04.2016.4.05.8100	Concluso em 19/12/17, decisão em 15/03/18.
	0526391-44.2016.4.05.8100	28.12.2017 a 15.03.2018.
Total de Ocorrências: 3		
Outros	0508808-46.2016.4.05.8100	Ausência de acompanhamento do processo que ensejou o sobrestamento (desde 09/16 - FGTS).
	0508930-59.2016.4.05.8100	Ausência de acompanhamento periódico do recurso que deu ensejo ao sobrestamento.
	0509043-	Ausência de acompanhamento do recurso que

13.2016.4.05.8100	ensejou a suspensão.
0526400-06.2016.4.05.8100	Sem acompanhamento do julgamento do REsp nº. 1.614.874/SC.
0526401-88.2016.4.05.8100	Sem acompanhamento do julgamento do RESP 1614784.
0502677-52.2016.4.05.8101	Ausência de registro relativo à continuidade da suspensão do feito.
0502705-20.2016.4.05.8101	Ausência de acompanhamento periódico do recurso que deu ensejo ao sobrestamento.
0504054-55.2016.4.05.8102	Ausência de acompanhamento do andamento do processo que ensejou a suspensão.
0504156-77.2016.4.05.8102	Ausência de acompanhamento do andamento do processo que ensejou a suspensão.
0504537-85.2016.4.05.8102	Ausência de acompanhamento do andamento do processo que ensejou a suspensão.
0503871-81.2016.4.05.8103	Ausência de registro relativo à continuidade da suspensão do feito.
0504218-17.2016.4.05.8103	Sem acompanhamento do julgamento do REsp 1.614.874/SC.
0504327-31.2016.4.05.8103	Ausência de acompanhamento periódico do recurso que deu ensejo ao sobrestamento.
0501574-95.2016.4.05.8105	Ausência de registro relativo à continuidade da suspensão do feito.
0501664-06.2016.4.05.8105	Ausência de acompanhamento do andamento do processo que ensejou a suspensão.
0505334-52.2016.4.05.8105	Ausência de acompanhamento do andamento do processo que ensejou a suspensão.
0501346-20.2016.4.05.8106	Ausência de acompanhamento do andamento do processo que ensejou a suspensão.
0501507-27.2016.4.05.8107	Ausência de acompanhamento do RE que ensejou o sobrestamento (desde 06/17).
0501631-07.2016.4.05.8108	Demora na remessa p/TNU de 04/08/17 a 07/12/17.
0500057-36.2017.4.05.8100	Demora no julgamento de recurso, de 16.05.2017 a 07.03.2018.
0500174-27.2017.4.05.8100	Ausência de acompanhamento periódico do recurso que deu ensejo ao sobrestamento.
0500350-06.2017.4.05.8100	Ausência de acompanhamento do andamento do processo que ensejou o sobrestamento/FGTS (desde 03/17).
0500216-73.2017.4.05.8101	Ausência de acompanhamento do andamento do processo que ensejou o sobrestamento/FGTS (desde 03/17).
0500252-12.2017.4.05.8103	Demora no julgamento do recurso, desde 25.01.2018.

	0500092-81.2017.4.05.8104	Ausência de acompanhamento do andamento do processo que ensejou a suspensão.
	0500162-95.2017.4.05.8105	Ausência de acompanhamento do andamento do processo que ensejou a suspensão.
	0500132-57.2017.4.05.8106	Ausência de acompanhamento do andamento do processo que ensejou a suspensão.
Total de Ocorrências: 27		
Processo em Ordem	0507626-25.2016.4.05.8100	
	0507631-47.2016.4.05.8100	
	0507712-93.2016.4.05.8100	
	0507756-15.2016.4.05.8100	
	0507880-95.2016.4.05.8100	
	0507905-11.2016.4.05.8100	
	0507922-47.2016.4.05.8100	
	0507923-32.2016.4.05.8100	
	0507972-73.2016.4.05.8100	
	0508052-37.2016.4.05.8100	
	0508059-29.2016.4.05.8100	
	0508180-57.2016.4.05.8100	
	0508624-90.2016.4.05.8100	
	0508683-78.2016.4.05.8100	
	0508943-58.2016.4.05.8100	
	0526064-02.2016.4.05.8100	
	0526101-29.2016.4.05.8100	
0526108-21.2016.4.05.8100		
0526168-91.2016.4.05.8100	Feito suspenso.	

0526270-16.2016.4.05.8100	Feito suspenso.
0526323-94.2016.4.05.8100	
0526373-23.2016.4.05.8100	
0526382-82.2016.4.05.8100	
0502479-15.2016.4.05.8101	
0502603-95.2016.4.05.8101	
0502703-50.2016.4.05.8101	
0502752-91.2016.4.05.8101	
0502810-94.2016.4.05.8101	
0508785-97.2016.4.05.8101	
0504231-19.2016.4.05.8102	
0504396-66.2016.4.05.8102	
0513388-16.2016.4.05.8102	
0503766-07.2016.4.05.8103	
0503944-53.2016.4.05.8103	
0503950-60.2016.4.05.8103	
0504175-80.2016.4.05.8103	
0504271-95.2016.4.05.8103	
0511852-64.2016.4.05.8103	
0511904-60.2016.4.05.8103	
0511910-67.2016.4.05.8103	
0511964-33.2016.4.05.8103	
0511966-	

03.2016.4.05.8103	
0512013- 74.2016.4.05.8103	
0501520- 35.2016.4.05.8104	
0505297- 25.2016.4.05.8105	
0505341- 44.2016.4.05.8105	
0501317- 64.2016.4.05.8107	
0501318- 49.2016.4.05.8107	
0501406- 87.2016.4.05.8107	
0501414- 64.2016.4.05.8107	
0501523- 75.2016.4.05.8108	
0501591- 25.2016.4.05.8108	
0505401- 08.2016.4.05.8108	
0505460- 93.2016.4.05.8108	
0505462- 63.2016.4.05.8108	
0505485- 09.2016.4.05.8108	
0500986- 76.2016.4.05.8109	
0501061- 18.2016.4.05.8109	
0501072- 47.2016.4.05.8109	
0500084- 64.2016.4.05.9810	
0500086- 34.2016.4.05.9810	
0500087- 19.2016.4.05.9810	
0500092- 41.2016.4.05.9810	
0500277- 79.2016.4.05.9810	

0500278-64.2016.4.05.9810	
0500279-49.2016.4.05.9810	
0500012-32.2017.4.05.8100	
0500035-75.2017.4.05.8100	
0500134-45.2017.4.05.8100	
0500225-38.2017.4.05.8100	Processo na Turma Recursal. Recebido do JEF em 13.04.2018.
0500266-05.2017.4.05.8100	
0500291-18.2017.4.05.8100	
0500313-76.2017.4.05.8100	
0500344-96.2017.4.05.8100	
0500351-88.2017.4.05.8100	
0500479-11.2017.4.05.8100	
0500563-12.2017.4.05.8100	
0500739-88.2017.4.05.8100	
0500063-40.2017.4.05.8101	
0500066-92.2017.4.05.8101	
0500067-77.2017.4.05.8101	
0500068-62.2017.4.05.8101	
0500126-65.2017.4.05.8101	
0500169-02.2017.4.05.8101	
0500183-83.2017.4.05.8101	
0500187-23.2017.4.05.8101	Processo remetido para a TNU.
0500188-	Processo remetido para a TNU.

	08.2017.4.05.8101	
	0500237-49.2017.4.05.8101	
	0500274-76.2017.4.05.8101	
	0500279-98.2017.4.05.8101	
	0500287-72.2017.4.05.8102	
	0515075-91.2017.4.05.8102	
	0515117-43.2017.4.05.8102	
	0500200-16.2017.4.05.8103	
	0500209-75.2017.4.05.8103	
	0500229-66.2017.4.05.8103	
	0500261-71.2017.4.05.8103	
	0500322-29.2017.4.05.8103	
	0513008-53.2017.4.05.8103	
	0500045-04.2017.4.05.8106	
	0500003-49.2017.4.05.8107	
	0500097-91.2017.4.05.8108	
	0500101-31.2017.4.05.8108	
	0500000-29.2017.4.05.9810	
	0500080-39.2018.4.05.8102	
	0500087-31.2018.4.05.8102	
	0500092-53.2018.4.05.8102	
	0500093-38.2018.4.05.8102	
		Total de Ocorrências: 108
Processos irregularmente	0500092-	Desde 30/11/2017 juntada de petição sem

paralisados	81.2017.4.05.8104	apreciação.
Total de Ocorrências: 1		
Processos sem movimentação processual em período determinado	0501578-26.2016.4.05.8108	Desde 19/01/2018.
	0500221-92.2017.4.05.8102	De 14/06/2017 a 25/10/2017.
Total de Ocorrências: 2		

6.36.3.14. Correição anterior e autoinspeção

Segundo informou a unidade, as determinações da Correição anterior foram cumpridas. Os procedimentos da 2ª Turma Recursal foram aprimorados para possibilitar a redução do tempo de inclusão dos processos em pauta de julgamento, bem como evitar a paralisação indevida e imotivada dos processos por longos períodos, tanto que foram cumpridas as metas 1 e 2 do CNJ.

Salientou que, em todos os processos nos quais foi verificada a ocorrência de paralisação indevida na última correição, foi realizada a devida movimentação processual. Dos processos apontados no relatório correicional, apenas 2 processos referentes à 1ª Relatoria permanecem no acervo, um deles suspenso, aguardando decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal/Superior Tribunal de Justiça.

Na última inspeção, todos os processos foram movimentados para a fase devida, tendo sido estabelecidas metas (número máximo de dias sem movimentação) para cada setor.

6.36.3.15. Considerações finais

A 2ª Turma Recursal conta com estrutura física e equipamentos adequados a seu funcionamento.

A partir da análise processual, foram observados alguns pontos que merecem maior atenção por parte da unidade, quais sejam:

1. Demora na prolação de acórdãos; e
2. Demora na prolação de despacho/decisão em alguns feitos.

Por fim, pelos demais dados apontados neste relatório durante a correição, pode-se afirmar que a 2ª Turma Recursal funciona de modo adequado.

6.36.4. 3ª TURMA RECURSAL - SJCE

6.36.4.1. Corpo funcional - juízes e servidores

Quando do preenchimento do formulário de gestão, a 3ª Turma Recursal da Seção Judiciária do Ceará era composta pelo Juiz Federal Presidente e Titular da 3ª Relatoria, André Dias Fernandes, pelo Juiz Federal Júlio Rodrigues Coelho Neto (2ª Relatoria), pelo Juiz Federal Nagibe de Melo Jorge Neto (1ª Relatoria) e pelo Juiz Federal Dartanhan Vercingetórix de Araújo e Rocha, na condição de suplente.

A 3ª Turma Recursal conta com 12 servidores efetivos, sendo 06 analistas judiciários e 06 técnicos judiciários, além de 01 servidor requisitado.

Atualmente, exerce a Presidência da 3ª Turma Recursal o Juiz Federal Júlio Rodrigues Coelho Neto.

6.36.4.2. Juiz Federal Titular da 1ª Relatoria

O Juiz Federal Nagibe de Melo Jorge Neto, Titular da 1ª Relatoria, exerce a magistratura desde 26/03/2003, atuando na Turma Recursal desde 20/10/2014.

Nos últimos 24 meses, o magistrado esteve afastado em razão de:

Férias: 05/09/2016 a 04/10/2016 - PORT. 186/2016-CR; 16/11/2016 a 15/12/2016 - PORT. 414/2015-CR; 17/04/2017 a 16/05/2017 - PA 2452/2016; 16/11/2017 a 15/12/2017 - PA 2452/2016.

Afastamento para realizar curso de aperfeiçoamento: 01/04/2016 a 29/05/2016 - PA 169/2016.

Afastamento sem prejuízo de jurisdição: 28/06/2017 a 30/06/2017 - PA 0005773-06.2017.4.05.7000.

Afastamento sem prejuízo de jurisdição: 24/04/2018 a 26/04/2018 - PA 0002688-75.2018.4.05.7000.

Período total de afastamento: 6 meses e 5 dias.

Períodos de substituição, em férias, de outro magistrado, nos últimos 24 (vinte e quatro) meses: 11/07/2016 a 09/08/2016 - Respondendo pela Vara s/prejuízo da jurisdição originária e de outras designações - ATO 415/2016-CR.

O Juiz Federal reside na região metropolitana onde se situa a sede da Turma Recursal.

6.36.4.3. Juiz Federal Titular da 2ª Relatoria

O Juiz Federal Júlio Rodrigues Coelho Neto, Titular da 2ª Relatoria, exerce a magistratura desde 11/06/2003, atuando na Turma Recursal desde 20/10/2014.

Nos últimos 24 meses, o magistrado esteve afastado em razão de:

Férias: 11/07/2016 a 09/08/2016 - PORT. 141/2016-CR; 13/03/2017 a 11/04/2017 - PA 2452/2016.

Período total de afastamento: 2 meses.

O Juiz Federal reside na região metropolitana onde se situa a sede da Turma Recursal.

6.36.4.4. Juiz Federal Titular da 3ª Relatoria

O Juiz Federal André Dias Fernandes, Titular da 3ª Relatoria, exerce a magistratura desde 17/02/2003, atuando na Turma Recursal desde 20/10/2014.

Por ocasião do preenchimento do formulário de gestão, o Magistrado ocupava a Presidência da 3ª Turma Recursal.

Nos últimos 24 meses, o magistrado esteve afastado em razão de:

Férias: 18/07/2016 a 31/07/2016 - PORT. 414/2015 E 244/2016-CR; 15/06/2017 a 14/07/2017 - PA 2452/2016; 11/09/2017 a 17/09/2017 - PA 2452/2016 E PORT. 300/2017-CR; 29/09/2017 a 10/10/2017 - PORT. 300/2017-CR.

Convocações: 30/04/2018 a 30/04/2018 - Afastamento p/ participar de reunião da Turma de Uniformização/JEF - PA 0003110-50.2018.4.05.7000.

Afastamento para participar de seminário/congresso: 23/05/2016 a 24/05/2016 - ECG. 10175.0323/2016-06.

Afastamento para participar de curso de especialização: 24/04/2018 a 26/04/2018 - PA 0003110-50.2018.4.05.7000.

Período total de afastamento: 2 meses e 12 dias.

O Juiz Federal reside na região metropolitana onde se situa a sede da Turma Recursal.

6.36.4.5. Servidores

Em relação às funções de confiança (FCs), aos cargos em comissão (CJs) e à formação acadêmica dos servidores ocupantes de cargos efetivos na 3ª Turma Recursal, pode ser observado o seguinte quadro:

Nome	Cargo efetivo	Ocupa FC ou CJ? Qual?	Grau de Instrução*	Área de formação
ALEX CAVALCANTE LIMÃO	Técnico Judiciário	FC-06	Especialização	Direito
CAROLINA ARAÚJO FELIPE TORRES LIMA	Técnico Judiciário	FC-05	Especialização	Direito
ROBSON MARTINS LOPES	Analista Judiciário	FC-05	Especialização	Direito
ROSANNE AIRE MORAES LOPES DI MICELLI	Analista Judiciário	FC-05	Superior	Direito
JÚLIA SOUZA LOPES	Analista Judiciário	FC-05	Especialização	Direito
GIOVANA LORNA LOPES NOGUEIRA	Analista Judiciário	FC-04	Especialização	Direito
SÉRGIO LUIZ CARVALHO SANTOS LIMA	Analista Judiciário	FC-05	Superior	Direito
WERBSTON DA SILVA COELHO	Analista Judiciário	FC-04	Especialização	Direito
CAIO VIEIRA BRITO	Técnico Judiciário	FC-04	Superior	Direito
GERUSA GOMES ROCHA	Analista Judiciário	FC-02	Superior	Direito
MARIA DE FÁTIMA MULATO LIMA	Técnico Judiciário	FC-03	Especialização	Direito

PEDRO HENRIQUE NUNESFARIAS	Técnico Judiciário		Superior	Direito
ARLETE SANDRA RAFAEL E SILVA OLIVEIRA	Técnico Judiciário		Especialização	Gestão pública

Como se pode depreender, no tocante à formação acadêmica dos servidores efetivos 3ª Turma Recursal, verifica-se que há uma preocupação com a qualificação.

Há uma servidora requisitada com vínculo com o serviço público:

Nome	Órgão de origem	Ocupa FC ou CJ? Qual?	Grau de Instrução*	Área de formação
GIOVANA LORNA LOPESNOGUEIRA	Tribunal Regional Federal da 1ª Região	FC-04	Superior	Direito

6.36.4.6. Estagiários

Há 03 vagas previstas para unidade, estando todas elas ocupadas. Dois estagiários atuam junto às Relatorias e um atua junto à Secretaria da Turma.

6.36.4.7. Organização da 3ª Turma Recursal

Os servidores da 3ª Turma Recursal exercem suas atribuições:

Na Presidência: 02;

Na Secretaria: 03;

Na 1ª Relatoria: 03;

Na 2ª Relatoria: 03;

Na 3ª Relatoria: 02.

6.36.4.7.1. Secretaria

A Secretaria da Vara é dividida nos seguintes setores:

- Atendimento ao público em geral, com prestação de informações acerca do andamento de processos; cadastro dos advogados no sistema Creta; desbloqueio de senhas; emissão de certidões; encaminhamento dos jurisdicionados à Assistência Judiciária Gratuita;
- Análise dos Processos, recebidos em fase recursal ou aqueles com entrada direta na turma, com a finalidade de saneamento para adequação aos requisitos de admissibilidade; realização de citações; intimações e confecções de expedientes por meio do sistema CRETA, além de encaminhamento aos demais setores competentes;
- Elaboração de despachos e atos ordinatórios, bem como adequação dos respectivos modelos ao caso concreto;
- Processamento de recursos inominados, Pedidos de uniformização, Recursos Extraordinários, Embargos de Declaração, Agravos e encaminhamento dos autos às Instâncias Superiores ou baixa aos juizados de origem;
- Promoção das intimações necessárias ao cumprimento dos Acórdãos julgados na TR. Acompanhamento, também, do cumprimento, ou não, dentro do prazo estipulado pelo MM. Juiz ou por Lei;
- Remessa de processos à TNU e STF, com a anexação e conferência das respectivas peças que devem instruir esses autos, assim como o processamento daqueles que retornam, a fim de que seja feita a devida readequação em novo julgamento ou a baixa para os respectivas varas de origem, onde será realizada a execução do julgado.

6.36.4.8. Participação dos Juízes Federais em reuniões com a equipe da 3ª Turma

Recursal

O Juiz Federal Presidente (à época do preenchimento do formulário de gestão), André Dias Fernandes, assim como seu antecessor, Nagibe de Melo Jorge Neto, realizam reuniões periodicamente, seja com todos os integrantes da Turma, seja com os servidores de um determinado setor.

Nessas reuniões são traçadas metas, esclarecidas dúvidas, recebidas sugestões, programado o calendário de sessões, aferido o *feedback* acerca das novas ações implementadas na Turma, assim como também são feitos, quando devidos, registros elogiosos aos servidores pelos resultados obtidos.

O acompanhamento do acervo de processos da Turma, bem como o controle destes se dá através de consulta às informações fornecidas pelo Sistema Processual CRETA.

Através do "Painel do Usuário" e do "Painel Geral" é possível verificar a quantidade de processos desta Unidade Judiciária, a distribuição destes por cada Setor, assim como se existe algum processo sem movimentação há mais de "30" dias.

Ademais, os diversos Boletins Estatísticos e Relatórios gerados pelo CRETA possibilitam o acompanhamento do número de processos conclusos, a quantidade de processos distribuídos e baixados até o momento, bem como o acompanhamento da pauta de julgamento.

6.36.4.9. Planejamento das atividades da 3ª Turma Recursal e avaliação periódica de resultados

O planejamento das atividades da unidade jurisdicional ocorre, em regra, durante as reuniões com os juízes componentes da Turma, diretor de núcleo e servidores.

Compete ao Diretor de Núcleo organizar e acompanhar o funcionamento dos diversos setores da turma. No que cabe à secretaria, os processos estão localizados em escaninhos/caixas específicas, de acordo com o direcionamento que será dado àquele processo recebido na turma.

Os servidores da Secretaria fazem a triagem dos processos recebidos dos JEFs e realizam a movimentação para as respectivas relatorias, que possuem escaninhos específicos de acordo com a matéria.

Após o julgamento e validação dos respectivos acórdãos, os processos retornam à secretaria para as devidas intimações e expedientes. Após o decurso do prazo de intimação, havendo recurso, os processos são novamente movimentados para o setor da presidência e àqueles com trânsito em julgado, após devidamente certificados são baixados aos respectivos juizados de origem.

A orientação dos juízes é de que os processos oriundos dos JEFs e aqueles com entrada direta na turma sejam imediatamente processados após a triagem.

Todos os servidores são orientados a verificar, diariamente, a aba de documentos anexados pelos procuradores (“Docs. Procuradores”) no “painel do usuário” do sistema Creta. Os documentos anexados devem ser prontamente analisados, recebendo o processo respectivo o devido andamento, e movimentado para o setor respectivo.

As metas, como dito anteriormente, são fixadas em reuniões mensais que servem para traçar o planejamento a curto prazo da turma. Existiram várias metas diferentes nesses últimos dois anos, todas visando prioritariamente a redução do acervo, estando as relatorias recebendo e julgando processos que são distribuídos dentro do próprio mês, ou seja, o tempo médio de julgamento de um processo remetido para a 3ª Turma Recursal atualmente é inferior a 30 (trinta) dias.

O Diretor de Núcleo fiscaliza, diariamente, o cumprimento das metas estabelecidas nas reuniões mensais que estabelecem, dentre outros, o quantitativo mínimo de processos que serão julgados nas sessões ordinárias da 3ª Turma Recursal, o número de processos que são objeto de recursos no âmbito da Turma, assim como os outros incidentes processuais, o acompanhamento da remessa de processos às instâncias superiores e baixa aos juizados de origem, e a adequação do acervo às determinações contidas nas metas estabelecidas pelo CNJ.

Incumbe ao Diretor de Núcleo, ainda, aferir mensalmente a movimentação e os indicadores da Turma, verificando o número de processos distribuídos, arquivados e o acervo total da unidade judicial, através de consultas aos diversos relatórios fornecidos pelo sistema Creta, informações essas que são repassadas aos Juizes das Relatorias e Presidente da Turma através das ferramentas de comunicação disponíveis, tais quais Relatórios, *Spark*, email, *WhatsApp*.

As sessões são realizadas semanalmente, ordinariamente às terças-feiras.

Os relatórios utilizados pela unidade jurisdicional obtidos por meio do(s) sistema(s) Creta, TEBAS são: 1. RELATÓRIO DE ATIVIDADES DA TURMA RECURSAL; 2. RELATÓRIO DE MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL DA TURMA RECURSAL; 3. RELATÓRIO DE PROCESSOS DISTRIBUÍDOS; 4. RELATÓRIO DE PROCESSOS EM ANDAMENTO; 5. RELATÓRIO DE PROCESSOS POR CLASSE; 6. RELATÓRIO DE PROCESSOS POR SITUAÇÃO; 7. RELATÓRIO DE METAS DO CNJ.

6.36.4.10. Atendimento aos membros do Ministério Público Federal, Defensoria Pública da União, procuradores federais, advogados e partes na secretaria e nos gabinetes dos Juizes Federais da 3ª Turma Recursal

As partes, advogados, defensoria pública e membros do Ministério Público são atendidos diretamente no balcão pelos servidores da Secretaria da Turma e, quando necessário, são encaminhados para atendimento pela Direção, ou, se assim desejarem, são atendidos também pelos respectivos magistrados.

6.36.4.11. Número de processos e relação servidor/processo

Por ocasião do preenchimento do formulário de gestão, o número de processos em tramitação (total ajustado: excluídos os feitos suspensos, arquivados e baixados) na 3ª Turma Recursal era de 2.899.

Número de processos de competência originária na 3ª Turma Recursal: 13 processos.

Número de processos que se encontravam aguardando julgamento pela 3ª Turma Recursal (processos oriundos do primeiro grau, conclusos para julgamento): 93 processos.

Número de processos sobrestados/suspensos na Turma Recursal: 5.005 processos.

ATIVIDADE JURISDICIONAL NA 1ª RELATORIA:

Por ocasião do preenchimento do formulário de gestão, o número de processos em tramitação (total ajustado: excluídos os feitos suspensos, arquivados e baixados) na 1ª Relatoria era de 1.054 processos.

Proporção do número de processos em tramitação com o número de servidores em atividade na 1ª Relatoria (03): 351,33 processos/servidor ($1.054/3=351,33$).

Número de processos de competência originária na 1ª Relatoria: 8 processos.

Número de processos que se encontravam aguardando julgamento na 1ª Relatoria: 32 processos.

Número de processos sobrestados/suspensos na 1ª Relatoria: 1.673 processos.

ATIVIDADE JURISDICIONAL NA 2ª RELATORIA:

Por ocasião do preenchimento do formulário de gestão, o número de processos em tramitação (total ajustado: excluídos os suspensos, baixados e arquivados na 2ª Relatoria era de 1.016 processos.

Proporção do número de processos em tramitação com o número de servidores em atividade na 2ª Relatoria (03): 338,66 processos/servidor ($1.016/3=338,66$).

Número de processos de competência originária na 2ª Relatoria: 3 processos.

Número de processos que se encontravam aguardando julgamento na 2ª Relatoria: 16 processos.

Número de processos sobrestados/suspensos na 2ª Relatoria: 1.700 processos.

ATIVIDADE JURISDICIONAL NA 3ª RELATORIA:

Por ocasião do preenchimento do formulário de gestão, o número de processos em tramitação (total ajustado: excluídos os feitos arquivados, suspensos e baixados na 3ª Relatoria era de 962 processos.

Proporção do número de processos em tramitação com o número de servidores em atividade na 3ª Relatoria (02): 481 processos/servidor ($962/2=481$).

Número de processos de competência originária na 3ª Relatoria: 1 processo.

Número de processos que se encontravam aguardando julgamento na 3ª Relatoria: 38 processos.

Número de processos sobrestados/suspensos na 3ª Relatoria: 1.632 processos.

6.36.4.12. Cumprimento de metas e resoluções do CNJ

6.36.4.12.1. Cumprimento de metas e resoluções do CNJ na 1ª Relatoria

Meta 1 (Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente).

A unidade informou que, mês a mês julga número maior de processos do acervo do que a quantidade daqueles distribuídos.

Meta 2 (Identificar e julgar, até 31/12/2017, pelo menos 100% dos processos distribuídos até 31/12/2012, 85% dos processos distribuídos em 2013 nos 1º e 2º graus, e 100% dos processos distribuídos até 31/12/2014 nos Juizados Especiais e Turmas Recursais Federais).

Meta cumprida.

Meta 3 (Aumentar os casos solucionados por conciliação, fomentando o alcance do percentual mínimo de 2% na proporção dos processos conciliados em relação aos distribuídos).

Não se aplica.

Meta 4 (Identificar e julgar, até 31/12/2017, 70% das ações de improbidade administrativa distribuídas até 31/12/2014).

Não se aplica.

Meta 5 (Baixar quantidade maior de processos de execução não fiscal do que o total de casos novos de execução não fiscal no ano corrente).

Não se aplica.

Meta 6 (Identificar e julgar, até 31/12/2017, entre 70% e 85% das ações coletivas distribuídas até 31/12/2013, no 1º e 2º graus).

Não se aplica.

Metas Específicas para a Justiça Federal

Baixar quantidade maior de processos criminais do que os casos novos criminais no ano corrente; Julgar quantidade maior de processos criminais do que os casos novos criminais no ano corrente.

Não se aplica.

Identificar e julgar, até 31/12/2017, 70% das ações penais vinculadas aos crimes relacionados à improbidade administrativa, ao tráfico de pessoas, à exploração sexual e ao trabalho escravo, distribuídas até 31/12/2014).

Não se aplica.

Acerca do cumprimento do Provimento CNJ nº 29/2013

Não se aplica.

Acerca do cumprimento das exigências previstas na Resolução CNJ nº 66/2009, com a redação introduzida pela Resolução CNJ nº 87/2009, e sobre a necessidade de inserção, no sistema informatizado, do Relatório de Controle de Prisões

Não se aplica.

6.36.4.12.2 Cumprimento de metas e resoluções do CNJ na 2ª Relatoria

Meta 1 (Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente).

A unidade informou que, mês a mês julga número maior de processos do acervo do que a quantidade daqueles distribuídos.

Meta 2 (Identificar e julgar, até 31/12/2017, pelo menos 100% dos processos distribuídos até 31/12/2012, 85% dos processos distribuídos em 2013 nos 1º e 2º graus, e 100% dos processos distribuídos até 31/12/2014 nos Juizados Especiais e Turmas Recursais Federais).

Meta cumprida.

Meta 3 (Aumentar os casos solucionados por conciliação, fomentando o alcance do percentual mínimo de 2% na proporção dos processos conciliados em relação aos distribuídos).

Não se aplica.

Meta 4 (Identificar e julgar, até 31/12/2017, 70% das ações de improbidade administrativa distribuídas até 31/12/2014).

Não se aplica.

Meta 5 (Baixar quantidade maior de processos de execução não fiscal do que o total de casos novos de execução não fiscal no ano corrente).

Não se aplica.

Meta 6 (Identificar e julgar, até 31/12/2017, entre 70% e 85% das ações coletivas distribuídas até 31/12/2013, no 1º e 2º graus).

Não se aplica.

Metas Específicas para a Justiça Federal

Baixar quantidade maior de processos criminais do que os casos novos criminais no ano corrente; Julgar quantidade maior de processos criminais do que os casos novos criminais no ano corrente.

Não se aplica.

Identificar e julgar, até 31/12/2017, 70% das ações penais vinculadas aos crimes relacionados à improbidade administrativa, ao tráfico de pessoas, à exploração sexual e ao trabalho escravo, distribuídas até 31/12/2014).

Não se aplica.

Acerca do cumprimento do Provimento CNJ nº 29/2013

Não se aplica.

Acerca do cumprimento das exigências previstas na Resolução CNJ nº 66/2009, com a redação introduzida pela Resolução CNJ nº 87/2009, e sobre a necessidade de inserção, no sistema informatizado, do Relatório de Controle de Prisões

Não se aplica.

6.36.4.12.3. Cumprimento de metas e resoluções do CNJ na 3ª Relatoria

Meta 1 (Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente).

A unidade informou que, mês a mês julga número maior de processos do acervo do que a quantidade daqueles distribuídos.

Meta 2 (Identificar e julgar, até 31/12/2017, pelo menos 100% dos processos distribuídos até 31/12/2012, 85% dos processos distribuídos em 2013 nos 1º e 2º graus, e 100% dos processos distribuídos até 31/12/2014 nos Juizados Especiais e Turmas Recursais Federais).

Meta cumprida.

Meta 3 (Aumentar os casos solucionados por conciliação, fomentando o alcance do percentual mínimo de 2% na proporção dos processos conciliados em relação aos distribuídos).

Não se aplica.

Meta 4 (Identificar e julgar até 31/12/2017 70% das ações de improbidade administrativa distribuídas até 31/12/2014).

Não se aplica.

Meta 5 (Baixar quantidade maior de processos de execução não fiscal do que o total de casos novos de execução não fiscal no ano corrente).

Não se aplica.

Meta 6 (Identificar e julgar, até 31/12/2017, entre 70% e 85% das ações coletivas distribuídas até 31/12/2013, no 1º e 2º graus).

Não se aplica.

Metas Específicas para a Justiça Federal

Baixar quantidade maior de processos criminais do que os casos novos criminais no ano corrente; Julgar quantidade maior de processos criminais do que os casos novos criminais no ano corrente.

Não se aplica.

Identificar e julgar, até 31/12/2017, 70% das ações penais vinculadas aos crimes relacionados à improbidade administrativa, ao tráfico de pessoas, à exploração sexual e ao trabalho escravo, distribuídas até 31/12/2014).

Não se aplica.

Acerca do cumprimento do Provimento CNJ nº 29/2013

Não se aplica.

Acerca do cumprimento das exigências previstas na Resolução CNJ nº 66/2009, com a redação introduzida pela Resolução CNJ nº 87/2009, e sobre a necessidade de inserção, no sistema informatizado, do Relatório de Controle de Prisões

Não se aplica.

6.36.4.13. Processos selecionados para correição

Foram correicionados 150 processos da 3ª Turma Recursal (encontrando-se em tramitação ajustada: 1.054 processos na 1ª Relatoria; 1.016 na 2ª Relatoria; e 962 na 3ª Relatoria).

6.36.4.13.1 Principais constatações da análise individual de processos

6.36.4.13.1.1. Processos Eletrônicos do Sistema Creta

Da análise individual dos processos, podem-se destacar as seguintes ocorrências:

Observação	Nr. Processo	Complemento
Demora/ausência na conclusão para despacho/decisão	0507614-11.2016.4.05.8100	Prazo encerrado em 02/12/16, concluso em 07/02/17.
	0500430-67.2017.4.05.8100	Juntada em 07/02/18 (último movimento), aguardando conclusão.
	0500295-49.2017.4.05.8102	Juntada em 24/01/18, ainda aguardando conclusão.
	0500248-72.2017.4.05.8103	Recebido em 27/07/17, concluso em 27/02/18.
Total de Ocorrências: 4		
Demora na prolação de decisão/despacho	0507614-11.2016.4.05.8100	Concluso desde 28/02/2018.
	0507693-87.2016.4.05.8100	De 24/03/17 a 27/06/17.
	0508155-44.2016.4.05.8100	De 20.10.2016 a 15.02.2017 e de 10.05.2017 a 01.08.2017.
	0502557-09.2016.4.05.8101	De 06/09/16 a 16/12/16.
	0500289-48.2017.4.05.8100	De 21.02.2017 a 07.03.2018.
	0500348-36.2017.4.05.8100	Recebido em 13/02/17, decisão em 07/03/18.
	0500073-84.2017.4.05.8101	De 10.02.2017 a 07.03.2018.
	0500078-09.2017.4.05.8101	Recebido em 10/02/17, decisão de sobrestamento em 07/03/18.
	0500085-98.2017.4.05.8101	De 10.02.2017 a 07.03.2018.
	0500130-05.2017.4.05.8101	Recebido em 12/05/17, decisão de sobrestamento em 07/03/18.
	0500180-31.2017.4.05.8101	De 10.02.2017 a 07.03.2018.
	0500307-66.2017.4.05.8101	Recebido em 13/02/17, decisão em 07/03/18.
	0500308-51.2017.4.05.8101	Recebido em 13/02/17, decisão de sobrestamento em 07/03/18.
Total de Ocorrências: 13		
Outros	0507841-98.2016.4.05.8100	Ausência de acompanhamento periódico do recurso que deu ensejo ao sobrestamento.
	0502598-73.2016.4.05.8101	Ausência de acompanhamento periódico do recurso que deu ensejo ao sobrestamento.
	0502636-85.2016.4.05.8101	Ausência de acompanhamento periódico do recurso que deu ensejo ao sobrestamento.
	0504175-83.2016.4.05.8102	Demora para exarar ato ordinatório (de 11/05/17 a 01/08/17).

	0513198-53.2016.4.05.8102	Demora para exarar ato ordinatório (de 22/01/2018 a 03/04/2018).
	0501525-54.2016.4.05.8105	Demora para exarar ato ordinatório (de 16/05/2017 a 01/08/2017).
	0500154-36.2017.4.05.8100	De 15/02/2018 a 03/04/2018.
	0500090-08.2017.4.05.8106	Demora de 10/11/17 a 30/01/18 e de 14/02/18 a 12/04/18.
Total de Ocorrências: 8		
Processo em Ordem	0507658-30.2016.4.05.8100	
	0507689-50.2016.4.05.8100	
	0507692-05.2016.4.05.8100	
	0507714-63.2016.4.05.8100	
	0507729-32.2016.4.05.8100	
	0507733-69.2016.4.05.8100	
	0507749-23.2016.4.05.8100	
	0507814-18.2016.4.05.8100	
	0507908-63.2016.4.05.8100	
	0507910-33.2016.4.05.8100	
	0507940-68.2016.4.05.8100	
	0507947-60.2016.4.05.8100	
	0508024-69.2016.4.05.8100	
	0508073-13.2016.4.05.8100	
	0508205-70.2016.4.05.8100	
	0508228-16.2016.4.05.8100	
0508234-23.2016.4.05.8100		
0508310-47.2016.4.05.8100		

0508327-83.2016.4.05.8100	
0508366-80.2016.4.05.8100	
0508385-86.2016.4.05.8100	
0508433-45.2016.4.05.8100	
0526042-41.2016.4.05.8100	
0526046-78.2016.4.05.8100	
0526050-18.2016.4.05.8100	
0526128-12.2016.4.05.8100	
0526181-90.2016.4.05.8100	
0526386-22.2016.4.05.8100	
0526397-51.2016.4.05.8100	
0502471-38.2016.4.05.8101	
0502472-23.2016.4.05.8101	
0502565-83.2016.4.05.8101	
0502566-68.2016.4.05.8101	
0502579-67.2016.4.05.8101	Feito remetido à Turma Nacional de Uniformização.
0502615-12.2016.4.05.8101	Feito remetido à Turma Nacional de Uniformização.
0502666-23.2016.4.05.8101	
0502698-28.2016.4.05.8101	
0508801-51.2016.4.05.8101	
0508830-04.2016.4.05.8101	
0508836-11.2016.4.05.8101	
0508855-	

17.2016.4.05.8101	
0503884- 83.2016.4.05.8102	
0504237- 26.2016.4.05.8102	
0513381- 24.2016.4.05.8102	
0503810- 26.2016.4.05.8103	
0503825- 92.2016.4.05.8103	
0503949- 75.2016.4.05.8103	
0503964- 44.2016.4.05.8103	
0504040- 68.2016.4.05.8103	
0511906- 30.2016.4.05.8103	
0512037- 05.2016.4.05.8103	
0501536- 83.2016.4.05.8105	
0501567- 06.2016.4.05.8105	
0501391- 21.2016.4.05.8107	
0504295- 14.2016.4.05.8107	
0504316- 87.2016.4.05.8107	
0504325- 49.2016.4.05.8107	
0501572- 19.2016.4.05.8108	
0505464- 33.2016.4.05.8108	
0500968- 55.2016.4.05.8109	
0500085- 49.2016.4.05.9810	
0500088- 04.2016.4.05.9810	
0500089- 86.2016.4.05.9810	

0500091- 56.2016.4.05.9810	
0500281- 19.2016.4.05.9810	
0500282- 04.2016.4.05.9810	
0500033- 08.2017.4.05.8100	
0500151- 81.2017.4.05.8100	
0500229- 75.2017.4.05.8100	
0500240- 07.2017.4.05.8100	
0500272- 12.2017.4.05.8100	
0500380- 41.2017.4.05.8100	
0500392- 55.2017.4.05.8100	
0500396- 92.2017.4.05.8100	
0500411- 61.2017.4.05.8100	
0500417- 68.2017.4.05.8100	
0500429- 82.2017.4.05.8100	
0500547- 58.2017.4.05.8100	
0500704- 31.2017.4.05.8100	
0500706- 98.2017.4.05.8100	
0500742- 43.2017.4.05.8100	
0500748- 50.2017.4.05.8100	
0500809- 08.2017.4.05.8100	
0500862- 86.2017.4.05.8100	
0529149- 59.2017.4.05.8100	
0500069-	

47.2017.4.05.8101	
0500071- 17.2017.4.05.8101	
0500143- 04.2017.4.05.8101	
0500159- 55.2017.4.05.8101	
0500247- 93.2017.4.05.8101	
0500273- 91.2017.4.05.8101	
0500309- 36.2017.4.05.8101	
0500333- 64.2017.4.05.8101	
0515077- 61.2017.4.05.8102	
0515083- 68.2017.4.05.8102	Recurso em pauta de julgamento.
0515110- 51.2017.4.05.8102	Recurso em pauta de julgamento.
0500038- 21.2017.4.05.8103	
0500198- 46.2017.4.05.8103	
0500235- 73.2017.4.05.8103	
0500239- 13.2017.4.05.8103	
0500305- 90.2017.4.05.8103	
0504387- 64.2017.4.05.8104	
0500002- 70.2017.4.05.8105	
0500040- 82.2017.4.05.8105	
0500067- 65.2017.4.05.8105	
0500084- 04.2017.4.05.8105	
0500181- 04.2017.4.05.8105	
0500001- 79.2017.4.05.8107	

	0500017-33.2017.4.05.8107	
	0500037-24.2017.4.05.8107	
	0500056-30.2017.4.05.8107	
	0500066-74.2017.4.05.8107	
	0504380-63.2017.4.05.8107	
	0500013-90.2017.4.05.8108	
	0500111-75.2017.4.05.8108	
	0500034-63.2017.4.05.8109	
	0500082-22.2017.4.05.8109	
	0500242-40.2018.4.05.8100	
Total de Ocorrências: 118		
Processos sem movimentação processual em período determinado	0508076-65.2016.4.05.8100	Desde 22/02/2018.
	0508569-42.2016.4.05.8100	Recurso de 29/01/2018, ainda sem apreciação.
	0502480-97.2016.4.05.8101	De 07/12/17 a 03/04/18.
	0504206-06.2016.4.05.8102	Processo sem movimentação na Presidência da Turma Recursal para análise de agravo desde fevereiro/2018.
	0501312-51.2016.4.05.8104	De 10/02/2017 a 01/08/2017.
	0504129-82.2016.4.05.8106	De 15/01/18 a 03/04/18.
	0500966-85.2016.4.05.8109	De 04/04/17 a 17/07/17; determinada a remessa ao STF desde 28/09/17 (ainda não registrada).
	0500586-55.2017.4.05.8100	Processo paralisado desde 22/02/2018.
Total de Ocorrências: 8		

6.36.4.14. Correição anterior e autoinspeção

A unidade informou que não houve, na Correição anterior, determinações expressas sobre os trabalhos levados a termo pela 3ª Turma Recursal, que segue em todos

os itens os ditames do Provimento nº 01, de 25 de março de 2009, da Corregedoria-Regional da Justiça Federal da 5ª Região, assim como as metas anualmente definidas pelo CNJ.

As metas estabelecidas quando da última inspeção ordinária já estavam estipuladas, seu cumprimento foi devidamente acompanhado e os resultados obtidos, devidamente conferidos.

6.36.4.15. Considerações finais

A 3ª Turma Recursal conta com estrutura física e equipamentos adequados a seu funcionamento.

A partir da análise processual, foram observados alguns pontos que merecem maior atenção por parte da unidade, quais sejam:

1. Demora/ausência na conclusão de alguns feitos;
2. Demora na prolação de despacho/decisão em certos processos.

Por fim, pelos demais dados apontados neste relatório durante a correição, pode-se afirmar que a 3ª Turma Recursal funciona de modo adequado.

7. INSPEÇÃO ORDINÁRIA REALIZADA PELO CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL NO TRF-5ª REGIÃO

Em atendimento às recomendações a esta Corregedoria-Regional pelo Conselho da Justiça Federal na ocasião da Inspeção Ordinária no período de 15 a 18/08/2016, realizada neste TRF5, no sentido de sistematizar e organizar as informações obtidas nas correições para planejamento e análise da complexidade das situações das Varas Federais da Região, possibilitando o fornecimento das informações necessárias para dimensionamento da compatibilidade dos recursos humanos com o serviço e as necessidades de cada uma, apresentam-se, em anexo (Apêndice A), planilhas contendo as constatações verificadas durante a Correição Ordinária realizada na Seção Judiciária do Ceará.

8. CONCLUSÃO

Após a realização dos trabalhos correicionais, foi constatado um elevado grau de comprometimento do corpo de juízes federais e servidores da SJCE com os valores institucionais e com a busca de celeridade, presteza e segurança dos serviços jurisdicionais.

Nesse ponto, convém salientar que a distribuição racional de tarefas, a fixação de metas periódicas de produtividade e o controle efetivo dos prazos processuais constituem fatores essenciais para a efetividade dos serviços judiciários, motivo pelo qual devem ser considerados por todas as varas federais e pelas turmas recursais.

De maneira geral, as Varas Federais da SJCE buscaram, na medida do possível, atender às recomendações da correição ordinária anterior e alcançar as metas estabelecidas pelo CNJ.

Por fim, recomenda-se que todas as falhas apontadas no presente relatório sejam corrigidas pelas respectivas unidades/órgãos jurisdicionais, de maneira a evitar que haja o comprometimento da boa imagem que a SJCE desfruta no cenário local e regional.

Desembargador Federal Paulo Machado Cordeiro

Corregedor-Regional